



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3069

Segunda-feira - 02 de Março de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Coronel Martins.....	521	Jaraguá do Sul	707
Agronômica	10	Correia Pinto.....	522	Jardinópolis	783
Água Doce.....	12	Corupá	528	Joaçaba.....	785
Águas de Chapecó.....	16	Cunha Porã.....	529	Lacerdópolis.....	813
Águas Frias.....	63	Cunhataí.....	533	Lages	819
Alto Bela Vista.....	64	Curitibanos	534	Laguna	825
Anchieta	66	Descanso.....	549	Lebon Regis.....	832
Angelina	67	Dionísio Cerqueira	555	Leoberto Leal.....	844
Anitápolis.....	68	Doutor Pedrinho.....	566	Lindóia do Sul	845
Antônio Carlos	69	Ermo	570	Lontras.....	846
Apiuna.....	81	Erval Velho	571	Luiz Alves	847
Arabutã	93	Faxinal dos Guedes.....	575	Luzerna	866
Arroio Trinta.....	105	Formosa do Sul	578	Macieira.....	1076
Arvoredo	116	Forquilha.....	584	Mafrá	1078
Atalanta.....	121	Fraiburgo.....	585	Maracajá	1092
Aurora	122	Garopaba.....	591	Maravilha.....	1101
Balneário Arroio do Silva	123	Garuva	596	Marema.....	1108
Balneário Gaivota	125	Gaspar	598	Massaranduba.....	1113
Balneário Piçarras.....	126	Governador Celso Ramos	600	Matos Costa.....	1155
Balneário Rincão	128	Grão Pará	611	Meleiro	1157
Bandeirante	135	Gravatal	612	Modelo	1161
Barra Bonita.....	136	Guaraciaba	613	Mondaí	1162
Barra Velha.....	140	Guaramirim.....	614	Morro da Fumaça	1165
Bela Vista do Toldo.....	144	Guarujá do Sul	617	Navegantes.....	1167
Benedito Novo	145	Guatembú	619	Nova Erechim.....	1171
Biguaçu	147	Herval d'Oeste	620	Nova Itaberaba	1177
Blumenau	156	Ibiam	624	Nova Trento	1188
Bom Jardim da Serra	165	Ibicaré.....	627	Nova Veneza.....	1199
Bom Jesus do Oeste.....	189	Ibirama	629	Novo Horizonte	1207
Bom Retiro	192	Ilhota	632	Orleans	1212
Botuvera.....	193	Imarui	634	Ouro	1214
Braço do Trombudo	201	Imbituba	635	Palhoça	1222
Brusque.....	206	Imbuia	641	Palma Sola.....	1225
Caçador.....	212	Indaial.....	642	Papanduva.....	1227
Caibi	240	Iomerê	654	Paraíso	1228
Camboriú.....	242	Ipira	657	Passos Maia	1230
Campo Alegre	245	Iporã do Oeste.....	658	Paulo Lopes	1231
Campo Erê.....	436	Ipuacú.....	659	Penha.....	1232
Campos Novos.....	437	Ipumirim	661	Pescaria Brava	1345
Canelinha.....	439	Iraceminha	673	Petrolândia	1346
Canoinhas.....	444	Iratí.....	679	Pinhalzinho	1347
Capinzal	463	Itá	682	Pinheiro Preto	1349
Catanduvas.....	469	Itaiópolis	687	Piratuba.....	1357
Caxambu do Sul.....	470	Itapema	688	Planalto Alegre.....	1359
Chapadão do Lageado	488	Itapiranga.....	692	Pomerode.....	1363
Cocal do Sul.....	489	Itapoá	694	Ponte Serrada	1379
Concórdia	501	Ituporanga	699	Porto Belo.....	1380
Cordilheira Alta	511	Jaborá	703	Porto União.....	1392
Coronel Freitas.....	520	Jacinto Machado	706	Pouso Redondo	1393

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3069

Segunda-feira - 02 de Março de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Praia Grande.....	1394	Santa Terezinha do Progresso	1481	Sul Brasil	1806
Presidente Castello Branco.....	1395	Santiago do Sul.....	1490	Tangará.....	1807
Presidente Getúlio	1397	Santo Amaro da Imperatriz	1491	Tigrinhos	1938
Presidente Nereu.....	1398	São Bento do Sul.....	1593	Tijucas	1942
Princesa	1399	São Bernardino	1617	Timbé do Sul	1944
Quilombo.....	1400	São Carlos	1642	Timbó	1949
Rancho Queimado.....	1404	São Domingos.....	1686	Três Barras	1958
Rio das Antas.....	1405	São Francisco do Sul.....	1691	Treviso	1959
Rio do Campo	1406	São João Batista.....	1693	Treze de Maio	1961
Rio do Oeste.....	1407	São João do Oeste	1711	Treze Tilias	1964
Rio dos Cedros.....	1437	São Joaquim	1715	Trombudo Central.....	1967
Rio do Sul.....	1418	São José.....	1724	Tunápolis	1969
Rio Fortuna.....	1443	São José do Cedro.....	1752	Turvo	1977
Rio Negrinho.....	1444	São Lourenço do Oeste.....	1762	União do Oeste	1979
Rio Rufino.....	1453	São Miguel da Boa Vista	1775	Urubici	1986
Rodeio.....	1454	São Miguel do Oeste.....	1776	Vargeão.....	1987
Romelândia.....	1455	São Pedro de Alcântara.....	1780	Vargem Bonita	1988
Saltinho	1469	Saudades.....	1795	Vidal Ramos.....	1990
Salto Veloso.....	1470	Schroeder	1797	Videira.....	1993
Santa Cecília	1472	Seara	1803	Vitor Meireles.....	1996
Santa Helena	1473	Serra Alta	1804	Xanxerê.....	2011
Santa Rosa do Sul	1480	Sombrio.....	1805	Xavantina	2014

Consórcios

AGIR	2018
CINCATARINA	2018
Quiriri.....	2025



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 161 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379532

PORTARIA Nº 161/2020

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDORA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conformidade com a Lei 158/93 e,

Considerando homologação do resultado final do Processo Seletivo concernente ao Edital 001/2019;

Considerando que a titular Gilvane Bortoli Correa encontra-se em gozo de férias (30 dias) e licença prêmio (60 dias);

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR em Caráter Temporário VANESSA BORTOLI portadora do CPF nº 084.838.349-44, para o Cargo de Servente, carga horária 40h/semanais, com vencimento e vantagens previstas em lei.

Art. 2º - A vigência do contrato será de 10 de fevereiro de 2020 até o retorno da titular ou até a validade do Processo Seletivo homologado pelo Decreto nº 092/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

PORTARIA 162 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379553

Portaria nº162/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: José Assis Correa, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 10 de fevereiro a 10 de março de 2020.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 164 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379703

Portaria nº 164/2020

CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019 em 1º lugar na vaga Professor de Língua Inglesa;

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Sandra Vieira Branco Berlanda para exercer as funções de Professora de Língua Inglesa, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 165 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379717

Portaria nº 165/2020

CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;

Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Giseli Regina Ross Zanchett, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 166 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379725

Portaria nº 166/2020

DESIGNA PROFESSORA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 405/2001,

Considerando a nomeação da titular Erli Silvana Demeneck, cargo efetivo na Secretaria para o cargo comissionado de Diretora;

Considerando os trabalhos da Secretaria de Educação serem de extrema necessidade;

Resolve

Art 1º - Designar GISELI REGINA ROSS ZANCHETT, contratada pela portaria nº165/2020, para laborar junto a Secretaria Municipal de Educação pelo período de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Abdon Batista, em 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 167 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379744

Portaria nº 167/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;

Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Ednise Wilvert Besen, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 168 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379763

Portaria nº 168/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;

Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Andria Aline Saurin Dalpiva, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 169 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379927

Portaria nº 169/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;

Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Dalila Conradi Dalpiva, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2.020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 170 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379934

Portaria nº 170/2020

CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;

Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Priscila Marina Zanchett Mecabo, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2.020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 171 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379938

Portaria nº 171/2020

CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;

Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Marli Luci Wilpert Demeneck, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2.020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 172 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379940

Portaria nº 172/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;
Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário DEIZE LUANA MARTENDAL, CPF nº 012.637.809-62, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2.020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 173 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379947

Portaria nº 173/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,

Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;
Considerando que a classificada em 9º lugar encontra-se afastada em licença maternidade o que lhe assegura direito à vaga; Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.

Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Fátima Petri Bortoli, para exercer as funções de Professora de Séries Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2.020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 174 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379959

Portaria nº 174/2020
NOMEIA DIRETORA DA CRECHE DONA TEREZA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 405,

Resolve

Art 1º - Nomear FATIMA PETRI BORTOLI, servidora efetiva do quadro de pessoal do Magistério Público no cargo de Professora de Educação

Infantil e Séries, para responder pelo cargo em provimento em Comissão de DIRETORA DA CRECHE DONA TEREZA, com carga horária e vencimento previsto em Lei.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Abdon Batista, em 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 175 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379964

Portaria nº 175/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,
Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019;
Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.
Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Lucimara Aparecida Freitas de Moraes, para exercer as funções de Professora de Series Iniciais e Educação Infantil, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 10 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 177 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379969

Portaria nº 177/2020
CONTRATA PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 405/2001 e,
Considerando classificação no Processo Seletivo conforme Edital nº 002/2019 em 3º lugar na vaga Professor de Educação Física;
Considerando que o 1º e 2º colocados desistiram da vaga; Considerando que os classificados no cargo de professores iniciaram atividades de Planejamento Escolar em 03 de fevereiro de 2020.
Resolve:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário Maiara Vezaro de Oliveira para exercer as funções de Professora de Educação Física, com carga horária de 20 hrs/semanais, com vencimento e vantagens previstas em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação será de 03 de fevereiro à 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 11 de fevereiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 180 DE 12 DE FEVREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379973

PORTARIA Nº 180/2020

CONTRATA SERVIDORA EM CARATER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL NO CARGO DE PSICÓLOGA

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal do Município de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei nº 158/93.

Considerando os termos do Decreto nº 012/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por excepcional interesse Público MEIRE ANE CORREA, portadora do CPF nº 037.001.819-22, para exercer o Cargo de PSICÓLOGA, com vencimento e vantagens previstas em lei a contar de 05 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O prazo de contratação fica condicionado pelo período de afastamento da titular em gozo de férias e licença prêmio ou até a realização de concurso Público e ou Processo Seletivo público.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, 12 de fevereiro de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 181 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379978

PORTARIA Nº 181/2020

NOMEIA DIRETORA QUE MENCIONA

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conformidade com a Lei Complementar nº 018/11.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DÉBORA CRISTINA CEREGATTI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 041.606.249-01, para exercer o Cargo em provimento em comissão de Diretora Tributária do quadro de Pessoal do Poder Executivo, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º - Esta portaria tem seus efeitos retroativos em 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista- SC, em 12 de fevereiro de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

Agronômica

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL PR 07 2020

Publicação Nº 2379992

ERRATA
PROCESSO LICITATÓRIO 10/2020
PREGÃO PRESENCIAL 07/2020

OBJETO: "Aquisição de trator e equipamentos agrícolas, objetivando a execução de ações relativas a Proposta Plataforma + Brasil nº 004342/2019, Convênio nº 886952/2019, vinculado ao programa apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e o município de Agronômica/SC, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital."

ERRATA: O Edital de Pregão Presencial nº 07/2020 foi lançado exclusivamente para microempreendedor individual, microempresas e empresas de pequeno porte de acordo com o artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de Agosto de 2014. Contudo, tendo em vista que o valor dos itens ultrapassa a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, não havendo assim, razões para o Pregão ser exclusivo para ME e EPP, limitando ainda a competitividade para a administração pública, o município entende por retificar o Edital alterando esta cláusula. Sendo assim, o PR 07/2020 não possui mais exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte.

NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 DE MARÇO de 2020, às 10:00 horas (horário de Brasília – DF).
Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro, Agronômica - Santa Catarina, e-mail licitacao@agronomica.sc.gov.br ou através do telefone 47 – 3542-0166.
Agronômica, 02 de março de 2020.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI
Prefeito Municipal em Exercício

ERRATA DO EDITAL PR 08 2020

Publicação Nº 2379993

ERRATA
PROCESSO LICITATÓRIO 11/2020
PREGÃO PRESENCIAL 08/2020

OBJETO: "Aquisição de Trator de pneus, objetivando a execução de ações relativas a Proposta Plataforma + Brasil nº 035739/2019, Convênio nº 893800/2019, vinculado ao Programa Fomento do Setor Agropecuário, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e o município de Agronômica/SC, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital."

ERRATA: O Edital de Pregão Presencial nº 08/2020 foi lançado exclusivamente para microempreendedor individual, microempresas e empresas de pequeno porte de acordo com o artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de Agosto de 2014. Contudo, tendo em vista que o valor do item ultrapassa a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, não havendo assim, razões para o Pregão ser exclusivo para ME e EPP, limitando ainda a competitividade para a administração pública, o município entende por retificar o Edital alterando esta cláusula. Sendo assim, o PR 07/2020 não possui mais exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte.

NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 DE MARÇO de 2020, às 08:30 horas (horário de Brasília – DF).
Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro, Agronômica - Santa Catarina, e-mail licitacao@agronomica.sc.gov.br ou através do telefone 47 – 3542-0166.
Agronômica, 02 de março de 2020.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI
Prefeito Municipal em Exercício

Nº 015/2020

Publicação Nº 2379761

DECRETO N.º 015/2020 DE 02 DE MARÇO DE 2020.

"APROVA REGULAMENTO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO 2020".

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em Exercício de Agrônomo Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado o regulamento do Campeonato Municipal de Futebol de Campo 2020 de Agrônomo, conforme ata realização do congresso técnico do dia 13 (treze) de fevereiro de 2020.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação do orçamento do órgão :

4001-Departamento Municipal de Educação

2.18-Manutenção da Divisão de Esportes

3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (80)

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2020.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO RAFAELA MORGANA DE OLIVEIRA TOIGO

Publicação N° 2380464

CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.
Convoca o (a) Senhor (a) RAFAELA MORGANA DE OLIVEIRA, aprovada no Concurso Público 01/2018, no cargo de Auxiliar de Consultório dentário, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter efetivo.
O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 28 de fevereiro de 2020.

Antonio José Bissani
Prefeito

DECRETO N° 026/2020

Publicação N° 2380764

DECRETO N° 026/2020 – DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.765, de 28 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754/2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para o Fundo Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aquisição de equipamentos para utilização Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0110/09 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	
01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	
06.182.0026.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DEFESA CIVIL	
4.4.90.00.00.0110/09 Aplicações Diretas	R\$ 114.000,00
TOTAL	R\$ 114.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit financeiro identificado nas rubricas de Impostos – Recursos Próprios – Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027/2020

Publicação Nº 2380769

DECRETO Nº 027/2020 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.766, de 28 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754/2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 193.858,37 (cento e noventa e três mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) para o Fundo Municipal da Infância e Adolescente.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para repasse as entidades contempladas com projetos junto ao FIA – Água Doce.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.50.00.00.062/10; 3.3.50.00.00.0622/11; 3.3.50.00.00.0729/12; 3.3.50.00.00.0755/13 e 3.3.50.00.00.0645/14 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e 3.3.90.00.00.0645/15 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

12 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	
01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	
08.243.0023.2.052 MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
3.3.50.00.00.0620/10 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$	18.997,69
3.3.50.00.00.0622/11 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$	20,94
3.3.50.00.00.0729/12 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$	27,93
3.3.50.00.00.0755,13 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$	25.341,57
3.3.50.00.00.0645/14 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$	93.899,18
3.3.90.00.00.0645/15 Aplicações Diretas	R\$ 55.571,06
TOTAL	R\$ 193.858,37

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.765/2020

Publicação Nº 2380755

LEI Nº 2.765/2020 – DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754/2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para o Fundo Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aquisição de equipamentos para utilização Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0110/09 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DEFESA CIVIL

4.4.90.00.00.0110/09 Aplicações Diretas R\$ 114.000,00

TOTAL R\$ 114.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o superávit financeiro identificado nas rubricas de Impostos – Recursos Próprios – Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.766/2020

Publicação Nº 2380758

LEI Nº 2.766/2020 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754/2020, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 193.858,37 (cento e noventa e três mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) para o Fundo Municipal da Infância e Adolescente.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para repasse as entidades contempladas com projetos junto ao FIA – Água Doce.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.50.00.00.062/10; 3.3.50.00.00.0622/11; 3.3.50.00.00.0729/12; 3.3.50.00.00.0755/13 e 3.3.50.00.00.0645/14 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e 3.3.90.00.00.0645/15 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

12 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

08.243.0023.2.052 MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.3.50.00.00.0620/10 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$ 18.997,69

3.3.50.00.00.0622/11 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$ 20,94

3.3.50.00.00.0729/12 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$ 27,93

3.3.50.00.00.0755,13 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$ 25.341,57

3.3.50.00.00.0645/14 Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.R\$ 93.899,18

3.3.90.00.00.0645/15 Aplicações Diretas R\$ 55.571,06

TOTAL R\$ 193.858,37

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o superávit financeiro do exercício de 2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.767/2020

Publicação Nº 2380761

LEI Nº 2.767/2020 – DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER SUAS MANUTENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criadas e denominadas as Estradas Municipais ADE 172 e ADE 172A, no Município de Água Doce - SC, conforme mapa, memorial descritivo e levantamento planimétrico, em anexo, e de acordo com as delimitações constantes nos incisos abaixo:

I - A estrada municipal ADE 172 (principal) é composta em seu perímetro pelos seguintes vértices: inicia no entroncamento com a Estrada Municipal ADE 431(Principal), Ponto 143 - coordenadas: Norte 7.055.385.429 e Este 434.052.281; e termina na Rodovia PR 280, Ponto 144 - coordenadas: Norte 7.059.800.330 e Este 431.003.587.

II - A estrada municipal ADE 172A (secundária) é composta em seu perímetro pelos seguintes vértices: inicia na Estrada Municipal ADE 172 (principal), Ponto 12 – coordenadas: Norte 7.059.322.590 e Este 430.989.973; e termina na Rodovia PR 280, Ponto 1 – coordenadas: Norte 7.059.722.082 e Este 430.470.375.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter em bom estado de conservação as estradas criadas de acordo com o disposto no art. 1º.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce, 28 de fevereiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 13/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº. 1/2020

Publicação Nº 2379701

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2020
TOMADA DE PREÇO 1/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2020, na modalidade “TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 1/2020”, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, com empreitada por preço unitário, destinado a substituição da iluminação pública existente na Avenida Independência por luminárias de LED, no centro do Município de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 16 de março de 2020 às 08h15, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até 16/03/2020 às 08h00. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 28 de fevereiro de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 05-2020 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01-2020 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA MUNICIPAL

Publicação Nº 2380733

Estado de Santa Catarina MUNICIPIO DE ÁGUAS DE CHAPECO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº05/2020
Pregão Presencial P/ Registro de Preços nº01/2020
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (OLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM) COM A FINALIDADE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE;
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 13h45min do dia 13 de março de 2020.
Abertura dos Envelopes: a partir das 14h00min – dia 13 de março de 2020.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. www.aguasdechapeco.sc.gov.br , e-mail compras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou INFORMAÇÕES pelo fone (0**49) 3339.0855.
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 28 de fevereiro de 2020.
VALMOR FOLLMANN PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2020

Publicação N° 2380355

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ****CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO
QUADRO PERMANENTE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL****EDITAL N° 001/2020**

Abre inscrições para o Concurso Público de Provas, destinado ao provimento de cargos de provimento efetivo do quadro permanente no Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições do Concurso Público de Provas para o provimento de cargos do Quadro Permanente do Serviço Público Municipal, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente Edital.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1** O Concurso Público será executado pela **Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE**, localizada no Campus Reitor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Trindade – Florianópolis, SC. Telefone (48) 3953-1000, endereço eletrônico <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> e-mail: aguasdechapeco@fepese.org.br.
- 1.2** As inscrições poderão ser efetuadas das 12 horas do dia **28 de fevereiro de 2020** às 16 horas do dia **30 de março de 2020**.
- 1.3** O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, bem como a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados e todos os demais atos, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/>.
- 1.4** A FEPESE informará por e-mail o deferimento da inscrição, o local de prova e outras informações. Não se responsabilizará, no entanto, por qualquer falha na entrega de mensagens eletrônicas, causada por endereço eletrônico incorreto ou por problemas no provedor de acesso do candidato ou qualquer outro problema de ordem técnica. A comunicação por meio eletrônico é meramente informativa, devendo o candidato sempre consultar o site do Concurso Público na Internet: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> para verificar as informações oficiais do certame.
- 1.5** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.6** O candidato, ao se inscrever, declara concordar que seus dados de identificação, os resultados das provas e a classificação sejam publicados no site do Concurso Público na Internet <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> e pelos meios que determinar a lei.
- 1.7** A comprovação da escolaridade e das demais exigências será feita quando da nomeação. A não apresentação, no local, data e horário previstos no Edital de Convocação, de todos os documentos exigidos implicará a desclassificação do Concurso Público e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- 1.8** O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.
- 1.9** A aprovação e classificação no presente Concurso Público não criam direito à nomeação que será realizada na medida das necessidades do Município e disponibilidades orçamentárias.
- 1.10** Os servidores que vierem a ser nomeados serão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário e submetidos ao Estatuto do Servidor Público Municipal.
- 1.11** O conteúdo programático das provas é o constante do Anexo 1 deste Edital.
- 1.12** O Cronograma de Atividades do Concurso Público consta no Anexo 3, podendo ser alterado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional. A alteração poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a sua comunicação no endereço eletrônico do Concurso Público: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/>.

2 ATENDIMENTO AO CANDIDATO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 2.1** A cópia do presente edital, bem como equipamentos para acesso à Internet e pessoal para orientar inscrições e receber documentos, estarão ao dispor dos interessados no Posto de Atendimento em:

Posto de Atendimento 1- Florianópolis

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPese

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Trindade – Florianópolis, SC.

Horário de atendimento: dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

No último dia de inscrições: 8h às 12h e das 13h às 16h.

Posto de Atendimento 2- Águas de Chapecó

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Rua Porto União, 570

Centro- Águas de Chapecó, SC

Horário de atendimento: dias úteis, das 8h às 11h30 min e das 13h às 16h30 min.

No último dia de inscrições: 8h às 11h30 min e das 13h às 16h.

- 2.2** O atendimento é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos. Em determinados horários e dias poderá ocorrer a formação de filas. Nos locais de atendimento não será possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição.
- 2.3** No atendimento presencial o candidato poderá obter acesso a equipamentos e orientação para a inscrição e demais atos do Concurso Público, mas é ele o responsável pelas informações e atos relativos à sua inscrição e demais atos do certame.
- 2.4** Quando da inscrição, o candidato fará o cadastro de uma senha para acesso à ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO.
- 2.5** A referida senha é pessoal e intransferível e possibilitará o acesso a informações sobre o seu desempenho, respostas aos recursos interpostos, bem como a alteração de dados cadastrais permitidos.
- 2.6** Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues:
- 1. Presencialmente** pelo candidato ou procurador devidamente constituído em um dos Postos de Atendimento, respeitados os horários de funcionamento.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

2. **Pela internet**, através de upload (carregamento) no site do Concurso Público na Internet <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> .
3. Via postal.

2.6.1 Entrega pessoal ou por Procurador. Os documentos poderão ser entregues pessoalmente ou por Procurador no Postos de Atendimento em Florianópolis ou Águas de Chapecó, nos dias úteis, no horário de funcionamento informado. No caso de entrega por Procurador este deve portar documento original válido de identificação e instrumento de procuração pública ou particular com fins específicos para entrega dos documentos relacionados ao Concurso Público.

2.6.2 Envio pela Internet (Upload). Para o envio de documentos pela Internet (UPLOAD), o candidato deverá:

1. Digitalizar (escanear) os documentos que deseja transmitir e salvar o arquivo em seu computador, pen drive ou cartão de memória;
2. Acessar o site do Concurso Público na Internet: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> ;
3. Na ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO, acessar a aba “Cadastro”;
4. Procurar, ao lado do campo do assunto a que se trata o documento, o link “Escolher arquivos”;
5. Após a seleção dos arquivos, clicar em “Atualizar os dados”.

2.6.3 Envio pelo correio. A remessa de documentos via postal (pelo correio) deve ser feita unicamente para o seguinte endereço:

Endereço para remessa postal:

FEPESE- Fundação de Ensino e Pesquisas Socioeconômicos
Concurso Público: Município de Águas de Chapecó
Caixa Postal: 5067 – CEP: 88040-900 – Florianópolis, SC

2.6.4 Recomenda-se que a documentação via postal seja enviada preferencialmente por SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), devendo o candidato providenciar a postagem com antecedência, pois só será examinada a documentação que for entregue à FEPESE até o último dia previsto no Edital para a entrega presencial, mesmo que ela tenha sido postada em data anterior, valendo para fins de direito de comprovação da entrega, o carimbo ou registro postal da entrega da correspondência.

2.7 Não serão admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

3 DOS CARGOS, DAS EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, DA CARGA HORÁRIA SEMANAL E DOS VENCIMENTOS.

3.1 O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos abaixo nomeados.

3.1.1. Cargos com exigência de curso superior

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO EXIGIDA	VENCIMENTOS
ANALISTA EM COMPRAS	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior.	R\$ 3.348,40
ANALISTA EM RECURSOS HUMANOS	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior.	R\$ 3.348,40
ASSISTENTE SOCIAL	02	30 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em Serviço Social. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 4.416,06

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO EXIGIDA	VENCIMENTOS
ENFERMEIRO	02	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em Enfermagem. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 4.416,06
MÉDICO	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em Medicina. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 14.473,75
MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA	01	20 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em Medicina. Residência Médica ou Especialização em Ginecologia e Obstetrícia. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 7.236,87
PSICÓLOGO	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino superior em Psicologia. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 4.971,36

3.1.2. Cargos com exigência de curso de ensino médio completo/ curso técnico

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO EXIGIDA	VENCIMENTOS
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino médio.	R\$ 1.322,85
AGENTE DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIO	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino médio.	R\$ 1.614,45
SECRETÁRIO DO SERVIÇO MILITAR E DA JUNTA MILITAR DE IDENTIFICAÇÃO	01	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de ensino médio.	R\$ 1.854,62
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03	40 h/s	Portador de Certificado de conclusão de Ensino Médio – Curso Técnico em Enfermagem.	R\$ 1.967,71

3.1.3. Cargos com exigência de curso de ensino fundamental incompleto, completo e alfabetizado

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO EXIGIDA	VENCIMENTOS
AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS	05	40 h/s	Alfabetizado	R\$ 1.322,85
AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS	04	40 h/s	Curso de ensino fundamental completo	R\$ 1.322,85
MOTORISTA	03	40 h/s	Curso de ensino fundamental incompleto. Carteira nacional de habilitação categoria: D ou E	R\$ 1.854,62
OPERADOR DE MÁQUINAS	03	40 h/s	Curso de ensino fundamental incompleto. Carteira nacional de habilitação categoria: D ou E	R\$ 2.292,95

4 DAS ATRIBUIÇÕES

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

ANALISTA EM COMPRAS

- Atuar em nível tático, operacionalizando as atividades, analisando as solicitações de compras, estudando os detalhes técnicos necessários para a compra direta ou por meio de licitações;
- Realizar pesquisas de preço e manter o cadastro de fornecedores atualizado;
- Emitir pareceres e aprovar o cadastro de fornecedores;
- Adquirir materiais sempre primando pela qualidade;
- Efetuar as compras em geral;
- Realiza pesquisas de fornecedores e coleta preços, efetuando análise de qualidade e optando pelo que mais atende as necessidades do órgão;
- Acompanha o prazo de entrega de materiais;
- Acompanha o prazo de vigência dos contratos elaborados pelo setor de compras;
- Atuar nas atividades de compras, participando da cotação de preços de materiais, equipamentos e/ou matéria prima, emitindo pedidos, atualizando dados em sistema, acompanhar orçamento e controle de estoque, prestar suporte para emissão de requisições de compras, acompanhar e controlar requisições, cadastrar novos fornecedores e materiais no sistema, receber e conferir notas fiscais e pedidos de compra;
- Coordenar a equipe de processos de licitação de compras;
- Promover a supervisão dos expedientes, convocações, comunicações, relatórios, pareceres e documentos afins;
- Realizar os trabalhos para apuração e controle do consumo de bens, materiais, e da prestação de serviços dos órgãos da administração direta e indireta;
- Promover a devida orientação quanto às políticas de compras, a comprovação de sua real necessidade e acompanhar a definição da modalidade que será utilizada para o atendimento;
- Promover a devida emissão de relatórios em conformidade e de acordo com as requisições dos superiores hierárquicos;
- Realizar os trabalhos atinentes ao setor de compras, de forma a promover a integração com demais setores da administração, primando pela economia e pela eficiência dos atos praticados;
- Assessorar a Comissão de Licitação para traçar diretrizes e políticas relacionadas a medidas de controle e supervisão para fins de requisição de materiais;
- Desenvolver atividades inerentes ao bom andamento da licitação: emitir relatórios para superiores hierárquicos, bem como fornecer extrato dos processos realizados para os órgãos fiscalizadores;
- Ter pleno conhecimento da Lei de Licitações e suas alterações, Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislação municipal atinente à matéria;
- Executar outras tarefas afins.

ANALISTA EM RECURSOS HUMANOS

- Desenvolver tarefas voltadas à organização e controle do setor de recursos humanos, através da definição de normas e políticas, que visem adotar o órgão público de uma força de trabalho qualificada e capaz;
- Prestar assistência na promoção de treinamentos e capacitações dos servidores;
- Promover avaliações de desempenho, planejamento de carreira e otimização do tempo, sempre prezando para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores;
- Administrar os salários e benefícios de direito dos servidores;
- Ter controle sob os contratos e transferência de servidores;
- Atuar nos processos de seleção de servidores;
- Elaborar a folha de pagamento e realizar a manutenção do arquivo dos servidores ativos e inativos;
- Efetuar o controle de admissões e demissões de servidores;
- Realizar o controle de pontos, com registros das faltas e horas extras;
- Proceder à elaboração e transferência das informações por meio dos sistemas SEFIP, RAIS, DIRF, CAGED ou e-Social, ou por qualquer outro sistema que venha a substituí-los;
- Elaborar certidões e processos necessários para pedido de aposentadoria dos servidores pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Elaborar relatórios atinentes às atividades do setor de recursos humanos, orientar do ponto de vista da Lei e realizar estudos e pesquisas quando necessários;
- Elaborar certidões de tempo de serviço;
- Prestar assessoramento na análise dos gastos com pessoal, participar na elaboração da proposta orçamentária anual;
- Coordenação dos serviços de segurança, engenharia e medicina do trabalho, em conformidade com as exigências do Ministério do Trabalho;
- Prestar assessoramento e emitir pareceres relacionados às atividades atinentes;
- Oferecer suporte a prestação de contas dos recursos referente à pessoal;
- Elaborar prestação de contas a órgãos de fiscalização, em especial ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, quando necessário;
- Ter pleno conhecimento do Estatuto dos Servidores Público Municipal, Plano de Cargos e Salários dos Servidores, Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislação municipal atinente à matéria;
- Executar outras tarefas afins.

ASSISTENTE SOCIAL

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas, projetos e ações na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial;
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;
- Desenvolver atividades que visem à promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;
- Participar efetivamente das políticas social e de saúde do município, através dos programas implantados;
- Assessorar os órgãos de administração pública direta em matérias de serviço social;
- Orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional;
- Planejar e promover inquéritos sobre a situação de escolares e suas famílias;
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social;
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição;
- Desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis;
- Orientar e monitorar ações de desenvolvimento relacionadas à economia solidária nas áreas de habitação e afins, desenvolvimento humanos, economia familiar/doméstica entre outras;
- Realizar visitas domiciliares, palestras e triagens;
- Realizar metodologias de trabalho em grupo, metodologias de desenvolvimento de comunidade, inserção produtiva, grupos de prevenção, vigilância social, proteção proativa, entre outros;
- Desempenhar tarefas semelhantes, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ENFERMEIRO

- Participar no planejamento, execução, coordenação e avaliação de planos e programas de saúde;

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- Elaborar, implementar e executar normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- Prestar assessoria quando solicitado;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- Participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade;
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
- Participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde;
- Prevenir e controlar as infecções hospitalares (unidades de atendimentos);
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados;
- Desempenhar outras funções afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

MÉDICO

- Executar atividades inerentes à promoção, proteção e recuperação da saúde, seja individual ou coletiva;
- Realizar consulta clínica e atendimento ambulatorial aos usuários;
- Participar dos programas de atendimento às populações, inclusive dos atingidas por calamidades públicas;
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias do Departamento da Saúde;
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
- Proceder à notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária;
- Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- Resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Realizar o pronto atendimento nas urgências e emergências;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Indicar internação hospitalar;
- Solicitar exames complementares;
- Desempenhar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA

- Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;
- Prestar assistência médica integral à saúde da mulher, na área de ginecologia e obstetrícia;
- Realizar anamnese (histórico clínico);
- Efetuar exame ginecológico e/ou obstétrico;
- Solicitar exames laboratoriais e/ou ultrassonografia quando julgar necessário;
- Prescrever medicação, quando necessário;
- Dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante;
- Participar de programas voltados para a saúde pública;
- Orientar mulheres e/ou gestantes quanto ao planejamento familiar, uso de métodos contraceptivos, controle de pré-natal, parto hospitalar, aleitamento materno entre outros aspectos;
- Coletar material para exames de preventivo de CA de mama e colo uterino, quando julgar necessário;
- Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;
- Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;
- Respeitar a ética médica;
- Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal;
- Guardar sigilo das atividades inerentes às atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público;
- Apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise;
- Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu.

PSICÓLOGO

- Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades;
- Participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas;
- Planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;
- Executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes;
- Participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Estudar as relações humanas no trabalho, bem como os problemas de psicologia ao trabalho;
- Realizar estudos e pesquisas sobre atribuições de cargos, funções e empregos a fim de possibilitar sua classificação e retribuição;
- Estudar e acompanhar a organização de novos quadros de servidores;
- Estudar e acompanhar novos sistemas de ascensão, progressão, avaliação de cargos; bem como a elaboração de anteprojetos e decretos;
- Realizar estudos sobre a criação, alteração, extinção, supressão, lotação e relocação de cargos, funções e empregos;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Avaliar comportamento individual, grupal e institucional;
- Analisar, tratar, acompanhar e educar indivíduos, grupos e instituição;
- Coordenar equipes de atividades de área e afins;
- Realizar tarefas administrativas afins;
- Proceder ou providenciar a reeducação nos casos de dificuldades escolar e familiar;
- Planejar e executar pesquisas realizadas à compreensão do processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da clientela, atualizando e reconstruindo projetos pedagógicos da escola, relevantes ao ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem a fim de fundamentar a atuação crítica do psicológico, dos professores e dos usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos ou complementares;
- Participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais concentrando sua ação nos aspectos que dizem respeito aos processos de desenvolvimento humanos, da aprendizagem e das relações interpessoais e colaborando na constante avaliação e no redirecionamento dos planos e práticas educacionais, para implementar uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento através de treinamento quando necessários;
- Supervisionar, orientar e executar outros trabalhos na área da psicologia educacional;
- Desempenhar outras tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

- Desenvolver ações educacionais e de mobilização da comunidade relativas ao controle das doenças/agravos;
- Executar ações de controle de doenças/agravo interagindo com os Agentes Comunitários de Saúde e equipe de Atenção Básica;
- Identificar casos suspeitos dos agravos/doenças e encaminhar os pacientes para a Unidade de Saúde de referência e comunicar o fato ao responsável pela Unidade de Saúde;
- Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agente transmissor de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva;
- Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e/ou coleta de reservatórios de doenças;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de intervenção;
- Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;
- Executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;
- Registrar as informações referentes às atividades executadas;
- Realizar identificação e cadastramento de situações que interferem no curso de doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;
- Mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores;
- Atualizar o cadastro de imóveis, por intermédio do reconhecimento geográfico, e o cadastro de pontos estratégicos (PE);
- Realizar pesquisa larvária em imóveis, para levantamento de índices e descobrimento de focos, bem como em armadilhas e em pontos estratégicos, conforme orientação técnica;
- Identificar criadouros contendo formas imaturas do mosquito;
- Orientar moradores e responsáveis para a eliminação e/ou proteção de possíveis criadouros;
- Executar a aplicação focal e residencial, quando indicado, como medida complementar ao controle mecânico, aplicando os larvicidas indicados, conforme orientação técnica;
- Registrar nos formulários específicos, de forma correta e completa, as informações referentes às atividades executadas;
- Vistoriar e tratar os imóveis cadastrados e informados pelos Agentes Comunitários de Saúde que necessitam do uso de larvicidas, bem como, vistoriar depósitos de difícil acesso informado pelo Agente Comunitário de Saúde;
- Encaminhar os casos suspensos de dengue à Unidade de Atenção Primária em Saúde, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;
- Atuar junto aos domicílios, informando os seus moradores sobre a doença, seus sintomas e riscos, o agente transmissor e medidas de prevenção;
- Promover reuniões com a comunidade com o objetivo de mobilizá-la para as ações de prevenção e controle de dengue, sempre que possível em conjunto com a equipe de Agentes Comunitários de Saúde da sua área;
- Reunir-se sistematicamente com a equipe de Atenção Primária de Saúde, para trocar informações sobre febris suspeitos das doenças transmitidas pelo Aedes, a evolução dos índices de infestação por Aedes aegypti da área de abrangência, os índices de pendências e as medidas que estão sendo, ou deverão ser, adotadas para melhorar a situação;
- Comunicar os supervisores os obstáculos para a execução de sua rotina de trabalho, durante as visitas domiciliares,
- Registrar, sistematicamente, as ações realizadas nos formulários apropriados, conforme já referido, com o objetivo de alimentar o sistema de informações vetoriais.

AGENTE DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

- Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
- Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
- Prestar orientação, assistência e consultoria sobre atividades agropecuárias e sobre o funcionamento do setor;
- Promover organização, extensão e capacitação rural;
- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
- Controlar e arquivar publicações oficiais;
- Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, INSS e outros.
- Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor;
- Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas;
- Executar serviços de digitação em geral;
- Preencher formulários, fichas, cartões e outros;
- Codificar dados e documentos;
- Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais;
- Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária;
- Auxiliar na elaboração de prestação de contas;
- Executar outras tarefas correlatas de acordo com a necessidade do setor.

AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS

- Zelar e cuidar da conservação de equipamentos públicos municipais, tais como escolas e praças;
- Percorrer a área sob a sua responsabilidade; inspecionar no sentido de impedir incêndios e depredações;
- Comunicar qualquer irregularidade verificada;
- Efetuar pequenos reparos e consertos;
- Providenciar os serviços de manutenção em geral;
- Ter sob a sua guarda materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho, bem como materiais de competição esportiva e outros;
- Zelar pela limpeza e conservação de praças, parques, jardins, recintos e prédios;
- Solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade;
- Conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos; executar tarefas auxiliares, tais como: fabricação e colocação de cabos em ferramentas, montagem e desmontagem de motores, máquinas e caldeiras, confecção e conserto de capas e estofamentos: operar, entre outras, máquinas de pequeno porte, serras, cortador de grama, máquinas de fabricar telas, arame e similares;
- Acender forjas;
- Auxiliar serviços de jardinagem;
- Cuidar de árvores frutíferas;
- Lavar, lubrificar e abastecer veículos e motores;
- Abastecer máquinas;
- Limpar estátuas e monumentos;
- Vulcanizar e recauchutar pneus e câmaras;
- Auxiliar na preparação de asfalto;
- Manejar instrumentos agrícolas;
- Executar serviços de lavoura (plantio, colheita, preparo de terreno, adubações, pulverizações e similares);
- Aplicar inseticidas e fungicidas; zelar pelo funcionamento e limpeza de equipamentos utilizados ou em uso;
- Carregar e descarregar veículos em geral; transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção, móveis e outros; fazer mudanças;
- Proceder à abertura de valas; efetuar serviço de capina em geral;
- Varrer, escovar, lavar e remover lixo e detritos das vias públicas e próprios municipais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos;
- Zelar pela conservação e manutenção de sanitários públicos;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Auxiliar em tarefas de construção, calçamento e pavimentação em geral;
- Auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de materiais;
- Cavar sepulturas e auxiliar no sepultamento;
- Cuidar de currais e terrenos baldios;
- Alimentar animais sob supervisão;
- Lavar peças e dependências de oficinas, garagens e similares;
- Executar serviços de jardinagem compreendendo: sementeira, transplante de mudas, poda, preparação e conservação do solo de praças e jardins públicos;
- Irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para produção de mudas;
- Controlar a produção e distribuição de mudas do viveiro municipal;
- Coletar sementes e mudas de plantas nativas;
- Distribuir, mediante autorização superior as mudas do viveiro municipal;
- Relatar anormalidades verificadas;
- Zelar pelas instalações do viveiro de mudas do Município;
- Fazer os trabalhos necessários para o assentamento de pedras irregulares, paralelepípedos ou alvenaria polidrica, tais como: determinar o alinhamento da obra, preparar o solo, assentar pedras, lajes, mosaicos e pedras portuguesas e outras;
- Fazer rejuntamento de pedras com asfalto;
- Abrir, repor e consertar calçamentos;
- Fazer assentamentos de meio-fio;
- Executar serviços braçais;
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

- Fazer os serviços de faxina em geral;
- Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos;
- Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
- Limpar, arrumar e desinfetar banheiros e toaletes;
- Auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama;
- Lavar e encerar assoalhos;
- Lavar e passar vestuários, roupas de cama e mesa;
- Coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados;
- Lavar vidros, espelhos, persianas;
- Varrer pátios;
- Fazer café e similares e servir;
- Fechar portas, janelas e outras vias de acesso;
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Operar elevadores;
- Preparar e servir alimentos;
- Executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios;
- Limpar e preparar cereais, vegetais, carnes de variadas espécies para cozimento;
- Auxiliar no preparo de dietas especiais e normais;
- Preparar refeições ligeiras;
- Preparar e servir merendas;
- Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Auxiliar no controle do estoque de material e gêneros alimentícios;
- Manter a higiene em locais de trabalho;
- Guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados;
- Fazer o serviço de limpeza em geral nas dependências internas e externas do órgão;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa;
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Processar cópia de documentos;
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão;
- Receber e transmitir mensagens;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

SECRETÁRIO DO SERVIÇO MILITAR E DA JUNTA MILITAR DE IDENTIFICAÇÃO

- Cooperar no preparo e execução da mobilização de pessoal, de acordo com as normas baixadas pela 5ª Região Militar;
- Efetuar o alistamento militar dos brasileiros, procedendo de acordo com as normas vigentes;
- Informar ao cidadão alistado sobre as providências a serem tomadas quando de sua mudança de domicílio;
- Solicitar, por intermédio da Delegacia de Serviço Militar, a cópia da Ficha de Alistamento Militar (FAM) do alistado que tenha transferido residência para o município;
- Providenciar a atualização dos dados cadastrais do cidadão, relativos à mudança de domicílio, no Portal do SERMILMOB, via internet;
- Orientar os brasileiros que não possuam registro civil a comparecerem a um cartório de registro civil, a fim de possibilitar o seu alistamento;
- Realizar o carregamento dos arquivos de alistamento no Portal do SERMILMOB na internet, no caso de JSM informatizada;
- Manter atualizado um livro registro contendo as datas e números dos arquivos de alistamento carregados no Portal do SERMILMOB na internet;
- Realizar as consultas de cidadão no Portal do SERMILMOB, sempre que julgar necessário;
- Providenciar a retificação dos dados cadastrais do cidadão no Portal do SERMILMOB;
- Validar os dados cadastrais dos cidadãos que realizarem o pré-alistamento pela internet, conferindo-os com a documentação apresentada;
- Restituir aos interessados os documentos apresentados para fins de alistamento militar, depois de extraídos os dados necessários;
- Fornecer cópias dos documentos militares requeridos, após o pagamento da(s) multa(s) ou da comprovação de isenção da(s) mesma(s) (declaração de pobreza);
- Fazer a entrega dos certificados militares mediante recibo passado nos respectivos livros;
- Organizar os processos de “arrimo de família”, “notoriamente incapaz”, “adiamento de incorporação”, “preferência de Força Armada”, “transferência de Força Armada”, “reabilitação”, “2ª via de Certificado de Reservista”, “Serviço Alternativo”, “recusa à prestação do Serviço Militar”, “anulação de eximção” e “reciprocidade do Serviço Militar”, encaminhando-os à CSM, por intermédio da 161ª Delegacia de Serviço Militar;
- Revalidar o Certificado de Alistamento Militar (CAM);
- Averbar, no CAM, nas FAM ou no SERMILMOB, as anotações referentes à situação militar do alistado, no que lhe couber;
- Determinar o pagamento de taxa e multas militares, quando for o caso;
- Informar ao cidadão, por ocasião do alistamento, os seus direitos e deveres com relação ao Serviço Militar;
- Participar à CSM, por intermédio da Del SM, as infrações à Lei do Serviço Militar (LSM) e ao seu Regulamento;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- Organizar e: a. realizar as cerimônias para entrega de CDI; e b. executar os trabalhos de relações públicas e publicidade do Serviço Militar no Município;
- Verificar a situação militar do brasileiro que deseje obter passaporte, fornecendo o respectivo documento militar a que o referido cidadão fizer jus;
- Recolher à Del SM os certificados militares inutilizados;
- Efetuar o registro e expedir a Carteira de Identidade (CI) seja a primeira ou segunda via, de acordo com as normas vigentes;
- Passar a orientação aos interessados dos procedimentos e documentos necessários para emissão da CI;
- Fazer a entrega da Carteira de Identidade mediante normas vigentes;
- Efetuar o registro e expedir a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), de acordo com as normas vigentes;
- Passar a orientação aos interessados dos procedimentos e documentos necessários para emissão da CTPS;
- Fazer a entrega da CTPS mediante normas vigentes;
- Realizar a rotina de orientação, emissão e entrega de qualquer outro documento de identificação, que o município venha a instituir como serviço de sua responsabilidade.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a promoção, proteção e recuperação da saúde;
- Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas;
- Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade;
- Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população;
- Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a técnica de aplicação adequada;
- Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pelo Departamento da Saúde;
- Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer visita domiciliar;
- Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas;
- Realizar cortes histológicos e inclusão;
- Preparar peças anatômicas para serem examinadas e/ou conservadas;
- Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades;
- Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e acondicionamento;
- Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas;
- Preparar as amostras de alimentos para análise;
- Auxiliar o bioquímico no encaminhamento e arquivo de laudos de análise de alimentos;
- Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos auxiliares do setor;
- Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis;
- Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor;
- Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios.
- Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável;

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- Auxiliar a equipe técnica em procedimentos específicos;
- Realizar instrumentação cirúrgica;
- Promover a saúde mental;
- Organizar o ambiente de trabalho;
- Executar outras tarefas semelhantes, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

MOTORISTA

- Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- Zelar pela conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo;
- Verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;
- Providenciar a lubrificação quando indicada;
- Verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Efetuar pequenos reparos, ou reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade;
- Recolher os veículos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipos de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada;
- Auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas etc.;
- Auxiliar Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), idosos, pessoas doentes, no embarque e desembarque do veículo, bem como acomodação de cadeiras de rodas, muletas e outros;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as peculiaridades do setor.

OPERADOR DE MÁQUINAS

- Zelar pela conservação da máquina ou equipamento que lhe for entregue;
- Realizar a manutenção básica das máquinas ou equipamentos;
- Providenciar a lavagem, o abastecimento de combustível, água e óleo, e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir/operar máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, moto niveladora, trator de esteira, trator de pneu, pás carregadeiras, e outros equipamentos rodoviários, industriais e agrícolas;
- Recolher as máquinas ou equipamentos à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter as máquinas ou equipamentos em perfeitas condições de funcionamento;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Planejar o trabalho ou serviços a ser realizados;
- Proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins.

5 INSCRIÇÕES

5.1 A participação no Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

5.2 São requisitos básicos para a investidura no Cargo Público:

1. A nacionalidade brasileira;
2. O gozo dos direitos políticos;
3. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
4. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
5. A idade mínima de dezoito anos;
6. Aptidão física e mental.

5.3 As inscrições estarão abertas das 12 horas do dia **28 de fevereiro de 2020**, às 16 horas do dia **30 de março de 2020**, podendo ser efetuadas por um dos seguintes meios:

1. **Presencialmente ou por Procurador** devidamente constituído no Posto de Atendimento em Florianópolis ou Águas de Chapecó;
2. **Via Internet, on line**, no endereço eletrônico <http://aguaschapeco.fepese.org.br/>.

5.4 O valor da taxa de inscrição é:

1. Para o cargo com exigência de curso de **ensino superior: R\$ 140,00** (cento e quarenta reais);
2. Para os cargos com exigência de curso de **ensino médio/ técnico: R\$ 100,00** (cem reais);
3. Para os cargos com exigência de curso de **ensino fundamental e alfabetizado: R\$ 80,00** (oitenta reais).

5.5 Inscrição presencial Pessoalmente ou por Procurador

5.5.1 Para efetuar a inscrição presencial o candidato ou seu Procurador, deverá seguir os seguintes passos:

1. Comparecer a um dos Postos de Atendimento munido de documento de identidade original com foto e número de inscrição de Contribuinte Pessoa Física (CPF);
2. Se Procurador, portar documento de identidade original com foto e cópia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato, além do original do instrumento Público de Procuração específico para realizar a inscrição no Concurso Público.
3. Preencher o Requerimento de Inscrição em equipamento que será disponibilizado e realizar os procedimentos indicados;
4. Obter e efetivar o pagamento do boleto bancário em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou “home banking”, preferencialmente do **Banco do Brasil S.A.**, até às 23h59 minutos do último dia de inscrições.

5.5.2 O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, principalmente nos últimos dias de inscrição, poderá haver a formação de filas. No último dia de inscrição somente serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até às 16 horas. Nos locais de inscrição não haverá atendimento bancário.

5.6 Inscrição pela Internet

5.6.1 Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

1. Acessar o endereço eletrônico <http://aguaschapeco.fepese.org.br/>.
2. Preencher o Requerimento de Inscrição on line, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

3. Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou “home banking”, preferencialmente do Banco do Brasil S.A, até às 23h59 minutos do último dia de inscrições.
- 5.7 Os candidatos com deficiência que tenham dificuldade de realizar a sua inscrição deverão agendar pelo telefone (48) 3953-1000, até **23 de março de 2020**, um horário especial de atendimento, informando a ajuda de que necessitam. A FEPESE disponibilizará ao candidato, respeitando o critério da razoabilidade, os meios e ajuda requeridos.
- 5.8 É de responsabilidade de o candidato manter atualizados os endereços e números de telefone informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser comunicada à FEPESE na ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO, ou por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: aguasdechapeco@fepese.org.br. Após a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó.
- 5.9 O pagamento da taxa de inscrição só deverá ser feito mediante a utilização do boleto bancário obtido, quando da inscrição, no endereço eletrônico: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/>. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço até a data e horário de encerramento das inscrições..
- 5.10 O boleto da taxa de inscrição só poderá ser pago até a data do último dia de inscrições. O pagamento em data posterior, mesmo que seja aceito pelo estabelecimento bancário, não dará quitação do pagamento. O candidato que desejar pagar o boleto da sua inscrição pela Internet ou nas Agências Lotéricas e ou Postos de Autoatendimento, deverá cientificar-se que o valor pago será efetivado até o último dia de inscrições.
- 5.11 No caso de feriado bancário ou qualquer outro evento que suspenda o funcionamento dos estabelecimentos bancários no dia do vencimento do boleto bancário correspondente à inscrição, o pagamento deverá ser antecipado.
- 5.12 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento. Será cancelada a inscrição cujo pagamento tiver sido efetuado com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 5.13 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.14 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.
- 5.15 Só é permitida uma inscrição. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato para o mesmo cargo/função, será considerada apenas a inscrição mais recente, efetivamente paga.
- 5.16 É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 5.17 A FEPESE não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 5.18 Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 5.19 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Concurso Público no endereço <http://aguaschapeco.fepese.org.br/>, onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a função para a qual está concorrendo, na data provável de **06 de abril de 2020**. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

6 ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

- 6.1** Poderão requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição, nos termos da Lei Estadual Nº 17.457, de 10 de janeiro de 2018, no período de **28 de fevereiro de 2020 a 09 de março de 2020**, os candidatos doadores de sangue e de medula.
- 6.2** Para fazer jus à isenção o candidato deverá:
1. Requerer a sua inscrição, como determina o Edital e **assinalar, no espaço devido, a opção “Pedido de isenção do valor da inscrição.”**
 2. Entregar nos Postos de Atendimento aos Candidatos em Florianópolis ou em Águas de Chapecó, ou fazer o upload ou pelo correio **até o dia 09 de março de 2020, nos horários de funcionamento informados no item 2.1**, original ou cópia autenticada de documento emitido por entidade coletora que deverá ser órgão oficial ou entidade credenciada pela União, Estado ou Município, discriminando o número e a data em que foram realizadas as doações de sangue ou de medula, não podendo as doações de sangue ser em número inferior a 03 (três) vezes anuais.
- 6.3** Os candidatos que não tiverem acesso à Internet poderão obter auxílio nos Postos de Atendimento ao Candidato em Águas de Chapecó ou Florianópolis, nos horários informados no item 2.1.
- 6.4** Os documentos enviados pelo correio devem ser postados com antecedência, pois só será examinada a documentação que for entregue à FEPESE até o último dia previsto no Edital para a entrega presencial, mesmo que ela tenha sido postada em data anterior, valendo para fins de direito de comprovação da entrega, o carimbo ou registro postal da entrega da correspondência.
- 6.5** O despacho aos pedidos de isenção, do qual caberá recurso, será publicado no site do Concurso Público na Internet, na data provável de **13 de março de 2020**.
- 6.6** A decisão em relação aos recursos e a relação definitiva dos candidatos beneficiados será publicada no site do Concurso Público na data provável de **23 de março de 2020**
- 6.7** Os candidatos que não tiverem o seu pedido de isenção deferido e desejarem participar do concurso público, deverão imprimir e pagar o boleto de inscrição nos mesmos prazos e meios previstos no Edital para os demais candidatos.

7 INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 7.1** São asseguradas às pessoas com deficiência a inscrição e participação no Concurso Público, sendo a elas reservadas, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras, até 5% (cinco por cento) das vagas, conforme o quadro abaixo:

Cargos com exigência de curso de ensino fundamental incompleto, completo e alfabetizado.

CARGO	VAGAS	VAGAS RESERVADAS PCD	VAGAS LIVRE CONCORRÊNCIA
AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS	05	01	04

- 7.2** Para os demais cargos, em face do número de vagas ofertadas, não haverá reserva imediata de vagas para as pessoas com deficiência. O primeiro candidato classificado nas vagas reservadas às pessoas com deficiência em cada cargo, será nomeado para a 5ª (quinta) vaga que vier a ser convocada, o segundo candidato para a 10ª (decima) vaga a ser convocada e assim sucessivamente.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- 7.3** Serão consideradas pessoas com deficiência somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos (Convenção 159/1983 da OIT) e que se enquadrem nas categorias descritas na Lei Federal nº 7.853/1989, no Decreto Federal nº. 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004 e 9508/2018, na Lei Estadual nº12.870/2004, no Decreto Estadual nº 2.874/2009 e na Súmula nº. 377 do STJ: “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.
- 7.4** Para que sua inscrição e os pedidos de condições especiais possam ser deferidos, o candidato com deficiência deverá fazer o upload, ou entregar pessoalmente ou por intermédio de procurador habilitado na FEPESE **até as 16 horas do último dia de inscrições**, o seguinte documento:

Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência.

- 7.4.1** O Laudo Médico poderá ser enviado pelo Correio, mas só será examinado se for entregue à FEPESE pelo serviço postal, até o último dia previsto no Edital para a entrega presencial, mesmo que a postagem tenha sido feita anteriormente, valendo para fins de direito de comprovação da entrega, o carimbo ou registro postal da entrega da correspondência.

Endereço para envio pelo correio:

FEPESE Concurso Público – Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó
Inscrição para as vagas reservadas: Pessoas com deficiência- PCD
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Caixa Postal 5067 88040-970 -Trindade – Florianópolis, SC.

- 7.5** É facultado ao candidato com deficiência requerer:

1. Assistência de leitor ou tradutor de Braille;
2. Assistência de intérprete de LIBRAS;
3. Provas e cartão resposta ampliados;
4. Dilação do tempo para responder à prova;
5. Adaptação da prova prática;
6. Uso de equipamentos especiais.

- 7.6** As condições especiais para a prestação das provas devem ser requeridas no espaço próprio do Requerimento de Inscrição. Os candidatos que necessitarem de ampliação do tempo da Prova Escrita, a assistência de leitor ou o uso de equipamentos especiais ou adaptação da Prova Prática, além de encaminhar a documentação para comprovação da deficiência, deverão requerer a condição especial e entregar à FEPESE- pessoalmente, por upload ou pelo correio (Os documentos enviados pelo correio só serão aceitos se forem entregues à FEPESE até o último dia de inscrições, mesmo que tenham sido postados anteriormente) laudo médico emitido por especialista da área de sua deficiência, justificando a necessidade do pedido.
- 7.7** Caso o candidato com deficiência necessite usar equipamentos especiais, é de sua responsabilidade a sua aquisição, bem como seu transporte, instalação, montagem e desmontagem. Os equipamentos especiais para uso dos candidatos devem ser inspecionados pela Coordenação de Prova, antes do início da prova.
- 7.8** O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se referem ao conteúdo das provas, critérios de aprovação, data, horário de início, local de aplicação e nota mínima exigida.
- 7.9** Os candidatos com deficiência regularmente inscritos submeter-se-ão, quando convocados, à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitado ou não para o exercício da função.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

7.10 Os candidatos que se declararam no ato de inscrição com deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

7.11 As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade.

8 OUTROS REQUERIMENTOS

8.1 Candidata lactante

8.1.1 A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

1. Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
2. Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2 O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova. O responsável pela criança não poderá ausentar-se da sala de amamentação, nem se deslocar pelos corredores, exceto quando da presença da candidata quando não poderá permanecer no local, manter com ela qualquer diálogo ou fazer uso de qualquer equipamento receptor ou transmissor de ondas eletromagnéticas.

8.2 Benefícios da Lei 11.689/2008.

8.2.1 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar na FEPESE, ou fazer upload, ou enviar pelo correio **até o último dia de inscrições** (Os documentos enviados pelo correio só serão aceitos se forem entregues à FEPESE até o último dia de inscrições, mesmo que tenham sido postados anteriormente), cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

9 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

9.1 O presente Concurso Público constará das etapas seguintes.

9.1.1 Para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas

Primeira etapa: **Prova escrita com questões objetivas**, de caráter classificatório e eliminatório;

Segunda etapa: **Prova Prática** de caráter classificatório e eliminatório.

9.1.2 Para os demais cargos

Etapa única: **Prova escrita com questões objetivas**, de caráter classificatório e eliminatório.

10 DA PROVA ESCRITA

10.1 A Prova Escrita, de **caráter eliminatório e classificatório** constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 5 (cinco) alternativas, das quais uma única será correta.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- 10.2** As áreas de conhecimento exigidas, para todos os cargos, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos nos quadros abaixo:

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR

Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
Noções de Matemática	05	0,10	0,50
Noções de Informática	05	0,10	0,50
Aspectos históricos, geográficos, econômicos, culturais e sociais	05	0,10	0,50
Conhecimentos específicos	15	0,50	7,50
TOTAIS	35		10,00

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO

Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
Noções de Matemática	05	0,10	0,50
Noções de Informática	05	0,20	1,00
Aspectos históricos, geográficos, econômicos, culturais e sociais	05	0,10	0,50
Conhecimentos específicos	10	0,70	7,00
TOTAIS	30		10,00

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO, COMPLETO E ALFABETIZADO

Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
Noções de Matemática	05	0,20	1,00
Higiene e segurança no trabalho	05	0,20	1,00
Conhecimentos específicos	10	0,70	7,00
TOTAIS	25		10,00

- 10.3** Serão aprovados e classificados na Prova Escrita, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).
- 10.4** Para prestar a Prova Escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.
- 10.5** A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 10.6** O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

10.7 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

10.8 Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

1. Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
2. Que contenha emenda (s) e /ou rasura (s), ainda que legível (eis);
3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
4. Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
5. Assinalada em cartão resposta sem a assinatura do candidato;
6. Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

10.9 A Prova Escrita será aplicada na cidade de Águas de Chapecó, ou na inexistência de locais adequados e ou suficientes para a sua aplicação, em cidades próximas, na data provável de **19 de abril de 2020**, com a duração de 4 horas, de acordo com o cronograma abaixo:

Cronograma da Prova Escrita

EVENTOS	HORÁRIO
1. Abertura dos portões de acesso aos locais de prova	12h
2. Fechamento dos portões (não sendo permitido o acesso a partir deste horário).	12h40 min
3. Abertura dos envelopes e distribuição das provas.	12h50 min
3. Início da resolução da prova.	13h
4. Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	14h
5. Final da prova. Entrega obrigatória dos materiais da prova.	17h

10.10 Os locais em que os candidatos deverão prestar a prova serão divulgados no site do Concurso Público na Internet na data provável de **14 de abril de 2020**.

10.11 Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso.

10.12 O não comparecimento ou a chegada com atraso à Prova Escrita implica a desclassificação do candidato no Concurso Público.

10.13 A FEPESE, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da Prova Escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Concurso Público na Internet, por mensagem enviada para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

10.14 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação.

10.15 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista (com foto), carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

10.16 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

10.17 Só serão aceitos documentos em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- 10.18** A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.
- 10.19** Em face de eventual divergência a FEPESE poderá exigir a apresentação do original do comprovante de pagamento da inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.
- 10.20** Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:
1. Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta;
 2. Documento de identificação;
 3. Comprovante do pagamento da inscrição;
 4. Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- 10.21** É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares e ou quaisquer outros transmissores ou receptores de ondas de rádio (como controles de portões ou chaves remotas de veículos) e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico e ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos, óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 10.22** É permitido o uso, por motivação religiosa, de gahfiya, hijab, kipá ou yarmulka, mediante prévia inspeção e autorização do Coordenador local do Concurso Público.
- 10.23** É terminantemente proibida, sob qualquer alegação, a entrada de candidato armado nos locais onde se realizarem as provas. A FEPESE não terá qualquer armamento sob sua guarda.
- 10.24** Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova.
- 10.25** A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 10.26** É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- 10.27** A FEPESE poderá, por medida de segurança, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 10.28** Em face de eventual varredura eletrônica, os candidatos que fizerem uso de marca passo ou implantes metálicos deverão contatar com antecedência à Coordenação do Concurso Público.
- 10.29** A FEPESE e o Município de Águas de Chapecó não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 10.30** Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

11 DA PROVA PRÁTICA

- 11.1** A Prova Prática é a segunda etapa do Concurso Público para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

11.2 Serão convocados para a prestação da Prova Prática:

Os candidatos ao cargo de **Motorista** aprovados na Prova Escrita e classificados do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) lugar; e
Os candidatos ao cargo de **Operador de Máquinas** aprovados na Prova Escrita e classificados do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) lugar.

11.3 No caso de empate na nota da última classificação, (vigésimo, trigésimo, quadragésimo e centésimo lugar) serão usados como critério de desempate:

- 11.3.1** Maior nota obtida nas questões de Conhecimentos Específicos;
- 11.3.2** Maior nota obtida nas questões de nas questões de Língua Portuguesa;
- 11.3.3** Maior nota obtida nas questões de Higiene e segurança no trabalho;
- 11.3.4** Maior número de acertos (independentemente da nota) em todas as questões;
- 11.3.5** Maior idade (na data de início das inscrições no Concurso Público).

11.4 Persistindo o empate, após a aplicação de todos os critérios dispostos no subitem anterior, serão convocados todos os candidatos que continuarem empatados.

11.5 A Prova Prática consistirá na demonstração dos conhecimentos e habilidades dos candidatos através da execução de uma ou mais tarefas inerentes ao cargo pretendido, conforme abaixo:

11.5.1 PROVA PRÁTICA PARA O CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS.

TAREFAS A SEREM EXIGIDAS

Operação do equipamento efetuando manobras; demonstrando conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção do veículo; direção e operação veicular e execução de tarefa própria da função.

Máquina objeto da avaliação: Retroescavadeira ou Trator de Esteira.

AValiação

Fatores mínimos a serem avaliados:

- I - Verificação da máquina (pneus, água, óleo, bateria, implementos, etc.)
- II - Habilidades ao operar o equipamento;
- III - Aproveitamento do equipamento/ máquina/;
- IV – Produtividade;
- V - Técnica/Aptidão/Eficiência.

Duração da Prova: mínimo de 10 minutos e máximo de 20 minutos.

PONTUAÇÃO

DESEMPENHO AVALIADO		Avaliação/pontuação			
		Atingiu plenamente	Atingiu parcialmente	Atingiu minimamente	Não atingiu
1	Verificação das condições de operação e segurança.	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Técnica e aptidão	2,00	1,00	0,20	0,00
3	Habilidade na operação da máquina/equipamento.	2,00	1,00	0,20	0,00
4	Qualidade da tarefa realizada	2,00	1,00	0,20	0,00

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

5	Produtividade	2,00	1,00	0,20	0,00
6	Postura corporal.	1,00	0,50	0,10	0,00

Pontuação máxima: 10,00**11.5.2 PROVA PRÁTICA PARA O CARGO: MOTORISTA****TAREFAS A SEREM EXIGIDAS**

Dirigir o veículo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro.

Duração da Prova: mínimo de 10 minutos e máximo de 20 minutos.

Veículo objeto da avaliação: ônibus ou caminhão basculante.

AVALIAÇÃO**Fatores mínimos a serem avaliados:**

I – Verificação das condições de segurança e dirigibilidade;

II- Habilidades ao executar a tarefa proposta;

III - Produtividade;

IV - Técnica/Aptidão/Eficiência, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações.

PONTUAÇÃO

DESEMPENHO AVALIADO		Avaliação/pontuação			
		Atingiu plenamente	Atingiu parcialmente	Atingiu minimamente	Não atingiu
1	Verificação das condições de operação e segurança.	1,00	0,00	0,00	0,00
2	Técnica e aptidão na direção	2,00	1,00	0,20	0,00
3	Arrancar, dirigir em linha reta, curvas, estacionar	2,00	1,00	0,20	0,00
4	Obediência à legislação de trânsito (*)	4,00	0,00	0,00	0,00
5	Postura corporal.	1,00	0,50	0,10	0,00

Pontuação máxima: 10,00

(*) serão diminuídos 2,00 (dois pontos) a cada infração de trânsito cometida.

12 DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO**12.1** A nota final dos candidatos será a nota obtida através do emprego das fórmulas abaixo.**12.1.1** Nota final para os cargos de **Motorista** e **Operador de Máquinas**.

$$NF = [(NPE \times 4) + (NPP \times 6)] / 10$$

- NF = Nota Final

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

- NPE = Nota da Prova Escrita
- NPP = Nota da Prova Prática

12.1.2 Nota final para os demais cargos.

NF = NPE

- NF = Nota Final
- NPE = Nota da Prova Escrita

12.2 Serão aprovados e classificados os candidatos que obtiverem a Nota Final igual ou superior a 5,00 (cinco).

12.3 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento, em duas relações: candidatos inscritos para as vagas reservadas a pessoas com deficiência e candidatos inscritos para as vagas de livre concorrência.

12.4 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate na classificação, sucessivamente, o candidato que:

1. Possuir maior idade entre os candidatos com mais de sessenta anos, completados até o último dia de inscrição do Concurso Público, nos termos da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
2. Possuir maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
3. Possuir maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa;
4. Possuir maior pontuação nas questões de Noções de Matemática;
5. Possuir maior pontuação nas questões de Noções de Informática, quando couber;
6. Possuir maior pontuação nas questões de Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais;
7. Possuir maior pontuação nas questões de Higiene e segurança no trabalho, quando couber;
8. A condição de jurado, comprovada nos termos e prazo previstos pelo Edital;
- 10 O candidato mais velho (idade no último dia de inscrição do Concurso Público).

13 DOS RECURSOS

13.1 Caberão recursos dos seguintes atos do Concurso Público:

1. Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição;
2. Indeferimento do pedido de inscrição para reserva de vagas (candidatos com deficiência);
3. Indeferimento do pedido de inscrição (vagas de livre concorrência);
4. Teor das questões e gabarito preliminar da Prova Escrita;
5. Nota da Prova Escrita;
6. Nota da Prova Prática;
7. Nota e classificação final.

13.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação do ato em desfavor do qual deseja o candidato recorrer exclusivamente pela Internet.

Instruções para interposição de recursos on line (pela Internet)

1. Acessar a página do Concurso Público na Internet: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> ;
2. Preencher on line o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas, até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação do ato contestado;
3. Se assim desejar, fazer o up load (transmissão) de comprovantes e ou documentos digitalizados, que possam apoiar o seu pedido. Só serão analisados os arquivos com resolução que permitam a leitura integral do documento.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

- 13.3** Os candidatos que não tenham acesso à Internet, poderão obter auxílio e equipamento para interpor recurso administrativo, em um dos Postos de Atendimento em Águas de Chapecó ou Florianópolis, respeitado o horário de funcionamento.
- 13.4** No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam, mesmo que não tenham interposto recurso.
- 13.5** No caso de erro na indicação da resposta correta, o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.
- 13.6** O despacho dos recursos será publicado coletivamente no endereço eletrônico do Concurso Público: <http://aguaschapeco.fepese.org.br/> . Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.
- 13.7** A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.
- 13.8** Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no Edital.
- 13.9** Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.
- 13.10** Alterado o gabarito oficial pela Comissão, de ofício ou por força de provimento de recurso, a prova será corrigida de acordo com o novo gabarito, podendo haver alteração da pontuação e ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

14 DO PROVIMENTO DA VAGA

- 14.1** A classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de nomeação automática. A decisão de nomeação é de competência da Administração Municipal.
- 14.2** A convocação e nomeação dos candidatos classificados são de exclusiva competência e responsabilidade da Administração Municipal e serão regidas por editais próprios publicados na forma da lei.
- 14.3** A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção e aprovação pela Junta Médica Oficial do Município.

15 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 15.1** Delegam-se à FEPESE as seguintes competências:
1. Receber o pagamento das inscrições;
 2. Deferir e indeferir as inscrições;
 3. Emitir os documentos de homologação das inscrições;
 4. Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova exigida no presente edital;
 5. Apreciar, responder e dar publicidade aos recursos previstos neste Edital;
 6. Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 7. Prestar informações sobre o Concurso Público;
 8. Publicar o Resultado Final no site do Concurso Público na Internet.

16 DO FORO JUDICIAL

- 16.1** O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital é o da Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1** A FEPESE não fornecerá cópias dos documentos apresentados que, depois de protocolados, não poderão ser complementados.
- 17.2** O edital, avisos e outras publicações no site do Concurso Público na Internet e as publicações legais, são as únicas fontes de informações válidas.
- 17.3** Serão excluídos do Concurso Público, por ato da Comissão do Concurso Público da FEPESE, os candidatos que:
1. Forem culpados por agressões ou descortêsias para com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
 2. Forem surpreendidos, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio;
 3. Utilizarem qualquer meio com o objetivo de burlar a prova, ou apresentarem falsa identificação pessoal;
 4. Ausentarem-se da sala de prova durante a sua realização, sem o acompanhamento de um fiscal;
 5. Recusarem-se a submeter-se à identificação datiloscópica e ou revista pessoal ou de seus pertences, inclusive por meio eletrônico, sem prévio aviso, em qualquer recinto do estabelecimento onde se realizar a prova, a critério da Coordenação do Concurso Público;
 6. Recusarem-se a entregar ao fiscal de sala e ou coordenação, equipamentos, utensílios e materiais não permitidos ou ingressarem armados no edifício onde se realizar a prova;
 7. Incorrerem em outras práticas previstas neste Edital que cominam a mesma sanção.
- 17.4** Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público da FEPESE e pela Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó.

Águas de Chapecó, 28 de fevereiro de 2020.

Prefeito Municipal em Exercício

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

ANEXO 1

PROGRAMAS DAS PROVAS

Importante:

As questões relacionadas a legislação e normas poderão abranger alterações havidas até a data da publicação do Edital.

As questões relacionadas a Informática poderão arguir qualquer das versões dos softwares em uso no mercado.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa (5 questões) Análise e interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios. Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Pontuação gráfica. Vícios de linguagem

Noções de Matemática (5 questões). Operações com números reais. Razão, Proporção, Regra de Três Simples e Composta. Divisão em Partes Diretamente e Inversamente Proporcionais. Regra de Sociedade. Porcentagem, Variação Percentual e Porcentagem de Porcentagem. Acréscimos e Descontos Sucessivos. Juros, Montante e Desconto Comercial Simples. Taxa de Juros e Taxa de Desconto Simples. Substituição de um Título, Juro Composto. Montante a Taxa Variável, Desconto Composto, Fluxo de Caixa. Financiamento – Cálculo do Valor da Prestação. Cálculo do número de Prestação e do valor Financiado. Cálculo da Taxa de Financiamento. Amortização – Sistema Price e Americano. Sistema de Pagamento Único e de Amortização de Variáveis. Investimento.

Noções de Informática (5 questões). Windows: Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; - Gerenciar janelas; - Conceito, organização e manipulação de pastas e arquivos, - Criar Atalhos. Word:- Criação de documentos em geral; - Utilização das barras de ferramentas; - Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; - Formatação de Texto; - Impressão. Excel:- Criação de Planilhas em geral; - Uso das principais ferramentas; - Criação de Gráficos; - Uso das principais funções e fórmulas; - Formatação de Planilhas.

Aspectos históricos, geográficos, econômicos, culturais e sociais (5 questões). **Mundo:** Continentes, mares, oceanos, população. **Brasil:** Localização, limites geográficos, população, regiões, Estados e capitais, economia. **Santa Catarina:** localização, limites geográficos, população, divisão administrativa, aspectos da economia catarinense. **Município de Águas de Chapecó:** Localização, população, municípios limítrofes, aspectos econômicos, aspectos culturais, turismo. **Problemas contemporâneos:** superpopulação, distribuição de alimentos, recursos naturais, epidemias, meio ambiente, terrorismo.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA EM COMPRAS

Legislação Federal. Lei nº 12.462/11 – Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Administração Pública. Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos: modalidades de licitação, limites, tipos de licitação, princípios, prazos, dispensa e inexigibilidade, fase interna e externa do processo. Contratos – garantia de proposta e garantia de execução contratual, acréscimo contratual, prazos, revisão, reajuste e repactuação. Lei 10.520/02 – Lei do Pregão e Decreto nº 3.555/2000 – Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Pregão – diferencial do pregão, adoção do

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

pregão, tipos, bens e serviços comuns, funções do pregoeiro, termo de referência, casos de obrigatoriedade. Lei nº 8.883/94 – Normas para licitações. Decreto nº 5.504/05 – Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens comuns e serviços comuns. Credenciamento, sessão pública, fases do certame, impugnação e recursos. Lei Complementar 123/06 e alterações - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa. Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Legislação Municipal. Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó. Lei Complementar 21/2010- Regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”.

ANALISTA EM RECURSOS HUMANOS

Legislação Municipal: Leis Complementares 055/2018 e 062/2019 - Plano de cargos e remuneração dos servidores públicos municipais. Lei Complementar 31/2011- Plano de cargos, carreira e remuneração do Magistério Público Municipal. Lei complementar nº 003/2001, de 27 de junho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais. Lei Complementar 026/2011- Altera dispositivos da Lei 003/2001.

Legislação Federal: Regime Geral da Previdência Social. Normas de segurança e saúde no trabalho: PCMSO, PPRA, LTCAT e CIPA.

Gestão estratégica de recursos humanos. Noções de gestão de projetos. Noções de gestão de pessoas em administração pública. Relações interpessoais, cultura e clima organizacional. Dispositivos dos artigos 37, 39 e 40 da Constituição Federal: princípios da administração pública, concurso público, nomeação para cargos, empregos e funções, remuneração, regras para acumulação de cargos e remuneração, reserva de vagas, direitos do trabalhador, regime de previdência e efetivação em cargo público. Execução e controle de rotinas de folha de pagamento: admissão, demissão, frequência, férias, afastamentos, salários e encargos. E Social. Obrigações acessórias, anuais e mensais: RAIS, CAGED, DIRF. SEFIP

ASSISTENTE SOCIAL

Noções de gestão de projetos. Planejamento: instrumento. Interdisciplinaridade e trabalho em equipe. Noções de gestão de pessoas em administração pública. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Responsabilidade Social. Aspectos gerais das atividades cotidianas do Assistente Social: planejamento, execução, supervisão, assessoria e coordenação e avaliação de programas sociais. Atendimento Social. A intervenção do assistente social nas condições e relações de trabalho. Instrumentos de intervenção: diagnóstico, entrevista. Absenteísmo: causas e consequências no trabalho. Ética e Serviço Social. Promoção, proteção e a recuperação da saúde da população. Desenvolvimento de comunidade, inserção produtiva, grupos de prevenção, vigilância social, proteção proativa.

ENFERMEIRO

Lei 8.080/90, Lei 8142/90, Política Nacional da Atenção Básica, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde, Educação em saúde, Assistência de enfermagem à saúde da criança, Assistência de enfermagem à saúde do adolescente, Assistência de enfermagem saúde da mulher, Assistência de enfermagem à saúde do adulto, Assistência de enfermagem à saúde do idoso e Saúde Mental. Necessidades biopsicossociais do indivíduo nas diferentes faixas etárias. Enfermagem Médico-cirúrgica: patologias e procedimentos. Assistência em enfermagem nas situações de Urgência e Emergência neonatais, pediátricas, ginecológicas e obstétricas, psiquiátricas, trauma, cardiovasculares, respiratórias e metabólicas. Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e transporte inter-hospitalar. Transporte de acidentados, Abordagem inicial da vítima, Noções em Situações de Atenção a Múltiplas Vítimas, Sinais vitais, PCR e Reanimação cardiopulmonar.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

Choque, Infarto, Crise Hipertensiva, Edema Agudo de Pulmão, Hemorragias, Hemorragia digestiva, Acidente Vascular Cerebral, Desmaio, Alcoolismo agudo, Convulsão, Asfixia, Corpo estranho, Lesões traumato-ortopédicas, Luxação, Contusão, Escoriação, Esmagamento, Amputação, Imobilização, Lesões de tecido mole, na cabeça e lesões oculares. Trauma torácico e abdominal. Queimaduras, Animais Peçonhentos, Tentativa de suicídio, procedimento em caso de agressões por arma de fogo e arma branca, Afogamento.

MÉDICO

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Código da Ética Médica; Doenças de notificação compulsória no Estado de Santa Catarina; Portaria nº 1886 de 18 de dezembro de 1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família; Programa de Saúde da Família.

Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças: Cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas de aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque. Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite aguda e crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Do Sistema Digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular do cólon, tumores do cólon. Renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias. Metabólicas e do sistema endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Hematológicas: anemias hipocrômicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Reumatológicas: osteoartrose, doença reumatoide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Neurológicas: coma, cefaleias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcóolica, surtos psicóticos, pânico, depressão. Infecciosas e Transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifoide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptocócicas, estafilocócicas, doença meningocócica, infecções por anaeróbios, toxoplasmose, viroses. Dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas imunológicas, doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia. Ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréias, câncer de mama intercorrências no ciclo gravídico.

MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Código da Ética Médica; Doenças de notificação compulsória no Estado de Santa Catarina; Portaria nº 1886 de 18 de dezembro de 1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família; Programa de Saúde da Família.

Gestação humana: anatomia e embriologia do trato genital feminino, ovulação e espermatogênese, diagnóstico de gravidez; Fisiologia da gestação: endométrio, decídua: menstruação e gravidez, anexos fetais, endocrinologia do ciclo gestativo, desenvolvimento morfofuncional do feto, adaptações maternas às prenhes; Assistência pré-natal: pré-natal, estática fetal, pelve normal; Trabalho de parto - parto normal: fisiologia do trabalho de parto, mecanismo do parto, condução do trabalho de parto normal, assistência ao parto, anestesia e analgesia em obstetrícia, puerpério normal; Distúrbios do trabalho de parto: discinesias, distócia devido à anormalidade na apreensão, posição e no desenvolvimento fetal, distócia devido à anormalidade do trajeto, tóco traumatismo; Tóco cirúrgico: fórceps, parto pélvico, grande extração, versão interna e externa, operação cesariana. Anormalidade do puerpério: doenças do secundamento, infecção puerperal, mastite, papel da obstetra no aleitamento materno; Interrupção da gestação: aborto, gestação ectópica; Doenças da placenta e membranas:

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

doenças da placenta, neoplasia trofoblástica gestacional, amniorrexe prematura; Doenças específicas da gestação: pré-eclâmpsia, hemorragias do terceiro trimestre, prematuridade, pós-datismo, gestação múltipla; Anormalidades fetais: genética, diagnóstico pré-natal, drogas na gestação, ultrassonografia; Avaliação da vitalidade fetal: cardiocardiografia, perfil biofísico fetal, dopiervelocimetria; Doenças clínicas intercorrentes do ciclo grávido puerperal: cuidados intensivos e traumatismos, cardiopatias, pneumopatias, nefropatias, uropatias, doenças do aparelho digestivo, endocrinopatias, doenças do tecido conjuntivo, neuropatias, DST, infecções.

PSICÓLOGO

Psicologia: conceituação; principais correntes teóricas e áreas de conhecimento – motivação, aprendizagem, comunicação, liderança. Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência. A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar. Pesquisa em relação à saúde, trabalho e educação. Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS)**

Língua Portuguesa (5 questões). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

Noções de Matemática (5 questões). Operações e resolução de problemas: adição, subtração, multiplicação e divisão. e propriedades. Regra de três, porcentagem e juros simples. Sistemas de medidas: medida de tempo, sistema métrico decimal e sistema monetário brasileiro.

Noções de Informática (5 questões). Windows: Uso da Ajuda e Ferramentas de manutenção do Windows; - Gerenciar janelas; - Conceito, organização e manipulação de pastas e arquivos, - Criar Atalhos. Word:- Criação de documentos em geral; - Utilização das barras de ferramentas; - Utilizar as principais ferramentas e Menus do Word, com seus respectivos comandos; - Formatação de Texto; - Impressão. Excel:- Criação de Planilhas em geral; - Uso das principais ferramentas; - Criação de Gráficos; - Uso das principais funções e fórmulas; - Formatação de Planilhas.

Aspectos históricos, geográficos, econômicos, culturais e sociais (5 questões). **Mundo:** Continentes, mares, oceanos, população. **Brasil:** Localização, limites geográficos, população, regiões, Estados e capitais, economia. **Santa Catarina:** localização, limites geográficos, população, divisão administrativa, aspectos da economia catarinense. **Município de Águas de Chapecó:** Localização, população, municípios limítrofes, aspectos econômicos, aspectos culturais, turismo. **Problemas contemporâneos:** superpopulação, distribuição de alimentos, recursos naturais, epidemias, meio ambiente, terrorismo.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Noções básicas de prevenção, sintomas, classificação dos agentes causadores de endemias. Atribuições do Agente de Combate a Endemias. Noções Básicas de Epidemiologia: Notificação compulsória; Investigação; Inquérito; Surto; Bloqueio; Epidemia; Endemia; Controle de agravos. Vigilância em Saúde da Dengue, Esquistossomose, Malária, Raiva Humana, Leishmaniose e Febre Amarela. Diretrizes Nacionais para prevenção e controle de epidemias da Dengue. Pesquisa entomológica, malacológica. Coleta de reservatórios de doenças.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

AGENTE DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Histórico, importância, origem da agricultura. Agricultura alternativa: Orgânica, agroecologia, biológica. Sistema silvo agropastoril, permacultura. Principais culturas de importância econômica no Município de Águas de Chapecó. Conhecimento e uso de equipamentos e ferramentas agrícolas. Produção agroindustrial: higiene, limpeza, sanitização na produção da indústria de alimentos, conservação e armazenamento de matéria-prima e dos produtos, acompanhamento do controle de qualidade na produção agroindustrial. Sanidade animal Higiene, assepsia, noções de medidas profiláticas aplicadas aos animais; conhecimentos básicos das principais doenças infectocontagiosas e parasitas internos e externos dos animais.

SECRETÁRIO DO SERVIÇO MILITAR E DA JUNTA MILITAR DE IDENTIFICAÇÃO

Lei Nº 4.375/ 1964- Lei do Serviço Militar e seu Regulamento. Constituição Federal de 1988- artigo 143. Serviço Militar: o que é, tempo de serviço, isenção do Serviço Militar, Pessoas com deficiência. Documentos fornecidos pelo Serviço Militar. Conhecimento do Portal do SERMILMOB. Processos de “arrimo de família”, “notoriamente incapaz”, “adiamento de incorporação”, “preferência de Força Armada”, “transferência de Força Armada”, “reabilitação”, “2ª via de Certificado de Reservista”, “Serviço Alternativo”, “recusa à prestação do Serviço Militar”, “anulação de eximção” e “reciprocidade do Serviço Militar”. Emissão da CTPS: Lei 13.874, de 20-9-2019; Portaria 1.065 SEPREV, de 23-9-2019. Emissão da carteira de identidade: Portaria Nº 13/IGP/SSP, de 14 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a Carteira de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Anatomia e Fisiologia dos órgãos e sistemas. Procedimento de assepsia: noções de microbiologia e parasitologia, assepsia hospitalar. Métodos de desinfecção e esterilização. Fundamentos de enfermagem: sinais vitais, higiene e conforto, aspiração de secreções, mecânica corporal, terapêutica medicamentosa, cálculos medicamentosos, pressão venosa central, oxigenioterapia, alimentação, hidratação, curativo, glicosúria, glicemia capilar. Cuidados de enfermagem ao adulto: afecções do sistema nervoso central, respiratório, gastrointestinal, cardiovascular, endócrino, esquelético; Cuidados de enfermagem à saúde da mulher; prevenção do câncer colo uterino e mama, doenças sexualmente transmissíveis, pré-natal, aleitamento materno. Cuidados de enfermagem em pediatria: avaliação do crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente; doenças prevalentes na infância (afecções respiratórias, diarreia, desidratação, desnutrição, verminose); doenças infectocontagiosas; urgências e emergências (parada cardio respiratória, mordeduras, fraturas, choque elétrico, queimaduras, envenenamento, convulsão, afogamento, hemorragia, como). Imunização: esquema básico recomendado pelo Ministério da Saúde; doenças preveníveis por imunização. Notificação compulsória.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO, COMPLETO E ALFABETIZADO

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS)

Língua Portuguesa (5 questões). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

Noções de Matemática (5 questões). Operações e resolução de problemas: adição, subtração, multiplicação e divisão. e propriedades. Regra de três, porcentagem e juros simples. Sistemas de medidas: medida de tempo, sistema métrico decimal e sistema monetário brasileiro.

Higiene e segurança no trabalho (5 questões). Causas de acidentes de trabalho. Cuidados com o manuseio de ferramentas, equipamentos e máquinas. Vestuário e calçados. Cuidados com o manuseio de energia elétrica.

Município de Águas de Chapecó – Concurso Público – Edital 001/2020

Combate a incêndio: Princípios básicos do fogo; extintores de incêndio; hidrantes; equipamentos e sistemas de proteção contra incêndio. Noções de primeiros socorros. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva. CIPA: o que é, para que serve, quem participa, importância.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS

Conservação das instalações prediais. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços.

Limpeza de vias públicas, praças e monumentos. Ferramentas, utensílios e técnicas utilizados no calçamento de vias públicas. Ferramentas, utensílios e técnicas utilizados em jardinagem, poda, plantio e replantio de mudas. Ferramentas, utensílios e técnicas utilizados em reparos em alvenaria. Lavação e lubrificação de máquinas, veículos e motores. Vulcanização e recauchutagem de pneus.

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

Conservação das instalações prediais. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços.

Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias. Polimento de objetos, peças e placas de metal; Transporte de móveis, máquinas e utensílios. Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivos.

MOTORISTA

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; Dos equipamentos obrigatórios; Da Condução de Escolares; Dos Documentos de Porte Obrigatório; Da Habilitação; Das Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Das Infrações.

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação.

DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes.

PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados.

NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi.

CONHECIMENTOS GERAIS DO VEÍCULO: Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção do veículo (veículos leves); Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Painel de instrumentos; Sistema Elétrico.

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

OPERADOR DE MÁQUINAS

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias.

Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção de trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, moto niveladora, trator de esteira, trator de pneu, pás carregadeiras, e outros equipamentos rodoviários, industriais e agrícolas.

Noções de mecânica e Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Pannel de instrumentos; Sistema Elétrico.

AB-PM 07 02 20 AB 26 02 20

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

ANEXO 2

REQUERIMENTO PEDINDO A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Cargo	Nº de inscrição
Nome do candidato	CPF

REQUERIMENTO

À Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó.

- ☐ O candidato acima identificado requer a isenção da taxa de inscrição, nos termos da Lei Estadual Nº 10.567/97 e sua alteração a Lei Nº 17457/18.

Anexo ao presente requerimento:

Documento emitido por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, Estado ou Município, que comprove a qualidade de **doador de sangue ou de medula** e- discrimine o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais (no caso de doador de sangue)-.

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Águas de Chapecó, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Candidato ou Representante Legal

Município de Águas de Chapecó– Concurso Público – Edital 001/2020

ANEXO 3

CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS PREVISTAS	
	INÍCIO	FIM
Publicação do Edital		28/02/20
Início das inscrições		28/02/20
Período de inscrições	28/02/20	30/03/20
Requerimentos de isenção da taxa de inscrição	28/02/20	09/03/20
Despacho dos Requerimentos de isenção da taxa de inscrição		13/03/20
Prazo recursal: indeferimento dos pedidos de isenção	16/03/20	17/03/20
Publicação das respostas aos recursos: indeferimento dos pedidos de isenção		23/03/20
Entrega de documentação: vagas reservadas PCD	28/02/20	30/03/20
Requerimento de condições especiais para prestação da prova	28/02/20	30/03/20
Despacho: Requerimentos de inscrições para as vagas reservadas PCD		06/04/20
Despacho: Requerimentos: condições especiais para a prestação da prova		06/04/20
Deferimento das inscrições		06/04/20
Prazo recursal: indeferimento das inscrições e condições especiais	07/04/20	08/04/20
Despacho dos recursos: indeferimento das inscrições		14/04/20
Publicação dos locais de prova		14/04/20
Prova escrita		19/04/20
Publicação do Caderno de Provas		19/04/20
Publicação do Gabarito Preliminar		19/04/20
Prazo recursal: gabarito preliminar	20/04/20	22/04/20
Publicação das respostas aos recursos		04/05/20
Resultado da Prova Escrita		06/05/20
Resultado Final		06/05/20
Prazo recursal resultados da Prova Escrita e Resultado Final	07/05/20	08/05/20
Despacho dos Recursos		13/05/20
Republicação dos resultados		15/05/20

AB-PM 17 02 20

PORTARIA Nº 125, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383877

PORTARIA Nº 125/2020
De 02 de Março de 2020

CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, DIOGO MATHEUS ZUFFO, PARA EXERCER O CARGO DE DENTISTA-PSB, 40 (QUARENTA) HORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.851/2014, Art. 2º da Lei Municipal nº 1.586/2007 e Processo Seletivo Edital nº 001/2018, e demais disposições legais vigentes, e justificativas da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. **DIOGO MATHEUS ZUFFO**, para o cargo de Dentista - PSB, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de março de 2020 a 01 de março de 2021.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de março de 2020.

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidor para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 001/2018, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, **VALMOR FOLLMANN**, doravante denominada CONTRATANTE e **DIOGO MATHEUS ZUFFO**, brasileiro, solteiro, portador do RG 4.559.084 SSP/SC e do CPF 052.415.979-30, residente na Rua Almirante Barroso, 711, Apto 201, Centro, Palmitos/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, do servidor acima qualificado, aprovado em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Dentista - PSB, 40 (quarenta) horas, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2020 até 01 de março de 2021, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal N.º 1.586/2007, Lei Municipal nº 1.851/2014 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de março de 2020.

DIOGO MATHEUS ZUFFO
Servidor

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Testemunhas:

PORTARIA Nº 126, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383880

PORTARIA Nº 126/2020 De 02 de março de 2020	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, NELVO KISTEMACHER, PARA EXERCER O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS-MOTONIVELADORA, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso VI da Lei Municipal nº 1.586/2007 e Processo Seletivo Edital nº 001/2019, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. NELVO KISTEMACHER, para o cargo de Operador de Máquinas - Motoniveladora, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de março de 2020 a 01 de março de 2021.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de março de 2020

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidor para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo nº 001/2019 e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, VALMOR FOLLMANN, doravante denominado CONTRATANTE e NELVO KISTEMACHER, brasileiro, casado, portador do RG 2.856.042 SSP/SC e do CPF 799.977.919-91, residente na Rua Professora Paulino Lucas, 70, Centro de Águas de Chapecó/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, do servidor acima qualificado, aprovado em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Operador de Máquinas - Motoniveladora, 40 (quarenta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2020 até 01 de março de 2021, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de março de 2020.

NELVO KISTEMACHER VALMOR FOLLMANN
Servidor Prefeito Municipal em Exercício

Testemunhas:

PORTARIA Nº 127, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383882

PORTARIA Nº 127/2020 De 02 de março de 2020	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, ROSELAINE DA COSTA, PARA EXERCER O CARGO DE MONITORA COM HABILIDADES EM ARTESANATO, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, inciso VI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Art. 1º da Lei Municipal nº 1.913/2017 e Processo Seletivo Edital nº 001/2018, demais disposições legais vigentes, e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELAINE DA COSTA, para o cargo de Monitora com Habilidades em Artesanato, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, exercendo suas funções no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de março de 2020 a 01 de março de 2021.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de março de 2020.

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo nº 001/2018 e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, VALMOR FOLLMANN, doravante denominado CONTRATANTE e ROSELAINE DA COSTA, brasileira, casada, portadora do RG 6.418.246 SSP/SC e do CPF 089.951.549-50, residente na Rua Nicolau de Oliveira, 89, Bairro São Cristóvão, Águas de Chapecó/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Monitora com Habilidades em Artesanato, 40 (quarenta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, exercendo suas funções no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal N° 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2020 até 01 de março de 2021, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de março de 2020.

ROSELAINE DA COSTA VALMOR FOLLMANN

Servidora Prefeito Municipal em Exercício

Testemunhas:

PORTARIA N° 128, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2383887

PORTARIA N° 128/2020 De 02 de março de 2020	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da própria servidora, em 02 de março de 2020, o contrato de trabalho da Servidora IVETE APARECIDA SALES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de março de 2020

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 129, DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383901

PORTARIA Nº 129/2020 De 02 de março de 2020	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, CRISTIANE DOS SANTOS STRAPASSON, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MAG II – ENSINO FUNDAMENTAL, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso XI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Lei nº 033/2012 e Processo Seletivo Edital nº 002/2018, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CRISTIANE DOS SANTOS STRAPASSON, para o cargo de Professora MAG II – Ensino Fundamental, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, exercendo suas atividades na Escola Municipal Rosina Scheffer Hermes.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de março 2020 a 08 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de março de 2020.

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 002/2018, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, VALMOR FOLLMANN, doravante denominado CONTRATANTE e CRISTIANE DOS SANTOS STRAPASSON, brasileira, casada, portadora do RG 1084137106 SSP/RS e do CPF 016.221.620-30, residente na Linha Dom José, 755, Interior, Alpestre/RS doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Professora MAG II – Ensino Fundamental, 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas

de Chapecó, Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2020 até 08 de Janeiro de 2021, podendo ser renovado conforme Processo Seletivo nº 002/2018, dispositivos da Lei Municipal Nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de março de 2020.

CRISTIANE DOS S. STRAPASSON
Servidora

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em exercício

Testemunhas:

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 01/2020**

Publicação N° 2380666

EXTRATO DE EDITAL CONCURSO PÚBLICO N° 001/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

A presidente da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sra. Rachel Elma Mohr Steiernagel, no uso de suas atribuições. TORNA PÚBLICO que encontram-se abertas as inscrições, no período das 12 horas do dia 28 de fevereiro de 2020 às 16 horas do dia 30/03/2020, para o CONCURSO PÚBLICO N° 001/2020, para o cargo de Controlador Interno.

Inscrições via internet, através do endereço eletrônico <http://camdeveraguasdechapeco.fepese.org.br/> e Presencialmente ou por Procurador devidamente constituído no Posto de Atendimento em Florianópolis ou em Águas de Chapecó, nos horários de funcionamento informados. A íntegra do presente Edital está publicada no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no seguintes endereços eletrônicos: <https://www.camaraaguasdechapeco.sc.gov.br/> <http://camdeveraguasdechapeco.fepese.org.br/>

Águas de Chapecó - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RACHEL ELMA MOHR STEIERNAGEL
Presidente

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº20/2020

Publicação Nº 2380085

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 20/2020
Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Contratada : LILIAN ANDREA MORATELI ME
Objeto : Indenização das benfeitorias realizadas pelo Concessionário no imóvel localizada no o Lote 1 Quadra 34, com área edificada de 225 m²
Valor : R\$ 79.042,20(setenta e nove mil e quarenta e dois reais e vinte centavos)
Vigência : Início :02/03/2020 Término : 30/03/2025
Licitação : Dispensa por Justificativa Nº.: 8/2020
Processo : 13/2020
AGUAS FRIAS, 28 de fevereiro de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA
PREFEITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO DE RECEBIMENTO DE ENVELOPES TP005/2020

Publicação Nº 2380041

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTAS DE PREÇOS E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO ACESSO À ESCOLA NO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA SC, CONFORME PROJETOS.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2.907/2019, sob a presidência do Sr. Cristiano Alex Auler, membros, Senhor Marcelo Contessotto e Senhor Alguerth Heris Rollwagen, além dos representantes das empresas, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita sob CNPJ nº 83.665.141/000150, neste ato representada pela Sra. Daiane Maziero, a empresa KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 31.659.735/0001-55, neste ato representada pelo Sr. Valmir Patzlaff, e a empresa SANTA SUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS, inscrita sob o CNPJ nº 23.227.162/0001-62. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representantes presentes, Envelopes 01 – Documentação, o Envelopes 02 – Proposta de Preços, verificando-se que a licitante protocolou os envelopes dentro do prazo estipulado nos subitens 1.2 e 1.3 do edital. Após isso, procedeu-se a abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e, constatando-se que a licitante SANTA SUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS comprovou o enquadramento como ME, atendendo às exigências do subitem 5.1, alínea “f” do Edital, podendo assim usufruir dos benefícios concedidos pela lei 123/2006. As licitantes atenderam adequadamente os requisitos de Habilitação, sendo assim julgadas habilitadas. Através de seus representantes, as licitantes SETEP CONSTRUÇÕES S.A e KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA renunciaram ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação, bem como ao respectivo prazo, a empresa SANTA SUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS enviou por e-mail sua declaração de renúncia ao direito de interpor recursos durante a sessão. Isto posto, a Comissão procedeu então à abertura dos Envelopes 02 – Proposta de Preços da licitante, sendo que a proposta foi conferida e rubricada pelos membros da Comissão, constatando-se o seguinte resultado: a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A, apresentou o valor de R\$ 518.324,86 (quinhentos e dezoito mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos) como valor correspondente aos materiais, e R\$ 140.224,86 (cento e quarenta mil duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos) como valor correspondente à mão de obra, totalizando o valor global de R\$ 658.549,68 (seiscentos e cinquenta e oito reais quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos), sendo aferida de acordo com o subitem 9.3 do Edital. A licitante KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, apresentou o valor de R\$ 482.546,82 (quatrocentos e oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos) como valor correspondente aos materiais, e R\$ 120.626,14 (cento e vinte mil seiscentos e vinte e seis reais e quatorze centavos) como valor correspondente à mão de obra, totalizando o valor global de R\$ 603.172,96 (seiscentos e três mil cento e setenta e dois reais e noventa e seis centavos), sendo aferida de acordo com o subitem 9.3 do Edital. A licitante SANTA SUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS, apresentou o valor de R\$ 585.650,16 (quinhentos e oitenta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e dezesseis centavos) como valor correspondente ao material 1, e R\$ 161.105,64 (cento e sessenta e um mil cento e cinco reais e sessenta e quatro centavos) como valor correspondente à mão de obra, totalizando o valor global de R\$ 746.755,80 (setecentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), sendo aferida de acordo com o subitem 9.3 do Edital. Assim sendo a Comissão Permanente de Licitações declarada como vencedora a empresa KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. Deixada a palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Por não haver renúncia do direito do prazo recursal por parte dos representantes presentes, abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que havendo interesse os interessados se manifestem formalmente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

CRISTIANO ALEX AULER Presidente	MARCELO CONTESSOTTO Membro
	ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN Membro
VALMIR PATZLAFF Representante KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	DAIANE MAZIERO Representante SETEP CONSTRUÇÕES S.A

LEI MUNICIPAL 810 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379945

CONCEDE REVISÃO NO VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E CESTA DE ALIMENTOS, BEM COMO APLICA A REVISÃO GERAL ANUAL E GANHO REAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizada por esta Lei Municipal, a Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina aplicar, aos servidores

públicos do Poder Legislativo do Município de Alto Bela Vista/SC, ocupantes dos cargos estabelecidos pelas Leis Complementares n.22, de 19 de fevereiro de 2009 e alterações posteriores e no Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores, Lei Complementar n. 43 e 44, de 18 de Junho de 2011 e alterações posteriores, o percentual de 4,48% (Quatro inteiro e quarenta e oito centésimos por cento), para revisão geral da remuneração, correspondente a recomposição do valor aquisitivo dos mesmos, tendo por base a variação da inflação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, apurado no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020.

§ 1º O percentual revisional previsto no caput deste artigo será aplicado, para fins de revisão, ao valor do auxílio-alimentação, alterado pelo § 1º do Art. 1º da Lei Municipal n. 782, de 01 de março de 2019.

§ 2º O percentual revisional previsto no caput deste artigo será aplicado, para fins de revisão, ao valor da □Cesta de alimentos□, alterado pelo § 2º do Art. 1º da Lei Municipal n. 782, de 01 de março de 2019.

Art. 2º Fica concedido, a título de ganho real, o percentual equivalente a 1,52 (Um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento), de forma não cumulativa e concomitante com o percentual revisional estabelecido no caput do artigo anterior, na remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Alto Bela Vista/SC, ocupantes dos cargos estabelecidos pelas Leis Complementares n.22, de 16 de fevereiro de 2009 e alterações posteriores e no Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores, Lei Complementar n. 43 e 44, de 18 de Junho de 2011 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - Concede-se, a título de ganho real, para fins de equiparação do auxílio alimentação e da □cesta de alimentos□ dos servidores do Poder Legislativo ao do Poder Executivo, o percentual equivalente a 7,415% (sete inteiros e quatrocentos e quinze centésimos por cento) ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Resta igualmente autorizada, por esta Lei Municipal, a Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina aplicar, o percentual de 4,48% (Quatro inteiro e quarenta e oito centésimos por cento), aos subsídios estabelecidos na Lei Municipal n. 699, de 24 de junho de 2016 e alterações posteriores, correspondente a recomposição do valor aquisitivo dos mesmos, tendo por base a variação da inflação medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da aplicação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, apurado no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020.

Art. 4º O Poder Legislativo publicará, através de atos próprios e adequados, os quadros de pessoal, constando o valor dos vencimentos e da remuneração revisada, inclusive dos subsídios, pela aplicação dos índices estabelecidos nesta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de fevereiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2019-FMS

Publicação Nº 2379758

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 014/2019 DE 17/06/2019 FIRMADO ENTRE A EMPRESA JONAS TARIGA - ME E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Anchieta, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Olímpio Dal Magro, nº 587, inscrito no CNPJ sob nº 11.243.552/0001-47, neste ato representado por seu Gestor, Senhor MARTINHOS SCANTAMBURLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 950.525.859-34, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa JONAS TARIGA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.362.989/0001-30, estabelecida na Rua Nicolau Schons, 151 - Casa - Bairro São Sebastião, CEP 89900-000, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. JONAS TARIGA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 030.316.429-88, residente e domiciliado no Município de São Miguel do Oeste/SC, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento nas disposições da lei nº. 8.666/93 demais alterações posteriores, considerando o previsto nas Cláusulas Terceira e Nona do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência prevista na Clausula Nona do Contrato nº 014/2019 será prorrogada até 31 de Março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 28 de Fevereiro de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO JONAS TARIGA
Secretário do FMS Representante Legal/Empresa
CPF: 950.525.859-34 CPF: 030.316.429-88

PREGÃO PRESENCIAL N 020/2020 - PM

Publicação Nº 2379622

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 020/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial - Menor Preço Global, para: Contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização, iluminação e estrutura de palco, com técnico responsável, durante o evento em comemoração aos 57 anos do município de Anchieta/SC, no dia 22 de março de 2020. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 16/03/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira. Anchieta, 28 de Fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Publicação Nº 2379617

CONTRATO Nº: 001/2020

LOCATÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA

CNPJ nº 04.656.359/0001-72

LOCADOR: OSNI VITORINO FELIPE

CPF nº 376.377.389-49

OBJETO: O imóvel objeto do presente contrato de locação é composto de 02(duas) salas comerciais com 02 (dois) banheiros com área total de aproximadamente 80,00m2, localizadas na Rua Leoberto Leal, nº 175, 1º andar, Centro, município de Angelina/SC. Referido imóvel está matriculado sob nº 14.919, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC.

VALOR: R\$ R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)/mês

PRAZO: 06 (seis meses)

DATA: 28/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Publicação Nº 2379615

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020

DISPENSA Nº 001/2020

EDITAL

O município de Angelina oficiou o poder legislativo municipal para desocupar a sala anexa ao prédio da prefeitura, em razão da reforma que será feita no local, que é utilizado atualmente pela Câmara Municipal. Que o imóvel objeto de locação que será utilizado pela câmara municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, fica no centro da cidade, próximo a atual sede da Câmara Municipal de Angelina e de todas as instituições financeiras situadas no município de Angelina/SC. Que o valor do aluguel de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, está dentro dos padrões de mercado, a teor da avaliação realizada pela única imobiliária instalada regularmente no município. Que nessas mesmas condições - estado de conservação (novo), localização e habite-se, não existem outros imóveis no município que atendam as necessidades da Câmara Municipal. Assim, nos termos do artigo 24, inciso X, plenamente possível a dispensa de licitação para a locação de imóvel composto por 02 (duas) salas comerciais com área total de aproximadamente 80,00m2 e 02 (dois) banheiros, situadas no primeiro pavimento do imóvel de propriedade do Sr. OSNI VITORINO FELIPE, inscrito no CPF nº 376.377.389-49, situado na Rua Leoberto Leal, nº 175, 1º andar, Centro, município de Angelina/SC, nos termos do contrato de acompanha o presente processo.

Angelina/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Ramon Exterkoetter

Presidente da Câmara de Vereadores

Anitápolis

PREFEITURA

PORTARIA 026/2020

Publicação N° 2380311

PORTARIA N° 026/2020
CONCEDE LICENÇA

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção I, inciso I do Art. 58 da Lei 504/00 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a servidora JANE REGINA SCHREIBER PESSOA, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 417, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura Municipal, licença de suas atividades profissionais pelo período previsto de 15 (quinze) dias para tratamento de saúde, conforme atestado médico, a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 28 de fevereiro de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

PORTARIA 027/2020

Publicação N° 2380312

PORTARIA N° 027/2020

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido o senhor ILIO CARLOS PINTO JUNIOR, ocupante do cargo de Auxiliar Contábil Financeiro II, matrícula n.º 1270, lotado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, a partir de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 28 de fevereiro de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2020**

Publicação Nº 2380721

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE ANTÔNIO CARLOS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2020

Geraldo Pauli, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal:

- CONSIDERANDO, não haver disponibilidade de pessoal para contratação;
- CONSIDERANDO, a necessidade emergencial de novas contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;
- CONSIDERANDO, não haver mais candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2019.

Torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional abaixo indicado, que deverá protocolar os documentos no Balcão do Cidadão, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente até a data de 06/03/2020 (sexta-feira), das 07:30h às 17:00h, os seguintes documentos: currículo (contendo os dados pessoais, telefone, email, etc); carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

CARGOS	VAGA	FORMAÇÃO/EXIGÊNCIA	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	VÍNCULO
Agente de Serviços Gerais	01	Alfabetizado	40hr	R\$ 1.252,99	Contrato Temporário

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

- 1)Títulos; Critério para apuração dos pontos:
 - a) Conclusão Curso Superior – 3 Pontos
 - b) Conclusão de Ensino Médio – 2 Pontos
 - c) Conclusão de Ensino Fundamental – 1 Pontos
- 2) Idade;
- 3) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação para comprovar os itens citados nos critérios para seleção.

A presente chamada pública destina-se à admissão em caráter temporário para o ano de 2020, que será por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O prazo de contratação será estipulado no momento da contratação, bem como a jornada de trabalho, atendendo o interesse público.

Antônio Carlos, 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027/2020

Publicação Nº 2379874

DECRETO Nº 000027/20 de 28 de Fevereiro de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.570,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.570,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.570,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Fevereiro de 2020

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 123/2020

Publicação N° 2380182

PORTARIA N° 123/2020

Admite servidores ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, a servidora FRANCIELI TEDESCO, para o cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, a partir de 02 de março de 2020, em substituição ao servidor efetivo Osvaldo Guessser, durante seu período ausência ao trabalho por motivo de licença prêmio, referente aos períodos de 12/02/2020 a 11/04/2020 e 12/04/2020 a 10/06/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2020.

PORTARIA N 124/2020

Publicação N° 2380184

PORTARIA N° 124/2020

Admite servidores ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, a servidora DANIELLE COSTA, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO – LICENCIATURA PLENA 20H, a partir de 02 de março de 2020, em substituição a servidora efetiva Luciana Maria Coelho Eli, durante seu período ausência ao trabalho por motivo de licença prêmio no período de 02/03/2020 a 30/04/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2020.

PORTARIA N 125/2020

Publicação N° 2380186

PORTARIA N° 125/2020
Admite servidores ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, a servidora ROSEMAR HOFFMANN CONRADI, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO – LICENCIATURA PLENA 30H, a partir de 02 de março de 2020, em substituição a servidora efetiva Sheila Alves Ramos Pereira, de 19/02/2020 a 18/04/2020, período ausência ao trabalho para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2020.

PORTARIA N 126/2020

Publicação N° 2380187

PORTARIA N° 126/2020
Admite servidores ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário, a servidora MIRIANE DICHETI GUARISE RAMIRES, para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 02 de março de 2020, em substituição a servidora efetiva Cristiane Maria Gelsleighter Decker, período ausência ao trabalho para férias e posteriormente licença maternidade.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2020.

PORTARIA N 130/2020

Publicação N° 2380191

PORTARIA N° 130/2020

Exonera servidor comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar AGOSTINHO PAULI do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir de 02 de março de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2020.

PORTARIA N 132/2020

Publicação N° 2380194

PORTARIA N° 132/2020

Transfere cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar SOLANGE APARECIDA SCHMITZ KREMER do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, e admitir para o Cargo Comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 02 de março de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de março de 2020.

PORTARIA N° 127/2020

Publicação N° 2380739

PORTARIA N° 127/2020

Exonera cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 845/1999;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar KALINA TRIVELATO DE LIMA do Cargo Comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 02 de março de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 128/2020

Publicação N° 2380747

PORTARIA N° 128/2020

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 845/1999;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear ANA PAULA RICHARTZ para o Cargo Comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 02 de março de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2020

Publicação Nº 2380732

PORTARIA NO 129/2020

Nomeia o Conselho municipal da cidade de antônio carlos/sc.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56, da Lei Orgânica do Município, bem como o art. 3º, § 3º da Lei Municipal nº 1255/2010;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal da Cidade de Antônio Carlos/SC, tendo a seguinte nominata:

Representantes do Poder Público Municipal

- Presidente: RODRIGO CONRAT
- Suplente: HELOISA REGIS VAZ
- Titular: MIRLENE MANES
- Suplente: HILTON LUIZ OURIQUES
- Titular: LIDIANE VENTURA FRAGA
- Suplente: SILVIA ZIMMERMANN PEREIRA GUESSER
- Titular: SOLANGE APARECIDA SCHMITZ KREMER
- Suplente: KÁTIA COELHO
- Titular: SÉRGIO ROBERTO CAMPOS JUNIOR
- Suplente: ANA PAULA RICHARTZ

Representante de Entidades do Movimento Social e Popular

- Titular: (Pastoral da Comunidade do Louro): TATIANA JUNKES SCHMITT
- Suplente: GILIARD SCHMITT
- Titular: (AMAPARC): VANIA MOMM
- Suplente: WILMAR MOMM
- Titular: (Movimento de Irmãos): JAQUELINE MANES GUESSER
- Suplente: ONÉLIO RICHARTZ

Representante de Entidades Empresariais

- Titular: SÉRGIO BESEN
- Suplente: LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Representante de Entidades Sindicais de Trabalhadores

- Titular: JOSÉ GILSON GARCIA
- Suplente: SABRINA LEITE

Representante de Entidades Profissionais e Acadêmicas

- Titular: DELMO KOCH
- Suplente: ANDERSON PITZ

Representante de Organizações Não-Governamentais

- Titular: (APAE-AC): FABRÍCIA DE AMORIM HOFFMAN
- Suplente: LEDIR APARECIDA BESEN PAULI

Artigo 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 158/2019

Publicação N° 2379801

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 158/2019. Origem: Processo Licitatório 151/2019. Tomada de Preços 22/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: HF CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para reforma e adequação da acessibilidade da unidade básica de saúde, no centro do município de Antônio Carlos/SC, através das emendas: 285200131030120152e890042 e 712600011030120152e890042. Prorrogação de Prazo: 90 dias. Novo Vencimento: 04 de junho de 2020.

Antônio Carlos, 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N 113/2019

Publicação N° 2380793

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 113/2019**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa DJP CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Max Schlemper, nº 320, Sala 02, Ponte do Imaruim, Palhoça, Santa Catarina, CEP. 88.130-325, registrada no CNPJ sob o nº 17.847.183/0001-88, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para drenagem e requalificação de passeios na avenida João Frederico Martendal, no Centro do Município de Antônio Carlos”, conforme Processo de Licitação nº 106/2019, Tomada de Preço nº 010/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do Contrato nº 113/2019, cujo novo vencimento será no dia 29 de maio de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 06 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	DJP CONSTRUÇÕES LTDA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

TERMO ADITIVO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N 158/2019

Publicação N° 2379888

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 158/2019**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa HF CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Alceu Miguel Schilichting, nº 780, Barreiros, São José, Santa Catarina, registrada no CNPJ

sob o nº 14.683.137/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para reforma e adequação da acessibilidade da unidade básica de saúde, no centro do município de Antônio Carlos/SC, através das emendas: 285200131030120152e890042 e 712600011030120152e890042”, conforme Processo de Licitação nº 151/2019, Tomada de Preço nº 022/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do Contrato nº 158/2019, cujo novo vencimento será no dia 04 de junho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	HF CONSTRUÇÕES LTDA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N 099/2019

Publicação Nº 2380790

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Praça Anchieta 10, Centro

Fone/Fax: (48) 3272 8621

E-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 099/2019**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS/SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF sob o nº 433.221.079-49, com endereço na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, CEP 88.180-000, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PROCUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.303.183/0001-04, com sede na Rua Gilberto João Deucher, 182, Lote 08, Sala 02, Vila Becker, Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina, CEP: 88.140-000, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo aditivo tem por objeto aditar o quantitativo e consequente o valor da ata de registro de preços nº 099/2019, que consiste na "**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE, GÁS E ÁGUA PARA USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS /SC**", conforme Edital de Processo Licitatório n. 72/2019, Pregão Presencial n. 50/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica alterado o quantitativo do item 48, conforme tabela abaixo, totalizando o valor de R\$ 5.262,00 (cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE ADITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
48	Papel Toalha Branco para toalheiro de papel intercalado, classe 1 (conforme Norma ABNT 15464-7 e 15134), extra branco (alvura ISO igual ou superior a 85%), crepado, gofrado, fabricado exclusivamente com	PCT	600	R\$ 8,77	R\$ 5.262,00

	fibras celulósicas virgens (não recicladas), sendo admitidas aparas do tipo "A" (papel branco de ótima qualidade, sem pigmentação ou revestimento), com 2 dobras (2 faces), medindo, no mínimo, 20 x 21cm (larg. x comp.), com gramatura igual ou superior a 27 g/m ² , em bloco de 250 folhas acondicionado em pacotes com no mínimo, 1.000 fls. Apresentar na proposta Ficha Técnica do Produto e laudo do IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológicas) ou de outro Laboratório certificado pelo INMETRO, atendendo a ABNT NBR 15134 :2007 e ABNT NBR 15464-7:2007				
VALOR TOTAL R\$ R\$ 5.262,00					

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE
PROCUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI
Contratada

TERMO ADITIVO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N 112/2019

Publicação N° 2380787

TERMO ADITIVO**SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 112/2019**

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TERRAPLEIN LTDA, com sede a Rua Jacob Sens, 305, Areias, São José, Santa Catarina, registrada no CNPJ sob o nº 21.591.994/0001-38, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RECAPEAMENTO EM CBUQ E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA JOÃO ANTÔNIO BESEN E DA RUA LÚCIA PAULI, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, COM RECURSOS DO FINISA CONTRATO N° 2625.0523.396 – DVº: 55”, conforme Processo de Licitação nº 105/2019, Tomada de Preço nº 09/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do Contrato nº 112/2019, cujo novo vencimento será no dia 28 de maio de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 06 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	TERRAPLEIN LTDA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

TERMO ADITIVO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N 114/2019

Publicação N° 2380800

TERMO ADITIVO**SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 114/2019**

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 23.155.389/0001-40, com sede na Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 362, Sala 207, Edifício Vitória Center, Forquilha, São José, Santa Catarina, CEP: 88.106-500, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Verissimo Pedro da Silva Junior, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LIBÓRIO FRANCISCO GOEDERT, NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, COM RECURSOS DO FINISA – CONTRATO N° 2625.0523.396 – DVº: 55”, conforme Processo de Licitação nº 107/2019, Tomada de Preço nº 011/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do Contrato nº 114/2019, cujo novo vencimento será no dia 28 de maio de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 06 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

TERMO ADITIVO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N 119/2019

Publicação Nº 2380799

TERMO ADITIVO

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2019

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO LTDA, com sede na Rua dos Cisnes, nº 541, Cidade Universitário Pedra Branca, Palhoça, Santa Catarina, CEP 88.137-300, registrada no CNPJ sob o nº 28.435.911/0001-60, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Jorge Luiz Sommer, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PROFESSOR JOSÉ REITZ, NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, COM RECURSOS DO FINISA – CONTRATO Nº 2625.0523.396 – DVº: 55”, conforme Processo de Licitação nº 109/2019, Tomada de Preço nº 013/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do Contrato nº 119/2019, cujo novo vencimento será no dia 02 de junho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica alterado o valor do presente contrato, atualmente em R\$ 254.699,79 (duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais com setenta centavos) para R\$ 274.876,00 (duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais), representando um acréscimo de 7,92% no valor global, sendo aditada a importância de R\$ 20.176,21 (vinte mil, cento e setenta e seis reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 28 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO LTDA
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

TERMO ADITIVO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N 063/2019

Publicação N° 2379886

TERMO ADITIVO**TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 063/2019**

Terceiro Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PNA CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o nº 21.922.779/0001-72, com sede na Rua Adão Raitz, nº 399, sala 05, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA– O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONTINUAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE “PROJETO PADRÃO TIPO 2”, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 5543/2013, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GOVERNO FEDERAL – PROGRAMA PROINFÂNCIA E O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 890,33 M², A SER CONSTRUÍDA NA RUA H, CENTRO DE ANTÔNIO CARLOS/SC”, conforme Processo de Licitação nº 010/2019 – Concorrência Pública nº 001/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado até 29 de março de 2020 o prazo de execução da obra de acordo com o cronograma, mantendo-se o prazo do Contrato nº. 063/2019 até 06 de maio de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA –As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 27 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	PNA CONSTRUÇÕES
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3451

Publicação Nº 2380095

DECRETO Nº3451/2020

De 21/02/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de 3.700,00 (Três mil e setecentos Reais), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	3.700,00
	TOTAL	3.700,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos Reais), na seguintes dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	3.700,00
	TOTAL	3.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 21 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 926/2020

Publicação Nº 2380159

LEI ORDINÁRIA Nº 926/2020

De 28/02/2020

DENOMINA DE "BOTUVERÁ", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º É denominada de "Botuverá" a via pública localizada no Centro de Apiúna, paralela à Av. Florianópolis, ligando a Rua Urubici, nas imediações do número 290 à Rua Lages, nas imediações do número 290.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 927/2020

Publicação Nº 2380613

LEI ORDINÁRIA Nº 927/2020

DE 28/02/2020

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir a título de subvenção, durante o exercício de 2020, com a importância de até R\$ 26.300,00 (Vinte e seis mil, trezentos reais) para a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA, CNPJ nº 83.783.340/0001-63, com sede na cidade de Ibirama.

Art. 2º - O valor constante no Art. 1º será repassado conforme cronograma apresentado pela Associação.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá apresentar o Plano de Trabalho e prestar contas dos recursos recebidos de acordo com a legislação vigente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de previsão constante no orçamento geral do município para o exercício de 2020.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna (SC), 28 Fevereiro de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0087/2020

Publicação Nº 2379713

PORTARIA Nº 0087/2020

De 03 de fevereiro de 2020

ENTRA EM EXERCÍCIO DO CARGO

CLEBER CRISTHIAN LISIESKI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Entrar em exercício em 10 de Fevereiro de 2020, CLEBER CRISTHIAN LISIESKI, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de Agente de Combate às Endemias.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0088/2020

Publicação Nº 2379968

PORTARIA Nº 0088/2020

De 03 de fevereiro de 2020

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PAMELA SCHNEIDER

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2019 de 08/11/2019 com homologação do resultado final em 20/12/2019,

RESOLVE

Contratar temporariamente PAMELA SCHNEIDER para o cargo de PROFESSOR - 40H, inscrição nº 1812766 do Processo Seletivo nº 007/2019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 03/02/2020 até 18/12/2020, em substituição a servidora Marileia Rezini Merini que está atuando na Secretaria Municipal de Educação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0089/2020

Publicação N° 2379971

PORTARIA N° 0089/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE GRATIFICAÇÃO PARA
ALLYDSON DOHL SIMES

José Gerson Gonçalves Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 82/2006 de 11/09/2006,
RESOLVE

Conceder ao servidor, ALLYDSON DOHL SIMES, a gratificação de 40% por ser coordenador do grupo do Programa Saúde da Família – P.S.F, com efeitos retroativos, a partir de 07/01/2020.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0090/2020

Publicação N° 2380324

PORTARIA N° 0090/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 117 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE
Conceder 30 dias de férias para o servidor MARCOS SCHULZ, referente ao período aquisitivo de 16/10/2018 a 15/10/2019.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0091/2020

Publicação N° 2380326

PORTARIA N° 0091/2020
De 03 de fevereiro de 2020
ENTRA EM EXERCICIO DO CARGO
LUCI MARIA DE OLIVEIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE
Entrar em exercício em 03 de Fevereiro de 2020, LUCI MARIA DE OLIVEIRA, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de PROFESSOR.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0092/2020

Publicação N° 2380346

PORTARIA N° 0092/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORAS DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE
Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para a servidora ACINIELA TEREZINHA MAFRA, referente ao período aquisitivo de 05/01/2015 a 04/01/2016.

Art. 2º - Conceder 30 dias de férias para a servidora MAIARA DA CUNHA, referente ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2018.
Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para a servidora SHAYENE LUNELLI HOEGEN, referente ao período aquisitivo de 09/03/2018 a 08/03/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0093/2020

Publicação N° 2380358

PORTARIA N° 0093/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA DA SECRETARIA DE
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Conceder 30 dias de férias para o servidor MARIA MADALENA APARECIDA ALVES, referente ao período aquisitivo de 02/09/2018 a 01/09/2019.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0094/2020

Publicação N° 2380377

PORTARIA N° 0094/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE FERIAS PARA SERVIDOR DA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Conceder 30 dias de férias para o servidor PAULO SERGIO SCHROEDER, referente ao período aquisitivo de 16/03/2017 a 15/03/2018.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0095/2020

Publicação N° 2380450

PORTARIA N° 0095/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE
SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Art. 1º Conceder 30 dias de férias para a servidora ADRIANA ALEXANDRE, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020.
Art. 2º Conceder 20 dias de férias para a servidora ANE MARJORIE PESSOTTI, referente ao período aquisitivo de 01/08/2017 a 31/07/2018, com 10 dias de abono.
Art. 3º Conceder 30 dias de férias para o servidor ANGELO FERNANDO PERES DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020.
Art. 4º Conceder 20 dias de férias para a servidora BEATRIZ CRISTINA DEFREIN, referente ao período aquisitivo de 07/01/2019 a 06/01/2020, com 10 dias de abono.
Art. 5º Conceder 20 dias de férias para o servidor DARIUS ROBERTO DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 02/10/2018 a 21/09/2019, com 10 dias de abono.
Art. 6º Conceder 20 dias de férias para o servidor JALMIR REZINI, referente ao período aquisitivo de 22/09/2018 a 31/01/2019, com 10 dias de abono.
Art. 7º Conceder 20 dias de férias para o servidor JEAN CARLOS HINCKEL, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020, com 10 dias de abono.

Art. 8º Conceder 20 dias de férias para o servidor LEONILDO DE LIMA, referente ao período aquisitivo de 12/09/2017 a 11/09/2018, com 10 dias de abono.

Art. 9º Conceder 30 dias de férias para a servidora LUCIANE SABEL, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020.

Art. 10 Conceder 20 dias de férias para o servidor MARCOS AUGUSTO SAWADA, referente ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2019, com 10 dias de abono.

Art. 11 Conceder 30 dias de férias para a servidora MARLENE VANELLI, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 12 Conceder 30 dias de férias para a servidora ROSELI CRISPIM DELABENETA, referente ao período aquisitivo de 16/04/2018 a 15/04/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0096/2020

Publicação N° 2380486

PORTARIA N° 0096/2020

De 03 de fevereiro de 2020

CONCEDE LICENÇA PARA O SERVIDOR DJACY DE SOUSA SILVA
PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

RESOLVE

Conceder licença de 13 (treze) dias para o servidor DJACY DE SOUSA SILVA, a partir de 02/02/2020 à 14/02/2020, para cuidar de sua filha ALICE VIEIRA SILVA, que necessita de cuidados devido doença.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0097/2020

Publicação N° 2380514

PORTARIA N° 0097/2020

De 03 de fevereiro de 2020

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 117 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o servidor CARLOS ALEXANDRE FREITAS, referente ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 01/07/2019, com 10 dias de abono.

Art. 2º - Conceder 20 dias de férias para o servidor CARLOS AUGUSTO CUQUI, referente ao período aquisitivo de 02/07/2018 a 01/07/2019, com 10 dias de abono.

Art. 3º - Conceder 30 dias de férias para o servidor CLEDEILTON NUNES OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 04/10/2018 a 03/10/2019.

Art. 4º - Conceder 20 dias de férias para o servidor EGIDIO MARCELO RAIMUNDO, referente ao período aquisitivo de 03/09/2018 a 02/09/2019, com 10 dias de abono.

Art. 5º - Conceder 20 dias de férias para o servidor LUCIANO HASCKEL, referente ao período aquisitivo de 11/07/2018 a 10/07/2019, com 10 dias de abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0098/2020

Publicação N° 2380528

PORTARIA N° 0098/2020

De 03 de fevereiro de 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES
PATRICIA BUGMANN VITORIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 137,

RESOLVE

CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares para a servidora efetiva, PATRICIA BUGMANN VITORIA, ocupante do cargo de Professor, contratos 72710-1 e 72710-4, pelo período de 07/02/2020 e 07/02/2022.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0104/2020

Publicação N° 2380543

PORTARIA N° 0104/2020

De 03 de fevereiro de 2020

ALTERA CARGA HORÁRIA DE
LILIAN CRISTINA PEREIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária da servidora comissionada, LILIAN CRISTINA PEREIRA, contrato 67520-12, ocupante do cargo de DIRETOR DE ESCOLA – 22H semanais passando a exercer o total de 44H semanais, com efeitos retroativos, a partir de 01 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0105/2020

Publicação N° 2380587

PORTARIA N° 0105/2020

De 03 de fevereiro de 2020

DEMITE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM
COMISSAO CHEILA FERRARI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 65, inciso I,
RESOLVE

DEMITIR em 02 de fevereiro de 2020, CHEILA FERRARI do cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA – 22H, sem justa causa por iniciativa do servidor.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0106/2020

Publicação N° 2380629

PORTARIA N° 0106/2020

De 03 de fevereiro de 2020

INDENIZA FÉRIAS DE SECRETÁRIO DO MUNICÍPIO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 159/92 de 29 de outubro de 1992;

RESOLVE

INDENIZAR 20 dias de férias do Secretário Municipal de Transportes e Obras, VALMOR ELIAS, referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0107/2020

Publicação N° 2380699

PORTARIA N° 0107/2020
De 03 de fevereiro de 2020
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES DA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para a servidora CLEUSA ROEDEL VALIATI, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020.
Art. 2º - Conceder 20 dias de férias para a servidora JANAINA FOLQUENING MOTTA, referente ao período aquisitivo de 18/02/2019 a 17/02/2020, com 10 dias de abono.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0110/2020

Publicação N° 2380718

PORTARIA N° 0110/2020
De 03 de fevereiro de 2020

ALTERA CARGA HORÁRIA DE
CHEILA FERRARI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária da servidora efetiva, CHEILA FERRARI, contrato 112097-5, ocupante do cargo de PROFESSOR – 30H semanais passando a exercer o total de 40H semanais a partir de 01/02/2020.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0111/2020

Publicação N° 2380728

PORTARIA N° 0111/2020
De 10 de fevereiro de 2020

ENTRA EM EXERCÍCIO DO CARGO
UDA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA VIEIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Entrar em exercício em 24 de Fevereiro de 2020, UDA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA VIEIRA, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA N°0111/2020

Publicação N° 2380744

PORTARIA N° 0111/2020
De 07 de fevereiro de 2020

ENTRA EM EXERCÍCIO DO CARGO
UDA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA VIEIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Entrar em exercício em 24 de Fevereiro de 2020, UDA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA VIEIRA, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0111/2020

Publicação Nº 2383932

PORTARIA Nº 0111/2020

De 07 de fevereiro de 2020

ENTRA EM EXERCÍCIO DO CARGO

UDA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA VIEIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Entrar em exercício em 24 de Fevereiro de 2020, UDA DA CONCEIÇÃO EVANGELISTA VIEIRA, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO Nº01/2020

Publicação Nº 2380563

TERMO DE FOMENTO Nº01/2020

Termo de Fomento nº 01/2020 que entre si celebram o Município de Apiúna e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra – Apiúna – Rodeio

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede administrativa à Rua Quintino Bocaiuva, 204, neste ato representada pelo Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito, e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO, inscrita no CNPJ sob nº 04.754.806/0001-26, com sede à BR470 km 90,5 n.2080, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada por seu Presidente Sr. Alan Lunelli, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante Lei Municipal Nº 924/2019 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo de fomento, decorrente da Lei Municipal Nº 924/2019, tem por objeto a manutenção das atividades da Associação, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;

- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária à utilizar	
Código Dotação	Descrição
03	Secretaria de Administração e Finanças
001	Secretaria de Administração e Finanças
2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), relativamente à avaliação econômica dos serviços dados a título de contrapartida.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica à conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou devolvidos aos cofres públicos na conclusão da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – Quando constarem 02 (duas) parcelas para Prestação de Contas em aberto.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

5.3 da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve manter em suas compras a observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração/termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

II – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

III – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos para utilização dos recursos e ao término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas final relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor das parcelas, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, da Instrução Normativa N.TC – 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ascurra.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna, 28 de Fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito

Alan Lunelli
Presidente da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO

Disponível em <https://apiuna.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/54>

PREFEITURA

Publicação Nº 2380292

Publicação Nº 2380301

Descrição da Fonte: 0.3.0275 – Fundeb – Superávit Financeiro R\$ 25.900,98
TOTAL R\$ 25.900,98

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 21 de fevereiro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz
Responsável pelas publicações

2567

Publicação Nº 2380303

DECRETO Nº 2567, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019 no valor de R\$ 84.611,02 no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.074	Atividades Gerais de Atenção Básica		
Modalidade	59	33900000000000000030324	Aplicações Diretas	84.611,02
TOTAL				84.611,02

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Superávit:

Descrição da Fonte: 0.3.0324 – SUS União PAB Fixo Superávit Financeiro R\$ 84.611,02

TOTALR\$ 84.611,02

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 21 de fevereiro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz
Responsável pelas publicações

2568

Publicação Nº 2380304

DECRETO Nº 2558, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019 no valor de R\$ 300.000,00 no Orçamento do Município de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.065	Infraestrutura Predial – Ensino Fundamental		
Modalidade	180	4490000000000000030880	Aplicações Diretas	300.000,00
TOTAL				300.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Superávit:

Descrição da Fonte: 0.3.0880 – Convênio Estado Reforma – Superávit Financeiro R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 300.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 31 de janeiro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Glaucia Pottratz
Responsável pelas publicações

2570

Publicação Nº 2380308

**DECRETO Nº 2570, de 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação das relações das execuções dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal e dá outras providências,

A Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no § 8º do art. 10 da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em áreas rurais e urbanas, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica publicado a execução dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal nos termos do § 1º e seguintes do art. 10 da Lei nº 853/2016 de 28 de abril de 2016, no conforme anexos e a descrição abaixo:

I – Serviços EXECUTADOS:**JANEIRO**

- 01) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 02 (dois);
- 02) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 03 (três);
- 03) 09 (nove) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- 04) 04 (quatro) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- 05) 09 (nove) proprietários rurais, constantes na Microárea 06 (seis);
- 06) 01 (um) proprietário rural, constante na Microárea 07 (sete).
- 07) 01 (um) proprietário rural, constante na Microárea 08 (oito);
- 08) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 09 (nove);
- 09) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 10 (dez);
- 10) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze).

II – Serviços SOLICITADOS:**JANEIRO**

- 01) 01 (um) proprietário rural, constante na Microárea 01 (um);
- 02) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 02 (dois);
- 03) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- 04) 01 (um) proprietário rural, constante na Microárea 05 (cinco);
- 05) 04 (quatro) proprietários rurais, constantes na Microárea 06 (seis);
- 06) 01 (um) proprietário rural, constante na Microárea 09 (nove);
- 07) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 10 (dez);
- 08) 01 (um) proprietário rural, constante na Microárea 11 (onze).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 28 de Fevereiro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado em data supra.
Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação

**EXECUTADOS:**

80367	MAURI PREDIGER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	02/01/2020
74889	JAIR ROBERTO PREDIGER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	02/01/2020
80534	CLAUDIR ELOIR LAMB	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	04/01/2020
80366	VALDECIR BERNO	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	06/01/2020
80281	SILFREDO HANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LINHA LINHA UNIDOS	06/01/2020
80595	FABRÍCIO FERRAZZO SCALCO	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA SCHNACK	07/01/2020
77985	MARCOS GENOIR DOERZBACHER	Abertura de Fossa	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	07/01/2020
80989	MARCOS GENOIR DOERZBACHER	Hora Excedente - Demais Máq.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	07/01/2020
79954	EVELÁCIO VALÉRIO LEIDOW	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	AVENIDA LAURO MÜLLER	08/01/2020
80536	IVO KOCH	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	08/01/2020
78005	DOMINGOS LUIZ EBERTZ	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	08/01/2020
78154	ARNESIO DE CASTRO	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	08/01/2020
76089	SILVIO LUIS VARGAS	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	08/01/2020
79203	EDIO BAUER	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	AVENIDA DOS IMIGRANTES	09/01/2020
80279	HILMAR SCHEIDT	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	09/01/2020
78867	DILMAR MEYRING	Estrada de Roça - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	09/01/2020
80540	IRINEU DOERZBACHER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JURITI	10/01/2020
77372	MARCOS HEINRICH	Estrada de Roça	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	10/01/2020
79734	ANSELMO RODOLFO SCHNEEBERGER	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	10/01/2020
80285	MARLI BAUERMANN ZIMMERNANN	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO SCHEER	13/01/2020
79746	ADEMIR KROHN	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	13/01/2020
78832	MARCOS HEINRICH	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	13/01/2020
78766	INÁCIO LUECKEMEIER	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	13/01/2020
80610	ARSILDO KUNO SCHUCK	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	15/01/2020
80742	DILMAR LARI MORCHE	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	15/01/2020



79762	SIMONE M. CHRISTMANN	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	16/01/2020
80738	VALDOCIRIO VERUCK	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA PAULO GNADT	16/01/2020
80750	ROGÉRIO KLEEMANN	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	16/01/2020
80735	CLAUDIR ELOIR LAMB	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	17/01/2020
80731	FABIO ORLEI KRUTZMANN	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	20/01/2020
80757	DARI SILVESTRE RUCKS	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO SCHEER	20/01/2020
80751	GUINTER PREDIGER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	20/01/2020
78823	EDER ERMINIO ALTMANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	21/01/2020
80763	LOURDES HARTMANN	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	22/01/2020
77579	DARLAN TIEMANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	23/01/2020
80769	SILVERIO DOERZBACHER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	24/01/2020
80759	ELOI HORST	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	24/01/2020
80758	VALDECIR BERNO	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	24/01/2020
80744	MÁRCIO ANDRÉ DRIEMEIER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	24/01/2020
74714	HELOI HILERIO RHEINHEIMER	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	24/01/2020
81096	HELOI HILERIO RHEINHEIMER	Hora Excedente - Demais Máq.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	24/01/2020
79507	NEORI HEINRICHS	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	AVENIDA DOS IMIGRANTES	25/01/2020
80021	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS CDIA SILFREDO HANN	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA JOÃO GOSSENHEIMER	25/01/2020
80773	Célia Deuner	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LINHA LINHA UNIDOS	27/01/2020
80748	CLAUDIR ELOIR LAMB	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA AURORA	27/01/2020
80776	IDO VERNÓ KRÜETZMANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	27/01/2020
80732	VANDERLEI SOSTISSO	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	28/01/2020
80775	JEAN RODRIGO BURNIER	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	28/01/2020
80600	SILVÉRIO PONATH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA COSTA E SILVA	28/01/2020
80747	VILMO DEMIR SCHUMANN	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	28/01/2020
80878	ADEMIR WEIMER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA PAULO GNADT	31/01/2020
80983		Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	31/01/2020

Total de : 52

**SOLICITADOS:**

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	DATA
80596	DARLAN TIEMANN	Pequena Terraplenagem	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	02/01/2020
80597	NEUDY TIEMANN	Outros serviços	MOTO-NIVELADORA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	02/01/2020
80605	VALDIRIO BUTH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAPO	06/01/2020
80601	EDSON LUIZ FEIOCK	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA AURORA	06/01/2020
80739	EDSON SOMMER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	13/01/2020
80743	IRONEI SIMÃO DUTKEWICZ	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RODOVIA SC 154	14/01/2020
80752	EDER RONEI OST	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	16/01/2020
80753	ALFREDO DRIEMEIER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA ALBINO LOEBLEIN SOBRINHO	17/01/2020
80754	EVERTON ADRIANO LUTZ	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	20/01/2020
80756	JEAN RODRIGO BURNIER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	20/01/2020
80760	HILÁRIO FUHRMANN	Abertura de cisterna e fonte	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAPO	21/01/2020
80768	ADEMIR KOCHENBORG	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LINHA LINHA UNIDOS	23/01/2020
80774	FRANCISCO MILAN	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LINHA LINHA UNIDOS	24/01/2020
80771	REJANE SALETE SCHNEIDER GROSS	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA PEDRO LEOPOLDO JUNGES	24/01/2020
80829	ADELAR SCHEEL	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	27/01/2020
80803	WALDEMAR DE VARGAS	Outros serviços	MÁQUINA NÃO INFORMADA!!	RUA BALDUINO BECKMANN	27/01/2020
80953	SILVÉRIO PONATH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	28/01/2020
80952	SILVÉRIO PONATH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	28/01/2020
80986	DARLAN APPEL	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA CANOAS	29/01/2020
80985	ORIMAR ROQUE SCHNEIDER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	29/01/2020
80991	CLAUDEMIR CANOSSA	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	31/01/2020

Total de : 21

CONTRATO ACT 31/2020

Publicação Nº 2379500

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 031/2020

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e BEATRIZ CRISTINA KIEKOW DE OLIVEIRA inscrita no CPF/MF sob o nº 091.561.339-52, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Auxiliar de Sala e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 006/2019, em conformidade com a LC nº 210, de 28 de junho de 2018;
- 2) VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro 30 de dezembro de 2020;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.343,94 (um mil trezentos e quarenta e três reais e noventa e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M.;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014).

Arabutã/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Beatriz Cristina Kiekow de Oliveira Leani Kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Jaíne Wallmann da Silva
CPF/MF nº. 079.664.859-00

Gláucia Pottratz
CPF/MF nº. 053.825.249-98

PE 04/2020

Publicação Nº 2380710

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 22/2020.
PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2020.

Objeto: Aquisição de três (03) veículos (01-para até 5 passageiros e 02-para até 07 passageiros) destinados ao Fundo Municipal de Saúde. Os bens serão adquiridos com recursos oriundos do Convenio nº2020 TR000101, Processo SCC 5651/2019.

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

- "Acesso Identificado"

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 18/03/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 28 de fevereiro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PORTARIA 84/2020 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2380061

PORTARIA Nº 084/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora LOIVA FASSBINDER DUTKEVICZ, inscrita no CPF sob nº. 024.560.349-29, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período aquisitivo de 15 de março de 2019 a 14 de março de 2020, suspensas pela Portaria nº 249/2019 de 14 de outubro de 2019, para serem gozadas no período de 02 a 16 de março de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de fevereiro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 89/2020 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2380247

PORTARIA Nº 89/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ADAIR LÖSCH, inscrito no CPF sob nº. 049.146.589-09, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao aquisitivo de 10 de junho de 2017 a 09 de junho de 2018, para serem gozadas no período de 02 a 31 de março de 2020.

Art.2º Fica reduzido em 15 (quinze) dias o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto, apresentar-se ao serviço no dia 17 de março de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de fevereiro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 90/2020

Publicação Nº 2379953

PORTARIA Nº 90/2020
NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2016, homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 02 de março de 2020, por Concurso Público o Senhor JAIR CLAUDIOMIRO EBELING, inscrito no CPF sob nº. 776.086.409-44, para o cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo I, nível 100, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de março de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 92/2020

Publicação N° 2383188

PORTARIA N° 92/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor LUIS HENRIQUE HÜBNER, inscrito no CPF sob nº. 566.405.870-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, férias referentes ao aquisitivo de 04 de fevereiro de 2019 a 03 de fevereiro de 2020, para serem gozadas no período de 02 a 31 de março de 2020.

Art.2º Fica reduzido em 30 (trinta) dias o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto, apresentar-se ao serviço no dia 02 de março de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de fevereiro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 93/2020

Publicação N° 2383309

PORTARIA N° 93/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor ILARIO NEUKAMP, inscrito no CPF sob nº. 691.982.509-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao aquisitivo de 16 de junho de 2018 a 14 de junho de 2019, para serem gozadas no período de 02 a 31 de março de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 28 de fevereiro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PREGÃO 12.2020

Publicação N° 2380273

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 020/2020.
PREGÃO PRESENCIAL N°. 012/2020

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE CUCA E TRIPA GROSSA, VISANDO À COMEMORAÇÃO DOS 28 ANOS DE EMANCI-PAÇÃO política-administrativa do Município de Arabutã SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 12/03/2020.
Abertura: às 09h00 do dia 12/03/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link

"Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 28 de FEVEREIRO de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PREGÃO 13.2020

Publicação N° 2380279

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 021/2020.
PREGÃO PRESENCIAL N°. 013/2020

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO CONCRETO USINADO (25 mpa), conforme especificações constantes no Anexo "E" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 13/03/2020.
Abertura: às 09h00 do dia 13/03/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 28 de FEVEREIRO de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2020

Publicação N° 2380523

**Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Arabutã**Página: 1/1
Data: 27/02/2020**Editais de Notificação nº 01-2020**

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.527/2014, de 30 de Maio de 2.014 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 01/01/2020 à 31/12/2020

Rúbrica	Descrição	Valor
417180311000002	Estratégias de Saúde da Família - ESF	14.260,00
417180311000003	Agentes Comunitários da Saúde - ACS	12.500,00
417180311000004	Assistencia Farmaceutica - União	2.097,94
417180311000006	Vigilância Sanitária	2.009,56
417180311000008	MAC - Média e Alta Complexidade	3.912,32
417180311000009	PMAQ - Programa Melhora Acesso e Qualidade	17.996,02
417180311000010	NASF - Nucleo de Apoio a Saúde da Família	8.000,00
417180311000011	PAB Variável Saúde Bucal	2.230,00
417180511000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	23.106,12
Total dos Recursos Recebidos no Período		86.111,96

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arabutã, situada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã (SC), em 27/02/2020

Leani Kapp Schmitt
Prefeita de Arabutã

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0012/2020

Publicação Nº 2379488

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0012/2020 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada para efetuar recuperação e pintura do veículo Fiat Pálio Weekend Attractive, ano/modelo 2012/2013, Placa MLP 3153, utilizado pelo Conselho Tutelar nas atividades diárias de atendimento das necessidades da população Arroiotrintense.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 12/03/2020.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 12/03/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 26 de fevereiro de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105 - RECLASSIFICAÇÃO GIZELI MAFFIOLETTI

Publicação Nº 2379572

PORTARIA Nº 105, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal GIZELI MAFFIOLETTI, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível V, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível VII, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106 - RECLASSIFICAÇÃO MARILIA BORG

Publicação Nº 2379575

PORTARIA Nº 106, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal MARILIA BORG, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível V, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível VII, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107 - RECLASSIFICAÇÃO CHEILA APARECIDA BONASSA.

Publicação Nº 2379585

PORTARIA Nº 107, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal CHEILA APARECIDA BONASSA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível V, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível VII, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108 - RECLASSIFICAÇÃO SONIA FATIMA NESI

Publicação Nº 2379587

PORTARIA Nº 108, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SONIA FATIMA NESI, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível V, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível VII, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109 -RECLASSIFICAÇÃO MARCILENE BATISTA DE OLIVEIRA BALDO

Publicação Nº 2379589

PORTARIA Nº 109, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal MARCILENE BATISTA DE OLIVEIRA BALDO, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível V, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO, Nível VII, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110 - RECLASSIFICAÇÃO SALUTE LEGNANI NEZI

Publicação Nº 2379590

PORTARIA Nº 110, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SALUTE LEGNANI NEZI, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111 - RECLASSIFICAÇÃO LORENI LURDES FREZZA CONSONI

Publicação Nº 2379591

PORTARIA Nº 111, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal LORENI LURDES FREZZA CONSONI, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112 - RECLASSIFICAÇÃO JULIANA NESI BIAVA

Publicação Nº 2379594

PORTARIA Nº 112, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal JULIANA NESI BIAVA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113 - RECLASSIFICAÇÃO ROSENEI TURMINA CABRAL.

Publicação Nº 2379597

PORTARIA Nº 113, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal ROSENEI TURMINA CABRAL, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114 - RECLASSIFICAÇÃO DAIANE CRISTINA PEDROSO

Publicação Nº 2379598

PORTARIA Nº 114, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal DAIANE CRISTINA PEDROSO, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115 - RECLASSIFICAÇÃO SAIONARA ANGELINA CIVIDINI DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2379601

PORTARIA Nº 115, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SAIONARA ANGELINA CIVIDINI DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116 -RECLASSIFICAÇÃO LUCIMARA APARECIDA ALVES

Publicação Nº 2379602

PORTARIA Nº 116, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal LUCIMARA APARECIDA ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117 - RECLASSIFICAÇÃO IVETE LOURDES ANCILIERO ZAMBONI

Publicação Nº 2379604

PORTARIA Nº 117, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal IVETE LOURDES ANCILIERO ZAMBONI, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118 - RECLASSIFICAÇÃO MAIRA COMEL FELTRIN

Publicação Nº 2379609

PORTARIA Nº 118, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal MAIRA COMEL FELTRIN, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119 - RECLASSIFICAÇÃO MIRIAM PEREIRA WILPERT

Publicação Nº 2379611

PORTARIA Nº 119, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal MIRIAM PEREIRA WILPERT, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120 - RECLASSIFICAÇÃO SILVANE CORDEIRO

Publicação Nº 2379612

PORTARIA Nº 120, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SILVANE CORDEIRO, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121 - RECLASSIFICAÇÃO ROSELI ZANINI CANONICA

Publicação Nº 2379613

PORTARIA Nº 121, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal ROSELI ZANINI CANONICA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122 - RECLASSIFICAÇÃO SONIA LAZZARI TURMINA

Publicação Nº 2379619

PORTARIA Nº 122, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SONIA LAZZARI TURMINA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123 - RECLASSIFICAÇÃO RITA APARECIDA TASCA CANONICA

Publicação Nº 2379621

PORTARIA Nº 123, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal RITA APARECIDA TASCA CANONICA, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124 - RECLASSIFICAÇÃO SIMONE BOLZON

Publicação Nº 2379623

PORTARIA Nº 124, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SIMONE BOLZON, ocupante do Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível III, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125 - RECLASSIFICAÇÃO SANDRA MARA CERON

Publicação Nº 2379683

PORTARIA Nº 125, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SANDRA MARA CERON, ocupante do Cargo Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível VII, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível VIII.I, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126 -RECLASSIFICAÇÃO SALETE SARTORI NESI

Publicação Nº 2379684

PORTARIA Nº 126, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal SALETE SARTORI NESI, ocupante do Cargo Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível VII, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível VIII.I, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127 - RECLASSIFICAÇÃO FICA ALTERADO O NÍVEL FUNCIONAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENI SILVA DA SILVA

Publicação Nº 2379687

PORTARIA Nº 127, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Reclassificação de Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 1925 de 26/02/2020,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica alterado o nível funcional da Servidora Pública Municipal MARILENI SILVA DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível VII, pela reclassificação passa a exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível VIII.I, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128 - FÉRIAS RONIVAN

Publicação Nº 2379709

PORTARIA Nº 128, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Adicional Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias ao servidor municipal, RONIVAN BRANDALISE, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2019 à 01/02/2020, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129 - FÉRIAS CHEILA APARECIDA BONASSA

Publicação Nº 2379711

PORTARIA Nº 129, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Adicional de Férias a Servidor que Menciona.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autoriza a conceder adicional correspondente a 1/3 (um terço) de férias a servidora municipal, CHEILA APARECIDA BONASSA, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2019 à 01/02/2020, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de fevereiro de 2020.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0022/2020

Publicação Nº 2380076

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo Nº 0040/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0022/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1948, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo **Menor preço Por item**, embasada no **Art. 24, inc. IV da Lei 8.666/93** e tendo como objeto **Contratação emergencial de advogado por até 90 dias, para o desempenho das atividades de assessor jurídico do Município de Arroio Trinta durante o período de afastamento de saúde do Advogado titular, Dr. Santo Possato**, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

2466 - THAIS RENATA TERCI (082.587.469-60)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	34103 - Contratação de Advogado(a) para desempenho das atividades de Assessor(a) Jurídico(a). Carga horária: 20 horas semanais Vigência da contratação: 90 (noventa) dias, com início em 02/03/2020. <u>Descrição de trabalhos a serem realizados:</u> - Aconselhamento ao Chefe do Executivo para tomada de decisões, - Auxílio na elaboração de atos normativos do executivo como: decretos, portarias, instruções normativas e etc..	Mês	3	5.000,00	15.000,00

	<ul style="list-style-type: none">- Eventuais elaborações de ofícios ao Poder Legislativo e ao Ministério Público- Elaboraões de Pareceres Jurídicos, Contratos e Termos aditivos- Acompanhamento das manifestações de processos judiciais e peticionamentos em todos os processos judiciais do Município- Entre outras atividades em que o Município necessitar assessoria Jurídica.				
Total				15.000,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 28 de fevereiro de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.419

Publicação Nº 2380490

Decreto nº 2.419, de 20 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2019, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte ação orçamentária;

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0032	Estratégia Saúde da Família – ESF
10.301.0032.2.070	Atividades dos Programas SF/SB/NASF/PMAQ
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0756	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019, no vínculo; Recursos Vinc. Incremento Temporário PAB Fixo (01.0756), no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), 20 de fevereiro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Responsável pela publicação

PORTARIA 83/2020

Publicação Nº 2380470

PORTARIA Nº. 083, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê a alínea, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005,

Considerando, a classificação em Chamada Pública Emergencial 01/2020.

Considerando, a necessidade de contratação da servidora por tempo determinado para atender a necessidade no CMEI Centro Municipal de Educação Infantil.

RESOLVE,

Art. 1º. Contratar a Senhora, TAILINE FERNANDA SEGHETTO FAVERO, brasileira, solteira, portador do RG. 6.160.095 e CPF. 081.005.719-02, residente e domiciliado na Rua do Campo – Centro - Arvoredo, para o cargo de Professor I, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 10 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica, vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2020, com vigência até o encerramento das atividades escolares de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN TAILINE FERNANDA SEGHETTO FAVERO
PREFEITA MUNICIPAL CONTRATADA

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 84/2020

Publicação Nº 2380472

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 084, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2020.

Convoca servidor para trabalhar em período de férias por necessidade da Administração e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e

Considerando, a necessidade declarada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em acordo com o Art. 80 da Lei Complementar Nº.090 de 23 de outubro de 2019,

Considerando, a necessidade declarada do Poder Executivo Municipal, em convocar o servidor para o trabalho, em virtude de demanda excessiva no Urbanismo e Desenvolvimento Econômico do Município.

RESOLVE,

Art.1º. Fica convocado o servidor, CELSO LUIZ GIACHIN, que ocupa o cargo de Gerente de Urbanismo e Desenvolvimento Econômico, do Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, para trabalhar nas férias no período de 24/02/2020 até 03/03/2020.

Parágrafo Único. Fica reservado o direito de gozo do período restante de 09 (nove) dias em data a ser marcada.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 85/2020

Publicação N° 2380475

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA N°. 085, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Licença Paternidade e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

Considerando, nascimento do filho do servidor,

Considerando, o que prevê o Art. 96, da lei Complementar n°. 90 de 23 de outubro de 2019.
RESOLVE,

Art. 1°. Fica concedido ao servidor, ADELAR POZZER, que ocupa o cargo de Operador de Máquinas Rodoviários, do Quadro Geral de Cargos de Provimento efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença Paternidade.

Parágrafo Único. A licença ora concedida, compreende o período de 26 de fevereiro até 01 de março de 2020.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 86/2020

Publicação N° 2380477

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 086, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar n°. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1°. Fica concedido ao servidor ADELAR POZZER, que ocupa o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, do Quadro Geral de Cargo de Provimento em Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 02-03-2020 até 31-03-2020.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 27-01-2019 Á 26-01-2020.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Art. 3°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 87/2020

Publicação N° 2380479

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 087, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

Considerando, o pedido do servidor,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerado o Servidor BRUNO VIECELLI DALLA BETHA, do cargo de Coordenador de Saúde Pública, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter de Comissão.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 04 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de março de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN BRUNO VIECELLI DALLA BETHA
PREFEITA MUNICIPAL Exonerado

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 88/2020

Publicação N° 2380483

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 088, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Gratificação ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, a justificativa recebida da Gerencia de Educação,

Considerando, o que prevê o Art. 12 Inciso I e II, Art. 20 da Lei Complementar n°. 086 de 09 de outubro de 2018,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor FELIPE QUEIROZ PEDREIRA, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provimento Admitido em Caráter Temporário, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, adicional de gratificação pelo exercício em classe unidocente no percentual de 12,5% incidente sobre o vencimento.

Parágrafo Único. A presente gratificação é devida ao cargo de professor Letras/Libras que atuará no 1º ano matutino, atendendo a necessidade especial do aluno ALEJHANDRO PERREIRA DE MELLO e cumprirá integralmente a jornada de trabalho

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro até o encerramento das atividades escolares de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 89/2020

Publicação Nº 2380485

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 089, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Pagamento de Aulas Excedentes a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, a justificativa recebida da Gerencia de Educação,

Considerando, o que prevê o Art. 12 Inciso I e II, Art. 20 da Lei Complementar nº. 086 de 09 de outubro de 2018,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora KARINE LETICIA TRESSOLDI, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provimento Admitido em Caráter Temporário, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, adicional de aulas excedentes sendo que ministrará aulas acima do limite estabelecido, correspondendo a 3% sobre o valor do salário base por hora aula, o qual será extraído do salário base de um professor de 40 horas. Sendo que a mesma trabalhará duas aulas excedentes.

Parágrafo Único. As aulas excedentes é devida ao cargo de professor II de Educação Física que trabalhará duas aulas excedentes, e cumprirá integralmente a jornada de trabalho

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de fevereiro até o encerramento das atividades escolares de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 9/2020

Publicação Nº 2379972

MUNICÍPIO DE ATALANTA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2020

OBJETO: A PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, À CONTRATANTE DOS SERVIÇOS EXCLUSIVAMENTE DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE SÃO REGULAMENTADAS E APROVADAS PELA PORTARIA Nº 3.214/78 E DEFINIDAS PELA CLT – CONSOLIDAÇÕES DAS LEIS DO TRABALHO, ATRAVÉS DAS NORMAS REGULAMENTADORAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ATALANTA (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09)

CONTRATADA: HC ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDICINA OCUPACIONAL (CNPJ Nº 08.621.517/0001-00)

VALOR: R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: DE 28 DE FEVEREIRO A 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

Aurora

PREFEITURA

2º AVISO DE ERRATA PP 002/2020

Publicação N° 2380681

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 002/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 002/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA, por intermédio do Setor de Licitações nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, INFORMA aos interessados que houve alteração no preço unitário do item 18 do PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020 que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETOR PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE". Fica alterada a data de abertura para o dia 12/03/2020 às 09hs. Os interessados poderão no horário das 08 às 12hs e das 13 às 17hs, nos dias normais de expediente, obter demais informações na Sede da Prefeitura Municipal de Aurora Rodovia SC 350 - N°. 408 - Centro - Aurora - SC, e-mail licitacao@aurora.sc.gov.br Fone: (47)3524-0144.

Aurora, 28 de Fevereiro de 2020.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

DECRETO N° 027/2020

Publicação N° 2380299



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

DECRETO N° 027, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 51 e seus respectivos parágrafos, da Lei n° 8.666/1993;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos com vistas à realização de licitações de compras e serviços, obras e serviços de engenharia do Município de Balneário Arroio do Silva/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, e, dos que lhes são correlatos.

CONSIDERANDO a necessidade de sempre selecionar a proposta mais vantajosa para administração pública, no processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade e os interesses da administração pública municipal em aperfeiçoar os mecanismos de controle e eficiência no sentido de realizar seus procedimentos licitatórios;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Arroio do Silva e do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Arroio do Silva, constituída pelos seguintes Servidores Públicos Municipais:

- a) Michel Pereira Alves, matrícula funcional n° 5.775, na qualidade de Presidente;
- b) Juliana Scherer Moutinho, matrícula funcional n° 5.025, na qualidade de Secretário;
- c) Altemir Daros Fontanela, matrícula funcional n° 951, na qualidade de Membro;
- d) Junara Prudêncio Bobsin, matrícula funcional n° 5.536, na qualidade de Membro.

Av. Santa Catarina, n° 1122 – Centro – Fone/Fax: (48) 3526 1445 – CEP 88914-000 – Balneário Arroio do Silva - SC

E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br

Site: www.arroiodosilva.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Parágrafo único. A Comissão será regularmente convocada com antecedência pelo Setor de Licitações para o comparecimento às sessões.

Art. 2º A Comissão nomeada por este Decreto terá como função efetuar o registro cadastral de fornecedores, elaborar minuta de edital, contratos e outros atos pertinentes ao procedimento de licitação, julgar preliminarmente a habilitação, as propostas, os recursos e demais questionamentos sobre os processos administrativos de licitação pública e promover a alteração ou cancelamento de cadastros de licitantes.

Art. 3º A Comissão receberá assessoria jurídica, quando solicitada, do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, o Dr. Daniel Menezes de Carvalho Rodrigues, devidamente inscrito na OAB/SC 19.664.

Art. 4º No caso de licitação na modalidade de convite, até a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, o julgamento e o processamento poderão ser realizados por qualquer um dos membros da Comissão, devendo a decisão conclusiva ser expedida, obrigatoriamente, na presença da maioria.

Art. 5º Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos decisórios que adotar, salvo se a posição divergente for devidamente registrada em ata lavrada na respectiva reunião.

Art. 6º A investidura dos membros da Comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente, conforme preceitua o § 4º do artigo 51, da Lei nº 8.666/1993, podendo o seu Presidente assinar a expedição de licitações pelo período de 02 de março de 2020 a 02 de março de 2021.

Art. 7º Pelos serviços prestados consoantes a este Decreto, os servidores designados não receberão nenhuma gratificação ou adicional pecuniário, sendo os serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 30, de 28 de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 28 de fevereiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de fevereiro de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Av. Santa Catarina, nº 1122 – Centro – Fone/Fax: (48) 3526 1445 – CEP 88914-000 – Balneário Arroio do Silva - SC
E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br Site: www.arroiodosilva.sc.gov.br

Balneário Gaivota

PREFEITURA

AVISO REVOGAÇÃO CHAMADA PUBLICA 01/2020

Publicação Nº 2380642

AVISO DE REVOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Balneário Gaivota, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, que Revoga, por interesse público decorrente de fato superveniente, a licitação na modalidade Chamada Pública, tombada sob o nº. 001/2020, com fins a seleção aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, fundamentado na alínea "c", do inciso I, do art.109, da Lei 8.666/93. Maiores informações na sede da Comissão ou pelo telefone (48) 3583.1408.

Balneário Gaivota, 26 de fevereiro de 2020

MARCUS VINICIUS DA CUNHA
Presidente da Comissão

INFORMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO PP 02/2020

Publicação Nº 2380013

O Município de Balneário Gaivota, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Pereira Da Silva, vem respeitosamente informar e notificar a empresa MASTER LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCAO – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua R 5, nº 105 quadra 7 lote 9 a no município de GOIÂNIA-GO inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.927.653/0001-77, vencedora do processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial número 02/2020 e contrato número 20/2020.

Senhor Representante legal.

Versa o presente sobre a INFORMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO de instauração de processo administrativo pelos fatos a seguir expostos. Considerando a inercia da empresa supracitada, quanto a notificação enviada via e-mail conforme anexo, sobre a reprovação das amostras enviadas, bem como, o não comparecimento até a presente data para a assinatura do contrato. Considerando que, após várias tentativas de contato com a empresa sem sucesso, o município encontra-se enfrentando sérios problemas na execução dos seus trabalhos relacionados a manutenção elétrica de iluminação e afins, visto que com o "sumiço" da empresa, os itens estão em falta impedindo a consecução de serviços básicos e essências para com a iluminação do Município. Considerando tais fatos, esta administração não encontrou outra solução se não instaurar o devido procedimento administrativo para apuração dos fatos, bem como, no sentido de não haver solução das mesmas, que sejam aplicadas as penalidades cabíveis. Deste modo, Diante do exposto, venho, no uso de minhas atribuições legais e com amparo na legislação federal, pelo presente NOTIFICAR A EMPRESA MASTER LED, na pessoa de seu representante legal a manifestar-se formalmente acerca dos fatos no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do envio deste, oportunidade em que deverá juntar documentos comprovando seus fatos alegados, restando caracterizado o direito ao contraditório e ampla defesa, previstos no artigo 5 da Constituição Federal inciso LV. Informo por fim que poderá a empresa sofrer as penalidades administrativas, concernente aos dispostos acostados no regramento licitatório.

Respeitosamente

Ronaldo Pereira da Silva
Balneário Gaivota/SC, 28 de fevereiro de 2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 - PMBG

Publicação Nº 2380004

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, de acordo com as Leis 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações e alterações posteriores, torna público que se encontra aberta a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "menor preço por Lote", objetivando a contratação de empresa do ramo pertinente objetivando o serviço de transporte de alunos da Rede Estadual e Municipal de Ensino parcelada, conforme a necessidade e demanda da Sec. de Educação Municipal, durante o exercício de 2020. A íntegra do Edital e demais informações e documentos necessários para apresentação das propostas estará à disposição dos interessados a partir desta data, no Departamento de Licitações, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal, sito na Avenida Guanabara, 452, bloco B, Loteamento Turimar, neste Município. O início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento será as 09h do dia 12 de março de 2020. Balneário Gaivota, 28 de fevereiro de 2020

Balneário Piçarras

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO Nº 08/2020 PARA REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS

Publicação Nº 2380781

PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

NOTIFICAÇÃO Nº 08/2020 PARA REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS

Conforme Lei Complementar nº 008/2009 e Decreto nº 069/2019 do município de Balneário Piçarras, solicita-se que os proprietários realizem a limpeza dos terrenos relacionados abaixo, que estão em desacordo com o estabelecido na legislação vigente. Ressalta-se que, conforme Lei Complementar nº 008/2019, Art. 6: "A limpeza do passeio fronteiriço às edificações é de responsabilidade de seus ocupantes." e Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". A notificação deve ser atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme determinado no Decreto nº 069/2019. Caso as medidas solicitadas não sejam cumpridas no prazo, o notificado estará sujeito à aplicação de sanções administrativas previstas na legislação municipal e a Secretaria de Obras irá realizar o serviço de limpeza mediante cobrança de taxa pelo serviço prestado.

PROPRIETÁRIO	CPF/CNPJ	RUA	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
Pedro Angelo dos Santos	681.679.209-25	Rua São Ludgero	01.08.283.0225
Elisabeth Guinther	439.678.849-53	Rua São Ludgero	01.08.283.0213
Perola Kuchenbecker	042.016.899-05	Rua das Palmeiras	01.08.283.0326
Ricardo Thomaz	032.248.359-07	Rua Adolfo Cabral	01.09.013.0047
Mercedes Cristo	311.329.208-50	Rua Das Camélias	01.05.029.0065
Alberto Amancio Santana	217.307.419-91	Rua Das Camélias	01.05.029.0079
João Jaime Betti	312.212.209-00	Rua João Reis de Góes	01.08.404.2341
Carla Cristini Marangon	028.022.819-84	Rua Mario Netto	01.08.150.0426

Balneário Piçarras/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Emanueli Prauchner Bigolin Berft	Eunice Bernardina Rosa de Souza
Fiscal Fazendária	Fiscal Sanitarista
Matrícula 11.627	Matrícula: 2.793

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 02/2020 – 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2379603

EXTRATO DE CONTRATO 02/2020 – 2º TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	02/2019 – 2TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Priscila Dal Mago
Objeto:	O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato 02/2019 firmado entre as partes em 08 de fevereiro de 2019.
Valor:	Ao presente Termo Aditivo serão atribuídos prorrogação de prazo consoante e 01(uma) medição no valor de R\$ 3.477,77 (três mil quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos.
Vigência:	Início: 08/01/2020 Término: 07/05/2020
Licitação:	Processo Licitatório 15/2018
Balneário Piçarras, 08 de fevereiro de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

EXTRATO DE CONTRATO 03/2020

Publicação Nº 2379789

EXTRATO DE CONTRATO 03/2020

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	01/2020
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Flexforma Comercial de Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda
Objeto:	Constitui objeto do referido instrumento, a contratação de empresa especializada para fabricação, montagem e instalação de móveis sob medida, destinados à Nova Sede da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Balneário Piçarras.
Valor:	R\$ 209.800,00 (duzentos e nove mil e oitocentos reais)
Vigência:	Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação:	Processo Licitatório 02/2020 - Pregão Presencial 02/2020
Balneário Piçarras, 27 de fevereiro de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - CIGA

Publicação Nº 2380685

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato 075/PMBR/2017. CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA. OBJETO Constitui objeto do presente Termo Aditivo a SUPRESSÃO DE SERVIÇO do Contrato Nº. 075/PMBR/2017, que tem como objeto a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Gestão de Obras – G-Obras, Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples, Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota, Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM, Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT e Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC, objeto do Processo de Licitação Modalidade Dispensa de Licitação Nº. 097/PMBR/2017, Ratificado e Homologado em: 15/12/2017, dentro dos limites e na forma do artigo 65, da Lei Nº. 8.666/93, por interesse público e feito amigavelmente pelas partes contratantes, de acordo com o Parecer Jurídico favorável. ASSINATURA: 18/02/2020. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO

LEI Nº 447/2020

Publicação Nº 2380414

LEI Nº 447, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar bens móveis, adquiridos com recursos da Conta Convênio – Prefeitura/CBMSC, ao Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Termo de Doação dos seguintes bens adquiridos com recursos da Conta Convênio – Prefeitura/CBMSC:

I – 01 veículo RENAULT/SANDERO AUTH 10, combustível ALCO/GASOL, ano de 2018, fabricado em 2018, cor vermelha, RENAVAM 1145621667, placa QJN9621, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 44.990,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e noventa reais);

II – 01 veículo FIAT/MOBI LIKE, combustível ALCO/GASOL, ano 2020, fabricado em 2019, cor vermelha, RENAVAN 1213872887, placa RAD 9144, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 45.950,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta reais);

III – 01 Soprador a Gasolina BR 420-S/kit Aspiração-S, avaliado em R\$ 1.399,00 (um mil e trezentos e noventa e nove reais);

IV – 01 Turbo Ventilador Mod. IBR MT540 MOTOR HONDA 5.5 HP G, avaliado em R\$ 16.350,00 (dezesesseis mil e trezentos e cinquenta reais).

Art. 2º. As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 448/2020

Publicação Nº 2380419

LEI Nº 448, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara - inscrita no CNPJ 83.852.350/0001-03, objetivando o repasse financeiro para manutenção da entidade, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para todo o exercício de 2020.

Art. 2º As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão por conta do orçamento vigente do exercício de 2020.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 03 de fevereiro de 2020.

Balneário Rincão, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 449/2020

Publicação Nº 2380424

LEI Nº 449, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza celebrar Convênio com a EPAGRI e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) inscrita no CNPJ nº 83.052.191/0001-62 a fim de a conveniada prestar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do Município de Balneário Rincão.

§ 1º. Será repassado mensalmente para a conveniada o valor de R\$ 2.873,00 para a execução dos serviços descritos no caput.

§ 2º. Para a execução do convênio descrito no caput, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado realizar o repasse financeiro para manutenção da entidade, no valor de R\$ 34.476,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos e setenta e seis reais) para o exercício de 2020.

Art. 2º As despesas inerentes ao convênio citado no art. 1º correrão por conta do orçamento vigente do exercício de 2020.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 450/2020

Publicação Nº 2380428

LEI Nº 450, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da lista de ruas, em ordem prioritária, para execução de pavimentação na cidade do Balneário Rincão.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo assegurado a divulgar a lista de ruas cadastradas para futura execução de obras de pavimentação de vias públicas, estabelecendo a ordem prioritária para a realização das obras.

Art. 2º. A divulgação de que trata o art. 1º desta Lei será feita pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Criciúma, em seção específica e de fácil acesso.

Parágrafo único. A publicidade conterá, no mínimo, as seguintes informações:

Nome da rua e o bairro;

Extensão da via;

Número de moradores;

Percentual de adesão.

Art. 3º. Qualquer alteração na ordem de ruas a serem pavimentadas por meio do sistema de parceria ensejarão publicação de nova lista em, no máximo, 03 (três) dias úteis, no site oficial da Prefeitura Municipal de Criciúma, acompanhada da data de alteração e da devida justificativa.

Parágrafo único. As listas alteradas permanecerão disponíveis na mesma seção específica do site oficial.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 451/2020

Publicação Nº 2380431

LEI Nº 451, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a restrição à circulação em ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local no Município de Balneário Rincão

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Poderá ser autorizada a restrição à ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local, ficando limitada a circulação apenas a seus moradores e visitantes.

Art. 2º. Para os fins desta lei, considera-se:

I - rua sem saída: rua oficial que se articula, em uma de suas extremidades, com via oficial e cujo traçado original não tem continuidade com a malha viária na sua outra extremidade;

II - rua sem impacto no trânsito local: via cujas extremidades tenham articulação com uma ou mais vias oficiais, desde que situadas dentro da mesma quadra fiscal.

Art. 3º. As ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local serão passíveis de restrição à circulação nas hipóteses em que sirvam de acesso a imóveis residenciais e de uso não residencial.

Parágrafo único. A permissão para a existência de imóveis de uso não residencial deve observar a legislação competente (se houver).

Art. 4º. Fica vedada a restrição à circulação quando:

I - a rua sem saída ou a rua sem impacto no trânsito for o único acesso a áreas verdes de uso público, áreas institucionais ou equipamentos públicos;

II - a restrição impedir, por qualquer motivo, o acesso de veículos de serviços emergenciais;

III - a restrição não abranger a totalidade dos imóveis da rua sem saída ou da rua sem impacto no trânsito local;

IV - for contrária ao interesse público;

V - houver reflexos negativos ao tráfego de veículos no entorno da rua sem saída ou da rua sem impacto no trânsito local.

Art. 5º. A restrição à circulação consistirá em fechamento do espaço correspondente ao leito carroçável e calçada, o que poderá ser realizado por intermédio de portão, cancela ou equipamento similar.

§ 1º O fechamento deverá respeitar no máximo a linha que define o prolongamento do alinhamento da via pública com a qual se articular.

§ 2º A abertura dos portões deverá ser realizada para o interior da rua sem saída ou da rua sem impacto no trânsito local.

§ 3º O fechamento não poderá impedir a visualização do interior da rua sem saída ou da rua sem impacto no trânsito local.

DA AUTORIZAÇÃO PARA A RESTRIÇÃO

Art. 6º. Na hipótese do inciso III do art. 2º desta lei, a Secretária de Obras e de Engenharia de Tráfego, deverá manifestar-se sobre as condições viárias e possíveis reflexos no trânsito.

Parágrafo único. A Secretaria poderá condicionar a restrição à circulação de veículos a obras viárias e alterações de sinalização a serem realizadas pelos proprietários requerentes.

Art. 7º. O fechamento deve ser realizado pelos proprietários requerentes, às suas expensas e na conformidade das disposições desta lei.

Art. 8º. Será de responsabilidade dos proprietários dos imóveis situados na rua sem saída ou na rua sem impacto no trânsito local objeto da restrição a propositura da adoção de medidas de cunho ambiental, tais como:

I - desimpermeabilização das calçadas com instalação de pisos ou poços drenantes;

II - plantio de árvores;

III - implantação de dispositivos para coleta de águas de chuva e reúso de água;

IV - ampliação ou manutenção das áreas ajardinadas.

§ 1º Na impossibilidade técnica da adoção das medidas de cunho ambiental que trata os incisos I a IV no interior das ruas sem saída e ruas sem impacto ao trânsito local, a prefeitura poderá indicar área pública para implantação das medidas propostas pelos proprietários.

Art. 9º. O lixo proveniente das casas situadas na rua sem saída ou na rua sem impacto no trânsito local objeto da restrição deverá ser depositado em recipientes próprios para a coleta seletiva e colocado na via oficial com a qual esta se articula, exceto as ruas que possuam acesso e condições de manobra para o ingresso de caminhão de lixo.

Art. 10º. Os serviços de varrição e manutenção da rua sem saída ou da rua sem impacto no trânsito local objeto da restrição correrão por conta dos proprietários das residências nelas situadas.

DA PENALIZAÇÃO

Art. 11. Verificando a Prefeitura o descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta lei, os proprietários serão notificados individualmente para o saneamento da irregularidade, sob pena de retirada dos dispositivos de restrição à circulação.

Art. 12. A autorização concedida nos termos desta lei tem caráter precário e perderá seus efeitos no caso de alteração do uso dos imóveis situados no local objeto da restrição ou das condições viárias.

§ 1º Nos casos a que se refere o "caput" deste artigo, os proprietários serão intimados a remover o dispositivo de restrição à circulação no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Na hipótese em que alterações das condições viárias do entorno assim justificarem, a Prefeitura poderá, a seu critério, retirar o fechamento a qualquer momento.

§ 2º Nos casos de que trata o "caput", os proprietários terão 90 (noventa) dias para apresentar as medidas de cunho ambiental previstas no art. 11.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIRES LINO
Secretário de Administração e Finanças

ATA 009/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL N°. 026/PMBR/2020

Publicação N° 2380330

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2020

Número do Registro de Preços: 10/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LIMPEZA E ENGRAXAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMAE E POLÍCIA MILITAR (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO E CULTURA, FUND							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS (3797)	UN	ALEX SANDER FARIA GUMARAES 03729023756 (1672)		0	36,4000	1
2	LAVAGEM DE VAN (3800)	UN	ALEX SANDER FARIA GUMARAES 03729023756 (1672)		0	40,5700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAGÃO, LIMPEZA E ENGRAXAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMAE E POLÍCIA MILITAR (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO E CULTURA, FUND							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	LAVAGÃO DE MOTO/CICLETA (9875)	UN	ALEX SANDER FARIA GUIMARAES 03729023756 (1672)		0	14,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2020

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 10/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LIMPEZA E ENGRAXAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMAE E POLÍCIA MILITAR (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO E CULTURA, FUND					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020

PROCESSO Nº 23/2020

(1672) - ALEX SANDER FARIA GUIMARAES 03729023756

Balneário Rincão, 28 de Fevereiro de 2020.

Bandeirante

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2020

Publicação N° 2380357

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E DO SISTEMA MUNICIPAL DE INSPEÇÃO (SIM), EM CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA N° 886973/2019, conforme características mínimas e especificações constantes no Anexo I do edital.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 13/03/2020 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 28 de fevereiro de 2020.
Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

Barra Bonita**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2020**

Publicação N° 2380055

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2020

CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar os aprovados no Processo Seletivo 003/2019, cujo resultado foi homologado pelo decreto 1178/2019 de 19 de dezembro de 2019, a seguir relacionados:

Nome	Cargo	Classif.
Tayson Bedin	Assistente Social	2º

Art.2º Os convocados deveram apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 10 de março de 2020, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

Carteira de Identidade

CPF

Título eleitoral e comprovante da ultima votação

Certidão de Casamento

Certidão de nascimento dos filhos

Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho

01 Foto 3x4

Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros)

Comprovante de Escolaridade

Certidão de antecedentes criminais (obtida na Distribuição no Fórum ou site TJSC)

Declaração de Bens

Declaração de ter sofrido ou não penalidades

Declaração de Conta bancaria para deposito salarial. (Sicoob ou BB)

Declaração de não acúmulos de cargos

Atestado medico ocupacional.

Comprovante de residência.

Art.3º O não comparecimento do candidato, bem como a não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou não havendo justificativa para tal falta, importara em renuncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita-SC em 27 de fevereiro de 2020.

Sanir Francisco Bedin

Prefeito Municipal em exercicio

EDITAL PREGÃO N°12/2020 FMS

Publicação N° 2379707

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 12/2020

EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO N° 12/2020

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital para Registro de Preço, objetivando Aquisição de produtos de higiene, limpeza copa e cozinha para os trabalhos desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 12 de março de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de fevereiro de 2020.

CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA

Gestora FMS

EDITAL PREGÃO Nº13/2020 FMS

Publicação Nº 2379773

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2020

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital para Registro de Preço, objetivando Prestação de serviços técnicos profissionais na área de Medicina para consultas oftalmológicas a serem realizadas na Unidade Básica de Saúde do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 13 de março de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de fevereiro de 2020.

CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA
Gestora FMS

PORTARIA N.º117, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379937

PORTARIA N.º117, de 27 de fevereiro de 2020.

“Concede licença a servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Neiva Schonardie Gattermann, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 26.02.2020 a 26.03.2020.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 06.02.2020.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 27 de fevereiro de 2020.

Sanir Francisco Bedin
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º118 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379722

PORTARIA N.º118 de 28 de fevereiro de 2020

Exonera servidora e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve,

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Nilva Bau Boss, matricula nº142207, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em função de concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 2020.

Sanir Francisco Bedin
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N°.119 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380363

PORTARIA N°.119 de 28 de fevereiro de 2020.

Autoriza a realização e pagamento de horas extras.

Sanir Francisco Bedin, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, de acordo com o Decreto nº1036/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a realização, bem como o pagamento de eventuais horas extras, para atender situações excepcional e necessidade de interesse público aos servidores públicos municipais, no período de 21 de fevereiro a 20 de março de 2020, conforme previsão em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, em 28 de fevereiro de 2020.

Sanir Francisco Bedin
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal:Assistencia SOCIAL		
Nome do Servidor: Maximino da Silva Dias		Função: Motorista
Período previsto para realização das horas extras: De: 21Fevereiro a 20 Março de 2020		
Horas extras previstas (aproximadamente):06:00 horas		
<input type="checkbox"/>	Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> X Opção pelo pagamento
Justificativa: Eventual extensão de carga horária do motorista para atendimentos com Conselho Tutelar, Grupos Paif e SCFV do Cras e demais atividades da Secretaria.		
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.		
Cargo/Assinatura do autorizador Cargo Assinatura		

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordináriasrealizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/2020.

Obs.: Documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

Barra Velha

PREFEITURA

84º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

Publicação Nº 2379692



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

84º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após análise pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria Municipal de Administração, conforme 32ª convocação através do Edital nº 79/2019, itens 17.6, 17.7 e 17.8 do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

1. DO CANDIDATO INABILITADO

1.1 A Candidata Ana Katarina Oliveira Amaral, foi convocada para o cargo de Professor de Educação Física, através do Edital 79, via e-mail, via AR (correio), para o endereço de residência e foi tentado contato via telefone, conforme os contatos informados no ato da inscrição para o Concurso Público, não manifestando interesse, fica a candidata inabilitada para o cargo.

1.2. A candidata inabilitada pode apresentar recurso para a Comissão do Concurso, referente a este Edital, a ser protocolado no Setor de Protocolo do Município, sito a Av: Governador Celso Ramos, 200, centro, Barra Velha – SC, no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a publicação deste Edital.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Velha/SC.

2.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

2.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 27 de fevereiro de 2.020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

MARILANDI PIRES
Secretária Municipal de Administração
e Finanças

47 3446 7700
teis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br
Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000

85º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

Publicação Nº 2379693



Secretaria
Municipal de
Administração
SEMA

85º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após análise pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria Municipal de Administração, conforme 31ª convocação através do Edital nº 76, itens 17.6, 17.7 e 17.8 do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

1. DO CANDIDATO INABILITADO

1.1 A Candidata Erika Jaqueline de Souza, foi convocada para o cargo de Professor de Educação Infantil, através do Edital 76, via e-mail, via AR (correio), para o endereço de residência e foi tentado contato via telefone, conforme os contatos informados no ato da inscrição para o Concurso Público, não manifestando interesse, fica a candidata inabilitada para o cargo.

1.2 O Candidato Leonardo Bertoni C. Pontalt, foi convocado para o cargo de Professor de Educação Física, através do Edital 76, via e-mail, via AR (correio), para o endereço de residência e foi tentado contato via telefone, conforme os contatos informados no ato da inscrição para o Concurso Público, não manifestando interesse, fica o candidato inabilitado para o cargo.

1.3. Os candidatos inabilitados podem apresentar recurso para a Comissão do Concurso, referente a este Edital, a ser protocolado no Setor de Protocolo do Município, sito a Av: Governador Celso Ramos, 200, centro, Barra Velha – SC, no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a publicação deste Edital.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Velha/SC.

2.2 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

2.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 28 de fevereiro de 2.020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

MARILANDI PIRES
Secretária Municipal de Administração
e Finanças

47 3446 7700
leis@barravelha.sc.gov.br
www.barravelha.sc.gov.br
Avenida Governador Celso Ramos, 200, Centro, Barra Velha, SC - CEP: 88.390-000

PORTARIA Nº 856, 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380822

PORTARIA Nº 856, 27 DE FEVEREIRO DE 2020

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088/2016 de 07 de março de 2016 e Decreto nº 1089/2016 de 14 de março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata CRISTIANE ARBIGAUS REINERT para o cargo efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL, Nível I- 1, do Anexo II da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício noCEI Professora Nadida Michereff, e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2ºA candidata deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 27 de fevereiro de 2020

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

PORTARIA Nº 860, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380515

PORTARIA Nº 860, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata JANAINA SCHNEIDER para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 7.1, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 28 de fevereiro de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO 768

Publicação Nº 2379747

DECRETO EXECUTIVO Nº 768/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Saúde do Município de Bela Vista do Toldo, o qual será integrado pelos seguintes Membros:

I- REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

- a) Marcela Adriana Czerniak, como representante da Secretaria Municipal de Saúde, que terá como suplente Solange Schimboski;
- b) Jefferson Davis Wachholz, como representante da Unidade Básica de Saúde Central, que terá como suplente Karin Castilho;
- c) Aline Maria Kohler Kuyavski, como representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, que terá como suplente Andreia Cristina Dumke Tisczka;
- d) Maria Cristina Schiessl Gelinski, como representante da Secretaria Municipal de Educação, que terá como suplente Luciane Beckert Romais;

II- REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

- a) Odenilson Virginjeski, como representante da Associação de Moradores da Localidade de Rio d' Areia de Cima, que terá como suplente Sebastião Olivar Schiessl;
- b) Willian Cezar Dreher, como representante da Associação de Moradores da Localidade de Rio Bonito, que terá como suplente Leontina Schiessl Gritens;
- c) Ana Maria Damaso da Silveira, representando os usuários da Assistência Social, que terá como suplente Ivone Vatrín da Silveira;
- d) Sorlene Da Glória Vieira Schermack, representando a Associação de Pais e Amigos e Amigos dos Excepcionais-APAE, que terá como suplente Emerson Camargo Oliveira.

Art.2º. Ficam nomeados por este Decreto como Presidente do Conselho Municipal de Saúde Jefferson Davis Wachholz e Como Vice-Presidente Aline Maria Kohler Kuyavski.

Art.3º. O mandato dos Membros do Conselho Municipal de Saúde será de dois anos a contar da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo Único - A representação no Conselho Municipal de Saúde, não dará direito à Gratificação de qualquer espécie de remuneração ou subsídio a seus membros, sendo as funções consideradas de relevante interesse público e social.

Art.4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando totalmente revogados os Decretos, Portarias, bem como Membros anteriores que exerciam poderes para esta finalidade.

Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Saúde

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO PP 14/2020**

Publicação Nº 2379933

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou alteração no Edital de Pregão Presencial acima citado. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (...). ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 31 de janeiro de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 9:05h do dia 31 de janeiro de 2020, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.
Benedito Novo (SC), 20 de janeiro de 2020.
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO 158/2019

Publicação Nº 2379581

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 172/2019
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2019
Contratada: POSTO DOIS IRMAOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS
Finalidade do Aditivo: Aditivo de Equilíbrio - Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Atual
OLEO DIESEL S10	3,73	3,62
GASOLINA COMUM	4,29	4,32

Valor:

Vigência: 19/02/2020 a 31/12/2020
Data Assinatura: 19/02/2020
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2020 - DESIGNA SERVIDOR PARA HABILITAÇÃO NO SISTEMA EPROC, RESPONSÁVEL PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

Publicação Nº 2379854

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
Rua Celso Ramos, 5070 – Centro – 89.124-000
BENEDITO NOVO – SC
FONE/FAX: (47) 3385-0487
CNPJ 83.102.780/0001-08

PORTARIA Nº 048/2020, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA HABILITAÇÃO NO SISTEMA EPROC, RESPONSÁVEL PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município;
e Considerando a solicitação da 1ª Vara Cível da Comarca de Timbó-SC, do cadastramento de entidades externas no Sistema EPROC;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora JOELMA CRISTA SANDRI BONETTI, ocupante do cargo de Assistente Social, símbolo AS, para o Cadastramento de Unidade Externa do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, junto ao Sistema EPROC.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 07 de fevereiro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 049/2020 - CONTRATA PSICOLÓGICO

Publicação Nº 2379864

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 049/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONTRATA PSICÓLOGO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, nesta data, DAIANA DOS PASSOS REINHOLD, ocupante do cargo de Psicólogo, PC, Anexo I, subanexo V, do quadro de servidores, pelo Período de 10 de fevereiro de 2020 a 02 de maio de 2020, através do Processo Seletivo 005/2019, em substituição a servidora Anay Stela de Oliveira, que se encontra em gozo da Licença Prêmio.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 10 de fevereiro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 050/2020 - NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS

Publicação Nº 2379865

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 050/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.
NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE
SERVIÇOS URBANOS

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, nesta data, CLOVIS ODAIR SCHREIBER, para ocupar o cargo de Chefe da Divisão de Serviço Urbanos, símbolo CC-9, anexo I, subanexo I, do Quadro dos Servidores Público Municipal.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 12 de fevereiro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

ATA DOCUMENTAÇÃO TP16/2020-PMB

Publicação Nº 2380675

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO TP16/2020-PMB

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 406/2019, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME E FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI.

DANDO INÍCIO À SESSÃO FOI FEITO O CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS PRESENTES NA SESSÃO ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME E FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI.

OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELOS REPRESENTANTES PRESENTES E PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME SOLICITA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, POR NÃO CUMPRIR O ITEM 8.2.2. DO EDITAL (APRESENTOU O ATESTADO TÉCNICO-OPERACIONAL EM NOME DE OUTRA EMPRESA);

TAMBÉM SOLICITA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI POR NÃO ATENDER OS ITENS 8.2.2 E 8.2.3. DO EDITAL (ATESTADO SEM PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO).

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO SOLICITOU A PRESENÇA DO ENGENHEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU PARA QUE ANALISASSE OS ATESTADOS APRESENTADOS PELA EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, ONDE O MESMO VERIFICOU QUE NÃO CONSTAVA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO.

A EMPRESA ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, ABRE MÃO DE RECURSO REFERENTE A SUA INABILITAÇÃO, SE AUSENTANDO ANTES DO TÉRMINO DA SESSÃO.

O REPRESENTANTE DA EMPRESA FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, MANIFESTA INTENÇÃO DE RECURSO REFERENTE A SUA INABILITAÇÃO E SOLICITA O FATURAMENTO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES DA EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, PARA VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DA EMPRESA.

O REPRESENTANTE DA EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, ALEGA QUE ISSO NÃO FOI EXIGIDO NO EDITAL.

DIANTE DO EXPOSTO, A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECIDE INABILITAR AS EMPRESAS ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI E FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, POR NÃO ATENDER O EDITAL NOS ITENS MENCIONADOS, FICANDO ABERTO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, CASO HAJA INTERESSE DA EMPRESA. NO QUE SE REFERE A SOLICITAÇÃO DO FATURAMENTO DOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES A COMISSÃO ENTENDE QUE ISSO NÃO ERA EXIGIDO NO EDITAL.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELOS REPRESENTANTES PRESENTES.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

NABEL ANA M. DE CAMPOS ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA
PRESIDENTE MEMBRO

MARISTELA LIRA B. DE ÁVILA
MEMBRO

PARTICIPANTES:

ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI _____

PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME _____

FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI _____

DECRETO Nº 051/2020

Publicação Nº 2383333



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 051/2020**DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.003.198,95 (um milhão, três mil, cento e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos) nas dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2019, apurado em fontes de recursos:

SUPLEMENTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	68.035,80
01	Fundo Municipal de Saúde	68.035,80
10	Saúde	68.035,80
301	Atenção Básica	68.035,80
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	68.035,80
1009	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	68.035,80
4.4.90.00	Investimentos/ Aplicacoes diretas	68.035,80
0.6.70.000192	Superávit - Ampliação UBS - Progra Requalificação	2.210,46
0.6.70.000186	Superávit - Aquisição de Equipamentos p/UBS	21.332,59
0.6.70.000176	Superávit - Construção de Unidade Básica de Saúde - Prado	616,62
0.6.70.000197	Superávit - Construção de Unidade Basica de Saúde - Prado	18.955,90
0.6.70.000208	Superávit - Implantação de Polos de Academia	449,21
0.6.28.000186	Superávit - Aquisição de Equipamentos p/UBS	4.797,95
0.6.70.000176	Construção de UBS do Prado	1.058,37
0.6.70.000180	Reforma e Ampliação de UBS	0,25
0.6.70.000199	Estruturação da rede de Serviços Atenção Básica	18.614,45

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4.896,48
01	Fundo Municipal de Saúde	4.896,48
10	Saúde	4.896,48
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.896,48
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	4.896,48
2033	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	4.896,48
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	4.896,48
0.6.29.000125	Superávit - ASPS - Manutenção do FMS	4.896,48

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – SC – CEP – 88.160-116





GABINETE DO PREFEITO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	540,94
01	Fundo Municipal de Saúde	540,94
10	Saúde	540,94
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	540,94
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	540,94
2034	Manutenção da UPA	540,94
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	540,94
0.6.28.000015	Superávit - ASPS - Manutenção da UPA	386,23
0.6.28.000227	Superávit - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	154,71

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	347.853,69
01	Fundo Municipal de Saúde	347.853,69
10	Saúde	347.853,69
301	Atenção Básica	347.853,69
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	347.853,69
2035	Ações de Atenção Básica - PABF	347.853,69
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	347.853,69
0.6.28.000042	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	16.721,40
0.6.28.000057	Superávit - Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio - EMAP	2.458,31
0.6.28.000062	Superávit - Programa de Financiamento as Ações de Alimentação e Nutrição.	153,74
0.6.28.000068	Superávit - Manutenção do FMS	66,50
0.6.28.000193	Superávit - Saúde na Escola	16.998,40
0.6.28.000203	Superávit - ASPS - Ações de Atenção Básica	137,25
0.6.28.000207	Superávit - Ações de Atenção Básica	10.701,22
0.6.28.000240	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	181.685,40
0.6.28.000242	Superávit - Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	39.000,00
0.6.28.000271	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	34.000,00
0.6.29.000054	Superávit - ASPS - Ações de Atenção Básica	36.986,59
0.6.29.000261	Superávit - Ações de Atenção Básica	3.034,85
0.6.29.000263	Superávit - Ações de Atenção Básica	1.421,10
0.6.42.000000	Superávit - Ações de Atenção Básica	3.018,93
0.6.28.000273	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.470,00

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	100.336,32
01	Fundo Municipal de Saúde	100.336,32
10	Saúde	100.336,32
301	Atenção Básica	100.336,32

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – SC – CEP – 88.160-116





GABINETE DO PREFEITO

0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	100.336,32
2036	Ações de Saúde da Família - PABV/PSF	100.336,32
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	100.336,32
0.6.81.000204	Superávit - Atendimento Integral da Família	163,04
0.6.28.000047	Superávit - ASPS - Ações de Saúde da Família - PABV/ESF	85.105,61
0.6.28.000179	Superávit - Ações de Atenção Básica - PMAQ	3.253,70
0.6.29.000259	Superávit - Ações de Atenção Básica	7.678,10
0.6.29.000262	Superávit - Núcleo de Apoio Saúde Familiar-NASF	4.135,87

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	179.543,10
01	Fundo Municipal de Saúde	179.543,10
10	Saúde	179.543,10
301	Atenção Básica	179.543,10
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	179.543,10
2037	Ações com Agentes Comunitários Saúde - PABV/ACS	179.543,10
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais/ Aplicacoes diretas	179.543,10
0.6.28.000046	Superávit - ASPS - Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/ACS	179.543,10

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	38.974,32
01	Fundo Municipal de Saúde	38.974,32
10	Saúde	38.974,32
301	Atenção Básica	38.974,32
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	38.974,32
2039	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	38.974,32
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	38.974,32
0.6.28.000241	Superávit - Apoio Financeiro da União aos Municípios	5.834,63
0.6.28.000258	SUPERÁVIT - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	4.808,84
0.6.29.000052	Superávit - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	12.576,57
0.6.29.000062	Superávit - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	6.980,28
0.6.28.000044	Superávit - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	8.774,00

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	28.388,54
01	Fundo Municipal de Saúde	28.388,54
10	Saúde	28.388,54
301	Atenção Básica	28.388,54
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	28.388,54

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – SC – CEP – 88.160-116





GABINETE DO PREFEITO

2040	Núcleos de Apoio à Saúde da Família - PABV/NASF	28.388,54
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	28.388,54
0.6.28.000050	Superávit - ASPS - Núcleos de Apoio a Saúde Familiar - NASF	28.388,54

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	40.180,10
01	Fundo Municipal de Saúde	40.180,10
10	Saúde	40.180,10
301	Atenção Básica	40.180,10
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	40.180,10
2041	Centro de Especialidades Odontológicas - PAB/CEO	40.180,10
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	40.180,10
0.6.29.000265	Superávit - Ações de Atenção Básica	2.068,60
0.6.29.000260	Superávit - Ações de Atenção Básica	812,79
0.6.29.000053	Superávit - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	6.092,59
0.6.28.000184	Superávit - ASPS - Ações Saúde da Família/Saúde Bucal	25.383,51
0.6.28.000104	Superávit - ASPS - Biguaçu sem Miséria	3.873,48
0.6.28.000049	Superávit - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	1.949,13

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	61.327,08
01	Fundo Municipal de Saúde	61.327,08
10	Saúde	61.327,08
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	61.327,08
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	61.327,08
2043	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	61.327,08
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	61.327,08
0.6.28.000106	Superávit - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	8.046,48
0.6.28.000016	Superávit - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	53.280,60

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	451,43
01	Fundo Municipal de Saúde	451,43
10	Saúde	451,43
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	451,43
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	451,43
2044	Atendimento Psico Social	451,43
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	451,43

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – SC – CEP – 88.160-116





GABINETE DO PREFEITO

0.6.28.000187	Superávit - ASPS - Atendimento Psico-Social	451,43
---------------	---	--------

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	87.461,74
01	Fundo Municipal de Saúde	87.461,74
10	Saúde	87.461,74
304	Vigilância Sanitária	87.461,74
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	87.461,74
2045	Ações de Vigilância Sanitária	87.461,74
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	87.461,74
0.6.27.000000	Superavit Financeiro Asps - Vigilância Sanitária	31.126,63
0.6.28.000043	Superávit - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	8.414,96
0.6.28.000239	Superávit - Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	17.064,43
0.6.28.000272	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	30.833,06
0.6.29.000051	Superávit - ASPS - Ações de Vigilância sanitaria	22,66

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	978,64
01	Fundo Municipal de Saúde	978,64
10	Saúde	978,64
305	Vigilância Epidemiológica	978,64
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	978,64
2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambulatorial de Saúde	978,64
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	978,64
0.6.28.000115	Superávit -Ações Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	6,36
0.6.28.000145	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	963,63
0.6.28.000107	Superávit - ASPS - Ações de Vigilância Hipidemiológicas e Ambiental de Saúde	8,65

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	44.230,77
01	Fundo Municipal de Saúde	44.230,77
10	Saúde	44.230,77
305	Vigilância Epidemiológica	44.230,77
0004	MAIS SAÚDE, MAIS DIGNIDADE	44.230,77
2048	Ações de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis	44.230,77
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/ Aplicacoes diretas	44.230,77

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – SC – CEP – 88.160-116





GABINETE DO PREFEITO

0.6.28.000109	Superávit - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	1.595,00
0.6.28.000120	Superávit - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	42.635,77

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, em 28 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – SC – CEP – 88.160-116



DECRETO Nº 052/2020

Publicação Nº 2383334

DECRETO Nº 052/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1001.10.302.0004.2042	ASPS - Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - MAC/SAMU	128.953,05
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta	19.572,00
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta Intra	1.000,00
3.1.90.00/0.2.28.000048	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta	108.381,05
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes/ Aplicação Direta	20.572,00
3.3.90.00/0.2.28.000048	Outras Despesas Correntes/ Aplicação Direta	108.381,05

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, em 28 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PE 39/2020 - PMB

Publicação Nº 2380763

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 39/2020-PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA SISTEMA PRÓ EMPREGO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 02/03/2020, às 13:45h do dia 18/03/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 18/03/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.
Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 28 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PE 07/2020-FMS

Publicação N° 2380344

Despacho

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 07/2020 – FMS, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO PARA A VIGILÂNCIA AMBIENTAL DE BIGUAÇU.

CONSIDERANDO a revogação do processo nº 147/2019 – FMS que tinha como objeto o mesmo do atual processo (07/2020-FMS);

CONSIDERANDO que o processo nº 147/2019 – FMS foi revogado por inconsistências no descritivo dos itens, após a fase de habilitação da empresa declarada vencedora;

CONSIDERANDO que após recebimento de impugnação ao processo nº 07/2020-FMS, alegando possível direcionamento do descritivo do item nº 01 (larvicida biológico);

CONSIDERANDO que será convocado o responsável pela Vigilância Ambiental, bem como engenheiro Agrônomo do município, a fim de verificar a realidade do Município para a aquisição dos itens.

Deste modo, revoga-se o processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 07/2020-FMS.

Daniella Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.842/2020

Publicação Nº 2380780

LEI Nº 8.842, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

DENOMINA DE RUY EDUARDO WILLECKE, PONTE A SER CONSTRUÍDA SOBRE O RIBEIRÃO GARCIA, NO BAIRRO CENTRO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Ruy Eduardo Willecke, a ponte a ser construída sobre o Ribeirão Garcia, ligando a Rua XV de Novembro com a Avenida Presidente Castelo Branco, no Bairro Centro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.843/2020

Publicação Nº 2380783

LEI Nº 8.843, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – PAB FIXO – Piso de Atenção Básica

Modalidade 3.3.93 () Aplic. Dir. Cons. Púb. Ente Part. R\$ 360.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º desta Lei correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – PAB FIXO – Piso de Atenção Básica

Modalidade 3.3.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.844/2020

Publicação Nº 2380784

LEI Nº 8.844, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Congregação de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 60.922.168/0052-26, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados a custear partes das despesas com as cirurgias de implantes de próteses auditivas em pacientes portadores de otosclerose, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC.

Art. 2º A despesa prevista no artigo 1º desta Lei, correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0059.2387 – Apoio Fin. Ent. de Serv. Comp. Saúde

Modalidade 3.3.50 (99) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 24.000,00

Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, até o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0059.2387 – Apoio Fin.a Entid.de Serv. Compl.Saúde

Modalidade 3.3.50 (99) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 24.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 4º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 3º desta Lei, correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.122.0041.2490 – Man. das Ativ. Adm. e Gestão/FMS

Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 5º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 038/2017

Publicação Nº 2380786

EXTRATO – 3º. TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 038/2017 (12.03.002.2017)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES) E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITROUPAVA

OBJETO: Ampliação quantitativa de metas para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, com o aumento do valor global pactuado no 2º Termo Aditivo.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, contados de 01 de março de 2020.

VALOR GLOBAL AO 3º TA: R\$ 232.560,00 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2020.

CONCURSO Nº 01/2020

Publicação Nº 2380794

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCURSO Nº 01/2020

A Fundação Promotora de Eventos (PROEB) torna público que estão abertas inscrições para a escolha de 01 (um) grupo blumenauense para participação nos desfiles da Oktoberfest a partir 2020. O grupo poderá ter no mínimo 20 e no máximo 50 integrantes, com prazo de participação de 05(cinco) anos, com possibilidade de prorrogação, para os grupos que apresentarem a melhor proposta de desfile de acordo com os critérios estabelecidos no edital – PROEB. Os grupos deverão protocolar os envelopes de Habilitação e Projeto Técnico lacrados até dia 17/04/2020 às 09:00 horas, no Parque Vila Germânica. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 17 de abril de 2020 às 09:00 horas. O regulamento estará disponível: sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br ou sites: www.oktoberfestblumenau.com.br e/ou <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Blumenau, 27/02/2020 – MARCELO GREUEL– PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS (PROEB)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-2204/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2380803

CONCORRENCIA 03-2204/2019.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento, implantação e pré-operação de uma estação de tratamento de esgoto compacta com capacidade de 6,3 l/s, a ser implantada na Rua Frederico Jensen,S/N, bairro Itoupavazinha, no município de Blumenau, incluindo fornecimento de projetos, licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental municipal, implantação do sistema, manual de operação, start-up e pré-operação.

HOMOLOGAÇÃO

Apreciada a classificação final da licitação modalidade Concorrência, com o objeto acima mencionado, HOMOLOGO seu resultado final com base nos documentos acostados no processo, sendo:

1º lugar: CHAPECÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS LTDA.

Valor global de R\$ 1.739.900,00 (hum milhão, setecentos e trinta e nove mil e novecentos reais);

ADJUDICAÇÃO

Pelas razões acima expostas ADJUDICO o objeto da licitação modalidade Conc. 03-2204-2019.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 28 de Fevereiro de 2020.

Michael Schneider
Diretor Presidente

EXTRATO Nº 051/2020 - FURB

Publicação Nº 2380809

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 051/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 037/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DO PROFESSOR THAIR IBRAHIM A. H. MUSTAFA NO EVENTO IEEE T&D 2020 A SER REALIZADO DE 20 A 23/04/2020 EM CHICAGO NOS ESTADOS UNIDOS. Contratados CONVENTION DATA SERVICE. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Até o dia 28/02/2020 através de cartão de crédito internacional. Prazo de Execução De 20 a 23/04/2020. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.000,00 (três mil reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção das Ativ. De Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.48 (Serviço de Seleção e Treinamento).

Blumenau/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 060/2020 - FURB

Publicação Nº 2380811

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 060/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**E****QUIMTIA S/A**

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de rações para animais de produção do curso de Medicina Veterinária e do departamento de Ciências Naturais da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 486/2019 e Ata nº 026/2020, a ser firmada em 02 de março de 2020.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	8508	8000	Quilo	<p>Alimento Completo para Ratos e Camundongos. Ração PELITIZADA para manutenção de ratos e camundongos, com as seguintes características:</p> <p>Níveis de garantia: Umidade – máximo 12,50%; Proteína Bruta – mínimo 22,00%; Extrato Etéreo - mínimo 4,50%; Matéria Fibrosa – máximo 8,00%; Matéria Mineral - máximo 10,00%; Fósforo - mínimo 0,80%; Cálcio - mínimo 1,40%.</p> <p>Composição do Produto: Milho integral moído; farelo de soja; farelo de trigo; carbonato de cálcio; fosfato bi cálcico; cloreto de sódio; vitamina A 12.000,00 UI; vitamina D3 1.800,00 UI; vitamina E 30,00 mg; vitamina K3 3,00mg; vitamina B1 5,00 mg; vitamina B6 7,00 mg; vitamina B12 20,00 mcg; niacina 60,00 mg; ácido pantotênico 20,00mg; ácido fólico 1,00 mg; biotina 0,05mg; colina 600,00 mg; ferro 50,00mg; zinco 60,00mg; cobre 10,00mg; iodo 2,00mg; manganês 60,00mg; selênio 0,05mg; cobalto 1,50 mg; lisina 100,00 mg, metionina 300,00 mg; antioxidante 100,00 mg.</p> <p>Pellets: 16x30mm com coloração uniforme, ausência de grãos, de mofo, fezes, insetos, <i>Salmonella sp.</i>, aflatoxina, ou quaisquer outros materiais orgânicos ou inorgânicos não especificados da descrição da ração neste Edital.</p> <p>Embalagem: 10 kg, 20 kg ou 25 kg, vedado, sem qualquer espécie de violação do produto.</p> <p>Obs.: As rações deverão ter prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua entrega, sendo que o prazo de validade deverá constar na embalagem do produto.</p> <p>Marca: Quimtia</p>	8,75	61.250,00
Preço Total (em R\$)				61.250,00		
Preço Total (em reais, por				Sessenta e um mil, duzentos e cinquenta reais.		

extenso)

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos**, após a efetiva entrega (com descarga) da ração, desde que a mesma esteja em perfeitas condições, seja aprovada pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de 20/03/2019.

DATA: 02/03/2020.

EXTRATO Nº 061/2020 - FURB

Publicação Nº 2380813

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 061/2020

Dispensa de Licitação nº. 053/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, V da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 060/2020/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE GÁS HÉLIO CRIOGÊNICO PARA INSTRUMENTO DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR DA CENTRAL LABORATORIAL DE ANÁLISE INSTRUMENTAL MULTIUSUÁRIOS E DE SERVIÇO - CLAIMS. Contratados: MESSNER GASES LTDA (CNPJ: 60.619.202/0051-07). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, V da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 060/2020/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após entrega do produto com NF. Prazo de Entrega: Imediato. Local de Entrega: CLAIMS. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 35.432,50 (trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) / 01.15.12.364.0100.2001 (Manutenção das Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90. (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.30.04 (Gás Engarrafados).

Blumenau/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 062/2020 - FURB

Publicação Nº 2380814

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 062/2020

Dispensa de Licitação nº. 045/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 059/2020/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO REATOR DE CALCINAÇÃO FLASH LOCALIZADO NO LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DA UNIVERSIDADE. Contratados: ADESA ARTEFATOS DE METAIS EIRELI (CNPJ: 07.395.873/0001-90). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 059/2020/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 28 dias após término do serviço com apresentação de NF. Prazo de Entrega: A combinar. Local de Entrega: Laboratório de Desenvolvimento de Processos. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 4.386,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção das Atividades de Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90. (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Gerais).

Blumenau/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 063/2020 - FURB

Publicação Nº 2380817

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 063/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 049/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 058/2020/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CROMÓGRAFOS A GÁS MARCA PERKINELMER, QUE ATENDEM AO CLAIMS DO DEPARTAMENTO DE QUÍMICA. Contratados PERKINELMER DO BRASIL LTDA (CNPJ: 00.351.210/0001-24). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 058/2020/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 15 dias após a conclusão da manutenção com apresentação de NF. Prazo de Execução: A combinar. Local da Execução: CLAIMS - Departamento de Química. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 14.384,00 (quatorze mil, trezentos e oitenta e quatro reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção das Ativ. De Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Maquinas e Equipamentos Gerais).

Blumenau/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

RETIFICAÇÃO EXTRATO N° 049/2020 - FURB

Publicação N° 2380818

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n°. 049/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

ADITIVO DE REPACTUAÇÃO
CONTRATO N° 172/2019 - TERMO ADITIVO N° 004

OBJETO: Contratação de sociedade empresária ou simples especializada na prestação de serviços de conservação e limpeza predial, compreendendo as áreas internas, nos Campi da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Pública n° 533/2018e Contraton° 172/2019, firmado em 14 agosto de 2019.

ALTERAÇÕES:**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente termo aditivo tem como objeto a REPACTUAÇÃO dos preços do Contrato firmado entre as partes em 14 agosto de 2019, nos termos previstos em sua Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA –DOS VALORES:

Altera parcialmente a cláusula primeira, em seu item 1.3 do Termo de Contrato n°. 172/2019 e aditivos, que passa a ter a seguinte redação a partir de **1º de janeiro de 2020:**

*Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará mensalmente o preço de **R\$ 286.802,56 (duzentos e oitenta seis mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, constante na seguinte tabela:*

Item	Período	Nº de Postos para este aditivo	Preço Mensal Unitário (Por posto, em R\$)	Preço Mensal Total do Item (Quantidade de Postos X Preço Unit. Mensal por Posto, em R\$)
01	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	28	3.738,73	104.684,44 Suprimido 01 posto a contar de 1º/10/2019 (suplementado 09 postos a contar de 1º/12/2019)
02	Segunda à sexta-feira das 05h às 8h, das 9h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus I)	00 (encarregado)	4.841,73	Suprimido a contar de 1º/12/2019
03	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, das 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus I)	11	3.738,73	41.126,03
04	Domingo à quinta-feira das 21:30h às 01h e das 02h às 05h e sextas-feiras das 21:30h às 01h e das 02h às 04h30min (Campus I)	00	4.035,14	Suprimido em sua totalidade (08 postos) a contar de 1º/12/2019)
05	Domingo à quinta-feira das 22h às 01h e das 02h às 05h30min e sextas-feiras das 22h às 01h e das 02h às 05h (Campus I)	00	4.421,07	Item suprimido a contar de 1º/12/2019
06	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus II)	13	3.738,73	48.603,49 suprimido 01 posto a contar de 1º/12/2019.
07	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, das 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus II)	03	3.738,73	11.216,19
08	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, das 12h30min às 16h48min (Campus II)	03	3.655,68	10.967,04

09	Segunda à sexta-feira das 05h às 08h, das 09h às 14h e sábado das 05h às 09h (Campus III)	05	3.738,73	18.693,65
10	Segunda à sexta-feira das 12h às 16h, das 17h às 21h e sábado das 09h às 13h (Campus III)	04	3.738,73	14.954,92
11	Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, das 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (campus III)	02	3.655,68	7.311,36
12	Segunda à quinta-feira das 05h às 09h, das 10h às 15h e sextas-feiras das 05h às 09h e das 10h às 14h (campus V)	03	3.655,68	10.967,04 suprimido 01 posto a contar de 1º/12/2019
13	Segunda à sexta-feira das 07h às 11h30min, das 12h30min às 16h48min) (Campus V))	02	3.655,68	7.311,36
14	Segunda à quinta-feira das 08h às 12h30min, das 13h30min às 18h e sextas-feiras das 08h às 12h30min e das 13h30min às 17h (Campus V)	02	3.655,68	7.311,36
15	Segunda à quinta-feira das 12h às 15h30min, das 16h30min às 22h e sextas-feiras das 12h às 15h e das 16h30min às 21h (NPJ)	01	3.655,68	3.655,68

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PAGAMENTO:

O valor total deste Termo Aditivo para cobrir as despesas relativas à repactuação, compreendendo o período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2020, corresponde a R\$ 106.558,38 (cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), sendo:

- R\$ 11.839,82 (onze mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos) correspondentes a repactuação relativa ao mês de janeiro/20, valor que será pago mediante a apresentação de nota fiscal única neste valor, em data a ser definida entre gestor e contratada;
- R\$ 94.718,56 (noventa e quatro mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), correspondente à repactuação relativa ao período de fevereiro à setembro/20, e cujo pagamento será efetivado em parcelas mensais de R\$ 11.839,82 (onze mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), integrados ao valor mensal do aditivo nº 003.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial e aditivos nos 001 a 003 que não colidirem com o presente termo.

DATA:20 de fevereiro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2019**

Publicação N° 2379980

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

CONTRATADA: OI S.A.

CNPJ/MF DA CONTRATADA: 76.535.764/0001-43

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA.

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil e trezentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato n° 01/2019, Pregão Presencial N.º 15/2018 e de acordo com as disposições previstas na Lei n° 8.666/93.

VENCIMENTO: 01/03/21.

BLUMENAU, 28/02/20.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

ATO - 002 CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020

Publicação Nº 2380016



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

CNPJ 82.844.754/0001-92



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATO Nº 002/2020

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

DO EDITAL Nº 002/2020 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Senhor **Serginho Rodrigues de Oliveira**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão municipal, torna público o que segue:

1. Divulga-se a Classificação Preliminar dos candidatos aprovados, no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, constante do anexo I deste ato, em ordem decrescente de nota final.
2. Não houve recursos em relação a homologação das inscrições dos candidatos
3. Os recursos contra a Classificação Preliminar poderão ser interpostos no dia **28 de fevereiro de 2020**, conforme edital.
4. A homologação do resultado parcial se dará através de ato oficial emitido pelo município.

Bom Jardim da Serra – SC, 27 de fevereiro de 2020.

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

Página 1

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197
email: administracao@bomjardindaserra.sc.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM DA SERRA**
Cidade Municipal
Bom Jardim da Serra
CNPJ 82.844.754/0001-92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

LEGENDA:

A = Pontuação por Formação Profissional Pós-Graduação (lato sensu)

B = Pontuação por Formação Profissional Pós-Graduação (stricto sensu) Mestrado

C = Pontuação por Formação Profissional Pós-Graduação (stricto sensu) Doutorado

D = Pontuação por Experiência Profissional

Cargo: Técnico em Enfermagem

Posição	Nº Insc.	Data Nasc.	Candidato	A	B	C	D	E	Nota Final
1º	001	26/04/1976	ELIZABETE ANTUNES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197
email: administracao@bomjardimdaserra.sc.gov.br

DECRETO Nº 28/2020

Publicação Nº 2381339

DECRETO Nº 28/2020

CONSTITUI A COORDENADORIA DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL E REVOGA O DECRETO Nº33/2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Conforme o disposto na Lei1225/2013 em seus Art. 7º fica designado o Servidor Lucas Bianchini Damaceno para responder como Coordenador na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil- COMPDEC do município de Bom Jardim da Serra, tendo como Secretário o Servidor João Cristiano Pereira Rodrigues. Ficam ainda designados para atuarem como Agentes de Defesa Civil os seguintes Servidores conforme Art. 13 da referida Lei:

Anderson Pierre da Rosa

Danilo Oliveira Flores

Gilmar Goedert Júnior

Júnior César de Oliveira

Leandro Valente

Silvana Machado da Silva

Rodrigo de Lima Gomes

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 33/2019.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 28 de fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 09/2020

Publicação Nº 2379608

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020**

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às **13 horas do dia 16 de Março de 2020**, horário de Brasília, licitação na modalidade PREGÃO presencial para registro de preços, na forma de julgamento pelo menor preço por item, regida pela Lei nº 10.520/02, pelas Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por este Edital, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro - Sala de Licitações, destinado à, aquisição dos itens, conforme segue:

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, conforme especificações técnicas contidas no anexo VIII, deste edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL

Far-se-á de 2ª a 6ª feira das 13h às 17h, no Depto. de Compras e Licitações, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra - SC, ou no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S)

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro, em até 05 (cinco) dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3232-0196 ou por email: licitacao01@bomjardimdaserra.sc.gov.br

4. DO(S) PRAZO(S)

4.1 Do fornecimento: conforme necessidade

4.2 Da validade da ata de registro de preços: 12 meses a contar da data de assinatura do termo de registro;

4.3 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2020. A sua validade será até um ano a contar da(s) data(s) da(s) emissão de Autorização de fornecimento (AF) O(s) contrato(s) pode(rão) ser firmado(s) entre as partes, por prazo(s) menores que as licitadas, podendo atingir a sua quantidade total licitada;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****5. DO(S) PAGAMENTO(S)**

5.1 Será(ão) efetuado(s) a preço fixo, mensalmente, em até 30 (trinta) dias do(s) mês subsequente, à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s), das compras; atestados pelo fiscal de contrato;

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA

6.1 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados no orçamento anual da entidade.

7.2 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir o fornecimento até o término do quantitativo contratado.

8. DA PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital de Pregão Presencial para registro de preços N° 09/2020;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1 Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE N° 01 - PROPOSTA

ENVELOPE N° 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

11.1 Os envelopes: n° 01 - Proposta e n° 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom jardim da Serra, CEP 88.640-000, até às **13 horas do dia 16 de Março de 2020**.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE N° 01

Sr(a). Pregoeiro(a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial N° 09/2020

Abertura às 13 horas do dia 16 de Março de 2020

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, SC, CEP 88.640-000

Proposta

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****13. DA PROPOSTA**

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo, e-mail, telefone(s) e carimbado com a Razão Social, e também na forma eletrônica apresentada em pen drive ou CD realizando cotação por meio do sistema Betha Auto cotação;

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 12(doze) meses;

13.6 O(s) produto(s) serviço (s) deverá(ao) ser cotado(s) com marca, com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados , em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Estar acompanhada:

13.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

13.8.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE N° 02

Sr(a). Pregoeiro(a)

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial N° 09/2020

Abertura às 13 horas do dia 16 de Março de 2020.

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro, Bom Jardim da Serra, CEP 88.640-000

Documentação de Habilitação.

15. DA HABILITAÇÃO**15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

15.1.1 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

15.1.2 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva; que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02; de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (CONJUNTA);

15.2.3 Prova de regularidade com a fazenda Estadual

15.2.4 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.5 Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho;

15.2.6 Alvará de funcionamento;

15.2.7 Comprovante de registro junto ANP (agencia nacional de petróleo gás natural e biocombustíveis)

15.2.8 Contrato Social e alterações se houver;

15.2.9 Declaração de fatos impeditivos (Anexo II)

15.2.10 Termo de Renúncia de Recurso – (opcional) Declaração Conforme Art. 27, Inc. V, Lei 8.666/93. (Anexo IV)

15.2.11 Certidão negativa de falência e concordata.

NOTAS

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as cópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

- 16.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;
- 16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- 16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;
- 16.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;
- 16.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;
- 16.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;
- 16.7 Dos lances ofertados não caberá retratação;
- 16.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- 16.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;
- 16.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;
- 16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
- 16.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;
- 16.11.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;
- 16.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

16.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

16.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

16.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

16.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

16.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

16.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

16.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

16.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

16.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

17.1.1 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço por item;

17.1.2 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

17.1.3 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

17.1.4 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

18.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO

19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

19.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

19.6. A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de xérox autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S)

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu (s) Anexo (s) e da Ata de Registro de Preços decorrente;

20.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

- 20.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 20.4. Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;
- 20.5. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele sumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 20.6. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação do Órgão Gestor;
- 20.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer extravio de produto durante a execução da Ata de Registro de Preços, enquanto estiverem sob sua guarda;
- 20.8. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 20.8.1 Realizar a entrega dos produtos por suas próprias expensas, sempre que solicitado mediante autorização de fornecimento em dias úteis e horário de funcionamento dos órgãos públicos contratantes;
- 20.9. Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à Empresa Registrada, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações, no prazo máximo de 24 horas;
- 20.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;
- 20.11. Apresentar, sempre que solicitados, cópia das notas fiscais, bem como prestar contas e esclarecimentos sobre as peças, acessórios e componentes de reposição adquiridos, fornecendo toda e qualquer informação à fiscalização da Ata de Registro de Preços para acompanhamento da entrega;
- 20.12. Manter estoque regular e permanente do objeto licitado, para entrega imediata quando solicitado;

21 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR

- 21.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 21.2. Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 21.3. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;
- 21.4. Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

21.5. Comunicar formalmente e imediatamente a Empresa Registrada, qualquer anormalidade no fornecimento, podendo suspender a entrega, caso não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Edital;

21.6. Devolver o(s) produto(s) que estiverem fora de especificação e solicitar sua substituição ou cancelamento, se foro caso;

21.7. Verificar e atestar, ao receber a nota (s) fiscal (is) e a (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s), se os valores cobrados estão de acordo com o desconto efetuado registrado na Ata de Registro de Preços.

22 - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de Bom Jardim da Serra a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

22.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor à preferência de fornecimento em igualdade de condições;

22.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.

22.2.2 É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao fornecimento do compromissário fornecedor.

22.3 Homologado o resultado do certame, o Município de Bom Jardim da Serra convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

22.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de Bom Jardim da Serra, através de Solicitação de Fornecimento;

22.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

22.6 A Ata de Registro de Preços deste Edital firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

22.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

22.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de Bom Jardim da Serra a promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

22.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de Bom Jardim da Serra deverá:

22.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

22.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

22.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Bom Jardim da Serra poderá:

20.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

22.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

20.11 Não havendo êxito nas negociações, o Município de Bom Jardim da Serra deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

22.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

22.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

22.12.2 Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

22.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

22.12.4 Tiver presentes razões de interesse público;

22.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

22.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

23. DO DIREITO DE RESERVA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC**

23.1 O Município de Bom Jardim da Serra, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

23.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

23.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

24. DAS PENALIDADES E GARANTIAS

24.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

24.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

24.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de telefone, endereço de e-mail, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

25.2 No interesse do Município de Bom Jardim da Serra, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

26. DO FORO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Bom Jardim da Serra, 28 de fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****ANEXO II****DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS****A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA****COMISSÃO DE LICITAÇÕES****PREGÃO Nº ____/2020**

Nome da Empresa: _____

Declara, sob as penas da lei, que: Conhecemos e aceitamos as condições do presente Edital de Licitação; Não empregam menores, nas formas previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira; até a presente data inexistem fatos impeditivos originados da Administração Pública em qualquer das suas esferas, por descumprimento de contratos anteriores; Não está (ão) incluso(s) entre os impedidos de licitar com o poder público de Bom Jardim da Serra, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 em especial ao disposto no art. 9º. Desta forma requerem sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências afins, posteriores à data de entrega dos envelopes.

Local: _____ Data: ____/____/____

Assinatura Autorizada: _____

Nome: _____

CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****ANEXO III****Carta de Credenciamento****A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA****COMISSÃO DE LICITAÇÕES****PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2020**

O abaixo assinado, carteira de identidade RG n.º e CPF n.º....., na qualidade de responsável legal pela empresa vem, pela presente, informar que o Sr....., carteira de identidade RG n.º, é pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura da documentação e proposta de preços, bem como assinar as atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe. Outorgamos ainda à pessoa mencionada, amplos poderes para acordar, transigir, receber em devolução documentos pertencentes à empresa, enfim, agir em nome e por conta da própria empresa que representar. Estamos cientes de que responderemos em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por nossos representantes.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Obs. A presente deverá ser assinada pelo próprio Sócio-gerente ou Diretores da Empresa. (carimbo do CNPJ).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****Anexo IV****TERMO DE RENUNCIA (facultativo)****A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA****COMISSÃO DE LICITAÇÕES****Pregão Nº ____/2020**

Nome da Empresa : _____

Declara, sob as penas da lei, que nas formas da Lei Federal 8666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações, que julgou os documentos de Habilitações preliminares do Processo Licitatório supra, RENUNCIANDO assim, expressamente o direito de interpor recurso administrativo para tal. Mais, que por este documento autoriza a abertura de envelopes de propostas de preços dos Licitantes Habilitados, bem como para tal, dispensa os prazos de Lei.

Local: _____ data: ____/____/____

Assinatura autorizada: _____

Nome: _____ CPF: _____

Importante: Carimbar (CNPJ) - ou utilizar papel timbrado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO****(art. 27, inc. V da Lei 8.666/93)**

....., inscrito no CNPJ nº....., no intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Brasileira, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz () .

Cidade - UF, de _____ de _____

(representante legal)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

À Comissão de licitação Referente:

Pregão: ____/2020

O signatário da presente, em nome da proponente _____, DECLARA, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei nº. 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações.

Cidade, UF, _____ de _____ de _____

Assinatura autorizada: _____

Nome: _____

CPF: _____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA- SC****ANEXO VII****MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**

Referente: Pregão: _____/2020

O signatário da presente, senhor _____, representante legalmente constituído da proponente, DECLARA que a mesma recebeu do Licitador toda a documentação relativa ao edital em epígrafe, e que concorda e aceita todas as condições estabelecidas no mesmo e em seus anexos.

Cidade, UF, _____ de _____ de _____.

Assinatura autorizada: _____

Nome: _____

CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 05/2020**

Publicação N° 2380737

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CNPJ: 73.590.937/0001-38
Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49)3232-0288
CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

PORTARIA N° 05/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, João Cristiano Pereira Rodrigues, no uso de suas atribuições, nos termos dos incisos II e XX do Artigo 27º do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR o percentual de Função Gratificada da ANALISTA PARA O SISTEMA DE GESTÃO DE TRILHAS DE AUDITORIA – SGTA representante da Câmara de Vereadores a servidora GISELE DE LIMA, para nível FG-04.

Art. 2º - As demais disposições constantes na Portaria 08/2019 ficam inalteradas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01 de Fevereiro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra, 28 de fevereiro de 2020.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

João Cristiano Pereira Rodrigues
Presidente

PORTARIA N. 06/2020

Publicação N° 2380751

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CNPJ: 73.590.937/0001-38
Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49)3232-0288
CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

PORTARIA N° 06/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, Ademir Nunes de Jesus, no uso de suas atribuições, nos termos do inciso II e X do Artigo 27º do Regimento Interno e nos termos da Resolução 01/2019, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora DANIELLA VIEIRA BORGES, Diretora Legislativa desta Casa Legislativa em substituição a servidora ANGELA RODRIGUES IUNG, para exercer a atribuição de Ouvidora da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra – SC, devendo exercer as funções de acordo com o constante na Resolução 01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01 de fevereiro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra, 28 de fevereiro de 2020.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se

João Cristiano Pereira Rodrigues
Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2020

Publicação Nº 2379726

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Cooperativa Agroindustrial de Iraceminha - Cooperagir.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar adquiridos através dos recursos do FNDE/PNAE para o exercício de 2020.

Valor Do Contrato: R\$ 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta reais).

Processo Licitatório nº. 70/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2020

Publicação Nº 2379718

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Computech Informática LTDA ME.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de atualização, manutenção e gerenciamento de firewall de fevereiro a dezembro de 2020.

Valor Do Contrato: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos).

Processo Licitatório nº. 222/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 03 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2020

Publicação Nº 2379733

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Eliseu Plack.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar adquiridos através dos recursos do FNDE/PNAE para o exercício de 2020.

Valor Do Contrato: R\$ 8.467,50 (oito mil quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Processo Licitatório nº. 70/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2020

Publicação Nº 2379737

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Clévio Dichel.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar adquiridos através dos recursos do FNDE/PNAE para o exercício de 2020.

Valor Do Contrato: R\$ 4.940,00 (quatro mil novecentos e quarenta reais).

Processo Licitatório nº. 70/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

Publicação Nº 2379728

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Elisandro Marcolina.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar adquiridos através dos recursos do FNDE/PNAE para o exercício de 2020.

Valor Do Contrato: R\$ 700,00 (setecentos reais).

Processo Licitatório nº. 70/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2020

Publicação Nº 2379724

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Marlene Rauber Wandscheer.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar adquiridos através dos recursos do FNDE/PNAE para o exercício de 2020.

Valor Do Contrato: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Processo Licitatório nº. 70/2020

Bom Jesus do Oeste/SC, 26 de fevereiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380600

PORTARIA Nº 051/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

INDENIZA SERVIDOR MUNICIPAL REFERENTE A LICENÇA PRÊMIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio na forma de indenização em pecúnia para servidor Municipal Sr. Volmir Estevão Cecon, portador do CPF sob nº 664.755.389-49, inscrito na matrícula sob nº 302-6, admitido em 15/02/2005, após o vencimento do 3º período (15/02/2005 a 15/02/2010), conforme solicitação, de acordo com as Leis 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos Servidores) e Lei 890/2013 de 18 de setembro de 2013.

§ 1º. A indenização que trata o artigo anterior será paga em 3 meses, sendo nos meses de fevereiro de 2020, março de 2020 e abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 28 de fevereiro de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380619

PORTARIA Nº 052/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidor público Municipal Srº. Vilmar Adriano Bortolozo, inscrito na matrícula sob nº 382-4, portador do CPF sob nº 964.761.840-91, Ocupante do cargo de Mestre de Obras, lotado no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, a partir do mês de fevereiro de 2020, conforme art. 67 e Anexo I da lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores), por Titulação de "Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 28 de fevereiro de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380632

PORTARIA Nº 053/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença Paternidade ao Servidor Municipal Sr. Jean Carlos Persch, inscrito na matrícula nº 747-1, portador do CPF sob nº 056.952.279-09, ocupante do cargo de Sub-Secretário, lotado no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, conforme Certidão de Nascimento, no período de 20 de fevereiro de 2020 a 24 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 20 de fevereiro de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 28 de fevereiro de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 45 A 47/2020

Publicação Nº 2380531

Extrato Ata de Registro de Preços 45/2020

Ata de Registro de Preços nº 45/2020 do Pregão Eletrônico nº 06/2020, Processo 11/2020. Objeto: Prestação de serviços de transporte rodoviário para o deslocamento dos estudantes universitários e técnico profissionalizante do município de Bom Retiro/SC para o Município de Lages/SC. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Sandro Scarabelote Copetti -ME. CNPJ nº 12.435.951/0001-72; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 28 de fevereiro de 2020; Data de Assinatura: 28/02/2020. Preço total registrado: R\$ 158.930,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 46/2020

Ata de Registro de Preços nº 46/2020 do Pregão Eletrônico nº 06/2020, Processo 11/2020. Objeto: Prestação de serviços de transporte rodoviário para o deslocamento dos estudantes universitários e técnico profissionalizante do município de Bom Retiro/SC para o Município de Lages/SC. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Cassiano José Melo. CNPJ nº 29.938.609/0001-67; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 28 de fevereiro de 2020; Data de Assinatura: 28/02/2020. Preço total registrado: R\$ 126.270,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 47/2020

Ata de Registro de Preços nº 47/2020 do Pregão Eletrônico nº 06/2020, Processo 11/2020. Objeto: Prestação de serviços de transporte rodoviário para o deslocamento dos estudantes universitários e técnico profissionalizante do município de Bom Retiro/SC para o Município de Lages/SC. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Vale do Canoas Transporte e Turismo Ltda. CNPJ nº 16.436.738/0001-36; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 28 de fevereiro de 2020; Data de Assinatura: 28/02/2020. Preço total registrado: R\$ 183.770,00.

Bom Retiro, 02 de março de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 10/2020- JOSIMAR LEONI**

Publicação Nº 2379539

Extrato de Contrato nº 10/2020

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: JOSIMAR LEONI

Valor: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

Constitui objeto deste contrato, o fornecimento à Prefeitura Municipal de Botuverá o seguinte serviço abaixo relacionados:

Item	Descrição do objeto	Unid.	Qtde.	R\$ unt	R\$ Total
1	Serviço de especializados de treinamento de atletas na escolinha de futsal	Horas	170	R\$ 85,00	R\$ 14.450,00
2	Serviço especializados de treinamento de atletas na escolinha de vôlei.	Horas	30	R\$ 85,00	R\$ 2.550,00
Total R\$					R\$ 17.000,00

Fund.Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93.

PL16-PP13-2020-RETIFICA DE MOTORES

Publicação Nº 2380534

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº16/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para contratação de serviços de RETÍFICA DE MOTORES E FORNECIMENTO DE PEÇAS, para os equipamentos caminhão e carregadeira lotados da secretaria de obras, nos termos do edital. Recebimento da documentação e propostas, Até 12/03/2020, 14:00 Horas. Abertura da sessão na mesma data às 14:30 horas. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-3200, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br
Botuverá-SC, 28 de Fevereiro de 2020.

Vilson José Giancesini
Secretário de Transportes

PORTARIA 026 2020 CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA

Publicação Nº 2380610

PORTARIA Nº 026/2020

"Cancela Gratificação Concedida a Empregado Público Efetivo".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Cancelar a gratificação concedida para o (a) Sr. (a) ANGELITA MOLINARI COLOMBI, da função de DIRETOR ESCOLAR a partir de 03/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 03/02/2020.

Botuverá (SC), 20 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 027 2020 AUMENTA CARGA HORARIA

Publicação Nº 2380614

PORTARIA Nº 27/2020

“Aumenta carga horária de Servidor Público Municipal da Secretaria da Educação do Poder Executivo do Município de Botuverá.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1382/2017.

Considerando:

1- A necessidade de um Professor 40 horas semanais na Escola Municipal Inês Giancesini Merizio;

Resolve:

Art. 1º- Aumentar de 20 para 40 horas semanais, a carga horária da Servidora Pública Municipal SIRLENE MARIA DE SOUZA E SILVA, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 03/02/2020.

Botuverá (SC), 20 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal

PORTARIA 028 2020 DIRECAO ESCOLA

Publicação Nº 2380605

PORTARIA Nº 028/2020

“NOMEIA SERVIDOR EFETIVO PARA DIREÇÃO ESCOLAR.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1070/2010,

Resolve:

Art. 1º- Nomear o(a) servidor (a) Sr(a). ROSILENE DALABONA, para a função de Diretor da Escola Municipal Maria Luiza da Silva Dias da localidade Ribeirão do Ouro, com carga horária mensal de 40 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 03/02/2020.

Botuverá (SC), 20 fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 029 2020 EXONERA CARGO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 2380723

PORTARIA Nº 029/2020

“NOMEIA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Nomeia o(a) servidor(a) JUSSARA DE OLIVEIRA LUSSOLLI para o cargo de confiança de SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, a partir de 20/02/2020.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 20 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 033 2020 CONTRATA TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 2380621

PORTARIA Nº 033/2020

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências ”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei complementar n. 47/2019.

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 09/2019;

2- A contratação de um Professor se faz necessário para ocupar uma vaga existente no Centro Municipal de Educação Infantil Prefeito Sebastião Tomio;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). MAINDRA MARIA BAMBINETTI, brasileira, para o cargo temporário de PROFESSOR 20h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Educação do Município de Botuverá.

Art. 3º- A contratação de que trata esta portaria terá prazo máximo de 2 anos.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 17/02/2020.

Botuverá(SC), 27 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 034 2020 AUMENTA CARGA HORARIA

Publicação Nº 2380624

PORTARIA Nº 034/2020

“Aumenta carga horária de Servidor Público Municipal da Secretaria da Educação do Poder Executivo do Município de Botuverá.”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1382/2017.

Considerando:

1- A necessidade de um Professor 40 horas semanais na Escola Municipal Inês Giancesini Merizio;

Resolve:

Art. 1º- Aumentar de 20 para 40 horas semanais, a carga horária da Servidora Pública Municipal EVENITA BEATRIZ BONOMINI, ocupante do cargo de Professor.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação gerando efeito retroativo em 03/02/2020.

Botuverá (SC), 21 de Fevereiro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL422/2019

Publicação Nº 2380323

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo Licitatório nº 422/2019.

1 - HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Concorrência 03, tipo MENOR Preço Global, cujo o objeto é Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção de uma ponte em concreto armado e protendido, com 85 metros de extensão e largura de 10,45 metros sobre o rio Itajaí Mirim, de acordo com o termo de referência e projeto básico, constante no processo;

2- ADJUDICAR o objeto licitado em favor da Trilha Engenharia Ltda EPP, devidamente inscrita no CNPJ: 10.643.254/0001-81, Rua Belarmi-no Corrêa 126, sala 01 – Trindade – Florianópolis/SC, pela proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal no valor de R\$ 3.081.108,43 (três milhões, oitenta e um mil, cento e oito reais e quarenta e três centavos.

Botuverá; 28 de fevereiro de 2020.

José Luiz Colombi
Prefeito

TERMO ADITIVO DE CONTRATO 53/2019 - PACOPEDRA

Publicação N° 2380203



**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

TERMO ADITIVO N° 02/2019

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 53/2019
CELEBRADO PELO MUNICÍPIO
DE BOTUVERÁ E PELA EMPRESA
PACOPEDRA PAVIMENTADORA
E COMERCIO DE PEDRAS LTDA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.350/0001-96, situada na Rua João Morelli, 05, Centro, CEP 88295-000, neste ato representado representada pelo seu **PREFEITO MUNICIPAL, JOSÉ LUIZ COLOMBI**.

2. CONTRATADA: a empresa **PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, CNPJ-79.485.892/0001-18**, Rua Alberto Francisco Junkes, 55, bairro Santa Terezinha, CEP-89.114-238, Gaspar/SC, neste ato representada pelo neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **MÁRIO JORGE DE SOUZA**.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 53/2019, instruído sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO, correspondendo a R\$ 6.293,16 (seis mil, duzentos e noventa e três reais e dezesseis centavos) do valor do contrato firmado entre as partes em 22/11/2019, e com término de vigência em 22/05/2020, nos termos previstos em sua Cláusula 2.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

1. O valor do contrato, após a supressão, é de R\$ 451.052,12 (quatrocentos e cinquenta um mil, cinquenta e dois reais e doze centavos)
1.1 – Os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir de 28/02/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2. A Supressão refere-se a serviços não executados da obra civil objeto supramencionado no contrato, com fundamento legal no artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

1/2



**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Botuverá, em 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Município de Botuverá
Contratante

MÁRIO JORGE DE SOUZA

Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras
Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

ANGELO LUIZ VENZON

Secretário de Obras
Gestor

ANA CLAUDIA VICTORINO

Engenheira Civil-CREA/SC053959-6
FISCAL

Visto:

Rodrigo Ivan Lazzarotti

Advogado OAB: 12298/SC

TERMO ADITIVO DE CONTRATO 53/2019 - PACOPEDRA

Publicação N° 2380205



**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

TERMO ADITIVO N° 03/2019

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO N.º 53/2019 CELEBRADO
PELO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E PELA
EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E
COMERCIO DE PEDRAS LTDA.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.350/0001-96, situada na Rua João Morelli, 05, Centro, CEP 88295-000, neste ato representado representada pelo seu **PREFEITO MUNICIPAL, JOSÉ LUIZ COLOMBI**.

2. CONTRATADA: a empresa **PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, CNPJ-79.485.892/0001-18**, Rua Alberto Francisco Junkes, 55, bairro Santa Terezinha, CEP-89.114-238, Gaspar/SC, neste ato representada pelo neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **MÁRIO JORGE DE SOUZA**.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 53/2019, instruindo sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1- O presente termo aditivo tem como objeto a ADIÇÃO correspondente a R\$ 18.343,79 (dezoito mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos) do valor do contrato firmado entre as partes em 22/11/2019, e com término de vigência em 22/05/2020, nos termos previstos em sua Cláusula 2.1.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADIÇÃO

1. O valor do contrato, após a adição, é de R\$ 469.395,91 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos).
 - 1.1 - Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de 28/02/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente termo aditivo decorre do através do pedido formalizado pela empresa e aprovado pelo setor de engenharia e departamento jurídico desta prefeitura.

1/2



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Botuverá, em 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Município de Botuverá
Contratante

MÁRIO JORGE DE SOUZA
Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras
Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

ANGELO LUIZ VENZON
Secretário de Obras
Gestor

ANA CLAUDIA VICTORINO
Engenheira Civil-CREA/SC053959-6
FISCAL

Visto:

Rodrigo Ivan Lazzarotti
Advogado OAB: 12298/SC

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2020

Publicação Nº 2379967

DECRETO Nº. 014/2020.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 441.000,00 (Quatrocentos e quarenta e um mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(145) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0024 – Aplicações Diretas R\$ 441.000,00

TOTAL R\$ 441.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2020 do recurso 1.0024 – Transferências de Convênios – Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 25 de Fevereiro de 2020.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 12/2020

Publicação Nº 2379970

EXTRATO DO CONTRATO 12/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Isalete Nagel Larsen - ME

CNPJ 19.179.150/0001-32

Estrada Geral Serril

Braço do Trombudo -SC

Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de coleta, transporte, destinação, transbordo, triagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, na forma de coleta seletiva, no município de Braço do Trombudo, SC.

Vigência 01/03/2020 até 31/12/2020.

Valor: R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) mensal

Data da assinatura: 28/02/2020

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

LEI 940/2020

Publicação Nº 2379487

LEI Nº 940/2020

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Financeira com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Trombudo Central.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de fomento/convênio entre o município de Braço do Trombudo e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Trombudo Central, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Arthur M-ller nº 670, cidade de Trombudo Central, inscrita no CNPJ sob nº 79.369.310/0001-38, consistente em um repasse financeiro no valor de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais), tendo por objeto o sistema de cooperação financeira para manutenção dos alunos matriculados no ensino de educação especial, destinados à execução e cumprimento do projeto apresentado pela referida associação, para o ano de 2020, parte integrante da presente lei

Art. 2º O valor total do repasse financeiro para a APAE será de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais), pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais), a partir de janeiro de 2020.

Art. 3º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor, de forma mensal em conformidade com a minuta do convênio em anexo.

Art. 4º Os recursos, para fazer face ao disposto no artigo 1º desta Lei, serão realizados na seguinte classificação orçamentária do orçamento vigente:

04 Secretaria de Educação

05 Educação Especial

2.037 – Manutenção das Atividades da APAE

(72) 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Art. 7º Fica revogada as disposições legais contrárias, em especial a Lei nº 0913/2018, de 18 de dezembro de 2018.

Braço do Trombudo, 27 de fevereiro de 2020.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

LEI 941/2020

Publicação Nº 2379496

LEI Nº 941/2020

Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, e estabelece outras providências.

NILDO MELMESTET, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Braço do Trombudo na importância de R\$ 387.711,71 (Trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e onze reais e setenta e um centavos), oriunda da cessão onerosa do Pré-Sal, nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

Órgão	03	SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
Unidade	03.01	Departamento de Administração e Finanças	
Projeto	04.122.0002.1.0022	Construção do Centro Administrativo Municipal	
Recursos	3050	Cessão Onerosa do Pré-Sal – Superávit	
Modalidade..	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	(152): 383.834,60
Op. Especial..	28.846.0000.0.0001	Encargos Especiais / Obrig.Tib(PASEP)/Contr/Após.Pensões	
Recursos	3050	Cessão Onerosa do Pré-Sal – Superávit	
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	(151): 3.877,11
TOTAL GERAL			387.711,71

Art. 2º - Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado por fonte na seguinte fonte de recursos:

Fonte de Recursos: 0.3.3050 - Cessão Onerosa do Pré-Sal – Superávit R\$ 387.711,71

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo, 27 de fevereiro de 2020.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2020

Publicação Nº 2380565

PORTARIA Nº 058/2020

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc
.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder insalubridade de 10%(dez por cento) sobre o valor de um salário mínimo, pelo desenvolvimento de atividades insalubres, aos servidores abaixo citados, ocupantes do cargo de OPERADOR DE ETA(Estação de Tratamento de Água):

ARTHUR FURTADO DA ROSA COUTO

RUI GOULART JUNIOR

LUIZ CESAR VALENTE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.02.2020.

Braço do Trombudo, em 26 de Fevereiro de 2020

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2020

Publicação Nº 2380569

PORTARIA Nº 059/2020

Concede Gratificação

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art.1º Conceder Gratificação de 30% do nível I-A, a servidora CARMELITA DE SOUZA DE MELO para responder pela Coordenação do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert, a partir de 03/02/2020.

Art.2º Fica revogada a Portaria 016/2018 de 16/02/2018. .

3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 03/02/2020.

Braço do Trombudo, em 26 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2020

Publicação Nº 2380581

PORTARIA Nº 060/2020

Concede Gratificação

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art.1º Conceder Gratificação de 50% do nível I-A, a servidora LIGIA VOGEL, para responder pela Direção e Coordenação da Escola Adriano

Mosimann e Centro de Educação Infantil Edson Arndt, a partir de 03/02/2020.

Art.2º Fica revogada a Portaria 032/2017 de 14/02/2017. .

3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 03/02/2020.

Braço do Trombudo, em 26 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2020

Publicação Nº 2380586

PORTARIA Nº 061/2020

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11.04.2012.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor GILBERTO DE MATOS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-TRAB. BRAÇAL, admitido em caráter temporário, nomeado pela Portaria 070/2019, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 28.02.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2020

Publicação Nº 2380590

PORTARIA Nº 062/2020

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11.04.2012.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor VANDERLEI ABRANGES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-TRAB. BRAÇAL, admitido em caráter temporário, nomeado pela Portaria 071/2019, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 28.02.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2020

Publicação Nº 2380594

PORTARIA Nº 063/2020

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11.04.2012.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor ADALGISIO EMERSON MACHADO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-TRAB. BRAÇAL, admitido em caráter temporário, nomeado pela Portaria 069/2019, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 28.02.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2020

Publicação Nº 2380598

PORTARIA Nº 064/2020

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11.04.2012.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor DANIEL RUZKOVSKI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-TRAB. BRAÇAL, admitido em caráter temporário, nomeado pela Portaria 073/2019, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 28.02.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065/2020

Publicação Nº 2380603

PORTARIA Nº 065/2020

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e Lei Complementar nº 107/2012 de 11.04.2012.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor DARIO WOELCKER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-TRAB. BRAÇAL, admitido em caráter temporário, nomeado pela Portaria 072/2019, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, a partir de 28.02.2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 28 de Fevereiro de 2020.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA N. 13.270 -2020

Publicação Nº 2381300

PORTARIA N. 13.270, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do IBPREV.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 28 e 32 da Lei Complementar Municipal n. 174/2011 e alterações, e considerando ainda o resultado das eleições do IBPREV,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do IBPREV, conforme segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Titulares	
NOME	MEMBRO
Dagomar Antônio Carneiro	Nato – Diretor-Presidente
Rafael Scheibel de Andrade	Indicado pelo Prefeito de Brusque – servidor ativo
Maria Luisa Fagundes Ghislandi	Indicado pelo Prefeito de Brusque – servidor inativo
Cristiano de Oliveira Goulart	Indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores
Helena Gross	Eleito (servidor ativo)
Lilian Verônica Souza	Eleito (servidor ativo)
Priscila Salazar Dauer Fagundes	Eleito (servidor ativo)
Claudete Marques Baumgartner	Eleito (servidor ativo)
Rogério Santos Pedrozo	Eleito (servidor inativo)
Suplentes	
NOME	MEMBRO
Anelise Nagel Ketzer de Souza	Indicado pelo Prefeito de Brusque – servidor ativo
Silvana Pereira Beuting	Indicado pelo Prefeito de Brusque – servidor inativo
Jefferson Silveira	Indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores
Cleber da Silva Andre	Eleito (servidor ativo)
Michel Augusto de Araújo Soares	Eleito (servidor ativo)
(não houve candidato)	
(não houve candidato)	
José Germano Montibeller	Eleito (servidor inativo)

CONSELHO FISCAL	
Titulares	
NOME	MEMBRO
José Germano Montibeller	Indicado pelo Prefeito de Brusque – servidor inativo
Carlos Henrique Wehmuth	Indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores
Precila Andrade Tadiotto Villar	Eleito
Cintia Rachel Damo Bertoli Diegoli	Indicado pelo Presidente da OAB/SC
Pedro Afonso Hoffmann	Indicado pelo Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Brusque
Suplentes	
NOME	MEMBRO
Anelise Cardoso	Indicado pelo Prefeito de Brusque – servidor ativo
Rose Marie Ulrich	Indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores
Luiz Roberto Velho Vieira	Eleito
Cintia Rachel Damo Bertoli Diegoli	Indicado pelo Presidente da OAB/SC
Beno Alcides Buttchevits	Indicado pelo Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Brusque

Art. 2º O mandato dos nomeados é de 2 (dois) anos nos termos do artigo 28, §1º e artigo 32, caput, da Lei Complementar Municipal n. 174/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.271 -2020

Publicação Nº 2381301

PORTARIA N. 13.271, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Olavo Larangeira Telles da Silva do cargo de provimento em comissão de Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Símbolo CC-1, a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.272 -2020

Publicação Nº 2381302

PORTARIA N. 13.272, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sidnei Demate do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Turismo, a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.273 -2020

Publicação Nº 2381303

PORTARIA N. 13.273, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Marcel Laurence Paza, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador, matrícula n. 373346-9, lotado na Fundação Municipal de Esportes, para ordenar despesas, assinar requisições, ordens de compras, medições e realizar os demais atos alusivos a liquidação de despesas na referida Fundação.

Art. 2º Os poderes previstos nesta Portaria vigoram no período de 27 de fevereiro de 2020 a 01 de março de 2020, sem ônus para a municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.274 -2020

Publicação Nº 2381304

PORTARIA N. 13.274, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 145/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Edson Garcia para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-I, como Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, a partir de 02 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.275 -2020

Publicação Nº 2381305

PORTARIA N. 13.275, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sérgio Higino Kunitz para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-III, como Diretor-Geral, lotado na Secretaria de Turismo, a partir de 02 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 12.931, de 29 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 014-2020 -IBPREV

Publicação Nº 2381294

Portaria nº 014/2020
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Luiz Moser

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, nomeado pela Portaria nº 11.618, de 13 de janeiro de 2017, da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e com fundamento nos artigos 1º, §2º; 33, I, c; 36, 66 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III da Constituição Federal de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 221/2019, benefício de Aposentadoria Voluntária a LUIZ MOSER, CPF 398.776.639-53.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/03/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 28 de fevereiro de 2020.

DAGOMAR ANTONIO CARNEIRO
Diretor-presidente
IBPREV

PORTARIA Nº 039-2020-IBPREV

Publicação Nº 2381295

Portaria nº 039/2020

O Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, no uso de suas atribuições, com fundamento nos termos do artigo 31 da Lei Complementar Municipal nº 174, de 20 de setembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio, em pecúnia, ao servidor Antônio Carlos Cerchiari Júnior, matrícula 1080938, titular do cargo de provimento efetivo de Contador, na proporção de 30 (trinta) dias, com fulcro nos Art. 144 e 151 da lei Complementar nº 147/2009, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 18 de fevereiro de 2020.

Dagomar Antônio Carneiro
Diretor-Presidente
IBPREV

PORTARIA Nº 11-2020-IBPREV

Publicação Nº 2381292

Portaria nº 11/2020

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
LUCIA DA COSTA GERMANO

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, nomeado pela Portaria nº 11.618, de 13 de janeiro de 2017, da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e com fundamento no artigo 31, §3º; VI, 66 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §5º, III, dada Constituição Federal de 1988, e arts. 36 e 38 da Lei Complementar Municipal nº 174/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 17/2020, benefício de Aposentadoria Voluntária a Lucia da Costa Germano, CPF: 631.122.729-00.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/03/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 28 de fevereiro de 2020.

DAGOMAR ANTONIO CARNEIRO

Diretor-presidente

IBPREV

PORTARIA Nº 14-2020-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2381297

Portaria Nº 14, 28 de fevereiro de 2020.

Concede Licença Prêmio.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento da Licença Prêmio não gozada e trabalhada, por noventa dias, em três parcelas, referente ao período de 1º/02/2015 a 31/01/2020, ao servidor Fábio Augusto Cardoso, ocupante do cargo de Agente de Transporte do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 28 de fevereiro de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

PORTARIA Nº 15-2020-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2381298

Portaria Nº 15, de 28 de fevereiro de 2020.

Concede Licença Prêmio.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de licença prêmio à servidora Ana Paula Silveira, ocupante do cargo de Assistente Legislativo do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período aquisitivo de 1º/10/2014 a 30/09/2019, a ser usufruído em dias alternados durante os meses de março a julho de 2020, restando pendente de fruição saldo correspondente a 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 28 de fevereiro de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 479-2020

Publicação Nº 2381299

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 479/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias do servidor relacionado, conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias de gozo
72826	2	CARLOS ALBERTO BATISTI	Secretaria de Saúde	12/02/2020	21/02/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 12/02/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 – DISPENSA Nº 01/2020 - FMS

Publicação Nº 2380059

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2020 – DISPENSA – 01/2020 – FMS

EDITAL: DISPENSA Nº 01/2020
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMO CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS.

CONTRATADO: CISAMARP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

VALOR PREVISTO: R\$ 1.196.611,00 (um milhão cento e noventa e seis mil e seiscentos e onze reais).

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 28 de fevereiro de 2020.

ADEMAR SCHMITZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020

Publicação Nº 2380297

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 23/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 14/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUIAGEM, PENTEADO DE CABELOS E LOCAÇÃO DE VESTIDOS PARA AS PRINCESAS E RAINHA DA EXPOCAÇADOR 2020.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/03/2020 às 14hrs00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/03/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 28 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

Publicação Nº 2380663

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 25/2020 – CONCORRÊNCIA – 02/2020-PREFEITURA

EDITAL: CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
TIPO: MELHOR TÉCNICA
OBJETO: OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/04/2020 às 14hrs00min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/04/2020 às 14h20min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 28 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N° 8.598

Publicação N° 2380566

Mem. 3576/20

DECRETO N° 8.598, de 27 de fevereiro de 2020.

Designa Grupo Gestor para revisão do Plano Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Emerson Schmidt, Fabio Huçulak, Maria Karla Faoro Graeff, Claudia Matté e Ana Paula Hertz Kool para, sob a presidência do primeiro, compor o Grupo Gestor para o processo de revisão do Plano Diretor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO N° 8.601

Publicação N° 2380591

DECRETO N° 8.601, de 27 de fevereiro de 2020.

Aprova desmembramento de terreno urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 622,34m² (seiscentos e vinte e dois metros e trinta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 7714, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua João Woloch esquina com Rua Antônio Woloch, Bairro Nossa Senhora Salete, nesta cidade, de propriedade de Loeli da Silva Neres dos Santos e Raimundo da Trindade Coelho Neves, ficando após o desmembramento constituído de 02 (dois) lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – lote A, com superfície de 349,87m² (trezentos e quarenta e nove metros e oitenta e sete decímetros quadrados), inicia junto ao ponto 1,

descrito em planta anexa, deste, segue em direção Nordeste até o ponto 2 no azimuth 155°12'15", em uma distância de 28,80m, confrontando com Rua Antônio Woloch, do ponto 2 segue em direção Sudeste até o ponto 3 no azimuth 243°07'34", em uma distância de 10,60m, confrontando com imóvel constante na matrícula 17.019, do ponto 3 segue em direção Sudoeste até o vértice 4 no azimuth 319°54'02", em uma distância de 22,02m, confrontando com lote B do desmembramento, do ponto 4 segue em direção Noroeste até o ponto 1, início da descrição, no azimuth de 39°22'09", na extensão de 18,23m, confrontando com Rua João Woloch, fechando assim uma área de 349,87m².

II – lote B, com superfície de 272,47m² (duzentos e setenta e dois metros e quarenta e sete décimos quadrados), inicia junto ao ponto 1, descrito em planta anexa, deste, segue em direção Nordeste até o ponto 2 no azimuth 139°54'02", em uma distância de 22,02m, confrontando com lote A do desmembramento, do ponto 2 segue em direção Sudeste até o ponto 3 no azimuth 243°07'34", em uma distância de 13,42m, confrontando com imóvel constante na matrícula 17.019, do ponto 3 segue em direção Sudoeste até o vértice 4 no azimuth 311°02'29", em uma distância de 16,25m, confrontando com imóvel constante na matrícula 7869, do ponto 4 segue em direção Noroeste até o ponto 1, início da descrição, no azimuth de 39°22'09", na extensão de 15,83m, confrontando com Rua João Woloch, fechando assim uma área de 272,47m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 8.340, de 28 de agosto de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.602

Publicação Nº 2380599

DECRETO Nº 8.602, de 27 de fevereiro de 2020.

Aprova remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de três áreas de terrenos urbanos de propriedade de Hotel Kindermann Ltda EPP, devidamente matriculadas no Registro de Imóveis desta Comarca sob os nºs 4372, 6074 e 32.383, com áreas de 732,79m² (setecentos e trinta e dois metros e setenta e nove décimos quadrados), 740,16m² (setecentos e quarenta metros e dezesseis décimos quadrados) e 353,23m² (trezentos e cinquenta e três metros e vinte e três décimos quadrados), respectivamente.

Art. 2º A unificação das áreas mencionadas no artigo anterior resulta em uma área total de 1.826,18m² (um mil, oitocentos e vinte e seis metros e dezoito décimos quadrados), localizada na esquina das Ruas José Bonifácio e Paulo Castelli a 29,84m com a esquina da Rua Paulino Leão, onde a poligonal tem início no marco P01 confrontando com a matrícula nº 3.284, deste segue com o rumo de 332°43'31" e percorre 13,60m confrontando com a Rua José Bonifácio até o marco ponto P02, deste segue com o rumo de 332°57'20" e percorre 25,70m confrontando com a Rua José Bonifácio até o marco ponto P03, deste segue por uma linha curva com raio de 2,55m e comprimento de 4,01m confrontando com a intersecção das Ruas José Bonifácio e Paulo Castelli até o marco P04, deste segue com o rumo de 69°8'41" e percorre 43,00m confrontando com a Rua Paulo Castelli até o marco ponto P05, deste segue com o rumo de 156°15'56" e percorre 40,46m confrontando com a matrícula nº 12.835 e Julia Velikonkja até o marco ponto P06, deste segue com o rumo de 247°21'57" e percorre 43,17m confrontando com a matrícula nº 3.284 até o marco ponto P01, onde teve início esta descrição.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste remembramento.

Art. 4º O registro do remembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 8.322, de 21 de agosto de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.604

Publicação Nº 2380536

DECRETO Nº 8.604, de 28 de fevereiro de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de contratos administrativos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt para exercer a fiscalização dos Contratos Administrativos nºs 11, 12, 13 e 14/2020, vinculados ao Processo Licitatório nº 04/2020 – Concorrência nº 01/2020, que tem por objeto a alienação de bens e imóveis de propriedade do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 28 de fevereiro de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL PROCON 2020

Publicação Nº 2380393

PAD Nº 32/2019 Cip nº 42.006.001.19.0001876
Reclamante: GUSTAVO GEAN BASEGIO
Reclamada: ROBERTO CLEITON LOPES - BOM JESUS
PUBLICIDADES E EVENTOS
CNPJ Nº 19.511.323/0001-78

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, vem publicar esta notificação, referente a instauração do Processo Administrativo nº 32/2019, figurando como reclamada ROBERTO CLEITON LOPES, com vistas a apurar prática infrativa, pois o consumidor contratou, os serviços da reclamada para a elaboração de calendários. Efetuou o pagamento do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais). A reclamada não entregou o material contratado. Alegou que os calendários foram confeccionados sem o logotipo de identificação. A empresa comprometeu-se a efetuar o ressarcimento dos valores pagos, ao reclamante, mas não realizou.

Certificamos que através da fl. 08 dos autos, a tentativa de notificação à reclamada, o que restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 32/2019, a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do presente processo.

Caçador (SC), 14 de janeiro de 2020.

CRISTIANO ZANCHI

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON
Município de Caçador (SC)

ERRATA II - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

Publicação Nº 2380227

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 02 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATUAR NAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

Acréscimo de alínea no item 16.7 – ANEXO VIII:

h) ANEXO VIII – Relação dos cargos.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 28 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

INFORMATIVO ADITIVO N° 08/2020

Publicação N° 2380552

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS N° 08/2020

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 1° ADITIVO AO CONTRATO N° 02/2019, do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): RÁDIO CAÇANJURE LTDA - EPP.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina N° 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei n° 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei n° 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 28 de fevereiro de 2020.

INFORMATIVO DE CONTRATOS N° 06/2020

Publicação N° 2380481

INFORMATIVO DE ENVIO DE CONTRATOS PARA ASSINATURAS N° 06/2020

Informamos o envio por e-mail do CONTRATO RATEIO N° 001/2020, CONTRATO N° 11/2020, 12/2020, 13/2020, 14/2020, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CIN-CATARINA, RONY CARDOSO DOS SANTOS, ANDRESA BERGMAN PEREIRA, ROSANE DALVA FERLIN Malfatti, Severino Moreira Dias.

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina N° 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do CONTRATO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei n° 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei n° 8.666/93.

Na ausência do retorno do Contrato, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 28 de fevereiro de 2020.

LEI COMPLEMENTAR Nº 376

Publicação Nº 2380559

LEI COMPLEMENTAR Nº 376, de 26 de fevereiro de 2020.

Altera a redação do inciso V, do art. 57-C e do art. 183 da Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal) e acresce os arts. 183-A a 183-I, instituindo o Conselho Municipal de Contribuintes, no âmbito do Município de Caçador, como segunda instância administrativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º O inciso V do art. 57-C da Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983 (Código Tributário Municipal) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57-C

V - os requerimentos relativos à isenção e impugnação interpostos contra o lançamento de tributos, pedido de parcelamento de tributo devidamente constituído e vencido, bem como os pedidos de devolução por pagamento indevido.” (NR)

Art. 2º O art. 183 da Lei Municipal nº 54/1983 (Código Tributário Municipal) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 183. A segunda instância administrativa será representada pelo Conselho Municipal de Contribuintes, órgão colegiado, de caráter deliberativo, com sede e circunscrição no Município de Caçador, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, composto por 07 (sete) membros, sendo:

I - 02 (dois) servidores lotados na Procuradoria-Geral do Município;

II - 02 (dois) servidores lotados na Secretaria Municipal da Fazenda;

III - 01 (um) representante indicado pela Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC;

IV - 01 (um) representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por intermédio de sua subseção em Caçador;

V - 01 (um) representante indicado pela delegacia do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-SC).

§ 1º Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos até por dois

mandatos, e, no caso de impedimento de qualquer deles, deverá ser convocado seu suplente.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão possuir formação universitária nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

§ 3º No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato.

§ 4º No caso de vacância simultânea dos cargos de titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 5º As sessões serão públicas em todas as suas fases, sendo que as sessões ordinárias serão realizadas quinzenalmente, em dia e hora a serem fixados no regimento do Conselho Municipal de Contribuintes, que definirá também o local de funcionamento das sessões deste órgão.

§ 6º As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes serão tomadas por voto nominal e aberto, por maioria simples, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos, especialmente o disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

§ 7º O Prefeito Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, aprovará, por decreto, o regimento interno do Conselho Municipal de Contribuintes.

§ 8º Para efeitos do §1º, também poderão ser reconduzidos, na condição de conselheiro titular, aqueles membros que figurarem como suplentes no mandato anterior.

Art. 3º A Lei Municipal nº 54/1983 (Código Tributário Municipal) passa a vigorar acrescida dos arts. 183-A a 183-I, conforme segue:

“Art. 183-A. Ao Conselho de Contribuintes compete:

I - julgar os recursos interpostos contra decisões de primeira instância administrativa que versem sobre lançamentos de impostos, taxas e contribuições, imunidades, isenções, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, e aplicação de penalidades previstas neste Código;

II - representar ao Prefeito Municipal, propondo a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento desta lei e da legislação tributária objetivando, principalmente, a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Municipal;

III - aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Contribuintes, através de votação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

IV - aprovar súmulas administrativas vinculantes por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 183-B. O Conselho de Contribuintes será composto de:

I - Presidência e vice-presidência;

II - Colegiado julgador;

III - Secretaria;

IV - representante da Fazenda Municipal.

Art. 183-C. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Contribuintes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre os Conselheiros, por proposta do Secretário da Fazenda.

§ 1º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes:

I - dirigir os trabalhos do Conselho e presidir as sessões;

II - proferir no julgamento, quando for o caso, o voto de desempate;

III - determinar o número de sessões;

IV - convocar sessões extraordinárias;

V - fixar dia e hora para a realização das sessões;

VI - distribuir os processos e requerimentos aos Conselheiros, por sorteio;

VII - despachar o expediente do Conselho;

VIII - despachar os pedidos que encerrem matéria estranha à competência do Conselho, inclusive recursos não admitidos pela lei, determinando a devolução dos processos e requerimentos à origem;

IX - convocar os suplentes para substituir os Conselheiros efetivos em suas faltas e impedimentos;

X - conceder licença aos Conselheiros nos casos de doenças ou outro motivo relevante, nas formas e nos prazos previstos;

XI - apreciar os pedidos dos Conselheiros, relativos à justificação de ausência às sessões ou à prorrogação de prazo para retenção de processos e requerimentos;

XII - promover o andamento dos processos e requerimentos distribuídos aos Conselheiros, cujo prazo de retenção tenha se esgotado;

XIII - comunicar ao Prefeito Municipal, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, o término do mandato dos membros do Conselho e de seus suplentes;

XIV - apresentar até o dia 15 de fevereiro do exercício subsequente, ao Prefeito Municipal, relatórios dos trabalhos realizados pelo Conselho no exercício anterior;

XV - fixar o número mínimo de processos e requerimentos em pauta de julgamento para abertura e funcionamento das sessões das Câmaras;

XVI - outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno do Conselho;

XVII - solicitar ao Secretário da Fazenda a designação e substituição de funcionários para o exercício de atividades inerentes às funções administrativas do Conselho.

§ 2º Ao Vice-Presidente do Conselho, além das atribuições normais de Conselheiro, compete:

I - substituir o Presidente do Conselho nos casos vacância, faltas e impedimentos;

II - outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 183-D. São atribuições da Secretaria do Conselho Municipal de Contribuintes, além de outras que lhe possam prever o regimento interno:

I - preparar o expediente para despachos do Presidente;

II - encaminhar aos Conselheiros os processos que lhes forem distribuídos, dando a respectiva baixa quando devolvidos;

III - elaborar informações estatísticas;

IV - preparar o expediente de frequência dos Conselheiros;

V - preparar e encaminhar a julgamento ou a despacho do Presidente os processos, requerimentos e expedientes relativos a questões fiscais;

VI - elaborar relatórios e votos, conforme determinado pelo Presidente do Conselho;

VII - receber a correspondência do Conselho, inclusive processos e requerimentos;

VIII - distribuir e acompanhar o andamento de processos, requerimentos e expedientes, até solução final, dando baixa dos autos para o cumprimento de decisões;

IX - preparar atas e cuidar do expediente do Conselho;

X - compilar a jurisprudência do Conselho;

XI - fazer publicar no Diário Oficial dos Municípios ou em jornal de circulação local diária, os atos necessários ao expediente do Conselho;

XII - comunicar ao Presidente sobre o não cumprimento dos prazos por Conselheiros e partes;

XIII - cumprir e fazer cumprir as determinações do Conselho.

Art. 183-E. Aos Conselheiros compete:

I - relatar os processos que lhes forem distribuídos;

II - proferir voto nos julgamentos;

III - efetuar, se necessário, diligências ou vistorias junto aos contribuintes para melhor análise dos processos e requerimentos;

IV - observar os prazos para restituição dos processos e requerimentos em seu poder;

V - solicitar vistas de processos e requerimentos, com adiamento do julgamento, para exame e apresentação de voto em separado;

VI - sugerir medidas de interesse do Conselho;

VII - outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Regimento Interno do Conselho.

§ 1º Os Conselheiros prestarão compromisso de bem e fielmente cumprir a legislação tributária, antes da atuação no primeiro julgamento, perante o Prefeito Municipal, ou seu representante, por quem serão empossados.

§ 2º Além dos motivos de impedimentos e suspeição previstos na Lei Processual Civil, é vedado aos membros do Conselho Municipal de Contribuintes se manifestar e proferir voto em processos ou requerimentos em que:

I - seja parte interessada;

II - participou como mandatário do contribuinte;

III - decidiu em primeira instância administrativa;

IV - atuou ou postulou como procurador do contribuinte;

V - o contribuinte ou qualquer dos sócios seja seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou na linha colateral até segundo grau;

VI - o contribuinte seja cliente de escritório ou sociedade de profissionais, da qual faça parte como sócio, associado, empregado ou possua qualquer vínculo;

VII - seja funcionário, sócio quotista, acionista, procurador ou membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal da recorrente, ou com esta possua qualquer vínculo;

VIII - na condição de funcionário da Municipalidade, seja autor do feito ou tenha, em qualquer fase do processo, feito apreciação de mérito sobre a causa em julgamento.

§ 3º O Conselheiro impedido deverá arguir o fato junto ao Presidente do Conselho, sob pena de nulidade dos atos praticados sob impedimento.

§ 4º Considerar-se-á vago o cargo quando o conselheiro não assumir as funções no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação das respectivas nomeações no Diário Oficial dos Municípios.

§ 5º Perderá o mandato, após deliberação do Conselho, o Conselheiro que:

I - usar, de qualquer forma, meios ilícitos para retardar o exame e julgamento de processos ou que, no exercício da função, praticar atos de favorecimento;

II - reter processos ou requerimentos em seu poder por mais de 15 (quinze) dias além dos prazos previstos para relatar ou proferir voto, sem motivo justificado;

III - faltar a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no mesmo exercício, salvo por motivos justificados;

IV - for punido, em decisão final, em processo administrativo ou em processo criminal por infração patrimonial ou contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado.

Art. 183-F. A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Procurador lotado e com exercício na Procuradoria-Geral do Município, designado pelo Procurador-Geral.

§ 1º Compete ao Procurador designado, além de outras atribuições previstas em lei e no Regimento Interno do Conselho:

I - a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;

II - fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;

III - propor Pedido de Cancelamento de Notificação Fiscal e Procedimento Administrativo de Revisão;

IV - representar ao Procurador-Geral do Município e ao Secretário Municipal da Fazenda sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.

§ 2º É indispensável a presença do Procurador do Município em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da sessão.

Art. 183-G. O Conselho realizará sessões ordinárias e extraordinárias, observado o disposto no art. 183, § 5º, desta Lei Complementar.

§ 1º As sessões ordinárias realizar-se-ão em dia e hora designados pela Presidência, publicando-se a pauta no Diário Oficial dos Municípios, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 2º As sessões extraordinárias serão convocadas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência, e independente de publicação no Diário Oficial dos Municípios, caso não se trate

de julgamento de recurso.

§ 3º O conselho deliberará com a presença mínima de 05 (cinco) membros, devendo a decisão ser proferida por maioria simples.

§ 4º A pauta indicará dia, hora e local da sessão de julgamento.

§ 5º A publicação da Pauta dos julgamentos vale como notificação do recorrente e da Fazenda Municipal.

§ 6º Os julgamentos adiados serão incluídos nos trabalhos da próxima sessão, independente de nova publicação.

§ 7º Após decurso do prazo recursal e publicação da pauta de julgamento no Diário Oficial do Município, fica vedado a qualquer das partes a juntada de novos documentos ou alegação de fatos novos.

Art. 183-H. Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes serão gratificados com a quantia equivalente a 01 (uma) vez o Valor de Referência Municipal (VRM), sempre que se reunirem ordinariamente e extraordinariamente para deliberar sobre os processos que lhe forem submetidos a julgamento.

§ 1º Cada reunião ordinária e extraordinária terá um tempo de duração de 01 (um) turno, referente ao período de atividade da Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 2º Poderão ser convocadas no máximo de 01 (uma) reunião ordinária por semana.

§ 3º Poderão ser convocadas no máximo 01 (uma) reunião extraordinária, a cada intervalo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Serão remuneradas no máximo, até 02 (duas) reuniões ordinárias mensais e 01 (uma) reunião extraordinária a cada intervalo de 30 (trinta) dias.

Art. 183-I. Os recursos voluntários para o Conselho Municipal de Contribuintes serão interpostos no prazo previsto no art. 181, inciso I do Código Tributário Municipal.

Art. 4º Os recursos financeiros e materiais para a correta aplicação da presente Lei Complementar correrão por dotação orçamentária da Secretaria da Fazenda.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.328

Publicação Nº 2383251

PORTARIA Nº 32.328, de 03 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e ainda o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
984	Ana Cristina Hagemann	01/12/2018 a 30/11/2019	02/03/2020 a 16/03/2020
1315	Andre Luis Paes Juliani	12/03/2017 a 11/03/2018	03/02/2020 a 03/03/2020
8736	Cesar Antonio Velasques	12/01/2016 a 11/01/2017	03/02/2020 a 22/02/2020
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	17/05/2018 a 16/05/2019	02/03/2020 a 06/03/2020
2610	Cladimir Torezan	01/02/2018 a 31/01/2019	03/02/2020 a 17/02/2020
8413	Claudete Maria Bento Corrente	01/04/2018 a 31/03/2019	09/03/2020 a 28/03/2020
3745	Erenilda Americano	01/03/2017 a 28/02/2018	03/02/2020 a 03/03/2020
14599	Francine de Matias	19/10/2017 a 28/02/2020	26/02/2020 a 06/03/2020
14111	Jorge Henrique Muller João	18/01/2019 a 17/01/2020	26/02/2020 a 11/03/2020
13978	Juliane Rossetti	10/08/2018 a 09/08/2019	05/02/2020 a 19/02/2020
1140	Luiz Fernando dos Santos	01/02/2018 a 31/01/2019	04/03/2020 a 13/03/2020
3751	Luiz Henrique Grando Padilha	18/03/2018 a 17/03/2019	04/03/2020 a 13/03/2020
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	01/06/2017 a 31/05/2018	03/02/2020 a 03/03/2020
10102	Rosa Meri Coluzzi	05/03/2018 a 04/03/2019	03/02/2020 a 17/02/2020
10764	Sandra Aparecida Correa	15/03/2018 a 14/03/2019	05/02/2020 a 05/03/2020
14504	Veronica Dalmas Padilha	18/03/2018 a 17/03/2019	26/02/2020 a 06/03/2020
12588	Willian Schroder	05/03/2018 a 04/03/2020	27/02/2020 a 12/03/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 03 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.397

Publicação Nº 2383294

PORTARIA Nº 32.397, de 12 de fevereiro de 2020.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de dezembro de 2019 a 15 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento das Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
4603	Edina Carla Bressan	Técnico Tributário	6
14507	Eduarda Kutcher da Silva	Assistente Administrativo	9,51

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 32.402

Publicação Nº 2383306

Memorando nº 2757/2020

PORTARIA Nº 32.402, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12772	Adair Das Graças Martins Cardoso	Auxiliar De Enfermagem ESF	0,03
15737	Adriano Rech	Motorista	27,06
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	9,29
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	3,3
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar De Enfermagem	0,01
16230	Antoniél Metsalen Branco	Motorista	33,4
16207	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Enfermeiro ESF	0,01
16081	Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo	Médico Infectologista	6,2
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	36,56
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar De Enfermagem ESF	13,51
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar De Enfermagem	31,41
16247	Diego Antonio Vieira	Motorista	35,37
1303	Dioclecio Alves De Moura	Motorista Caminhão	31,29
16205	Dionatan Castellani Zauza	Odontólogo ESF	0,01
12794	Doraci De Jesus Soares	Auxiliar De Enfermagem	13,06
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	3,25
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	30,55
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar De Enfermagem	8,28
14706	Elíres Dambros	Farmacêutico	0,01
14078	Fabiano Midginski	Motorista	14,33
16127	Gustavo De Azevedo Martinhago	Médico ESF	0,01
10949	Iseline Correia De Souza Do Valle	Auxiliar De Enfermagem	45,4
16101	Ivönice Santos Souza Primo Ramos	Técnico Em Enfermagem	124,31

Memorando nº 2757/2020

16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	78,1
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar De Enfermagem	118,16
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	8
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	100,28
11812	Marcia De Oliveira Guedes	Auxiliar De Enfermagem ESF	3
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	43,24
14278	Margarete Alves Veronesi	Agente Comunitário De Saúde	0,01
9385	Maria Eva Martins Da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	8
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	91,2
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	118,52
16211	Marli Nazario	Auxiliar De Enfermagem	19,36
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	115,2
14080	Petras Dos Santos	Motorista	28,42
16202	Raniel Patrick Danese	Assistente Administrativo	24,19
11808	Rosilei Teresinha Poloni	Auxiliar De Enfermagem ESF	3,14
15172	Rudinei Citadin	Motorista	62,34
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	37,41
10224	Simone Do Nascimento Cardoso	Técnico Em Enfermagem	0,04
10785	Vagner Goncalves	Técnico Em Enfermagem	101,17
1849	Valdeci Vieira De Alvarenga	Motorista	14,55
749	Valdecir Jose Pereira Da Silva	Motorista Caminhão	20,53
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	0,02
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	16
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	28,3

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

PORTARIA Nº 32.403

Publicação Nº 2383307

Memorando nº 2757/2020

PORTARIA Nº 32.403, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 1º a 31 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
12772	Adair Das Graças Martins Cardoso	Auxiliar De Enfermagem ESF	8,29
11866	Alcides Moraes De Lemos	Agente Comunitário De Saúde	8,24
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar Em Saúde Bucal	2,16
1928	Alex Anderson Moraes Dos Santos	Motorista Caminhão	10,08
15739	Aline Stutz Araldi Fezer	Assessor Assuntos Administrativos Sms	9,44
13950	Anderson Luiz Ramos	Odontólogo ESF	2,14
14073	Andressa Quintino Da Silva	Auxiliar De Enfermagem	6,35
16193	Angelica Aparecida Zaluski	Assistente Administrativo	3
1771	Aurelio Luiz Arrabar	Odontólogo	10,58
12038	Camila Domingues De Souza	Auxiliar Em Saúde Bucal ESF	2,23
16264	Camila Moraes Da Cunha	Médico ESF	16
15566	Celio Marcos Moreira Becker	Diretor De Serviços De Vigilância Em Saúde	13,45
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar De Enfermagem ESF	5,16
16209	Cleide Eliane Gabardo	Enfermeiro ESF	2,23
13570	Cristiane Aline De Santi	Assistente Social ESF	4
13927	Daniela Fraga	Agente Comunitário De Saúde	2,44
7743	Dilva Rejane Niewinski Figueiredo	Auxiliar Em Saúde Bucal	3,3
16205	Dionatan Castellani Zauza	Odontólogo ESF	9,44
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário De Saúde	26,1
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	4
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	5,13
14015	Elaine Aparecida Chaves	Agente Comunitário De Saúde	2,2

Memorando nº 2757/2020

12762	Eliane Aparecida Dos Santos Correa	Agente Comunitário De Saúde	4
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário De Saúde	9,3
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Tecnico Em Enfermagem	3,13
830	Eloir Do Carmo Correia Antunes	Auxiliar De Enfermagem	4,35
4256	Flavia Morona Maffessoni	Odontólogo	1,56
769	Geni Aparecida Dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	5,29
15	Giovani Ernandes Teles De Oliveira	Auxiliar Serviços Agrícolas E Florestais	8,5
4116	Graziella Debarba Irias	Odontólogo	4
11879	Hortencia Teresinha Girardi Ramos	Agente Comunitário De Saúde	1,54
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	Médico	8,04
11936	Ionice Aparecida Alves Da Cruz	Agente Comunitário De Saúde	3,15
11853	Jane Terezinha Souza Didone	Auxiliar De Enfermagem ESF	4,49
16210	Jessica Krulikowski	Psicólogo ESF	4
621	Jose Roberto Queiroz	Médico	11,28
13972	Josiane Guadagnin	Agente Comunitário De Saúde	6,15
13978	Juliane Rossetti	Agente Comunitário De Saúde	2,47
865	Jussara Aparecida Hirsch Pereira	Auxiliar Serviços Gerais	4,56
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	7,12
13975	Karine Aparecida Dos Santos Bataglion	Agente Comunitário De Saúde	2,3
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	3,54
9355	Leandro Souza De Matos	Analista De Sistemas	10,15
16121	Leidemira Koppe	Assistente Administrativo	3
11939	Lindair Meireles Pereira De Oliveira	Agente Comunitário De Saúde	4,34
14072	Luana Maira Rosa Da Costa Zandavalli	Auxiliar Em Saúde Bucal ESF	2,18
16239	Luciano Damaceno	Médico	4,23
10620	Luciano Fernandes Valota	Odontólogo	4
7684	Luiz Eduardo Ruppel	Auxiliar De Administração	12
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	1,29
11965	Marilene De Cassia Favero	Agente Comunitário De Saúde	6,41
16215	Marilia Caroline Andrade Rodrigues	Auxiliar Serviços Gerais	6,09
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	8,44
3	Mauricio Zini	Bioquímico	5,12
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico Em Saúde Bucal	2,49
11944	Neiva Da Aparecida De Lima Carlin Do Prado	Agente Comunitário De Saúde	40
16265	Otávio Augusto Paes	Médico	16

Memorando nº 2757/2020

11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeiro ESF	2,4
11885	Paulina Voleinik	Auxiliar De Enfermagem ESF	2,36
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	4,13
4606	Regiane Aparecida Resende	Auxiliar Serviços Gerais	8,35
16229	Roger Francisco Ferreira De Campos	Técnico Em Vigilância Em Saúde	36
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	3,13
3799	Rosangela Rodrigues Ferreira Jeronymo	Fonoaudiologo	2,02
14017	Rosilda Cristina Regert	Enfermeiro ESF	8,31
15267	Rudyar Fausto Buba	Médico ESF	5
11164	Saete Lazari Agusti	Auxiliar Serviços Gerais	4
9699	Saete Noll	Auxiliar Serviços Gerais	4,21
11869	Sandra De Fatima Ribeiro	Agente Comunitário De Saúde	5,02
10541	Sara Nadiesa Velasques	Auxiliar Em Saúde Bucal	4,19
11968	Silvana Aparecida Santana De Moraes Ferreira	Agente Comunitário De Saúde	12,34
11951	Silvana Maria Cristaldo	Agente Comunitário De Saúde	4,33
12887	Simone Angela Scolaro	Fisioterapeuta ESF	2
12015	Sirlei Judite Sgarbi	Agente Comunitário De Saúde	4
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	Odontólogo ESF	2,18
15725	Sulivan Francisco Da Silva	Médico ESF	4,53
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo ESF	9,23
749	Valdecir Jose Pereira Da Silva	Motorista Caminhão	8,48
7673	Valeria Da Silva	Auxiliar Em Saúde Bucal	3,13
11859	Vanira Santos De Moraes	Agente Comunitário De Saúde	3,03
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário De Saúde	3,38

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

PORTARIA Nº 32.404

Publicação Nº 2383308

PORTARIA Nº 32.404, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 100% (cem por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
7739	Alice Loreni Gomes De Lafavera	Técnico Em Enfermagem	12
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro	18,45
12794	Doraci De Jesus Soares	Auxiliar De Enfermagem	17,56
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	22,15
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navros	Auxiliar De Enfermagem	16,24
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	12,07
16101	Ivonice Santos Souza Primo Ramos	Técnico Em Enfermagem	12,21
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	32,06
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar De Enfermagem	12,15
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	12,01
11812	Marcia De Oliveira Guedes	Auxiliar De Enfermagem ESF	5,59
9385	Maria Eva Martins Da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	6,19
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	12,11
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	18,28
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	12,08
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	15,54
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro	18
3437	Sayonara Galina	Auxiliar De Enfermagem	11,53
10785	Vagner Goncalves	Técnico Em Enfermagem	6,16

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.405

Publicação Nº 2383310

PORTARIA Nº 32.405, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair Das Graças Martins Cardoso	Auxiliar De Enfermagem ESF	40
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	Técnico Em Saúde Bucal	18,09
15737	Adriano Rech	Motorista	60
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	18,24
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	9
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar De Enfermagem	38,41
16230	Antoniél Metsalen Branco	Motorista	60
16207	Bruna Pereira Dolberth Caramori	Enfermeiro ESF	19,04
16081	Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo	Médico Infectologista	28,08
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	25,17
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	12,15
14069	Cibele Urío Klaumann	Fisioterapeuta ESF	28,58
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	60
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar De Enfermagem ESF	40
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro	21,15
13570	Cristiane Aline De Santi	Assistente Social ESF	22,31
14059	Daniela Susin	Técnico Em Enfermagem	25,23
16247	Diego Antonio Vieira	Motorista	60
1303	Dioclecio Alves De Moura	Motorista Caminhão	60
16163	Diogo Borba Schulz	Médico	11,5
16205	Dionatan Castellani Zauza	Odontólogo ESF	6,57
12794	Doraci De Jesus Soares	Auxiliar De Enfermagem	22,16
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico Em Enfermagem	17,45
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navros	Auxiliar De Enfermagem	23,46
14706	Elires Dambros	Farmacêutico	19,26
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete Do Prefeito	60
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	27,53
15592	Erica Tasca	Técnico Em Enfermagem	38,06
14078	Fabiano Midginski	Motorista	43,56
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeiro	7,24
12589	Iara Aparecida Speggiorin	Enfermeiro ESF	8,31
16180	Ivete De Fatima Sales	Assistente Administrativo	17,02
16101	Ivonice Santos Souza Primo Ramos	Técnico Em Enfermagem	27,39
14666	Janaina Cristina Salles Da Silva	Auxiliar De Enfermagem	4,41
4418	Janete De Fatima Pereira	Recepcionista	11,54
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	7,54
11850	Larissa Strapasson Binder	Enfermeiro ESF	15,33
7981	Laurita Aparecida Faustino	Técnico Em Enfermagem	14,13
16121	Leidemira Koppe	Assistente Administrativo	17,03
10786	Lorete Aparecida Braun	Enfermeiro	8,13
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar Em Saúde Bucal	12,17
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	45,2
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar De Enfermagem	27,45
10796	Lurdes Dos Santos	Técnico Em Enfermagem	26,08
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	36,31

11812	Marcia De Oliveira Guedes	Auxiliar De Enfermagem ESF	12,25
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	60
9385	Maria Eva Martins Da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	26,18
16222	Maria Izabel Pereira De Oliveira	Enfermeiro ESF	40
16125	Marielly Goncalves	Assistente Administrativo	19,06
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar Serviços Gerais	24,26
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	21,32
16211	Marli Nazario	Auxiliar De Enfermagem	27,41
12056	Matheus Moro	Médico ESF	12,1
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	27,52
10461	Mirian Ficagna	Auxiliar Em Saúde Bucal	11,39
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico Em Saúde Bucal	12,55
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	Auxiliar De Enfermagem	34,2
15531	Pamela Popik De Mattos	Auxiliar Em Saúde Bucal ESF	40
11886	Paula Francielly Zitkievicz	Enfermeiro ESF	27,57
14080	Petras Dos Santos	Motorista	57,51
16202	Raniel Patrick Danese	Assistente Administrativo	36,32
14991	Raquel Pelissari Barbosa	Enfermeiro	12,4
13364	Raysa Yumi Tonegawa Moro	Fisioterapeuta ESF	31,35
1101	Rejane Mara Sorgatto	Odontólogo	8,35
16069	Rosemeri Aparecida Carlim	Médico	11,32
14017	Rosilda Cristina Regert	Enfermeiro ESF	7,48
11808	Rosilei Teresinha Poloni	Auxiliar De Enfermagem ESF	39,29
1133	Rubens Reis Da Silva	Odontólogo	17,1
15172	Rudinei Citadin	Motorista	60
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	60
3437	Sayonara Galina	Auxiliar De Enfermagem	28,03
16181	Simara Rodrigues Colpini	Assistente Administrativo	9,46
10224	Simone Do Nascimento Cardoso	Técnico Em Enfermagem	34,47
10785	Vagner Goncalves	Técnico Em Enfermagem	33,44
1849	Valdeci Vieira De Alvarenga	Motorista	55,23
749	Valdecir Jose Pereira Da Silva	Motorista Caminhão	60
7673	Valeria Da Silva	Auxiliar Em Saúde Bucal	40
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro	14,39
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar De Enfermagem	14,24
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	43,27
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	31,06
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	60
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	13,59

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.406

Publicação Nº 2383311

PORTARIA Nº 32.406, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 1º a 31 de janeiro 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1928	Alex Anderson Moraes Dos Santo	Motorista Caminhão	180
10463	Alice Regina Sturmer Blank Legat	Bioquímico	96
15055	Anderson Torezan	Fiscal Sanitarista	96
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	126,3
1315	Andre Luis Paes Juliani	Odontólogo	106
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo Em Alimentos	24
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico Em Enfermagem	106
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete Do Prefeito	294
14078	Fabiano Midginski	Motorista	239
15	Giovani Ernandes Teles De Oliveira	Auxiliar Serviços Agrícolas e Flores-tais	198
14993	Nara Tescke De Castilho	Enfermeiro	120,3
6301	Nilo Sergio Luz Amorim	Engenheiro Civil	96
693	Paula Brustolin Xavier	Enfermeiro	111
14080	Petras Dos Santos	Motorista	61
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	91,3
16184	Renata Cristina Da Silva Favarão	Fiscal Sanitarista	102
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista Utilitário	202

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.407

Publicação Nº 2383312

PORTARIA Nº 32.407, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º a 30 de novembro de 2019 na Secretaria da Saúde,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo, número de horas e mês do pagamento:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas	Mês de pagamento
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	16,58	Janeiro/2020

10224	Simone Do Nascimento Cardoso	Técnico Em Enfermagem	20	Janeiro/2020
-------	------------------------------	-----------------------	----	--------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.408

Publicação Nº 2383313

PORTARIA Nº 32.408, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de serviço extraordinário pelos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	6,07
16268	Clarissa Cardoso Rego	Médico	15,52
16100	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico	40,3
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	59
16226	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	28,42
15295	Eliel Richard De Araujo E Silva	Médico	71,47
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	12,35
16141	Ingrid Serraglio	Médico	42,58
16242	Jessica Lovcke	Médico	36,48
16094	Joelison Adriano Richil De Carvalho	Médico	68,13
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico - ESF	55,07
16185	Rafael Balbisan	Médico	20,27
16083	Raffael Gasparini Belegante	Médico	61,07
16095	Rosangela Macedo Costa	Médico	11,52
16069	Rosemeri Aparecida Carlim	Médico	24,03
16254	Sergio Luiz Cevey Barbieri	Médico	73,32
15724	Tiago Pegoraro	Médico - ESF	53,47

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.409

Publicação Nº 2383314

PORTARIA Nº 32.409, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação

de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento do SERVIÇO HORAS MÉDICOS PLANTONISTAS realizado no período de 1º a 31 de janeiro no Pronto Atendimento, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº horas
14503	Rafael Stecca Martins	85,42
14129	Rodrigo Rocha da Silva	150,1
14052	Youssef Elias Ammar	30,08

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.410

Publicação Nº 2383316

PORTARIA Nº 32.410, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de adicional noturno em virtude dos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	3,02
16268	Clarissa Cardoso Rego	Médico	6,48
16100	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico	43,17
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	12,07
16226	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	12,08
15295	Eliel Richard De Araujo E Silva	Médico	112
16099	Flaviany Araujo Carmello	Médico	36,38
16141	Ingrid Serraglio	Médico	15
16242	Jessica Lovcke	Médico	9,18
16094	Joelson Adriano Richil De Carvalho	Médico	70,2
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico - ESF	18,07
16185	Rafael Balbisan	Médico	5,48
16083	Raffael Gasparini Belegante	Médico	48
16095	Rosangela Macedo Costa	Médico	19,45
16254	Sergio Luiz Cevey Barbieri	Médico	19,32
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	56
14129	Rodrigo Rocha Da Silva	Médico Plantonista	66,58
14052	Youssef Elias Ammar	Médico Plantonista	19,02

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA N° 32.411

Publicação N° 2383317

PORTARIA N° 32.411, de 12 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 100% (cem por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
15295	Eliel Richard De Araujo e Silva	Médico	5,03
16242	Jessica Lovcke	Médico	6,03
15724	Tiago Pegoraro	Médico - ESF	6,22
16254	Sergio Luiz Cevey Barbieri	Médico	6,08

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 12 de fevereiro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA N° 32.460

Publicação N° 2383319

PORTARIA N° 32.460, de 17 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença prêmio, com pagamento no mês de janeiro, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	1/3	01/08/2002 a 01/08/2007

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
17 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

PORTARIA N° 32.495

Publicação N° 2383321

PORTARIA N° 32.495, de 27 de fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto n° 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
3932	Tania Ferreira	Auxiliar de Contabilidade	05 dias	18/02/2020 a 22/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda de Caçador, em 27 de fevereiro de 2020.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA N° 32.498

Publicação N° 2383324

PORTARIA N° 32.498, de 27 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, lotada no Gabinete do Prefeito, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10540	Franciele Perego	01/02/2017 a 31/01/2018	17/02/2020 a 21/02/2020
10540	Franciele Perego	01/02/2018 a 31/01/2019	22/02/2020 a 02/03/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA N° 32.499

Publicação N° 2383326

PORTARIA N° 32.499, de 27 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Guarda Municipal, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
9200	Fabio de Lima Garcia	10/03/2019 a 09/03/2020	17/03/2020 a 31/03/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.500

Publicação Nº 2383328

PORTARIA nº 32.500, de 27 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. REATIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2013 instaurado pela portaria nº 22.370 de 18 de fevereiro de 2013, suspenso temporariamente em virtude de decisão judicial proferida sob os autos nº 0004081-59.2013.8.24.0012, que denegou recurso por unanimidade da segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que trata de apurar a falta de aptidão e capacidade física e/ou mental do Servidor Público Municipal G.R., ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura, atualmente afastado do trabalho após ser submetido à perícia médica que o afastou para tratamento, afastado do trabalho desde 16/02/2012, nomeado através da Portaria nº. 20.338, de 18/03/2011, o qual, de acordo com a denúncia, após indicação desta Comissão no fim do ano de 2011 para que o servidor em questão passasse a exercer atividades junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente, após trinta dias começou a apresentar atestados médicos reiterados, que noticiam que o servidor G.R. o apresenta quadro psicológico com delírios de referência, quadro depressivo, déficit cognitivo de atenção, orientação e memória, e, submetido à perícia médica foi diagnosticado quadro com sintomatologia psicótica (delírios de referência, persecutório e isolamento social), CID 10 – F21. Foi informado que o servidor em questão não desempenha com zelo e presteza as atribuições do cargo ou as funções a ele atribuídas, tendo dificuldades em desempenhar a função pública para a qual prestou concurso, tudo conforme consta na denúncia protocolizada sob os nº.s 2578/12, 2970/12, 4156/12, 6483/12 e documentos que as instrui;

Parágrafo Único. A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, com possível infração aos artigos 185, III, IV, XI “a”, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), e por não apresentar as condições físicas e mentais necessárias ao bom desempenho da função pública para a qual prestou concurso, não podendo, se for o caso, alcançar a aprovação do estágio probatório e a estabilidade no serviço público, e demais disposições do art. 29 do mesmo Estatuto, sujeito à penalidade prevista no § 4º do art. 29 e/ou art. 197, IV e/ou 209, V, da Lei Complementar nº 56/2004.

Art. 2º. Substituir o membro Carla Cavalheiro Dalazzen devido a solicitação da mesma, por motivos de saúde, conforme apresentação de atestado e perícia médica juntado aos autos do Processo Administrativo nº 01/2013 pelo membro EDIMAR SCAMBARA, concursado no cargo de assistente administrativo, lotado junto à Secretaria de Administração, com formação de terceiro grau em Ciências Contábeis e especialização em Gestão Pública Municipal;

Art. 3º. Substituir o membro Ercilia Sita Bender uma vez que a Servidora encontra-se em gozo de licença prêmio (de 03/02/2020 a 02/05/2020) pelo membro JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER, concursada no cargo de Fiscal Tributária, lotado junto à Secretaria de Fazenda, com formação de terceiro grau Bacharelado em Administração, Letras e História.

Art. 4º. Fixar gratificação aos membros temporários do Processo Administrativo nº. 01/2013, Edimar Scambara e Jaqueline Carneiro Pinzegher, pela execução/colaboração nos trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, sendo o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao final do processo.

Art. 5º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais, com prioridade sobre estes a atribuição ora conferida.

Art. 6º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, mantendo os termos iniciais da denúncia constantes na portaria instauradora do Processo nº 01/2013, Portaria nº 22.370 de 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de fevereiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO LICITAÇÃO - 03-2020**

Publicação Nº 2380703

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 03/2020

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 13/2019, de 04/02/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/03/2020, às 14:00 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 03/2020-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

O presente Pregão tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados à manutenção das atividades da Câmara Municipal de Caçador no exercício de 2020, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (ANEXO I) do presente edital, os quais serão retirados parcelados, de acordo com a necessidade de consumo da Câmara Municipal.

Caçador, 28 de Fevereiro de 2020.

Itacir João Fiorese
Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Caibi

PREFEITURA

30/2020

Publicação Nº 2379560

DECRETO Nº 030/2020, de 21 de Fevereiro de 2020.

Designa os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei Municipal nº 2.086/2007 de 05 de Abril de 2007, e demais legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, pelo presente Decreto, designados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Caibi, SC no período de 2 (dois) anos:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- Titular: Idevaldo A. Dal Cero
- Suplente: Magno Galon

II – REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

- Titular: Clenilce Fátima Levulis
- Suplente: Aline Sangalli

III – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

- Titular: Claudia Regina de Moraes Furlanetto
- Suplente: Tais Dalla Rosa

IV – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

- Titular: Marlei Fior Bittencourt
- Suplente: Janaina Nasário da Rosa

V – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

- Titular: Solange Prior
- Suplente: Deissy Rizzi Secchi

VI – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

- Titular: Marcos Sérgio Tortora
- Suplente: Ercela Grassi
- Titular: Eduardo Gasparin
- Suplente: Ezequiel Trentin

VII – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

- Titular: Tercy Bregalda
- Suplente: Maythe Spezia

VIII - REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

- Titular: Marilei Cristina Titon
- Suplente: Glaucia de Almeida

IX – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

- Titular: Eduarda M. Poppe
- Suplente: Leticia Arend

X – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Titular: Marcieli Salete Schu
- Suplente: Sandra G. Radtke

Art. 2º - O serviço do Conselho será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins de objeto, entre o Município de Caibi e seus membros.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, 21 de Fevereiro de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA
Diretor de Administração

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO Nº010/2020

Publicação Nº 2380824

ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

O Pregoeiro do Município de Caibi - SC, nomeado pelo Decreto nº 237/2019 de 31 de dezembro de 2019 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 12/03/2020 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 021/2020, do tipo Menor Preço- Por Item na modalidade Pregão Presencial Nº 010/2020 referente AQUISIÇÃO DE VASSOURA RECOLHEDORA COMPATÍVEL COM MINICARREGADEIRA COMPACTA MARCA NEW HOLLAND, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi-SC, 28 de Fevereiro de 2020.

DANDARA JEANE GALLON
Pregoeira

Estado de Santa Catarina
Administração Municipal de Caibi
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente
Processo Licitatório Nº 021/2020
Modalidade Pregão Presencial Nº 010/2020
Emissão: 28/02/2020

A Administração Municipal de Caibi – SC, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Aquicultura e Meio Ambiente, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo Menor preço- por item referente à AQUISIÇÃO DE VASSOURA RECOLHEDORA COMPATÍVEL COM MINICARREGADEIRA COMPACTA MARCA NEW HOLLAND, de acordo com as disposições da Lei 10.520, de 17/07/2002, do Decreto no 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, bem como pelas disposições fixadas no Edital e Anexos. O credenciamento, os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues até às 08:30 horas do dia 12/03/2020 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi a abertura dos mesmos e a sessão de pregão será no mesmo horário e local. Maiores informações, bem como cópia do edital, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações da Administração Municipal de Caibi, sita a Rua dos Imigrantes, 499, ou pelo fone/fax nº 0**49-3648-0211, em horário de expediente das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas de segunda a sexta.

Caibi (SC), 28/02/2020

ELÓI JOSÉ LIBANO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 010/2020

Publicação Nº 2380810

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 021/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 010/2020, para AQUISIÇÃO DE VASSOURA RECOLHEDORA COMPATÍVEL COM MINICARREGADEIRA COMPACTA MARCA NEW HOLLAND, do tipo menor preço - Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 12 de Março de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 28 de Fevereiro de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.



Camboriú

PREFEITURA

350/2020

Publicação N° 2381318

PORTARIA N°350/2020
EXONERA A PEDIDO SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, FABIANO OLEGARIO, matrícula nº 24439-1, do cargo em comissão de SECRETARIO(A) MUNICIPAL, a partir de 28/02/2020 com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

RESUMO DE CONTRATO DE 24 A 28/02/2020

Publicação Nº 2380650



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESUMO DE CONTRATO**CONTRATO****FMAS**

Contrato Nº 002/2020
Processo: Pregão Presencial Nº. 002/2020
Contratado: **ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP**
Data: 26/02/2020
Prazo: 31/12/2020

Valor: R\$ 2.840,20 (dois mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)
Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CURSO DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NA ESCOLA DE PANIFICAÇÃO SITUADO A RUA JACARTA 424, BAIRRO AREIAS, COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**

Contrato Nº 003/2020
Processo: Pregão Presencial Nº. 002/2020
Contratado: **BARKI DISTRIBUIDORA LTDA**
Data: 26/02/2020
Prazo: 31/12/2020

Valor: R\$ 9.413,89 (nove mil, quatrocentos e treze reais e oitenta e nove centavos)
Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CURSO DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NA ESCOLA DE PANIFICAÇÃO SITUADO A RUA JACARTA 424, BAIRRO AREIAS, COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**

Contrato Nº 004/2020
Processo: Pregão Presencial Nº. 002/2020
Contratado: **MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP**
Data: 26/02/2020
Prazo: 31/12/2020

Valor: R\$ 9.519,50 (nove mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta centavos)
Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CURSO DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NA ESCOLA DE PANIFICAÇÃO SITUADO A RUA JACARTA 424, BAIRRO AREIAS, COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**

Contrato Nº 005/2020
Processo: Pregão Presencial Nº. 002/2020
Contratado: **PR COMERCIO ATACADISTA EIREILI**
Data: 26/02/2020
Prazo: 31/12/2020

Valor: R\$ 17.844,70 (dezessete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)
Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CURSO DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA NA ESCOLA DE PANIFICAÇÃO SITUADO A RUA JACARTA 424, BAIRRO AREIAS, COORDENADA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**

PMC

Contrato Nº 006/2020
Processo: Pregão Presencial Nº. 006/2020
Contratado: **SC RECIBRAS - RESIDUOS DA CONSTRUCAO CIVIL, COMERCIO E SERVIÇO LTDA EPP**
Data: 27/02/2020
Prazo: 12 meses

Valor: R\$ 696.000,00 (seiscentos e noventa e seis mil reais)
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESTINAÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS GERADOS EM NOSSO MUNICÍPIO, PROVENIENTE DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE VOLUMOSOS, EM ÁREA DEVIDAMENTE LICENCIADA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.**

Contrato Nº 007/2020
Processo: Tomada de Preços Nº. 003/2020

Rua Getúlio Vargas, 77, Camboriú/SC - 88340.347 - Fone/Fax (47) 3365-9500



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Contratado: **BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA**

Data: 27/02/2020

Prazo: 4 meses

Valor: R\$ 266.416,94 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos)

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA BAGDÁ, BAIRRO SANTA REGINA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.**

Contrato Nº 008/2020

Processo: Tomada de Preços Nº. 004/2020

Contratado: **INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

Data: 27/02/2020

Prazo: 5 meses

Valor: R\$ 467.350,26 (quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos)

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA MONTE SERRA NEGRA, BAIRRO MONTE ALEGRE, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.**

ADITIVO

PMC

Décimo Sexto Termo Aditivo

Contrato: 025/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 040/2017

Contratado: **ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**

Data: 26/02/2020

Fundamento: **artigo 57 da Lei 8.666/93**

Objeto do contrato: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO INDIRETA E CONTINUADA, DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL, INCLUINDO EMISSÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO, ENTREGA DE BILHETES OU ORDEM DE PASSAGENS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

Objeto do aditivo: **DO VALOR:** Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem utilizar do valor contratual R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme a requisição da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Getúlio Vargas, 77, Camboriú/SC - 88340.347 - Fone/Fax (47) 3365-9500

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 25/2020

Publicação Nº 2380128

ADITIVO CONTRATUAL Nº 25/2020

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº001.PL/2020 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 46/2018 (originado do Processo Licitatório nº 23/2018, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 46/2018, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

NONO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 46/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do Contrato nº 46/2018 fica prorrogado até o dia 28 de fevereiro de 2020, e o prazo de vigência fica prorrogado até 23 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 46/2018 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 24 de janeiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI Ln Construções Ltda Contratada		
---	---	--	--

ADITIVO CONTRATUAL Nº 26/2020

Publicação Nº 2380130

ADITIVO CONTRATUAL Nº 26/2020

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº001.PL/2020 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 47/2018 (originado do Processo Licitatório nº 23/2018, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 47/2018, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

DÉCIMO TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 47/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do Contrato nº 47/2018 fica prorrogado dia 28 de fevereiro de 2020, e o prazo de vigência fica prorrogado até 23 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 47/2018 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 24 de janeiro de 2020

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI Ln Construções Ltda Contratada		
---	---	--	--

ADITIVO CONTRATUAL Nº 29/2020

Publicação Nº 2380134

ADITIVO CONTRATUAL Nº 29/2020

Considerando o OFÍCIO Nº002.PL/2020 solicitando acréscimo ao contrato 47/2018 recebido do Serviço de Planejamento deste Município, (originado do Processo Licitatório nº 89/2018, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior ao acréscimo;

ACRESCE ao Contrato nº 47/2018, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

DÉCIMO QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA OBJETIVANDO O ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 47/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – ACRÉSIMO DE QUANTITATIVOS:

Considerando a tabela acima ACRESCE o valor de R\$ 9.951,16 (nove mil novecentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 47/2018 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 31 de janeiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LOURIVAL NEGRELI Ln Construções Ltda Contratada	
---	---	--

ADITIVO CONTRATUAL Nº 30/2020

Publicação Nº 2380136

ADITIVO CONTRATUAL Nº 30/2020

Considerando a necessidade da execução de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2020, demonstrada através da Requisição nº 011;

Considerando a prorrogação do contrato nº 29/2019 através do Termo Aditivo nº 168/2019;

A quantidade para o ano letivo de 2020 será de 308.339 quilômetros. As linhas passam a vigorar conforme segue.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ASS TURISMO LTDA. – ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DA PREVISÃO DE GASTOS PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2020:

Prestação de serviços de Transporte Escolar do Município de Campo Alegre-SC, com estimativa de 1.341 quilômetros por dia, durante 215 dias, totalizando 288.315 quilômetros, distribuídos nas linhas descritas a seguir. Com estimativa de 54 dias para atividades extracurriculares: Desfile Festa da Ovelha, Festival de Inverno – Feira do Livro, Sete de Setembro, Dia das Crianças, Festival de Dança, PROERD, Disciplina de Turismo, Dia de Integração, Oficinas extracurricular, totalizando 20.024 quilômetros. Totalizando 308.339 quilômetros para o ano letivo de 2020.

LINHA 01 –RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (casa do senhor Antônio Rivaldo Fuckner), Ribeirão do Meio, Mato Bonito,

Tijucume, Campinas (entra no pesque truta até a casa do Pelé taxista), Bateias de Cima, Saltinho, Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves).

RETORNO: Bateias de Baixo (escola Argemiro Gonçalves) Saltinho, Bateias de Cima, Campinas, Tijucume, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Ximbuvinha, Ximbuva (casa do senhor Antônio Rivaldo Fuckner) Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.(oficina)

LINHA 02 – CUBATÃO/ BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 87 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Cubatão, Santana, Ximbuva, Ribeirão do Meio, Mato Bonito, Tijucume, Campinas dos Simões, Bateias do Meio, Bateias de Cima, Bateias de Baixo

RETORNO: Bateias de Baixo, Bateias de Cima, Bateias do Meio, Campinas dos Simões, Tijucume, Mato Bonito, Ribeirão do Meio, Ximbuva, Santana, Cubatão.

LINHA 03 – BATEIAS DE CIMA /BATEIAS DE BAIXO/PANDUVINHA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 98 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO/VESPERTINO

SAÍDA: Bateias de Cima, Papanduvinha, Pirizal, Lageado, Bateias de Baixo (Escola Argemiro Gonçalves)

RETORNO: Bateias de Baixo, Pirizal, Saltinho, Papanduvinha e Bateias de Cima (Escola Paulo Fuckner).

LINHA 04 – LAGEADO/ BATEIAS DE BAIXO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 77 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO/VESPERTINO

SAÍDA: Centro, Passando Por: Lageado, Queimados, Bateias de Baixo (Escola Marise Neneve, Escola Argemiro Gonçalves)

RETORNO: Escola Argemiro Gonçalves, Escola Marise Neneve, Pirizal, Queimados e Lageado.

LINHA 05 – RIO REPRESO/CENTRO

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 83 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Rio Represo, Ecoflex, Parque Industrial, Vila Briski, E.E.B. Lebon Régis, EMEB Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB. Lebon Régis, Vila Briski, Parque Industrial, Ecoflex, Rio Represo, Campo Alegre

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Bairro Belo Horizonte (Vila Scheide), E.E.B. Lebon Régis, EMEB Maria José, CMEI Alegre Infância.

LINHA 06 – FRAGOSOS/CORREIDEIRAS

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 39 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Fragosos, Corredeiras, EMEF Jeronimo F. C. Pacheco, CMEI Maria da Gloria

RETORNO: CMEI Maria da Glória, EEF Jerônimo F. C. Pacheco, Corredeiras, Fragosos.

LINHA 07 – FRAGOSOS/CAPINZAL/AVENQUINHA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 43 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Fragosos, Avenquinha, Capinzal, CMEI Maria da Gloria, EMEF Jeronimo F. C. P

RETORNO: EMEF Jeronimo F. C. Pacheco, CMEI Maria da Gloria, Fragosos, Capinzal, Avenquinha.

LINHA 08 – BATEIAS DE BAIXO/ BATEIAS DE CIMA DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 110 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Bateias De Baixo, Saltinho, Campinas, Bateias do Meio, Bateias de Cima e Bateias de Baixo.

RETORNO: Bateias de Baixo, Bateias de Cima, Bateias do Meio, Campinas, Saltinho, Papanduvinha

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Bateias de Cima (EMEB Paulo Fuckner), Bateias do Meio, Campinas, Saltinho, Bateias de Cima.

RETORNO: Bateias de Cima (EMEB. Paulo Fuckner), Bateias do Meio, Campinas, Saltinho.

LINHA 09 – SALTO/AVENCA DO RIO NEGRO DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 80 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Campo Alegre – Centro, Avenquinha, Mangueira Velha, Salto, Queimados, Avenca do Rio Negro, EEB Lebon Régis, EMEB. Maria José, CMEI. Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB. Maria José, EEB Lebon Régis, Avenquinha, Avenca do Rio Negro, Queimados, Salto, Mangueira Velha.

LINHA 10– AVENQUINHA/SERRINHA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 96 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Centro: Avenquinha, Serrinha, Parque Industrial (Campestre), EEB. Lebon Régis, E.M.E.B. Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Parque Industrial (Campestre), Serrinha, Avenquinha.

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Avenquinha, Sitio do Alemão, Salto, EEB. Lebon Régis, E.M.E.B. Maria José, CMEI Alegre Infância.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Avenquinha, Salto.

LINHA 11 – CAMPO ALEGRE/SÃO MIGUEL

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 59 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Campo Alegre, Estrada Velha dona Francisca, Vila Scheide, CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, EEB Lebon Regis.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, EEB Lebon Regis, Vila Scheide, Estrada Velha dona Francisca.

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Estrada Velha, São Miguel, Rio dos Bugres, CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, Escola Bela Vista.

RETORNO: CMEI Alegre Infância, Escola Maria José, EEB Lebon Regis, São Miguel.

LINHA 12– LAGEADO/CENTRO/BATEIAS DE BAIXO/PIRIZAL

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 65 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Lageado, Centro, CMEI Alegre Infância, EEB Lebon Régis, EMEB Maria José.

RETORNO: CMEI. Alegre Infância, EMEB Maria José, EEB Lebon Régis, Lageado

HORÁRIO: PERÍODO VESPERTINO

SAÍDA: Lageado, Queimados, Bateias de Baixo, CMEI Chapeuzinho Vermelho, EEB Argemiro Gonçalves, EMEF Prof.^a Marise Neneve CordeiroRETORNO: CMEI Chapeuzinho Vermelho, EMEF Prof.^a Marise Neneve Cordeiro, EEB. Argemiro Gonçalves, Pirizal, Bateias de Baixo, Queimados, Lageado**NUCLEAÇÃO E.M.E.B. PAULO FUCKNER – BATEIAS DE CIMA****LINHA 13 – RODEIO DE SANTA CRUZ / BATEIAS DE CIMA**

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 100 km/dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO

SAÍDA: Rodeio De Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva (Igreja), Cãozinho, Ribeirão Do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, passando por: Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva (Igreja), Santana, Rodeio Grande e Rodeio De Santa Cruz.

VESPERTINO: Rodeio de Santa Cruz, Rodeio Grande, Santana, Ximbuva, Cãozinho, Ribeirão do Meio, Bateias de Cima.

RETORNO: Bateias de Cima, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande, Rodeio de Santa Cruz.

LINHA 14 – XIMBUVA / BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 107 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Bateias De Cima, Cãozinho (Casa Nenibi), Onça Parda, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Ribeirão do Meio, E.M.E.B. Paulo, Fuckner.

Retorno: E.M.E.B. Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Bar Luci (Vai / Volta), Cãozinho.

Vespertino: Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha (Escolinha), Onça Parda, Ribeirão Do Meio, Paulo Fuckner.

Retorno: E.M.E.B. Paulo Fuckner, Ribeirão Do Meio, Cãozinho, Casa Nenibi, Ximbuva, Ximbuvinha, Onça Parda.

LINHA 15 – SANTANA / BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 98 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO / VESPERTINO

SAÍDA: De Santana Passando Por: Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: Saída Da E.M.E.B. Paulo Fuckner Passando Por: Bateias do Meio, Campinas, Tijucume, Mato Bonito, Tijucume, Cubatão.

VESPERTINO: Cubatão, Tijucume, Campinas, Bateias Do Meio, Paulo Fuckner.

RETORNO: Paulo Fuckner, Bateias Do Meio, Campinas, Tijucume, Cubatão e Santana.

LINHA 16 – RODEIO GRANDE/BATEIAS DE CIMA

DISTÂNCIA A SER PERCORRIDA: 99 km / dia

HORÁRIO: PERÍODO MATUTINO

SAÍDA: Rodeio Grande, Santana, Ximbuva, Cãozinho, Ribeirão do Meio, Bateias de Cima (Escola Paulo Fuckner)

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande.

VESPERTINO: Rodeio Grande Santana, Cubatão, Tijucume, Mato Bonito, Ribeirão do Meio, EMEB. Paulo Fuckner.

RETORNO: EMEB. Paulo Fuckner, Ribeirão do Meio, Cãozinho, Ximbuva, Santana, Rodeio Grande.

As demais cláusulas do contrato nº 29/2019 permanecem inalteradas e em vigor até a data de 31/12/2020.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 2020.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	JAQUELINE SARA DOS SANTOS Ass Turismo Ltda. – Me Contratada
---	---

ADITIVO CONTRATUAL Nº 32/2020

Publicação Nº 2380141

ADITIVO CONTRATUAL Nº 32/2020

Considerando o OFÍCIO Nº003.PL/2020 solicitando supressão e acréscimo ao contrato 166/2019 recebido do Serviço de Planejamento deste Município, (originado do Processo Licitatório nº 94/2019, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior ao acréscimo;

SUPRIME e ACRESCE ao Contrato nº 166/2019, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI OBJETIVANDO A SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 166/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:

PROJETO:		Reforma e Ampliação da Creche Alegre Infância					
Local:		Av. Dr. Getúlio Vargas esquina com Rua Nereu Ramos, Bairro Centro				BDI	20,5%
		Sinapi referência: MAIO/2019					
ACRÉSCIMO							
ITEM	CÓDIGO (SINAPI)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNIT. C/ BDI	VALOR TOTAL C/ BDI
1.0		TAPUME					
1.1	74220/001	Tapume de chapa de madeira compensada, e= 6mm, reaproveitamento de 2x	m²	44,00	R\$ 51,06	R\$ 61,53	R\$ 2.707,44
1.2	7170	Tela fachadeira em polietileno, rolo de 3 x 100 m (l x c), cor branca, sem logomarca - para proteção de obras	m²	40,00	R\$ 2,14	R\$ 2,57	R\$ 102,92
					SUBTOTAL		R\$ 2.810,36
2.0		ITENS GERAIS					
2.1		Bancadas cozinha em Granito Verde pérola/ Acabamento 45° com 4 cm/ Rodapia com 8 cm/ Sem rodapés - fornec. E instalação. (copa)	m²	3,00	R\$ 286,44	R\$ 345,16	R\$ 1.035,48
2.2		Prateleiras de granito andorinha com mão francesa + apoios (cozinha)	m²	6,14	R\$ 256,06	R\$ 308,55	R\$ 1.894,51
2.3		Bancada e espelho em granito cinza andorinha (cozinha)	m²	1,72	R\$ 256,06	R\$ 308,55	R\$ 530,71
2.4		Ducha Higiênica Temperaturas Lorenzetti 4000 W 127v ou similar - para lavar panelões	und	1,00	R\$ 177,94	R\$ 214,42	R\$ 214,42
2.5		Torneira para cozinha - Gourmet - Flexível	und	1,00	R\$ 112,25	R\$ 135,26	R\$ 135,26

2.6	91299 + 91307	P2 - Porta de madeira para pintura, maciça, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação	und	1,00	R\$ 853,49	R\$ 1.028,45	R\$ 1.028,45
2.7		Caixa de Luz 4X2 retangular	und	6,00	R\$ 2,25	R\$ 2,71	R\$ 16,25
2.8		Tomada de embutir (1 módulo) 2P+T 20A, incluindo suporte e placa- fornecimento e instalação	und	1,00	R\$ 30,21	R\$ 36,40	R\$ 36,40
2.9	91953	Interruptor simples (1 módulo), incluindo suporte e placa- fornecimento e instalação	und	1,00	R\$ 22,27	R\$ 26,84	R\$ 26,84
2.10	91834	Eletroduto flexível corrugado, PVC, DN 25mm (3/4"), para circuitos terminais, instalado em forro - fornecimento e instalação	m	12,00	R\$ 6,20	R\$ 7,47	R\$ 89,62
2.11	91924	Cabo de cobre flexível isolado, 1,5mm², anti-chama 450/750 V, para Circuitos terminais- fornecimento e instalação	m	14,00	R\$ 1,85	R\$ 2,23	R\$ 31,19
2.12	91926	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5mm², anti-chama 450/750 V, para Circuitos terminais- fornecimento e instalação	m	21,00	R\$ 2,58	R\$ 3,11	R\$ 65,24
2.13	98689	Soleira em granito, largura 15 cm, espessura de 2 cm Af_06/2018	m	2,40	R\$ 63,66	R\$ 76,71	R\$ 184,10
2.14		Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílico em paredes, duas demãos. Af 06/2014	m²	133,97	R\$ 10,31	R\$ 12,43	R\$ 1.664,68
2.15	94231	Rufo em chapa de aço galvanizado número 24, corte de 25 cm, incluso transporte vertical. Af_06/2016	m	8,11	R\$ 27,39	R\$ 33,01	R\$ 267,71
2.16	11480	Fechadura auxiliar segurança, de embutir, reforçada, máquina de 40 a 55 mm, com cilindro, cromada, para porta externa - completa	Und.	1,00	R\$ 44,68	R\$ 53,83	R\$ 53,83
2.17		Retirada e reinstalação de janela	und	2,00	R\$ 164,92	R\$ 198,73	R\$ 397,46
2.18		Retirada e reinstalação de porta (lavanderia)	und	1,00	R\$ 190,96	R\$ 230,11	R\$ 230,11
					SUBTOTAL		R\$ 7.902,26
3.0		RAMPA PROVISÓRIA - ANEXO DEPOSITO DE LIXO					
3.1	87473	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na vertical de 14x19x39cm (espessura 14cm) de paredes com área líquida menor que 6m² sem vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. Af_06/2014	m²	0,58	R\$ 49,24	R\$ 59,34	R\$ 34,12
3.2	94991	Execução de passeio (calçada) com concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, não armado. Af_07/2016 - h=7cm	m³	0,19	R\$ 366,69	R\$ 441,86	R\$ 83,95
					SUBTOTAL		R\$ 118,07
4.0		ALÇAPÃO					
4.1		Emenda PVC para alçapão	m	2,40	R\$ 6,97	R\$ 8,40	R\$ 20,16

4.2		Ripa para montagem do alçapão	m	3,20	R\$ 22,21	R\$ 26,76	R\$ 85,64
						SUBTOTAL	R\$ 105,80
VALOR TOTAL DO ACRÉSCIMO							R\$ 10.936,48

SUPRESSÃO							
ITEM	CÓDIGO (SINAPI)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO UNIT. C/ BDI	VALOR TOTAL C/ BDI
5.0		REVESTIMENTOS					
5.1	86889 + 86900	Bancada da pia de cozinha (COPA) em granito verde ubatuba "formato L", com cuba de embutir de inox fornecimento e instalação	m²	1,00	R\$ 465,53	R\$ 560,96	R\$ 560,96
						SUBTOTAL	R\$ 560,96

6.0		ESQUADRIAS					
6.1		J12 - Janela de correr alumínio cor branca 140X120cm	m²	1,68	R\$ 357,42	R\$ 430,69	R\$ 723,56
6.2	94575	J5 - janela maxin ar 60x60 alumínio cor branca	m²	0,36	R\$ 590,03	R\$ 710,99	R\$ 255,96
						SUBTOTAL	R\$ 979,52
VALOR TOTAL DA SUPRESSÃO							R\$ 1.540,48

ACRÉSCIMO - SUPRESSÃO							R\$ 9.396,00
------------------------------	--	--	--	--	--	--	---------------------

Considerando que o valor a **ACRESCER** é de **R\$ 10.936,48** (dez mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos) e o valor a **SUPRIMIR** é de **R\$ 1.540,48** (um mil quinhentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos). **EMPENHE-SE o valor de R\$ 9.396,00** (nove mil trezentos e noventa e seis reais), referente a diferença do valor do acréscimo e da supressão

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 166/2019 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 13 de fevereiro de 2020

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

GIOVANNI RODRIGO LUIZ
CONTRATADO

ADITIVO CONTRATUAL Nº 33/2020

Publicação Nº 2380144

ADITIVO CONTRATUAL Nº 33/2020**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando o OFÍCIO do contratado solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 130/2019 (originado do Processo Licitatório nº 93/2019, modalidade Pregão Eletrônico);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de vigência do Contrato nº 130/2019, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA JOSE EDUARDO LADER MEI OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 130/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 130/2019 fica prorrogado até 20 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 130/2019 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convenicionado.

Campo Alegre - SC, 17 de fevereiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	Jose Eduardo Lader MEI Jose Eduardo Lader Contratado		
---	--	--	--

ATA CIRCUNSTANCIADA PREGÃO Nº 10/2020 –

Publicação Nº 2380272

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 10/2020 – modalidade Pregão (presencial)

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak, Pregoeira Municipal, Ana Luiza Telma e Daniela Saldanha, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 10/2020, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza na XXII Festa Estadual da Ovelha e XVII Festa Agropecuária de Campo Alegre/SC, num total de 1.900 horas. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME – CNPJ: 18.336.475/0001-19, MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP – CNPJ: 12.927.343/0001-85 e JSM SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES EIRELI – CNPJ: 072.379/0001-06. As licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. As licitantes CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME e JSM SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES EIRELI comprovaram o enquadramento como Microempresa e a licitante MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP comprovou enquadramento como Empresa de Pequeno Porte através da Certidão Simplificada para valerem-se da Lei Complementar nº 123/2006. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, a licitante CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME credenciou como representante na sessão o Sr. Elizeu Taborda, a licitante MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP credenciou como representante na sessão o Sr. João Henrique Dias Marcondes e a licitante JSM SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES EIRELI credenciou como representante na sessão o Sr. Gerson Silva e Mello. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO GLOBAL com valor máximo fixado de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA	38.000,00	37.950,00	1ª	Habilitada
JSM SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES EIRELI	38.000,00	37.995,00	2ª	-----
MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP	37.999,00	37.999,00	3ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME foi declarada vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 37.950,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

AVISO DE ALTERAÇÃO - LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 4/2020

Publicação Nº 2379954

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE ALTERAÇÃO - LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 4/2020

ALTERA-SE o edital e a data de abertura do Processo Licitatório 4/2020, modalidade TP (Fornecimento de material e mão de obra para construção de Posto de Saúde no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município). A nova Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento é: 20/03/2020, 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 08h45min). Os interessados poderão obter o edital no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br). Campo Alegre - SC, 28 de fevereiro de 2020. Deisi Estela Amorim - Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2020

Publicação Nº 2380676

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 041/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: GISELI HIRT, no Cargo Público de Professor I na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 005.739.339-79, residente domiciliado na Rua Belém, nº 236, Município de Piên/PR.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter Temporário para atuar na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Bela Vista “Profª Zilka de França Hasselmann”, para uma turma de 4º ano vespertino, por motivo de desdobramento temporário da turma, devido ao número de alunos proporcional ao tamanho da sala de aula e possuir um aluno de inclusão conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 045/SEDUC/2020.

PRAZO: Início: 02 de março de 2020;

Término: 18 de dezembro de 2020.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.412,45 (um mil quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos)

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas aula/semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 02 de março de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		GISELI HIRT Contratado
--	--	---------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 12.683 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379996

DECRETO Nº 12.683 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0045.2.017 -	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas		
400000.00.0896 -	Despesas de Capital		
440000.00.0896 -	Investimentos		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 40.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.684 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379999

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.684 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA FINS DE LEILÃO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 01 da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE VALOR PARA LANCE MÍNIMO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA FINS DE LEILÃO PÚBLICO.

A Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 12.667 de 21 de fevereiro de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor mínimo de lance para fins de Leilão dos Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo, descritos no Anexo único, "veículos e máquinas", anexo parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. Os Bens Móveis Inservíveis de que trata o caput deste artigo desta Resolução, devidamente avaliados pela Comissão de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

Publicada a presente Resolução aos dois dias do mês de março de 2020, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAC
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis
COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Nº DE PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR R\$
6027	GM CORSA LZN 4042	R\$ 1.000,00
22436	VW KOMBI MCC 9936	R\$ 2.000,00

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAC
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

DECRETO Nº 12.685 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380001

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 12.685 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020****HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA FINS DE LEILÃO PÚBLICO.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 02 da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

**COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.**

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE VALOR PARA LANCE MÍNIMO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/, PARA FINS DE LEILÃO PÚBLICO.**

A Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 12.667 de 21 de fevereiro de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor mínimo de lance para fins de Leilão dos Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo, descritos no Anexo Único, do Lote único, anexo parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. Os Bens Móveis Inservíveis de que trata o caput do artigo 1º desta Resolução, conforme Anexo único, do lote único devidamente avaliados os referidos Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

Publicada a presente Resolução aos dois dias do mês de março de 2020, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAK
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

**COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.**

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N° 02 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ANEXO ÚNICO
LOTE ÚNICO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

N° DE PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM
05	Poltrona
06	Poltrona
07	Cadeira giratória
14	Cadeira
15	Cadeira
16	Cadeira
19	Lixeiro
23	Guilhotina
25	Cadeira
32	Central telefônica
34	Máquina de calcular
47	Escrivaninha
48	Cadeira giratória
49	Máquina de calcular
49	Máquina de calcular
50	Máquina de escrever
51	Fichário com carrinho
52	Circulado de ar
52	Circulado de ar
55	Cadeira
68	Cadeira giratória
78	Cadeira
78	Cadeira
87	Cadeira
88	Cadeira
93	Telefone
95	Telefone
103	Balcão
105	Lixeiro
106	Circulador de ar
107	Carteira
111	Arquivo de aço
113	Armário duas portas de vidro
114	Armário duas portas de vidro
127	Cadeira
144	Porta disquete
149	Circulador de ar
155	Mesa
158	Escrivaninha
161	Máquina de calcular
164	Mesa

171	Mira 4M
172	Prancheta
214	Cadeira
215	Cadeira
216	Cadeira madeira
217	Cadeira madeira
218	Cadeira
219	Cadeira
220	Cadeira
221	Cadeira
222	Cadeira madeira
230	Mesa
262	Máquina de cortar grama
274	Mesa
278	Cadeira
281	Alavanca
299	Cadeira escolar
300	Mural
301	Máquina de escrever
303	Arquivo de aço
326	Aquecedor
327	Mural
339	Mesa
353	Cadeira
365	Foco com haste móvel
369	Tambor inox
480	Ventilador
496	Mesa
522	Ventilador
719	Hollembach
773	Cadeira
783	Cuspideira
800	Televisão
805	Nebulizador
824	Mesa escrivaninha
933	Computador
937	Mesa
962	Porta Bandeira
966	Aparelho Fax
1011	Cadeira escolar
1048	Aquecedor
1048	Aquecedor
1060	Guarda roupa
1065	Quadro verde
1073	Quadro verde
1077	Cadeira
1078	Cadeira
1079	Cadeira de madeira

1080	Cadeira
1083	Cadeira
1087	Cadeira
1088	Cadeira
1089	Cadeira
1090	Cadeira escolar
1092	Cadeira escolar
1096	Cadeira escolar
1100	Cadeira
1101	Cadeira madeira
1103	Cadeira madeira
1106	Cadeira madeira
1107	Cadeira madeira
1108	Cadeira madeira
1109	Cadeira madeira
1110	Cadeira madeira
1113	Cadeira madeira
1117	Cadeira madeira
1118	Cadeira madeira
1120	Cadeira madeira
1125	Armário
1126	Cadeira
1127	Cadeira
1129	Maquina de escrever
1139	Mesa
1142	Mesa
1143	Mesa
1144	Mesa
1148	Arquivo de aço
1151	Cadeira
1152	Mesa
1156	Aquecedor
1157	Aquecedor
1158	Cadeira giratória
1161	Balcão madeira
1162	Telefone
1163	Mesa
1164	Mesa
1167	Mesa
1168	Mesa
1169	Mesa
1170	Mesa
1172	Arquivo de aço
1173	Cadeira
1181	Mesa professor
1182	Carteira escolar
1184	Estante madeira
1185	Mesa

1189	Carteira escolar
1190	Carteira escolar
1191	Carteira escolar
1192	Carteira escolar
1194	Carteira escolar
1195	Carteira escolar
1196	Carteira escolar
1197	Carteira escolar
1198	Carteira escolar
1199	Carteira escolar
1200	Carteira escolar
1201	Carteira escolar
1203	Carteira escolar
1204	Carteira escolar
1205	Carteira escolar
1207	Carteira escolar
1208	Carteira escolar
1209	Carteira escolar
1210	Carteira escolar
1211	Carteira escolar
1212	Carteira escolar
1213	Carteira escolar
1214	Carteira escolar
1215	Carteira escolar
1216	Carteira escolar
1217	Carteira escolar
1218	Carteira escolar
1220	Cadeira madeira
1227	Armário duas portas de vidro
1229	Armário
1231	Armário
1232	Armário duas portas de vidro
1233	Armário
1235	Armário
1236	Balcão
1237	Mesa
1239	Cadeira escolar
1240	Cadeira escolar
1241	Cadeira escolar
1242	Cadeira escolar
1249	Escrivaninha
1250	Cavalete
1251	Cavalete
1252	Cavalete
1253	Cavalete
1255	Cavalete
1256	Cavalete
1291	Cavalete

1296	Cadeira madeira
1297	Cadeira madeira
1301	Cadeira madeira
1302	Cadeira madeira
1302	Cadeira madeira
1315	Cadeira de madeira
1317	Carteira escolar
1319	Carteira escolar
1320	Carteira escolar
1326	Carteira escolar
1327	Carteira escolar
1328	Carteira escolar
1329	Carteira escolar
1330	Carteira escolar
1331	Carteira escolar
1332	Carteira escolar
1333	Carteira escolar
1334	Carteira escolar
1335	Carteira escolar
1336	Carteira escolar
1337	Carteira escolar
1338	Carteira escolar
1340	Carteira escolar
1341	Carteira escolar
1342	Carteira escolar
1343	Carteira escolar
1344	Carteira escolar
1345	Carteira escolar
1346	Carteira escolar
1348	Cadeira escolar
1350	Cadeira escolar
1351	Cadeira escolar
1352	Cadeira escolar
1355	Cadeira escolar
1356	Cadeira escolar
1357	Cadeira escolar
1358	Cadeira escolar
1368	Cadeira de madeira
1370	Cadeira escolar
1372	Estante
1373	Armário
1373	Armário
1374	Armário
1375	Armário
1378	Armário
1380	Quadro de giz
1381	Quadro de giz
1383	Mesa professor

1388	Carteira
1389	Carteira
1393	Carteira escolar
1394	Carteira escolar
1395	Carteira escolar
1396	Carteira escolar
1397	Carteira escolar
1398	Carteira escolar
1399	Carteira escolar
1400	Carteira escolar
1401	Carteira escolar
1402	Carteira escolar
1404	Carteira escolar
1405	Carteira escolar
1406	Carteira escolar
1407	Carteira escolar
1408	Carteira escolar
1409	Carteira escolar
1410	Carteira escolar
1411	Carteira escolar
1412	Carteira escolar
1413	Carteira escolar
1414	Carteira escolar
1416	Carteira escolar
1417	Carteira escolar
1418	Carteira escolar
1419	Carteira escolar
1420	Carteira escolar
1421	Carteira escolar
1422	Carteira escolar
1423	Carteira escolar
1424	Carteira escolar
1425	Carteira escolar
1426	Carteira escolar
1427	Carteira escolar
1428	Carteira escolar
1429	Carteira escolar
1430	Carteira escolar
1431	Carteira escolar
1432	Carteira escolar
1433	Carteira escolar
1434	Carteira escolar
1435	Carteira escolar
1436	Carteira escolar
1437	Carteira escolar
1438	Carteira escolar
1439	Carteira escolar
1440	Carteira escolar

1441	Carteira escolar
1442	Carteira escolar
1443	Carteira escolar
1444	Carteira escolar
1445	Cadeira escolar
1446	Cadeira escolar
1448	Cadeira escolar
1450	Cadeira escolar
1451	Cadeira escolar
1452	Cadeira escolar
1453	Cadeira escolar
1454	Cadeira escolar
1455	Cadeira escolar
1456	Cadeira escolar
1458	Cadeira escolar
1459	Cadeira escolar
1460	Cadeira escolar
1461	Cadeira escolar
1463	Cadeira escolar
1464	Cadeira escolar
1465	Cadeira escolar
1467	Cadeira escolar
1468	Cadeira escolar
1469	Cadeira escolar
1470	Cadeira escolar
1471	Cadeira escolar
1472	Cadeira escolar
1473	Cadeira escolar
1474	Cadeira escolar
1475	Cadeira escolar
1476	Cadeira escolar
1477	Cadeira escolar
1478	Cadeira escolar
1479	Cadeira escolar
1480	Cadeira escolar
1481	Cadeira escolar
1482	Cadeira escolar
1483	Cadeira escolar
1484	Cadeira escolar
1485	Cadeira escolar
1486	Cadeira escolar
1487	Cadeira escolar
1488	Cadeira escolar
1489	Cadeira escolar
1490	Cadeira escolar
1491	Cadeira escolar
1493	Cadeira escolar
1494	Cadeira escolar

1495	Cadeira escolar
1496	Cadeira escolar
1497	Cadeira escolar
1498	Cadeira escolar
1499	Cadeira escolar
1500	Cadeira escolar
1501	Cadeira escolar
1502	Cadeira escolar
1503	Cadeira escolar
1504	Cadeira escolar
1505	Maquina de escrever
1505	Máquina de escrever
1506	Arquivo de aço
1507	Mesa Refeitório
1508	Mesa refeitório
1510	Banco
1518	Estante
1519	Mimeografo
1520	Armário de cozinha
1524	Coleção Brincando Aprendendo
1526	Mastro
1527	Mastro
1528	Mastro
1529	Arquivo de aço
1531	Duplicador manual
1532	Mesa
1533	Mesa
1534	Banco
1540	Mesa professor
1543	Quadro de escrever
1544	Quadro de escrever
1545	Quadro de giz
1546	Panelleiro
1547	Cadeira escolar
1548	Cadeira escolar
1549	Cadeira escolar
1550	Cadeira escolar
1551	Cadeira escolar
1552	Cadeira escolar
1553	Cadeira escolar
1554	Cadeira escolar
1555	Cadeira escolar
1556	Cadeira escolar
1557	Cadeira escolar
1558	Cadeira escolar
1559	Cadeira escolar
1560	Cadeira escolar
1561	Cadeira escolar

1562	Cadeira escolar
1563	Cadeira escolar
1564	Cadeira escolar
1565	Cadeira escolar
1566	Cadeira escolar
1567	Cadeira escolar
1568	Cadeira escolar
1569	Cadeira escolar
1570	Cadeira escolar
1571	Cadeira escolar
1573	Cadeira escolar
1574	Cadeira escolar
1575	Cadeira escolar
1576	Cadeira escolar
1578	Cadeira escolar
1579	Cadeira escolar
1580	Cadeira escolar
1581	Cadeira escolar
1582	Cadeira escolar
1583	Carteira escolar
1584	Carteira escolar
1585	Carteira escolar
1586	Carteira escolar
1587	Carteira escolar
1588	Carteira escolar
1589	Carteira escolar
1590	Carteira escolar
1591	Carteira escolar
1592	Carteira escolar
1593	Carteira escolar
1594	Carteira escolar
1595	Carteira escolar
1597	Carteira escolar
1598	Carteira escolar
1599	Carteira escolar
1600	Carteira escolar
1601	Carteira escolar
1602	Carteira escolar
1603	Carteira escolar
1604	Carteira escolar
1605	Carteira escolar
1606	Carteira escolar
1607	Carteira escolar
1608	Carteira escolar
1609	Carteira escolar
1611	Carteira escolar
1612	Carteira escolar
1613	Carteira escolar

1614	Carteira escolar
1615	Carteira escolar
1618	Carteira escolar
1619	Carteira escolar
1620	Carteira escolar
1621	Carteira escolar
1622	Carteira escolar
1627	Escritivaninha
1628	Prateleira
1638	Cadeira madeira
1640	Carteira escolar
1641	Carteira escolar
1643	Carteira escolar
1644	Carteira escolar
1645	Carteira escolar
1646	Carteira escolar
1648	Carteira escolar
1649	Carteira escolar
1651	Carteira escolar
1653	Carteira escolar
1654	Carteira escolar
1655	Carteira escolar
1656	Carteira escolar
1657	Carteira escolar
1658	Carteira escolar
1659	Carteira escolar
1664	Carteira escolar
1665	Cadeira escolar
1668	Cadeira escolar
1670	Cadeira escolar
1672	Cadeira escolar
1673	Cadeira escolar
1678	Cadeira escolar
1679	Cadeira escolar
1680	Cadeira escolar
1681	Cadeira escolar
1682	Cadeira escolar
1683	Cadeira escolar
1685	Cadeira escolar
1686	Cadeira escolar
1690	Quadro de giz
1697	Armário
1703	Quadro de giz
1705	Quadro de escrever
1706	Cadeira escolar
1708	Cadeira escolar
1711	Cadeira escolar
1713	Cadeira escolar

1714	Cadeira escolar
1716	Cadeira escolar
1717	Cadeira escolar
1719	Cadeira escolar
1720	Cadeira escolar
1721	Cadeira escolar
1722	Cadeira escolar
1724	Cadeira escolar
1725	Cadeira escolar
1727	Cadeira escolar
1728	Cadeira escolar
1729	Cadeira escolar
1730	Cadeira escolar
1731	Cadeira escolar
1733	Cadeira escolar
1735	Cadeira escolar
1736	Cadeira escolar
1738	Cadeira escolar
1739	Cadeira escolar
1740	Cadeira escolar
1741	Cadeira escolar
1742	Cadeira escolar
1743	Cadeira escolar
1747	Cadeira escolar
1748	Cadeira escolar
1749	Cadeira escolar
1752	Cadeira escolar
1753	Cadeira escolar
1754	Cadeira escolar
1755	Cadeira escolar
1757	Cadeira escolar
1758	Cadeira escolar
1762	Cadeira escolar
1764	Cadeira escolar
1766	Cadeira escolar
1767	Cadeira escolar
1771	Mesa professor
1773	Mesa professor
1775	Mesa professor
1778	Mesa professor
1779	Mesa professor
1780	Mesa professor
1781	Mesa professor
1786	Maquina de escrever elétrica
1787	Mimeografo
1800	Refrigerador
1801	Liquidificador
1803	Armário

1808	Mesa professor
1810	Mesa escolar
1811	Mesa escolar
1814	Mesa escolar
1815	Mesa escolar
1816	Mesa escolar
1817	Mesa escolar
1818	Mesa escolar
1819	Mesa escolar
1826	Quadro de giz
1827	Quadro de giz
1828	Quadro de giz
1829	Quadro de giz
1834	Balcão para pia
1843	Carteira escolar
1845	Mesa refeitório
1846	Mesa refeitório
1847	Banco refeitório
1848	Banco madeira
1875	Cadeira escolar
1881	Botijão
1891	Mesa escolar
1899	Cuba
1902	Cadeira escolar
1903	Cadeira escolar
1904	Cadeira escolar
1905	Cadeira escolar
1906	Cadeira escolar
1907	Cadeira escolar
1910	Cadeira escolar
1913	Cadeira escolar
1916	Cadeira escolar
1918	Cadeira escolar
1920	Cadeira escolar
1921	Cadeira escolar
1922	Cadeira escolar
1924	Cadeira escolar
1925	Cadeira escolar
1928	Cadeira escolar
1930	Cadeira escolar
1931	Cadeira escolar
1932	Cadeira escolar
1934	Cadeira escolar
1935	Cadeira escolar
1940	Carteira escolar
1942	Carteira escolar
1945	Carteira escolar
1947	Carteira escolar

1949	Carteira escolar
1950	Carteira escolar
1951	Carteira escolar
1953	Carteira escolar
1955	Carteira escolar
1956	Carteira escolar
1957	Carteira escolar
1961	Carteira escolar
1962	Carteira escolar
1964	Carteira escolar
1965	Carteira escolar
1967	Carteira escolar
1969	Carteira escolar
1970	Carteira escolar
1972	Carteira escolar
1974	Quadro de giz
1975	Armário
1976	Armário
1978	Estante
1979	Carteira escolar
1982	Cadeira pré
1993	Cadeira pré
1995	Cadeira pré
1997	Mesa
2003	Escada de ferro
2011	Mesa professor
2014	Estante
2016	Liquidificador
2020	Carteira escolar
2021	Carteira escolar
2022	Carteira escolar
2023	Carteira escolar
2024	Carteira escolar
2025	Carteira escolar
2026	Carteira escolar
2027	Carteira escolar
2028	Carteira escolar
2029	Carteira escolar
2030	Carteira escolar
2031	Carteira escolar
2032	Carteira escolar
2033	Carteira escolar
2034	Carteira escolar
2036	Carteira escolar
2037	Carteira escolar
2038	Carteira escolar
2039	Carteira escolar
2040	Carteira escolar

2041	Carteira escolar
2042	Carteira escolar
2043	Carteira escolar
2044	Carteira
2045	Carteira escolar
2046	Carteira escolar
2047	Carteira escolar
2048	Carteira escolar
2049	Carteira escolar
2051	Carteira escolar
2053	Cadeira escolar
2054	Cadeira escolar
2055	Cadeira escolar
2056	Cadeira escolar
2057	Cadeira escolar
2058	Cadeira escolar
2059	Cadeira escolar
2060	Cadeira escolar
2061	Cadeira escolar
2062	Cadeira escolar
2067	Cadeira escolar
2069	Cadeira escolar
2070	Cadeira escolar
2074	Cadeira escolar
2075	Cadeira escolar
2076	Cadeira escolar
2077	Cadeira escolar
2078	Cadeira escolar
2079	Cadeira escolar
2080	Cadeira escolar
2084	Carteira escolar
2085	Carteira escolar
2086	Carteira escolar
2087	Carteira escolar
2088	Carteira escolar
2089	Carteira escolar
2090	Carteira escolar
2091	Carteira escolar
2092	Carteira escolar
2093	Carteira escolar
2094	Carteira escolar
2095	Carteira escolar
2096	Carteira escolar
2097	Carteira escolar
2098	Carteira escolar
2099	Carteira escolar
2100	Carteira escolar
2101	Carteira escolar

2102	Carteira escolar
2103	Carteira escolar
2104	Carteira escolar
2105	Carteira escolar
2106	Carteira escolar
2107	Carteira escolar
2108	Carteira escolar
2109	Carteira escolar
2110	Carteira escolar
2111	Cadeira escolar
2112	Cadeira escolar
2113	Cadeira escolar
2114	Cadeira escolar
2115	Cadeira escolar
2116	Cadeira escolar
2118	Cadeira escolar
2119	Cadeira escolar
2120	Cadeira escolar
2121	Cadeira escolar
2122	Cadeira escolar
2123	Cadeira escolar
2124	Cadeira escolar
2125	Cadeira escolar
2126	Cadeira escolar
2127	Cadeira escolar
2128	Cadeira escolar
2129	Cadeira escolar
2130	Cadeira escolar
2131	Cadeira escolar
2132	Cadeira escolar
2133	Cadeira escolar
2134	Cadeira escolar
2135	Cadeira escolar
2136	Cadeira escolar
2137	Cadeira escolar
2138	Mesa professor
2138	Mesa professor
2139	Armário
2142	Balcão formica
2143	Pia para cozinha
2147	Quadro de giz
2151	Mesa professor
2152	Mesa professor
2152	Mesa professor
2153	Cadeira escolar
2154	Cadeira escolar
2155	Cadeira escolar
2156	Cadeira escolar

2157	Cadeira escolar
2158	Cadeira escolar
2159	Cadeira escolar
2160	Cadeira escolar
2161	Cadeira escolar
2162	Cadeira escolar
2163	Cadeira escolar
2164	Cadeira escolar
2165	Cadeira escolar
2166	Cadeira escolar
2167	Cadeira escolar
2170	Cadeira escolar
2171	Cadeira escolar
2174	Cadeira escolar
2175	Cadeira escolar
2176	Cadeira escolar
2180	Cadeira escolar
2182	Cadeira escolar
2183	Cadeira escolar
2184	Cadeira escolar
2185	Cadeira escolar
2186	Carteira escolar
2187	Carteira escolar
2188	Carteira escolar
2189	Carteira escolar
2190	Carteira escolar
2191	Carteira escolar
2192	Carteira escolar
2193	Carteira escolar
2194	Carteira escolar
2195	Carteira escolar
2196	Carteira escolar
2197	Carteira escolar
2198	Carteira escolar
2199	Carteira escolar
2200	Carteira escolar
2201	Carteira escolar
2202	Carteira escolar
2204	Carteira escolar
2205	Carteira escolar
2206	Carteira escolar
2207	Carteira escolar
2208	Carteira escolar
2209	Carteira escolar
2210	Carteira escolar
2211	Carteira escolar
2213	Pia para cozinha
2214	Balcão

2215	Armário
2221	Armário
2222	Balcão
2223	Mesa professor
2224	Quadro de giz
2225	Quadro de giz
2226	Carteira escolar
2227	Carteira escolar
2228	Carteira escolar
2229	Carteira escolar
2230	Carteira escolar
2231	Carteira escolar
2232	Arquivo de aço
2233	Carteira escolar
2234	Carteira escolar
2235	Carteira escolar
2236	Carteira escolar
2237	Carteira escolar
2238	Carteira escolar
2239	Carteira escolar
2240	Carteira escolar
2241	Carteira escolar
2242	Carteira escolar
2243	Carteira escolar
2244	Cadeira escolar
2245	Cadeira escolar
2246	Cadeira escolar
2247	Cadeira escolar
2248	Cadeira escolar
2249	Cadeira escolar
2250	Cadeira escolar
2251	Cadeira escolar
2252	Cadeira escolar
2253	Cadeira escolar
2254	Cadeira escolar
2255	Cadeira escolar
2256	Cadeira escolar
2257	Cadeira escolar
2258	Cadeira escolar
2259	Cadeira escolar
2261	Cadeira escolar
2262	Cadeira escolar
2265	Fogão
2266	Armário
2267	Armário
2270	Escrivaninha
2271	Quadro de giz
2272	Quadro de giz

2273	Armário duas portas
2274	Carteira escolar
2275	Carteira escolar
2276	Carteira escolar
2277	Carteira escolar
2278	Carteira escolar
2279	Carteira escolar
2280	Carteira escolar
2281	Carteira escolar
2282	Carteira escolar
2283	Carteira escolar
2284	Carteira escolar
2285	Carteira escolar
2286	Carteira escolar
2287	Carteira escolar
2288	Carteira escolar
2290	Carteira escolar
2291	Carteira escolar
2292	Carteira escolar
2293	Carteira escolar
2294	Carteira escolar
2296	Cadeira escolar
2297	Cadeira escolar
2299	Cadeira escolar
2300	Cadeira escolar
2302	Cadeira escolar
2304	Cadeira escolar
2305	Cadeira escolar
2306	Cadeira escolar
2307	Cadeira escolar
2309	Cadeira escolar
2310	Cadeira escolar
2311	Cadeira escolar
2312	Cadeira escolar
2313	Cadeira escolar
2317	Fogão
2323	Mesa professor
2329	Carteira escolar
2330	Carteira escolar
2331	Carteira escolar
2332	Carteira escolar
2333	Carteira escolar
2334	Carteira escolar
2335	Carteira escolar
2336	Carteira escolar
2337	Carteira escolar
2338	Carteira escolar
2342	Carteira escolar

2343	Carteira escolar
2344	Carteira escolar
2345	Carteira escolar
2346	Carteira escolar
2348	Carteira escolar
2349	Carteira escolar
2350	Carteira escolar
2351	Carteira escolar
2352	Cadeira escolar
2353	Cadeira escolar
2354	Cadeira escolar
2355	Cadeira escolar
2356	Cadeira escolar
2357	Cadeira escolar
2358	Cadeira escolar
2359	Cadeira escolar
2360	Cadeira escolar
2361	Cadeira escolar
2362	Cadeira escolar
2363	Cadeira escolar
2364	Cadeira escolar
2365	Cadeira escolar
2366	Cadeira escolar
2367	Cadeira escolar
2369	Cadeira escolar
2370	Cadeira escolar
2371	Cadeira escolar
2372	Cadeira escolar
2373	Cadeira escolar
2374	Cadeira escolar
2375	Cadeira escolar
2376	Armário
2378	Quadro de giz
2379	Estante
2381	Balcão
2387	Mesa pré-escolar
2389	Mesa pré
2391	Cadeira pré
2392	Cadeira pré
2400	Carteira escolar
2402	Carteira escolar
2403	Cadeira escolar
2404	Carteira escolar
2405	Carteira escolar
2406	Carteira escolar
2407	Carteira escolar
2408	Carteira escolar
2409	Carteira escolar

2410	Carteira escolar
2411	Carteira escolar
2412	Carteira escolar
2413	Carteira escolar
2414	Carteira escolar
2415	Carteira escolar
2416	Carteira escolar
2417	Carteira escolar
2418	Cadeira escolar
2419	Carteira escolar
2420	Carteira escolar
2422	Carteira escolar
2423	Carteira escolar
2424	Carteira escolar
2425	Cadeira escolar
2426	Cadeira escolar
2427	Cadeira escolar
2428	Cadeira escolar
2429	Cadeira escolar
2430	Cadeira escolar
2431	Cadeira escolar
2432	Cadeira escolar
2433	Cadeira escolar
2434	Cadeira escolar
2435	Cadeira escolar
2436	Cadeira escolar
2437	Cadeira escolar
2438	Cadeira escolar
2439	Cadeira escolar
2440	Cadeira escolar
2441	Cadeira escolar
2442	Cadeira escolar
2443	Cadeira escolar
2444	Cadeira escolar
2446	Cadeira escolar
2447	Cadeira escolar
2448	Cadeira escolar
2449	Cadeira escolar
2450	Armário duas portas de vidro
2451	Armário duas portas de vidro
2453	Mesa professor
2454	Mesa professor
2455	Quadro de giz verde
2456	Quadro de giz
2457	Quadro de giz
2468	Pia para cozinha
2469	Panela formica
2470	Fogão Industrial

2472	Coleção Brincando e Aprendendo
2474	Carteira escolar
2475	Carteira escolar
2477	Carteira escolar
2478	Carteira escolar
2479	Carteira escolar
2480	Carteira escolar
2481	Carteira escolar
2482	Carteira escolar
2483	Carteira escolar
2485	Carteira escolar
2486	Carteira escolar
2487	Carteira escolar
2488	Carteira escolar
2489	Carteira escolar
2490	Carteira escolar
2491	Carteira escolar
2492	Carteira escolar
2494	Carteira escolar
2496	Carteira escolar
2498	Carteira escolar
2499	Carteira escolar
2500	Carteira escolar
2501	Carteira escolar
2503	Carteira escolar
2504	Carteira escolar
2505	Carteira escolar
2506	Carteira escolar
2507	Carteira escolar
2508	Carteira escolar
2509	Cadeira escolar
2510	Cadeira escolar
2512	Cadeira escolar
2513	Cadeira escolar
2514	Cadeira escolar
2515	Cadeira escolar
2516	Cadeira escolar
2517	Cadeira escolar
2518	Cadeira escolar
2519	Cadeira escolar
2520	Cadeira escolar
2522	Cadeira escolar
2523	Cadeira escolar
2524	Cadeira escolar
2525	Cadeira escolar
2526	Cadeira escolar
2528	Cadeira escolar
2529	Cadeira escolar

2531	Cadeira escolar
2532	Cadeira escolar
2533	Cadeira escolar
2534	Cadeira escolar
2535	Cadeira escolar
2536	Cadeira escolar
2537	Cadeira escolar
2539	Cadeira escolar
2540	Cadeira escolar
2541	Cadeira escolar
2542	Cadeira escolar
2543	Cadeira escolar
2544	Cadeira escolar
2545	Mesa professor
2549	Carteira escolar
2550	Carteira escolar
2552	Carteira escolar
2554	Carteira escolar
2555	Carteira escolar
2557	Carteira escolar
2558	Carteira escolar
2560	Cadeira escolar
2562	Cadeira escolar
2565	Cadeira escolar
2568	Cadeira escolar
2569	Cadeira escolar
2571	Cadeira escolar
2572	Cadeira escolar
2573	Cadeira escolar
2574	Cadeira escolar
2578	Carteira escolar
2579	Carteira escolar
2580	Cadeira escolar
2581	Cadeira escolar
2582	Carteira escolar
2583	Cadeira escolar
2584	Carteira escolar
2585	Carteira escolar
2586	Carteira escolar
2587	Carteira escolar
2588	Cadeira escolar
2589	Cadeira escolar
2590	Cadeira escolar
2592	Cadeira escolar
2593	Cadeira escolar
2594	Cadeira escolar
2608	Armário de madeira
2609	Quadro de giz

2610	Estante
2612	Tampa para pia
2613	Panela
2614	Refrigerador
2616	Fogão a gás
2617	Mesa
2620	Quadro de giz
2622	Estante
2625	Mimeografo
2631	Fogão
2632	Balcão
2633	Tampa para pia
2634	Cadeira escolar
2637	Cadeira escolar
2638	Cadeira escolar
2642	Cadeira escolar
2645	Cadeira escolar
2646	Cadeira escolar
2647	Cadeira escolar
2673	Carteira escolar
2674	Carteira escolar
2675	Carteira escolar
2676	Carteira escolar
2677	Cadeira escolar
2678	Armário
2680	Carteira escolar
2681	Carteira escolar
2682	Carteira escolar
2683	Carteira escolar
2684	Carteira escolar
2686	Carteira escolar
2687	Carteira escolar
2690	Carteira escolar
2691	Carteira escolar
2692	Carteira escolar
2693	Carteira escolar
2694	Carteira escolar
2696	Carteira escolar
2697	Carteira escolar
2698	Carteira escolar
2699	Carteira escolar
2700	Estante de aço com 05 prateleiras
2702	Estabilizador
2705	Carteira escolar
2715	Fogão a gás
2716	Quadro de giz
2717	Quadro de giz
2720	Mesa professor

2721	Carteira escolar
2724	Carteira escolar
2727	Carteira escolar
2728	Carteira escolar
2729	Carteira escolar
2730	Carteira escolar
2731	Carteira escolar
2732	Carteira escolar
2735	Carteira escolar
2736	Carteira escolar
2737	Carteira escolar
2738	Carteira escolar
2739	Carteira escolar
2740	Carteira escolar
2741	Carteira escolar
2742	Carteira escolar
2743	Carteira escolar
2744	Carteira escolar
2745	Carteira escolar
2746	Cadeira escolar
2747	Cadeira escolar
2749	Cadeira escolar
2751	Cadeira escolar
2752	Cadeira escolar
2753	Cadeira escolar
2754	Cadeira escolar
2755	Cadeira escolar
2757	Cadeira escolar
2759	Cadeira escolar
2760	Cadeira escolar
2761	Cadeira escolar
2762	Cadeira escolar
2763	Cadeira escolar
2764	Cadeira escolar
2765	Cadeira escolar
2766	Cadeira escolar
2767	Cadeira escolar
2769	Cadeira escolar
2770	Cadeira escolar
2772	Quadro de giz
2773	Quadro de giz
2779	Balcão para pia
2780	Cuba
2781	Panela
2782	Fogão Industrial
2786	Cadeira madeira
2788	Cadeira escolar
2789	Carteira escolar

2790	Carteira escolar
2791	Carteira escolar
2792	Carteira escolar
2793	Carteira escolar
2794	Carteira escolar
2795	Carteira escolar
2796	Carteira escolar
2797	Carteira escolar
2798	Carteira escolar
2799	Microcomputador
2802	Cadeira escolar
2803	Cadeira escolar
2804	Cadeira escolar
2805	Cadeira escolar
2806	Cadeira escolar
2807	Cadeira escolar
2808	Cadeira escolar
2809	Cadeira escolar
2810	Cadeira escolar
2811	Cadeira escolar
2812	Cadeira escolar
2813	Cadeira escolar
2816	Quadro de giz
2817	Quadro de giz
2824	Cadeira escolar
2825	Cadeira escolar
2826	Cadeira escolar
2827	Cadeira escolar
2828	Cadeira de madeira
2829	Estante
2835	Mesa refeição
2836	Mesa refeição
2837	Mesa refeição
2838	Cadeira pré
2839	Banco
2840	Banco
2841	Banco
2845	Armário
2846	Mesa professor
2848	Balcão
2871	Cadeira pré
2872	Cadeira pré
2873	Cadeira pré
2874	Cadeira pré
2875	Cadeira pré
2876	Cadeira pré
2877	Cadeira pré
2878	Cadeira pré

2885	Carteira escolar
2886	Carteira escolar
2887	Carteira escolar
2889	Cadeira escolar
2890	Cadeira escolar
2891	Cadeira escolar
2892	Cadeira escolar
2893	Cadeira escolar
2894	Cadeira escolar
2895	Cadeira escolar
2896	Cadeira escolar
2897	Cadeira escolar
2898	Cadeira escolar
2899	Cadeira escolar
2900	Cadeira escolar
2901	Cadeira escolar
2902	Cadeira escolar
2903	Cadeira escolar
2904	Cadeira escolar
2905	Cadeira escolar
2911	Cavalete
2912	Carteira escolar
2913	Carteira escolar
2914	Carteira escolar
2915	Carteira escolar
2916	Carteira escolar
2917	Carteira escolar
2919	Carteira escolar
2921	Estante
2923	Cadeira escolar
2925	Cadeira escolar
2926	Cadeira madeira
2932	Arquivo de aço
2936	Carteira escolar
2937	Carteira escolar
2938	Carteira escolar
2939	Carteira formica
2940	Carteira escolar
2941	Carteira escolar
2942	Carteira escolar
2943	Carteira escolar
2944	Carteira escolar
2945	Carteira escolar
2946	Carteira escolar
2947	Carteira escolar
2948	Carteira escolar
2949	Carteira escolar
2950	Carteira escolar

2951	Carteira escolar
2952	Carteira escolar
2953	Carteira escolar
2954	Carteira escolar
2955	Carteira escolar
2956	Carteira escolar
2957	Carteira escolar
2958	Carteira escolar
2959	Carteira escolar
2960	Carteira escolar
2963	Carteira escolar
2964	Carteira escolar
2966	Cadeira escolar
2968	Cadeira escolar
2969	Cadeira escolar
2970	Cadeira escolar
2971	Cadeira escolar
2972	Cadeira escolar
2973	Cadeira escolar
2974	Cadeira escolar
2976	Cadeira escolar
2977	Cadeira escolar
2978	Cadeira escolar
2979	Cadeira escolar
2980	Cadeira escolar
2981	Cadeira escolar
2982	Cadeira escolar
2983	Cadeira escolar
2984	Cadeira escolar
2985	Cadeira escolar
2987	Cadeira escolar
2988	Cadeira escolar
2989	Cadeira escolar
2990	Cadeira escolar
2992	Cadeira escolar
2993	Cadeira escolar
2995	Mesa professor
2996	Mesa professor
2997	Estante
3000	Quadro de giz
3001	Quadro de giz
3003	Fogão a gás
3014	Carteira escolar
3015	Carteira escolar
3016	Carteira escolar
3020	Cadeira escolar
3023	Cadeira escolar
3024	Cadeira escolar

3025	Banco madeira
3026	Banco madeira
3027	Banco madeira
3028	Banco madeira
3029	Banco madeira
3033	Armário
3034	Quadro de giz
3035	Quadro de giz
3036	Estante
3037	Fogão a gás
3040	Carteira escolar
3041	Carteira escolar
3042	Carteira escolar
3074	Cadeira escolar
3075	Cadeira escolar
3076	Cadeira escolar
3077	Cadeira escolar
3091	Mesa escolar
3093	Mesa pré escolar
3105	Cadeirinha pré
3106	Cadeirinha pré
3112	Duplicador
3118	Cadeira madeira
3131	Relógio
3132	Maquina de escrever manual
3140	Cadeira escolar
3141	Cadeira escolar
3142	Cadeira escolar
3143	Cadeira escolar
3146	Cadeira escolar
3147	Cadeira escoar
3149	Cadeira escolar
3150	Cadeira escolar
3151	Cadeira escolar
3156	Cadeira Infantil
3157	Cadeira escolar
3158	Cadeira escolar
3160	Cadeira escolar
3165	Cadeira escolar
3166	Cadeira escolar
3167	Cadeira escolar
3168	Cadeira escolar
3169	Cadeira escolar
3170	Cadeira escolar
3171	Cadeira escolar
3172	Cadeira escolar
3175	Cadeira escolar
3176	Cadeira escolar

3178	Cadeira escolar
3179	Cadeira escolar
3180	Cadeira escolar
3182	Banco
3183	Banco madeira
3187	Banco madeira
3189	Guarda roupa
3190	Mesa madeira
3191	Mesa madeira
3196	Mesa madeira
3198	Mesa madeira
3200	Mesa
3229	Televisão
3234	Refrigerador
3237	Máquina de costura
3247	Cadeira escolar
3248	Cadeira escolar
3250	Cadeira escolar
3251	Cadeira escolar
3252	Cadeira escolar
3253	Cadeira escolar
3254	Cadeira madeira
3255	Cadeira
3256	Cadeira madeira
3262	Prateleira
3267	Escada
3269	Máquina de moer carne
3270	Filtro de agua
3282	Cadeira de bebê
3283	Cadeira refeição
3298	Guarda roupa
3302	Berço madeira
3325	Carteira escolar
3326	Carteira escolar
3327	Carteira escolar
3328	Carteira escolar
3329	Carteira escolar
3330	Carteira escolar
3332	Cadeira escolar
3333	Cadeira escolar
3335	Cadeira escolar
3336	Cadeira escolar
3338	Cadeira escolar
3339	Cadeira escolar
3340	Cadeira escolar
3342	Cadeira escolar
3343	Cadeira escolar
3345	Cadeira escolar

3346	Cadeira escolar
3347	Cadeira escolar
3349	Cadeira escolar
3351	Cadeira escolar
3373	Carteira escolar
3377	Carteira escolar
3378	Carteira escolar
3379	Carteira escolar
3380	Carteira escolar
3381	Carteira escolar
3382	Carteira escolar
3383	Carteira escolar
3384	Carteira escolar
3384	Carteira escolar
3385	Carteira escolar
3386	Carteira escolar
3387	Carteira escolar
3388	Carteira escolar
3389	Carteira escolar
3390	Carteira escolar
3391	Carteira escolar
3392	Carteira escolar
3393	Carteira escolar
3394	Carteira escolar
3395	Carteira escolar
3396	Carteira escolar
3397	Carteira escolar
3398	Carteira escolar
3399	Carteira escolar
3401	Carteira escolar
3402	Carteira escolar
3403	Carteira escolar
3406	Carteira escolar
3407	Carteira escolar
3408	Carteira escolar
3409	Carteira escolar
3410	Carteira escolar
3411	Carteira escolar
3412	Carteira escolar
3413	Carteira escolar
3414	Carteira escolar
3415	Carteira escolar
3416	Carteira escolar
3417	Carteira escolar
3418	Carteira escolar
3419	Carteira escolar
3420	Carteira escolar
3421	Carteira escolar

3422	Carteira escolar
3423	Carteira escolar
3424	Carteira escolar
3426	Carteira escolar
3427	Carteira escolar
3428	Carteira escolar
3429	Carteira escolar
3430	Carteira escolar
3431	Carteira escolar
3433	Carteira escolar
3434	Carteira escolar
3435	Carteira escolar
3436	Carteira escolar
3437	Carteira escolar
3444	Armário
3443	Quadro de giz
3445	Mesa professor
3447	Armário
3448	Cadeira escolar
3450	Cadeira escolar
3451	Cadeira escolar
3452	Cadeira escolar
3453	Cadeira escolar
3455	Cadeira escolar
3456	Cadeira escolar
3457	Cadeira escolar
3458	Cadeira escolar
3459	Cadeira escolar
3460	Cadeira escolar
3461	Cadeira escolar
3462	Cadeira escolar
3463	Cadeira escolar
3464	Cadeira escolar
3465	Carteira escolar
3466	Carteira escolar
3467	Carteira escolar
3468	Carteira escolar
3469	Carteira escolar
3471	Carteira escolar
3472	Carteira escolar
3474	Quadro de giz
3475	Armário
3478	Cadeira madeira
3480	Cadeira madeira
3483	Cadeira escolar
3484	Cadeira
3485	Cadeira
3486	Cadeira escolar

3487	Cadeira escolar
3490	Quadro de escrever
3524	Cadeira
3525	Cadeira escolar
3526	Cadeira escolar
3527	Cadeirinha pré
3528	Cadeira escolar
3529	Cadeira pré-escolar
3530	Cadeira infantil
3534	Liquidificador
3541	Cadeirinha pré
3542	Cadeirinha pré
3543	Quadro de giz
3551	Cadeira escolar
3559	Armário
3564	Retroprojektor
3566	Refrigerador
3575	Liquidificador
3583	Mesa
3584	Armário
3586	Mesa madeira
3597	Mesa
3606	Cadeira escolar
3608	Cadeira escolar
3611	Cadeira escolar
3618	Cadeira escolar
3633	Quadro de giz
3638	Berço
3638	Berço
3711	Mesa escolar
3713	Carteira escolar
3714	Carteira escolar
3715	Carteira escolar
3716	Carteira escolar
3717	Carteira escolar
3718	Carteira escolar
3719	Carteira escolar
3720	Carteira escolar
3721	Carteira escolar
3723	Carteira escolar
3724	Carteira escolar
3725	Carteira escolar
3726	Carteira escolar
3727	Carteira escolar
3729	Carteira escolar
3730	Carteira escolar
3731	Carteira escolar
3732	Carteira escolar

3733	Carteira escolar
3735	Carteira escolar
3736	Carteira escolar
3737	Carteira escolar
3739	Carteira escolar
3740	Carteira escolar
3741	Carteira escolar
3742	Carteira escolar
3744	Carteira escolar
3745	Carteira escolar
3746	Carteira escolar
3747	Carteira escolar
3748	Carteira escolar
3749	Carteira escolar
3750	Carteira escolar
3751	Carteira escolar
3752	Carteira escolar
3753	Carteira escolar
3754	Carteira escolar
3757	Carteira escolar
3758	Carteira escolar
3760	Carteira escolar
3761	Carteira escolar
3762	Carteira escolar
3763	Carteira escolar
3766	Carteira escolar
3768	Carteira escolar
3769	Carteira escolar
3771	Carteira escolar
3772	Carteira escolar
3774	Carteira escolar
3775	Carteira escolar
3776	Carteira escolar
3777	Carteira escolar
3779	Carteira escolar
3780	Carteira escolar
3782	Carteira escolar
3783	Carteira escolar
3784	Carteira escolar
3785	Carteira escolar
3786	Carteira escolar
3787	Cadeira escolar
3788	Carteira escolar
3789	Carteira escolar
3790	Carteira escolar
3791	Carteira escolar
3792	Carteira escolar
3921	Estante

3924	Estante
3927	Refrigerador
3928	Cadeira escolar
3930	Cadeira escolar
3931	Cadeira escolar
3932	Cadeira escolar
3933	Cadeira escolar
3934	Cadeira escolar
3935	Cadeira escolar
3936	Cadeira escolar
3938	Cadeira escolar
3940	Cadeira escolar
3941	Cadeira escolar
3942	Cadeira escolar
3943	Cadeira escolar
3944	Cadeira escolar
3945	Cadeira escolar
3946	Cadeira escolar
3947	Cadeira escolar
3948	Cadeira escolar
3949	Cadeira escolar
3950	Cadeira escolar
3951	Cadeira escolar
3954	Cadeira escolar
3955	Cadeira escolar
3956	Cadeira escolar
3957	Cadeira escolar
3958	Cadeira escolar
3959	Cadeira escolar
3960	Cadeira escolar
3962	Cadeira escolar
3963	Cadeira escolar
3964	Cadeira escolar
3966	Cadeira escolar
3967	Cadeira escolar
3968	Cadeira escolar
3970	Cadeira escolar
3971	Cadeira escolar
3972	Cadeira escolar
3973	Cadeira escolar
3974	Cadeira escolar
3976	Cadeira escolar
3978	Cadeira escolar
3981	Cadeira escolar
3982	Cadeira escolar
3983	Cadeira escolar
3984	Cadeira escolar
3985	Cadeira escolar

3987	Cadeira escolar
3989	Cadeira escolar
3990	Cadeira escolar
3991	Cadeira escolar
3992	Cadeira escolar
3993	Cadeira escolar
3996	Cadeira escolar
3997	Cadeira escolar
3999	Cadeira escolar
4003	Cadeira escolar
4004	Cadeira escolar
4005	Cadeira escolar
4006	Cadeira escolar
4007	Cadeira escolar
4008	Cadeira escolar
4009	Cadeira escolar
4010	Cadeira escolar
4012	Cadeira escolar
4013	Cadeira escolar
4014	Cadeira escolar
4015	Cadeira escolar
4016	Cadeira escolar
4017	Cadeira escolar
4018	Cadeira escolar
4019	Cadeira escolar
4020	Cadeira escolar
4021	Cadeira escolar
4022	Cadeira escolar
4023	Cadeira escolar
4024	Cadeira escolar
4025	Cadeira escolar
4026	Cadeira escolar
4032	Cadeira escolar
4033	Cadeira escolar
4035	Cadeirinha pré
4036	Cadeira escolar
4037	Cadeira escolar
4039	Cadeira escolar
4040	Cadeira escolar
4041	Cadeira escolar
4042	Cadeira escolar
4059	Cadeira escolar
4060	Cadeira escolar
4061	Cadeira escolar
4062	Cadeira escolar
4065	Cadeira escolar
4066	Cadeira escolar
4067	Cadeira escolar

4068	Cadeira escolar
4069	Cadeira escolar
4070	Cadeirinha pré
4103	Cadeira escolar
4136	Cadeirinha pré
4137	Cadeirinha pré
4139	Armário
4139	Armário
4140	Mesa professor
4140	Mesa professor
4147	Mesa professor
4147	Mesa
4148	Mesa professor
4150	Mesa professor
4151	Mesa professor
4151	Mesa professor
4152	Mesa professor
4153	Quadro de giz
4154	Quadro de giz
4155	Quadro de giz
4158	Quadro de giz
4159	Quadro de giz
4160	Quadro de giz
4161	Quadro de giz
4163	Quadro de giz
4164	Quadro de giz
4165	Quadro de giz
4207	Mesa
4209	Cadeira escolar
4210	Cadeira escolar
4225	Central telefônica
4227	Telefone
4228	Balcão
4242	Cadeira de madeira
4244	Cadeira de madeira
4246	Cadeira de madeira
4249	Cadeira de madeira
4250	Cadeira de madeira
4254	Cadeira de madeira
4262	Cadeira de madeira
4266	Cadeira de madeira
4272	Cadeira de madeira
4278	Cadeira de madeira
4284	Cadeira de madeira
4288	Cadeira de madeira
4289	Cadeira de madeira
4292	Cadeira de madeira
5854	Livro

5866	Máquina de escrever
5870	Balcão
5873	Livro
5874	Livro
5893	Mesa
5896	Cadeira fixa
5899	Cadeira
5900	Livro
5923	Aquecedor
5929	Banqueta
5930	Banqueta
5994	Mesa para computador
6021	Livro
6025	Livro
6036	Porta guarda chuva
6038	Cadeira
6040	Cadeira fixa
6041	Cadeira fixa
6042	Cadeira fixa
6079	Mesa
6080	Mesa
6092	Telefone
6093	Telefone
6095	Estabilizador
6099	Máquina de escrever
6099	Maquina de escrever
7002	Mesa professor
7004	Carteira escolar
7005	Carteira escolar
7007	Carteira escolar
7008	Carteira escolar
7009	Carteira escolar
7010	Carteira escolar
7011	Carteira escolar
7012	Carteira escolar
7014	Carteira escolar
7015	Carteira escolar
7016	Carteira escolar
7017	Carteira escolar
7018	Carteira escolar
7019	Carteira escolar
7020	Carteira escolar
7022	Carteira escolar
7025	Carteira escolar
7031	Cadeirinha pré
7040	Cadeirinha pré
7041	Cadeira pré
7046	Cadeira escolar

7048	Fogão industrial
7052	Aquecedor
7053	Aquecedor
7054	Aquecedor
7055	Cadeira escolar
7059	Mesa pequena
7060	Mesa madeira
7064	Mesa pequena
7067	Mesa madeira
7068	Mesa madeira
7071	Estufa para papel
7072	Mesa madeira
7074	Cadeira madeira
7075	Cadeira madeira
7076	Cadeira madeira
7077	Cadeira madeira
7078	Cadeira madeira
7079	Cadeira madeira
7081	Telefone
7085	Fogão á gás
7093	Estabilizador
7094	Estabilizador
7102	Fogão á gás
7115	Balcão de cozinha
7122	Monitor
7126	Televisão
7130	Cadeira
7131	Cadeira
7132	Cadeira
7137	Aparelho de fax
7139	Poltrona
7141	Mesa
7142	Sofá
7148	Duplicador
7149	Duplicador manual
7157	Computador
7158	Monitor
7194	Televisão
7196	Televisão
7199	Vídeo cassete
7200	Vídeo cassete
7201	Vídeo cassete
7205	Antena parabólica
7208	Monitor
7215	Fichário
7221	Armário
7223	Armário
7225	Armário

7231	Cadeira
7234	Estante
7237	Escrivaninha
7244	Livro
7246	Radio
7252	Cadeira fixa
7256	Arquivo de aço
7257	Cadeira escolar
7258	Mesa professor
7259	Carteira escolar
7260	Carteira escolar
7261	Carteira escolar
7262	Carteira escolar
7263	Carteira escolar
7264	Carteira escolar
7265	Carteira com cadeira
7266	Carteira escolar
7267	Carteira escolar
7268	Carteira escolar
7269	Carteira escolar
7270	Carteira com cadeira
7271	Carteira escolar
7272	Carteira escolar
7273	Carteira escolar
7274	Carteira escolar
7276	Carteira com cadeira
7277	Carteira escolar
7278	Carteira escolar
7279	Carteira
7280	Carteira escolar
7281	Carteira com cadeira
7282	Carteira escolar
7283	Carteira escolar
7284	Carteira escolar
7285	Carteira escolar
7286	Carteira escolar
7287	Carteira escolar
7288	Carteira escolar
7289	Carteira escolar
7291	Carteira escolar
7292	Carteira escolar
7293	Carteira com cadeira
7294	Carteira escolar
7295	Carteira escolar
7296	Carteira
7296	Cadeira
7297	Carteira escolar
7298	Carteira escolar

7299	Armário
7300	Cadeira giratória
7309	Livro
7324	Computador
7354	Coleção DCL
7358	Fogão a gás
7359	Fogão
7361	Máquina fotográfica
7372	Central Telefônica
7376	Retroprojektor
7382	Refrigerador
7384	Refrigerador
7388	Fogão a gás
7404	Livro
7406	Relógio de parede
7410	Armário
7412	Armário
7414	Computador
7416	Armário
7417	Armário
7418	Armário
7420	Mesa
7421	Mesa
7422	Mesa escrivaninha
7424	Fogão a gás
7427	Liquidificador
7428	Liquidificador
7429	Liquidificador
7432	Liquidificador
7434	Liquidificador
7436	Mesa
7452	Livro
7477	Mesa
7478	Mesa madeira
7479	Mesa madeira
7480	Mesa madeira
7481	Banco
7483	Banco
7495	Televisão
7563	Telefone
7565	Telefone
7664	Liquidificador
7665	Liquidificador
7667	Liquidificador
7668	Liquidificador
7672	Enceradeira
7673	Armário
7676	Armário

7678	Mesa professor
7679	Microcomputador
7681	Impressora
7682	Livro
7712	Mesa escrivaninha
7718	Arquivo de aço
7722	Fogão a gás
7723	Fogão a gás
7733	Refrigerador
7734	Refrigerador
7736	Televisão
7737	Televisão
7738	Televisão
7740	Televisão
7741	Televisão
7742	Televisão
7751	Liquidificador
7753	Liquidificador
7831	Mesa
7836	Mesa
7844	Mesa
7859	Cadeira
7860	Cadeira
7861	Cadeira
7864	Cadeira
7866	Cadeira
7868	Cadeira
7877	Balcão
7879	Armário duas portas de vidro
7886	Batedeira
7889	Batedeira
7890	Batedeira
7892	Batedeira
7894	Televisão
7895	Televisão
7930	Televisão
7936	Nobreak
7937	Nobreak
7941	Telefone
7942	Telefone
7947	Estabilizador
7948	Impressora
7952	Roçadeira
7953	Roçadeira
7957	Fogão a gás
7960	Cortador de grama
7962	Cortador de grama
7963	Cortador de grama

8002	Mesa coletiva
8003	Mesa coletiva
8004	Mesa madeira
8005	Mesa coletiva
8006	Mesa coletiva
8007	Mesa coletiva
8008	Mesa coletiva
8009	Mesa escolar
8010	Mesa coletiva
8011	Mesa coletiva
8012	Mesa escolar
8015	Mesa escolar
8018	Mesa coletiva
8021	Mesa coletiva
8022	Mesa coletiva
8025	Mesa coletiva
8028	Mesa escolar
8032	Mesa escolar
8032	Mês coletiva
8033	Mesa coletiva
8034	Mesa coletiva
8035	Mesa escolar
8037	Mesa escolar
8041	Mesa coletiva
8052	Cadeira escolar
8053	Carteira escolar
8055	Cadeira escolar
8056	Cadeira escolar
8058	Cadeira escolar
8059	Cadeira escolar
8061	Cadeira escolar
8062	Cadeira escolar
8064	Cadeira escolar
8067	Cadeira escolar
8076	Carteira escolar
8078	Cadeira escolar
8079	Cadeira escolar
8080	Carteira escolar
8081	Cadeira escolar
8084	Cadeira escolar
8088	Cadeira escolar
8090	Cadeira escolar
8092	Cadeira escolar
8094	Cadeira escolar
8096	Cadeira escolar
8098	Cadeira escolar
8099	Cadeira escolar
8100	Cadeira escolar

8101	Cadeira escolar
8102	Cadeira escolar
8103	Cadeira escolar
8104	Cadeira escolar
8105	Cadeira escolar
8106	Cadeira escolar
8107	Cadeira escolar
8109	Cadeira escolar
8115	Cadeira escolar
8119	Cadeira escolar
8120	Cadeira escolar
8122	Cadeira escolar
8123	Cadeira escolar
8124	Cadeira escolar
8129	Cadeira escolar
8131	Cadeira escolar
8133	Cadeira escolar
8134	Cadeira escolar
8137	Cadeira escolar
8139	Cadeira escolar
8141	Cadeira escolar
8142	Cadeira escolar
8143	Cadeira escolar
8145	Cadeira escolar
8148	Cadeira escolar
8149	Cadeira escolar
8150	Cadeira escolar
8154	Cadeira escolar
8156	Cadeira escolar
8158	Cadeira escolar
8163	Cadeira escolar
8164	Cadeira escolar
8166	Cadeira escolar
8168	Cadeira escolar
8169	Cadeira escolar
8170	Cadeira escolar
8171	Cadeira escolar
8172	Cadeira escolar
8177	Cadeira escolar
8178	Cadeira escolar
8184	Cadeira Escolar
8187	Cadeira escolar
8195	Cadeira escolar
8196	Cadeira escolar
8199	Cadeira escolar
8200	Cadeira escolar
8203	Armário
8207	Armário

8211	Mesa coletiva
8212	Mesa coletiva
8215	Mesa coletiva
8219	Cadeira escolar
8228	Cadeira escolar
8230	Cadeira escolar
8234	Cadeira escolar
8237	Cadeira escolar
8240	Cadeira escolar
8241	Armário
8265	Centrífuga de roupas
8265	Centrífuga
8290	Câmera
8326	Cadeira escolar
8370	Cadeira
8371	Impressora
8375	Cadeira refeição
8376	Cadeira refeição
8377	Cadeira refeição
8377	Cadeira refeição
8378	Cadeira refeição
8379	Cadeira refeição
8380	Cadeira refeição
8381	Cadeira refeição
8390	Filtro purificador
8394	Impressora
8395	Suporte para televisão
8398	Portão
8399	Impressora
8399	Impressora
8402	Arquivo de aço
8403	Mira de encaixe
8408	Nível
8412	Vídeo Cassete
8426	Armário
8431	Maquina de escrever elétrica
8448	Aparelho de som
8449	Impressora
8451	Computador
8457	Relógio ponto
8458	Relógio ponto
8465	Aparelho de som
8466	Batedeira
8467	Batedeira
8469	Batedeira
8474	Cadeira
8476	Cadeira
8507	Cadeira de madeira

8508	Cadeira de madeira
8521	Cadeira de madeira
8534	Cadeira de madeira
8551	Cadeira de madeira
8554	Cadeira de madeira
8559	Cadeira fixa
8562	Cadeira de madeira
8569	Cadeira escolar
8572	Cadeira de madeira
8573	Cadeira madeira
8579	Cadeira de madeira
8580	Cadeira de madeira
8581	Cadeira
8584	Cadeira madeira
8591	Cadeira
8595	Cadeira
8596	Cadeira de madeira
8599	Cadeira madeira
8602	Estante de pinus
8604	Estante
8610	Banco refeitório
8611	Radio
8612	Livro
8614	Impressora
8616	Relógio ponto
8622	Conexão
8623	Armário
8625	Suporte para CPU
8628	Telefone
8629	Bebedouro
8630	Suporte para televisão
8631	Suporte para televisão
8635	Suporte para televisão
8636	Suporte para TV
8638	Suporte para TV
8639	Suporte para TV
8640	Suporte para TV
8650	Duplicador
8662	Freezer horizontal
8722	Armário
21111	Rádio toca fita
22114	Circulador de ar
22129	Cadeira
22129	Cadeira giratória
22192	Bebedouro com filtro
22193	Carrinho de ferro
22194	Mesa
22195	Balcão

22197	Cadeira fixa
22205	Garrafa térmica
22219	Cadeira
22220	Cadeira plástica
22246	Manta
22256	Painel fotográfico
22301	Cadeira plástica
22302	Cadeira plástica
22304	Cadeira plástica
22306	Cadeirinha plástica
22309	Cadeira plástica
22314	Cadeira plástica
22321	Cadeira plástica
22322	Cadeira plástica
22323	Cadeira plástica
22324	Cadeira plástica
22325	Cadeira plástica
22328	Cadeira plástica
22330	Persiana
22331	Persiana
22332	Persiana
22333	Persiana
22334	Persiana
22337	Propulsora
22338	Roupeiro
22343	Coleção Biblioteca Infantil
22346	Cadeira refeição
22347	Cadeira refeição
22348	Livro
22350	Livro
22351	Livro
22352	Livro
22353	Livro
22354	Livro
22355	Microcomputador
22371	Estabilizador
22372	Microcomputador
22376	Radio gravador
22377	Rádio
22379	Radio gravador
22383	Impressora
22430	Impressora
22438	Máquina de escrever
22439	Maquina de escrever
22440	Rádio gravador
22450	Mesa
22472	Protocoladora
22473	Telefone

22476	Quadro
22493	Bebedouro
22537	Cadeira
22550	Estabilizador
22552	Cadeira madeira
22553	Armário
22554	Cadeira madeira
22556	Cadeira madeira
22559	Estabilizador
22560	Estabilizador
22561	Estabilizador
22563	Cadeira de madeira
22569	Cadeira madeira
22572	Aspirador de pó
22574	Estabilizador
22575	Impressora
22614	Cadeira plástica
22623	Aparelho de CD
22624	Aparelho de CD
22661	Trombones
22662	Trombones
22678	Estante
22688	Clarinete
22691	Trompa
22700	Órgão eletrônico
22709	Bombardino
22710	Bombardino
22711	Requinta
22712	Flauta doce
22718	Flauta doce
22722	Prato
22725	Cowbel
22726	Tumbadora
22727	Tamborim
22729	Afrouxe
22730	Triângulo
22738	Porta passagem
22762	Enciclopédia Mirador
22764	Enciclopédia Delta Universal
22769	Coleção Artesanatos
22790	Livro Estudos Sociais
22792	Coleção Pape
22800	Enc. Para educação Básica.
22807	Enc. Junior Anglo-Brasileiro
22818	Enc. Globo
22819	Enc. Tecnologia
22827	Coleção Supletiva
22829	Coleção Grandes Personagens

22835	Enc. Tecnologia
22852	Enc. Ciência Biológica
22859	Carteira escolar
22860	Coleção Carlos Drummond
22898	Curso Moderno de Biologia
22900	Enc. Modular
22903	Enc. Extatus
22909	Coleção História Do Brasil
22910	Coleção Descoberta do Mundo
22911	Coleção Histórias do Brasil
22928	Enc. Moderna
22929	Coleção Ler e Saber
22949	Coleção Brasil
22950	Coleção Nações do Mundo
22955	Livro Fundação Catarinense
22957	Livro Fundação Catarinense
22958	Livro Fundação Catarinense
22959	Livro Fundação Catarinense
22961	Livro Fundação Catarinense
22963	Livro Fundação Catarinense
22964	Livro Fundação Catarinense
22965	Livro Fundação Catarinense
22967	Livro Fundação Catarinense
22969	Livro Fundação Catarinense
22971	Livro Fundação Catarinense
22977	Enc. Contábil Brasileira
22978	Enc. Abril
22980	Livro De Ouro
22983	Coleção Administrativa
22994	Coleção Consultas e Pesquisas
23010	Dicionário
23011	Curso Áudio Prático de Inglês
23020	Arquivo de aço
23051	Tribuna
23052	Carrinho de ferro
23053	Livro
23058	Fax Panasonic
23068	Telefone
23071	Estabilizador
23072	Relógio ponto
23081	Mesa pré
23082	Mesa pré
23088	Cadeira escolar
23108	Cadeira pré
23109	Suporte para televisão
23110	Ventilador de teto
23111	Ventilador de teto
23112	Ventilador de teto

23113	Ventilador de teto
23114	Ventilador de teto
23115	Ventilador de teto
23117	Fax
23121	Bebedouro
23122	Bebedouro
23124	Parque infantil madeira
23125	Mesa refeitório
23128	Mesa refeitório
23130	Banco de refeitório
23132	Banco de refeitório
23133	Banco de refeitório
23134	Banco de refeitório
23135	Banco de refeitório
23136	Banco de refeitório
23137	Mesa redonda madeira
23145	Cadeira fixa
23146	Cadeira fixa
23148	Cadeira fixa
23152	Cadeira fixa
23153	Cadeira fixa
23155	Cadeira fixa
23156	Cadeira fixa
23159	Cadeira fixa
23160	Cadeira fixa
23162	Cadeira fixa
23165	Cadeira fixa
23166	Cadeira fixa
23199	Coleção Lúdica de Ensinar
23202	Coleção Lúdica de Ensinar
23210	Cadeira fixa
23211	Cadeira fixa
23213	Cadeira fixa
23214	Cadeira fixa
23215	Cadeira fixa
23216	Cadeira fixa
23218	Cadeira fixa
23221	Cadeira fixa
23222	Cadeira fixa
23224	Cadeira fixa
23238	Ventilador de teto
23254	Suporte para TV
23260	Cadeira giratória
23289	Mesa coletiva
23290	Mesa coletiva
23291	Mesa coletiva
23294	Mesa escolar
23298	Cadeira pré

23299	Cadeira escolar
23303	Cadeira escolar
23305	Cadeira pré
23306	Cadeira pré
23307	Cadeira pré
23311	Cadeira pré
23312	Cadeira escolar
23313	Cadeira escolar
23314	Cadeira pré
23315	Cadeira pré
23316	Cadeira escolar
23318	Cadeira escolar
23326	Cadeira pré
23327	Cadeira pré
23330	Batedeira
23342	Cadeira pré
23351	Fogão a gás
23360	Computador
23361	Furadeira
23363	Rádio gravador
23367	Microfone
23373	Mesa
23374	Mesa
23382	Armário
23407	Scanner
23410	Centrífuga
23427	Cavalete
23431	Painel de madeira
23450	Estabilizador
23453	Mesa refeitório
23454	Mesa refeitório
23456	Armário
23463	Banco
23464	Banco
23597	Grampeador
23598	Perfurador
23599	Telefone
23613	Banco
23614	Banco
23615	Banco
23616	Banco
23617	Banco
23618	Banco
23619	Banco
23620	Banco
23621	Banco
23622	Banco
23635	Estabilizador

23636	Microcomputador
23645	Carrinho para coleta de lixo
23646	Carrinho para coleta de lixo
23650	Suporte para água
23662	Impressora
23666	Computador
23668	Impressora
23670	Estabilizador
23671	Estabilizador
23672	Estabilizador
23673	Estabilizador
23682	Impressora
23697	Computador
23698	Microcomputador
23699	Computador
23700	Estabilizador
23707	Berço madeira
23708	Berço madeira
23709	Berço madeira
23710	Berço madeira
23711	Berço madeira
23712	Berço madeira
23713	Berço madeira
23714	Berço madeira
23715	Cadeira fixa
23716	Cadeira fixa
23717	Cadeira fixa
23718	Cadeira fixa
23719	Cadeira fixa
23720	Cadeira fixa
23721	Cadeira fixa
23722	Cadeira fixa
23723	Cadeira fixa
23724	Cadeira fixa
23725	Cadeira fixa
23726	Cadeira fixa
23727	Cadeira fixa
23728	Cadeira fixa
23729	Cadeira fixa
23730	Cadeira fixa
23731	Cadeira fixa
23732	Cadeira fixa
23733	Cadeira fixa
23734	Cadeira fixa
23736	Cadeira fixa
23739	Roçadeira
23740	Cadeira refeição
23743	Cadeira de bebê para automóvel

23744	Cadeira de bebê para automóvel
23745	Cadeira de bebê para automóvel
23748	Carrinho de mão
24155	Telefone
24156	Martelete
24178	Telefone
24183	Ferro de passar
24184	Quadro branco
24186	Cadeira refeição
24189	Cadeira de bebê
24193	Lavadora
24198	Computador
24202	Telefone
24206	Nobreak
24207	Mesa coletiva
24208	Mesa coletiva
24211	Cadeira pré
24212	Cadeira pré
24213	Cadeira pré
24214	Cadeira pré
24215	Cadeira pré
24217	Cadeira pré
24224	Trompete
24291	Armário
24293	Escrivaninha
24317	Livro O Curumim
24403	Flauta
24404	Flauta
24405	Flauta
24412	Radio
24413	Radio
24414	Radio
24415	Antena
24416	Antena
24417	Antena
24418	Fonte
24422	Telefone
24423	Berço madeira
24424	Berço madeira
24430	Berço madeira
24433	Livro
24440	Computador
24441	Impressora
24489	Prateleira
24490	Arco
24492	Telefone
24497	Cadeira refeição
24498	Cadeira refeição

24499	Cadeira refeição
24558	Livro
24562	Livro
24601	Livro A Banheira de Arquimedes
24602	Livro A Biblioteca Mágica de Bibi
24603	Livro A Ilha do Tesouro
24606	Livro Brincadeira Mortal
24608	Livro Melhores Poemas
24609	Livro Descobrimos a Literatura
24615	Livro Dom Casmurro
24617	Livro Dom Casmurro
24618	Livro Fique Por Dentro da Ecologia
24620	Livro Melhores Poemas
24621	Livro Harry Potter
24622	Livro Histórias de Shakespeare
24625	Livro Melhores Poemas
24627	Livros Memórias de Um Sargento
24628	Livros Memórias de Um Sargento
24629	Livros Memórias de Um Sargento
24631	Livros Meus Poemas Preferidos
24632	Livros No Caminho dos Sonhos
24633	Livro Canto da Praça
24634	Livro Canto da Praça
24640	Livro O Quadro da Menina Azul
24641	Livro O Quinze
24642	Livro Os Cavaleiros da Távola
24648	Livro Tudo ao Mesmo Tempo
24650	Livro Um Leão em Família
24656	Estabilizador
24658	Computador
24660	Switch
24661	Computador
24668	Monitor
24673	Monitor
24674	Impressora
24675	Estabilizador
24678	Monitor
24680	Computador
24796	Livro
24797	Livro
24798	Telefone
24823	Gravador de CD
24832	Relógio ponto
24837	Livro
24848	Arquivo de aço
24849	Tapete
24851	Ventilador
24875	Quadro de Feltro

24884	Atlas
24897	Cadeira escolar madeira
24898	Cadeira escolar madeira
24905	Cadeira escolar madeira
24911	Cadeira escolar madeira
24914	Cadeira escolar madeira
24918	Cadeira escolar madeira
24932	Carteira escolar
24934	Carteira escolar
24935	Carteira escolar
24936	Carteira escolar
24939	Carteira escolar
24940	Carteira escolar
24941	Carteira escolar
24942	Carteira escolar
24948	Carteira escolar
24971	Mesa professor
24972	Cadeira madeira
24988	Banco de refeitório
24993	Persiana
24996	Cadeira refeição
24997	Cadeira refeição
24999	Cadeira refeição
25000	Quadro
25017	Mesa de tênis
25022	Berço madeira
25023	Berço madeira
25026	Telefone
25031	Computador
25032	Monitor
25034	Computador
25035	Monitor
25036	Estabilizador
25037	Computador
25038	Microcomputador
25040	Monitor
25041	Monitor
25042	Estabilizador
25046	Estabilizador
25052	Computador
25054	Computador
25056	Monitor
25060	Calculadora
25061	Calculadora
25067	Estabilizador
25068	Nobreak
25074	Roçadeira
25075	Plastificadora

25091	Berço madeira
25092	Berço madeira
25093	Berço madeira
25096	Campainha eletrônica
25099	Telefone
25101	Impressora
25110	Mangueira
25111	Mangueira
25112	Mangueira
25113	Mangueira
25114	Mangueira
25115	Mangueira
25128	Televisão
25129	Antena
25129	Antena
25130	Impressora de cheque
25135	Rádio
25138	Refrigerador
25140	Computador
25142	Monitor
25143	Bomba submersa
25148	Fogão quatro bocas
25162	Cadeira refeição
25163	Cadeira refeição
25164	Cadeira refeição
25165	Cadeira refeição
25166	Cadeira refeição
25167	Cadeira refeição
25168	Liquidificador
25194	Grade
25219	Divisória
25220	Porta com visor
25226	Gabinete
25227	Computador
25228	Monitor
25229	Estabilizador
25230	Telefone
25231	Poltrona
25250	Poltrona
25253	Poltrona
25351	Cadeira plástica
25393	Computador
25395	Monitor
25397	Estabilizador
25399	Estabilizador
25400	Impressora
25400	Impressora
25401	Token cartão certificado

25416	Modem
25429	Ventilador de teto
25439	Berço madeira
25445	Berço madeira
25446	Berço madeira
25447	Berço madeira
25448	Berço madeira
25449	Berço madeira
25450	Berço madeira
25451	Berço madeira
25452	Berço madeira
25453	Berço madeira
25454	Berço madeira
25455	Berço madeira
25456	Berço madeira
25457	Berço madeira
25458	Berço madeira
25459	Berço madeira
25460	Berço madeira
25461	Berço madeira
25462	Berço madeira
25463	Berço madeira
25464	Berço madeira
25466	Televisão
25469	Câmera
25475	Computador
25477	Impressora
25478	Processador
25479	Estabilizador
25480	Monitor
25484	Estabilizador
25484	Estabilizador
25495	Saxofone
25502	Impressora
25509	Cadeira giratória
25513	Monitor
25519	Banco
25520	Banco
25521	Banco
25522	Banco
25523	Banco
25524	Banco
25526	Banco
25527	Estrutura para toldo
25541	Cadeira refeição
25542	Cadeira refeição
25552	Estabilizador
25563	Computador

25564	Computador
25566	Computador
25569	Microcomputador
25574	Computador
25576	Computador
25581	Monitor
25586	Monitor
25593	Estabilizador
25595	Computador
25595	Computador
25597	Computador
25599	Monitor
25673	Nobreak
25675	Televisão
25680	Suporte para TV
25684	Dad.
25687	Aquecedor
25688	Aquecedor
25691	Ventilador de teto
25692	Ventilador de teto
25708	Cadeira giratória
25712	Câmera
25716	Divisória
25778	Aparelho de fax
25779	Notebook
25781	Bebedouro
25810	Cadeira refeição
25811	Cadeira refeição
25812	Cadeira refeição
25813	Cadeira refeição
25814	Cadeira refeição
25815	Cadeira refeição
25816	Cadeira refeição
25817	Cadeira refeição
25818	Cadeira refeição
25819	Cadeira refeição
25830	Cadeira refeição
25831	Cadeira refeição
25832	Cadeira refeição
25833	Cadeira refeição
25844	Fax
25846	Berço madeira
25847	Berço madeira
25848	Berço madeira
25849	Berço madeira
25850	Berço madeira
25851	Berço madeira
25864	Perfurador

25865	Roteador
25869	Celular
25874	Notebook
25875	Point
25878	Estabilizador
25879	Estabilizador
25880	Impressora
25902	Fone de ouvido
25907	Estrangulador
25911	Câmera
25913	Medidor
25913	Medidor
25921	Dvr
25932	Monitor
25935	Computador
25938	Impressora
25939	Cadeira
25941	Telefone
25951	Telefone
25952	Aquecedor
25959	Telefone
25962	Escorregador
25965	Gangorra
25966	Gangorra
25967	Gangorra
25969	Balanço
26008	Aquecedor
26044	Aquecedor
26069	Poltrona
26095	Torneira elétrica
26097	Telefone
26107	Ventilador de teto
26108	Torneira elétrica
26110	Radio relógio
26111	Telefone
26112	Rádio
26116	Forno elétrico
26143	Impressora
26148	Impressora
26156	Rádio
26168	Berço
26169	Berço
26170	Berço
26171	Berço
26172	Berço
26173	Berço
26174	Berço
26175	Berço

26176	Berço
26177	Berço madeira
26182	Scanner
26184	Estabilizador
26188	Telefone
26191	Monitor
26205	Aspirador de pó
26205	Aspirador de pó
26213	Aquecedor
26214	Aquecedor
26216	Aquecedor
26222	Persiana
26224	Cadeira giratória
26226	Sirene
26230	Gabinete
26244	Carteira escolar
26246	DVD
26254	Telefone
26269	Estação de rádio
26270	Estação de rádio
26272	DPX filtro cavidade passa faixa
26281	Switch
26311	Ventilador
26436	Carteira escolar
26442	Carteira escolar
26443	Carteira escolar
26446	Carteira escolar
26449	Carteira escolar
26452	Carteira escolar
26455	Carteira escolar
26457	Carteira escolar
26458	Carteira escolar
26461	Carteira escolar
26464	Carteira escolar
26467	Carteira escolar
26470	Carteira escolar
26472	Carteira
26475	Carteira escolar
26476	Carteira escolar
26496	Carteira escolar
26501	Carteira escolar
26503	Carteira escolar
26508	Carteira escolar
26509	Carteira escolar
26510	Carteira escolar
26511	Carteira Infantil
26512	Cadeira Infantil
26519	Carteira Infantil

26523	Carteira escolar
26530	Cadeira escolar
26532	Cadeira escolar
26533	Cadeira escolar
26534	Cadeira escolar
26537	Cadeira escolar
26541	Cadeira escolar
26567	Cadeira escolar
26568	Cadeira escolar
26574	Cadeira escolar
26575	Cadeira escolar
26578	Cadeira Infantil
26581	Cadeira escolar
26583	Cadeira escolar
26596	Cadeira escolar
26602	Cadeira escolar
26606	Cadeira escolar
26610	Cadeira escolar
26612	Cadeira escolar
26614	Cadeira escolar
26615	Cadeira escolar
26616	Armário
26697	Carteira escolar
26699	Carteira escolar
26686	Mesa refeitório
26709	Carteira escolar
26724	Carteira escolar
26735	Carteira escolar
26762	Carteira escolar
26767	Carteira escolar
26768	Carteira escolar
26769	Carteira escolar
26777	Carteira escolar
26779	Carteira escolar
26804	Carteira escolar
26812	Carteira escolar
26831	Carteira escolar
26851	Carteira escolar
26871	Carteira escolar
26874	Carteira escolar
26880	Carteira escolar
26891	Carteira escolar
26897	Carteira escolar
26975	Carteira escolar
26989	Carteira escolar
26997	Carteira escolar
27024	Carteira escolar
27028	Carteira escolar

27029	Carteira escolar
27036	Carteira escolar
27037	Carteira escolar
27038	Carteira escolar
27045	Carteira escolar
27048	Carteira escolar
27052	Carteira escolar
27059	Carteira escolar
27063	Carteira escolar
27082	Carteira escolar
27100	Carteira escolar
27101	Carteira escolar
27105	Carteira escolar
27107	Carteira escolar
27620	Telefone
27621	Telefone
27622	Ar condicionado
27626	Mesa operadora
27637	Mesa refeitório
27649	Mesa refeitório
27713	Switch
27714	Roteador
28157	Torneira elétrica
28163	Rádio
28164	DVD
28172	Rádio
28180	Aspirador de pó
28182	Maca de madeira
28183	Maca de madeira
28231	Monitor
28233	Carregador
28281	Cadeira fixa
28283	Cortado de cerâmica
28291	Escorregador
28292	Gangorra
28293	Gangorra
28318	Antena
28326	Impressora
28361	Persiana
28362	Persiana
28364	Aparelho de pressão
28367	Máquina de lavar roupas
28368	Balcão
28394	Mesa
28395	Câmera
28396	Câmera
28397	Câmera
28398	Dvr stand

28399	Câmera
28400	Câmera
28401	Câmera
28403	Roupeiro
28404	Roupeiro
28422	Computador
28423	Furadeira
28424	Furadeira
28428	Maca
28429	Maca
28430	Maca
28433	Modem
28556	Estabilizador
28561	Estabilizador
28565	Impressora
28570	Dvr
28578	Cafeteira
28593	Mesa de Tênis
28610	Parque infantil madeira
28633	Fogão industrial
28854	Persiana
28866	Notebook
28867	Impressora
28879	Aparelho de fax
28897	Macaco hidráulico
28901	Modem
28912	Estabilizador
28925	Ar condicionado
28926	Cadeira de refeição
28927	Cadeira refeição
28928	Cadeira refeição
28929	Cadeira refeição
28930	Cadeira refeição
28931	Cadeira de refeição
28932	Cadeira refeição
28933	Cadeira refeição
28934	Cadeira refeição
28935	Cadeira refeição
28936	Cadeira refeição
28937	Cadeira refeição
28937	Cadeira refeição
28938	Cadeira refeição
28939	Cadeira refeição
28940	Cadeira refeição
28941	Cadeira refeição
28942	Cadeira refeição
28943	Cadeira refeição
28944	Cadeira refeição

28945	Cadeira refeição
28946	Cadeira refeição
28971	Berço madeira
28972	Berço madeira
28974	Telefone
28974	Telefone
28975	Telefone
28975	Telefone
28979	Ferro de passar
29005	Estante
29011	Telefone
29011	Telefone
29012	Impressora
29012	Impressora
29014	Impressora
29017	Impressora
29026	Cadeira giratória
29057	Modem
29098	Telefone
29106	Cafeteira
29109	Switch
29131	Estabilizador
29132	Estabilizador
29133	Estabilizador
29135	Estabilizador
29136	Estabilizador
29137	Estabilizador
29152	Computador
29154	Computador
29164	Monitor
29223	Persiana
29260	Rack
29292	Maca
29293	Maca
29294	Maca
29317	Livro Ler e Escrever
29325	Torneira elétrica
29326	Ventilador
29327	Ventilador
29328	Ventilador
29336	Ventilador
29337	Ventilador
29338	Torneira elétrica
29339	Torneira elétrica
29340	Torneira elétrica
29341	Ventilador
29342	Ventilador
29391	Cadeira alimentação

29420	Cadeira refeição
29421	Cadeira refeição
29422	Cadeira refeição
29423	Cadeira refeição bebe
29424	Cadeira refeição
29425	Cadeira refeição
29426	Cadeira refeição
29427	Cadeira refeição
29479	Cadeira escolar
29480	Cadeira escolar
29481	Cadeira escolar
29482	Cadeira escolar
29482	Cadeira escolar
29483	Cadeira escolar
29484	Cadeira escolar
29485	Cadeira escolar
29485	Cadeira escolar
29486	Cadeira escolar
29487	Cadeira escolar
29488	Cadeira escolar
29489	Cadeira escolar
29490	Cadeira escolar
29491	Cadeira escolar
29492	Cadeira escolar
29493	Cadeira escolar
29494	Cadeira escolar
29495	Cadeira escolar
29496	Cadeira escolar
29497	Cadeira escolar
29498	Cadeira escolar
29499	Cadeira escolar
29500	Cadeira escolar
29501	Cadeira escolar
29502	Cadeira escolar
29503	Cadeira escolar
29504	Cadeira escolar
29505	Cadeira escolar
29506	Cadeira escolar
29507	Cadeira escolar
29508	Cadeira escolar
29543	Cadeira escolar
29547	Carteira escolar
29552	Carteira escolar
29554	Carteira escolar
29556	Carteira escolar
29563	Carteira escolar
29581	Protocolador
29601	Longarina

29625	Cadeira giratória
29635	Estante de aço
29701	Banco de refeitório
29702	Banco de refeitório
29705	Banco de refeitório
29706	Banco de refeitório
29733	Cortina
29734	Cortina
29736	Balcão de cozinha
29760	Amassadeira
29776	Estante de aço com 06 prateleiras
29777	Estante de aço com 06 prateleiras
29834	Arquivo madeira
29835	Arquivo madeira
29869	Expositor de aço
29870	Expositor de aço
29875	Expositor de aço
29878	Estante
29884	Banco de refeitório
29885	Banco de refeitório
29957	Computador
29975	Esfigmomanômetro
29978	Estante
29980	Estante
29981	Estante
29984	Estante
29985	Estante
29987	Estante
29988	Estante
30017	Armário
30074	Carteira escolar
30150	Cadeira escolar
30211	Cadeira escolar
30212	Cadeira escolar
30224	Cadeira escolar
30224	Cadeira escolar
30237	Cadeira escolar
30263	Bebedouro
30275	Telefone
30333	Carteira escolar
30335	Carteira
30345	Carteira escolar
30353	Cadeira escolar
30561	Cafeteira
31067	Oxímetro
31076	Cadeira
31090	Computador
31108	Estabilizador

31118	Impressora
31153	DVD
31154	DVD
31181	Carteira escolar
31182	Carteira escolar
31217	Carteira escolar
31544	Estabilizador
31561	Berço
31572	Mesa professor
31609	Roteador
31629	Telefone
31632	Cadeira giratória
31650	Cadeira
31655	Forno elétrico
31657	Forno elétrico
31663	Ventilador
31673	Nobreak
31673	Nobreak
31701	Divisória
31711	Telefone
31712	Telefone
31714	Estabilizador
32309	Cadeira escolar
32366	Cadeira escolar
32374	Cadeira escolar
32378	Cadeira escolar
32381	Cadeira escolar
32384	Cadeira escolar
32385	Cadeira escolar
32404	Cadeira escolar
32488	Telefone
32879	Cadeira escolar
32898	Chaleira elétrica
32908	Filtro de agua
32909	Filtro de água
32968	Oxímetro
32971	Prancha
32992	Perfurador
33034	Modem
33061	Pulverizador
33142	Estabilizador
33148	Biombo
33151	Biombo
33209	Telefone
33222	Extintor
33223	Extintor
33225	Extintor
33226	Extintor

33231	Placa iluminação
33232	Placa iluminação
33233	Placa iluminação
33234	Placa iluminação
33235	Placa iluminação
33236	Placa iluminação
33237	Placa iluminação
33238	Placa iluminação
33283	Porta divisória
33397	Bebedouro

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro e 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAK
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

DECRETO Nº 12.686 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383347

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.686 DE 02 DE MARÇO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, matrícula funcional nº 000979, registro no sistema sob nº 955925, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo a partir de 02 de março de 2020, em atenção ao Requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 28 de fevereiro de 2020, sob nº 00282.

Art. 2º Fica a partir desta data declarada a vacância do Cargo Público de Agente Administrativo II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência do pedido de exoneração da Servidora Pública Municipal mencionada no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2020.

RUBENS BLASWZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.687 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383348

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.687 DE 02 DE MARÇO DE 2020
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o Art. 22 da Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, matrícula funcional nº 001005, registro no sistema sob nº 956040, no Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil, e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.824,91 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais, noventa e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, aprovada em 20º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2016, homologado pelo Decreto nº 10.286 em data de 01 de fevereiro de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.747 de 31 de janeiro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.688 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383354

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.688 DE 02 DE MARÇO DE 2020
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei em especial o Art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear MARIDEISE DE OLIVEIRA, no Cargo Público e para exercer a Função de Assistente Social, matrícula funcional nº 001006, registro no sistema sob nº 956041, Regime Estatutário, a partir de 02 de março de 2020, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o de Nível 6, Sub-Nível 61, referência A, no valor de R\$ 4.157,22 (quatro mil, cento e cinquenta e sete reais, vinte e dois centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARIDEISE DE OLIVEIRA, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº 01/2019, homologado pelo Decreto Municipal nº 12.070 em data de 15 de julho de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de março de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.689 DE 02 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2383355

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.689 DE 02 DE MARÇO DE 2020
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial os incisos VII e IX do art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Contratar GISELI HIRT, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 956036, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Trabalho Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.412,45 (um mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos) mensais, pelo período de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, para atuar na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Bela Vista “Profª Zilka de França Hasselmann”, para uma turma do 4º ano vespertino, por motivo de desdobramento temporário da turma, devido ao número de alunos proporcional ao tamanho da sala de aula e possuir um aluno de inclusão.

Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de GISELI HIRT, ter sido aprovada em 30º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2019, Homologado pelo Decreto nº 12.414 de 06 de dezembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2020

Publicação Nº 2380118

CONTRATO Nº. 23/2020**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO, DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

O Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, n.º 292, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.749/0001-77, representado neste ato pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a Cooperativa de Agricultores de Frutas e Verduras de Campo Alegre – COOPERVITA, (participante do Grupo Formal “COOPERVITA”), CNPJ 20.139.855/0001-05, situada à Rua Ernesto Afonso Scheide, nº1347, Bairro: Belo Horizonte, Cep 89.294-000, Campo Alegre/SC doravante denominado **CONTRATADA**, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 02/2019, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Resolução/CD/FNDE nº 25, de 04 de julho de 2012).

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2020.

- a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública n.º 02/2019.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

Página 1 de 15

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 156.349,80(Cento e cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

Nome do Agricultor Familiar	LUCIMAR HOFF			
CPF	075.955.489-77			
DAP	SDW0075955489771311170920			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso	Unidade	312,50	5,40	1.687,50
CENOURA , fresca, firme, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanhos regulares, coloração própria da espécie, estar bem desenvolvida.	KG	400	3,35	1.340,00
REPOLHO Branco , fresco, liso, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões.	KG	500	1,80	900,00
COUVE-FLOR comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso.	Unidade	500	5,00	2.500,00
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	220	7,80	1.716,00
CHUCHU - superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração verde clara característica. Livre de parasitas e sujidades.	KG	300	3,30	990,00
Melancia - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, adequado, devendo ser graúda e livre de parasitas e sujidades.	KG	1.333,333	2,70	3.600,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 12.733,50	

Nome do Agricultor Familiar	RUDOLFO LANGER HINKELDEY			
CPF	068.330.239-64			
DAP	SDW0068330239641411180852			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total

Banana - Banana, tipo caturra ou nanica, climatizada, oriunda de plantas sadias, destinada ao consumo in natura, devendo estar fresca, ter atingido o grau de maturação sem passar do ponto, o qual permita sua conservação durante a semana, mantendo o tamanho, cor, aroma e sabor característicos. A manipulação e o transporte não devem causar danos físicos e mecânicos na fruta e ela deve ser entregue com boa aparência, livre de sujidades e parasitas, corpos estranhos, substâncias terrosas e resíduos de fertilizantes. Deve permitir o consumo imediato.	KG	2.666,66	3,10	8.266,65
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 8.266,65	

Nome do Agricultor Familiar	SIDNEI BLASKOVSKI			
CPF	057.650.749-01			
DAP	SDW0057650749012011180957			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
CENOURA , fresca, firme, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanhos regulares, coloração própria da espécie, estar bem desenvolvida.	KG	550	3,35	1.842,50
CEBOLA , compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e/ou cortes. Tamanho e coloração uniforme, devendo estar bem desenvolvida, isentas de sujidades e parasitas.	KG	666,67	3,90	2.600,01
BETERRABA , fresca, compacta e firme, isentas de enfermidades e sujidades, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida.	KG	400	3,70	1.480,00
BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso	Unidade	312,50	5,40	1.687,50
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	220	7,80	1.716,00
ABOBRINHA , superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração verde característica, casca limpa, sem a presença de areia e poeiras. parasitas e sujidades.	KG	250	3,25	812,50

ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.				
Melancia - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, adequado, devendo ser graúda e livre de parasitas e sujidades.	KG	1.333,333	2,70	3.600,00
PEPINO SALADA - de ótima qualidade, fresco, firme, graúdo e isento de enfermidades e sujidades. O tamanho e a coloração devem estar uniformes, devendo ser bem desenvolvido.	KG	800	3,15	2.520,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 16.258,50	

Nome do Agricultor Familiar	TEREZINHA DREVECK BLASKOVSKI			
CPF	004.400.649-70			
DAP	SDW0293106289872308170241			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
REPOLHO Branco , fresco, liso, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões.	KG	500	1,80	900,00
CEBOLA , compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e/ou cortes. Tamanho e coloração uniforme, devendo estar bem desenvolvida, isentas de sujidades e parasitas.	KG	166,66	3,90	649,974
Melancia - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, adequado, devendo ser graúda e livre de parasitas e sujidades.	KG	1.333,333	2,70	3.600,00
ABOBRINHA , superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração verde característica, casca limpa, sem a presença de areia e poeiras. parasitas e sujidades. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	KG	100	3,25	325,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 5.474,97	

Nome do Agricultor Familiar	LEANDRO BLASKOVSKI			
CPF	004.234.579-00			
DAP	SDW0004234579002011180931			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total

CEBOLA , compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e/ou cortes. Tamanho e coloração uniforme, devendo estar bem desenvolvida, isentas de sujidades e parasitas.	KG	666,67	3,90	2.600,01
BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso	Unidade	312,50	5,40	1.687,50
COUVE-FLOR comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso.	Unidade	500	5,00	2.500,00
ABOBRINHA , superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho gráudo, coloração verde característica, casca limpa, sem a presença de areia e poeiras. parasitas e sujidades. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	KG	250	3,25	812,50
CHUCHU - superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho gráudo, coloração verde clara característica. Livre de parasitas e sujidades.	KG	300	3,30	990,00
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	220	7,80	1.716,00
Melancia - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, adequado, devendo ser gráuda e livre de parasitas e sujidades.	KG	1.333,333	2,70	3.600,00
Alho - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser gráuda, parasitas e sujidades.	KG	30	30,00	900,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 14.806,00	

Nome do Agricultor Familiar	ROMEUS SERGIO BAECHTOLD			
CPF	017.587.869-22			
DAP	SDW0017587869220702170118			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
BATATA , lisa, firme, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme.	KG	1200	4,40	5.280,00

BETERRABA , fresca, compacta e firme, isentas de enfermidades e sujidades, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida.	KG	400	3,70	1.480,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 6.760,00	

Nome do Agricultor Familiar		ROSINEI SCHULZE BAECHTOLD		
CPF		043.151.589-17		
DAP		SDW0017587869220702170118		
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso	Unidade	312,50	5,40	1.687,50
CENOURA , fresca, firme, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanhos regulares, coloração própria da espécie, estar bem desenvolvida.	KG	550	3,35	1.842,50
REPOLHO Branco , fresco, liso, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões.	KG	500	1,80	900,00
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	220	7,80	1.716,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 6.146,00	

Nome do Agricultor Familiar		RENATO HOFF JUNIOR		
CPF		091.885.379-60		
DAP		SDW0091885379600308160300		
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	220	7,80	1.716,00
BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso	Unidade	312,50	5,40	1.687,50
ALFACE , tipo crespa e tipo lisa, folhas frescas, firmes e, embaladas em maços de 250g, livres de material terroso, parasitas e outras sujidades.	Unidade	750	1,80	1.350,00

REPOLHO Branco , fresco, liso, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões.	KG	100	1,80	180,00
COUVE-FLOR comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso.	Unidade	500	5,00	2.500,00
Melancia - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, adequado, devendo ser graúda e livre de parasitas e sujidades.	KG	666,668	2,70	1.800,0
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 9.233,50	

Nome do Agricultor Familiar	RENATO HOFF			
CPF	699.562.519-68			
DAP	SDW0699562519683110180313			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
TOMATE - superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração vermelha característica, limpo, sem a presença de areia, poeiras, parasitas e sujidades, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	KG	1.000	6,00	6.000,00
BRÓCOLIS comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso	Unidade	237,50	5,40	1.282,50
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 7.282,50	

Nome do Agricultor Familiar	RAFAEL RADOLL			
CPF	055.955.029-40			
DAP	SDW0055955029403011181108			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
BATATA , lisa, firme, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme.	KG	800	4,40	3.520,00
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	220	7,80	1.716,00

BATATA-DOCE - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda, parasitas e sujidades.	KG	120	4,00	480,00
BATATA SALSA - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda e parasitas e sujidades, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma	KG	400	7,30	2.920,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 8.636,00	

Nome do Agricultor Familiar	ADRIANE LILLA URBAINSKI			
CPF	988.681.799-20			
DAP	SDW081285086953211181022			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
Banana - Banana, tipo caturra ou nanica, climatizada, oriunda de plantas sadias, destinada ao consumo in natura, devendo estar fresca, ter atingido o grau de maturação sem passar do ponto, o qual permita sua conservação durante a semana, mantendo o tamanho, cor, aroma e sabor característicos. A manipulação e o transporte não devem causar danos físicos e mecânicos na fruta e ela deve ser entregue com boa aparência, livre de sujidades e parasitas, corpos estranhos, substâncias terrosas e resíduos de fertilizantes. Deve permitir o consumo imediato.	KG	2.666,66	3,10	8.266,65
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 8.266,65	

Nome do Agricultor Familiar	LUCIMAR JOSE SEIDEL			
CPF	075.153.379-31			
DAP	SDW007515337931191181055			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
Maçã - tipo "Gala" ou "Fuji" Extra. As frutas devem ser procedentes de plantas sadias, destinadas ao consumo in natura devendo apresentar-se fresca e ter atingido o máximo grau de desenvolvimento, sendo ideal no tamanho, coloração, aroma e sabor próprios da variedade entregue. O seu grau de maturação deve permitir o manuseio,	KG	666,67	6,00	4.000,02

transporte e manipulação das frutas, sem prejudicar sua conservação. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA.				
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 4.000,02	

Nome do Agricultor Familiar	LUCIANO HOFF			
CPF	075.955.469-23			
DAP	SDW0075955469231609190203			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
FEIJÃO preto, tipo 1, grãos escolhidos, íntegros, sem sujidades, parasitas ou larvas, acondicionados em embalagem própria.	KG	146	7,80	1.138,80
BATATA-DOCE - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda, parasitas e sujidades.	KG	120	4,00	480,00
COUVE-FLOR comum, fresco, devendo estar bem desenvolvido, firme e intacto, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso.	Unidade	300	5,00	1.500,00
BATATA SALSA - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda e parasitas e sujidades, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma	KG	400	7,30	2.920,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 6.038,80	

Nome do Agricultor Familiar	ALEX JUNG			
CPF	065.194.209-80			
DAP	SDW0065194209801601170449			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
ALFACE , tipo crespa e tipo lisa, folhas frescas, firmes e, embaladas em maços de 250g, livres de material terroso, parasitas e outras sujidades.	Unidade	250	1,80	450,00

BATATA-DOCE - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda, parasitas e sujidades.	KG	40	4,00	160,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 610,00	

Nome do Agricultor Familiar	LUCAS HOFF			
CPF	075.955.479-03			
DAP	SDW0075955479032711181012			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
BATATA SALSA - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda e parasitas e sujidades, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma	KG	200	7,30	1.460,00
BATATA-DOCE - de primeira linha, com superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho uniforme, alongado, devendo ser graúda, parasitas e sujidades.	KG	120	4,00	480,00
ABÓBORA de pescoço ou abóbora menina, tamanho pequeno. Devem estar firmes e frescas, casca lisa e rija. Sem a presença de areia e poeiras	KG	200	2,90	580,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 2.520,00	

Nome do Agricultor Familiar	CARLOS RODRIGUES DA SILVA			
CPF	858.194.929-00			
DAP	SDW0858194929001904181014			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
Laranja , tipo Pêra ou Bahia, procedente de planta sadia, destinado ao consumo in natura devendo ser entregue fresca, ter atingido o desenvolvimento ideal para consumo, não sendo muito madura, tamanho, aroma, cor e sabor próprios das variedades "Bahia" ou "Pêra". O manejo, transporte e manipulação da fruta não deve acarretar danos físicos ou mecânicos ou prejudicar a conservação da mesma. As frutas devem estar aptas ao consumo	KG	4.000	4,40	17.600,00

imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA				
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 17.600,00	

Nome do Agricultor Familiar	JAIME URBAINSKI			
CPF	812.850.869-53			
DAP	SDW0812850869532111181022			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
Banana - Banana, tipo caturra ou nanica, climatizada, oriunda de plantas sadias, destinada ao consumo in natura, devendo estar fresca, ter atingido o grau de maturação sem passar do ponto, o qual permita sua conservação durante a semana, mantendo o tamanho, cor, aroma e sabor característicos. A manipulação e o transporte não devem causar danos físicos e mecânicos na fruta e ela deve ser entregue com boa aparência, livre de sujidades e parasitas, corpos estranhos, substâncias terrosas e resíduos de fertilizantes. Deve permitir o consumo imediato.	KG	666,68	3,10	2.066,71
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 2.066,71	

Nome do Agricultor Familiar	JULIANO ARISTEO CUBAS			
CPF	005.614.259-57			
DAP	SDW0005614259570608181244			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
TOMATE - superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração vermelha característica, limpo, sem a presença de areia, poeiras, parasitas e sujidades, ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	KG	200	6,00	1.200,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 1.200,00	

Nome do Agricultor Familiar	JANAINA PABST HOFF
CPF	112.409.369-90

DAP	SDW0005614259570608181244			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
Maçã - tipo "Gala" ou "Fuji" Extra. As frutas devem ser procedentes de plantas sadias, destinadas ao consumo in natura devendo apresentar-se fresca e ter atingido o máximo grau de desenvolvimento, sendo ideal no tamanho, coloração, aroma e sabor próprios da variedade entregue. O seu grau de maturação deve permitir o manuseio, transporte e manipulação das frutas, sem prejudicar sua conservação. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo aos padrões da ANVISA.	KG	1.333,33	6,00	7.999,98
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 7.999,98	

Nome do Agricultor Familiar	WALDIR PABST			
CPF	216.860.339-15			
DAP	SDW0216860339151211190244			
Produto	Unidade	Quantidade	Preço Proposto	Valor Total
iogurte Integral - com polpa de fruta em pedaços, composto por leite integral pasteurizado, açúcar, espessante e estabilizante. Em embalagem PET de 2 Kg (quilograma ou gramas), com rotulagem, informação nutricional e selo de inspeção SIF, SIE ou SIM. Pronto para beber, não necessitando diluição, com validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega, número do lote e procedência. A entrega deve ser realizada em carro refrigerado obedecendo às normas da vigilância sanitária. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	LT	1.100	9,50	10.450,00
TOTAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....			R\$ 10.450,00	

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e

quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 – MERENDA ESCOLAR.

Autorizações de fornecimento nº 134/2020, nº 133/2020, nº 132/2020 e nº 131/2020.

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas respectivas. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

O CONTRATANTE em razão a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. Fiscalizar a execução do contrato;
- d. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista neste instrumento convocatório;
- e. Aplicar multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento de cláusulas contratuais, não impedindo que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

f. Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato rege-se, ainda pela Chamada Pública 02/2019, pela Resolução CD/FNDE nº. 38/2009, Resolução 26/2013/FNDE/MEC, e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Dezenove, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

É competente o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre, 24 de janeiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

LUCIMAR HOFF
Cooperativa de Agricultores de Frutas e Verduras de Campo Alegre – COOPERVITA

TESTEMUNHAS:

Maria Cristina M. Munhoz
CPF: 004.572.629-90

Daniela Saldanha
CPF: 067.764.489-22

Página 15 de 15

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2020

Publicação Nº 2380121

CONTRATO Nº 24/2020**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular de contrato de execução de obra que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/

0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 82.887.829/0001-12, com sede a Rua Manoel de Arzão, nº 97, Bairro São José, Município Itapoá -SC, representada por Januário Luiz Nunes, CPF nº 378.917.319-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº 115/2019, modalidade Tomada de Preços):

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na **contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para construção de Pórtico Turístico no acesso do Distrito de Bateias de Baixo, neste Município.**
- 1.2. Para uma melhor compreensão do objeto, a Contratada deverá observar todos os detalhes constantes dos anexos que fazem partes integrantes do processo licitatório nº 115/2019, modalidade Tomada de Preço.
- 1.3. A obra, objeto do presente contrato, não poderá ser iniciada sem a emissão da **Ordem de Serviço**, sem que a placa da Obras esteja afixada no local da obra, sem a apresentação da ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) do técnico de nível superior responsável pela execução da obra, sem a abertura do Diário de Obra, e sem a matrícula da obra no INSS - CEI (Cadastro Específico do INSS), se exigível.
- 1.4. A contratada responderá pela mão-de-obra e materiais empregados, garantindo a solidez e segurança da obra, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro e a Lei Federal nº 5.194/66.
- 1.5. Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a licitante vencedora terá prazo máximo de **90 (noventa) dias consecutivos** para a conclusão da obra.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1. A execução da obra, objeto do presente contrato será indireta no regime básico de empreitada por preço unitário.

Página 1 de 8

- 2.2. Na execução dos serviços serão observados, rigorosamente, os princípios básicos de engenharia e as normas da ABNT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Cabe ao MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE:

- 3.1.1. Definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado pelo edital e anexos contendo as referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- 3.1.2. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas no prazo contratual;
- 3.1.3. Encaminhar, às suas expensas, a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA se obriga ainda a:

- 4.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o edital e anexos (do processo licitatório nº 115/2019, modalidade TP), que declara conhecer;
- 4.1.2. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto executado, nos termos do Código Civil, mesmo após a emissão do termo de Recebimento Definitivo;
- 4.1.3. Assumir integral responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução do objeto.
- 4.1.4. Aceitar nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.
- 4.1.7. Arcar com a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 4.1.8. Providenciar, as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de todos os serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- 4.1.9. Permitir as atividades de fiscalização dos serviços, que serão realizados pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

- 4.1.10. Implantar na obra a sinalização preventiva, de acordo com as normas vigentes;
- 4.1.11. Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras, todo material rejeitado pela fiscalização e desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- 4.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente contrato;
- 4.1.13. Afixar placa de identificação da obra antes do início da mesma;
- 4.1.14. Apresentar ART do técnico de nível superior responsável pela obra, antes do início da mesma;
- 4.1.15. Manter Diário de Obra atualizado, e visado pelo técnico do Município responsável, descrevendo detalhes e ocorrências verificadas na execução da obra, referente as condições do tempo, eventuais acidentes, dificuldades técnicas enfrentadas, nº de funcionários, quantidades executadas, e outras informações relevantes; e
- 4.1.16. Responsabilizar-se pelas demais responsabilidades definidas no edital, anexos e minuta contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especificamente, quanto as obrigações previdenciárias, trabalhistas e de segurança.
- 5.2. É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em perfeito funcionamento, durante a execução do objeto deste Contrato.
- 5.3. As multas e outras penalidades impostas à Contratada pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma.
- 5.4. Atrasos no cronograma, decorrente de penalidades impostas por infração, não serão consideradas, em hipótese alguma, motivo de força maior.
- 5.5. A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo, comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta decisão.

CLÁUSULA SEXTA- DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

- 6.1. Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:
 - 6.1.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
 - 6.1.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos previstos em lei;

- 6.1.3. Fiscalizar a sua execução, diretamente, através de profissional designado;
- 6.1.4. Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 7.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor certo e ajustado de R\$ 110.969,66 (cento e dez mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), pela execução da obra.
- 7.2. O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, obedecidas às condições abaixo:
 - 7.2.1. Os pagamentos serão realizados por depósito na conta corrente indicada pela empresa, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após o aceite dos serviços na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela futura contratada, atestada(s) e visada(s) pela fiscalização deste Município. O pagamento da última parcela ocorrerá, nos mesmos termos, mediante a apresentação do Termo de Recebimento Provisório - TRP, sendo que 10% (dez por cento) do valor a receber ficarão retidos até que sejam resolvidas as pendências, caso haja, do TRP e a regularização da obra junto ao INSS, pela retirada da CND. Após, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e liberado os 10% (dez por cento) finais.
 - 7.2.2. A(s) nota(s) fiscal(is) que for(em) apresentada(s) com erro será(ão) devolvida(s) ao contratado para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo para pagamento desta cláusula, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
 - 7.2.3. A(s) devolução(ões) da(s) nota(s) fiscal(is) não aprovada(s) pelo contratante, em hipótese alguma servirá de pretexto para que o contratado suspenda os serviços;
 - 7.2.4. Pela perfeita e completa execução do objeto do Contrato, o contratante procederá ao pagamento, apenas dos serviços efetivamente executados.
 - 7.2.5. O contratado deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de recolhimentos e/ou pagamentos do mês anterior das:
 - i. Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);
 - ii. Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);
 - iii. Guia de Recolhimento do ISS;
 - iv. Folha de Pagamento do Pessoal com a respectiva composição salarial de cada categoria profissional, bem como os comprovantes dos encargos sociais incidentes;
 - v. No caso de subcontratação, a contratada deverá apresentar as notas fiscais, comprovantes da arrecadação de valores retidos, e informações à Previdência Social, previstos nos incisos I e II, elaborados pela subcontratada;
- 7.3. A não apresentação dos comprovantes enunciados, e a documentação de habilitação e qualificação exigidos no Edital, implicam necessariamente na suspensão do pagamento da fatura, até a apresentação dos mesmos, não incidindo, neste caso, em

hipótese alguma, quaisquer acréscimos de valores, referentes a juros, multa e correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

- 8.1. O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em **23/05/2020** (vigência 120 dias, contados da assinatura do contrato).
- 8.1.1. Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a Contratada terá prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos para a conclusão da obra.
- 8.1.2. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, o pedido deverá ser encaminhado, por escrito, à Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.
- 8.1.3. Os pedidos de prorrogação do prazo final e a justificativa serão analisadas, podendo ser ou não autorizadas pela Autoridade competente.
- 8.2. Caso haja necessidade de serviços complementares, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido ao Contratante, protocolizando o mesmo, no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do término da obra, de acordo com a proposta inicial, mediante orçamento apresentado.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

- 9.1. As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

1. Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre			
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer			
Unidade	11.02	Coordenaria de Turismo			
Função	15	Urbanismo			
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana			
Programa	83	Destino: Campo Alegre			
Projeto	1.050	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação da			
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações			
Recurso	996 - Municipal	Código da Dotação	431	Valor	R\$ 110.969,66

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Cabe a Secretaria Municipal de Educação, através do serviço de engenharia deste Município, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, sem prejuízo da obrigação do Contratado de fiscalizar seus prepostos ou subordinados.
- 10.2. Uma vez apurado o descumprimento do presente contrato pela CONTRATADA, o fiscal responsável incumbir-se-á de lavrar o termo de irregularidade e encaminhá-la Secretaria Municipal de Administração, para instauração do competente processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES À CONTRATADA

- 11.1. A recusa do contratado em assinar o contrato, no prazo determinado, implicará na multa de 5% (cinco por cento) do valor da proposta, ensejando a imediata convocação do segundo colocado.
- 11.2. Em caso de contratação, o contratado sujeitar-se-á às seguintes penalidades:
- 11.2.1. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer obrigação decorrente do contrato ou instrumento convocatório sujeitará o Contratado à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:
- 11.2.1.1. Atraso de até 10 (dez) dias consecutivos, multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato;
- 11.2.1.2. Atraso superior a 10 (dez) dias consecutivos, multa diária de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Campo Alegre.
- 11.2.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Município de Campo Alegre poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais bem como das multas e penalidades previstas neste edital ou no contrato, cumuladas ou não às seguintes sanções:
- 11.2.2.1. Advertência por escrito, quando o Contratado deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução do objeto contratado/licitado;
- 11.2.2.2. Multa compensatória com percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a falta for em decorrência ao não atendimento da solicitação de correção apontadas pela advertência escrita (exemplos de aplicação da multa: quando a contratada se negar em refazer o serviço executado de forma irregular; empregar materiais que comprometam a qualidade dos serviços, ou que não atendam as especificações descritas no memorial descritivo/caderno de encargos/projetos/planilhas; prejudicar o serviço da fiscalização; descumprir cláusulas contratuais e instrumento convocatório, dentre outras falhas apontadas pela fiscalização do Município).
- 11.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 02 (dois) anos, na hipótese em que o Licitante ou Contratado, convocado dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;
- 11.2.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante o Município de Campo Alegre.

- 11.3. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 11.4. Caso a multa não seja cobrada na forma prevista, deverá ser recolhido no Serviço de Tributação deste Município, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;
- 11.5. As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo Município de Campo Alegre.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 12.2. A rescisão do presente contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, na forma do inciso II do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

- 13.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os atos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 13.2. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 14.1. O presente contrato fica vinculado a Licitação nº 115/2019, modalidade Tomada de Preços, sendo obrigatório, às partes naquele instrumento convocatório, mantendo durante todo o período de vigência deste contrato às condições de habilitação e qualificação apresentadas na fase respectiva do certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 15.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.
- 15.2. Os casos omissos no presente Contrato serão analisados de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ENCARGOS

- 16.1. A despesa, decorrente dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, ficarão a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 17.1. O contrato poderá ser alterado, mediante termos aditivos, por acordo entre as partes, ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE no caso de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado, conforme art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 17.2. Se o motivo para a alteração contratual for apontado pelo contratado, o mesmo deverá formalizar pedido e encaminhar ao Protocolo do Município, e somente poderá executar tais alterações, se aprovado pelo ordenador da despesa do Município e formalizado através de Termo Aditivo.
- 17.3. E se o motivo da alteração contratual for apontado pelo Município, da mesma forma, o contratado somente poderá executar as alterações, após formalização de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

- 18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS VIAS

- 19.1. E, por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 24 de janeiro de 2020.

Lucilaine Mókfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Januário Luiz Nunes
DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Contratado

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz
CPF: 004.572.629-90

Daniela Saldanha
CPF: 067.764.489-22

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2020

Publicação Nº 2380133

CONTRATO Nº 27/2020**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO BASE PRE-FABRICADOS LTDA ME.**

Pelo presente instrumento particular de contrato de execução de obra que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **BASE PRE-FABRICADOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 12.859.913/0001-47, com sede a Rua do Comércio, nº 1179, Bairro Barracão, Município Alfredo Wagner - SC, representada por Valcir Alves da Silva, CPF nº 416.501.5898-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº 100/2019, modalidade Tomada de Preços):

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na **contratação de empresa para Fornecimento de material e mão de obra para construção de Quadra Esportiva na localidade de Bateias de Cima, neste Município.**
- 1.2. Para uma melhor compreensão do objeto, a Contratada deverá observar todos os detalhes constantes dos anexos que fazem partes integrantes do processo licitatório nº 100/2019, modalidade Tomada de Preço.
- 1.3. A obra, objeto do presente contrato, não poderá ser iniciada sem a emissão da **Ordem de Serviço**, sem que a placa da Obras esteja afixada no local da obra, sem a apresentação da ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) do técnico de nível superior responsável pela execução da obra, sem a abertura do Diário de Obra, e sem a matrícula da obra no CNO (Cadastro Nacional de Obra), se exigível.
- 1.4. A contratada responderá pela mão-de-obra e materiais empregados, garantindo a solidez e segurança da obra, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro e a Lei Federal nº 5.194/66.
- 1.5. Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a licitante vencedora terá prazo máximo de **60 (sessenta) dias consecutivos** para a conclusão da obra.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1. A execução da obra, objeto do presente contrato será indireta no regime básico de empreitada por preço unitário.

Página 1 de 8

- 2.2. Na execução dos serviços serão observados, rigorosamente, os princípios básicos de engenharia e as normas da ABNT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Cabe ao MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE:

- 3.1.1. Definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado pelo edital e anexos contendo as referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- 3.1.2. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas no prazo contratual;
- 3.1.3. Encaminhar, às suas expensas, a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA se obriga ainda a:

- 4.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o edital e anexos (do processo licitatório nº 100/2019, modalidade TP), que declara conhecer;
- 4.1.2. Responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto executado, nos termos do Código Civil, mesmo após a emissão do termo de Recebimento Definitivo;
- 4.1.3. Assumir integral responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução do objeto.
- 4.1.4. Aceitar nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.
- 4.1.7. Arcar com a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 4.1.8. Providenciar, as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de todos os serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- 4.1.9. Permitir as atividades de fiscalização dos serviços, que serão realizados pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

- 4.1.10. Implantar na obra a sinalização preventiva, de acordo com as normas vigentes;
- 4.1.11. Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras, todo material rejeitado pela fiscalização e desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- 4.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente contrato;
- 4.1.13. Afixar placa de identificação da obra antes do início da mesma;
- 4.1.14. Apresentar ART do técnico de nível superior responsável pela obra, antes do início da mesma;
- 4.1.15. Manter Diário de Obra atualizado, e visado pelo técnico do Município responsável, descrevendo detalhes e ocorrências verificadas na execução da obra, referente as condições do tempo, eventuais acidentes, dificuldades técnicas enfrentadas, nº de funcionários, quantidades executadas, e outras informações relevantes; e
- 4.1.16. Responsabilizar-se pelas demais responsabilidades definidas no edital, anexos e minuta contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especificamente, quanto as obrigações previdenciárias, trabalhistas e de segurança.
- 5.2. É de total responsabilidade da Contratada o cumprimento das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em perfeito funcionamento, durante a execução do objeto deste Contrato.
- 5.3. As multas e outras penalidades impostas à Contratada pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma.
- 5.4. Atrasos no cronograma, decorrente de penalidades impostas por infração, não serão consideradas, em hipótese alguma, motivo de força maior.
- 5.5. A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo, comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta decisão.

CLÁUSULA SEXTA- DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

- 6.1. Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:
 - 6.1.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
 - 6.1.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos previstos em lei;

- 6.1.3. Fiscalizar a sua execução, diretamente, através de profissional designado;
- 6.1.4. Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 7.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor certo e ajustado de **R\$ 121.900,00 (cento e vinte e um mil e novecentos reais)**, pela execução da obra.
- 7.2. O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, obedecidas às condições abaixo:
 - 7.2.1. Os pagamentos serão realizados por depósito na conta corrente indicada pela empresa, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após o aceite dos serviços na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela futura contratada, atestada(s) e visada(s) pela fiscalização deste Município. O pagamento da última parcela ocorrerá, nos mesmos termos, mediante a apresentação do Termo de Recebimento Provisório - TRP, sendo que 10% (dez por cento) do valor a receber ficarão retidos até que sejam resolvidas as pendências, caso haja, do TRP e a regularização da obra junto ao INSS, pela retirada da CND. Após, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e liberado os 10% (dez por cento) finais.
 - 7.2.2. A(s) nota(s) fiscal(is) que for(em) apresentada(s) com erro será(ão) devolvida(s) ao contratado para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo para pagamento desta cláusula, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
 - 7.2.3. A(s) devolução(ões) da(s) nota(s) fiscal(is) não aprovada(s) pelo contratante, em hipótese alguma servirá de pretexto para que o contratado suspenda os serviços;
 - 7.2.4. Pela perfeita e completa execução do objeto do Contrato, o contratante procederá ao pagamento, apenas dos serviços efetivamente executados.
 - 7.2.5. O contratado deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de recolhimentos e/ou pagamentos do mês anterior das:
 - i. Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS);
 - ii. Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP);
 - iii. Guia de Recolhimento do ISS;
 - iv. Folha de Pagamento do Pessoal com a respectiva composição salarial de cada categoria profissional, bem como os comprovantes dos encargos sociais incidentes;
 - v. No caso de subcontratação, a contratada deverá apresentar as notas fiscais, comprovantes da arrecadação de valores retidos, e informações à Previdência Social, previstos nos incisos I e II, elaborados pela subcontratada;
- 7.3. A não apresentação dos comprovantes enunciados, e a documentação de habilitação e qualificação exigidos no Edital, implicam necessariamente na suspensão do pagamento da fatura, até a apresentação dos mesmos, não incidindo, neste caso, em

hipótese alguma, quaisquer acréscimos de valores, referentes a juros, multa e correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

- 8.1. O presente contrato inicia-se na data de sua assinatura e expira em **23/04/2020** (vigência 90 dias, contados da assinatura do contrato).
- 8.1.1. Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a Contratada terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos para a conclusão da obra.
- 8.1.2. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, o pedido deverá ser encaminhado, por escrito, à Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.
- 8.1.3. Os pedidos de prorrogação do prazo final e a justificativa serão analisadas, podendo ser ou não autorizadas pela Autoridade competente.
- 8.2. Caso haja necessidade de serviços complementares, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido ao Contratante, protocolizando o mesmo, no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do término da obra, de acordo com a proposta inicial, mediante orçamento apresentado.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

- 9.1. As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

1. Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	14	Desporto e Lazer
Subfunção	812	Desporto Comunitário
Programa	0084	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	1.007	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Equipamentos Esportivos
Obras	4.4.90.51.00.00.00.00	(dot. 432) Obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Cabe a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, através do serviço de engenharia deste Município, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, sem prejuízo da obrigação do Contratado de fiscalizar seus prepostos ou subordinados.
- 10.2. Uma vez apurado o descumprimento do presente contrato pela CONTRATADA, o fiscal responsável incumbir-se-á de lavrar o termo de irregularidade e encaminhá-la Secretaria Municipal de Administração, para instauração do competente processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES À CONTRATADA

- 11.1. A recusa do contratado em assinar o contrato, no prazo determinado, implicará na multa de 5% (cinco por cento) do valor da proposta, ensejando a imediata convocação do segundo colocado.
- 11.2. Em caso de contratação, o contratado sujeitar-se-á às seguintes penalidades:
- 11.2.1. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer obrigação decorrente do contrato ou instrumento convocatório sujeitará o Contratado à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:
- 11.2.1.1. Atraso de até 10 (dez) dias consecutivos, multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato;
- 11.2.1.2. Atraso superior a 10 (dez) dias consecutivos, multa diária de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Campo Alegre.
- 11.2.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Município de Campo Alegre poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais bem como das multas e penalidades previstas neste edital ou no contrato, cumuladas ou não às seguintes sanções:
- 11.2.2.1. Advertência por escrito, quando o Contratado deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução do objeto contratado/licitado;
- 11.2.2.2. Multa compensatória com percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a falta for em decorrência ao não atendimento da solicitação de correção apontadas pela advertência escrita (exemplos de aplicação da multa: quando a contratada se negar em refazer o serviço executado de forma irregular; empregar materiais que comprometam a qualidade dos serviços, ou que não atendam as especificações descritas no memorial descritivo/caderno de encargos/projetos/planilhas; prejudicar o serviço da fiscalização; descumprir cláusulas contratuais e instrumento convocatório, dentre outras falhas apontadas pela fiscalização do Município).
- 11.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 02 (dois) anos, na hipótese em que o Licitante ou Contratado, convocado dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;
- 11.2.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante o Município de Campo Alegre.

- 11.3. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 11.4. Caso a multa não seja cobrada na forma prevista, deverá ser recolhido no Serviço de Tributação deste Município, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;
- 11.5. As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo Município de Campo Alegre.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 12.2. A rescisão do presente contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, na forma do inciso II do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, ou judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

- 13.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os atos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 13.2. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 14.1. O presente contrato fica vinculado a Licitação nº 100/2019, modalidade Tomada de Preços, sendo obrigatório, às partes naquele instrumento convocatório, mantendo durante todo o período de vigência deste contrato às condições de habilitação e qualificação apresentadas na fase respectiva do certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 15.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.
- 15.2. Os casos omissos no presente Contrato serão analisados de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ENCARGOS

- 16.1. A despesa, decorrente dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, ficarão a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 17.1. O contrato poderá ser alterado, mediante termos aditivos, por acordo entre as partes, ou unilateralmente por parte do CONTRATANTE no caso de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total atualizado, conforme art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 17.2. Se o motivo para a alteração contratual for apontado pelo contratado, o mesmo deverá formalizar pedido e encaminhar ao Protocolo do Município, e somente poderá executar tais alterações, se aprovado pelo ordenador da despesa do Município e formalizado através de Termo Aditivo.
- 17.3. E se o motivo da alteração contratual for apontado pelo Município, da mesma forma, o contratado somente poderá executar as alterações, após formalização de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

- 18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS VIAS

- 19.1. E, por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 24 de janeiro de 2020.

Lucilaine Mókfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Valcir Alves da Silva
BASE PRE-FABRICADOS LTDA ME
Contratado

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz
CPF: 004.572.629-90

Daniela Saldanha
CPF: 067.764.489-22

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2020

Publicação Nº 2380139

CONTRATO Nº 31/2020**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE
CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO ANDERSON FURTADO.**

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, que entre si celebram, de um lado o Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado Anderson Furtado, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 028.469.129-12, com sede a Rua Alfredo Schiessl, nº 95, Industrial Norte, Rio Negrinho/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência ao processo de licitação nº 121/2019):

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na Prestação de serviços de maestro para executar atividades de regência e coordenação da Banda Municipal de Campo Alegre/BAMUCA, de acordo com o estabelecido no edital e Termo de Referência, do Processo Licitatório nº 121/2019. Totalizando 20 (vinte) horas semanais, sendo de responsabilidade do contratado ainda, acompanhar a banda e as fanfarras nas apresentações culturais organizadas pela coordenadoria de cultura, conforme calendário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O CONTRATADO deverá lecionar, ensaiar e reger a Banda Municipal, em dias e horários a serem determinados pela CONTRATANTE, além de acompanhar as apresentações que se fizerem necessárias, de acordo com o calendário da CONTRATANTE, ou por solicitação desta.

2.2. O CONTRATADO deverá cumprir os seguintes horários: todas as 2ª e 4ª feiras de cada semana, no horário das 7h às 12h e das 13h às 18h.

2.2.1. Quando houver feriado ou ponto facultativo na data fixada, o profissional contratado deverá repor as horas em outro dia, previamente acordado com o Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

2.2.2. Poderá haver alteração nos dias da semana determinados para a prestação do serviço, desde que aceito e acordado previamente com a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

2.3. A prestação dos serviços mencionados deverá respeitar o limite mínimo de 20 (vinte) horas semanais.

2.4. Todas as despesas diretas e indiretas, inclusive com alimentação, estadia, transporte/deslocamento ou outras correrão por conta do CONTRATADO, exceto o deslocamento do Centro do Município para a localidade de Bateias de Cima ou Distritos de Bateias de Baixo e Fragosos, pois estas serão executadas, quando necessário, com veículo e motorista da CONTRATADA.

Página 1 de 3

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o preço certo e ajustado de R\$ 2.533,33 (dois mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) mensais, em 10 (dez) parcelas, perfazendo um total de R\$ 25.333,00 (Vinte e cinco mil trezentos e trinta e três reais), com vencimento no 10º dia do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da respectiva nota de prestação de serviços.

3.1.1. Quaisquer alterações que se façam necessárias durante a vigência do presente contrato, referente à diminuição de carga horária para a prestação do serviço contratado, ensejará a imediata adequação do valor constante desta cláusula, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º 11.01.1.005.3.3.90.36.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras, Coordenadoria de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Fiscalização do objeto do presente Contrato fica por conta do Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

5.2. Uma vez apurado o descumprimento do presente contrato pela CONTRATADA, o fiscal responsável incumbir-se-á de lavrar o termo de irregularidade e encaminhá-la ao Setor de Licitações para instauração do competente processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

6.1. Caso o contratado ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com o Município de Campo Alegre pelo prazo de até 05 (cinco) anos e estará sujeito também à aplicação de multas, conforme segue:

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato pela empresa/profissional, nos casos de desistência da proposta.
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nos casos que venham a gerar a rescisão do contrato, ou descumprimento contratual, ou ainda, ter cometido algum dos itens acima citados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

7.1. O presente contrato entra em vigor em 10 de fevereiro de 2020 e expira-se em 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A CONTRATANTE se reserva ao direito de rescindir o presente contrato unilateralmente, caso deixe de existir interesse público no mesmo.

8.1.1. A rescisão do presente contrato poderá ser amigável ou judicial, conforme a razão que der causa à referida rescisão.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

Campo Alegre/SC, 10 de fevereiro de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração
Contratante

ANDERSON FURTADO

Contratado

Testemunhas:

Maria Cristina M. Munhoz
CPF: 004.572.629-90

Daniela Saldanha
CPF: 067.764.489-22

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2020

Publicação Nº 2380682

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: GISELI HIRT
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 02 de março de 2020 até 18 de dezembro de 2020.
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.
CARGO PÚBLICO: PROFESSOR I
FUNÇÃO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS AULA/SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.412,45 (um mil quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 02 de março de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.866 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383335

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.866 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, registro no sistema sob nº 955528, no Cargo Público e exercendo a Função Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2019 á 31 de dezembro de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção da Servidora Pública Municipal o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 04 de fevereiro de 2020, sob nº 00112.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.867 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383340

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.867 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público VALMIR ADÃO DE SOUZA LUZ, matrícula funcional nº 000074, registro no sistema sob nº 294590, ocupante de Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função

de Operador de Máquinas e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de novembro de 2019 á 31 de novembro de 2020, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor Público Municipal o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 04 de fevereiro de 2020, sob nº 00110.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.868 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383341

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.868 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, registro no sistema sob nº 955528, no Cargo Público e exercendo a Função Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 04 de março de 2020 á 13 de março de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 05 de fevereiro de 2020 sob nº 00114.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.869 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383346

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.869 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 1º do art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal, ALESSANDRA GODINHO VALENTIM, matrícula funcional nº 000630, registro no sistema sob nº 955057, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de março de 2020 a 09 de maio de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de novembro de 2019, sob nº 010338.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379987

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE VALOR PARA LANCE MÍNIMO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA FINS DE LEILÃO PÚBLICO.

A Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 12.667 de 21 de fevereiro de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor mínimo de lance para fins de Leilão dos Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo, descritos no Anexo único, "veículos e máquinas", anexo parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. Os Bens Móveis Inservíveis de que trata o caput deste artigo desta Resolução, devidamente avaliados pela Comissão de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

Publicada a presente Resolução aos dois dias do mês de março de 2020, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAK
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis
COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 01 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Nº DE PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR R\$
6027	GM CORSA LZN 4042	R\$ 1.000,00
22436	VW KOMBI MCC 9936	R\$ 2.000,00

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAK
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379988

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE VALOR PARA LANCE MÍNIMO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/, PARA FINS DE LEILÃO PÚBLICO.

A Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 12.667 de 21 de fevereiro de 2020; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o valor mínimo de lance para fins de Leilão dos Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo, descritos no Anexo Único, do Lote único, anexo parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. Os Bens Móveis Inservíveis de que trata o caput do artigo 1º desta Resolução, conforme Anexo único, do lote único devidamente avaliados os referidos Bens Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

Publicada a presente Resolução aos dois dias do mês de março de 2020, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

EVELTON MICHEL SCHULZE ANA FLAVIA MARCINIAK
Secretário da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS
DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 02 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ANEXO ÚNICO
LOTE ÚNICO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Nº DE PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM
05	Poltrona
06	Poltrona
07	Cadeira giratória
14	Cadeira

15	Cadeira
16	Cadeira
19	Lixeiro
23	Guilhotina
25	Cadeira
32	Central telefônica
34	Máquina de calcular
47	Escrivaninha
48	Cadeira giratória
49	Máquina de calcular
49	Máquina de calcular
50	Máquina de escrever
51	Fichário com carrinho
52	Circulado de ar
52	Circulado de ar
55	Cadeira
68	Cadeira giratória
78	Cadeira
78	Cadeira
87	Cadeira
88	Cadeira
93	Telefone
95	Telefone
103	Balcão
105	Lixeiro
106	Circulador de ar
107	Carteira
111	Arquivo de aço
113	Armário duas portas de vidro
114	Armário duas portas de vidro
127	Cadeira
144	Porta disquete
149	Circulador de ar
155	Mesa
158	Escrivaninha
161	Máquina de calcular
164	Mesa
171	Mira 4M
172	Prancheta
214	Cadeira
215	Cadeira
216	Cadeira madeira
217	Cadeira madeira
218	Cadeira
219	Cadeira
220	Cadeira
221	Cadeira
222	Cadeira madeira

230	Mesa
262	Máquina de cortar grama
274	Mesa
278	Cadeira
281	Alavanca
299	Cadeira escolar
300	Mural
301	Máquina de escrever
303	Arquivo de aço
326	Aquecedor
327	Mural
339	Mesa
353	Cadeira
365	Foco com haste móvel
369	Tambor inox
480	Ventilador
496	Mesa
522	Ventilador
719	Hollemback
773	Cadeira
783	Cuspideira
800	Televisão
805	Nebulizador
824	Mesa escrivaninha
933	Computador
937	Mesa
962	Porta Bandeira
966	Aparelho Fax
1011	Cadeira escolar
1048	Aquecedor
1048	Aquecedor
1060	Guarda roupa
1065	Quadro verde
1073	Quadro verde
1077	Cadeira
1078	Cadeira
1079	Cadeira de madeira
1080	Cadeira
1083	Cadeira
1087	Cadeira
1088	Cadeira
1089	Cadeira
1090	Cadeira escolar
1092	Cadeira escolar
1096	Cadeira escolar
1100	Cadeira
1101	Cadeira madeira
1103	Cadeira madeira

1106	Cadeira madeira
1107	Cadeira madeira
1108	Cadeira madeira
1109	Cadeira madeira
1110	Cadeira madeira
1113	Cadeira madeira
1117	Cadeira madeira
1118	Cadeira madeira
1120	Cadeira madeira
1125	Armário
1126	Cadeira
1127	Cadeira
1129	Maquina de escrever
1139	Mesa
1142	Mesa
1143	Mesa
1144	Mesa
1148	Arquivo de aço
1151	Cadeira
1152	Mesa
1156	Aquecedor
1157	Aquecedor
1158	Cadeira giratória
1161	Balcão madeira
1162	Telefone
1163	Mesa
1164	Mesa
1167	Mesa
1168	Mesa
1169	Mesa
1170	Mesa
1172	Arquivo de aço
1173	Cadeira
1181	Mesa professor
1182	Carteira escolar
1184	Estante madeira
1185	Mesa
1189	Carteira escolar
1190	Carteira escolar
1191	Carteira escolar
1192	Carteira escolar
1194	Carteira escolar
1195	Carteira escolar
1196	Carteira escolar
1197	Carteira escolar
1198	Carteira escolar
1199	Carteira escolar
1200	Carteira escolar

1201	Carteira escolar
1203	Carteira escolar
1204	Carteira escolar
1205	Carteira escolar
1207	Carteira escolar
1208	Carteira escolar
1209	Carteira escolar
1210	Carteira escolar
1211	Carteira escolar
1212	Carteira escolar
1213	Carteira escolar
1214	Carteira escolar
1215	Carteira escolar
1216	Carteira escolar
1217	Carteira escolar
1218	Carteira escolar
1220	Cadeira madeira
1227	Armário duas portas de vidro
1229	Armário
1231	Armário
1232	Armário duas portas de vidro
1233	Armário
1235	Armário
1236	Balcão
1237	Mesa
1239	Cadeira escolar
1240	Cadeira escolar
1241	Cadeira escolar
1242	Cadeira escolar
1249	Escrivaninha
1250	Cavalete
1251	Cavalete
1252	Cavalete
1253	Cavalete
1255	Cavalete
1256	Cavalete
1291	Cavalete
1296	Cadeira madeira
1297	Cadeira madeira
1301	Cadeira madeira
1302	Cadeira madeira
1302	Cadeira madeira
1315	Cadeira de madeira
1317	Carteira escolar
1319	Carteira escolar
1320	Carteira escolar
1326	Carteira escolar
1327	Carteira escolar

1328	Carteira escolar
1329	Carteira escolar
1330	Carteira escolar
1331	Carteira escolar
1332	Carteira escolar
1333	Carteira escolar
1334	Carteira escolar
1335	Carteira escolar
1336	Carteira escolar
1337	Carteira escolar
1338	Carteira escolar
1340	Carteira escolar
1341	Carteira escolar
1342	Carteira escolar
1343	Carteira escolar
1344	Carteira escolar
1345	Carteira escolar
1346	Carteira escolar
1348	Cadeira escolar
1350	Cadeira escolar
1351	Cadeira escolar
1352	Cadeira escolar
1355	Cadeira escolar
1356	Cadeira escolar
1357	Cadeira escolar
1358	Cadeira escolar
1368	Cadeira de madeira
1370	Cadeira escolar
1372	Estante
1373	Armário
1373	Armário
1374	Armário
1375	Armário
1378	Armário
1380	Quadro de giz
1381	Quadro de giz
1383	Mesa professor
1388	Carteira
1389	Carteira
1393	Carteira escolar
1394	Carteira escolar
1395	Carteira escolar
1396	Carteira escolar
1397	Carteira escolar
1398	Carteira escolar
1399	Carteira escolar
1400	Carteira escolar
1401	Carteira escolar

1402	Carteira escolar
1404	Carteira escolar
1405	Carteira escolar
1406	Carteira escolar
1407	Carteira escolar
1408	Carteira escolar
1409	Carteira escolar
1410	Carteira escolar
1411	Carteira escolar
1412	Carteira escolar
1413	Carteira escolar
1414	Carteira escolar
1416	Carteira escolar
1417	Carteira escolar
1418	Carteira escolar
1419	Carteira escolar
1420	Carteira escolar
1421	Carteira escolar
1422	Carteira escolar
1423	Carteira escolar
1424	Carteira escolar
1425	Carteira escolar
1426	Carteira escolar
1427	Carteira escolar
1428	Carteira escolar
1429	Carteira escolar
1430	Carteira escolar
1431	Carteira escolar
1432	Carteira escolar
1433	Carteira escolar
1434	Carteira escolar
1435	Carteira escolar
1436	Carteira escolar
1437	Carteira escolar
1438	Carteira escolar
1439	Carteira escolar
1440	Carteira escolar
1441	Carteira escolar
1442	Carteira escolar
1443	Carteira escolar
1444	Carteira escolar
1445	Cadeira escolar
1446	Cadeira escolar
1448	Cadeira escolar
1450	Cadeira escolar
1451	Cadeira escolar
1452	Cadeira escolar
1453	Cadeira escolar

1454	Cadeira escolar
1455	Cadeira escolar
1456	Cadeira escolar
1458	Cadeira escolar
1459	Cadeira escolar
1460	Cadeira escolar
1461	Cadeira escolar
1463	Cadeira escolar
1464	Cadeira escolar
1465	Cadeira escolar
1467	Cadeira escolar
1468	Cadeira escolar
1469	Cadeira escolar
1470	Cadeira escolar
1471	Cadeira escolar
1472	Cadeira escolar
1473	Cadeira escolar
1474	Cadeira escolar
1475	Cadeira escolar
1476	Cadeira escolar
1477	Cadeira escolar
1478	Cadeira escolar
1479	Cadeira escolar
1480	Cadeira escolar
1481	Cadeira escolar
1482	Cadeira escolar
1483	Cadeira escolar
1484	Cadeira escolar
1485	Cadeira escolar
1486	Cadeira escolar
1487	Cadeira escolar
1488	Cadeira escolar
1489	Cadeira escolar
1490	Cadeira escolar
1491	Cadeira escolar
1493	Cadeira escolar
1494	Cadeira escolar
1495	Cadeira escolar
1496	Cadeira escolar
1497	Cadeira escolar
1498	Cadeira escolar
1499	Cadeira escolar
1500	Cadeira escolar
1501	Cadeira escolar
1502	Cadeira escolar
1503	Cadeira escolar
1504	Cadeira escolar
1505	Maquina de escrever

1505	Máquina de escrever
1506	Arquivo de aço
1507	Mesa Refeitório
1508	Mesa refeitório
1510	Banco
1518	Estante
1519	Mimeografo
1520	Armário de cozinha
1524	Coleção Brincando Aprendendo
1526	Mastro
1527	Mastro
1528	Mastro
1529	Arquivo de aço
1531	Duplicador manual
1532	Mesa
1533	Mesa
1534	Banco
1540	Mesa professor
1543	Quadro de escrever
1544	Quadro de escrever
1545	Quadro de giz
1546	Panelleiro
1547	Cadeira escolar
1548	Cadeira escolar
1549	Cadeira escolar
1550	Cadeira escolar
1551	Cadeira escolar
1552	Cadeira escolar
1553	Cadeira escolar
1554	Cadeira escolar
1555	Cadeira escolar
1556	Cadeira escolar
1557	Cadeira escolar
1558	Cadeira escolar
1559	Cadeira escolar
1560	Cadeira escolar
1561	Cadeira escolar
1562	Cadeira escolar
1563	Cadeira escolar
1564	Cadeira escolar
1565	Cadeira escolar
1566	Cadeira escolar
1567	Cadeira escolar
1568	Cadeira escolar
1569	Cadeira escolar
1570	Cadeira escolar
1571	Cadeira escolar
1573	Cadeira escolar

1574	Cadeira escolar
1575	Cadeira escolar
1576	Cadeira escolar
1578	Cadeira escolar
1579	Cadeira escolar
1580	Cadeira escolar
1581	Cadeira escolar
1582	Cadeira escolar
1583	Carteira escolar
1584	Carteira escolar
1585	Carteira escolar
1586	Carteira escolar
1587	Carteira escolar
1588	Carteira escolar
1589	Carteira escolar
1590	Carteira escolar
1591	Carteira escolar
1592	Carteira escolar
1593	Carteira escolar
1594	Carteira escolar
1595	Carteira escolar
1597	Carteira escolar
1598	Carteira escolar
1599	Carteira escolar
1600	Carteira escolar
1601	Carteira escolar
1602	Carteira escolar
1603	Carteira escolar
1604	Carteira escolar
1605	Carteira escolar
1606	Carteira escolar
1607	Carteira escolar
1608	Carteira escolar
1609	Carteira escolar
1611	Carteira escolar
1612	Carteira escolar
1613	Carteira escolar
1614	Carteira escolar
1615	Carteira escolar
1618	Carteira escolar
1619	Carteira escolar
1620	Carteira escolar
1621	Carteira escolar
1622	Carteira escolar
1627	Escrivaninha
1628	Prateleira
1638	Cadeira madeira
1640	Carteira escolar

1641	Carteira escolar
1643	Carteira escolar
1644	Carteira escolar
1645	Carteira escolar
1646	Carteira escolar
1648	Carteira escolar
1649	Carteira escolar
1651	Carteira escolar
1653	Carteira escolar
1654	Carteira escolar
1655	Carteira escolar
1656	Carteira escolar
1657	Carteira escolar
1658	Carteira escolar
1659	Carteira escolar
1664	Carteira escolar
1665	Cadeira escolar
1668	Cadeira escolar
1670	Cadeira escolar
1672	Cadeira escolar
1673	Cadeira escolar
1678	Cadeira escolar
1679	Cadeira escolar
1680	Cadeira escolar
1681	Cadeira escolar
1682	Cadeira escolar
1683	Cadeira escolar
1685	Cadeira escolar
1686	Cadeira escolar
1690	Quadro de giz
1697	Armário
1703	Quadro de giz
1705	Quadro de escrever
1706	Cadeira escolar
1708	Cadeira escolar
1711	Cadeira escolar
1713	Cadeira escolar
1714	Cadeira escolar
1716	Cadeira escolar
1717	Cadeira escolar
1719	Cadeira escolar
1720	Cadeira escolar
1721	Cadeira escolar
1722	Cadeira escolar
1724	Cadeira escolar
1725	Cadeira escolar
1727	Cadeira escolar
1728	Cadeira escolar

1729	Cadeira escolar
1730	Cadeira escolar
1731	Cadeira escolar
1733	Cadeira escolar
1735	Cadeira escolar
1736	Cadeira escolar
1738	Cadeira escolar
1739	Cadeira escolar
1740	Cadeira escolar
1741	Cadeira escolar
1742	Cadeira escolar
1743	Cadeira escolar
1747	Cadeira escolar
1748	Cadeira escolar
1749	Cadeira escolar
1752	Cadeira escolar
1753	Cadeira escolar
1754	Cadeira escolar
1755	Cadeira escolar
1757	Cadeira escolar
1758	Cadeira escolar
1762	Cadeira escolar
1764	Cadeira escolar
1766	Cadeira escolar
1767	Cadeira escolar
1771	Mesa professor
1773	Mesa professor
1775	Mesa professor
1778	Mesa professor
1779	Mesa professor
1780	Mesa professor
1781	Mesa professor
1786	Maquina de escrever elétrica
1787	Mimeografo
1800	Refrigerador
1801	Liquidificador
1803	Armário
1808	Mesa professor
1810	Mesa escolar
1811	Mesa escolar
1814	Mesa escolar
1815	Mesa escolar
1816	Mesa escolar
1817	Mesa escolar
1818	Mesa escolar
1819	Mesa escolar
1826	Quadro de giz
1827	Quadro de giz

1828	Quadro de giz
1829	Quadro de giz
1834	Balcão para pia
1843	Carteira escolar
1845	Mesa refeitório
1846	Mesa refeitório
1847	Banco refeitório
1848	Banco madeira
1875	Cadeira escolar
1881	Botijão
1891	Mesa escolar
1899	Cuba
1902	Cadeira escolar
1903	Cadeira escolar
1904	Cadeira escolar
1905	Cadeira escolar
1906	Cadeira escolar
1907	Cadeira escolar
1910	Cadeira escolar
1913	Cadeira escolar
1916	Cadeira escolar
1918	Cadeira escolar
1920	Cadeira escolar
1921	Cadeira escolar
1922	Cadeira escolar
1924	Cadeira escolar
1925	Cadeira escolar
1928	Cadeira escolar
1930	Cadeira escolar
1931	Cadeira escolar
1932	Cadeira escolar
1934	Cadeira escolar
1935	Cadeira escolar
1940	Carteira escolar
1942	Carteira escolar
1945	Carteira escolar
1947	Carteira escolar
1949	Carteira escolar
1950	Carteira escolar
1951	Carteira escolar
1953	Carteira escolar
1955	Carteira escolar
1956	Carteira escolar
1957	Carteira escolar
1961	Carteira escolar
1962	Carteira escolar
1964	Carteira escolar
1965	Carteira escolar

1967	Carteira escolar
1969	Carteira escolar
1970	Carteira escolar
1972	Carteira escolar
1974	Quadro de giz
1975	Armário
1976	Armário
1978	Estante
1979	Carteira escolar
1982	Cadeirinha pré
1993	Cadeirinha pré
1995	Cadeirinha pré
1997	Mesa
2003	Escada de ferro
2011	Mesa professor
2014	Estante
2016	Liquidificador
2020	Carteira escolar
2021	Carteira escolar
2022	Carteira escolar
2023	Carteira escolar
2024	Carteira escolar
2025	Carteira escolar
2026	Carteira escolar
2027	Carteira escolar
2028	Carteira escolar
2029	Carteira escolar
2030	Carteira escolar
2031	Carteira escolar
2032	Carteira escolar
2033	Carteira escolar
2034	Carteira escolar
2036	Carteira escolar
2037	Carteira escolar
2038	Carteira escolar
2039	Carteira escolar
2040	Carteira escolar
2041	Carteira escolar
2042	Carteira escolar
2043	Carteira escolar
2044	Carteira
2045	Carteira escolar
2046	Carteira escolar
2047	Carteira escolar
2048	Carteira escolar
2049	Carteira escolar
2051	Carteira escolar
2053	Cadeira escolar

2054	Cadeira escolar
2055	Cadeira escolar
2056	Cadeira escolar
2057	Cadeira escolar
2058	Cadeira escolar
2059	Cadeira escolar
2060	Cadeira escolar
2061	Cadeira escolar
2062	Cadeira escolar
2067	Cadeira escolar
2069	Cadeira escolar
2070	Cadeira escolar
2074	Cadeira escolar
2075	Cadeira escolar
2076	Cadeira escolar
2077	Cadeira escolar
2078	Cadeira escolar
2079	Cadeira escolar
2080	Cadeira escolar
2084	Carteira escolar
2085	Carteira escolar
2086	Carteira escolar
2087	Carteira escolar
2088	Carteira escolar
2089	Carteira escolar
2090	Carteira escolar
2091	Carteira escolar
2092	Carteira escolar
2093	Carteira escolar
2094	Carteira escolar
2095	Carteira escolar
2096	Carteira escolar
2097	Carteira escolar
2098	Carteira escolar
2099	Carteira escolar
2100	Carteira escolar
2101	Carteira escolar
2102	Carteira escolar
2103	Carteira escolar
2104	Carteira escolar
2105	Carteira escolar
2106	Carteira escolar
2107	Carteira escolar
2108	Carteira escolar
2109	Carteira escolar
2110	Carteira escolar
2111	Cadeira escolar
2112	Cadeira escolar

2113	Cadeira escolar
2114	Cadeira escolar
2115	Cadeira escolar
2116	Cadeira escolar
2118	Cadeira escolar
2119	Cadeira escolar
2120	Cadeira escolar
2121	Cadeira escolar
2122	Cadeira escolar
2123	Cadeira escolar
2124	Cadeira escolar
2125	Cadeira escolar
2126	Cadeira escolar
2127	Cadeira escolar
2128	Cadeira escolar
2129	Cadeira escolar
2130	Cadeira escolar
2131	Cadeira escolar
2132	Cadeira escolar
2133	Cadeira escolar
2134	Cadeira escolar
2135	Cadeira escolar
2136	Cadeira escolar
2137	Cadeira escolar
2138	Mesa professor
2138	Mesa professor
2139	Armário
2142	Balcão formica
2143	Pia para cozinha
2147	Quadro de giz
2151	Mesa professor
2152	Mesa professor
2152	Mesa professor
2153	Cadeira escolar
2154	Cadeira escolar
2155	Cadeira escolar
2156	Cadeira escolar
2157	Cadeira escolar
2158	Cadeira escolar
2159	Cadeira escolar
2160	Cadeira escolar
2161	Cadeira escolar
2162	Cadeira escolar
2163	Cadeira escolar
2164	Cadeira escolar
2165	Cadeira escolar
2166	Cadeira escolar
2167	Cadeira escolar

2170	Cadeira escolar
2171	Cadeira escolar
2174	Cadeira escolar
2175	Cadeira escolar
2176	Cadeira escolar
2180	Cadeira escolar
2182	Cadeira escolar
2183	Cadeira escolar
2184	Cadeira escolar
2185	Cadeira escolar
2186	Carteira escolar
2187	Carteira escolar
2188	Carteira escolar
2189	Carteira escolar
2190	Carteira escolar
2191	Carteira escolar
2192	Carteira escolar
2193	Carteira escolar
2194	Carteira escolar
2195	Carteira escolar
2196	Carteira escolar
2197	Carteira escolar
2198	Carteira escolar
2199	Carteira escolar
2200	Carteira escolar
2201	Carteira escolar
2202	Carteira escolar
2204	Carteira escolar
2205	Carteira escolar
2206	Carteira escolar
2207	Carteira escolar
2208	Carteira escolar
2209	Carteira escolar
2210	Carteira escolar
2211	Carteira escolar
2213	Pia para cozinha
2214	Balcão
2215	Armário
2221	Armário
2222	Balcão
2223	Mesa professor
2224	Quadro de giz
2225	Quadro de giz
2226	Carteira escolar
2227	Carteira escolar
2228	Carteira escolar
2229	Carteira escolar
2230	Carteira escolar

2231	Carteira escolar
2232	Arquivo de aço
2233	Carteira escolar
2234	Carteira escolar
2235	Carteira escolar
2236	Carteira escolar
2237	Carteira escolar
2238	Carteira escolar
2239	Carteira escolar
2240	Carteira escolar
2241	Carteira escolar
2242	Carteira escolar
2243	Carteira escolar
2244	Cadeira escolar
2245	Cadeira escolar
2246	Cadeira escolar
2247	Cadeira escolar
2248	Cadeira escolar
2249	Cadeira escolar
2250	Cadeira escolar
2251	Cadeira escolar
2252	Cadeira escolar
2253	Cadeira escolar
2254	Cadeira escolar
2255	Cadeira escolar
2256	Cadeira escolar
2257	Cadeira escolar
2258	Cadeira escolar
2259	Cadeira escolar
2261	Cadeira escolar
2262	Cadeira escolar
2265	Fogão
2266	Armário
2267	Armário
2270	Escrivaninha
2271	Quadro de giz
2272	Quadro de giz
2273	Armário duas portas
2274	Carteira escolar
2275	Carteira escolar
2276	Carteira escolar
2277	Carteira escolar
2278	Carteira escolar
2279	Carteira escolar
2280	Carteira escolar
2281	Carteira escolar
2282	Carteira escolar
2283	Carteira escolar

2284	Carteira escolar
2285	Carteira escolar
2286	Carteira escolar
2287	Carteira escolar
2288	Carteira escolar
2290	Carteira escolar
2291	Carteira escolar
2292	Carteira escolar
2293	Carteira escolar
2294	Carteira escolar
2296	Cadeira escolar
2297	Cadeira escolar
2299	Cadeira escolar
2300	Cadeira escolar
2302	Cadeira escolar
2304	Cadeira escolar
2305	Cadeira escolar
2306	Cadeira escolar
2307	Cadeira escolar
2309	Cadeira escolar
2310	Cadeira escolar
2311	Cadeira escolar
2312	Cadeira escolar
2313	Cadeira escolar
2317	Fogão
2323	Mesa professor
2329	Carteira escolar
2330	Carteira escolar
2331	Carteira escolar
2332	Carteira escolar
2333	Carteira escolar
2334	Carteira escolar
2335	Carteira escolar
2336	Carteira escolar
2337	Carteira escolar
2338	Carteira escolar
2342	Carteira escolar
2343	Carteira escolar
2344	Carteira escolar
2345	Carteira escolar
2346	Carteira escolar
2348	Carteira escolar
2349	Carteira escolar
2350	Carteira escolar
2351	Carteira escolar
2352	Cadeira escolar
2353	Cadeira escolar
2354	Cadeira escolar

2355	Cadeira escolar
2356	Cadeira escolar
2357	Cadeira escolar
2358	Cadeira escolar
2359	Cadeira escolar
2360	Cadeira escolar
2361	Cadeira escolar
2362	Cadeira escolar
2363	Cadeira escolar
2364	Cadeira escolar
2365	Cadeira escolar
2366	Cadeira escolar
2367	Cadeira escolar
2369	Cadeira escolar
2370	Cadeira escolar
2371	Cadeira escolar
2372	Cadeira escolar
2373	Cadeira escolar
2374	Cadeira escolar
2375	Cadeira escolar
2376	Armário
2378	Quadro de giz
2379	Estante
2381	Balcão
2387	Mesa pré-escolar
2389	Mesa pré
2391	Cadeira pré
2392	Cadeira pré
2400	Carteira escolar
2402	Carteira escolar
2403	Cadeira escolar
2404	Carteira escolar
2405	Carteira escolar
2406	Carteira escolar
2407	Carteira escolar
2408	Carteira escolar
2409	Carteira escolar
2410	Carteira escolar
2411	Carteira escolar
2412	Carteira escolar
2413	Carteira escolar
2414	Carteira escolar
2415	Carteira escolar
2416	Carteira escolar
2417	Carteira escolar
2418	Cadeira escolar
2419	Carteira escolar
2420	Carteira escolar

2422	Carteira escolar
2423	Carteira escolar
2424	Carteira escolar
2425	Cadeira escolar
2426	Cadeira escolar
2427	Cadeira escolar
2428	Cadeira escolar
2429	Cadeira escolar
2430	Cadeira escolar
2431	Cadeira escolar
2432	Cadeira escolar
2433	Cadeira escolar
2434	Cadeira escolar
2435	Cadeira escolar
2436	Cadeira escolar
2437	Cadeira escolar
2438	Cadeira escolar
2439	Cadeira escolar
2440	Cadeira escolar
2441	Cadeira escolar
2442	Cadeira escolar
2443	Cadeira escolar
2444	Cadeira escolar
2446	Cadeira escolar
2447	Cadeira escolar
2448	Cadeira escolar
2449	Cadeira escolar
2450	Armário duas portas de vidro
2451	Armário duas portas de vidro
2453	Mesa professor
2454	Mesa professor
2455	Quadro de giz verde
2456	Quadro de giz
2457	Quadro de giz
2468	Pia para cozinha
2469	Panela formica
2470	Fogão Industrial
2472	Coleção Brincando e Aprendendo
2474	Carteira escolar
2475	Carteira escolar
2477	Carteira escolar
2478	Carteira escolar
2479	Carteira escolar
2480	Carteira escolar
2481	Carteira escolar
2482	Carteira escolar
2483	Carteira escolar
2485	Carteira escolar

2486	Carteira escolar
2487	Carteira escolar
2488	Carteira escolar
2489	Carteira escolar
2490	Carteira escolar
2491	Carteira escolar
2492	Carteira escolar
2494	Carteira escolar
2496	Carteira escolar
2498	Carteira escolar
2499	Carteira escolar
2500	Carteira escolar
2501	Carteira escolar
2503	Carteira escolar
2504	Carteira escolar
2505	Carteira escolar
2506	Carteira escolar
2507	Carteira escolar
2508	Carteira escolar
2509	Cadeira escolar
2510	Cadeira escolar
2512	Cadeira escolar
2513	Cadeira escolar
2514	Cadeira escolar
2515	Cadeira escolar
2516	Cadeira escolar
2517	Cadeira escolar
2518	Cadeira escolar
2519	Cadeira escolar
2520	Cadeira escolar
2522	Cadeira escolar
2523	Cadeira escolar
2524	Cadeira escolar
2525	Cadeira escolar
2526	Cadeira escolar
2528	Cadeira escolar
2529	Cadeira escolar
2531	Cadeira escolar
2532	Cadeira escolar
2533	Cadeira escolar
2534	Cadeira escolar
2535	Cadeira escolar
2536	Cadeira escolar
2537	Cadeira escolar
2539	Cadeira escolar
2540	Cadeira escolar
2541	Cadeira escolar
2542	Cadeira escolar

2543	Cadeira escolar
2544	Cadeira escolar
2545	Mesa professor
2549	Carteira escolar
2550	Carteira escolar
2552	Carteira escolar
2554	Carteira escolar
2555	Carteira escolar
2557	Carteira escolar
2558	Carteira escolar
2560	Cadeira escolar
2562	Cadeira escolar
2565	Cadeira escolar
2568	Cadeira escolar
2569	Cadeira escolar
2571	Cadeira escolar
2572	Cadeira escolar
2573	Cadeira escolar
2574	Cadeira escolar
2578	Carteira escolar
2579	Carteira escolar
2580	Cadeira escolar
2581	Cadeira escolar
2582	Carteira escolar
2583	Cadeira escolar
2584	Carteira escolar
2585	Carteira escolar
2586	Carteira escolar
2587	Carteira escolar
2588	Cadeira escolar
2589	Cadeira escolar
2590	Cadeira escolar
2592	Cadeira escolar
2593	Cadeira escolar
2594	Cadeira escolar
2608	Armário de madeira
2609	Quadro de giz
2610	Estante
2612	Tampa para pia
2613	Panela
2614	Refrigerador
2616	Fogão a gás
2617	Mesa
2620	Quadro de giz
2622	Estante
2625	Mimeografo
2631	Fogão
2632	Balcão

2633	Tampa para pia
2634	Cadeira escolar
2637	Cadeira escolar
2638	Cadeira escolar
2642	Cadeira escolar
2645	Cadeira escolar
2646	Cadeira escolar
2647	Cadeira escolar
2673	Carteira escolar
2674	Carteira escolar
2675	Carteira escolar
2676	Carteira escolar
2677	Cadeira escolar
2678	Armário
2680	Carteira escolar
2681	Carteira escolar
2682	Carteira escolar
2683	Carteira escolar
2684	Carteira escolar
2686	Carteira escolar
2687	Carteira escolar
2690	Carteira escolar
2691	Carteira escolar
2692	Carteira escolar
2693	Carteira escolar
2694	Carteira escolar
2696	Carteira escolar
2697	Carteira escolar
2698	Carteira escolar
2699	Carteira escolar
2700	Estante de aço com 05 prateleiras
2702	Estabilizador
2705	Carteira escolar
2715	Fogão a gás
2716	Quadro de giz
2717	Quadro de giz
2720	Mesa professor
2721	Carteira escolar
2724	Carteira escolar
2727	Carteira escolar
2728	Carteira escolar
2729	Carteira escolar
2730	Carteira escolar
2731	Carteira escolar
2732	Carteira escolar
2735	Carteira escolar
2736	Carteira escolar
2737	Carteira escolar

2738	Carteira escolar
2739	Carteira escolar
2740	Carteira escolar
2741	Carteira escolar
2742	Carteira escolar
2743	Carteira escolar
2744	Carteira escolar
2745	Carteira escolar
2746	Cadeira escolar
2747	Cadeira escolar
2749	Cadeira escolar
2751	Cadeira escolar
2752	Cadeira escolar
2753	Cadeira escolar
2754	Cadeira escolar
2755	Cadeira escolar
2757	Cadeira escolar
2759	Cadeira escolar
2760	Cadeira escolar
2761	Cadeira escolar
2762	Cadeira escolar
2763	Cadeira escolar
2764	Cadeira escolar
2765	Cadeira escolar
2766	Cadeira escolar
2767	Cadeira escolar
2769	Cadeira escolar
2770	Cadeira escolar
2772	Quadro de giz
2773	Quadro de giz
2779	Balcão para pia
2780	Cuba
2781	Panela
2782	Fogão Industrial
2786	Cadeira madeira
2788	Cadeira escolar
2789	Carteira escolar
2790	Carteira escolar
2791	Carteira escolar
2792	Carteira escolar
2793	Carteira escolar
2794	Carteira escolar
2795	Carteira escolar
2796	Carteira escolar
2797	Carteira escolar
2798	Carteira escolar
2799	Microcomputador
2802	Cadeira escolar

2803	Cadeira escolar
2804	Cadeira escolar
2805	Cadeira escolar
2806	Cadeira escolar
2807	Cadeira escolar
2808	Cadeira escolar
2809	Cadeira escolar
2810	Cadeira escolar
2811	Cadeira escolar
2812	Cadeira escolar
2813	Cadeira escolar
2816	Quadro de giz
2817	Quadro de giz
2824	Cadeira escolar
2825	Cadeira escolar
2826	Cadeira escolar
2827	Cadeira escolar
2828	Cadeira de madeira
2829	Estante
2835	Mesa refeição
2836	Mesa refeição
2837	Mesa refeição
2838	Cadeira pré
2839	Banco
2840	Banco
2841	Banco
2845	Armário
2846	Mesa professor
2848	Balcão
2871	Cadeira pré
2872	Cadeira pré
2873	Cadeira pré
2874	Cadeira pré
2875	Cadeira pré
2876	Cadeira pré
2877	Cadeira pré
2878	Cadeira pré
2885	Carteira escolar
2886	Carteira escolar
2887	Carteira escolar
2889	Cadeira escolar
2890	Cadeira escolar
2891	Cadeira escolar
2892	Cadeira escolar
2893	Cadeira escolar
2894	Cadeira escolar
2895	Cadeira escolar
2896	Cadeira escolar

2897	Cadeira escolar
2898	Cadeira escolar
2899	Cadeira escolar
2900	Cadeira escolar
2901	Cadeira escolar
2902	Cadeira escolar
2903	Cadeira escolar
2904	Cadeira escolar
2905	Cadeira escolar
2911	Cavalete
2912	Carteira escolar
2913	Carteira escolar
2914	Carteira escolar
2915	Carteira escolar
2916	Carteira escolar
2917	Carteira escolar
2919	Carteira escolar
2921	Estante
2923	Cadeira escolar
2925	Cadeira escolar
2926	Cadeira madeira
2932	Arquivo de aço
2936	Carteira escolar
2937	Carteira escolar
2938	Carteira escolar
2939	Carteira formica
2940	Carteira escolar
2941	Carteira escolar
2942	Carteira escolar
2943	Carteira escolar
2944	Carteira escolar
2945	Carteira escolar
2946	Carteira escolar
2947	Carteira escolar
2948	Carteira escolar
2949	Carteira escolar
2950	Carteira escolar
2951	Carteira escolar
2952	Carteira escolar
2953	Carteira escolar
2954	Carteira escolar
2955	Carteira escolar
2956	Carteira escolar
2957	Carteira escolar
2958	Carteira escolar
2959	Carteira escolar
2960	Carteira escolar
2963	Carteira escolar

2964	Carteira escolar
2966	Cadeira escolar
2968	Cadeira escolar
2969	Cadeira escolar
2970	Cadeira escolar
2971	Cadeira escolar
2972	Cadeira escolar
2973	Cadeira escolar
2974	Cadeira escolar
2976	Cadeira escolar
2977	Cadeira escolar
2978	Cadeira escolar
2979	Cadeira escolar
2980	Cadeira escolar
2981	Cadeira escolar
2982	Cadeira escolar
2983	Cadeira escolar
2984	Cadeira escolar
2985	Cadeira escolar
2987	Cadeira escolar
2988	Cadeira escolar
2989	Cadeira escolar
2990	Cadeira escolar
2992	Cadeira escolar
2993	Cadeira escolar
2995	Mesa professor
2996	Mesa professor
2997	Estante
3000	Quadro de giz
3001	Quadro de giz
3003	Fogão a gás
3014	Carteira escolar
3015	Carteira escolar
3016	Carteira escolar
3020	Cadeira escolar
3023	Cadeira escolar
3024	Cadeira escolar
3025	Banco madeira
3026	Banco madeira
3027	Banco madeira
3028	Banco madeira
3029	Banco madeira
3033	Armário
3034	Quadro de giz
3035	Quadro de giz
3036	Estante
3037	Fogão a gás
3040	Carteira escolar

3041	Carteira escolar
3042	Carteira escolar
3074	Cadeira escolar
3075	Cadeira escolar
3076	Cadeira escolar
3077	Cadeira escolar
3091	Mesa escolar
3093	Mesa pré escolar
3105	Cadeirinha pré
3106	Cadeirinha pré
3112	Duplicador
3118	Cadeira madeira
3131	Relógio
3132	Maquina de escrever manual
3140	Cadeira escolar
3141	Cadeira escolar
3142	Cadeira escolar
3143	Cadeira escolar
3146	Cadeira escolar
3147	Cadeira escoar
3149	Cadeira escolar
3150	Cadeira escolar
3151	Cadeira escolar
3156	Cadeira Infantil
3157	Cadeira escolar
3158	Cadeira escolar
3160	Cadeira escolar
3165	Cadeira escolar
3166	Cadeira escolar
3167	Cadeira escolar
3168	Cadeira escolar
3169	Cadeira escolar
3170	Cadeira escolar
3171	Cadeira escolar
3172	Cadeira escolar
3175	Cadeira escolar
3176	Cadeira escolar
3178	Cadeira escolar
3179	Cadeira escolar
3180	Cadeira escolar
3182	Banco
3183	Banco madeira
3187	Banco madeira
3189	Guarda roupa
3190	Mesa madeira
3191	Mesa madeira
3196	Mesa madeira
3198	Mesa madeira

3200	Mesa
3229	Televisão
3234	Refrigerador
3237	Máquina de costura
3247	Cadeira escolar
3248	Cadeira escolar
3250	Cadeira escolar
3251	Cadeira escolar
3252	Cadeira escolar
3253	Cadeira escolar
3254	Cadeira madeira
3255	Cadeira
3256	Cadeira madeira
3262	Prateleira
3267	Escada
3269	Máquina de moer carne
3270	Filtro de agua
3282	Cadeira de bebê
3283	Cadeira refeição
3298	Guarda roupa
3302	Berço madeira
3325	Carteira escolar
3326	Carteira escolar
3327	Carteira escolar
3328	Carteira escolar
3329	Carteira escolar
3330	Carteira escolar
3332	Cadeira escolar
3333	Cadeira escolar
3335	Cadeira escolar
3336	Cadeira escolar
3338	Cadeira escolar
3339	Cadeira escolar
3340	Cadeira escolar
3342	Cadeira escolar
3343	Cadeira escolar
3345	Cadeira escolar
3346	Cadeira escolar
3347	Cadeira escolar
3349	Cadeira escolar
3351	Cadeira escolar
3373	Carteira escolar
3377	Carteira escolar
3378	Carteira escolar
3379	Carteira escolar
3380	Carteira escolar
3381	Carteira escolar
3382	Carteira escolar

3383	Carteira escolar
3384	Carteira escolar
3384	Carteira escolar
3385	Carteira escolar
3386	Carteira escolar
3387	Carteira escolar
3388	Carteira escolar
3389	Carteira escolar
3390	Carteira escolar
3391	Carteira escolar
3392	Carteira escolar
3393	Carteira escolar
3394	Carteira escolar
3395	Carteira escolar
3396	Carteira escolar
3397	Carteira escolar
3398	Carteira escolar
3399	Carteira escolar
3401	Carteira escolar
3402	Carteira escolar
3403	Carteira escolar
3406	Carteira escolar
3407	Carteira escolar
3408	Carteira escolar
3409	Carteira escolar
3410	Carteira escolar
3411	Carteira escolar
3412	Carteira escolar
3413	Carteira escolar
3414	Carteira escolar
3415	Carteira escolar
3416	Carteira escolar
3417	Carteira escolar
3418	Carteira escolar
3419	Carteira escolar
3420	Carteira escolar
3421	Carteira escolar
3422	Carteira escolar
3423	Carteira escolar
3424	Carteira escolar
3426	Carteira escolar
3427	Carteira escolar
3428	Carteira escolar
3429	Carteira escolar
3430	Carteira escolar
3431	Carteira escolar
3433	Carteira escolar
3434	Carteira escolar

3435	Carteira escolar
3436	Carteira escolar
3437	Carteira escolar
3444	Armário
3443	Quadro de giz
3445	Mesa professor
3447	Armário
3448	Cadeira escolar
3450	Cadeira escolar
3451	Cadeira escolar
3452	Cadeira escolar
3453	Cadeira escolar
3455	Cadeira escolar
3456	Cadeira escoar
3457	Cadeira escolar
3458	Cadeira escolar
3459	Cadeira escolar
3460	Cadeira escolar
3461	Cadeira escolar
3462	Cadeira escolar
3463	Cadeira escolar
3464	Cadeira escolar
3465	Carteira escolar
3466	Carteira escolar
3467	Carteira escolar
3468	Carteira escolar
3469	Carteira escolar
3471	Carteira escolar
3472	Carteira escolar
3474	Quadro de giz
3475	Armário
3478	Cadeira madeira
3480	Cadeira madeira
3483	Cadeira escolar
3484	Cadeira
3485	Cadeira
3486	Cadeira escolar
3487	Cadeira escolar
3490	Quadro de escrever
3524	Cadeira
3525	Cadeira escolar
3526	Cadeira escolar
3527	Cadeirinha pré
3528	Cadeira escolar
3529	Cadeira pré-escolar
3530	Cadeira infantil
3534	Liquidificador
3541	Cadeirinha pré

3542	Cadeirinha pré
3543	Quadro de giz
3551	Cadeira escolar
3559	Armário
3564	Retroprojektor
3566	Refrigerador
3575	Liquidificador
3583	Mesa
3584	Armário
3586	Mesa madeira
3597	Mesa
3606	Cadeira escolar
3608	Cadeira escolar
3611	Cadeira escolar
3618	Cadeira escolar
3633	Quadro de giz
3638	Berço
3638	Berço
3711	Mesa escolar
3713	Carteira escolar
3714	Carteira escolar
3715	Carteira escolar
3716	Carteira escolar
3717	Carteira escolar
3718	Carteira escolar
3719	Carteira escolar
3720	Carteira escolar
3721	Carteira escolar
3723	Carteira escolar
3724	Carteira escolar
3725	Carteira escolar
3726	Carteira escolar
3727	Carteira escolar
3729	Carteira escolar
3730	Carteira escolar
3731	Carteira escolar
3732	Carteira escolar
3733	Carteira escolar
3735	Carteira escolar
3736	Carteira escolar
3737	Carteira escolar
3739	Carteira escolar
3740	Carteira escolar
3741	Carteira escolar
3742	Carteira escolar
3744	Carteira escolar
3745	Carteira escolar
3746	Carteira escolar

3747	Carteira escolar
3748	Carteira escolar
3749	Carteira escolar
3750	Carteira escolar
3751	Carteira escolar
3752	Carteira escolar
3753	Carteira escolar
3754	Carteira escolar
3757	Carteira escolar
3758	Carteira escolar
3760	Carteira escolar
3761	Carteira escolar
3762	Carteira escolar
3763	Carteira escolar
3766	Carteira escolar
3768	Carteira escolar
3769	Carteira escolar
3771	Carteira escolar
3772	Carteira escolar
3774	Carteira escolar
3775	Carteira escolar
3776	Carteira escolar
3777	Carteira escolar
3779	Carteira escolar
3780	Carteira escolar
3782	Carteira escolar
3783	Carteira escolar
3784	Carteira escolar
3785	Carteira escolar
3786	Carteira escolar
3787	Cadeira escolar
3788	Carteira escolar
3789	Carteira escolar
3790	Carteira escolar
3791	Carteira escolar
3792	Carteira escolar
3921	Estante
3924	Estante
3927	Refrigerador
3928	Cadeira escolar
3930	Cadeira escolar
3931	Cadeira escolar
3932	Cadeira escolar
3933	Cadeira escolar
3934	Cadeira escolar
3935	Cadeira escolar
3936	Cadeira escolar
3938	Cadeira escolar

3940	Cadeira escolar
3941	Cadeira escolar
3942	Cadeira escolar
3943	Cadeira escolar
3944	Cadeira escolar
3945	Cadeira escolar
3946	Cadeira escolar
3947	Cadeira escolar
3948	Cadeira escolar
3949	Cadeira escolar
3950	Cadeira escolar
3951	Cadeira escolar
3954	Cadeira escolar
3955	Cadeira escolar
3956	Cadeira escolar
3957	Cadeira escolar
3958	Cadeira escolar
3959	Cadeira escolar
3960	Cadeira escolar
3962	Cadeira escolar
3963	Cadeira escolar
3964	Cadeira escolar
3966	Cadeira escolar
3967	Cadeira escolar
3968	Cadeira escolar
3970	Cadeira escolar
3971	Cadeira escolar
3972	Cadeira escolar
3973	Cadeira escolar
3974	Cadeira escolar
3976	Cadeira escolar
3978	Cadeira escolar
3981	Cadeira escolar
3982	Cadeira escolar
3983	Cadeira escolar
3984	Cadeira escolar
3985	Cadeira escolar
3987	Cadeira escolar
3989	Cadeira escolar
3990	Cadeira escolar
3991	Cadeira escolar
3992	Cadeira escolar
3993	Cadeira escolar
3996	Cadeira escolar
3997	Cadeira escolar
3999	Cadeira escolar
4003	Cadeira escolar
4004	Cadeira escolar

4005	Cadeira escolar
4006	Cadeira escolar
4007	Cadeira escolar
4008	Cadeira escolar
4009	Cadeira escolar
4010	Cadeira escolar
4012	Cadeira escolar
4013	Cadeira escolar
4014	Cadeira escolar
4015	Cadeira escolar
4016	Cadeira escolar
4017	Cadeira escolar
4018	Cadeira escolar
4019	Cadeira escolar
4020	Cadeira escolar
4021	Cadeira escolar
4022	Cadeira escolar
4023	Cadeira escolar
4024	Cadeira escolar
4025	Cadeira escolar
4026	Cadeira escolar
4032	Cadeira escolar
4033	Cadeira escolar
4035	Cadeirinha pré
4036	Cadeira escolar
4037	Cadeira escolar
4039	Cadeira escolar
4040	Cadeira escolar
4041	Cadeira escolar
4042	Cadeira escolar
4059	Cadeira escolar
4060	Cadeira escolar
4061	Cadeira escolar
4062	Cadeira escolar
4065	Cadeira escolar
4066	Cadeira escolar
4067	Cadeira escolar
4068	Cadeira escolar
4069	Cadeira escolar
4070	Cadeirinha pré
4103	Cadeira escolar
4136	Cadeirinha pré
4137	Cadeirinha pré
4139	Armário
4139	Armário
4140	Mesa professor
4140	Mesa professor
4147	Mesa professor

4147	Mesa
4148	Mesa professor
4150	Mesa professor
4151	Mesa professor
4151	Mesa professor
4152	Mesa professor
4153	Quadro de giz
4154	Quadro de giz
4155	Quadro de giz
4158	Quadro de giz
4159	Quadro de giz
4160	Quadro de giz
4161	Quadro de giz
4163	Quadro de giz
4164	Quadro de giz
4165	Quadro de giz
4207	Mesa
4209	Cadeira escolar
4210	Cadeira escolar
4225	Central telefônica
4227	Telefone
4228	Balcão
4242	Cadeira de madeira
4244	Cadeira de madeira
4246	Cadeira de madeira
4249	Cadeira de madeira
4250	Cadeira de madeira
4254	Cadeira de madeira
4262	Cadeira de madeira
4266	Cadeira de madeira
4272	Cadeira de madeira
4278	Cadeira de madeira
4284	Cadeira de madeira
4288	Cadeira de madeira
4289	Cadeira de madeira
4292	Cadeira de madeira
5854	Livro
5866	Máquina de escrever
5870	Balcão
5873	Livro
5874	Livro
5893	Mesa
5896	Cadeira fixa
5899	Cadeira
5900	Livro
5923	Aquecedor
5929	Banqueta
5930	Banqueta

5994	Mesa para computador
6021	Livro
6025	Livro
6036	Porta guarda chuva
6038	Cadeira
6040	Cadeira fixa
6041	Cadeira fixa
6042	Cadeira fixa
6079	Mesa
6080	Mesa
6092	Telefone
6093	Telefone
6095	Estabilizador
6099	Máquina de escrever
6099	Maquina de escrever
7002	Mesa professor
7004	Carteira escolar
7005	Carteira escolar
7007	Carteira escolar
7008	Carteira escolar
7009	Carteira escolar
7010	Carteira escolar
7011	Carteira escolar
7012	Carteira escolar
7014	Carteira escolar
7015	Carteira escolar
7016	Carteira escolar
7017	Carteira escolar
7018	Carteira escolar
7019	Carteira escolar
7020	Carteira escolar
7022	Carteira escolar
7025	Carteira escolar
7031	Cadeirinha pré
7040	Cadeirinha pré
7041	Cadeira pré
7046	Cadeira escolar
7048	Fogão industrial
7052	Aquecedor
7053	Aquecedor
7054	Aquecedor
7055	Cadeira escolar
7059	Mesa pequena
7060	Mesa madeira
7064	Mesa pequena
7067	Mesa madeira
7068	Mesa madeira
7071	Estufa para papel

7072	Mesa madeira
7074	Cadeira madeira
7075	Cadeira madeira
7076	Cadeira madeira
7077	Cadeira madeira
7078	Cadeira madeira
7079	Cadeira madeira
7081	Telefone
7085	Fogão á gás
7093	Estabilizador
7094	Estabilizador
7102	Fogão á gás
7115	Balcão de cozinha
7122	Monitor
7126	Televisão
7130	Cadeira
7131	Cadeira
7132	Cadeira
7137	Aparelho de fax
7139	Poltrona
7141	Mesa
7142	Sofá
7148	Duplicador
7149	Duplicador manual
7157	Computador
7158	Monitor
7194	Televisão
7196	Televisão
7199	Vídeo cassete
7200	Vídeo cassete
7201	Vídeo cassete
7205	Antena parabólica
7208	Monitor
7215	Fichário
7221	Armário
7223	Armário
7225	Armário
7231	Cadeira
7234	Estante
7237	Escrivaninha
7244	Livro
7246	Radio
7252	Cadeira fixa
7256	Arquivo de aço
7257	Cadeira escolar
7258	Mesa professor
7259	Carteira escolar
7260	Carteira escolar

7261	Carteira escolar
7262	Carteira escolar
7263	Carteira escolar
7264	Carteira escolar
7265	Carteira com cadeira
7266	Carteira escolar
7267	Carteira escolar
7268	Carteira escolar
7269	Carteira escolar
7270	Carteira com cadeira
7271	Carteira escolar
7272	Carteira escolar
7273	Carteira escolar
7274	Carteira escolar
7276	Carteira com cadeira
7277	Carteira escolar
7278	Carteira escolar
7279	Carteira
7280	Carteira escolar
7281	Carteira com cadeira
7282	Carteira escolar
7283	Carteira escolar
7284	Carteira escolar
7285	Carteira escolar
7286	Carteira escolar
7287	Carteira escolar
7288	Carteira escolar
7289	Carteira escolar
7291	Carteira escolar
7292	Carteira escolar
7293	Carteira com cadeira
7294	Carteira escolar
7295	Carteira escolar
7296	Carteira
7296	Cadeira
7297	Carteira escolar
7298	Carteira escolar
7299	Armário
7300	Cadeira giratória
7309	Livro
7324	Computador
7354	Coleção DCL
7358	Fogão a gás
7359	Fogão
7361	Máquina fotográfica
7372	Central Telefônica
7376	Retroprojektor
7382	Refrigerador

7384	Refrigerador
7388	Fogão a gás
7404	Livro
7406	Relógio de parede
7410	Armário
7412	Armário
7414	Computador
7416	Armário
7417	Armário
7418	Armário
7420	Mesa
7421	Mesa
7422	Mesa escrivaninha
7424	Fogão a gás
7427	Liquidificador
7428	Liquidificador
7429	Liquidificador
7432	Liquidificador
7434	Liquidificador
7436	Mesa
7452	Livro
7477	Mesa
7478	Mesa madeira
7479	Mesa madeira
7480	Mesa madeira
7481	Banco
7483	Banco
7495	Televisão
7563	Telefone
7565	Telefone
7664	Liquidificador
7665	Liquidificador
7667	Liquidificador
7668	Liquidificador
7672	Enceradeira
7673	Armário
7676	Armário
7678	Mesa professor
7679	Microcomputador
7681	Impressora
7682	Livro
7712	Mesa escrivaninha
7718	Arquivo de aço
7722	Fogão a gás
7723	Fogão a gás
7733	Refrigerador
7734	Refrigerador
7736	Televisão

7737	Televisão
7738	Televisão
7740	Televisão
7741	Televisão
7742	Televisão
7751	Liquidificador
7753	Liquidificador
7831	Mesa
7836	Mesa
7844	Mesa
7859	Cadeira
7860	Cadeira
7861	Cadeira
7864	Cadeira
7866	Cadeira
7868	Cadeira
7877	Balcão
7879	Armário duas portas de vidro
7886	Batedeira
7889	Batedeira
7890	Batedeira
7892	Batedeira
7894	Televisão
7895	Televisão
7930	Televisão
7936	Nobreak
7937	Nobreak
7941	Telefone
7942	Telefone
7947	Estabilizador
7948	Impressora
7952	Roçadeira
7953	Roçadeira
7957	Fogão a gás
7960	Cortador de grama
7962	Cortador de grama
7963	Cortador de grama
8002	Mesa coletiva
8003	Mesa coletiva
8004	Mesa madeira
8005	Mesa coletiva
8006	Mesa coletiva
8007	Mesa coletiva
8008	Mesa coletiva
8009	Mesa escolar
8010	Mesa coletiva
8011	Mesa coletiva
8012	Mesa escolar

8015	Mesa escolar
8018	Mesa coletiva
8021	Mesa coletiva
8022	Mesa coletiva
8025	Mesa coletiva
8028	Mesa escolar
8032	Mesa escolar
8032	Mês coletiva
8033	Mesa coletiva
8034	Mesa coletiva
8035	Mesa escolar
8037	Mesa escolar
8041	Mesa coletiva
8052	Cadeira escolar
8053	Carteira escolar
8055	Cadeira escolar
8056	Cadeira escolar
8058	Cadeira escolar
8059	Cadeira escolar
8061	Cadeira escolar
8062	Cadeira escolar
8064	Cadeira escolar
8067	Cadeira escolar
8076	Carteira escolar
8078	Cadeira escolar
8079	Cadeira escolar
8080	Carteira escolar
8081	Cadeira escolar
8084	Cadeira escolar
8088	Cadeira escolar
8090	Cadeira escolar
8092	Cadeira escolar
8094	Cadeira escolar
8096	Cadeira escolar
8098	Cadeira escolar
8099	Cadeira escolar
8100	Cadeira escolar
8101	Cadeira escolar
8102	Cadeira escolar
8103	Cadeira escolar
8104	Cadeira escolar
8105	Cadeira escolar
8106	Cadeira escolar
8107	Cadeira escolar
8109	Cadeira escolar
8115	Cadeira escolar
8119	Cadeira escolar
8120	Cadeira escolar

8122	Cadeira escolar
8123	Cadeira escolar
8124	Cadeira escolar
8129	Cadeira escolar
8131	Cadeira escolar
8133	Cadeira escolar
8134	Cadeira escolar
8137	Cadeira escolar
8139	Cadeira escolar
8141	Cadeira escolar
8142	Cadeira escolar
8143	Cadeira escolar
8145	Cadeira escolar
8148	Cadeira escolar
8149	Cadeira escolar
8150	Cadeira escolar
8154	Cadeira escolar
8156	Cadeira escolar
8158	Cadeira escolar
8163	Cadeira escolar
8164	Cadeira escolar
8166	Cadeira escolar
8168	Cadeira escolar
8169	Cadeira escolar
8170	Cadeira escolar
8171	Cadeira escolar
8172	Cadeira escolar
8177	Cadeira escolar
8178	Cadeira escolar
8184	Cadeira Escolar
8187	Cadeira escolar
8195	Cadeira escolar
8196	Cadeira escolar
8199	Cadeira escolar
8200	Cadeira escolar
8203	Armário
8207	Armário
8211	Mesa coletiva
8212	Mesa coletiva
8215	Mesa coletiva
8219	Cadeira escolar
8228	Cadeira escolar
8230	Cadeira escolar
8234	Cadeira escolar
8237	Cadeira escolar
8240	Cadeira escolar
8241	Armário
8265	Centrífuga de roupas

8265	Centrífuga
8290	Câmera
8326	Cadeira escolar
8370	Cadeira
8371	Impressora
8375	Cadeira refeição
8376	Cadeira refeição
8377	Cadeira refeição
8377	Cadeira refeição
8378	Cadeira refeição
8379	Cadeira refeição
8380	Cadeira refeição
8381	Cadeira refeição
8390	Filtro purificador
8394	Impressora
8395	Suporte para televisão
8398	Portão
8399	Impressora
8399	Impressora
8402	Arquivo de aço
8403	Mira de encaixe
8408	Nível
8412	Vídeo Cassete
8426	Armário
8431	Maquina de escrever elétrica
8448	Aparelho de som
8449	Impressora
8451	Computador
8457	Relógio ponto
8458	Relógio ponto
8465	Aparelho de som
8466	Batedeira
8467	Batedeira
8469	Batedeira
8474	Cadeira
8476	Cadeira
8507	Cadeira de madeira
8508	Cadeira de madeira
8521	Cadeira de madeira
8534	Cadeira de madeira
8551	Cadeira de madeira
8554	Cadeira de madeira
8559	Cadeira fixa
8562	Cadeira de madeira
8569	Cadeira escolar
8572	Cadeira de madeira
8573	Cadeira madeira
8579	Cadeira de madeira

8580	Cadeira de madeira
8581	Cadeira
8584	Cadeira madeira
8591	Cadeira
8595	Cadeira
8596	Cadeira de madeira
8599	Cadeira madeira
8602	Estante de pinus
8604	Estante
8610	Banco refeitório
8611	Radio
8612	Livro
8614	Impressora
8616	Relógio ponto
8622	Conexão
8623	Armário
8625	Suporte para CPU
8628	Telefone
8629	Bebedouro
8630	Suporte para televisão
8631	Suporte para televisão
8635	Suporte para televisão
8636	Suporte para TV
8638	Suporte para TV
8639	Suporte para TV
8640	Suporte para TV
8650	Duplicador
8662	Freezer horizontal
8722	Armário
21111	Rádio toca fita
22114	Circulador de ar
22129	Cadeira
22129	Cadeira giratória
22192	Bebedouro com filtro
22193	Carrinho de ferro
22194	Mesa
22195	Balcão
22197	Cadeira fixa
22205	Garrafa térmica
22219	Cadeira
22220	Cadeira plástica
22246	Manta
22256	Painel fotográfico
22301	Cadeira plástica
22302	Cadeira plástica
22304	Cadeira plástica
22306	Cadeirinha plástica
22309	Cadeira plástica

22314	Cadeira plástica
22321	Cadeira plástica
22322	Cadeira plástica
22323	Cadeira plástica
22324	Cadeira plástica
22325	Cadeira plástica
22328	Cadeira plástica
22330	Persiana
22331	Persiana
22332	Persiana
22333	Persiana
22334	Persiana
22337	Propulsora
22338	Roupeiro
22343	Coleção Biblioteca Infantil
22346	Cadeira refeição
22347	Cadeira refeição
22348	Livro
22350	Livro
22351	Livro
22352	Livro
22353	Livro
22354	Livro
22355	Microcomputador
22371	Estabilizador
22372	Microcomputador
22376	Radio gravador
22377	Rádio
22379	Radio gravador
22383	Impressora
22430	Impressora
22438	Máquina de escrever
22439	Maquina de escrever
22440	Rádio gravador
22450	Mesa
22472	Protocoladora
22473	Telefone
22476	Quadro
22493	Bebedouro
22537	Cadeira
22550	Estabilizador
22552	Cadeira madeira
22553	Armário
22554	Cadeira madeira
22556	Cadeira madeira
22559	Estabilizador
22560	Estabilizador
22561	Estabilizador

22563	Cadeira de madeira
22569	Cadeira madeira
22572	Aspirador de pó
22574	Estabilizador
22575	Impressora
22614	Cadeira plástica
22623	Aparelho de CD
22624	Aparelho de CD
22661	Trombones
22662	Trombones
22678	Estante
22688	Clarinete
22691	Trompa
22700	Órgão eletrônico
22709	Bombardino
22710	Bombardino
22711	Requinta
22712	Flauta doce
22718	Flauta doce
22722	Prato
22725	Cowbel
22726	Tumbadora
22727	Tamborim
22729	Afrouxe
22730	Triângulo
22738	Porta passagem
22762	Enciclopédia Mirador
22764	Enciclopédia Delta Universal
22769	Coleção Artesanatos
22790	Livro Estudos Sociais
22792	Coleção Pape
22800	Enc. Para educação Básica.
22807	Enc. Junior Anglo-Brasileiro
22818	Enc. Globo
22819	Enc. Tecnologia
22827	Coleção Supletiva
22829	Coleção Grandes Personagens
22835	Enc. Tecnologia
22852	Enc. Ciência Biológica
22859	Carteira escolar
22860	Coleção Carlos Drummond
22898	Curso Moderno de Biologia
22900	Enc. Modular
22903	Enc. Extatus
22909	Coleção História Do Brasil
22910	Coleção Descoberta do Mundo
22911	Coleção Histórias do Brasil
22928	Enc. Moderna

22929	Coleção Ler e Saber
22949	Coleção Brasil
22950	Coleção Nações do Mundo
22955	Livro Fundação Catarinense
22957	Livro Fundação Catarinense
22958	Livro Fundação Catarinense
22959	Livro Fundação Catarinense
22961	Livro Fundação Catarinense
22963	Livro Fundação Catarinense
22964	Livro Fundação Catarinense
22965	Livro Fundação Catarinense
22967	Livro Fundação Catarinense
22969	Livro Fundação Catarinense
22971	Livro Fundação Catarinense
22977	Enc. Contábil Brasileira
22978	Enc. Abril
22980	Livro De Ouro
22983	Coleção Administrativa
22994	Coleção Consultas e Pesquisas
23010	Dicionário
23011	Curso Áudio Prático de Inglês
23020	Arquivo de aço
23051	Tribuna
23052	Carrinho de ferro
23053	Livro
23058	Fax Panasonic
23068	Telefone
23071	Estabilizador
23072	Relógio ponto
23081	Mesa pré
23082	Mesa pré
23088	Cadeira escolar
23108	Cadeira pré
23109	Suporte para televisão
23110	Ventilador de teto
23111	Ventilador de teto
23112	Ventilador de teto
23113	Ventilador de teto
23114	Ventilador de teto
23115	Ventilador de teto
23117	Fax
23121	Bebedouro
23122	Bebedouro
23124	Parque infantil madeira
23125	Mesa refeitório
23128	Mesa refeitório
23130	Banco de refeitório
23132	Banco de refeitório

23133	Banco de refeitório
23134	Banco de refeitório
23135	Banco de refeitório
23136	Banco de refeitório
23137	Mesa redonda madeira
23145	Cadeira fixa
23146	Cadeira fixa
23148	Cadeira fixa
23152	Cadeira fixa
23153	Cadeira fixa
23155	Cadeira fixa
23156	Cadeira fixa
23159	Cadeira fixa
23160	Cadeira fixa
23162	Cadeira fixa
23165	Cadeira fixa
23166	Cadeira fixa
23199	Coleção Lúdica de Ensinar
23202	Coleção Lúdica de Ensinar
23210	Cadeira fixa
23211	Cadeira fixa
23213	Cadeira fixa
23214	Cadeira fixa
23215	Cadeira fixa
23216	Cadeira fixa
23218	Cadeira fixa
23221	Cadeira fixa
23222	Cadeira fixa
23224	Cadeira fixa
23238	Ventilador de teto
23254	Suporte para TV
23260	Cadeira giratória
23289	Mesa coletiva
23290	Mesa coletiva
23291	Mesa coletiva
23294	Mesa escolar
23298	Cadeira pré
23299	Cadeira escolar
23303	Cadeira escolar
23305	Cadeira pré
23306	Cadeira pré
23307	Cadeira pré
23311	Cadeira pré
23312	Cadeira escolar
23313	Cadeira escolar
23314	Cadeira pré
23315	Cadeira pré
23316	Cadeira escolar

23318	Cadeira escolar
23326	Cadeira pré
23327	Cadeira pré
23330	Batedeira
23342	Cadeira pré
23351	Fogão a gás
23360	Computador
23361	Furadeira
23363	Rádio gravador
23367	Microfone
23373	Mesa
23374	Mesa
23382	Armário
23407	Scanner
23410	Centrífuga
23427	Cavalete
23431	Painel de madeira
23450	Estabilizador
23453	Mesa refeitório
23454	Mesa refeitório
23456	Armário
23463	Banco
23464	Banco
23597	Grampeador
23598	Perfurador
23599	Telefone
23613	Banco
23614	Banco
23615	Banco
23616	Banco
23617	Banco
23618	Banco
23619	Banco
23620	Banco
23621	Banco
23622	Banco
23635	Estabilizador
23636	Microcomputador
23645	Carrinho para coleta de lixo
23646	Carrinho para coleta de lixo
23650	Suporte para água
23662	Impressora
23666	Computador
23668	Impressora
23670	Estabilizador
23671	Estabilizador
23672	Estabilizador
23673	Estabilizador

23682	Impressora
23697	Computador
23698	Microcomputador
23699	Computador
23700	Estabilizador
23707	Berço madeira
23708	Berço madeira
23709	Berço madeira
23710	Berço madeira
23711	Berço madeira
23712	Berço madeira
23713	Berço madeira
23714	Berço madeira
23715	Cadeira fixa
23716	Cadeira fixa
23717	Cadeira fixa
23718	Cadeira fixa
23719	Cadeira fixa
23720	Cadeira fixa
23721	Cadeira fixa
23722	Cadeira fixa
23723	Cadeira fixa
23724	Cadeira fixa
23725	Cadeira fixa
23726	Cadeira fixa
23727	Cadeira fixa
23728	Cadeira fixa
23729	Cadeira fixa
23730	Cadeira fixa
23731	Cadeira fixa
23732	Cadeira fixa
23733	Cadeira fixa
23734	Cadeira fixa
23736	Cadeira fixa
23739	Roçadeira
23740	Cadeira refeição
23743	Cadeira de bebê para automóvel
23744	Cadeira de bebê para automóvel
23745	Cadeira de bebê para automóvel
23748	Carrinho de mão
24155	Telefone
24156	Martelete
24178	Telefone
24183	Ferro de passar
24184	Quadro branco
24186	Cadeira refeição
24189	Cadeira de bebê
24193	Lavadora

24198	Computador
24202	Telefone
24206	Nobreak
24207	Mesa coletiva
24208	Mesa coletiva
24211	Cadeira pré
24212	Cadeira pré
24213	Cadeira pré
24214	Cadeira pré
24215	Cadeira pré
24217	Cadeira pré
24224	Trompete
24291	Armário
24293	Escrivaninha
24317	Livro O Curumim
24403	Flauta
24404	Flauta
24405	Flauta
24412	Radio
24413	Radio
24414	Radio
24415	Antena
24416	Antena
24417	Antena
24418	Fonte
24422	Telefone
24423	Berço madeira
24424	Berço madeira
24430	Berço madeira
24433	Livro
24440	Computador
24441	Impressora
24489	Prateleira
24490	Arco
24492	Telefone
24497	Cadeira refeição
24498	Cadeira refeição
24499	Cadeira refeição
24558	Livro
24562	Livro
24601	Livro A Banheira de Arquimedes
24602	Livro A Biblioteca Mágica de Bibi
24603	Livro A Ilha do Tesouro
24606	Livro Brincadeira Mortal
24608	Livro Melhores Poemas
24609	Livro Descobrindo a Literatura
24615	Livro Dom Casmurro
24617	Livro Dom Casmurro

24618	Livro Fique Por Dentro da Ecologia
24620	Livro Melhores Poemas
24621	Livro Harry Potter
24622	Livro Histórias de Shakespeare
24625	Livro Melhores Poemas
24627	Livros Memórias de Um Sargento
24628	Livros Memórias de Um Sargento
24629	Livros Memórias de Um Sargento
24631	Livros Meus Poemas Preferidos
24632	Livros No Caminho dos Sonhos
24633	Livro Canto da Praça
24634	Livro Canto da Praça
24640	Livro O Quadro da Menina Azul
24641	Livro O Quinze
24642	Livro Os Cavaleiros da Távola
24648	Livro Tudo ao Mesmo Tempo
24650	Livro Um Leão em Família
24656	Estabilizador
24658	Computador
24660	Switch
24661	Computador
24668	Monitor
24673	Monitor
24674	Impressora
24675	Estabilizador
24678	Monitor
24680	Computador
24796	Livro
24797	Livro
24798	Telefone
24823	Gravador de CD
24832	Relógio ponto
24837	Livro
24848	Arquivo de aço
24849	Tapete
24851	Ventilador
24875	Quadro de Feltro
24884	Atlas
24897	Cadeira escolar madeira
24898	Cadeira escolar madeira
24905	Cadeira escolar madeira
24911	Cadeira escolar madeira
24914	Cadeira escolar madeira
24918	Cadeira escolar madeira
24932	Carteira escolar
24934	Carteira escolar
24935	Carteira escolar
24936	Carteira escolar

24939	Carteira escolar
24940	Carteira escolar
24941	Carteira escolar
24942	Carteira escolar
24948	Carteira escolar
24971	Mesa professor
24972	Cadeira madeira
24988	Banco de refeitório
24993	Persiana
24996	Cadeira refeição
24997	Cadeira refeição
24999	Cadeira refeição
25000	Quadro
25017	Mesa de tênis
25022	Berço madeira
25023	Berço madeira
25026	Telefone
25031	Computador
25032	Monitor
25034	Computador
25035	Monitor
25036	Estabilizador
25037	Computador
25038	Microcomputador
25040	Monitor
25041	Monitor
25042	Estabilizador
25046	Estabilizador
25052	Computador
25054	Computador
25056	Monitor
25060	Calculadora
25061	Calculadora
25067	Estabilizador
25068	Nobreak
25074	Roçadeira
25075	Plastificadora
25091	Berço madeira
25092	Berço madeira
25093	Berço madeira
25096	Campainha eletrônica
25099	Telefone
25101	Impressora
25110	Mangueira
25111	Mangueira
25112	Mangueira
25113	Mangueira
25114	Mangueira

25115	Mangueira
25128	Televisão
25129	Antena
25129	Antena
25130	Impressora de cheque
25135	Rádio
25138	Refrigerador
25140	Computador
25142	Monitor
25143	Bomba submersa
25148	Fogão quatro bocas
25162	Cadeira refeição
25163	Cadeira refeição
25164	Cadeira refeição
25165	Cadeira refeição
25166	Cadeira refeição
25167	Cadeira refeição
25168	Liquidificador
25194	Grade
25219	Divisória
25220	Porta com visor
25226	Gabinete
25227	Computador
25228	Monitor
25229	Estabilizador
25230	Telefone
25231	Poltrona
25250	Poltrona
25253	Poltrona
25351	Cadeira plástica
25393	Computador
25395	Monitor
25397	Estabilizador
25399	Estabilizador
25400	Impressora
25400	Impressora
25401	Token cartão certificado
25416	Modem
25429	Ventilador de teto
25439	Berço madeira
25445	Berço madeira
25446	Berço madeira
25447	Berço madeira
25448	Berço madeira
25449	Berço madeira
25450	Berço madeira
25451	Berço madeira
25452	Berço madeira

25453	Berço madeira
25454	Berço madeira
25455	Berço madeira
25456	Berço madeira
25457	Berço madeira
25458	Berço madeira
25459	Berço madeira
25460	Berço madeira
25461	Berço madeira
25462	Berço madeira
25463	Berço madeira
25464	Berço madeira
25466	Televisão
25469	Câmera
25475	Computador
25477	Impressora
25478	Processador
25479	Estabilizador
25480	Monitor
25484	Estabilizador
25484	Estabilizador
25495	Saxofone
25502	Impressora
25509	Cadeira giratória
25513	Monitor
25519	Banco
25520	Banco
25521	Banco
25522	Banco
25523	Banco
25524	Banco
25526	Banco
25527	Estrutura para toldo
25541	Cadeira refeição
25542	Cadeira refeição
25552	Estabilizador
25563	Computador
25564	Computador
25566	Computador
25569	Microcomputador
25574	Computador
25576	Computador
25581	Monitor
25586	Monitor
25593	Estabilizador
25595	Computador
25595	Computador
25597	Computador

25599	Monitor
25673	Nobreak
25675	Televisão
25680	Suporte para TV
25684	Dad.
25687	Aquecedor
25688	Aquecedor
25691	Ventilador de teto
25692	Ventilador de teto
25708	Cadeira giratória
25712	Câmera
25716	Divisória
25778	Aparelho de fax
25779	Notebook
25781	Bebedouro
25810	Cadeira refeição
25811	Cadeira refeição
25812	Cadeira refeição
25813	Cadeira refeição
25814	Cadeira refeição
25815	Cadeira refeição
25816	Cadeira refeição
25817	Cadeira refeição
25818	Cadeira refeição
25819	Cadeira refeição
25830	Cadeira refeição
25831	Cadeira refeição
25832	Cadeira refeição
25833	Cadeira refeição
25844	Fax
25846	Berço madeira
25847	Berço madeira
25848	Berço madeira
25849	Berço madeira
25850	Berço madeira
25851	Berço madeira
25864	Perfurador
25865	Roteador
25869	Celular
25874	Notebook
25875	Point
25878	Estabilizador
25879	Estabilizador
25880	Impressora
25902	Fone de ouvido
25907	Estrangulador
25911	Câmera
25913	Medidor

25913	Medidor
25921	Dvr
25932	Monitor
25935	Computador
25938	Impressora
25939	Cadeira
25941	Telefone
25951	Telefone
25952	Aquecedor
25959	Telefone
25962	Escorregador
25965	Gangorra
25966	Gangorra
25967	Gangorra
25969	Balanço
26008	Aquecedor
26044	Aquecedor
26069	Poltrona
26095	Torneira elétrica
26097	Telefone
26107	Ventilador de teto
26108	Torneira elétrica
26110	Radio relógio
26111	Telefone
26112	Rádio
26116	Forno elétrico
26143	Impressora
26148	Impressora
26156	Rádio
26168	Berço
26169	Berço
26170	Berço
26171	Berço
26172	Berço
26173	Berço
26174	Berço
26175	Berço
26176	Berço
26177	Berço madeira
26182	Scanner
26184	Estabilizador
26188	Telefone
26191	Monitor
26205	Aspirador de pó
26205	Aspirador de pó
26213	Aquecedor
26214	Aquecedor
26216	Aquecedor

26222	Persiana
26224	Cadeira giratória
26226	Sirene
26230	Gabinete
26244	Carteira escolar
26246	DVD
26254	Telefone
26269	Estação de rádio
26270	Estação de rádio
26272	DPX filtro cavidade passa faixa
26281	Switch
26311	Ventilador
26436	Carteira escolar
26442	Carteira escolar
26443	Carteira escolar
26446	Carteira escolar
26449	Carteira escolar
26452	Carteira escolar
26455	Carteira escolar
26457	Carteira escolar
26458	Carteira escolar
26461	Carteira escolar
26464	Carteira escolar
26467	Carteira escolar
26470	Carteira escolar
26472	Carteira
26475	Carteira escolar
26476	Carteira escolar
26496	Carteira escolar
26501	Carteira escolar
26503	Carteira escolar
26508	Carteira escolar
26509	Carteira escolar
26510	Carteira escolar
26511	Carteira Infantil
26512	Cadeira Infantil
26519	Carteira Infantil
26523	Carteira escolar
26530	Cadeira escolar
26532	Cadeira escolar
26533	Cadeira escolar
26534	Cadeira escolar
26537	Cadeira escolar
26541	Cadeira escolar
26567	Cadeira escolar
26568	Cadeira escolar
26574	Cadeira escolar
26575	Cadeira escolar

26578	Cadeira Infantil
26581	Cadeira escolar
26583	Cadeira escolar
26596	Cadeira escolar
26602	Cadeira escolar
26606	Cadeira escolar
26610	Cadeira escolar
26612	Cadeira escolar
26614	Cadeira escolar
26615	Cadeira escolar
26616	Armário
26697	Carteira escolar
26699	Carteira escolar
26686	Mesa refeitório
26709	Carteira escolar
26724	Carteira escolar
26735	Carteira escolar
26762	Carteira escolar
26767	Carteira escolar
26768	Carteira escolar
26769	Carteira escolar
26777	Carteira escolar
26779	Carteira escolar
26804	Carteira escolar
26812	Carteira escolar
26831	Carteira escolar
26851	Carteira escolar
26871	Carteira escolar
26874	Carteira escolar
26880	Carteira escolar
26891	Carteira escolar
26897	Carteira escolar
26975	Carteira escolar
26989	Carteira escolar
26997	Carteira escolar
27024	Carteira escolar
27028	Carteira escolar
27029	Carteira escolar
27036	Carteira escolar
27037	Carteira escolar
27038	Carteira escolar
27045	Carteira escolar
27048	Carteira escolar
27052	Carteira escolar
27059	Carteira escolar
27063	Carteira escolar
27082	Carteira escolar
27100	Carteira escolar

27101	Carteira escolar
27105	Carteira escolar
27107	Carteira escolar
27620	Telefone
27621	Telefone
27622	Ar condicionado
27626	Mesa operadora
27637	Mesa refeitório
27649	Mesa refeitório
27713	Switch
27714	Roteador
28157	Torneira elétrica
28163	Rádio
28164	DVD
28172	Rádio
28180	Aspirador de pó
28182	Maca de madeira
28183	Maca de madeira
28231	Monitor
28233	Carregador
28281	Cadeira fixa
28283	Cortado de cerâmica
28291	Escorregador
28292	Gangorra
28293	Gangorra
28318	Antena
28326	Impressora
28361	Persiana
28362	Persiana
28364	Aparelho de pressão
28367	Máquina de lavar roupas
28368	Balcão
28394	Mesa
28395	Câmera
28396	Câmera
28397	Câmera
28398	Dvr stand
28399	Câmera
28400	Câmera
28401	Câmera
28403	Roupeiro
28404	Roupeiro
28422	Computador
28423	Furadeira
28424	Furadeira
28428	Maca
28429	Maca
28430	Maca

28433	Modem
28556	Estabilizador
28561	Estabilizador
28565	Impressora
28570	Dvr
28578	Cafeteira
28593	Mesa de Tênis
28610	Parque infantil madeira
28633	Fogão industrial
28854	Persiana
28866	Notebook
28867	Impressora
28879	Aparelho de fax
28897	Macaco hidráulico
28901	Modem
28912	Estabilizador
28925	Ar condicionado
28926	Cadeira de refeição
28927	Cadeira refeição
28928	Cadeira refeição
28929	Cadeira refeição
28930	Cadeira refeição
28931	Cadeira de refeição
28932	Cadeira refeição
28933	Cadeira refeição
28934	Cadeira refeição
28935	Cadeira refeição
28936	Cadeira refeição
28937	Cadeira refeição
28937	Cadeira refeição
28938	Cadeira refeição
28939	Cadeira refeição
28940	Cadeira refeição
28941	Cadeira refeição
28942	Cadeira refeição
28943	Cadeira refeição
28944	Cadeira refeição
28945	Cadeira refeição
28946	Cadeira refeição
28971	Berço madeira
28972	Berço madeira
28974	Telefone
28974	Telefone
28975	Telefone
28975	Telefone
28979	Ferro de passar
29005	Estante
29011	Telefone

29011	Telefone
29012	Impressora
29012	Impressora
29014	Impressora
29017	Impressora
29026	Cadeira giratória
29057	Modem
29098	Telefone
29106	Cafeteira
29109	Switch
29131	Estabilizador
29132	Estabilizador
29133	Estabilizador
29135	Estabilizador
29136	Estabilizador
29137	Estabilizador
29152	Computador
29154	Computador
29164	Monitor
29223	Persiana
29260	Rack
29292	Maca
29293	Maca
29294	Maca
29317	Livro Ler e Escrever
29325	Torneira elétrica
29326	Ventilador
29327	Ventilador
29328	Ventilador
29336	Ventilador
29337	Ventilador
29338	Torneira elétrica
29339	Torneira elétrica
29340	Torneira elétrica
29341	Ventilador
29342	Ventilador
29391	Cadeira alimentação
29420	Cadeira refeição
29421	Cadeira refeição
29422	Cadeira refeição
29423	Cadeira refeição bebe
29424	Cadeira refeição
29425	Cadeira refeição
29426	Cadeira refeição
29427	Cadeira refeição
29479	Cadeira escolar
29480	Cadeira escolar
29481	Cadeira escolar

29482	Cadeira escolar
29482	Cadeira escolar
29483	Cadeira escolar
29484	Cadeira escolar
29485	Cadeira escolar
29485	Cadeira escolar
29486	Cadeira escolar
29487	Cadeira escolar
29488	Cadeira escolar
29489	Cadeira escolar
29490	Cadeira escolar
29491	Cadeira escolar
29492	Cadeira escolar
29493	Cadeira escolar
29494	Cadeira escolar
29495	Cadeira escolar
29496	Cadeira escolar
29497	Cadeira escolar
29498	Cadeira escolar
29499	Cadeira escolar
29500	Cadeira escolar
29501	Cadeira escolar
29502	Cadeira escolar
29503	Cadeira escolar
29504	Cadeira escolar
29505	Cadeira escolar
29506	Cadeira escolar
29507	Cadeira escolar
29508	Cadeira escolar
29543	Cadeira escolar
29547	Carteira escolar
29552	Carteira escolar
29554	Carteira escolar
29556	Carteira escolar
29563	Carteira escolar
29581	Protocolador
29601	Longarina
29625	Cadeira giratória
29635	Estante de aço
29701	Banco de refeitório
29702	Banco de refeitório
29705	Banco de refeitório
29706	Banco de refeitório
29733	Cortina
29734	Cortina
29736	Balcão de cozinha
29760	Amassadeira
29776	Estante de aço com 06 prateleiras

29777	Estante de aço com 06 prateleiras
29834	Arquivo madeira
29835	Arquivo madeira
29869	Expositor de aço
29870	Expositor de aço
29875	Expositor de aço
29878	Estante
29884	Banco de refeitório
29885	Banco de refeitório
29957	Computador
29975	Esfigmomanômetro
29978	Estante
29980	Estante
29981	Estante
29984	Estante
29985	Estante
29987	Estante
29988	Estante
30017	Armário
30074	Carteira escolar
30150	Cadeira escolar
30211	Cadeira escolar
30212	Cadeira escolar
30224	Cadeira escolar
30224	Cadeira escolar
30237	Cadeira escolar
30263	Bebedouro
30275	Telefone
30333	Carteira escolar
30335	Carteira
30345	Carteira escolar
30353	Cadeira escolar
30561	Cafeteira
31067	Oxímetro
31076	Cadeira
31090	Computador
31108	Estabilizador
31118	Impressora
31153	DVD
31154	DVD
31181	Carteira escolar
31182	Carteira escolar
31217	Carteira escolar
31544	Estabilizador
31561	Berço
31572	Mesa professor
31609	Roteador
31629	Telefone

31632	Cadeira giratória
31650	Cadeira
31655	Forno elétrico
31657	Forno elétrico
31663	Ventilador
31673	Nobreak
31673	Nobreak
31701	Divisória
31711	Telefone
31712	Telefone
31714	Estabilizador
32309	Cadeira escolar
32366	Cadeira escolar
32374	Cadeira escolar
32378	Cadeira escolar
32381	Cadeira escolar
32384	Cadeira escolar
32385	Cadeira escolar
32404	Cadeira escolar
32488	Telefone
32879	Cadeira escolar
32898	Chaleira elétrica
32908	Filtro de agua
32909	Filtro de água
32968	Oxímetro
32971	Prancha
32992	Perfurador
33034	Modem
33061	Pulverizador
33142	Estabilizador
33148	Biombo
33151	Biombo
33209	Telefone
33222	Extintor
33223	Extintor
33225	Extintor
33226	Extintor
33231	Placa iluminação
33232	Placa iluminação
33233	Placa iluminação
33234	Placa iluminação
33235	Placa iluminação
33236	Placa iluminação
33237	Placa iluminação
33238	Placa iluminação
33283	Porta divisória
33397	Bebedouro

Campo Alegre/SC, 28 de fevereiro e 2020.



JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO
Presidente da Comissão Municipal de Avaliação de Bens
Móveis Inservíveis do Poder Executivo Municipal

EVELTON MICHEL SCHULZE
Secretário da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA FLAVIA MARCINIAK
Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

ANA LUIZA TELMA SANDRO
Membro da Comissão Municipal de
Avaliação de Bens Móveis

JOSÉ CARDOSO MEIRA
Membro da Comissão Municipal de
Inservíveis Avaliação de Bens Móveis Inservíveis

TERMO DE POSSE Nº 076/2020

Publicação Nº 2383356

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 076/2020

EVA SANDRA UHLIG FUCKNER

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. EVA SANDRA UHLIG FUCKNER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.687 de 02 de março de 2020, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, § 2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos, e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EVA SANDRA UHLIG FUCKNER

TERMO DE POSSE Nº 077/2020

Publicação Nº 2383358

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 077/2020

MARIDEISE DE OLIVEIRA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. MARIDEISE DE OLIVEIRA, nomeada pelo Decreto nº 12.688 de 02 de março de 2020 ao Cargo Público efetivo para exercer a Função de Assistente Social, Nível 6 Sub-Nível 61 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, e suas alterações da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIDEISE DE OLIVEIRA

TERMO DE POSSE Nº 077/2020

Publicação Nº 2383357

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 078/2020

GISELI HIRT

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. GISELI HIRT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.689 de 02 de março de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GISELI HIRT

TERMO DE POSSE Nº 078/2020

Publicação Nº 2383359

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 078/2020

GISELI HIRT

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr^a. GISELI HIRT, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.689 de 02 de março de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GISELI HIRT

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 04/2020 - TOMADA DE PREÇOS

Publicação Nº 2379957

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC****1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
04/2020 - TOMADA DE PREÇOS**

Considerando a necessidade de correção na soma do item 7.6 da Planilha de Orçamento do edital em epígrafe, DECIDE:

Corrigir e Alterar as seguintes Planilhas:

ANEXO VII - Planilha de Orçamento para Obras e Serviços de Engenharia;

ANEXO IX - Planilha de Cronograma Físico-Financeiro;

ALTERA-SE os itens 2.1.5. e 6.1.1. que tratam do valor global fixado, passando a vigorar conforme segue:

2.1.5. O valor global estimado pela Administração para a execução do objeto desta licitação (inclusos BDI e encargos sociais) é de **R\$ 664.338,93 (seiscentos e sessenta e quatro mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos).**

6.1.1. **PLANILHA DE PREÇO** - para a apresentação do preço, os licitantes deverão elaborar sua proposta de acordo com o modelo de planilha fornecida no **ANEXO VII** (parte integrante deste Edital), onde preencherão os campos com os respectivos preços e BDI, sendo que o JULGAMENTO DA PROPOSTA SERÁ PELO REQUISITO MENOR PREÇO GLOBAL (Valor total para a execução da obra, incluindo BDI e encargos, que não poderá exceder a **R\$ 664.338,93 (seiscentos e sessenta e quatro mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos, COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO,** conforme valores informados no Anexo VII, Planilha de Orçamento para Obras e Serviços de Engenharia, na COLUNA “VALOR TOTAL COM BDI”).

Por último, ALTERAM-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

1.1.1 Os dois envelopes contendo a Documentação (nº 1) e a Proposta Comercial (nº 2), deverão ser **entregues até às 08 horas e 45 minutos do dia 20/03/2020**, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC, sendo que a sessão pública de abertura e início de julgamento ocorrerá no mesmo dia, **às 09 horas**, no endereço supracitado.

3.4.6.1. A autenticação por servidor público de que trata o item 3.4.6, **somente poderá ser realizada até às 08 horas e 30 minutos do dia 20/03/2020**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC

5.2.1. A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 08 horas e 30 minutos do dia 20/03/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

5.5. Para obter o **Certificado de Registro Cadastral** de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Campo Alegre constante do item 5.1.1, os interessados deverão efetuar a inscrição até **às 16 horas do dia 17/03/2020** no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, apresentando para isto a documentação estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/93, que é a seguinte:

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

Deisi Estela Amorim
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020 - PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 2379757



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC**1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 17/2020 - PREGÃO PRESENCIAL**

Considerando questionamento ao Edital do Pregão 17/2020 quanto à exigência de: “Autorização de Funcionamento na empresa ANVISA” e visando evitar a restrição de competitividade;

Decide alterar a exigência do edital do processo licitatório em epígrafe, conforme segue:

EXCLUI-SE a exigência de Qualificação Técnica do edital e do Termo de Referência:

8.1.3.2.5. Autorização de funcionamento da empresa na ANVISA;

Passando a vigorar como segue:

8.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.3.1. Atestado de capacidade técnica, que comprove que a empresa já ter forneceu serviços da natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado registrado no CREA acompanhado da ART, comprovando que a empresa licitante tenha realizado serviço de locação de banheiros químicos com a descrição de quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, o Atestado deve conter no mínimo a locação de 60 (sessenta) banheiros em 01 (um) único evento.

8.1.3.2. Autorização de descarga de dejetos com estação de tratamento devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente;

8.1.3.2.1. Caso a licitante não tenha local de estação de tratamento próprio, a mesma deverá apresentar juntamente no envelope de habilitação, cópia do contrato social e declaração de uma empresa proprietária da estação de tratamento, autorizando a descarga dos dejetos recolhidos dos sanitários, pelo prazo desta prestação de serviço e não podendo ser rescindido sem prévia notificação da Administração Pública.

8.1.3.3. Licença Ambiental de Operação, expedida pelo órgão competente;

8.1.3.4. Alvará de Funcionamento e Localização;

8.1.3.5. Alvará Sanitário da Empresa;

8.1.3.6. Certidão de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao – CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou CRQ - Conselho Regional de Química, dentro do seu prazo de validade; OBS: *Caso a empresa seja de outro Estado, deverá apresentar visto junto ao órgão do Estado de Santa Catarina.*

8.1.3.7. Certificado de Registro e regularidade do responsável técnico (técnico responsável pelo contrato) (Certidão Pessoa Física) junto ao – CREA - Conselho Regional de Engenharia,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

Arquitetura e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou CRQ - Conselho Regional de Química, comprovando a regularidade e o registro do profissional no Conselho;

8.1.3.8. LAO - Licença Ambiental de Operação do Tanque para transporte dos resíduos;

8.1.3.9. Cadastro Técnico Federal IBAMA;

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

Lucilaine Mókfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO DISPENSA 001.2020

Publicação N° 2379694

CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ/SC

CONTRATO N° 001/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ

CNPJ: 07.903.173/0001-69

Contratada: FRANCISCO RIEDI ME

CNPJ: 32654299000194

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de segurança eletrônica, através de fornecimento e implantação do sistema de alarme com transmissão de sinais 24hrs da Câmara de Vereadores de Campo Erê/SC".

Valor total: R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

Vigência: 01 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Signatários: pela Contratante: REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI – Presidente e pela Contratada: Francisco Riedi - Contratado.
Campo Erê/SC, 28 de fevereiro de 2020.

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI – Presidente da Câmara de Vereadores

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 001/2020

Publicação N° 2379696

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o processo de Dispensa de Licitação nº 001/2020, em função do valor, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de segurança eletrônica, através de fornecimento e implantação do sistema de alarme com transmissão de sinais, para a Câmara de Vereadores de Campo Erê/SC, exercício 2020.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à licitante identificada a seguir, onde se especificam inclusive os valores para prestação do serviço acima citado:

Nome da Proponente	Valor Mensal	Valor Total
FRANCISCO RIEDI-ME	R\$ 87,00	R\$ 870,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação do serviço.

Campo Erê/SC, 27 de fevereiro de 2020.

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI
Presidente da Câmara Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CC 02/2020

Publicação N° 2381340

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 41/2020
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 02/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar, no dia 01 de abril de 2020 às 14h30min, Licitação na modalidade Concorrência Pública do tipo maior oferta, tendo como objeto a CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE TERRENO LOCALIZADO NA RUA: BRUSQUE, BAIRRO BOA VISTA, N° 1.489 NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, MATRÍCULA N° 17.829, COM ÁREA DE 2.250M², PROVIDO DE UM GALPÃO E UM CHALÉ DA ALVENARIA TOTALIZANDO 145,27M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, DE USO EXCLUSIVO PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELO MAIOR PREÇO, POR UM PRAZO DE 60 (SESSENTA) MESES, PODENDO SER PRORROGADO A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, POR IGUAL PERÍODO, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL N.º 4.595 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua: Expedicionário João Batista de Almeida, n° 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 28 de fevereiro de 2020.

ADEMIR BEBBER
SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

DECRETO N° 8.538/20 DE 27/02/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação N° 2380294

DECRETO N° 8.538/20 DE 27/02/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei n° 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei n° 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei n° 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$32.139,13 (Trinta e dois mil cento e trinta e nove reais e treze centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08--SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009-- Realização de Obras e Reformas pela Sec. de Transportes e Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 177 4.4.90.00.00.00.00.03.0000.000000--Aplicações Diretas R\$ 32.139,13

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do superávit recursos próprios no valor de R\$ 32.139,13.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de fevereiro de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT PP07/2020 - ERRATA**

Publicação Nº 2379903

ERRATA

Levamos ao conhecimento dos interessados a CORREÇÃO no extrato de Aviso de Licitação (PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020) publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) Edição Nº 3065 - Página 568 do dia 27/02/2020.

Onde se lê:

LICITAÇÃO Nº 08/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

Leia-se:

LICITAÇÃO Nº 09/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

Em tempo ratificamos que a data de abertura, 11/03/2020 permanece inalterada.

Campos Novos – SC, 28 de Fevereiro de 2020.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO CONFRONTANTES EXTERNOS PAPAGAIOS 1,2,3,4,11 30.389

Publicação Nº 2380658

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº 009/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "PAPAGAIOS": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confrontantes Externos; 2. Confrontantes atuais do perímetro a ser regularizado:

TITULAR DE DOMÍNIO:

- 1) AGOSTINHO CLAUDINO DE OLIVEIRA NETO, RG 215.199, CPF 300.040.479-15, casado com Maria Madalena de Oliveira, RG 1.469.485, CPF 009.237.629-06, residentes e domiciliados à Rua José Zuchi, 27, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC.
- 2) PEDRO CLAUDINO DE OLIVEIRA, RG 2.341.780, CPF 450.199.919-53, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, 409, Bairro Papagaios, Canelinha/SC.
- 3) LUZIA DE OLIVEIRA GASPERI, RG 1.241.815, CPF 415.385.879-04, casada com Valdeci Gasperi, RG 1.806.722, CPF 763.790.279-04, residentes e domiciliados à Rua 10 de junho, 101, apto 01, Bairro Centro, Guabiruba/SC.
- 4) JOSÉ DE OLIVEIRA, RG 737.102-0, CPF 343.122.509-87, casado com Nerina de Sousa Oliveira, RG 890.111, CPF 378.064.409-68, residentes e domiciliados à Rua Lauro Schneider, 88, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC.
- 5) RAINOLDO DE OLIVEIRA, RG 989.658-9, CPF 439.242.129-53, casado com Angela Maria de Oliveira, RG 3.192.220, CPF 864.478.589-34, residentes e domiciliados à Rua Nereu Ramos, Bairro Centro, São João Batista/SC.
- 6) ADOLFO DE OLIVEIRA, RG 1.575.553-3, CPF 450.200.009-49, casado com Maria Aparecida Sartori de Oliveira, RG 2.481.083, CPF 041.590.539-71, residentes e domiciliados à Avenida Construtor Augusto Vitório Dechamps, 63, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC.
- 7) ALFREDO DE OLIVEIRA, RG 1.760.290, CPF 547.005.749-68, casado com Denise de Souza e Silva Oliveira, RG 1.247.429-0, residente e domiciliados à Rua Botuverá, 110, Bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC.
- 8) MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA MARQUES, RG 1924.824, CPF 608.220.159-00, residente e domiciliada à Estrada Geral, Bairro Papagaios, Canelinha/SC.
- 9) ESTEVÃO DE OLIVEIRA, RG 1.760.289-0, CPF 547.009.149-04, residente e domiciliado à Rua Vereador Luiz Manerich, s/nº, Bairro Centro, Canelinha/SC.
- 10) PAULO DE OLIVEIRA, RG 1.609.819, CPF 577.877.609-82, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, s/nº, Bairro Centro, Canelinha/SC.
- 11) ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, RG 1.923.585, CPF 595.686.669-15, casado com Rosete Gonçalves Oliveira, RG 3.584.104, CPF 018.127.499-02, residentes e domiciliados à Estrada Geral, Bairro Papagaios, Canelinha/SC.
- 12) BERNARDETE DE OLIVEIRA DIAS, RG 2.834.145, CPF 818.164.809-91, casada com Vanildo Dias, RG 1.609.285-6, CPF 601.973.589-34, residentes e domiciliados à Rua Oscar Schumacher, 160, Bairro Centro, Guabiruba/SC.

USUFRUATUÁRIA:

VIRGÍLIA DE OLIVEIRA, RG 2.341.223, CPF 942.718.369-15, residente e domiciliada à Rua Nereu Ramos, s/nº, Bairro Papagaios, Canelinha/SC.

CONFRONTANTES EXTERNOS:

JOSÉ CLAUDINO DE OLIVEIRA, qualificação e endereço desconhecidos.

LUIZ BISSOLI, qualificação e endereço desconhecidos.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Bairro Papagaios; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado no Bairro Papagaios, Município de Canelinha/SC. PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 2.166,72 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 5 (cinco) – Áreas 1,2,3,4 e 11 do desenho simplificado; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: 30.389; MODALIDADE DA REURB: Reurb-S; RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal, Setor de Tributos, localizada na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Centro, Canelinha/SC, Cep.: 88230.000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Canelinha/SC, 15 de novembro de 2019
MOACIR MONTIBELER
Prefeito Municipal de Canelinha

NOTIFICAÇÃO CONFRONTANTES EXTERNOS PAPAGAIOS 18 6.055

Publicação Nº 2380662

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº 009/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "PAPAGAIOS": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confrontantes Externos; 2. Confrontantes atuais do perímetro a ser regularizado:

TITULAR DE DOMÍNIO:

HILÁRIO SERPA, CPF 429.200.359-91, Título de Eleitor 10.283, residente e domiciliado em Defuntinho, Tijucas-SC.

AUGUSTINHO CLEMES, CPF 244.966.699-00, Título de Eleitor 1.204, residente e domiciliado em São João Batista-SC.

LAURECI SERPA, CPF 472.209.539-68, Título de Eleitor 16.041, residente e domiciliado em São João Batista-SC.

LAURI SERPA, CPF 343.461.129-00, Título de Eleitor 13.972, residente e domiciliado em Defuntinho, Tijucas-SC.

CONFRONTANTES EXTERNOS:

CERÂMICA APOLO LTDA., qualificação e endereço desconhecidos.

RAULINO MORESCO, qualificação e endereço desconhecidos.

JOSÉ BITTENCOURT NETO, CPF 010.767.449-15, RG 206.180, casado com Ione Izabel Ribeiro Bitencourt, residentes e domiciliados à Rua Nereu Ramos, 09, São João Batista-SC.

HERDEIROS DE ANGELO VENIER, qualificação e endereço desconhecidos.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Bairro Papagaios; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado no Bairro Papagaios, Município de Canelinha/SC. PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 348,06 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 1 (uma) – Área 18 do desenho simplificado; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: 6.055; MODALIDADE DA REURB: Reurb-S; RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal, Setor de Tributos, localizada na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Centro, Canelinha/SC, Cep.: 88230.000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Canelinha/SC, 15 de novembro de 2019

MOACIR MONTIBELER

Prefeito Municipal de Canelinha

NOTIFICAÇÃO CONFRONTANTES EXTERNOS PAPAGAIOS 5 10.664

Publicação Nº 2380660

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº 009/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "PAPAGAIOS": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confrontantes Externos; 2. Confrontantes atuais do perímetro a ser regularizado:

TITULAR DE DOMÍNIO:

JOSÉ BITTENCOURT NETO, CPF 010.767.449-15, RG 206.180, casado com Ione Izabel Ribeiro Bitencourt, residentes e domiciliados à Rua Nereu Ramos, 09, São João Batista-SC.

CONFRONTANTES EXTERNOS:

LUIZ LEVINO DO NASCIMENTO, CPF 377.100.289-34, casado com Jovina Ramos do Nascimento, residentes e domiciliados no lugar Papagaios, Canelinha-SC.

LAURI COSTA, CPF 048.113.139-68, residente e domiciliado na Rua Professor Tomaz Geraldo, 35, Centro, Canelinha-SC.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Bairro Papagaios; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado no Bairro Papagaios, Município de Canelinha/SC. PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 704,50 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 1 (uma) – Áreas 5 do desenho simplificado; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: 10.664; MODALIDADE DA REURB: Reurb-S; RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal, Setor de Tributos, localizada na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Centro, Canelinha/SC, Cep.: 88230.000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias,

impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Canelinha/SC, 15 de novembro de 2019
MOACIR MONTIBELER
Prefeito Municipal de Canelinha

NOTIFICAÇÃO CONFRONTANTES EXTERNOS PAPAGAIOS 8,9 37.406

Publicação Nº 2380661

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº 009/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "PAPAGAIOS": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confrontantes Externos; 2. Confrontantes atuais do perímetro a ser regularizado:

TITULAR DE DOMÍNIO:

TERRAZA EMPREEENDIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica do direito privado, CNPJ 25.292.347/0001-86, com sede na Rua 13 de novembro, 01, sala 311, Centro, Tijucas-SC.

CONFRONTANTES EXTERNOS:

OTÁVIO DOS SANTOS, CPF 221.560.389-53, RG 1230279, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 78, Papagaios, Canelinha-SC.

SÔNIA BORATTI BONIFÁCIO, CPF 475.908.079-15, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 78, Papagaios, Canelinha-SC.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Bairro Papagaios; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado no Bairro Papagaios, Município de Canelinha/SC. PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 1980,72 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 2 (duas) – Áreas 8 e 9 do desenho simplificado; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: 37.406; MODALIDADE DA REURB: Reurb-S; RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal, Setor de Tributos, localizada na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Centro, Canelinha/SC, Cep.: 88230.000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Canelinha/SC, 15 de novembro de 2019
MOACIR MONTIBELER
Prefeito Municipal de Canelinha

NOTIFICAÇÃO CONFRONTANTES EXTERNOS PORTO DA GALERA 5.777

Publicação Nº 2380665

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANELINHA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.562.893/0001-23, NOTIFICA, para ter ciência que tramita nesta Prefeitura Municipal o Procedimento Administrativo nº 009/2019 que tem por objeto o pedido de Legitimação Fundiária para aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidades imobiliárias objeto da Reurb (art. 11, VII, da Lei Federal nº 13.465/2017) aos atuais ocupantes do núcleo urbano informal consolidado: "PORTO DA GALERA": 1. Terceiros Eventualmente Interessados e Confrontantes Externos; 2. Confrontantes atuais do perímetro a ser regularizado:

TITULAR DE DOMÍNIO:

ALÉCIO DIAS, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado em Porto da Galera, CPF 070.741.239-00 e Título de Eleitor 7.125.

CONFRONTANTES EXTERNOS:

RAMIRO CARDOSO, qualificação e endereço desconhecidos.

JOSÉ DIAS, qualificação e endereço desconhecidos.

DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER REGULARIZADA DE FORMA RESUMIDA: INSTRUMENTO UTILIZADO: Legitimação Fundiária; NOME DO NÚCLEO URBANO REGULARIZADO: Bairro Porto da Galera; ENDEREÇO: Núcleo Urbano Informal Consolidado localizado no Bairro Porto da Galera, Município de Canelinha/SC. PERÍMETRO DA ÁREA A SER REGULARIZADA: 19.544,98 m²; Número de Unidades Imobiliárias: 10; MATRÍCULA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO: 5.777; MODALIDADE DA REURB: Reurb-S; RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA: Não Há;

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última

publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) no prédio da Prefeitura Municipal, Setor de Tributos, localizada na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Centro, Canelinha/SC, Cep.: 88230.000, Fone: (48) 3264-4000, com as devidas justificativas plausíveis.

ADVERTÊNCIA: Estando em termos, expede-se o presente edital para notificação dos supramencionados para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos Requerentes. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado no DOM, conforme artigo 13, § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20, § 1º e Artigo 31, § 4º da Lei Federal nº 13.465/2017.

DESENHO SIMPLIFICADO:

Canelinha/SC, 15 de novembro de 2019
MOACIR MONTIBELER
Prefeito Municipal de Canelinha

PREGÃO PRESENCIAL 009/SEMAIS/2020

Publicação Nº 2380652

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha SC.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 009/SEMAIS/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra, para manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública do Município de Canelinha, conforme condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 13 de março de 2020, às 08h30min horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 28 de fevereiro de 2020. EDUARDO FURTADO - Diretor Administrativo do SEMAIS.

PREGÃO PRESENCIAL 011/FMS/2020

Publicação Nº 2380647

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 011/FMS/2020

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de medicamentos visando atender a demanda dos pacientes da assistência farmacêutica do município, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de março de 2020, às 08:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 28 de fevereiro de 2020. Vera Lucia de Jesus - Secretária de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL 033/PMC/2020

Publicação Nº 2380637

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 033/PMC/2020

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição, Lajotas sextavadas 25x25x8 cm, para manutenção e melhorias das vias Município, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de março de 2020, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 26 de fevereiro de 2020. Jose Benevenuto – Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PREGÃO PRESENCIAL 040/PMC/2020

Publicação Nº 2380641

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 040/PMC/2020

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de limpeza, utensílios de copa e cozinha para as creches e escolas da rede Municipal de Ensino de Canelinha, CME e Cultura, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de março de 2020, às 14h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 28 de fevereiro de 2020. Rosangela Maria Leal Cordeiro – Secretária de Educação, Cultura e Esportes

PREGÃO PRESENCIAL 041/PMC/2020

Publicação Nº 2380644

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 041/PMC/2020

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de materiais de expediente para as Creches e Centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino do Município de Canelinha SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 17 de março de 2020, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 28 de fevereiro de 2020. Rosangela Maria Leal Cordeiro - Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO N° 039/2020

Publicação N° 2379739

DECRETO N° 039/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 001/SME/2020

Art. 1º. A comissão organizadora do processo seletivo simplificado para contratação temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Educação, Edital nº 001/SME/2020, torna público a homologação da Classificação e resultado Final, conforme anexo desse decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento na data de 26/02/2020.

Homologação a Classificação e Resultado Final do Processo Seletivo para Contratação Temporária nº 001/SME/2020.

PROFESSOR BILINGUE:

Habilitado

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO
01	DAIANA APARECIDA DE CAMARGO SCHIESSL	2.05
02	ANDRÉA PINHEIRO DOS SANTOS	0.95

Não Habilitado

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO
01	JUSSIMARA OLIVA	4.25

INSTRUTOR DE LIBRAS:

Habilitado

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO
01	DÉBORA SCHUSTER DE LIMA	7.95

Canoinhas, 26 de fevereiro de 2020

DECRETO Nº 042/2020

Publicação Nº 2380741



Prefeitura de Canoinhas
Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

DECRETO Nº. 042/2020

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E ADOTA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto **CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de **R\$ 24.302,36 (vinte e quatro mil, trezentos e dois reais e trinta e seis centavos)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade Orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.39 – Ações de Média Complexidade – PETI/CREAS/APAE

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas24.302,36

Recursos 66550 – SUAS Estado – CREAS – Invest. - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de **R\$ 24.302,36 (vinte e quatro mil, trezentos e dois reais e trinta e seis centavos)** por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

26550	Transf. SUAS Estado – CREAS – Investimento	23.401,79
66550	SUAS Estado – CREAS – Invest. – Superávit	900,57
TOTAL		24.302,36

Fonte: SMAFO/2020

Art. 3º- Fica aberto **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de **R\$ 120.454,10 (cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos)**, com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento
Departamento de Leis e Decretos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 1.15 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.....120.454,10

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Para suporte do que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de **R\$ 120.454,10 (cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos)**, observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada no exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 2 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

<i>Recurso</i>	A <i>Valor previsto no exercício + Valores abertos</i>	B <i>Provável Arrecadação no exercício</i>	C <i>Provável Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)</i>	D <i>Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)</i>
10000	47.250.187,24	47.370.641,34	120.454,10	120.454,10
TOTAL				120.454,10

Fonte: SMAFO/2020

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 28 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/02/2020.

Prefeitura de Canoinhas
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

EDITAL 001/COMPOD/2020

Publicação Nº 2380525

Editais 001/COMPOD/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 6.257 de 16/08/2018, **CONVOCA** Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Municípios da cidade de Canoinhas a participarem do IV Fórum Municipal de Eleição de Organizações da Sociedade Civil organizada para o biênio 2020-2022 do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMPOD), conforme regras fixadas neste edital:

I – Das Vagas

Art. 1º Poderão concorrer à eleição para compor 08 (oito) vagas no COMPOD biênio 2020-2022, OSC legalmente constituídas, relacionadas à política sobre drogas nos âmbitos da prevenção, tratamento, reabilitação e reinserção do usuário;

II - Da Comissão Eleitoral

Art. 2º. A Eleição será coordenada pela comissão eleitoral composta pelos membros designados na Portaria nº 319/2020;

Art. 3º. São atribuições da Comissão Eleitoral:

- I – Analisar as inscrições das organizações da sociedade civil de acordo com os critérios definidos neste edital;
- II – Analisar os recursos referentes às inscrições indeferidas das OSC;
- III – Homologar as inscrições das OSC de acordo com os critérios definidos neste edital;
- IV – Coordenar o Fórum de eleição das OSC;
- V - Validar as cédulas de votação;
- VI – Abrir e encerrar as votações no local de votação;
- VII – Lavrar a ata de abertura e encerramento do Fórum;
- VIII – Acompanhar o sistema de votação e apuração.
- IX- Sanar casos omissos deste Edital;

Art. 4º. Fica sob responsabilidade do Poder Executivo Municipal a publicação das deliberações da Comissão Eleitoral no Diário Oficial dos Municípios e no site: www.pmc.sc.gov.br

II – Do Credenciamento

Art. 5º. As OSC interessadas em participar do processo de eleição, deverão se credenciar para concorrer a 01(uma) vaga no COMPOD, no período de 02 a 13 de março de 2020, na Secretaria Municipal de Saúde, sito a rua Felipe Schmidt, 10, centro, Canoinhas, no horário de expediente da referida secretaria.

Art. 6º. No ato do credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I – Ficha de inscrição (Anexo I) devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da organização;
- II – Cópia de documento oficial com foto do respectivo delegado representante da organização da sociedade civil que participará do Fórum de eleição e terá direito a voto;
- III – Cópia da ata de eleição da atual diretoria registrada em cartório;
- IV - Cópia do Estatuto Social da OSC registrada em cartório;

Art. 7º. A documentação de credenciamento será analisada pela Comissão Eleitoral e o resultado preliminar divulgado no Diário Oficial dos Municípios e no site: www.pmc.sc.gov.br;

Art. 8º..Em casos de indeferimento do credenciamento a OSC poderá interpor recurso no período 19 e 20 de março de 2020.

Parágrafo Único: Os recursos serão julgados, deferidos ou indeferidos, pela Comissão Eleitoral, e o resultado será divulgado no diário Oficial dos Municípios e no site: www.pmc.sc.gov.br.

IV – Do Fórum

Art. 9º. O Fórum para escolha dos representantes do COMPOD será realizado no dia 26 de março de 2020 das 13h30 às 16h, no plenário da Câmara de Vereadores de Canoinhas, sito à Rua Três de maio, nº 150, Centro, Canoinhas.

Art. 10. Cada OSC terá até 05 (cinco) minutos para apresentar a instituição no momento do Fórum;

V - Da Eleição

Art. 11. Serão considerados aptos a votar no Fórum de eleição de Organizações da Sociedade Civil:

- I – Os delegados indicados pelas OSC no ato do credenciamento;
- II – Munícipes da cidade de Canoinhas, com mais de 18 (dezoito) anos, participantes do Fórum de eleição interessados em votar, que assinarem a lista de presença e que apresentarem documento com foto no ato do Fórum;

Parágrafo Único. Os munícipes e os delegados das OSC inscritas votantes necessariamente assinarão a lista de presença.

Art. 12. As cédulas de votação serão confeccionadas pelo Poder Público Municipal e homologadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 13. Será afixada de forma visível no local da votação a relação completa das OSC inscritas para participarem do COMPOD;

Art. 14. Cada participante (delegado ou munícipe) devidamente inscrito no Fórum, receberá 1 (uma) cédula onde constará o nome das OSC e poderá votar em 01 (uma) delas.

Parágrafo Único. No caso de rasura ou de dificuldade de entendimento, caberá à Comissão Eleitoral deliberar sobre a anulação ou não do voto.

Art. 15. As cédulas serão depositadas em uma urna e após o término do horário de votação serão apuradas no próprio local.

Art. 16. As cédulas serão manipuladas pela Comissão Eleitoral..

Art. 17. Serão eleitas as 08 (oito) OSC mais votadas.

VI – Da Fiscalização e Apuração dos Votos

Art. 18. A apuração será coordenada e realizada pela Comissão Eleitoral e supervisionada pela Plenária.

Art. 19. A Comissão Eleitoral estabelecerá como critérios de desempate o maior tempo de criação da entidade no município.

Art. 20. Ao final do Processo Eleitoral será redigida ata com os resultados da eleição.

VII – Da Posse

Art. 21. Os conselheiros eleitos serão empossados pelo Prefeito Municipal em data a ser designada .

VIII – Das Disposições Finais

Art. 22. É de inteira responsabilidade da OSC e seus representantes o acompanhamento das publicações e editais no Diário Oficial dos Municípios e no site www.pmc.sc.gov.br;

Art. 23. O representante que prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes no presente edital, e responderá civil e criminalmente por seus atos e omissões;

Art. 24. Casos omissos a este edital serão dirimidos pela comissão eleitoral.

Art. 25. Este edital entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário oficial do Município.

Canoinhas, 27 de fevereiro de 2020.

Gilberto dos Passos
Prefeito de Canoinhas

**ANEXO 1
CRONOGRAMA**

Data	
28/02/2020	Publicação do edital
02 a 13/03/2020	Inscrição organizações da sociedade civil
18/03/2020	Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas
19 e 20/03/2020	Apresentação de recursos
24/03/2020	Publicação do resultado final das inscrições deferidas
26/03/2020	Fórum de eleição
30/03/2020	Publicação do resultado do Fórum de eleição
31/03/2020 à 03/04/2020	Indicação de membros titular e suplente para compor o Conselho
08/04/2020	Publicação de decreto com a composição do COMPOD
A definir	Posse dos membros governamentais e não governamentais do COMPOD

ANEXO 2**Ficha de Inscrição**

Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Canoinhas/SC – Lei Municipal nº 6.257.

1 - Dados da OSC:

Nome:.....
CNPJ:
Endereço:.....
Município:UF:.....CEP:.....
Telefone:E-mail:.....

2 - Dados do representante legal da OSC:

Nome:
Endereço:
Município:UF:.....CEP:.....
Telefone:E-mail:.....
RG:.....Orgão Exp.:.....CPF:.....
Período do Mandato:.....

3 - Dados do Delegado apto a votar :

Nome:
Endereço:
Município:UF:.....CEP:.....
Telefone:E-mail:.....
RG:.....Orgão Exp.:.....CPF:.....

Assinatura do representante Legal da OSC

EDITAL Nº. 13/2020 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2018/PMC

Publicação Nº 2380731

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 13/2020**CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2018/PMC.**

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2018/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Assistente Técnico Administrativo.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2018/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7711 - Fax 3621-7712 - E-mail administracao@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento dos candidatos ora convocados no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os candidatos, convocados por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7711 - Fax 3621-7712 - E-mail administracao@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL N° 13/2020

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nome: Maria Helena Fernandes

Nome: Fabiana Marques de Lima

Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7711 - Fax 3621-7712 - E-mail administracao@pmc.sc.gov.br
CGC/MF 83.102.384/0001-80 CEP 89460-000 SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 002/2020 FMEL

Publicação Nº 2379715

PORTARIA Nº. 002/2020

Francisco de Assis Ferreira da Silva, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através do Decreto nº143/2018, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedido ao servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, efetivo no cargo de Técnico Desportivo de Atletismo, junto a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Pós Graduação em nível de especialização *latu sensu*", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de fevereiro de 2020, conforme requerimento de solicitação.

Art. 2º - Fica concedido ao servidor RUAN PHELIPE RODRIGUES, efetivo no cargo de Técnico Desportivo de Judô, junto a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão de "Pós Graduação em nível de especialização *latu sensu*", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de fevereiro de 2020, conforme requerimento de solicitação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Francisco de Assis Ferreira da Silva
Presidente Honorífico
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 20/02/2020.

PORTARIA Nº 003/2020 FMEL

Publicação Nº 2379716

PORTARIA Nº. 03/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor Jocimar Jubanski, Gestor de Esportes, à disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a perceber adiantamento conforme o disposto no Decreto nº 34 de 18/02/2020, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe à responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, cujos valores das despesas serão transferidos a uma conta específica para esse fim, e o servidor será responsável pela movimentação com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido de 28/02/2020 a 01/03/2020.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 21 de Fevereiro de 2020.

Francisco de Assis Ferreira da Silva
Presidente Honorífico
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Gilberto dos Passos
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em
21/02/2020

PORTARIA Nº 004/2020 FMEL

Publicação Nº 2379720

PORTARIA Nº. 04/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

EXONERAR Á PEDIDO

Art. 1º. Fica exonerado á pedido o GUSTAVO GRILO BARROS, da função de Assessor de Lazer, com 40 horas, junto à Fundação Municipal de Esportes e Lazer á partir de 02/03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 28 de Fevereiro de 2020.

Francisco de Assis Ferreira da Silva
Presidente Honorífico
Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Gilberto dos Passos
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em
28/02/2020

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 03/2020

Publicação Nº 2380719

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 03/2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GEM PROFESSORA XEILA ELISABETE CORNELSEN, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 15h30min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Mauricio Afonso Sobczak, Sra. Andreia Fontana Kauva e Sr. José Carlos Herbst, nomeados pela Portaria nº 233/2020, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame (conforme previsto no comunicado resposta publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 17/02/2020 e site do município <http://www.pmc.sc.gov.br>, no dia 14/02/2020), quais sejam: GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, AZ CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, sem representantes presentes. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, CONSTRUTORA RUBI EIRELI, WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, AZ CONSTRUÇÕES LTDA e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados. Passou-se então a abertura da propostas das licitantes HABILITADAS. Aberta a proposta, a comissão identificou divergências entre os valores apresentados na planilha de composição de custo da empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA. Utilizando os critérios previstos no item 8.7 e 8.8 do edital, realizamos a multiplicação dos valores unitários pelo valor de BDI informado (25%) e chegamos em um valor global de R\$ 91.243.17, diferente do valor final apresentado na planilha da licitante, que é de R\$ 91.245,77. Considerando ainda o item 6.3.10 do edital, identificamos que a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA demonstrou como valor de material R\$ 59.309,75 e para Mão de obra R\$ 31.396,02. A soma desses valores resulta em R\$ 90.705,77, também diferente do encontrado pela comissão ao realizar os cálculos supramencionados. Diante desse erro, considerando o baixo valor de diferença, uma vez que a essência da proposta se manteve, e considerando também que a proposta mencionada é a mais vantajosa ao município, a comissão abre o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação desta ata, para que a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA protocole nova planilha corrigida, com a correta divisão entre material e mão de obra e com o valor total correto identificado pela comissão de licitação (R\$ 91.243.17), sob pena de desclassificação da proposta. Portanto, o valor global para execução ficou: em 1º lugar a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, com o valor de R\$ 91.243.17, em 2º lugar a empresa GIOVANNI RODRIGO LUIZ – EIRELI, com o valor de R\$ 94.815,29, em 3º lugar a empresa AZ CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor de R\$ 98.716,92 e em 4º lugar a empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor de R\$ 99.269,65. A Comissão de licitação declarou, provisoriamente, vencedora do certame a empresa WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA LTDA, com o valor global de R\$ R\$ 91.243.17. Após o prazo concedido para apresentação da nova planilha, a comissão irá emitir nova ata com a classificação final, momento em que será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Mauricio Afonso Sobczak
Secretário

José Carlos Herbst
Membro

Andreia Fontana Kauva
Membro

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N°. PMC 29/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2380411

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO N°. PMC 29/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/03/2020, às 08h20min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A VÁRIOS LOCAIS DAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 12/03/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. PMC 05/2020

Publicação N° 2380254

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°. PMC 05/2020

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/03/2020, às 13h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FERNANDO PESSOA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 13h30min do dia 19/03/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 17.2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2379974



Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
 CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso
 Chave de Autenticação Digital
 1494-2962-456

Página
 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PR17/2020

Modalidade: Pregão

Julgamento: Por Item

Registro de preço: Sim **Controla quantidade:** Sim
 Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMINAS, PORCAS E PARAFUSOS, PARA REPOSIÇÃO NAS MOTONIVELADORAS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor: 6032 - JÚLIO SILVESTRI FILHO ME

CPF/CNPJ: 15.608.150/0001-50

Valor total (R\$): 83.635,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
27/02/2020	1	42768 - PARES DE LÂMINAS 09 FUROS COM ESPESSURA DE 3/4 440/520 HB Marca: METTISA	PAR	45,00000	845,00000	38.025,00
27/02/2020	2	42766 - PARES DE LÂMINA 8 FUROS COM ESPESSURA DE 3/4 440/520 HB Marca: METTISA	PAR	60,00000	711,00000	42.660,00
27/02/2020	3	42350 - PARAFUSO 5/8 EM AÇO COM PORCAS Marca: FEY	UNIDADE	1.000,00000	2,95000	2.950,00

Total Adjudicado (R\$): 83.635,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

83.635,00


Winston Beyersdorff Lucchiarri
 Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
 Prefeito

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC 141/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2380008

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1668-3769-745	Página 1 / 2
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO				
Licitação: PE141/2019 Modalidade: Pregão Julgamento: Por item Registro de preço: Sim Controla quantidade: Sim Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.				
Fornecedor: 12066 - 3S INFORMATICA EIRELI			CPF/CNPJ: 32.674.351/0001-74	Valor total (R\$): 26.692,20
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade
26/02/2020	79	29097 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER	UNIDADE	20,00000
				Valor unitário (R\$) 1.334,61000
				Valor total (R\$) 26.692,20
Fornecedor: 12000 - A F PEREIRA COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMATICA			CPF/CNPJ: 35.084.256/0001-09	Valor total (R\$): 23.808,00
26/02/2020	11	64165 - NOTEBOOK TIPO 1	UNIDADE	10,00000
26/02/2020	30	64175 - SSD 240GB FORMATO M.2 2280	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	48	28152 - GRAVADOR DE DVD EXTERNO	UNIDADE	2,00000
				Valor unitário (R\$) 104,00000
				Valor total (R\$) 208,00
Fornecedor: 12069 - ARSIT TECNOLOGIA E TELECOM LTDA			CPF/CNPJ: 27.050.408/0001-24	Valor total (R\$): 9.746,40
26/02/2020	8	39382 - MONITOR 19,5"	UNIDADE	30,00000
				Valor unitário (R\$) 324,88000
				Valor total (R\$) 9.746,40
Fornecedor: 1356 - BATERIAS CHAPECO LTDA			CPF/CNPJ: 19.038.316/0001-09	Valor total (R\$): 9.970,50
26/02/2020	70	64179 - BATERIA PARA NOBREAK 7,0 AH	UNIDADE	100,00000
26/02/2020	71	64180 - BATERIA PARA NOBREAK 5,0 AH	UNIDADE	50,00000
				Valor unitário (R\$) 65,42000
				Valor total (R\$) 6.542,00
Fornecedor: 2417 - COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI - ME			CPF/CNPJ: 10.942.831/0001-36	Valor total (R\$): 1.909,20
26/02/2020	52	45395 - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	56	9896 - CAIXA DE SOM USB PARA COMPUTADOR	UNIDADE	20,00000
				Valor unitário (R\$) 45,47000
				Valor total (R\$) 909,40
Fornecedor: 3737 - ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI-ME			CPF/CNPJ: 06.342.234/0001-01	Valor total (R\$): 34.562,40
26/02/2020	47	1531 - ALICATE DE CRIMPAR RJ-45 CAT 5 E CAT 6 COM DECAPADOR	UNIDADE	2,00000
26/02/2020	58	21069 - EMENDA PARA CABO DE REDE	UNIDADE	30,00000
26/02/2020	59	9127 - CABO USB PARA IMPRESSORA 1,8 MTS	UNIDADE	10,00000
26/02/2020	60	8885 - CABO EXTENSOR USB A MACHO X A FÊMEA 1,8M	UNIDADE	10,00000
26/02/2020	63	8989 - CABO HDMI 1,80 METROS	UNIDADE	12,50000
26/02/2020	64	8795 - CABO DE FORÇA	UNIDADE	5,00000
26/02/2020	68	36131 - MALETA PARA NOTEBOOK NA COR PRETA	UNIDADE	19,00000
26/02/2020	73	30072 - JOGO DE ALICATE	UNIDADE	11,40000
26/02/2020	74	54034 - SPRAY LIMPA CONTATO	UNIDADE	5,00000
26/02/2020	76	40863 - ORGANIZADOR DE CABOS	UNIDADE	180,00000
26/02/2020	78	64181 - KIT JOGO DE CHAVE FENDA E PHILIPS	UNIDADE	900,00000
26/02/2020	81	58751 - TRANSFORMADOR	UNIDADE	92,40000
26/02/2020	82	624 - ADAPTADOR DE TOMADA	UNIDADE	25,00000
26/02/2020	84	64182 - LEITURA PARA CERTIFICADO DIGITAL A3	METRO	100,00000
26/02/2020	87	5338 - BATERIA 9 VOLTS	UNIDADE	25,20000
26/02/2020	88	64184 - PROJETO MULTIMÍDIA	UNIDADE	61,00000
				Valor unitário (R\$) 120,00000
				Valor total (R\$) 3.600,00
Fornecedor: 12067 - FAMAHA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA.			CPF/CNPJ: 07.734.851/0001-07	Valor total (R\$): 13.750,00
26/02/2020	20	26386 - FONTE ATX 500 W	UNIDADE	30,00000
26/02/2020	66	39681 - MOUSE PAD COM APOIO	UNIDADE	50,00000
				Valor unitário (R\$) 130,00000
				Valor total (R\$) 13.000,00
Fornecedor: 6750 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME			CPF/CNPJ: 12.162.386/0001-17	Valor total (R\$): 51.632,00
26/02/2020	6	64161 - COMPUTADOR TIPO 3 SEM MONITOR	UNIDADE	50,00000
26/02/2020	13	54771 - SWITCH GERENCIÁVEL 10/100/1000 24 PORTAS	UNIDADE	2,00000
26/02/2020	23	28557 - HD SATA 3 - 1 TB OU SUPERIOR- 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA HD SATA 3- 1 TB OU SUPERIOR- 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA UNCLUSO	UNIDADE	2,00000
				Valor unitário (R\$) 2.298,60000
				Valor total (R\$) 45.972,00
Fornecedor: 8052 - NUVEPRIME INFORMATICA LTDA ME			CPF/CNPJ: 17.975.908/0001-13	Valor total (R\$): 1.800,00
26/02/2020	14	54767 - SWITCH 10/100 24 PORTAS	UNIDADE	2,00000
				Valor unitário (R\$) 360,00000
				Valor total (R\$) 1.800,00
Fornecedor: 8509 - PERFORM TECNOLOGIA LTDA EPP			CPF/CNPJ: 21.873.370/0001-03	Valor total (R\$): 37.012,75
26/02/2020	12	64166 - NOTEBOOK TIPO 2	UNIDADE	10,00000
26/02/2020	57	29090 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	UNIDADE	5,00000
26/02/2020	61	64178 - PLACA DE VIDEO	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	75	3979 - AUTO TRANSFORMADOR	UNIDADE	10,00000
				Valor unitário (R\$) 2.717,00000
				Valor total (R\$) 27.170,00
Fornecedor: 9805 - SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA			CPF/CNPJ: 03.874.953/0001-77	Valor total (R\$): 57.443,00
26/02/2020	83	49368 - RELOGIO PONTO BIOMETRICO	UNIDADE	50,00000
				Valor unitário (R\$) 1.148,86000
				Valor total (R\$) 57.443,00
Fornecedor: 10036 - SOLO COMERCIAL LTDA.			CPF/CNPJ: 11.102.277/0001-41	Valor total (R\$): 9.717,75
26/02/2020	33	55814 - TECLADO PADRÃO ABNT 2 - USB, na cor preta	UNIDADE	300,00000
26/02/2020	35	39677 - MOUSE ÓPTICO USB	UNIDADE	300,00000
26/02/2020	69	39675 - MOUSE MINI PARA NOTEBOOK	UNIDADE	5,00000
26/02/2020	89	43897 - PENDRIVE 16 GB	UNIDADE	10,00000
				Valor unitário (R\$) 10,97000
				Valor total (R\$) 3.291,00
Fornecedor: 12064 - VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI			CPF/CNPJ: 24.418.247/0001-90	Valor total (R\$): 200.288,47
26/02/2020	3	64158 - COMPUTADOR TIPO 3 + MONITOR 21,5 COM AJUSTE DE ALTURA	UNIDADE	30,00000
26/02/2020	15	64167 - SWITCH 10/100 8 PORTAS	UNIDADE	25,00000
26/02/2020	18	64168 - MEMORIA DDR4 - 4GB	UNIDADE	50,00000
26/02/2020	19	64169 - MEMORIA DDR4 - 8GB	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	21	64170 - FONTE - 350 Watts Bivolt	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	22	28558 - HD SATA 3-500 GB OU SUPERIOR-6GB/S 7.200 RPM	UNIDADE	100,00000
26/02/2020	25	28545 - HD EXTERNO DE 1 TB- USB 3.0	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	26	64171 - HD EXTERNO DE 2 TB - USB 3.0	UNIDADE	10,00000
26/02/2020	28	64173 - HD SSD 2.5" 480GB SATA III LEITURAS: 500MB/S / GRAVAÇÕES: 350MB/S	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	29	64174 - HD SSD 2.5" 240 GB SATA III LEITURAS: 500MB/S / GRAVAÇÕES: 350MB/S	UNIDADE	50,00000
26/02/2020	31	64176 - SSD 480GB FORMATO M.2 2280	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	36	64177 - ESTABILIZADOR BIVOLT - 600VA	UNIDADE	50,00000
26/02/2020	37	22105 - ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA	UNIDADE	221,96000
26/02/2020	39	24162 - FILTRO DE LINHA 06 TOMADAS PRETO - BIVOLT	UNIDADE	100,00000
26/02/2020	42	16146 - CONECTOR RJ-45 CAT 5E MACHO	UNIDADE	161,97000
26/02/2020	43	682 - ADAPTADOR USB WIRELESS 300 MBPS	UNIDADE	10,00000
26/02/2020	44	50982 - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS	UNIDADE	33,96000
26/02/2020	45	39006 - MODEM/ROTEADOR	UNIDADE	20,00000
26/02/2020	51	8822 - CABO DE REDE COM 305 METROS	CAIXA	20,00000
				Valor unitário (R\$) 46,37000
				Valor total (R\$) 927,40
26/02/2020	53	45398 - PLACA DE REDE PCI EXPRESS	UNIDADE	74,97000
26/02/2020	54	45400 - PLACA DE REDE PCI WIRELESS	UNIDADE	2,00000
				Valor unitário (R\$) 165,36000
				Valor total (R\$) 330,72
Fornecedor: 12068 - VIPH IT COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI			CPF/CNPJ: 33.419.290/0001-61	Valor total (R\$): 3.320,00
26/02/2020	7	64162 - GABINETE DE MICROCOMPUTADOR	UNIDADE	20,00000
				Valor unitário (R\$) 166,00000
				Valor total (R\$) 3.320,00
Total Adjudicado (R\$):				481.652,67



Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital
1668-3769-745

Página
2 / 2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 481.652,67

Winston Beyersdorff Lucchiari


Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 31.2019

Publicação Nº 2380006

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso Chave de Autenticação Digital 1425-6499-752	Página 1 / 1
--	--	--	-----------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: TP31/2019 **Modalidade:** Tomada de Preço **Julgamento:** Global **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI CECÍLIA MEIRELES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Fornecedor: 6465 - LIDERANCA CONSTRUCOES LTDA			CPF/CNPJ: 22.783.640/0001-58	Valor total (R\$):	163.109,94
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor total (R\$)
27/02/2020	1	64190 - REFORMA E AMPLIAÇÃO CEI CECILIA MEIRELES	SERVIÇOS	1,00000	163.109,94
Total Adjudicado (R\$):					163.109,94

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$): 163.109,94**

Winston Beyersdorff Lucchiar
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 03/2020/ICPREV (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2380400

EXTRATO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo nº 03/2020/ICPREV

Pregão Presencial nº 03/2020/ICPREV

O Diretor Executivo do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV -, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I – HOMOLOGAR E ADJUDICAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 03/2020/ICPREV, na modalidade Pregão Presencial de nº 03/2020/ICPREV, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO DE ADVOGADO NO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV tendo como vencedor o seguinte fornecedor:

Unidade de Medida: UN Quantidade licitada: 1

Licitante	Valor Mensal (R\$)	Valor total (R\$)
SCHEILA APARECIDA WEISS - ME	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Canoinhas-SC, 28/02/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL
DIRETOR EXECUTIVO ICPREV

Capinzal

PREFEITURA

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0023/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0005/2020

Publicação Nº 2380656

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
SECRETARIA DE SAÚDE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2020**

OBJETO: Contratação de Profissional, em caráter emergencial e de forma temporária, para prestação de serviços na Área Médica. Com Recursos Próprios.

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.332,53 (cinquenta mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando as atividades vinculadas ao "Programa Mais Médicos para o Brasil", em que no Município de Capinzal haviam 3 vagas para médicos inscritos, sendo eles:

Profissional	Unidade de atendimento
Ronaldo Machado dos Santos	Unidade Central
Rafael Godoy	Unidade Central
Paulo Henrique Tasca	ESF Parizotto

Considerando que os profissionais Ronaldo Machado dos Santos e Rafael Godoy pediram desligamento do Programa conforme abaixo:

Profissional	Data de Encerramento
Ronaldo Machado dos Santos	28/03/2019
Rafael Godoy	27/01/2020

Considerando que destes, o profissional Ronaldo Machado dos Santos fora contratado por Processo Seletivo, e, portanto, faz parte do quadro funcional.

Considerando o Edital nº 05 de 21 de janeiro de 2020, referente a Chamada Pública para ocupar as vagas de médico e que teve apenas classificado o profissional Erlei Perini, que também já fazia parte do quadro funcional através de uma Chamada Pública anterior.

Considerando ainda que os profissionais abaixo já rescindiram contrato ou já solicitaram a rescisão:

Profissional	Unidade de atendimento	Data de Exoneração
Priscila Lorenzon	ESF São Cristovão	30/01/2020
Naiane Mayer	ESF Lar Imóveis	04/02/2020
Junia Ruaro	Unidade Central	28/02/2020

Com isso, com a saída de 4 médicos que atuavam no Município, os pacientes ficam à mercê de fila de espera para que possam ser atendidos.

Considerando que já fora exaurida a lista de candidatos do Processo Seletivo vigente e que após a realização do Concurso Público 045/2019, o mesmo por recomendação da Promotoria de Justiça do Ministério Público da Comarca de Capinzal/SC, fora suspensos todos os atos e nomeações dos

candidatos que obtiveram aprovação até que sejam alinhadas todas as fases e a lista de classificação definitiva, não sendo possível contratar os médicos aprovados até segunda determinação.

Considerando que cada médico atendia por período laborado até 15 pacientes, com a ausência deles, **são aproximadamente 120 pacientes a menos atendidos por dia**, o que gera uma demanda muito maior.

Por fim, ressaltamos que a saída de forma abrupta, situação que pegou a Administração de surpresa, de 4 profissionais das Unidades de Saúde afeta diretamente a Administração, e, principalmente, aos pacientes que dependem de atendimento da Saúde Pública, tornando-se IMPRESCINDÍVEL a contratação da profissional, abaixo relacionada, em caráter de emergência e de forma temporária, para que a demanda possa ser atendida.

Gabrielle Trevisan	CPF 099.310.289-12
--------------------	--------------------

Assim, solicitamos o empenho para formalizar essa contratação com a máxima brevidade, nos moldes do art. 24, IV da Lei 8.666/93, para que possamos amenizar os prejuízos no atendimento de qualidade sempre prestados pela Secretaria da Saúde, tendo como base salarial o piso oferecido pelo Município **no valor de R\$ 16.777,53**.

Capinzal/SC, 28 de fevereiro de 2020.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária de Saúde

FMS TERMO ADITIVO 001/2020 C13

Publicação Nº 2380214

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2020 C13 - Contrato Nº: 0013/2019		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CENTRO DE ASSISTENCIA APOIO E TRATAMENTO DE DEPEND		
Valor : 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil e reais)		
Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 08/03/2021		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2019 Processo_Licitatório.....: 0010 / 2019		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato, sendo esta de 06/03/2020 a 08/03/2021, bem como do valor total R\$ 414.000,00, conforme solicitação, documentos, e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0033/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0013/2020

Publicação N° 2380443

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES****PROCESSO LICITATÓRIO N° 0033/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0013/2020**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Maestro Regente para a Fanfarra Municipal. Com Recursos Salário-Educação.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A reativação da Fanfarra Municipal de Capinzal é interesse da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, com o objetivo de propiciar às crianças e adolescentes a oportunidade de se integrarem a música, através da disponibilização de um espaço para práticas musicais, tornando-as interessadas em desenvolver habilidades musicais no âmbito de instrumentos de percussão, tais como: bumbo, caixa, repique, surdo, contra surdo, e pratos; com prática instrumental, individual e em grupo, tem como eixo norteador a socialização dos alunos, buscando desenvolver as capacidades psíquicas e motoras, a aprendizagem musical em seus diversos aspectos.

Hoje temos em atividade a Escola Municipal de Música que atende a mais de 300 crianças e adolescentes residentes no município de Capinzal e registra, quase que diariamente, a procura de jovens interessados a ingressar nas aulas de música.

Diante deste quadro a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, através do Departamento de Cultura, estudou a possibilidade de retomar as atividades de música da Fanfarra de modo com que as atividades já realizadas pela Escola de Música e da Oficina de Dança, não sejam prejudicadas.

Chegou-se a conclusão de que será possível a retomada da Fanfarra Municipal de forma integrada as atividades já existentes, considerando que essa ação tende a somar de maneira significativa à nossa banda Municipal com intuito de abrilhantar as atividades cívicas, cada vez mais solicitadas em solenidades e eventos de nossa cidade.

Partindo dessa premissa e considerando o fortalecimento deste segmento em nossa região, sem dúvidas, vê-se a premência de resgate desta prática tão admirada e respeitada pela sociedade capinzalense, já que historicamente nosso município destacava-se em apresentações do gênero.

Para isso, tivemos o cuidado de selecionar um profissional com boas referências pessoais e profissionais e com disponibilidade para realizar 12 horas de aulas/mês. Este, em questão, atua como Maestro Regente para a Fanfarra da Escola Municipal Ernesto Hachmann, atualmente com 24 integrantes e se dispõe a mais este compromisso.

Acácio Antunes possui graduação em Música - Piano pela Universidade Federal de Pelotas (2010) e especialização em Psicopedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2015). Atualmente é Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Música. É um profissional atuante, tem participação comprovada em vários eventos:

- Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Escola. 2015. (Outra).
- Drogas Por Quê? Desafios para a Educação. 2014. (Seminário).
- IV Semana Pedagógica Mater Dolorum: Arte e Educação Transformando Olhares. 2014. (Outra).
- Competências Básicas. 2013. (Outra).
- Competências e Habilidades na Prática Pedagógica do Ensino Aprendizagem. 2013. (Outra).
- Linguagens Audiovisuais na Escola. 2013. (Outra).
- 14º Festival de Música de Itajaí - Escola de Samba com Caito Marcondes. 2011. (Oficina).
- 14º Festival de Música de Itajaí - Percussão Corporal com Barbatuques. 2011. (Oficina).
- 14º Festival de Música de Itajaí - Percussão Criativa com Caito Marcondes. 2011. (Oficina).
- 14º Festival de Música de Itajaí - Piano Intermediário com Benoit Sourisse. 2011. (Oficina).
- 14º Festival de Música de Itajaí - Piano Intermediário com Fábio Torres. 2011. (Oficina).
- Semana Pedagógica: Educando Sonhos - Novas Formas de Ensinar, Novas Formas de Aprender. 2011. (Outra).
- Oficina de Piano do IAD. Ministrante da Oficina de Piano do IAD. 2009. (Oficina).
- Recitais Benéficos. 2009. (Outra).
- XVIII Congresso de Iniciação Científica. A Prática Docente de uma Professora de Piano. 2009. (Congresso).
- Preparatório para o Vestibular de Licenciatura em Música. Ministrante do Master Class de Piano. 2008. (Oficina).
- Programa Preventivo de Distúrbios Osteomusculares em Músicos. 2008. (Outra).
- XI Encontro Regional da ABEM Sul e IV Encontro de Laboratório de Educação Musical - LEM. 2008. (Encontro).
- Música às 20 prás 10. 2007. (Outra).
- VI Encontro de Educação Musical. 2007. (Encontro).
- 1ª Semana Acadêmica dos Curso de Música da UFPel. 2006. (Outra).
- II Seminário de Arte, Música e Educação. 2006. (Seminário).
- Oficina de Musicalização com o Duo Impossible Music. 2006. (Oficina).
- Programa Jovens Empreendedores. 2005. (Oficina).
- 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude. 2004. (Seminário).
- Simpósio de Informação Tecnológica. 2003. (Simpósio).

Portanto, de acordo com o objetivo da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, o profissional, dentre tantos de tão importante qualificação, apresenta-se como um dos melhores profissionais da área para atuar como Maestro Regente para a Fanfarra Municipal.

Para instruir o processo de contratação, encaminhamos, em anexo, as certidões comprobatórias de regularidade fiscal da empresa ACÁCIO ANTUNES e pesquisa de valores realizadas com profissionais da região a fim de comprovar vantajosidade na contratação.

Capinzal/SC, 28 de Fevereiro de 2020.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

PMC TERMO ADITIVO 001/2020 C224

Publicação N° 2380309

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : TA 001/2020 C224 - Contrato N°: 0224/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 04/05/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 0063/2019 Processo_Licitatório.....: 0121 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato para 60 dias, findando em 04/05/2020, conforme solicitação, documentos, e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/09/2020**

Publicação N° 2380609

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° CAO/09/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° CAO/0095/2020

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APROFUNDAMENTO DE UM POÇO TUBULAR, LOCALIZADO NO DISTRITO DE SANTA LUCIA – OURO/SC. DEVERÁ SER EMITIDA DE ART DE EXECUÇÃO.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

DATA/HORA DA ABERTURA: DIA 12 DE MARÇO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 02 de março de 2020.

Francieli A. da Rosa
Pregoeira

EXTRATO DE CONVENIO N° CAO/02/2020

Publicação N° 2380568

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N° CAO/02/2020

CONVENIADA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONVENENTE: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA/ESCOLA - CIEE/SC

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO CAO/01/2019, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES.

VALOR R\$ 62,58 (SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) POR ESTUDANTE.

ASSINATURA: 27/02/2020

VIGÊNCIA: 01/03/2020 A 28/02/2021

PELA CONVENIADA: SIDNEI PENZO – DIRETOR GERAL

PELA CONVENENTE: MARCELO FIRMINO VAZ - SUPERINTENDENTE EXECUTIVO - CIEE/SC

Catanduvas

PREFEITURA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N° 0066/2018

Publicação N° 2381247

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N° 0066/2018

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS – SICREDI UNISTADOS, para Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviço de recolhimento de impostos, taxas, tarifas e demais receitas de competência do Município de Catanduvas, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 00101/2018, PREGÃO PRESENCIAL N° 0073/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, inscrito no CNPJ/MF sob N°. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças, Sra. Lucimari Spader.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS – SICREDI UNISTADOS com sede na Rua Euclides da Cunha, n° 71, Bairro Centro, no município de Erechim-RS, CEP: 99.700-228, inscrita no CNPJ-MF sob o n° 87.780.268/0001-71, neste ato representada pelo Sr. Angelo Vieira Silvestrini.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 17 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, do contrato original;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação dos serviços e estender o prazo do contrato supramencionado por interesse da Administração Municipal.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2020, com novo prazo se iniciando em 01 de março de 2020;

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei n° 8.666/93.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Catanduvas, SC, 27 de fevereiro de 2020.

ANGELO VIEIRA SILVESTRINI

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE
ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS –
SICREDI UNISTADOS
CONTRATADA

LUCIMARI SPADER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATANTE

Testemunhas: _____

Valmir de Rós

Assessor Jurídico

OAB/SC n° 26.310

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

024/2020

Publicação N° 2379955

Decreto nº 024/2020

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado (a) do Cargo de SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 01/03/2020, o(a) Sr(a). INÉDIO ANTELMO TOMASI brasileiro (a), domiciliado em Caxambu do Sul/SC, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 28 de fevereiro de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito

CONTRATO N° 022/2020 PCS

Publicação N° 2380567

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA

Contrato nº: 022/2020 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS COMUNIDADES DE ENGENHO VELHO E PLAMEIRA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Vigência: 27/02/2020.

Valor do Contrato: R\$ 247.850,46 (Duzentos e Quarenta e sete mil e oitocentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos)

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL CREDENCIAMENTO 001/2020 RÁDIO**

Publicação Nº 2379889

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2020****1 - PREÂMBULO**

1.1 – A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, com sede administrativa na Rua Ângelo Rolim de Moura, 36, Centro, representado pelo Presidente, Senhora Sonia Devilla Tomasi, TORNA PÚBLICO a todos os interessados que a partir das 07h30min horas do dia 02/03/2020 estarão abertas as inscrições para o Credenciamento de rádios do sistema FM para a prestação de serviço de divulgação de atos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital, com o objetivo de atender as demandas da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul.

2 – DA ENTREGA DO OBJETO

2.1 – A prestação de serviço de divulgação de atos oficiais para a Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul será limitando a 500 (quinhentos) minutos por emissora de rádio credenciada.

3 – DE QUEM PODERÃO CREDENCIAR-SE

3.1 - Poderão credenciar-se para prestar serviço de divulgação de atos oficiais para a Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, qualquer emissora rádio que tenha cobertura, mas com a finalidade de abranger audiência no maior número de habitantes do Município, a emissora de rádio que queira se credenciar para divulgar as informações do Município, deverá ter sinal de transmissão regular em todo o território do Município no horário da inserção, desde que atendidas às disposições deste Edital.

3.1.1 - Não poderão participar do Credenciamento as emissoras de rádio que tenham em seu quadro societário servidores concursados e comissionados, prefeito e vice-prefeito, vereadores (as) e membros da Comissão Permanente de Licitações que integram o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, bem como seus parentes até 3º Grau.

3.2 - O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da Minuta de Contrato (Anexo "E", deste edital) a ser firmado entre as partes.

4 – DO OBJETIVO DAS DIVULGAÇÕES DOS ATOS OFICIAIS

4.1 - A Lei 12.527/2011 determinou procedimentos a serem adotados pelo poder público, com a finalidade de garantir o acesso às informações. Além disso, estabeleceu diretrizes para a execução deste trabalho.

4.2 - Das diversas diretrizes estabelecidas, duas merecem especial atenção pelos municípios: Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, e a Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

4.3 - Os municípios não devem apenas publicar os seus atos de forma aleatória, é necessário verificar se a informação tem alcance na população. Dessa forma, como exemplo: a publicação de determinado Aviso Oficial em emissora de rádio de razoável circulação mostra-se mais eficaz do que a publicação do Aviso na Imprensa Oficial do município.

4.4 - Cumpre destacar que as publicações dos atos oficiais devem alcançar o princípio constitucional da eficiência, portanto, Imprensa Oficial que não é lida pela população fere preceitos constitucionais.

4.5 - A regra básica é fazer a informação chegar à população, o meio a ser utilizado deve ser verificado caso a caso. Ainda, os municípios devem prestar contas de seus trabalhos de forma constante e não esperar que alguém busque a informação.

4.6 - Assim, desde que respeite o caráter educativo, informativo ou de orientação social e, ainda, sem caracterizar promoção pessoal e respeitando o devido procedimento de compra pública, os municípios não devem poupar esforços para fazerem uma informação de caráter coletivo alcançar a população em geral. Portanto, a divulgação em emissora de rádio é o cardápio certo para a divulgação eficaz dos atos oficiais.

5 – DO CREDENCIAMENTO DA (S) EMISSORA (S) DE RÁDIO DO SISTEMA FM

5.1 - As condições do credenciamento de emissora de rádio para prestação de serviço de divulgação de atos oficiais para a Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul são universais e, portanto, sob as mesmas condições para todos, razão pela qual são firmadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto o Poder Legislativo, como os contratados, após o seu credenciamento.

5.2 - O credenciamento se dará após a análise e aprovação dos documentos anexados ao requerimento de inscrição, constante no Anexo “B” deste Edital, por uma Comissão de Credenciamento e firmado através do Termo de Contrato, (Conforme modelo constante no Anexo “E” deste Edital).

6 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

6.1 - As inscrições para o Credenciamento se darão a partir das 07h30min horas do dia 02/03/2020 às 11h30min horas do dia 31/12/2020, através da entrega da solicitação de Credenciamento devidamente assinada, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conjunta com INSS;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site www.tst.gov.br;
- f) Espelho junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas – CEI de que a licitante não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida junto ao site www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;
- g) Espelho junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a licitante não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida junto ao site www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep;
- h) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;
- i) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção do Município de Caxambu do Sul.
- j) Declaração onde a empresa declara que a rádio possui audiência em todo território do município de Caxambu do Sul;

6.2 – Os documentos necessários à habilitação do (a) proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (artigo 29 da Lei nº 8.666/93) sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

6.4 - A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.5 - Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Contrato", nos termos da minuta que consta no Anexo "E" deste edital.

6.6 - O Envelope deverá ser entregue na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL

CREDENCIAMENTO N° 001/2020

PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA)

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

7 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de vigência do Credenciamento será do dia 02 de fevereiro de 2020, ao dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado no limite de 60 (sessenta) meses.

8 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 - A prestação de serviço de divulgação de atos oficiais para a Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul dar-se-á de acordo com a autorização do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, onde será informada a quantidade de minutos máximos por divulgação.

9 – DA DO VALOR DO MINUTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – O valor pago para a prestação de serviço de divulgação de atos oficiais para a Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, objeto deste Credenciamento, se dará unicamente com base nas referências de valores da Tabela de Valores para Credenciamento (Anexo "A" deste Edital).

9.5 - A despesa decorrente da aquisição de serviço objeto da presente licitação terá previsão junto à Lei Orçamentária dos Exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

10 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

10.2 - A rescisão contratual poderá ser:

10.2.1 - Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

10.2.2 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

11 - DAS PENALIDADES

11.1 - Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

11.2 - Pelo atraso injustificado na execução do contrato:

11.2.1 - Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

11.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

11.3.1 - Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

11.3.2 - Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

11.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 11.3.1. e 11.3.2. será o valor inicial do Contrato.

11.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o (a) contratado (a) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar a Câmara Municipal.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - Esclarecimentos relativos ao presente Edital de Credenciamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3326-0400, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

12.2 – A Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos termos do artigo 49 da lei nº 8.666/93.

12.3 - Informações fornecidas verbalmente por servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul não serão consideradas como motivos para impugnações ou recursos.

12.4 - Os casos omissos neste Edital serão à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis.

12.5 - A participação no presente credenciamento implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

12.6 - Os participantes deste credenciamento desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

12.7 - Os participantes deste processo desde já declaram, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

12.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó – SC, excluído qualquer outro.

13 - DOS ANEXOS DO EDITAL

13.1 - Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo “A” – TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo “B” - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO;

Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO;

Anexo “D” - MODELO DE DECLARAÇÃO;

Anexo “E” - MINUTA DE CONTRATO.

Caxambu do Sul – SC, em 28 de fevereiro de 2020.

SONIA DEVILLA TOMASI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020

ANEXO "A"

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Quantidade*	Unidade	Descrição	Valor Unitário R\$
01	1.500,00	Minutos	Serviço de divulgação de atos oficiais em emissora de rádio de Sistema FM, com abrangência no Município de Caxambu do Sul, semanal (na quinta-feira), com tempo de até 10 (dez) minutos, e disponibilização de profissional para apresentação do programa informativo e divulgação de avisos, convites, informações de interesse da Câmara Municipal durante a semana, em horário próximo ao meio-dia.	29,78

*A quantidade de minutos poderá variar para menos sendo que a Câmara Municipal de Vereadores pagará somente o minuto divulgado.

1 – Da especificação dos serviços:

1.1 – O período de prestação do serviço será da data de sua assinatura do Termo de Contrato até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado no limite de 60 (sessenta) meses. No entanto, em virtude do que diz a lei eleitoral, a execução dos serviços ficará suspensa nos períodos eleitorais. Neste período não haverá pagamento à (s) licitante (s) credenciada (s).

1.1.1 – A inobservância do disposto no Item 1.1 do Termo de Referência será de inteira responsabilidade da(s) licitante(s) credenciada(s), a qual arcará com perdas e danos por eventual responsabilidade.

1.2 – O espaço utilizado pela Câmara Municipal na programação de rádio deverá ser semanal (na quinta-feira), com tempo de até 10 (dez) minutos, no horário entre às 12:00 horas às 13:30 horas. A apresentação do programa informativo da Câmara Municipal deverá ser feita por locutor (a) da(s) licitante(s) credenciada (a).

1.3 – As informações serão repassadas na forma discursiva ou através de perguntas e respostas.

1.4 – Após a definição do horário em que as informações da Câmara Municipal serão divulgadas (respeitando-se o estabelecido no item 1.2), o mesmo não poderá ser modificado sem autorização documentada da Câmara Municipal.

1.5 – Além do programa informativo semanal, a Câmara Municipal divulgará avisos, informativos, convites e outros atos de interesse durante a semana, em horário próximo ao meio-dia. Estas informações serão repassadas por servidor responsável à (s) licitante (s) credenciada (s), sendo que só serão pagos os pedidos autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal.

1.5.1 - A inobservância do disposto no Item 1.5 do Termo de Referência será de inteira responsabilidade da(s) licitante(s) credenciada(s), a qual arcará com perdas e danos por eventual responsabilidade.

1.6 – Com a finalidade de abranger audiência no maior número de habitantes do Município, a (s) emissora (s) de rádio que divulgará (ao) as informações da Câmara Municipal, deverá (ao) ter sinal de transmissão regular em todo o território do Município no horário da inserção.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020
ANEXO "B"
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Requerente:

Endereço:

Telefone:

CPF:

DOCUMENTOS APRESENTADOS

() Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

() Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

() Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

() Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

() Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site www.tst.gov.br;

() Espelho junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas – CEI de que a licitante não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida junto ao site www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

() Espelho junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a licitante não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida junto ao site www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep;

() Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

() Declaração identificada e assinada pelo representante legal, que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção do Município de Caxambu do Sul.

() Declaração onde a empresa declara que a rádio possui audiência em todo território do município de Caxambu do Sul;

QUANTIDADE DE MINUTOS _____. (Informar a quantidade de minutos que a emissora de rádio do sistema FM se disponibiliza para prestação de serviço de divulgação de atos oficiais para a Câmara Municipal, limitado há 500 minutos por emissora).

Local, _____ de _____ de 2020.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

ANEXO "D"

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu (ua) representante legal Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Credenciamento nº 001/2020, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2020.

(Nome e assinatura do responsável legal)

(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020

ANEXO "D"

MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu (ua) representante legal Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARA que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção do Município de Caxambu do Sul - SC.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Credenciamento nº 001/2020, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2020.

(Nome e assinatura do responsável legal)

(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020

ANEXO "E"

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ____/2020 PCS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, com sede administrativa na Rua Ângelo Rolim de Moura, 36, Centro, representado pelo Presidente, Senhora Sonia Devilla Tomasi, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____, Sr.(ª) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 001/2020, modalidade Credenciamento nº 001/2020, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar serviço de divulgação de atos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" do processo Licitatório nº 001/2020, Modalidade de Credenciamento nº 001/2020.

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório nº 001/2020, modalidade de Credenciamento nº 001/2020, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O período de prestação do serviço será da data de sua assinatura do Termo de Contrato até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado no limite de 60 (sessenta) meses. No entanto, em virtude do que diz a lei eleitoral, a execução dos serviços ficará suspensa nos períodos eleitorais. Neste período não haverá pagamento por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA.

2.1.1. A inobservância do disposto no Item 2.1 deste Contrato será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com perdas e danos por eventual responsabilidade.

2.2. O espaço utilizado pela Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul na programação de rádio deverá ser semanal (na quinta-feira), com tempo de até 10 (dez) minutos, no horário entre às 12:00 horas às 13:30 horas, sendo que só serão pagos os pedidos autorizados pela Presidente. A apresentação do programa informativo Municipal deverá ser feita por locutor (a) da CONTRATADA.

2.3. As informações serão repassadas na forma discursiva ou através de perguntas e respostas.

2.4. Após a definição do horário em que as informações da Câmara Municipal serão divulgadas (respeitando-se o estabelecido no Item 2.1 deste Contrato), o mesmo não poderá ser modificado sem autorização documentada da Câmara Municipal.

2.5. Além do programa informativo da quinta-feira, a Câmara Municipal divulgará avisos, informativos, convites e outros atos de interesse durante a semana, em horário próximo ao meio-dia. Estas informações serão repassadas por servidor responsável à CONTRATADA, sendo que só serão pagos os pedidos autorizados pela Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

2.5.1. A inobservância do disposto no Item 2.5 deste Contrato será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual arcará com perdas e danos por eventual responsabilidade.

1.6 – Com a finalidade de abranger audiência no maior número de habitantes do Município, a CONTRATADA, deverá ter sinal de transmissão regular em todo o território do Município no horário da inserção.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência da data de assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado no limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo serviço descrito na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____) por minuto, em um total estimativo de R\$ _____ (_____) mensal, podendo variar para mais ou para menos sem prejuízo para a CONTRATANTE.

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2020.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul efetuará o pagamento do objeto deste Contrato no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a execução dos serviços objeto desta Licitação e apresentação da nota Fiscal devidamente assinada pelo Responsável, em conta corrente da CONTRATADA.

5.2. As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: camara@caxambudosul.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF.

5.3. Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, as empresas preferencialmente deverão manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES

6.1. O valor da prestação dos serviços objeto desta licitação poderão ser reajustados anualmente da data de assinatura do contrato através do INPC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

7.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

7.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

7.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

7.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

7.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços, objeto do presente Contrato.

7.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

7.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

7.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte dos profissionais até a sede da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, bem como alimentação e hospedagem, se necessário.

7.1.8. Recolher todos os impostos que incidirem sobre a prestação do serviço.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

8.2. A rescisão contratual poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

8.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

9.1.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) serviço(s) não entregue(s).

9.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº. 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Caxambu do Sul - SC, em _____ de _____ de 2020.

CONTRATADA

SONIA DEVILLA TOMASI
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Testemunhas:

01. _____

Nome:

CPF:

02. _____

Nome:

CPF:

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA N° 097/2020

Publicação N° 2380069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIAN° 097/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2019/2020, para a servidora MARLISE NEUHAUS, matriculada sob n° 2518/03, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 02.03.2020 à 31.03.2020, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal n° 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de fevereiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.03/2018

Publicação N° 2379804

Estado de Santa Catarina.
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Extrato do Quarto Termo Aditivo do Contrato n°03/2018.
N.º do Contrato: 03/2018
Processo Licitatório n°01/2018

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.
Contratada: Betha Sistemas LTDA.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto suprimir o valor mensal de R\$250,00 sobre o valor total do contrato firmado com a Contratada, cujo objeto é licenciamento de uso de sistema de Gestão do e-Social não costumável, com fundamento estabelecido na Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.03/208, celebrado entre as partes em 16/10/2019.

Da Vigência: A presente supressão passa a vigor a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Data da assinatura: 28 de fevereiro de 2020.

Claudio José Eduardo
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO 247/20

Publicação Nº 2380229

DECRETO SAF/Nº. 247/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

TAINARA MAXIMIANO GOULART, portadora do CPF nº 106.106.049-70, Professor ACT 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 207/20, de 11 de fevereiro de 2020, a partir de 18 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 238/2020

Publicação Nº 2380083

DECRETO SAF/Nº. 238/2020, de 17 de fevereiro de 2020.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS E BENS IMÓVEIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições resolve

NOMEIA:

Art. 1º EVANDRO CIPRIANI, HOMERO DE BONA FILHO, LEONARDO DE BONNA, LAÉRCIO DE COSTA, LUIZ CARLOS GONÇALVES, NATANAEL CANDIOTTO, RAFAEL UGGIONI COLOMBO, SOÊNIA MARIA ZACCARON BASTOS PINTO, MANOEL MARQUES DA SILVA, JHONYS PONCIANO e PEDRINHO CAUDURO, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Declarados Inservíveis e de Bens Imóveis de interesse do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se os efeitos do Decreto SAF/Nº. 389/17, de 17 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 239/20

Publicação Nº 2380086

DECRETO SAF/Nº. 239/2020, de 17 de fevereiro de 2020.

REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.441, de 29 de novembro de 2018, em seu art. 10., resolve,

REVOGAR:

Art. 1º A concessão do Lote 03 da quadra "H", matrícula n. 36.114, com a área de 1.500m²(mil e quinhentos metros quadrados), situado

na zona urbana da cidade de Cocal do Sul, na Rua Maria Eliane Nunes Trento, nº. 344, distante 60m da esquina com a Rua Leonir João de Noni, bairro Linha Estação Cocal, do parcelamento denominado Área Industrial III – João Teixeira Nunes, concedida a empresa CRETA ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.390.864/0001-46 através da Lei nº. 1.452/18, art. 1º, inciso III, REVERTENDO o imóvel ao Patrimônio Público Municipal, sem quais ônus para o Município.

Parágrafo único. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei nº. 1.441, de 29 de novembro de 2018.

Art. 2º As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal, conforme disposto no art. 10., da Lei nº. 1.441, de 29 de novembro de 2018.

Parágrafo único. Houveram reiteradas notificações com intuito de regularizar a situação, bem como novos prazos concedidos, contudo sem seu efetivo cumprimento.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de fevereiro de 2020.

CIRELEN GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 240/20

Publicação Nº 2380094

DECRETO SAF/Nº. 240/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ESTELA DE OLIVEIRA DALLA VEDOVA, portadora do CPF nº 053.610.839-09, Professor ACT 20 horas, para atuar no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na assistência social, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 241/20

Publicação Nº 2380097

DECRETO SAF/Nº. 241/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

MICHELE APARECIDA SOARES DA SILVA, portadora do CPF nº 010.114.929-89, Professor ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação infantil Zilda Búrigo Bosa, a partir de 14 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 242/20

Publicação Nº 2380105

DECRETO SAF/Nº. 243/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

CHEILE APARECIDA FELICIANO DA SILVA, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 121/18, de 15 de fevereiro de 2018, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 243/20

Publicação Nº 2380213

DECRETO SAF/Nº. 243/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

CHEILE APARECIDA FELICIANO DA SILVA, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 121/18, de 15 de fevereiro de 2018, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 244/20

Publicação Nº 2380220

DECRETO SAF/Nº. 244/2020, de 18 de fevereiro de 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO, Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;

- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – CLASSIFICAÇÃO DEFICIENTE

SEQ.	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	261616	JACKELINE REGINA DALPONTE SERAFIM

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 245/20

Publicação Nº 2380221

DECRETO SAF/Nº. 245/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

BEATRIZ RIBEIRO CORREA, portadora do CPF nº 100.410.069-84, Professor ACT 30 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, a partir de 14 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 246/20

Publicação Nº 2380226

DECRETO SAF/Nº. 246/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

CHARLENE CARDOSO, portadora do CPF nº 007.208.479-07, Professor ACT 10 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, a partir de 13 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 248/20

Publicação N° 2380215

DECRETO SAF/Nº. 248/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

SUZANA DA SILVA, portadora do CPF nº 077.721.939-55, Professor ACT 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 216/2020, de 11 de fevereiro de 2020, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 249/20

Publicação N° 2380250

DECRETO SAF/Nº. 249/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

CRISTIANE GARCIA DE SOUZA MACHADO, portadora do CPF nº 044.322.129-42, Professor ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 169/2020, de 11 de fevereiro de 2020, a partir de 18 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 250/20

Publicação N° 2380258

DECRETO SAF/Nº. 250/2020, de 18 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

LOECIR PEREIRA JUNG, portador do CPF nº. 051.587.979-78, Professor ACT 20 horas, nomeado pelo Decreto SAF/N. 121/2020, de 06 de fevereiro de 2002, a partir de 17 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 251/20

Publicação Nº 2380265

DECRETO SAF/N. 251/2020, de 19 de fevereiro de 2020.

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Cocal do Sul, no valor de R\$ 120.300,00(cento e vinte mil e trezentos reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Fundo Municipal de Assistência Social		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do Programa de Proteção Social Básica - CRAS	2.028	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0.6.35.0170	Aplicações Diretas	81.900,00

Fundo Municipal de Assistência Social		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do Programa de Proteção Social Especial - CREAS	2.029	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0.6.35.0167	Aplicações Diretas	38.400,00

TOTAL R\$ 120.300,00

Art. 2º A suplementação acima de dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, na fonte de recursos 35 – Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS disponíveis em conta corrente nº. 15871-2 e 16888-2, da agência 3072-4 do Banco do Brasil do Município de Cocal do Sul..

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 251/20

Publicação Nº 2380262

DECRETO SAF/N. 251/2020, de 19 de fevereiro de 2020.

SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Cocal do Sul, no valor de R\$ 120.300,00(cento e vinte mil e trezentos reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Fundo Municipal de Assistência Social		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do Programa de Proteção Social Básica - CRAS	2.028	
Elemento	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00.0.6.35.0170	Aplicações Diretas	81.900,00
Fundo Municipal de Assistência Social		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do Programa de Proteção Social Especial - CREAS	2.029	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0.6.35.0167	Aplicações Diretas	38.400,00

TOTAL R\$ 120.300,00

Art. 2º A suplementação acima de dá por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, na fonte de recursos 35 – Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS disponíveis em conta corrente nº. 15871-2 e 16888-2, da agência 3072-4 do Banco do Brasil do Município de Cocal do Sul..

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 252/20

Publicação Nº 2380267

DECRETO SAF/N. 252/2020, de 19 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cocal do Sul, em exercício, CIRLENE GONÇALVES SCARPATO, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1.525, de 19 de fevereiro de 2020, resolve.

DECRETAR:

Art. 1º Abre crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 70.174,00(setenta mil cento e setenta e quatro reais) para o exercício de 2020, em virtude do repasse de recursos financeiros para os contratos de rateio do CINCATARINA e CIM-AMREC, com a seguinte discriminação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADM., FAZ. PLANEJAMENTO		
ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Serviços Administrativos	2.006	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	40.574,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	23.274,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	6.326,00
TOTAL		70.174,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior correrá por conta de anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADM., FAZ. PLANEJAMENTO		
ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Serviços Administrativos	2.006	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.0000	Aplicações Diretas	50.174,00
TOTAL		54.174,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESENV. RURAL		
ÓRGÃO	16	
Implantação e Manutenção de Programas de Incentivos e Geração de Renda	2.045	
Elemento	Descrição	Valor

3.1.71.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	10.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.1.00.0000	Transf. à Consórcios Públicos	1.000,00
TOTAL		16.000,00

TOTAL GERAL R\$ 70.174,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 253/20

Publicação Nº 2380270

DECRETO SAF/Nº. 253/2020, de 19 de fevereiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício CIRLENE GONÇALVES SCARPATO, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1.527, de 19 de fevereiro de 2020, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Abre crédito adicional no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 646.186,18(seiscentos e quarenta e seis mil cento e oitenta e seis reais e dezoito centavos) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESENVOLVIMENTO RURAL		
ÓRGÃO	16	
Pavimentação e Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios	1.014	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.93.00.00.00.00.0.3.50.0001	Aplicação direta decorrente de op. órgãos	646.186,18
TOTAL		646.186,18

Art. 2º A abertura de crédito adicional ao orçamento de 2020, se dá para aplicação dos recursos da "Cessão Onerosa", recebidas em 31 de dezembro de 2019, conforme Lei nº. 13.885/2019, em pavimentação asfáltica na estrada geral na localidade de Rio Comprudente, neste município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 254/20

Publicação Nº 2380277

DECRETO SAF/N. 254/2020, de 19 de fevereiro de 2020.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar do orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 630.000,00(seiscentos

e trinta mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Aquisição de Máquinas e Equipamentos	1.021	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.0094	Aplicações Diretas	630.000,00

TOTAL R\$ 630.000,00

Art. 2º A abertura de crédito adicional suplementar acima de dá por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente, na fonte de recursos 0.1.34.0094 – Recursos de Convênios com a União, conforme Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA nº. 892348/2019 e 890037/2019 e com o Ministério do Desenvolvimento Regional, Convênio nº. 894568/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 255/20

Publicação Nº 2380278

DECRETO SAF/Nº. 255/20, de 20 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

KARINA MARCOS CASAGRANDE, portadora do CPF nº 033.379.009-09, Professor ACT 20 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Cantinho Alegre, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 256/20

Publicação Nº 2380281

DECRETO SAF/Nº. 256/20, de 20 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

FERNANDA PRAVATO GISLON VIEIRA, portadora do CPF nº 951.188.109-49, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, a partir de 18 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 257/20

Publicação N° 2380282

DECRETO SAF/Nº. 257/20, de 20 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

CLEIDE SIMÃO SCHEFFER, portadora do CPF nº 072.597.459-16, Professor ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Zilda Búrigo Bosa, a partir de 19 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 258/20

Publicação N° 2380283

DECRETO SAF/Nº. 258/20, de 20 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

SONIA MENDES, portadora do CPF nº 018.559-689-40, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Professor José Peruchi, a partir de 18 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 259/20

Publicação N° 2380285

DECRETO SAF/Nº. 259/20, de 20 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ELIEGE BOGER, portadora do CPF nº 050.271.309-70, Professor ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Pequeno Príncipe, a partir de 18 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 260/20

Publicação N° 2380288

DECRETO SAF/Nº. 260/20, de 26 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

TAIS MENDES PEREIRA ALVES, portadora do CPF nº 005.763.409-28, Professor ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 208/2020, de 11 de fevereiro de 2020, a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de fevereiro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 261/20

Publicação N° 2380293

DECRETO SAF/Nº. 261/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ELAINE SALVADOR ZEFERINO portadora do CPF nº 018.291.429-17 Professor ACT 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N.150/20, de 11 de fevereiro de 2020, a partir de 27 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de fevereiro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 262/20

Publicação N° 2380295

DECRETO SAF/Nº. 262/2020, de 27 de fevereiro de 2020.
NOMEIA LUCIANO BROLESI, COMO AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei Federal nº. 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, resolve:

Art. 1º Fica nomeado LUCIANO BROLESI, Diretor do Sistema Municipal de Trânsito do Município de Cocal do Sul, como Autoridade Municipal de Trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de fevereiro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

PORTARIA 06/2020

Publicação Nº 2380234

PORTARIA Nº 06/2020, de 28 de fevereiro de 2020.
NOMEIA OS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul/SC, Ademir Magagnin, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 45 da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Federal 12.587/2012, e,
Considerando a imperiosa necessidade de se definir a composição do Grupo de Trabalho do Plano de Mobilidade Urbana,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, membros do Grupo de Trabalho do Plano de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal 12.587/2012, é instrumento da Política e Desenvolvimento Urbano de que tratam o inciso XX do art.21 e o art. 182 da CF/88, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade das pessoas e cargas do território do Município.

I - Éverton Frasson Fragnani, titular(coordendador) e Luciano Brolesi, suplente, representantes da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento;

II – Allan Pretto da Silva, titular(coordenador) e Ramon Casagrande Oening, suplente, representantes do Conselho Municipal da Cidade;

III – Leonardo de Fáveri Souza, titular e Douglas Gava, suplente, representantes Jurídico;

IV – Luiz Fellipe da Silva Garcia, titular e Leidiane Mangilli Marcello Cecconi, suplente, representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural;

V – Filipe Fernandes Pacheco, titular e Nilton Gonçalves, suplente, representantes da Fundação do Meio Ambiente de Cocal do Sul – FUNDAC;

VI – Amanda de Oliveira – titular e Cristine Ceron Possamai, suplente, representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul – CDL;

VII – Bruna Bianchini Quarezemin, titular e Jucemar Silva da Rosa, suplente, representantes da Associação Empresarial de Cocal do Sul – AECS e

VIII – Richardson Vieira, titular e Luiz Henrique de Bittencourt, suplente, representantes do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de fevereiro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 3/2020 – PMC

Publicação Nº 2380537

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
Concorrência Nº 3/2020 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de aterro e estabilização de corte e pavimentação visando à implantação do segundo trecho da duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 03/04/2020.
Abertura: dia 03/04/2020 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de fevereiro de 2020.
DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 4/2019 - FMS

Publicação Nº 2379803

Contrato Nº : 04/2019
Aditivo Nº : 1TA Ctr 4/2019/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : RODRIGUES E CASALETTI LTDA
Licitação : Pregão Presencial 1/2019

Objeto : contratação de empresa para o fornecimento de refeições aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico na cidade de Joaçaba, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 25/02/2020 Término: 24/02/2021
Assinatura : 21/02/2020
Valor R\$: 11.770,00 (Onze Mil e Setecentos e Setenta Reais)

Dotação : 213 - 13.001.2101.33390394100000000000.01020000
Gestor: ANGELO BENINI FANTIN
Fiscal Técnico-Administrativo: NEUDI LUIS TEDESCO

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 1/2018 - FMEC

Publicação Nº 2379818

Contrato Nº : 1/2018
Aditivo Nº : 2TA Ctr 1/2018/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Contratada : CONCORDIA PISCINA CLUBE
Licitação : Dispensa de Licitação 1/2018

Objeto : Locação do imóvel, localizado Rua Anselmo Fontana, 734, Centro, para desenvolvimento de atividades da Fundação Municipal de Esportes, com treinamento das equipes de natação e tênis.

Vigência : Início: 20/02/2020 Término: 19/02/2021
Assinatura : 12/02/2020
Valor R\$: 18.987,65 (Dezoito Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Dotação : 311 - 17.001.2452.33390391000000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 10/2019 - FMAS

Publicação N° 2379823

Contrato N° : 10/2019

Aditivo N° : 2TA CT 10/2019/2020

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 2/2019

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de psicologia, serviço social, agente de alimentação e nutrição e cuidador para adolescente com deficiência para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 31/08/2020

Assinatura : 18/02/2020

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIME ESTEVAO BERNARDI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 4/2018 - FMS

Publicação N° 2379800

Contrato N° : 4/2018

Aditivo N° : 2TA Ctr 4/2018/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 7/2017

Objeto : Locação de equipamentos concentradores de oxigênio para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/03/2020 Término: 28/02/2021

Assinatura : 21/02/2020

Valor R\$: 337.458,24 (Trezentos e Trinta e Sete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.33390391200000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 1/2017 - FMEC

Publicação N° 2379822

Contrato N° : 1/2017

Aditivo N° : 3TA Ctr 1/2017/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE CONCORDIA-AMC

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2017

Objeto : Locação de imóvel para desenvolvimento das atividades da FMEC das escolinhas de iniciação esportiva e treinamento das equipes de competição das modalidades de Bocha e Bolão.

Vigência : Início: 16/02/2020 Término: 15/02/2021

Assinatura : 12/02/2020

Valor R\$: 26.359,00 (Vinte e Seis Mil e Trezentos e Cinquenta e Nove Reais)

Dotação : 311 - 17.001.2452.33390391000000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 66/2019 - FMS

Publicação N° 2379796

Contrato N° : 66/2019

Aditivo N° : 3TA CT 66/2019/2020

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BABY CARE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 9/2019

Objeto : prestação de serviços de Atenção Domicilar (Home Care), em caráter complementar ao fornecido pelo Sistema Único de Saúde, visando o atendimento da paciente Mirela Ribeiro dos Santos, portadora de "Encefalopatia Hi-Póxico Isquêmica", necessitando de atendimento especializados em fonoterapia e fisioterapia, em atenção à determinação judicial, Procedimento Comum Cível nº 5002548-46.2019.8.24.0019/SC

Vigência : Início: 12/02/2020 Término: 03/06/2020

Assinatura : 12/02/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: BIANCA MENNA BARRETO LAGES

EXTRATO 5º TA CONTRATO N° 90/2016 - FMS

Publicação N° 2379792

Contrato N° : 97/2016

Aditivo N° : 5TA Ctr 97/2016/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CHARLINE CAMILE LENZI STEINER - ME

Licitação : Pregão Presencial 12/2016

Objeto : Contratação de empresa do ramo fisioterápico, para serviços de equoterapia para crianças, adolescentes e adultos, em atendimento as determinações judiciais, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Vigência : Início: 01/03/2020 Término: 14/08/2020

Assinatura : 21/02/2020

Valor R\$: 65.257,50 (Sessenta e Cinco Mil, Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2103.3339039990000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANA PAULA FORNER

EXTRATO 64º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 363/2014 - PMC

Publicação N° 2379785

Contrato N° : 363/2014

Aditivo N° : 64AP CT 363/2014/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Outros Serviços 1/2014

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.

Vigência : Início: 21/02/2020 Término: 25/02/2020

Assinatura : 21/02/2020

Valor R\$: 15.700,00 (Quinze Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 236 - 13.001.2615.3339039880000000000.01020000

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339039880000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: VANESSA DAIANE RIFFEL

Fiscal Técnico-Administrativo: GRACE SIMIONI MENEGAT

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE DAHMER ALBIERO

EXTRATO 9º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 22/2018 - PMC

Publicação N° 2379778

Contrato N° : 22/2018

Aditivo N° : 9AP CT 22/2018/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DARLAN CARLOS DALMAGRO & CIA LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 14/02/2020

Valor R\$: 193.125,00 (Cento e Noventa e Três Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 60 - 06.002.2016.33390392600000000000.01360000

Dotação : 62 - 06.002.2016.33390392600000000000.01440000

Dotação : 64 - 06.002.2016.33390392600000000000.01620001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 2/2020 – FMS

Publicação N° 2379515

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 2/2020 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do Senhor Leandro Boeira Zorzan, Diretor Administrativo, que declarou dispensável a licitação, nos termos da Lei 8.666/93 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 27/02/2020, para a Contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de Atenção Domiciliar, "Home Care", em caráter complementar ao fornecido pelo Sistema Único de Saúde, visando ao atendimento da paciente Mirela Ribeiro dos Santos, portadora de "Encefalopatia Hi-Póxico Isquêmica", necessitando de atendimentos especializados em fisioterapia, em atenção à decisão judicial nº 5002548-46.2019.8.24.0019/SC; a favor de BABY CARE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA no valor total de R\$ 5.580,00 (cinco mil e quinhentos e oitenta).

GEOVANI BEDIN

Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO N° 1/2020 - FMAS

Publicação N° 2379826

Contrato N° : 01/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : MARCOS CASIANO FEDERICI - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto : fornecimentos de gêneros alimentícios - lanches, em atendimento às crianças, adolescentes, mulheres, idosos e famílias que frequentam os serviços sócio-assistenciais no Centros de Convivências, Centros de Referências de Assistência Social - CRAS I e II e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para exercício 2020, com recursos próprios, estaduais e federais e suas reprogramações.

Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 03/02/2020

Valor R\$: 124.699,54 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)

Dotação : 262 - 15.001.2202.33390300700000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.33390300700000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 1/2020 - FMC

Publicação N° 2379810

Contrato N° : 1/2020

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : INFORMOBILE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresa para execução de serviços com fornecimento de material para substituição do carpete e aquisição e instalação de poltronas para o Teatro Municipal Maria Luiza de Matos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 21/02/2020 Término: 19/06/2020

Assinatura : 21/02/2020

Valor R\$: 290.640,00 (Duzentos e Noventa Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

Dotação : 290 - 16.001.1401.34490510700000000000.01000001

Dotação : 290 - 16.001.1401.34490524200000000000.01000001

Dotação : 60 - 06.002.2016.33390524200000000000.01360000

Dotação : 118 - 08.001.1009.34490510700000000000.01390002

Dotação : 118 - 08.001.1009.34490524200000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

EXTRATO DO CONTRATO N° 1/2020 - FMEC

Publicação N° 2379813

Contrato N° : 01/2020

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DE ARBITROS

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços de Arbitragem para os eventos realizados pela FMEC: Olimpíada da Terceira Idade (bocha e Bolão); Jogos estudantis 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (Futsal, Handebol, Basquete, Voleibol e Badminton); Campeonato de Futebol Escolar (moleque Bom de Bola); Olimpíada Interbairros; Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador Séries A, B e C; Campeonato de Futebol Sete Masculino e Feminino; Serviços de arbitragem, súmulas e caso necessário, julgamento de eventos acima citados, conforme especificações constantes nos Anexos "A" e "B" do Edital;

Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 03/02/2021

Assinatura : 04/02/2020

Valor R\$: 54.600,00 (Cinquenta e Quatro Mil e Seiscentos Reais)

Dotação : 311 - 17.001.2452.33390399900000000000.01000001

Dotação : 312 - 17.001.2453.33390399900000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIO JOSE PELISER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2020 - FMAS

Publicação Nº 2379827

Contrato Nº : 02/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 1/2020

Objeto : prestação de serviços de transporte, em atendimento às necessidades dos usuários da Política Social para acessar os serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, em localidades não atendidas pelo transporte público municipal.

Vigência : Início: 06/02/2020 Término: 05/02/2021

Assinatura : 06/02/2020

Valor R\$: 1.080,82 (Um Mil, Oitenta Reais e Oitenta e Dois Centavos)

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339039990000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIELE MAIER DUARTE

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2020 - FMC

Publicação Nº 2379811

Contrato Nº : 2/2020

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CASA DO PISO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresa para execução de serviços com fornecimento de material para substituição do carpete e aquisição e instalação de poltronas para o Teatro Municipal Maria Luiza de Matos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 21/02/2020 Término: 19/06/2020

Assinatura : 21/02/2020

Valor R\$: 77.500,00 (Setenta e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 290 - 16.001.1401.3449051070000000000.01000001

Dotação : 290 - 16.001.1401.3449052420000000000.01000001

Dotação : 60 - 06.002.2016.3339052420000000000.01360000

Dotação : 118 - 08.001.1009.3449051070000000000.01390002

Dotação : 118 - 08.001.1009.3449052420000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2020 - FMEC

Publicação Nº 2379814

Contrato Nº : 02/2020

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : FANTIN CHAVES E EVENTOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços de Arbitragem para os eventos realizados pela FMEC: Olimpíada da Terceira Idade (bocha e Bolão); Jogos estudantis 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (Futsal, Handebol, Basquete, Voleibol e Badminton); Campeonato de Futebol Escolar (moleque Bom de Bola); Olimpíada Interbairros; Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador Séries A, B e C; Campeonato de Futebol Sete Masculino e Feminino; Serviços de arbitragem, súmulas e caso necessário, julgamento de eventos acima citados, conforme especificações constantes nos Anexos "A" e "B" do Edital;

Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 03/02/2021

Assinatura : 04/02/2020

Valor R\$: 206.650,00 (Duzentos e Seis Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 311 - 17.001.2452.3339039990000000000.01000001

Dotação : 312 - 17.001.2453.3339039990000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIO JOSE PELISER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2020 - FMEC

Publicação Nº 2379815

Contrato Nº : 03/2020

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ADAC EVENTOS EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços de Arbitragem para os eventos realizados pela FMEC: Olimpíada da Terceira Idade (bocha e Bolão); Jogos estudantis 12 a 14 anos e 15 a 17 anos (Futsal, Handebol, Basquete, Voleibol e Badminton); Campeonato de Futebol Escolar (moleque Bom de Bola); Olimpíada Interbairros; Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador Séries A, B e C; Campeonato de Futebol Sete Masculino e Feminino; Serviços de arbitragem, súmulas e caso necessário, julgamento de eventos acima citados, conforme especificações constantes nos Anexos "A" e "B" do Edital;

Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 03/02/2021

Assinatura : 04/02/2020

Valor R\$: 85.745,00 (Oitenta e Cinco Mil e Setecentos e Quarenta e Cinco Reais)

Dotação : 311 - 17.001.2452.3339039990000000000.01000001

Dotação : 312 - 17.001.2453.3339039990000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIO JOSE PELISER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2020 - FMEC

Publicação Nº 2379817

Contrato Nº : 04/2020

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : PECANHA'S RUNNERS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2020

Objeto : Aquisição e instalação de medidor de velocidade de pedestres para atletas e munícipes em geral, visando práticas desportivas formais e não formais no Parque de Exposições, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 07/02/2020 Término: 06/04/2020

Assinatura : 07/02/2020

Valor R\$: 17.450,00 (Dezessete Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 304 - 17.001.1451.3449052100000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/2020 - FMS

Publicação Nº 2379806

Contrato Nº : 07/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MOVEIS RODRIGUES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2020

Objeto : Contratação de empresa para a compra de mobiliário sob medida, por preço global (material, mão de obra), para as Unidades Estratégia Saúde da Família do Bairro Industriários e do Bairro dos Estados, localizadas respectivamente à Rua Otto Tramontini, nº 17 e Rua Rio Grande do Sul, nº 111, Município de Concórdia - SC, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 07/02/2020 Término: 06/05/2020

Assinatura : 07/02/2020

Valor R\$: 63.950,00 (Sessenta e Três Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 234 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: PATRICIA PAZA LANÇA

EXTRATO DO CONTRATO N° 8/2020 - FMS

Publicação N° 2379808

Contrato N° : 08/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : VILSON ANTONIO CECCHIN JUNIOR 06729233940

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos e periféricos odontológicos das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/02/2021

Assinatura : 12/02/2020

Valor R\$: 28.800,00 (Vinte e Oito Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.33390391700000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: KATIA DELAI ROSSINI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 9/2020 - FMS

Publicação N° 2379809

Contrato N° : 09/2020

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BABY CARE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2020

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação dos serviços de Atenção Domiciliar, "Home Care", em caráter complementar ao fornecido pelo Sistema Único de Saúde, visando ao atendimento da paciente Mirela Ribeiro dos Santos, portadora de "Encefalopatia Hi-Póxico Isquêmica", necessitando de atendimentos especializados em fisioterapia, em atenção à decisão judicial nº 5002548-46.2019.8.24.0019/SC

Vigência : Início: 27/02/2020 Término: 03/06/2020

Assinatura : 27/02/2020

Valor R\$: 5.580,00 (Cinco Mil e Quinhentos e Oitenta Reais)

Dotação : 225 - 13.001.2103.33390395000000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: BIANCA MENNA BARRETO LAGES

PORTARIA N° 04/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380532

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA N° 04/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor BRUNO DARIVA, do cargo de Chefe de Departamento, a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

JULIO GOMES

Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 20 de fevereiro de 2020

JULIO GOMES

Diretor Geral da FMC

PORTARIA Nº 05/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380535

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 05/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora LUCIANE COREZZOLLA DECARLI, do cargo de Chefe de Departamento, a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

JULIO GOMES
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 20 de fevereiro de 2020

JULIO GOMES
Diretor Geral da FMC

PORTARIA Nº 06/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380539

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 06/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor DANIEL DA SILVA, do cargo de Responsável de Setor, a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

JULIO GOMES
Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 20 de fevereiro de 2020

JULIO GOMES
Diretor Geral da FMC

PORTARIA Nº 07/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380542

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 07/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ELISABETE BÓRIO, do cargo de Responsável de Setor, a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

JULIO GOMES

Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 20 de fevereiro de 2020

JULIO GOMES

Diretor Geral da FMC

PORTARIA Nº 21/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380253

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 21/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a expressão: "(7h30min./dia)", para: "(7h/dia)", constante no art. 1º da Portaria FMEC n. 07, de 31 de Janeiro de 2020, que altera o horário de trabalho da servidora Ana Paula Deitos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020

Publicação Nº 2380260

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 03/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2020
PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e as empresas GIACOMELLI & PARIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 31.004.025/0001-97, com sede na rua Presidente Castelo Branco 167- SALA Paraíso , Caçador/SC CEP: 89.503-015, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Senhor Luís Giacomelli, inscrito no CPF sob nº 960.160.439-15, JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.552.508/0001-77, com sede na Rua do Bosque, 191, Jardim, Cunha Porã/SC, CEP 89.890-000, representada neste ato, pelo seu proprietário, Senhor Jackson Neimar Pedrassani, inscrito no CPF sob nº 041.562.419-39, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, INCLUINDO CONFECÇÃO E MONTAGEM, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias do envio da Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

4.1. A montagem dos móveis deverá ocorrer no local descrito na Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 1.001, 1.040, 1.024, 1.036– Elemento 4.4.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.
- 8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
- 8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
- 8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.
- 8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- 8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.
- 8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.
- 8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.
- 8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
- 8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- 8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. São obrigações da CONTRATADA:
- 9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
- 9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
- 9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.
- 9.2. São obrigações da CONTRATANTE:
- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 03/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.
- 10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 03 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

GIACOMELLI & PARIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME

Testemunhas:

1)Adriana D.C. Moresco
CPF: 004.723.779-14

2)Patrícia Strada Machado
CPF: 083.745.419-03

Fiscais de Contrato:

Aline Techio Borsoi
CPF:066.210.479-0

Nilvete A.Sator Atuatti
CPF: 892.897.659-68

Mireli Pezzini Rocha
CPF: 024.936.860-98

Marcio F. Viecelli Della Betta
CPF: 010.608.319-88

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020

Publicação Nº 2380266

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2020

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 05/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº20/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) CARLOS ALEXANDRE SCHUUSTER, inscrita no CNPJ sob nº14.027.088/0001-40, com sede na Rua Amazonas, nº221, Centro, Coronel Freitas - SC, representada neste ato, pelo seu representante, Senhor(a) Mauri José Zucco, inscrito(a) no CPF sob nº589.592.709-20 e a empresa GREGO FABRICAÇÃO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIOS ESPORTIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 23.414.326/0001-60, com sede na Rua Vidal ramos, 833E, Bairro Alvorada, Chapeco/SC representada neste ato, pelo seu credenciado Senhor Sostenes wencelaus dos Santos, inscrito(a) no CPF sob nº 021.234.639-30, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL, DE FUTEBOL SETE E DE BOCHA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A execução do objeto cujo fornecimento vier a ser solicitado, deverá ser efetuada conforme solicitação prévia realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, tomando por base a tabela de jogos dos respectivos campeonatos municipais, devendo comparecer no local

indicado com no mínimo 30 minutos de antecedência do horário dos jogos.

4.2. A empresa será responsável pela emissão das súmulas, bem como pelo julgamento de atletas e equipes indisciplinados que venha a se fazer necessário, devendo apresentar e divulgar em canal cópia das súmulas pertinentes às atividades esportivas realizadas ao responsável pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.005 e 2.021- Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 05/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.
10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 10 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

GREGO FABRICAÇÃO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIOS ESPORTIVO

CARLOS ALEXANDRE SCHUUSTER

Testemunhas:

1) Flaviano Perim
CPF 064.120.589-90

2) Patricia Strada Machado
CPF 083.745.419-03

Marcio F. Viecegli Della Betta
FISCAL DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020

Publicação Nº 2380269

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº08/2020

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 08/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e as empresas, BERPLAN TERRAPLENAGENS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 19.678.539/0001-22, com sede na rua piaui, n. 109, centro, CEP 89.840-000, Coronel Freitas, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Senhor Marcio Bernardi, inscrito no CPF sob nº 030.932.309-69, ESCAVATER TERRAPLENAGEM LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.890.903/0001-58, com sede na Rua Assis Brasil, 143E Bairro Maria Goretti, CEP89.801-355, representada neste ato, pelo seu sócio administrador Sr. Juliano Thiago Vendrami, inscrito(a) no CPF sob nº 005.152.839-83, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E DE AGRICULTURA, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.
2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.
2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

- 3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.
- 3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.
- 3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
- 3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 4.1. A execução dos serviços será solicitada conforme necessidade da Secretaria, devendo ser prestados conforme a Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução dos serviços, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.
- 5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.011, 2.009, 2.062– Elemento 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2020.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

- 6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

- 7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.
- 8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
- 8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
- 8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.
- 8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- 8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.
- 8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.
- 8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.
- 8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
- 8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- 8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. São obrigações da CONTRATADA:
- 9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.
- 9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.
- 9.1.8. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.
- 9.2. São obrigações da CONTRATANTE:
- 9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

- 10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 08/2020 e a proposta da empresa acima relacionada.
- 10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

BERPLAN TERRAPLENAGENS LTDA

Contratada

ESCAVATER TERRAPLENAGEM LTDA

Contratada

Testemunhas:

1)Adriana D.C. Moresco

CPF004.723.779-14

2)Patricia Strada Machado

CPF083.745.419-03

Alexandro Aires

Sec. de Infraestrutura

FISCAL DE CONTRATO

Jacir Felini

Sec. De Agricultura

FISCAL DE CONTRATO

DECRETO N. 109/2020

Publicação Nº 2380252

DECRETO Nº 109/2020

“DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e Lei 468/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º do Decreto n. 106/2020, para o fim de corrigir a data de rescisão, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica rescindido, a pedido, a partir de 28/02/2020, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 109/2020, com o Sr. TARSO DE MELLO OLIVEIRA, matrícula nº 1371001, ocupante do cargo de médico clínico geral, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 28 de fevereiro de 2020.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 28/2019

Publicação Nº 2379867

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2020

JULGAMENTO: Menor preço por Lote

PROCESSO: 28/2020

SOLICITANTE: SECRETARIA DE AGRICULTURA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA PRODUZIR, ORGANIZAR E PROMOVER AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO XXVIII ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 76.949,17 (Setenta e seis mil novecentos e quarenta e nove reais dezessete centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio declaram vencedora a empresa: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA LTDA, no valor total de R\$ 76.949,17, adjudicado em favor da empresa o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 28 de fevereiro de 2020.

FLAVIANO PERIM

PREGOEIRO

LEI COMPLEMENTAR N. 194/2020

Publicação Nº 2379706

LEI COMPLEMENTAR N. 194/2020

“DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL 20H, INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 93/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica ampliado, no quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal, de 2 para 4 o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral 20h, autorizando-se a consolidação da Tabela do Anexo I da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 28 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 67/2020

Publicação Nº 2380115

PORTARIA Nº 67/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra LENIR MARTELLI TECCHIO, matrícula nº 99001, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental, 20 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data de 20/02/2020.

Cordilheira Alta/SC, 28 de Fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA N. 68/2020

Publicação N° 2380116

PORTARIA N° 68/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal Sr. ANDRÉ RODRIGUES matrícula n. 1346701, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10/08/2018 a 09/08/2019, que serão gozadas a partir do dia 16/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 28 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANDRÉ RODRIGUES

Ciente em: ____/____/2020

PORTARIA N. 69/2020

Publicação N° 2380583

PORTARIA N°69/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a nova tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V da Lei Complementar N° 93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao Sr. EDER CARLOS RETORE matrícula nº 608603, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura, na ordem de 40 %.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 293/2019.

Cordilheira Alta, SC, 28 de Fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 04/2020

Publicação Nº 2379549

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2020
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

Objeto: Pregão Presencial, para REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO, REGULARIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DOS PASSEIOS, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" do Edital.

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020 MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através do Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no edital do Processo Licitatório nº. 9/2020, Edital de Pregão Presencial nº 04/2020, passando o edital a vigorar com as seguintes retificações:

Considerando que, por motivos pessoais, a pregoeira não poderá realizar a licitação.

1 - DATA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

O município de Coronel Freitas/SC resolve alterar a data de recebimento e abertura dos envelopes das empresas interessadas no referido processo licitatório para o dia 03/03/2020, às 14h00min.

2 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial nº 05/2020.

Coronel Freitas-SC, 27 de fevereiro de 2020.
IZEU JONAS TOZETTO
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 07/2020

Publicação Nº 2379636

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 07/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE CARRINHOS DE BEBÊS E CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Tipo: Menor preço por item.

A prefeitura de Coronel Freitas/SC comunica que houve alteração no referido edital de licitação, dessa forma a entrega dos envelopes passa a ser até as 08h30min do dia 12/03/2020. Na sequência, abertura dos envelopes às 08h30min do dia 12/03/2020.

O Edital retificado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400 ou site oficial da prefeitura municipal.

Coronel Freitas (SC), 28 de fevereiro de 2020.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2020, PREGÃO PRESENCIAL N. 07/2020

Publicação N° 2380441

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando eventual e futura AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CONFORME CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Nº894295/19, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 12 de março de 2020. procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 28 de fevereiro de 2020.

Kaue Paulo Schuster

Pregoeiro

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 PMCP**

Publicação Nº 2379887

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020– PMCP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020 – PMCP

No dia 19 do mês de fevereiro de 2020, compareceram, de um lado O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na rua Duque de Caxias, n. 3601, Centro, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo prefeito municipal, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2020 PMCP, Processo Licitatório nº. 04/2020 PMCP, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUÍNAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LINHA CAMINHÃO/CAÇAMBA, INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto PARA A LINHA CITADA NESTE OBJETO PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue o licitante que teve itens vencedores:

Nome da Empresa CNPJ

CHRYSIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME 02.705.164/0001-40

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUÍNAS, ORIGINAIS E OUTRAS PARA VEÍCULOS LINHA CAMINHÃO/CAÇAMBA, INTEGRANTES DA FROTA MUNICIPAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto PARA A LINHA CITADA NESTE OBJETO PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço total do item é R\$ 220.000,000 (duzentos e vinte mil reais) para fornecimento do objeto de registro será o de Maior Percentual de Desconto Por Lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.3. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.3. No caso em que a peça e/ou serviço solicitado não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela CILIA®, ou similar, conforme determinação do município, a empresa deverá se sujeitar à média de valores de mercado, apresentados pela Secretaria solicitante, aplicando o mesmo percentual de desconto aqui registrado.

2.3.1. As especificações das peças e/ou serviços serão as mesmas constantes do Sistema CILIA®, ou similar.

2.3.2. Caberá ao órgão gerenciador do sistema de controle da frota solicitante definir se a peça a ser adquirida será genuína, original ou outra, de acordo com a necessidade a ser atendida.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2020, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.4. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Setor de Licitações e Contratos e do órgão gerenciador do sistema de controle da frota, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.1.8. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- 5.1.9. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;
- 5.1.10. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 5.1.11. Exigir do fornecedor sempre que se achar necessário, a comprovação de que as peças fornecidas, de primeira linha ou originais, possuem homologação da montadora;
- 5.1.12. Credenciar servidor para verificação da qualidade e procedência das peças e/ou serviços, através de termo próprio.
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
 - 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
 - 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
 - 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
 - 5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
 - 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
 - 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;
 - 5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
 - 5.3.5. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
 - 5.3.6. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
 - 5.3.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
 - 5.3.8. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

- 5.3.9. Não entregar produtos que estiverem em desacordo com a descrição da peça e/ou serviço contido no sistema AUDATEX®, CILIA®, ou similar, e com as especificações constantes deste instrumento.
- 5.3.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- 5.3.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- 5.3.12. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ata e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 5.3.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Município.
- 5.3.14. Indenizar terceiros e/ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 5.3.15. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Município toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.
- 5.3.16. Comprovar a procedência da peça na entrega da mesma, em prazo não superior à 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitado.
- 5.3.17. As peças e/ou serviços deverão passar por controle de qualidade e avaliação, cujo trabalho de avaliação ficará a cargo de um servidor da administração ou empresa contratada, sob pena de não pagamento e rescisão contratual.
- 5.3.18. Garantir qualidade das peças e/ou serviços, no mínimo de 06 (seis) meses ou 15.000,00 Km.
- 5.3.19. As peças originais serão peças com comprovação de homologação pelas montadoras, podendo ser exigida a qualquer tempo, inclusive pelos órgãos/entidades contratantes.
- 5.3.20. As peças não genuínas ou originais (paralelas, recondicionadas ou remanufaturadas) deverão ser de primeira linha, com qualidade e procedência comprovada e garantia de no mínimo 06(seis) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s) e serviço(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, conforme Anexo I, Termo de Referência, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada lote da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de 2 (dois) anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 27 de fevereiro de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

DETENTORA DA ATA

CHRYSTIANM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME _____

EXTRATO DE CONTRATO 0115/2020 FMEC - CONTRATAÇÃO DIRETA

Publicação Nº 2379592

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO DIRETO

Instrumento: Contrato nº 0115/2020 FMEC.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e RICARDO ATHAYDE 04871165930, inscrito no CNPJ sob nº 29.345.207/0001-80.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR TÉCNICO PARA ATUAR NAS INVERNADAS PRÉ-MIRIM, MIRIM, JUVENIL E ADULTA, COMO MÚSICO (GAITEIRO), CONFORME SEGUE:

Vigência: 17/02/2020 até 31/12/2020.

Total: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ANEXO - EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 PMCP

Publicação Nº 2379891

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 4/2020 Licitação: 4/2020 - PR Data da Homologação: 19/02/2020									
Fornecedor: 8619 - CHRYSTIANIM AUTOCENTER E TRANSPORTES LTDA ME									
1	39649	Serviços de Mão de Obra, Peças mecânicas e acessórios para		UN	1,000	50,0000	220.000,0000	220.000,00	Venceu
					1,000			220.000,00	
					Total do Fornecedor ----->				

Correia Pinto, 28 de Fevereiro de 2020.

Corupá

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO EDITAL Nº001/2020

Publicação Nº 2379584

PROCESSO SELETIVO– EDITAL Nº 001/2020
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Câmara de Vereadores de Corupá/SC, através da Comissão Organizadora, constituída pela Portaria Nº 003/2020, resolve: HOMOLOGAR o Resultado das Inscrições do Processo Seletivo – Edital nº 001/2020, publicado em 13 de Fevereiro de 2020, para preenchimento de 01 (uma) vaga de CONTADOR(A) da Câmara de Vereadores de Corupá. Para que não se alegue desconhecimento deste ato, faz baixar o presente informativo que será publicado no Endereço eletrônico da Câmara de Vereadores de Corupá (www.camaradecorupa.com.br); no mural da Câmara de Vereadores de Corupá e no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)
001/2020	Johnny Ricardo Minel
002/2020	Edilson Roque Deretti
003/2020	Ana Emília Bierende

Corupá, 28 de Fevereiro de 2020.
LAIRTON HARTMANN MULLER
Presidente Câmara Municipal de Corupá

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020 CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

Publicação Nº 2379736

PROCESSO SELETIVO– EDITAL Nº 001/2020
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Câmara de Vereadores de Corupá/SC, através da Comissão Organizadora, constituída pela Portaria Nº 003/2020, resolve: HOMOLOGAR o Resultado das Inscrições do Processo Seletivo – Edital nº 001/2020, publicado em 13 de Fevereiro de 2020, para preenchimento de 01 (uma) vaga de CONTADOR(A) da Câmara de Vereadores de Corupá. Para que não se alegue desconhecimento deste ato, faz baixar o presente informativo que será publicado no Endereço eletrônico da Câmara de Vereadores de Corupá (www.camaradecorupa.com.br); no mural da Câmara de Vereadores de Corupá e no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO (A)
001/2020	Johnny Ricardo Minel
002/2020	Edilson Roque Deretti
003/2020	Ana Emília Bierende

Corupá, 28 de Fevereiro de 2020.
LAIRTON HARTMANN MULLER
Presidente Câmara Municipal de Corupá

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 021, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2383886

DECRETO MUNICIPAL Nº 021/2020.

"DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2020 APROVADO PELA LEI Nº 2.837 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.837, de 28 de novembro de 2019, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2019;

CONSIDERANDO os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício de 2019 e provável excesso de arrecadação do exercício de 2020 no valor de R\$ 811.898,92 (oitocentos e onze mil oitocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 09.00 – SECRET. DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.1.010 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(898) Fonte: 0.1.34.00.00 – Provável Excesso Conv. Nº 886951/2019 - MAPA R\$ 500.000,00

(898) Fonte: 0.1.34.00.00 – Provável Excesso Conv. Nº 890314/2019 - MAPA R\$ 100.000,00

(899) Fonte: 0.3.00.00.00 – Superávit Financeiro Rec. Ordinários R\$ 41.000,00

ORGÃO: 12.00 – SECRET. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.0006.2.035 – Manutenção das Ações de Gestão da Política de Assist. Social

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(887) Fonte: 0.3.35.00.00 – Superávit Financeiro Recursos FNAS R\$ 23.148,83

(888) Fonte: 0.3.65.00.00 – Superávit Financeiro Recursos FEAS R\$ 18.828,77

Proj./Ativ.: 08.244.0006.2.036 – Manutenção das Ações de Proteção Social Básica

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(889) Fonte: 0.3.35.00.00 – Superávit Financeiro Recursos FNAS R\$ 114.717,54

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(890) Fonte: 0.3.65.00.00 – Superávit Financeiro Recursos FEAS R\$ 11.778,59

Proj/Ativ: 08.244.0006.2.037 – Manut. Ações da Prot. Social Esp. – Média Complexidade

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(891) Fonte: 0.3.35.00.00 – Superávit Financeiro Recursos FNAS R\$ 2.425,19

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 170.898,92 (cento e setenta mil oitocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos) será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019 das contas 13.935-1, R\$ 18.828,77, 14.597-1, R\$ 5.600,36, 14.598-X R\$ 710,50, 14.599-8 R\$ 13.379,07, 14.600-5 R\$ 3.458,90, 14.602-1 R\$ 114.717,54, 14.522-X R\$ 11.778,59, 14.994-2 R\$ 2.425,19, Banco do Brasil, e o valor de R\$ 41.000,00 da Conta 1-0 C.E.F, e para dar cobertura ao valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) será utilizado o Excesso de Arrecadação dos Convênios nº 886951/2019 – MAPA e Convênio nº 890314/2019 - MAPA.

Gabinete do Prefeito, 14 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO N° 022, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2383896

DECRETO N° 022, de 28 de fevereiro de 2020.

ATUALIZA O VALOR DAS DIÁRIAS DO PODER EXECUTIVO FIXADAS PELA LEI N° 2.751 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do Art. 3º da Lei nº 2.751, de 13 de setembro de 2017 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o índice do INPC acumulado no período de outubro de 2017 a setembro de 2018 fixado em 3,97;

CONSIDERANDO o índice do INPC acumulado no período de outubro de 2018 a setembro de 2019 fixado em 2,92;

DECRETO:

Art. 1º. Fica ATUALIZADO os valores referente a diárias do Poder Executivo definidas pela Lei nº 2.751 e suas alterações posteriores, passando a vigorar conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO II

TABELA DE DIÁRIAS

DESTINO FUNÇÃO	Capital Federal e viagens inter- nacionais	Campo 2 Capitais de Estado ou Centros Urbanos com mais de 200mil habitantes distantes mais de 400km	Campo 3 Demais cidades
Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e servidores.	R\$ 642,00	R\$ 428,00	R\$ 299,60
Quando o deslocamento constituir exigência inerente ao cargo	R\$ 428,00	R\$ 321,00	R\$ 160,50

DECRETO N° 023, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2383906

DECRETO N° 023, de 28 de fevereiro de 2020.

ESTABELECE CALENDÁRIO PARA RECOLHIMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – I.P.T.U. PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Complementar 10, de 29 de Dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos os prazos para o recolhimento do tributo municipal Imposto Predial e Territorial Urbano – I.P.T.U., no exercício fiscal de 2020, nos termos dos artigos 199 e 200 da Lei Complementar 10 de 1998, conforme segue:

I - Parcela Única Vencimento 11/05/2020

II - 1ª Parcela Vencimento 11/05/2020

III - 2ª Parcela Vencimento 10/06/2020

IV - 3ª Parcela Vencimento 10/07/2020

V - 4ª Parcela Vencimento 10/08/2020

VI - 5ª Parcela Vencimento 10/09/2020

Art. 2º. Os contribuintes que efetuarem o pagamento em cota única terão direito ao desconto de 10% (dez por cento).

Art. 3º. Não havendo expediente bancário em alguma das datas estabelecidas neste Decreto, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 28 de fevereiro de 2020.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020

Publicação Nº 2379685

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 177/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 21/2020 – SRP, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE BLOQUETO DE CONCRETO INTERTRAVADO TIPO HOLLAND (PAVER) NA COR CINZA, LAJOTAS DIRECIONAL E ALERTA, BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, CANALETA ESTRUTURAL DE CONCRETO, MEIO-FIO DE CONCRETO E GUIA MEIO-FIO ONDULADA PARA JARDIM, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC", cujo interessado é o MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC. Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 08h30min. até às 09h00min do dia 13 de março de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 09h:15min. do dia 13 de março de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo dos envelopes. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 28 de fevereiro de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020

Publicação Nº 2383855

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 185/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 22/2020, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO – RAÇAS HOLANDESA, JERSEY, ABEERDEN ANGUS E NELORE, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO A MELHORIA DA GENÉTICA DO GADO LEITEIRO E GADO DE CORTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC", cujo interessado é o MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC. Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 13h30min. até às 14h00min do dia 13 de março de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 14h:15min. do dia 13 de março de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo dos envelopes. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 02 de março de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

Publicação Nº 2383871

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 186/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 23/2020, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMPOSTO PARA BASE ESTABILIZADORA DE ASFALTO (BRITA GRADUADA), BRITA 0 OU PEDRISCO, BRITA 1 E 2 PARA USO EM OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

ASFÁLTICA E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC”, cujo interessado é o MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC. Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 15h30min. até às 16h00min do dia 13 de março de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 16h:15min. do dia 13 de março de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo dos envelopes. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 02 de março de 2020. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018.

Publicação Nº 2375033

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E A EMPRESA ROSILEI GUNGEL FICAGNA 59480742934, CNPJ Nº 26.967.580/0001-84, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666, DE 21/06/93.

Aos 26 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Estado de Santa Catarina, doravante como CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FRANZ, e a empresa ROSILEI GUNGEL FICAGNA 59480742934, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 26.967.580/0001-84, com sede na Rua Independência, nº 733, na cidade de Caibi - SC, neste ato representada por Rosilei Gungel Ficagna, brasileira, CPF nº 594.807.429-34, residente e domiciliado na cidade de Caibi - SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 14/2018 que tem por objeto a prestação de serviços de assessoria pedagógica e técnica para a secretaria de educação, do município de Cunhataí/SC, conforme Processo de Licitação nº 17/2018, modalidade de tomada de preço nº 02/2018.

Cláusula Primeira: Fica aditado o prazo de vigência de execução dos serviços vinculados ao Contrato Administrativo nº 14/2018 para o exercício de 2020, digo, de 28 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, conforme prevê a "Cláusula Quarta – do Início dos Serviços, do Prazo, da Prorrogação e Reajuste" e de acordo com os termos constantes nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula Segunda: Fica aditado em 2,67% o valor contratual, passando a aumentar R\$ 52,00 totalizando valor total mensal em R\$ 2.007,00, conforme prevê Contrato Administrativo nº 14/2018, para o exercício de 2018, exposto na "Cláusula Quarta – Do Início dos Serviços, do Prazo, da Prorrogação e Reajuste".

Cláusula Terceira: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assim as partes.

Cunhataí/SC, em 26 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

CONTRATANTE

ROSILEI GUNGEL FICAGNA 59480742934

Rosilei Gungel Ficagna

CNPJ nº 26.967.580/0001-84

CONTRATADA

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019

Publicação Nº 2375032

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida 29 de Setembro, nº 450, na cidade de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, por seu representante legal, o Prefeito Municipal, Senhor LUCIANO FRANZ, na condição de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TAIRINE PREZZI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, doravante designada como CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.625.913/0001-52, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 743, Centro, Caibi/SC, neste ato representada pela sua representante legal Sr.^a Tairine Prezzi, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 5.137.880 e inscrita no CPF sob o nº 066.569.759-76, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, nesta data, com fundamento no art. 79, II da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, rescindir o CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos clínico geral, para atendimento dos usuários da unidade de saúde do município de Cunhataí/SC, tendo em vista que a Contratada solicitou rescisão de contrato, sendo que as partes dão-se por quitadas mutuamente, para nada mais terem a exigir, judicial ou extrajudicialmente, uma da outra, no presente ou no futuro.

Cunhataí, (SC) em 28 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

TAIRINE PREZZI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI

CONTRATADA

BRUNA J. BANKOW EBELING

Assessora Jurídica – OAB/SC 38.959

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2380776

Edital de Chamamento Público nº 001/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com esteio nas Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015 e 5.230/2014, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e 4.871/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projeto nas áreas esportivas e de lazer.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, para a formalização de termo de colaboração e a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, Lei 13.204/2015, Decreto Municipal nº 4.870/2017 e Decreto 4.871/2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Apenas uma proposta será selecionada, salvo se houver disponibilidade orçamentária para a celebração de mais de uma parceria, desde que para diferentes modalidades esportivas, observada a ordem de classificação.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO - Atividades esportivas e de lazer

2.1. O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de ações desportivas para o exercício de 2020, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional de Curitibanos.

2.2. Objetivos específicos da parceria:

- a) Oferecer à comunidade deste Município atividades esportivas de forma descentralizada e abrangente;
- b) Divulgar e popularizar modalidades esportivas;
- c) Promover a formação de um ranking municipal que viabilize aos atletas amadores residentes no Município competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais;
- d) Favorecer a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas comunidade em geral;
- e) promover o intercâmbio sociocultural;
- f) Representar o Município nas competições oficiais da Fesporte (Joguinhos e Jogos Abertos de Santa Catarina)

3. JUSTIFICATIVA

Em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados recursos, a serem executados no curso do exercício de 2020, em conformidade com os respectivos instrumentos de Termo de Colaboração, visa-se o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia de todos os cidadãos, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. A atividade esportiva deve contribuir com a promoção da rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, assistência social, trabalho e saúde, para projetos que atenderão usuários residentes no município. Cada projeto não poderá atender menos de 50 pessoas.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) estar credenciada no Município; e
- b) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

4.3. Não é permitida a atuação em rede.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Ofício dirigido ao Administrador Público responsável pela Unidade Gestora, solicitando o termo de colaboração ou de fomento com a

devida justificativa do pedido (Art. 24, inciso I do Decreto Municipal 4.870/2017)

b) Cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de utilidade pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790/1999, e cópia da Lei Federal quando houver (Art. 24, inciso II do Decreto Municipal 4.870/2017)

c) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017).

d) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 24, inciso IX do Decreto Municipal 4.870/2017);

e) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

f) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, na forma do art. 24, inciso XI e art. 25 do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais, ou ainda utilizar o espaço físico da Secretaria Municipal de Esportes e Ginásio Municipal de Esportes para o cumprimento do objeto da parceria, em horários a ser acordado com o Secretário Municipal de Esportes, na forma do Art. 24, inciso XII do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

i) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 24, inciso IV do Decreto 4.870/2017 (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

k) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 e 24, inciso V do Decreto 4.870/2017);

l) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, número da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme art. 24, inciso VI e VII do Decreto nº 4.870/2017);

m) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 24, inciso VIII, do Decreto nº 4.870/2017, de 2016);

n) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e

o) Apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com a Administração Pública (Art. 24, inciso XIII do Decreto Municipal 4.870/2017);

p) Apresentar declaração de que a organização não deve prestações de contas e quaisquer órgãos ou entidades (Art. 24, inciso XIV do Decreto Municipal 4.870/2017);

q) Apresentar declaração de que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017);

r) Apresentar Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014 (Art. 24, inciso XV do Decreto Municipal 4.870/2017)

5.1.1 Será admitida a, na forma do Art. 24, inciso XII do Decreto Municipal 4.870/2017 (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria Municipal nº 659/2019.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 12, § 4º, do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	02/03/2020
2	Envio das propostas pelas OSCs.	02/03/2020 a 02/04/2020
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	13/04/2020
4	Divulgação do resultado preliminar.	15/04/2020
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias corridos contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias corridos após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	30/04/2020*

* A data da homologação poderá ser antecipada em não havendo interposição de recurso.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município (<http://www.curitibanos.sc.gov.br/>) e no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contados da data de publicação do Edital.

7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, por meio de requerimento junto ao setor de Protocolo do Município – Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro em Curitiba/SC, e deverão ser cadastradas e enviadas para análise, até às 19 horas do dia 02/04/2020.

7.4.2. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

7.4.3. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise ou, na ausência da disponibilização deste, a última enviada conforme item 7.4.2. deste Edital.

7.4.4. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.4.5. Somente serão avaliadas as propostas que, além de cadastradas, estiverem com status da proposta “enviada para análise” até o prazo limite de envio das propostas pelas OSCs constante da Tabela 1.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o

contido no Anexo V – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de descrição (1,0) - Grau satisfatório de descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<ul style="list-style-type: none"> - O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).</p>	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 4,0 (quatro) pontos;

b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.5.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial do Município na internet (<http://www.curitiba.sc.gov.br>) e no Diário Oficial dos Municípios, iniciando-se o prazo para

recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.1. Nos termos do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos serão apresentados por meio de requerimento, junto ao setor de Protocolo do Município.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

7.7.4. Interposto recurso, se dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da data da ciência, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Prefeito, conforme o disposto no §1º do art. 15 do Decreto Municipal nº 4.870/2017, para decisão final.

7.8.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Município homologará e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 16 do Decreto Municipal nº 4.870/2017).

7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
2	Parecer de órgão técnico, jurídico e contábil, bem como encaminhamento de Projeto de Lei à Câmara legislativa para posterior sanção de lei e assinatura do termo de colaboração.
3	Publicação do extrato do termo de colaboração e da Lei no Diário Oficial dos Municípios.

8.2 Etapa 1: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.2.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.2.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.2.3. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- c) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e
- e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

8.3. Etapa 2: Parecer de órgão técnico, jurídico, contábil, autorização legislativa e assinatura do termo de colaboração.

8.3.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico, jurídico e contábil.

8.3.2. As parcerias serão previamente autorizadas pelo Poder Legislativo, na forma do Art. 6º do Decreto Municipal 4.870/2017.

8.3.3. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.3.4. No período entre a apresentação da documentação e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.3.5. Após transcorrido os trâmites e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Colaboração.

8.3.6. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.4. Etapa 3: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial dos Municípios. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO**02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER****27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS**

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 104.280,00

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Município, autorizados pela Lei nº 6.232/2019, UG Prefeitura Municipal.

9.3. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 104.280,00 (cento e quatro mil duzentos e oitenta reais) no exercício de 2020, conforme disposto no Anexo V – Referências para Colaboração. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

9.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.5. Todos os recursos provenientes do Município deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, excetuando despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

9.6. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

9.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.8 Os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

9.9. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Será exigida contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, em percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município na internet (<http://www.curitibanos.sc.gov.br>) e no Diário Oficial dos Municípios, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. A resposta às impugnações caberá ao gestor.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, por petição dirigida ou protocolada no setor de Protocolo do Município. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3. A Secretaria de Esportes e Lazer resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. Os valores arrecadados em eventos esportivos, cujo objeto integre a parceria, serão destinados a execução do projeto.

11.9. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

11.10. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo III – Declaração conforme Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Referências para Colaboração;
Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração; e
Anexo VIII – Declaração de Contrapartida.

Curitiba/SC, 02 de março de 2020.
Vinícius Eduardo Andrade
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

ANEXO I DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2020 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Curitiba/SC, de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 24, caput, inciso XII, do Decreto Municipal nº 4870, de 2017, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OU

- Pretende utilizar o espaço físico da Secretaria Municipal de esportes e Ginásio Municipal de Esportes para cumprimento do objeto do presente projeto, em horários a ser acordado com o Secretário Municipal de Esportes.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das quatro redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Curitiba/SC, _____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III DECLARAÇÃO DO ART. 39, INCISO III DA LEI 13.019/2014, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, que:

- Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a". Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Curitiba/SC, ____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

MINUTA
PLANO DE TRABALHO

LOGO DA INSTITUIÇÃO

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA INSTITUIÇÃO
Endereço:
Cidade:CEP:
Fone:e-mail:
CNPJ:
Representante Legal:
Responsável pela execução do projeto:

II. NOME DO PROJETO:

III. APRESENTAÇÃO(apresentar rapidamente a Instituição e o projeto a ser desenvolvido)

IV. JUSTIFICATIVA (descrever por que o projeto é necessário, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte)

V. OBJETIVOS:

a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar.)

b) ESPECÍFICOS(preencher o quadro a seguir, acrescentando linhas se necessário)

Objetivo Específico	Ações (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)	Resultados Esperados
1 -		
2 -		
3 -		
4 -		

VI. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO (informar a área de abrangência do projeto, bairros, escolaridade média do público atendido, faixa etária, número de pessoas, meta a ser atingida)

VII. METODOLOGIA (quais as atividades que serão desenvolvidas? Onde ocorrerá o projeto? Como serão desenvolvidas as ações?)

VIII. CONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

Ações (necessárias para alcançar o objetivo)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

[illegible]

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas

X. INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS (descrever as instalações a serem utilizadas para a consecução do projeto e os materiais que possuem ou pretende adquirir)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação(importante descrever com clareza)
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		

Itens	Descrição (com a quantidade	Valor unitário	Valor total
TOTAL do Recurso da Parceria			

[illegible]

CPF:

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Apresentação

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer receberá os Planos de Trabalhos das OSC's que pleiteiam firmar Termo de Colaboração, conforme Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações pela Lei 13.204/2015, e Decreto Municipal nº 4.870/2017, para executar Parceria de Interesse Público no âmbito municipal. Cabe salientar que, para firmar o Termo de Colaboração a organização da sociedade civil previamente deverá estar regularmente credenciada.

2. Objeto

A Secretaria de Esporte e Lazer, através das OSC's, tem por finalidade subsidiar R\$ 104.280,00 (cento e quatro mil duzentos e oitenta reais) em despesas de custeio, administração e implementação de ações desportivas, em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos no âmbito municipal, para os quais serão liberados auxílios e subvenções, a serem executados no período compreendido entre a data de assinatura do termo de colaboração até dia 20/12, no curso do exercício de 2020, em conformidade com o edital e Termo de colaboração, oferecendo a comunidade Curitibanense atividades esportivas de forma descentralizada.

A atividade esportiva deve contribuir com a formação de um ranking que, viabilize aos atletas amadores residentes no Município competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais, favorecendo a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas e comunidade em geral, promovendo o intercâmbio sociocultural.

3. Das diretrizes da parceria de interesse público

3.1 Os projetos e planos de aplicação de recursos deverão atender o mínimo de 50 beneficiários diretos.

3.2 Desenvolver ações, se possível, extensivas aos familiares, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter esportivo do projeto.

3.3 O planejamento das ações deverá ser realizado pela OSC, de acordo com a modalidade esportiva e a identificação da demanda constatada pela Secretaria de Esporte e Lazer.

3.4 O trabalho realizado será avaliado e acompanhado pela Secretaria de Esportes e Lazer, Administração e Comissão de monitoramento, através de planilhas específicas para análise da modalidade esportiva desenvolvida dentro da OSC. Na planilha serão identificados os objetivos a serem alcançados, o público atendido, o local, a descentralização do projeto, período de execução, infraestrutura, publicidade do projeto público e as vulnerabilidades sociais.

3.5 O trabalho deverá ser sistematizado e planejado por meio de planejamento e acompanhamento das ações realizadas.

4. Do público a ser atendido, objetivos e do trabalho a ser desenvolvido:

4.1 Os projetos e planos de aplicação de recursos deverão atender crianças, adolescentes e adultos, com mínimo de 50 beneficiários.

4.2 Dos objetivos:

4.2.1 Oferecer à comunidade Curitibanense atividades esportivas de forma descentralizada e abrangente;

4.2.2 Formar ranking MUNICIPAL que viabilize aos atletas amadores, residentes no Município, competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais.

4.2.3 favorecer a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas e comunidade em geral;

4.2.4 promover o intercâmbio sociocultural;

4.3 Do trabalho a ser desenvolvido:

4.3.1 O trabalho deverá ser executado com uma ou mais modalidades esportivas de participação, incentivando as atividades esportivas, a integração e intercâmbio sociocultural entre atletas amadores.

4.3.2 O trabalho realizado será avaliado e acompanhado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Administração e Comissão de Monitoramento, através de planilhas específicas para análise da modalidade esportiva desenvolvida dentro da OSC.

4.4 Impacto social esperado:

4.4.1 Oferecer à comunidade deste Município atividades esportivas de forma descentralizada e abrangente;

4.4.2 Divulgar e popularizar modalidades esportivas;

4.4.3 Promover a formação de um ranking municipal que viabilize aos atletas amadores residentes no Município competir nos principais eventos regionais, estaduais e nacionais;

4.4.4 Favorecer a integração entre atletas não profissionais, familiares, entidades públicas e privadas comunidade em geral;

4.4.5 promover o intercâmbio sociocultural;

4.4.6 Representar o Município nas competições oficiais da Fesporte (Joguinhos e Jogos Abertos de Santa Catarina)

5. Das condições de participação

5.1 Poderão participar do presente edital as OSC's, sem fins lucrativos, devidamente registradas na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que possuam em seu estatuto social: objetivos compatíveis com a natureza declarada para este edital, comprovando o mínimo de um (1) ano de existência, a ser comprovada pela inscrição no CNPJ, atuação e experiência no objeto proposto, além de capacidade técnica e operacional para desenvolvimento das atividades previstas e cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

5.2 Somente poderão participar do chamamento OSC's, sem fins lucrativos, que não tenham impedimentos legais para estabelecer vínculos com a Administração Pública.

5.3 O Responsável técnico da OSC deverá ser necessariamente um professor de educação física, com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física, com carga horária mínima na instituição de 12 horas semanais.

6. Da apresentação e conteúdo do plano de trabalho:

6.1 Cada OSC poderá apresentar apenas 01(um) projeto para cada modalidade esportiva.

6.2 Os atletas não profissionais deverão residir no Município de Curitiba.

6.3 A documentação e plano de trabalho deverão ser entregues pela entidade proponente, até o dia 25/03/2020, às 19 horas, no Setor de Protocolo do Município: Rua Coronel Vidal Ramos, 860 – Centro CEP 89520-000.

- 6.4 O requerimento para firmar parceria deverá conter a documentação solicitada e o Plano de Trabalho da entidade em sua totalidade.
- 6.5 Sobre o plano de trabalho: (conforme anexo VI)
- 6.6 Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas.
- 6.7 Descrição das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como os meios utilizados para tanto.
- 6.8 Prazo para execução das atividades e cumprimento das metas.
- 6.9 Definição de indicadores, quantitativos e qualitativos, a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas.
- 6.10A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
- 6.11 Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- 6.12 Definição dos parâmetros a serem realizados para a aferição do cumprimento das metas;

7. Dos requisitos e documentação

7.1 A entidade deverá atender aos requisitos e promover a entrega de documentação elencada no Decreto Municipal 4.870/2017, Edital de Chamamento, além do Plano de trabalho com cronograma de desembolso;

8. Dos recursos financeiros do edital e despesas do plano de trabalho:

8.1. Os recursos financeiros provenientes do termo de colaboração não poderão ser aplicados para remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, bem como com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

9. Da avaliação dos planos de trabalho:

9.1 A avaliação e seleção dos planos de trabalho serão realizadas pela Comissão de Avaliação e Seleção.

10. Da formalização e do prazo de vigência do Termo de Colaboração

10.1 Os trâmites para o Termo de Colaboração seguirão obrigatoriamente as regras da legislação correlatada.

10.1.2 O financiamento dos planos de trabalho aprovados será realizado sob forma de Termo de Colaboração, no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2020, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

10.1.3 durante a execução do Termo de Colaboração, o repasse financeiro ficará condicionado à fiscalização do ente público que realizará a análise da prestação de contas. O descumprimento do contrato de gestão ou não apresentação de documentação pertinente implicará a suspensão do repasse financeiro a entidade até que ocorra a sua regularização.

10.1.4 caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas suspensas.

10.1.5 os valores previstos para a execução dos itens do projeto poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

11. Dos prazos:

11.1 A contar a data da publicação do edital, a seleção dos planos de trabalho respeitará o cronograma apresentado no edital.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 24, inciso XVI, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Curitiba/SC, ____ de ____ de 2020.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII
MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E A/O (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL)

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e a(o) (organização da sociedade civil), inscrita(o) no CNPJ sob nº. _____, com sede _____, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante o processo administrativo nº _____ e Lei Municipal nº _____ mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente de chamamento público 001/2020, tem por objeto executar ações desportivas, visando à participação de atletas e equipes de esporte de formação e de rendimento não profissional, que residam em Curitiba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Decreto 4.870/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelas despesas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ -----(-), cujo repasse será efetuado em-- parcelas, a partir do mês de-- de 2020.

3.2 -Os Créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente termo são provenientes do orçamento da Prefeitura Municipal, autorizado pela Lei 6.232/2019, funcional programática:

PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA DE ESPORTES
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 104.280,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I -realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II -finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV -realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V -repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI -pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VII – pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,

VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2020, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as

atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.

II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica in loco, realizada durante a execução da parceria, quando houver:

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I -aprovação da prestação de contas;

II -aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I -regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II -regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c)dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica,

a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I -advertência;

II-suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

e) pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável;

f) pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, ____ de ____ de 2020.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Vinícius Eduardo Andrade
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Representante legal da organização da sociedade civil

ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Declaro, em conformidade com o Edital nº 001/2019, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] dispõe de contrapartida, na forma de [bens e/ou serviços]economicamente mensuráveis,no valor total de R\$ (.....), conforme identificados abaixo:

(Obs. O mínimo previsto para contrapartida deverá ser igual ou superior ao recurso pretendido)

Identificação do bem ou serviço	Valor econômico	Outras informações relevantes

Curitiba/SC, ____ de ____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

Descanso

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2020 - FMS

Publicação N° 2380398

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2020

Objeto: contratação de empresa para recuperação do motor do Micro-ônibus Volare, nº 38, Placas MGG-3302, ano 2006, com 378539 km, com fornecimento de peças, materiais e serviços, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h30min do dia 16/03/2020, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 28 de fevereiro de 2020.
Cleber Luiz Rech
Gestor do FMS

LEI N° 1736/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE 09 LOTES DA GLEBA N° 01, COM ÁREA DE 7.320,00 M², SITO À RUA SANTO ESTANISLAU, CIDADE DE DESCANSO, DE PROPRIEDADE DE CLEMENTINO ORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação N° 2380691

LEI N° 1736/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE 09 LOTES DA GLEBA N° 01, COM ÁREA DE 7.320,00 M², SITO À RUA SANTO ESTANISLAU, CIDADE DE DESCANSO, DE PROPRIEDADE DE CLEMENTINO ORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento da área de 7.320,00 m², da Gleba nº 01, situada na Rua Santo Estanislau, Rua XV de Novembro e Rua João Wronski, perímetro urbano da cidade de Descanso - SC, registrada sob matrícula nº 7.715, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, de propriedade de CLEMENTINO ORO, portador do CPF sob nº 132.821.239-49 e Cédula de Identidade sob nº 314.147, órgão emissor SSP/SC e ROSA JASINSKI ORO, portadora do CPF sob nº 960.679.189-00 e Cédula de Identidade sob nº 13/R 2.459.371, órgão emissor SSP/SC, dividida em 09 lotes e uma área remanescente, os quais passarão a se denominar de Lote Urbano nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e área remanescente, fracionados nas áreas e com as seguintes confrontações:

Lote Urbano nº 01, com a área de 437,50 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252012.676; NY: 7030683.044), no azimuth 23º39'18", com uma distância de 12,50 metros até a coordenada (EX: 252017.692; NY: 7030694.469), confrontando com a Rua XV de Novembro, deste ponto deflete à direita no azimuth 113º39'36", com uma distância de 35,00 metros até a coordenada (EX: 252049.749; NY: 7030680.424), confrontando com o Lote nº 02, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 203º39'18", com uma distância de 12,50 metros até a coordenada (EX: 252044.734; NY: 7030668.974), confrontando com a área remanescente, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 293º39'36", com uma distância de 35,00 metros até o ponto inicial desta descrição com coordenada (EX: 252012.676; NY: 7030683.044), confrontando com o Lote Urbano nº 02, de Adelar Trevisan, de matrícula nº 2.222.

Lote Urbano nº 02, com a área de 437,50 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252017.692; NY: 7030694.469), no azimuth 23º39'18", com uma distância de 12,50 metros até a coordenada (EX: 252022.709; NY: 7030705.918), confrontando com a Rua XV de Novembro, deste ponto deflete a direita no azimuth 113º39'36", com uma distância de 35,00 metros até a coordenada (EX: 252054.764; NY: 7030691.874), confrontando com o Lote nº 03, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 203º39'18", com uma distância de 12,50 metros até a coordenada (EX: 252049.749; NY: 7030680.424), confrontando com a área remanescente, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 293º39'36", com uma distância de 35,00 metros até o ponto inicial desta descrição com coordenada (EX: 252017.692; NY: 7030694.469), confrontando com o Lote nº 01, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 03, com a área de 452,60 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252022.709; NY: 7030705.918), no azimuth no azimuth 23º39'18", com uma distância de 10,80 metros até a coordenada (EX: 252027.040; NY: 7030715.812), confrontando com a Rua XV de Novembro, deste ponto deflete à direita no azimuth 106º42'59", com uma distância de 35,26 metros até a coordenada (EX: 252060.808; NY: 7030705.670), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete a direita no azimuth 203º39'18", com uma distância de 15,06 metros até a coordenada (EX: 252054.764; NY: 7030691.874), confrontando com a área remanescente, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 293º39'36", com uma distância de 35,00 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252022.709; NY: 7030705.918), confrontando com o Lote nº 02, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 04, com a área de 490,69 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252131.604; NY: 7030684.408), no azimuth 106º42'59", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252143.097; NY: 7030680.957), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete a direita no azimuth 199º59'20", com uma distância de 40,90 metros até a coordenada (EX: 252129.113; NY: 7030642.514), confrontando com o Lote nº 05, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 286º08'18", com uma distância

de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252117.579; NY: 7030645.851), confrontando a Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 41,04 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252131.604; NY: 7030684.408), confrontando com a área remanescente, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 05, com a área de 489,20 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252143.097; NY: 7030680.957), no azimuth 106°42'59", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252154.589; NY: 7030677.505), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,78 metros até a coordenada (EX: 252140.647; NY: 7030639.177), confrontando com o Lote nº 06, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 286°08'18", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252117.579; NY: 7030645.851), confrontando a Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,90 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252143.097; NY: 7030680.957), confrontando com o Lote nº 04, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 06, com a área de 487,75 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252154.589; NY: 7030677.505), no azimuth 106°42'59", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252166.082; NY: 7030674.053), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,66 metros até a coordenada (EX: 252152.181; NY: 7030635.839), confrontando com o Lote nº 07, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 286°08'18", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252117.579; NY: 7030645.851), confrontando a Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,78 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252154.589; NY: 7030677.505), confrontando com o Lote nº 05, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 07, com a área de 486,84 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252166.082; NY: 7030674.053), no azimuth 106°42'59", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252177.574; NY: 7030670.602), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,54 metros até a coordenada (EX: 252163.715; NY: 7030632.502), confrontando com o Lote nº 08, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 286°08'18", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252152.181; NY: 7030635.839), confrontando a Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,66 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252166.082; NY: 7030674.053), confrontando com o Lote nº 06, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 08, com a área de 484,78 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252177.574; NY: 7030670.602), no azimuth 106°42'59", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252189.067; NY: 7030667.150), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,42 metros até a coordenada (EX: 252175.249; NY: 7030629.164), confrontando com o Lote nº 09 (Área Verde), da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 286°08'18", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252163.715; NY: 7030632.502), confrontando a Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,54 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252177.574; NY: 7030670.602), confrontando com o Lote nº 07, da Gleba nº 01.

Lote Urbano nº 09 (área verde), com a área de 483,16 m²: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252189.067; NY: 7030667.150), no azimuth 106°42'59", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252200.559; NY: 7030663.669), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,30 metros até a coordenada (EX: 252186.783; NY: 7030625.827), confrontando com a Rua João Wronski, deste ponto deflete à direita no azimuth 286°08'18", com uma distância de 12,00 metros até a coordenada (EX: 252175.249; NY: 7030629.164), confrontando com a Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 40,42 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252189.067; NY: 7030667.150), confrontando com o Lote nº 08, da Gleba nº 01.

Área Remanescente, com a área total de 3.069,98 m², sendo 2.453,92 m² edificável e 616,06 m² não edificável: inicia-se a descrição na coordenada (EX: 252060.808; NY: 7030705.670), no azimuth 106°42'59", com uma distância de 73,92 metros até a coordenada (EX: 252131.604; NY: 7030684.408), confrontando com a Rua Santo Estanislau, deste ponto deflete à direita no azimuth 199°59'20", com uma distância de 41,04 metros até a coordenada (EX: 252117.579; NY: 7030645.851), confrontando com o Lote nº 04, da Gleba nº 01, deste ponto deflete à direita no azimuth 286°08'18", com uma distância de 61,10 metros até a coordenada (EX: 252058.473; NY: 7030662.954), confrontando com Parte da Gleba nº 03, de Marino Rosa, da matrícula nº 1.365, deste ponto deflete à direita no azimuth 293°39'36", com uma distância de 15,00 metros até a coordenada (EX: 252044.734; NY: 7030668.974), confrontando com o Lote Urbano nº 02, de Adelar Trevisan, da matrícula 2.222, deste ponto deflete à direita no azimuth 23°39'18", com uma distância de 40,06 metros até o ponto inicial desta descrição com a coordenada (EX: 252060.808; NY: 7030705.670), confrontando com os Lotes nº 01, 02 e 03, da Gleba nº 01.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação conforme exigido no art. 79, inciso II, da Lei Municipal Complementar nº 036/2018, a área desmembrada de 483,16m² correspondente ao Lote Urbano nº 09 (área verde), situada no perímetro urbano, nesta cidade de Descanso - SC, de propriedade de Clementino Oro.

Art. 3º - Os lotes ora criados atendem aos requisitos do art. 2º, §5º e art. 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 6.766, de 19.12.1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, contemplando a infraestrutura básica dos parcelamentos.

Art. 4º - A doação das áreas mencionadas no artigo 3º desta Lei, deverão ser averbadas no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso - SC, ao Município de Descanso, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.026.138/0001-97, objetivando a criação de área verde.

Art. 5º - O município será representado no ato de doação pelo Chefe do Poder Executivo ou a quem for legalmente constituído pelo titular.

Art. 6º - Ficam igualmente autorizadas a Divisão de Material e Patrimônio e o Departamento de Contabilidade e Controle Interno a procederem aos tramites legais para efetuar o devido registro, demonstrando a incorporação do imóvel, mediante prévia avaliação, bem como os lançamentos contábeis exigidos na legislação atinente.

Art. 7º- O referido desmembramento está licenciado junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC, sob declaração de atividade não constante nº 528147/2019.

Art. 8º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão oneradas à conta de dotação própria constante da Lei de Meios vigente.

Art. 9º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 28 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

LEI Nº 1737/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - INCLUI DISPOSITIVO NA LEI 1.656/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2380702

LEI Nº 1737/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

INCLUI DISPOSITIVO NA LEI 1.656/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º- Fica acrescido o parágrafo 5º ao art. 2º da Lei Municipal 1.656 de 29 de outubro de 2018, com a seguinte redação:

“Art. 2º. [...]:

§5º. Entre os incentivos estabelecidos no inciso III do caput deste artigo, especialmente horas máquina, materiais e outros de menor monta, que somados não superarem o montante de 10(dez) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), poderão ser concedidos mediante simples requerimento do interessado, acompanhado de projeto ou demonstrativo simplificado e aprovação do departamento de engenharia municipal, observado o limite máximo estabelecido no §1º do art. 8º desta lei.”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

Descanso – SC, 28 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

LEI Nº 1738/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 -DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2380709

LEI Nº 1738/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Pela presente fica criado no Município de Descanso no âmbito do Sistema Municipal de Esgotamento Sanitário, o Programa Municipal de Gestão do Esgotamento Sanitário, vinculado à Secretaria de Obras e Urbanismo.

Art. 2º. O Sistema Municipal de Gestão do Esgotamento Sanitário será constituído pela disponibilização e pela manutenção de infraestrutura e das instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final para a produção de água de reuso ou o seu lançamento final no meio ambiente.

Art. 3º. Para operacionalização e atuação em capacidade plena da estação de tratamento, poderá o Município de Descanso estabelecer termos de parceria, convênios e outras formas de atuação conjunta com outros Municípios ou o Estado.

Art. 4º. Ficam mantidas todas as disposições acerca do orçamento estabelecidas no art. 4º da Lei Municipal 1.703/2019 e convalidados os atos administrativos realizados sob vigência daquela lei.

Art. 5º. Poderá ser instituída a tarifa de esgoto que terá seu valor estabelecido por decreto, que conterà a forma de reajuste, atendidos parâmetros técnicos e observados os critérios legais.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo, quando da elaboração do Decreto que trata o caput deste artigo, obrigado a oportunizar ao contribuinte a possibilidade de pagamento da tarifa de forma mensal ou em parcela única com o desconto de 10% (dez por cento).

Art. 6º. Para a operacionalização da cobrança da tarifa o Município poderá firmar convênio com empresa pública ou concessão à privada, visando economia, agilidade, facilidade de operação, entre outras características que atendam as finalidades públicas.

Art. 7º. Visando a consecução do objeto, fica o Poder Executivo autorizado a participar e organizar consórcio, bem como, firmar convênios com outros Entes.

Art. 8º. O Poder Executivo poderá firmar convênio com agência reguladora para melhor gestão dos serviços, especialmente de dados estatísticos, formação de preços, fixação de instrumentos de gestão e controle, além de outros que garantam a eficiência do serviço público.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer plano de gestão provisória da estação de tratamento de dejetos humanos, por até dois anos, podendo contratar empresa especializada em caráter precário ou desde já mediante gestão da CASAN.

Art. 10. Em qualquer tempo, o serviço de esgotamento sanitário poderá ser outorgado mediante concessão pública, realizada por processo licitatório, atendidos os critérios das leis que regem as licitações públicas, cujos parâmetros serão devidamente lançados em edital de concorrência

Parágrafo único: Os serviços poderão ser concedidos à CASAN, observado o convênio já existente.

Art. 11. O Poder Executivo implantará o programa municipal de regularização de unidades de tratamento individuais ou coletivas (fossas) já existentes.

Parágrafo Único – Fica estabelecido o prazo de 04 anos, a contar da publicação desta Lei, para a regularização das fossas existentes que não se atentam às normas técnicas vigentes, respeitando-se, contudo, as situações consolidadas que, por inviabilidade técnica devidamente atestada por engenheiro responsável, não puderem ser alteradas.

Art. 12. Visando a aplicação do programa o Poder Executivo Municipal, observada a disponibilidade financeira, seguirá com a implantação do programa de incentivos, não cumuláveis, concedidos para regularização mediante fornecimento de materiais, subsídio de juros, custos de projetos, compensações e outros que melhor se adaptam ao objetivo do programa.

Parágrafo Único – O benefício de que trata este artigo poderá ser de até 100% do valor dos equipamentos (caixa de gordura, fossa, filtro, sumidouro), instalação e projeto, caso atendidos os requisitos estabelecidos no decreto regulamentador, observado o limite máximo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por unidade.

Art. 13. Em casos específicos, devidamente atestados pelo departamento municipal de engenharia, poderão ser criadas alternativas de solução para os sistemas individuais de tratamento que visem proporcionar melhores condições de instalação e operação.

Parágrafo único: Quando apontada a necessidade de micro sistema de rede coletora em decorrência de diferenças de solo ou situação que impeçam a instalação de unidades individuais, poderá o município autorizar a instalação de rede e caixa coletiva de armazenamento, essa que poderá ser instalada em terreno público ou privado.

Artigo 14. O Município poderá estabelecer modelos padrão adequado das unidades individuais de tratamento, mediante a elaboração de projeto de referência, tendo como base modelos de baixo custo aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 15. A regulamentação da presente lei será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias vigentes em cada exercício.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 1.703/2019.

Descanso – SC, 28 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.
Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15578/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020 - CONCEDER ESTABILIDADE A FELIPE JOSÉ TERNUS.

Publicação Nº 2379502

PORTARIA Nº 15578/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com os artigos 50 a 52, referendos, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Descanso, alterações introduzidas pela Lei nº 462/2003, de 27.08.03, artigo 86 inciso IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a nova redação ao Art. 111 da Emenda a LOM nº 01/2003, Art. 41 da Constituição Federal de 1988, alterado pelo Art. 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 806/2005, de 09.06.2005 e suas alterações pelo Decreto nº 826/2005, de 08.09.2005, e Decreto nº 2112/2020, de 26 de fevereiro de 2020, que homologa os relatórios das comissões especiais, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE

a FELIPE JOSÉ TERNUS, Código: 3.109, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, com carga horária de 40 horas semanais, lotado para exercício das atribuições do cargo na Secretaria da Fazenda, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, submetido à avaliação da aptidão e capacidade no desempenho do cargo, no período do estágio probatório, durante o qual foi apurada a conveniência de sua confirmação, mediante a verificação de requisitos do cargo, no Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, obtendo conceito final de “91 - SD”, referente ao Concurso Público – Edital nº 01/2015, de 15 de maio de 2015, homologado pelo Decreto nº 1699/2015, de 09 de setembro de 2015.

Descanso - SC, 27 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15579/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020 - CONCEDER ESTABILIDADE À THAIS REGINA DURIGON.

Publicação Nº 2379504

PORTARIA Nº 15579/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com os artigos 50 a 52, referendos, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Descanso, alterações introduzidas pela Lei nº 462/2003, de 27.08.03, artigo 86 inciso IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a nova redação ao Art. 111 da Emenda a LOM nº 01/2003, Art. 41 da Constituição Federal de 1988, alterado pelo Art. 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 806/2005, de 09.06.2005 e suas alterações pelo Decreto nº 826/2005, de 08.09.2005, e Decreto nº 2112/2020, de 26 de fevereiro de 2020, que homologa os relatórios das comissões especiais, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE

à THAIS REGINA DURIGON, Código: 3.110, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, lotada na Secretaria de Administração, para exercício das atribuições do cargo na Divisão de Pessoal, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, submetida à avaliação da aptidão e capacidade no desempenho do cargo, no período do estágio probatório, durante o qual foi apurada a conveniência de sua confirmação, mediante a verificação de requisitos do cargo, no Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, obtendo conceito final de “86 - SD”, referente ao Concurso Público – Edital nº 01/2015, de 15 de maio de 2015, homologado pelo Decreto nº 1699/2015, de 09 de setembro de 2015.

Descanso - SC, 27 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15580/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020 - CONCEDER ESTABILIDADE À MARINÊS ARIENT STEIN.

Publicação Nº 2379505

PORTARIA Nº 15580/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com os artigos 50 a 52, referendos, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Descanso, alterações introduzidas pela Lei nº 462/2003, de 27.08.03, artigo 86 inciso IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a nova redação ao Art. 111 da Emenda a LOM nº 01/2003, Art. 41 da Constituição Federal de 1988, alterado pelo Art. 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 806/2005, de 09.06.2005 e suas alterações pelo Decreto nº 826/2005, de 08.09.2005, e Decreto nº 2112/2020, de 26 de fevereiro de 2020, que homologa os relatórios das comissões especiais, resolve:

CONCEDER ESTABILIDADE

MARINÊS ARIENT STEIN, Código: 3.140, ocupante do cargo (20) efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, submetida à avaliação da aptidão e capacidade no desempenho do cargo,

no período do estágio probatório, durante o qual foi apurada a conveniência de sua confirmação, mediante a verificação de requisitos do cargo, no Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, obtendo conceito final de "91 - SD", referente ao Concurso Público – Edital nº 01/2015, de 15 de maio de 2015, homologado pelo Decreto nº 1699/2015, de 09 de setembro de 2015.

Descanso - SC, 27 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso
Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15581/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS À JOSEMARI LEAL WANDSCHEER.

Publicação Nº 2379506

PORTARIA Nº 15581/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à JOSEMARI LEAL WANDSCHEER, Código: 571, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, designada para exercer as funções do cargo (60) em comissão de Secretário de Assistência Social, percebendo subsídio mensal de Secretário, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2017 à 31 de julho de 2018, sendo o período de gozo a contar de 01 a 30 de agosto de 2019, mantendo-se portanto 19 (dezenove) dias, dos quais 02 (dois) serão usufruídos de 20 a 21 de agosto de 2019, restando 17 (dezesete) dias, em que ½ (meio) dia foi usufruído em 21 de outubro de 2019, no período matutino, e 1 (um) dia foi gozado em 25 de outubro de 2019, mantendo-se ainda um saldo de 15 e ½ (quinze e meio), dos quais 01 (um) será usufruído em 15 de novembro de 2019, restando ainda 14 e ½ (quatorze e meio), dias a serem gozados, dos quais ½ (meio) dia será usufruído no período vespertino do dia 13 de janeiro de 2020 e 01 (um) dia será usufruído em 14 de janeiro de 2020, restando portanto 13 (treze) dias, dos quais 01 (dia) foi gozado no dia 31 de janeiro de 2020, restando portanto 12 (doze) dias, dos quais ½ (meio) dia será gozado em 21 de fevereiro de 2020, no período vespertino, restando portanto 11 e ½ (onze e meio) dias a serem usufruídos em nova data, sendo que 01 (um) dia será usufruído em 28 de fevereiro de 2020, restando 10 e ½ (dez dias e meio) a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 28 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso
Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

1º T.A. CONTRATO 002-2019 - PREGÃO PRESENCIAL 1-2019 - FMAS

Publicação N° 2380476

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : 1º TA 002-2019 - Contrato N°: 002-2019 - FMAS

Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO
CERQUEIRA

Contratada...: TIAGO MARCELO EGGER 07657075945

Valor : 29.880,00 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 29/02/2020 Término: 28/02/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 1/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COM PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER OFICINA DE MARCENARIA, A QUAL SERÁ DESTINADA PARA ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ITEM, E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 28 de Fevereiro de 2020

CHAMADA PÚBLICA

Publicação N° 2379699

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2020 CONVOCAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES LOCAIS CADASTRADOS NO PRONAF À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AO SISPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Chamada Pública n.º 01/2020 para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n.º 1.326, de 24 de julho de 2006, por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea, do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPA), com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012, e na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) n.º 50, de 26 de setembro de 2012; e considerando o disposto no art. 19 da Lei 10.696/2003, e no Termo de Convênio n.º 0226/2012.

A Prefeitura Municipal do Município de Dionísio Cerqueira/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Santos Dumont n.º 413, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.026.773/0001-74, representado neste ato pelo Sr. Prefeito THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 19 da Lei 10.696/2003, e no Termo de Convênio n.º 0226/2012; considerando o disposto no art. 17 da Lei n.º 12.512, de 2011, e nas Resoluções GGPAA n.º 50, de 2012; através da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem realizar Chamada Pública para a aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n.º 1.326, de 2006, por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea, do SISPA, com dispensa de licitação, durante o período do ano de 2020.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Fornecimento até o dia 25 de março de 2020, às 17:00 horas, na Coordenação do SISPA na Secretaria Municipal de Assistência Social.

1) Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei n.º 1.326, de 2006, por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea, do SISPA, conforme relação abaixo.

Abobora
Acelga
Açúcar Mascavo
Agrião
Alface cresa
Alface lisa
Alho
Almeirão
Arroz
Banana
Batata Doce
Bergamota
Beterraba

Bolacha caseira pintada
Bolacha Colonial
Bolacha Sortida
Bolo
Bolo de milho
Brócolis
Caqui
Cebolinha verde
Cenoura
Chicória
Chuchu
Couve-flor
Couve-folha
Cuca Colonial
Cuca de Royal
Espinafre
Feijão
Fubá
Laranja
Macarrão Caseiro
Maracujá
Melado
Melancia
Melão
Milho Verde em espiga
Milho verde em grão
Pão de Milho
Pão de trigo
Pepino
Pêssego
Pimentão
Rabanete
Radite
Raiz de Mandioca c/ casca
Raiz de mandioca s/ casca
Repolho
Rúcula
Salsa
Salsão
Tempero verde
Tomate
Vagem

2) Fonte de recurso

Recursos provenientes da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural do Ministério da Cidadania.

3) Preço

A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGPA n° 50, de 2012, conforme tabela de preços da Conab e pesquisas realizadas junto ao mercado local e regional. A definição dos produtos, volumes e preços dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares serão pactuados no Projeto de Execução a ser elaborado pela Prefeitura, quando da conclusão do processo de seleção.

4) Habilitação e Proposta de Venda, Prazo para Apresentação de Propostas

a) Os agricultores individuais, deverão apresentar a documentação para habilitação até a data de 25 de março de 2020, às 17:00 horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Coordenação do SISPA, com sede à Av. Prefeito Adelino Mangini, 480 – Centro Dionísio Cerqueira - SC.

b) A abertura dos envelopes será realizada no dia 27 de março de 2020 às 09:00 horas, nas dependências da SMAS.

5) Documentos de Habilitação a serem apresentados pelo candidato.

4.1 Agricultor Individual

Os documentos de habilitação para o agricultor familiar individual deverão ser entregues em um único envelope tamanho A4, lacrado e com a identificação do agricultor, que deverá conter sob pena de inabilitação:

a) Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

b) Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) ou extrato da DAP, atualizado e cuja validade abranja todo o período de execução da proposta no ano de 2020;

c) Proposta de Fornecimento de Alimentos pelo Agricultor Individual, a ser retirada na Secretaria Municipal de Assistência Social, contendo tipo do produto, previsão e quantidade a ser fornecida.

d) Em se tratando de produtos manipulados, apresentar alvará sanitário do empreendimento da agricultura familiar.

e) Apresentar comprovante de cadastro de rastreamento de produtos vegetais (e-origem) junto aos órgãos competentes (CIDASC OU EPAGRI).

6) Critérios de priorização das propostas

5.1 Agricultores Familiares Elegíveis

a) Serão aceitas propostas de agricultores familiares individuais enquadrados no PRONAF, respeitado o limite de uma DAP por família.

b) Em caso de insuficiência dos recursos financeiros disponíveis para aquisição de alimentos de todos os agricultores familiares proponentes, serão utilizados os critérios de priorização especificados conforme necessidade da instituição beneficiária.

7) Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os alimentos adquiridos deverão ser entregues no CENTRO DE EVENTOS situado a Av. Washington Luiz, s/n, a partir de 8:00 horas até às 11:30 horas, em data conforme calendário de entrega a ser divulgado pela coordenadoria do SISPA municipal, quando será atestado o seu recebimento.

8) Pagamento

a) O pagamento será realizado em conformidade com as diretrizes do SISPA, respeitando a periodicidade entre as entregas do dia 16 ao dia 15 de cada mês; por meio de depósito em conta corrente específica de cada agricultor, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

b) O pagamento será efetuado pelo Ministério da Cidadania, através da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (MDS).

9) DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A presente Chamada Pública poderá ser obtida junto à Coordenação do SISPA na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Av. Prefeito Adelino Mangini nº 480, no horário de 8:00 até as 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

b) Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sempre respeitando-se as normas da Vigilância Sanitária Municipal e/ou Regional.

c) O limite individual de venda do agricultor familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), por DAP, por ano civil, sempre respeitando o limite estabelecido pelo órgão comprador, quando este não possibilitar o alcance do limite máximo.

d) Todos os agricultores individuais, que apresentarem propostas a este Edital, com a documentação requerida em anexo; poderão fornecer produtos ao PAA, respeitada a ordem de prioridade indicada nos critérios de priorização dos agricultores.

e) Todo o processo de análise e seleção dos agricultores, será acompanhado por Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social.

Dionísio Cerqueira/SC, 21 de fevereiro de 2020.

Thyago Vanderlan Gnoatto Gonçalves

Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se. (No rádio, jornal, diário oficial do município, site ou outros)

EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 45-2020 - PMDC

Publicação Nº 2379494

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 30/2020, Edital de Pregão Nº 30/2020, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE ENSINO, RUAS, CALÇADAS E DEMIAS PONTOS ONDE HAVER NECESSIDADE, BEM COMO AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS E UTENSÍLIOS PARA ALIMENTOS PARA USO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 12/03/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 9-2020 - FMS

Publicação N° 2380289

PREGÃO PRESENCIAL N° 9/20

PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/20

HOMOLOGAÇÃO: 28/02/20

CONTRATADO: N & A PROTESE DENTARIA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES TOTAL SUPERIOR, PROTESES TOTAL INFERIOR, PRÓTESES PARCIAL REMOVIVEL SUPERIOR, E PROTESES PARCIAL REMOVIVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 126.200,00 (cento e vinte e seis mil e duzentos reais)

DATA: 28/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2020 - PREGÃO 9-2020 - FMS

Publicação Nº 2380287

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 9/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2020

No dia 28 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.265.919/0001-23, com sede administrativa localizada na RUA DOM PEDRO II, Nº 969, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 9/2020, Processo Licitatório nº. 9/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES TOTAL SUPERIOR, PROTESES TOTAL INFERIOR, PRÓTESES PARCIAL REMOVIVEL SUPERIOR, E PROTESES PARCIAL REMOVIVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8092	N & A PROTESE DENTARIA LTDA	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
N & A PROTESE DENTARIA LTDA	16.775.161/0001-97	NEYLOR FRANCISCO SANTIN	007.729.669-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES TOTAL SUPERIOR, PROTESES TOTAL INFERIOR, PRÓTESES PARCIAL REMOVIVEL SUPERIOR, E PROTESES PARCIAL REMOVIVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8092 - N & A PROTESE DENTARIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PROTESES TOTAL SUPERIOR	UN	N & A	128,000	275,0000	35.200,00
2	PROTESES TOTAL INFERIOR	UN	N & A	128,000	275,0000	35.200,00
3	PROTESES PARCIAL REMOVIVEL SUPERIOR	UN	N & A	90,000	310,0000	27.900,00
4	PROTESE PARCIAL REMOVIVEL	UN	N & A	90,000	310,0000	27.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 9/2020**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo N°.: 9/2020****PREGÃO PRESENCIAL N°. 9/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 4/7

Processo N°: 9/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 9/2020**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/7
Processo N°.: 9/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 9/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo N°.: 9/2020**
PREGÃO PRESENCIAL N°. 9/2020

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 7/7

Processo N°.: 9/2020**PREGÃO PRESENCIAL N°. 9/2020**

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 28 de Fevereiro de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

N & A PROTESE DENTARIA LTDA

CNPJ: 16.775.161/0001-97 _____

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2020**

Publicação Nº 2380333

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 14/2020

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a Empresa CORREIA E KELMER CLÍNICA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.796.616/0001-81, situado à Rua Arthur Gieseler, 639, Velha, Blumenau, CEP 89041-240, neste ato representado pelo sr. Fabrício Correia, CPF sob nº 060.309.256-01 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base nas disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato compreende a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CONSULTAS) PARA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme segue:

Item	Qtde		Unid.	Descrição	Valor R\$	
					Unitário	Total
01	120	Hora		Consulta em Clínica Geral	125,00	15.000,00

1.3 - O presente contrato não obriga o MUNICÍPIO à autorizar ou solicitar sua execução integral (nas quantidades licitadas), sendo solicitadas de acordo com as reais necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2020 do MUNICÍPIO, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

2024 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

33903950 – SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E LABORATORIAIS

1020000 – RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE

3380400 – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O valor total deste contrato corresponde a R\$ 15.000,00, (quinze mil reais), englobando os preços unitários e totais do item(ns) estabelecido(s) na Clausula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 – Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 – Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS PRODUTOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC).

3.2.1 – Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a contratada se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

3.2.2 - Os pagamentos serão realizados mediante depósito bancário através da Conta Corrente nº 992.786-7, Agência nº 0101, Banco 085 – Cedred VIACREDI AILOS, de titularidade da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO CONTRATUAL, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

4.1 - O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de abril de 2020, ou até a total prestação dos serviços licitadas, prevalecendo o que vencer primeiro, podendo ter seu prazo de vigência prorrogado mediante termo aditivo ou ser renovado para exercícios seguintes, conforme artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8666/93.

4.2 - O objeto deste contrato deverá ser prestado no(s) seguinte(s) local(is): unidade de saúde de Doutor Pedrinho na data do dia 18 de fevereiro até 05 de março de 2020, em horário comercial, conforme a demanda dos usuários e a necessidade do MUNICÍPIO, sem prejuízo da possibilidade de alteração destas condições no decorrer do prazo de contratação.

4.3 - O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital de Dispensa de Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado e/ou prestar os serviços previstos por profissional habilitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com pontualidade e boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, e nos locais contratados;
- g) Aceitar que sejam prestados os serviços de forma parcial ou fracionada, conforme necessidade do MUNICÍPIO;
- h) Comunicar ao MUNICÍPIO em 24 horas qualquer alteração no endereço, telefone, e-mail ou Preposto indicado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos serviços prestados no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES:

7.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

7.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

7.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, no limite máximo de 2% (dois por cento) ao dia por dia de atraso ou defeito na prestação dos serviços.

7.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do serviço prestado, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

7.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

8.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

8.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

9.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

10.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho , 18 de fevereiro de 2020.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATADA

FABRÍCIO CORREIA
CORREIA E KELMER CLÍNICA MÉDICA LTDA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 52.912

TICIANE EUGÊNIA LENZI
GESTORA/FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA
WOLLERT

ALLISON DA LUZ

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2016

Publicação Nº 2381309

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2016

Considerando-se o resultado do Pregão Presencial nº 31/2016, mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 056/2016;

Considerando-se que o reajuste independe de previsão contratual, pois trata-se de direito subjetivo do contratado estabelecido pela Constituição Federal em seu Art. 37, inciso XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Considerando-se também a previsão legal no Artigo 40, inciso XI da Lei 8.666/93, determinando que o Edital deverá obrigatoriamente conter os critérios de reajuste:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

...

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Considerando-se que o INPC/IBGE é o índice oficial geralmente utilizado pela Administração Pública Municipal nos contratos administrativos para reajuste;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa

FACE CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA - ME, com sede na Rua Julio Ritscher, 94, Garcia, Blumenau/SC, CEP: 89020-40, sob o CNPJ nº 05.843.257/0001-29, neste ato representada por seu representante legal, Senhor JOÃO B. MARCOS, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O preço hora de que trata o item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 056/2016, firmado em 13/12/2016, fica revisado em 4,49% (INPC acumulado no ano de 2019), na forma deste Termo, passando o valor hora a ser de R\$ 54,26 (cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 056/2016, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, em 10 de fevereiro de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES	JOÃO BATISTA MARCOS
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	CONTRATADO

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO OAB/SC 52.912

Testemunhas:

TICIANE EUGENIA LENZI ARNALDO VICENTE

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 069, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380039

PORTARIA Nº 069, de 28 de fevereiro de 2020.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, IURI DE ARAÚJO ZEFERINO, Matrícula nº 1074, da função de Auxiliar de Serviços Gerais II, admitido em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 131, de 02 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

LEI 1519/2020

Publicação N° 2380487

Lei n°. 1519, de 21 de fevereiro de 2020.

Ratifica a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA e dá outras providências.

Art. 1º- Fica ratificado na íntegra a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de fevereiro de 2020.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3804/2020

Publicação N° 2380427

PORTARIA 3804, de 17 de fevereiro de 2020.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 005/2018, de 06 de setembro de 2018,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do Serviço Público Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário a Senhora CARLA BROCARD, para ocupar temporariamente o cargo de Fisioterapeuta, nível 09-A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2020, ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art.2º. Concede ao servidor Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 17 de fevereiro de 2020.

Walter Kleber kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3805/2020

Publicação Nº 2380430

PORTARIA 3805, de 17 de fevereiro de 2020.
Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Senhora LAURA CRISTINA HECHT, contratada em caráter emergencial no cargo de Médico 20 hs, conforme Portaria n. 3778, de 03 de fevereiro de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 17 de fevereiro de 2020.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3806/2020

Publicação Nº 2380433

PORTARIA 3806, de 17 de fevereiro de 2020.
Concede Progressão por Aperfeiçoamento aos Servidores do Magistério que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º.Concede progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento no percentual de 5%(cinco por cento) sobre o vencimento base aos servidores efetivos abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Nível - Classe
Adriana Aparecida Maciel	Professor	03-B para 03-C
Elisiane de Lima de Oliveira	Professor	03-A para 03-B
Laura Taiza Vettori	Professor	03-A para 03-B
Maria Helena Dahmer Olivo	Professor	03-A para 03-B
Marta Ana Schmidt	Professor	03-A para 03-B
Tamara Rizzotto Favaro	Professor	03-A para 03-B

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 17 de fevereiro de 2020.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3807/2020

Publicação Nº 2380434

PORTARIA 3807, de 17 de fevereiro de 2020.
Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017 do Concurso Público Municipal n. 002/2017,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso EDELIR FÁTIMA DEITOS, brasileira, divorciada, nascida em 02 de julho de 1973, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil, nível 02 – A, do Magistério Público Municipal, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos de R\$ 1.310,66 (Um mil e trezentos e dez reais e sessenta seis centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 17 de fevereiro de 2020
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3808/2020

Publicação N° 2380463

PORTARIA 3808, de 17 de fevereiro de 2020.
Exonera Servidor e Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido a Senhora TAYNA ANDOLFATTO, do cargo de provimento efetivo de Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil, nível 02-A, matrícula n.1289, nomeada pela Portaria n. 3779, de 03 de fevereiro de 2020, lotada no Quadro de Pessoal do Município, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 17 de fevereiro de 2020.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3809/2020

Publicação N° 2380465

PORTARIA 3809, de 21 de fevereiro de 2020.
Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 021/2009, de 07 de maio de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017 do Concurso Público Municipal n. 002/2017,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso CRISTINA PICCOLI, brasileira, solteira, nascida em 26 de junho de 1984, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil, nível 02 – A, do Magistério Público Municipal, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos de R\$ 1.310,66 (Um mil e trezentos e dez reais e sessenta seis centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 21 de fevereiro de 2020
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3810/2020

Publicação Nº 2380467

PORTARIA 3810, de 27 de fevereiro de 2020.
Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR o Senhor ALDUIR ANTONIO MOCELIN, do cargo comissionado de Secretário de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeado pela Portaria nº 2705, de 02 de janeiro de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 27 de fevereiro de 2020.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 3811/2020

Publicação Nº 2380474

PORTARIA 3811, de 27 de fevereiro de 2020.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a Senhora ELIANE MANGOLT, contratada temporariamente no cargo de Agente de Serviços Gerais II, conforme Portaria n. 3551, de 11 de outubro de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 27 de fevereiro de 2020.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0020/2020

Publicação N° 2380084

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0020/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAXINAL LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a Serviços Especializados em Laboratório Clínico para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Faxinal dos Guedes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.1 - O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ 73.174,52 (setenta e três mil cento e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), divididos em parcelas, mensais, iguais e consecutivas, pagáveis conforme Decreto n. 0001/2020, Anexos I e II, datado de 02/01/2020, do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 05 de fevereiro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0021/2020

Publicação N° 2380087

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0021/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: VITORAZZI & ALVES LTDA - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE CAPOEIRA ANGOLA a serem prestadas diretamente pela contratada, incluindo material, mão-de-obra e palestras.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.1 - O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ 74,00 (setenta e quatro reais) por hora/aula, pagáveis conforme Decreto n. 0001/2020, Anexos I e II, datado de 02/01/2020, do mês subsequente após a realização do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 28 de janeiro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0022/2020

Publicação Nº 2380089

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0022/2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: ZELCIR PEDRO PIAIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE AULAS DE MÚSICA a serem prestadas diretamente pela contratada, incluindo material, mão-de-obra e palestras.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.1 - O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) por hora/aula, pagáveis conforme Decreto n. 0001/2020, Anexos I e II, datado de 02/01/2020, do mês subsequente após a realização do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 28 de janeiro de 2020.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0023/2020

Publicação Nº 2380090

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0023/2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: LILIANA KATZER SPRICIGO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE AULAS DE INFORMÁTICA a serem prestadas diretamente pela contratada, incluindo material, mão-de-obra e palestras.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.1 - O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ 51,50 (cinquenta e um reais e cinquenta centavos) por hora/aula, pagáveis conforme Decreto n. 0001/2020, Anexos I e II, datado de 02/01/2020, do mês subsequente após a realização do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 28 de janeiro de 2020.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO 0055/2019

Publicação Nº 2380092

TERMO ADITIVO N. 02 AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0055/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: SIVIERO DIESEL LTDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Reduzir o valor de R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos), para o novo valor de R\$ 3,34 (três reais e trinta e quatro centavos) por litro de Óleo Diesel S10, em decorrência da redução em R\$ 0,03 (zero virgula zero três centavos)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Originário, Termo Aditivo n. 01 e com o Termo Aditivo n. 02, permanecem em pleno vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo n. 04, em quatro (4) vias de igual teor e forma, os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 28 de janeiro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4895/2020

Publicação Nº 2379897

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4895, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2020 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SILVIO FOSSATTI, Prefeito Municipal em Exercício de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida Lei Municipal N.º 756, de 26 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

ENTIDADE: 1 – MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO	
04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 1.011 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS/EDUCAÇÃO	
(149) 4.4.90.00.00.00.00.0162– Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 0162 – Outros Recursos do Fundo Nacional	R\$100.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de: R100.000,00 (cem mil reais) da Fonte de Recurso: 0162.

Art. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 27 de Fevereiro de 2020.

SILVIO FOSSATTI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4897/2020

Publicação Nº 2380478

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4897, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Silvio Fossatti, Prefeito Municipal de Formosa do Sul em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e,

Considerando a conclusão de todas as fases decorrentes da execução do Concurso Público n.º 001/2019;

Considerando exauridas as possibilidades de interposição de recursos administrativos em face de decisões e de resultados, que receberam ampla publicidade;

Considerando que todos os atos, inclusive resultados e procedimentos, receberam ampla divulgação, com prazos para a manifestação dos interessados, segundo consta no Edital n.º 001/2019, disciplinador do Concurso Público;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Concurso Público n.º 001/2019, em todos os cargos contemplados no Edital n.º 001, conforme consta dos quadros seguintes:

Cargo 01: Enfermeiro			
NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
RAFAEL MATOS DA ROSA	53001454324-4	70,00	1
NICKOLLI HANNY THOMA SANTOS	53001456564-4	65,00	2
MONICA PELEGRINI	53001426719-1	62,50	3
SUELYN PAULA GUARNIERI MARAFON	53001428028-1	60,00	4
DEBORA ROSSARI	53001483179-0	52,50	5
THAYS CAROLINA ALVES BUKOVSKI	53001459795-2	50,00	6

Cargo 02: Engenheiro Civil

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ISMAEL BRUSTOLIN	53002437756-0	72,50	1
DANIEL WILK JUNIOR	53002481709-8	70,00	2
MARCOS ANTONIO MIORELLI	53002413113-7	70,00	3
MAUMILENE PICCINI DEVISE	53002444621-4	70,00	4
ALANA KAROLYNE DAMETTO DOS SANTOS	53002448775-8	70,00	5
JONATHAN GABRIEL CABRAL MUNIZ	53002489794-2	67,50	6
LEONARDO PEREIRA DOS SANTOS BERLANDA	53002457099-2	62,50	7
MARINA MUGNOL	53002445316-0	57,50	8
ALESSANDRA KAVALEK PERETTO	53002407697-9	55,00	9
MARCOS DEVENS	53002442296-0	55,00	10
LUÍS HENRIQUE HILLESHEIM	53002444416-1	55,00	11
DARLIS DEVISE	53002418561-9	52,50	12
DIANCARLA SORDI	53002407974-4	52,50	13
RONALDO CASAGRANDE	53002412942-3	50,00	14

Cargo 03: Médico

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
MARCOS MASSAKI OTA	53003442358-8	62,50	1
TATIANE COMUNELLO	53003452639-9	52,50	2
RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ	53003419869-0	50,00	3

Cargo 04: Médico Veterinário

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
CAIANE TASCA	53004411502-2	90,00	1
JEAN CARLOS DESCHAMPS	53004461671-4	80,00	2
DEMETRIUS CANSIAN BALDISSARELLI	53004420705-6	67,50	3
SULIVAN LUIZ ZAGANIN	53004450745-5	65,00	4
KELI CRISTINA CORBELLINI OLTRAMARI	53004482919-4	62,50	5
GABRIEL SARTOR	53004489815-1	60,00	6
INGRIDI FERNANDA DE BONA	53004440861-3	57,50	7
YASMIN VENTURI CANI	53004436320-7	55,00	8
FELIPE LAZARIN	53004416196-9	55,00	9
JAQUELINE DE CARLI	53004423072-1	50,00	10

Cargo 05: Nutricionista

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
MORGANA DALLA LÍBERA	53005406939-6	70,00	1
PATRICIA THOMAZI	53005419451-0	65,00	2
FERNANDA SIMONATO	53005420372-8	60,00	3
MAIARA ZILIOOTTO	53005446759-0	60,00	4
CLAUDINE DULLIUS	53005453702-5	57,50	5
ELIZABETH ROSSI MÂNICA	53005460425-6	55,00	6
MARILIA CREMONINI	53005455076-4	55,00	7
GABRIELA CAROLINE ROVEA COSTA MOREIRA	53005437018-7	52,50	8
BRUNA CANBRUZZI	53005444800-3	50,00	9
MARCOS ANTONIO PAVAO	53005411872-5	50,00	10

Cargo 06: Psicólogo

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ÉBRISPA PAOLA BREDI	53006409576-2	75,00	1
GABRIELA POLLI	53006411639-1	70,00	2
ROSEVANI JAQUELINE ZATTERA	53006407194-7	65,00	3
FLAVIA PAULA WERNER	53006444154-7	62,50	4
SUZANA MARIA WIECZYNSKI BERTON	53006410907-2	60,00	5
ANA LUIZA FOREST	53006449517-5	60,00	6
SIRINEU HAMEISTER	53006444575-2	55,00	7
MAYARA CRISTINA PISTORI	53006442992-5	55,00	8
MIKELI MALAQUIAS BERTOLETI	53006444505-5	52,50	9

Cargo 07: Assistente Contábil

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
DEYVIS JUNIOR DELAZERI	53007435790-8	52,50	1

Cargo 08: Agente Comunitário de Saúde – Microárea 01

Não houve candidato aprovado.

Cargo 09: Agente Comunitário de Saúde – Microárea 02

Não houve candidato aprovado.

Cargo 10: Agente Comunitário de Saúde – Microárea 03

Não houve candidato aprovado.

Cargo 11: Agente Comunitário de Saúde – Microárea 06

Não houve candidato aprovado.

Cargo 12: Agente de Combate a Endemias

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
MICHELI CRISTINA DAL BELLO	53012487403-7	50,00	1

Cargo 13: Auxiliar em Saúde Bucal

Não houve candidato aprovado.

Cargo 14: Professor de Educação Infantil

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	53014458964-0	73,00	1
ANA CARLA COMUNELLO TRESSOLDI	53014411332-5	70,25	2
DANIELI MULLER	53014445681-0	69,75	3
KATIANE CIMA LUNKES	53014442411-9	67,50	4
CLAUDIA APARECIDA BRUSTOLIN HELLSTROM	53014450450-4	67,25	5
CLAUDIA KELLY ENDERLE	53014432450-6	65,25	6
ADRIANA APARECIDA PAVEUKIEWICZ	53014449892-8	61,75	7
DANIELA BIENERT	53014427879-8	58,75	8
LILIAM FURLANETTO	53014411617-0	58,25	9
MICHELE CRISTIAN MASCHIO CHITOLINA	53014459365-2	58,25	10
GLAUCIA ZIMMERMANN	53014428549-8	57,50	11
SIMONE APARECIDA MACHADO PELISSÁRI	53014445331-7	57,25	12
EDINEIA FONCECA GONCALVES	53014453914-7	56,25	13
ARLETE BREGALDA	53014438577-8	54,50	14
LORENI SUTIL DA TRINDADE ZANCHET	53014436609-5	53,00	15
LUCIANA KUHLE	53014453096-7	51,75	16
CHAIANE KUHLE	53014422330-7	50,00	17
ROSÂNGELA DE CARVALHO	53014436097-5	49,50	18
FRANCIELI NOGUEIRA DE COSTA	53014448525-2	49,50	19
ANA PAULA BOTTEGA	53014413596-1	45,00	20

Cargo 15: Professor de Ensino Fundamental

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
FRANCIELE REGINA SASSO	53015420889-5	74,25	1
MARCIANE LUNKES	53015444546-7	72,00	2
NILENE CARMEN MALACARNE SAVOLDI	53015458674-0	67,00	3
ADILES TEREZINHA OSTROWSKI	53015448824-8	65,75	4
CRISTIANA ASSIS CORREIA DAL SANTO	53015459011-3	65,25	5
ALEX SANDRA TAÍS DOCIATTI	53015444212-0	63,00	6
CLEONICE MARQUES GRIS	53015445233-3	62,75	7
GRACIELA CAUZ CASAGRANDE	53015442348-0	61,00	8
ELIZÉTE BOTTIN CARVALHO	53015437158-0	60,75	9
JÉSSICA LUANA CASAGRANDE	53015444398-3	60,75	10
ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	53015444389-5	54,75	11
ELIS PAULA BOITO	53015411091-6	54,00	12
ELENI ANA DECONTO PAZINATTO	53015425064-2	50,25	13
DILEMA GIMENEZ	53015414962-6	49,75	14
MERIDIANE VALLER	53015429070-6	47,25	15
JULIANA RITA CORREA MACEIESKI	53015447587-9	47,00	16

Cargo 16: Auxiliar Administrativo

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
------	-----------	------	---------------

ALEXSANDRO STOCCO	53016435376-1	87,50	1
ANDERSON MEUS ALDERETE	53016486295-4	87,50	2
VERONICA LAPETINA MIGUEL	53016436769-9	82,50	3
VANUSA MASCHIO	53016423802-2	82,50	4
ANDREIA DE SOUZA SBAMPATO MALLAGOLINI	53016440755-8	82,50	5
DANIELI MULLER	53016444891-3	82,50	6
GIANE LUCI PANTANO CECCHIN	53016424188-3	80,00	7
SIMONE COZER	53016450823-6	80,00	8
NIVALDO PEREGO	53016410837-2	77,50	9
LARISSA TUBIN	53016437487-0	75,00	10
BENHUR COSTARELLI PAIVA	53016487970-5	75,00	11
ADRIANE SCHMIDT	53016420217-8	75,00	12
FABIANO BORGES DE PAULA	53016444717-0	72,50	13
MOACIR RAUBER	53016433581-1	67,50	14
ROSANE MENON	53016419495-0	65,00	15
LUANA CAROLINE WILKOSZ	53016447495-3	65,00	16
MONICA TAIS PAVAO	53016409554-9	62,50	17
ARIEL LUCAS VIAN	53016420261-9	62,50	18
MARISA PASQUALIN MORETTO	53016428364-7	60,00	19
JUCIANE CAROL	53016438825-6	60,00	20
BLANDA VAZ DE OLIVEIRA	53016435259-8	57,50	21
ANGELA THOMASINI MENON	53016411835-9	57,50	22
VANIR FATIMA CIMA	53016444116-7	57,50	23
MARLON BORGES	53016422377-7	55,00	24
DANIELA LAZZAROTTO BATTAGLIA	53016458887-6	55,00	25
ALCIONEI ANTONIO ZEMBRUSKI	53016438503-8	52,50	26
ESTELA REGINA KUMER	53016411410-3	50,00	27
INES TALASCA SZCZEPANSKI	53016435637-0	50,00	28
VANESSA SMIDERLE	53016459086-4	50,00	29
FERNANDA MARLI PAVAO	53016441607-6	50,00	30

Cargo 17: Auxiliar de Borracharia e Lavagem

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
RAFAEL CECCHIN	53017420719-8	85,00	1
DANIEL MENON DE MATOS	53017427635-1	66,30	2

Cargo 18: Auxiliar de serviços Gerais

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
JHANDRÉ DEMARCHI	53018437851-1	72,50	1
CLEUGENIA TICHZ VARIANI	53018422378-4	70,00	2
CLEICIANE DANIEL	53018486310-3	65,00	3
FRANCIELE RECH	53018427238-6	62,50	4
SAMARA REGINA ASSOLINI MILAN	53018429967-4	62,50	5
SALETE RODRIGUES DE MELO	53018456689-6	57,50	6
ARLETE BREGALDA	53018438586-0	57,50	7

Cargo 19: Motorista

NOME	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ANDREI BERTUZZI	53019448105-5	80,00	1
SILVANO MARCOS SACHET	53019438109-0	75,00	2
IZAQUE BREGALDA	53019442467-8	62,50	3
CRISTIANO BALDISSERA SARETTO	53019451233-8	55,00	4
DALVAN DE CESARO	53019433436-4	52,50	5

Art. 2º Não houve inscritos na condição de Portadores de Necessidades Especiais – PNE – e as vagas previstas para a concorrência nessa condição, já convertidas à concorrência geral.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul – SC, em 28 de fevereiro de 2020.

SILVIO FOSSATTI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE CONTRATO N° 25/2020

Publicação N° 2380054

EXTRATO CONTRATUAL N° 25/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MUSICA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS NO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CENTRO DOS IDOSOS

CONTRATADO: DAIANE FRIGO 06128456995

VALOR: R\$ 11.025,00 (onze mil e vinte e cinco reais)

Vigência: Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Processo Administrativo N°.: 17/2020

Convite p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020

Formosa Do Sul, 27 de Fevereiro de 2020

SILVIO FOSSATTI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONTRATO N° 26/2020

Publicação N° 2380057

EXTRATO CONTRATUAL N° 26/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MUSICA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS NO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CENTRO DOS IDOSOS

CONTRATADO: RONALDO LUIZ LUNEDO 08996787930

VALOR: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)

Vigência: Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Processo Administrativo N°.: 17/2020

Convite p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020

Formosa Do Sul, 27 de Fevereiro de 2020

SILVIO FOSSATTI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONTRATO N° 27/2020

Publicação N° 2380062

EXTRATO CONTRATUAL N° 27/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MUSICA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS NO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CENTRO DOS IDOSOS

CONTRATADO: LUANA MARIA PANDOLFI LIMA 07058219940

VALOR: R\$ 10.215,00 (dez mil duzentos e quinze reais)

Vigência: Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Processo Administrativo N°.: 17/2020

Convite p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020

Formosa Do Sul, 27 de Fevereiro de 2020

SILVIO FOSSATTI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONTRATO N° 28/2020

Publicação N° 2380063

EXTRATO CONTRATUAL N° 28/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MUSICA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS NO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CENTRO DOS IDOSOS

CONTRATADO: JOSE SERGIO FARIAS 69079609900

VALOR: R\$ 15.300,00 (quinze mil trezentos reais)

Vigência: Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Processo Administrativo N°.: 17/2020

Convite p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020

Formosa Do Sul, 27 de Fevereiro de 2020
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE CONTRATO N° 29/2020

Publicação N° 2380066

EXTRATO CONTRATUAL N° 29/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MUSICA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS NO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CENTRO DOS IDOSOS
CONTRATADO: GILVANE ALVES FERREIRA 08906626908
VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência: Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação: Processo Administrativo N°.: 17/2020
Convite p/ Compras e Serviços N°.: 1/2020

Formosa Do Sul, 27 de Fevereiro de 2020
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Forquilha

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº. 21/FMS/2018 - ERRATA

Publicação Nº 2379791

CREENCIAMENTO Nº. 21/FMS/2018
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, alterar cláusula do Processo nº. 21/FMS/2018 para credenciamento e habilitação de interessados com objetivo de prestar serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC.

CONSIDERANDO o memorando interno do Secretário de Saúde, na figura do Sr. Fabrício Ferreira, solicitando um acréscimo de 15% (quinze por cento) ao valor empregado pelo município para prestação dos serviços, com base nos valores unitários da Tabela SUS. O objetivo é ampliar o fornecimento de exames nas Unidades Básicas de Saúde considerando a demanda existente em consonância com o recebimento de recursos advindos do MAC (15). Segue alteração da Cláusula Sexta da Minuta Contratual do referido credenciamento:

Onde se lê: O valor do serviço prestado será o mesmo praticado na Tabela SUS, limitado ao valor global de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) por ano, distribuído entre os credenciados.

Leia-se: O valor do serviço prestado será o mesmo praticado na Tabela SUS, limitado ao valor global de R\$ 402.500,00 (quatrocentos e dois mil e quinhentos reais) por ano, distribuído entre os credenciados.

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 11/2020

Publicação Nº 2380003

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 11/2020

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 24/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para ampliação e reforma do Espaço Educacional, localizado no Paço Municipal, situado na Avenida 25 de Julho, Bairro Centro, com área total de 629,66 m², afim atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 49.265,44 (quarenta e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) ao Contrato nº. 24/PMF/2019.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 21 de fevereiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AP20PMF02

Publicação Nº 2381323

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contrato nº ...: CT16PMF88.

Processo nº ...: 9/2016.

Contratada....: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

CNPJ/CPF.....: 82.988.858/0003-32.

Objeto do Apostilamento: REAJUSTE CONFORME INPC ACUMULADO AO MÊS 01/2020 DE 4,30%

ITEM-UNID-PREÇO ANTERIOR-PREÇO ATUAL: 1-KM/H-3,48-3,63; 2-KM/H-3,32-3,46.

FRAIBURGO, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

AP20PMF03

Publicação Nº 2381325

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Contrato nº ...: CT16PMF23.

Processo nº ...: 34/2016.

Contratada....: TRANSVICENTE SERVIÇOS DE TRANSPORTES EIRELI

CNPJ/CPF.....: 17.716.942/0001-73.

Objeto do Apostilamento: REAJUSTE CONFORME INPC ACUMULADO AO MÊS 01/2020 DE 4,30%

ITEM-UNID-PREÇO ANTERIOR-PREÇO ATUAL: 1-KM/H-2,95-3,08.

FRAIBURGO, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS – PREFEITA MUNICIPAL.

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006_2020-PMF - BALESTRIN

Publicação Nº 2381272

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2020 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0040/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Locação de imóvel na Rua Arnoldo Frey, quadra 29, lote 0001 e 0002 no Centro de Fraiburgo, imóvel utilizado para confecção e armazenamento de materiais de decoração para as festividades do município. Locador: BALESTRIN IMÓVEIS LTDA, inscrito no CNPJ de nº 82.160.235/0001-05. Valor Mensal da Locação: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Vigência: 01/03/2020 a 28/02/2021; Fundamento legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93; Justificativa: Imóvel destinado ao atendimento do Departamento de Cultura do Município, localizado no centro da cidade e preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliações prévias.

Fraiburgo(SC), 28 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE REGOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001_2020 - PMF

Publicação Nº 2381326

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2020 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0033/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do processo administrativo licitatório em epígrafe, cujo objeto era Aquisição de Patrulha Mecanizada para o Município de Fraiburgo, através dos Convênios Mapa – Plataforma Brasil Nº 892339/2019; Mapa – Plataforma Brasil Nº 894300/2019 e Mapa – Plataforma Brasil Nº 889982/2019, conforme especificações constantes no ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA do Edital, estando tais motivos devidamente fundamentados na Decisão constante do referido Processo, com base no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmulas do Supremo Tribunal Federal.

Fraiburgo(SC), 28 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002_2020-PMF

Publicação Nº 2381328

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2020 – PMF
Processo Administrativo Licitatório nº 0041/2020 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada para o Município de Fraiburgo, através dos Convênios Mapa – Plataforma Brasil Nº 892339/2019; Mapa – Plataforma Brasil Nº 894300/2019 e Mapa – Plataforma Brasil Nº 889982/2019, conforme especificações constantes no ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA do Edital. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 15:30 horas do dia 02.03.2020 até as 12:00 horas do dia 16.03.2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 15:15 horas do dia 16.03.2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:30 horas do dia 16.03.2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: www.bll.org.br. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 28 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

PORTARIA 06042020

Publicação Nº 2381287

PORTARIA Nº 0604, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
Retifica e Ratifica a Portaria nº 0599/2020

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 0599 de 27 de fevereiro de 2020, que contratou a servidora KATIA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 004.927.219-55, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, sendo que o período é de 03 de março de 2020 até 31 de março de 2020.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0599 de 27 de fevereiro de 2019.

Fraiburgo, 28 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 06052020

Publicação Nº 2381288

PORTARIA Nº 0605, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
Retifica e Ratifica a Portaria nº 0065/2020

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o artigo 1º da portaria nº 0065 de 16 de janeiro de 2020, que ampliou a carga horária da servidora FABIANE PETRY, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 015.876.089-10, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, sendo que a carga horária correta de ampliação são 27 (vinte e sete) horas semanais.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0065 de 16 de janeiro de 2019.

Fraiburgo, 28 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001_2020 -PMF DOM

Publicação Nº 2381289

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2020 – PMF

A Prefeita Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Concessão de direito real gratuito de uso de bens públicos para fins industriais, houve a participação das empresas: — RETECH MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA — VARELA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA — ELIZEO E CRISTIANO MÓVEIS LTDA ME — CIDIMAR DA ROSA ME — ESQUADRIAS SANTA MONICA EIRELI e SLM TRANSPORTES LTDA ME, a qual pela apresentação regular da documentação de acordo com o item 4 do Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, cumprindo de forma plena a todas as exigências de HABILITAÇÃO. Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das “PROPOSTAS” das empresas habilitadas. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 050 - 2020

Publicação Nº 2381243

DECRETO Nº 050, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0001, DE 22 DE JANEIRO DE 2020, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0001, de 22 de janeiro de 2020, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição, para a realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0001/2020, no seguinte dia, local e horário:

I – CÓDIGO 1 – OPERADOR DE ETA/ETE:

Data: 03/03/2020 (terça-feira)

Horário: 13:30hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local: Estação de Tratamento de Água da Sanefrai – Rua Juscelino Kubitschek, n. 170, Santo Antonio, Fraiburgo, SC..

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº **3068** e **02/03/2020**, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempepe

Cargo: **Operador de ETA/ETE** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de ETA/ETE**

Crítérios de Desempepe

1° 2° 3° 4° 5°

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	25	YAN LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	13,00	0,00	10	0	0	NÃO	21/02/1995
2	21	ALEX LUAN RIBEIRO RODRIGUES	10,00	0,00	10	0	1	NÃO	11/02/2000
3	2	PETERSON PATRICK LORENO DA ROSA	10,00	0,00	6	0	0	NÃO	04/12/1985
4	12	LUCIANO DIAS	9,00	0,00	2	0	0	NÃO	08/01/1989
5	36	GIZELE APARECIDA GOMES	9,00	0,00	0	0	1	NÃO	09/12/1989
6	34	NEURI ANTONIO DIDOMENICO	9,00	0,00	0	0	0	NÃO	18/08/1987
7	20	ADEMIR CAVALHEIRO	7,00	0,00	2	0	1	NÃO	10/09/1975
8	27	MOISÉS OSSOSKI KUNEN	7,00	0,00	2	0	0	NÃO	12/05/1999
9	30	NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA	6,00	0,00	2	1	2	NÃO	29/06/1985
10	28	JONATHAN LUIZ ALVES	5,00	0,00	4	0	0	NÃO	10/02/1996
11	4	DEJAIR CONSTANTE RIBEIRO	5,00	0,00	0	1	2	NÃO	08/10/1973
12	13	DENIS DIAS	5,00	0,00	0	0	2	NÃO	11/10/1978
13	9	CLEONICE FRANCIONE	5,00	0,00	0	0	2	NÃO	30/09/1980
14	8	ANDERSON MELO DE GODOI	5,00	0,00	0	0	2	NÃO	06/09/1984
15	39	SIMONE VIEIRA	5,00	0,00	0	0	2	NÃO	19/07/1989
16	15	JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA	5,00	0,00	0	0	2	NÃO	03/04/1990
17	19	MIGUEL DIAS	5,00	0,00	0	0	0	NÃO	20/11/1985
18	24	ALUIR FRANCISCO DE GOIS	5,00	0,00	0	0	0	NÃO	09/10/1987
19	38	JEFFERSON JULIANO MACHADO CARLIM	5,00	0,00	0	0	0	NÃO	16/02/1988
20	32	BRUNO CORDEIRO DIAS MACHADO	4,00	0,00	0	0	0	NÃO	28/03/1990
21	7	KATIA SOUZA	3,00	0,00	2	0	2	NÃO	24/06/1981
22	22	DENILSON AMARAL DE ALMEIDA	3,00	0,00	2	0	0	NÃO	18/06/1970

23	6	ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAÚJO	3,00	0,00	0	0	0	NÃO	19/11/1966
24	35	DIEGO MENDES DOS SANTOS	2,00	0,00	2	0	0	NÃO	11/08/1990
25	16	ÉRIKA TESSARO	2,00	0,00	0	0	1	NÃO	14/06/1996
26	29	ADEMILSON SCHIZZI	2,00	0,00	0	0	0	NÃO	15/01/1986
27	11	ANGELO JOSE ZARNELLI	1,00	0,00	0	0	2	NÃO	29/07/1981
28	14	GÉSSICA RUFINO BARBOSA	1,00	0,00	0	0	2	NÃO	07/01/1994
29	17	SÉRGIO DOS SANTOS	1,00	0,00	0	0	1	NÃO	01/09/1970
30	3	LEONARDO FELISBERTO NUNES	1,00	0,00	0	0	1	NÃO	08/10/1982
31	1	JUCELI FAGUNDES DE ALMEIDA	1,00	0,00	0	0	1	NÃO	16/12/1986
32	37	EMANUELA ALICE RIBEIRO RODRIGUES	1,00	0,00	0	0	1	NÃO	10/02/1992
33	33	CLENILTON RAMOS ALVES	1,00	0,00	0	0	0	NÃO	18/09/1972
34	10	ANGELITA DE GOES OLIVEIRA	0,00	0,00	0	0	3	NÃO	15/06/1984
35	26	BRUNA PEPES	0,00	0,00	0	0	2	NÃO	30/09/1997
36	5	MAX ULLIAM CORREA PEREIRA	0,00	0,00	0	0	1	NÃO	23/01/1989
37	31	ISAC FERREIRA	0,00	0,00	0	0	1	NÃO	08/12/1992
38	23	JONATHAN FUSIEGER	0,00	0,00	0	0	0	NÃO	11/11/1992
39	18	ELIETE PRESTES PIRES	0,00	0,00	0	0	0	NÃO	15/03/1993

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE012/2020

Publicação N° 2380137

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2020
PROCESSO N° 004/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de Preço, para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 12/03/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 12/03/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 28 de fevereiro de 2020.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°014/2020

Publicação N° 2382375

EXTRATO DE CONTRATO 014/2020
PMG

PROCESSO N°: 003/2020; MODALIDADE: CV01/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NCL PACIMENTAÇÃO LTDA ME ; CNPJ N° 06.346.667/0001-15; OBJETO: OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA ILHA DO FAIAL . VALOR R\$173.785,36 DATA DA ASSINATURA: 28/02/2020.

EXTRATO DE CONTRATO N°015/2020

Publicação N° 2382426

EXTRATO DE CONTRATO 015/2020
PMG

PROCESSO N°: 009/2020; MODALIDADE: CV03/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: VANIO GRAMAS E URBANIZAÇÕES EIRELI ; CNPJ N° 11.002.519/0001-25; OBJETO: OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUA LUIZ PAULO GONÇALVES PINTO. VALOR R\$236.865,08 DATA DA ASSINATURA: 28/02/2020.

EXTRATO DE CONTRATO N°016/2020

Publicação N° 2382465

EXTRATO DE CONTRATO 016/2020
PMG

PROCESSO N°: 010/2020; MODALIDADE: CV04/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NCL PACIMENTAÇÃO LTDA ME ; CNPJ N° 06.346.667/0001-15; OBJETO: OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE TRECHO DA ROD. ADILIO INÁCIO ABREU. VALOR R\$265.387,54 DATA DA ASSINATURA: 28/02/2020.

PORTARIA N.º 340/2020.

Publicação N° 2383336

PORTARIA N.º 340, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, VIVIAN SCHRÖTER, CPF n.º ***.***.800-44, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE CONTROLE DE PESSOAL, da Secretaria Municipal de Administração, a

partir de 02/03/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 341/2020.

Publicação Nº 2383337

PORTARIA N.º 341, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, RITCHELY APARECIDA CARDOSO, CPF n.º ***.***.419-77, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR TÉCNICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/03/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 342/2020.

Publicação Nº 2383338

PORTARIA N.º 342, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, EDUARDO PERES FURTADO, CPF n.º ***.***.099-52, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOONÓSES E BEM ESTAR ANIMAL, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/03/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 343/2020.

Publicação N° 2383339

PORTARIA N.º 343, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, CPF n.º ***.***.929-66, das funções comissionadas do cargo de COORDENADOR DE PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/03/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 344/2020.

Publicação N° 2383342

PORTARIA N.º 344, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, RITCHELY APARECIDA CARDOSO, CPF n.º ***.***.419-77, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS da Secretaria Municipal de Saúde, com atribuições de coordenar o atendimento em todas as escalas na Diretoria Administrativa de Planejamento e de Gestão de Pessoas, dos processos de atendimento administrativos, a partir de 03/03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 03/03/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 345/2020.

Publicação N° 2383343

PORTARIA N.º 345, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, EDUARDO PERES FURTADO, CPF n.º ***.***.099-52, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR TÉCNICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA da Secretaria Municipal de Saúde, com atribuições de Dirigir a elaboração de diretrizes e políticas de atendimento na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas no Município, coordenar e sugerir projetos e ações prioritárias para as atividades da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, controlar e fiscalizar procedimentos que promovam o aperfeiçoamento e a integração das ações de saúde necessárias para a eficiência da rede, atuar como instância de articulação e mobilização

entre o pronto atendimento 24 horas e a Secretaria Municipal de Saúde, supervisionar e administrar os serviços e servidores da rede, no tocante a sua jornada de trabalho, efetividade e grau de satisfação do público alvo, desenvolver pesquisas e levantamentos para definir as estratégias de atendimento na rede, coordenar mecanismos para maximizar o detalhamento da informação disponibilizada ao usuário, gerenciar o tempo de espera para o atendimento, visando reduzir números, acompanhar novas normas e legislações pertinentes a que o Município esteja sujeito e assessorar na sua execução, a partir de 03/03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 03/03/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 346/2020.

Publicação Nº 2383344

PORTARIA N.º 346, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, CPF n.º ***.***.929-66, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE CONTROLE DE PESSOAL da Secretaria Municipal de Administração, com atribuições de Realizar as atividades de controle e administração dos serviços de gerenciamento de pessoas, prestar assessoramento na elaboração de políticas e planejamento de pessoal, auxiliar na realização de capacitação e aperfeiçoamento de pessoas, assessorar no desenvolvimento de mecanismos e processos de melhoria da atividade administrativa, auxiliar no controle e administração de prazos e tramites internos, auxiliar na elaboração de relatórios e pareceres internos, analisar as informações dados levantados pelo Diretor Executivo de Gestão de Pessoas, prestar informações e assessorar na fiscalização e atendimentos dos pedidos averiguações e diligências, sugerir e participar de reuniões de planejamento da Diretoria Executiva De Gestão de Pessoas, assessorar na administração dos dados técnicos, prestar assessoria na elaboração do planejamento anual da diretoria de gestão de Pessoas, a partir de 03/03/2020.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 03/03/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 347/2020.

Publicação Nº 2383345

PORTARIA N.º 347, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VIVIAN SCHRÖTER, matrícula n.º 0428, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 02/03/2020.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades da servidora deverão envolver a responsabilidade técnica pela confecção dos Processos de Aposentadoria dos servidores do município.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 02/03/2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE EDITAL RETIFICADO PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2020

Publicação Nº 2381344

AVISO DE EDITAL RETIFICADO

PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2020

PROCESSO Nº 001/2020

O Município de Garopaba, através da Câmara Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 19/02/2020 e suspenso em 28/02/2020, cujo objeto é o registro de preço pretendendo a aquisição de: Notebooks, Computadores de Mesa completos com seus respectivos Monitores, para atender a demanda da Câmara Municipal de Garopaba, conforme quantitativos e especificações mínimas constantes no anexo I – Termo de Referência. Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram prorrogados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue: As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 15h00min do dia 11/03/2020. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 11/03/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital Retificado encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.camaragaropaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 27 de fevereiro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

Presidente

Micheline Aranha de Araujo Luiz

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Presidente da Comissão de Licitação

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 044/2020

Publicação N° 2380067

DECRETO N° 44, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 2173, de 29/10/2019,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 444.600,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos reais) no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.0015.0451.1022.1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas	4490	03.39.02	444.600,00
---	------	----------	------------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o será utilizado recurso proveniente do Superavit Financeiro dos recursos de Outras transferências da união - Cessão Onerosa FEP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 28 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO N° 052/2020

Publicação N° 2380156

PORTARIA N° 052 de 27 de fevereiro de 2020.

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, certidão de óbito nº. 105270 01 55 2020 4 00005 001 0001685 71;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder o retorno ao cargo a servidora pública municipal LENITA LUBAWSKI, ocupante do cargo de Professora Nível III.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos de 18 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 054/2020

Publicação N° 2380158

PORTARIA N° 054 de 27 de fevereiro de 2020.

"Dispõe sobre Autorização de utilização do Ginásio Evandro Nagel suas dependências para 2º Copa Adv Garuva Voleibol."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o § 3º do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a autorização de uso de bem público para atividades ou usos específicos e transitórios;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela Associação Desportiva de Voleibol Garuva, CNPJ 32.301.898/0001-24 à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo;

CONSIDERANDO o posicionamento favorável do Responsável pela Pasta de Esporte e Turismo quanto à procedência do pedido;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR O USO do Ginásio Silvio de Miranda e suas dependências para 2º Copa Adv Garuva Voleibol nos dias 7, 8, 14 e 15 de março com início às 08h00min e término às 21h00min.

Art. 2º - A autorização do uso em questão limita-se ao uso do espaço público e não exime os responsáveis pelo evento da obtenção de eventuais Alvarás de Autorização junto às autoridades competentes necessários à realização do mesmo, não gerando por consequência

qualquer responsabilidade ao Município.

Art. 3º-A autorização ora concedida fica condicionada a assinatura pelo representante legal de termo de compromisso e declaração de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem.

Art. 4º - Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Publique-se no Paço Municipal, comunicando-se o requerente.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 055/2020

Publicação N° 2380070

PORTARIA N° 055 de 28 de fevereiro de 2020.

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA CLEIDE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 001/1998;

CONSIDERANDO, o processo n°. 871/2020
RESOLVE:

Art. 10. – Remover a servidora CLEIDE MAFRA, Matrícula Funcional 6171-9, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, para a sede da Secretaria de Educação e Cultura, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

Art. 20. – Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 056/2020

Publicação N° 2380152

PORTARIA N° 056 de 28 de fevereiro de 2020

“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

CONSIDERANDO, Memorando n°. 811/2020 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Sindicância a abertura de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR, para apurar fatos, citados no processo n° 947/2020.

Art. 2o. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2020

Publicação Nº 2380343

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2020

OBJETO: Aquisição de Container Reefer com instalação - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 16/03/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 28/02/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 9.277, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380202

DECRETO Nº 9.277, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

REVOGA O DECRETO Nº 7.341, DE 26 DE JANEIRO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a alta demanda de serviços na área administrativa, bem como a inexistência de concurso público vigente para convocação de servidores para cargos administrativos,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 7.341, de 26 de janeiro de 2017, que cedeu o servidor UILLIAM RAFAIN DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados III, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ao Poder Legislativo Municipal, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Vereador Dionísio Luis Bertoldi, devendo retornar à Secretaria de origem a partir de 02 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de fevereiro de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

EXTRATO ADITIVO 1 CONTRATO SAF-151/2019

Publicação Nº 2379697

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 CONTRATO Nº SAF-151/2019

Tomada de Preços nº.: 15/2019. OBJETO: acréscimo (R\$ 92.547,00) do contrato para pavimentação e drenagem da Rua Porcínio Luiz da Silva. CONTRATADA: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA (03.453.030/0001-41). CLEVERTON JOÃO BATISTA - Secretário de Planejamento Territorial

EXTRATO CONTRATO Nº SAF-09/2020

Publicação Nº 2380291

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-09/2020

Início da vigência: 18/02/2020 Vencimento: 17/02/2021. Tomada de Preços nº.: 01/2020. Objeto: drenagem da Rua Aleixo Chiminelli. Contratada: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. (79.485.892/0001-18). Valor: R\$ 133.621,24. – Jean Alexandre dos Santos | Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 6.238, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2375726

PORTARIA Nº 6.238, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 08/2019, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR P.J.Q.J.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando nº 11/2020 – PAD 08/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de março de 2020, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2019, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor P.J.Q.J.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de fevereiro de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 127/2020 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 03/2017**

Publicação Nº 2380056

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 127/2020**Concurso Público Edital nº 03/2017**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 03/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
108 071250 RODRIGO LOPES DOS SANTOS	Auxiliar de serviços gerais
109 068240 ARITUZA DA SILVA ARAUJO	Auxiliar de serviços gerais

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do (s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 28 de fevereiro 2020

Paulo Henrique da Silveira Souza

Secretario Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 052/2020 - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE

Publicação Nº 2380403

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2020**AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE**

Aos 27 dias do mês de FEVEREIRO do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa SANEAMENTO PRÉ-MOLDADOS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, estabelecida à Rod. BR 282 – KM 18 – Bela Vista – CEP:88130-000 – Palhoça - SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 06.915.740/0001-34, neste ato representado pelo IVANALDO ASSIS DE ARAUJO, brasileiro, Empresário, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 485.511.399-91, portador(a) do RG n.º 1.574.005, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 11/2020, objeto do Processo 11/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	TUBO DE CONCRETO -20 SIMPLES	UND	400	21,67	8.668,00
02	TUBO DE CONCRETO -30 SIMPLES	UND	400	28,93	11.572,00
03	TUBO DE CONCRETO -40 SIMPLES	UND	400	38,25	15.300,00
04	TUBO DE CONCRETO -50 SIMPLES	UND	225	56,89	12.800,25
05	TUBO DE CONCRETO -60 SIMPLES	UND	300	68,17	20.451,00
06	TUBO DE CONCRETO -80 PA1	UND	225	276,12	62.127,00
07	TUBO DE CONCRETO -80 PA2	UND	225	354,89	79.850,25
08	TUBO DE CONCRETO -100 PA1	UND	225	474,76	106.821,00
09	TUBO DE CONCRETO -100 PA2	UND	225	562,06	126.463,50
10	TUBO DE CONCRETO -120 PA1	UND	150	644,46	96.669,00
11	TUBO DE CONCRETO -120 PA2	UND	150	765,01	114.751,50
12	TUBO DE CONCRETO -150 PA1	UND	38	847,51	32.205,38
13	TUBO DE CONCRETO -150 PA2	UND	38	1.135,90	43.164,20
14	MEIO FIO CONCRETO 100X30X12	UND	2.250	18,44	41.490,00
15	LAJOTA SEXTAVADA 25X25X08 – 35MPA	UND	2.250	37,17	83.632,50

Governador Celso Ramos/SC, 28 de Fevereiro de 2020

SANEAMENTO PRÉ-MOLDADOS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 053/2020 - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE

Publicação Nº 2380404

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020

AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE

Aos 27 dias do mês de FEVEREIRO do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) CONCRETA PRODUTOS CIMENTÍCIOS LTDA, estabelecida à Rod. SC 410 – Nº4846 – Índia – Canelinha – SC – CEP: 88230-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.708.229/0001-55, neste ato representado pelo(a) RAFAEL GRAF, brasileiro(a), Sócio Diretor, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 027.535.319-27, portador(a) do RG n.º 3965474, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 11/2020, objeto do Processo 11/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	TUBO DE CONCRETO -20 SIMPLES	UND	100	22,17	2.217,00
17	TUBO DE CONCRETO -30 SIMPLES	UND	100	29,53	2.953,00
18	TUBO DE CONCRETO -40 SIMPLES	UND	100	38,32	3.832,00
19	TUBO DE CONCRETO -50 SIMPLES	UND	75	57,99	4.349,25
20	TUBO DE CONCRETO -60 SIMPLES	UND	100	68,24	6.824,00
21	TUBO DE CONCRETO -80 PA1	UND	75	275,38	20.653,50
22	TUBO DE CONCRETO -80 PA2	UND	75	353,94	26.545,50
23	TUBO DE CONCRETO -100 PA1	UND	75	473,55	35.516,25
24	TUBO DE CONCRETO -100 PA2	UND	75	560,57	42.042,75
25	TUBO DE CONCRETO -120 PA1	UND	50	642,70	32.135,00
26	TUBO DE CONCRETO -120 PA2	UND	50	762,64	38.132,00
27	TUBO DE CONCRETO -150 PA1	UND	12	845,41	10.144,92
28	TUBO DE CONCRETO -150 PA2	UND	12	1.132,87	13.594,44
29	MEIO FIO CONCRETO 100X30X12	UND	750	18,78	14.085,00
30	LAJOTA SEXTAVADA 25X25X08 – 35MPA	UND	750	37,15	27.862,50

Governador Celso Ramos/SC, 28 de Fevereiro de 2020

CONCRETA PRODUTOS CIMENTICIOS LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 054/2020 - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE**

Publicação Nº 2380406

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020

AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) SANEAMENTO PRE MOLDADOS IND E COM LTDA, estabelecida à Rodovia BR 282 KM 19, S/N, Bela Vista, Palhoça/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 06.915.740/0001-34, neste ato representado pelo(a) Ivaldo Assis de Araujo, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 485.511.399-91, portador(a) do RG nº 1574005, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 11/2020, objeto do Processo 11/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TUBO DE CONCRETO -20 SIMPLES	UND	50	21,67	1.083,50
2	TUBO DE CONCRETO -30 SIMPLES	UND	50	28,93	1.446,50
3	TUBO DE CONCRETO -40 SIMPLES	UND	50	38,25	1.912,50
4	TUBO DE CONCRETO -50 SIMPLES	UND	50	56,89	2.844,50
5	TUBO DE CONCRETO -60 SIMPLES	UND	50	68,17	3.408,50
6	TUBO DE CONCRETO -80 PA1	UND	50	276,12	13.806,00
7	TUBO DE CONCRETO -80 PA2	UND	5	354,89	17.744,50
8	TUBO DE CONCRETO -100 PA1	UND	5	474,76	2.373,80
9	TUBO DE CONCRETO -100 PA2	UND	5	562,06	2.810,30
10	TUBO DE CONCRETO -120 PA1	UND	5	644,46	3.222,30
11	TUBO DE CONCRETO -120 PA2	UND	5	765,01	3.825,05
12	TUBO DE CONCRETO -150 PA1	UND	5	847,51	4.237,55
13	TUBO DE CONCRETO -150 PA2	UND	5	1.135,90	5.679,50
14	MEIO FIO CONCRETO 100X30X12	UND	1.000	18,44	18.440,00
15	LAJOTA SEXTAVADA 25X25X08 – 35MPA	UND	1.000	37,17	37.170,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de fevereiro de 2020.

SANEAMENTO PRE MOLDADOS IND E COM LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 055/2020 - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE

Publicação Nº 2380408

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2020

AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2020 no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) CONCRETA PRODUTOS CIMENTICIOS LTDA, estabelecida à Rod. SC 410 – Nº4846 – Indía – Canelinha – SC – CEP: 88230-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.708.229/0001-55, neste ato representado pelo(a) RAFAEL GRAF, brasileiro(a), Sócio Diretor, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 027.535.319-27, portador(a) do RG n.º 3965474, para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E OUTROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO INCLUINDO A SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 11/2020, objeto do Processo 11/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	TUBO DE CONCRETO -20 SIMPLES	UND	10	22,17	221,70
17	TUBO DE CONCRETO -30 SIMPLES	UND	10	29,53	295,30
18	TUBO DE CONCRETO -40 SIMPLES	UND	10	38,32	383,20
19	TUBO DE CONCRETO -50 SIMPLES	UND	10	57,99	579,90
20	TUBO DE CONCRETO -60 SIMPLES	UND	10	68,24	682,40
21	TUBO DE CONCRETO -80 PA1	UND	10	275,38	2.753,80
22	TUBO DE CONCRETO -80 PA2	UND	10	353,94	3.539,40
23	TUBO DE CONCRETO -100 PA1	UND	1	473,55	473,55
24	TUBO DE CONCRETO -100 PA2	UND	1	560,57	560,57
25	TUBO DE CONCRETO -120 PA1	UND	1	642,70	642,70
26	TUBO DE CONCRETO -120 PA2	UND	1	762,64	762,64
27	TUBO DE CONCRETO -150 PA1	UND	1	845,41	845,41
28	TUBO DE CONCRETO -150 PA2	UND	1	1.132,87	1.132,87
29	MEIO FIO CONCRETO 100X30X12	UND	200	18,78	3.756,00
30	LAJOTA SEXTAVADA 25X25X08 – 35MPA	UND	200	37,15	7.430,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de Fevereiro de 2020

CONCRETA PRODUTOS CIMENTICIOS LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 056/2020 - AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Publicação Nº 2381306

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2020

AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 28 dias do mês de Fevereiro do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano

Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) M.C.DALABONA PAPELARIA LTDA, estabelecida à Rua Arthur Tambosi – nº 106 – CIC – Curitiba/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 24.972.018/0001-13, neste ato representado pelo(a) KLEBER DE MOURA DALABONA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 006.368.929-48, portador(a) do RG nº 7678801-4, para AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 02/2020, objeto do Processo 02/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	RÉGUA 30cm em poliestireno cristal, impressa através de serigrafia por cura ultravioleta, com tintas livres de solvente e atóxicas, impressão das escalas com divisão em milímetros, detalhes a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro na cor preta, devendo trazer também a marca do fabricante em seu corpo. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas ou serem facilmente removidas. O produto acabado deve apresentar as seguintes dimensões mínimas: a maior espessura deve ter 1,6mm e a menor, na ponta do chanfro, deve apresentar 0,8mm, comprimento com 310 mm e largura 24,5mm. O produto deve ser certificado junto ao INMETRO;	UND	900	4,19	3.771,00
02	LÁPIS DE COR no formato triangular ou sextavado. Estojo contendo 12 lápis inteiros em cores sortidas, sendo 1 cor metálica prata e 1 cor rosa cítrica, com as superfícies pintadas com as cores das minas, com tintas atóxicas, todos apontados. Composição: madeira plantada, pigmentos, aglutinantes, carga inerte e ceras. Especificação das minas, coloridas, cítricas e metálicas: minas coloridas em cores limpas e resistentes à luz, produzidas com matérias primas atóxicas, com traço nítido e uniforme. Apresenta resistência suficiente para suportar a pressão normal de uso. Mina colorida, reta e inteiriça. Diâmetro de 3,3 mm e comprimento 175 mm. Produto com certificação nbr 15236 – segurança de artigos escolares. NBR 15795 – lápis requisitos de desempenho portaria INMETRO 481 - requisitos de avaliação de conformidade para artigos escolares e serflor - sistema estadual de reposição florestal. Estojos em cartão envernizado, contendo 12 unidades em cores sortidas. Apresentar junto com a proposta de preços ficha técnica contendo todas as informações do produto; Apresentar Amostra	CXA	4.050	12,80	51.840,00
03	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro anti-asfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes. Ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca, modelo, medida da ponta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo, escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores; Caixa com 50 unidades. Apresentar amostra	CXA	30	80,59	2.417,70
04	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro anti-asfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes. Ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca, modelo, medida da ponta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo, escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores; Caixa com 50 unidades Apresentar amostra	CXA	30	80,59	2.417,70
05	BORRACHA PLÁSTICA BRANCA com capa protetora Altura 1,50 Cm, Largura 4,50 cm, Profundidade 2,50 cm. Apresentar amostra.	UND	4.050	4,10	16.605,00

06	APONTADOR PARA LÁPIS 2 FUROS compatível com os formatos triangular, hexagonal e circular. Com dois furos, nos tamanhos normal e jumbo. Com depósito e trava de segurança. Dimensões mínimas de 7 x 5 x 2 cm. Confeccionado em poliestireno, injetado, colorido. Lâmina em aço-carbono temperada, afiada, sem ondulações ou deformações, com acabamento cromado, fixada por meio de parafuso metálico, sem folgas e sem prejuízo de sua função. A marca do apontador deverá estar impressa ou gravada no corpo do mesmo. Apresentar Amostra	UND	4.050	6,59	26.689,50
07	LÁPIS PRETO HEXAGONAL HB= Nº2, mina macia produzido com fibra natural de madeira, madeira composta com plástico, grafite, borracha, tornando assim mais macio sua superfície, corpo do lápis na cor preta, com marca, modelo, graduação, pefc, código de barras e origem de fabricação. Diâmetro 7 mm. Comprimento 170 a 175 mm. Diâmetro do grafite 2 mm. Com certificação Pefc, Fsc, In 71. Caixa com 12 unidades. Apresentar Amostra	UND	330	22,00	7.260,00
08	LÁPIS GRAFITE JUMBO - formato triangular, apontado, confeccionado com madeira mole, isenta de nós, apresentando colagem perfeita das metades e rígida fixação do grafite, de maneira a não permitir seu descolamento ou quebra durante o apontamento. Deverá ser recoberto com tinta colorida atóxica e motivos infantis. A barra interna do grafite deverá ter dureza hb, possuir constituição uniforme, ser isenta de impurezas, e ser atóxica. Medida mínima de 125mm. Caixa com 12 unidades. Apresentar Amostra	UND	900	34,00	30.600,00
09	COLA LÍQUIDA 90, não tóxica; indicada para colar papel, madeira, couro e tecido. Apresentar na proposta de preços ficha técnica para comprovação dos dados abaixo; Cola Branca: Propriedade (S): Densidade (25°C a 27°C) Unidade G/cm3, Mínimo - 1,060 - Máximo - 1,080; Aspecto do filme após secagem em placa de Vidro - Unidade- Visual- Mínimo- transparente; - Presença de metais pesados - Unidade - Mínimo - Isento; - Peso do produto "por frasco" 90g - Unidade - Gramas - Mínimo- 90g ± 4,5g; - Sólido (2h x 105°C) Unidade - % - Mínimo - 29 - Máximo - 33; Viscosidade (Brookfield RVT - 25°C a 27°C) - Unidade - Cps - Mínimo - 4000 - Máximo - 6000; PH - Unidade - pH - Mínimo - 4 - Máximo - 6.. Apresentar amostra.	UND	3.975	6,50	25.837,50
10	MASSA DE MODELAR de 1ª qualidade, caixa personalizada Massa para fazer modelagem e que possa ser pintada com tintas acrílicas, pva e guache, estojo com 12 cores com peso mínimo de 200g, a base de carboidratos de cereais, água, glúten, cloreto de sódio, aroma, aditivos e pigmentos, massa com textura supermacia, excelente consistência, cores vivas e miscíveis, que não esfarea produto atóxico, não mancha as mãos, pode ser reaproveitado, indicada para crianças à partir de 03 anos de idade, Produto com selo compulsório do INMETRO, com validade de 24 meses. Apresentar amostra.	UND	1500	5,50	8.250,00
11	GIZ DE CERA, Jumbo – contendo no mínimo 12 unidades em cores diferentes de giz de cera, formato triangular, com superfície lisa e uniforme, isenta de defeitos e deformações, confeccionado com ceras, cargas minerais inertes e pigmentos. Dimensões do giz 8,5 x 1,1 x 101 cm, peso mínimo de 104 gramas. O produto deve ser macio, e possuir alto poder de cobertura. O giz deverá ser envolvido por uma proteção em papel informando a cor do giz para evitar a quebra e não sujar as mãos. São obrigatórias as cores: preto, amarelo, vermelho, azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, marrom, branco, laranja, rosa e roxo. Produto certificado pelo Inmetro. Apresentar amostra.	UND	2700	6,00	16.200,00
12	TINTA GUACHE de 1ª qualidade, escolar caixa com 06 cores sortidas, vivas e miscíveis entre si, lavável, solúvel em água, frascos anatômicos que facilita a pega da criança, produzidos com material de alta qualidade e transparência, tampa com rosca, que possibilita economia e impede o ressecamento do produto, com no mínimo 37ml cada frasco, validade mínima de 36 meses, produto com ótima cobertura, atóxico, para ser aplicado em papel, papel cartão, cartolina, produzida a base de resina, água, pigmentos, carga e conservante, indicada para crianças à partir de 03 anos de idade, como outras tintas pode manchar tecidos, com selo Compulsório do Inmetro; Apresentar amostra.	UND	4.050	8,90	36.045,00
13	TESOURA AÇO inoxidável, sem ponta, medindo 12,3 cm de comprimento e lâmina 1,3 mm de espessura, resistente a flexão, cabo em material termoplástico emborrachado resistente, duas cores, fixado por rebite ou parafuso com revestimento em plástico na cor do cabo em formato estrela. Ajuste de lâminas de modo a propiciar corte fácil e perfeito. Na posição máxima de fechamento de lâminas se apresentam justapostas em ambas as partes capa de proteção na lâmina com etiqueta e código de barras, lâmina contendo marca, aço inox e origem de fabricação; Caixa com 10 unidades. Apresentar amostra.	UND	4,050	6,90	27.945,00
14	CANETINHAS BICOLOR, com 12 unidades e 24 cores, espessura do traço fino e grosso, tinta e componentes plásticos atóxicos. Composição: Tintas, água, corantes e umectantes. Corpo e tampa: resinas termoplásticas, pavo poliéster, ponta polietileno. Com certificado FSC e INMETRO.	UND	4.050	28,00	113.400,00
15	COMPASSO ESCOLAR corpo plástico com tampa para a ponta e o grafite e minas sobressalentes.	UND	795	14,50	11.527,50

19	RÉGUA 30cm em poliestireno cristal, impressa através de serigrafia por cura ultravioleta, com tintas livres de solvente e atóxicas, impressão das escalas com divisão em milímetros, detalhes a cada 5 milímetros com marcações numeradas a cada centímetro na cor preta, devendo trazer também a marca do fabricante em seu corpo. As demarcações devem ser claras e precisas não podendo apresentar falhas, manchas ou serem facilmente removidas. O produto acabado deve apresentar as seguintes dimensões mínimas: a maior espessura deve ter 1,6mm e a menor, na ponta do chanfro, deve apresentar 0,8mm, comprimento com 310 mm e largura 24,5mm. O produto deve ser certificado junto ao INMETRO;	UND	300	4,19	1.257,00
20	LÁPIS DE COR no formato triangular ou sextavado. Estojo contendo 12 lápis inteiros em cores sortidas, sendo 1 cor metálica prata e 1 cor rosa cítrica, com as superfícies pintadas com as cores das minas, com tintas atóxicas, todos apontados. Composição: madeira plantada, pigmentos, aglutinantes, carga inerte e ceras. Especificação das minas, coloridas, cítricas e metálicas: minas coloridas em cores limpas e resistentes à luz, produzidas com matérias primas atóxicas, com traço nítido e uniforme. Apresenta resistência suficiente para suportar a pressão normal de uso. Mina colorida, reta e inteira. Diâmetro de 3,3 mm e comprimento 175 mm. Produto com certificação nbr 15236 – segurança de artigos escolares. NBR 15795 – lápis requisitos de desempenho portaria INMETRO 481 - requisitos de avaliação de conformidade para artigos escolares e serflor - sistema estadual de reposição florestal. Estojos em cartão envernizado, contendo 12 unidades em cores sortidas. Apresentar junto com a proposta de preços ficha técnica contendo todas as informações do produto; Apresentar Amostra	CXA	1.350	12,80	17.280,00
21	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro anti-asfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes. Ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca, modelo, medida da ponta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo, escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores; Caixa com 50 unidades. Apresentar amostra	CXA	10	80,59	805,90
22	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA ponta média 1.0m, corpo triangular, transparente, ponta arredondada com tampa triangular na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso, com respiro anti-asfixiante com sistema y para evitar danos a ponta e haste cega (não cortante) para evitar acidentes. Ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro e conter impresso em alto relevo país de origem. Corpo da caneta deverá conter marca, modelo, medida da ponta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Sem respiro no corpo, características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade. Composição tinta inkjoy ou hitec com base de água e óleo, escreve macio, sem falhas e com maior nitidez de cores; Caixa com 50 unidades Apresentar amostra	CXA	10	80,59	805,90
23	BORRACHA PLÁSTICA BRANCA com capa protetora Altura 1,50 Cm, Largura 4,50 cm, Profundidade 2,50 cm. Apresentar amostra.	UND	1.350	4,10	5.535,00
24	APONTADOR PARA LÁPIS 2 FUROS compatível com os formatos triangular, hexagonal e circular. Com dois furos, nos tamanhos normal e jumbo. Com depósito e trava de segurança. Dimensões mínimas de 7 x 5 x 2 cm. Confeccionado em poliestireno, injetado, colorido. Lâmina em aço-carbono temperada, afiada, sem ondulações ou deformações, com acabamento cromado, fixada por meio de parafuso metálico, sem folgas e sem prejuízo de sua função. A marca do apontador deverá estar impressa ou gravada no corpo do mesmo. Apresentar Amostra	UND	1.350	6,59	8.896,50
25	LÁPIS PRETO HEXAGONAL HB= N°2, mina macia produzido com fibra natural de madeira, madeira composta com plástico, grafite, borracha, tornando assim mais macio sua superfície, corpo do lápis na cor preta, com marca, modelo, graduação, pefc, código de barras e origem de fabricação. Diâmetro 7 mm. Comprimento 170 a 175 mm. Diâmetro do grafite 2 mm. Com certificação Pefc, Fsc, In 71. Caixa com 12 unidades. Apresentar Amostra	UND	110	22,00	2.420,00

26	LÁPIS GRAFITE JUMBO - formato triangular, apontado, confeccionado com madeira mole, isenta de nós, apresentando colagem perfeita das metades e rígida fixação do grafite, de maneira a não permitir seu descolamento ou quebra durante o apontamento. Deverá ser recoberto com tinta colorida atóxica e motivos infantis. A barra interna do grafite deverá ter dureza hb, possuir constituição uniforme, ser isenta de impurezas, e ser atóxica. Medida mínima de 125mm. Caixa com 12 unidades. Apresentar Amostra	UND	300	34,00	10.200,00
27	COLA LÍQUIDA 90, não tóxica; indicada para colar papel, madeira, couro e tecido. Apresentar na proposta de preços ficha técnica para comprovação dos dados abaixo; Cola Branca: Propriedade (S): Densidade (25°C a 27°C) Unidade G/cm3, Mínimo - 1,060 - Máximo - 1,080; Aspecto do filme após secagem em placa de Vidro - Unidade- Visual- Mínimo- transparente; - Presença de metais pesados - Unidade - Mínimo - Isento; - Peso do produto "por frasco" 90g - Unidade - Gramas - Mínimo- 90g ± 4,5g; - Sólido (2h x 105°C) Unidade - % - Mínimo - 29 - Máximo - 33; Viscosidade (Brookfield RVT - 25°C a 27°C) - Unidade - Cps - Mínimo - 4000 - Máximo - 6000; PH - Unidade - pH - Mínimo - 4 - Máximo - 6.. Apresentar amostra.	UND	1.325	6,50	8.612,50
28	MASSA DE MODELAR de 1ª qualidade, caixa personalizada Massa para fazer modelagem e que possa ser pintada com tintas acrílicas, pva e guache, estojo com 12 cores com peso mínimo de 200g, a base de carboidratos de cereais, água, glúten, cloreto de sódio, aroma, aditivos e pigmentos, massa com textura supermacia, excelente consistência, cores vivas e miscíveis, que não esfarea produto atóxico, não mancha as mãos, pode ser reaproveitado, indicada para crianças à partir de 03 anos de idade, Produto com selo compulsório do INMETRO, com validade de 24 meses. Apresentar amostra.	UND	500	5,50	2.750,00
29	GIZ DE CERA, Jumbo - contendo no mínimo 12 unidades em cores diferentes de giz de cera, formato triangular, com superfície lisa e uniforme, isenta de defeitos e deformações, confeccionado com ceras, cargas minerais inertes e pigmentos. Dimensões do giz 8,5 x 1,1 x 101 cm, peso mínimo de 104 gramas. O produto deve ser macio, e possuir alto poder de cobertura. O giz deverá ser envolvido por uma proteção em papel informando a cor do giz para evitar a quebra e não sujar as mãos. São obrigatórias as cores: preto, amarelo, vermelho, azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, marrom, branco, laranja, rosa e roxo. Produto certificado pelo Inmetro. Apresentar amostra.	UND	900	6,00	5.400,00
30	TINTA GUACHE de 1ª qualidade, escolar caixa com 06 cores sortidas, vivas e miscíveis entre si, lavável, solúvel em água, frascos anatômicos que facilita a pega da criança, produzidos com material de alta qualidade e transparência, tampa com rosca, que possibilita economia e impede o ressecamento do produto, com no mínimo 37ml cada frasco, validade mínima de 36 meses, produto com ótima cobertura, atóxico, para ser aplicado em papel, papel cartão, cartolina, produzida a base de resina, água, pigmentos, carga e conservante, indicada para crianças à partir de 03 anos de idade, como outras tintas pode manchar tecidos, com selo Compulsório do Inmetro; Apresentar amostra.	UND	1.350	8,90	12.015,00
31	TESOURA AÇO inoxidável, sem ponta, medindo 12,3 cm de comprimento e lâmina 1,3 mm de espessura, resistente a flexão, cabo em material termoplástico emborrachado resistente, duas cores, fixado por rebite ou parafuso com revestimento em plástico na cor do cabo em formato estrela. Ajuste de lâminas de modo a propiciar corte fácil e perfeito. Na posição máxima de fechamento de lâminas se apresentam justapostas em ambas as partes capa de proteção na lâmina com etiqueta e código de barras, lâmina contendo marca, aço inox e origem de fabricação; Caixa com 10 unidades. Apresentar amostra.	UND	1.350	6,90	9.315,00
32	CANETINHAS BICOLOR, com 12 unidades e 24 cores, espessura do traço fino e grosso, tinta e componentes plásticos atóxicos. Composição: Tintas, água, corantes e umectantes. Corpo e tampa: resinas termoplásticas, pavo poliéster, ponta polietileno. Com certificado FSC e INMETRO.	UND	1.350	28,00	37.800,00
33	COMPASSO ESCOLAR corpo plástico com tampa para a ponta e o grafite e minas sobressalentes.	UND	265	14,50	3.842,50

Governador Celso Ramos/SC, 28 de Fevereiro de 2020

M.C.DALABONA PAPELARIA LTDA

Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 057/2020 - AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Publicação Nº 2381307

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2020

AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 28 dias do mês de Fevereiro do ano de 2020, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MCA INDUSTRIA DE MATERIAIS ESCOLARES EIRELI, estabelecida à Rua Sargento Carlos Argemiro de Camargo – nº 250 – Garcia – Blumenau/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.431.951/0001-74, neste ato representado pelo(a) CIRINEU PIRES DE MORAES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 687.246.839-49, portador(a) do RG n.º 1.726.695, para AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 02/2020, objeto do Processo 02/2020. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	CADERNO BROCHURA COM 96 FOLHAS, medidas mínimas, 20x27,5 cm. Capa dura, gramatura mínima de 730g/m ² , revestido em papel couchê com no mínimo 115 gr ² , impressão em 4x0 cores com tintas atóxicas; miolo em papel off set, com gramatura mínima 56g/m ² , com certificação FSC, com primeira folha do miolo com dados pessoais do aluno, horário de aulas e anotações, com impressão de 1x1. Por questões de segurança, os cadernos deverão obrigatoriamente ser refilados. (personalizado conforme pedido da Secretaria de Educação). 200mm x 275mm. Apresentar amostra (sem a necessidade de ser a personalizada para o Município de Governador Celso Ramos.).	UND	505	5,58	2.817,90
17	CADERNO DE DESENHO E CARTOGRAFIA, milimetrado, em espiral, capa dura, medidas mínimas 275 x 200 MM, com 48 folhas, capa e contracapa espessura mínima de 730g/m ² revestido em papel couchê com no mínimo 115gr ² , folhas internas em papel off set 56/m ² , o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela Prefeitura. Apresentar amostra (sem a necessidade de ser a personalizada para o Município de Governador Celso Ramos).	UND	4.050	3,84	15.552,00
18	CADERNO UNIVERSITÁRIO PAUTADO, COM 200 FOLHAS, medidas mínimas, 20x27,5 cm, 10x1. Capa dura, gramatura mínima de 730g/m ² , revestido em papel couchê com no mínimo 115 gr ² , impressão em 4x0 cores com tintas atóxicas; miolo em papel off set, com gramatura mínima 56g/m ² , com certificação FSC, acabamento em espiral composto de arame revestido de 1,2mm e acabamento coil-lock, com primeira folha do miolo com dados pessoais do aluno, horário de aulas e anotações, com impressão de 1x1. Por questões de segurança, os cadernos deverão obrigatoriamente ser refilados. (Personalizado conforme pedido da Secretaria de Educação). Apresentar amostra (sem a necessidade de ser a personalizada para o Município de Governador Celso Ramos.)	UND	1.350	11,06	14.931,00
34	CADERNO BROCHURA COM 96 FOLHAS, medidas mínimas, 20x27,5 cm. Capa dura, gramatura mínima de 730g/m ² , revestido em papel couchê com no mínimo 115 gr ² , impressão em 4x0 cores com tintas atóxicas; miolo em papel off set, com gramatura mínima 56g/m ² , com certificação FSC, com primeira folha do miolo com dados pessoais do aluno, horário de aulas e anotações, com impressão de 1x1. Por questões de segurança, os cadernos deverão obrigatoriamente ser refilados. (personalizado conforme pedido da Secretaria de Educação). 200mm x 275mm. Apresentar amostra (sem a necessidade de ser a personalizada para o Município de Governador Celso Ramos.).	UND	165	5,58	920,70
35	CADERNO DE DESENHO E CARTOGRAFIA, milimetrado, em espiral, capa dura, medidas mínimas 275 x 200 MM, com 48 folhas, capa e contracapa espessura mínima de 730g/m ² revestido em papel couchê com no mínimo 115gr ² , folhas internas em papel off set 56/m ² , o caderno deverá ser personalizado conforme a arte a ser oferecida pela Prefeitura. Apresentar amostra (sem a necessidade de ser a personalizada para o Município de Governador Celso Ramos).	UND	1.350	3,84	5.184,00

36	CADERNO UNIVERSITÁRIO PAUTADO, COM 200 FOLHAS, medidas mínimas, 20x27,5 cm, 10x1. Capa dura, gramatura mínima de 730g/m2, revestido em papel couchê com no mínimo 115 gr2, impressão em 4x0 cores com tintas atóxicas; miolo em papel off set, com gramatura mínima 56g/m2, com certificação FSC, acabamento em espiral composto de arame revestido de 1,2mm e acabamento coil-lock, com primeira folha do miolo com dados pessoais do aluno, horário de aulas e anotações, com impressão de 1x1. Por questões de segurança, os cadernos deverão obrigatoriamente ser refileados. (Personalizado conforme pedido da Secretaria de Educação). Apresentar amostra (sem a necessidade de ser a personalizada para o Município de Governador Celso Ramos.)	UND	450	11,06	4.977,00
----	--	-----	-----	-------	----------

Governador Celso Ramos/SC, 28 de Fevereiro de 2020

MCA INDUSTRIA DE MATERIAIS ESCOLARES EIRELI
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N 01/2020

Publicação N° 2380031

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Governador Celso Ramos no uso de suas atribuições resolve homologar a classificação referente ao do Processo Seletivo Simplificado 001/2020 para o cargo de: Auxiliar de Operações, Operador de Máquina e Auxiliar Técnico de acordo com os quadros abaixo.

RESULTADO FINAL DE AUXILIAR DE OPERAÇÃO		
Nome do Candidato	Nota Final	Classificação
JOSE VESPUCIO DE LIMA	9	1º Classificado
PATRICK SAGAS	9	2º Classificado
RAFAEL FLORENCIO	9	3º Classificado
RUÃ LUIZ DE OLIVEIRA	9	4º Classificado
JACKSON JORCELINO MARQUES	9	5º Classificado
JOSE CARLOS GARCIA JUNIOR	8	6º Classificado
VALDERI SILVERIO	6.9	7º Classificado
COSME FELIPE SILVA DO NASCIMENTO	5.8	8º Classificado
JOSE ADEIR FELIX DA SILVA	5.5	9º Classificado
GUILHERME NUNES DA SILVA	4.3	10º Classificado
ALAN AROLDO SAGAS	Desclassificado	Desclassificado
CIRINEU MATIN ABILINO	Desclassificado	Desclassificado
ENEIR GREIN	Desclassificado	Desclassificado
ELIO DENI FERNANDES	Desclassificado	Desclassificado
GUSTAVO JARACESCHI	Desclassificado	Desclassificado
JACKSON JOSÉ GARCIA	Desclassificado	Desclassificado
VITOR RAMOS PEREIRA DE ANDRADE	Desclassificado	Desclassificado

RESULTADO FINAL DE OPERADOR DE MAQUINA		
Nome do Candidato	Nota Final	Classificação
VALCI VALMOR MONTEIRO	8	1º Classificado

Conforme item 7.11 do Edital do Processo Seletivo Simplificado 01/2020 do SAMAE de Governador Celso Ramos Os Critérios de desempate seguirão a ordem:

7.12 Mais Idoso

7.13 Maior pontuação na Prova Prática

Governador Celso Ramos 28 de Fevereiro de 2020

DANILO VALDENIR MARTINS

DIRETO DO SAME

PORTARIA SAMAE Nº 019/2020 - NOVA COMISSÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 2380402

PORTARIA Nº 019/2020

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 1164/2017 de 30 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a Comissão de Licitação na modalidade Pregão Presencial do SAMAE de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Fica designado como Pregoeiro:

Matricula Nome Cargo

355 Mariana de Souza Fernandes Efetivo

Art. 3º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do Pregoeiro os servidores:

Matricula Nome Cargo

058 Simone Eugenita dos Passos Cabral Efetivo

076 Angilberto Roberto Amon Efetivo

081 Renato da Silva Efetivo

314 Hiago Miranda Comissionado

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 18/2020 de 11 de Fevereiro de 2020

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 11 de Fevereiro de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

PORTARIA SAMAE Nº 020/2020 - NOMEAÇÃO SERVIDOR EFETIVO

Publicação Nº 2380401

Portaria nº 13/2020

MAURO CESAR ARZELINO DOS SANTOS Diretor Geral do SAMAE de Governador Celso Ramos-SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 25 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, e a lei 369/1991 de 05 de setembro de 1991, e lei 1242/2018 de 19 de janeiro de 2018, e o resultado final do Concurso Público SAMAE - Edital nº 001/2018,

Resolve:

Nomear O Sr. JOSÉ LUCAS STEINMETZ DA SILVEIRA, filho de KARLA STEINMETZ, portador da Carteira de Identidade nº 5.145.235, para o cargo de provimento efetivo de ADVOGADO do Quadro de Pessoal desta Autarquia.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 28 de Fevereiro de 2020.

MAURO CESAR ARZELINO DOS SANTOS

Diretor Adjunto do SAMAE

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 07-2020 (RESUMO JORNAL) MATERIAL MÉDICO - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2380740

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 08/2020

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 07/2020-PR

Objeto: Em razão de impugnação feita ao Edital supracitado, fica alterado o referido Edital, conforme segue: Onde se lê: (...) confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 90% algodão / 9% poliéster / 1% elastano, peso mínimo de 18gr; (...); Que se leia: "(...) confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 90% algodão e 10% outros, peso mínimo conforme NBR 14055;(...)"; nos itens 19,20,21,22,23,24 e 25 do mesmo. Ademais, ficam inalteradas as cláusulas, mantendo mesma data e horário para realização da Sessão Pública do Pregão, a saber: Data e Horário de Abertura: 12/03/2020, às 13 h. As demais cláusulas e condições do Edital supracitado permanecem inalteradas.

Grão-Pará/ SC, 28 de fevereiro de 2020.

ADEMIR BONETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 12/2020 - MATEUS AMÉRICO MORAIS - PMG

Publicação Nº 2379883

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. LOTE 01: PERCURSO: ILHOTA GRANDE, INDAIAL DE BAIXO E VÁRZEA DAS CANOAS"

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: MATEUS AMÉRICO MORAIS

CNPJ: 35.168.498/0001-80

ENDEREÇO: Estrada Geral Várzea das Canoas, s/nº - Bairro Várzea das Canoas, Gravatal, Estado de Santa Catarina,

VALOR: R\$ 146.774,60 (Cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro Reais e sessenta centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2020.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 17 de fevereiro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 04/2020

Publicação Nº 2379668

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
PROTOCOLO Nº 145/2020

O Município de Guaraciaba em parceria técnico-jurídica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, em resposta ao requerimento, no uso de suas atribuições conforme Lei Complementar Federal nº 140/2011, Lei Estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009 e Resolução CONSEMA nº 101/2017, declara para os devidos fins que o empreendedor : Natieli Turmina, CPF nº : 075.054.409-00, informou a implantação/operação da atividade – Instalação de Sistema Fotovoltaico na cobertura de uma pocilga, situado na Linha Dalto Filho, interior, no Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, o qual não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental, aprovada pelas Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e 99/2017 com suas alterações, portanto não sujeito ao licenciamento ambiental, o que não eximirá o empreendimento ou atividade em atender às demais disposições da legislação ambiental e florestal vigente. Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor. O órgão ambiental licenciador poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento ou da atividade.

Esta declaração não desobriga o empreendedor a obter, quando couber, as certidões, alvarás, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

*A presente declaração foi emitida sem rasura e/ou colagem sendo vinculada exclusivamente à atividade acima referenciada, constante do pedido que instruiu o processo protocolado e é válida até 28/02/2021.

Guaraciaba - SC, 28 de fevereiro de 2020.

ADRIANO GIARETTA

Município de Guaraciaba

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 29.2020 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2380046

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020

PROCESSO Nº 29/2020 HOMOLOGAÇÃO: 28/02/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO A SEREM UTILIZADOS NAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: LOLATTO SOLUCOES CONCRETAS DE
ARTEFATOS DE CIMENTO

VALOR DA DESPESA: R\$ 173.845,00 (cento e setenta e três mil oitocentos e quarenta e cinco reais)

CONTRATADO: EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.825,00 (cinquenta mil oitocentos e vinte e cinco reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO CONTINUIDADE SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020 PMG

Publicação Nº 2383879

Prefeitura Municipal de Guaramirim

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020 – PMG

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Considerando que fora entregue a planilha de composição de custos pela empresa vencedora, nos termos do item “9.1.7” do edital. Fica designado o dia 05 de março de 2020 no horário das 14h (quatorze horas), no setor de Licitações da Prefeitura de Guaramirim - sito a Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim (SC), para conclusão do certame e inclusive para manifestação de intenção de recursos, se assim os licitantes desejarem.

Fernanda de Resende Rien Machado

Pregoeira

Portaria 379/2019

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 14/2020 – PMG

Publicação Nº 2380396

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 14/2020 – PMG

Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PRIVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, PARA CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) MESES A 3 (TRÊS) ANOS 11 (ONZE) MESES E (29) VINTE E NOVE DIAS, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGAS DE TURNO PARCIAL.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Município de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega da documentação a partir de 10 de março de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 02 de março de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2019 – FIA

Publicação Nº 2379960

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2019 – FIA

Processo de Licitação: 05/2019 - FIA

Modalidade: Dispensa de Chamamento Público.

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS, QUE CONSISTE EM DIVULGAR INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS, PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL/MÚLTIPLA E TEA, AVALIAR COGNITIVAMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENCAMINHADOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO PREVENINDO POSSÍVEIS AGRAVOS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 18.123.264/0001-06.

OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.784.983/0001-21, situada na Rua Pedro Graf, nº 271, bairro Avaí, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do termo de fomento;

Vigência: Início: 27/02/2020 Término: 27/04/2020

Guaramirim (SC), 28 de fevereiro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA - ENGETEC E KLEIN

Publicação N° 2380484

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ENGETEC E KLEIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI referente aos empenhos nº. 567/2020 e nº. 568/2020, ambos datados de 26/02/2020, no valor individual de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), totalizando R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Este pagamento se refere às parcelas de janeiro e fevereiro de 2020 da locação do imóvel onde encontra-se instalada a Estratégia de Saúde da Família (ESF) Vila Amizade.

Os empenhos originais gerados sob os números 93-1/2020 e 93-2/2020, os quais deveriam ser pagos até no máximo dia 10/02/2020, precisaram ser estornados devido a falta de saldo bancário no vínculo selecionado, devido a alteração na forma de realização do repasse por parte do governo federal. Além disso, ocorreu um erro no sistema IPM que gerou a exclusão indevida do cadastro do fornecedor em questão do processo licitatório ao qual pertence, impossibilitando a geração dos novos empenhos, conforme protocolo de atendimento 491202, o que ocasionou um atraso ainda maior nos pagamentos.

Diante do exposto e visando regularizar a situação, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado. Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 28 de fevereiro de 2020.

MARCELO AMADEU DERETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 92/2020

Publicação N° 2380669

PORTARIA N° 092/2020

Concede licença saúde para Ruth Soares da Silva Silveira Neto.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Ruth Soares da Silva Silveira Neto, Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 93/2020

Publicação N° 2380671

PORTARIA N° 093/2020

Concede licença saúde para Tania Lucia Araujo Bezerra Modes.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Tania Lucia Araujo Bezerra Modes, Psicóloga, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 22 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

25/2020

Publicação Nº 2379545

DECRETO Nº 25/2020
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

12- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
02- Coordenação de Programas:
Atividade: 1202.05.244.006.2.055
3.3.90.00-00.00.3070 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, referente aos recursos do FNAS/CRAS o valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 18 de fevereiro de 2020.
Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio
Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO CCA MARIVALDO 48_2020

Publicação Nº 2379859

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 48/2020
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº48/2020 CONDER

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87, sito na Avenida João Pessoa, 1265, na cidade de Guarujá do Sul, comarca de São José do Cedro – SC, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Certidão de conformidade Ambiental, com prazo de validade de 12 (doze) meses, formulado pelo empreendedor MARIVALDO GNOATTO, inscrito no CPF nº 430.592.449-87, para a atividade de Condomínios de Edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços), que será exercida no imóvel Rua Octávio Reinoldo Diehl, nº 388, centro em Guarujá do Sul, SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

RESOLUÇÃO 02/2020/CONDEMA

Publicação Nº 2379460

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 02/2020
INSTITUI O PRAZO PARA DEVOLUTIVA DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO CONDER GESTÃO AMBIENTAL.

Considerando o fundamento de proporcionar segurança jurídica, lisura e transparência aos processos ambientais;
Considerando ser imprescindível a agilidade nos processos ambientais na região de abrangência do CONDER – Gestão Ambiental;
Considerando a necessidade de estabelecer prazos para otimizar o tempo de tramitação de documentos e informações solicitadas pelo CONDER – Gestão Ambiental;
O COMDEMA do município de Guarujá do Sul-SC, associado ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, regula-
menta os seguintes termos:
Art. 1º - Fica estabelecido o prazo máximo 20 (vinte) dias úteis para que empreendedores (ou seu representante legal), retornem com as

informações e/ou documentos solicitados para continuidade, complementação ou finalização das avaliações dos processos ambientais, para emissão de parecer.

Parágrafo único. Fica o CONDER Gestão Ambiental autorizado a estipular prazos menores que 20 (vinte) dias úteis para devolutiva de documentos e informações, em situações de resolução simplificada do que se pede.

Art. 2º - A prorrogação do prazo definido no Art. 1º desta resolução, pode ser solicitada pelo empreendedor (ou seu representante legal), antes do seu vencimento:

I – A solicitação de prorrogação será por igual período, ou seja, 20 (vinte) dias;

II – Fica o CONDER Gestão Ambiental autorizado a conceder ou negar a prorrogação do prazo, considerando a justificativa apresentada, a complexidade dos documentos e informações solicitadas, e as reais condições de devolutiva no tempo aplicável.

III – A prorrogação de prazo não poderá ultrapassar consecutivamente mais de 60 (sessenta) dias úteis por despacho ou solicitação do CONDER Gestão Ambiental.

Art. 3º - Após decorrido os 20 (vinte) dias úteis, ou a prorrogação legal, caso o empreendedor não retorne com a documentação e informações solicitadas, fica o CONDER Gestão Ambiental autorizado a efetuar o arquivamento do processo.

Art. 4º - Em casos de manifestação do empreendedor após decorrido o prazo de 20 (vinte) dias úteis, na ausência de prorrogação válida, este deverá protocolar novo pedido seguindo todos os trâmites iniciais de novo processo, mediante inclusive, de pagamento de nova taxa.

Art. 5º - Em casos de arquivamento de processo por falta de documentação não apresentada no prazo, as referidas taxas não serão devolvidas.

Art. 6º - Fica o CONDER em consonância com o COMDEMA deliberar sobre casos específicos, não previstos nesta Resolução.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2020.

JÚLIO CESAR DELLA FLORA

Presidente do COMDEMA

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2020

Publicação N° 2380410

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Adm. N°. 28/2020

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 08/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO PARA ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL.

Contratada: Vizu Editora e Distribuidora de Livros LTDA

Valor: R\$ 7.986,00(sete mil novecentos e oitenta e seis reais).

Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ANDRE MARIANI

Publicação Nº 2380833

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o senhor ANDRÉ MARIANI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.746.439-52, aprovado em 12º (décimo segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Motorista, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal onde disponha a vacância do cargo.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 27 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

Ciente em ____/____/____

ANDRÉ MARIANI

PORTARIA Nº 512/2020

Publicação Nº 2380704

PORTARIA Nº 512/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pelo servidor ADRIANO MASCARELLO (MATRÍCULA 5067), o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar de 27 de fevereiro de 2020. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 27 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 513/2020

Publicação Nº 2380706

PORTARIA Nº 513/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA MATERNIDADE, nos termos do art. 107 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora DANIELY CRISTINA RATTI (MATRÍCULA 2779), ocupante do cargo em provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência - E, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para serem usufruídas a contar de 20 de fevereiro de 2020 a 17 de agosto de 2020.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 28 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 514/2020

Publicação Nº 2380708

PORTARIA Nº 514/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o menor vencimento pago pelo Município de Herval d'Oeste aos cargos de provimento efetivo, conforme planilhas e relatórios demonstrativos da contribuição previdenciária sobre o adicional incorporável na forma da lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de maio de 1996 a 30 de abril de 2006, à servidora BETINA CECCONELLO (MATRÍCULA 391), ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência - K, 20 (vinte) horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005, nº 197/2006 e nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 28 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 515/2020

Publicação Nº 2380711

PORTARIA Nº 515/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora BETINA CECCONELLO (Matr. 391), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência - K, 20 (vinte) horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, nos termos do artigo 90, e seus parágrafos e conforme o previsto no anexo II da Lei Complementar nº 281/2011; referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de março de 2018 e 01 de março de 2020, num percentual acumulado de 10% (dez por cento) sobre o Salário Base.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 28 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 516/2020

Publicação Nº 2380712

PORTARIA Nº 516/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora LUCILENE APARECIDA FERNANDES (MATRÍCULA 5283), para exercer a função de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, sem vínculo, a contar de 26 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o atendimento ao aluno que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 012/2020/SMECE, de 20 de fevereiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 28 de Fevereiro de 2020.
Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 517/2020

Publicação Nº 2380713

PORTARIA Nº 517/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da servidora LOREDÍ DE DEUS E SILVA (MATRÍCULA 84), ocupante do cargo de provimento efetivo de INSPETOR EDUCACIONAL, Nível – 9, Referência – “C”, do Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, conforme Certidão nº 20022040.1.00069/18-5 de 19 de outubro de 2018, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que certificou o tempo de contribuição de 03 anos e 09 meses; ao tempo de contribuição de 30 anos e 09 dias conforme Certidão nº 238 de 02 de março de 2020, certificados pelo Município de Herval d’ Oeste, com a homologação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d’ Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 33 anos, 09 meses e 09 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d’ Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2020.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 518/2020

Publicação Nº 2380714

PORTARIA Nº 518/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da servidora BETINA CECCONELLO (MATRÍCULA 391), ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, Nível – 13/1, Referência – “K”, do Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme Certidão nº 20022040.1.00072/18-6 de 12 de novembro de 2018, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que certificou o tempo de contribuição de 03 anos e 02 meses; ao tempo de 23 anos, 10 meses e 10 dias certificados pelo Município de Herval d’ Oeste através da Certidão nº 239/2020 de 02 de março de 2020, com a homologação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d’ Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Especial – Atividades Nocivas à Saúde, um cômputo geral de 27 anos e 05 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d’ Oeste/SC, 28 de fevereiro de 2020.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 519/2020

Publicação Nº 2380716

PORTARIA Nº 519/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – COMUM, à servidora pública municipal LOREDÍ DE DEUS E SILVA e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de INSPETOR EDUCACIONAL (MATR. 84), Nível – 9, Referência – “C”, do Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013 - Quadro de Carreira do Magistério

deste Município, 40 (quarenta) horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; a partir de 02 de março de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 02 de março de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 520/2020

Publicação Nº 2383867

PORTARIA Nº 520/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL – ATIVIDADES NOCIVAS À SAÚDE, à servidora pública municipal BETINA CECCONELLO e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO (MATRÍCULA 391), Nível – 13/1, Referência – “K”, do Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011 – Quadro de Carreira Geral deste Município, 20 (vinte) horas semanais; com fundamento nos termos do art. 40, § 4º, III da Constituição Federal – Súmula Vinculante STF nº 33 de 09 de abril de 2014, com proventos decorrentes da média integral de 80% (oitenta por cento) das maiores contribuições previdenciárias, sem paridade; a partir de 02 de março de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 02 de março de 2020.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

Ibiam**PREFEITURA****DECRETO Nº 3415/2020**

Publicação Nº 2379605

DECRETO Nº 3415, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0641/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 98.542,50 (Noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), no orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica
Programa:	1001	Saúde Com Qualidade
Projeto/Atividade:	2033	Manut. do Bloco de Atenção Básica Variável
Modalidade de Aplicação:	44900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Financeiro Recursos SUS União – Emenda Estruturação da Rede
Valor: Red.: 38		98.542,50

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro do Fundo Municipal de Saúde apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

Alcindo Perosa

Secretario de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 076/2020

Publicação Nº 2380442

PORTARIA Nº 076, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e GISELE SEFFER ALVES DE ANHAIA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato resultante do Processo Licitatório 022/2020 Pregão Presencial 008/2020 SRP 007/2020

que tem como objeto, aquisição de cestas básicas para distribuição gratuita a munícipes que encontram-se em situação de vulnerabilidade pelo período de 12 meses.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora LEILA RAMOS ARALDI.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
GISELE SEFFER ALVES DE ANHAIA Fiscal	LEILA RAMOS ARALDI Substituto do Fiscal

PORTARIA Nº 083/2020

Publicação Nº 2380448

PORTARIA Nº 083, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ORÁCIO BATISTA e EDSSON GOMES DE OLIVEIRA, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato resultante do Processo Licitatório 024/2020 Pregão Eletrônico 009/2020 que tem como objeto, a aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica nova para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, em atendimento ao Convênio nº 892298/2019, número do Processo 21000.092410/2019-67, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Ibiã.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora FLÁVIA LENITA PELENTIR.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____

EDSSON GOMES DE OLIVEIRA
Fiscal

Ciente em: ____/____/____

FLÁVIA LENITA PELENTIR
Substituto do Fiscal

Ibicaré**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 012/2020**

Publicação Nº 2380439

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Contrato nº 012/2020
OBJETO: Consultoria ambiental de caracterização de recurso hídrico superficial no Município de Ibicaré/SC.
VALOR TOTAL: R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: ALTO URUGUAI CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA
VIGÊNCIA: 11 de junho de 2020.
Ibicaré, SC, aos 12 de fevereiro de 2020.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO EMERGENCIAL 001-2020

Publicação Nº 2380618

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Rescisão Contrato Emergencial nº 001/2020
MOTIVO: Conforme cláusula segunda do referido contrato.
OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: TRANSPORTES IBICARÉ LTDA - ME
Ibicaré, SC, aos 02 de março de 2020.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO EMERGENCIAL 002-2020

Publicação Nº 2380626

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Rescisão Contrato Emergencial nº 002/2020
MOTIVO: Conforme cláusula segunda do referido contrato.
OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: VALTUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
Ibicaré, SC, aos 02 de março de 2020.
Gianfranco Volpato
Prefeito

PORTARIA Nº 124-2020

Publicação Nº 2379677

PORTARIA Nº 124 de 28 de fevereiro de 2020.
"AUTORIZA GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré, no uso de suas atribuições e, de conformidade com o Capítulo III da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. FICA AUTORIZADO o gozo do saldo remanescente das férias, concedida pela Portaria nº 194, de 13 de setembro de 2019, ao servidor ELIZABETH RAMBO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 11, classe "S", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo III – Atividades de Administração Geral, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, pelo período de 02 de março de 2020 a 28 de março de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 28 de fevereiro de 2020.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA Nº 125-2020

Publicação Nº 2380127

PORTARIA Nº 125, de 02 de março de 2020.
"NOMEIA TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, JAQUELINE HERMANN PELISSON, brasileira, solteira, nascida no dia vinte e três de setembro de 1.988, para ocupar temporariamente o cargo público de Médico Clínico Geral, em caráter emergencial para atuação no Programa Saúde da Família-PSF.

Parágrafo único. O período de vigência da contratação será de até 01 (hum) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 02 de março de 2020.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº : 26/2020 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2380071

Contrato Nº : 26/2020

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : LEANDRO RODRIGO DALPONTE

Licitação : Pregão Presencial 11/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE VTS, VIDEO INSTITUCIONAL SOBRE OBRAS E ACOES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Vigência : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 20/02/2020

Valor R\$: 38.500,00 (Trinta e Oito Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 37 - 04.001.2078.33390399900000000000.01000000

Dotação : 147 - 03.001.2002.33390399900000000000.01000000

FISCAL: RAFAEL JOSE BELING

PREGAO PRESENCIAL - Nº 27/2020

Publicação Nº 2379698

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL - Nº 27/2020.

Objeto: Registro de preços para eventuais compras parceladas de tintas, solventes e insumos para pintura de ruas e sinalização asfáltica destinados para manutenção do sistema viário central desta municipalidade. Entrega dos envelopes até o dia 17 de março de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 28 de fevereiro de 2020. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20, 21 E 22/2020

Publicação Nº 2380010

MUNICÍPIO DE IBIRAMA**EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20, 21 E 22/2020.**

a) Processo Nr.:12 / 2020

b) Licitação Nr.:12 / 2020

c) Modalidade: Pregão

d) Data homologação: 28/02/2020

e) Data da Adjudicação: 28/02/2020

f) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DO MAQUINÁRIO RODOVIÁRIO DESTA MUNICIPALIDADE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:**48380 - TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR –**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
10	CALÇO DO GIRO (TIPO MEIA LUA) 6G4525 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 H	Unidade	HALLOS	100	R\$66,00	R\$6.600,00
11	CALÇO DO GIRO (TIPO MEIA LUA) 1289656 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K	Unidade	HALLOS	100	R\$70,00	R\$7.000,00
12	CALÇO GRANDE PARA LÂMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 H	Unidade	HALLOS	50	R\$52,50	R\$2.625,00
13	CALÇO PEQUENO PARA LÂMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 H	Unidade	HALLOS	50	R\$41,50	R\$2.075,00
14	CALÇO CHATO COM 2 PERNAS DO GIRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 H	Unidade	HALLOS	50	R\$31,00	R\$1.550,00
18	PARAFUSO 73126330 MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B	Unidade	REX	200	R\$4,95	R\$990,00
19	MANCAL NYLON VOE 12727728 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	FORTRACT	30	R\$108,00	R\$3.240,00
30	LAMINA RETA 15 FUROS-ESP 3/4, FURAÇÃO 5/8, LARG. 8" - DUREZA 440 A 550 HB. COM PARAFUSOS E PORCAS	Unidade	TBM	12	R\$443,00	R\$5.316,00
Total do Fornecedor:						R\$29.396,00

62423860 - JULIO SILVESTRI FILHO ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	DENTE DA CONCHA DIANTEIRA 858-11440	Unidade	DMX	150	R\$42,00	R\$6.300,00
3	DENTE DA CONCHA TRASEIRA 531-03205	Unidade	DMX	50	R\$40,00	R\$2.000,00
4	PARAFUSO LAMINA 5/8 X 2 3/4 C/ PORCA	Unidade	FEY	300	R\$2,60	R\$780,00

62423860 - JULIO SILVESTRI FILHO ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	DENTE LATERAL CONCHA (ESQUERDO E DIREITO) COM PARAFUSOS E PORCAS CARREGADEIRA CATERPILLAR 924GZ	Unidade	ECOPLAN	8	R\$195,00	R\$1.560,00
6	UNHA CARREGADEIRA 1U 3252 COM PARAFUSOS E PORCAS	Unidade	COLINA	50	R\$41,00	R\$2.050,00
7	SUORTE P/ UNHA CARREGADEIRA 1U0257 C/ PARAFUSOS E PORCAS	Unidade	COLINA	20	R\$130,00	R\$2.600,00
8	UNHA PARA ESCARIFICADOR 1U3202	Unidade	COLINA	50	R\$15,90	R\$795,00
9	CORRENTE TANDEM MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 H	Unidade	RECH	4	R\$1.100,00	R\$4.400,00
15	PLACA 73125482 MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B	Unidade	RICAMBI	20	R\$63,90	R\$1.278,00
16	PLACA 84165763 MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B	Unidade	RICAMBI	20	R\$30,30	R\$606,00
17	PLACA 84165760 MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B	Unidade	RICAMBI	20	R\$31,50	R\$630,00
20	TRAVESSA DESLIZANTE VOE 12727387 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	20	R\$489,00	R\$9.780,00
21	CAPA DE TOPO VOE 12727729 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	10	R\$23,50	R\$235,00
22	ESPAÇADOR CH 79089 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	10	R\$90,00	R\$900,00
23	PLACA DE DESGASTE VOE 12744293 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	15	R\$28,00	R\$420,00
24	PINO CH 54934 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	120	R\$5,00	R\$600,00
25	PARAFUSO SEXTAVADO CH 53063 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	60	R\$3,80	R\$228,00
26	PLACA DE DESGASTE CH 69781 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	YTP	15	R\$29,20	R\$438,00
27	PLACA DE DESGASTE CH 87022 MOTONIVELADORA VOLVO G930	Unidade	TTP	5	R\$56,90	R\$284,50
Total do Fornecedor:						R\$35.884,50

62439910 - RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA SA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	UNHA PC 200 REFORÇADA 10KG - 205-70-19570RC - COM PARAFUSOS E PORCAS	Unidade	NBLF	50	R\$79,00	R\$3.950,00
28	LAMINA RETA 13 FUIROS- ESP. 3/4, FURAÇÃO 3/4, LARG. 8" - DUREZA 440 A 550 HB. COM PARAFUSOS E PORCAS	Unidade	RTB	24	R\$427,05	R\$10.249,20
29	LAMINA RETA 13 FUIROS-ESP. 3/4, FURAÇÃO 5/8, LARG. 8" - DUREZA 440 A 550 HB. COM PARAFUSOS E PORCAS	Unidade	RTB	60	R\$379,60	R\$22.776,00
Total do Fornecedor:						R\$36.975,20

Total da Homologação:					102.255,70
-----------------------	--	--	--	--	------------

Ibirama, 28 de fevereiro de 2020.

ADRIANO POFFO
PREFEITO
CPF: 056.499.899-07

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA 1 DO EDITAL TP 001- 2020 PMI - PAVIMENTAÇÃO DA 2º ETAPA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA MORRO DO BAÚ

Publicação N° 2379742

Errata 1 do Edital das Tomada de Preço 001/2020 – PMI

O Município de Ilhota comunica aos interessados da Tomada de Preço 001/2020 - PMI, que o Edital será retificado pelo questionamento via e-mail bem lembrado pela empresa FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA da seguinte forma:

Por não constar nos anexos disponibilizados juntamente com orçamento o Cronograma e o BDI. Desta forma junta-se os anexos faltantes.

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e as quantidades dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 18 de março de 2020 às 09h30min horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09h00min horas do corrente dia.

Ilhota, 28 de fevereiro de 2020.

JONI EVERTON PEREIRA

PRESIDENTE

ERRATA 2 DO EDITAL PRG 002 -2020 FMS - PEÇAS E MÃO DE OBRA - CORRIGINDO

Publicação N° 2380445

Errata 2 do Edital Pregão - Registro de Preço 002/2020 - FMS

O Município de Ilhota comunica aos interessados no Pregão-Registro de Preço 002/2020 – FMS, pelo esclarecimento recebido da empresa AUTOMECRI CENTRO AUTOMOTIVO LTDA o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

Lote	Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
12	6	AMORTECEDOR DIANT ONIBUS	2,00	PC	390,06	780,12
13	4	AMORTECEDOR DIANT ONIBUS	2,00	PC	1.016,42	2.032,84
14	4	AMORTECEDOR DIANT ONIBUS	2,00	PC	265,17	530,34
15	4	AMORTECEDOR DIANT ONIBUS	2,00	PC	265,17	530,34
16	3	AMORTECEDOR DIANT ONIBUS	2,00	PC	452,19	904,38

Leia-se:

Lote	Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
12	6	AMORTECEDOR DIANT	2,00	PAR	390,06	780,12
13	4	AMORTECEDOR DIANT	2,00	PAR	1.016,42	2.032,84
14	4	AMORTECEDOR DIANT	2,00	PAR	265,17	530,34
15	4	AMORTECEDOR DIANT	2,00	PAR	265,17	530,34
16	3	AMORTECEDOR DIANT	2,00	PAR	452,19	904,38

Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 11 de março de 2020 às 09h30min horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09h00min horas.

Ilhota, 27 de fevereiro de 2020.

Francineide Pereira

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2020**

Publicação N° 2380573

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua Bertoldo Simon, 98
Centro - Ilhota - SC
CEP: 88.320-000
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail contábil@camarailhota.sc.gov.br

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020
CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

CONTRATADO – PAPEIS E PAPEIS PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 07.911.143/0001-02, com sede à Rua Joinville, 409, bairro centro, cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

OBJETO - A compra de toner para as impressoras HP M127 fn (toner CF283A), HP M426 fdw (toner CF226 X) e Brother 254 odw (toner TN 660), para atender à Câmara de Vereadores de Ilhota/SC.

VALOR – O valor global de R\$ 1.098,94 (mil, noventa e oito reais e noventa quatro centavos).

VIGÊNCIA – 06 meses.

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de Licitação nº007/2020, na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

Dotação orçamentária

01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas/Câmara de Vereadores de Ilhota

3.3.90.30.16.00.00.00 Material de Expediente

Ilhota, 27 de fevereiro 2020.

ARNOLDO ADRIANO

PRESIDENTE DO LEGISLATIVO

PAPEIS E PAPEIS PAPELARIA E INFORMATICA LTDA
CONTRATADA

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI N° 006/2020

Publicação N° 2380009

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI N° 006/2020

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço, para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de segurança privada desarmada. Entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 13/03/2020 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 08h do dia 13/03/2020 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 28 de fevereiro de 2020.

Rui José Candemil Júnior

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

ADITIVO DE CONTRATO 2019/16 - A/01 - PROCESSO 18/2019

Publicação Nº 2380387

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEAD 2019/02 – A/01

Contratada: KONASEG SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP
CNPJ: 19.269.176/0001-71

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI MULTIENTIDADE 2019/02 – A/00, cujo objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE AET, PPRA, PPR, LTCAT, LTIP, PCMSO, PPP, PCA E AVALIAÇÕES CLÍNICAS PARA EMISSÃO DOS ASOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA”.

Fundamento: Processo nº 123/2018 Pregao 123/2018

Imbituba, 09 de janeiro de 2020.
BRUNO PACHECO DA COSTA
Secretário de Administração
Contratante

KONASEG SOLUÇÕES EM SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP
Representante legal
Contratado

ADITIVO DE CONTRATO 2019/20 - A01 - PROCESSO 17/2019

Publicação Nº 2380286

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDUCE 2019/20 – A/01

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
CNPJ: 86.431.749/0001-09

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo para 12 (doze) meses.

0.1. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEDUCE 2019/20 - A/00, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS ESCOLARES AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC, NO ITINERÁRIO: CASA – ESCOLA, ESCOLA-CASA, PARA O ANO LETIVO DE 2019” DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL HERMÍNIA DE SOUZA MARQUES.

Prazo: 12 MESES Valor total: R\$ 1.200.000,00

Fundamento: Processo nº 17/2019 Inexigibilidade 01/2019

Imbituba, 20 de fevereiro de 2020
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratante

SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
Representante legal
Contratada

PORTARIA PMI/SEAD Nº 186/2020

Publicação Nº 2380757

PORTARIA PMI/SEAD Nº 186, de 28 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar Cuidador / Educador, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de março de 2020, o(a) Sr(a). RAFAEL CAETANO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 088.894.549-38, em decorrência de sua aprovação em 8º lugar no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Auxiliar Cuidador / Educador, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do desligamento da Sra. Dilza Mara dos Santos Back.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 187/2020

Publicação Nº 2380827

PORTARIA PMI/SEAD Nº 187, de 28 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Agente Comunitário de Saúde – Área 04, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de março de 2020, o(a) Sr(a). GIZELLE APARECIDA DA ROSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 006.571.689-20, em decorrência de sua aprovação em 6º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 08/2016, para exercer a função temporária de Agente Comunitário de Saúde – Área 04, junto à Secretaria Municipal da Saúde - SEMUSA, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do afastamento da Sra. Rosangela Duarte Gonçalves, que encontra-se em auxílio-doença.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 188/2020

Publicação Nº 2380841

PORTARIA PMI/SEAD Nº 188, de 28 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de março de 2020, o(a) Sr(a). HELENA MARTINS DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 092.789.529-31, em decorrência de sua aprovação em 5º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 14/2018, para exercer a função temporária de Psicóloga junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do afastamento da Sra. Joicy de Souza Nunes, que encontra-se em licença-maternidade.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 189/2020

Publicação Nº 2381293

PORTARIA PMI/SEAD Nº 189, de 28 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de março de 2020, o(a) Sr(a). TAIS CATARINE MENDES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 080.840.229-38, em decorrência de sua aprovação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 21/2019, para exercer a função temporária de Servente Merendeira junto à Secretaria Municipal de Educação - SEDUCE, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do afastamento da Sra. Clarice de Mello Alves Eduardo, que encontra-se em auxílio-doença.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD N° 190/2020

Publicação N° 2381308

PORTARIA PMI/SEAD N° 190, de 28 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a Nomeação de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de março de 2020, o(a) Sr(a). MARLIZE FERREIRA VENÂNCIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 952.166.939-04, em decorrência de sua aprovação em 39º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 22/2017, para exercer a função temporária de Servente Merendeira junto à Secretaria Municipal de Educação - SEDUCE, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do afastamento da Sra. Maria de Lourdes Gonçalves, que encontra-se em auxílio-doença.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.
Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD N° 191/2020

Publicação N° 2381341

PORTARIA PMI/SEAD N° 191, de 28 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 798, de 29 de agosto de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 14.304/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 798, de 29 de agosto de 2019, da servidora, Sra. IVANI GARCIA ALVES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 671.543.369-00, admitida em 20 de maio de 1992, contrato nº 193, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	26.08.2019 a 24.09.2019
	01.09.2020 a 30.09.2020 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de setembro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 798, de 29 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEDUCE N.01/2020

Publicação Nº 2380797

PORTARIA PMI/SEDUCE Nº 01, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a reinstauração de Processo Administrativo Disciplinar, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTITUIR Processo Administrativo Disciplinar, constituído pela Portaria PMI/UCSCI Nº 009/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 27/03/2019.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os membros nomeados pela PORTARIA PMI/UCSCI N. 018/2019:

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.

Cristiane Tokarski Espezim
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEMUSA Nº 002/2020

Publicação Nº 2382377

PORTARIA PMI/SEMUSA Nº 002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a reinstauração de processo administrativo disciplinar, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

RESOLVE:

Art. 1º REINSTITUIR processo administrativo constituído pela PORTARIA PMI/SEMUSA Nº 001/2019 publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08 de Outubro de 2019.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os servidores descritos na PORTARIA PMI/UCSCI N. 018, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019, para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de Fevereiro de 2020.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PPE - PMI/SEAD N° 54/2020

Publicação N° 2381601

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD N° 54/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD N° 76, de 29 de janeiro de 2020, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE DE DIRETOR, junto a Procuradoria Geral do Município - PGM.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
MELISSA DA SILVA MARIA	ASSISTENTE DE DIRETOR	095.939.889-98

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entrou em exercício em 03/02/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 07/2020

Publicação N° 2377315

MUNICÍPIO DE IMBUIA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO n° 07/2020
PREGÃO PRESENCIAL n° 04/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM O ARTIGO 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

Tipo "Menor Preço por ITEM" visando a " Eventuais aquisições de tubos de concreto, lajotas, meio fio e paver para uso da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Gerais do Município de Imbuia S/C, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital.". Conforme o Edital de Licitação n. ° 07/2020. LEG. Lei n. ° 10.520/02, Lei n. ° 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, n° 86, Imbuia/SC, às 08:15HS do dia 13/03/2020. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site www.imbuia.sc.gov.br ou e-mail adriana@imbuia.sc.gov.br; Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 27/02/2020. Amilton Machado - Prefeito Municipal.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 021/2020

Publicação Nº 2379679

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 021/2020

CONTRATADA: CÉLIA DA VEIGA

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação da palestra com o tema "Compreensão das Personalidades Pragmáticas x Idealistas", a ser realizada pela profissional Célia da Veiga.

VALOR: R\$ 1.700,00

PRAZO: 25 de fevereiro de 2020 até 25 de agosto de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 25/02/2020.

DECRETO Nº 2063/2020

Publicação Nº 2379555

. DECRETO Nº 2063/20

. De 28 de fevereiro de 2020

Altera Decreto nº 1411 de 2019 / Nomeia Comissão de Estudos da Política de Educação Especial da Rede Pública Municipal de Indaial e dá Outras Providências

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

Considerando a Lei nº 5.173, de 19 de junho de 2015 que aprova o Plano Municipal de Educação do município de Indaial/SC, em sua meta 14 e estratégias que tratam da Educação Especial do município de Indaial.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados conforme abaixo, para compor a comissão de estudos da Política de Educação Especial da Rede Pública Municipal de Indaial, com objetivo estudar a estruturação da "Política de Educação Especial".

- Ana Paula Iten – Diretora de Unidade de Educação Infantil
- Andréa de Souza – Coordenação Pedagógica Anos Iniciais
- Angelita Feliciano – Pedagoga de Unidade de Educação Infantil
- Gislaine Niezer Ruthes – Secretária de Saúde
- Jairo Gebien – Secretário de Educação
- Jane Mary Macedo - Coordenação Pedagógica Educação Infantil
- Shirlei Cavilia Camilotti – Diretora de Articulação Pedagógica
- Keila Josimara Beilke – Conselho Municipal de Educação
- Leonice Marissol Traebert Theis – Orientadora de Escola de Ensino Fundamental
- Lorena Ostrowski – Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental
- Marineusa da Cunha de Sá – Coordenação Geral Pedagógica
- Maristela Michels Welter – Psicopedagoga da Equipe de Apoio Especializada
- Nadia Giovanella Quintino – Fonoaudióloga da Equipe de Apoio Especializada
- Orentina Rita Barth de Andrade – APAE
- Rozane Matida – Professora de Atendimento Educacional Especializado
- Gessiane Keila I. Pasquali – Secretária de Desenvolvimento Social
- Veridiana Simette Grabas – Psicóloga da Equipe de Apoio Especializada
- Aurora Antunes Coelho – Câmara de Vereadores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2064/2020

Publicação Nº 2379730

. DECRETO Nº 2064/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Exonera Gerente de Atendimento ao Empreendedor Raquel Rufino

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada em 01 de março de 2020 do Cargo em Comissão de Gerente de Atendimento ao Empreendedor (CC-5), Raquel Rufino nomeada nos termos do Decreto nº 1657/19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2020.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2065/2020

Publicação Nº 2379731

. DECRETO Nº 2065/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Nomeia Supervisor de Controle dos Executivos Fiscais / Raquel Rufino

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em 02 de março de 2020, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisora de Controle dos Executivos Fiscais (CC-4), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Raquel Rufino inscrita no CPF sob o nº 041.697.739-18.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2066/2020

Publicação Nº 2379732

. DECRETO Nº 2066/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Nomeia Gerente de Atendimento ao Empreendedor / Alexsandro Neckel.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 02 de março de 2020, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Atendimento ao Empreendedor (CC-5), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Alexsandro Neckel inscrito no CPF sob o nº 090.299.719-08.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2067/2020

Publicação Nº 2379735

. DECRETO Nº 2067/20

. De 28 de fevereiro de 2020

Nomeia Gerente de Cadastro Social / Bruno Wellington de Souza

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 02 de março de 2020, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Cadastro Social (CC-5), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Bruno Wellington de Souza, inscrito no CPF sob o nº 107.541.689-21.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2068/2020

Publicação Nº 2379851

. DECRETO Nº 2068/20

. De 28 de fevereiro de 2020

HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMH Nº 01/2020 CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INDALIAL / DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DE PLENÁRIAS PARA O ANO DE 2020.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5608 de 2018, Decreto nº 1222 de 2019 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado a resolução CMH nº 01/2020 Conselho Municipal de Habitação de Indaial, aprova o calendário de Plenárias Ordinárias para o ano de 2020, a resolução CMH nº 01/2020 é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 01/2020	DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE PLENÁRIAS PARA O ANO DE 2020.
-------------------------	---

O CMH - Conselho Municipal de Habitação de Indaial, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.094, de 19 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Municipal nº 5.608, de 26 de novembro de 2018, no Decreto nº 1222/2019 e,

CONSIDERANDO:

- A Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

- A Lei Municipal nº 4.745, de 25 de fevereiro de 2013, que autoriza o poder executivo municipal a doar áreas de terras de sua propriedade ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal.

- A Lei Municipal nº 3.982, de 25 de setembro de 2009, autorizou a aquisição de um terreno para fins de habitação popular;

- A Lei Municipal nº 4.022, de 27 de novembro de 2009, declarou loteamento de interesse social - bairro João Paulo II;

- O Termo de Cooperação nº 33, de 27 de outubro de 2009, que torna parceiros a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC e o Município de Indaial;

RESOLVE:

Art.1o - Os conselheiros aprovaram o calendário de Plenárias Ordinárias para o ano de 2020 como sendo a quarta, sexta-feira de cada mês

às 09h15min. E convocados excepcionalmente caso houver necessidade.

Meses	CMH 4ª sexta-feira 8h15min
Janeiro	X
Fevereiro	28
Março	27
Abril	24
Maiο	22
Junho	26
Julho	24
Agosto	28
Setembro	25
Outubro	23
Novembro	27
Dezembro	X

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 27 de Fevereiro de 2020.

SERGIO FEUSER

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Indaial

DECRETO Nº 2069/2020

Publicação Nº 2379852

. DECRETO Nº 2069/20

. De 28 de fevereiro de 2020

HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMH Nº 02/2020 CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INDAIAL / DISPÕE SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO ANO DE 2019.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5608 de 2018, Decreto nº 1222 de 2019 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado a resolução CMH nº 02/2020 Conselho Municipal de Habitação de Indaial, aprova a prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação referente ao Exercício de 2019, a resolução CMH nº 02/2020 é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 02/2020	DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2019.
-------------------------	--

O CMH - Conselho Municipal de Habitação de Indaial, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.094, de 19 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Municipal nº 5.608, de 26 de novembro de 2018, no Decreto nº 1222/2019 e,

CONSIDERANDO:

- A Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

· A Lei Municipal nº 4.745, de 25 de fevereiro de 2013, que autoriza o poder executivo municipal a doar áreas de terras de sua propriedade ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal.

· A Lei Municipal nº 3.982, de 25 de setembro de 2009, autorizou a aquisição de um terreno para fins de habitação popular;

· A Lei Municipal nº 4.022, de 27 de novembro de 2009, declarou loteamento de interesse social – bairro João Paulo II;

· O Termo de Cooperação nº 33, de 27 de outubro de 2009, que torna parceiros a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC e o Município de Indaial;

RESOLVE:

Art.1o – Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação referente ao exercício do ano de 2019 conforme segue:

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 27 de Fevereiro de 2020.

SERGIO FEUSER

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Indaial

DECRETO Nº 2070/2020

Publicação Nº 2380120

. DECRETO Nº 2070/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Exonera Gerente CEPESBI / Julio Cesar de Souza Junior

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado (a pedido) em 01 de março de 2020 do Cargo em Comissão de Gerente CEPESBI (CC-5), Julio Cesar de Souza Junior nomeado nos termos do Decreto nº 1644/19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2020.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2071/2020

Publicação Nº 2380348

. DECRETO Nº 2071/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Nomeia Gerente CEPESBI / Ana Julia Dutra Nunes

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em 02 de março de 2020, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente CEPESBI (CC-5), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Ana Julia Dutra Nunes, inscrita no CPF sob o nº 020.154.080-02.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Município de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 30/2020

Publicação Nº 2379618

. PORTARIA Nº 30/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Altera Portaria nº 24/2020
Dispõe sobre a lotação do servidor
Fernando Antonio Portella Jaepelt.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde,

RESOLVE,

Art. 1º - Altera Portaria nº 24/2020 a escala do servidor Fernando Antonio Portella Jaepelt - Psicólogo, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Dias	Horários	Local
Terça-feira:	08h às 17h	UAB ALBERT SABIN – ENCANO DO NORTE
Quarta-feira:	08h às 12h	UBS GHUNTER R. EBERT - WARNOW
Quinta-feira:	08h às 12h	UBS NILO DE FREITAS – RIO MORTO

Quinta-feira:	13h às 17h	UBS RENATO F. MELO – JP 2
---------------	------------	---------------------------

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 31/2020

Publicação Nº 2379943

. PORTARIA Nº 31/20

. De 28 de fevereiro de 2020

Altera a Portaria nº 28/2020

Dispõe sobre a lotação da servidora Nayara Elmisan Zolet.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde, RESOLVE,

Art. 1º - Altera a Portaria nº 28/20 a escala da servidora Nayara Elmisan Zolet. – Profissional de Educação Física, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Dias	Horários	Local
Segunda-feira:	08h às 17h	UBS MARCIA MARIA ANDREATTA - ESTADOS
Terça-feira:	08h às 17h	UBS BERTOLINA MAY KECHELE – BENEDITO
Quarta-feira:	08h às 17h	UBS RENATO FERREIRA DE MELO – JP 2
Quinta-feira:	08h às 12h 13h às 17h	ESF INDAIA 3 - SAIS UBS CAETANO DA SILVA PORTO - CARIJOS
Sexta-feira:	08h às 17h	CAPS

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 32/2020

Publicação Nº 2380380

. PORTARIA Nº 32/20

. De 28 de fevereiro de 2020

Altera Portaria nº 27/2020

Dispõe sobre a lotação do servidor João Batista Vicari Jr.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde, RESOLVE,

Art. 1º - Altera Portaria nº 27/20 escala do servidor João Batista Vicari Jr. – Profissional de Educação Física, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Dias	Horários	Local
Segunda-feira:	08h às 17h	UBS REMO WENDORF - TAPAJÓS
Terça-feira:	08h às 17h	UBS ARTHUR KEUNECKE – EST. AREIAS
Quarta-feira:	08h às 17h	ESF INDAIAL 1 - SAIS

Quinta-feira:	08h às 17h	UBS NILO DE FREITAS – RIO MORTO
Sexta-feira:	08h às 17h	UBS CAETANO DA SILVA PORTO - CARIJOS

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2380638

. PORTARIA Nº 33/20

. De 28 de fevereiro de 2020

Dispõe sobre a lotação da servidora Mayke Krausser

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde,

RESOLVE,

Art. 1º - Lotar a servidora Mayke Krausser- Bioquímica, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Dias	Horários	Local
Segunda-feira:	08h às 12h	ESF INDAIA 1 – SAIS
	13h às 17h	ESF INDAIA 2 - SAIS
Quarta-feira:	08h às 12h	ESPASUS
Quinta-feira:	08h às 12h	ESPASUS
Sexta-feira:	08h às 12h	ESF INDAIA 3 - SAIS

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 34/2020

Publicação Nº 2380639

. PORTARIA Nº 34/20

. De 28 de fevereiro de 2020

Dispõe sobre a lotação da servidora Maria Salete Erbs Dias

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde,

RESOLVE,

Art. 1º - Lotar a servidora Maria Salete Erbs Dias- Assistente Social, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Dias	Horários	Local
Segunda-feira a Sexta-feira	08h às 17h	SAIS

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 35/2020

Publicação Nº 2380643

. PORTARIA Nº 35/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Dispõe sobre a lotação da servidora Daniella Miranda da Silva

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde,
RESOLVE,

Art. 1º - Lotar a servidora Daniella Miranda da Silva- Nutricionista, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Segunda- feira a sexta-feira: 08 as 12 h SAIS

Segunda-feira: 13 as 17 h Ubs Nilo de Freitas – Rio Morto

Terça-feira: 13 as 17 h Ubs Marcia Maria Andreatta – Estados*

Terça-feira: 13 as 17 h Ubs Albert Sabin – Enc do Norte

Quarta-feira: 13 as 17 h Ubs Adriana Juceli Catoni – Mulde

Quinta-feira: 13 as 17 h Ubs Bertolina May Kechele - Benedito

Sexta-feira: 13 as 17 h Ubs Arthur Keunecke – Est. Areias

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 36/2020

Publicação Nº 2380646

. PORTARIA Nº 36/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Dispõe sobre a lotação do servidor
Hamilton de Andrade Teixeira

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde,
RESOLVE,

Art. 1º - Lotar o servidor Hamilton de Andrade Teixeira- Nutricionista, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Segunda- feira a sexta-feira: 13 as 17 h - SAIS

Segunda-feira: 08 as 12 h Esf Indaia 3 – SAIS

Terça-feira: 08 as 12 h Ubs Remo Wendorf - Tapajos

Quarta-feira: 08 as 12 h Ubs Caetano da Silva Porto - Carijos

Quinta-feira: 08 as 12 h Ubs Renato F. De Melo – JP2*

Quinta-feira: 08 as 12 h Ubs Ghunter Ricardo Ebert – Warnow *

Sexta-feira: 08 as 12 h Ubs Irineu Kienen – Enc. Baixo

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 37/2020

Publicação Nº 2380654

. PORTARIA Nº 37/20
. De 28 de fevereiro de 2020
Dispõe sobre a lotação do servidor
Maria Edileia Ribeiro da Silva

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, obedecendo o disposto no Decreto 1028/19 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando as Escalas para Atendimento a Atenção Primária em Saúde,
RESOLVE,

Art. 1º - Lotar a servidora Maria Edileia Ribeiro da Silva- Fonoaudióloga, nas UBS nos horários estabelecidos na tabela abaixo, a partir de 02/03/2020, conforme as escalas estabelecidas para atendimento a Atenção Primária em Saúde do Município:

Segunda-feira: 13 as 17 h Ubs Arthur Keunecke – Est. Areias

Terça-feira: 13 as 17 h Esf Indaia 1 – SAIS

Quarta-feira: 13 as 17 h Ubs Marcia Maria Andreatta - Estados

Quinta-feira: 13 as 17 h Ubs Albert Sabin – Enc. do Norte

Sexta-feira: 13 as 17 h Ubs Irineu Kienen – Enc. Baixo

Parágrafo Único – A escala não poderá ser alterada sem prévia autorização do Secretário da pasta e emissão de novo ato legal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2020 - 2ª ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2380697

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 011/2020

Edital de Pregão Presencial nº 009/2020-10430

Registro de Preços

2ª ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de EPI, roupas de proteção de combate a incêndio, resgate e demais operações pontuais - Exclusiva para ME e EPP.

Entrega dos envelopes: 12/03/2020 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 12/03/2020 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 151/2017

Publicação Nº 2379680

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 151/2017

CONTRATADA: SINCROSLOG PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM LTDA ME.

OBJETO DO ADITIVO: visa a REVOGAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 002, que visava a inclusão do item 3.1.2 na cláusula terceira do contrato (3.1.2. Fica incluso no objeto deste contrato, com relação a natureza dos materiais a serem armazenados e gerenciados em almoxarifado (item 1.3.1. do Termo de Referência), os alimentos perecíveis (congelados), incluindo a distribuição desses produtos).

DATA DA ASSINATURA: 25/02/2020

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 206/2019

Publicação Nº 2379681

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 206/2019

CONTRATADA: COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SÃO JOSÉ EIRELI.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 22 (vinte e dois) dias.

PRAZO: 23 de fevereiro de 2020 até 16 de março de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 18/02/2020

CÂMARA MUNICIPAL**ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA - DIA 28/02/2020 - P..L. 05/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2020**

Publicação Nº 2383349

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

DATA:	28/02/2020
HORÁRIO:	13h15
LICITAÇÃO:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020
TIPO:	MENOR VALOR GLOBAL
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de desenvolvimento de sistemas de informática para a prestação de serviços continuados de licença de uso, de instalação, implantação, migração, customização, conversão de dados, parametrização, capacitação de usuários, atualização, suporte técnico e manutenção de sistemas integrados, conforme especificações constantes no edital de Pregão nº 02/2020 – Processo Licitatório nº 05/2020.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epígrafa, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 62/2018, alterada pela Portaria 12/2019). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimento dos envelopes de proposta comercial (anexo II) e documentos de habilitação da empresa LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n. 00.685.840/0001-35, credenciado a senhora Márcia Massignan de Freitas, única participante presente na sessão de abertura. Verificou-se que a empresa estava de acordo com as exigências do Edital, e, portanto, aberto o Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) da empresa participante e, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto e demais condições estabelecidas no edital, verificando-se classificada a proposta apresentada pela empresa. Ato contínuo o Pregoeiro perguntou se havia alguma objeção à proposta e, não havendo oposições, o pregoeiro iniciou a etapa de lances, e declarou como classificada do Pregão (anexo relatório), a licitante LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP:

LOTE ÚNICO- SISTEMA DE GESTÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO					
Item	Qtd	Un.	Descrição / Especificações mínimas	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	FORNECIMENTO DE SISTEMA				
1.1	12	Meses	LOCAÇÃO – Sistema de Controle do Processo Legislativo Municipal com Aplicativo Mobile para Vereadores e Sistema de Controle do Processo Legislativo Municipal para o Parlamento Jovem.	780,00	9.380,00
1.2	12	Meses	LOCAÇÃO - Sistema atualização automática de website;	180,00	2.160,00
1.3	12	Meses	LOCAÇÃO – Sistema para gerenciamento e controle da Sessão Plenária, com votação eletrônica, documentação digital e controle de tempos;	790,00	9.480,00
1.4	20	Horas	Horas técnicas de serviços de treinamento e capacitação de pessoal	140,00	2.800,00
Subtotal Item 1				R\$ 1.890,00	R\$23.800,00
2	SERVIÇOS SOB DEMANDA*				
2.1	1	Hora	Serviços de treinamento, capacitação e atendimento técnico local eventual, pós implantação;	140,00	140,00
2.2	1	Hora	Serviços técnicos especializados de consultoria, customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do contratante;	140,00	140,00
Subtotal Item 2					R\$280,00
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (subtotal 1 + subtotal 2)					R\$24.080,00

Na etapa de lances, o pregoeiro procedeu à negociação, sendo o valor global final negociado é de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais), correspondendo à aproximadamente 9,45% (nove vírgula quarenta e cinco por cento) de desconto em relação à proposta original. A proposta final foi ajustada durante a sessão, conforme a readequação de itens (anexo), de acordo com o previsto no item 20 do Edital. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro e equipe de apoio. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADA a proposta. Desta forma, o Pregoeiro declarou VENCEDORA a empresa licitante LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP. A licitante não se manifestou, importando na decadência do direito de recurso dos atos praticados até o término desta sessão. Ato contínuo, o Pregoeiro convocou a licitante vencedora a realizar prova de conceito, no dia 4 de março de 2020, a partir das 13h, na Câmara de Vereadores de Indaial, para avaliar a compatibilidade do software oferecido com as especificações e as funcionalidades necessárias constantes no Anexo I do Edital, a ser analisado por Comissão Técnica, especialmente designada para este processo. Ao final da prova de conceito, a Comissão Técnica da Câmara encaminhará ao Pregoeiro o relatório da demonstração com o resultado da prova de conceito, para análise e prosseguimento ao feito. Nada

mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente, para produza efeitos legais.

Câmara Municipal de Indaial, em 28 de fevereiro de 2020.

Jefferson José Carlini
Pregoeiro

Fabiane de Oliveira Borges
Membro da Equipe de Apoio

Lucas Nathaniel da Silva
Membro da Equipe de Apoio

Luiz Fernando Surdi
Membro da Equipe de Apoio
(Falta Justificada)

Maria Helena Theiss
Membro da Equipe de Apoio

Andreia Cristina Nunes
Membro da Equipe de Apoio

Representante da Empresa:

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP
Márcia Massignan de Freitas

PORTARIA 18/2020

Publicação Nº 2383350

Portaria Nº 18/20
Nomeia Comissão Técnica / Prova de Conceito.

Vereador Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, nos termos do artigo 36, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e demais atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de nomear comissão técnica, designada especialmente para a aferição do atendimento dos requisitos e funcionalidades exigidos no Pregão Presencial 02/2020, conforme preceitua seu item 10.2;

CONSIDERANDO a ata circunstanciada de sessão pública do dia 28/02/2020, a qual designou para o dia 04/03/2020, a partir das 13h, a realização de prova de conceito (PoC);

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar a Comissão Técnica para a aferição, mediante Prova de Conceito (PoC), dos requisitos e funcionalidades exigidas no edital do Pregão nº 02/2020, cujo objeto é a aquisição de software legislativo e funções correlatas, os servidores a seguir:

I- Carin Maria Bachmann Brandt;
II- Lucas Nathaniel da Silva;
III- Sidnei Vieira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Fevereiro de 2020.

Flávio Augusto Ferri Molinari	
Presidente da Mesa	
Valentim Blasius	Altair Brassiani
1º Secretário	2º Secretário

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL/SC**PORTARIA/INDAPREV N.º 10/20**

Publicação Nº 2379523

PORTARIA/INDAPREV Nº 10/20

De 27 de fevereiro de 2020

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora CATLEEN MAY GUMZ FINK

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VII, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora Catleen May Gumz Fink, ocupante do cargo de orientadora educacional, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/05 — fórmula 85/95 — voluntária por idade e tempo de contribuição e no art. 4º, § 9º, da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2020.

SALVADOR BASTOS

Diretor-Presidente

PORTARIA/INDAPREV N.º 11/20

Publicação Nº 2379530

PORTARIA/INDAPREV Nº 11/20

De 27 de fevereiro de 2020

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor LUIS ANACLETO

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VII, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor Luis Anacleto, ocupante do cargo de vigia, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/05 — fórmula 85/95 — e no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2020.

SALVADOR BASTOS

Diretor-Presidente

PORTARIA/INDAPREV N.º 9/20

Publicação Nº 2379521

PORTARIA/INDAPREV Nº 9/20

De 27 de fevereiro de 2020

Concede Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição à Servidora SILVÂNI MARIA SEHNEM DO AMARAL

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VII, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição à servidora Silvâni Maria Sehnem do Amaral, ocupante do cargo de bioquímica, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo no art. 40, § 4º, III da Constituição Federal - Súmula Vinculante STF Nº 33 de 09/04/2014, e no art. 4º, § 9º, da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2020.

SALVADOR BASTOS

Diretor-Presidente

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1894/2020

Publicação Nº 2379780

DECRETO Nº. 1894 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 768.282,05 (setecentos e sessenta e oito mil duzentos e oitenta e dois reais e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

04.01 Departamento de Educação

1052 Manutenção da Rede Física Fundamental

44900000 Aplicações Diretas

1301 Ordinários - Educação

R\$ 95.300,00

04.00 Secretaria M. de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

04.01 Departamento de Educação

1052 Manutenção da Rede Física Fundamental

44900000 Aplicações Diretas

1162 Transferência de Convênios Estado / Educação

R\$ 89.147,45

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura

06.01 Secretaria M. de Infraestrutura

1058 Pavimentação de Ruas e Passeios

44900000 Aplicações Diretas

1350 Superávit Recursos do Leilão do Petróleo do Pré - Sal

R\$ 383.834,60

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura

06.01 Secretaria M. de Infraestrutura

1059 Obras de Infraestrutura Urbana

44900000 Aplicações Diretas

1300 Recursos Ordinários – Exercício Anterior

R\$ 200.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior e pelo Excesso de Arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 26 de fevereiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3543/20

Publicação Nº 2380255

PORTARIA Nº 3542 DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Revoga portaria nº2745 de 15/02/2016 que nomeia Autoridade Municipal de Trânsito

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Revogar portaria nº2745 de 15/02/2016 que nomeia, Daniela Gomes da Rocha Munaro, como autoridade Municipal de Trânsito e responsável pelo IOMETRAN.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 17 de janeiro de 2020
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3544/20

Publicação N° 2380261

PORTARIA N° 3544 DE 23 DE JANEIRO DE 2020
Amplia carga horária conf. Edital de Alteração de Carga Horária N° 002/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei :

RESOLVE

Art. 1º Alterar para 40hs, pelo período de 03/02/2020 a 18/12/2020, a carga horaria da servidora ANA PAULA MICHELON MENEGON, brasileira, residente em Iomerê/SC, portadora do CPF nº 008.908.669-45, conf. Edital de Alteração de C.H. nº02/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 23 de JANEIRO de 2020.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3545/20

Publicação N° 2380264

PORTARIA N° 3545 DE 23 DE JANEIRO DE 2020
Amplia carga horária conf. Edital de Alteração de Carga Horária N° 002/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei :

RESOLVE

Art. 1º Alterar para 40hs, pelo período de 03/02/2020 a 18/12/2020, a carga horaria da servidora DEISI CANTU PAGANINI, brasileira, residente em Iomerê/SC, portadora do CPF nº 987.424.429-15, conf. Edital de Alteração de C.H. nº02/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 23 de JANEIRO de 2020.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3546/20

Publicação N° 2380268

PORTARIA N° 3546 DE 23 DE JANEIRO DE 2020
Amplia carga horária conf. Edital de Alteração de Carga Horária N° 002/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei :

RESOLVE

Art. 1º Alterar para 40hs, pelo período de 03/02/2020 a 18/12/2020, a carga horaria da servidora SABRINA PESSIN, brasileira, residente em Iomerê/SC, portadora do CPF nº 005.798.229-58, conf. Edital de Alteração de C.H. nº02/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 23 de JANEIRO de 2020.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3547/20

Publicação N° 2380271

PORTARIA N° 3547 DE 23 DE JANEIRO DE 2020

Amplia carga horária conf. Edital de Alteração de Carga Horária N° 002/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei :

RESOLVE

Art. 1º Alterar para 40hs, pelo período de 03/02/2020 a 18/12/2020, a carga horaria do servidor CESAR DACOL, brasileiro, residente em Videira/SC, portador do CPF nº 154.109.199-04, conf. Edital de Alteração de C.H. nº02/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 23 de JANEIRO de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3548/20

Publicação N° 2380276

PORTARIA N° 3548 DE 23 DE JANEIRO DE 2020

Amplia carga horária conf. Edital de Alteração de Carga Horária N° 002/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei :

RESOLVE

Art. 1º Alterar para 30hs, pelo período de 03/02/2020 a 18/12/2020, a carga horaria do servidor MICHEL LEOBET, brasileiro, residente em Videira/SC, portador do CPF nº 154.109.199-04, conf. Edital de Alteração de C.H. nº02/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 23 de JANEIRO de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA CÂMARA N° 06/2020

Publicação N° 2380236

PORTARIA N° 006/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

EXONERA MAYARA MUNARO, Assistente do Presidente da Câmara Municipal de Iomerê.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IOMERÊ, com fundamento no Art. 51, III, da Lei Orgânica do Município e no Art. 47, V, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada MAYARA MUNARO, inscrita no CPF sob nº 060.795.789-13, para exercer o cargo comissionado de Assistente do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 28 de fevereiro de 2020.

RUDINEI LAUERMANN

Presidente

Certidão:

Certifico que esta Portaria foi publicada nesta Secretaria da Câmara Municipal de Iomerê em 28 de fevereiro de 2020.

Iomerê, 28 de fevereiro de 2020.

Ipira

PREFEITURA

EXTRATO JORNAL PROCESSO SELETIVO 001 2020

Publicação N° 2381291

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO SELETIVO N° 001/2020

O Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, nos termos das atribuições que lhe são conferidas por lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que estarão em aberto, no período das 10h do dia 02/03/2020 até às 12horas do dia 31/03/2020, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado de Prova objetiva para a contratação temporária de pessoal do Município de Ipira/SC, conforme consta do quadro seguinte:

Descrição dos Cargos	Carga Horária	Nº de vagas	Vencimento Inicial – R\$
Fonoaudiólogo	20	01	3.149,92
Engenheiro Civil	20	01	3.454,78
Agente De Serviços Gerais	44	01	1.045,00
Agente De Copa E Limpeza	40	01	1.045,00

*CR - Cadastro de Reserva.

As inscrições serão de forma presencial ou por internet, através do preenchimento do formulário disponibilizado no local de inscrição ou no endereço eletrônico: www.ipira.sc.gov.br, na opção correspondente ao Edital nº 001/2020 – Ficha de Inscrição. As inscrições pela internet o Formulário de inscrição devidamente preenchido deverá ser enviado para o e-mail: educacao@ipira.sc.gov.br. A íntegra do Edital e outras informações estão disponíveis no site www.ipira.sc.gov.br ou no mural público da Prefeitura Municipal de Ipira/SC. Ipira/SC, em 28 de fevereiro de 2020. Emerson Ari Reichert – Prefeito Municipal.

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE Nº 14/2019

Publicação Nº 2380436

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE Nº 14/2019

Partes: Município de Iporã do Oeste e Associação Cultural Esportiva e Educativa Integração

Objeto: Melhoria da Infraestrutura da Sede Social da entidade.

Vigência: 25.02.2020 a 24.04.2020

Data da assinatura: 24.02.2020

Ipuacú**PREFEITURA****CT PREF 24.2020**

Publicação Nº 2383840

CONTRATO PREF Nº. 24 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CANECAS DE CERÂMICA BRANCA PERSONALIZADAS PARA SEREM ENTREGUES NO DIA 21 DE MARÇO DE 2020 NO EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: IVANDIR LUIZ FAVERO, inscrita no CNPJ n.14.346.211.0001-95.

FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original).

OBJETO: Aquisição de canecas de cerâmica branca personalizadas para serem entregues no dia 21 de março de 2020 no evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher.

VALOR: O pagamento será no valor total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), referente a aquisição de canecas de cerâmicas personalizadas conforme descrita abaixo:

Item	Quant.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	600	Canecas de cerâmica branca personalizadas para serem entregues no dia 21 de março de 2020 no evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher.	R\$ 17,00	R\$ 10.200,00
				Valor total R\$ 10.200,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é da data de 26 de fevereiro de 2020 até a data de 30 de junho de 2020.

CT PREF 25.2020

Publicação Nº 2383842

CONTRATO PREF Nº. 25 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL ARI CORREIA & GRUPO ALMA DA QUERENCIA PARA A COMEMORAÇÃO DOS 28 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC, A SER REALIZADO NA DATA DE 28 DE MARÇO DE 2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ARI CORREIA & GRUPO ALMA DA QUERENCIA inscrita no CNPJ nº. 32.909.309/0001-95.

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação de shows musicais por inexigibilidade de licitação encontra amparo no artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, consolidada, que estabelece:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...).

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

OBJETO: Contratação do grupo musical ARI CORREIA & GRUPO ALMA DA QUERENCIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.909.309/0001-95 para a comemoração dos 28 anos de emancipação político econômica e administrativa do município de Município de Ipuacú-SC, a ser realizado na data de 28 de março de 2020.

VALOR: O valor da presente inexigibilidade é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é da data de 26 de fevereiro de 2020 até a data de 30 de junho de 2020.

PL PREF 17.2020 DL PREF 03.2020

Publicação Nº 2383839

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 17/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF N.03 /2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Aquisição de canecas de cerâmica branca personalizadas para serem entregues no dia 21 de março de 2020 no evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher.

DA JUSTIFICATIVA: Considerando o evento a ser realizado pelo município na data de 21 de março de 2020 em homenagem ao dia da mulher que ocorrerá dia 08 de março de 2020, será entregue a todas as mulheres presentes no evento uma caneca de cerâmica personalizada.

DO FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original).

DA RAZÃO DA ESCOLHA: A razão da escolha foi devido ao orçamento de menor valor apresentado de acordo com cotações prévias.

DA CONTRATADA: IVANDIR LUIZ FAVERO, inscrita no CNPJ n.º 14.346.211.0001-95, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº. 11, sala 02, centro da cidade de maravilha/SC.

DO VALOR: O pagamento será no valor total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), referente a aquisição de canecas de cerâmicas personalizadas conforme descrita abaixo:

Item	Quant.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	600	Canecas de cerâmica branca personalizadas para serem entregues no dia 21 de março de 2020 no evento em comemoração ao dia Internacional da Mulher.	R\$ 17,00	R\$ 10.200,00
				Valor total R\$ 10.200,00

PL PREF 18.2020 INEXIGIBILIDADE 01.2020

Publicação Nº 2383841

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 18/2020

INEXIGIBILIDADE PREF n. 01/2020

Fundamento Jurídico: Artigo n.º 25, inciso III da lei 8.666/93.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme descrito no presente edital:

MODALIDADE: Inexigibilidade, Artigo n.º 25, inciso III da lei 8.666/93.

OBJETO: Contratação do grupo musical ARI CORREIA & GRUPO ALMA DA QUERENCIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.909.309/0001-95 para a comemoração dos 28 anos de emancipação político econômica e administrativa do município de Município de Ipuacu-SC, a ser realizado na data de 28 de março de 2020.

FORNECEDOR: ARI CORREIA & GRUPO ALMA DA QUERENCIA inscrita no CNPJ nº. 32.909.309/0001-95.

JUSTIFICATIVA: Considerando solicitação por parte da prefeita Municipal Sr.ª Clori Peroza justificando para tal a grande aprovação por parte dos munícipes, onde a proponente é conhecida na região por seu repertório musical, condizente com as tradições locais.

A contratação de shows musicais por inexigibilidade de licitação encontra amparo no artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, consolidada, que estabelece:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...).

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. "

VALOR: O valor da presente inexigibilidade é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

PL PREF 19.2020 PP PREF 12.2020

Publicação Nº 2380493

EDITAL DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo propostas referente ao Processo Licitatório PREF n.º 19/2020, Tipo Pregão Presencial PREF n. 12/2020-Registro de Preços (menor preço por lote)

Entrega de envelopes: Até às 09h00min de 13 de março de 2020.

Data de abertura: A partir das 09h30min de 13 de março de 2020.

Objeto: Contratação de empresa para locação de tendas, palco, grade de isolamento, banheiros químicos, painel de LED, jogos com mesas e cadeiras para serem utilizados nas festividades em comemoração aos 28 de emancipação político econômica e administrativa do município nas datas de 27 e 28 de março de 2020, conforme especificações contidas no anexo I do Edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666/1993 consolidada A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu - SC, em 28 de fevereiro de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL, CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2019/PM

Publicação N° 2379565

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL, CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2019.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, a comissão de licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, apresentou-se para o credenciamento a empresa JEAN CARLOS NIED- MEI, neste ato sem representante presente. Ato continuo a Presidente da Comissão apresenta os envelopes da documentação de habilitação e proposta comercial, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação e proposta, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão de licitação. Em seguida a Comissão analisou a documentação e constatou que a empresa JEAN CARLOS NIED- MEI, apresentou a documentação de habilitação e proposta comercial em conformidade com o edital, estando assim habilitada para as fases seguintes do certame. Comunica-se desta forma a empresa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão de licitação.

Laudecir Francio Jucilene Caliori
Presidente Equipe de Apoio

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 7/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 19/2020/PM-FEIRA DO LIVRO

Publicação N° 2380201

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 7/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 19/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para organização, produção e mediação da Feira do Livro do Município de Ipumirim, que se realizará nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril do ano em curso. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.
Ipumirim - SC, 28/02/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 6/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 20/2020/PM/PINTOR/ PEDREIRO

Publicação N° 2380256

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 6/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 20/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: contratação de empresa, para prestação de serviços especializados, em construções de alvenaria, carpintaria, pintura e eletricitista/encanador, destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do Município de Ipumirim-SC, tudo conforme o edital de credenciamento nº 02/2019, Termo de Referência e seus anexos. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.
Ipumirim - SC, 28/02/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 206/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380217

CONCEDE LICENÇA A RIVELINO GEDOZ PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXI

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONCEDE

Ao Senhor RIVELINO GEDOZ, brasileiro, portador do CPF 806.490.099-91, licença para exploração de serviços de táxi, com o veículo VW/ NOVO GOL 1.6 MB5, chassi 9BWAB450LT099784, 5 portas, cor branca, placas RAD4780, com ponto estabelecido na Rua Tiradentes, neste Município de Ipumirim, permissão homologada através do edital de concorrência pública 3/2005 de 10 de novembro de 2005, de acordo com a Lei Complementar 43/2007 de 24 de dezembro de 2008 e Lei Complementar 56/2008.

Considerando o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º da LC 43/2007, dentro de 30 dias deverá o contribuinte comparecer junto ao município para a apresentação do veículo nas condições estabelecidas na Lei, a falta da apresentação do veículo nos moldes previstos no parágrafo acima citado, importará na revogação de pleno direito da permissão.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, 28 de fevereiro de 2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO

PORTARIA Nº. 205/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380208

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FLAVIANE MANICA, matrícula 2009, férias de 12 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 02 de Março de 2020 a 13 de Março de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02 de Março de 2020.

Ipumirim - SC, 28 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 16, IL Nº 4-2020-AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 2380429

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 27/02/2020
	Folha: 1/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 16/2020
b) Licitação Nr.: 4/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 27/02/2020
e) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de chamamento Público para Credenciamento nº 02/2020, para o exercício de 2020.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL (10164)

25 Polpa natural de frutas pote 01 kg, congelada, não fermentada, não concentrada, processada de acordo com as normas com registro no MAPA(ministério da agricultura, pecuária e abastecimento) sabores diversos	UN	100,00	0,0000	19,00	1.900,00
				Total do Fornecedor:	1.900,00

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROIND. FAMILIAR DE JABOR (10213)

24 Suco de uva natural, integral, 100% natural, mantendo todas as vitaminas e elementos naturais da uva. Contém hidratos de carbono, proteínas, sais minerais, vitaminas e outros elementos importantes para o organismo. Produto nutritivo sem adição de outros produtos. Garrafas de 1,5LT. Registro no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).	GR	200,00	0,0000	18,50	3.700,00
				Total do Fornecedor:	3.700,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2020 - IL</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 27/02/2020</p>
	Folha: 2/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COOPERATIVA PROD AGROIND ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)

1 Macarrão tipo caseiro bandeja 500 gramas Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e óleo vegetal embalados em pacotes/bandejas de 500g devidamente rotulados.	BJA	1.000,00	0,0000	5,50	5.500,00
2 Fubá de milho amarelo, Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, Ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2 g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, transparente, com peso líquido de 1 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Fubá com ferro e, produto obti	KG	400,00	0,0000	3,50	1.400,00
3 Mandioca, de tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, com 1 kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificação do produto. O produto poderá ser isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	500,00	0,0000	5,00	2.500,00
4 Laranja (Valencia, Rubi, Folha murcha, polpa vermelha) in natura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento completo, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em caixa plástica.	KG	1.000,00	0,0000	1,50	1.500,00
5 Chuchu, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	400,00	0,0000	2,50	1.000,00
6 MORANGA CABUTIÁ DE BOA QUALIDADE (não esteja murcha, estragada e batida)	KG	100,00	0,0000	3,25	325,00
7 CITRUS (morgata, ponkan, bergamota, tangerina) fruto maduro,	KG	300,00	0,0000	3,20	960,00
8 Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	300,00	0,0000	3,90	1.170,00
9 CENOURA - boa qualidade (que não esteja murcha e estragada)	KG	300,00	0,0000	3,90	1.170,00
10 Pessego novo de 1ª qualidade, nao esteja murcho e estragado	KG	400,00	0,0000	3,50	1.400,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 27/02/2020
	Folha: 3/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COOPERATIVA PROD AGROIND ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)

11	Tempero verde, maço contendo 125g de cebolinha e 125g de salsinha, totalizando 250g. (folha sãs, novas sem rupturas).	maço	100,00	0,0000	3,50	350,00
12	FEIJÃO PRETO Grupo comum, embalagem plástica de polietileno atóxico de 01 kg a unidade. Prazo de validade para consumo de no mínimo 03 meses a contar da data de entrega.	KG	400,00	0,0000	6,00	2.400,00
13	Caqui de Chocolate de 1ª Qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionado em embalagens de 01 kg	KG	400,00	0,0000	3,50	1.400,00
14	Queijo Minas Meia Cura, tendo como ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho, sal e condimentos. o produto deverá ser acondicionado em embalagens plásticas de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, isento de registro no ministério da agricultura- serviço de inspeção Federal (SIF) Serviço de inspeção estadual (SIE)	KG	300,00	0,0000	19,00	5.700,00
15	Leite Pasteurizado Integral tipo C, homogeneizado, ingredientes: leite padronizado 3% de gordura Láctea tratado termicamente, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 10g de carboidrato, 7g de proteína e 6g de gorduras totais, preparado com de matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o rótulo deve estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 1L, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	3.000,00	0,0000	2,50	7.500,00
16	Bebida láctea pasteurizada com polpa de fruta, sabor coco e morango. Ingredientes leite pasteurizado, soro de leite, açúcar, estabilizante, espessante e polpa de fruta. Informações quanto ao armazenamento, data de fabricação e validade. Embalagens de 900 gramas transporte sob refrigeração ou em caixas térmicas. Registro no SIM, SIE ou SIF.	PCT	400,00	0,0000	5,00	2.000,00
17	Pão Caseiro - conforme as seguintes descrições: produto resultante da cocção da massa preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento, ovos, sal, açúcar e água, utilizando somente ingredientes permitidos pela legislação vigente. Não deverá apresentar odores fermentados e fumaça, nem fragmentos de insetos, roedores ou bolores. Estar acondicionada em embalagem plástica resistente com o nome da empresa, com rotulagem apresentando o nome do produto, tabela com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade conforme legislação vigente. Aproximadamente 700g	UN	1.000,00	0,0000	7,50	7.500,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 16/2020 Data do Processo: 27/02/2020
	Folha: 4/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COOPERATIVA PROD AGROIND ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)

18 Pão caseiro integral, conforme as seguintes descrições: produto resultante da cocção da massa preparada com farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento, ovos, sal, açúcar e água, utilizando somente ingredientes permitidos pela legislação vigente. Não deverá apresentar odores fermentados e fumaça, nem fragmentos de insetos, roedores ou bolores. Estar acondicionada em embalagem plástica resistente com o nome da empresa, com rotulagem apresentando o nome do produto, tabela com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade conforme legislação vigente. Aproximadamente 700g.	UN	1.000,00	0,0000	8,00	8.000,00
19 Bolacha Caseira - simples, sem glase ou cobertura, não deve apresentar umidade, esmagamento, bolores, sem conservantes devidamente acondicionados em embalagens fechadas, limpas e etiquetadas. Bandeja de 400g	BJA	300,00	0,0000	7,50	2.250,00
20 Cuca sovada-600gr-Produzida com farinha de ótima qualidade, fermento biológico, ovos, açúcar, sal, gordura vegetal e leite, tendo como opção de recheio sabores de coco, chocolate, condicionadas em formas de alumínio revestida de isofilme transparente fornecidas em embalagens de 600gr, contendo nome da empresa, data de fabricação e validade e registro no ministério da Saúde.	UN	1.000,00	0,0000	8,50	8.500,00
21 Carne suína em cubos. Registro no SIM, SIE ou SIF. Carne de boa qualidade com serviço de inspeção federal com prazo de validade e data de fabricação, sem utilização de conservantes.	KG	800,00	0,0000	15,00	12.000,00
22 Pernil suíno, congelado, cortado em cubos, de primeira qualidade, com inspeção e registro impresso no rótulo. Alimento com aspecto próprio, sem cartilagens e ossos, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades e parasitas. Embalagem de um quilo, embalado a vácuo. Na entrega o produto não poderá ter validade inferior a quatro meses e data de fabricação máxima de 30 dias antes da entrega. Transporte de acordo com a temperatura especificada na embalagem. Registro no SIM, SIE ou SIF.	KG	400,00	0,0000	15,90	6.360,00
23 Banha suína- Gordura suína pura, inspecionada pelo SIF, apresentada em embalagens de 3,0 kg contendo origem do produto, tabela nutricional e data de fabricação e validade.	BL	100,00	0,0000	25,00	2.500,00

Total do Fornecedor: 83.385,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 4/2020 - IL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 16/2020
 Data do Processo: 27/02/2020

Folha: 5/5

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COPAFAC- COOPERATIVA PROD. AGROIND. FAMILIAR CONCO (9803)

26	Melado de Cana- Melado, obtido do caldo da cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	0,0000	12,00	2.400,00
27	Doce de fruta, sabores diversos (uva, goiaba, figo, morango, abóbora), acondicionados em vidros de 700g.	V	400,00	0,0000	15,90	6.360,00
28	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg,	KG	500,00	0,0000	5,00	2.500,00
Total do Fornecedor:						11.260,00
Total Geral:						100.245,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL

 Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 18, IL Nº 5-2020-AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 2380432

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2020 Data do Processo: 27/02/2020 Folha: 1/3
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2020
b) Licitação Nr.: 5/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 27/02/2020
e) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de chamamento Público para Credenciamento nº 02/2020, para o exercício de 2020.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL (98 50)

1	Macarrão tipo caseiro bandeja 500 gramas. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e óleo vegetal embalados em pacotes/bandejas de 500g devidamente rotulados.	BJA	1.000,00	0,0000	5,50	5.500,00
2	Fubá de milho amarelo, Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, Ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2 g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, transparente, com peso líquido de 1 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Fubá com ferro e, produto obtido	KG	400,00	0,0000	3,50	1.400,00
3	Mandioca, de tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, com 1 kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificação do produto. O produto poderá ser isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	500,00	0,0000	5,00	2.500,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2020 Data do Processo: 27/02/2020
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL (9850)

4	CITRUS (morgata, ponkan, bergamota, tangerina) fruto maduro,	KG	300,00	0,0000	3,20	960,00
5	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	300,00	0,0000	3,90	1.170,00
6	CENOURA - boa qualidade (que não esteja murcha e estragada)	KG	300,00	0,0000	3,90	1.170,00
7	Bebida láctea pasteurizada com polpa de fruta, sabor coco e morango. Ingredientes leite pasteurizado, soro de leite, açúcar, estabilizante, espessante e polpa de fruta. Informações quanto ao armazenamento, data de fabricação e validade. Embalagens de 900 gramas transporte sob refrigeração ou em caixas térmicas. Registro no SIM, SIE ou SIF.	PCT	400,00	0,0000	5,00	2.000,00
8	Bolacha Caseira - simples, sem glace ou cobertura, não deve apresentar umidade, esmagamento, bolores, sem conservantes devidamente acondicionados em embalagens fechadas, limpas e etiquetadas. Bandeja de 400g	BJA	300,00	0,0000	7,50	2.250,00
9	Cuca sovada-600gr-Produzida com farinha de ótima qualidade, fermento biológico, ovos, açúcar, sal, gordura vegetal e leite, tendo como opção de recheio sabores de coco, chocolate, condicionadas em formas de alumínio revestida de isofilme transparente fornecidas em embalagens de 600gr, contendo nome da empresa, data de fabricação e validade e registro no ministério da Saúde.	UN	1.000,00	0,0000	8,50	8.500,00
10	Carne suína em cubos. Registro no SIM, SIE ou SIF. Carne de boa qualidade com serviço de inspeção federal com prazo de validade e data de fabricação, sem utilização de conservantes.	KG	800,00	0,0000	15,00	12.000,00
11	Pernil suíno, congelado, cortado em cubos, de primeira qualidade, com inspeção e registro impresso no rótulo. Alimento com aspecto próprio, sem cartilagens e ossos, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades e parasitas. Embalagem de um quilo, embalado a vácuo. Na entrega o produto não poderá ter validade inferior a quatro meses e data de fabricação máxima de 30 dias antes da entrega. Transporte de acordo com a temperatura especificada na embalagem. Registro no SIM, SIE ou SIF.	KG	400,00	0,0000	15,90	6.360,00
12	Banha suína- Gordura suína pura, inspecionada pelo SIF, apresentada em embalagens de 3,0 kg contendo origem do produto, tabela nutricional e data de fabricação e validade.	BL	100,00	0,0000	25,00	2.500,00
13	Suco de uva natural, integral, 100% natural, mantendo todas as vitaminas e elementos naturais da uva. Contém hidratos de carbono, proteínas, sais minerais, vitaminas e outros elementos importantes para o organismo. Produto nutritivo sem adição de outros produtos. Garrafas de 1,5LT. Registro no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).	GR	200,00	0,0000	18,50	3.700,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 5/2020 - IL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 18/2020
 Data do Processo: 27/02/2020

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL (9850)

14	Melado de Cana- Melado, obtido do caldo da cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	0,0000	12,00	2.400,00
15	Repolho novo de 1ª qualidade, folhas sãs, tamanho médio	KG	200,00	0,0000	4,90	980,00
16	Açúcar mascavo, 1º qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, em embalagem plástica transparente de 1 kg..	PCT	100,00	0,0000	11,90	1.190,00
17	BATATA DOCE Tubérculo de elevada qualidade, selecionados e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Ausência de odor e sabor estranho, assim como parasitas e larvas.	KG	300,00	0,0000	3,90	1.170,00
18	MEL Frasco de 700 gramas Produto obtido a partir do néctar elaborado por abelhas, a partir do néctar de flores e/ou exsudados sacarínicos de plantas, isento de substâncias estranhas, sujidades, parasitas e de corretivos de acidez; acondicionado em frascos plásticos de 700grs validade mínima na data da entrega de 1 ano. Registro no SIM, SIE ou SIF.	Pt	200,00	0,0000	19,50	3.900,00
19	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, contendo registro no Ministério da Agricultura	DZ	300,00	0,0000	5,90	1.770,00

Total do Fornecedor: 61.420,00

Total Geral: 61.420,00

Ipumirim, 27 de Fevereiro de 2020.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL

 Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 19, DL Nº 7-2020-FEIRA DO LIVRO-PM

Publicação Nº 2380314

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2020 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 19/2020 Data do Processo: 28/02/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2020
b) Licitação Nr.: 7/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 28/02/2020
e) Objeto da Licitação contratação de empresa para organização, produção e mediação da Feira do Livro do Município de Ipumirim, que se realizará nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril do ano em curso.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

IRACEMA TALIM-ME (10506)

1 contratação de empresa para organização, produção e mediação da Feira do Livro do Município de Ipumirim, que se realizará nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril do ano em curso.	SER	1,00	0,0000	10.990,00	10.990,00
--	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 10.990,00

Total Geral: 10.990,00

Ipumirim, 28 de Fevereiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 20, DL N° 6-2020-CONT. EMP. SERV. PINTOR-PEDREIRO-PM

Publicação N° 2380316

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2020 - IL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 20/2020 Data do Processo: 28/02/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 20/2020
 b) Licitação Nr.: 6/2020-IL
 c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
 d) Data Homologação: 28/02/2020
 e) Objeto da Licitação: contratação de empresa, para prestação de serviços especializados, em construções de alvenaria, carpintaria, pintura e eletricitista/encanador, destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades administrativas diretas e indiretas do Município de Ipumirim-SC, tudo conforme o edital de credenciamento nº 02/2019, Termo de Referência e seus anexos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

JEAN CARLOS NIED-MI (9952)

1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO	SER	1,00	0,0000	21,92	21,92
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO	SER	1,00	0,0000	16,55	16,55
3	PRESTACAO DE SERVICOS DE PINTOR	SER	1,00	0,0000	20,50	20,50
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PINTOR	SER	1,00	0,0000	15,09	15,09
Total do Fornecedor:						74,06
Total Geral:						74,06

Ipumirim, 28 de Fevereiro de 2020.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL

 Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 003 AO 006/2020 SAUDE

Publicação Nº 2379579

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

Contratada.: MARI REGINA CAPELETO

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Este Edital tem por objeto CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS) em terapia de Reiki e Massoterapia, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde, em atendimento aos programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº.: 004/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

Contratada.: CLOVIS ALBERTO COMPARIN 54768993915

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Este Edital tem por objeto CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS) em terapia de Reiki e Massoterapia, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde, em atendimento aos programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº.: 005/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

Contratada.: IVANETE JOANA TECHIO BIZ 75372762934

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Este Edital tem por objeto CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS) em terapia de Reiki e Massoterapia, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde, em atendimento aos programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº.: 006/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

Contratada.: IVANA EMKE BECKER 03500945945

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 02/03/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Este Edital tem por objeto CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS) em terapia de Reiki e Massoterapia, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde, em atendimento aos programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

EXTRATO DE CONTRATO 062 AO 064/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2379511

Contrato Nº...: 062/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: GILBERTO ANTONIO TUMELERO E CIA LTDA

Valor : 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 27/02/2020 Término: 27/02/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o objeto do presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, Sistema REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de HORAS MÁQUINAS do tipo escavadeira hidráulica, trator de esteiras e retroescavadeira, para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no interior do município e outros serviços públicos deste município prestados pelo Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme itens e

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº...: 063/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: DEISON IVAN SCHMOELLER EIRELI - ME

Valor : 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 27/02/2020 Término: 27/02/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o objeto do presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, Sistema REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de HORAS MÁQUINAS do tipo escavadeira hidráulica, trator de esteiras e retroescavadeira, para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no interior do município e outros serviços públicos deste município prestados pelo Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme itens e

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº...: 064/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada...: EUCLESIO EDIO BOFF TERRAPLANAGEM EIRELI

Valor : 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 27/02/2020 Término: 27/02/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Constitui o objeto do presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, Sistema REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de HORAS MÁQUINAS do tipo escavadeira hidráulica, trator de esteiras e retroescavadeira, para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no interior do município e outros serviços públicos deste município prestados pelo Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme itens e

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020

PORTARIA Nº 071/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379472

PORTARIA Nº 071/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER LICENÇA PREMIO, pelo período de 30 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. CASSIANE BERTÓ, funcionária efetiva no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, 40 horas, no período de 02 À 31 DE MARÇO DE 2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 27 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 072/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379475

PORTARIA Nº 072/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. SAMANTA NIENOW WINTER ocupante do cargo de ENGENHEIRO CIVIL, Lotado na Secretaria Municipal Administração e Fazenda, 20 horas, no período de 02 a 31 DE MARÇO DE 2020, referente ao período aquisitivo de 05/07/2018 A 04/07/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 27 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 073/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379478

PORTARIA Nº 073/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 18 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. DEISE DALVANA MANICA ALBERTI ocupante do cargo efetivo de AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO EXTERNO, Lotado na Secretaria Municipal Administração e Fazenda, 40 horas, no período de 02 a 19 DE MARÇO DE 2020, referente ao período aquisitivo de 05/05/2018 A 04/05/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 27 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 074/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379479

PORTARIA Nº 074/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. MARGARIDA BOHN, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no cargo de DIRETOR ADJUNTO, a partir de 02 a 21 de Março de 2020. Referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 A 01/01/2020.

Art. 2º - AUTORIZAR conforme. Art.115, §1º da LEI 042/2009.

Art. 3º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 27 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA N° 075/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2379512

PORTARIA N° 075/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1° - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 15 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. FABRICIO FARIAS ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM INFORMATICA, Lotado na Secretaria Municipal Administração e Fazenda, 40 horas, no período de 02 a 16 DE MARÇO DE 2020, referente ao período aquisitivo de 15/01/2019 A 14/01/2020.

Art. 2° - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 27 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA N° 076/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379514

PORTARIA N° 076/2020, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1° - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. VILCEU FRANCISCO ASSONI, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, no cargo de MOTORISTA, 40horas semanais, a partir de 02 a 21 de Março de 2020. Referente ao período aquisitivo de 20/01/2018 a 19/01/2019.

Art. 2° - AUTORIZAR conforme. Art.115, §1° da LEI 042/2009.

Art. 3° - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha, 27 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

TERMO HOMOLOGAÇÃO IL 03/2020 - FMS

Publicação Nº 2379543

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2020 - IL Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 4/2020 Data do Processo: 12/02/2020
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2020
b) Licitação Nr.: 3/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 28/02/2020
e) Objeto da Licitação: Este Edital tem por objeto CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS) em terapia de Reiki e Massoterapia, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde, em atendimento aos programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Saúde

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

CLOVIS ALBERTO COMPARIN 54768993915 (5165)

- 1 Contratação de empresa para prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde.

Total do Fornecedor: 6.000,00**IVANA EMKE BECKER 03500945945 (4439)**

- 1 Contratação de empresa para prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde.

Total do Fornecedor: 6.000,00

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2020 - IL
	Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: 4/2020 Data do Processo: 12/02/2020

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**IVANETE JOANA TECHIO BIZ 75372762934 (5166)**

1 Contratação de empresa para prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde.	MES	10,00	0.0000	600,00	6.000,00
--	-----	-------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 6.000,00**MARI REGINA CAPELETO (4053)**

1 Contratação de empresa para prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde.	MES	10,00	0.0000	600,00	6.000,00
--	-----	-------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 6.000,00**Total Geral: 24.000,00**

Iraceminha, 28 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irati**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020-PMI - EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA, PARA EXECUÇÃO DE DESASSOREAMENTO DO RIO BARRA GRANDE, SEDE DE IRATI/SC, NUMA EXTENSÃO DE 1.500 M, NO PERÍMETRO URBANO, OBEDECENDO O EAS – ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO**

Publicação Nº 2383854

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Adm. Nº 034/2020

Processo Licitatório Nº 034/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020

Tipo: MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL

Objeto: EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA, PARA EXECUÇÃO DE DESASSOREAMENTO DO RIO BARRA GRANDE, SEDE DE IRATI/SC, NUMA EXTENSÃO DE 1.500 M, NO PERÍMETRO URBANO, OBEDECENDO O EAS – ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO, COM APROXIMADAMENTE 4.500 M3 DE RETIRADA DE MATERIAL (ESTIMADO), CONFORME PROJETO AMBIENTAL

Entrega dos Envelopes: às 08:30 horas do dia 18/03/2020

Abertura dos Envelopes: às 09:00 horas do dia 18/03/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010 ou pelo site: www.irati.sc.gov.br.

Irati – SC, 02 de março de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO 2019**

Publicação Nº 2381290

RELATÓRIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA

(Art. 14, § 1º) - ANEXO V (Redação do anexo I dada pela Portaria N.TC-0537/2018)

ENTIDADE: CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE IRATI

PRESIDENTE: CLEUSA BORTOLUZ FORTUNA

EXERCÍCIO: 2019

2019

RELATÓRIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA (Art. 14, § 1º) - ANEXO V (Redação do anexo I dada pela Portaria N.TC-0537/2018)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:**1.a) Identificação da unidade jurisdicionada**

Identificação da unidade jurisdicionada:	CÂMARA DE VEREADORES DE IRATI
CNPJ	20.216.183/0001-94
Endereço	Rua Telmiro Bodanese, 93, Centro
Telefones	(49) 3349-0041
Endereço eletrônico	e-mail: camara@irati.sc.gov.br

2.a) estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

PRESIDENTE	CLEUSA B. FORTUNA
VICE-PRESIDENTE	JOSIANE D. ALVES
1º SECRETÁRIO	LEODIMAR MEURER

2 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**a) Relacionar os programas de governo sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada, especificando:****a.1) a identificação do programa**

O Programa Processo Legislativo compreende todas as ações do Poder Legislativo, dentro das suas funções de legislar e fiscalizar, bem como

a manutenção das atividades internas necessárias para o funcionamento do Poder.

Orçado

01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	780.000,00
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	780.000,00
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	20.000,00
01.031.0001.1.003	CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES	100.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	640.000,00
01.031.0001.2.056	MANUTENÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM	20.000,00

a.2) a comparação das metas físicas e financeiras previstas e as realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente

Comparação das metas facultada/dispensada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – Portaria n. TC 0975/2019

a.3) contingenciamento de despesas no exercício (limitação de empenho - art. 9º da lei de responsabilidade fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados;

Não houve contingenciamento de despesas no exercício, pelo controle das despesas mantido para garantir o equilíbrio das contas públicas.

a.4) informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, demonstrando os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, e as razões que motivaram estes registros

Não ocorreram passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

a.5) as razões e/ou circunstâncias para permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro. A Câmara não possui restos a pagar com pendência de mais de um exercício financeiro.

3- INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

3. a) quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.

Item dispensado de envio referente ao ano de 2019, pelo TCE/SC Portaria 0975/2019.

3.b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês

Não há pessoal terceirizadas executando trabalho na Câmara de Vereadores em 2019.

3.c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês

Não houve pagamento de benefícios previdenciários em 2019.

3.d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título

Não houve pagamento de remuneração aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título, em 2019.

4 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)			
		Exercício:	2019
Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido (Pago)
ACANOR	Contribuição	11.400,00	11.400,00
Total		11.400,00	11.400,00

5 – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

5.a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação;

Item dispensado de envio referente ao ano de 2019, pelo TCE/SC, Portaria 0975/2019.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

O órgão de imprensa oficial da Câmara de Vereadores em 2019 foi o Mural Público e o DOM (Diário Oficial dos Municípios). Todas as publicações também foram realizadas na Internet.

6 - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

6.a) recomendações expedidas no exercício

Descrição da recomendação:	Não houve
Providências adotadas:	Não houve
Setor responsável pela implementação:	Não houve
Síntese da providência adotada:	Não houve
Síntese dos resultados obtidos:	Não houve

6.b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento

Descrição da recomendação:	Não houve
Providências adotadas:	Não houve
Setor responsável pela implementação:	Não houve
Síntese da providência adotada:	Não houve
Síntese dos resultados obtidos:	Não houve

7 - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS)

Não houveram contratos de gestão.

8 - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não houveram termos de parceria.

Irati-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Cleusa B. Foturna

Presidente

Itá

PREFEITURA

ADENDO 01 AO PL 003/2019 FMS, INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019 FMS

Publicação Nº 2383930

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2019 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2019 - FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019 – FMS

ADENDO 01

O Município de Itá SC, através do Fundo Municipal de Saúde pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, Centro, nesta Cidade, torna público alteração do edital do processo licitatório conforme segue:

Considerando a Clausula Terceira da Minuta do Contrato que prevê o reajuste dos valores a cada doze meses, tendo como marco inicial, a data limite para apresentação da proposta no processo licitatório. O índice de reajuste utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC;

Considerando que a variação do INPC nos últimos doze meses foi de 4,48% (quatro virgula quarenta e oito por cento);

Fica a partir desta data alterada a tabela de valores paga pelo serviço conforme segue:

ITEM	SERVIÇOS CREDENCIADOS	VALOR DO SERVIÇO
01	Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, com formação mínima em enfermagem, regime de sobreaviso de urgência e emergência a ser realizado das 17h00min às 07h30min e 11h30min às 13h00min nos dias úteis e durante 24 horas diárias nos sábados, domingos e feriados, conforme escala entre os credenciados realizado pelo setor técnico do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 11,02 por hora
02	Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, com formação mínima em enfermagem, regime de sobreaviso de urgência e emergência a ser realizado das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min nos dias úteis, conforme escala entre os credenciados realizado pelo setor técnico do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 11,02 por hora
03	Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, com formação mínima em enfermagem, regime de plantão nos eventos realizados no Município, conforme escala de plantão entre os credenciados realizado pelo setor técnico do Fundo Municipal de Saúde.	R\$ 16,50 por hora

Ficam inalteradas as demais cláusulas do Edital de Inexigibilidade nº 003/2019.

Itá - SC, 19 de fevereiro de 2020.
DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Analisado e Aprovado

Anacleto Listoni
OAB/SC 14.156

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020

Publicação Nº 2379665

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 07 de janeiro de 2019, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 010/2020, Pregão Presencial nº. 008/2020, objetivando a aquisição de materias hidraulicos, eletricos e de construção, para manutenção das atividades das secretaria municipais. Apresentaram envelopes de Proposta de Preço e Documentação as empresas TANIRA GUEDES ZILLI, ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME, BMH MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA, MUDAR TINTAS E MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA, PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, PALUDO SINALIZAÇÕES LTDA, COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA, QUIMICASOL EIRELI EPP, CONCRETOS BASSO LTDA, neste ato, representada pelos Senhores: Maristela Momoli Krefta, Adilio Rossi, Alisson Moraes dos Santos, Juceli Jarbas Dalle Laste, Arildo Pascoalino Cardoso, Tiago Ismael Hartmann Caneppele, Anderson José Paludo, Gilmar Antonio Alfien; A empresa QUIMICASOL EIRELI EPP, não enviou representante e a empresa CONCRETOS BASSO LTDA não apresentou documentação para a fase de credenciamento, ficando assim impossibilitada de efetuar lances. As demais licitantes cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. Todas as empresas comprovaram a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e

verificou que a empresa atendeu à disposição da Lei. Aberto o envelope de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos nele existente, e registrados no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA se sagrou vencedora nos itens 01, 03, 06, 09, 13, 15 e 31 do edital com o valor total de R\$ 77.550,00 (setenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais); a empresa: TANIRA GUEDES ZILLI se sagrou vencedora nos itens 07, 08, 10, 11, 12, 14, 22, 23, 24, 27, 30, 42 e 44 do edital com o valor total de R\$ 177.830,00 (cento e setenta e sete mil oitocentos e trinta reais); a empresa: ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME se sagrou vencedora nos itens 35, 36 e 37 do edital com o valor total de R\$ 40.880,00 (quarenta mil oitocentos e oitenta reais); a empresa : MUDAR TINTAS E MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA se sagrou vencedora nos itens: 02, 04, 05, 16, 17, 21, 28, 29, 47 e 49 do edital com o valor total de R\$ 87.620,00 (oitenta e sete mil seiscentos e vinte reais); a empresa: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME se sagrou vencedora nos itens: 18, 19, 20, 38, 39, 40 e 41 do edital com o valor total de R\$ 140.945,00 (cento e quarenta mil novecentos e quarenta e cinco reais); a empresa: BMH MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA se sagrou vencedora nos itens: 25, 26, 43, 45, 46, 48, 50, 51, 52 e 53 do edital com o valor total de R\$ 26.525,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais); a empresa: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI se sagrou vencedora nos itens: 32, 33 e 34 do edital com o valor total de R\$ 65.325,00 (sessenta e cinco mil trezentos e vinte e cinco reais). O representante da empresa CONCRETOS BASSO LTDA retirou-se da sessão após a fase de lances. O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope de documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação restou em HABILITAR as empresas vencedoras por cumprirem os requisitos do edital; Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitante presentes Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de Apoio

TANIRA GUEDES ZILLI
Licitante

ARTEFATOS DE CIMENTO ROSSI LTDA ME
Licitante

BMH MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA
Licitante

MUDAR TINTAS E MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Licitante

PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI
Licitante

CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME
Licitante

PALUDO SINALIZAÇÕES LTDA
Licitante

COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA
Licitante

DECISÃO PREFEITO PL 004/2020

Publicação Nº 2380413

Itá- SC, 20 de Fevereiro de 2020.

DECISÃO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de ITÁ-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas considerando o deslinde do Processo Licitatório nº 004/2020, Edital de Pregão Presencial nº 002/2020, DECIDO:

Solicitado Parecer Jurídico o mesmo assim se manifestou:

“(…)

Esta Consultoria Jurídica está sendo instada a se manifestar sobre a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que inabilitou a empresa RO-DRIGO JOSÉ SCHONS, por descumprir o item 6.1, alíneas “g”, “j” e “K”, do Edital, vez que não apresentou a certidão EPROC, a certidão de pessoa jurídica junto ao CREA e a certidão de pessoa física junto ao CREA.

Sem maiores delongas, registre-se que a inabilitação foi escoreita, vez que a licitante descumpriu as exigências do edital, devidamente especificadas na decisão, fato que motivou sua exclusão da licitação.

Ademais, a empresa foi devidamente intimada e não apresentou recurso.

Desta forma, opina-se pela manutenção da referida decisão, com a inabilitação da empresa RODRIGO JOSÉ SCHONS para continuar no certame.”

Ante o exposto, adoto como forma de decidir Parecer Jurídico emitido pela Consultoria Jurídica do Município, mantendo a inabilitação da empresa RODRIGO JOSÉ SHONS.

Intime-se
Publique-se!
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

DECRETO N. 009/2020

Publicação N° 2379743

DECRETO N° 009, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

“Dispõe sobre o horário de expediente nas dependências do Centro Administrativo Municipal e dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o inciso VII do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica adotado como horário de expediente no Centro Administrativo Municipal, o seguinte:

- I - no período matutino das 07h30min às 11h30min;
- II - no período vespertino das 13h00min às 17h00min.

Parágrafo Único. Os horários acima dispostos serão praticados a partir de 02 de Março de 2020.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 28 de Fevereiro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019 - PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação N° 2380390

CONVOCAÇÃO - 019

Ficam convocados os abaixo relacionados, conforme classificação no PS 001/2019 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 07:30 hs.

Auxiliar de Classe

Candidato	Assinatura
Patricia Gasperin Paludo	

Itá, 28 de Fevereiro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS 17 A 23 E ADITIVO QUANTUM

Publicação N° 2380305

Aditivo N° : 1AD 31/2019 - Contrato N°: 31/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: QUANTUM ENGENHARIA LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 08/02/2020 Término: 07/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 7/2019

Objeto : Aditivo de prazo do contrato devido a problemas com as luminárias e para terminar os relatórios técnicos.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 21/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada.: CENTRO DE EQUOTERAPIA ITÁ LTDA - ME
Valor : 85.305,00 (oitenta e cinco mil trezentos e cinco reais)
Vigência : Início: 19/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (296) Saldo:
100.000,00
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de equoterapia.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 22/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada.: SERVITA - AS.DOS SERV.PUBL.MUNIC.DE ITA
Valor : 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 24/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (142) Saldo:
157.868,15
Objeto : Locação de praça esportiva para manutenção dos projetos desenvolvidas pelo departamento de esportes do município.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 23/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada.: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA
Valor : 498.500,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 24/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de um conjunto Móvel de Britagem, para atender as necessidades do Município de Itá.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 17/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada.: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : Prestação serviços de consulta ambulatorial em atenção básica (item 1.11) pelo CONTRATADO, a todos os cidadãos, devidamente encaminhados pelo Município de Itá.
Contratada.: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA
Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020
DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Contrato Nº.: 18/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada.: LD HEALTH SERVICOS DE SAUDE LTDA - ME
Valor : 8.305,00 (oito mil trezentos e cinco reais)
Vigência : Início: 05/02/2020 Término: 31/12/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : Prestação de serviços profissionais e assistência técnica em sistemas de informações em saúde para a secretaria municipal de saúde de Itá.
Contratada.: LD HEALTH SERVICOS DE SAUDE LTDA - ME
Vigência : Início: 05/02/2020 Término: 31/12/2020
DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

PARECER JURÍDICO PL 004/2020

Publicação Nº 2380391

Pregão Presencial n. 002/2020

Esta Consultoria Jurídica está sendo instada a se manifestar sobre a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que inabilitou a empresa RODRIGO JOSÉ SCHONS, por descumprir o item 6.1, alíneas "g", "j" e "K", do Edital, vez que não apresentou a certidão EPROC, a certidão de pessoa jurídica junto ao CREA e a certidão de pessoa física junto ao CREA.

Sem maiores delongas, registre-se que a inabilitação foi escoreta, vez que a licitante descumpriu as exigências do edital, devidamente especificadas na decisão, fato que motivou sua exclusão da licitação.

Ademais, a empresa foi devidamente intimada e não apresentou recurso.

Desta forma, opina-se pela manutenção da referida decisão, com a inabilitação da empresa RODRIGO JOSÉ SCHONS para continuar no

certame.

Itá (SC), 17 de fevereiro de 2020.

Anacleto Listoni

OAB-SC 14.156

CÂMARA MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº 015/ 2020 DETERMINA SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Publicação Nº 2380352

PORTARIANº 015/ 2020

Determina suspensão do expediente da Câmara de Vereadores de Itá-SC

O presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, baixa a seguinte PORTARIA :

Artigo 1º – Fica determinada a suspensão do expediente da Câmara de Vereadores de Itá no dia 03/03/2020 devido à realização de treinamento de eficiência energética, nas dependências da Câmara Municipal, conforme solicitado pela coordenadora do programa através do ofício nº 046/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 27 de fevereiro de 2020.

Cleo Carlos Mocellin

Presidente da Câmara de Vereadores de Itá

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020

Publicação Nº 2380206

Pregão Presencial nº 03/2019. Objeto: aquisição parcelada de Aditivo Arla 32. Contratada: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda. Valor Total: R\$ 7.250,00. Prazo: até 31/12/2020. Itaiópolis, 20 de fevereiro de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2380207

OBJETO: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. NºS CONTRATOS: CONTRATADAS – VALOR TOTAL. 05/2020 - Baluci Transportes Ltda. ME, R\$ 62.459,33; 06/2020 - Transebo Alziro Schlocobier MEI, R\$ 12.458,64; 07/2020 - Trans Pinotti Ltda. EPP, R\$ 82.046,02; 08/2020 - Ravatur Transporte Escolar Ltda. ME, R\$ 99.642,48; 09/2020 - Adilson Tomporowski ME, R\$ 46.318,08; 10/2020 - Stylus Transportes Coletivos Ltda., R\$ 117.166,79; 11/2020 - Comércio e Transportes Adamek Ltda. EPP, R\$ 115.302,36; 12/2020 - Janaína Fernanda Pinotti ME, R\$ 18.556,98; 13/2020 - Erivaldo Kuhl ME, R\$ 60.847,98; 14/2020 - Valdir Jatzombek Transportes MEI, R\$ 15.651,00; 15/2020 - Vitoriatur Transportes Ltda. ME, R\$ 34.877,68; 16/2020 - H'Ana Tur Viagens e Turismo Ltda. ME, R\$ 45.350,90; 17/2020 - Soetur Turismo Eireli, R\$ 6.569,72; 18/2020 - Rafael Grossel ME, R\$ 5.647,68 e 19/2020 - Melnik e Kovalhczuk Ltda. ME, R\$ 34.091,43. Período letivo de 06/02/2020 a 31/03/2020. Itaiópolis, 04/02/2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR 07/2020

Publicação Nº 2380385

Resultado do Pregão Presencial Nº 07/2020. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em seguro para veículos que compõe a frota do Fundo Municipal de Saúde e Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Lote 01, Gente Seguradora S. A. Valor: 25.150,00 (Vinte e cinco mil e cento e cinquenta reais) e lote 02. Mapfre Seguros S/A valor: R\$ 4.990,00 (Quatro mil e novecentos e noventa reais). Vigência: 01 de março de 2021. Itaiópolis, 28/02/2020. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 074 - TERMO CREDENCIAMENTO UNIMED

Publicação N° 2380244

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
002/2020

OBJETO: A presente termo visa atender ao Credenciamento nº. 001/2020 que tem por objeto prestação dos Serviços Operadoras de Plano de Assistência à Saúde.

CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CREDENCIADA: UNIMED LITORAL COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA
DO PRAZO: Será de 01 (um) ano, a contar do presente termo, prorrogáveis nos termos da legislação vigente.
DATA DA ASSINATURA: 20/02/2020

Itapema, 20 de fevereiro de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 075 - TERMO DE CREDENCIAMENTO 005.2019 - PROC. 065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017

Publicação N° 2380263

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 003/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade:

G3 - SUB-GRUPO 01 - CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR (Oftalmologia).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: VISTA SUL CLINICA DE OLHOS LTDA

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2020

1º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 007/2019

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 - SUB-GRUPO 01 - CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR (MÉDICA CLINICA GERAL).

CONTRATADO: PAULA FONTES GARCIA

DO PRAZO: O termo de credenciamento 007/2019 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 16 de março de 2020, ou seja, até o dia 14 de março de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2020

1º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 003/2019

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 - SUB-GRUPO 01 - CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR (FONOAUDIÓLOGA).

CONTRATADO: FRANCIELLY GUIMARÃES DE OLIVEIRA LIPPEL

DO PRAZO: O termo de credenciamento 003/2019 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 20 de fevereiro de 2020, ou seja, até o dia 19 de fevereiro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 17/02/2020

Itapema, 28 de fevereiro de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 076 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022.2016

Publicação Nº 2380648

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO
CONTRATO 022/206

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos hospitalares, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 36.604,83 (trinta e seis mil seiscentos e quatro reais e oitenta e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2020.

Itapema, 28 de fevereiro de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO N. 005/2020

Publicação Nº 2380336

CONTRATO Nº 005/2020

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Itapema - Contratada: POSTO MAR AZUL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.470.615/0001-32 – Objeto: fornecimento de combustível (gasolina) para os veículos de propriedade do Poder Legislativo do Município de Itapema. Valor por litro R\$ 4,22, valor global R\$ 84.400,00. Data: 28/02/2020.

EXTRATO CONTRATO N. 006/2020

Publicação Nº 2380339

CONTRATO Nº 006/2020

Pelo presente instrumento contratual, de um lado o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, inscrita no CNPJ sob nº 82.702.259/0001-49, com sede na Rua 120, nº 423, Centro, Itapema/SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Sidinei Moacir Florêncio, brasileiro, vereador, casado, CPF nº 007.603.809-29 RG nº 3616166-SSP/SC, residente e domiciliado em Itapema/SC de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, Orbenk – Administração e Serviços Ltda, CNPJ 823.470.859-72, rua Dona Leopoldina, n 26, centro, Joinville/SC, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Ronaldo Benkendorf, CPF 751.256.849-53, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam o presente contrato, em conformidade com a autorização contida no Pregão Presencial n.º 003/2020, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato a Contratação de Empresa Especializada no Ramo de Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação para sede da Câmara de Vereadores de Itapema, conforme o discriminado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus Anexos, os seguintes documentos:

2.1.1 - Licitação – Pregão 003/2020 e seus anexos;

2.1.2 - A Proposta Comercial da CONTRATADA.

2.2 – Os documentos referidos no item retromencionado, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a extensão da execução do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 – Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que regulamentam as licitações e contratos promovidos pela Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 – O prazo de execução do serviço dar-se da assinatura do presente instrumento, até 31/12/2020, podendo ser prorrogado conforme disposições da Lei 8.666/1993 no prazo máximo de 60 meses conforme artigo 57, II da Lei citada

CLÁUSULA QUINTA – VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1 - O valor global fixo para execução deste contrato é, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, de R\$ 343.110,96 (trezentos e quarenta e três mil, cento e dez reais noventa e seis centavos), representando um preço mensal de R\$ 28.592,58 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos) já incluído todos os impostos, encargos, taxas, e quaisquer outras despesas;

5.2 – O pagamento de horas extras se fará conforme estimativa abaixo especificada:

Nº de Horas Extras Previstas Valor Hora Valor Estimado Total
(20hs) (R\$ 54,99) (R\$ 1.099,80)

5.3 – O número de horas de serviço previsto acima é estimado, não tendo a CONTRATADA qualquer direito sobre o pagamento de horas excedentes não solicitadas pela CONTRATANTE até o término da vigência deste contrato.

5.4 - A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO em moeda Nacional por meio de Cheque emitido por instituição financeira, que melhor atender ao Contratante.

5.5 - O Contratado efetuará a retenção do percentual legal de incidência do INSS, do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Imposto de Renda, referente os serviços prestados, descontando-o do valor a pagar a Contratante;

5.6 - Os pagamentos pelas atividades realizadas serão efetuados da seguinte forma:

5.6.1. Os serviços prestados do primeiro ao último dia de cada mês será efetuado o pagamento até o terceiro dia útil do subseq-ente a prestação de serviços.

5.6.2 - Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da competente Nota Fiscal de serviços e relatório de aferição de horas trabalhadas;

5.6.3 - A presente despesa onera o Elemento Econômico/dotação orçamentária: 3.3.90.39.78.00.00.00 – Limpeza e Conservação;

5.6.4 - Os serviços contratados seguiram o regime de execução direta a ser prestado por funcionários da Contratada na forma estabelecida neste instrumento;

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Havendo prorrogação contratual, o preço mensal contratado poderá ser reajustado, sendo este feito com base no índice estabelecido pela Convenção Coletiva de trabalho da categoria. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A CONTRATANTE, através do funcionário responsável pela Divisão de Patrimônio / Administração, exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

7.2 – A fiscalização da CONTRATANTE transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos omissos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA é responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto contratual, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e seus documentos integrantes.

8.3 – Apresentar mensalmente junto com a nota fiscal cópia da guia de recolhimento do INSS e FGTS dos funcionários.

8.4 – Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse dos custos de qualquer item, a seus empregados.

8.5 – O registro da presença ao serviço dos empregados da empresa contratada, deverá ser por ela controlado, o qual se responsabilizará, ainda, pela fiscalização diária dos mesmos.

8.6 – Deverá ser efetuada a reposição da mão de obra no Posto, em caráter imediato, em eventual ausência.

8.7 – A mão de obra será instruída quanto à necessidade de acatar as orientações do preposto da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

8.8 – A empresa contratada atenderá de imediato as solicitações quanto à substituições da mão de obra qualificada entendida como inadequada para prestação dos serviços;

8.9 – Será relatada a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada no Posto onde houver prestação de serviços.

8.10 – Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE.

8.11 – Todas as despesas pertinentes ao objeto deste contrato, bem como, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, decorrentes da execução do mesmo, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA, cabendo-lhe, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de possam a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, bem como, quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e a CÂMARA DE VEREADORES.

8.12 - Responsabilizar-se por seguro contra acidentes pessoais, encargo social, sindical, fiscal e administrativo de seus funcionários quando a serviço nas dependências da CONTRATANTE.

8.13 – Indenizar imediatamente danos ou prejuízos eventualmente causados por seus funcionários às instalações, mobiliário, equipamentos e todos os demais pertences da CONTRATANTE, ainda que involuntários, incluídas as hipóteses de perda, roubo ou extravio.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento do objeto, na forma e condições estabelecidas neste contrato.

9.2 – Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA no local de execução dos serviços, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 – Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser efetuadas com autorização formal da CONTRATANTE e estarão sujeitas às hipóteses do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, bem como aos limites fixados para esta modalidade de licitação (artigo 23, inciso II, alínea "b").

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

11.1.1 – Multa de 0,5%(meio por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso no início e/ou término dos serviços do funcionário da empresa contratada.

11.1.2 - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do serviço executado, quando o mesmo se apresentar fora de suas características originais, sem prejuízo da multa especificada na alínea "a" acima, visto que a situação de desconformidade equivalerá a não execução;

11.1.3 – Multa de 10,0%(dez por cento) do valor global do contrato, pela rescisão do mesmo sem justo motivo.

11.1.4 - Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

11.1.5 - Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE sem prejuízo da aplicação da multa de até 50% (cinquenta por cento) do valor global do contrato. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

11.2 – As multas e penalidades elencadas acima serão aplicadas mediante apresentação de relatório de ocorrência elaborado pela CONTRATANTE.

11.3 – A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula e na seguinte. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à CONTRATADA de qualquer contestação administrativa.

11.4 - As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

11.5 - Os valores pertinentes as multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobradas administrativamente ou judicialmente após a notificação.

11.6 – A CONTRATANTE ficará sujeita à seguinte penalidade: Os valores devidos e não pagos até a data de vencimento serão acrescidos de variação, calculada através do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado), correspondente aos dias de atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão contratual pode ser:

12.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XI e à XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.1.2 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE. Neste caso, a parte interessada em cancelar o presente contrato, deverá manifestar seu interesse por escrito, através de documento, com 30 (trinta) dias de antecedência;

12.2 - A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades enunciadas nos itens antecedentes, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados acima, e acarretará também as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93;

12.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Itapema/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Itapema, 28 de fevereiro de 2020.

Sidinei Moacir Florencio Ronaldo Benkendorf

PRESIDENTE DA CÂMARA
CONTRATANTE

Orbenk – Administração e Serviços Ltda.
CONTRATADA

Raphael Sargilo Saramento Voltolini
Procurador Geral

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2020 - CONTRATOS

Publicação Nº 2379688

PORTARIA Nº 001/2020 - CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores municipais Gustavo Frederico Scholz, matrícula nº 11417/03 e Paula Rejane Egewarth, matrícula 15324/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 084/2019, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação nº 186/2019, para prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 2º - Aos Servidores supracitados compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 17 de fevereiro de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Paula Rejane Egewarth Gustavo Frederico Scholz
Fiscal Fiscal

PORTARIA Nº 002/2019 - CONTRATOS

Publicação Nº 2379690

PORTARIA Nº 002/2020 - CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Davino Rauber, matrícula nº 7806/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

a) Contrato nº 002/2020 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório Dispensa De Licitação nº 02/2020 – FMS, para prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

b) Contrato nº 003/2020 - FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório Dispensa De Licitação nº 02/2020 – FMS, para ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSÓRCIOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 17 de fevereiro de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal
Davino Rauber
Fiscalizador

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 07/2020**

Publicação N° 2379920

PORTARIA N° 07, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Nomeia Servidor para responder pela Tesouraria da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. Miguel Aloísio Schneider, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 477.241.889-04 e Cédula de Identidade nº 1.156.076 para responder pela tesouraria da Câmara de Vereadores, devendo assinar toda documentação da tesouraria, emitir e assinar cheques, requisitar talonários de cheques, ainda solicitar saldos e extratos, cancelar e baixar cheques, efetuar resgate/aplicações financeiras, cadastrar/alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico, liberar arquivos e pagamento no período de 04/03/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 04 de março de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria 02/2020 de 06 de janeiro de 2020.

Itapiranga SC, 28 de fevereiro de 2020.

Alexandre Siqueira

Presidente da Câmara

PORTARIA 08/2020

Publicação N° 2379922

PORTARIA N° 08, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

NOMEIA AS REPRESENTANTES DA PROCURADORAIA DA MULHER NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N° 01/2019, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas, para o ano de 2020 conforme o artigo 2º da Resolução 01/2019, as Vereadoras como segue:

I - Procuradora da Mulher: Daniela Vogel;

II - Procuradora da Mulher Adjunta: Ani Haas.

Art. 2º O horário de funcionamento da Procuradoria será nas segundas-feiras, das 14:00 horas às 17:00 horas.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Itapiranga, SC, 28 de fevereiro de 2020.

Alexandre Siqueira

Presidente da Câmara Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA Nº 09/2020 - COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO DA GLEBA - ITAPOÁ -SC

Publicação Nº 2383360

ATA 09/2020

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2020, as nove horas, na antiga sala do empreendedor, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os senhores: Rafael Vida Almeida, Diógenes Santos Moraes, Izabel Correia da Silva, Monica Harms Soares, Telma Maria Teixeira Bauer, Eliana Nehring Silveira, Valnê Mamede de Lucena e Rosilda Aparecida Boldori, para reunião da comissão de regularização da Gleba. Após cumprimentar os presentes o senhor Valne Mamede de Lucena deu início a reunião, tendo como pauta protocolos Gleba I, sendo deliberado o que se segue:

Protocolo 599/2020 – Valmir Mendes – Fez juntada de documentos e solicita prosseguimento no processo de regularização do lote 297 – Gleba I. Informa que o lançamento da taxa de regularização poderá ser lançada em parcela única, e, solicita prioridade no atendimento. Deferido. Lançar taxa de regularização a vista, conforme requerimento e após anexado comprovante de quitação da mesma, encaminhar para lavratura da escritura.

Protocolo 15316/2019 – Paulo Roberto de Miranda Sandoval – Regularização dos lotes 240, 239 e 238-B. Fez juntada de documentos e informou que referente ao lote 240 já efetuou o pagamento da taxa de regularização. Após análise dos processos a comissão decide:

Lote 240 – Deferido. Regularizar área total de 1349,60 m², conforme DIAF, matrícula e cadastro municipal para Paulo Roberto de Miranda Sandoval, considerando taxa de regularização já paga e desistência dos irmãos. Solicitar alteração cadastral e financeira para o nome do requerente junto ao Órgão Tributário, bem como, correção no mapa junto a Secretaria de Planejamento, visto que consta apenas no mapa uma subdivisão (lote 240-B), no cadastro está correto área total conforme DIAF e matrícula em cartório. Encaminhar para cartório para lavratura da escritura.

Lote 239 – Deferido. Regularizar em nome do requerente Paulo Roberto Miranda Sandoval, considerando desistência de sua irmã Kátia Maria de Miranda Sandoval Leal. Solicitar alteração cadastral e financeira junto ao Órgão Tributário, para o nome do requerente. Lançar taxa de regularização e após quitação da mesma encaminhar para lavratura da escritura.

Lote 238-B – Solicitar alteração cadastral e financeira junto ao Órgão Tributário, para o nome de Paulo Roberto Miranda Sandoval, considerando a desistência de sua irmã Elizabeth de Miranda Sandoval. Realizar procedimento interno junto à Secretaria de Planejamento de averbação da subdivisão, com os documentos constantes do processo. Deferido também lançamento da taxa de regularização, confirmar com requerente qual a forma e dia de pagamento.

Sem mais, encerra-se a reunião e eu, Rosilda Aparecida Boldori, Agente Administrativo II, lotada na coordenadoria da cidadania, redigi esta, que segue assinada pelos presentes.

ATA Nº 10/2020 - COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO DA GLEBA - ITAPOÁ -SC

Publicação Nº 2383367

ATA 10/2020

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2020, as nove horas, na antiga sala do empreendedor, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os senhores: Rafael Vida Almeida, Diógenes Santos Moraes, Izabel Correia da Silva, Monica Harms Soares, Telma Maria Teixeira Bauer, Valnê Mamede de Lucena e Rosilda Aparecida Boldori, para reunião da comissão de regularização da Gleba. Após cumprimentar os presentes o senhor Valne Mamede de Lucena deu início a reunião, tendo como pauta protocolos Gleba I, sendo deliberado o que se segue:

Protocolo 15216/2019 – Antonio Borges da Costa – Solicita regularização por doação, nos termos da lei 141/1998, do lote 05, cadastro nº 38006-6 – Gleba I. Caso não seja possível por doação, solicita parcelar a taxa de regularização em 36 vezes. Requerente não cumpre os requisitos exigidos pela lei 141/1998 para regularização por doação (rurícola ou pescador). Após análise dos documentos, a comissão defere regularização em nome do requerente. Solicitar ao Órgão Tributário a transferência de titularidade e tributária para Antonio Borges da Costa e lançamento da taxa de regularização em 36 vezes. Encaminhar para lavratura da escritura.

Protocolo 357/2020 – Fabiana Lopes da Silva Holm – Regularização do Lote 153, cadastro nº 38168-3 – Gleba I. Anexou cópia dos documentos pessoais e comprovante de endereço, informa que taxa de regularização e ITBI já estão quitadas e solicita regularização em nome da requerente e de sua irmã Rosana Lopes da Silva. Após análise dos documentos a comissão ratifica o DEFERIMENTO para lavratura da escritura realizado pela comissão em 15/01/2007, registrada na ata 27/2007. Taxa de regularização consta lançada e quitada junto ao Órgão tributário. Referente a ITBI, certificar a quitação junto ao Órgão tributário. Considerando que o imóvel consta cadastrado em nome de Fabiana Lopes da Silva Holm, em conformidade com documento de posse, e o processo já consta deferido desde 2007, também em seu nome, fica indeferido a regularização com meaço para Rosana Lopes da Silva. Após anexar ao processo comprovante de quitação de ITBI e CND – Certidão Negativa de Débitos, proceder encaminhamento para lavratura da escritura em nome de Fabiana Lopes da Silva Holm.

Protocolo 1722/2020 – João Ricardo Casa Filho – regularização lote 281 – cadastro 30305-8 – Gleba I. Documentação apresentada encontra-se de acordo, no entanto, considerando certidão positiva de débitos imobiliários e contribuinte, aguardar quitação dos débitos para proceder regularização.

Sem mais, encerra-se a reunião e eu, Rosilda Aparecida Boldori, Agente Administrativo II, lotada na coordenadoria da cidadania, redigi esta, que segue assinada pelos presentes.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 014/2020 PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ARQUITETO

Publicação N° 2379729

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 014/2020
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ARQUITETO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
2718/2020	Gabriela Thais Borges da Costa	108
2547/2020	Darlene Giulliana Savi Kaust	102
2556/2020	Maycon França Bombana	71
2639/2020	Isabelle Barcelos Malaquias	58
2455/2020	Gustavo Pereira Veronez	40
2447/2020	Evelise Luana Falkewicz	30
2438/2020	Priscila Barros Hartmann	25
2715/2020	Douglas Alberto Wenglarek	18
2709/2020	Iago Rubio Fior	06
2534/2020	Mariane Ribeiro	02
2489/2020	Nilza Rocha da Silva	00
2694/2020	Marcel Cassemiro Santos	00

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	MOTIVO
2470/2020	Rafael Cilon Prá	Descumprimento do item 3.1, alinéa "c"
2503/2020	Marcelo Rodrigues de Mattos	Descumprimento do item 3.1, alinéa "c"
2704/2020	Eduardo Bartolomei Fregoneze	Descumprimento do item 3.1, alinéa "a"; "c"; "d"; "e"

Itapoá, 28 de fevereiro de 2020.
Célia Maria Reinert
Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa
Membro

Vandressa Aparecida Chervinski
Secretária

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 16/2020

Publicação N° 2380043

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO N° 16/2020

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: DALEFFE ADVOCACIA – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 4848, 20º andar, Edifício Batel Office Place, CEP 80.240-000, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.621.525/0001-03, e Inscrição Municipal: 1714427.741-2.
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020 - PROCESSO N° 24/2020;
Objeto: Contratação de escritório especializado para fins de atuação no Processo Judicial nº 0300.101-04.2018.8.24.0126 que ora tramita no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em que são partes a Itapoá Terminais Portuários S.A. e o Município de Itapoá.
Valor total: A remuneração do contratado dar-se-á exclusivamente por meio de honorários de sucumbência arbitrados judicialmente, configurando contrato ad exitum (risco puro).
Data da assinatura: 28/02/2020;
Data vigência contratual: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com término condicionado ao desfecho do respectivo processo, ou seja, quando concluída a prestação dos serviços, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da Administração Pública.

Itapoá, 28 de fevereiro de 2020.
CONTRATANTE
MARCELE DE ALMEIDA RODRIGUES
PROCURADORA MUNICIPAL

DISPENSA Nº 02/2020

Publicação Nº 2380038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020
PROCESSO Nº 24/2020

ANGELA MARIA PUERARI, Diretora de Administração, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa mediante as seguintes considerações:

Considerando a ação foi ajuizada pela Itapoá Terminais Portuários SA., para fins de discutir o aumento a alíquota do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, fato havido pela aprovação da nova Planta de Valores do Município de Itapoá, objeto da Lei Municipal nº 716/2017, que passou de 3% (três por cento) para 5% (cinco por cento), a alíquota dos serviços prestados pela Itapoá Terminais Portuários SA.

Considerando que o processo recebeu ganho de causa para o Município na primeira instância de julgamento, mas foi revertido na segunda instância, sendo necessária a preparação de recurso para as instâncias extraordinárias, quais sejam, o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Considerando que para tanto, será necessário a confecção de tese tributária específica acerca da possibilidade de diferenciação entre a tributação do ISSQN entre contribuintes situados na zona primária e secundária retroportuária, face as características diferenciadas dos prestadores dos serviços e do próprio serviço em si prestado nestes locais.

Considerando que o prazo dos recursos para as instâncias extraordinárias de julgamento, quais sejam, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, já encontram-se em aberto, devendo ser apresentados tais recursos, cuja a dificuldade técnica demanda que se elabore uma tese acerca das questões relativas ao princípio da isonomia em direito tributário nas zonas primárias e secundárias das áreas retroportuárias.

Considerando que tal situação demanda uma expertise aquém do que a Procuradoria do Município pode apresentar, uma vez que dois advogados representam o órgão e são responsáveis por mais de 10 (dez mil) execuções fiscais, em torno de 500 (quinhentos) processo do contencioso contra o Município, mais de 150 (cento e cinquenta) pareceres em processos licitatórios, entre outras consultas, protocolos, comunicações e ofícios que são documentos jurídicos e são revisados por tais procuradores.

Considerando que tal situação demanda uma expertise aquém do que a Procuradoria do Município pode apresentar, uma vez que dois advogados representam o órgão e são responsáveis por mais de 10 (dez mil) execuções fiscais, em torno de 500 (quinhentos) processo do contencioso contra o Município, mais de 150 (cento e cinquenta) pareceres em processos licitatórios, entre outras consultas, protocolos, comunicações e ofícios que são documentos jurídicos e são revisados por tais procuradores.

Considerando que face a complexidade do caso e a necessidade de elaboração de tal tese recursal, necessário é que se contrate uma banca especializada para elaboração dos recursos cabíveis, o que se fará por meio do devido processo dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Considerando que o escritório escolhido para acompanhar o processo, possui a expertise necessária para acompanhamento da causa, também, é especializado em causas que envolvam a Administração Pública, conforme portfólio apresentado.

Considerando que foram consultados outros escritórios, cuja a banca de advogados não apresentou interesse em contratar com o município, face a complexidade dos recursos há serem apresentados e o risco relativo a uma contratação sem honorários contratuais, sendo remunerados apenas pelo êxito o que se dará com honorários sucumbenciais.

Considerando que foram consultados outros escritórios, cuja a banca de advogados não apresentou interesse em contratar com o município, face a complexidade dos recursos há serem apresentados e o risco relativo a uma contratação sem honorários contratuais, sendo remunerados apenas pelo êxito o que se dará com honorários sucumbenciais.

Considerando a possibilidade legal esculpida pelo artigo 24, da Lei Federal nº8.666/1993, e também, face a necessidade premente de contratação de assessoria jurídica para fins de interpor e acompanhar os recursos em instâncias extraordinárias de julgamento, sendo tal contratação sem ônus para a Administração Pública Municipal, estando adstrito ao risco da causa, em reverter o atual julgamento da ação em favor do Município de Itapoá e, sendo remunerados exclusivamente pelos honorários sucumbenciais que possam vir a ser arbitrados nos recursos interpostos

Considerando Parecer nº 1865 da FECAM – Federação Catarinense de Municípios e Prejulgado nº 1485 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Considerando o Parecer Jurídico nº 22/2020 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Autoriza o serviço abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei n 8.666/93 e alterações posteriores.

2. OBJETO: Contratação de escritório especializado para fins de atuação no Processo Judicial nº 0300.101-04.8.24.0126 que tramita perante o Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, em que são partes a Itapoá Terminais Portuários S.A. e o Município de Itapoá.

3. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: A remuneração da CONTRATADA dar-se-á exclusivamente por meio de honorários de sucumbência, configurando contrato ad exitum (risco puro).

4. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Progr.	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
o Procuradoria	350	004	001	002	061	017	2014	01002800	333903999

5. PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com término condicionado ao desfecho do respectivo processo, ou seja, quando concluída a prestação dos serviços, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da Administração Pública.

6. CONTRATADO: DALEFFE ADVOCACIA – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, com sede à Av. Sete de Setembro, nº 4848, 20º andar, Edifício Batel Office Place, Batel, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80.270-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.621.525/0001-03, e OAB/PR nº 1.040, representada neste ato por sócio, o Sr. ADRIANO DALEFFE, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 20.619, portador do CNPJ/MF nº 758.320.039-34, e do CI.RG 3.540.559-3 SSP/PR.

Itapoá, 28 de fevereiro de 2020.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: RELAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 015/2020/SME DE 18/02/2020.

Publicação Nº 2379750

RELAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS de acordo com Item 7.1 do Edital 015/2020 de 18/02/2020 – Processo Seletivo de ACT, para atendimento das VAGAS VINCULADAS em 2020.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS NA DISCIPLINA DE PORTUGUÊS		
Nº DAS INSCRIÇÕES		
001	002	003
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS NA DISCIPLINA DE PORTUGUÊS		
Nº DA INSCRIÇÃO		MOTIVO DO INDEFERIMENTO
000		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Itapoá, 28 de fevereiro de 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 021/2020 EDITAL 063/2019

Publicação Nº 2379983

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 021/2020

PROCESSO SELETIVO: Edital nº063/2019 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 02/03/2020, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
18	20	ANOS INICIAIS	Silvana Fátima de Lima	05/03/2020	Até Homologação do Concurso ou 18/12/2020

09H20 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
14	20	ED. INFANTIL	Sheila Soares Rosa	05/03/2020	18/12/2020

09H40MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
03	30	MATEMÁTICA	Karla Sabatke	05/03/2020	31/03/2020
04	40	MATEMÁTICA	Geraci Jesus de Oliveira	05/03/2020	31/03/2020

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados, que descumprirem os itens 27, 27.3 e 28.1 do edital 063/2019:
Itapoá, 28 de fevereiro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 173/2020 - ALTERA A PORTARIA Nº 121/2019, QUE DESIGNA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS DE E-MAIL OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, PARA O CONTROLE DO PROTOCOLO E ASSINATURA DIGITAL.**

Publicação Nº 2380154

PORTARIA Nº. 173, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera a Portaria nº. 121/2019, que designa servidores responsáveis pela administração das contas de e-mail oficial da Câmara Municipal de Itapoá, para o controle do protocolo e assinatura digital.

EZEQUIEL DE ANDRADE, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos Inciso II, do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá, do art. 39, do Regimento Interno, e do art. 14 da Resolução Legislativa nº 14/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 2º, da Portaria nº. 121/2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica designado como titular, para gerenciar a conta de e-mail oficial assinatura@camaraitapoa.sc.gov.br, a servidora responsável pelo Setor do Legislativo Sra. Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza, matrícula nº 50865-01, e no caso de impedimento da titular, fica designada como suplente a servidora Sra. Leonice Marli Riskowski, matrícula nº 50849-01, nos termos dos Art. 2º e 3º, da Portaria nº 19/2017, bem como das disposições definidas na Resolução nº 14/2016.

Art. 2º Fica designado como titular, para gerenciar a conta de e-mail oficial assinatura@camaraitapoa.sc.gov.br, a servidora Sra. Leonice Marli Riskowski, matrícula nº 50849-01, e no caso de impedimento da titular, fica designada como suplente a servidora Sra. Patrícia Carneiro Braz Guerra de Souza, matrícula nº 50865-01, nos termos dos Art. 2º e 3º, da Portaria nº 19/2017, bem como das disposições definidas na Resolução nº 14/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 27 de fevereiro de 2020.

Ezequiel de Andrade

Presidente

[assinado digitalmente] Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

CONTRATO DE RATEIO N° 003/2020/ADM

Publicação N° 2379926

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO N.º 003/2020/ADM

ENTE DA FEDERAÇÃO CONSÓRCIADO: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ 12.075.748/0001-32, VALOR: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais). OBJETO: O CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO. A FINALIDADE É O CUSTEIO DAS DESPESAS DE PESSOAL, CORRENTES E DE CAPITAL DO CONTRATADO, PARA ATENDIMENTO DO TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU132/01. Data da assinatura: 10 de fevereiro de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício.

DECRETO N° 23, DE 28 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2380748

DECRETO N° 23, DE 28 DE MARÇO DE 2020.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL E UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ADMINISTRATIVA, ÁREA DE TERRA DESTINADA A IMPLANTAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA ESTRADA VICIAL QUE LIGA A RUA URBANO SENEN AO MORRO DA GRUTA.

O Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e;

Considerando que é dever do administrador público promover a construção de obras públicas que beneficiem a população, bem como fomentem o desenvolvimento econômico e turístico do Município de Ituporanga;

Considerando que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do art. 30, inciso I, da Constituição Federal;

Considerando o instituído no art. 5º inciso XXIV, da Constituição Federal, "desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro";

Considerando que o Decreto Lei 3.365 de 21/06/41, "dispõe sobre desapropriação por utilidade pública", considera que "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios";

Considerando o enunciado da Lei nº 4.132 de 10.09.62, alterada pela Lei nº 6.513/77, "desapropriação por interesse social será decretada para promover justa distribuição de propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal..."

Considerando o disposto no artigo 180 da Constituição Federal, que prescreve que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;

Considerando o artigo 7º da Lei Orgânica Municipal, que dispõe que ao Município de Ituporanga compete prover a tudo quanto se relacionar ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social;

Considerando o que dispõe o artigo 37 da Lei COMPLEMENTAR N° 034, de 04 de outubro 2010, segundo o qual "será reservada e entregue ao Município, sem ônus para este, porção não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba ou lote a ser loteada, destinada a sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres para uso público."

Considerando que a estrada vicinal a ser aberta é de real importância ao complexo turístico religioso que será instalado no alto do morro da Gruta em nossa cidade;

Considerando que o turismo religioso fomentará a atividade econômica com geração de emprego, renda e inclusão social no Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de DESAPROPRIAÇÃO, área de terra com 7.200,00m², de uma área maior de 70.327,00m², inscrita na matrícula 33.092, registrada no Livro 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, de propriedade de Realize Serviços Administrativos S.A., conforme croqui anexo que é parte integrante deste Decreto, exposta como segue:

Ao norte, onde mede 15,00m, com a Rua Urbano Senen; ao Oeste, onde mede 465,00m, com área remanescente do imóvel; ao Leste, onde mede 465,00m, com área remanescente do imóvel; e ao Sul, onde mede 15,53m, com área de propriedade de Espólio de Arnaldo Hoppers.

Art. 2º - A desapropriação de que trata o artigo 1º deste Decreto destina-se a implantação do prolongamento da estrada vicinal que liga a Rua Urbano Senen ao morro da Gruta, pelos motivos expostos no preâmbulo deste decreto.

Art. 3º- Considerando a obrigação legal de que seja reservado ao Município, sem ônus para este, porção não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba ou lote a ser loteada, destinada a sistema de circulação, fica a área aqui discriminada considerada como integrante deste percentual, descontando-se da área a ser reservada futuramente em caso de loteamento ou desmembramento.

Art. 4º- As despesas decorrentes da execução da desapropriação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, vigente à época dos respectivos dispêndios.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 28 de fevereiro 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

DECRETO Nº 24, DE 28 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2380750

DECRETO Nº 24, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL E UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ADMINISTRATIVA, ÁREA DE TERRA DESTINADA AO ALARGAMENTO E RETIFICAÇÃO DA ESTRADA VICIAL DE ACESSO AO MORRO DA GRUTA.

O Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e;
Considerando que é dever do administrador público promover a construção de obras públicas que beneficiem a população, bem como fomentem o desenvolvimento econômico e turístico do Município de Ituporanga;
Considerando que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, a teor do art. 30, inciso I, da Constituição Federal;
Considerando o instituído no art. 5º inciso XXIV, da Constituição Federal, "desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro";
Considerando que o Decreto Lei 3.365 de 21/06/41, "dispõe sobre desapropriação por utilidade pública", considera que "mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados, pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios";
Considerando o enunciado da Lei nº 4.132 de 10.09.62, alterada pela Lei nº 6.513/77, "desapropriação por interesse social será decretada para promover justa distribuição de propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal...";
Considerando o disposto no artigo 180 da Constituição Federal, que prescreve que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;
Considerando o artigo 7º da Lei Orgânica Municipal, que dispõe que ao Município de Ituporanga compete prover a tudo quanto se relacionar ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social;
Considerando o que dispõe o artigo 37 da Lei COMPLEMENTAR Nº 034, de 04 de outubro 2010, segundo o qual "será reservada e entregue ao Município, sem ônus para este, porção não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba ou lote a ser loteada, destinada a sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres para uso público."
Considerando que a estrada vicinal a ser aberta é de real importância ao complexo turístico religioso que será instalado no alto do morro da Gruta em nossa cidade;
Considerando que o turismo religioso fomentará a atividade econômica com geração de emprego, renda e inclusão social no Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de DESAPROPRIAÇÃO, área de terra com 3.100,00m2, de uma área maior de 147.469,00m2, inscrita na matrícula 23.307, registrada no Livro 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, de propriedade de Espólio de Arnaldo Hoepers, conforme planta que é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de DESAPROPRIAÇÃO, área de terra com 1.000,00m2, de uma área maior de 18.285,00m2, inscrita na matrícula 20.143, registrada no Livro 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, de propriedade de Nadir Sardá Schuhmacher, conforme planta que é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º- Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de DESAPROPRIAÇÃO, área de terra com 1.767,00m2, de uma área maior de 49.200,00m2, inscrita na matrícula 22.807, registrada no Livro 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, de propriedade de Clóvis Paulo Voss, Karla Aparecida Voss Petry e Carlos Alexandre Voss, conforme planta que é parte integrante deste Decreto.

Art. 4º- Fica declarada de INTERESSE SOCIAL e UTILIDADE PÚBLICA, para fins de DESAPROPRIAÇÃO, área de terra com 583,00m2, de uma área maior de 13.460,00m2, inscrita na matrícula 12.800, registrada no Livro 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, de propriedade de José Silveira e Cristiane Alves Silveira, conforme planta que é parte integrante deste Decreto.

Art. 5º- As desapropriações de que trata este Decreto destina-se ao prolongamento da Rua Vitória Sens, pelos motivos expostos no preâmbulo deste decreto.

Art. 6º- Considerando a obrigação legal de que seja reservado ao Município, sem ônus para este, porção não inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba ou lote a ser loteada, destinada a sistema de circulação, ficam as áreas aqui discriminadas consideradas como integrantes deste percentual, descontando-se da área a ser reservada futuramente em caso de loteamento ou desmembramento.

Art. 7º- As despesas decorrentes da execução da desapropriação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, vigente à época dos respectivos dispêndios.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 28 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

EDITAL N°04/2020 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (PROFESSORES)

Publicação N° 2380319

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EDITAL N°04/2020 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (PROFESSORES)

1. O Prefeito em exercício Gervásio Maciel torna pública a contratação temporária dos profissionais da Educação (professores) da Educação Infantil, Ensino Fundamental e da Educação Especial do município de Ituporanga/SC de acordo com o edital de processo seletivo nº 001/2020.

1.1. O chamamento, para os candidatos que apresentarem como resultado no certame APROVADO e/ ou EXCEDENTE, ocorrerá no dia 04/03/2020, quarta-feira, às 8:30 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, na Rua Joaquim Boeing, 40 - Centro de Ituporanga;

1.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou através de procuração devidamente registrada em cartório;

1.3. No caso do candidato não escolher vaga ou escolher e posteriormente desistir de uma vaga, perderá o direito a nova escolha pelo processo seletivo, conforme item 12.3 do Edital de processo seletivo nº 001/2020;

1.4. Os profissionais contratados deverão cumprir hora-atividade conforme orientações da Secretaria da Educação/e ou do Centro Educacional e/ou Centro de Educação Infantil ao qual atuará (Artigo 39 da Lei 1839 de 31/01/2000);

1.5. Os candidatos deverão ter em mãos, no momento da escolha, os documentos que comprovam a habilitação da inscrição;

1.6. O Prefeito do Município de Ituporanga/SC, a qualquer momento poderá encerrar o contrato;

1.7. Os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas, serão esclarecidos pela Secretaria Municipal da Educação.

Ituporanga, 28 de fevereiro de 2020

Gervásio Maciel

Prefeito

Sandra Regina Berns Clasen

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 17/2019/PMI PREGÃO PRESENCIAL N°14/2019

Publicação N° 2380407

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 17/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°14/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA, CNPJ 11.407.443/0001-18, VALOR GLOBAL: R\$ 318.200,00 (trezentos e dezoito mil e duzentos reais).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA EM AMBIENTE WEB, CONTEMPLANDO SERVIÇO DE MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE PROGRAMAS, LOCAÇÃO DE SERVIDOR WEB (CLOUD) PARA HOSPEDAGEM DE DADOS COM BACKUP, REDUNDÂNCIA E LINK PARA DOWNLOAD, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO RELACIONADOS A CADA MÓDULO DE PROGRAMA COM ATENDIMENTO REMOTO E/OU LOCAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA. Data da assinatura: 22 de janeiro de 2020 – Mario Yokishique Tanaka – Secretário da Saúde

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2020/PMI - PROCESSO N.º 77/2019/PMI - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AO SISTEMA CIGA GEO.

Publicação N° 2379517

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 03/2020/PMI

Processo: 77/2019/PMI

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24, Inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93 que formalizou Dispensa de Licitação nº 03/2020/PMI, Processo nº 77/2019/PMI. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ 09.427.503/0001-12. Objeto CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AO SISTEMA CIGA GEO. Valor total R\$ 52.896,20 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte centavos). Ituporanga, 27 de fevereiro de 2020. Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício.

PORTARIA N° 397, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379607

PORTARIA N° 397, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 087/2017, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear comissão de seleção e julgamento a fim de atuar nos chamamentos públicos para parcerias e acordos de cooperação entre a Administração Pública e organizações da Sociedade Civil.

Art. 2º - A comissão de que trata o artigo anterior desta portaria fica assim composta:

Representante da Secretaria da Administração:
Lia Caroline Miguel

Representante da Secretaria da Educação:
Sandra Regina Berns Clasen

Representante da Secretaria da Assistência Social:
Alessandra Hoffmann Moratelli

Representante da Secretaria da Fazenda:
Zuleide Dumes Hessmann

Representante do Departamento Jurídico:
Márcio Lima da Costa Junior

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 26 de fevereiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretaria de Administração

Jaborá

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 30 FRANCIELY

Publicação N° 2383909

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2018
CONVOCAÇÃO N° 030

Jaborá, 02 de março de 2020.

ILMO (A). SR. (A)
FRANCIELY AMARO FERREIRA
JABORÁ- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 05 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de PROFESSOR (A) PEDAGOGIA, conforme classificação no Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 002/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal em exercício, em 01 de fevereiro de 2019, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/____

ASS: _____
FRANCIELY AMARO FERREIRA

CONVOCAÇÃO 31 GÉSSICA

Publicação N° 2383919

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2018
CONVOCAÇÃO N° 031

Jaborá, 02 de março de 2020.

ILMO (A). SR. (A)
GÉSSICA LARISA FOCESATO
JABORÁ- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 05 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de PROFESSOR (A) PEDAGOGIA, conforme classificação no Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 002/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal em exercício, em 01 de fevereiro de 2019, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROTOCOLO

Recebi 1º via em ____/____/____

ASS: _____

GÉSSICA LARISA FOCESATO

PORTARIA Nº 048/2020

Publicação Nº 2379753

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 048, de 28 de fevereiro de 2020.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE MARILÉIA DE FÁTIMA DA SILVA LAZAROTO PARA O CARGO DE INSTRUTOR (A) DE ARTES APLICADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, MARILÉIA DE FÁTIMA DA SILVA LAZAROTO, brasileira, casada, residente na Rua Reinaldo José Tedesco, 145 – Loteamento São Valentim - Município de Jaborá - SC, portadora do CPF nº 039.323.459-24, Carteira de Identidade nº 4165205, para ocupar o Cargo de Instrutor (a) de Artes Aplicadas, subordinada à Secretaria de Assistência Social, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 28/02/2021, ou preenchimento da vaga para concurso público.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28/02/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/março/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000

Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br

CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2379755

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 049, de 28 de fevereiro de 2020.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE EMANUELLE BORDIN COELLI PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, EMANUELLE BORDIN COELLI, brasileira, solteira, residente na Rua Alberto Bordin, 75 – Loteamento São Valentim - Município de Jaborá - SC, portadora do CPF nº 103.808.459-89, Carteira de Identidade nº 6250386, para ocupar o Cargo de Auxiliar Administrativo, subordinada à Secretaria de Saúde, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 28/02/2021, ou preenchimento da vaga para concurso público.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28/02/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/março/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000

Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br

CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA Nº 050/2020

Publicação Nº 2379807

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 050, de 28 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

1. Maria Lourdes Bortoli Bordin
2. Clenemar Dambrós
3. Ana Paula da Silva Grauer
4. Rafaela Elise Parisoto Massarolo
5. Angela Picinatto de Carli Turmena
6. Tarcísio Ricardo Rauch
7. Jonieli de Jesus

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28/02/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/março/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

Jacinto Machado**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB MAT.20.968**

Publicação Nº 2379660

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, por meio do presente edital, NOTIFICA os eventuais titulares de domínio e confrontantes do imóvel abaixo descrito, que o mesmo está sendo objeto de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA onde se busca a Legitimação Fundiária de seus ocupantes (AUTOS N.008/2019 REURB), sendo que em caso de não concordância, o interessado poderá apresentar impugnação no prazo de 30 dias contados desta publicação.

Descrição da área: a área a qual se busca regularizar encontra-se situada às margens da Rua Governador Celso Ramos, cujas matrículas atingidas são: 20.968, 1.536, 6.310, 6.311, 6.631, de Ordem do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

TABELA**TABELA DE COORDENADAS DOS VÉRTICES
UNIVERSAL TRANSVERSA MERCATOS (SIRGAS 2000)**

VÉRTICE	COORDENADA N (Y)	COORDENADA E (X)
1	6.789.739,1200M	618.919,3310M
2	6.789.742,4700M	618.964,9890M
3	6.789.730,7691M	618.969,2425M
4	6.789.726,8107M	618.924,1427M
5	6.789.714,4920M	618.928,9780M
6	6.789.719,0130M	618.973,5160M
7	6.789.696,4620M	618.932,5160M
8	6.789.700,1280M	618.979,5340M
9	6.789.680,8450M	618.932,2590M
10	6.789.676,9870M	618.977,9910M
11	6.789.665,3840M	618.928,6150M
12	6.789.655,6000M	618.973,4190M

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB MAT.3.682

Publicação Nº 2379647

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB

O MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, por meio do presente edital, NOTIFICA os eventuais titulares de domínio e confrontantes do imóvel abaixo descrito, que o mesmo está sendo objeto de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA onde se busca a Legitimação Fundiária de seus ocupantes (AUTOS N.009/2019 REURB), sendo que em caso de não concordância, o interessado poderá apresentar impugnação no prazo de 30 dias contados desta publicação.

Descrição da área: a área a qual se busca regularizar encontra-se situada às margens da Estrada Geral Ultimo Rio, no Município de Jacinto Machado, imóvel este matriculado sob o nº3.682, Ordem do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo.

ADVERTÊNCIA: A ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da Reurb

**TABELA DE COORDENADAS DOS VÉRTICES
UNIVERSAL TRANSVERSA MERCADOR (SIRGAS 2000)**

VÉRTICE	COORDENADA N (Y)	COORDENADA E (X)
1	6.793.652,6690M	624.072,5360M
2	6.793.669,6657M	624.097,6048M
3	6.793.644,1517M	624.093,7021M
4	6.793.645,5990M	624.072,0783M
5	6.793.631,7954M	624.091,8120M
6	6.793.633,2590M	624.071,2795M
7	6.793.619,4391M	624.089,9219M
8	6.793.620,7851M	624.070,4720M
9	6.793.607,0783M	624.088,0617M
10	6.793.608,3113M	624.069,6645M
11	6.793.594,7123M	624.086,2360M
12	6.793.595,8374M	624.068,8570M
13	6.793.582,3464M	624.084,4120M
14	6.793.570,3950M	624.067,2100M

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 330/2019

Publicação Nº 2383845

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 330/2019

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.559/2020, formada pelos membros Ivan Andreias Wolter, Marcio Bylaardt e Carla Eduarda Scheuer Keiser, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a CONCORRÊNCIA Nº 330/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares na Rua 765 Francisco Hempckemair no Bairro Chico de Paulo, com extensão total de 405,73m (quatrocentos e cinco vírgula setenta e três metros). Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	Sem representante	xxxxxxxxxx
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Sem representante	xxxxxxxxxx
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	085.562.779-42
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	Evandro Gonçalves	478.449.149-04

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	77	Numeradas de 01 a 77
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	99	Numeradas de 01 a 96 e 03 sem numeração
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	40	Sem numeração
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	78	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre a representante presente que não se manifestou. Consultada a mesma concordou com o julgamento das Habilitações e renunciou ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	Evandro Gonçalves	

Prosseguindo, a Comissão Especial entrou em contato com a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, informando sua habilitação, solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que a mesma concordou e renunciou conforme documento anexo a esta Ata. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Propostas Comerciais das proponentes. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM	889.306,80
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	890.364,96
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	710.790,93
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	847.649,40

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa da proposta comercial apresentada e após a análise foi CLASSIFICADA por estar de acordo com as exigências do edital. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor Global de R\$ 710.790,93 (setecentos e dez mil, setecentos e noventa reais e três centavos). A seguir foi colocada a palavra livre aos representantes presentes que não se manifestaram. Consultados os mesmos renunciaram ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito "RENUNCIAMOS AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes", para a empresa sem Representante presente na sessão. Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

Ivan Andréias Wolter	
Carla Eduarda Scheuer Keiser	
Marcio Bylaardt	
Evandro Gonçalves	
Silvia Priscila de Souza Voltolini	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 331/2019

Publicação Nº 2383846

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 331/2019

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.566/2019, formada pelos membros Ivan Andreias Wolter, Marcio Bylaardt e Carla Eduarda Scheuer Keiser, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a CONCORRÊNCIA Nº 331/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares na Rua 510 Domingos Vieira (início no entroncamento com a Rua Pastor Albert Schneider até entroncamento com a Rua Frida Piske Krueger) no Bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 600m (seiscentos metros). Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Sem Representante	xxxxxxx
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	085.562.779-42
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	Sem Representante	xxxxxxx

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pela Representante presente. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	99	Numeradas de 01 a 96 e 03 sem numeração
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	40	Sem numeração
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	79	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações a Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre a representante presente que não se manifestou. Consultada a mesma concordou com o julgamento das Habilitações e renunciou ao direito e prazo de recurso assim descrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES".

Nome das proponentes	Representante	Assinatura
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Silvia Priscila de Souza Voltolini	

Prosseguindo, a Comissão Especial entrou em contato com as empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA e PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA, informando suas habilitações, solicitando o termo de renúncia quanto ao prazo de recurso ao julgamento das habilitações, sendo que as mesmas concordaram e renunciaram conforme documento anexo a esta Ata. Dando prosseguimento foram abertos os envelopes 02 – Propostas Comerciais das proponentes. Foram as seguintes as propostas apresentadas em valor global:

Nome das proponentes	VALOR GLOBAL da proposta R\$
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	1.166.077,33
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	1.001.235,00
PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA	1.111.780,68

Dando prosseguimento, a Comissão passa para a análise criteriosa da proposta comercial apresentada e após a análise foi CLASSIFICADA por estar de acordo com as exigências do edital. Posto isto, a Comissão Especial declara vencedora do certame a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor Global de R\$ 1.001.235,00 (um milhão, um mil e duzentos e trinta e cinco reais) A seguir foi colocada a palavra livre a representante presente que não se manifestou. Consultada a mesma renunciou ao direito e prazo de recurso, a seguir transcrito "RENUNCIO AO DIREITO E PRAZO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS" assinando a presente Ata. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelo Representante presente, a qual será fornecida cópia desta. Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes", para a empresa sem Representante presente na sessão. Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

Ivan Andréias Wolter	
Carla Eduarda Scheuer Keiser	
Marcio Bylaardt	
Silvia Priscila de Souza Voltolini	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

Publicação Nº 2383843

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, com início às oito horas e trinta minutos, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 12/2020, que tem por objeto a que tem por objeto a aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, com a presença da servidora Rosiney A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº nº 13.127/2017, para realização do credenciamento e disputa de preços, das seguintes empresas::

Proponente	Credenciado	Identificação
------------	-------------	---------------

3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	Sem representante	.x.x.x.x.
ANDRÉ FELIX MAES CORDEIRO	José Leocádio Cordeiro	186.683.219-00
AVIZ COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	Junior Miranda	034.716.979-18
BRITAGEM TRES RIOS EIRELI	Maurício James Vieira	988.262.809-59
COMERCIAL VITORIA LTDA	Altair Scheer	015.668.139-05
ELTON LUIZ MADEIRA EPP	Sem Representante	xxxx
KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	Martinho José Lehnert	784.242.169-20
LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI	Magali Natalia Caragnato	072.619.799-88
NASATO & CIA LTDA	Angelo José Nasato	419.665.469-04
NERA DISTRI. DE PROD. AGROP. LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
NOVA ERA ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	Eusebio Frontorio	419.651.679-34
PARISI BRIT.E TERRAPLANAGEM LTDA	Moacir Parisi	489.258.299-91
P&P COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	Ruan Carlos Borges Bruch	010.081.509-08
PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	Rodrigo Cesar R. da Silva	023.665.269-97
SERTÃO FIBRAS INDUSTRIA LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
SÓLIDOS IND E COM PRÉ FABR. DE CONCRETO	Sem Representante	xxxx
TELAS SEIDEL LTDA	Michely Ristow Finta	004.563.239-10

Dando início a sessão, foi realizado o credenciamento dos representantes presentes e logo após passou-se ao conhecimento do resultado do julgamento das Propostas realizado pela equipe do Almoxarifado/Diretoria de Patrimônio, relativamente às imposições do edital (anexo). Prosseguindo foi registrado o pedido de desclassificação via e-mail (anexo) pelas empresas ELTON LUIZ MADEIRA EPP do item 33 e NOVA ERA ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI do item 311, alegando erro na formulação das suas propostas. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance) com os valores registrados no Anexo I desta ata. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP com previsão de participação de grande empresa. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes preços finais para os itens:

Item	Empresa vencedora	Quant. estimada	Und.	Descrição dos materiais	Valor unit. do item R\$
01	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	695	un	ABRAÇADEIRA PVC 1/2" - (Cód interno - 9891) Branco. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,05
02	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	695	un	ABRAÇADEIRA PVC 3/4" - (Cód interno - 9892) Branco. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,03
03	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	445	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 20 x 1/2" - (Cód interno - 8422) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,28
04	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	425	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 x 3/4" - (Cód interno - 8423) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,35
05	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	195	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 32 x 1" - (Cód interno - 8187) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,95
06	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	135	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 40 x 1.1/4" - (Cód interno - 97762) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,50
07	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	135	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 50 x 1.1/2" - (Cód interno - 8477) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,50
08	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	120	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 60 x 2" - (Cód interno - 97763) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,55
09	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	205	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 20 x 1/2" - (Cód interno - 97764) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,19
10	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	205	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 25x 3/4" - (Cód interno - 97765) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,80
11	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	190	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 32 x 1" - (Cód interno - 97766) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,18

12	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	175	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 40 x 1.1/4" - (Cód interno - 97767) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	8,99
13	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	175	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 50 x 1.1/2" - (Cód interno - 97768) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,45
14	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	170	un	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL P/CAIXA DE ÁGUA 60 x 2" - (Cód interno - 97769) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	16,15
15	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	310	un	ADESIVO PLÁSTICO 75g - (Cód interno - 11147) Bisnaga 75g. Para união entre tubos e conexões de PVC rígido de qualquer diâmetro. Água fria. Sem tuluol. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,95
16	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	243	un	ADESIVO PLÁSTICO TUBO - (Cód interno - 7846) Pote 175g. Para união entre tubos e conexões de PVC rígido de qualquer diâmetro. Água fria. Sem tuluol. Com pincel aplicador. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	6,50
17	NASATO & CIA LTDA EPP	203	un	ANEL BORRACHA ESGOTO 150mm - (Cód interno - 33630) SN. Borracha. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,95
18	NASATO & CIA LTDA EPP	373	un	ANEL DE VEDAÇÃO 100mm - (Cód interno - 97729) SN. Borracha. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,45
19	NASATO & CIA LTDA EPP	303	un	ANEL DE VEDAÇÃO 40mm - (Cód interno - 97726) SN. Borracha. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,60
20	NASATO & CIA LTDA EPP	303	un	ANEL DE VEDAÇÃO 50mm - (Cód interno - 97727) SN. Borracha. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,90
21	NASATO & CIA LTDA EPP	303	un	ANEL DE VEDAÇÃO 75mm - (Cód interno - 97728) SN. Borracha. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,00
22	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	405	un	ANEL DE VEDAÇÃO P/BACIO - (Cód interno - 26165) Com guia. Excelente adesão e durabilidade. A prova de vazamento. Sem odor. Em conformidade com Norma ABNT NBR 14725-4:2014. Embalado individualmente.	5,55
23	TELAS SEIDEL LTDA ME	80	rl	ARAME FARPADO - RL C/250M - (Cód interno - 7968) Galvanizado. Fios com no mínimo 1,6mm de espessura. Torção contínua. Farpas entrelaçadas e uniformes.	127,00
24	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	623	kg	ARAME RECOZIDO Nº 18 - (Cód interno - 7965) Liso. Em rolo. Resistência à tração até 40 kgf/mm². Atender Norma ABNT NBR 5589/82.	9,00
25	PARISI BRITAGEM E TERRAP. LTDA EPP	2.817	m³ D.A.	AREIA FINA - (Cód interno - 8245) Granulometria fina com diâmetro máximo de 1,2mm. (Areia quartzosa, isenta de substância nocivas em proporções prejudiciais tais como: torrões de argila, gravetos, mica, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais deliquescentes, etc.) Norma reguladora ABNT NBR 6502:1995.	70,00
26	PARISI BRITAGEM E TERRAP. LTDA EPP	313	m³ 10%	AREIA FINA - (Cód interno - 8245) Granulometria fina com diâmetro máximo de 1,2mm. (Areia quartzosa, isenta de substância nocivas em proporções prejudiciais tais como: torrões de argila, gravetos, mica, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais deliquescentes, etc.) Norma reguladora ABNT NBR 6502:1995.	70,00
27	PARISI BRITAGEM E TERRAP. LTDA EPP	2.822	m³ D.A.	AREIA GROSSA - (Cód interno - 7991) Granulometria fina com diâmetro máximo de 4,8mm. (Areia quartzosa, isenta de substância nocivas em proporções prejudiciais tais como: torrões de argila, gravetos, mica, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais deliquescentes, etc.) Norma reguladora ABNT NBR 6502:1995.	55,00
28	PARISI BRITAGEM E TERRAP. LTDA EPP	313	m³ 10%	AREIA GROSSA - (Cód interno - 7991) Granulometria fina com diâmetro máximo de 4,8mm. (Areia quartzosa, isenta de substância nocivas em proporções prejudiciais tais como: torrões de argila, gravetos, mica, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais deliquescentes, etc.) Norma reguladora ABNT NBR 6502:1995.	55,00
29	PARISI BRITAGEM E TERRAP. LTDA EPP	2.885	m³ D.A.	AREIA MÉDIA - (Cód interno - 7990) Granulometria fina com diâmetro máximo de 2,4mm. (Areia quartzosa, isenta de substância nocivas em proporções prejudiciais tais como: torrões de argila, gravetos, mica, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais deliquescentes, etc.) Norma reguladora ABNT NBR 6502:1995.	62,00

30	PARISI BRITAGEM E TERRAP. LTDA EPP	320	m ³ 10%	AREIA MÉDIA - (Cód interno - 7990) Granulometria fina com diâmetro máximo de 2,4mm. (Areia quartzosa, isenta de substância nocivas em proporções prejudiciais tais como: torrões de argila, gravetos, mica, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais deliquescentes, etc.) Norma reguladora ABNT NBR 6502:1995.	62,00
31	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	650	saco	ARGAMASSA 20 KG - (Cód interno - 22050) AC-I. Para uso interno. Atender Norma ABNT NBR 14081-1:2012. Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	6,15
32	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	605	saco	ARGAMASSA AC-II - (Cód interno - 35190) Saco 20kg. Para uso interno e externo. Atender Norma ABNT NBR 14081-1:2012. Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	12,49
33	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	1290	saco	ARGAMASSA AC-III - (Cód interno - 97857) Saco 20kg. Flexível. Cinza. Para uso interno e externo. Atender Norma ABNT NBR 14081-1:2012. Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	21,40
34	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	4990	saco	ARGAMASSA PRONTA - (Cód interno - 8153) Saco 20kg. Mistura homogênea de cimento portland. Cinza. Para uso interno e externo. Para uso geral. Assentamento de elementos de alvenaria e revestimento de paredes. Atender Norma ABNT NBR 13281:2005 e 13528:2010. Prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor	7,60
35	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	914	un	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADA - (Cód interno - 30501) Universal. Branco. Tampa em PP com cobertura total e acabamento liso. Assento em PP com preenchimento em poliuretano com respiro e proteção contra fungos e bactérias. Acompanham parafusos de fixação. Embalado individualmente. Garantia de um ano contra defeitos de fabricação.	31,90
36	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	180	un	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADA INFANTIL - (Cód interno - 30501 - 2) Branco. Tampa em PP com cobertura total e acabamento liso. Assento em PP com preenchimento em poliuretano com respiro e proteção contra fungos e bactérias. Acompanham parafusos de fixação. Embalado individualmente. Garantia de um ano contra defeitos de fabricação.	41,00
37	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	38.736	un D.A.	BLOCO DE CONCRETO TAMANHO 14cmX19cmX39cm - (Cód interno - 25995) Estrutural. Fabricado em cimento Portland, agregados (areia, pedra, etc.) e água, sendo ainda permitido o uso de aditivos. Homogêneo, compacto e com arestas vivas, não apresentar trincas, fraturas ou outros defeitos que possam prejudicar o seu assentamento, resistência e durabilidade. Superfície suficientemente áspera para garantir uma boa aderência de revestimento.	1,94
38	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	4.304	un 10%	BLOCO DE CONCRETO TAMANHO 14cmX19cmX39cm - (Cód interno - 25995) Estrutural. Fabricado em cimento Portland, agregados (areia, pedra, etc.) e água, sendo ainda permitido o uso de aditivos. Homogêneo, compacto e com arestas vivas, não apresentar trincas, fraturas ou outros defeitos que possam prejudicar o seu assentamento, resistência e durabilidade. Superfície suficientemente áspera para garantir uma boa aderência de revestimento.	1,94
39	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	2.342	m ³ D.A.	BRITA 1/2" - (Cód interno - 14591)	64,80
40	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	260	m ³ 10%	BRITA 1/2" - (Cód interno - 14591)	64,80
41	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	1302	m ³	BRITA 3/8" - (Cód interno - 14592)	53,20
42	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	1300	m ³	BRITA GRADUADA - (Cód interno - 8687) De acordo com a especificação a ser informada.	51,90
43	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	2.747	m ³ D.A.	BRITA Nº 0 - (Cód interno - 8688)	66,75
44	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	305	m ³ 10%	BRITA Nº 0 - (Cód interno - 8688)	66,75
45	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	3.038	m ³ D.A.	BRITA Nº 1 - (Cód interno - 8091)	65,89
46	BRITAGEM TRES RIOS EIRELI EPP	337	m ³ 10%	BRITA Nº 1 - (Cód interno - 8091)	65,85

47	BRITAGEM TRES RIOS EIRELI EPP	1.811	m ³ D.A.	BRITA Nº 2 - (Cód interno - 8092)	60,00
48	BRITAGEM TRES RIOS EIRELI EPP	201	m ³ 10%	BRITA Nº 1 - (Cód interno - 8091)	60,00
49	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	2.072	m ³ D.A	BRITA Nº 4 - (Cód interno - 20205)	57,79
50	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	230	m ³ 10%	BRITA Nº 4 - (Cód interno - 20205)	57,79
51	NASATO & CIA LTDA EPP	255	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 25x20mm - (Cód interno - 8226) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,25
52	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	250	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 32x25mm - (Cód interno - 24701) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat	0,38
53	NASATO & CIA LTDA EPP	160	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 40x32mm - (Cód interno - 22558) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,20
54	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 50x32mm - (Cód interno - 97770) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,00
55	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 50x40mm - (Cód interno - 97771) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,55
56	NASATO & CIA LTDA EPP	130	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 60x50mm - (Cód interno - 97266) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,40
57	COMERCIAL VITORIA LTDA	130	un	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLDÁVEL 75x60mm - (Cód interno - 97772) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,40
58	COMERCIAL VITORIA LTDA	155	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 32x20mm - (Cód interno - 32636) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,37
59	COMERCIAL VITORIA LTDA	135	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 40x20mm - (Cód interno - 97773) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,70
60	COMERCIAL VITORIA LTDA	135	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 40x25mm - (Cód interno - 97774) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,79
61	COMERCIAL VITORIA LTDA	135	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 50x20mm - (Cód interno - 97775) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,99
62	NASATO & CIA LTDA EPP	135	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 50x25mm - (Cód interno - 27503) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,95
63	COMERCIAL VITORIA LTDA	130	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x25mm - (Cód interno - 97776) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,30
64	NASATO & CIA LTDA EPP	125	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x32mm - (Cód interno - 97777) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,40
65	COMERCIAL VITORIA LTDA	575	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x40mm - (Cód interno - 20696) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,70
66	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	130	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 60x50mm - (Cód interno - 97778) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,20
67	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	130	un	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLDÁVEL 75x50mm - (Cód interno - 97779) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,75
68	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	255	un	BUCHA DE REDUÇÃO PVC ESGOTO SN 50X40mm - (Cód interno - 97730) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,85

69	NASATO & CIA LTDA EPP	255	un	BUCHA DE REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL 1x1/2" - (Cód interno - 97840) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,45
70	NASATO & CIA LTDA EPP	235	un	BUCHA DE REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL 1x3/4" - (Cód interno - 97841) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,35
71	NASATO & CIA LTDA EPP	305	un	BUCHA DE REDUÇÃO PVC ROSCÁVEL 3/4x1/2" - (Cód interno - 12063) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,39
72	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	209	un	CADEADO 25 - (Cód interno - 10526) Cadeado tradicional. Corpo em latão maciço. Haste cementada e cromada. 2 chaves niqueladas. Embalado individualmente.	7,95
73	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	209	un	CADEADO 30 - (Cód interno - 8017) Cadeado tradicional. Corpo em latão maciço. Haste cementada e cromada. 2 chaves niqueladas. Embalado individualmente.	10,00
74	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	163	un	CADEADO 40 - (Cód interno - 8124) Cadeado tradicional. Corpo em latão maciço. Haste cementada e cromada. 2 chaves niqueladas. Embalado individualmente.	12,90
75	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	173	un	CADEADO 50 - (Cód interno - 8118) Cadeado tradicional. Corpo em latão maciço. Haste cementada e cromada. 2 chaves niqueladas. Embalado individualmente.	21,50
76	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	740	un	CAIBRO 5CMX12CMX3M PINUS - (Cód interno - 8185)	12,00
77	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	740	un	CAIBRO 5CMX12CMX4M PINUS - (Cód interno - 15072)	18,00
78	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	345	un	CAIBRO DE MADEIRA - (Cód interno - 11103) Madeira peroba. Acepilhado. Medida 4cm X 12cm X 1,50m.	15,90
79	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	305	un	CAIBRO DE MADEIRA 4cm X 12cm X 1,00m - (Cód interno - 97871) Madeira peroba. Acepilhado.	10,50
80	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	693	un	CAIBRO DE MADEIRA CAMBARÁ - TAM. 6CMX12CMX3M - (Cód interno - 18387)	33,00
81	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	1690	un	CAIBRO DE MADEIRA CAMBARÁ - TAM. 6CMX12CMX4M - (Cód interno - 16467)	44,00
82	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	3.681	un D.A.	CAIBRO DE MADEIRA PINUS - TAM. 6CMX12CMX5M - (Cód interno - 35187)	23,00
83	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	409	un 10%	CAIBRO DE MADEIRA PINUS - TAM. 6CMX12CMX5M - (Cód interno - 35187)	23,00
84	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	54	un	CAIXA D'ÁGUA 1.000 L - (Cód interno - 34371) Produzido em polietileno. Atóxica. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca aberta. Com tampa. Travamento da tampa. Faces uniformes. Guia de furação. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	214,00
85	SERTÃO FIBRAS ME *	51	un	CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS - (Cód interno - 21542) Produzido em polietileno. Atóxica. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca aberta. Com tampa. Travamento da tampa. Faces uniformes. Guia de furação. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	515,53
86	SERTÃO FIBRAS ME *	24	un D.A.	CAIXA D'ÁGUA 20.000 LITROS - (Cód interno - 23281) Reservatório produzido em polietileno. Atóxico. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca de inspeção com diâmetro aproximado de 60cm. Com tampa com fechamento com ¼ de volta e vedação total. Faces uniformes. Adaptador flange para saída instalado. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	5.056,41
87	SERTÃO FIBRAS ME *	02	un 10%	CAIXA D'ÁGUA 20.000 LITROS - (Cód interno - 23281) Reservatório produzido em polietileno. Atóxico. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca de inspeção com diâmetro aproximado de 60cm. Com tampa com fechamento com ¼ de volta e vedação total. Faces uniformes. Adaptador flange para saída instalado. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	5.056,41

88	SERTÃO FIBRAS ME *	48	un	CAIXA D'ÁGUA 310 L - (Cód interno - 12944) Produzido em polietileno. Atóxica. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca aberta. Com tampa. Travamento da tampa. Faces uniformes. Guia de furação. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	111,92
89	SERTÃO FIBRAS ME *	46	un	CAIXA D'ÁGUA 5.000 LITROS - (Cód interno - 20272) Produzido em polietileno. Atóxica. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca aberta. Com tampa. Travamento da tampa. Faces uniformes. Guia de furação. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	1.279,46
90	SERTÃO FIBRAS ME *	45	un	CAIXA D'ÁGUA 500 L - (Cód interno - 13221) Produzido em polietileno. Atóxica. Resistência a exposição solar. Fácil limpeza. Boca aberta. Com tampa. Travamento da tampa. Faces uniformes. Guia de furação. Atender Norma ABNT NBR 14.799:2011. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	127,09
91	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	314	un	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA - (Cód interno - 12688) Caixa de descarga externa em polietileno. Com puxador e acionamento sifonado, sem necessidade de segurar a cordinha. Cor branca. Volume útil até 9 litros. Atende modelos antigos de louça sanitária. Embalada individualmente. Acompanham parafusos de fixação. Em conformidade com Norma ABNT NBR 15491:2007.	19,90
92	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	4170	saco	CAL HIDRATADA - (Cód interno - 14147) C-III. Saco de 20kg. Atender Norma ABNT NBR 7175:2003. Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	6,98
93	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	382	balde	CAL LÍQUIDO BL C/18L - (Cód interno - 23682) Para reboco e assentamento de tijolos. Diluível em água.	63,90
94	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	248	un	CAP ESGOTO 100mm - (Cód interno - 28916) PVC, SN, esgoto, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,00
95	NASATO & CIA LTDA EPP	187	un	CAP ESGOTO 150mm - (Cód interno - 33631) PVC, SN, esgoto, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,50
96	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	523	un	CAP PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 16804) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,95
97	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	273	un	CAP PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 12697) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,50
98	ELTON LUIZ MADEIRA EPP *	223	un	CAP PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 19638) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,00
99	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	330	un	CAP PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 24921) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,35
100	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	280	un	CAP PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 24922) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,54
101	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	CAP PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 15283) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,65
102	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	190	un	CAP PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 24923) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,45
103	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	190	un	CAP PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 19840) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,05
104	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	155	un	CAP PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97780) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,75
105	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	420	un	CHAPA DE COMPENSADO PLASTIFICADO P/CONCRETO - TAM. 1,22MX2,44M - (Cód interno - 28683) Espessura 15mm.	69,40
106	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	370	un	CHAPA DE COMPENSADO RESINADO COLA FENÓLICA VIROLA - (Cód interno - 28682) Medida de 2,20MX1,10M. Espessura 17mm.	59,00

107	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	372.735	Kg D.A.	CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLÂNICO - CLASSE 32. CONFORME NORMA NBR 11578. ENTREGA EM SC DE 40 E/OU 50KG - (Cód interno - 30621) Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,39
108	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	41.415	Kg 10%	CIMENTO CP II - Z - COMPOSTO COM ADIÇÃO DE MATERIAL POZOLÂNICO - CLASSE 32. CONFORME NORMA NBR 11578. ENTREGA EM SC DE 40 E/OU 50KG - (Cód interno - 30621) Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,39
109	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	296.235	Kg D.A.	CIMENTO CP V - ALTA RESISTÊNCIA INICIAL. COMPOSTO EM MASSA DE MATERIAL CARBONÁTICO ATÉ 5%. CONFORME NORMA NBR 5733. ENTREGA EM SC DE 40 E/OU 50KG - (Cód interno - 30620) Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,43
110	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	32.915	Kg 10%	CIMENTO CP V - ALTA RESISTÊNCIA INICIAL. COMPOSTO EM MASSA DE MATERIAL CARBONÁTICO ATÉ 5%. CONFORME NORMA NBR 5733. ENTREGA EM SC DE 40 E/OU 50KG - (Cód interno - 30620) Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,43
111	COMERCIAL VITORIA LTDA	172	un	CONJUNTO P/ENGATE RÁPIDO - (Cód interno - 28350) Engate rápido. Resistente aos raios UV. Bitola 3/4". Conjunto para fixação da mangueira a equipamentos ou torneiras.	2,50
112	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	230	m	CORRENTE SOLDADA POLIDA 3/8 - (Cód interno - 28680) Elo curto. Atender NBR 15293.	32,90
113	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	3585	un	CUMEEIRA 4mm ARTICULADA INFERIOR - (Cód interno - 97172) Ondulada. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	4,75
114	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	3585	un	CUMEEIRA 4mm ARTICULADA SUPERIOR - (Cód interno - 97858) Ondulada. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	4,75
115	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	595	un	CUMEEIRA 6mm ARTICULADA INFERIOR - (Cód interno - 97173) Ondulada. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	19,00
116	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	595	un	CUMEEIRA 6mm ARTICULADA SUPERIOR - (Cód interno - 97859) Ondulada. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	18,89
117	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	400	un	CURVA 45° LONGA PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 97739) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	17,35
118	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	120	un	CURVA 45° LONGA PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 97740) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	46,00
119	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	310	un	CURVA 45° LONGA PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 97736) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,05
120	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	210	un	CURVA 45° LONGA PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 97737) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,85
121	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	250	un	CURVA 45° LONGA PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 97738) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	12,35
122	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	480	pct	CURVA 45° PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 22355) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,75
123	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	210	un	CURVA 45° PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 97735) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	20,95
124	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	390	un	CURVA 45° PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 97731) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,50
125	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	390	un	CURVA 45° PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 97732) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,25
126	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	CURVA 45° PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 97733) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,00

127	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	385	un	CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 97781) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,75
128	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	335	un	CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 97782) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,00
129	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	270	un	CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 97783) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,45
130	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	220	un	CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 97784) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,00
131	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	200	un	CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 97785) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,25
132	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	CURVA 45° PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97786) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,75
133	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	430	un	CURVA 90° LONGA PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 97744) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,25
134	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	CURVA 90° LONGA PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 19825) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	32,50
135	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	220	un	CURVA 90° LONGA PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 97741) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,85
136	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	CURVA 90° LONGA PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 97742) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,95
137	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	CURVA 90° LONGA PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 97743) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,00
138	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	630	un	CURVA 90° PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 8070) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,85
139	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	CURVA 90° PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 35189) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	21,50
140	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	CURVA 90° PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 11172) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,90
141	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	CURVA 90° PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 11173) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,85
142	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	CURVA 90° PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 8069) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,00
143	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	545	un	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 97787) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,55
144	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	465	un	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 97788) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,75
145	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	310	un	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 97789) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,50
146	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	295	un	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 97790) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,15
147	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	275	un	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 97791) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,50
148	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	CURVA 90° PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97792) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	8,99

149	NASATO & CIA LTDA EPP	620	un	DOBRADIÇA EM AÇO ZINCADO 3X3 1/2 - (Cód interno - 31967) Dobradiça em aço estampado. Medida 89x57x1,5mm. Acabamento zincado. Garantia de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação.	1,95
150	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	102	un	EMENDA P/MANGUEIRA - (Cód interno - 29444) Injetado em PP resistente aos raios UV. Bitola 1/2". Aperto girando as porcas. Para reparo de mangueiras.	1,98
151	NASATO & CIA LTDA EPP	457	un	ENGATE FLEXÍVEL - (Cód interno - 29565) 1/2". Em PVC flexível com malha trançada. Porca e niple em PVC rígido. Vedante na entrada e na saída. Comprimento 30cm.	2,25
152	COMERCIAL VITORIA LTDA	257	un	ENGATE RÁPIDO 1/2" - (Cód interno - 22484) Engate rápido. Resistente aos raios UV. Bitola 1/2". Conjunto para fixação da mangueira a equipamentos ou torneiras.	2,40
153	COMERCIAL VITORIA LTDA	305	un	ESPUDE PVC - (Cód interno - 11179) PVC flexível. 40mm.	2,00
154	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	ESPUDE PVC 50mm - (Cód interno - 97723) PVC flexível. 50mm.	5,50
155	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	338	un	ESPUMA EXPANSIVA SPRAY - (Cód interno - 13159) Aerossol. Base Poliuretano. Isenta de CFC. Frasco contendo no mínimo 480g. Em conformidade com NBR 14725-4:2014. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	15,35
156	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	450	un	ESTEIO DE CAMBARÁ ACEPILHADO 8cm X 15cm X 3m - (Cód interno - 26135)	61,00
157	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	410	un	FECHADURA EXTERNA - (Cód interno - 7886) Segurança alta. Frequência de uso intensa. Acabamento espelho. Cromado brilhante. Alta resistência a corrosão. Distância de broca 40. Alavanca. Para portas de 30 a 40mm. Embalada individualmente. Garantia de 10 (dez) anos contra defeitos de fabricação. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	25,50
158	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	380	un	FECHADURA INTERNA - (Cód interno - 7887) Segurança alta. Frequência de uso intensa. Acabamento espelho. Cromado brilhante. Alta resistência a corrosão. Distância de broca 40. Alavanca. Para portas de 30 a 40mm. Embalada individualmente. Garantia de 10 (dez) anos contra defeitos de fabricação. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	23,40
159	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	358	un	FECHADURA PARA BANHEIRO - (Cód interno - 7885) Segurança alta. Frequência de uso intensa. Acabamento espelho. Cromado brilhante. Alta resistência a corrosão. Distância de broca 40. Alavanca. Para portas de 30 a 40mm. Embalada individualmente. Garantia de 10 (dez) anos contra defeitos de fabricação. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	23,15
160	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	255	barra	FERRO CA 50 1/2" BR C/12M - (Cód interno - 7955) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	48,95
161	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1485	barra	FERRO CA 50 1/4" BR C/12M - (Cód interno - 7952) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	13,00
162	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	155	barra	FERRO CA 50 3/4" BR C/12M - (Cód interno - 7957) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	137,50
163	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	500	barra	FERRO CA 50 3/8" BR C/12M - (Cód interno - 7954) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	32,00
164	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1635	barra	FERRO CA 50 5/16" BR C/12M - (Cód interno - 7953) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	22,25
165	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	155	barra	FERRO CA 50 5/8" BR C/12M - (Cód interno - 7956) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	85,50
166	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1835	barra	FERRO CA 60 4,2mm BR C/12M - (Cód interno - 7951) Reto. Nervurado. Soldável. Atender Norma ABNT NBR 7480:2007.	7,00
167	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	250	barra	FERRO MECÂNICO 5/16 BR C/6M - (Cód interno - 7958) Seção transversal.	50,00
168	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	500	un	FITA VEDA ROSCA 18mm x 50m - (Cód interno - 27252) 100% PTFE. Cor branca. Largura 18mm. Comprimento 50 metros. Atender Norma ABNT NBR 16.368:2015. Embalada individualmente em caixa de cartão triplex.	3,75
169	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	8.298	m² D.A.	FORRO DE PVC - (Cód interno - 32265) Medida 200x8mm. Antichama. Auto extingüível. Acabamento liso. Encaixe macho e fêmea. Atender Norma ABNT NBR 14285. Placas de 6 metros de comprimento. Cor conforme necessidade. Garantia de um ano contra defeitos de fabricação.	11,00
170	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	922	m² 10%	FORRO DE PVC - (Cód interno - 32265) Medida 200x8mm. Antichama. Auto extingüível. Acabamento liso. Encaixe macho e fêmea. Atender Norma ABNT NBR 14285. Placas de 6 metros de comprimento. Cor conforme necessidade. Garantia de um ano contra defeitos de fabricação.	11,00

171	NASATO & CIA LTDA EPP	90	kg	GRAMPO GALVANIZADO P/CERCA 1X9 - (Cód interno - 13860) Polido e galvanizado. Embalagem de 1kg.	10,95
172	NASATO & CIA LTDA EPP	335	un	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 23753) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,49
173	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	335	un	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 23754) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,50
174	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 24915) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,50
175	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	225	un	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 20341) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,24
176	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	225	un	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 24916) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,85
177	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	JOELHO 45° PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97793) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,85
178	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	510	un	JOELHO 45° PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 29564) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,50
179	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	170	un	JOELHO 45° PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 24699) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	19,70
180	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	230	un	JOELHO 45° PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 29390) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,90
181	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	JOELHO 45° PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 8098) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,40
182	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	270	un	JOELHO 45° PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 8105) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,15
183	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	305	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 29873) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,24
184	NASATO & CIA LTDA EPP	355	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 29874) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,29
185	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	265	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 8104) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,15
186	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 8084) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,00
187	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	205	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 97075) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,15
188	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	150	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97797) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,35
189	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	455	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 20 x 1/2" - (Cód interno - 26438) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,25
190	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	305	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 1/2" - (Cód interno - 97795) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,25
191	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	305	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 3/4" - (Cód interno - 97794) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,00
192	NASATO & CIA LTDA EPP	205	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 32 x 3/4" - (Cód interno - 97796) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,95

193	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	490	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 20 x 1/2" - (Cód interno - 97798) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,00
194	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 x 1/2" - (Cód interno - 97800) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,00
195	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 x 3/4" - (Cód interno - 97799) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,29
196	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	200	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 32 x 3/4" - (Cód interno - 97801) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,15
197	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	295	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL DE REDUÇÃO 25X20mm - (Cód interno - 97802) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,45
198	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	300	un	JOELHO 90° PVC SOLDÁVEL DE REDUÇÃO 32X25mm - (Cód interno - 97803) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,45
199	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	530	un	JOELHO 90° PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 32694) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,50
200	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	JOELHO 90° PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 28626) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	18,00
201	NASATO & CIA LTDA EPP	540	un	JOELHO 90° PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 29391) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,55
202	NASATO & CIA LTDA EPP	290	un	JOELHO 90° PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 97745) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,09
203	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	290	un	JOELHO 90° PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 8106) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,85
204	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	220	un	JUNÇÃO COM REDUÇÃO PVC ESGOTO SN 100X50mm - (Código interno - 97746) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,25
205	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	200	un	JUNÇÃO COM REDUÇÃO PVC ESGOTO SN 100X75mm - (Cód interno - 24929) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	8,00
206	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	JUNÇÃO COM REDUÇÃO PVC ESGOTO SN 150X100mm - (Cód interno - 97747) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	19,99
207	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	200	un	JUNÇÃO COM REDUÇÃO PVC ESGOTO SN 75X50mm - (Cód interno - 24931) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,85
208	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	310	un	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO SN 100X100mm - (Cód interno - 97751) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	8,95
209	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	150	un	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO SN 150X150mm - (Cód interno - 97752) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	39,00
210	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	220	un	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO SN 40X40mm - (Cód interno - 97748) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,34
211	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	220	un	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO SN 50X50mm - (Cód interno - 97749) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,98
212	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	220	un	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO SN 75X50mm - (Cód interno - 97750) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,45
213	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	260	un	LINHA DE MADEIRA - (Cód interno - 97872) Madeira peroba. Acepilhado. Medida 7cm X 12cm X 4,50m	76,00
214	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	200	un	LINHA DE MADEIRA ACEPILHADA - (Cód interno - 97873) Madeira peroba. Medida 7cm X 12cm X 2,50m.	45,00
215	ANDRÉ FELIX M CORDEIRO ME	6100	m²	LONA PRETA LARGURA DE 4M - (Cód interno - 13023) Polietileno reciclado. Espessura 100 micras.	0,61

216	ANDRÉ FELIX M COR- DEIRO ME	23100	m²	LONA PRETA LARGURA DE 6M - (Cód interno - 33889) Polietileno reciclado. Espessura 100 micras.	0,62
217	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	LUVA DE CORRER PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 20244) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,99
218	NASATO & CIA LTDA EPP	165	un	LUVA DE CORRER PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 19189) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	16,25
219	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	205	un	LUVA DE CORRER PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 97753) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,55
220	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	215	un	LUVA DE CORRER PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 97754) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,90
221	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	205	un	LUVA DE CORRER PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 97755) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,90
222	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	245	un	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 28309) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,35
223	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	245	un	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 28310) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,35
224	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	205	un	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 97804) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,90
225	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	195	un	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 97805) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,90
226	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	175	un	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 97093) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,90
227	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	165	un	LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97806) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	15,99
228	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	255	un	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25 x 20mm - (Cód interno - 24917) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,73
229	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32 x 25mm - (Cód interno - 24918) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,35
230	COMERCIAL VITORIA LTDA	205	un	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40 x 32mm - (Cód interno - 24919) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,99
231	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50 x 25mm - (Cód interno - 97807) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,55
232	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 60 x 50mm - (Cód interno - 97808) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,00
233	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	150	un	LUVA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 75 x 60mm - (Cód interno - 97809) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,00
234	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	340	un	LUVA PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 35001) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,05
235	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	LUVA PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 8175) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,90
236	NASATO & CIA LTDA EPP	230	un	LUVA PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 28311) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,58
237	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	LUVA PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 28312) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Progra- ma Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,10

238	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	LUVA PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 28313) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,99
239	NASATO & CIA LTDA EPP	335	un	LUVA PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 8144) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,31
240	NASATO & CIA LTDA EPP	315	un	LUVA PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 8145) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,35
241	NASATO & CIA LTDA EPP	255	un	LUVA PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 8171) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,10
242	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	215	un	LUVA PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 8025) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,60
243	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	215	un	LUVA PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 8146) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,85
244	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	185	un	LUVA PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 27504) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,99
245	ELTON LUIZ MADEIRA EPP *	240	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 20 x 1/2" - (Cód interno - 14350) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,40
246	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 1/2" - (Cód interno - 97811) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,00
247	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	240	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 x 3/4" - (Cód interno - 97810) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,00
248	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 32 x 1" - (Cód interno - 97812) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,90
249	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 x 20mm - (Cód interno - 97813) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,19
250	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 32 x 25mm - (Cód interno - 97814) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,30
251	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	190	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 40 x 32mm - (Cód interno - 97815) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,20
252	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	205	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 50 x 25mm - (Cód interno - 97816) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,35
253	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 60 x 50mm - (Cód interno - 97817) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,85
254	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	LUVA PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 75 x 60mm - (Cód interno - 97818) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,85
255	COMERCIAL VITORIA LTDA	2100	m	MANGUEIRA 1/2" - (Cód interno - 7030) Preta. Para irrigação. Em PEAD flexível. Bitola 1/2". Parede com no mínimo 1,5mm de espessura. Comprimento conforme necessidade.	0,98
256	COMERCIAL VITORIA LTDA	2270	m	MANGUEIRA P/JARDIM - (Cód interno - 12962) Bitola 1/2". Produzida com duas camadas de PVC flexível, 100% virgem, com reforço interno em malha trançada de poliéster. Amarela. Parede com no mínimo 2mm de espessura. Comprimento conforme necessidade.	1,99
257	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	4730	m²	MANTA GEOTÊXTIL DE POLIÉSTER NÃO TECIDA G130 PARA DRENAGEM - (Cód interno - 29542) Largura 2,30m. Mínimo 130g/m². Resistência a tração T - Rt >= 7KN.	3,35
258	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	1185	m	MATA JUNTA BENEFICIADA - (Cód interno - 15287) Em madeira eucalipto. Medindo 5x1cm. Barras de 3m.	6,50
259	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	2765	m	MATA JUNTA BENEFICIADA - (Cód interno - 97354) Em madeira cedrinho. Medindo 5x1cm. Barras de 3m.	6,50

260	NASATO & CIA LTDA EPP	405	un	NÍPEL PVC ROSCÁVEL 1/2"- (Cód interno - 35497) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,40
261	NASATO & CIA LTDA EPP	355	un	NÍPEL PVC ROSCÁVEL 3/4"- (Cód interno - 97310) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,56
262	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	657	Um D.A.	PAINEL DIVISÓRIA 35mm - (Cód interno - 34881) Painel medindo 35x1202x2110mm. Leve, resistente e estável. Fabricado com requadro em madeira maciça tratada. Miolo tipo colméia. Revestimento em resina melamínica de baixa pressão. Cores lisas conforme necessidade. Produzido com madeira de manejo sustentável. Embalado individualmente em plástico.	119,00
263	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	73	Um 10%	PAINEL DIVISÓRIA 35mm - (Cód interno - 34881) Painel medindo 35x1202x2110mm. Leve, resistente e estável. Fabricado com requadro em madeira maciça tratada. Miolo tipo colméia. Revestimento em resina melamínica de baixa pressão. Cores lisas conforme necessidade. Produzido com madeira de manejo sustentável. Embalado individualmente em plástico.	119,00
264	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	300	m³	PEDRA PULMÃO - (Cód interno - 12798)	53,34
265	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	1.917	m³ D.A.	PEDRISCO COM PÓ - (Cód interno - 8093)	57,79
266	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	213	m³ 10%	PEDRISCO COM PÓ - (Cód interno - 8093)	57,79
267	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	1.314	m³ D.A.	PEDRISCO SEM PÓ - (Cód interno - 28689)	66,16
268	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	146	m³ 10%	PEDRISCO SEM PÓ - (Cód interno - 28689)	66,16
269	NASATO & CIA LTDA EPP	795	pct	PIGMENTO VERMELHO EM PÓ - (Cód interno - 32689) Pigmento a base de óxido de ferro para colorir argamassa e concreto. Para uso interno e externo. Inodoro. Embalagem de 500g.	12,50
270	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	5.553	m² D.A.	PISO CERÂMICO - (Cód interno - 11564) Placa cerâmica esmaltada medindo no mínimo 34x34cm. Cor branca. Alto tráfego. Resistência a abrasão PEI 4. Resistência a escorregamento COF II. Não gretar. Tonalidade uniforme. Acabamento Bold. Absorção de água Bllb 6 a 10%. Espessura de 7,2 a 8mm. Embalado em caixas com aproximadamente 2m² cada. Somente será aceito um único lote a cada pedido efetuado.	12,95
271	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	617	m² 10%	PISO CERÂMICO - (Cód interno - 11564) Placa cerâmica esmaltada medindo no mínimo 34x34cm. Cor branca. Alto tráfego. Resistência a abrasão PEI 4. Resistência a escorregamento COF II. Não gretar. Tonalidade uniforme. Acabamento Bold. Absorção de água Bllb 6 a 10%. Espessura de 7,2 a 8mm. Embalado em caixas com aproximadamente 2m² cada. Somente será aceito um único lote a cada pedido efetuado.	12,95
272	NASATO & CIA LTDA EPP	330	un	PLUG PVC ROSCÁVEL 1/2"- (Cód interno - 12708) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,31
273	NASATO & CIA LTDA EPP	280	un	PLUG PVC ROSCÁVEL 3/4"- (Cód interno - 12709) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,42
274	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	1.967	m³ D.A.	PÓ DE BRITA - (Cód interno - 8094)	60,36
275	PEDREIRA RIO BRANCO LTDA	218	m³ 10%	PÓ DE BRITA - (Cód interno - 8094)	60,36
276	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	220	un	PONTALETE DE MADEIRA - (Cód interno - 97874) Madeira peroba. Acepilhado. Medida 8cm X 8cm X 1m.	14,10
277	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	325	un	PORTA DE MADEIRA - (Cód interno - 12940) Porta em madeira mista. Para uso interno. Lisa. Preenchimento tipo colméia. Medidas 2,10m x 0,80m x 3,0cm.	88,50

278	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	230	un	PORTA PARA DIVISÓRIA 820mm - (Cód interno - 97860) Painel medindo 35x820x2110mm. Leve, resistente e estável. Fabricado com requadro em madeira maciça tratada. Miolo tipo colméia. Revestimento em resina melamínica de baixa pressão. Cores lisas conforme necessidade. Produzido com madeira de manejo sustentável. Embalado individualmente em plástico.	108,00
279	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	3.048	un D.A.	PRANCHA DE EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO 8CMX14CMX4M - (Cód interno - 8264) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna.	38,40
280	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	338	un 10%	PRANCHA DE EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO 8CMX14CMX4M - (Cód interno - 8264) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna.	38,40
281	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	253	un	PRANCHA DE MADEIRA - (Cód interno - 97876) Madeira peroba. Acepilhado. Medida 29cm X 3cm X 3,50m.	110,00
282	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	370	un	PRANCHÃO DE CAMBARÁ ACEPILHADO 5cm X 25cm X 3m - (Cód interno - 26136)	65,00
283	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	535	pct	PREGO 18X27 COM ARRUELA DE BORRACHA P/CHAPA DE CIMENTO PCT C/500G - (Cód interno - 28932) Cabeça soldada. Corpo Ardox. Galvanizado. Borracha flexível. Embalagem 500g.	9,80
284	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	655	kg	PREGO ARDOX GALVANIZADO 18X27 - (Cód interno - 22051) Com cabeça. Acabamento polido. Galvanizado. Embalagem de 1kg.	10,50
285	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	476	kg	PREGO POLIDO 10X10 - (Cód interno - 10928) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	13,00
286	COMERCIAL VITORIA LTDA	153	kg	PREGO POLIDO 12X12 - (Cód interno - 7604) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	11,70
287	COMERCIAL VITORIA LTDA	152	kg	PREGO POLIDO 12X15 - (Cód interno - 7605) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	12,00
288	COMERCIAL VITORIA LTDA	355	kg	PREGO POLIDO 15X21 - (Cód interno - 7607) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	9,98
289	COMERCIAL VITORIA LTDA	562	kg	PREGO POLIDO 16X24 - (Cód interno - 7608) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	9,93
290	COMERCIAL VITORIA LTDA	780	kg	PREGO POLIDO 17X27 - (Cód interno - 7609) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	9,55
291	COMERCIAL VITORIA LTDA	156	kg	PREGO POLIDO 18X30 - (Cód interno - 7626) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	8,97
292	COMERCIAL VITORIA LTDA	164	kg	PREGO POLIDO 18X36 - (Cód interno - 19198) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	9,00
293	COMERCIAL VITORIA LTDA	764	kg	PREGO POLIDO 19X36 - (Cód interno - 7621) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	8,98
294	COMERCIAL VITORIA LTDA	266	kg	PREGO POLIDO 20X42 - (Cód interno - 7624) Com cabeça. Corpo liso. Cabeça cônica e axadrezada. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	8,98
295	NASATO & CIA LTDA EPP	100	kg	PREGO POLIDO 23X54 - (Cód interno - 7622) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	9,10
296	COMERCIAL VITORIA LTDA	160	kg	PREGO POLIDO 25X72 - (Cód interno - 7623) Cabeça cônica e axadrezada. Corpo liso. Ponta tipo diamante. Embalagem de 1kg.	10,40
297	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	173	un	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC ESGOTO SN 100X50mm - (Cód interno - 20693) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,75
298	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	158	un	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC ESGOTO SN 100X75mm - (Cód interno - 97756) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,50
299	NASATO & CIA LTDA EPP	113	un	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC ESGOTO SN 150X100mm - (Cód interno - 97757) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	12,30
300	NASATO & CIA LTDA EPP	198	un	REDUÇÃO EXCÊNTRICA PVC ESGOTO SN 75X50 - (Cód interno - 29798) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,98
301	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	157	un	REGISTRO DE PRESSÃO LATÃO 1/2" - (Cód interno - 97724) Acionamento por volante rotativo. Indicados para controle de vazão da água em instalações externas e em cavalete para hidrômetro. Tripla vedação O'ring ao longo do eixo e sistema de vedação com borracha nitrílica. Volante fabricado em poliacetal anti-UV. Haste não ascendente. Rosca conforme Norma ABNT NBR 8133.	31,00
302	COMERCIAL VITORIA LTDA	159	un	REGISTRO DE PRESSÃO LATÃO 3/4" - (Cód interno - 97725) Acionamento por volante rotativo. Indicados para controle de vazão da água em instalações externas e em cavalete para hidrômetro. Tripla vedação O'ring ao longo do eixo e sistema de vedação com borracha nitrílica. Volante fabricado em poliacetal anti-UV. Haste não ascendente. Rosca conforme Norma ABNT NBR 8133.	27,97

303	COMERCIAL VITORIA LTDA	205	un	REGISTRO PVC DE PRESSÃO SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 31992) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,70
304	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	255	un	REGISTRO PVC DE PRESSÃO SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 31993) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,00
305	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	210	un	REGISTRO PVC ROSCÁVEL 1/2" - (Cód interno - 97842) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,95
306	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	210	un	REGISTRO PVC ROSCÁVEL 3/4" - (Cód interno - 97843) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,50
307	NASATO & CIA LTDA EPP	266	un	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 8034) Marrom. Água fria. Volante cor laranja. Operação com ¼ de volta. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,60
308	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	246	un	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 8035) Marrom. Água fria. Volante cor laranja. Operação com ¼ de volta. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,45
309	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	196	un	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 97819) Marrom. Água fria. Volante cor laranja. Operação com ¼ de volta. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,95
310	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	181	un	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 97820) Marrom. Água fria. Volante cor laranja. Operação com ¼ de volta. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,05
311	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	161	un	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 8036) Marrom. Água fria. Volante cor laranja. Operação com ¼ de volta. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,19
312	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	151	un	REGISTRO PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97821) Marrom. Água fria. Volante cor laranja. Operação com ¼ de volta. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	17,89
313	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	3240	kg	REJUNTE - (Cód interno - 8152) Rejunte flexível. Para uso interno e externo. Cores diversas. Atender Norma ABNT NBR 14992:2003. Embalagem de 1 ou 5kg, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 2 (dois) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	1,70
314	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	450	un	SARRAFO DE MADEIRA ACEPILHADO - (Cód interno - 97875) Madeira peroba. Medida 2,5cm X 5cm X 4,50m.	12,40
315	frustrado	9.486	un D.A.	SARRAFO DE MADEIRA - (Cód interno - 11810) Madeira cambará. Acepilhado. Medida 5cm X 7cm X 4m.	xxxx
316	frustrado	1.054	un 10%	SARRAFO DE MADEIRA - (Cód interno - 11810) Madeira cambará. Acepilhado. Medida 5cm X 7cm X 4m.	xxxxx
317	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	10.188	m D.A.	SARRAFO DE MADEIRA ITAÚBA 3CMX6CM - (Cód interno - 22794)	7,20
318	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	1.132	m 10%	SARRAFO DE MADEIRA ITAÚBA 3CMX6CM - (Cód interno - 22794)	7,20
319	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	3915	un	SARRAFO DE MADEIRA PINUS - (Cód interno - 17080) Pinus. Tamanho: 5cmX5cmX4m	6,95
320	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	3000	m	SARRAFO P/TELHA - (Cód interno - 17010) Madeira pinus. Medida 2,5 X 5cm	1,20
321	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	688	un	SIFÃO FLEXÍVEL EXTENSIVO - (Cód interno - 12712) Produzido em polipropileno. Cor branca. Sanfonado e extensível até no mínimo 70cm. Adaptável a bitolas 1"-1.1/4"-1.1/2" x DN 50/48/40/38.	4,40
322	COMERCIAL VITORIA LTDA	310	un	SILICONE 280g - (Cód interno - 12983) Adesivo de silicone acético. Transparente. Multiuso. Resistência aos raios UV. Tubo contendo no mínimo 280g. Em conformidade com NBR 14725-4:2014. Prazo de validade mínimo de 8 (oito) meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	10,49

323	COMERCIAL VITORIA LTDA	444	un	SILICONE PU - (Cód interno - 23453) Adesivo de silicone PU 40. Cinza. Uso geral. Tubo contendo no mínimo 340g. Em conformidade com NBR 14725-4:2014. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	14,34
324	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	4.977	m ² D.A.	TÁBUA DE MADEIRA DE PINUS C/ESPESSURA 2,5CM X 3M - (Cód interno - 8156)	13,85
325	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	553	m ² 10%	TÁBUA DE MADEIRA DE PINUS C/ESPESSURA 2,5CM X 3M - (Cód interno - 8156)	13,85
326	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	855	un	TÁBUA DE MADEIRA ITAÚBA 2,5CMX25CMX4M - (Cód interno - 22790)	92,50
327	COMERCIAL VITORIA LTDA	250	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25 x 20mm - (Cód interno - 97822) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,78
328	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	230	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32 x 25mm - (Cód interno - 8134) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,99
329	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40 x 25mm - (Cód interno - 97823) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,99
330	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	155	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40 x 32mm - (Cód interno - 8054) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,20
331	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	170	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50 x 25mm - (Cód interno - 8133) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,20
332	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50 x 32mm - (Cód interno - 97264) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,99
333	COMERCIAL VITORIA LTDA	165	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50 x 40mm - (Cód interno - 97824) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	8,45
334	COMERCIAL VITORIA LTDA	145	un	TÊ DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 60 x 25mm - (Cód interno - 97825) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	8,99
335	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	330	un	TÊ PVC ESGOTO SN 100x100mm - (Cód interno - 8129) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,50
336	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	140	un	TÊ PVC ESGOTO SN 150x150mm - (Cód interno - 97761) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	19,50
337	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	443	un	TÊ PVC ESGOTO SN 40x40mm - (Cód interno - 97758) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,00
338	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	245	un	TÊ PVC ESGOTO SN 50x50mm - (Cód interno - 97759) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,00
339	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	200	un	TÊ PVC ESGOTO SN 75x75mm - (Cód interno - 97760) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,50
340	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	190	un	TÊ PVC ESGOTO SN REDUÇÃO 100X50mm - (Cód interno - 8131) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,00
341	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	190	un	TÊ PVC ESGOTO SN REDUÇÃO 100X75mm - (Cód interno - 8132) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	7,00
342	AVIZ DE MAT. DE CONST. LTDA EPP	220	un	TÊ PVC ESGOTO SN REDUÇÃO 150X100mm - (Cód interno - 8130) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	16,51
343	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	165	un	TÊ PVC ESGOTO SN REDUÇÃO 75X50mm - (Cód interno - 24927) SN, branco. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,50
344	NASATO & CIA LTDA EPP	235	un	TÊ PVC ROSCÁVEL 1/2"- (Cód interno - 97844) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,50

345	NASATO & CIA LTDA EPP	235	un	TÊ PVC ROSCÁVEL 3/4" - (Cód interno - 97845) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,75
346	NASATO & CIA LTDA EPP	420	un	TÊ PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 8051) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,44
347	NASATO & CIA LTDA EPP	350	un	TÊ PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 8052) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	0,49
348	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	270	un	TÊ PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 8053) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,50
349	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	210	un	TÊ PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 8057) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,30
350	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	190	un	TÊ PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 8055) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,30
351	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	160	un	TÊ PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 20699) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,00
352	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2" - (Cód interno - 97826) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,80
353	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 X 1/2" - (Cód interno - 97828) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat. TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4" - (Cód interno - 97827) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,50
354	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4" - (Cód interno - 97827) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,14
355	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/BUCHA DE LATÃO 32 X 3/4" - (Cód interno - 97829) Azul. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,80
356	NASATO & CIA LTDA EPP	235	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 20 X 1/2" - (Cód interno - 97830) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,35
357	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	230	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 1/2" - (Cód interno - 97832) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,99
358	NASATO & CIA LTDA EPP	235	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 3/4" - (Cód interno - 97831) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,30
359	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	230	un	TÊ PVC SOLDÁVEL C/ROSCA 32 X 3/4" - (Cód interno - 97833) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,00
360	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	1565	un	TELA DE AÇO SOLDADA - (Cód interno - 97848) Malha POP para concreto. Indicada para lajes e pisos. Pronta para uso. Produzida em aço CA-60 Nervurado. Soldada em todos os pontos de cruzamento. Malha 15x15cm. Bitola do aço 3,4mm. Painéis medindo 2x3m.	27,40
361	TELAS SEIDEL LTDA ME	4.500	m D.A.	TELA GALVANIZADA TRANÇA SIMPLES MALHA 5 FIO 16 1,65mm - (Cód interno - 22768) Altura 1,50m.	11,50
362	TELAS SEIDEL LTDA ME	500	m 10%	TELA GALVANIZADA TRANÇA SIMPLES MALHA 5 FIO 16 1,65mm - (Cód interno - 22768) Altura 1,50m.	11,50
363	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	950	m²	TELA SOLDÁVEL RET MF 113 - 975x120m - 3.8x3.4 - ROLO C/117m2 - (Cód interno - 8107) Armadura pré-fabricada constituída por fios de aço CA 60 Nervurado longitudinais e transversais de alta resistência mecânica, sobrepostos e soldados entre si em todos os pontos de cruzamento (nós) por corrente elétrica (caldeamento). Atender Norma ABNT NBR.	19,00

364	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	1250	m²	TELA SOLDÁVEL RET MF 138 - 975x120m - 4.2x3.4 - ROLO C/117m2 - (Cód interno - 8096) Armadura pré-fabricada constituída por fios de aço CA 60 Nervurado longitudinais e transversais de alta resistência mecânica, sobrepostos e soldados entre si em todos os pontos de cruzamento (nós) por corrente elétrica (caldeamento). Atender Norma ABNT NBR.	17,00
365	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	1435	m²	TELA SOLDÁVEL RET MF 196 - 975x120m - 5.0x3.4 - ROLO C/117m2 - (Cód interno - 8095) Armadura pré-fabricada constituída por fios de aço CA 60 Nervurado longitudinais e transversais de alta resistência mecânica, sobrepostos e soldados entre si em todos os pontos de cruzamento (nós) por corrente elétrica (caldeamento). Atender Norma ABNT NBR.	20,95
366	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1.809	un D.A.	TELHA DE CIMENTO 2,13MX1,10MX6mm - (Cód interno - 17450) Ondulada. 6mm. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	34,00
367	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	201	un 10%	TELHA DE CIMENTO 2,13MX1,10MX6mm - (Cód interno - 17450) Ondulada. 6mm. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	34,00
368	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	6.354	un D.A.	TELHA DE CIMENTO 2,44MX50CMX4mm - (Cód interno - 12238) Ondulada. 4mm. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	9,79
369	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	706	un 10%	TELHA DE CIMENTO 2,44MX50CMX4mm - (Cód interno - 12238) Ondulada. 4mm. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	9,79
370	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	49.050	un D.A.	TELHA GERMÂNICA 1/2 TELHA - (Cód interno - 31961) Em argila avermelhada. Bem cozida, sonora, não vitrificada. Comprimento 24,50cm. Largura 18,50cm. Espessura 1cm. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	1,68
371	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	5.450	un 10%	TELHA GERMÂNICA 1/2 TELHA - (Cód interno - 31961) Em argila avermelhada. Bem cozida, sonora, não vitrificada. Comprimento 24,50cm. Largura 18,50cm. Espessura 1cm. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	1,68
372	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	52.200	un D.A.	TELHA GERMÂNICA INTEIRA - (Cód interno - 31960) Em argila avermelhada. Bem cozida, sonora, não vitrificada. Comprimento 35cm. Largura 18,50cm. Espessura 1cm. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	1,35
373	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	5.800	un 10%	TELHA GERMÂNICA INTEIRA - (Cód interno - 31960) Em argila avermelhada. Bem cozida, sonora, não vitrificada. Comprimento 35cm. Largura 18,50cm. Espessura 1cm. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	1,35
374	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	4800	un	TELHA GOIVA - (Cód interno - 23260) Em argila avermelhada. Bem cozido, sonoro, não vitrificado. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	1,40
375	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	255.150	un D.A.	TIJOLO 6 FUROS - TAM.9X14X24CM - (Cód interno - 8112) Bloco cerâmico de vedação. Em argila avermelhada. Bem cozido, sonoro, não vitrificado. Medindo no mínimo 9x14x24cm. Tolerância +/- 0,5cm. Septo com no mínimo 6mm. Paredes externas com no mínimo 7mm. Atender Portaria Inmetro N.º 558 de 19 de novembro 2013. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	0,49
376	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	28.350	un 10%	TIJOLO 6 FUROS - TAM.9X14X24CM - (Cód interno - 8112) Bloco cerâmico de vedação. Em argila avermelhada. Bem cozido, sonoro, não vitrificado. Medindo no mínimo 9x14x24cm. Tolerância +/- 0,5cm. Septo com no mínimo 6mm. Paredes externas com no mínimo 7mm. Atender Portaria Inmetro N.º 558 de 19 de novembro 2013. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	0,49
377	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	19700	un	TIJOLO MACIÇO - (Cód interno - 8111) Tijolo cerâmico maciço sem rebaixo. Em argila avermelhada. Bem cozido, sonoro, não vitrificado. Medindo no mínimo 11,5x5,3x24cm. Tolerância +/- 0,5cm. Atender Portaria Inmetro N.º 558 de 19 de novembro 2013. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	0,70
378	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	53500	un	TIJOLO MACIÇO ESTRUTURAL 11,5x11,5x24cm - (Cód interno - 21565) Tijolo cerâmico perfurado. Em argila avermelhada. Bem cozido, sonoro, não vitrificado. Medindo no mínimo 11,5x11,5x24cm. Tolerância +/- 0,5cm. Atender Portaria Inmetro N.º 558 de 19 de novembro 2013. Peças quebradas no transporte deverão ser substituídas.	0,74
379	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	480	un	TORNEIRA BÓIA - (Cód interno - 14202) Para caixa de água. Em Polietileno com haste de aço inox. Bitola 1/2" e 3/4" na mesma peça. Embalada individualmente.	6,88

380	LILI CASA E CONST. EIRELI EPP	609	un	TORNEIRA JARDIM - (Cód interno - 14346) Torneira injetada em PP na cor preta. Bitola ½ com adaptador ¾. Com bico para mangueira. Embalada individualmente.	1,85
381	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	1005	un	TRAVESSA DE MADEIRA ITAÚBA 8CMX6CMX2M - (Cód interno - 22791)	38,40
382	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	400	un	TRAVESSA DE MADEIRA ITAÚBA 8CMX6CMX3,5M - (Cód interno - 22792)	65,40
383	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	805	un	TRAVESSA DE MADEIRA ITAÚBA 8CMX6CMX3M - (Cód interno - 22793)	54,40
384	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	212	un	TRELIÇA METALICA - (Cód interno - 97878) Treliça metálica fabricada em aço CA60, nervurada. 10 metros de comprimento, altura 8cm, banzo superior com 6,0mm, diagonal com 4,2mm e banzo inferior com 4,2mm.	42,90
385	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	1160	un	TRILHO DE EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO TAM.25CMX5CMX4M - (Cód interno - 8265) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna.	41,00
386	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	6505	m	TUBO PVC ESGOTO SN 100mm - (Cód interno - 8242) Tubo SN, branco, rígido. Barra 6 metros. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	5,99
387	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1000	m	TUBO PVC ESGOTO SN 150mm - (Cód interno - 8243) Tubo SN, branco, rígido. Barra 6 metros. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	15,50
388	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	2510	m	TUBO PVC ESGOTO SN 40mm - (Cód interno - 8239) Tubo SN, branco, rígido. Barra 6 metros. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,55
389	KL MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP	2890	m	TUBO PVC ESGOTO SN 50mm - (Cód interno - 8240) Tubo SN, branco, rígido. Barra 6 metros. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,99
390	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1970	m	TUBO PVC ESGOTO SN 75mm - (Cód interno - 8241) Tubo SN, branco, rígido. Barra 6 metros. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,25
391	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	3481	m	TUBO PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 35827) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,49
392	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	3677	m	TUBO PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 22365) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	1,90
393	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	1637	m	TUBO PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 12605) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,74
394	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	865	m	TUBO PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 8236) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,29
395	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	665	m	TUBO PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 27614) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	6,45
396	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	475	m	TUBO PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 8238) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	9,90
397	COMERCIAL VITORIA LTDA	142	un	UNIÃO INTERNA 1/2" P/MANGUEIRA - (Cód interno - 20339) Plástica. Cor preta. Tipo espigão.	0,51
398	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 1/2"- (Cód interno - 97846) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,99
399	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	235	un	UNIÃO PVC ROSCÁVEL 3/4"- (Cód interno - 97847) Branco. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	3,15
400	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 20mm - (Cód interno - 97834) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,95
401	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	200	un	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 25mm - (Cód interno - 97835) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	2,95
402	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 32mm - (Cód interno - 97836) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	4,05

403	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	180	un	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 40mm - (Cód interno - 97837) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	10,75
404	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	155	un	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 50mm - (Cód interno - 97838) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	13,00
405	NOVA ERA ART. DE CIMENTO EIRELI ME	145	un	UNIÃO PVC SOLDÁVEL 60mm - (Cód interno - 97839) Marrom. Água fria. Atender Normas ABNT NBR 5688:2010. Empresa qualificada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat.	20,60
406	NASATO & CIA LTDA EPP	410	un	VEDANTE 1/2" P/TORNEIRA - (Cód interno - 8244) Em PP na cor branca com anel vedante na cor preta. Embalado com 100 unidades.	0,30
407	NASATO & CIA LTDA EPP	330	un	VEDANTE 3/4" P/TORNEIRA - (Cód interno - 23530) Em PP na cor branca com anel vedante na cor preta. Embalado com 100 unidades.	0,30
408	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	468	m D.A.	VIGA CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO ESPESSURA 35X40CM - (Cód interno - 6326) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna. Vigas de 5 a 8m de comprimento, conforme necessidade. Chanfrado em serra fita no lado de cima e de baixo.	190,00
409	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	52	m 10%	VIGA CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO ESPESSURA 35X40CM - (Cód interno - 6326) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna. Vigas de 5 a 8m de comprimento, conforme necessidade. Chanfrado em serra fita no lado de cima e de baixo.	190,00
410	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	468	m D.A.	VIGA CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO ESPESSURA 40X45CM - (Cód interno - 6325) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna. Vigas de 8 a 16m de comprimento, conforme necessidade. Chanfrado em serra fita no lado de cima e de baixo.	259,00
411	P&P COM. E TRANSPORTES LTDA EPP	52	m 10%	VIGA CHANFRADA DE MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO OU ROSA DURO ESPESSURA 40X45CM - (Cód interno - 6325) De madeiras da espécie saligna, citriodora ou gabriuna. Vigas de 8 a 16m de comprimento, conforme necessidade. Chanfrado em serra fita no lado de cima e de baixo.	259,00

Os valores iniciais das propostas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Dando prosseguimento foram adjudicados os itens as empresas vencedoras. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 28 de fevereiro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Junior Miranda	
Altair Scheer	
Martinho José Lehnert	
Magali Natalia Caragnato	
Angelo José Nasato	
Eusebio Frontorio	
Ruan Carlos Borges Bruch	
Rodrigo Cesar R. da Silva	Retirou-se antes do término desta sessão pública
Michely Ristow Finta	Retirou-se antes do término desta sessão pública
José Leocádio Cordeiro	Retirou-se antes do término desta sessão pública
Mauricio James Vieira	Retirou-se antes do término desta sessão pública
Moacir Parisi	Retirou-se antes do término desta sessão pública

ATA Nº: 4519 REF. LICITAÇÃO Nº: 005/2020

Publicação Nº 2379895

ATA Nº:	4519		
REF. LICITAÇÃO Nº:	005/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	EXECUÇÃO SALA DE CONTROLE E ARQUIVO MORTO ETE ÁGUA VERDE		
DATA DA SESSÃO:	28/02/2020	HORA DA SESSÃO:	10H

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 139/2019)

Fabiano Laube
Bruno Dilmo de Souza



Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para dar continuidade ao processo licitatório Tomada de Preços 005/2020. Após a conferência da inviolabilidade dos Envelopes nº 02 pela Comissão, procedeu-se a abertura dos invólucros para análise das Propostas Comerciais das empresas concorrentes habilitadas para esta fase do certame, a seguir identificadas:

EMPRESAS HABILITADAS:	REPRESENTANTE:
LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ME	SEM REPRESENTANTE
CONSTRUTORA E INCORP. JARAGUÁ LTDA.	SEM REPRESENTANTE
HB CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA EIRELI	SEM REPRESENTANTE
COMPACT CONSTRUTORA EIRELI	SEM REPRESENTANTE

Ato contínuo as empresas foram classificadas de acordo com o tipo da Licitação - "MENOR PREÇO GLOBAL", conforme mapa de preços anexo. Na forma da lei, abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, concedendo-se vistas às partes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAPA DE PREÇOS				EMPRESAS PARTICIPANTES				Menor Preço Global
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN.	QUANT.	LF EMPREITEIRA	CONSTRUTORA JARAGUÁ	HB CONSTRUÇÕES	COMPACT CONSTRUT.	
				PROPOSTA R\$	PROPOSTA R\$	PROPOSTA R\$	PROPOSTA R\$	
1	EXECUÇÃO SALA DE CONTROLE E ARQUIVO MORTO ETE ÁGUA VERDE	sv	1	445.225,00	420.315,31	427.688,49	382.670,67	382.670,67

Comissão de Licitação: Enio Evandro Luchtenberg, Fabiano Laube, Bruno Dilmo de Souza

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2379740

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 03 de Março de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: THIAGO SEBOLD
Cargo: Médico Clínico Geral - 20hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 33º lugar

Nome: CAROLINA FISSMER SARDAGNA
Cargo: Médico Clínico Geral - 20hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 34 º lugar

Nome: EDUARDO SCHLINDWEIN STOLT
Cargo: Médico Clínico Geral - 20hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 35º lugar

Nome: CARMEM LUIZA LUCHT DE PAULA
Cargo: Médico Clínico Geral - 20hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 01º lugar (segunda chamada)

DECISÃO Nº 0006/2020GAPREF

Publicação Nº 2380028

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 0006/2020GAPREF

Processo Administrativo Geral nº 035340/2019 (apenso 015/2016)

Portaria de Instauração nº 717/2016/Gapref

Processada: Associação Assistencial dos Deficientes Audiovisuais (AADAV)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de recurso visando pedido de reconsideração da Decisão nº 0133/2019/GABPREF, emitida por este Gabinete, em 18/11/2019, a qual penalizou a Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais (AADAV), pela apresentação de Certidão Negativa de Débitos Federais (CND nº 034402007-20024020) adulterada e utilizadas para habilitar-se na prestação de serviços ao Município de Jaraguá do Sul, mais especificamente, nos Convênios nº 498/2013, nº 504/2013, nº 431/2014 e nº 446/2014, bem como no Edital de Credenciamento nº 059/2014.

Da apuração das provas trazidas nos autos restou comprovada a adulteração da CND, fraude de autoria da própria Associação, apresentada em vários editais de credenciamento em diversos convênios.

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I Em sede preliminar, tempestiva a manifestação, vez que foi pública a decisão no diário municipal nº 3004, em 16/12/2019 (fls. 365/370). O pedido de reconsideração foi recebido (via protocolo) em 19/12/2019 (fls. 2 autos apenso). Logo, a tempo e modo, conforme regra do art. 109 da Lei de Licitações.

Desde já, digo, ciente do conteúdo recursal (fls. 03/04), registra-se, tenho que as respostas estão na fundamentação da decisão combatida (fls. 348/363), bem por isso, há de se mantê-la na integralidade.

Aduz a Recorrente em sua defesa que se tornou um Centro de Referência em Saúde Auditiva, além de evidenciar outros trabalhos prestados como "Teste da Orelhinha" e treinamento/formação de diversos profissionais da área da saúde como: fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos, assistentes sociais. Relata que está solidificada há 32 anos do Município, 30 anos deles com parceria com a Prefeitura de Jaraguá do Sul, e por tais motivos requer a reconsideração da decisão.

Em que pese o sagrado direito de defesa, garantia fundamental a todo cidadão, não é possível levar em conta o argumento que baseia a recorrente da longa "parceria" e dos préstimos serviços prestados com o ente público municipal.

O que se vê nas provas destes autos é caso flagrante de crime e improbidade administrativa, nos termos do art. 90 da Lei 8.666/93, art. 297 Código Penal e Art. 10, inc. VIII, e Art. 11 da Lei 8.429/92.

Ficou comprovado nos autos que a entidade participou de credenciamentos junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Criança e Adolescente e restou credenciada: Convênios nº 498/2013, nº 431/2014 e nº 446/2014, nos termos do Ofício nº 1436/2015/ Cogem e seus anexos, (fls. 42/50, Vol. I).

Além disso, posteriormente, verificou-se que a referida certidão também foi utilizada para a habilitação da AADAV no Convênio nº 504/2013, conforme demonstrado na (fl. 171, Vol II).

O ato praticado pela entidade é gravíssimo, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade, aplicáveis a todas as licitações públicas, mesmo nas contratações diretas.

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]

Logo, pelo bojo dos autos a penalidade aplicada na decisão combatida, foi branda e atende o limite posto em Lei !!!

Eis que a Lei de Licitações no art. 87, diz:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)

anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. § 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

É estarecedor que uma associação sem fins lucrativos, que presta serviços de grande relevância, venha a cometer fraude a fim de burlar a legalidade, a MORALIDADE E PROIBIDADE administrativa.

A propósito, é oportuno destacar o ensinamento de Hely Lopes Meirelles:

Os princípios básicos da administração pública estão consubstanciados em doze regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador e na interpretação do Direito Administrativo (v. Cap. I, item 10): legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público. [...] Relegá-los é desvirtuar a gestão dos negócios públicos e olvidar o que há de mais elementar para a boa guarda e zelo dos interesses sociais. (Direito Administrativo Brasileiro. 39.Ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 89/90)

Consoante estabelece o art. 11 da Lei nº 8.429/92, "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (...)".

A aplicação das sanções administrativas aos licitantes e contratados da Administração (fornecedores) tem previsão legal e visa, a preservar o interesse público, quando este é abalado por atos ilícitos cometidos por fornecedores em procedimentos de aquisição pública.

A aplicação de sanções administrativas tem caráter educativo, pois mostra aos contratados que a administração não tolera condutas ilícitas, também caráter repressivo, para impedir que o Estado e a sociedade sofram prejuízos pelo descumprimento pelos fornecedores de suas obrigações.

Noutro prisma, ponderando-se o ato praticado pela Associação e a penalidade imposta, não se observa excesso ou desproporcionalidade, razão pela qual deve ser mantida.

Bem por isso, mantenha-se incólume a nº Decisão nº 00133/2019/GABPREF.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do recurso porque preenche os requisitos de admissibilidade, mas no MÉRITO, NEGO PROVIMENTO, mantendo incólume a Decisão nº 0133/2019/GABPREF (fls.348/363) em relação à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS (AADAV), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.362.281/0001-82, com sede à Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº 651, Centro, Jaraguá do Sul-SC, diante da motivação acima perscrutando-se, pela apresentação de Certidão Negativa de Débitos Federais (CND nº 034402007-20024020) adulterada e utilizadas para habilitar-se na prestação de serviços ao Município de Jaraguá do Sul, mais especificamente, nos Convênios nº 498/2013, nº 504/2013, nº 431/2014 e nº 446/2014, bem como no Edital de Credenciamento nº 059/2014.

a) enviem-se os autos à Secretaria Municipal da Transparência da Integridade Pública, para os trâmites da efetivação integral da decisão (fls. 348/363).

Em tempo, em complemento a decisão nº 0133/2019GAPREF providencie:

b) o DESCREDENCIAMENTO da empresa do cadastro de fornecedores, enquanto perdurar a suspensão impedindo-a de participar de licitação com o Poder Público Municipal;

c) Ainda pelo poder de autotutela dos atos públicos e também pelo dito pela mais Alta Corte, o STF, na Súmula 473, ou seja: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.". Desta forma, à Secretaria Municipal da Transparência da Integridade Pública, para que verifique eventuais convênios em andamento com a Recorrente, principalmente: Convênios nº 498/2013, nº 504/2013, nº 431/2014 e nº 446/2014, os quais foram apresentados o documento adulterado, para que, caso estejam em vigor, que faça IMEDIATAMENTE a rescisão administrativa, nos termos legais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 31 de janeiro de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECISÃO Nº 00122/2019/GABPREF

Publicação Nº 2380032

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 00122/2019/GABPREF

Processo Administrativo Geral nº 0005880/2019

Pregão Presencial nº 008/2018/FMS

Requerente: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria da Saúde)

Requerida: Blumédica Produtos Médicos Cirúrgicos Ltda EPP

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de processo administrativo geral nº 0005880/2019 contendo pedido de sanções administrativas em relação à Contratada BLUMÉDICA Produtos Médicos Cirúrgicos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.470.743/0001-98, com sede na Rua Colibri, nr. 425, Bloco 02 - Bairro Salto Weissbach, em Blumenau, SC, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 08/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 103/2018, (fls. 63 e seguintes), para o fornecimento dos itens 01 e 02, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 33/34), objetivando a verificação dos fatos, a identificação e a punição dos responsáveis na esfera administrativa e, se necessário, a denúncia nas esferas cível e criminal, com a premissa da devida quantificação de dano ao erário e as normas legais infringidas, caso constatado; levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa diante da não entrega dos itens discriminados na autorização de fornecimento, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Consta (fls. 03) pedido de cancelamento do saldo remanescente dos itens 01 e 02 do edital, justificando a empresa Blumédica que o motivo do pedido seria em razão da não manutenção de parcerias com seus fornecedores para fornecimentos dos itens contratados.

Conforme consta no ofício 0426/2019, a municipalidade, no uso de suas atribuições, certificou as informações apontadas pela contratada, constatando não serem procedentes os motivos apontados (fls. 35/36), indeferindo o cancelamento dos itens. A empresa foi cientificada em 06/08/2019 pelo correio nos termos do Aviso de recebimento 06/08/2019 recebido pelo Sr. Gilmar Camargo.(fls. 57)

Considerando a não entrega dos materiais foi encaminhado Notificação Extrajudicial, requerendo a municipalidade a entrega dos itens, nos termos da notificação (fls. 58/59).

Em homenagem à ampla defesa e ao contraditório a empresa foi notificada em 30/08/2019 via correspondência eletrônica (fls. 60), e não havendo sucesso na confirmação do recebido, foi publicado no DOM 30/08/2019 (fls. 61), novamente via correspondência eletrônica em 13/09/2019 (fls. 75/76), via Correio/AR, recebidas no dia 06/09/2019 (fls. 77), e derradeiramente intimação via contato telefônico conforme certidão (fls. 79) e gravação via CD juntada aos autos.

Em manifestação final a Secretaria da Saúde manteve o pedido de sanção à contratada (fls. 72/73).

Em outubro de 2019 vieram-me os autos conclusos.

É a síntese!

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I - Em sede preliminar, observe-se, este Mandatário decide de acordo com o art. 71, XXII, da Lei Orgânica do Município.

II.II - Ao mérito, então.

II.II.I - Trata-se de processo administrativo geral nº 0005880/2019 contendo pedido de penalização em relação à Contratada BLUMÉDICA Produtos Médicos e Cirúrgicos Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.470.743/0001-98, com sede na Rua Colibri, nr. 425, Bloco 02 - Bairro Salto Weissbach, em Blumenau, SC, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 08/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 103/2018, (fls. 63 e seguintes), para o fornecimento dos itens 01 e 02, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 33/34), objetivando a verificação dos fatos, a identificação e a punição dos responsáveis na esfera administrativa e, se necessário, a denúncia nas esferas cível e criminal, com a premissa da devida quantificação de dano ao erário e as normas legais infringidas, caso constatado; levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa diante da não entrega dos itens discriminados na autorização de fornecimento, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Pois muito bem.

É farta a instrução dos autos e bem por isso, com base nos fatos contidos e neles apontados, é que este Julgador, com o mais absoluto respeito aos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, aqui especial legalidade, a moralidade e a impessoalidade, por si, apanágios da Administração Pública e, por consequência, subordinam a eles este Julgador, decide.

Dito isso, trata-se de pedido por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 08/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 103/2018, (fls. 63 e seguintes), para o fornecimento dos itens 01 e 02, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 33/34).

Ademais, a Lei das Licitações, ao prever as sanções administrativas no art. 86, assim diz: "O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".(grifo deste gabinete),

É preciso dizer que, este Julgador valeu-se de boa dose de paciência e resignação para análise do flagrante descumprimento contratual.

Assim digo porque as provas sustentam tais afirmações.

Pois muito bem.

Participa de um processo licitatório o fornecedor que quer e, ato contínuo, entrega de proposta. Concluo, em raciocínio muito simples, que ao participar do certame a empresa contratada, independente das parcerias firmadas, tem a obrigação de entregar o objeto da licitação.

Veja-se: que o pedido de cancelamento do saldo remanescente se deu pela alegação de que a fabricante da marca ofertada pela contratada, não mantinha mais parceria com a contratante. Porém, conforme resposta ao e-mail (08/05/2019) a empresa Cremer, informou a relação das empresas parceiras, entre as quais, contava a empresa BLUMÉDICA. (fls. 46 verso).

Intimados várias vezes, a empresa ficou-se inerte, não apresentou justificativa.

Anoto: falta de parceira não justificaria a não entrega dos itens pactuados, no entanto, sequer foi confirmada a alegada causa superveniente. Pelo contrário, não se juntou sequer a mínima prova de eventual ausência de parcerias ou documentos que pudesse comprovar a impossibilidade do cumprimento do objeto, que desse azo ao descumprimento reiterado, porque é preciso lembrar que o direito não é retórica, mas prova.

Desta forma, a alegação da falta de parceira, sem qualquer prova a amparar tenho que inadmissível, porquanto quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à saúde pública, deve ter muito claro que deverá despir-se de dependência em relação a um fornecedor, pois a licitante se não tem uma rede forte e sólida de entregas a suprir a distância física ou não contrate com a Coisa Pública, porque os repasses são feitos, por óbvio, com DINHEIRO PÚBLICO da mesma população que paga impostos e não pode ficar à mercê de problemas logísticos ou de estoque de terceiros que não são contratados pelo Município. Simples assim!

Ademais, gize-se: os materiais estavam especificados em edital, ao apresentar-se e no certame sabia o que deveria entregar, bem como, do prazo, o que não pode, é inadmissível, é que o Poder Público tenha de provocar intimando à entrega, o que deveria ser de ofício, com a publicação das Autorizações de Fornecimento

Tenho, com todo respeito, o já dito antes: quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à Saúde, deve ter muito claro que deverá despir-se de eventuais dependências, ou não participe de um certame, se não detém competência técnica, não venha, se não tem estofo financeiro, não apresente valores que se tornem insustentáveis, conquanto, é evidente, então, trata-se o caso concreto de inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois ao se comprometer em entregar o produto licitado, quando não tinha preparo para isso, o Município deixou de contratar a oferta realmente mais vantajosa e, não tenho, dúvida, feriu-se de morte o princípio da isonomia, conquanto aos outros administrados (licitantes) provavelmente capacitados para a oferta foram aliados da competição, ferindo de morte o interesse público coletivo, objeto precípua de uma licitação, eis que como diz o doutrinador Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, pois "[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]"

Da análise aos autos, tem-se que de fato a Secretaria de origem não se manteve omissa diante do arguido descumprimento contratual, tanto é que expediu a Notificação extrajudicial já mencionada, como ainda, várias mensagens eletrônicas, via correio e até via gravação telefônica conforme se depreende dos autos.

Detendo-se aos autos retira-se que existe razão à Secretaria da Saúde, porquanto o contrato não tem sido cumprido com o rigor que deve ser atendida a Coisa Pública, aliás assumem caráter de gravidade ainda maior, pois, na outra ponta, deixou-se municípios em situação delicada e sem o produto licitado, eis que se trata de materiais para unidades de saúde.

Ora, ao assinar contrato a empresa sabia das datas de entrega, até porque, no item 4.11.2 do edital (fl. 15), bem como na AF (fls. 88/89) e na Ata (fl. 85) muito claro está que após pedido tem-se o prazo de 8 dias úteis para fornecimento.

Gize-se, ao aderir o edital e, inclusive, sagrar-se campeã, sabia das regras, conquanto estão claramente dispostas, ou imaginava a vencedora que tão logo assinasse contrato poder-se-ia flexibilizar as regras de maneira que lhe aprouvesse ?

É consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Ainda:

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]

Ademais, repise-se, não pode a Saúde Pública de Jaraguá do Sul pagar pela ineficiência logística da contratada, eis que ao apresentar declaração de capacidade técnica e assinar, posteriormente, o contrato o participante do certame, assume-se a responsabilidade de obedecer ao cronograma posto pela Secretaria de origem.

Repita-se: passa-se da hora de que se entenda que quem contrata com a Administração Pública contrata com o Dinheiro Público e, bem por isso, não se pode falar em razoabilidade de serviço, mas em excelência, uma vez que a conta é paga pela população!

Ainda, com todo respeito à contratada, mas ao dizer que a Administração deve entender os seus percalços porque o seu fornecedor faltou-lhe, esquece que aqui se tem a supremacia do interesse público e demanda tal interesse que aquele que contrata com a Administração cumpra à risca o pactuado, sob pena de responder por isso, sempre, por óbvio, nos limites da Lei, porque o produto licitado atende às necessidades básicas da população, porquanto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na espécie, a questão deve ser resolvida quanto à observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo, em deixando a licitante de fornecer o equipamento de acordo com as características exigidas, não pode alegar ofensa aos seus direitos o fato de a Administração lhe exigir a multa contratualmente prevista, na medida em que descumpriu sua parte no contrato, e, em assim agindo, está sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação de regência.

Também, por analogia, da mesma jurisprudência, cujo caso analisado é de origem deste mesmo município:

[...] porquanto a empresa deixou de cumprir sua parte no contrato firmado ao não fornecer o equipamento exigido na licitação, sujeitando-se, por conseguinte, às sanções administrativas aplicáveis à hipótese, ressaltando-se que entre as normas que regem o procedimento licitatório, encontra-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e, se a Administração entendeu ser mais eficiente o imunoanalisador automatizado, de piso, o fez, por motivos de conveniência e oportunidade, não podendo a agravante fornecer maquinário diverso do licitado, descumprindo exigência do edital, da qual tinha pleno conhecimento, necessário registrar, como dito alhures.

Também:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Assim, resta dizer da penalidade a se aplicar.

Muito bem. Do rol de penalidades definidas as cláusulas punitivas já aqui mencionadas e aceitas as condições contratuais pelo fornecedor dos materiais, o documento assinado está no setor de Licitações, resta definida a possibilidade relacionada à aplicação de sanção punitiva de natureza pecuniária e restritiva.

Quanto ainda à aplicação da penalidade prevista e atendendo o limite posto na Lei de Licitações no art. 87, eis que:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. § 1o Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Ademais, a própria Lei 10.520/2002, a já mencionada Lei do Pregão, impõe ao Ente Público o dever de aplicar as penalidades, conquanto retira-se do art. 7º de tal texto legiferante:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Ainda, o Edital do Pregão Presencial nº 08/2018, e da Ata de Registros nº 103/18 (fl. 33/34), nos seguintes termos: "12.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceita pela Administração, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração;"

12.2 - Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços:

- a) a entrega dos produtos com atraso;
- b) a entrega de produtos diversos do especificado na proposta;
- a entrega parcial dos produtos solicitados.

6.4.1 – Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços, a critério do Contratante.

Quanto às sanções:

12.4 - As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela Contratada, nos seguintes casos:

12.4.1 - Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços, a critério da Contratante.

12.4.2 - Multa moratória de 1% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento, até no máximo de 20% (vinte por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

12.4.3 – Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento, quando a proponente/contratada, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

12.4.4 - Multa de 20% sobre o valor adjudicado, quando a licitante vencedora não assinar o contrato/Ata de registro de preços.

12.4.5 - Multa de 10% sobre o valor adjudicado do(s) item (ns), quando:

12.4.5.1 – Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros;

12.4.5.2 – Desatender às determinações da fiscalização;

12.4.5.3 – Não obedecer às condições de entrega especificadas no contrato/Ata de Registro de Preços de como a entrega deve ser feito;

12.4.5.4 – Não entregar o produto/material, dando ensejo à rescisão contratual/cancelamento da Ata de Registro de Preços;

[...]

Perfilha o Superior Tribunal de Justiça :

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO E CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE MULTA. PREVISÃO NA LEI E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. (STJ – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: RMS 45524 RS 2014/0108243-9, T2 – Segunda Turma, Publicação DJe 24/02/2016, Julgamento 16 de Fevereiro de 2016, Relator Ministro Humberto Martins) (Grifei)

E:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO PARCIAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO E MULTA. LEGALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

I – Verificado que foi garantido a parte a apresentação de defesa prévia e recurso em processo administrativo, não há que se falar em cerceamento de defesa.

II – Nos termos do art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução parcial do contrato autoriza a sua rescisão, cabendo à Administração, nessa hipótese, aplicar as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da referida lei.

III – Constatando-se que o ato indigitado coator foi produzido em conformidade com a lei e precedido de regular processo administrativo, não merece procedência a alegação de nulidade.

IV – Segurança denegada. (TJ-MA – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 250272008 MA, Órgão Julgador São Luis, Julgamento 10 de Março de 2009, Relator Jorge Rachid Mubárack Maluf) (Grifei)

Assim, por todos os fundamentos expostos é que decido pela penalização da empresa vencedora do certame, pois plenamente possível a aplicação delas, conforme apontadas pela Secretaria de origem e pela Comissão Processante.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, determino em relação à empresa BLUMÉDICA Produtos Médicos Cirúrgicos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.470.743/0001-98, com sede na Rua Colibri, nr. 425, Bloco 02 - Bairro Salto Weissbach, em Blumenau, SC, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 08/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 103/2018, (fls. 63 e seguintes), para o fornecimento dos itens 01 e 02, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 33/34) e (4.11.2 do edital), por descumprimento contratual da empresa diante da não entrega dos itens discriminados edital, a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município, a aplicação de:

- a) ADVERTÊNCIA à empresa;

b) 12.4.5 - Multa de 10% sobre do valor adjudicado dos itens entregues com atraso ou ainda não entregues, por:

12.4.5.3 – Não obedecer às condições de entrega especificadas no contrato/Ata de Registro de Preços de como a entrega deve ser feito; [...]

c) enviem-se os autos à Secretaria de origem para que se apliquem os comandos da decisão, qual seja:

c.1) encaminhar ao Setor de Licitação para registro;

c.2) encaminhar para emissão de documento de arrecadação municipal da multa aplicada no item "b" desta decisão.

d) caso não seja pago, inscreva-se em dívida ativa;

e) deve o Gabinete colocar etiqueta "decisão do Gabinete" nesta peça processual;

f) efetivada a decisão, comprovada nos autos, não havendo pendências, arquivem-se com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se nos termos da decisão.

Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro 2019.

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECISÃO Nº 00129/2019/GABPREF

Publicação Nº 2380034

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 00129/2019/GABPREF

Processo Administrativo Geral nº0020819/2018

Pregão Presencial nº 042/2017/FMS

Requerente: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria da Saúde)

Requerida: Blumédica Produtos Médicos Cirúrgicos Ltda EPP

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de processo administrativo geral nº 0020819/2018 contendo pedido de sanções administrativas em relação à Contratada BLU-MÉDICA Produtos Médicos Cirúrgicos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.470.743/0001-98, com sede na Rua Colibri, nr. 425, Bloco 02 - Bairro Salto Weissbach, em Blumenau, SC, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 42/2017/FMS, Ata de Registro de Preços nº 207/2017, (fls. 06 e seguintes), para o fornecimento dos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 72, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 105, 106, 131, 139, 148, 150, 151, 192, 193, 203 e 214, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fls. 03/13), objetivando a verificação dos fatos, a identificação e a punição dos responsáveis na esfera administrativa e, se necessário, a denúncia nas esferas cível e criminal, com a premissa da devida quantificação de dano ao erário e as normas legais infringidas, caso constatado; levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa diante da não entrega dos itens "103 e 99" discriminados na autorização de fornecimento, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Consta (fls. 03) pedido de cancelamento do saldo remanescente do Item nº 103 da Ata de Registro 207/2017, justificando a empresa Blumédica que o motivo do pedido seria em razão de atrasos nas importações por parte de fornecedores, sem previsão de normalização para fornecimentos do item contratado.

A Secretaria analisou o pedido, mas solicitou comprovação dos fatos em tese, ocorridos de forma supervenientes (fl. 19), ato contínuo, após trocas de mensagens eletrônicas da empresa (fl. 23) opinou junto a este julgador pelo cancelamento do item, sem sanção à empresa.

Contudo, o pedido foi INDEFERIDO em razão da falta do interesse público nos termos da decisão (fls. 40/44), a empresa recebeu Notificação Extrajudicial (fls. 47/48), em 16/08/2018, conforme aviso de recebimento (fl. 51).

Considerando que não houve a entrega da totalidade dos itens, a Autorização de Fornecimento 1198/2018 não foi paga pelo Município.

Em razão da falta de pagamento, a empresa sem nenhuma comunicação ao Município, protestou o título perante o Tabelionato de Notas e Protestos referente aos apontamentos nº 452231/2018, nº 45332/2018 e nº 452233/2018 (fls. 54/55).

Diante da gravidade dos fatos, considerando que o protesto ao ente público gera consequências gravíssimas, como o não recebimento de recursos estaduais e federais, foi realizada uma reunião em 03.10.2018 (fls. 100/107) com a Procuradoria-Geral do Município, através do Procurador do Município Benedito Carlos Noronha, Celso Antônio Fritzen da Diretoria Administrativa e Financeira, Reginaldo Panstein da Gerência Administrativa, Tânia Mara Fodi do Setor de Contratos e Viviane Stolf da Gerência Administrativa, todos da Secretaria Municipal de Saúde, que deliberam:

a) seguir o constante da Notificação;

b) cancelar o empenho (parcial ou ordinário) para que o pagamento se dê aos itens entregues;

c) promover a Notificação Extrajudicial para que a empresa apresente a Nota Fiscal já emitida Nr. 1324, de 14/09/2018.

Via mensagem eletrônica, no dia 10/09/2018 foi solicitado à empresa, a baixa dos títulos, até o dia 14/09/2018, uma vez que o Município fez o pagamento das Notas Fiscais nr. 916, 969 e 999, no valor de R\$ 24.329,70 (fl. 70) .

Somente após (14 dias) do pagamento, em 28/09/2018, foi resolvida a questão dos protestos.

Se não bastasse, NOVA SITUAÇÃO ocorreu com as entregas dos itens, no tocante à AF nº 1827/2018, houve faturamento do empenho no valor de R\$ 19.958,60, mas não houve a entrega do "item 99 da Ata de Registro 207/2017 e Pregão 42/2017".

Foi encaminhada Notificação Extrajudicial requerendo a entrega do "Item 99", nos termos da notificação. E, em homenagem à ampla defesa e ao contraditório a empresa foi notificada em 11/10/2018 (fl. 109 verso), a qual apresentou resposta a fls. 111. Novamente alegou a empresa que o descumprimento se deu em razão de problemas de importação, logo não conseguiram cumprir dentro do prazo editalício.

Em manifestação final a Secretaria da Saúde manteve o pedido de sanção à contratada (fls. 113/114).

Em 31/10/2019 vieram-me os autos conclusos.

É a síntese!

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I - Em sede preliminar, observe-se, este Mandatário decide de acordo com o art. 71, XXII, da Lei Orgânica do Município.

II.II - Ao mérito, então.

II.II.I - Trata-se de processo administrativo geral nº 0020819/2018 contendo pedido de penalização em relação à Contratada BLUMÉDICA Produtos Médicos e Cirúrgicos Ltda - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.470.743/0001-98, com sede na Rua Colibri, nr. 425, Bloco 02 - Bairro Salto Weissbach, em Blumenau, SC, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 42/2017/FMS, Ata de Registro de Preços nº 207/2017, (fls. 06 e seguintes), para o fornecimento dos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 72, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 105, 106, 131, 139, 148, 150, 151, 192, 193, 203 e 214, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fls. 03/13), objetivando a verificação dos fatos, a identificação e a punição dos responsáveis na esfera administrativa e, se necessário, a denúncia nas esferas cível e criminal, com a premissa da devida quantificação de dano ao erário e as normas legais infringidas, pelo descumprimento contratual da empresa diante da não entrega dos itens "103 e 99" discriminados na autorização de fornecimento, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Pois muito bem.

É farta a instrução dos autos e bem por isso, com base nos fatos contidos e neles apontados, é que este Julgador, com o mais absoluto respeito aos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, aqui especial legalidade, a moralidade e a impessoalidade, por si, apanágios da Administração Pública e, por consequência, subordinam a eles este Julgador, decide.

Dito isso, trata-se de pedido por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 42/2017/FMS, Ata de Registro de Preços nº 207/2017, (fls. 06 e seguintes), para o fornecimento dos itens: "103 e 99", com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 10 verso).

Ademais, a Lei das Licitações, ao prever as sanções administrativas no art. 86, assim diz: "O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".(grifo deste gabinete),

Pois muito bem.

Participa de um processo licitatório o fornecedor que quer e, ato contínuo, entrega de proposta, declara e comprova as habilitações exigidas no edital.

Concluo, em raciocínio muito simples, que ao participar do certame a empresa contratada, independente das parcerias firmadas, tem a obrigação de entregar o objeto da licitação. Uma vez que com antecedência teve conhecimento dos itens e prazo que constavam expressamente do Edital.

Veja-se: que o pedido de cancelamento do Item "103" e "99" se deu por atrasos nas importações dos fornecedores do contratado. Pelo contrário, não se juntou sequer a mínima prova de eventual problema de importação e/ou ausência de parcerias ou documentos que pudesse comprovar a impossibilidade do cumprimento do objeto, que desse azo ao descumprimento reiterado, porque é preciso lembrar que o direito não é retórica, mas prova.

Desta forma, a alegação com problemas de fornecedores com importação, sem qualquer prova a amparar tenho que inadmissível, porquanto quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à saúde pública, deve ter muito claro que deverá despir-se de dependência em relação a um fornecedor, pois a licitante se não tem uma rede forte e sólida de entregas a suprir a distância física ou não contrate com a Coisa Pública, porque os repasses são feitos, por óbvio, com DINHEIRO PÚBLICO da mesma população que paga impostos e não pode ficar à mercê de problemas logísticos ou de estoque de terceiros que não são contratados pelo Município. Simples assim!

Ademais, gize-se: os materiais estavam especificados em edital, ao apresentar-se e no certame sabia o que deveria entregar, bem como, do prazo, o que não pode, é inadmissível, é que o Poder Público tenha de provocar intimando à entrega, o que deveria ser de ofício, com a

publicação das Autorizações de Fornecimento

Tenho, com todo respeito, o já dito antes: quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à Saúde, deve ter muito claro que deverá despir-se de eventuais dependências, ou não participe de um certame, se não detém competência técnica, não venha, se não tem estofo financeiro, não apresente valores que se tornem insustentáveis, conquanto, é evidente, então, trata-se o caso concreto de inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois ao se comprometer em entregar o produto licitado, quando não tinha preparo para isso, o Município deixou de contratar a oferta realmente mais vantajosa e, não tenho, dúvida, feriu-se de morte o princípio da isonomia, conquanto aos outros administrados (licitantes) provavelmente capacitados para a oferta foram alijados da competição, ferindo de morte o interesse público coletivo, objeto precípua de uma licitação, eis que como diz o doutrinador Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, pois "[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]"

Da análise aos autos, tem-se que de fato a Secretaria de origem não se manteve omissa diante do arguido descumprimento contratual, tanto é que expediu a Notificação extrajudicial já mencionada, como ainda, várias mensagens eletrônicas, via correio e até via gravação telefônica conforme se depreende dos autos.

Detendo-se aos autos retira-se que existe razão à Secretaria da Saúde, porquanto o contrato não tem sido cumprido com o rigor que deve ser atendida a Coisa Pública, aliás assumem caráter de gravidade ainda maior, pois, na outra ponta, deixou-se municípios em situação delicada e sem o produto licitado, eis que se trata de materiais para unidades de saúde.

Ora, ao assinar contrato a empresa sabia das datas de entrega, até porque, no item 4.3 da Ata de Registro (fl. 10 verso), está claro que após o pedido tem-se o prazo de 8 dias úteis para fornecimento.

Gize-se, ao aderir o edital e, inclusive, sagrar-se campeã, sabia das regras, conquanto estão claramente dispostas, ou imaginava a vencedora que tão logo assinasse contrato poder-se-ia flexibilizar as regras de maneira que lhe aprouvesse ? É consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Ainda:

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]"

Ademais, repise-se, não pode a Saúde Pública de Jaraguá do Sul pagar pela ineficiência logística da contratada, eis que ao apresentar declaração de capacidade técnica e assinar, posteriormente, o contrato o participante do certame, assume-se a responsabilidade de obedecer ao cronograma posto pela Secretaria de origem.

Repita-se: passa-se da hora de que se entenda que quem contrata com a Administração Pública contrata com o Dinheiro Público e, bem por isso, não se pode falar em razoabilidade de serviço, mas em excelência, uma vez que a conta é paga pela população!

Ainda, com todo respeito à contratada, mas ao dizer que a Administração deve entender os seus percalços porque o seu fornecedor faltou-lhe, esquece que aqui se tem a supremacia do interesse público e demanda tal interesse que aquele que contrata com a Administração cumpra à risca o pactuado, sob pena de responder por isso, sempre, por óbvio, nos limites da Lei, porque o produto licitado atende às necessidades básicas da população, porquanto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na espécie, a questão deve ser resolvida quanto à observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo, em deixando a licitante de fornecer o equipamento de acordo com as características exigidas, não pode alegar ofensa aos seus direitos o fato de a Administração lhe exigir a multa contratualmente prevista, na medida em que descumpriu sua parte no contrato, e, em assim agindo, está sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação de regência.

Também, por analogia, da mesma jurisprudência, cujo caso analisado é de origem deste mesmo município:

[...] porquanto a empresa deixou de cumprir sua parte no contrato firmado ao não fornecer o equipamento exigido na licitação, sujeitando-se, por conseguinte, às sanções administrativas aplicáveis à hipótese, ressaltando-se que entre as normas que regem o procedimento licitatório, encontra-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e, se a Administração entendeu ser mais eficiente o imunoanalisador automatizado, de piso, o fez, por motivos de conveniência e oportunidade, não podendo a agravante fornecer maquinário diverso do licitado, descumprindo exigência do edital, da qual tinha pleno conhecimento, necessário registrar, como dito alhures.

Também:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Assim, resta dizer da penalidade a se aplicar.

Muito bem. Do rol de penalidades definidas as cláusulas punitivas já aqui mencionadas e aceitas as condições contratuais pelo fornecedor dos materiais, o documento assinado está no setor de Licitações, resta definida a possibilidade relacionada à aplicação de sanção punitiva de natureza pecuniária e restritiva.

Quanto ainda à aplicação da penalidade prevista e atendendo o limite posto na Lei de Licitações no art. 87, eis que:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. § 1o Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Ademais, a própria Lei 10.520/2002, a já mencionada Lei do Pregão, impõe ao Ente Público o dever de aplicar as penalidades, conquanto retira-se do art. 7º de tal texto legiferante:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

A Ata de Registros nº 207/2017 (fl. 11), nos seguintes termos: "6.1- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceita pela Administração, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração;"

6.2 - Considerar-se-á descumprimento parcial da Ata de Registro de Preços:

a) a entrega dos produtos com atraso;

b) a entrega de materiais diversos do especificado na proposta;

c) a apresentação dos materiais em embalagem violadas ou com indícios de má conservação, hipóteses em que o objeto poderá ser rejeitado.

d) a entrega parcial de materiais.

6.4.1 – Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços, a critério do Contratante.

Quanto às sanções:

6.4 - As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela Contratada, nos seguintes casos:

6.4.4- Multa de 10% sobre do valor adjudicado do(s) item (ns), quando:

6.4.4.3 - Não obedecer às condições de entrega especificadas no contrato/Ata de Registro de Preços de como a entrega deve ser feito; ;

[...]

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça :

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO E CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE MULTA. PREVISÃO NA LEI E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. (STJ – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: RMS 45524 RS 2014/0108243-9, T2 – Segunda Turma, Publicação DJe 24/02/2016, Julgamento 16 de Fevereiro de 2016, Relator Ministro Humberto Martins) (Grifei)

E:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO PARCIAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO E MULTA. LEGALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

I – Verificado que foi garantido a parte a apresentação de defesa prévia e recurso em processo administrativo, não há que se falar em cerceamento de defesa.

II – Nos termos do art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução parcial do contrato autoriza a sua rescisão, cabendo à Administração, nessa hipótese, aplicar as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da referida lei.

III – Constatando-se que o ato indigitado coator foi produzido em conformidade com a lei e precedido de regular processo administrativo, não merece procedência a alegação de nulidade.

IV – Segurança denegada. (TJ-MA – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 250272008 MA, Órgão Julgador São Luis, Julgamento 10 de Março de 2009, Relator Jorge Rachid Mubárack Maluf) (Grifei)

Assim, por todos os fundamentos expostos é que decido pela penalização da empresa vencedora do certame, pois plenamente possível a aplicação delas, conforme apontadas pela Secretaria de origem e pela Comissão Processante.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, determino em relação à empresa BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA -EPP pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.470.743/0001-98, com sede na Rua Colibri, nr. 425, Bloco 02 - Bairro Salto Weissbach, em Blumenau, SC, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 42/2017/FMS, Ata de Registro de Preços nº 207/2017, (fls. 06 e seguintes), para o fornecimento dos Itens 103 e 99 por descumprimento contratual da empresa, diante da não entrega dos itens discriminados edital a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município, a aplicação de:

a) ADVERTÊNCIA à empresa;

b) 6.4.5 - Multa de 10% sobre do valor adjudicado dos itens entregues com atraso ou ainda não entregues, por:

6.4.5.3 – Não obedecer às condições de entrega especificadas no contrato/Ata de Registro de Preços de como a entrega deve ser feito; [...]

c) haja compensação entre eventuais valores contratuais a serem pagos da Ata de Registro de Preços nº 207/17, pelo Município com o valor da multa a ser aplicada no item “b” desta decisão, emitindo-se documento de arrecadação municipal do saldo a pagar, se houver, pela empresa, à Administração.

d) caso o saldo fique negativo e não seja pago, inscreva-se em dívida ativa;

e) enviem-se os autos à Secretaria de origem para que se apliquem os comandos da decisão, inclusive efetuando-se registros em relação ao setor de Licitações;

e) deve o Gabinete colocar etiqueta “decisão do Gabinete” nesta peça processual;

f) efetivada a decisão, comprovada nos autos, não havendo pendências, arquivem-se com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se nos termos da decisão.

Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECISÃO Nº 00130/2019/GABPREF

Publicação Nº 2380035

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 00130/2019/GABPREF

Processo Administrativo Geral nº 0013676/2019

Pregão Presencial nº 035/2018/FMS

Requerente: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria da Saúde)

Requerida: EFETIVE Produtos Médicos Hospitalares Ltda

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de processo administrativo geral nº 0013676/2019 contendo pedido de sanções administrativas em relação à Contratada EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.101.480/0001-01, com sede na Rua Gouber Pinto Dionísio, nº 55, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba PR, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 35/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 205/2018 (fls. 70 e seguintes), para o fornecimento dos itens 02, 03, 08, 13, 21, 24, 30, 32, 51, 56, 61, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 75), objetivando a verificação dos fatos, a identificação e a punição dos responsáveis na esfera administrativa e, se necessário, a denúncia nas esferas cível e criminal, com a premissa da devida quantificação de dano ao erário e as normas legais infringidas, caso constatado; levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa diante dos atrasos e divergências dos itens acima em desacordo com os discriminados na Ata de Registro, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Em homenagem à ampla defesa e ao contraditório a empresa foi notificada em outubro (fl. 100/101) do descumprimento parcial.

A empresa contratada, via correspondência eletrônica, tentou apresentar justificativas pelo não cumprimento integral à Ata de Registro, sendo trocados vários e-mails com a Secretaria de Saúde, inclusive foi enviada fotos dos produtos danificados recebidos pela Administração (fls. 118/119)

Em 28/05/2019, permanecendo as irregularidades, foi enviada nova Notificação Extrajudicial à empresa (fl. 134/135), recebida em 07/06/2019 (fls. 137).

Em resposta, manifestou-se arguindo que o descumprimento contratual ocorreu em virtude do atraso na fabricação do produto (fls. 140), requereu a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (fls. 138/144).

Em manifestação final a Secretaria da Saúde manteve o pedido de sanção à contratada (fls. 145/146).

Em outubro de 2019 vieram-me os autos conclusos.

É a síntese!

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I - Em sede preliminar, observe-se, este Mandatário decide de acordo com o art. 71, XXII, da Lei Orgânica do Município.

II.II - Ao mérito, então.

II.II.I - Trata-se de processo administrativo geral nº 0013676/2019 contendo pedido de sanções administrativas em relação à Contratada EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.101.480/0001-01, com sede na Rua Gouber Pinto Dionísio, nº 55, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba PR, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 35/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 205/2018 (fls. 70 e seguintes), para o fornecimento dos itens 02, 13, 21, 30 e 32, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 75), objetivando a verificação dos fatos, a identificação e a punição dos responsáveis na esfera administrativa e, se necessário, a denúncia nas esferas cível e criminal, levando-se em consideração os indícios denunciados do provável descumprimento contratual da empresa diante dos atrasos na entrega e divergências quando da entrega, dos itens acima, em desacordo com os discriminados na Ata de Registro, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Pois muito bem.

É farta a instrução dos autos e bem por isso, com base nos fatos contidos e neles apontados, é que este Julgador, com o mais absoluto respeito aos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, aqui especial legalidade, a moralidade e a impessoalidade, por si, apanágios da Administração Pública e, por consequência, subordinam a eles este Julgador, decide.

Dito isso, trata-se de pedido por descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 035/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 205/2018, (fls. 70 e seguintes), para o fornecimento dos itens 02, 13, 21, 30 e 32, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 33 e seguintes).

Ademais, a Lei das Licitações, ao prever as sanções administrativas no art. 86, assim diz: "O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato".(grifo deste gabinete),

Assim digo porque as provas sustentam tais afirmações.

Participa de um processo licitatório o fornecedor que quer e, ato contínuo, entrega de proposta. Concluo, em raciocínio muito simples, que ao participar do certame a empresa contratada, independente das parcerias firmadas, tem a obrigação de entregar o objeto da licitação.

Veja-se :

- 1) Item 02 - divergência da quantidade das bandejas e falta de despressurização automática para reservatório externo. – atraso da entrega (01/02/2019).
- 2) O Item 13 - divergência das especificações do edital, constava a exigência de 04 rodízios (luminária) sendo entregue o produto com 03 rodízios.
- 3) Item 21 – atraso da entrega 01/02/2019.
- 4) Item 30 - falta de manual de instrução a fim de verificar as especificações do produto conforme o edital.
- 5) Item 32 - produto de marca estranha àquela indicada na proposta da contratada, foi cotada marca Levita e foi entregue marca Metalic, produto em desacordo com o edital, apresentava uma altura ajustável diferente do exigido do edital.

Pois muito bem.

A contratada (fl. 140) tenta aduzir que o impasse já foi perfeitamente resolvido e que subsistiu pontual atraso somente em relação ao Item 21, em face da demora da fabricação do produto, logo aduz ausência de infração administrativa.

No entanto, não foi trazida aos autos sequer a mínima prova que pudesse comprovar a impossibilidade do cumprimento do objeto, que desse azo ao descumprimento da Ata de Registro, porque é preciso lembrar que o direito não é retórica, mas prova.

Desta forma, sem qualquer prova a amparar tenho que inadmissível, porquanto quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à saúde pública, deve ter muito claro que deverá despir-se de dependência em relação a um fornecedor, pois a licitante se não tem uma rede forte e sólida de entregas a suprir a distância física ou não contrate com a Coisa Pública, porque os repasses são feitos, por óbvio, com DINHEIRO PÚBLICO da mesma população que paga impostos e não pode ficar à mercê de problemas logísticos ou de estoque de terceiros que não são contratados pelo Município. Simples assim!

Ademais, gize-se: os materiais estavam especificados em edital, ao apresentar-se e no certame sabia o que deveria entregar, bem como, do prazo, o que não pode, é inadmissível, é que o Poder Público tenha de provocar intimando à entrega, o que deveria ser de ofício, com a publicação das Autorizações de Fornecimento

Tenho, com todo respeito, o já dito antes: quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à Saúde, deve ter muito claro que deverá despir-se de eventuais dependências, ou não participe de um certame, se não detém competência técnica, não venha, se não tem estofo financeiro, não apresente valores que se tornem insustentáveis, conquanto, é evidente, então, trata-se o caso concreto de inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois ao se comprometer em entregar o produto licitado, quando não tinha preparo para isso, o Município deixou de contratar a oferta realmente mais vantajosa e, não tenho, dúvida, feriu-se de morte o princípio da isonomia, conquanto aos outros administrados (licitantes) provavelmente capacitados para a oferta foram alijados da competição, ferindo de morte o interesse público coletivo, objeto precípua de uma licitação, eis que como diz o doutrinador Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, pois "[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]"

Da análise aos autos, tem-se que de fato a Secretaria de origem não se manteve omissa diante do arguido descumprimento contratual, tanto é que expediu a Notificação extrajudicial já mencionada, como ainda, várias mensagens eletrônicas, via correio e até via gravação telefônica conforme se depreende dos autos.

Detendo-se aos autos retira-se que existe razão à Secretaria da Saúde, porquanto o contrato não tem sido cumprido com o rigor que deve ser atendida a Coisa Pública, aliás assumem caráter de gravidade ainda maior, pois, na outra ponta, deixou-se munícipes em situação delicada e sem o produto licitado, eis que se trata de materiais para unidades de saúde.

Ora, ao assinar contrato a empresa sabia das datas de entrega, até porque, no item 11.2 do edital (fl. 09), bem como nas AFs (fls. 83, 87, 91) e na Ata (fl. 75) está muito claro o prazo de 8 dias úteis para fornecimento. Da mesma forma, a Ata de Registro e o Edital traz DETALHADAMENTE as especificações de cada item.

Gize-se, ao aderir o edital e, inclusive, sagrar-se campeã, sabia das regras, conquanto estão claramente dispostas, ou imaginava a vencedora que tão logo assinasse contrato poder-se-ia flexibilizar as regras de maneira que lhe aprouvesse ?

É consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Ainda:

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]"

Ademais, repise-se, não pode a Saúde Pública de Jaraguá do Sul pagar pela ineficiência logística da contratada, eis que ao apresentar declaração de capacidade técnica e assinar, posteriormente, o contrato o participante do certame, assume-se a responsabilidade de obedecer ao cronograma posto pela Secretaria de origem.

Repita-se: passa-se da hora de que se entenda que quem contrata com a Administração Pública contrata com o Dinheiro Público e, bem por isso, não se pode falar em razoabilidade de serviço, mas em excelência, uma vez que a conta é paga pela população!

Ainda, com todo respeito à contratada, mas ao dizer que a Administração deve entender os seus percalços porque sanadas todas as irregularidades, esquece que aqui se tem a supremacia do interesse público e demanda tal interesse que aquele que contrata com a Administração

cumpra à risca o pactuado, sob pena de responder por isso, sempre, por óbvio, nos limites da Lei, porque o produto licitado atende às necessidades básicas da população, porquanto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na espécie, a questão deve ser resolvida quanto à observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo, em deixando a licitante de fornecer o equipamento de acordo com as características exigidas, não pode alegar ofensa aos seus direitos o fato de a Administração lhe exigir a multa contratualmente prevista, na medida em que descumpriu sua parte no contrato, e, em assim agindo, está sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação de regência.

Também, por analogia, da mesma jurisprudência, cujo caso analisado é de origem deste mesmo município:

[...] porquanto a empresa deixou de cumprir sua parte no contrato firmado ao não fornecer o equipamento exigido na licitação, sujeitando-se, por conseguinte, às sanções administrativas aplicáveis à hipótese, ressaltando-se que entre as normas que regem o procedimento licitatório, encontra-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e, se a Administração entendeu ser mais eficiente o imunoanalisador automatizado, de piso, o fez, por motivos de conveniência e oportunidade, não podendo a agravante fornecer maquinário diverso do licitado, descumprindo exigência do edital, da qual tinha pleno conhecimento, necessário registrar, como dito alhures.

Também:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Assim, resta dizer da penalidade a se aplicar.

Muito bem. Do rol de penalidades definidas as cláusulas punitivas já aqui mencionadas e aceitas as condições contratuais pelo fornecedor dos materiais, o documento assinado está no setor de Licitações, resta definida a possibilidade relacionada à aplicação de sanção punitiva de natureza pecuniária e restritiva.

Quanto ainda à aplicação da penalidade prevista e atendendo o limite posto na Lei de Licitações no art. 87, eis que:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Ademais, a própria Lei 10.520/2002, a já mencionada Lei do Pregão, impõe ao Ente Público o dever de aplicar as penalidades, conquanto retira-se do art. 7º de tal texto legiferante:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Ainda, o Edital do Pregão Presencial nº 035/2018, e na Ata de Registros nº 205/2018 (fl. 70/80), nos seguintes termos: 12.1 e 6.1 "O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceita pela Administração, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas, ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração;"

6.2 - Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços:

- a) a entrega dos produtos com atraso;
 - b) a entrega de produtos diversos do especificado na proposta;
- a entrega parcial dos produtos solicitados.

6.4.1 – Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/Ata de Registro de Preços, a critério do Contratante.

6.4.4 - Multa de 10% sobre do valor adjudicado do(s) item (ns), quando:

- 6.4.4.1 – Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros;
 - 6.4.4.2 – Desatender às determinações da fiscalização;
 - 6.4.4.3 – Não obedecer às condições de entrega especificadas no contrato/Ata de Registro de Preços de como a entrega deve ser feito;
- [...]

Perfilha o Superior Tribunal de Justiça :

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO E CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE MULTA. PREVISÃO NA LEI E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. (STJ – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: RMS 45524 RS 2014/0108243-9, T2 – Segunda Turma, Publicação DJe 24/02/2016, Julgamento 16 de Fevereiro de 2016, Relator Ministro Humberto Martins) (Grifei)

E:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO PARCIAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO E MULTA. LEGALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

I – Verificado que foi garantido a parte a apresentação de defesa prévia e recurso em processo administrativo, não há que se falar em cerceamento de defesa.

II – Nos termos do art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução parcial do contrato autoriza a sua rescisão, cabendo à Administração, nessa hipótese, aplicar as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da referida lei.

III – Constatando-se que o ato indigitado coator foi produzido em conformidade com a lei e precedido de regular processo administrativo, não merece procedência a alegação de nulidade.

IV – Segurança denegada. (TJ-MA – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 250272008 MA, Órgão Julgador São Luis, Julgamento 10 de Março de 2009, Relator Jorge Rachid Mubárack Maluf) (Grifei)

Assim, por todos os fundamentos expostos é que decido pela penalização da empresa vencedora do certame, pois plenamente possível a aplicação delas, conforme apontadas pela Secretaria de origem e pela Comissão Processante.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, determino em relação à empresa EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.101.480/0001-01, com sede na Rua Gouber Pinto Dionísio, nº 55, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba PR, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 35/2018/FMS, Ata de Registro de Preços nº 205/2018 (fls. 70 e seguintes), para o fornecimento dos itens 02, 13, 21, 30 e 32, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 33 e seguintes) e (4.11.2 do edital), por descumprimento contratual da empresa diante da não entrega dos itens discriminados edital, a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município, e atendendo aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade a aplicação de:

a) ADVERTÊNCIA à empresa;

b) Multa de 10% sobre o valor adjudicado SOMENTE dos itens que não obedecerem às condições de prazo e entrega especificadas no contrato/Ata de Registro de Preços (itens 02, 13, 21, 30 e 32);

c) enviem-se os autos à Secretaria de origem para que se apliquem os comandos da decisão, qual seja:

c.1) encaminhar ao Setor de Licitação para registro;

c.2) encaminhar para emissão de documento de arrecadação municipal da multa aplicada no item “b” desta decisão.

d) caso não seja pago, inscreva-se em dívida ativa;

e) efetivada a decisão, comprovada nos autos, não havendo pendências, arquivem-se com as baixas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se nos termos da decisão.

Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

DECISÃO Nº 0125/2019/GABPREF

Publicação Nº 2380033

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 0125/2019/GABPREF

Processo Administrativo Geral nº 0018105/2019

Pregão Presencial nº 051/2018/FMS

Requerente: Município de Jaraguá do Sul (Secretaria da Saúde)

Requerida: DUOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELLI EPP

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de recurso visando pedido de reconsideração da Decisão nº 0076/2019/GABPREF, emitida por este Gabinete, em julho de 2019, a qual penalizou a empresa por descumprimento contratual, diante da não entrega dos itens discriminados edital, a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Da apuração das provas trazidas nos autos restou caracterizado o atraso reiterado e injustificado de entrega de produtos.

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I Em sede preliminar, tempestiva a manifestação, vez que houve intimação por meio eletrônico com aviso de recebimento (fl. 87) em 21/10/2019 e encaminhamento via e-mail do recurso em 22/10/2019 (fl. 89), assim, a tempo e modo, conforme regra do art. 109 da Lei de Licitações.

II.II - Desde já, digo, ciente do conteúdo recursal (fls. 91/101), tenho, as respostas estão na fundamentação da decisão combatida (fls. 63/77), bem por isso, há de se mantê-la na integralidade.

A recorrente argumenta que a decisão deve ser revista porque embora passível de sanção, diz, desproporcional, porquanto traz prejuízo à empresa.

Chama a atenção que a empresa argua o próprio prejuízo de rescisão contratual, quando ela própria, ASSUME a entrega de produto em desconformidade com o edital por duas vezes. Logo desonrou o contrato deixando de entregar o produto CAMPO OPERATÓRIO 45 x 50, produto IMPRESCINDÍVEL NO USO CIRÚRGICO E COM VASTA OFERTA DE FABRICANTES NO MERCADO.

Inaceitável que a empresa contratada sendo participante assídua de processos licitatórios, conforme ela mesma afirma, tenha apenas um fornecedor. O Item em questão (campo operatório) é utilizado em todos os procedimentos operatórios e certamente adquiridos de forma frequente pelo Poder Público, pela essencialidade do objeto.

A inexecução contratual fere a dignidade dos pacientes que sim, pagaram pelos produtos, porque é o Dinheiro Público que está em jogo!

Com todo respeito, passa da hora que se entenda que o prejuízo econômico é crime, nem vou entrar neste ponto. O que não entende este Julgador é por que a administração pública deve tolerar atrasos e produtos em desacordo com o edital ? Por que devem ficar os munícipes esperando para realizar os seus procedimentos cirúrgicos, se paga regularmente e nos rigores da lei seus fornecedores?!

Quanto à penalização, basta simples leitura ao Pregão Presencial nº 51/2018/FMS (fls. 03/11) e lá está previsto, na integralidade, os itens aplicados, não havendo que se falar em parcialidade da multa sobre os itens entregues com atraso, como quer a defesa, conquanto, o edital prevê, e ele faz lei entre as partes, é sabido, que é sobre o valor adjudicado no certame (itens 15, 118 e 119 – Campo Operatório 45x50cm, Sonda Foley Nº 16 e Sonda Foley nº 18 do Edital (fls. 3/11), por reiterado descumprimento do prazo de entrega contratual e entrega dos produtos licitados do Pregão Presencial nº 0051/2018/FMS, da Ata de Registro de Preços nº 14/2019, fl. 15

Ainda, quanto à obrigatoria gradação aventada, não há, eis que se retira da Lei de Licitações, inclusive, que as sanções poderão ser aplicadas de forma concomitante, que é o caso em tela, advertência e multa.

Bem por isso, mantenha-se incólume a nº Decisão nº 0076/2019/GABPREF.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do recurso porque preenche os requisitos de admissibilidade, mas no MÉRITO, NEGO PROVIMENTO, mantendo incólume a Decisão nº 0076/2019/GABPREF (fls.63/77) pelos fundamentos postos nesta e naquela em relação à empresa DUOMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELLI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.387.226/0001-51, com sede na Avenida Brasil, nº 1571, Vila Salomé, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, com fundamento nos artigos 86 e 87, e demais incisos, da Lei nº 8.666/93, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 051/2018-FMS e com a Ata de Registro de Preços nº 14/2019, fls. 3 e seguintes, para o fornecimento dos itens 15, 118 e 119 – Campo Operatório 45x50cm, Sonda Foley Nº 16 e Sonda Foley nº 18 do Edital (fls. 3/11), com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis, por reiterado descumprimento do prazo de entrega contratual do Pregão Presencial nº 0051/2018/FMS, da Ata de Registro de Preços nº 14/2019, fl. 15 e seguintes destinadas aos procedimentos cirúrgicos de pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde – Sistema Único de Saúde – SUS.

À Secretaria de Saúde para cumprimento imediato da decisão e intimação à empresa contratada.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Cumpra-se nos termos da decisão.
Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.
Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito

DECISÃO Nº 0134/2019/GABPREF

Publicação Nº 2380036

DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 0134/2019/GABPREF
Processo Administrativo Geral nº 007412/2019
Pregão Presencial nº 035/2018/FMS
Requerente: ALFRS Indústria de Móveis Ltda - EPP

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I-Trata-se de recurso visando pedido de reconsideração da Decisão nº 00105/2019/GABPREF, emitida por este Gabinete, em 11/09/2019, a qual penalizou a empresa por descumprimento contratual, diante da não entrega dos itens discriminados no edital, a tempo e modo, mesmo diante da cobrança extrajudicial do Município.

Da apuração das provas trazidas nos autos restou caracterizada a entrega em desconformidade com o edital.

II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I Em sede preliminar, tempestiva a manifestação, vez que houve intimação pelo correio, recebida (com aviso de recebimento fl. 154) em 08/10/2019. O pedido de reconsideração foi recebido (via Sedex) em 21/10/2019 (fls. 155). Logo, a tempo e modo, conforme regra do art. 109 da Lei de Licitações.

Desde já, digo, ciente do conteúdo recursal (fls. 155/171), registra-se, tenho que as respostas estão na fundamentação da decisão combatida (fls. 136/174), bem por isso, há de se mantê-la na integralidade.

O recorrente em suas razões alega em preliminar a nulidade do processo administrativo justificando cerceamento de defesa. No mérito, que a punição administrativa não atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, quanto ao percentual aplicado. E, ao final, propõe solução consensual do conflito com a isenção do item entregue em desconformidade com o edital.

Chama a atenção que a empresa argua nulidade do processo administrativo por cerceamento de defesa, uma vez que foi devidamente cientificada de todas as notificações administrativas, inclusive apresentou manifestação, veja-se: (i) apresentou resposta a Notificação extrajudicial (fls. 101) (ii) apresentou nova manifestação à notificação, recebida em 16/04/2019 (fls. 117/121).

Logo, não há o que se falar aqui em cerceamento de defesa, e sim flagrantes alegações protelatórias e infundadas do Recorrente.

Ora, a empresa sabia das datas de entrega, até porque, no item 4.3 (fl. 15), bem como na AF (fl. 88/89) resta expresso: "que após pedido tem-se o prazo de 8 dias úteis para fornecimento".

Inaceitável que a empresa alegue cerceamento de defesa se ainda não cumpriu o item 01 do Edital. A mensagem eletrônica respondida ao Gabinete pelo almoxarifado, dá conta de que hoje, 12 de novembro de 2019, 10 meses pós-prazo ainda há pendência contratual.

Até o momento a recorrente não fez a substituição e tampouco o recolhimento do Item (1) entregue em desacordo com o Edital.

Inaceitável a conduta da recorrente em propor que o ente municipal aceite produto diverso do edital, AO QUAL SE ACHA ESTRITAMENTE VINCULADA!!

Caso a Secretaria de Saúde precisasse de armários com duas portas, teria licitado. O móvel com duas portas não caberia nas Unidades de Saúde devido a metragem. Logo, os bens entregues pela Recorrente, não atende ao interesse público.

É consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Ainda:

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]

Ademais, repise-se, não pode a Saúde Pública de Jaraguá do Sul pagar pela ineficiência logística da contratada.

A inexecução contratual fere a dignidade dos pacientes que sim, pagaram pelos produtos, porque é o Dinheiro Público que está em jogo! A administração aguarda a entrega do item (1) há mais de 10 meses!! Uma vergonha!

Ademais, as justificativas apresentadas para o descumprimento contratual: "distância entre a sede da Empresa e a Prefeitura se torna inviável a manutenção e o envio do produto faltante" e problemas com o fornecedor. (fl. 101, grifo do Gabinete), não foram comprovadas, pelo contrário, em sede de reconsideração nada de novas justificativas foram apresentadas.

Concluo, em raciocínio muito simples, que ao participar do certame a empresa sabia a localização deste município na região do sul do Brasil e também, presume-se, era sabedora da distância física entre Jaraguá do Sul e Encantado.

É preciso dizer que, TODAS as justificativas arguidas pela empresa não restaram comprovadas. REPITO: não se juntou sequer a mínima prova do aventado "caso fortuito ou de força maior".

Gize-se, ao aderir o edital e, inclusive, sagrar-se campeã, sabia das regras, conquanto estão claramente dispostas, ou imaginava a vencedora que tão logo assinasse contrato poder-se-ia flexibilizar as regras de maneira que lhe aprouvesse ?

As penalidades e o percentual de 10% sobre o valor adjudicado constava expressamente no item: "12.4.5 - Multa de 10% sobre do valor adjudicado do(s) item (ns)" do edital (16) .

Nos termos da informação do servidor responsável pelo almoxarifado (fl. 149) houve o descumprimento pela empresa a tempo e modo, dos itens: maca ginecológica (recebida em 31/05/2019) e os armários vitrines com as especificações corretas que ainda não foram substituídos.

Logo, não há excesso na penalidade, muito menos fere os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que a multa foi calculada somente sobre o valor adjudicado dos dois itens que houve o descumprimento.

Quanto à penalização, basta simples leitura ao Pregão Presencial nº 35/2018/FMS (fls. 02) e da Ata de Registro de Preços nº 2014/2018, fl. 85, que estabelece a multa de 10% sobre o valor adjudicado do item (12.4.5) quando não obedecer as especificações de entrega no contrato/Ata Registro de Preços;

Ainda, quanto à obrigatoria gradação aventada, não há, eis que se retira da Lei de Licitações, inclusive, que as sanções poderão ser aplicadas de forma concomitante, que é o caso em tela, advertência e multa.

Bem por isso, mantenha-se incólume a nº Decisão nº 00105/2019/GABPREF.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do recurso porque preenche os requisitos de admissibilidade, mas no MÉRITO, NEGOU PROVIMENTO, mantendo incólume a Decisão nº 00105/2019/GABPREF (fls.133/147) em relação à Contratada ALFRS Indústria de Móveis Ltda. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº19.338.456/0001-94, com sede na Rua Argemiro Preto, 340, no bairro Lajeadozinho, em Encantado, RS, por reiterado descumprimento contratual do Pregão Presencial nº 035/2018/FMS, da Ata de Registro de Preços nº 204/2018, fl. 85 e seguintes, para o fornecimento dos itens 01 e 16, com prazo para entrega de 08 (oito) dias úteis (fl. 15), destinadas aos atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde – Sistema Único de Saúde – SUS.

a) À Secretaria de Saúde para imediato cumprimento da decisão e intimação à empresa contratada.

b) Feito isso, enviar cópia digital aos Servidores de recebimento de produtos (Sr. Reginaldo).

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se nos termos da decisão.

Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 12 de novembro de 2019.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2020 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2383844

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2020

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviços de implantação de Área de Lazer no Terminal Rodoviário Jaraguá, localizado na Rua 370 - Willy Bartel s/n, Bairro Vila Baependi em Jaraguá do Sul – SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 18 de março de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 431.715,94 (quatrocentos e trinta e um mil setecentos e quinze reais e noventa e quatro centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2380416

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2020

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Antídio Aleixo Lunelli e do Sr. Secretário Municipal da Fazenda Antenor Galvan, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 – Código Tributário Municipal, e da Lei Municipal 7.722 de 02 de agosto de 2018; TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de obras de pavimentação na via pública da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DO LOCAL DA OBRA:

I - Rua 404 - Humberto Clemente Rickem, no bairro São Luís, com extensão de 90,00m (noventa metros), no trecho compreendido entre o início na Rua Albano Picoli até o final da via.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do projeto do anexo I.

4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo integra o presente edital na forma de Anexo II e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

5. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente Edital (Anexo III), está orçado em R\$ 121.963,83 (cento e vinte e um mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos), tendo como fonte de recursos emenda parlamentar.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido.

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos seus laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e se encontra a disposição dos interessados junto à municipalidade e o segundo ao seu término.

A Comissão Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 11.989/2018, fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no art. 255, da LC 001/93, alterado pela LC 179/2016 - Código Tributário Municipal.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação, anterior à avaliação da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado deverá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

9. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO GEOMÉTRICO, DE DRENAGEM PLUVIAL E DE ÁREAS DA PAVIMENTAÇÃO;

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO III - ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS;

ANEXO IV- RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA.

Os anexos podem ser obtidos na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 19 de Fevereiro de 2020.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Antenor Galvan

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO CONTRATO 060/2020

Publicação Nº 2380037

EXTRATO DO CONTRATO 060/2020

Processo: Inexigibilidade nº 021/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Viação Canarinho Ltda; Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE TRANSPORTE; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a importância estimada de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.001.17.122.0301.4.400	Pagamento dos Servidores Samae ADM	3.3.90 – Aplicações Diretas	17	Próprios
25.002.17.122.0301. 4.400	Pagamento dos Servidores Samae Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	29	Próprios
25.003.17.122.0301. 4.400	Pagamento dos Servidores Samae Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	49	Próprios
25.004.17.122.0301. 4.400	Pagamento dos Servidores Samae Resíduos	3.3.90 – Aplicações Diretas	70	Próprios

Data da assinatura: 20/02/2020; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Décio Bogo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

ISSEM - 5º ADITIVO AO CONTRATO 107-2015 - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JARAGUÁ LTDA

Publicação Nº 2379898

**5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2015
TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 107/2015, para a prestação de serviços de psicologia e nutrição que mantém entre si, a credenciada SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JARAGUÁ LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	André Ricardo Mussi Maestrelli Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 30 -ERVINO SIEBEL NETO ODONTOLOGIA

Publicação Nº 2379901

**EXTRATO – CONTRATO Nº 30/2020
ISSEM**

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Ervino Siebel Neto Odontologia – CNPJ 08.685.568/0001-03

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS ODONTOLOGIA BÁSICA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem. FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 02/03/2020.

DATA DA ASSINATURA: 20/02/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Ervino Siebel Neto

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 31 -ABP CLÍNICA MÉDICA SS

Publicação N° 2379902

EXTRATO – CONTRATO N° 31/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: ABP Clínica Médica SS – CNPJ 18.447.590/0001-60
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 23/02/2020.
DATA DA ASSINATURA: 20/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Cleber Roberto Paes

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 32 - SESI - GINÁSTICA LABORAL

Publicação N° 2379905

EXTRATO – CONTRATO N.º 32/2020
ISSEM

PARTES: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70) e Sesi – Serviço Social da Indústria (CNPJ n.º 03.777.341/0093-84).
Objeto: Serviços de ginástica laboral para os servidores do Issem, compreendendo duas turmas diárias, com duração de 10 minutos cada aula.
VALOR: R\$ 583,91 (quinhentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos) mensais.
PRAZO DE FORNECIMENTO: 05/03/2020 a 04/03/2021.
DATA DA ASSINATURA: 20/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Daren de Vargas Basso de Souza.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 33 -SILNEIA DE SOUZA ORTIZ

Publicação N° 2379906

EXTRATO – CONTRATO N° 33/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Silneia de Souza Ortiz – CNPJ 31.284.273/0001-39
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 25/02/2020.
DATA DA ASSINATURA: 19/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Silneia de Souza Ortiz

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 34 -ODONTOCLASS ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA

Publicação Nº 2379908

EXTRATO – CONTRATO Nº 34/2020

ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Odontoclass Assistência Odontológica Ltda – CNPJ 03.867.237/0001-62

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS e PSICOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 29/02/2020.

DATA DA ASSINATURA: 20/02/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Fábio Murilo de Góes Padula

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 35 -CLINICA ORTO-DERMA SÃO LUCAS SS LTDA

Publicação Nº 2379910

EXTRATO – CONTRATO Nº 35/2020

ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Orto-Derma São Lucas SS Ltda – CNPJ 05.587.384/0001-04

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 02/03/2020.

DATA DA ASSINATURA: 20/02/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Fabíola Castilho Impemba Anders

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 37 -KRISMAIRA RAU MARCON ME

Publicação Nº 2379911

EXTRATO – CONTRATO Nº 37/2020

ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Krismaira Rau Marcon ME – CNPJ 128.959.608/0001-27

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE PSICOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 03/03/2020.

DATA DA ASSINATURA: 25/02/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Krismaira Rau Marcon

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 38 -COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE JARAGUÁ DO SUL – HOSPITAL UNIMED

Publicação Nº 2379913

EXTRATO – CONTRATO Nº 38/2020

ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá Do Sul – Hospital Unimed – CNPJ 03.855.214/0002-19

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS HOSPITALARES, LABORATORIAIS E DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 26/02/2020.
DATA DA ASSINATURA: 25/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e André de Almeida Corinhti

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONTRATO 39 -CLÍNICA MÉDICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE JARAGUÁ DO SUL SS

Publicação N° 2379914

EXTRATO – CONTRATO N° 39/2020
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Clínica Médica de Ortopedia e Traumatologia de Jaraguá do Sul SS – CNPJ 03.739.925/0001-47
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal n° 12.796/2019, Edital de Credenciamento n° 01/2020 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 22/02/2020.
DATA DA ASSINATURA: 25/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Rogério Luiz da Silva

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONVÊNIO 36 - ALEXANDRE DROGARIA E FARMÁCIA EIRELI

Publicação N° 2379917

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 36/2020
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)
CONVENIADO: Alexandre Drogaria e Farmácia Eireli (CNPJ n° 14.238.891/0001-23)
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 02/03/2020 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 25/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Alexandre Reis

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - EXTRATO CONVÊNIO 40 - FARMÁCIA FARMAFIG LTDA

Publicação N° 2379919

EXTRATO – CONVÊNIO N.º 40/2020
ISSEM

CONVENIENTE: Issem– Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n° 00.091.238/0001-70)
CONVENIADO: Farmácia Farmafig Ltda (CNPJ n° 17.618.128/0001-16)
OBJETO: Fornecimento de medicamentos destinados ao tratamento dos beneficiários do Issem-Saúde.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: Conforme termos da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018 e do Decreto Municipal n.º 12.796/2019.
VIGÊNCIA: de 04/03/2020 até 31/12/2020.
DATA DA ASSINATURA: 28/02/2020.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Marcelo Momm

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

ISSEM - TERMO DE RESCISÃO 03- ODONTOCLASS ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA

Publicação N° 2379921

TERMO DE RESCISÃO N° 03- CONTRATO N° 195/2017

Termo de Rescisão que fazem entre si fazem o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem e Odontoclass Assistência Odontológica Ltda, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM” vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa ODONTOCLASS ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.867.237/0001-62 devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CRENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Rescisão do Termo de Credenciamento de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PSICOTERAPIA, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo Issem-Saúde, conforme preceitua a Cláusula Sétima do Termo citado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Direito à indenização

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 28/02/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA

Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de 28/02/2020.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM	Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
---------------------------------------	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

ISSEM - TERMO DE RESCISÃO 04- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE JARAGUÁ DO SUL- UNIMED (HOSPITAL)

Publicação N° 2379923

TERMO DE RESCISÃO N° 04- CONTRATO N° 224/2015

Termo de Rescisão que fazem entre si fazem o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem e Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul- Unimed, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM” vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul- Unimed, inscrita no CNPJ nº 03.855.214/0002-19 devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CRENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Rescisão do Termo de Credenciamento de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo Issem-Saúde, conforme preceitua a Cláusula Sétima do Termo citado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Direito à indenização

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 26/02/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA

Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de 26/02/2020.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM	Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
---------------------------------------	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

ISSEM - TERMO DE RESCISÃO 05- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE JARAGUÁ DO SUL- UNIMED (CDI)

Publicação Nº 2379925

TERMO DE RESCISÃO Nº 05- CONTRATO Nº 225/2015

Termo de Rescisão que fazem entre si fazem o Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem e Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul- Unimed, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, regulado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM” vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul- Unimed, inscrita no CNPJ nº 03.855.214/0002-19 devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CREENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

Rescisão do Termo de Credenciamento de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo Issem-Saúde, conforme preceitua a Cláusula Sétima do Termo citado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Direito à indenização

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data de 26/02/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA

Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de 26/02/2020.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann Presidente ISSEM	Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA
---------------------------------------	--

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

PORTARIA Nº 065/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2380538

PORTARIANº 065/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 020/2020/2ª CPPAD, de 27/02/2020, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº

169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/02/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 040/2018, instaurado pela Portaria N° 942/2018, de 27/11/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/02/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA N° 026/2020

Publicação N° 2379461

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 026/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto n° 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital N° 016/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA N° 2797/2019, de 17/10/2019, que admitiu, ANA GOMES DA SILVA MAIER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020

ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA N° 027/2020

Publicação N° 2379462

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 027/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto n° 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA N° 2104/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANA LUIZA MULLER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020

ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 028/2020

Publicação Nº 2379463

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 028/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1291/2019, de 15.05.2019, que prorrogou a portaria de, ANA PAULA DA ROSA DE AMORIM, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 06.08.2019 até 05.02.2020 e 06.02.2020 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 029/2020

Publicação Nº 2379464

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 029/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2105/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANA PAULA DE ANDRADE NUNES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020.
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 030/2020

Publicação Nº 2379465

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 030/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2106/2019 de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de , ANA PAULA LEMOS CORREA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 031/2020

Publicação Nº 2379466

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 031/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2107/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANA PAULA NERCOLINI BEDIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 032/2020

Publicação Nº 2379467

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 032/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2108/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANA PAULA SARTORI DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 033/2020

Publicação Nº 2379468

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 033/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2109/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANDRAPAULA VIEIRA HOFFMANN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 034/2020

Publicação Nº 2379469

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 034/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2110/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANDRE RODRIGUES DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de INGLÊS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 035/2020

Publicação Nº 2379470

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 035/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 008/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2700/2019, de 14.10.2019, que admitiu, ANDREA DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 036/2020

Publicação Nº 2379471

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 036/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2113/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANDREIA GARBARI ODORIZZI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 037/2020

Publicação Nº 2379473

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 037/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2114/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANDREIA STENGER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020

ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2379474

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 038/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2115/2019 de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de , ANDREIA VIEIRA BERLANDA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020

ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 039/2020

Publicação Nº 2379476

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 039/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2116/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANDRESSA BILIBIO DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020

ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 040/2020

Publicação Nº 2379477

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 040/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital Nº 013/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2705/2019, de 14.10.2019, que admitiu, ANDRESSA MICHELE HILLE DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 041/2020

Publicação Nº 2379480

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 041/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2118/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANNA KELLI MARINHO FABIANO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 042/2020

Publicação Nº 2379482

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 042/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2119/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ANNE CAROLINE DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA N° 043/2020

Publicação N° 2379484

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 043/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 013/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 07 de novembro de 2019, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, para atuar na EMEB Albano Kanzler .

Em consequência, ficam revogadas as Portarias N°2047/2019 e N°2671/2019, no que se refere a contratação da mesma e devida prorrogação de contrato.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA N° 044/2020

Publicação N° 2379485

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 044/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA N° 2120/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ARLETE GIROLDO MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como AUXILIAR DE SALA, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA N° 045/2020

Publicação N° 2379486

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA N° 045/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA N° 2121/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ARLETE VOLZ MIGUEL, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de GEOGRAFIA, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 046/2020

Publicação Nº 2379490

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 046/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2122/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ARLEY FELIPE CAROLINA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 047/2020

Publicação Nº 2379491

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 047/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Prova de Aptidão, realizado através do Edital Nº 004/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2124/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ARYKLECIA PEREIRA DOS SANTOS STRICKER, para em Caráter Temporário atuar como Tradutor e Intérprete de Libras de Nível Médio, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020.
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 048/2020

Publicação Nº 2379492

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 048/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº2125/2019, de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de, ASTA SCHROEDER KRETZER, para em Caráter

Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2379495

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 049/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 013/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2485/2019, de 19.09.2019, que admitiu, AUREA MIRANDA FEDER, para em Caráter Temporário atuar como, Auxiliar de Sala, no período de 20.12.2019 até 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 050/2020

Publicação Nº 2379498

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 050/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 2135/2019 de 13.08.2019, que prorrogou a portaria de , BEATRIZ DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 20.12.2019 a 15.04.2020.

Jaraguá do Sul, 30 de janeiro de 2020
ANTONIO DE SOUZA JUNIOR
Secretário Interino Municipal de Educação

PORTARIA Nº 064/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2380111

PORTARIANº 064/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 050/2020/1ªCPPAD, que solicita a reabertura de prazo do PAD 020/2018 para realização de instrução processual e conclusão dos trabalhos, conforme determina a Decisão Administrativa nº 146/2019/Gabpref.

RESOLVE:

Art.1º REABRIR o prazo até 31/03/2020 para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo, concernente ao PAD nº 020/2018 instaurado pela Portaria 271/2018 de 17/04/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/02/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de fevereiro de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 066/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2380113

PORTARIANº 066/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 036/2020/1ª CPAD, de 25/02/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 28/02/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 029/2018, instaurado pela Portaria Nº 502/2018, de 10/07/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/02/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 067/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2380114

PORTARIANº 067/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 040/2020/1ª CPAD, de 25/02/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 04/03/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 044/2018, instaurado pela Portaria Nº 1008/2018, de 12/12/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/03/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

PORTARIA Nº 18/2020/SEMPU

Publicação Nº 2379855

PORTARIANº 18/2020/Semplan

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR Regina Beatriz Arnold da Silva , para em Caráter Temporário atuar como Arquiteto e Urbanista, a partir de 13 de fevereiro de 2020 até 13 de agosto de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Diretoria de Planejamento e Urbanismo	40 horas/semanais

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo ;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2020

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 19/2020/SEMPLU

Publicação Nº 2379860

PORTARIANº 19/2020/Semplu

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR Jackeline Vanessa Gonzaga , para em Caráter Temporário atuar como Arquiteto e Urbanista, a partir de 17 de fevereiro de 2020 até 17 de agosto de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Diretoria de Planejamento e Urbanismo	40 horas/semanais

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo ;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de fevereiro de 2020

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA SAMAESJSU Nº 129/2020

Publicação Nº 2380011

PORTARIA SAMAESJSU Nº 129/2020

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e,

CONSIDERANDO o memorando 289/2020 de 24 de fevereiro de 2020, da Comissão Permanente de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 04/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 372/2019 de 26 de junho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 21 de fevereiro de 2020, os trabalhos da Portaria 372/2019 de 26 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 130/2020

Publicação Nº 2380012

PORTARIA SAMAESU Nº 130/2020

Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal ANTONIO ORIEL DA ROCHA JUNIOR matrícula 548, para o nível "C", do cargo de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de fevereiro de 2020.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 131/2020

Publicação Nº 2380014

PORTARIA SAMAESU Nº 131/2020

Nomeia Servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 220 de 21 de novembro de 2018, e nos termos do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 154 de 3 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 7.805 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, seguindo a ordem classificatória;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ANA CAROLINE FERRARI, aprovada no Concurso Público nº 001/2018, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE ETA/ETE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A nomeada terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I. Comprovação de nacionalidade brasileira;

II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;

III. Quitação com as obrigações eleitorais;

IV. Quitação com as obrigações militares;

V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;

VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;

VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;

VIII. Declaração de bens;

IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;

XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;

XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;

XV. Carteira de identidade;

XVI. Título de eleitor;

XVII. Comprovante de endereço;

XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;

XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;

XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2018, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU N° 132/2020

Publicação N° 2380015

PORTARIA SAMAEJSU N° 132/2020

Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar N°. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias à servidora pública municipal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
320 – Mariane Sueli Correa Schallinski – Escriturária – Diretoria Administrativa	18/01/2017 a 17/01/2018	09/03/2020 a 18/03/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU N° 133/2020

Publicação N° 2380017

PORTARIA SAMAE JSU N° 133/2020

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;

CONSIDERANDO o teor do memorando 265/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pelo senhor ARLINDO MATHIAS, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 134/2020

Publicação Nº 2380018

PORTARIA SAMAES JSU Nº 134/2020
Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;
CONSIDERANDO o teor do memorando 266/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAES diante do fato apresentado pela senhora CENIRA LENZ, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 135/2020

Publicação Nº 2380019

PORTARIA SAMAES JSU Nº 135/2020
Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;
CONSIDERANDO o teor do memorando 267/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAES diante do fato apresentado pela senhora CLAUDETE CHARANE SARDAGNA, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 136/2020

Publicação Nº 2380020

PORTARIA SAMAES JSU Nº 136/2020
Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;
CONSIDERANDO o teor do memorando 268/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora ELMIRA MILBRATZ, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 137/2020

Publicação Nº 2380021

PORTARIA SAMAE JSU Nº 137/2020

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;
CONSIDERANDO o teor do memorando 269/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pelo senhor FRANCISCO GOMES NETO, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 138/2020

Publicação Nº 2380022

PORTARIA SAMAE JSU Nº 138/2020

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;
CONSIDERANDO o teor do memorando 270/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora SANDRA MARA WOLF DE CARVALHO, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 139/2020

Publicação Nº 2380023

PORTARIA SAMAE JSU Nº 139/2020

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009;

CONSIDERANDO o teor do memorando 271/2020/Samae;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a instauração de Procedimento de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora VERA LÚCIA CUNHA BREGOCHI, e, em havendo responsabilidade da Autarquia, apurar o valor decorrente de danos materiais causados ao terceiro.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 064/2020 de 28 de janeiro de 2020, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 140/2020

Publicação Nº 2380024

PORTARIA SAMAEJSU Nº 140/2020

Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias ao servidor público municipal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
695 – Hector Honório Santos Tomelin – Analista Econômico e Financeiro - Presidência	15/03/2018 a 14/03/2019	10/03/2020 a 19/03/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 141/2020

Publicação Nº 2380025

PORTARIA SAMAEJSU Nº 141/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
565 – Alessandra Stinghen – Escriturária – Diretoria Técnica	02/05/2017 a 01/05/2018	11/03/2020 a 25/03/2020	15	X
565 – Alessandra Stinghen – Escriturária – Diretoria Técnica	02/05/2018 a 01/05/2019	26/03/2020 a 09/04/2020	15	X
534 – Claudio Luis Pereira dos Santos – Técnico em Operação de ETA/ETE – Diretoria Técnica	02/04/2018 a 01/04/2019	11/03/2020 a 20/03/2020	10	X
602 – João Paulo Carreço de Oliveira – Técnico em Operação de ETA/ETE – Diretoria Técnica	06/06/2018 a 05/06/2019	11/03/2020 a 30/03/2020	20	X
519 – Marly Wulf – Telefonista – Diretoria Administrativa	15/02/2018 a 14/02/2019	11/03/2020 a 20/03/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 142/2020

Publicação Nº 2380026

PORTARIA SAMAEJSU Nº 142/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

MATRÍCULA, SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
624 – Giovani Denilson Spezia – Agente de Operações Hidráulicas – Diretoria Técnica	16/03/2018 a 15/03/2019	16/03/2020 a 25/03/2020	10	X
560 – Luann Carlos da Silva – Auxiliar de Serviços Gerais – Diretoria de Obras	01/04/2018 a 31/03/2019	16/03/2020 a 25/03/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 143/2020

Publicação Nº 2380027

PORTARIA SAMAESU Nº 143/2020
Promove servidor

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o Cap. IV - Da Avaliação de Desempenho Funcional, da Lei Municipal nº. 6.088/2011 de 19 de agosto de 2011 e suas alterações;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o Servidor Público Municipal ELEANRO SANTANA, matrícula 551, para o nível “C”, do cargo de AGENTE DE OPERAÇÕES HIDRÁULICAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da competência de fevereiro de 2020.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2020.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 341/2019

Publicação Nº 2383847

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 341/2019

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 341/2019, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.530/2020 e Decreto nº 13.603/2020, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto “prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviços de instalação elétrica do Parque Municipal Ambiental “Parque da Inovação”, localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município” da CONCORRÊNCIA nº 341/2019, tipo Menor Global à empresa: CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, com o valor Global de R\$ 300.863,17 (trezentos mil oitocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 341/2019

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.530/2020 e Decreto nº 13.603/2020, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 341/2019, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviços de instalação elétrica do Parque Municipal Ambiental “Parque da Inovação”, localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município, teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora CLERCIO FRANCISCO GEMRA ME, com o valor Global de R\$ 300.863,17 (trezentos mil oitocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2020.
Otoniel da Silva
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 13.530/2020 e Decreto nº 13.603/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 342/2019

Publicação Nº 2383848

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 342/2019**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 342/2019, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.532/2019, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "prestação de serviços de edificações e mobiliários do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação", localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município" da CONCORRÊNCIA nº 342/2019, tipo Menor Global à empresa: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com o valor Global de R\$ 1.434.947,10 (hum milhão quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e sete reais e dez centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 342/2019**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.532/2019, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 342/2019, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de edificações e mobiliários do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação", localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município, teve o seguinte resultado: Empresa vencedora CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com o valor Global de R\$ 1.434.947,10 (hum milhão quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2020.
Otoniel da Silva
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 13.532/2019

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 151/2020

Publicação Nº 2380040

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 151/2020

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 151/2020 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS".

Pelo presente Termo, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1000852 SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde (FMS), Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, inscrito no CPF sob o Nº 482.985.909-10 e portador da Carteira de Identidade Nº 1139576, domiciliado à Rua Walter Marquardt, Nº 1111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de PERMITENTE, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 84.434.257/0001-41, com sede à Rua Presidente Epitácio Pessoa, Nº 90, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Presidente, Senhor IVAN CESAR FALLGATTER, inscrito no CPF sob o Nº 683.130.719-15 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.989.666-2, residente e domiciliado à Rua Marina Frutuoso, Nº 300, Apto. 504, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de PERMISSIONÁRIA, firmam o presente Termo de Permissão de Uso, autorizado pelo Decreto Municipal Nº 13.649/2020, de 26/02/2020, mediante sujeição mútua às cláusulas que se enunciam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo tem por objeto a permissão de uso de 01 (um) veículo Automotor Furgão, Marca/Modelo I/MB 415SPRINTER REV AMB, placa RAJ2H87, ano de fabricação/modelo 2019/2019, Chassi Nº 8AC906633KE173411, cor branca, a diesel, recebido em doação da União, por intermédio do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde / Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência / Coordenação-Geral de Urgência, com fundamento no Decreto Federal Nº 9.373/2018 e no Termo de Doação Nº 01307/2019, publicado no Diário Oficial da União, Edição Nº 7, Seção 3, fls.157, de 10/01/2020, a ser utilizado, exclusivamente, no desenvolvimento dos serviços e ações de assistência de urgência médica à população, visando à melhoria da qualidade de atendimento e o aperfeiçoamento e expansão da capacidade operacional do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial na atenção às urgências - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, não podendo haver destinação para quaisquer outros fins.

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência da presente Permissão de Uso será por prazo indeterminado, contada a partir da data de publicação do Termo de Permissão de Uso, podendo ser rescindida a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento

das condições impostas à PERMISSONÁRIA, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSONÁRIA não poderá, em qualquer circunstância, ceder ou transferir o presente Termo, nem locar ou subconceder, no todo ou em parte, o veículo ora permitido, sendo-lhe igualmente vedado dar ao mesmo outro destino que não seja aquele especificado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSONÁRIA obriga-se a:

I - utilizar o veículo exclusivamente para os fins propostos neste Termo;

II - responsabilizar-se por eventuais danos causados ao veículo ou por este a terceiros, providenciando, a suas expensas, os reparos que se fizerem necessários;

III - zelar pela guarda do veículo, comunicando ao PERMITENTE a ocorrência de qualquer acidente;

IV - devolver o veículo ao PERMITENTE em caso de rescisão do presente Termo de Permissão nas mesmas condições de uso que o recebeu, salvo desgaste natural.

CLÁUSULA QUINTA - Fica garantido ao PERMITENTE o direito de vistoriar o veículo, objeto desta Permissão, sempre que entender conveniente.

CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para fins de direito, foi lavrado o presente Termo de Permissão de Uso em 07 (sete) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 26 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

PERMITENTE

PERMITENTE

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)

Gestor

IVAN CESAR FALLGATTER

Presidente

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL

"BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"

PERMISSONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME: João Antônio Berti

CPF: 058.537.269-19

C.I.: 48752665

2. _____

NOME:

CPF:

C.I.:

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 006/2020 - ANEXO

Publicação Nº 2380421

1

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**Diretoria de Urbanismo
Gerência de Desenvolvimento Urbano**PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA
AV.4878.2020-CM****1 - OBJETIVO E FINALIDADE**

Este Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica tem por objetivo único determinar o valor venal dos imóveis afetados por obra pública de pavimentação asfáltica, antes da execução da obra, subsidiando desta forma o lançamento da Contribuição de Melhoria, tributo previsto no Capítulo V do Código Tributário Municipal decorrente da valorização imobiliária, quando houver.

2 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA AVALIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua. Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

Os imóveis que serão objetos desta avaliação serão aqueles compreendidos nos trechos descritos no Art. 1º da Lei Municipal Nº 8.109/2019, de 17 de outubro de 2019, in verbis:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à realização da obra de pavimentação da Rua 404 - Humberto Clemente Rickem, no bairro São Luís, com extensão de 90,00m, no trecho compreendido entre o início na Rua Albano Picoli até o final da via, e consequente cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado.

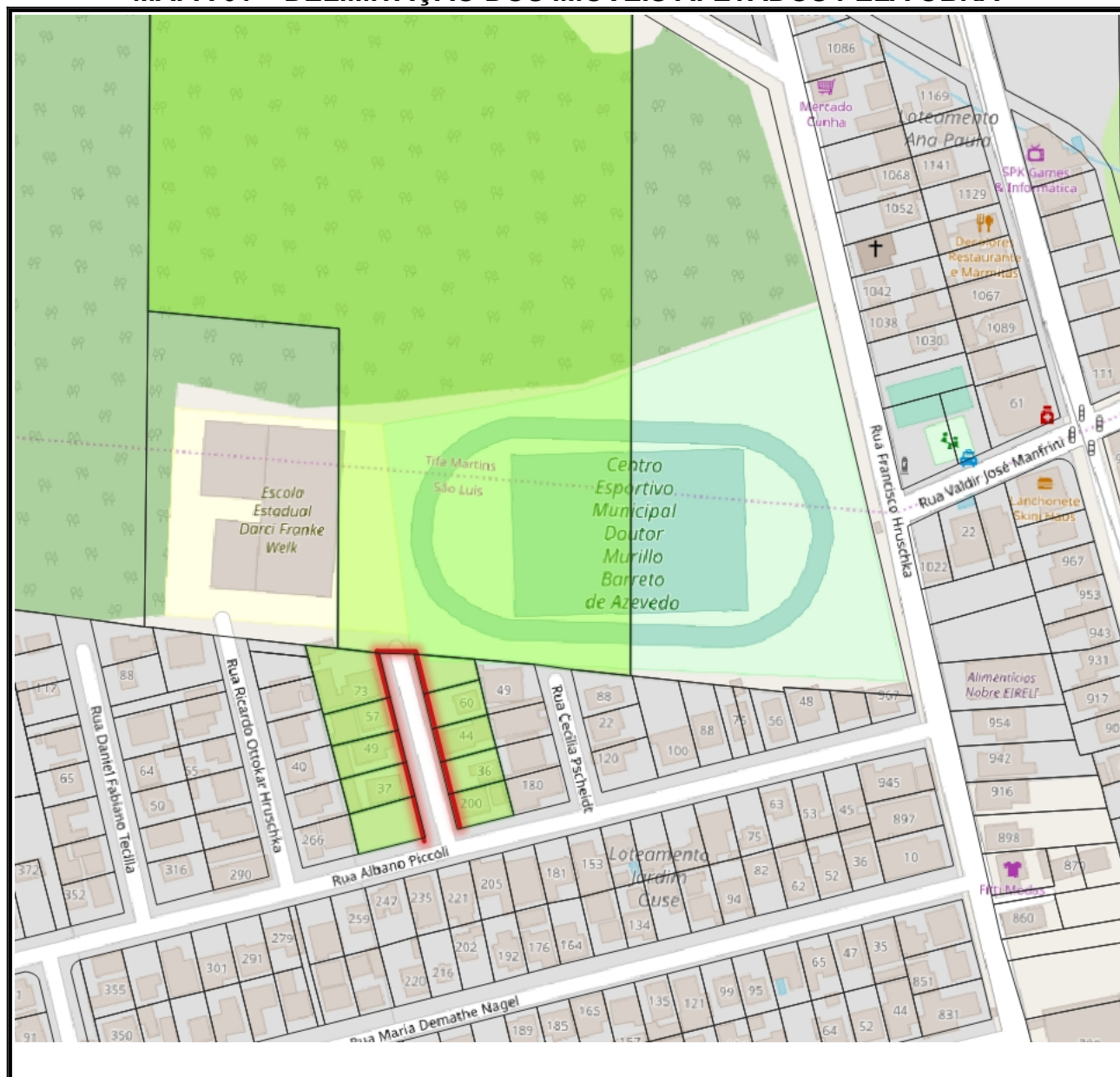
...

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

Diretoria de Urbanismo

Gerência de Desenvolvimento Urbano

Com base na delimitação definida por Lei, obteve-se junto ao Setor de Cadastro Técnico Multifinalitário da Secretaria Municipal de Urbanismo, o Mapa 01 contendo os imóveis compreendidos no trecho a ser pavimentado:

MAPA 01 – DELIMITAÇÃO DOS IMÓVEIS AFETADOS PELA OBRA

FONTE: GeoPortal – Cadastro Técnico – Município de Jaraguá do Sul

**SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

Diretoria de Urbanismo

Gerência de Desenvolvimento Urbano

3

O Mapa 02 identifica a situação da via no bairro São Luís e região do entorno:

MAPA 02 – MAPA DE SITUAÇÃO DA RUA

Fonte: GoogleEarth. Data da imagem: 12/04/2019.

Com base no mapeamento dos imóveis que serão abrangidos pela obra de pavimentação, extraiu-se através do sistema cadastral Betha Tributos a relação dos imóveis com suas respectivas características e proprietários, conforme demonstrado na Tabela 01:



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

Diretoria de Urbanismo
Gerência de Desenvolvimento Urbano

4

TABELA 01 – LISTAGEM DE IMÓVEIS AFETADOS PELA OBRA (LINDEIROS)

Cadastro Imóvel	Quadra	Lote	Nº da edificação	Contribuinte
44763	47	2800		MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL
10715	11	107		SORAIA SIEBERT
29098	12	393		ODIA IMOVEIS LTDA.
15101	12	345		CILIANE POLTRONIERI
13678	12	359	44	WILMAR MARQUARDT
27636	12	373		JEFERSON FERREIRA
20648	12	331		VALFRIDO HILLESHEIM
10714	11	49		ROVENA KLEMMZ SALVADOR
10716	11	63		MANOEL MARTINS
13677	11	35		WALDIR R RICKEN E OUTROS
14400	11	21	73	ORLANDO PINHEIRO

Estas informações possibilitaram que se desse prosseguimento ao procedimento avaliatório.

3 - METODOLOGIA UTILIZADA

Para a determinação do valor comercial dos imóveis anterior a obra de pavimentação asfáltica, foi utilizada a base de cálculo já existente no Município para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, que foi atualizada e revisada conforme Lei Complementar 210/2017, de 15 de dezembro de 2017. Adotou-se o valor em sua integralidade, sem os descontos e reduções usados naquele tributo.

Desta forma, assim como a base de cálculo para fins de IPTU, o trabalho avaliatório segue as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, “**NBR 14653-1** – Avaliação de Bens: Procedimentos Gerais” e “**NBR 14653-2** – Avaliação de Bens; Imóveis Urbanos” e o Anexo 6 do **Manual do Sistema de Avaliação Imobiliária** – definido pelo Decreto Municipal N° 3.225/1995, de 27 de julho de 1995.

Durante o procedimento avaliatório específico, adotou-se o método comparativo direto de dados de mercado, que define o valor do metro quadrado para a região da avaliação baseado em pesquisa de oferta de imóveis. São selecionados alguns elementos de pesquisa de imóveis similares em oferta ou negociados e opiniões de corretores imobiliários.

Considerou-se também a localização da via no município, os usos predominantes e potenciais no entorno (residencial familiar, comercial, industrial). Os



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

Diretoria de Urbanismo

Gerência de Desenvolvimento Urbano

serviços públicos e comunitários (transporte coletivo, comércio, rede bancária, educação, saúde, segurança, lazer).

Por fim, foram analisadas as características físicas da rua a ser pavimentada, como extensão, topografia, topologia e infraestrutura existente.

4 - AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS IMÓVEIS AFETADOS

De acordo com a metodologia utilizada, chegou-se aos seguintes valores individuais dos imóveis afetados pela obra pública, conforme Planta Genérica de Valores do Município em data anterior à pavimentação e conforme segue na Tabela 02:

TABELA 02 – VALORES DOS IMÓVEIS ANTES DA PAVIMENTAÇÃO

AVALIAÇÃO PRÉVIA DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DE IMÓVEIS AFETADOS POR OBRA PÚBLICA					
RUA	404-HUMBERTO CLEMENTE RICKEM				
PROCESSO N°	30591/2019				
LEI MUNICIPAL N°	8.109/2019				
Cadastro Imóvel	Contribuinte	Testada para Rua a ser pavimentada (m)	Área Territorial (m²)	Fração Ideal	Valor do imóvel antes do asfalto
44763	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	22,00	55181,18	1,00	R\$ 2.114.117,37
10715	SORAIA SIEBERT	27,00	459,00	1,00	R\$ 229.073,29
29098	ODIA IMOVEIS LTDA.	20,00	372,00	1,00	R\$ 160.988,12
15101	CILIANE POLTRONIERI	14,00	336,00	1,00	R\$ 145.291,86
13678	WILMAR MARQUARDT	14,00	336,00	1,00	R\$ 191.339,14
27636	JEFERSON FERREIRA	14,00	336,00	1,00	R\$ 158.734,57
20648	VALFRIDO HILLESHEIM	24,00	360,00	1,00	R\$ 252.447,04
10714	ROVENA KLEMZ SALVADOR	14,00	364,00	1,00	R\$ 184.976,00
10716	MANOEL MARTINS	14,00	378,00	1,00	R\$ 171.620,62
13677	WALDIR R RICKEN E OUTROS	14,00	378,00	1,00	R\$ 246.733,50
14400	ORLANDO PINHEIRO	21,00	655,87	1,00	R\$ 328.602,97



SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Diretoria de Urbanismo
Gerência de Desenvolvimento Urbano



6

5 - CONCLUSÃO

Tem-se, portanto, o valor total do trecho da rua que será afetado pela pavimentação:

$V_{total} = (V1+V2+...V11)$ – total de 11 imóveis identificados.

Vtotal = R\$ 4.183.924,48 (quatro milhões, cento e oitenta e três mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos)

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

ADM. MARCOS DELLAGIUSTINA

Presidente

Administrador - Rep. Sec. Mun. da Fazenda

Inscrito no CNAI sob nº 23713 e CRECI/SC nº 33082F

ARQ. EVANDRO LUIS CHIODINI SILVA

Gerente de Desenvolvimento Urbano – Rep. Sec. Mun. de Urbanismo

Inscrito no CAU/SC sob nº 31713-3

ENG. IVAN ANDREIAS WOLTER

Gerente de Obras Gerais e Conveniadas – Rep. Sec. Mun. de Obras e Serviços Públicos

Inscrito no CREA/SC sob nº 58719-9

**Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto Municipal Nº 13.469/2019, de 19 de dezembro de 2019.*

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO CT Nº 23-2020

Publicação Nº 2379548

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Pregão/2020
Processo: 26/2020
Data de Expedição do Processo: 07/02/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 23/2020, de 27/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: BIG ARTES LTDA ME

OBJETO: Solicitação de contratação de professor para aula de música/Patinção e Ballet, música sendo na fanfara Municipal, corais infantil, adulto e idoso, técnica vocal e instrumento em geral (cordas, teclas, sopro, e percussão), sendo 14 horas semanais, sendo que 10 semanais prestado no departamento de cultura e 04 horas semanais será na secretaria de Educação. - Na Patinação Artística aulas nas diversas modalidades, sendo 08 horas semanais. - No Ballet será prestado 06 horas semanais.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 31.360,00(trinta e um mil trezentos e sessenta reais)

AMPARO LEGAL Pregão processo nº 26/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

EXTRATO CT Nº 24-2020

Publicação Nº 2379551

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Pregão/2020
Processo: 26/2020
Data de Expedição do Processo: 07/02/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 24/2020, de 27/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: JESSICA RODRIGUES

OBJETO: Solicitação de contratação de professor para aula de música/Patinção e Ballet, música sendo na fanfara Municipal, corais infantil, adulto e idoso, técnica vocal e instrumento em geral (cordas, teclas, sopro, e percussão), sendo 14 horas semanais, sendo que 10 semanais prestado no departamento de cultura e 04 horas semanais será na secretaria de Educação. - Na Patinação Artística aulas nas diversas modalidades, sendo 08 horas semanais. - No Ballet será prestado 06 horas semanais.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.000,00(quinze mil reais)

AMPARO LEGAL Pregão processo nº 26/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

EXTRATO CT Nº 25-2020

Publicação Nº 2379552

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Pregão/2020
Processo: 26/2020
Data de Expedição do Processo: 07/02/2020 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 25/2020, de 27/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: RONI BEE

OBJETO: Solicitação de contratação de professor para aula de música/Patinção e Ballet, música sendo na fanfara Municipal, corais infantil, adulto e idoso, técnica vocal e instrumento em geral (cordas, teclas, sopro, e percussão), sendo 14 horas semanais, sendo que 10 semanais prestado no departamento de cultura e 04 horas semanais será na secretaria de Educação. - Na Patinação Artística aulas nas diversas modalidades, sendo 08 horas semanais. - No Ballet será prestado 06 horas semanais.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.990,00(oito mil novecentos e noventa reais)

AMPARO LEGAL Pregão processo nº 26/2020, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 104/2019/PMJ - TP 18/2019/PMJ

Publicação N° 2380745

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 104/2019/PMJ
TOMADA DE PREÇO N° 18/2019/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório n° 104/2019/PMJ – Tomada de Preço n° 18/2019/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento do material e equipamentos necessários para instalação de rede lógica, telefonia, CFTV e monitoramento no Centro de Inovação do Município de Joaçaba, SC.” fica designado o dia 05 de março de 2020 as 14h, no setor de compras e licitações, para abertura dos novos envelopes e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 28 de fevereiro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 04/2020 - SME

Publicação N° 2381322

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 04/2020

“Estabelece normas para a chamada pública de PROFESSORES, destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público no Sistema Municipal de Ensino de Joaçaba, e dá outras providências”.

O PREFEITO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares n° 80/2004 e 97/2005, lança esse Edital para contratação de professores no Sistema Público Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2020, conforme a necessidade do interesse público, e, considerando:

- a) A necessidade temporária de excepcional interesse público no Sistema Público Municipal de Ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação;
- b) A insuficiência de candidatos aprovados em Processo Seletivo para ocupação das vagas de caráter temporário nas vagas previstas no item II desse Edital;
- c) Que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;
- d) A impossibilidade de paralisação de atendimento dos alunos por ausência de professores.

Torna público o procedimento para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas em caráter temporário para o ano letivo de 2020 no Sistema Público Municipal de Ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados nesse processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais n° 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Professor de Educação Física	R\$ 2.886,24 R\$ 2.164,68 R\$ 1.443,12 R\$ 721,56	40h, 30h, 20h e/ou 10h	01	Habilitado: Licenciatura em Educação Física Em habilitação Cursando no mínimo 5.a fase de Licenciatura em Educação Física
Professor de Língua Portuguesa	R\$ 2.164,68 R\$ 1.443,12 R\$ 721,56	30h, 20h e/ou 10h	01	Habilitado: Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa Em habilitação Cursando Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa

*Somente serão chamados os candidatos em habilitação na inexistência de candidatos habilitados.

III – DATA E VAGAS

3.1 A data determinada para a entrega da documentação para participação da Chamada Pública para o cargo referido anteriormente será de 28 de fevereiro a 04 de março de 2020, das 14h às 17h, no Setor de RH da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, Rua Getúlio Vargas, nº 417, Centro, Joaçaba.

3.2. As vagas existentes para preenchimento obedecerão ao quadro dos cargos, das vagas, dos requisitos, da carga horária e do vencimento mensal e eventuais necessidades para o ano letivo de 2020.

IV – PROCEDIMENTOS

4.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.1. desse Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- b) Cópia dos documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- c) Cópia de documentos para comprovação da habilitação ou em habilitação na forma do item 5.1 do Edital.

V – CLASSIFICAÇÃO

5.1. A Classificação obedecerá a seguinte tabela de pontuação:

Título	Pontuação
Doutorado na área de atuação	5,0
Mestrado na área de atuação	4,0
Pós-Graduação na área de atuação	2,0
Graduação/Licenciatura na área de atuação	1,0
Comprovante de matrícula e histórico acadêmico do estudante no mínimo da 5.a fase da licenciatura em Educação Física	0,5

Havendo empate entre dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será utilizado como critério de classificação: maior idade.

A Classificação Preliminar será publicada no dia 05 de março de 2020, no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

O prazo para recurso será de 01 dia útil, ou seja, o dia 06 de março de 2020, das 13h às 18h, no Setor de RH da Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, Rua Getúlio Vargas, nº 417, Centro, Joaçaba.

A Classificação Final será publicada no dia 07 de março de 2020, no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Haverá uma lista classificatória para os candidatos habilitados (com licenciatura) e outra para os em habilitação (estudantes de licenciatura). Caso chamados todos os habilitados classificados e não preenchida a vaga, serão chamados os em habilitação, na ordem da classificação.

VI – DA CONVOCAÇÃO

6.1. Os candidatos serão convocados pela Secretaria Municipal de Educação por meio de ligação telefônica e / ou e-mail.

6.2 Os candidatos após a escolha terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para assumir a vaga escolhida após a convocação, munidos do Atestado de Saúde Ocupacional emitido por médico de trabalho ou empresa de Saúde e Medicina do Trabalho e demais documentos necessários.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para efeito da contratação, fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados desse processo.

É de total responsabilidade do candidato preencher corretamente todas as informações na ficha de inscrição, bem como a entrega da documentação correta, sendo que a falta de informações ou documentação representará a desclassificação do candidato.

Os casos omissos do presente Edital serão regulados por ato próprio emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Esse Edital entra em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2020 e terá validade até 16 de dezembro de 2020.

Joaçaba, 28 de fevereiro de 2020.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

Dados Pessoais		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:

CEP:	Data de Nasc:				
CPF:	Estado Civil:				
e-mail:					
Telefone Residencial: ()			Celular: ()		
Vaga para a qual está se inscrevendo: Professor de _____					
Formação Acadêmica (assinalar com X)					
Doutorado na área			()		
Mestrado na área			()		
Pós-Graduação na área de atuação			()		
Graduação/licenciatura na área			()		
Comprovante de matrícula e histórico acadêmico do estudante da licenciatura na área pleiteada			()		

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 04/2020

Quadro de pontuação

Título	Pontuação
Doutorado na área de atuação	5,0
Mestrado na área de atuação	4,0
Pós-Graduação na área de atuação	2,0
Graduação	1,0
Comprovante de matrícula e histórico acadêmico do estudante da licenciatura na área pleiteada	0,5
Total de Pontuação	

Data de entrega da documentação: ____/____/____

Assinatura do responsável pela entrega da documentação: _____

INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 04/2020

Candidato (a): _____

Recebido por: _____ em: _____

EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA TÉCNICO

Publicação Nº 2381550

EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA TÉCNICO

(Atendida a Lei Municipal Nº 5.172/2018)

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, através do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, neste ato representado por seu Superintendente, Sr. Rony Edson Lenz, observadas as normas estabelecidas na Lei Municipal Nº 5.172/2018, torna público o Edital de inscrições para Programa Bolsa-Técnico 2020.

1. OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO REPASSE

1.1 O Bolsa Técnico será concedido em caráter individual ao profissional de Educação Física que represente o Município de Joaçaba em modalidades Olímpicas, Paraolímpicas ou não Olímpicas. Com o objetivo de INCENTIVAR treinadores e preparadores físicos no âmbito do desporto de rendimento, considerado este como aquele realizado segundo as regras de prática desportiva e as normas nacionais e internacionais, nas modalidades desportivas ou paradesportivas integrantes do programa dos Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos, Jogos Panamericanos ou Jogos Parapanamericanos, com a finalidade precípua de obter resultados, devendo estes serem vinculados a entidades previamente aprovados e regulares nas atividades do Fomento Esportivo edital nº 02/2019 para o pleito de 2020. O incentivo será concedido pela Superintendência de Esportes, através do Fundo Municipal de Esportes na forma de apoio financeiro.

1.2 Os recursos financeiros disponibilizados para rateio através do presente edital atenderão ao limite máximo global de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).



1.3 No caso do somatório dos valores conquistados pelos participantes ultrapassar o limite máximo global (R\$ 50.000,00) estabelecido no presente Edital, haverá uma redução proporcional para todos os participantes.

2. DOS REQUISITOS E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE

2.1 O profissional de Educação Física proponente dos recursos do Programa Bolsa Técnico deverá:

- I. Ser brasileiro (a) nato (a) ou naturalizado (a), ou estrangeiro com visto permanente e possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos no momento da inscrição;
- II. Estar em atividade profissional ou ter atuado na função de Técnico há pelo menos dois anos, e tenha sido Técnico de atleta, time ou delegação em competições esportivas ou paradesportivas oficiais em âmbitos regional, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele para qual está sendo pleiteada a Bolsa;
- III. Estar registrado no Conselho Regional de Educação Física;
- IV. Não estar cumprindo qualquer tipo de punição imposta por Tribunal de Justiça Desportiva do Município, Estado, Federação e/ou Confederações da modalidade correspondente;
- V. Não ser técnico de modalidade esportiva já contemplada com a cessão de profissional no Edital de Fomento Esportivo do Fundo Municipal de Esportes;
- VI. Representar exclusivamente o município de Joaçaba em atividades esportivas;
- VII. Participar de eventos municipais realizados dentro do ano de vigência da parceria, destinados à população em geral, promovidos pela da Superintendência Municipal de Esportes, que deverá emitir comunicação com 05 dias úteis de antecedência. Exemplo de eventos: tardes de lazer, eventos esportivos, aberturas de eventos esportivos etc;
- VIII. Utilizar em seus uniformes de treinamento, passeio, jogo e de impressos, a logomarca oficial do Município de Joaçaba (anexo VI);
- IX. Divulgar nas atividades esportivas, competições, entrevistas e ações, mencionando obrigatoriamente o nome do Município de Joaçaba como parceiro e apoiador;
- X. Divulgar, em seu sítio na internet e redes sociais, em locais visíveis a parceria celebrada com o poder público;
- XI. Participar, obrigatoriamente, de competições promovida pela FESPORTE ou homologada pela sua federação representando o município de Joaçaba;
- XII. Participar da Audiência Pública convocada pela Superintendência Municipal de Esportes, onde será repassada informações e assinaturas dos termos de adesão;
- XIII. Participar de reuniões convocadas pela Superintendência Municipal de Esportes, mediante convocação via termo formal em até 3 dias úteis do conhecimento com intuito de:
 - a. Prestar esclarecimentos gerais;
 - b. Avaliar a meta;
 - c. Realizar planejamento;
 - d. Tratar de qualquer outro assunto elencado como pertinente.

2.2 Funcionários e professores cedidos pela Superintendência Municipal de Esportes de Joaçaba e funcionários municipais não poderão participar do referido pleito.

2.3 A inscrição dos técnicos no processo do Programa Bolsa Técnico não garante a aprovação do benefício.

2.4 Os profissionais de Educação Física serão selecionados após análise documental e avaliação técnica dos resultados.

2.5 A concessão do Bolsa-Técnico Municipal fica limitada a uma por técnico e entidade.

2.6 Os profissionais devem estar vinculados a entidades previamente aprovados e regulares nas atividades do fomento esportivo edital nº 02/2019.

2.7 A concessão de Bolsa-Técnico Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer outra natureza com a Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta, posto que o auxílio financeiro terá caráter indenizatório.

2.8 O não cumprimento das obrigações previstas na Lei Municipal Nº 5.172/2018 no presente edital implicam na suspensão da Bolsa Técnico e a devolução dos recursos recebidos.

3. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

3.1 Para inscrição no Programa Bolsa Técnico, os candidatos (as) deverão protocolar até o dia 31 de Março, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, ENVELOPE LACRADO com a devida identificação no envelope: o nome, categoria pleiteada e Programa Bolsa Técnico.

3.2 Devem constar dentro do envelope os seguintes documentos:

- a) Anexo I: Apresentar ficha de inscrição padrão (anexo I), preenchida e assinada. Cópia de toda a documentação pessoal exigida: cédula de identidade (RG) e CPF e uma foto 3x4 recente e de qualidade, cópia da carteira do CREF;
- b) Anexo II: Apresentar requerimento ao Fundo Municipal de Esportes solicitando a concessão do bolsa técnico;
- c) Anexo III, declaração:
 - Estar em plena atividade esportiva, preparando-se para representar o município de Joaçaba em todos os eventos esportivo e os treinamentos semanais;

- Autorização de uso da minha imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como utilização da marca oficial do município em uniformes de treinos e competições;
- Comprometendo-se a cumprir o calendário esportivo, representando a cidade de Joaçaba em competições de interesse da Superintendência de Esportes do referido município;
- Comprometo-se a promover as prestações de contas conforme o edital do Programa Bolsa Técnico, enviando os documentos comprobatórios como fotos, inscrição nos eventos, notícias nos jornais, documentos fiscais e outros;
- Participação dos eventos promovidos pela FESPORTE (OLESC, JOGUINHOS, JASC, PARAJASC) no ano de 2020 representando o município;
- que não está cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação da modalidade.

d) Anexo IV: Declaração Assinada pelo Presidente da Entidade, declarando a atividade esportiva como técnico vinculado, firmando o cumprimento com suas obrigações de técnico conforme edital do programa Bolsa Técnico 01/2020.

e) Anexo V: Apresentar currículo esportivo, constando o histórico do técnico no ano de 2019, com a sua respectiva classificação comprovando os resultados obtidos.

3.3 Os documentos deverão ser entregues em envelope lacrado, devendo ser protocolado junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período de 02/03 a 31/03/2020, das 13h às 19h.

3.4 Dúvidas acerca do edital poderão ser sanadas no período de 02/03 a 27/03 a Superintendência de Esportes, com agendamento de horários.

3.5 O período de análise dos documentos será de 01/04/2020 a 03/04/2020, sendo que a Divulgação da seleção dos profissionais de educação física será feita por edital no dia 09/04/2020.

3.6 No ato de assinatura do Termo, que se realizará no dia 13/04/2020, em local a ser informado, cada técnico contemplado pelo Programa Bolsa Técnico deverá apresentar conta bancária individualizada e em seu nome para recebimento do recurso.

3.7 Período de recursos e respostas estão detalhados no Cronograma no ANEXO VI.

4 . CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A Bolsa Técnico será concedida para profissional de Educação Física nas seguintes categorias:

I. Categoria 1 -Estadual 01: 10 UFRM

Profissionais que atuam 10 horas semanais de treino e que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham participado e obtiveram classificação superior ao 4ª colocação ESTADUAL nos eventos da Fesporte (OLESC / JOGUINHOS / JASC / PARAJASC) ou em eventos homologados por suas federações.

II. Categoria 2 - Nacional: 14 UFRM

Profissionais que atuam 12 horas semanais de treino e que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham obtido até a quarta colocação nos eventos nacionais públicos (JABS) ou nos campeonatos nacionais de suas confederações ou equivalente se o campeonato nacional não existir ou que integrem a seleção do Estado de Santa Catarina de sua modalidade esportiva.

III. Categoria 3 - Internacional: 18 UFRM

Profissionais que atuam mais de 15 horas semanais de treino e que no ano imediatamente anterior ao pleito tenham treinado equipes ou atletas para eventos da temporada internacional ou no mundial da sua modalidade, com PRÉ-CLASSIFICAÇÃO em nível Nacional, sendo tais competições referendadas pela confederação da respectiva modalidade de esporte como principais eventos ou que integrem a seleção nacional de sua modalidade esportiva e que tenham obtido até a quarta colocação e que continuem a treinar para futuras competições nacionais.

4.2 A concessão da Bolsa Técnico em nenhuma hipótese será cumulativa, prevalecendo sempre a competição superior a qual o Técnico irá competir.

4.3 Caso a competição ou evento da FESPORTE não tenha ocorrido por motivos em que o Técnico não tenha dado causa em ano anterior imediatamente ao presente pleito, será considerada, excepcionalmente, para efeitos de classificação, o último ano em que houve a competição oficial da FESPORTE.

5. DA DURAÇÃO DA BOLSA

O Programa Bolsa Técnico a ser disponibilizado pela Superintendência Municipal de Esportes tem o limite de até 03 (três) parcelas no Exercício Financeiro de 2020, onde os valores totais correspondem: ao tempo entre o mês de homologação da bolsa até o mês de novembro do ano corrente, sendo que o montante total será dividido em até 03 parcelas.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES

6.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta do Orçamento do exercício financeiro de 2020, conforme:

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

6.2 Para concessão do Bolsa Técnico no ano de 2020 deverá ser observada a Lei Municipal Nº 5.172/2016, em especial o seu artigo 1º, parágrafo único.

7. DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

O acompanhamento das parcerias formadas será realizado de acordo com a Lei Municipal 5250/2019 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Os profissionais beneficiados com o Programa Bolsa Técnico deverão apresentar trimestralmente a Superintendência Municipal de Esportes:

I - Declaração do presidente da Associação do qual é vinculado (anexo IV).

II- Relatório de atividades esportivas desenvolvidas informando as atividades desenvolvidas durante o período com fotos comprobatórias de acordo com programa de macro ciclo.

8.2 As prestações de Contas deverão ser entregues nas respectivas datas abaixo descritas:

20/04/2020- 1º pagamento

10/07/2020- 1º prestação de contas

15/07/2020 – 2º pagamento

10/09/2020 – 2ª prestação de contas

15/09/2020 – 3º pagamento

10/12/2020 – 3ª prestação de contas

8.3 O prazo para análise e aprovação da Prestação de Contas será de 20 dias úteis após o protocolo da mesma no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba.

8.4 A não apresentação dos documentos solicitados para a prestação de contas no prazo estabelecido acarretará no bloqueio das parcelas subsequentes.

8.5 Reincidindo o atraso da prestação de contas, o profissional será punido com a suspensão de participação de chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato.

9. DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

O benefício do Bolsa Técnico poderá ser cancelado pela Superintendência de Municipal de Esportes, com aprovação do Conselho Municipal de Esportes, acarretando na devolução dos recursos recebidos além de punição administrativa ao referido bolsista o impossibilitando de participação de programas municipais pelo período de 1 (um) ano, em caso de:

I - não ser apresentada a documentação comprovando suas participações nas competições previstas no projeto;

II - não participar dos treinos e das competições da entidade sem justificativa;

III - quando o Profissional passar a representar outro Município, Estado ou País; salvo com solicitação e justificativa do presidente da entidade solicitante e autorização por escrito do Superintendente de Esportes.

IV - ocorrer a dispensa de seleções representativas de Joaçaba, por indisciplina ou a seu pedido;

V- Em caso profissional apresentar atestado médico de doenças que não estão relacionadas com as atividades esportivas.

VI – Descumprir qualquer dispositivo desta Lei, Decreto de Regulamentação, Edital de Chamamento Público ou Termo de Adesão do respectivo Programa.

10. DO CRONOGRAMA

10.1 Os prazos para protocolo dos documentos e atos mencionados no presente edital seguem o cronograma do Anexo V.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC) 02 de Março de 2020.

RONY EDSON LENZ

SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE ESPORTES

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Identificação (nome do técnico)			Sexo masculino feminino
CATEGORIA DE CLASSIFICAÇÃO: () Categoria I – Estadual () Categoria II- Nacional () Categoria III - Internacional			
CREF nº:			
Data de nascimento / /	CPF	RG (incluir UF)	
Estado civil	Naturalidade	Nacionalidade	
Nº do Registro na Federação/Confederação			
E-mail			
Endereço completo			
Cidade	CEP	Telefones (fixo e celular) ()	
Modalidade:			
Vínculo à Associação/Entidade:			

Dados complementares (preencher, no caso de dispor de conta bancária)

Nome do Banco	Agência	Nº da Conta corrente
Data	Assinatura do técnico	
Assinatura do Presidente da Entidade		

Anexar neste formulário os documentos: Cópia do documento de Identidade, CPF e carteira do CREF.

ANEXO II
REQUERIMENTO AO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
SOLICITANDO BOLSA TÉCNICO

Joaçaba, ____ de _____ de 2020.

Senhor Superintendente,

Em consonância com a Lei Municipal Nº 5.172/2018, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento a comissão de seleção, para que se proceda a análise do BOLSA TÉCNICO (nome do Técnico _____), do pleito e de todas as exigências determinadas na Lei Supra, bem como emissão de parecer sobre a solicitação de repasse financeiro para o exercício de 2020.

Declaro para devido fins e efeitos legais que não estou cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação da modalidade conforme Lei Municipal nº 4.675/2016 Art. 4,VIII.

Atenciosamente,

ASSINATURA Ao Senhor
 Rony Edson Lenz
 Superintendente de Esportes
 Joaçaba/SC

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____ profissional de Educação Física, Cref.: _____, da modalidade _____ vinculado à (nome da associação) _____, declaro para os devidos fins que:

a) Estou em plena atividade esportiva, preparando-se para representar o município de Joaçaba em todos os eventos esportivo e os treinamentos semanais serão executados conforme tabela abaixo:

Modalidade:	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
	Local: Horário da Atividade Nº de atletas					

b) Autorizo o direito de uso da minha imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como utilizarei a marca oficial do município em uniformes de treinos e competições.

c) Comprometo-me a cumprir o calendário esportivo, representando a cidade de Joaçaba em competições de interesse da Superintendencia de Esportes do referido município. Ainda,

d) comprometo-me a promover as prestações de contas conforme o edital do Programa Bolsa Técnico, enviando os documentos comprobatórios como fotos, inscrição nos eventos, notícias nos jornais, documentos fiscais e outros.

e) Participarei dos eventos promovidos pela FESPORTE (OLESC, JOGUINHOS, JASC, PARAJASC) no ano de 2020 representando o município:

I) JESC ()	II) OLESC ()	III) JOGUINHOS ABERTOS ()
IV) JASC ()	V) JASTI ()	VI) PARAJASC ()

Outras competições:

.....
.....

f) Declaro para devido fins e efeitos legais que não estou cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação da modalidade.

Joaçaba (SC), ____ de _____ de 2020.

Profissional de Educação Física

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA TÉCNICO VINCULADO

Declaramos que o (a) profissional de Educação Física _____ que atua na modalidade de _____ vinculado à (nome da associação) _____, está em plena atividade esportiva, preparando-se para representar o município de Joaçaba em todos os eventos esportivos.

O planejamento de trabalho e participação está sendo coordenado e executado pela comissão técnica da modalidade a partir do calendário de eventos da Entidade Gestora do Desporto de SC.

Joaçaba (SC), ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Presidente da entidade em que o técnico é vinculado

ANEXO V CURRICULO ESPORTIVO

DADOS PESSOAIS
NOME: FILIAÇÃO ESPORTIVA (OPCIONAL)

ASSOCIAÇÃO / CLUBE:
PRESIDENTE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL:
TEMPO DE ATUAÇÃO ESPORTIVA:

PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS OBTIDOS EM 2020

Joaçaba - SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do Presidente da entidade Assinatura do técnico

ANEXO VI

CRONOGRAMA DO CERTAME/PROGRAMA BOLSA TECNICO

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
1.	Divulgação e publicação do Edital de Chamamento	02/03/2020
2.	Período para protocolização dos documentos	02/03 a 31/03/2020
3.	Período de recursos quanto ao edital	02/03 a 16/03/2020
4.	Período de resposta aos recursos do edital	17/02 a 20/02/2020
5.	Período para solicitações de informações acerca da interpretação do edital	02/03 a 20/03/2020
6.	Análise da documentação pela Comissão de Seleção e emissão de pareceres	01/04 a 03/04/2020
7.	Data para recursos quanto à avaliação da Comissão de Seleção.	03/04 a 07/04/2020
8.	Data de resposta aos recursos da avaliação	08/04/2020
9.	Período para emissão de Pareceres: Conselho Municipal de Esportes e do Gestor	08/04/2020
10.	Divulgação dos profissionais contemplados	09/04/2020
11.	Assinatura do Termo de Fomento e início da execução do projeto	13/04/2020
12.	Publicação do Extrato do Contrato	13/04/2020
13.	Pagamento da primeira parcela de fomento	20/04/2020
14.	Prestação de contas da primeira parcela	10/07/2020
15.	Pagamento da segunda parcela de fomento	15/07/2020
16.	Prestação de Contas da segunda parcela	10/09/2020
17.	Pagamento da terceira parcela	15/09/2020
18.	Prestação de Contas da terceira parcela	10/12/2020

É de responsabilidade do representante legal do Profissional de Educação Física a observação de todos os prazos estipulados no cronograma acima, bem como ficar atento a todas as correspondências que possam ser encaminhadas via e-mail ou via ofício, no caso de interposição de recurso.

ANEXO VII

LOGOMARCA PARA UNIFORMES

LOGOMARCA PARA BANNER
MUNICÍPIO DE
Joaçaba

ANEXO VIII

LEI Nº 5172 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

**"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA
BOLSA TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa Bolsa Técnico, que tem por objetivo valorizar e beneficiar profissionais, devidamente registrados no órgão de classe competente, que atuem nas entidades participantes do programa de fomento esportivo. § 1º O programa bolsa técnico atenderá aos profissionais vinculados profissionalmente às entidades aprovadas contempladas no programa de fomento esportivo e que representem o Município de Joaçaba em modalidades Olímpicas, Paraolímpicas ou não Olímpicas.

§ 2º A entidade que for contemplada com profissional cedido, não poderá ser beneficiada por este programa, mesmo que o profissional cedido não seja o que esteja pleiteando o programa

§ 3º Será beneficiado apenas um técnico por entidade previamente aprovada em programa de fomento esportivo.

Art. 2º O programa de que trata esta Lei, consistirá em apoio financeiro, incentivo sem vinculação profissional com o Município, por meio do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 3º O bolsa técnico será concedido em caráter individual, para os profissionais já descritos por esta lei e que estejam em atividade profissional ou tenham atuado na função de Técnico há pelo menos dois anos.

Parágrafo único. O profissional também deverá ter sido técnico de atleta, time ou delegação em competições esportivas ou paradesportivas oficiais em âmbitos regional, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele para qual está sendo pleiteada a Bolsa.

Art. 4º O técnico contemplado poderá acumular o benefício apenas com outro de igual natureza recebido de outras instituições de fomento ao esporte, desde que não haja incompatibilidade de horários.

§ 1º o técnico não poderá cumular o benefício com o benefício concedido no programa Bolsa-Atleta da circunscrição do município de Joaçaba.

§ 2º o recebimento do benefício está estritamente ligado às atividades desempenhadas pelo técnico na entidade contemplada pelo programa de fomento esportivo.

Art. 5º A concessão da Bolsa Técnico Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer outra natureza com a Administração Pública Municipal, seja direta ou indireta, posto que o auxílio financeiro terá caráter indenizatório.

Art. 6º A concessão do Bolsa Técnico em nenhuma hipótese será cumulativa, prevalecendo sempre a competição superior a qual o Técnico atuou.

Parágrafo único. Caso a competição ou evento da FESPORTE não tenha ocorrido por motivos em que o Técnico não tenha dado causa em ano anterior imediatamente ao pleito, será considerada, excepcionalmente, para efeitos de classificação, o último ano em que houve a competição oficial da FESPORTE.

Art. 7º Para a concessão do Bolsa Técnico, deverá ser comprovado que o Técnico preenche os requisitos descritos nesta lei e as obrigações assumidas pela entidade quando firmado o programa de fomento esportivo com o município.

Art. 8º O técnico deve ceder os direitos de imagem ao Município de Joaçaba, utilizando, obrigatoriamente em seu uniforme, a logomarca do Fundo Municipal de Esportes do Município de Joaçaba ou de seus programas.

Art. 9º As solicitações aprovadas seguirão para a Comissão de Seleção/Avaliação que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esportes, às disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 10º O valor destinado ao programa Bolsa Técnico terá como teto o valor equivalente de até 20 (vinte) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) mensais, por técnico.

Parágrafo único. O Bolsa Técnico poderá ser concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) meses em cada exercício financeiro.

Art. 11º O benefício do Bolsa Técnico poderá ser cancelado pelo Fundo Municipal de Esportes - FME em caso de:

I - não ser apresentada a documentação comprovando suas participações nas competições previstas no projeto apresentado no programa de fomento esportivo;

II - não haver participação dos treinos e das competições da entidade sem justificativa;

III - quando o técnico não mais representar o Município de Joaçaba;

IV - quando o técnico passar a representar outro Município, Estado ou País, salvo se o município não participa da competição por não haver equipe ou interesse ou caso não tenha se classificado;

V - ocorrer à dispensa de seleções representativas de Joaçaba;

VI - verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas por esta Lei.

Parágrafo único. Ocorrendo o desligamento, o técnico poderá ser substituído, sendo concedido o Bolsa Técnico, pelo tempo que faltar para completar o período, ao substituto. Para isso, a entidade deverá apresentar todos os requisitos previstos nesta Lei e seus regulamentos e protocolizar na Coordenadoria Municipal de Esportes ou na Prefeitura Municipal.

Art. 12º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta dos Recursos orçamentários o Fundo Municipal de Esportes - FME.

Art. 13º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, caso necessário, por Decreto.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

Data de Inserção no Sistema Leis Municipais: 26/06/2018

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

EXTRATO PP 07/2020/PMJ

Publicação Nº 2381345

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de concreto usinado, destinado ao atendimento das demandas dos órgãos participantes. Forma de Julgamento: Menor Preço Por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 13/03/2020. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/03/2020, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 28 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI

Secretário

EXTRATO PP 09/2020/PMJ

Publicação Nº 2381311

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços, visando eventuais contratações futuras de empresa especializada para o fornecimento e instalação de parques infantis e demais equipamentos afins, em diversos locais do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 16/03/2020. Processamento do Pregão: às 14h do dia 16/03/2020, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 28 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI

Secretário

PORTARIA Nº 5.856

Publicação Nº 2380065

PORTARIA Nº 5.856 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 12 de fevereiro de 2020, do(a) Sr.(a) NICOLE CAROLINE PEREIRA DOS SANTOS,

Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 04º lugar no edital de Processo Seletivo Nº 005/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.857

Publicação Nº 2380068

PORTARIA Nº 5.857 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 12 de fevereiro de 2020, do(a) Sr.(a) MARIA SALETE PIGATTO, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 35º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.858

Publicação Nº 2380072

PORTARIA Nº 5.858 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

“ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 § 4º I da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO do(a) Servidor(a) Sr.(a) SELMAR JOSE KLEIN, Professor Nível II (Pós Graduação), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes (10 horas) e EM Rotary Fritz Lucht (10 horas), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais de 11 fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020, conforme classificação no edital de ampliação de carga horária nº 01/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.859

Publicação Nº 2380080

PORTARIA Nº 5.859 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 § 4º I da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO do(a) Servidor(a) Sr.(a) DJWLLY KANAA ROSA DA SILVA, Professor Nível I (Licenciatura), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais de 11 fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020, conforme classificação no edital de ampliação de carga horária nº 01/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.860

Publicação Nº 2380081

PORTARIA Nº 5.860 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA, a partir de 14 de fevereiro de 2020, do(a) Servidor(a) Sr.(a) SILVANA LOCATELLI PICOLI, Professor Nível I – Licenciatura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos – Lei Complementar n.º 76/2003 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, conforme classificação no edital de ampliação de carga horária nº 02/2020 da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. CONCEDER LOTAÇÃO, a partir de 14 de fevereiro de 2020, a(o) Sr(a) SILVANA LOCATELLI PICOLI, Professor Nível I – Licenciatura, 20 (vinte) horas no Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 16, § 3º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme classificação no edital de ampliação de carga horária nº 02/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.861

Publicação Nº 2380082

PORTARIA Nº 5.861 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO, o(a) Senhor(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON do cargo de Professor Nível II (Pós Graduação), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht

(20 horas) e Núcleo Pedagógico Rural (20 horas), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso VI da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.862

Publicação Nº 2380088

PORTARIA Nº 5.862 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

“REVOGA PORTARIA Nº 5.700/2020”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR A PORTARIA Nº 5.700 de 20 de janeiro de 2020 que CONCEDE a(o) Servidor(a) Sr.(a) VILMA DE FÁTIMA JARDINI, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de janeiro de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, conforme memorando nº 69/2020 da Secretaria Municipal de Educação,

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 17 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.863

Publicação Nº 2380091

PORTARIA Nº 5.863 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 18 de fevereiro de 2020, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) ALCIR ROBERTO DE SÁ, Auxiliar de Serviços Externos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar no edital n.º 004/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2020

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.864

Publicação Nº 2380093

PORTARIA Nº 5.864 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). NOELI SALETE SCHEUER ZARDO, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 687/2020 de 04 de fevereiro de 2020, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 18 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.865

Publicação Nº 2380096

PORTARIA Nº 5.865 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MIRANDA ERICA DO NASCIMENTO BARDIN, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Clara Zomkowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 11º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.866

Publicação Nº 2380098

PORTARIA Nº 5.866 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FATIMA ZARTH, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 03º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº

001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.867

Publicação Nº 2380099

PORTARIA Nº 5.867 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARIA ELIZIANE KELLER, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor de Libras) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.868

Publicação Nº 2380100

PORTARIA Nº 5.868 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) NEIDE SANTANA, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender e EM Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 09º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N° 5.869

Publicação N° 2380101

PORTARIA N° 5.869 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DILCELIA PARIZE PIOVESAN, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 13º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N° 5.870

Publicação N° 2380103

PORTARIA N° 5.870 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SARA CARDOSO FEYH, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.871

Publicação Nº 2380160

PORTARIA Nº 5.871 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) WEDNA FELIX PAIVA, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 12º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.872

Publicação Nº 2380161

PORTARIA Nº 5.872 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANE MARIA SUMNY, a partir de 20 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EEF Mercedes Luiza Nascimento, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor de Geografia) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição do servidor Waldemar Ronssem Junior.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.873

Publicação Nº 2380162

PORTARIA Nº 5.873 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ARIELA AUGUSTIN, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 89/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 03 de setembro de 2016 a 02 de setembro de 2017 (12 dias), por

um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de fevereiro de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 20 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.874

Publicação Nº 2380166

PORTARIA Nº 5.874 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JOSIANNE HEIL PITOL MAESTRI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 12/2019 da Biblioteca Pública Municipal, referente ao período de 08 de maio de 2016 a 07 de maio de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de fevereiro de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 20 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.877

Publicação Nº 2380167

PORTARIA Nº 5.877 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

“CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr.(a). DJWLLY KANAA ROSA DA SILVA, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 546/2020 de 27 de janeiro de 2020, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 20 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.878

Publicação Nº 2380170

PORTARIA Nº 5.878 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANDREA SCHMIDT CARDOZO DA SILVA, a partir de 21 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 15º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 21 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.879

Publicação Nº 2380171

PORTARIA Nº 5.879 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) UDILEI DE SOUZA CHATEL PIOVESAN, a partir de 21 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 14º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 21 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.880

Publicação Nº 2380172

PORTARIA Nº 5.880 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) RENATO DE SOUZA, a partir de 21 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o

fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor de Português) no edital de Chamada Pública Nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Jackeliane Pellegrini, que está em readaptação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 21 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.881

Publicação Nº 2380174

PORTARIA Nº 5.881 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELSON CESAR FACIN, Professor Nível III (Mestrado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 7276/2019 de 18 de novembro de 2019, referente ao período de 25 de fevereiro de 2002 a 31 de dezembro de 2003 (10 dias), por um período de 10 (dez) dias, a partir de 26 de fevereiro de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.882

Publicação Nº 2380176

PORTARIA Nº 5.882 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) OMILDE DACAS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme Parecer da Procuradoria Geral do Município, referente ao período de 01 de março de 1983 a 28 de fevereiro de 1988 (30 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 26 de fevereiro de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de fevereiro de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESCISÃO 187/2020 PMJ

Publicação Nº 2380504

TERMO DE RESCISÃO
CONTRATO 187/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário Sr. VILSON SARTORI, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO relativo ao contrato nº 187/2020/PMJ, firmado com VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.303.137/0001-71 estabelecida na Avenida XV de Novembro, 370, centro, no Município de Capinzal, SC, doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, em conformidade com o disposto nos incisos I, II, III e IV do art. 78 e inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, o contrato nº 187/2020/PMJ, celebrado com a CONTRATADA em 06 de janeiro de 2020, decorrente do Processo de Licitação nº Licitação nº 90/2019/PMJ – Edital TP nº 14/2019/PMJ, cujo objeto era a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação de parte da Avenida Ayrton Senna da Silva, no bairro Alvorada, perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para dirimir dúvidas provenientes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JOAÇABA (SC), 28 de fevereiro de 2020.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CONTRATANTE
VILSON SARTORI – Secretário

Testemunhas:

1 _____
2 _____

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 2381717

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista contato por telefone do candidato(a) Sr(a) ARALY ALENCAR BRAGA, Cargo de Medico, classificado em 27º lugar, referente ao Edital de Concurso Público n.º 001/2018, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 12.8 do referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 21 de fevereiro de 2020.
DIOCLELIO RAGNINI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 002/2020**

Publicação Nº 2380482

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA DO EXERCÍCIO DE 2018.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso de suas atribuições, faz saber que o plenário aprovou e que fica promulgado o presente DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Joaçaba, exercício 2018, conforme Parecer Prévio nº 072/2019 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 28 de fevereiro de 2020.

José Otávio Caliarri Filho
Presidente

Luiz Vastres
Vice-Presidente

Almir Pastori
Primeiro Secretário

Francisco M. Lopes
Segundo Secretário

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 070/2020**

Publicação Nº 2379648

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 070/2020 DE 29/02/2020
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, afim de que se apure suposta infração aos deveres funcionais, incisos III, IV e XI previsto no artigo 111 e proibição ao inciso IV do artigo 112, ambos da Lei Complementar n. 76/2003 contra o servidor André Furtado, em face ao comunicado protocolado sob n. 213/20 de 20.01.2020.

2º DESIGNAR os servidores Cesar Augusto Maciel Ribeiro, Andréa Reisdorfer Camaroto e Silvana Maier para atuarem sob a Presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior devendo promover as diligências necessárias apresentando relatório circunstanciado do que for apurado.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo 3º, da Lei n. 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 29 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 071/2020

Publicação Nº 2380526

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 071/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Umberto Bresola Suzin (Matr. 133), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref. A-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26.10.2018 à 25.10.2019, para serem fruídas no período de 26.02.2020 à 06.03.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos ao período de 26 de fevereiro de 2020,obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 072/2020

Publicação Nº 2380529

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 072/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30(trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo Venite Rosa (Matr. 136), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. I-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.12.2018 à 30.11.2019, para serem fruídas no período de 02.03.2020 à 31.03.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de março de 2020, ,obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 073/2020

Publicação Nº 2380533

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 073/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30(trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Reginaldo da Silva (Matr. 197), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref. D-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.02.2019 à 31.01.2020, para serem fruídas no período de 11.03.2020 à 09.04.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 074/2020

Publicação N° 2380541

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 074/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20(vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Léo Augusto Mendes (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref.I-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2019 à 06.02.2020, para serem fruídas no período de 16.03.2020 à 04.04.2020, de conformidade com o Art. n° 70 da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. n° 75 A da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de março de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei n° 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 075/2020

Publicação N° 2380546

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 075/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20(vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Marcelo Gustavo Franzoi (Matr. 208), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Engenheiro Civil, P-8, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22.01.2019 à 21.01.2020, para serem fruídas no período de 02.03.2020 à 21.03.2020, de conformidade com o Art. n° 70 da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. n° 75 A da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei n° 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 076/2020

Publicação N° 2380550

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 076/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20(vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Maurício Flores de Camargo (Matr. 207), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04.01.2019 à 03.01.2020, para serem fruídas no período de 02.03.2020 à 21.03.2020, de conformidade com o Art. n° 70 da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. n° 75 A da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei n° 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 077/2020

Publicação Nº 2380561

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 077/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20(vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Carlos Alberto Ferreira(Matr. 151), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.G-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14.03.2019 à 13.03.2020, para serem fruídas no período de 23.03.2020 à 11.04.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 078/2020

Publicação Nº 2380570

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 078/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 19 (dezenove) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Silvane Maier (Matr.104), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref. H-5, referente ao período aquisitivo de 15.01.2019 à 14.01.2020, para serem fruídas no período de 09.03.2020 à 27.03.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 079/2020

Publicação Nº 2380584

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 079/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 18 (dezoito) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Alessandra Marcon Zanchetta (Matr.182), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. E-1, referente ao período aquisitivo de 23.04.2018 à 22.04.2019, para serem fruídas no período de 23.03.2020 à 09.04.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de março de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 080/2020

Publicação Nº 2380595

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 080/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osmar Zampirão (Matr. 107), ocupante do Cargo de Provimto Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-2, Ref.F-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.01.2019 a 06.01.2020, para serem fruídas no período de 10.03.2020 à 24.03.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de março de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 081/2020

Publicação Nº 2380607

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 081/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 11 (onze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Wilian Sartor Sganzerla (Matr. 152), ocupante do Cargo de Provimto Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.G-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.04.2018 à 31.03.2019, para serem fruídas no período de 30.03.2020 à 09.04.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 082/2020

Publicação Nº 2380617

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 082/2020 DE 28.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, o Servidor Alcir dos Santos (Matr. 183), ocupante do Cargo de Agente Administrativo, P-3, N-1, Ref.B-1, referente ao período aquisitivo de 27.07.2018 a 26.07.2019, para serem fruídas no período de 31.03.2020 à 09.04.2020, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 31 de março de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

RETOMADA PR 64/18 CONTRATAÇÃO LEILOEIRO

Publicação Nº 2380551

COMUNICADO DE RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0073/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0064/2018
PROTOCOLO JHL 2416/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO SIMULTÂNEO PRESENCIAL E ON-LINE DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E NÃO PATRIMONIAIS, INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO SIMAE

INFORMAMOS QUE A RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO DIA 12/03/2020, ÀS 09 (NOVE) HORAS, NA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, LOCALIZADA NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, EM JOAÇABA-SC.

Desta forma convocamos as empresas participantes para participarem da Sessão Pública.

Joaçaba/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Graciela Pratto

Pregoeira Simae

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO 07 20 CONSELHO MUN. SANEAMENTO

Publicação Nº 2380612

DECRETO Nº 07 DE 15 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Lacerdópolis.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Federal n. 11.445/2007, o Decreto Federal n. 7.217/2010 e a Lei Ordinária Municipal n. 2.194 de 05 de agosto de 2019, decreta:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este decreto dispõe sobre a regulamentação do Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Lacerdópolis, conforme previsto no art. 34 da Lei Ordinária Municipal n. 2.194 de 05 de agosto de 2019 (Política Municipal de Saneamento Básico).

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saneamento Básico atuará como órgão permanente de participação nos processos de formulação de políticas públicas municipais de saneamento básico, nas atividades de planejamento, elaboração e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico, no âmbito de sua competência, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I - Participar da formulação e nas eventuais alterações das Políticas Públicas Municipais de Saneamento Básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

II - Analisar e opinar a respeito da execução da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos, adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

III - Analisar e opinar a respeito da celebração de convênios de cooperação, contratos de concessão, contratos de programa e de permissão dos serviços de saneamento;

IV - Participar na análise e opinião do Plano de Saneamento Básico e fiscalizar sua implantação;

V - Participar na análise e opinião sobre os projetos e as prioridades de ações na área de saneamento básico aprovados no Plano de Saneamento Básico;

VI - Participar na análise e opinião de diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VII - Analisar e opinar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

VIII - Participar da delegação, organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico municipal;

IX - Atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;

X - Acompanhar, analisando e opinando a respeito da prestação de serviços de saneamento básico, seja através de contratos de concessão ou de programa, terceirizados ou prestados administração direta municipal;

XI - Opinar sobre a composição de tarifas ou taxas incidentes sobre os serviços de saneamento básico, seus reajustes e revisões;

XII - Apoiar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;

XIII - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

XIV - Analisar e opinar sobre atuação dos órgãos municipais responsáveis pela gestão dos serviços, e sobre conflitos com os concessionários ou prestadores de serviços;

XV - Articular-se com conselhos municipais e estaduais cujas funções tenham interfaces com as ações de saneamento, notadamente os da área de saúde, meio ambiente, habitação e Plano Diretor;

XVI - Analisar e opinar a respeito de relatórios, resoluções e outros documentos;

XVII - Analisar e opinar sobre casos omissos da legislação, concernentes à Política Municipal de Saneamento Básico, nos limites de suas atribuições e competências.

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saneamento Básico, de caráter consultivo, será nomeado pelo Prefeito e reunir-se-á com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos membros, sendo composto de 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes, cujos representantes são:

I - TITULAR DOS SERVIÇOS

Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Secretaria Municipal de Administração: Darci Brandini (titular) e Euclides Miazzi (suplente).

II - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS AO SANEAMENTO BÁSICO

a) Vigilância sanitária: Felipe Ferrari (titular) e Guilherme Zanchetta (suplente).

b) Defesa Civil: Neidler Vera Grimes Bernardi (titular) e Cristiane Ubialle Cabral (suplente).

III - PRESTADORES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

- a) Prestador dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Edison Roque Rosa (titular) e Dirlete Lourdes Teo (suplente).
b) Prestador dos serviços de limpeza urbana coleta e destino final de resíduos sólidos urbanos (Secretaria Municipal de Transportes e Obras: Nelson Dall'Osoletta (titular) e Edgar Brandini (suplente).
c) Prestador dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais (Secretaria Municipal de Transportes e Obras): Leandro Miazzi (titular) e Diego Marcos Casanova (suplente).

IV - USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Leonardo Antonello (titular) e Olides Rita Dall'Osoletta Vetorazzi (suplente).

V - ENTIDADES TÉCNICAS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR RELACIONADAS AO SETOR DE SANEAMENTO

- a) Representantes do CREA: Nathaniel D'Agostini (titular) e Rodrigo Stechenski Zaccaron (suplente).
b) Representantes da Associação de Moradores: Alex Jorge Trentini (titular) e Tatiane Papini (suplente).
c) Representante do CDL: Evandro Slongo (titular) e Osni Da Cas (suplente).

§1º - Os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, não receberão remuneração pelo exercício da função.

§2º - Cada entidade citada no inciso V deste artigo indicará dentre seus membros, um representante e um suplente para nomeação pelo prefeito.

§3º - O Conselho reunir-se-á sempre que necessário, mas deverá realizar, obrigatoriamente, no mínimo 04 (quatro) sessões durante o ano civil, com a presença de no mínimo 05 (cinco) membros em cada reunião.

§4º - O Conselho reunir-se-á extraordinariamente por convocação do seu Presidente ou por pelo menos 05 (cinco) de seus membros efetivos.

§5º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros.

§6º - O Presidente do Conselho terá também o voto de qualidade.

§7º - Nas reuniões lavrar-se-á ata no livro próprio, contendo um resumo do que foi discutido.

§8º - Nos avisos de convocação (que podem ser através de meios eletrônicos), constarão, obrigatoriamente, local, data, hora e tema da reunião.

§9º - Em caráter excepcional, a reunião será convocada informalmente pelo Presidente do Conselho.

Art. 5º - Para prestar consultoria técnica ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Prefeito poderá nomear Câmara Técnica composta por pelo menos três (03) técnicos com atuação na área de saneamento básico.

§1º - Os membros da Câmara Técnica deverão, nas suas áreas de conhecimento, subsidiar o Conselho na tomada de decisão nos assuntos da Política de Saneamento Básico.

§2º - Os integrantes da Câmara Técnica não receberão qualquer remuneração, sendo considerada a consultoria técnica um serviço público relevante.

Art. 6º - Os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e da Câmara Técnica, com qualidade representativa, serão nomeados para o mandato de 02 (dois) anos, sendo admitida a recondução.

§1º - Para cada membro efetivo do Conselho Municipal de Saneamento Básico, haverá um suplente.

§2º - Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) alternadamente, no período de 01 (um) ano.

§3º - Declarado extinto o mandato de um membro, o Presidente do Conselho oficiará ao órgão ou entidade para que apresente novo representante para nomeação pelo Prefeito.

CAPÍTULO IV PRESIDÊNCIA

Art. 7º - O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico será escolhido dentre seus membros na primeira reunião do ano e para um mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleito.

Art. 8º - São atribuições do Presidente:

- I - convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;
- II - representar o Conselho Municipal de Saneamento Básico e decidir ad referendum;
- III - organizar a ordem do dia das reuniões;
- IV - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;
- V - determinar a verificação de presença;
- VI - determinar a leitura da ata e das comunicações que entender conveniente;
- VII - assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com todos os membros presentes às reuniões;
- VIII - manter a ordem dos trabalhos, advertindo aos Conselheiros que infringirem o Regimento;
- IX - conceder a palavra aos membros do Conselho, não consentindo divagações ou debates estranhos aos assuntos;
- X - declarar findos os prazos facultados aos Conselheiros para uso da palavra;
- XI - colocar as matérias em discussão e votação;
- XII - votar e exercer o voto de qualidade nos casos de empate;
- XIII - anunciar o resultado das votações;
- XIV - proclamar as decisões de cada reunião;
- XV - tornar pública as decisões do Conselho.
- XVI - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos Conselheiros, quando omissos o Regimento;

XVII - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
XVIII - mandar anotar os precedentes regimentais para a solução de casos análogos;
XIX - criar grupos de trabalho especiais, quando for o caso, designar seus membros, fixar os prazos e zelar pela sua observância;
XX - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
XXI - fazer, no fim do mandato do Presidente, o relatório dos trabalhos do Conselho;
XXII - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
XXIII - determinar o destino do expediente lido nas sessões;
XXIV - delegar atribuições;
XXV - zelar pelas decisões do Conselho e promover seu registro;
XXVI - convocar membro suplente;
XXVII - convocar seu substituto quando precisar ausentar-se ou não puder comparecer às reuniões do Conselho;
XXVIII - agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais o órgão deve ter relações;
XXIX - representar socialmente o Conselho ou delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;
XXX - conhecer as justificativas de ausência dos Conselheiros;
XXXI - declarar a perda de mandato de Conselheiro, oficiando a respectiva entidade para que proceda a indicação para o preenchimento da vaga;
XXXII - promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;
XXXIII - encaminhar a votação matéria submetida à análise do Conselho Municipal de Saneamento Básico;
XXXIV - assinar as atas aprovadas nas reuniões;
XXXV - assinar as resoluções do Conselho Municipal de Saneamento Básico;
XXXVI - conceder, negar ou delimitar a duração das intervenções, desde que feito de modo justificado;
XXXVII - convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões plenárias do Conselho, sem direito a voto;
XXXVIII - aplicar as normas do Regimento Interno do Conselho;
XXXIX - tomar as providências necessárias ao funcionamento do Conselho e determinar a execução de suas deliberações.

CAPÍTULO V CONSELHEIROS

Art. 9º - Compete aos Conselheiros:

- I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II - votar as proposições submetidas ao Conselho;
- III - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- IV - propor regime de urgência para votação de matérias;
- V - comparecer às reuniões na hora determinada;
- VI - desempenhar funções para as quais for designado;
- VII - relatar os assuntos que lhe forem atribuídos pelo presidente;
- VIII - obedecer às normas regimentais;
- IX - apresentar ratificações ou impugnações de atas;
- X - justificar seu voto, quando for o caso;
- XI - assinar as atas das reuniões do Conselho;
- XII - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art. 10º - O Conselheiro não poderá:

- I - usar da palavra, com finalidade diferente do motivo alegado para sua solicitação;
- II - desviar-se da matéria em debate;
- III - falar sobre matéria vencida;
- IV - ultrapassar o tempo que lhe for dado para o uso da palavra;
- V - deixar de atender às advertências do presidente do Conselho.

CAPÍTULO VI SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 11 - Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos de forma cumulativa com as funções de um servidor efetivo do município indicado pelo Prefeito, a quem compete, entre outras, as seguintes atividades:

- I - atuar como secretário das reuniões do Conselho;
- II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
- III - executar serviços de digitação e impressão;
- IV - executar serviços de arquivo e documentação;
- V - lavar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
- VI - recolher as proposições apresentadas pelos conselheiros;
- VII - registrar a frequência dos conselheiros nas reuniões;
- VIII - anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
- IX - distribuir aos conselheiros as pautas das reuniões, os convites e comunicações.

§1º - É vedado ao servidor o recebimento de qualquer tipo de remuneração para o exercício do encargo previsto no caput deste artigo.

§2º - Os trabalhos referentes ao conselho deverão ser desempenhados, sempre que possível, em horário de expediente da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VII REUNIÕES

Art. 12 - As reuniões do Conselho serão realizadas normalmente em prédio da Prefeitura Municipal (sala de uso da Câmara de Vereadores), podendo, entretanto, justificadamente, realizar-se em outro local.

Art. 13 - As reuniões serão:

I - Ordinárias: trimestrais, em dia e hora a serem fixados pelo presidente;

II - Extraordinárias: convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, pelo Presidente do Conselho ou por seis de seus membros efetivos;

III - Solenes: convocadas para comemorações ou homenagens especiais.

Parágrafo único: todas as reuniões serão públicas e é garantida a presença da sociedade.

Art. 14 - As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos 05 (cinco) de seus membros efetivos ou suplentes.

§1º - Se, à hora do início da reunião, não houver quórum suficiente, será aguardada, durante meia hora, a composição do número mínimo legal.

§2º - Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja quórum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que se realizará no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas e máximo de 05 (cinco) dias.

§3º - A reunião de que trata o parágrafo segundo será realizada com a participação do número de membros presentes.

Art. 15 - A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, com a aprovação do Conselho, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil ao esclarecimento e informação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

CAPÍTULO VIII

ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 16 - A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - expediente;

III - comunicações do Presidente;

IV - informes gerais; e,

V - ordem do dia.

Art. 17 - O expediente se destina à leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art. 18 - A ordem do dia corresponderá à apresentação de requerimentos, proposições, moções, projetos de resoluções, relatórios e pareceres, análise de documentos, projetos e informações, bem como sua discussão e votação.

§1º - Os assuntos constantes da ordem do dia serão discutidos e votados segundo a respectiva inscrição em pauta, podendo o Conselho, a pedido de qualquer de seus membros, justificadamente, conceder precedência de um sobre o outro.

§2º - Esgotada a ordem do dia, qualquer conselheiro poderá usar a palavra, pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos, prorrogáveis a critério do Presidente, para tratar de assuntos gerais de interesse da prestação dos serviços de saneamento básico.

CAPÍTULO IX

DISCUSSÕES

Art. 19 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário.

Art. 20 - As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

§1º - Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer conselheiro, neste prazo, pedir vista da matéria em debate;

§2º - O prazo de que trata o parágrafo anterior será comum aos membros do Conselho.

Art. 21 - O plenário poderá deferir, a pedido de qualquer conselheiro, pedido de urgência, destaque de emendas ou artigos, bem como a discussão e votação por artigos, seções, capítulos e títulos.

Art. 22 - Não haverá adiamento da votação quando se tratar de matéria de urgência.

Art. 23 - Durante as discussões, qualquer membro do conselho poderá levantar questões de ordem, que serão resolvidas nos termos do art. 8º, XVI, deste Decreto.

Art. 24 - Nas discussões, cada membro do conselho poderá falar até 02 (duas) vezes sobre o mesmo assunto, por 05 (cinco) minutos, no máximo, prorrogáveis por igual tempo a critério do presidente, e de cada vez, com exceção do relator, que poderá dar tantos esclarecimentos quantos lhes forem solicitados.

Art. 25 - Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra, a cada membro do Conselho, pelo prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) minutos, para encaminhamento da votação.

CAPÍTULO X

VOTAÇÕES

Art. 26 - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação.

Art. 27 - As votações poderão ser simbólicas, nominais e secretas.

§1º - A votação simbólica praticar-se-á conservando-se sentados os conselheiros que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§2º - A votação simbólica será a regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer conselheiro, aprovada pelo plenário.

§3º - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo o conselheiro responder sim ou não, no caso de ser favorável ou contrário à proposição.

§4º - A votação será secreta nos assuntos que envolvem interesse pessoal do conselheiro ou por solicitação deste, aprovada pelo plenário.

Art. 28 - Ao anunciar o resultado da votação, o presidente do conselho declarará quantos conselheiros votaram favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo único. Havendo dúvida sobre a votação, o Presidente do Conselho poderá pedir aos conselheiros que se manifestem novamente.

Art. 29 - Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada.

Art. 30 - Não pode haver voto por delegação.

Art. 31 - Ao término das votações é facultado ao conselheiro fazer declaração de voto, que deverá constar em ata.

CAPÍTULO XI DECISÕES

Art. 32 - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente, além do voto singelo, o de qualidade.

Art. 33 - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Art. 34 - As decisões do Conselho poderão ser apresentadas por meio de resoluções, pareceres, moções e recomendações.

CAPÍTULO XII REDAÇÃO FINAL

Art. 35 - A redação final dos projetos de resolução será incluída na ordem do dia da reunião imediatamente seguinte à da sua aprovação.

Parágrafo único: Na redação final só serão admitidas emendas que visem a corrigir incorreções de linguagem, imprecisão de sentido ou incoerência notória.

Art. 36 - O projeto só se transformará em resolução depois de votada e aprovada sua redação final.

CAPÍTULO XIII RESOLUÇÕES

Art. 37 - Resolução é o ato assim denominado e emanado do Conselho Municipal de Saneamento Básico no exercício de suas atribuições.

Art. 38 - A assinatura de resolução é ato de competência do Presidente do Conselho.

Art. 39 - Constitui objeto de resolução os assuntos de competência do Conselho estabelecidos no art. 3º deste decreto.

Art. 40 - A resolução deverá conter:

I - título: "RESOLUÇÃO Nº...";

II - ementa: é o resumo da matéria contida na resolução;

III - autoria: "O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, no uso de suas atribuições, etc., fazendo-se referência aos dispositivos legais que autorizam a baixar o ato";

IV - a palavra "RESOLVE";

V - texto: composto de artigos e parágrafos, subdivididos, quando especificação, em incisos (algarismos romanos) e estes em alíneas (letras minúsculas) e itens (algarismos arábicos), nessa ordem;

VI - a declaração do início da vigência: "Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação".

VII - data: cidade, dia, mês e ano;

VIII - nome de quem assina a resolução;

IX - a expressão "PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS".

§1º - A expressão dos artigos, do primeiro ao nono, será feita em número ordinal, e do décimo em diante em número cardinal e indicados pela abreviatura "Art..".

§2º - Os parágrafos são designados por números ordinais até o nono, e por números cardinais do décimo em diante, substituindo-se a palavra parágrafo pelo símbolo correspondente, exceto se for único, quando será escrito por extenso.

Art. 41 - As resoluções serão numeradas em ordem crescente e por ano.

Art. 42 - As resoluções devem ser digitadas no computador no mínimo em 03 (três) vias:

I - a primeira via (original) deve ser arquivada na pasta do conselho, com a ata da reunião em que foi aprovada, da qual fará parte integrante;

II - a segunda via é remetida aos diretamente interessados; e,
III - a terceira via deve ser arquivada em pasta específica junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 43 - As resoluções serão conferidas, rubricadas e tornadas públicas pelo Presidente do Conselho.

Art. 44 - Para cada resolução deverá ser preparada uma ficha e arquivada em ordem crescente de número de resoluções.

Parágrafo único: A ficha deverá conter:

- I - número da resolução e data;
- II - data de sua publicação;
- III - número da pasta onde a resolução está arquivada;
- IV - o resumo da matéria contida na resolução; e,
- V - o registro das alterações referentes ao ato.

CAPÍTULO XIV ATAS

Art. 45 - A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

§1º - As atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas.

§2º - As atas devem ser redigidas, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente.

Art. 46 - As atas serão subscritas pelo presidente do Conselho, pelos conselheiros presentes à reunião e pelo secretário.

Art. 47 - Sobre a ata nenhum conselheiro poderá falar mais de 05 (cinco) minutos.

CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 49 – As disposições deste decreto poderão ser revistas, desde que lícitas, quando da nomeação dos membros do conselho.

Lacerdópolis/SC, 15 de janeiro de 2020.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI
Prefeito

EUCLIDES MIAZZI
Secretário de Administração

Lages

PREFEITURA

EDITAL N° 002 / 2020 / PML
PRÁTICA: CALCETEIRO

HOMOLOGAÇÃO DA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REALIZADAS - PROVA

Publicação N° 2380371

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDAPROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA A
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

EDITAL N° 002 / 2020 / PML

HOMOLOGAÇÃO DA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REALIZADAS - PROVA PRÁTICA: CALCETEIRO

N°	NOME	DATA NASC.	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS
1	ADENILSON MARQUES DA ROSA	16/01/1972	DEFERIDO
2	ALISSON ANTUNES TELES	04/03/1983	DEFERIDO
3	ANDERSON SCOTTI	31/05/1984	DEFERIDO
4	ANDRÉ OLIVEIRA CORREIA	12/04/1985	DEFERIDO
5	ANDREY GUILHERME DOS SANTOS	14/05/1992	DEFERIDO
6	ANTONIO CARLOS BELO	11/08/1968	DEFERIDO
7	ANTONIO GILBERTO GONZAGA DE BRITO	14/10/1957	DEFERIDO
8	ANTONIO ROMEU GOULART	22/05/1973	DEFERIDO
9	ANTONIO VALDIR OLIVEIRA BARBOSA	03/03/1983	DEFERIDO
10	ANTONIO VARGAS	03/09/1959	DEFERIDO
11	ARISTIDES RODRIGUES	03/05/1958	DEFERIDO
12	CARLINHO VIEIRA DOS SANTOS	28/11/1958	DEFERIDO
13	CÉLIO ADEMIR CORDOVA RAMOS	07/04/1965	DEFERIDO
14	DANIEL FABRICIO GOULART	08/10/1984	DEFERIDO
15	DANIEL MELLO	01/12/1962	DEFERIDO
16	DJALMA RENATO WESSNER LEITE	14/06/1970	DEFERIDO
17	DELISON DE JESUS CARNEIRO	09/12/1982	DEFERIDO
18	FERNANDO DE SOUZA CARDOSO	26/02/2001	DEFERIDO
19	GELAIR BORGES DOS SANTOS	17/06/1974	DEFERIDO
20	GERCINO BORGES	15/09/1972	DEFERIDO

21	GILVANE DA SILVA	27/06/1989	DEFERIDO
22	IVAN CARNEIRO LOPES	15/10/1997	DEFERIDO
23	IVO RIBEIRO DE ANDRADE	06/07/1963	DEFERIDO
24	JARBAS DE CORDOVA MOTA	10/02/1982	DEFERIDO
25	JEFFERSON DOS SANTOS SOUZA	09/06/1990	DEFERIDO
26	JOÃO CARLOS CORDEIRO	06/03/1963	DEFERIDO
27	JOÃO MARIA PALHANO	08/08/1977	DEFERIDO
28	JOÃO MARIA SOARES DA SILVA	06/05/1960	DEFERIDO
29	JOEL SANTO DE OLIVEIRA	11/02/1963	DEFERIDO
30	JOSÉ CARLOS FURTADO	04/05/1969	DEFERIDO
31	JOSÉ CARLOS DE JESUS	24/07/1962	DEFERIDO
32	JOSÉ LUIZ VARELA DOS SANTOS	25/01/1955	DEFERIDO
33	JOSÉ NILSON CARLOS	20/10/1969	DEFERIDO
34	JOSÉ NILSON DA SILVA	27/01/1968	DEFERIDO
35	JOSÉ VOLNEI ANTUNES DE SOUZA	07/08/1963	DEFERIDO
36	JOSÉ ADONES ROSA	08/11/1965	DEFERIDO
37	JULIANO CARNEIRO DE OLIVEIRA	28/07/1989	DEFERIDO
38	LAURI DA COSTA SUBTIL	10/04/1958	DEFERIDO
39	LEALDINO ROSA DA SILVA FILHO	24/07/1973	DEFERIDO
40	LEONARDO ALVES DA SILVA	26/12/1983	DEFERIDO
41	LEONILDO DE JESUS ROSA DE FARIAS	24/12/1959	DEFERIDO
42	LUAN BORBOSA DE BARROS RODRIGUES	13/04/1992	DEFERIDO
43	LUAN RAMON SANTOS SILVA	25/02/1996	DEFERIDO
44	LUCAS DE OLIVEIRA SCOTTI	11/12/1996	DEFERIDO
45	LUIZ CARLOS ATAIDE RIBEIRO	03/10/1956	DEFERIDO
46	LUIZ FABIANO STEINCK MACHADO	25/09/1976	DEFERIDO
47	MÁRCIO ALEXANDRE OLIVEIRA	30/09/1974	DEFERIDO
48	MARCO AURÉLIO GUIMARÃES JARDIM	06/03/1965	DEFERIDO
49	MARCO ROBERTO PEREIRA	03/07/1973	DEFERIDO
50	MARCO ROGÉRIO ALVES SANTOS	04/04/1983	DEFERIDO
51	MÁRIO SÉRGIO BATISTA	15/07/1971	DEFERIDO
52	MICHEL COSTA DE MELO	10/09/1985	DEFERIDO
53	ORLANDO TADEU XAVIER	05/06/1955	DEFERIDO

54	PATRICK CRUZ RODRIGUES	15/05/1991	DEFERIDO
55	PAULO HENRIQUE DA SILVA	17/11/1963	DEFERIDO
56	RONALDO DOS ANJOS ORTIZ RIBEIRO	02/02/1976	DEFERIDO
57	RONILDO DE FONSECA	11/03/1976	DEFERIDO
58	ROQUE XAVIER DE CAMARGO	19/08/1957	DEFERIDO
59	SEBASTIÃO DA ROSA VARGAS	19/01/1956	DEFERIDO
60	SEBASTIÃO TADEU DE SOUZA	27/02/1966	DEFERIDO
61	SIDNEI ROBERTO RODRIGUES	17/08/1968	DEFERIDO
62	THIAGO FELIPE ÁVILA	29/10/1993	DEFERIDO
63	VICTOR FÁBIO PEREIRA DE LIMA	01/03/1977	DEFERIDO
64	VICTOR MATHEUS DE JESUS DELFES	18/03/2001	DEFERIDO
65	VILMAR ABREU ORLANDI	18/03/1967	DEFERIDO

Lages-SC 28 de fevereiro de 2020

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ERRATA 001-2020 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2020 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Publicação Nº 2380381

**ERRATA 001-2020****PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2020 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE LAGES/SC**

O Município de Lages através da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, torna público a seguinte Errata:

Nos itens 4.12 inciso XVIII (página 3) e Anexo III (nas páginas 19 e 20);

- onde se lê:

- a) XVIII) Para a função de Educador Social – feminino/masculino (CREAS e CRAS), diploma de conclusão do **bacharelado** em Pedagogia ou Psicologia ou Serviço Social ou Sociologia ou Terapia Ocupacional (cópia autenticada);
- b) Nos códigos das funções 26, 27, 28 e 29, no requisito: Diploma de conclusão do **bacharelado** em Pedagogia ou Psicologia ou Serviço Social ou Sociologia ou Terapia Ocupacional.
- c) 1.2. O Processo Seletivo Público Simplificado destina-se ao provimento de vagas em caráter temporário para as funções, conforme quadro de vagas apresentados no **Anexo III**. As contratações serão realizadas pelo **prazo de 12 (doze) meses**, possibilitada a sua prorrogação sucessiva por até mais 12 (doze) meses, devidamente justificada, conforme art. 3º da Lei Complementar 497/2017.

- Leia-se:

- a) XVIII) Para a função de Educador Social – feminino/masculino (CREAS e CRAS), diploma de **graduação** em Pedagogia ou Psicologia ou Serviço Social ou Sociologia ou Terapia Ocupacional (cópia autenticada);
- b) Nos códigos das funções 26, 27, 28 e 29, no requisito: Diploma de **graduação** em Pedagogia ou Psicologia ou Serviço Social ou Sociologia ou Terapia Ocupacional.
- c) 1.2. O Processo Seletivo Público Simplificado destina-se ao provimento de vagas em caráter temporário para as funções, conforme quadro de vagas apresentados no **Anexo III**. As contratações serão realizadas pelo prazo de **até 12 (doze) meses**, possibilitada a sua prorrogação sucessiva por até mais 12 (doze) meses, devidamente justificada, conforme art. 3º da Lei Complementar 497/2017.

Lages-SC 27 de fevereiro de 2020.

Antônio César A Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

MUNICÍPIO DE LAGES
Rua Benjamin Constant, 13 Centro CEP: 88.501-110 Lages SC

CÂMARA MUNICIPAL**ATA CARTA CONVITE 04/2020**

Publicação Nº 2380674

Carta Convite 04/2020
PROCESSO 04/2020.

ATA CV 04/2020

DATA: 28/02/2020 HORÁRIO: 13H30min

OBJETO: Aquisição de material de consumo, copa cozinha, material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios.

Aos Vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às 13:30 horas, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Licitações, na sala de licitações, no prédio sede da Câmara Municipal de Lages, situado na Rua Otacílio Vieira da Costa, 280, Centro, em Lages, Santa Catarina, em sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos a licitação na modalidade Carta Convite nº 04/2020. Participaram do certame as seguintes empresas: Comercial de Alimentos Milênio EIRELI, Julio Cesar Rodrigues Delfes EPP e a Empresa Soma comercio de Alimentos –ME que apenas deixou os envelopes sem a presença de representante. No horário previsto no referido Edital, procedeu-se ao credenciamento dos representantes, sendo que perguntado, nenhum dos representantes manifestou qualquer contrariedade aos documentos apresentados. Ato continuo procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação sem que tenha ocorrido nenhum recurso a respeito. Abertos os envelopes das propostas, os valores apresentados foram os seguintes: Comercial de Alimentos Milênio EIRELI 64.476,27, Julio Cesar Rodrigues Delfes EPP 67.293,70 e Empresa Soma comercio de Alimentos – ME 76.309,72. Constatou-se que a licitante Comercial de Alimentos Milênio EIRELI não apresentou a proposta dentro do formulário convite enviado, tendo inclusive inconsistência na descrição de alguns itens previamente observados, diante do que a referida proposta foi desabilitada pelo presidente da comissão. Diante da desabilitação empresa Comercial de Alimentos Milênio EIRELI, fica a empresa Julio Cesar Rodrigues Delfes EPP como vencedora do certame, com a proposta no valor de R\$ 67.293,70. Indagado sobre o desejo de recurso, o representante da Comercial de Alimentos Milênio EIRELI manifestou intenção de recorrer da desabilitação da sua empresa pelos motivos acima elencados e pela não especificação dos itens que estariam em desacordo com o especificado no convite, sendo que foi informado que deveria ser feito dentro do prazo legal da lei 8666/93. O Licitante Julio Cesar Rodrigues Delfes EPP solicita análise da descrição de acordo do item café.

encerrou-se a sessão as 15:05h, sendo esta assinada por todos os presentes.

COMISSÃO:

LUIZ GONZAGA AZZI
Presidente (CPL)

ANILDO LOPES
Membro

ROGERIO SCHÜTZ
Membro

LICITANTES:

Comercial de Alimentos Milênio EIRELI

Julio Cesar Rodrigues Delfes EPP

Empresa Soma comercio de Alimentos –ME

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

Publicação Nº 2380126

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020
Processo Licitatório 06/2020

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS TÉCNICAS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, CABEAMENTO ELÉTRICO E LÓGICO, CABEAMENTO DE TELEFONE, SOM AMBIENTE, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, CABEAMENTO DE TV E ANTENAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS NO PRÉDIO; INCLUINDO DESPESAS COM MATERIAL E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, COM ENTREGA PROGRAMADA, CONFORME NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até às 13h30min do dia 12/03/2020, no Depto. de Compras e Licitações da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC.

A ABERTURA do certame será dia 12/03/2020 às 13h30min, no local anteriormente citado.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no site da Câmara Municipal <https://www.camaralages.sc.gov.br/> ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5425.

Lages (SC), 28 de fevereiro de 2020.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN
Presidente

Laguna

PREFEITURA

ATUALIZAÇÃO DOS PRAZOS REFERENTES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 002/2019 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA

Publicação N° 2383828

ATUALIZAÇÃO DAS DATAS REFERENTES AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 002/2019 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, com fundamento na Lei Federal do Marco Regulatório da Sociedade Civil nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e em observância as normas relativas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, torna público o edital de atualização das datas e prazos para o procedimento referente ao Edital de Chamamento Público n. 002/2019.

1. O item 1.4 do Edital de Chamamento Público n. 002/2019, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente passa a constar com os seguintes prazos:

Ato/Procedimento	Prazo/Data
Análise pela Comissão do Marco Regulatório	04/03/2020
Análise da documentação pelo gestor da parceria constantes do item 12	11/03/2020
Publicação do resultado preliminar	16/03/2020
Prazo para recurso do resultado preliminar	23/03/2020
Análise dos recursos	26/03/2020
Homologação do resultado final	26/03/2020
Publicação do resultado final	27/03/2020

Laguna, 02 de março de 2020.

Gladys Alcantara
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Luciana Fernandes Pereira
Secretária Municipal de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

CONVOCAÇÃO – CLASSIFICADOS CONCURSO 01/2019-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

Publicação N° 2380834

CONVOCAÇÃO – Classificados Concurso 01/2019

A Secretária Municipal de Saúde, Valéria Olivier Alves, no uso de suas atribuições, convoca os candidatos classificados no Concurso Público nº 01/2019, para comparecerem nessa Secretaria na data e horários marcados:

Enfermeiros: Dia 04/03/2020 – As 08:00 horas

- Elisangela Lopez dos Santos

Médicos – Dia 04/03/2020 – as 08:30 horas

-Matheus Gonzaga Bagattini

- Rafael Jonas Sarda

Técnico em Enfermagem – Dia 04/03/2020 as 09:00 horas

- Sirlei Aparecida Batista de Bem – (PcD)

Valéria Olivier Alves
Secretária de Saúde

DECRETO N.º 6.192/2020 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM, ALTERANDO O ART. 1º DO DECRETO N.º 6.152/2020.

Publicação N° 2380735

DECRETO N° 6.192/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CDM, ALTERANDO O ART. 1º DO DECRETO N.º 6.152/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna;

DECRETA

Art. 1º O art. 1º, do Decreto nº. 6.152/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM, fica constituído na forma que segue:

I - 08 (oito) representantes obrigatórios, indicados pelo Poder Executivo, sendo destes um representante do órgão responsável pelo setor de planejamento urbano, pelo órgão responsável pelo setor de obras e outro pelo órgão responsável pelo setor de meio ambiente do município:

a) Titular: Mirella Honorato (Fundação Lagunense de Cultura);

Suplente: Luiz Henrique Fernandes Marinho (Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social).

b) Titular: Elias Vieira (Gabinete do Prefeito);

Suplente: Luciana Fernandes Pereira (Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos).

c) Titular: Antônio da Silva (Defesa Civil);

Suplente: Luis Fernando Nandi Vicente (Procuradoria).

d) Titular: Valéria Olivier Alves (Secretaria de Saúde);

Suplente: Tonison Rogério Chanan Adad (Procuradoria).

e) Titular: Evandro Carneiro Flora (Secretaria de Turismo e Lazer);

Suplente: Hector Cardoso Candemil (Gabinete do Prefeito).

f) Titular: Humberto da Silva Costa (Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social);

Suplente: Claudione Medeiros (Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social).

g) Titular: Renato de Oliveira (Secretaria de Obras e Transportes);

Suplente: Marcelo Ribeiro (Secretaria de Obras e Transportes).

h) Titular: Deise Daiana Xavier Cardoso (Fundação Lagunense do Meio Ambiente – FLAMA);

Suplente: Aline Triches Savi (Fundação Lagunense do Meio Ambiente – FLAMA).

II - 02 (dois) representantes do Poder Legislativo:

a) Titular: Kleber Roberto Lopes Rosa;

Suplente: Thiago Alcides Duarte.

b) Titular: Patrick Mattos de Oliveira;

Suplente: Rhoomening Souza Rodrigues.

III - 12 (doze) representantes das regiões comunitárias, com titular e suplente a serem indicados em ata, das seguintes associações:

a) Associação de Conservação e Educação Ambiental - ENTREMARES;

Titular: Olinir Borba Passos;

Suplente: Alvanyr Ávila Búrigo.

b) Associação de Pescadores da Ilha;

Titular: Maria Aparecida dos Santos Ramos;

Suplente: Maria Regina Meura Passarela.

c) Sociedade Lagunense de Proteção aos Animais - SOLPRA;

Titular: Ana Carolina Tavares;

Suplente: Edden de Souza Silveira Araújo.

d) Associação de Moradores do Morro da Glória;

Titular: André Felipe da Rosa;

Suplente: Ruidinei Lopes Crispim Júnior.

e) Sociedade amigos da Praia da Ilhota;

Titular: Ocimar Maragno;

Suplente: Juliano Marto Nunes.

f) Associação de Surf das Praias da Galheta;

Titular: Marcelo Jorge Porto da Cunha;
Suplente: Renato da Silva Oliveira.

IV - 05 (cinco) representantes do setor de Comércio, Serviço e Indústria, sendo 02 (dois) representantes de entidades de classe, com titular e suplente a serem indicados em ata, das seguintes associações:

a) Sindicato do Comércio Atacadista e Varejista de Laguna - SINDILOJAS;

Titular: Natanael Wisintainer;
Suplente: Same Omar Mohammad.

b) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

Titular: Samir Azmi Ibrahim Muhammad Ahmad;
Suplente: Luciano Limas Figueiredo.

c) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

Titular: Roberto de Bem Ramos;
Suplente: Daniel Sabino Araújo.

d) Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CONFECI-CRECI;

Titular: Isac Ramos Lopes;
Suplente: Jesoé Pacheco.

e) Serviço Social do Comércio - SESC.

Titular: José Eduardo Fernandes de Oliveira;
Suplente: Edyara Silveira.

V - 02 (dois) representantes de Associação de moradores de Laguna:

a) Associação dos Moradores do Bairro Jardim Juliana.

Titular: Vilson Roberto da Silveira Medeiros;
Suplente: Maria Regina Medeiros.

b) Associação de Moradores da Praia da Galheta.

Titular: Maurício da Silva;
Suplente: Fernando Bongioiolo.

VI - 02 (dois) representantes de Sindicatos, com titular e suplente por eles indicados, devendo constar em ata:

a) Sindicato dos Empregados do Comércio de Laguna;

Titular: Nivaldo Rodrigues;
Suplente: José Duarte Garcia.

VII - 02 (dois) representantes de entidades não governamentais:

a) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Políticas Públicas e Comunitárias IBESCOM.

Titular: Célio Antônio;
Suplente: Guilherme Pegorara Antônio.

b) Instituto de Apoio à Pesquisa, à Proteção e à Preservação dos Botos de Laguna - Instituto Boto Flipper.

Titular: Márcio José Rodrigues Filho;
Suplente: Arnaldo Russo.

VIII - 02 (dois) representantes de órgãos responsáveis pela proteção histórica e cultural do Município:

a) Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL - ACUSTRA.

Titular: Patrick Prates Alves;
Suplente: Diego Dias e Silva.

b) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional - IPHAN.

Titular: Ana Paula Cittadin;
Suplente: Vladimir Fernando Stello.

IX - 01 (um) representante indicado por entidade vinculada à educação, pesquisa e cultura:

a) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Titular: Giovanni Lemos de Mello;
Suplente: David Valença Dantas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.193/2020 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, ALTERANDO O DECRETO N.º 6.057/2019.

Publicação N° 2380773

DECRETO N.º 6.193/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV, ALTERANDO O DECRETO N.º 6.057/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração da composição da Comissão de Análise Técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança, consoante memorandos n.º. 084/2020 e n.º 126/2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social - SEPLAN;

DECRETA

Art. 1º O art. 1º, do Decreto n.º 6.057/2019, passa a ter a seguinte redação:

I – Marcus Teixeira Paulino – Arquiteto e Urbanista

II – Luiz Henrique Fernandes Marinho – Arquiteto e Urbanista

III – Humberto da Silva Costa – Engenheiro Agrimensor

IV – Marluci da Silva Oliveira – Engenheira Agrônoma

V – Luis Otavio Pereira – Técnico em Edificações

VI – Gabriela Belmiro Hermenegildo – Engenheira Civil

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 14/02/2020, alterando o art. 1º, do Decreto n.º 6.057/2019, revogando disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.194/2020 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE ZONEAMENTO REFERENTE AO "LOTEAMENTO NOVA LAGUNA", ALTERANDO O ART. 2º DO DECRETO N.º 6.164/2019.

Publicação N° 2380777

DECRETO N.º 6.194/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE ZONEAMENTO REFERENTE AO "LOTEAMENTO NOVA LAGUNA", ALTERANDO O ART. 2º DO DECRETO N.º 6.164/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

CONSIDERANDO o teor do Memorando Interno n.º 112/2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, solicitando a exclusão de membro da Comissão de definição do Zoneamento acerca do processo Administrativo de n.º 0125.0005304/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art.º 2, do Decreto n.º 6.164/2019, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º A Comissão será formada pelos seguintes membros:

I – Marcus Paulino Teixeira – Assessor de Projetos – Arquiteto e Urbanista

II – Claudione Fernandes de Medeiros – Arquiteta e Urbanista;

III – Luiz Henrique Marinho – Assessor de Projetos – Arquiteto e Urbanista.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando a redação do art. 2º, do Decreto n.º 6.164/2019, revogando disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.195/2020 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS PARCERIAS DO MARCO REGULATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, REVOGA O DECRETO N.º 6.143/2019, ALTERANDO O ART. 4º DO DECRETO N.º 5.050/2018.

Publicação Nº 2380785

DECRETO Nº 6.195/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS PARCERIAS DO MARCO REGULATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, REVOGA O DECRETO N.º 6.143/2019, ALTERANDO O ART. 4º DO DECRETO N.º 5.050/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna;

DECRETA

Art. 1º O art. 4º, do Decreto nº. 5.050/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A Comissão de Seleção e Julgamento e de Monitoramento e Avaliação ficam assim constituídas:

I – Secretaria de Assistência Social:

a) Giovana Remor Marega – servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Proteção Social.

II – Secretaria de Turismo e Lazer:

a) Thiago Sebastião Laurindo – servidor ocupante do cargo comissionado de Supervisor de Comunicação e Publicidade.

III – Secretaria de Educação e Esportes:

a) Tadeu César Henrique Rodrigues - servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física.

IV – Gabinete do Prefeito:

a) Maria Helena Hilário Fernandes – servidora ocupante do cargo comissionado de Assessor Especial.

V – Procuradoria Geral:

a) Carlos Alberto Braun Garcia – servidor ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico Especial.

Parágrafo único. A Comissão elegerá, dentre seus membros, os servidores que ocuparão a função de Presidente e Secretário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 12 de fevereiro de 2020, revogando o Decreto n.º 6.143/2019.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.196/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2380789

DECRETO Nº 6.196/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), nas seguintes classificações:

Unidade: 07 – Secretaria de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 1.097 – Pavimentação Acesso Norte

Elemento da Despesa:

71 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas – R\$ 1.200.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizada a anulação parcial em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Unidade: 07 – Secretaria de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 1.097 – Pavimentação Acesso Norte

Elemento da Despesa:

72 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0609 – Aplicações Diretas – R\$ 1.200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.197/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2380798

DECRETO Nº 6.197/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes classificações:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.700 – Estender, Equipar e Manter a Rede Básica

8 – 4.4.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas R\$50.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.700 – Estender, Equipar e Manter a Rede Básica

6 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas R\$50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal**DECRETO N.º 6.198/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2380806

DECRETO Nº 6.198/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 143.250,00 (cento e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo.

Unidade: 14 – Secretaria de Pesca e Agricultura

Proj/Ativ: 2.103 – Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura

Elemento da Despesa:

113/4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 / Aplicações diretas R\$ 143.250,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional SUPLEMENTAR de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o valor de R\$ 143.250,00 (cento e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta reais), oriundos do provável excesso de arrecadação decorrente da Proposta de convênio 034174/2019, firmado com Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento e o município de Laguna. Convênio MAPA/Plataforma + Brasil nº 892360/2019. Recurso 123 (1.0034 – Transferências de Convênios – União/Outros).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.199/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2380808

DECRETO Nº 6.199/2020, de 26 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Orgão: 09 – Poder Executivo.

Unidade: 14 – Secretaria de Pesca e Agricultura

Proj/Ativ: 2.103 – Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura

Elemento da Despesa:

113/4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 / Aplicações diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional SUPLEMENTAR de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), oriundos do provável excesso de arrecadação decorrente da Proposta de convênio 763/2019, firmado com Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento e o município de Laguna. Convênio MAPA/Plataforma + Brasil nº 886950/2019. Recurso 123 (1.0034 – Transferências de Convênios – União/Outros).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 6.200/2020 - REVOGA O DECRETO N.º 6.166/2020, PRORROGANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 6.142/2019 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2380816

DECRETO Nº 6.200/2020, de 27 de fevereiro de 2020.

REVOGA O DECRETO N.º 6.166/2020, PRORROGANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 6.142/2019 E, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

Considerando o teor do Memorando – GML n.º 014/2020, datado de 18/02/2020, bem como, as justificativas apresentadas pelo Comando da Guarda Municipal, aliadas à necessidade de adequação de uma jornada de trabalho que atenda aos interesses da Administração Municipal, em face do relevante interesse público, mormente ante necessidade de uma prestação de serviços em atenção ao Princípio Constitucional da Eficiência, na forma do art. 37, da Constituição Federal vigente;

Considerando o parecer favorável da Secretaria de Fazenda, Administração e Serviços Públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Decreto n.º 6.142/2019, por tempo indeterminado, produzindo efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. Para fins de aplicação da referida escala de serviço, de que trata o art. 1º, do Decreto supramencionado, fica concedido o intervalo intrajornada para alimentação ou repouso de 02 (duas) horas e, em qualquer hipótese, sem prejuízo da prestação do serviço essencial e/ou urgente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 27 de fevereiro de 2020, prorrogando a data de vigência do Decreto n.º 6.142/2019, por tempo indeterminado, revogando expressamente o Decreto n.º 6.166/2020 e disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020**

Publicação Nº 2380577

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2020.

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a RETIFICAÇÃO da Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público que dispõe sobre a celebração de termo de fomento entre a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis e o Município de Lebon Régis. Publicado no Diária Oficial dos Municípios dia 23/01/2020, Edição Nº3035, Extrato do Ato nº 2321275.

OBJETO: O presente processo de Inexigibilidade que tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas com profissional de assistência social da ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS e teve a pedido da administração, a apresentação de um novo projeto pela proponente. A solicitação do novo projeto ocorreu em função de não existir Lei que autoriza o poder executivo a firmar termo de fomento com a APAE no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Sendo que o plano foi readequado para R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais) conforme prevê a Lei Municipal 1.579/2017.

A razão pela escolha da entidade permanece a mesma, sendo alterado apenas o valor e o objeto do plano de trabalho que passa a custear apenas as despesas com assistente social e exclui as despesas com fisioterapeuta.

RAZÃO DA ESCOLHA DA ENTIDADE: No município só existe a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS, na modalidade Educação Especial, a mesma presta serviços de assistência às pessoas com deficiência com o objetivo de oportunizar sua integração com a família e a sociedade, visando a equiparação de oportunidades, a participação e o desenvolvimento da autonomia, bem como prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento desses cidadãos, tudo isso é oportunizado através de parcerias e de sua equipe multidisciplinar (educação e saúde).

DO VALOR: O valor contratado no valor de 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais), será repassado mensalmente em 12 parcelas no valor de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme cronograma de desembolso apresentado no plano de trabalho. Estas são as justificativas para, conforme fundamentação prevista no art. 31, inciso II Lei 13.019/2014, e consolidada pelo Decreto Municipal nº 30 de 05 de abril de 2017, retificar a dispensa de chamamento público e por meio deste dar continuidade e autenticidade ao processo de Inexigibilidade.

Nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, admite-se a impugnação a presente justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

Maurício Passos Pinheiro.
Secretário de Administração e Finanças.

Ratifico a justificativa acima e autorizo a abertura de processo por Inexigibilidade de Chamamento Público.

Douglas Fernando de Mello.
Prefeito Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2380209

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020, conforme segue:

AGENTE DE SAÚDE (CENTRO)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1931850	15/03/1995	Mayara De Fati-ma Carlin	1,80	4,90	6,70	6,70
2	1929165	18/06/1998	Eloisa Dos Santos Camargo	0,90	4,90	5,80	5,80
3	1932981	29/01/1984	Jucele Aparecida Ortiz	1,50	4,20	5,70	5,70

4	1915971	28/08/1996	Andressa Dos Santos Souza	1,20	4,20	5,40	5,40
5	1923410	29/04/1975	Eliane Martins Da Silva Costa	1,80	3,50	5,30	5,30
6	1931428	29/11/1996	Crislaine Marafigo Tomin	1,80	3,50	5,30	5,30
7	1929606	06/04/1978	Rosana Aparecida Risso	1,50	3,50	5,00	5,00
8	1927254	11/09/1984	Neide Da Luz Fortes	1,50	3,50	5,00	5,00

AGENTE DE SAÚDE (N.S. DE LOURDES - GRUTA)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1928440	30/11/1989	Elizangela Bez Inhaia	1,50	3,50	5,00	5,00

ASSISTENTE SOCIAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1915661	24/04/1994	Laressa Gabriela Webber	2,40	5,60	8,00	8,00
2	1919285	01/11/1991	Meliza Sabini De Carvalho	1,80	4,90	6,70	6,70
3	1916544	21/10/1980	Adriana Pegoraro Donatti	1,50	4,20	5,70	5,70
4	1919865	08/01/1998	Andressa Cavalheiro De Medeiros	0,90	4,20	5,10	5,10

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1923346	05/12/1998	Gabriela Carolina Caregnato Frigotto	3,00	6,30	9,30	9,30
2	1925197	22/03/1986	Larissa De Cassia Schimith	1,80	6,30	8,10	8,10
3	1933140	02/05/1969	Ivonei Aparecida Granemann	2,40	5,60	8,00	8,00
4	1935038	26/03/1996	Thais Mayumi Barroso Yamada	2,70	4,90	7,60	7,60
5	1928141	14/05/1995	Kayane Baum Baggenstoss	1,80	4,20	6,00	6,00

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1936279	20/12/1994	Leandro Santana Albuquerque Maia	2,70	4,20	6,90	6,90
2	1924392	06/03/1992	Flavia Werner	3,00	3,50	6,50	6,50
3	1916339	12/12/1994	Cecilia Schaefer Halupp	2,40	3,50	5,90	5,90
4	1927662	15/01/1997	Maira Aline Dos Santos Pontes	2,40	3,50	5,90	5,90
5	1932955	26/08/1971	Rejane Werner Da Silva	3,00	2,80	5,80	5,80
6	1932625	17/05/1990	Cassio Antonio Dos Santos Pontes	2,40	2,80	5,20	5,20

FARMACÊUTICO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1920481	14/04/1988	Klebiana Freitas Bartolomeu	3,00	3,50	6,50	6,50

2	1915865	18/03/1996	Laysy De Souza Simonetto	2,70	2,80	5,50	5,50
3	1917699	16/10/1994	Gerusa Caroline David	1,80	3,50	5,30	5,30

FISIOTERAPEUTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1914185	01/09/1992	Andreia Alves Do Amaral Dos Santos	2,70	4,90	7,60	7,60
2	1930636	14/12/1994	Ana Paula Senn	1,80	4,90	6,70	6,70
3	1918326	26/08/1997	Suellen Cristina Dos Santos Vaz	2,10	3,50	5,60	5,60

MÉDICO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1934720	29/08/1995	Ana Beatriz Schmidt	3,00	4,90	7,90	7,90
2	1919723	05/10/1996	Fernanda Lazaris	3,00	4,90	7,90	7,90
3	1922659	25/09/1995	Jaine Paulina Sartor	2,70	4,20	6,90	6,90
4	1932920	04/04/1997	Hassan Fouad El Safadi	2,70	4,20	6,90	6,90
5	1916585	20/05/1992	Karine De Oliveira	2,40	4,20	6,60	6,60
6	1921332	10/04/1982	Luciano Damasceno	3,00	3,50	6,50	6,50
7	1917456	13/12/1986	Juliane Rodrigues Guedes	3,00	3,50	6,50	6,50
8	1936256	29/01/1937	Felisberto Mora	2,40	2,80	5,20	5,20

MÉDICO VETERINÁRIO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1921947	31/05/1997	Lucas Signori	3,00	4,20	7,20	7,20
2	1934859	27/03/1992	Anna Carolina Graefling Lusa	2,70	4,20	6,90	6,90
3	1921465	04/04/1977	Alysson Roberto Da Luz	2,40	4,20	6,60	6,60
4	1936726	12/12/1995	Renan Vinicius Antunes De Souza	2,40	4,20	6,60	6,60
5	1929568	16/09/1980	Ana Carine Nemitz Pretto	1,50	4,90	6,40	6,40
6	1933283	22/11/1949	Durval De Quadros	2,40	2,80	5,20	5,20
7	1923747	29/10/1990	Sergio Antonio Zaparoli Filho	3,00	2,10	5,10	5,10

MOTORISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1932050	26/12/1978	Marcio Ivan Da Costa	1,80	4,90	6,70	6,00	6,42

MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1927588	23/05/1981	Vanderlei Klug	1,80	5,60	7,40	9,00	8,04
2	1928900	18/12/1983	Alan Teles Pitt	2,40	4,90	7,30	8,00	7,58
3	1931942	23/11/1972	Edson Luiz Da Rocha	1,80	4,20	6,00	7,50	6,60

4	1924943	13/03/1980	Luiz Sandro Soeres Dos Santos	1,80	3,50	5,30	7,50	6,18
---	---------	------------	-------------------------------	------	------	------	------	------

ODONTÓLOGO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1916335	04/10/1989	Caroline Stan-guerlin	3,00	7,00	10,00	10,00
2	1914500	19/07/1994	Julia Gaudencio Baschera Rauen	2,40	7,00	9,40	9,40
3	1925739	14/01/1997	Caroline Apareci-da Branco	3,00	6,30	9,30	9,30
4	1931357	02/03/1994	Helena Ceolla Gaudencio	2,40	5,60	8,00	8,00
5	1935480	30/10/1997	Fernanda Padilha Da Silva	2,10	5,60	7,70	7,70
6	1934592	19/04/1990	Ricardo Bernardi	2,10	4,90	7,00	7,00
7	1919239	26/02/1998	Vanessa Mas-socco	2,10	4,90	7,00	7,00
8	1926404	01/06/1991	Breno Dos Reis Fernandes	2,40	4,20	6,60	6,60
9	1930715	19/08/1995	Emanuelly Smokovitz	2,10	4,20	6,30	6,30

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1917870	23/01/1993	Poliane Natale Rodio	1,80	7,00	8,80	8,80
2	1914804	14/10/1992	Samuel Farias De Oliveira	3,00	2,80	5,80	5,80
3	1927415	28/09/1985	Aliona Ribeiro Da Silva	1,20	4,20	5,40	5,40
4	1925142	02/02/1990	Angelica Silveira	1,20	4,20	5,40	5,40
5	1919510	22/01/1993	Samara Moreira Scheffmacher	1,80	3,50	5,30	5,30
6	1916813	17/05/2001	Ramon Esdras Felippi David	1,50	3,50	5,00	5,00

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1923174	11/12/1994	Fabricio Maciel	1,50	4,90	6,40	5,00	5,84

ORIENTADOR SOCIAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1915189	19/09/1991	Ana Paula Mo-reira	1,50	4,90	6,40	6,40
2	1924742	11/11/1995	Andreza De Oliveira	1,80	4,20	6,00	6,00
3	1931804	08/04/1997	Denise Bairro Moreira	1,80	4,20	6,00	6,00
4	1915082	07/05/2000	Paula Carolina Pereira	1,50	4,20	5,70	5,70
5	1934512	25/08/1992	Juciele Ribeiro Palhano	1,50	3,50	5,00	5,00

PSICÓLOGO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1935827	04/12/1997	Gabriela Fantin	2,70	5,60	8,30	8,30

2	1924954	20/10/1994	Pamela Aparecida De Lima Fernandes Mello	1,80	6,30	8,10	8,10
3	1931091	24/06/1964	Idinei Alves Granemann	1,50	5,60	7,10	7,10
4	1924164	12/12/1987	Rosangela Ribeiro	2,10	3,50	5,60	5,60

RECEPCIONISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1922958	26/06/1988	Claudia Tatiane De Souza	1,50	4,20	5,70	5,70
2	1935852	06/02/1987	Denize Fatima Dos Santos	1,50	3,50	5,00	5,00
3	1934422	06/04/1999	Jeandra Dos Santos	1,50	3,50	5,00	5,00

Prefeitura Municipal de Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020 - JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação Nº 2380216

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020, conforme segue:

Recurso 001 - Candidato de Inscrição nº 1931942.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO.O(a) candidato(a) requer a pontuação na prova objetiva, tendo em vista que estava presente no dia da prova, assinando a lista de presença e entregando seu cartão-resposta preenchido. Recurso assiste razão ao(a) candidato(a), ao conferir a lista de presença e o seu cartão-resposta a banca percebeu o equívoco do sistema. Desta forma, procedeu-se com a correção do cartão-resposta e classificação do candidato.

Recurso 002 - Candidato de Inscrição nº 1916512.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO.O(a) candidato(a) requer recontagem da nota da prova prática, a qual não concorda com a nota atribuída. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a nota está de acordo com as infrações cometidas pelo candidato, ou seja:

Faltas Graves (-1,00 ponto cada)

- Subir na calçada destinada ao trânsito de pedestre (Uma vez);
- Deixar de observar a sinalização da via ou sinais de regulamentação (Uma vez);
- Deixar de usar cinto de segurança (Uma vez);
- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar com o freio de mão inteiramente livre (Uma vez);

Faltas Médias (-0,50 pontos cada)

- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias (Uma vez);
- Engrenar as marchas de maneira incorreta (Três vezes);
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção (Uma vez);
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque (Uma vez);

Faltas Leves (-0,25 pontos cada)

- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento (Uma vez);

Cópia da ficha de avaliação poderá ser enviada no email do candidato em caso de solicitação.

Recurso 003 - Candidato de Inscrição nº 1934859.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. A questão nº 12 em que o candidato solicita ANULAÇÃO pede a alternativa ERRADA. Vejamos a questão em sua integralidade com respectiva análise:

"12) *Listeria monocytogenes* é um importante patógeno envolvido nas doenças transmitidas por alimentos (DTAs). Sobre esta bactéria, assinale a alternativa ERRADA:

- São anaeróbios facultativos, fermentadores de glicose e capazes de crescer numa faixa de temperatura entre 4°C e 45°C (psicrófilos e mesófilos).
- São microrganismos que podem ser transmitidos pelo leite ao homem.
- É um bacilo Gram-negativo.
- Suportam uma variação de pH entre 6,0 e 9,0 e concentração de sal de até 20%."

Análise das alternativas:

- Alternativa letra "A" está correta.
- Alternativa letra "B" está correta.
- Alternativa letra "C" está totalmente ERRADA pois é sabido que a *Listeria monocytogenes* é uma bactéria Gram-negativo.
- Alternativa letra "D" está correta. Diversos autores citam que a *Listeria monocytogenes* suporta uma variação de pH entre 6,0 e 9,0. Alguns pesquisadores consideram que esta bactéria poderia suportar um pH a partir de 4,3. Na alternativa cita-se que as bactérias da espécie *Listeria monocytogenes* suportam a variação de pH entre 6,0 e 9,0, porém, não há negação na construção da afirmativa de que estas bactérias poderiam eventualmente suportar pH menor que 6,0 ou maior que 9,0. Parecer: O recurso do candidato está infundado. A questão possui única e exclusivamente a alternativa letra "C" como gabarito correto. Pedido de anulação INDEFERIDO.

Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2380222

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020, conforme segue:

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 5º ANOS) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1932730	08/12/1983	Gislaine Alves Dos Santos	2,10	4,90	7,00	3,00	5,80
2	1914349	21/02/1985	Mariana Carlin Dos Santos	2,70	4,20	6,90	3,00	5,73
3	1932531	15/10/1982	Sueli Aparecida Alves Oliveira	1,80	6,30	8,10	0,00	5,67
4	1928381	14/06/1989	Gilce Martins Dias	1,80	4,90	6,70	3,00	5,59
5	1935554	05/11/1994	Marizete Ferreira Da Silva	1,50	4,20	5,70	3,00	4,89
6	1913915	23/07/1988	Rosenilde Do Amaral Scheffmacher Da Silva	2,10	4,20	6,30	0,00	4,41

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 5º ANOS) - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1915556	02/11/1986	Aracele Aparecida Ferreira	1,80	3,50	5,30	6,00	5,51
2	1913665	27/06/1996	Alessa Caroline Teles	2,10	4,90	7,00	0,00	4,90
3	1929954	09/07/1976	Elaine Ceregatti	2,40	3,50	5,90	0,00	4,13

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1933646	25/07/1998	Jessica Do Amaral Behrens	2,10	4,90	7,00	8,00	7,30
2	1924167	22/11/1985	Graciele Aparecida Oliveira Da Luz	2,40	3,50	5,90	0,00	4,13

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------------------	---------------------------	---------------	---------	-------------

1	1928491	28/12/1994	Aline Do Prado Franca	2,10	6,30	8,40	0,00	5,88
2	1919186	04/06/1978	Marcia Aparecida Schwenter Machado	2,70	4,20	6,90	3,00	5,73
3	1917980	24/08/1986	Leila Cristina Fink Marques	1,50	3,50	5,00	3,00	4,40
4	1928390	05/11/1986	Jean Pierre Grein Dos Santos	2,40	2,80	5,20	0,00	3,64
5	1931006	08/09/1998	Augusto Cesar Dos Santos	1,50	3,50	5,00	0,00	3,50

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ-ESCOLA) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1920428	23/09/1991	Samanta Mayer Martins Granemann	3,00	7,00	10,00	3,00	7,90
2	1918504	11/05/1981	Katiuscia Luiz	2,70	6,30	9,00	3,00	7,20
3	1917954	11/04/1988	Adriana Aparecida Denardi	2,40	7,00	9,40	0,00	6,58
4	1913750	30/04/1988	Francieli Ortiz De Souza	2,40	7,00	9,40	0,00	6,58
5	1924505	12/07/1970	Vera Marcia Antunes	2,40	6,30	8,70	0,00	6,09
6	1935792	24/12/1993	Sabrina Si-queira	2,40	6,30	8,70	0,00	6,09
7	1925318	06/09/1980	Lucineide Perretti Terencio	2,40	4,90	7,30	3,00	6,01
8	1923578	27/11/1994	Jucieli Marta Nogueira	1,50	7,00	8,50	0,00	5,95
9	1932125	17/10/1986	Simone Aparecida Antunes	2,10	6,30	8,40	0,00	5,88
10	1929632	21/07/1989	Ana Paula Ribeiro Da Silva	2,10	6,30	8,40	0,00	5,88
11	1928573	09/05/1982	Monica Regina Duarte Rodrigues	1,80	6,30	8,10	0,00	5,67
12	1936623	28/04/1966	Sirlei Pires De Moraes Alves	1,20	5,60	6,80	3,00	5,66
13	1914164	29/11/1982	Celia Kluge	2,40	5,60	8,00	0,00	5,60
14	1915805	30/03/1974	Marize Fernandes Ribeiro De Souza	1,50	6,30	7,80	0,00	5,46
15	1921490	07/07/1990	Evelize Cristina Garcia	1,50	6,30	7,80	0,00	5,46
16	1920602	10/07/1967	Nelci Salete De Almeida Mello	0,90	5,60	6,50	3,00	5,45
17	1914667	01/06/1984	Patricia Rodrigues Carneiro	2,10	5,60	7,70	0,00	5,39
18	1924246	05/05/1995	Ana Aline Oliveira Silva	2,10	5,60	7,70	0,00	5,39
19	1919577	05/12/1996	Fernanda Carvalho Scheffmacher	2,10	5,60	7,70	0,00	5,39
20	1919483	05/10/1995	Alessandra Rodrigues Da Silva	1,20	6,30	7,50	0,00	5,25
21	1919466	04/02/1976	Salete Silva Pins	1,80	5,60	7,40	0,00	5,18
22	1931367	09/08/1978	Veronica Aparecida Kluge Possenti	1,80	5,60	7,40	0,00	5,18
23	1936321	06/12/1989	Andrea Aparecida Luz	1,80	5,60	7,40	0,00	5,18

24	1918924	22/06/1991	Josiane Ribeiro	1,80	5,60	7,40	0,00	5,18
25	1916455	15/06/1994	João Paulo de Melo Borges	1,80	5,60	7,40	0,00	5,18
26	1925946	22/11/1961	Olinda De Souza Rizzo	1,20	4,90	6,10	3,00	5,17
27	1916330	29/09/1990	Tatiane Thibes Floriano	2,40	4,90	7,30	0,00	5,11
28	1919784	11/09/1997	Kerolin Lorrany Telles	1,20	5,60	6,80	0,00	4,76
29	1932713	18/06/1990	Bruna Dos Santos Miranda	1,80	4,90	6,70	0,00	4,69
30	1914944	27/12/1985	Giseli Garcia	1,50	4,90	6,40	0,00	4,48
31	1914540	16/10/1987	Janete Aparecida Granemann	2,10	4,20	6,30	0,00	4,41
32	1913691	19/04/1988	Jucinei Vieira De Freitas	2,40	3,50	5,90	0,00	4,13
33	1913677	03/07/1996	Julio Matheus Koch De Oliveira	1,20	4,20	5,40	0,00	3,78
34	1933640	11/12/1993	Melissa Alves	1,80	3,50	5,30	0,00	3,71
35	1933713	23/07/1992	Jessica Alves Ribeiro	0,90	4,20	5,10	0,00	3,57
36	1916773	05/02/1979	Michele Carlin Dos Santos Granemann Do Amaral	1,50	3,50	5,00	0,00	3,50

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ-ESCOLA) - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1915958	16/12/1990	Joveli Dias De Souza Santos	2,40	6,30	8,70	5,00	7,59
2	1923947	22/05/1990	Alice Mara Victor Dos Santos	1,80	4,20	6,00	2,00	4,80
3	1913925	05/06/1994	Jessica Moura Fernandes	1,80	4,90	6,70	0,00	4,69
4	1913759	23/12/1999	Beatriz De Oliveira Lima	1,80	4,90	6,70	0,00	4,69
5	1925801	25/07/1996	Fabiana Pires	0,90	5,60	6,50	0,00	4,55
6	1918497	23/03/1993	Aline Correia De Souza	0,90	4,90	5,80	0,00	4,06

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1927182	31/07/1994	Jociane Grein Simao	2,40	4,20	6,60	0,00	4,62
2	1918476	15/01/1999	Leila De Souza	1,80	3,50	5,30	0,00	3,71

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1918147	26/05/1977	Douglas Jose Dos Santos	1,80	6,30	8,10	0,00	5,67
2	1924035	10/10/1989	Vanessa Peretti	2,10	5,60	7,70	0,00	5,39
3	1932744	17/04/1989	Camila Oliveira De Lima Campos	1,80	5,60	7,40	0,00	5,18

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------------------	---------------------------	---------------	---------	-------------

1	1920688	23/11/1986	Isabel Cristina De Oliveira	2,10	4,90	7,00	10,00	7,90
2	1913751	09/01/1997	Douglas De Castilho	1,50	4,20	5,70	0,00	3,99

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1934334	15/05/1991	Geferson Alves De Castro Kluge	2,10	6,30	8,40	0,00	5,88

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1920101	08/01/1993	Sabrina Vesaro	1,50	5,60	7,10	0,00	4,97

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1923077	31/01/1991	Luciane Ribeiro Da Costa	1,80	4,20	6,00	0,00	4,20
2	1920212	30/10/1989	Tamara Ribeiro Dos Santos Berti	1,80	3,50	5,30	0,00	3,71

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1935429	06/09/1993	Emanoel Diego De Oliveira Israel	2,70	5,60	8,30	3,00	6,71

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1928947	19/06/1997	Evair Medeiros	1,50	4,20	5,70	3,00	4,89

PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1932359	28/05/1987	Luiz Claudio Ribeiro	2,70	3,50	6,20	3,00	5,24
2	1936630	09/11/1983	Marcos Dione Martins Dos Santos	1,80	3,50	5,30	0,00	3,71

PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1918674	10/07/1996	Vitor Mateus Rauen	3,00	4,20	7,20	2,00	5,64

Prefeitura Municipal de Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020 EDUCAÇÃO - JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação Nº 2380237

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020
EDUCAÇÃO
JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 02/2020, conforme segue:

Recurso 001 - Candidato de Inscrição n° 1915805.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer a revisão da sua classificação, bem como os documentos de títulos apresentados. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), a nota final está correta e de acordo com a fórmula constante no item 9.1 do edital. Quanto a prova de títulos também não assiste razão ao(a) candidato(a), pois o(a) mesmo(a) enviou diploma de pós-graduação em cópias simples e sem código de verificação de autenticidade, estando assim em desacordo com a alínea 'b' do item 8.1.2 do edital. Sendo assim, a nota está correta e não será alterada.

Recurso 002 - Candidato de Inscrição n° 1933640.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer a revisão da nota da prova de títulos.

Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que o(a) mesmo(a) não entregou documento válido para pontuação conforme tabela 8.2 do edital.

Recurso 003 - Candidato de Inscrição n° 1920428.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer a revisão da sua classificação.

Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), a nota final está correta e de acordo com a fórmula constante no item 9.1 do edital.

Recurso 004 - Candidato de Inscrição n° 1932147.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer a revisão da nota da prova de títulos.

Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que o(a) mesmo(a) não entregou documento válido para pontuação conforme tabela 8.2 do edital.

Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 03/2020 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação N° 2380240

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 03/2020 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O Senhor LEONIRO DA SILVA PAHL, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa interessar a publicação da HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, conforme segue:

COZINHEIRA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1913880	01/01/2002	Poliana Gois De Oliveira	2,40	3,50	5,90	5,90

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	1930639	03/11/1985	Rosana Aparecida Peppes	1,80	4,90	6,70	0,00	5,36

RECEPCIONISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1935313	08/11/1999	Fabiana Schefmacher Peretti	1,50	4,90	6,40	6,40
2	1933741	03/06/1991	Queila Perego	1,20	4,90	6,10	6,10
3	1914562	17/05/1986	Juliana Carlin Ramos	1,20	4,20	5,40	5,40
4	1922128	09/04/1992	Cleiton Souza	1,20	4,20	5,40	5,40
5	1927891	16/02/1996	Josiane Muller Pereira	1,80	3,50	5,30	5,30
6	1913724	18/01/2002	Nathalia Alessandra Gonçalves Mendes	1,80	3,50	5,30	5,30

7	1928948	24/06/1981	Joao Paulo De Oliveira	1,50	3,50	5,00	5,00
8	1935916	16/10/1997	Liliane Leffer Da Silva Guedes	1,50	3,50	5,00	5,00

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1931933	11/03/1981	Adenilson Guedes Dos Santos	1,20	5,60	6,80	6,80
2	1919833	24/08/1966	Eloir Fogues	1,20	4,20	5,40	5,40

TÉCNICO RADIOLOGISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1917038	15/08/1990	Eliziane Grassmann	2,10	5,60	7,70	7,70
2	1934935	25/03/1998	Larissa Lopes	1,80	5,60	7,40	7,40
3	1923308	15/01/1987	Carlos Alberto Sousa Da Silva	1,20	4,90	6,10	6,10
4	1933817	03/02/1989	Jhony Felipe	1,50	4,20	5,70	5,70
5	1933855	11/12/1986	Marina Moraes Da Silva	0,60	4,90	5,50	5,50
6	1920822	18/05/1984	Rozeli Alves Moraes Figueredo	1,20	4,20	5,40	5,40
7	1932976	22/01/1988	Karice Regina De Souza	0,90	4,20	5,10	5,10

Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020 - JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação Nº 2380242

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

O Senhor LEONIRO DA SILVA PAHL, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio e Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa interessar a publicação do JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020, conforme segue:

Recurso 001 - Candidato de Inscrição nº 1922128.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) requer a recontagem da sua nota da prova objetiva, bem como da nota da candidata de inscrição 1914562. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a pontuação da nota da Prova Objetiva condiz com as marcações assinaladas nos cartões-resposta efetuadas pelos(as) candidatos(as), ou seja, está correta. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviado ao e-mail do(a) candidato(a) em caso de solicitação. Vale ressaltar que o critério de desempate está de acordo com o item 9.4 do edital.

Lebon Régis, 28 de fevereiro de 2020.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

LEI Nº 1691 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380555

LEI Nº 1691 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES E DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal, autorizado a conceder aos Vereadores e servidores públicos lotados no quadro de pessoal dos servidores do poder Legislativo Municipal, a título de revisão anual, um aumento de 4,48%, incidente sobre a remuneração devida.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

LEBON RÉGIS, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N° 002/2020 - PMLL**

Publicação N° 2380819

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N° 002/2020

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO N° 063/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA GRAZIELI ERHARDT BURGER 05473718965.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor VITOR NORBERTO ALVES, e do outro lado a Empresa GRAZIELI ERHARDT BURGER 05473718965, denominado apenas como CONTRATADA, com base nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

Considerando, a CI n° 020A/2020, de 04 de fevereiro de 2020, que solicita rescisão ao Contrato n° 063/2019 (contrato original n° 013/2019), tendo em vista a necessidade de alteração da carga horária dos serviços e dos valores contratados.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo de rescisão põe fim, de forma amigável, ao Contrato n° 063/2019, que visa realização de cursos de música nas modalidades de acordeom, violão, teclado e canto, com carga horária de 20 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por encerrado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Ituporanga/SC para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas, para os devidos efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO - Este Termo de Rescisão Contratual entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de fevereiro de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	GRAZIELI ERHARDT BURGER GRAZIELI ERHARDT BURGER 05473718965 Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	ALINE KRAUS
----------------------	-------------

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 01/2020

Publicação Nº 2380729

1. MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TP 01/2020

No dia vinte e oito do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, na Sala de Licitações e com a presença dos membros da Comissão Permanente de Licitações, servidores Antonio Carlos Vicente e Lígia Rossini Gonçalves Rigo, sob a Presidência da Senhora Tatiane Longo, todos designados pelo Decreto 3287/2020, com o objetivo de julgar a proposta de preços das empresas proponentes, sendo realizada a abertura do envelope número dois, Proposta de Preços das licitantes habilitadas. Após análise da proposta, foi constatado que as mesmas se encontram em acordo com o estabelecido no edital e com o orçamento prévio de preços. Assim sendo, a licitante Oliveira e Oliveira Advogados foi julgada vencedora do presente certame com o valor da proposta de R\$ 1.827,00 (Um mil oitocentos e vinte e sete reais). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão, e lavrou-se o presente termo que vai assinado pelos presentes. Tendo em vista que as empresas não apresentaram termo de renúncia relativo à fase de julgamento da proposta de preços, fica aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do resultado do certame, para a interposição de eventuais recursos. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de fevereiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitações

Lontras

PREFEITURA

LEI Nº 2510/2020

Publicação Nº 2380218

LEI Nº 2510, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXTINGUE O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto, no Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores do município de Lontras - SC, o cargo vago de Auxiliar de Serviços Gerais, descrito no Anexo III, do quadro de provimento efetivo de pessoal da Estrutura do Poder Legislativo, previsto na Lei nº 2280, de 15 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 27 de fevereiro de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Mesa Diretora da Câmara Municipal
Projeto de Lei nº 95, 16 de dezembro de 2019

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 29/2020**

Publicação Nº 2379650

DECRETO N.º 29/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

2.006 – Manutenção das atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 8

Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2019, por conta dos Recursos Ordinários, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 30/2020

Publicação Nº 2379657

DECRETO N.º 30/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

2.012 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações diretas

Código Reduzido: 22

Fonte de Recursos: 0.1.08.0868 – COSIP – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública

Valor: R\$ 150.000,00

2.079 – Manutenção do Convênio de Trânsito com Polícia Militar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações diretas

Código Reduzido: 92

Fonte de Recursos: 0.1.10.0870 – Convênio de Trânsito - Militar

Valor: R\$ 3.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

2.012 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações diretas

Código Reduzido: 23

Fonte de Recursos: 0.1.08.0868 – COSIP – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública

Valor: R\$ 150.000,00

2.079 – Manutenção do Convênio de Trânsito com Polícia Militar

Modalidade de Aplicação: 3.3.30.00 – Aplicações diretas

Código Reduzido: 91

Fonte de Recursos: 0.1.10.0870 – Convênio de Trânsito - Militar

Valor: R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de Fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 09/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

Publicação Nº 2379708

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 09/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2019 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2020.

GILMAR DA SILVA
Secretário Municipal de Administração
ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 09/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo – Atendente de Educação Infantil

N.º inscrição	Candidato(a)
247	MAINDRA AMANDA CORREIA
284	TEREZINHA DE FÁTIMA MARTINS
363	GRASIELA TORQUATO WILBERT
144	KELLY CRISTINA SCOLA
129	THUANY TELES SCHMITZ GESSER
332	AMANDA GONÇALVES
109	MÔNICA NASCIMENTO SANTOS KUNRADI
163	TÁBATA PILAR ROSA EGER
350	LUCIANE RODRIGUES
315	MONIKE NASCIMENTO SANTOS

Cargo – Cozinheiro(a)

N.º inscrição	Candidato(a)
55	ERLI RONCHI
106	ELIETE MARIA SILVA RIBEIRO BONFIM
171	MIRIAM ISABEL DE SOUZA

Cargo – Zelador(a)

N.º inscrição	Candidato(a)
203	JULIANA MELCHIORETTO DA SILVA

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 09/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
 - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
 - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);

10. Documentação para abertura de conta no banco:

10.1. 02 (duas) cópias do CPF;

10.2. 02 (duas) cópia do RG;

10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 01/2019) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2019.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sou penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 09/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019 RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	

Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmacêutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vigilância Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agrônomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 14/2020 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

Publicação Nº 2379710

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 14/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Concurso Público n.º 01/2019 para provimento de cargos efetivos de servidores públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 17:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias úteis para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito

à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental, realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.2. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62/2014.

4. DA POSSE

4.1. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

4.2. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2020.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 14/2020

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo – Cozinheiro(a)

N.º Inscrição	Candidato
10116	ELIETE MARIA SILVA RIBEIRO BONFIM
12636	GLAYCE KELLY RIBEIRO MACIEL
10136	ROZIMAR TRINDADE
11023	JANAÍNA BACHMANN DOS SANTOS REICHERT

Cargo – Zelador(a)

N.º Inscrição	Candidato
11514	JANILSON ROSENDO DE SÁ E SILVA

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 14/2020

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

- 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- Cópia do cartão do PIS/PASEP, caso não estiver anotado junto ao CTPS;
- Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. Documento de Identidade - RG ou carteira de órgão de classe profissional, no caso de carreira regulamentada;
 - 4.2. Documento oficial com número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, caso não conste no RG ou na carteira de órgão de classe profissional;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.5. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.6. Certidão de Casamento ou, se solteiro, Certidão de Nascimento.
- Cópia das Certidões de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
- Cópia do RG dos filhos menores de idade e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
- Cópia da Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
- Atestado de frequência escolar de filhos com mais de 06 (seis) anos, em idade escolar, emitida pela Secretaria de Educação ou na escola em que a criança frequente;
- Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- Comprovante de residência atualizado;
- Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
- Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, emitido junto ao endereço eletrônico <<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/>>

ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>;

13. Ficha de Qualificação Cadastral, emitido junto ao endereço eletrônico <<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>>;

14. Certidão de quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>;

15. Certidões negativas de ações cíveis e criminais expedidas pelo TJSC e pela Justiça Federal de Santa Catarina;

16. Declaração assinada por profissional da saúde, junto às Unidades de Saúde, de que o candidato encontra-se com a sua situação vacinal atualizada (conforme Anexo II);

17. Declaração de Bens assinada (conforme Anexo II), podendo ser substituída pela Declaração de Imposto de Renda;

18. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (conforme Anexo II);

19. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (conforme Anexo II);

20. Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (conforme Anexo II);

21. Dados para contato: número de telefone, endereço atualizado e e-mail;

22. Documentação para abertura de conta no banco:

22.1. 02 (duas) cópias do CPF;

22.2. 02 (duas) cópia do RG;

22.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO VACINAL

Declaro que o paciente _____ encontra-se com a sua situação vacinal atualizada até a presente data, tendo seu esquema vacinal completo ou devendo realizar sua próxima dose conforme quadro abaixo:

Febre Amarela (FA)	() esquema vacinal completo () não realizada	Aprazamento: ____/____/____
Tríplice Viral (VTV)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____ Aprazamento: ____/____/____
Hepatite B (Hb)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____
Dupla Adulto (dT)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____
Houve restrição na aplicação de alguma vacina?	() Sim () Não	Se sim, justifique: () Gestante () Amamentando () Vacina contraindicada para a pessoa () Outras restrições
A vacina não realizada poderá ser feita em outro momento?	() Sim () Não	

Luiz Alves, ____/____/____.

Carimbo e Assinatura do Profissional de Saúde

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Posso bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, frente à aprovação no Concurso Público n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, frente à aprovação no Concurso Público n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, DECLARO RENUNCIAR, em caráter definitivo, a posse para o cargo de _____.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, DECLARO, para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não soufrí penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 - Lei da Ficha Limpa.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 14/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma completo;
2. Glicemia;

3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de torác com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor);
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).
13. Acuidade visual (para motorista);
14. Eletroencefalograma (para motoristas);
15. Comprovante de vacinação para as seguintes doenças:
 - 15.1. Hepatite B (Hb);
 - 15.2. Dupla Adulto (dT);
 - 15.3. Tríple viral (VTV);
 - 15.4. Febre Amarela (FA).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 15/2020 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

Publicação N° 2379979

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 15/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Concurso Público n.º 01/2019 para provimento de cargos efetivos de servidores públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 17:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias úteis para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental, realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.2. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62/2014.

4. DA POSSE

4.1. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

4.2. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2020.

GILMAR DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 15/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo – Vigia

N.º Inscrição	Candidato
12606	ADILSON FERREIRA

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 15/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
2. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
3. Cópia do cartão do PIS/PASEP, caso não estiver anotado junto ao CTPS;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. Documento de Identidade - RG ou carteira de órgão de classe profissional, no caso de carreira regulamentada;
 - 4.2. Documento oficial com número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, caso não conste no RG ou na carteira de órgão de classe profissional;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.5. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.6. Certidão de Casamento ou, se solteiro, Certidão de Nascimento.
5. Cópia das Certidões de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
6. Cópia do RG dos filhos menores de idade e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
7. Cópia da Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
8. Atestado de frequência escolar de filhos com mais de 06 (seis) anos, em idade escolar, emitida pela Secretaria de Educação ou na escola em que a criança frequente;
9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
10. Comprovante de residência atualizado;
11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
12. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, emitido junto ao endereço eletrônico <<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>;
13. Ficha de Qualificação Cadastral, emitido junto ao endereço eletrônico <<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>>;
14. Certidão de quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>;
15. Certidões negativas de ações cíveis e criminais expedidas pelo TJSC e pela Justiça Federal de Santa Catarina;
16. Declaração assinada por profissional da saúde, junto às Unidades de Saúde, de que o candidato encontra-se com a sua situação vacinal atualizada (conforme Anexo II);
17. Declaração de Bens assinada (conforme Anexo II), podendo ser substituída pela Declaração de Imposto de Renda;
18. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (conforme Anexo II);
19. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (conforme Anexo II);
20. Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (conforme Anexo II);
21. Dados para contato: número de telefone, endereço atualizado e e-mail;
22. Documentação para abertura de conta no banco:
 - 22.1. 02 (duas) cópias do CPF;
 - 22.2. 02 (duas) cópia do RG;
 - 22.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO VACINAL

Declaro que o paciente _____ encontra-se com a sua situação vacinal atualizada até a presente data, tendo seu esquema vacinal completo ou devendo realizar sua próxima dose conforme quadro abaixo:

Febre Amarela (FA)	() esquema vacinal completo () não realizada	Aprazamento: ____/____/____
Tríplice Viral (VTV)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____ Aprazamento: ____/____/____
Hepatite B (Hb)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____

Dupla Adulto (dT)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____
Houve restrição na aplicação de alguma vacina?	() Sim () Não	Se sim, justifique: () Gestante () Amamentando () Vacina contraindicada para a pessoa () Outras restrições
A vacina não realizada poderá ser feita em outro momento?	() Sim () Não	

Luiz Alves, ____/____/____.

Carimbo e Assinatura do Profissional de Saúde

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____,

emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, frente à aprovação no Concurso Público n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, frente à aprovação no Concurso Público n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, DECLARO RENUNCIAR, em caráter definitivo, a posse para o cargo de _____.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, DECLARO, para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 - Lei da Ficha Limpa.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 15/2020 CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma completo;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de torácico com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor);
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).
13. Acuidade visual (para motorista);
14. Eletroencefalograma (para motoristas);
15. Comprovante de vacinação para as seguintes doenças:
 - 15.1. Hepatite B (Hb);
 - 15.2. Dupla Adulto (dT);
 - 15.3. Tríplice viral (VTV);
 - 15.4. Febre Amarela (FA).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 16/2020 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

Publicação N° 2380334

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 16/2020 CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Concurso Público n.º 01/2019 para provimento de cargos efetivos de servidores públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 17:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias úteis para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental, realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.2. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62/2014.

4. DA POSSE

4.1. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

4.2. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2020.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 16/2020

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo – Técnico(a) em Enfermagem ESF

N.º Inscrição	Candidato
11243	JOSÉ ROBERTO ALVES DE JESUS

Cargo – Técnico(a) em Enfermagem

N.º Inscrição	Candidato
10309	TAMARA LANGE TAVARES
12174	LILIANE CARLA VIEIRA GOEDERT

Cargo – Médico(a) ESF

N.º Inscrição	Candidato
11205	LARISSA JÉSSICA REINALDO DE OLIVEIRA

Cargo – Zelador(a)

N.º Inscrição	Candidato
10016	LIDIANE AMÉLIA SCHWEIZER

Cargo – Odontólogo(a) ESF

N.º Inscrição	Candidato
10051	NAYLA REBELO SOUZA LIMA

Cargo – Auxiliar de Saúde Bucal ESF

N.º Inscrição	Candidato
12603	MARA LETÍCIA LORENZI FERREIRA

Cargo – Profissional de Educação Física (SMS)

N.º Inscrição	Candidato
---------------	-----------

12672

YARA LARISSA AMORIM GASTALDI

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 16/2020
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
2. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
3. Cópia do cartão do PIS/PASEP, caso não estiver anotado junto ao CTPS;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. Documento de Identidade - RG ou carteira de órgão de classe profissional, no caso de carreira regulamentada;
 - 4.2. Documento oficial com número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, caso não conste no RG ou na carteira de órgão de classe profissional;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.5. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.6. Certidão de Casamento ou, se solteiro, Certidão de Nascimento.
5. Cópia das Certidões de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
6. Cópia do RG dos filhos menores de idade e, se declarados no Imposto de Renda como dependentes, dos filhos menores de 24 (vinte e quatro) anos;
7. Cópia da Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
8. Atestado de frequência escolar de filhos com mais de 06 (seis) anos, em idade escolar, emitida pela Secretaria de Educação ou na escola em que a criança frequente;
9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
10. Comprovante de residência atualizado;
11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
12. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, emitido junto ao endereço eletrônico <<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>;
13. Ficha de Qualificação Cadastral, emitido junto ao endereço eletrônico <<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>>;
14. Certidão de quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>;
15. Certidões negativas de ações cíveis e criminais expedidas pelo TJSC e pela Justiça Federal de Santa Catarina;
16. Declaração assinada por profissional da saúde, junto às Unidades de Saúde, de que o candidato encontra-se com a sua situação vacinal atualizada (conforme Anexo II);
17. Declaração de Bens assinada (conforme Anexo II), podendo ser substituída pela Declaração de Imposto de Renda;
18. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (conforme Anexo II);
19. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (conforme Anexo II);
20. Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (conforme Anexo II);
21. Dados para contato: número de telefone, endereço atualizado e e-mail;
22. Documentação para abertura de conta no banco:
 - 22.1. 02 (duas) cópias do CPF;
 - 22.2. 02 (duas) cópia do RG;
 - 22.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO VACINAL

Declaro que o paciente _____ encontra-se com a sua situação vacinal atualizada até a presente data, tendo seu esquema vacinal completo ou devendo realizar sua próxima dose conforme quadro abaixo:

Febre Amarela (FA)	() esquema vacinal completo () não realizada	Aprazamento: ____/____/____
Tríplice Viral (VTV)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____ Aprazamento: ____/____/____
Hepatite B (Hb)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____
Dupla Adulto (dT)	() esquema vacinal atualizado () esquema vacinal completo () não realizada	Próxima dose: ____/____/____

Houve restrição na aplicação de alguma vacina?	() Sim () Não	Se sim, justifique: () Gestante () Amamentando () Vacina contraindicada para a pessoa () Outras restrições
A vacina não realizada poderá ser feita em outro momento?	() Sim () Não	

Luiz Alves, ____/____/____.

Carimbo e Assinatura do Profissional de Saúde

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade n.º _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, frente à aprovação no Concurso Público n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.



Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no Concurso Público nº 01/2019, do Município de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, DECLARO RENUNCIAR, em caráter definitivo, a posse para o cargo de _____.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____ inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 - Lei da Ficha Limpa.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 16/2020

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma completo;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de tórax com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor);
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).
13. Acuidade visual (para motorista);
14. Eletroencefalograma (para motoristas);
15. Comprovante de vacinação para as seguintes doenças:
 - 15.1. Hepatite B (Hb);
 - 15.2. Dupla Adulto (dT);
 - 15.3. Tríple viral (VTV);
 - 15.4. Febre Amarela (FA).

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2020 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2380142

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS NO DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB-E E REURB-S DE ACORDO COM A LEI FEDERAL 13.465/2017, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves torna público que, a partir da data de 03 de março de 2020 até 17 de março de 2020 estará credenciando

empresas (pessoas jurídicas) para desenvolver trabalhos de regularização fundiária urbana (REURB-e e REURB-s) de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, no Município de Luiz Alves/SC. A abertura dos envelopes será realizada no dia 18 de março de 2020, às 10h: 00min. Encontram-se à disposição dos interessados o Edital de Credenciamento e Anexos.

Caso não haja interessados até o dia 18 de março de 2020, este credenciamento ficará disponibilizado aos possíveis interessados (pessoas físicas ou jurídicas), até o dia 31 de dezembro de 2020.

Informações: Rua Erich Gielow, nº 35, Centro ou através dos telefones: (47) 3377-8614/ 3377-8600, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, ou ainda, no site www.luizalves.sc.gov.br, preferencialmente.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2020.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL DA CONCORRÊNCIA N.º 01/2020 (PREFEITURA)

Publicação N° 2380657

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° 01/2020
RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A ALIENAÇÃO DE 02 (DOIS) IMÓVEIS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA LEI N.º 1.786, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.

Em relação ao preâmbulo do edital, onde se lê: "10 de fevereiro", leia-se: "10 de março". Neste sentido, considerando o presente erro material, mantem-se a data de abertura dos envelopes no dia 10 de março de 2020, às 10h00min, com protocolo para recebimento dos envelopes até às 09h45min do mesmo dia.

Luiz Alves, 28 de fevereiro de 2020.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA 118/2020

Publicação N° 2380335

PORTARIA N.º 118/2020

Nomeia servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Sr. PAULO JOSÉ RODERS, para o cargo de operário braçal, junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em razão de sua aprovação no Concurso Público n.º 01/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 19 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 120/2020

Publicação N° 2380337

PORTARIA N.º 120/2020

Nomeia servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Sr. DONIZETE FLAMINO PIRES, para o cargo de operário braçal, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, em razão de sua aprovação no Concurso Público n.º 01/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 121/2020

Publicação N° 2380338

PORTARIA N.º 121/2020

Nomeia servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Sr. DINOEL FREITAS CRUZ, para o cargo de operário braçal, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, em razão de sua aprovação no Concurso Público n.º 01/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 02 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 04/20 (REDA) - ANDRESSA STREY (RETIFICAÇÃO)

Publicação N° 2380132

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna (SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ANDRESSA STREY, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.008.780 e inscrita no CPF/MF sob nº 081.159.609-50, residente e domiciliada na Rua André Szeremetta, 135, Bairro Jardim José Rupp, na cidade de Herval D'Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e ANDRESSA STREY, passando, a partir de 06 de Fevereiro de 2020 até 18 de Dezembro de 2020, a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora Artes devido ao aumento do número de turmas, não justificando o provimento do cargo e Professor Volante. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 3.161,94 (três mil, cento e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DA CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 30 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 10 (dez) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna (SC), 06 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ANDRESSA STREY CONTRATADA
-------------------------------------	------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
_____	_____

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 18/20 (REDA) - VANESSA ALBERTI WILLMSEN (RETIFICAÇÃO)

Publicação N° 2380145

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna (SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e VANESSA ALBERTI WILLMSEN, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.756.600 e inscrita no CPF/MF sob nº 063.112.489-64, residente e domiciliada na Rua São Roque, 465, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Primeira, Terceira e Quarta do CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA e PRISCILA DANIELE VANNI, passando, a partir de 06 de Fevereiro de 2020 até o retorno da professora Rafaela Dartora dos Santos que se encontra em licença maternidade, a vigorar da seguinte forma:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de Professora de Educação Infantil para reger classe em razão da substituição da professora Rafaela Dartora dos Santos, não justificando o provimento do cargo e Professor Volante em substituição a professores afastados por motivo de saúde e demais afastamentos autorizados em lei. As atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 3.161,94 (três mil, cento e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada total de trabalho DA CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas oriunda da contratação inicial e 20 (vinte) horas de carga horária suplementar concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna (SC), 06 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	VANESSA ALBERTI WILLMSEN CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

CONTRATO 20/2020 (REDA) - QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO

Publicação Nº 2380375

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO, brasileira, em união estável, agente comunitária de saúde, portadora da cédula de identidade nº 4.373.628 e inscrita no CPF/MF sob nº 041.030.679-77, residente e domiciliada na Rua Linha Limeira, sn, Interior, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL previsto na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 com fundamento no inciso IX do art.37 da Constituição Federal, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA exercerá as funções de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE cujas atribuições são as constantes do anexo que é parte integrante do presente contrato, além de outras funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades do CONTRATANTE, desde que compatíveis com a sua formação profissional.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará por prazo indeterminado, com início em 02/03/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - A remuneração mensal paga pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, incluindo o repouso semanal remunerado será de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - A jornada de trabalho será de 40 horas semanais, concordando desde logo com a prorrogação ou compensação desse horário, se assim for necessário.

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA sujeitar-se-á às proibições do art.20 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, bem como aos deveres, proibições, responsabilidades e penalidades previstas na Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, que em nenhum momento poderão ser ignorados, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas e a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob pena de ser punido por falta grave, nos termos da legislação vigente e demais disposições inerentes à segurança e medicina do trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE poderá descontar do salário da CONTRATADA o valor dos danos e prejuízos por ele causados por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLAUSULA SÉTIMA - - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 11 da Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019. E, por estarem de pleno acordo com o teor das cláusulas acima, firmam o presente contrato administrativo de trabalho em 02 (duas) vias de igual teor.

Luzerna(SC), 02 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

ANEXO I ATRIBUIÇÕES

FUNÇÃO PÚBLICA: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ATRIBUIÇÕES:

- A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;
- A promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- O registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- O estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- A participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

DECRETO 2897

Publicação Nº 2380839

DECRETO Nº 2897 de 28 de fevereiro de 2020.

“TRANSFERE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA E SUPLEMENTA PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos art. 4º e 5º da Lei nº 1.683 de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam transferidas as dotações abaixo:

I - Recursos ordinários (000, 001 e 002)

Movimento	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
Anulação	2.711	001	3	90	15.000,00
Suplementação	2.711	001	4	90	15.000,00

Art.2º- Ficam suplementadas as dotações abaixo provenientes do excesso de arrecadação:

I - Prêmio Stemmer Inovação Catarinense (513)

Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor (R\$)
2.280	3	90	10.000,00

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2020.

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2020.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020/PML - AULAS DE MÚSICA, DANÇA, TEATRO E CANTO CORAL

Publicação Nº 2379643

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 – PML

Processo Administrativo nº 003/2020- PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar Chamamento Público destinado a selecionar Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração.

OBJETO: O presente Edital de Chamamento Público destinado a celebração de Termo de Colaboração, possui por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, para realização de atividades, projetos ou ações voltadas ao desenvolvimento cultural e artístico, durante o exercício de 2020, mediante a realização de:

- a) Aulas gratuitas de técnica vocal e prática de canto coral para crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna;
- b) Aulas gratuitas de técnica e práticas musicais, percussão e prática de instrumentos de percussão, compreendendo ainda, aulas de coreografia para fanfarras, destinadas a crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna.
- c) Aulas gratuitas de danças, voltadas ao resgate da cultura local, para crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna, com o intuito de fomentar e difundir a cultura germânica, italiana e gaúcha trazida pelos colonizadores do Município de Luzerna/SC;
- d) Aulas gratuitas de teatro voltadas para difusão da cultura italiana, e coreografias diversas (dança) para crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei Federal n. 13.019/2014 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 2360/2017 e regras da IN TC 14/12, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CADASTRO DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: até o dia 1º de abril de 2020, no sistema de Gestão de Recursos Repassados (<https://gerr.com.br/principal.php?chave=01613428000172>).

ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO: dia 02 de abril de 2020.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br, no link disponível em Parcerias Lei 13.019/14 ou direto pelo site <https://gerr.com.br/principal.php?chave=01613428000172>.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700 ou e-mail: debora@luzerna.sc.gov.br.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2019

Publicação Nº 2379853

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA**1. DAS DEMONSTRAÇÕES**

Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019 e compreendem todos os demonstrativos anuais do Município.

As demonstrações são consolidadas, compreendendo os seguintes órgãos e CNPJ:

- a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);
- b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48);
- c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80);
- d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77);
- e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72);
- f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31);
- g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54);
- h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08);
- i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73);
- j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03);
- k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e
- l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).

Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras:

- a) Câmara Municipal de Luzerna;
- b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna; e
- c) Município de Luzerna (demais órgãos).

A contabilidade do Município é executada por 3 contadores:

- a) Ana Claudia Miotto, CRC/SC 33.105, responde pelos fundos municipais;
- b) Dreone Mendes, CRC/SC 36.461, responde pela Prefeitura Municipal e consolidação dos dados; e
- c) Rubiana Suelen Balestrin, CRC/SC 29.319, responde pela Câmara Municipal.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, às normas contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes

Orçamentárias, as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais, do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e das determinações do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no site <<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>>.

A documentação é composta por livros, documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos usos e costumes.

Todos os valores apresentam-se em reais, em unidades, salvo quando expressamente informados.

Em obediência ao art. 34 da Lei nº 4.320/64 o exercício financeiro coincide com o ano civil.

2. ASPECTOS DO MUNICÍPIO

3. Aspectos históricos e localização geográfica

O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, distante 400 km da Capital Florianópolis, sendo fundada em 1915 pelo engenheiro eletrotécnico alemão Henrique Hacker, inicialmente chamada de Colônia Bom Retiro, passando-se a chamar Luzerna apenas em 1946, sendo esse nome derivado de uma variedade de alfafa, contudo a emancipação de Luzerna foi concretizada apenas em 1995, e em 1996, foi realizada a primeira eleição para escolha do Prefeito, que assumiria o cargo em 1997. Outras informações sobre o histórico de Luzerna podem ser obtidas no artigo disponível em: <http://www.avai.com.br/novo/homenagem-a-luzerna/>.

A localização geográfica no Estado de Santa Catarina, e deste no país é demonstrado na figura abaixo:

4. Dados geográficos do Município

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

- a) População estimada [2019]: 5.685 pessoas;
- b) População no último censo [2010]: 5.600 pessoas;
- c) Densidade demográfica [2010]: 47,30 hab/km²;
- d) Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]: 2,5 salários mínimos;
- e) Pessoal ocupado [2017]: 1.689 pessoas;
- f) População ocupada [2017]: 29,6 %;
- g) Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]: 22,6 %;
- h) Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]: 99,6 %
- i) IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]: 7,7;
- j) IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]: 6,1;
- k) Matrículas no ensino fundamental [2018]: 605 matrículas;
- l) Matrículas no ensino médio [2018]: 529 matrículas;
- m) Docentes no ensino fundamental [2018]: 42 docentes;
- n) Docentes no ensino médio [2018]: 64 docentes;
- o) PIB per capita [2017]: R\$ 27.843,14;
- p) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]: 0,789;

No item Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino é detalhado a quantidade de alunos em 2019.

5. Economia

Conforme dados apurados pelo Setor de Tributação do Município em 2019, o faturamento de empresas e pessoas físicas foi de R\$ 223.056.645,51, sendo distribuído da seguinte forma:

- a) R\$ 79.796.235,82 pela produção de produtos agrícolas;
- b) R\$ 104.057.090,00 pela produção (não agrícola) e comercialização de produtos e mercadorias;
- c) R\$ 39.203.319,69 pela prestação de serviços.

6. BALANÇO PATRIMONIAL

7. Ativo

O Ativo do Município de Luzerna em 31 de dezembro 2019 totalizou um montante de R\$ 36.366.565,65.

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, alcançou a soma de R\$ 2.419.007,82, correspondente a 6,65 % do total do Ativo.

O Ativo Não Circulante, de longo prazo, que contém os elementos cuja expectativa de realização extrapola o término do exercício seguinte,

totalizou R\$ 33.947.557,83, equivalente a 93,35% do Ativo total.

Esse grupo é composto pela dívida ativa, investimentos, imobilizado e intangível.

A transferência de saldos entre circulante e não circulante ocorre na ocasião do fechamento do exercício, por meio de estimativas ou de documentos hábeis e excepcionalmente durante o exercício quando o saldo do ativo não circulante se mostra insuficiente para determinadas rotinas.

8. Caixa e equivalente de caixa

O Município não trabalha com valores em espécie, sendo sua movimentação toda operada em contas bancárias nas instituições Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bansicredi (Sicredi Uniestados).

As contas bancárias possuem atributos de fonte de recursos, desta forma uma única conta no banco pode possuir diversas fontes compondo seu saldo.

Todas as contas bancárias são de aplicação e resgate automático em de fundos de investimento de carteira composta, exclusivamente, por títulos públicos federais pré-fixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC com rentabilidade e liquidez diária. Por se tratar de aplicações automáticas, todo o saldo dessas contas é mantido registrados na conta contábil 1.1.1.1.1.19 – Bancos.

O saldo por fonte de recursos é demonstrado conforme abaixo onde:

- a) Coluna Luzerna, o código utilizado pelo Município;
- b) Coluna TCE/SC, o código equivalente no Tribunal de Contas do Estado ao utilizado pelo Município;
- c) Coluna MSC, o código equivalente na Matriz de Saldos Contábeis ao utilizado pelo Município;

LUZERNA	TCE/SC	MSC	DESCRIÇÃO	SALDO BANCÁRIO
000	00	001	Recursos Ordinários	609.301,71
001	01	111	Recursos de Impostos e Transf. - Educação	72.213,27
002	02	211	Recursos de Impostos e Transf. - Saúde	113.127,30
007	07	610	CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico	0,96
008	08	620	COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública	43.706,45
009	09	990	FIA Imposto de Renda	7.039,72
010	10	630	Convênio de Trânsito – Militar	117.586,81
011	11	630	Convênio de Trânsito – Civil	142.594,13
012	12	630	Convênio de Trânsito – Prefeitura	8.925,84
018	18	112	FUNDEB 60%	9.213,96
019	19	113	FUNDEB 40%	109.072,95
020	00	990	Corpo de Bombeiros	34.376,16
021	00	990	Rádio Patrulha	81.560,66
022	06	990	Fundo do Meio Ambiente	2.500,53
036	36	120	Salário Educação	15,62
039	39	530	FEP - Fundo Especial do Petróleo	345,45
050	50	990	Cessão Onerosa do Pré-Sal	155.628,06
089	89	930	Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	8.870,70
101	62	125	Transporte Escolar do Estado	0,00
111	37	122	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	170,53
112	37	123	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar	4,79
122	00	990	Educação para o mundo do trabalho	0,00
201	63	220	CIR - Comissão Intergestores Regional da Saúde	5.801,71
202	67	213	Cofinanciamento	6,34

203	38	214	Saúde Bucal	0,00
204	38	214	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	1.424,16
205	38	214	ESF – Estratégia Saúde da Família	0,00
206	38	214	PAB - Piso da Atenção Básica	5.325,56
208	38	214	PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	6.605,09
209	38	214	NASF Federal	0,00
210	38	214	Saúde na Escola	14.588,02
211	67	213	MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	0,00
212	38	214	Vigilância em Saúde	4.791,20
213	38	214	Vigilância Epidemiológica	517,27
214	38	214	Farmácia Básica União	2.870,16
215	67	213	Farmácia Básica Estado	2.458,36
217	38	214	Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	344,00
218	38	214	Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	90.760,66
224	38	214	Programa de Alimentação e Nutrição (VAN)	6.292,39
225	38	214	Proteses Dentárias	53.771,03
226	38	214	PAB - Incremento temporário Emendas Individuais	790,49
227	67	213	Prótese Dentária Estadual	1.600,00
305	35	311	BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)	256,72
307	65	390	Benefícios eventuais	0,00
308	65	390	Proteção Social Básica - Custeio	15.622,07
309	35	311	GBF - Índice Gestão Bolsa Família	23.539,92
310	65	390	Proteção Social Básica - Investimento	12.756,56
311	35	311	BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social	3.249,83
312	35	311	BL PSB - Proteção Social Básica - União	32.896,39
350	06	990	Doações ao Fundo do Idoso	24,33
360	89	930	Fundo de habitação - receita de alienações	73.000,09
505	38	215	Aquisição Kit Odontológico	846,62
507	38	214	Educação e Formação em Saúde	5.420,00
508	38	215	Emenda Cesar Souza	10.889,63
509	34	510	Convênio SEAD nº 873017/2018 - equipamentos agrícolas	50.066,37
510	83	920	PMAT - OP. Crédito - contrato CEF nº 0418-349-0000001	0,00
512	38	214	Incentivo para ações de cadastramento dos usuários do SUS	17.855,54
TOTAL				1.960.062,27

A variação do saldo bancário em 31 de dezembro de cada ano é demonstrada no quadro abaixo:

9. Créditos a receber

O Município registra os créditos tributários de IPTU e taxa de serviço durante o exercício, sendo o saldo não arrecadado no encerramento, inscrito em Dívida Ativa.

São registrados também os créditos a receber pela celebração de convênios entre o Município e outros entes federativos.

O saldo da conta 1.1.2.3.1 corresponde ao valor não recebido da Caixa Econômica Federal, proveniente da operação de crédito PMAT - OP. Crédito - contrato CEF nº 0418-349-0000001.

10. Empréstimos e financiamentos concedidos

Luzerna possuía um único financiamento a receber não vencido, na abertura do exercício de 2019, o qual foi totalmente arrecadado em 2019.

Empréstimos e financiamentos concedidos vencidos e não recebidos em anos anteriores a 2019 foram inscritos em dívida ativa não tributária.

Dívida Ativa

O Município inscreve seus créditos em Dívida Ativa, apenas no final do exercício, sendo inscrito em contas analíticas o Principal da Dívida Ativa; e as Multas e Juros da Dívida Ativa.

No encerramento de 2017, no ativo circulante foi registrado o valor de créditos da Dívida Ativa acrescido do valor de ajustes de perdas da Dívida Ativa. Tal metodologia foi alterada no encerramento de 2018, sendo mantidos no ativo circulante apenas os valores que estimasse que fossem arrecadados durante o exercício e o ajuste de perdas é apresentado apenas no ativo não circulante.

Mensalmente é atualizado no ativo circulante o saldo de juros e multas da dívida ativa conforme apuração do Setor Tributário.

Anualmente ao final do exercício é atualizado o saldo principal da Dívida Ativa.

No exercício de 2019 o Município passou a cobrar juntamente com o IPTU, a COSIP (Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública) dos imóveis sem edificações que se encontram em vias iluminadas, sendo que ao final do ano os valores lançados e não arrecadados foram inscritos em dívida ativa. Contudo a cobrança de imóveis edificados é realizada pela concessionária de energia elétrica que detém todo o controle de valores a receber, não possuindo o Município do montante de valores não pagos pelos contribuintes.

O ajuste de perdas para a dívida ativa foi calculado conforme o percentual não arrecadado de 2019 das rubricas de IPTU e ISS frente ao saldo da dívida ativa em 02 de janeiro de 2019, conforme tabela abaixo:

RUBRICA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 02/01/2019	ARRECADAÇÃO	PERDA
1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Dívida Ativa - IPTU	106.419,98	16.710,35	84,30%
1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa IPTU	229.279,56	7.935,53	96,54%
1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Dívida Ativa - ISS	50.418,62	7.128,45	85,86%
1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Multas e Juros - Dívida Ativa ISS	135.417,55	2.437,20	98,20%

Para as demais rubricas de dívida ativa, foi utilizada para a média de perda de IPTU e ISS, separados em principal e multas e juros, deste modo à perda de outras rubricas do PRINCIPAL foi considerado um ajuste de perda de 85,08% e para MULTAS E JUROS um ajuste de perdas de 97,37%.

Dessa forma o ajuste da perda da dívida ativa em 31 de dezembro de 2019 ficou distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2019	AJUSTE PARA PERDA
Dívida Ativa - IPTU	118.640,68	100.011,40
Multas e Juros - Dívida Ativa IPTU	305.606,72	295.029,45
Dívida Ativa - ISS	66.287,54	56.915,46
Multas e Juros - Dívida Ativa ISS	198.650,49	195.075,24
Dívida Ativa Taxa de Funcionamento	21.173,42	18.014,26
Multas e Juros - Dívida Ativa Taxa de Funcionamento	16.369,06	15.938,49
Dívida Ativa - Outras Taxas de Inspeção	14.191,17	12.073,79
Multas e Juros da Dívida Ativa de Outras Taxas de Inspeção	2.108,88	2.053,41
Dívida Ativa - Taxa de Coleta de Lixo	69.732,04	59.327,74

Multas e Juros - Dívida Ativa da Taxa de Coleta de Lixo	23.319,30	22.705,90
Dívida Ativa - Outras Taxas de Prestação de Serviços	23.633,74	20.107,49
Multas e Juros - Dívida Ativa Outras Taxas de Prestação de Serviço	1.545,05	1.504,41
COSIP - Dívida ativa	2.485,08	2.114,30
COSIP - Multa e Juros da Dívida ativa	456,61	444,60
Dívida Ativa - Contribuição de Melhoria	3.186,61	2.711,16
Multas e Juros - Dívida Ativa Contribuição de Melhoria	19.513,43	19.000,14
Dívida Ativa - Aluguéis (Ginásio e Centro de Eventos)	9.681,04	8.236,59
Multas e Juros - Dívida Ativa Aluguéis (Ginásio e Centro de Eventos)	4.784,76	4.658,90
Dívida Ativa - Permissões e Concessões	1.810,22	1.540,13
Multas e Juros - Dívida Ativa Permissões e Concessões	272,11	264,95
Dívida Ativa - Serviços de Incubação	1.464,39	1.245,90
Multas e Juros - Dívida Ativa Serviços de Incubação	196,16	191,00
Dívida Ativa - Dívida de servidores	7.709,50	6.559,21
Multas e Juros - Dívida Ativa Ressarcimento Plano de Saúde	2.196,21	2.138,44
Dívida Ativa - Amortização Empréstimos Contratuais	3.402,93	2.895,20
Multas e Juros - Contratos de Alienação de Bens	19.862,00	19.339,55
Dívida Ativa - Alienação de Terrenos de Cemitério	3.938,61	3.350,95
Multas e Juros - Dívida Ativa Alienação de terrenos de cemitério	2.974,88	2.896,63
TOTAL	945.192,63	876.344,70

No que se refere à dívida ativa de taxas, a perda considerada em todas suas rubricas foi agrupada.

Foram agrupadas também as perdas das fontes 001 e 002 para IPTU e ISS na fonte 000, em suas classificações por conta corrente.

O estoque de dívida ativa existente em 31 de dezembro de cada ano (após a inscrição) é demonstrado no gráfico a seguir:

Quanto a data de inscrição da Dívida Ativa:

Adiantamentos Concedidos

Após alteração no Estatuto dos Servidores do Município de Luzerna/SC - Lei Complementar 164/17, não mais existe a figura de férias adiantadas, não sendo mais então registrado este tipo de adiantamento.

Os adiantamentos da gratificação natalina (13º salário) são concedidos no mês de junho e ressarcidos no mês de dezembro.

Sob a conta 1.1.3.1.1.02.00.00 – Suprimentos de fundos são registrados os valores adiantados os servidores por adiantamento, bem como aqueles concedidos a outros entes federativos e entidades sem fins lucrativos por meio de convênios ou contratos de parcerias e que ainda não foram prestadas contas, sendo do saldo em 31 de dezembro 2019 por responsáveis de:

RESPONSÁVEL	VALOR
Associação Beneficente Frei Rogério	3.002,80
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba	13.002,00
Associação Desenvolvimento Rural de Luzerna	75.000,00
Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba	75.000,00
CETEPI - Fundação Centro Tecnológico de Produção Industrial	29.850,00
Edilson Retz	1.100,00
Felipe Augusto Deige	400,00
Lauro Hack	1.100,00
Leonir Vanderlei Spier	1.100,00

Luiz Carlos Costa	1.100,00
Rotinei Jorge Manfroi Da Silva	1.100,00
TOTAL	201.754,80

Os valores a serem ressarcidos à Administração por danos ao Patrimônio são registrados na Contabilidade, sendo o saldo existente em 31 de dezembro 2019 proveniente de:

ORIGEM	VALOR
Acidente com o veículo QJA 9805	398,00
TAC 06.2014.00011897-4	33.742,90
TOTAL	33.870,90

Depósitos restituíveis

Em observância as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e ao Contrato firmado que tem por objeto a prestação de serviços de Plano de Assistência à Saúde, na modalidade pré-pagamento, a Contabilidade registra a movimentação da parcela devida por seus servidores na conta 1.1.3.5.1.99.00.01.00.00001 – Depósitos Restituíveis oriundos da Folha de Pagamento - UNIMED, o qual restou o saldo de R\$ 1.120,43.

Em observância ao contrato firmado que tem por objeto a prestação de benefícios aos servidores, na modalidade pré-pagamento, a Contabilidade registra a movimentação da parcela devida por seus servidores na conta 1.1.3.5.1.99.00.01.00.00002 – Depósitos Restituíveis oriundos da Folha de Pagamento - CDL, o qual restou o saldo de R\$ 563,84.

Títulos e valores mobiliários

Foi reclassificado durante o exercício o saldo de ações do Município, que se restringem a 10 ações da Oi S.A. (76.535.764/0001-43) - OIBR3, oriundos da compra de linhas telefônicas da antiga Telebrás.

O valor corresponde ao fechamento do valor da ação em 31 de dezembro 2019, ou seja, de R\$ 0,86.

Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

O Município registra o saldo de variações pagas antecipadamente de seguros OPCIONAL e periódicos. Contudo o seguro OBRIGATÓRIO pago no licenciamento anual dos veículos é tratado como VPD diretamente quando do seu pagamento.

Investimentos

O saldo desta conta é composto apenas pela equivalência do Consórcio Interfederativo Catarinense – CINCATARINA.

Demais dados de investimentos do Município em outros consórcios, autarquia intermunicipais, ou associações não foram recebidas pelo Setor de Contabilidade até o fechamento do Balanço 2019.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. A depreciação de bens móveis e imóveis observa o disposto no Art. 9º da Lei nº 1314/14. Em 31 de dezembro 2019 o Município apresentou um saldo de R\$ 33.904.256,23, relacionados a imobilizado, conforme segue:

	SALDO EM 31/12/2019	% DEPRECIAÇÃO ANUAL	VIDA ÚTIL EM ANOS
BENS MÓVEIS			
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2.480.047,20	10%	10
Bens de informática	598.139,42	20%	5
Móveis e Utensílios	934.697,74	10%	10
Materiais educacionais e de comunicação	188.359,79	10%	10
Veículos	3.886.275,46	25%	4
(-) Depreciação bens móveis	- 3.848.304,02		
BENS IMÓVEIS			
Bens de uso especial	26.185.960,28	4%	25

Bens dominicais	925.898,79		
Bens de uso comum do povo	3.892.536,90		
(-) Depreciação bens imóveis	- 1.339.355,33		
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	33.904.256,23		

A depreciação do bem se inicia sempre no mês subsequente da data em que está pronto para a utilização.

É importante salientar que alguns bens são avaliados na sua aquisição, quanto as suas características particulares bem como sua utilização, podendo assim no momento do registro, terem aplicados outra taxa de depreciação bem como vida útil.

No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo Setor de Compras. Com isso todos os bens móveis adquiridos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original.

Para os bens que não passam pela execução orçamentária, como as doações, o registro é feito no momento do conhecimento do Setor de Patrimônio.

A política patrimonial do Município é regida pela Lei 1314/14 disponível em <http://leismunicipa.is/acbfu>.

O saldo de bens móveis e imóveis ao longo dos anos é observado nos gráficos a seguir:

Bens móveis:

Bens imóveis:

Intangível

Em 2019, o Município registrou um aplicativo (APP) destinado à gestão de saúde. O mesmo teve reconhecimento no grupo do ativo intangível, e como não podemos definir sua vida útil, o mesmo não sofrerá amortização. O saldo do grupo é de R\$ 29.370,00.

Estoques

A Contabilidade ainda não reconhece os estoques patrimoniais existentes na Entidade, estando ainda na fase de preparação a este procedimento contábil patrimonial, conforme cronograma estabelecido na Portaria 548/15 da Secretaria do Tesouro Nacional.

11. Passivo

O passivo do Município em 31 de dezembro de 2019 totalizou em R\$ 2.141.788,43. O Passivo Circulante, que corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte, apresenta um saldo de R\$ 1.999.460,90, nesse grupo destacam-se:

Pessoal a pagar

Na conta 2.1.1.1.1.01.03 – Férias, registrado o valor de R\$ 1.062.804,79 que se refere aos valores reconhecidos por competência, não estando incluso os encargos previdenciários que serão registrados apenas no momento do pagamento.

O Município não possui licença-prêmio, não havendo valores a contabilizar.

Na abertura do exercício o saldo da conta 2.1.1.1.1.01.03 – Férias, é transferido para a conta 2.1.1.1.1.02.01.02 – Salários, remunerações e benefícios de exercícios anteriores, conforme determina a tabela de eventos do TCE/SC, entretanto esse lançamento é revertido durante o exercício já que durante o exercício ocorre o pagamento de férias a servidores provenientes do ano e de anos anteriores.

Precatórios

Os precatórios do Município consistem em sentenças oriundas do Tribunal Regional do Trabalho - TRT, conforme dados abaixo:

PRECATÓRIO	AUTOR	VENCIMENTO	VALOR
10296-62.2019.5.12.0000	Adão Carlos Wagner	31/12/2020	65.742,96
10464-64.2019.5.12.0000	Evaldino Lamb	31/12/2021	8.736,93

Encargos Sociais

Historicamente o Município efetua o pagamento dos encargos sociais das competências de janeiro a novembro no mês subsequente e o da competência de dezembro no próprio mês de dezembro, entretanto no exercício de 2019 não foi efetuado o pagamento de dezembro dentro do exercício ficando um saldo a pagar de:

- a) Obrigações patronais registradas na conta 2.1.1.4.3.01 INSS a pagar: R\$ 144.072,86; e
b) Valores retidos dos servidores registrados na conta 2.1.8.8.1.02 INSS – consignações: R\$ 67.269,57.

Empréstimos e financiamento a pagar

O Município de Luzerna possui 2 financiamentos a pagar, regida pelos contratos de números:

- a) 2018_000301 com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, efetivado em 2018 no valor de R\$ 280.000,00, para o financiamento de equipamentos, tendo a amortização deste contrato iniciando-se em 2018, tendo o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 101.549,81, com vencimento para 2020; e
b) 0418-349-0000001 com a Caixa Econômica Federal, para o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos do BNDES – PMAT, no valor de total de R\$ 226.269,00, mas recebido apenas R\$ 149.303,75, sendo este o saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 15.713,15 com vencimento para 2020 e R\$ 133.590,60 para outros exercícios).

Não são registrados no balanço os juros a vencer destes contratos, sendo tratados como VPD diretamente no pagamento das amortizações.

Obrigações fiscais a pagar

O Município encerrou 2019 com R\$ 17.054,96 de obrigações fiscais do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) a pagar.

Valores restituíveis

As retenções são registradas no momento da liquidação da despesa, dessa forma até o efetivo pagamento, os valores a serem retidos são registrados na conta 2.1.8.8.1.00.00 - Valores Restituíveis – Consolidação.

Destaca-se que para fins orçamentários, os valores restituíveis são considerados pagos.

Outras obrigações a curto prazo

O contrato de rateio do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP para o ano de 2020 assinado ainda em 2019, desta forma é registrado o passivo de R\$ 21.912,00 na conta 2.1.8.9.1. - Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação.

12. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido que é a diferença entre o ativo e o passivo da organização, ou seja, entre os bens e direitos que ela possui e suas obrigações, que em linhas gerais, o significa à riqueza ou prejuízo acumulado de uma organização.

O saldo do patrimônio líquido do exercício é de R\$ 34.224.777,22, sendo que a variação ocorrida no ano corresponde essencialmente à apuração do resultado.

A apuração do resultado é realizada por nível de consolidação nacional das contas, conforme regras do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, dessa forma há níveis que apresentam déficit outros superávit conforme segue:

NÍVEL	RESULTADO
Consolidação – 1	- 17.407.232,86
Intra OFSS – 2	0,00
Inter União – 3	+ 7.851.079,77
Inter Estado – 4	+ 9.370.731,37
Inter Município - 5	- 287.247,95
Resultado do exercício	- 472.669,47

Desta forma evidencia-se que:

- a) Nos níveis de consolidação da União e Estado o resultado é superavitário, proveniente do alto volume de recursos recebidos destes entes em contrapartida a um baixo valor de despesas executadas com estes;
b) No nível de consolidação de Municípios o resultado é deficitário, frente ao desembolso de recursos de Luzerna para outros Municípios, sem qualquer recebimento;
c) No nível de operações intra, o resultado é nulo, em face de consolidação das contas;
d) No nível de consolidação geral (1) o resultado é deficitário, demonstrando que o Município não consegue gerar receitas em volume suficiente para cobrir as próprias despesas.

13. Atos potenciais

O Município registra apenas os contratos de direitos e obrigações contratuais, de rateio com consórcios e de convênios com a Polícia Militar.

Entre os atos potenciais passivos, encontram-se os contratos de prestação de serviços ou fornecimento de materiais, firmados por meio de Atas de Registro de Preços, onde o valor registrado poderá não ser totalmente adquirido; e também aqueles serviços cujo quantitativo não é possível precisar, sendo registrado o valor de uma unidade.

14. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15. Leis do orçamento

Para o exercício de 2019 a execução orçamentária é regida pela Lei Municipal nº 1.619/18 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a Lei nº 1609/18, e o Plano Plurianual a Lei nº 1536/17, podendo serem consultas em sua íntegra:

a) PPA 2018/2021: <http://leismunicipa.is/mkvti>;

b) LDO 2019: <http://leismunicipa.is/eqwcd>;

c) LOA 2019: <http://leismunicipa.is/rcowi>.

As orçamentárias foram debatidas em audiências públicas realizadas na Câmara de Vereadores, sempre imediatamente após o término da Sessão Legislativa com transmissão ao vivo pelo Facebook (perfil do Município de Luzerna), nas seguintes datas: PPA – 21/08/2017, LDO – 13/08/2018, e LOA 22/10/2018.

16. Acompanhamento da Execução Orçamentária

O Município quadrimestralmente demonstrou em audiência pública, a avaliação da execução orçamentária bem como outros dados relevantes, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, nas seguintes datas: 27/05/2019 (1º quadrimestre), 16/09/2019 (2º quadrimestre), e 26/02/2020 (3º quadrimestre), com transmissão ao vivo pelo Facebook (perfil do Município de Luzerna).

Fotos Audiências Públicas

Relatório da publicação do Facebook, emitido 30 minutos após o fim da transmissão

No âmbito interno, a Administração realiza reuniões mensais para acompanhamento da execução orçamentária, presididas pelo Prefeito e com a presença de Secretários, Subsecretários, Contadores, Procuradora, Consultores Jurídico e Técnico, e Controladora Interna, nos dias 08/02, 21/03, 15/04, 13/05, 10/06, 10/07, 09/08, 13/09, 04/10, 11/11 e 10/12/2019, sendo acompanhada em especial a execução de recursos ordinários, dos quais destaca-se dos demonstrativos avaliados o "Comparativo entre receita e despesa liquidada de RECURSOS ORDINÁRIOS e Transferências":

	ARRECADAÇÃO	LIQUIDAÇÃO	CÂMARA + R PATRULHA	DIFERENÇA	DIF. ACUMULADA
Janeiro	1.325.002,32	889.083,41	38.500,00	397.418,91	397.418,91
Fevereiro	1.357.769,31	1.226.053,72	67.000,00	64.715,59	462.134,50
Março	1.244.952,79	1.303.581,78	67.000,00	-125.628,99	336.505,51
Abril	1.685.129,65	1.609.853,79	67.000,00	8.275,86	344.781,37
Maior	1.497.526,42	1.579.717,40	67.000,00	-149.190,98	195.590,39
Junho	1.225.648,38	1.702.581,69	72.700,00	-549.633,31	-354.042,92
Julho	1.469.912,06	1.407.805,63	67.000,00	-4.893,57	-358.936,49
Agosto	1.325.623,81	1.372.780,10	67.000,00	-114.156,29	-473.092,78
Setembro	1.268.383,83	1.388.307,44	67.000,00	-186.923,61	-660.016,39
Outubro	1.210.097,56	1.500.784,33	67.000,00	-357.686,77	-1.017.703,16
Novembro	1.472.790,04	1.229.303,88	40.500,00	202.986,16	-814.717,00
Dezembro	1.813.022,46	1.352.448,68	26.599,50	433.974,28	-380.742,72
TOTAL	16.895.858,63	16.562.301,85	714.299,50	-380.742,72	
MÉDIA	1.407.988,22	1.380.191,82	59.524,96		

17. Critérios orçamentários utilizados no Município

O Município não estima na Lei Orçamentária Anual valores de convênios ou operações de crédito, e quando estes ocorrem à despesa é aberta pelo excesso de arrecadação.

A Contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica às respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto alguns demonstrativos apresentam os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A previsão atualizada de receitas é realizada apenas para as receitas em que houve excesso de arrecadação e estes foram utilizados para abertura de créditos suplementares da despesa.

Não há operações intraorçamentárias no Município.

O Município utiliza codificação própria de fonte de recursos, conforme estabelece a Instrução Normativa Contábil nº 1/2017 e alterações, disponível em <http://leismunicipa.is/pngxr>.

No mês de janeiro ocorre o lançamento de diversos empenhos por estimativa e globais que compreendem todo o exercício, a fim de garantir sua reserva orçamentária e melhor controle, sendo as despesas liquidadas e pagas posteriormente a realização da despesa.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

As retenções e consignações são registradas no momento da liquidação, sendo consideradas para fins orçamentários pagos neste momento.

O Município de Luzerna, devido a seu porte consolida algumas subfunções com menor utilização em subfunções mais representativas, como por exemplo, a subfunção Administração Financeira que encontra-se agrupada com a subfunção Administração Geral.

Devido à metodologia aplicada pelo SICONFI, as subfunções são apresentadas dentro das funções sendo segregadas em subfunções típicas, administração geral e outras subfunções.

Conforme prevê o Decreto 2706/2018, o cronograma de metas de arrecadação e desembolso é de:

- a) Arrecadação 1º bimestre: R\$ 3.630.348,23;
- b) Arrecadação 2º bimestre: R\$ 3.763.245,76;
- c) Arrecadação 3º bimestre: R\$ 3.689.591,71;
- d) Arrecadação 4º bimestre: R\$ 3.660.770,56;
- e) Arrecadação 5º bimestre: R\$ 3.460.623,68;
- f) Arrecadação 6º bimestre: R\$ 4.525.420,06;
- g) Desembolso Janeiro: R\$ 945.113,33;
- h) Desembolso Fevereiro: R\$ 1.890.226,67;
- i) Desembolso Março: R\$ 1.894.226,67;
- j) Desembolso Abril: R\$ 1.890.226,67;
- k) Desembolso Maio: R\$ 1.890.226,67;
- l) Desembolso Junho: R\$ 2.083.249,33;
- m) Desembolso Julho: R\$ 1.890.226,67;
- n) Desembolso Agosto: R\$ 1.890.226,67;
- o) Desembolso Setembro: R\$ 1.890.226,67;
- p) Desembolso Outubro: R\$ 1.890.226,67;
- q) Desembolso Novembro: R\$ 2.835.340,00;
- r) Desembolso Dezembro: R\$ 1.737.484,00.

18. Receitas orçamentárias

A previsão inicial da Receita dos recursos em 2019 foi de R\$ 22.730.000,00, sendo atualizada no decorrer do exercício para R\$ 24.856.588,22, tendo sido arrecadado R\$ 24.757.565,40.

A codificação de receitas utilizada pelo Município é a determinada pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2000, entretanto para fins de maior acompanhamento e devido a algumas peculiaridades do Município o ementário em níveis inferiores ao estabelecido pela Norma.

A arrecadação do exercício considerando o ementário utilizado é:

1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	27.602.193,09
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.017.388,70
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	2.373.751,62
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Nat	583.215,41
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	583.215,41
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	568.616,66
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	568.616,66
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 60% (Próprios)	341.170,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 25% (MDE)	142.154,19

1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 15% (ASPS)	85.292,47
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	14.598,75
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	14.598,75
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 60% (P	8.768,17
1.1.1.3.03.4.1.02.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 25% (M	3.644,12
1.1.1.3.03.4.1.03.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos -15% (AS	2.186,46
1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	1.790.536,21
1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/ Municí	764.669,75
1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	484.763,24
1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	456.686,37
1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Principal	274.012,09
1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Principal	114.171,59
1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Principal	68.502,69
1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	3.430,99
1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Multa e Juros	2.058,64
1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Multa e Juros	857,78
1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Multa e Juros	514,57
1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	16.710,35
1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	10.026,46
1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	4.177,52
1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	2.506,37
1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	7.935,53
1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	IPTU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	4.761,61
1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	1.983,81
1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	1.190,11
1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	279.906,51
1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	279.843,60
1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - 60% (Próprio) - Principal	167.906,12
1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	ITBI - 25% (MDE) - Principal	69.960,93
1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	ITBI - 15% (ASPS) - Principal	41.976,55
1.1.1.8.01.4.2.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	62,91
1.1.1.8.01.4.2.01.00.00	ITBI - 60% (Próprio) - Multa e Juros	37,74
1.1.1.8.01.4.2.02.00.00	ITBI - 25% (MDE) - Multa e Juros	15,73
1.1.1.8.01.4.2.03.00.00	ITBI - 15% (ASPS) - Multa e Juros	9,44
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadori	1.025.866,46
1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.025.866,46
1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Prin	1.005.421,10
1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Principal	603.273,87
1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Principal	251.342,54
1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Principal	150.804,69
1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Mult	10.879,71
1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Multas e Juros	6.529,52
1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Multas e Juros	2.719,20
1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Multas e Juros	1.630,99
1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívi	7.128,45
1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	4.277,08
1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	1.782,11
1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	1.069,26
1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívi	2.437,20
1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	1.462,38
1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	609,29

1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	365,53
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	640.772,06
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	146.163,75
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	146.163,75
1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	146.163,75
1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	132.005,03
1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Alvará - Vigilância Sanitária - Principal	18.301,07
1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal	1.159,39
1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P. Serviços	67.414,02
1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - P	151,00
1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa de Analise de projetos pelo Corpo de Bom-beiro	43.218,91
1.1.2.1.01.1.1.14.00.00	Taxa de Alvará para adaptação das condições de ace	1.760,64
1.1.2.1.01.1.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multa	1.336,64
1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P. Serviços	1.097,47
1.1.2.1.01.1.2.11.00.00	Taxa de Analise de projetos pelo Corpo de Bom-beiro	0,00
1.1.2.1.01.1.2.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	239,17
1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívid	9.047,90
1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P. Serviços	7.128,16
1.1.2.1.01.1.3.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.919,74
1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívid	3.774,18
1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P. Serviços	3.383,72
1.1.2.1.01.1.4.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	390,46
1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	0,00
1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	0,00
1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Princi	0,00
1.1.2.1.04.1.1.01.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Própr	0,00
1.1.2.1.04.1.1.02.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Fun-do	0,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	494.608,31
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	494.608,31
1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	494.608,31
1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	466.663,94
1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal	979,83
1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal	453.386,16
1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Princi	12.110,75
1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal	0,00
1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Taxas de Expediente - Principal	187,20
1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	4.053,12
1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juro	4.035,17
1.1.2.2.01.1.2.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Multas e J	17,95
1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	18.117,12
1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	18.070,26
1.1.2.2.01.1.3.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ati	46,86
1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa -	5.774,13
1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	5.752,32
1.1.2.2.01.1.4.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ati	21,81
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	2.865,02
1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	2.865,02
1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	2.865,02
1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	2.865,02
1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	0,00
1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem	0,00

1.1.3.8.04.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem	0,00
1.1.3.8.04.1.2.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	0,00
1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem	458,56
1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	458,56
1.1.3.8.04.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	2.406,46
1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	2.406,46
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	543.310,85
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	543.310,85
1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	543.310,85
1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	543.182,73
1.2.4.0.00.1.1.01.00.00	COSIP - 30% DRM	100.574,02
1.2.4.0.00.1.1.02.00.00	COSIP - 70% Principal	442.608,71
1.2.4.0.00.1.2.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	128,12
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	155.278,83
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	58.408,72
1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas	24.011,11
1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	24.011,11
1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.798,35
1.3.1.0.01.1.1.01.00.00	Espaços no Centro de Eventos São João Batista - Pr	5.032,36
1.3.1.0.01.1.1.01.02.00	Aluguel da Casa / Capela Mortuária	296,90
1.3.1.0.01.1.1.01.03.00	Aluguel da Capela	0,00
1.3.1.0.01.1.1.01.04.00	Aluguel Auditório	2.596,85
1.3.1.0.01.1.1.01.05.00	Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos	2.138,61
1.3.1.0.01.1.1.02.00.00	Espaços Esportivos - Principal	17.765,99
1.3.1.0.01.1.1.02.06.00	Aluguel do Ginásio	17.765,99
1.3.1.0.01.1.2.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	21,22
1.3.1.0.01.1.2.01.00.00	Alugueis de espaços no Centro de Eventos e do Giná	21,22
1.3.1.0.01.1.3.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	998,53
1.3.1.0.01.1.3.01.00.00	Alugueis de espaços no Centro de Eventos e do Giná	998,53
1.3.1.0.01.1.4.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e	193,01
1.3.1.0.01.1.4.01.00.00	Alugueis de espaços no Centro de Eventos e do Giná	193,01
1.3.1.0.02.0.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	34.397,61
1.3.1.0.02.1.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	34.397,61
1.3.1.0.02.1.1.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	33.998,34
1.3.1.0.02.1.1.01.00.00	Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual)	3.226,28
1.3.1.0.02.1.1.02.00.00	Receita de Concessões dos Quiosques	2.000,00
1.3.1.0.02.1.1.02.07.00	Quiosque do Centro de Eventos São João Batista	0,00
1.3.1.0.02.1.1.02.08.00	Quiosque da Praça Imaculada Conceição	2.000,00
1.3.1.0.02.1.1.03.00.00	Receita de Concessões das Salas e/ou Prédios Públi	28.772,06
1.3.1.0.02.1.1.03.01.00	Concessão de espaço para serviços de Saúde	27.394,50
1.3.1.0.02.1.1.03.09.00	Concessão de Administração do Terminal Rodoviário	1.377,56
1.3.1.0.02.1.2.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	0,24

1.3.1.0.02.1.2.01.00.00	Permissões e Concessões - Multas e Juros	0,24
1.3.1.0.02.1.3.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	389,81
1.3.1.0.02.1.3.01.00.00	Permissões e Concessões - Dívida Ativa	389,81
1.3.1.0.02.1.4.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	9,22
1.3.1.0.02.1.4.01.00.00	Permissões e Concessões - Dívida Ativa - Multas e	9,22
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	51.632,19
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	51.632,19
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	51.632,19
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	51.632,19
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Ordinarios	25.089,37
1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Remuneração - Recursos Ordinários	25.089,37
1.3.2.1.00.1.1.01.01.10	Remuneração - Recursos Ordinários	25.089,37
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Educação	4.132,60
1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remuneração - Recursos da Educação - União	1.849,79
1.3.2.1.00.1.1.02.01.10	Remuneração - Salário Educação	1.443,68
1.3.2.1.00.1.1.02.01.11	Remuneração - PNAE	332,06
1.3.2.1.00.1.1.02.01.12	Remuneração - PNATE	71,41
1.3.2.1.00.1.1.02.01.13	Remuneração - Brasil Carinhoso - Creches	2,25
1.3.2.1.00.1.1.02.01.14	Remuneração - Brasil Carinhoso - Pré-Escola	0,39
1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Remuneração - Recursos da Educação - Estado	0,00
1.3.2.1.00.1.1.02.02.15	Remuneração - Transporte Escolar Estado	0,00
1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remuneração - Recursos da Educação - Próprios	2.282,81
1.3.2.1.00.1.1.02.03.16	Remuneração - FUNDEB	1.347,31
1.3.2.1.00.1.1.02.03.17	Remuneração - FUNDEB	935,50
1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde	7.719,50
1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Remuneração - Recursos da Saúde - União	7.290,54
1.3.2.1.00.1.1.03.01.10	Remuneração - Piso Atenção Basica (46121)	5.233,33
1.3.2.1.00.1.1.03.01.13	Remuneração - Gestão do SUS (46128)	0,68
1.3.2.1.00.1.1.03.01.14	Remuneração - Plantas Medicinais Custeio (46126)	105,89
1.3.2.1.00.1.1.03.01.15	Remuneração - Plantas Medicinais Investimento (461	1.823,61
1.3.2.1.00.1.1.03.01.18	Remuneração - Saúde na Escola (46713)	0,60
1.3.2.1.00.1.1.03.01.23	Remuneração - MAC União (46711)	0,00
1.3.2.1.00.1.1.03.01.24	Remuneração - Programa de Alimentação e Nutrição (126,43
1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Remuneração - Recursos da Saúde - Estado	428,96
1.3.2.1.00.1.1.03.02.24	Remuneração - MAC Estadual (R\$ 0,30) (46131)	0,02
1.3.2.1.00.1.1.03.02.25	Remuneração - CIR (46129)	143,58
1.3.2.1.00.1.1.03.02.26	Remuneração - Farmacia Estadual (46089)	117,95
1.3.2.1.00.1.1.03.02.27	Remuneração - Co Financiamento (46120)	167,04
1.3.2.1.00.1.1.03.02.28	Remuneração - MAC Estadual(demais) (46718)	0,37
1.3.2.1.00.1.1.03.02.29	Remuneração - NASF Estadual (49622)	0,00
1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Assistên- cia S	1.279,11
1.3.2.1.00.1.1.04.01.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Uni	820,77
1.3.2.1.00.1.1.04.01.18	Remuneração - Acessuas	0,20
1.3.2.1.00.1.1.04.01.19	Remuneração - BL GBF	422,04
1.3.2.1.00.1.1.04.01.20	Remuneração - BPC na Escola	4,72
1.3.2.1.00.1.1.04.01.21	Remuneração - BL GSUAS	163,67
1.3.2.1.00.1.1.04.01.22	Remuneração - BL PSB	230,14
1.3.2.1.00.1.1.04.02.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Est	381,17
1.3.2.1.00.1.1.04.02.23	Remuneração - Benefícios Eventuais	0,03
1.3.2.1.00.1.1.04.02.24	Remuneração - PSB Estado Custeio	138,45
1.3.2.1.00.1.1.04.02.25	Remuneração - PSB Estado Investimento	242,69
1.3.2.1.00.1.1.04.03.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Pró	77,17
1.3.2.1.00.1.1.04.03.26	Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso	0,49
1.3.2.1.00.1.1.04.03.27	Remuneração - Doações ao FIA	76,68
1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinc	13.411,61

1.3.2.1.00.1.1.06.01.00	Remuneração - Recursos vinculados do Município - U	2.210,94
1.3.2.1.00.1.1.06.01.28	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo	305,51
1.3.2.1.00.1.1.06.01.29	Remuneração - CIDE	31,41
1.3.2.1.00.1.1.06.01.31	Remuneração - Convênio recapeamento nº 846524 - pr	618,36
1.3.2.1.00.1.1.06.01.32	Remuneração - Convênio SEAD nº 873017/2018 - equip	1.255,66
1.3.2.1.00.1.1.06.03.00	Remuneração - Recursos Vinculados ao Município - P	11.200,67
1.3.2.1.00.1.1.06.03.31	Remuneração - 70% COSIP	637,15
1.3.2.1.00.1.1.06.03.32	Remuneração - Multas de Trânsito conta arrecadora	277,70
1.3.2.1.00.1.1.06.03.33	Remuneração - Multas de Trânsito conta arrecadora	277,70
1.3.2.1.00.1.1.06.03.34	Remuneração - Multas de Trânsito conta arrecadora	299,08
1.3.2.1.00.1.1.06.03.35	Remuneração - Multas de Trânsito conta Polícia Mil	2.535,21
1.3.2.1.00.1.1.06.03.36	Remuneração - Multas de Trânsito conta Polícia Civ	4.397,04
1.3.2.1.00.1.1.06.03.37	Remuneração - Multas de Trânsito conta Município (0,00
1.3.2.1.00.1.1.06.03.38	Remuneração - Multas de Trânsito conta Município	525,92
1.3.2.1.00.1.1.06.03.39	Remuneração - Alienações	35,67
1.3.2.1.00.1.1.06.03.41	Remuneração - Fundo do Meio Ambiente	70,32
1.3.2.1.00.1.1.06.03.42	Remuneração - Rádio Patrulha	1.047,59
1.3.2.1.00.1.1.06.03.43	Remuneração - Corpo de Bombeiros	1.097,29
1.3.2.2.00.0.0.00.00.00	Dividendos	0,00
1.3.2.2.00.1.0.00.00.00	Dividendos	0,00
1.3.2.2.00.1.1.00.00.00	Dividendos - Principal	0,00
1.3.2.2.00.1.1.01.00.00	Remuneração sobre Ações da OI	0,00
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,	323,20
1.3.3.2.00.0.0.00.00.00	Delegação dos Serviços de Infraestrutura	323,20
1.3.3.2.01.0.0.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Tra	323,20
1.3.3.2.01.1.0.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Tra	323,20
1.3.3.2.01.1.1.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Tra	323,20
1.3.3.2.01.1.1.01.00.00	Permissão de serviço público de remoção, recolhime	323,20
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	44.914,72
1.3.6.0.01.0.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagament	44.914,72
1.3.6.0.01.1.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagament	44.914,72
1.3.6.0.01.1.1.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagament	44.914,72
1.3.6.0.01.1.1.01.00.00	Operacionalização do Vale Alimentação	44.914,72
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	66.227,20
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	51.263,65
1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.743,65
1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.743,65
1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pri	2.743,65
1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Hospedagem	0,00
1.6.1.0.01.1.1.01.01.00	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	0,00
1.6.1.0.01.1.1.01.01.20	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	0,00
1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serviços de visitação	2.743,65
1.6.1.0.01.1.1.02.01.00	Taxa de ingresso de visitação ao Museu Frei Miguel	2.743,65
1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	48.520,00
1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	48.520,00
1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Pri	48.520,00

1.6.1.0.02.1.1.01.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Pri	48.520,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	14.963,55
1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	14.963,55
1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	14.963,55
1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	14.937,83
1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - IT	14.937,83
1.6.9.0.99.1.1.01.01.00	Serviço de Cadastro ITL - Principa	14.937,83
1.6.9.0.99.1.1.01.01.30	Serviço de Cadastro ITL - Principal	1.250,00
1.6.9.0.99.1.1.01.01.40	Incubação de empresas SISTEMA COMPARTILHA-DO - Prin	13.073,05
1.6.9.0.99.1.1.01.01.41	Incubação de empresas ESCRITÓRIO VIRTUAL - Princip	614,78
1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Serviços Prestados pela Frota Municipal - Principa	0,00
1.6.9.0.99.1.1.02.01.00	Serviço de preparação de terra - Principal	0,00
1.6.9.0.99.1.1.02.01.50	Serviço de preparação de terra - Principal	0,00
1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	25,72
1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - IT	25,72
1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Multas e Juros	0,00
1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	0,00
1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - IT	0,00
1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa	0,00
1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00
1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - IT	0,00
1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Mu	0,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	22.883.989,08
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	10.182.398,26
1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	10.182.398,26
1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.074.169,99
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.414.834,46
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.414.834,46
1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM 60% (Próprio)- Cota Mensal - Principal	4.448.900,66
1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM 25% (MDE)- Cota Mensal - Principal	1.853.708,64
1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM 15% (ASPS)- Cota Mensal - Principal	1.112.225,16
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	327.230,35
1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	327.230,35
1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Pr	245.422,76
1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Pr	81.807,59
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	315.140,73
1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	315.140,73
1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Princ	236.355,55
1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Princ	78.785,18
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	7.021,68
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	7.021,68
1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR 60% (Próprio) - Principal	4.212,98
1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR 25% (MDE) - Principal	1.755,45
1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR 15% (ASPS) - Principal	1.053,25
1.7.1.8.01.7.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	9.942,77

1.7.1.8.01.7.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	9.942,77
1.7.1.8.01.7.1.01.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	9.942,77
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Explo	114.247,03
1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	114.247,03
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - P	114.247,03
1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - P	114.247,03
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	991.929,37
1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	885.341,20
1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	885.341,20
1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo	149.424,78
1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso de Atenção Básica Fixo	149.424,78
1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Estratégia Saúde da Família	149.730,00
1.7.1.8.03.1.1.02.01.00	Estratégia Saúde da Família	149.730,00
1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde	173.750,00
1.7.1.8.03.1.1.03.01.00	Agentes Comunitários de Saúde	173.750,00
1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Saúde Bucal	46.830,00
1.7.1.8.03.1.1.04.01.00	Saúde Bucal	46.830,00
1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	Núcleo de Apoio da Saúde da Família - NASF União	88.000,00
1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ	246.074,88
1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	Incremento Temporário da Atenção Básica	17.855,54
1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	PSE - Programa Saúde na Escola e Crescimento Saudá	13.676,00
1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Médi	29.214,20
1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Médi	29.214,20
1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	MAC Ambulatorial e Hospitalar	29.214,20
1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em S	45.408,06
1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em S	45.408,06
1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	15.000,00
1.7.1.8.03.3.1.02.00.00	Vigilância Sanitária	30.408,06
1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Far	31.965,91
1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Far	31.965,91
1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Programa Farmácia Básica União	31.965,91
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	448.336,65
1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	336.514,27
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	336.514,27
1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	336.514,27
1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	83.520,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	83.520,00
1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transferências PNAE - Principal - Programa Naciona	83.520,00
1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	28.302,38
1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	28.302,38
1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transferências PNATE - Principal - Programa Nacion	28.302,38

1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	0,00
1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	0,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	0,00
1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% (Próprio)	0,00
1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% (MDE) - P	0,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% (ASPS) -	0,00
1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	166.003,51
1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	166.003,51
1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	166.003,51
1.7.1.8.12.1.1.01.00.00	BL ACESSUAS TRABALHO	0,00
1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	BL BPC ESCOLA	160,00
1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	BL GBF	17.160,00
1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	BL GSUAS	673,50
1.7.1.8.12.1.1.05.00.00	BL PSB	148.010,01
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	387.711,71
1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	387.711,71
1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	387.711,71
1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	FEX-Auxílio Financeiro para Fomentos e Exportações	0,00
1.7.1.8.99.1.1.02.00.00	Cessão Onerosa do Pré-Sal, Leis 12.276/2010 e 13.8	387.711,71
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	8.949.287,49
1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	8.949.287,49
1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	8.710.951,67
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	7.724.192,78
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	7.724.192,78
1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60% (Próprio)- Principal	4.634.515,34
1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25% (MDE)- Principal	1.931.048,49
1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15% (ASPS)- Principal	1.158.628,95
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	887.756,94
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	887.756,94
1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60% (Próprio)- Principal	532.653,80
1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25% (MDE)- Principal	221.939,53
1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15% (ASPS)- Principal	133.163,61
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	99.001,95
1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	99.001,95
1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - 60% (Próprio) - Principal	59.401,12
1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - 25% (MDE) - Principal	24.750,54
1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - 15% (ASPS) - Principal	14.850,29
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	161.605,87
1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	161.605,87
1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	161.605,87
1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Atenção Básica	132.069,97
1.7.2.8.03.1.1.01.01.00	Atenção Básica	132.069,97
1.7.2.8.03.1.1.01.01.10	Cofinanciamento da atenção básica estadual	103.201,11
1.7.2.8.03.1.1.01.01.20	NASF Estadual	28.868,86
1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Transferências SUS - Atenção de Média e Alta Compl	0,00
1.7.2.8.03.1.1.02.01.00	MAC Estadual - Repasse de R\$ 0,30 por habitante	0,00
1.7.2.8.03.1.1.02.02.00	MAC Estadual - Ressarcimento do SIA/SUS	0,00
1.7.2.8.03.1.1.02.03.00	MAC Estadual - Cirurgias Eletivas	0,00
1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Farmácia	29.535,90
1.7.2.8.03.1.1.04.01.00	Programa Farmácia Básica Estadual	29.535,90

1.7.2.8.03.1.1.04.01.60	Programa Farmácia Básica Estadual	29.535,90
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	76.729,95
1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	76.729,95
1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	76.729,95
1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Transporte Escolar Estadual	47.379,96
1.7.2.8.99.1.1.01.01.00	Transporte Escolar Estadual	47.379,96
1.7.2.8.99.1.1.01.01.60	Transporte Escolar Estadual	47.379,96
1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Proteção Social Básica - Custeio	29.349,99
1.7.2.8.99.1.1.02.01.00	Proteção Social Básica - Custeio	29.349,99
1.7.2.8.99.1.1.02.01.70	Proteção Social Básica - Custeio	20.545,00
1.7.2.8.99.1.1.02.01.80	Proteção Social Básica - Investimento	8.804,99
1.7.2.8.99.1.1.02.01.90	Benefícios Eventuais	0,00
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	6.700,00
1.7.4.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Específi	6.700,00
1.7.4.8.10.0.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para	6.700,00
1.7.4.8.10.1.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para	6.700,00
1.7.4.8.10.1.1.00.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privada	6.700,00
1.7.4.8.10.1.1.01.00.00	Transferências para o Programa Educação para o Mun	6.700,00
1.7.4.8.10.1.1.01.01.00	Transferências da Empresa 1Doc Tecnologia Ltda.	6.700,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	3.683.654,70
1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - E	3.683.654,70
1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	3.683.654,70
1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	3.683.654,70
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	3.683.654,70
1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60% - Principal	2.210.192,79
1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40% - Principal	1.473.461,91
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	61.948,63
1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	61.948,63
1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	61.948,63
1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Doações de Pessoas Físicas	61.948,63
1.7.7.0.00.1.1.01.02.00	Doações ao FUNREBOM	61.948,63
1.7.7.0.00.1.1.01.02.10	Doações ao FUNREBOM	55.078,64
1.7.7.0.00.1.1.01.02.20	Doações ao Fundo do Idoso	0,00
1.7.7.0.00.1.1.01.02.30	Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente	4.369,99
1.7.7.0.00.1.1.01.02.40	Doações ao convênio Rádio-Patrolha	2.500,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	935.998,43
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	908.026,35
1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	904.378,28
1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	904.378,28
1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Princi	904.378,28
1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas da Legislação de Trânsito - Polícia Militar	241.160,14
1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas da Legislação de Trânsito - Polícia Civil	182.837,73
1.9.1.0.01.1.1.03.00.00	Multas da Legislação de Trânsito - Parcela Prefeit	352.573,94
1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	Multas incidentes sobre a construção clandestina	662,11
1.9.1.0.01.1.1.04.01.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017	662,11
1.9.1.0.01.1.1.05.00.00	Multas previstas na legislação de diária e adianta	52,25
1.9.1.0.01.1.1.05.01.00	Multa pelo atraso na prestação de contas. art. 34.	52,25
1.9.1.0.01.1.1.06.00.00	Multas previstas na legislação de licitações	144,50
1.9.1.0.01.1.1.06.01.00	Multas aplicadas pelo CIMCATARINA (lei de licitaçõ	144,50
1.9.1.0.01.1.1.07.00.00	Multas de Trânsito - Parcela desvinculada	125.714,79
1.9.1.0.01.1.1.08.00.00	Multas previstas no Estatuto dos Servidores - LC 1	1.232,82
1.9.1.0.01.1.1.08.01.00	Conversão de suspensão em multa de 50% por dia de	1.232,82
1.9.1.0.08.0.0.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.648,07
1.9.1.0.08.1.0.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.648,07
1.9.1.0.08.1.1.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Princi	3.648,07
1.9.1.0.08.1.1.01.00.00	Multas decorretes de Sentenças Judiciais por infra	3.648,07
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.860,55
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	24.962,42

1.9.2.2.01.0.0.00.00.00	Restituição de Convênios	4.877,52
1.9.2.2.01.1.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias	4.877,52
1.9.2.2.01.1.1.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	4.877,52
1.9.2.2.01.1.1.01.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	0,00
1.9.2.2.01.1.1.02.00.00	Devoluções de recursos repassados pela Lei 13.019	4.877,52
1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	20.084,90
1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	20.084,90
1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	20.084,90
1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Restituição dos servidores pelo pagamento de de mu	104,13
1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Restituição dos servidores por sinistro	103,50
1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Ressarcimento despesas pagas ao CDL, devidas por s	117,43
1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Ressarcimento por Seguradoras por danos causados a	889,51
1.9.2.2.99.1.1.05.00.00	Ressarcimento por danos causados por terceiros - c	8.440,49
1.9.2.2.99.1.1.06.00.00	Restituição TAC 06.2014.00011897-4 - Transca-valhei	5.907,00
1.9.2.2.99.1.1.07.00.00	Restituição TAC 06.2014.00011897-4 - Orbenck	4.522,84
1.9.2.3.00.0.0.00.00.00	Ressarcimentos	898,13
1.9.2.3.02.0.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos	898,13
1.9.2.3.02.1.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos	898,13
1.9.2.3.02.1.1.00.00.00	Ressarcimento de Custos - Principal	898,13
1.9.2.3.02.1.1.01.00.00	Ressarcimento de despesas de exames admissionais -	898,13
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	2.111,53
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	2.111,53
1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	2.111,53
1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	0,00
1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde	0,00
1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	37,44
1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde	37,44
1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.591,34
1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde	1.591,34
1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multa	482,75
1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde	482,75
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	505.584,91
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	149.303,75
2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	149.303,75
2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	149.303,75
2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	149.303,75
2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	149.303,75
2.1.1.2.00.1.1.02.00.00	OP. Crédito - contrato CEF nº 0418-349-0000001 - P	149.303,75
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	32.061,90
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00
2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00
2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00
2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	32.061,90
2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	32.061,90
2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	31.852,07
2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Principal	15.852,04

2.2.2.0.00.1.1.02.00.00	Alienações provenientes do Loteamento Serenata - a	16.000,03
2.2.2.0.00.1.2.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	209,83
2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Multas e Juro	209,83
2.2.2.0.00.1.3.00.00.00	Alienação Bens Imóveis - Dívida Ativa Principal	0,00
2.2.2.0.00.1.3.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa	0,00
2.2.2.0.00.1.4.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa - Multas	0,00
2.2.2.0.00.1.4.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa	0,00
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	37.998,27
2.3.0.0.06.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	37.998,27
2.3.0.0.06.1.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	37.998,27
2.3.0.0.06.1.1.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	639,42
2.3.0.0.06.1.1.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - p	639,42
2.3.0.0.06.1.2.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Multa e J	0,00
2.3.0.0.06.1.2.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - M	0,00
2.3.0.0.06.1.3.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida At	23.873,44
2.3.0.0.06.1.3.01.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida At	23.873,44
2.3.0.0.06.1.4.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Multa e J	13.485,41
2.3.0.0.06.1.4.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - D	13.485,41
2.3.0.0.06.3.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida At	0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	286.220,99
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	286.220,99
2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	286.220,99
2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Enti	286.220,99
2.4.1.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	286.220,99
2.4.1.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Prin	286.220,99
2.4.1.8.10.9.1.01.00.00	Convênio recapeamento nº 846524 - processo 1041314	159.019,42
2.4.1.8.10.9.1.02.00.00	Convênio SEAD nº 873017/2018 - equipamentos agrico	127.201,57
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXER	-3.350.212,60
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.350.212,60
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-78.230,31
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	-55.077,57
9.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-55.077,57
9.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/ Mun	-54.247,68
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territori	-54.247,68
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territori	-54.247,68
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 60% (própri	-16.967,35
9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 25% (MDE)	-7.069,63
9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 15% (ASPS)	-4.241,71
9.1.1.1.8.01.1.1.04.00.00	Dedução de Imoveis Imunes - IPTU 60% (próprios)	-15.756,80
9.1.1.1.8.01.1.1.05.00.00	Dedução de Imoveis Imunes - IPTU 25% (MDE)	-6.382,62
9.1.1.1.8.01.1.1.06.00.00	Dedução de Imoveis Imunes - IPTU 15% (ASPS)	-3.829,57
9.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre a Produção, circulação de Mercad	-829,89
9.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-829,89

9.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	-829,89
9.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	-640,67
9.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	-118,27
9.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - P	-70,95
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	-23.152,74
9.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-23.152,74
9.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-23.152,74
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-23.152,74
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Cota Unica -Taxa pela Prestação de Serviço	-23.152,74
9.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Dedução Imóveis isentos - Taxa de coleta de lixo	-23.152,74
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-3.226.575,52
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.484.370,79
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Específica E/M	-1.484.370,79
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União	-1.484.370,79
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	-1.482.966,57
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	-1.482.966,57
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	-1.404,22
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	-1.404,22
9.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	0,00
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	0,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	0,00
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal	-1.742.204,73
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.742.204,73
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.742.204,73
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.544.837,46
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.544.837,46
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA	-177.566,87
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-177.566,87
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-19.800,40
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-19.800,40
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-45.406,77
9.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-45.406,77
9.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-45.406,77
9.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-45.406,77
9.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-45.406,77
9.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-45.406,77
9.1.9.1.0.01.1.1.01.01.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Militar	-14.757,12
9.1.9.1.0.01.1.1.01.02.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Civil	-14.757,12
9.1.9.1.0.01.1.1.01.03.00	Dedução para formação do FUNSET - Parcela Prefeitura	-15.892,53
	Total	24.757.565,40

O valor de líquido de 2.792.994,64, proveniente de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria é representado por:

Já o montante de transferências que representa o maior número de ingressos financeiros do Município, totalizando um valor líquido de R\$ 19.657.413,56 é formado por:

A evolução de arrecadação dos recursos das fontes 000, 001 e 002 no exercício de 2018 e 2019 é demonstrada no seguinte gráfico:

19. Despesas orçamentárias

A dotação inicial foi fixada em R\$ 22.730.000,00, sendo alterada pelos Decretos: 2683/19; 2716/19; 2719/19; 2720/19; 2721/19; 2722/19;



2723/19; 2725/19; 2726/19; 2727/19; 2731/19; 2733/19; 2736/19; 2737/19; 2738/19; 2739/19; 2740/19; 2745/19; 2746/19; 2747/19; 2748/19; 2750/19; 2753/19; 2754/19; 2755/19; 2759/19; 2761/19; 2763/19; 2769/19; 2773/19; 2774/19; 2776/19; 2779/19; 2781/19; 2782/19; 2783/19; 2788/19; 2789/19; 2790/19; 2791/19; 2793/19; 2794/19; 2795/19; 2796/19; 2797/19; 2802/19; 2804/19; 2806/19; 2808/19; 2809/19; 2810/19; 2813/19; 2816/19; 2817/19; 2818/19; 2821/19; 2823/19; 2824/19; 2825/19; 2828/19; 2829/19; 2830/19; 2833/19; 2839/19; 2842/19; 2843/19; 2844/19; 2845/19; 2847/19; 2848/19; 2849/19; 2850/19; 2852/19; 2853/19; 2856/19; 2857/19; 2859/19; 2860/19; 2863/19; 2868/19; 2870/19; 2871/19; 2872/19; 2873/19; 2874/19; 2877/19; 2878/19; 2879/19; 2880/19; e 2881/19 para R\$ 26.666.501,33.

A codificação de despesas utilizadas pelo Município de Luzerna, para o exercício de 2019, segue a Instrução Normativa Contábil nº 04/2018, disponível em <http://leismunicipa.is/svxok>.

O valor empenhado em cada codificação de despesa conforme a tabela de elementos utilizada pelo Município é:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
30000000000000	DESPESAS CORRENTES	24.290.623,64
31000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.543.042,32
31710000000000	Transf. a Consórcios Públicos	34.800,00
31717000000000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	34.800,00
31717001000000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	34.800,00
31900000000000	Aplicacoes Diretas	12.508.242,32
31900400000000	Contratacao por Tempo Determinado	117.191,85
31900401000000	Professores Substitutos	117.191,85
31901100000000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.771.478,49
31901101000000	vencimentos e salários	8.649.218,26
31901137000000	gratificação por tempo de serviço	3.761,28
31901143000000	13º salário	744.595,43
31901145000000	férias - abono constitucional	1.992,62
31901199000000	outras despesas fixas - pessoal civil	371.910,90
31901199010000	Indenizações do PMAQ Decreto 2061/2015	132.714,45
31901199020000	abono indenizatório Lei 164/2017, art. 209	222.821,45
31901199030000	prêmio por desempenho no IDEB, Lei 1637/2019	16.375,00
31901300000000	Obrigacoes Patronais	2.122.914,45
31901302000000	Contribuições Previdenciárias - INSS	2.122.914,45
31901600000000	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	104.586,43
31901601000000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	104.586,43
31909100000000	Sentencas Judiciais	187.128,16
31909101000000	Precatórios-Ativo Civ/Sents Jud Transs em Julgado	182.703,06
31909115000000	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	4.425,10
31909400000000	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	204.942,94
31909407000000	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	175.700,44
31909499000000	Diversas Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	29.242,50
31909499010000	Adicional equipe de apoio em jogos	29.242,50
32000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	19.266,78
32900000000000	Aplicacoes Diretas	19.266,78
32902100000000	Juros sobre a Divida por Contrato	19.266,78
32902101000000	Juros da Dívida Contratada com Instituições Financ	19.266,78
33000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.728.314,54
33300000000000	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	36.597,22
33304100000000	Contribuicoes	36.597,22
33304101000000	Desp c/ Manut de Outras Ent de Direito Público	36.597,22
33400000000000	Transferencias a Municípios	169.847,69
33404100000000	Contribuicoes	169.847,69
33404101000000	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Púb	169.847,69
33500000000000	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	449.084,80
33504100000000	Contribuicoes	439.469,80
33504102000000	Despesa com Manut de Outras Entid de Direito Priv	439.469,80
33504300000000	Subvencoes Sociais	9.615,00
33504399000000	Outras Subvenções Sociais	9.615,00
33710000000000	Transferências a Consórcios Públicos	14.148,00
33717000000000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	14.148,00

33717001000000	Participação em Consórcio Público	14.148,00
33900000000000	Aplicacoes Diretas	10.812.825,91
33901400000000	Diarias - Civil	79.360,00
33901414000000	Diárias no País - Civil	79.360,00
33903000000000	Material de Consumo	2.534.921,77
33903001000000	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	551.713,28
33903001010000	Gasolina	162.339,65
33903001020000	Etanol	3.364,44
33903001030000	Diesel	353.782,40
33903001040000	Lubrificantes	20.246,65
33903001050000	Adiantamento de combustível	8.836,45
33903001990000	Outros combustíveis e lubrificantes automotivos	3.143,69
33903004000000	Gás Engarrafado	14.928,00
33903004010000	Gás de cozinha	11.573,00
33903004990000	Outros gases engarrafados	3.355,00
33903007000000	Gêneros de Alimentação	320.203,81
33903007010000	Merenda	222.398,24
33903007020000	Alimentos para Copa e Cozinha	11.698,38
33903007030000	Coffe-break e confraternizações	4.060,39
33903007030000	Coffe-breake confraternizações	7.654,97
33903007040000	Oficinas do CRAS	7.377,58
33903007050000	Lanche dos Idosos	20.914,75
33903007070000	Alimentos para atividades esportivas	1.635,98
33903007100000	Alimentos para os reeducandos	25.714,75
33903007990000	Outros gêneros de alimentação	18.058,77
33903009000000	Material Farmacológico	300.034,07
33903009010000	Medicamentos	246.153,55
33903009020000	Adiantamentos para Medicamentos	172,17
33903009040000	Medicamentos - Sentença Judicial	53.708,35
33903010000000	Material Odontológico	5.774,54
33903011000000	Material Químico	412,00
33903014000000	Material Educativo e Esportivo	27.723,65
33903014010000	Livros	9.041,00
33903014030000	Material Esportivo	11.690,19
33903014040000	Jogos educativos	470,16
33903014990000	Outros materiais educativos e esportivos	6.522,30
33903015000000	Material para Festividades e Homenagens	1.792,80
33903016000000	Material de Expediente	45.835,32
33903017000000	Material de Processamento de Dados	11.397,30
33903018000000	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	23.555,52
33903019000000	Material de Acondicionamento e Embalagem	8.250,72
33903020000000	Material de Cama, Mesa e Banho	656,30
33903021000000	Material de Copa e Cozinha	10.976,19
33903022000000	Material de Limpeza e Produção de Higienização	52.814,79
33903023000000	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	52.642,63
33903023010000	Uniformes de trabalho	13.860,43
33903023020000	Uniformes escolares	1.575,00
33903023030000	Uniformes esportivos	1.880,07
33903023040000	Fardamento	19.108,45
33903023050000	Outros tecidos e aviamentos	13.528,68
33903023060000	Outros Uniformes	2.690,00
33903024000000	Material para Manutenção de Bens Imóveis	122.927,17
33903025000000	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.246,63
33903026000000	Material Elétrico e Eletrônico	48.886,10
33903026030000	Material iluminação Pública	6.994,27
33903026050000	Material elétrico	40.160,56
33903026060000	Material eletrônico	1.731,27
33903027000000	Material de Manobra e Patrulhamento	356,00
33903028000000	Material de Proteção e Segurança	20.462,22
33903029000000	Material para Áudio, Vídeo e Foto	738,00
33903031000000	Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos	2.474,96
33903036000000	Material Hospitalar	56.709,62
33903039000000	Material para Manutenção de Veículos	342.902,95
33903039010000	Baterias	11.486,90

33903039020000	PNEUS	56.677,31
33903039030000	Peças para veículos leves	129.188,99
33903039040000	Peças para maquinas pesadas	130.453,17
33903039050000	Material elétrico para veículos	9.183,51
33903039990000	Outros materiais para manutenção de veículos	5.913,07
33903040000000	Material Biológico	12.720,00
33903042000000	Ferramentas	7.065,82
33903044000000	Material de Sinalização Visual e Afins	37.996,25
33903044020000	Placas indicativas	2.790,00
33903044060000	Faixas e Banner's	605,00
33903044060000	Faixas e Banners	770,00
33903044070000	Placas para veículos	673,00
33903044080000	material de sinalização de trânsito	28.077,75
33903044990000	Outros materiais para sinalização visual e afins	5.080,50
33903048000000	Bens Móveis não Ativáveis	32.643,38
33903048010000	mobiliário em geral de pequeno valor	189,00
33903048020000	celular	6.272,00
33903048040000	Cortinas, tapetes e afins	9.400,60
33903048990000	outros bens móveis não ativáveis	16.781,78
33903051000000	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	403.237,13
33903051010000	Brita e pedriscos para manutenção de estradas	206.787,38
33903051030000	Tubo de concreto	30.833,01
33903051090000	Material de construção para bens de uso comum do p	88.256,69
33903051100000	Material para pavimentação de ruas e estradas (Par	44.266,78
33903051990000	Outros materiais p/ cons e manut de bens de uso co	33.093,27
33903099000000	Outros Materiais de Consumo	13.844,62
33903099010000	Cópia de Chave	695,00
33903099030000	Peças para Motosserra e roçadeira	3.167,00
33903099050000	Material Decorativo de ambientes	398,58
33903099080000	Material Decorativo de jardins	6.502,00
33903099990000	Outros materiais de consumo	2.942,04
33903100000000	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	12.515,18
33903101000000	Premiações Culturais	928,00
33903102000000	Premiações Artísticas	99,90
33903103000000	Premiações Científicas	1.374,50
33903104000000	Premiações Desportivas	10.112,78
33903200000000	Material de Distribuicao Gratuita	268.875,83
33903201000000	Livros Didáticos	26.628,16
33903202000000	Medicamentos	41.175,96
33903202020000	ABC Farma	33.995,42
33903202040000	Medicamentos - Sentença Judicial	7.180,54
33903203000000	Gêneros Alimentícios	21.350,25
33903299000000	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	179.721,46
33903299020000	Fraldas	40.846,47
33903299040000	Kit - gestante	195,00
33903299050000	Passagens da saúde	4.897,50
33903299060000	Passagens da Ass. Social	1.473,60
33903299070000	Passagens de Estudante	50.494,72
33903299090000	Próteses dentárias	35.209,04
33903299990000	Outros materiais de distribuição gratuita	46.605,13
33903300000000	Passagens e Despesas com Locomocao	30.518,71
33903301000000	Passagens Para o País	18.672,71
33903302000000	Passagens Para o Exterior	11.257,00
33903303000000	Taxas de Embarque, Seguro, Fretamento e Pedágio	57,00
33903305000000	Locação de Veículo Para Locomoção - Pessoa Juríd	270,00
33903399000000	Outras Despesas com Locomoção	262,00
33903400000000	Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc.	162.679,64
33903401000000	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)	162.679,64

33903401030000	Substituição de mão-de-obra por reeducandos (FIM)	36.627,64
33903401040000	Substituição de mão-de-obra médica	126.052,00
33903500000000	Serviços de Consultoria	5.279,00
33903501000000	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	4.000,00
33903599000000	Outros Serviços de Consultoria	1.279,00
33903600000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	683.544,75
33903607000000	Estagiários	577.409,41
33903616000000	Locação de Bens móveis e intangíveis	1.500,00
33903621000000	Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat	300,00
33903627000000	Serviços de Comunicação em Geral	580,00
33903630000000	Serviços Médicos e Odontológicos	95.364,34
33903630040000	Contrapartida ao Medico do "Programa Residência em	76.064,34
33903630990000	Outros serviços médicos e odontológicos	19.300,00
33903638000000	Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flâmulas	120,00
33903699000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	8.271,00
33903699030000	Palestrantes	7.691,00
33903699990000	Outros serviços de terceiros	180,00
33903700000000	Locacao de Mao-de-obra	548.917,64
33903701000000	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	203.369,74
33903701010000	Oper. - Mestre de Obras e Auxiliar de Pedreiro	87.975,30
33903701040000	Oper. - Eletricista	51.571,80
33903701050000	Oper. - Projeto Fitoterápico	10.200,00
33903701060000	Oper. - Telefonista	53.622,64
33903702000000	Limpeza e Conservação	345.547,90
33903702020000	Limpeza pública	273.886,05
33903900000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	4.253.924,69
33903901000000	Assinatura de Periódicos e Anuidades	4.620,00
33903905000000	Serviços Técnicos Profissionais	300.549,69
33903905010000	Segurança do Trabalho	14.300,00
33903905040000	Epagri	20.000,00
33903905050000	Serviços de Captação de Recursos Externos	33.746,74
33903905990000	Outros serviços técnicos profissionais	232.502,95
33903910000000	Locação de Imóveis	10.210,00
33903912000000	Locação de Máquinas e Equipamentos	194.828,70
33903914000000	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang	32.692,91
33903914010000	Brinquedos	7.092,91
33903914020000	Banheiros Químicos	6.058,00
33903914030000	Tendas	19.295,00
33903914050000	Fantasia	247,00
33903915000000	Limpeza de Veículos	26.010,00
33903916000000	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	20.207,74
33903916040000	Reparos elétricos em imóveis	2.286,40
33903916050000	Dedetização	4.430,00
33903916990000	Outras manutenções e conservações de bens imóveis	13.491,34
33903917000000	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	43.015,93
33903919000000	Manutenção e Conservação de Veículos	236.628,07
33903919020000	Chapeação e Funilaria em veículos	9.189,91
33903919030000	Revisões de garantia/fabrica	3.116,61
33903919040000	Consertos elétricos em veículos	22,98
33903919040000	Consertos elétricos	7.176,16
33903919050000	Consertos mecânicos - leves	77.198,28
33903919060000	Consertos mecânicos - pesados	60.118,70
33903919070000	Conserto e recapagem de pneus	45.418,00
33903919100000	Solda	33.037,43
33903919990000	Outras manutenções e conservações de veículos	1.350,00
33903920000000	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	6.740,00
33903921000000	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	50.625,11
33903922000000	Exposições, Congressos e Conferências	3.000,00

33903923000000	Festividades e Homenagens	3.160,00
33903923050000	Serviço de Decoração de eventos	2.770,00
33903923050000	Serviços de Decoração	390,00
33903924000000	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	814,00
33903925000000	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	7.310,42
33903926000000	Serviços de Transporte Escolar	534.653,51
33903926010000	Transporte Escolar Universitário	63.561,87
33903926020000	Transporte Escolar Interior	454.117,00
33903926030000	Transporte Escolar Urbano	14.678,64
33903926040000	Transporte Ensino Profissionalizante	2.296,00
33903927000000	Locação de Veículos Para Locomoção	210,00
33903928000000	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	655.942,55
33903928010000	Coleta de Lixo Urbano	631.266,33
33903928020000	Coleta de Lixo Hospitalar	24.035,52
33903928040000	Coleta de Lixo Medicamentos Vencidos	430,70
33903928990000	Outras coletas de lixo e resíduos	210,00
33903935000000	Multas Dedutíveis	104,13
33903936000000	Multas Indedutíveis	649,20
33903937000000	Juros	15.999,92
33903941000000	Fornecimento de Alimentação	78.438,98
33903941070000	Adiantamento para fornecimento de alimentação	66.772,48
33903941990000	Outros fornecimento de alimentação	11.666,50
33903943000000	Serviços de Energia Elétrica	538.986,90
33903944000000	Serviços de Água e Esgoto	87.689,54
33903946000000	Serviços Domésticos	2.562,50
33903946010000	Lavagem de roupas da UBS	2.562,50
33903947000000	Serviços de Comunicação em Geral	5.818,75
33903947010000	Correios	5.500,00
33903948000000	Serviços de Seleção e Treinamento	78.904,19
33903950000000	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	354.980,36
33903950010000	Consultas médicas	2.915,00
33903950010000	Consultas (salvo pediatria, clínica geral e gineco	3.200,00
33903950020000	Exames de imagens	2.670,00
33903950030000	Exames laboratoriais	175.047,96
33903950040000	Fisioterapia	98.354,80
33903950050000	Cirurgias	9.803,60
33903950100000	Exames admissionais	61.729,00
33903950990000	Outros serviços médicos - hospitalar	1.260,00
33903953000000	Serviços de Assistência Social	6.790,00
33903959000000	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	52.560,56
33903963000000	Serviços Gráficos e Editoriais	1.556,25
33903964000000	Telefonia fixa e Móvel	12.966,60
33903965000000	Serviços de Apoio ao Ensino	213.413,33
33903966000000	Serviços Judiciários	2.973,50
33903966020000	Serviços Judiciários (estadual)	1.834,20
33903966030000	Serviços de Cartório e Tabelionato	1.139,30
33903969000000	seguros em Geral	41.942,27
33903969010000	Seguro Obrigatório (automóveis)	834,05
33903969020000	Seguro Opcional (automóveis)	41.108,22
33903972000000	Vale-Transporte	9.418,58
33903980000000	Hospedagens	1.032,00
33903981000000	Serviços Bancários	53.207,02
33903988000000	Serviços de Publicidade e Propaganda	157.265,08
33903988010000	Agencia de Publicidade	107.010,00
33903988040000	Assessoria de Imprensa	16.400,00
33903990000000	Serviços de Publicidade Legal	2.627,94
33903990010000	Publicação em Diário Estadual	1.502,74
33903990030000	Publicação em Diário Federal	165,20
33903990040000	Publicação em Jornal Comercial	960,00
33903999000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	402.818,46
33903999020000	Transportes em viagens de estudo	13.101,92
33903999030000	Transportes de Atletas	21.553,53
33903999040000	Outros Transportes de pessoas	7.066,63
33903999050000	Taxas de Inscrições em eventos	5.234,00

33903999060000	Manutenção de Iluminação Pública	8.284,45
33903999070000	Arbitragem	51.987,10
33903999090000	Plano de Saúde	157.441,75
33903999100000	Serviços relacionados à Certificação Digital	2.357,00
33903999110000	Palestrantes Pessoa Jurídica	3.152,50
33903999120000	Serviços veterinários e/ou em animais	386,00
33903999140000	Substituição de mão-de-obra por reeducandos (Meio)	54.942,66
33903999150000	Fundo Penitenciário - 25% das atividades reeducand	30.524,52
33903999990000	Outros serviços de terceiro PJ	44.351,40
33904000000000	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	558.355,03
33904001000000	Locação de equipamentos e softwares	270.883,85
33904004000000	Comunicação de dados	27.849,96
33904005000000	Serviços de telefonia fixa e móvel	12.260,66
33904006000000	Suporte a usuários de TIC	40.592,97
33904008000000	Serviços técnicos profissionais de TIC	11.879,29
33904011000000	Impressão	41.144,79
33904014000000	Tratamento de dados	145.297,79
33904015000000	Conteúdo de web	8.445,72
33904100000000	Contribuições	169.863,69
33904102000000	desp. c/ manutenção de outras entidades D. Privado	169.863,69
33904600000000	Auxilio-Alimentacao	1.080.732,15
33904601000000	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	1.080.732,15
33904700000000	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	346.869,68
33904706000000	Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI	73,34
33904710000000	Taxas	59.197,84
33904710010000	Taxa de Licenciamento	5.224,63
33904710020000	Taxa de Fiscalização	8.325,56
33904710050000	Taxa de administração	27.073,76
33904710990000	Outras taxas	18.573,89
33904712000000	Contribuição Para o PIS/PASEP	238.568,02
33904718000000	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	49.030,48
33904800000000	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	35.035,38
33904801000000	Auxilio Financeiro a Pessoas Físicas	35.035,38
33904801010000	Bolsa Atleta	35.035,38
33909200000000	Despesas de Exercícios Anteriores	19.011,19
33909203000000	Pensões	1.218,27
33909232000000	Material de Distribuição Gratuita	1.135,39
33909237000000	Locação de Mão-de-Obra	1.933,28
33909239000000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	14.531,51
33909299000000	Outras Despesas de exercícios Anteriores	192,74
33909300000000	Indenizacoes e Restituicoes	22.421,58
33909301000000	Indenizações	16.436,32
33909301010000	indenizações - pensão vitalícia	16.436,32
33909302000000	Restituições	5.985,26
33909302990000	Outras restituições	5.985,26
33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	245.810,92
33933000000000	Material de Consumo	18.174,16
33933026000000	materiais elétricos e eletrônicos	18.174,16
33933026030000	Material para iluminação Pública	18.174,16
33933900000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	220.811,76
33933905000000	serviços técnicos profissionais	68.704,00
33933905990000	Outros serviços técnicos profissionais	68.704,00
33933950000000	serviços médico-hospitalar, odontológico e laborat	124.026,51
33933990000000	Despesa c/ Manutenção de Outras Ent de Dir Privado	3.024,00
33933999000000	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.057,25
33933999060000	Manutenção de Iluminação Pública	25.057,25
33934000000000	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	6.825,00
33934002000000	Desenvolvimento e manutenção de software	6.825,00
40000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.164.800,73
44000000000000	INVESTIMENTOS	999.401,26

44710000000000	Transferências a Consórcios Públicos	6.000,00
44717000000000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00
44717001000000	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00
44900000000000	Aplicacoes Diretas	993.401,26
44903000000000	Material de Consumo	83.055,45
44903022000000	Material de Limpeza e Produção de Higienização	40,00
44903024000000	Material para Manutenção de Bens Imóveis	78.310,14
44903026000000	Material Elétrico e Eletrônico	3.483,64
44903026050000	Material elétrico	3.483,64
44903031000000	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	647,50
44903042000000	Ferramentas	574,17
44903900000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.749,96
44903999000000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.749,96
44903999990000	Outros serviços de terceiro PJ	5.749,96
44904000000000	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	16.500,00
44904002000000	Desenvolvimento e manutenção de software	16.500,00
44905100000000	Obras e Instalacoes	64.144,41
44905107000000	Reforma	5.235,66
44905191000000	Obras em Andamento	45.958,75
44905198000000	Obras Contratadas	12.950,00
44905200000000	Equipamentos e Material Permanente	823.951,44
44905202000000	Aeronaves	10.500,00
44905206000000	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10.188,00
44905208000000	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	19.944,43
44905210000000	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	250,00
44905212000000	Aparelhos e Utensílios Domésticos	22.594,42
44905224000000	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	5.731,87
44905233000000	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	30.204,60
44905234000000	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	63.810,70
44905235000000	Equipamentos de Processamento de Dados	126.942,03
44905238000000	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	230,00
44905240000000	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	171.997,15
44905242000000	Mobiliário em Geral	77.102,90
44905252000000	Veículos de Tração Mecânica	267.450,00
44905299000000	Outros Equipamentos e Material Permanente	17.005,34
45000000000000	INVERSOES FINANCEIRAS	17.000,00
45900000000000	Aplicações Diretas	17.000,00
45905200000000	Equipamentos e Material Permanente	17.000,00
45905252000000	Veículos de Tração Mecânica	17.000,00
46000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	148.399,47
46900000000000	Aplicacoes Diretas	148.399,47
46907100000000	Principal da Divida Contratual Resgatado	148.399,47
46907101000000	Amortização da Dívida Contr c/ Instituições Financ	148.399,47
	TOTAL	25.455.424,37

Diferenças identificadas entre os dados do Município e o TCE/SC

Foi identificado que algumas ações que possuem mais de uma subfunção não foram corretamente transmitidas ao sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina, o e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), sendo que as ações são:

- 2.704 - Manutenção da merenda escolar – creche;
- 2.705 - Manutenção da merenda escolar – pré-escola;
- 2.706 - Manutenção da merenda escolar – fundamental;
- 2.503 - Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade
- 2.504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)

Foi identificado que algumas ações criadas após o envio do PPA, não tiveram o seu programa reconhecido pelo sistema do Tribunal, aparecendo nos relatórios como "PROGRAMA NÃO IDENTIFICADO".

3.6 Balanço orçamentário

O resultado orçamentário acumulado por bimestre, considerando as despesas liquidadas durante o exercício ocorreu da seguinte forma:

- 1º bimestre: superávit de R\$ 700.633,89;
- 2º bimestre: superávit de R\$ 703.610,93;
- 3º bimestre: superávit de R\$ 120.111,64.

- d) 4º bimestre: déficit de R\$ 138.624,39;
 e) 5º bimestre: déficit de R\$ 667.643,37;
 f) 6º bimestre: déficit de R\$ 326.225,35.

O resultado orçamentário do exercício considerando as despesas empenhadas foi de déficit de R\$ 697.858,97.

O resultado orçamentário em cada uma das fontes de recurso utilizada pelo Município é:

FONTE		ARRECADADO	EMPENHADO	RESULTADO
000	Recursos Ordinários	12.578.894,32	10.838.445,28	1.740.449,04
001	Recursos de Impostos e Transf. - Educação	1.547.068,19	2.688.936,59	-1.141.868,40
002	Recursos de Impostos e Transf. - Saúde	2.769.896,12	3.888.294,52	-1.118.398,40
007	CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico	9.974,18	9.981,35	-7,17
008	COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública	443.373,98	432.329,37	11.044,61
009	FIA Imposto de Renda	8.094,74	2.720,00	5.374,74
010	Convênio de Trânsito – Militar	229.215,93	186.904,10	42.311,83
011	Convênio de Trânsito – Civil	172.755,35	223.838,95	-51.083,60
012	Convênio de Trânsito – Prefeitura	337.506,41	369.969,88	-32.463,47
018	FUNDEB 60%	2.211.540,10	2.960.567,26	-749.027,16
019	FUNDEB 40%	1.474.397,41	631.224,08	843.173,33
020	Corpo de Bombeiros	99.394,84	121.852,93	-22.458,09
021	Rádio Patrulha	3.547,59	79.402,96	-75.855,37
022	Fundo do Meio Ambiente	70,32	0,00	70,32
036	Salário Educação	337.957,95	365.679,29	-27.721,34
039	FEP - Fundo Especial do Petróleo	114.552,54	125.916,36	-11.363,82
050	Cessão Onerosa do Pré-Sal	387.711,71	375.690,57	12.021,14
089	Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	54.095,81	67.615,78	-13.519,97
101	Transporte Escolar do Estado	47.379,96	52.247,27	-4.867,31
111	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	83.852,06	88.020,94	-4.168,88
112	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar	28.373,79	32.028,05	-3.654,26
113	Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches	2,25	390,30	-388,05
115	Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil	0,39	46,14	-45,75
122	Educação para o mundo do trabalho	6.700,00	12.457,77	-5.757,77
201	CIR - Comissão Intergestores Regional da Saúde	143,58	7.447,94	-7.304,36
202	Cofinanciamento	103.368,15	110.266,29	-6.898,14
203	Saúde Bucal	46.830,00	51.290,00	-4.460,00
204	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	173.750,00	186.583,75	-12.833,75
205	ESF – Estratégia Saúde da Família	149.730,00	163.990,00	-14.260,00
206	PAB - Piso da Atenção Básica	154.658,11	154.509,13	148,98
208	PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	246.074,88	300.436,60	-54.361,72
209	NASF Federal	88.000,00	96.000,00	-8.000,00
210	Saúde na Escola	13.676,60	6.809,79	6.866,81

211	MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	0,02	1,26	-1,24
212	Vigilância em Saúde	30.408,06	26.344,25	4.063,81
213	Vigilância Epidemiológica	15.000,00	16.014,19	-1.014,19
214	Farmácia Básica União	31.965,91	36.243,83	-4.277,92
215	Farmácia Básica Estado	29.653,85	31.280,68	-1.626,83
217	Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	105,89	10.200,00	-10.094,11
218	Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	1.823,61	0,00	1.823,61
219	Gestão do SUS	0,68	52,80	-52,12
220	MAC União – Média e Alta Complexidade	29.214,20	30.327,93	-1.113,73
221	NASF Estadual	28.868,86	30.868,86	-2.000,00
222	MAC Estadual – Demais Repasses	0,37	28,49	-28,12
224	Programa de Alimentação e Nutrição (VAN)	126,43	0,00	126,43
225	Proteses Dentárias	0,00	35.474,42	-35.474,42
302	Acessuas	0,20	0,00	0,20
305	BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)	164,72	19,33	145,39
307	Benefícios eventuais	0,03	1,68	-1,65
308	Proteção Social Básica - Custeio Estado	20.683,45	20.174,18	509,27
309	GBF - Índice Gestão Bolsa Família	17.582,04	14.683,25	2.898,79
310	Proteção Social Básica - Investimento	9.047,68	8.271,98	775,70
311	BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social	837,17	5.576,00	-4.738,83
312	BL PSB - Proteção Social Básica - União	148.240,15	121.352,31	26.887,84
350	Doações ao Fundo do Idoso	0,49	0,00	0,49
360	Fundo de habitação - receita de alienações	16.000,03	0,00	16.000,03
506	Convênio recapeamento nº 846524/2017	159.637,78	0,00	159.637,78
508	Emenda Cesar Souza		89.110,37	-89.110,37
509	Convênio SEAD nº 873017/2018 - equipamentos agrícolas	128.457,23	127.201,57	1.255,66
510	PMAT - OP. Crédito - contrato CEF nº 0418-349-0000001	149.303,75	220.303,75	-71.000,00
512	Incentivo para ações de cadastramento dos usuários do SUS	17.855,54	0,00	17.855,54
TOTAL		24.757.565,40	25.455.424,37	-697.858,97

3.7 Receita Corrente Líquida - RCL

Sendo apurada mês a mês, buscando-se o mês apurado e os 11 meses anteriores a RCL de 2019 foi de R\$ 24.252.190,32.

Para apuração a contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica às respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto no demonstrativo da RCL são apresentados os valores líquidos, com exceção da dedução para a formação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Município não recebeu no exercício emendas impositivas individuais.

O Município recebeu R\$ 387.711,71 provenientes da Cessão Onerosa do Pré-Sal, aumentando a Receita Corrente Líquida, contudo estes recursos podem não serem recebidos em exercícios futuros, devendo ser observada essa situação nas análises que envolvam a RCL projetada.

Foi identificado pequenas divergências de apuração entre o TCE/SC e os dados do Município referente as arrecadações de receitas classificadas nas rubricas: 2.X.X.XX.X.X.2 e 2.X.X.XX.X.X.4.

3.8 Restos a Pagar

São inscritos entre restos a pagar não processados, entre outras despesas, os empenhos estimativos de consumo de serviços, que podem ser anulados no próximo exercício.

Seguindo metodologia do TCE/SC, a inscrição de restos a pagar é efetuada na rotina de encerramento do exercício de modo que após a inscrição não são possíveis quaisquer outros lançamentos orçamentários e contábeis no exercício.

Os restos a pagar que existente na abertura de 2019, inscritos em anos anteriores ao de 2018 são originários dos empenhos/ano:

- a) 2.227/2014/PML no valor de R\$ 1.347,06, cancelado em 2019;
- b) 2.098/2017/PML no valor de R\$ 120,92, cancelado em 2019;
- c) 4.416/2017/PML no valor de R\$ 700,00, cancelado em 2019;
- d) 1.719/2017/FMS no valor de R\$ 424,00, cancelado em 2019.

Os demais restos a pagar existentes na abertura de 2019, foram pagos ou cancelados durante o exercício com exceção do resto a pagar nº 1993/2018/PML no valor de R\$ 5.050,00, em virtude da não conclusão do serviço contratado.

O estoque de restos a pagar, após a inscrição (31/12) em cada exercício, considerando os restos inscritos no ano e de anos anteriores é demonstrado no gráfico abaixo:

20. FONTES DE RECURSO

A marcação de fontes de recursos, na codificação prevista na Instrução Normativa Contábil nº 1/2017 é realizada no momento do ingresso do recurso, e quando há previsão de normativa de rateio entre diferentes fontes de recurso, essa é feita no momento da arrecadação.

Devido à arrecadação e pagamento das fontes de recursos ordinários (000, 001, 002) e do FUNDEB (000 e 018) ocorrerem em mais de uma conta bancária, ao final de cada mês os eventuais déficits das contas são transferidos para uma única conta bancário, mantendo-se o saldo deficitário para fins de controle e transparência.

Ao final do exercício, os valores aplicados "a maior" nas fontes 001, 002 e 018 (educação, saúde e FUNDEB 60% respectivamente) são "suplementados" por meio de lançamento contábil em "redução" a fonte 000 e 019.

Na abertura do exercício o valor o saldo existente de superávit financeiro recebe a codificação 3, correspondente recursos de exercícios anteriores.

O convênio firmado com a Polícia Militar, denominado rádio patrulha, onde a administração transfere um valor mensal para conta específica de titularidade da Prefeitura, mas com gerencia de recursos pela Polícia Militar, é feita por meio de mudança de código de fonte, alterando-se da fonte 000 (Recursos ordinários) para 021 (Rádio Patrulha).

O Município desvincula algumas de suas receitas em conformidade com a Lei nº 1.484/2016 e artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, registrando no momento da arrecadação a parcela desvinculada.

Nas contas bancárias que possuem mais de uma fonte de recurso o rendimento (aplicação financeira) é reconhecido na fonte preponderante da conta.

21. DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

O Município utiliza a metodologia determinada pelo TCE/SC, disponível em http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/ANEXOS_PCP_2019_24_10_19.xlsx.

22. DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

Seguindo as regras previstas do MCASP e PCASP, o Município registra todas as variações aumentativas ou diminutivas separando em operações no 5º nível com o código:

- a) Código 2, operações internas do Município;
- b) Código 3, operações com a União;
- c) Código 4, operações com o estado;
- d) Código 5, operações com outros Município;
- e) Código 1, operações que não se enquadrem em nenhuma das anteriores;

Em função da metodologia adotada na nota anterior são reconhecidos os resultados superavitários ou deficitários em cada nível de relacionamento, sendo estes levados à conta de resultados no encerramento.

23. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apenas o contrato registrado sob o nº 0418-349-0000001 com a Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$ 226.269,00, foi arrecadado no valor de R\$ 149.303,75, correspondente à parcela de serviços prestados pelo fornecedor já executados. O saldo remanescente do contrato será realizado em 2020. Essa operação de crédito está enquadrada no Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, e desta forma não está sujeita ao limite de endividamento do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Foi autorizado pelo Poder Legislativo, por meio da Lei nº 1.667/19, alterada pela Lei nº 1.679, de 22 de outubro 2019, no valor de R\$ 5.000.000,00 sendo que nenhum contrato foi registrado oriundo dessa autorização, estando o Pedido de Verificação de Pleitos sendo analisado pela Secretaria do Tesouro Nacional até o encerramento do exercício, nos termos da Resolução 43/01 do Senado.

24. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada Líquida do Município, seguindo a metodologia disposta no Manual de Demonstrativo Fiscais é calculada a partir da Dívida Consolidada diminuindo-se as deduções, desta forma temos:

- a) Dívida oriunda do contrato nº 2018 000301, no valor de 101.549,81;
- b) Dívida oriunda do contrato nº 0418-349-0000001, no valor de 149.303,75;
- c) Disponibilidade de caixa bruta 1.960.062,27;
- d) Restos a pagar processados 652.318,62 (soma como dívida);
- e) Ações R\$ 8,60.

Obtém-se deste modo o valor de dívida consolidada líquida “negativo” de R\$ 1.056.898,69, ou seja, pela metodologia adotada o saldo existente de caixa, acrescido do montante de ações seria suficiente para pagar toda a dívida consolidada, os restos a pagar processados e ainda “sobraria” um saldo de R\$ 1.056.898,69.

Destaca-se que todos os itens da fórmula estão discriminados em tópicos específicos dessas notas explicativas.

Informa-se que não são considerados na metodologia os seguintes valores:

- a) Precatórios não vencidos: 74.479,89;
- b) Consignações/retenções: 67.269,57;
- c) Restos a pagar não processados: 376.683,62

Caso a metodologia empregada também considerasse esses valores o resultado, ainda seria negativo, ou seja, ainda “sobrariam” R\$ 538.465,61 após todos os pagamentos.

25. PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS

Foi efetuado o pagamento dos seguintes precatórios e requisições de pequeno valor durante o exercício:

PAGAMENTO	PRECATÓRIO	PROCESSO	ORIGEM	VALOR
10/abr	Requisição de pequeno valor	0011693-62.2015.5.12.0012	TRT	1.000,00
10/abr	Requisição de pequeno valor	0010732-24.2015.5.12.0012	TRT	1.400,00
29/abr	0010506-84.2017.5.12.0000	0010849-15.2015.5.12.0012	TRT	12.463,66
29/abr	0010611-61.2017.5.12.0000	0001607-66.2014.5.12.0012	TRT	97.065,30
29/abr	0010747-24.2018.5.12.0000	0000536-58.2016.5.12.0012	TRT	62.578,52
29/abr	0010088-78.2019.5.12.0000	0001632-74.2017.5.12.0012	TRT	10.595,58
24/mai	Requisição de pequeno valor	0000062-19.2018.5.12.0012	TRT	1.688,13
31/jul	Requisição de pequeno valor	0000625-13-2018.5.12.0012	TRT	336,97
TOTAL				187.128,16

Foi efetuado também o pagamento de R\$ 17.654,59, referente a pensões judiciais em que o Município foi condenado ao pagamento mensal.

Também houve o dispêndio para o pagamento de R\$ 60.888,89 de medicamentos determinados pelo Tribunal de Justiça.

Dessa forma em 2019:

	VALOR
Precatórios e requisições de pequeno valor	187.128,16
Pensões judiciais	17.654,59
Medicamentos judiciais	60.888,89
Total	265.671,64

No fechamento do exercício constam os seguintes precatórios pendentes de pagamento:

VENCIMENTO	PRECATÓRIO	PROCESSO	VALOR
2020	10296-62.2019.5.12.0000	0000014-02.2014.5.12.0012	67.742,96
2021	10464-64.2019.5.12.0000	0002259-15.2016.5.12.0012	8.736,93

26. METAS E RISCOS FISCAIS

Não foi identificado nenhum dos riscos fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019. E a reserva de contingência, não foi utilizada até do dia 10 de dezembro, sendo a dotação remanejada para outras ações, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2019 foram de:

- a) Resultado primário: -204.295,00;
- b) Resultado nominal: -300.000,00;
- c) Dívida Consolidada: 480.000,00;
- d) Dívida Consolidada Líquida: -1.000.000,00.

Os resultados da dívida são discutidos no tópico anterior.

27. Resultado Primário acima da linha

Quanto ao resultado primário, obtido pela metodologia acima da linha, ou seja, considerando todos os ingressos (arrecadações) e saídas (pagamentos) de recursos financeiros o resultado foi de R\$ -409.095,68.

Destaca-se que pelo estoque de dívida existente no Município, o resultado de um déficit (negativo) de resultado primário, ou até mesmo o estabelecimento de uma meta de déficit, deve ponderar essa situação, pois vejamos:

- O estoque da dívida, bem como as características dela (prazo médio de pagamento, taxas de juros), é o fator determinante no valor que se paga-se de juros e que se amortiza;
 - O pagamento de juros e de amortização são consideradas despesas não primárias;
 - Deste modo caso o Município efetue um baixo volume de pagamento de juros e amortização, ele terá um grande volume de pagamentos de despesas primárias;
 - Os rendimentos auferidos na aplicação financeira das contas bancárias do Município, bem como o recebimento de empréstimos concedidos, não são consideradas receitas primárias, contudo as despesas que forem pagas com esses valores provavelmente serão despesas primárias, o que gera um déficit.
 - Por consequência a geração de um superávit primário, sem a existência de dívidas, resultará apenas na geração de caixa.
- Ressalta-se frente às considerações acima que não é competência do Setor de Contabilidade a definição de metas de resultado, sendo essa uma discussão em âmbito no Poder Legislativo durante a fase de elaboração da LDO, enviada por Projeto de Lei do Poder Executivo, tendo o objetivo dessas notas esclarecer tema tão controverso quanto a existência de uma meta "negativa".

28. Resultado Nominal acima da linha

A partir do resultado primário é acrescido o valor de juros, encargos e variações monetárias Ativos e Passivos, que são calculados por meio das variações patrimoniais registradas.

A metodologia adota é a última versão disponibilizada (01/10/2019) pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio do mapeamento disponível em <http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/663733/Demonstrativos+Fiscais+Mapeados+-+RREO+-+MDF+9%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+-+01-10-2019/fc54ca8d-4c84-477a-82b5-3cdc02e18b2e>.

Desse modo:

- a) Como variação ativa, as VPA utilizadas em contrapartida ao reconhecimento de rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 51.632,19;
- b) Como variação passiva, o pagamento de juros da dívida consolidada registrados sob a conta contábil 3.4.1.1.1.01 – Juros da dívida contratual com instituições financeiras, no valor de R\$ 19.266,78;
- c) Como variação passiva, a atualização monetária dos precatórios existentes, calculados pelo TRT e registrados na conta 3.4.3.9.1.01.70 – atualização de precatórios, no valor de R\$ 7.791,88.

Confrontando o resultado primário acima da linha com as variações ativas e passivas obtemos um resultado nominal acima da linha de R\$ -384.522,15.

29. Resultados abaixo da linha

Há metodologia de apuração de resultado nominal abaixo da linha considera a variação da dívida consolidada líquida (DCL) ocorrida no período. Deste modo a DCL em 31 de dezembro de 2018 de R\$ -1.737.134,12, passou para R\$ -1.056.898,69 em 31 de dezembro de 2019, perfazendo um resultado nominal de R\$ -680.235,43 pelo método abaixo da linha.

A diferença existente entre os dois métodos de apuração (acima e abaixo) da linha ocorrem pelas seguintes razões a quais são levadas no quadro de ajustes metodológicos, sendo estes:

- a) Variação do saldo de restos a pagar processados (R\$ 392.252,89);
- b) Exclusão das variações dos juros nominais, itens: "Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)" e "Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)" (R\$ 51.632,19 e R\$ 27.058,66);
- c) Correção pela taxa Selic aplicada sobre a Dívida Consolidada, conforme previsto em contrato (R\$ 10.682,91);
- d) Correção do valor de ações, considerada como demais haveres financeiros que foi reclassificado durante o exercício (R\$ 8,60);
- e) Variação do saldo financeiro da conta 1.1.3.5.1.99.00.01– Depósitos Restituíveis oriundos da Folha de Pagamento (R\$ 1.646,31);
- f) Variação do saldo de retenções/consignações, conta 2.1.8.8.1. visto que as despesas são consideradas pagas no montante das retenções no momento da liquidação (R\$ 63.709,50);
- g) Receitas de empréstimos (não consideradas como demais haveres financeiros) (R\$ 37.358,85);
- h) Receitas de juros (R\$ 51.632,19);
- i) Pagamentos de juros (R\$ 19.266,78).

Na linha RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI) o Município utiliza a fórmula (XXXIX) = XXXVIII - XXV + XXVI.

30. DESPESA DE PESSOAL

Os percentuais de gasto com pessoal do Município para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal são:

- a) Poder Executivo: 48,69%
- b) Poder Legislativo: 2,08%
- c) Consolidado: 50,77%

É inscritos em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 2.119,75, proveniente de saldo de empenhos estimativos do Convênio nº 2017/TN911 que tem por finalidade proporcionar oportunidade de trabalho e ressocialização para os reeducandos do regime semiaberto (trabalho externo) do Presídio Regional de Joaçaba/SC, sendo que o valor exato a ser pago só conhecido após o encerramento do exercício, conforme o número de dias trabalhados pelo reeducandos.

Como a Receita Corrente Líquida sofreu um aumento de R\$ 387.711,71 provenientes da Cessão Onerosa do Pré-Sal, é prudente avaliar o índice de despesa de pessoal caso essa receita não tivesse ocorrida.

Sem os efeitos da Cessão onerosa do Pré-Sal o índice do Poder Executivo seria de 49,49%, sendo o limite máximo previsto na LRF de 54%, com limites intermediários de 48,60% (alerta) e 51,30% (prudencial).

É considerado para fins de elaboração desse demonstrativo o valor da despesa liquidada em cada mês.

No demonstrativo abaixo é apresentado à evolução histórica da despesa de pessoal:

Observando um período maior obtém-se o seguinte gráfico:

31. GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Segundo dados da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, o Município possui 830 alunos atendidos em 2019 na Escola Municipal São Francisco que possui 3 unidades assim distribuídos:

Idade escolar	Alunos
Creche	134
Educação infantil	202
Ensino fundamental – anos iniciais	295
Ensino fundamental – anos finais	199

Destaca-se que as unidades compartilham alguns recursos financeiros e não financeiros, devido a sua proximidade física, finalidades em comum (educação), volume de transações, sendo a divisão de recursos orçamentários em alguns casos feito por rateio.

A receita de impostos e transferências de impostos, para fins de aplicação em gastos mínimos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE foi de R\$ 19.093.852,94, devendo ser aplicado no mínimo 25% desse montante.

O valor aplicado em MDE foi de R\$ 6.280.727,93, sendo que para a apuração do índice de gasto mínimo devem ser descontados também o resultado líquido das transferências do FUNDEB (R\$ 457.079,18) e as despesas custeadas com o superávit (R\$ 14.926,78), obtendo-se o valor efetivo de R\$ 5.808.721,97, perfazendo um índice de 30,42% demonstrado a seguir:

Entre o valor apurado pelo Município e outros órgãos encontra-se divergências:

- a) Com o TCE/SC devido a esse utilizar como base as subfunções vinculadas à educação, e conforme o tópico 4.5.1 destas notas explicativas, houve divergência entre na transmissão de algumas subfunções.
- b) Com o Ministério da Educação, devido à metodologia do SIOPE que deduz o valor de cancelamento de restos e a utilização do superávit financeiro.

32. FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Conforme disciplinado pela legislação o Município enviou para o fundo o montante de R\$ 3.226.575,52 tendo por base 20% de algumas receitas e recebeu conforme o número de alunos R\$ 3.683.654,70, ou seja, R\$ 454.796,77 a mais do que enviou.

Do valor recebido, soma-se o valor dos rendimentos (R\$ 2.282,81) obtidos durante o exercício e o superávit do exercício anterior (R\$ 14.926,78), os quais foram aplicados da seguinte forma:

	VALOR	PERCENTUAL
Atividade fim (mínimo de 60%)	R\$ 2.960.567,26	80,32%
Atividade meio (máximo de 40%)	R\$ 616.297,30	16,72%
Valor não aplicado (máximo de 5%)	R\$ 109.072,95	2,96%
TOTAL	R\$ 3.685.937,51	

Quanto ao superávit do exercício anterior, destaca-se que ele foi integralmente utilizado no empenho 389 de 25 de janeiro de 2019.

33. Gastos com outros recursos

Além de recursos próprios que compõe o gasto em educação (fontes 001, 018 e 019), foram aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino os seguintes recursos vinculados e valores:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
036	Salário Educação	365.679,29
050	Cessão Onerosa do Pré-Sal	248.314,53
089	Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	35.822,69
101	Transporte Escolar do Estado	52.247,27
111	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	88.020,94
112	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar	32.028,05
113	Programa Brasil Carinhoso – Apoio as creches	390,30
115	Programa Brasil Carinhoso – Educação Infantil	46,14
122	Educação para o mundo do trabalho	12.457,77
TOTAL		835.006,98

Também foi aplicado com recursos ordinários (fonte 000) que não compõem o gasto em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, na área de educação o valor de R\$ 349.259,01 destinado à alimentação escolar.

Desta forma o gasto total de recursos para a área de educação foi de:

	VALOR
Recursos que compõe o cálculo do mínimo (25%)	6.280.727,93
Recursos vinculados, gasto em MDE	835.006,98
Recurso ordinário, gasto em alimentação escolar	349.259,01
TOTAL	7.464.993,92

34. GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE - ASPS

O Município possui duas unidades básica de saúde (UBS) e conforme dados da Secretaria foram realizados durante o exercício entre outras atividades os seguintes procedimentos por UBS:

UBS	Vila Alemanha	São Francisco	TOTAL
Atendimento domiciliar	6	0	6
Atendimento individual	13.709	9.951	23.660
Atendimento odontológico individual	1.879	1.569	3.448
Atividade coletiva	57	136	193
Avaliação de elegibilidade e admissão	0	0	0
Marcadores de consumo alimentar	0	56	56
Procedimentos individualizados	23.830	17.076	40.906
Síndrome neurológica por Zika / Microcefalia	0	0	0

Vacinação	2.826	903	3.729
Visita domiciliar e territorial	13.752	18.765	32.517
Viagens de tratamento fora de domicílio			645
TOTAL	56.059	48.456	104.515

A receita de impostos e transferências de impostos, para fins de aplicação em gastos mínimos em Ações e Serviços Públicos em Saúde - ASPS foi de R\$ 18.451.481,86, devendo ser aplicado no mínimo 15% desse montante.

O valor aplicado em ASPS foi de R\$ 3.888.294,52, perfazendo um índice de 21,07%.

Entre o valor apurado pelo Município e outros órgãos encontra-se divergências:

a) Com o Ministério da Saúde, devido à metodologia do SIOPS devido às diferenças de metodologia em relação aos Consórcios Públicos.

35. Gastos com outros recursos

Além de recursos próprios que compõe o gasto em saúde (fonte 002), foram aplicados em Ações e Serviços Públicos em Saúde os seguintes recursos vinculados e valores:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
050	Cessão Onerosa do Pré-Sal	52.251,07
201	CIR - Comissão Intergestores Regional da Saúde	7.447,94
202	Cofinanciamento	110.266,29
203	Saúde Bucal	51.290,00
204	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	186.583,75
205	ESF – Estratégia Saúde da Família	163.990,00
206	PAB - Piso da Atenção Básica	154.509,13
208	PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	300.436,60
209	NASF Federal	96.000,00
210	Saúde na Escola	6.809,79
211	MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/habitante	1,26
212	Vigilância em Saúde	26.344,25
213	Vigilância Epidemiológica	16.014,19
214	Farmácia Básica União	36.243,83
215	Farmácia Básica Estado	31.280,68
217	Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	10.200,00
219	Gestão do SUS	52,80
220	MAC União – Média e Alta Complexidade	30.327,93
221	NASF Estadual	30.868,86
222	MAC Estadual – Demais Repasses	28,49
225	Próteses Dentárias	35.474,42
508	Emenda Cesar Souza	89.110,37
TOTAL		1.435.531,65

Também foram aplicados com recursos ordinários (fonte 000) que não compõem o gasto em Ações e Serviços Públicos em Saúde, na área de saúde no valor de 386,00.

Desta forma o gasto total de recursos para a área de saúde foi de:

	Valor
Recursos que compõe o cálculo do mínimo (15%)	3.888.294,52
Recursos vinculados, gasto em ASPS	1.435.531,65
Recurso ordinário	386,00
TOTAL	5.324.212,17

36. DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA

A disponibilidade líquida de caixa é apresentada no quadro a seguir, onde:

- a) Coluna Luzerna, o código utilizado pelo Município;
 b) Coluna TCE/SC, o código equivalente no Tribunal de Contas do Estado ao utilizado pelo Município;
 c) Coluna MSC, o código equivalente na Matriz de Saldos Contábeis ao utilizado pelo Município;
 d) Coluna ativo financeiro, a disponibilidade bruta de caixa;
 e) Coluna obrigações, o somatório de todos os restos a pagar processados e não processados, do exercício e de exercícios anteriores, retenções/consignações, bem como outras obrigações financeiras;
 f) Coluna disponível, o saldo que será utilizado no próximo exercício como superávit financeiro.

LUZERNA	TCE/SC	MSC	DESCRIÇÃO	ATIVO FINANCEIRO	OBRIGAÇÕES	DISPONÍVEL
000	00	001	Recursos Ordinários	610.422,14	562.645,96	47.776,18
001	01	111	Recursos de Impostos e Transf. - Educação	72.213,27	72.213,27	0,00
002	02	211	Recursos de Impostos e Transf. - Saúde	113.127,30	113.127,30	0,00
007	07	610	CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico	0,96	0,00	0,96
008	08	620	COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública	43.706,45	32.104,96	11.601,49
009	09	990	FIA Imposto de Renda	7.039,72	0,00	7.039,72
010	10	630	Convênio de Transito - Militar	117.586,81	14.675,48	102.911,33
011	11	630	Convênio de Transito - Civil	142.594,13	2.460,00	140.134,13
012	12	630	Convênio de Transito - Prefeitura	8.925,84	80,96	8.844,88
018	18	112	FUNDEB 60%	9.213,96	9.213,96	0,00
019	19	113	FUNDEB 40%	109.072,95	0,00	109.072,95
020	00	990	Corpo de Bombeiros	34.376,16	- 31,90	34.408,06
021	00	990	Rádio Patrulha	81.560,66	2.911,78	78.648,88
022	06	990	Fundo do Meio Ambiente	2.500,53	0,00	2.500,53
036	36	120	Salário Educação	15,62	0,00	15,62
039	39	530	FEP - Fundo Especial do Petróleo	345,45	0,00	345,45
050	50	990	Cessão Onerosa do Pré-Sal	155.628,06	143.606,92	12.021,14
089	89	930	Alienações não vinculadas a Saúde e Educação	8.870,70	0,00	8.870,70
101	62	125	Transporte Escolar do Estado	0,00	0,00	0,00
111	37	122	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	170,53	34,43	136,10
112	37	123	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar	4,79	0,00	4,79
201	63	220	CIR - Comissão Intergestores Regional da Saúde	5.801,71	5.658,10	143,61
202	67	213	Cofinanciamento	6,34	0,00	6,34
203	38	214	Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00

204	38	214	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	1.424,16	1.424,16	0,00
205	38	214	ESF – Estratégia Saúde da Família	0,00	0,00	0,00
206	38	214	PAB - Piso da Atenção Básica	5.325,56	2.995,03	2.330,53
208	38	214	PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	6.605,09	6.605,09	0,00
209	38	214	NASF Federal		0,00	0,00
210	38	214	Saúde na Escola	14.588,02	0,00	14.588,02
211	67	213	MAC Estadual – Repasse de R\$ 0,30/ habitante	0,00	0,00	0,00
212	38	214	Vigilância em Saúde	4.791,20	0,00	4.791,20
213	38	214	Vigilância Epidemiológica	517,27	517,27	0,00
214	38	214	Farmácia Básica União	2.870,16	0,00	2.870,16
215	67	213	Farmácia Básica Estado	2.458,36	546,00	1.912,36
217	38	214	Plantas Medicinais – Custeio Fitoterápico	344,00	0,00	344,00
218	38	214	Plantas Medicinais – Investimento Fitoterápico	90.760,66	0,00	90.760,66
219	67	213	Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00
220	67	213	MAC União – Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00
221	67	213	NASF Estadual	0,00	0,00	0,00
222	67	213	MAC Estadual – Demais Repasses	0,00	0,00	0,00
224	38	214	Programa de Alimentação e Nutrição (VAN)	6.292,39	0,00	6.292,39
225	38	214	Proteses Dentárias	53.771,03	0,00	53.771,03
226	38	214	PAB - Incremento temporário Emendas Individuais	790,49	0,00	790,49
227	67	213	Prótese Dentária Estadual	1.600,00	0,00	1.600,00
305	35	311	BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)	256,72	0,00	256,72
307	65	390	Benefícios eventuais	0,00	0,00	0,00
308	65	390	Proteção Social Básica - Custeio	15.622,07	786,60	14.835,47
309	35	311	GBF - Índice Gestão Bolsa Família	23.539,92	6.570,00	16.969,92
310	65	390	Proteção Social Básica - Investimento	12.756,56	0,00	12.756,56
311	35	311	BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social	3.249,83	0,00	3.249,83
312	35	311	BL PSB - Proteção Social Básica - União	32.896,39	0,00	32.896,39
350	06	990	Doações ao Fundo do Idoso	24,33	0,00	24,33

360	89	930	Fundo de habitação - receita de alienações	73.000,09	0,00	73.000,09
505	38	215	Aquisição Kit Odontológico	846,62	0,00	846,62
507	38	214	Educação e Formação em Saúde	5.420,00	0,00	5.420,00
508	38	215	Emenda Cesar Souza	10.889,63	0,00	10.889,63
509	34	510	Convênio SEAD nº 873017/2018 - equipamentos agrícolas	50.066,37	48.810,71	1.255,66
510	83	920	PMAT - OP. Crédito - contrato CEF nº 0418-349-0000001	0,00	71.000,00	- 71.000,00
512	38	214	Incentivo para ações de cadastramento dos usuários do SUS	17.855,54	0,00	17.855,54
TOTAL				1.961.746,54	1.097.956,08	863.790,46

São considerados como ativo financeiro, além do saldo existente em contas bancárias, registradas na conta contábil 1.1.1.1.1.19 os depósitos restituíveis registrados na conta contábil 1.1.3.5.1.99.

A insuficiência financeira do recurso 510 - PMAT - OP. Crédito - contrato CEF nº 0418-349-0000001 é oriundo do método de trabalho da Caixa Econômica Federal, que realiza as transferências para ao Município, apenas após a liquidação da despesa orçamentária (nota fiscal do fornecedor), sendo que do empenho 600/2019, o valor de R\$ 71.000,00 corresponde a parcela de serviços que ainda não foram concluídos.

37. AUTARQUIAS, CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES

O Município é membro integrante da Autarquia de Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE, contudo nenhum registro dessa autarquia é executado nos demonstrativos do Município, sendo esses totalmente a cargo do Município de Joaçaba, conforme disciplina a Lei nº 250/97 disponível em <http://leismunicipa.is/narbl>.

O município é integrante ainda das seguintes organizações:

- a) AMMOC – Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense (82.780.008/0001-82);
- b) FECAM - Federação Catarinense de Municípios (75.303.982/0001-90);
- c) CNM - Confederação Nacional de Municípios (00.703.157/0001-83).

Não há dados sobre o capital dessas organizações.

38. Consórcios

Luzerna é consorciado aos seguintes consórcios:

- a) Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA;
- b) Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA;
- c) Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP;
- d) Consórcio Intermunicipal dos Serviços de Saneamento Ambiental do Meio Oeste de Santa Catarina – CISAM;

A execução dos fatos do Consórcio CISAM, são a cargo da Autarquia SIMAE, e consequentemente ao Município de Joaçaba.

O consórcio CIGA não recebeu recursos provenientes de contrato de rateio.

Os consórcios CINCATARINA e CIS-AMARP prestaram contas dos recursos repassados por contrato de rateio tempestivamente, fazendo parte das demonstrações apresentadas.

O consórcio CINCATARINA foi o único que prestou informações de equivalência patrimonial, estando o valor de R\$ 11.418,20 registrados sob a conta 1.2.2.1.1.01.07 - Participações em consórcios públicos.

39. TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

As informações contábeis, fiscais e patrimoniais do Município são publicadas (ainda que parcialmente em alguns) na internet nos seguintes endereços:

- a) Site do Município: www.luzerna.sc.gov.br;
- b) Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: www.diariomunicipal.sc.gov.br;
- c) Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/>

declaracao/declaracao_list.jsf;

d) Tribunal de Contas do Estado: <http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php?id=421003>;

e) Distribuição da Arrecadação de Recursos Federais pelo Banco do Brasil: <https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bbx>;

f) Portal das Transferências Constitucionais – SC: <http://receitas.fecam.org.br/Município/151/Luzerna>;

g) Fundo Nacional de Saúde: <http://www.fns.saude.gov.br/indexExterno.jsf>;

h) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: http://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*dpot-vmubsQbsdfmbtQbhbtNC&event=*fyjcs;

i) Convênios com o Estado: <http://sistemas2.sc.gov.br/sef/sctransf/Pesquisa>;

j) Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS): <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops/mais-sobre-siops/6117-dados-informados-Municipios>;

k) Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE): <http://www.fnede.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-relatorios-municipais>;

Quanto a prestação de contas de governo do exercício de 2019, processo conduzido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina do qual essas demonstrações são partes integrantes, pode ser obtido em sua íntegra no site: <https://www.luzerna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/cod-MapaItem/86220>.

40. COMPARATIVOS

Serão apresentados a seguir uma série de comparativos dos dados registrados na contabilidade em valores per capita, sendo considerado para população o valor informado pelo IBGE e para alunos o valor informado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

	BASE	VALOR PER CAPITA
Ativo	36.366.585,65	6.396,94
Passivo	2.141.788,43	376,74
Patrimônio líquido	34.224.777,22	6.020,19
Resultado do exercício	-535.669,67	-94,23
Receita e despesa prevista/inicial	22.730.000,00	3.998,24
Receita arrecadada	24.757.565,40	4.354,89
Despesa empenhada	25.455.424,37	4.477,65
Receita Corrente Líquida	24.252.190,32	4.266,00
Dívida Consolidada	250.853,56	44,13
Dívida Consolidada Líquida	-1.056.898,69	-185,91
Gasto total de educação/por habitante	7.464.993,92	1.313,10
Gasto total de educação/por aluno	7.464.993,92	8.993,97
Gasto de recursos que compõe o mínimo de educação (25%)/por aluno	6.280.727,93	7.567,14
Gasto total de saúde/por habitante	5.324.212,17	936,54
Gasto de recursos que compõe o mínimo de saúde (15%)/por habitante	3.888.294,52	683,96
Disponibilidade financeira	863.790,46	151,94
Disponibilidade financeira de recursos ordinários	47.776,18	8,40
Faturamento de empresas e pessoas físicas	223.056.645,51	39.236,00

41. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A Portaria STN nº 548/15, estabeleceu os prazos-limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, sendo apresentados no quadro abaixo o prazo limite estabelecido e a situação do Município:

PROCEDIMENTO	PRAZO DA PORTARIA	SITUAÇÃO
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas;		
1 - Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários);	01/01/2022	já adotado
2 - Créditos previdenciários;	01/01/2022	não se aplica
4 - Dívida Ativa;	01/01/2015	já adotado

	3 - Demais créditos a receber;	01/01/2019	já adotado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência;		01/01/2021	em fase de preparação
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas;		01/01/2021	em fase de preparação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;			
	7. bens móveis e imóveis; exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura;	01/01/2021	já adotado
	8. bens de infraestrutura;	01/01/2024	em fase de preparação
	9. bens do patrimônio cultural;	01/01/2024	em fase de preparação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de			
	10. empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias;	01/01/2021	já adotado
	11. benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.);	01/01/2019	já adotado
	12. provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	01/01/2015	não se aplica
	13. fornecedores;	01/01/2016	já adotado
	14. Demais obrigações por competência;	não definido	
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável;		01/01/2022	já adotado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável;		não definido	
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável;		01/01/2021	em fase de preparação
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;		01/01/2023	em fase de preparação
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP;		não definido	

42. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Município:

- a) Não possui Parcerias Público Privada – PPP, conforme definido na Lei nº 11.079/04.
- b) Não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
- c) Não recebeu ou concedeu garantias;
- d) Não possui empresas.

Nas situações em que há concorrência normativa sobre procedimentos contábeis, são priorizados os normativos conforme a ordem:

- 1º Legislação;
- 2º Norma do TCE/SC;
- 3º Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público;
- 4º Instrução de Procedimentos Contábeis, específica do tema;
- 5º Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, específica do tema;
- 6º NBC TSP Estrutura Conceitual.

Em relação aos Demonstrativos publicados no site do Município, no Diário Oficial dos Municípios, no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), no SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), no SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde), e e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), há pequenas divergências quanto a sua forma de apresentação e/ou apuração, sobretudo devido à diferença de método adotado pelo Município na sua elaboração e os métodos adotados pelos diferentes sistemas, contudo estes demonstram em seus valores totais e/ou finais a real posição patrimonial e orçamentária da Entidade.

Luzerna, 27 de fevereiro de 2020.

MOISES DIERSMANN Prefeito	DREONE MENDES Contador CRC/SC 36.461
------------------------------	--

PL 023/2020 - DL 007/2020 - SEGURO PATRIMONIAL DE BENS IMÓVEIS - PML

Publicação N° 2380560

MUNICÍPIO DE LUZERNA
Aviso de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório 023/2020 - PML
Dispensa de Licitação 007/2020 - PML

O Município de Luzerna/SC, por intermédio da Secretaria Coordenação de Governo e Gestão, torna público a Dispensa de Licitação referente à "Contratação da instituição financeira CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, sediada no endereço ST BANCARIO SUL QUADRA 04, nº 34, Bloco A, Bairro Asa Azul, Brasília/DF, neste ato representada pelo Gerente Geral da Agência de Joaçaba/SC, Sr. GILSON PEDRO SAVARIS, destinada a prestação de serviço de seguro patrimonial para cobertura dos bens imóveis da Administração Municipal de Luzerna".

Valor contratado: R\$ 15.569,37

Fundamento legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993 c/c Decreto nº 9.412/2018.

Luzerna (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Juliano Schneider
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

PORTARIA 051/2020

Publicação N° 2379628

PORTARIA N° 051/20 de 27 de fevereiro de 2020.

"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER a pedido LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO, para atuar em outro ente da Administração Direta do Município de Joaçaba(SC), até 31 de janeiro de 2021, sem prorrogação, para o servidor VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES, Professor, 20 horas semanais, Nível II-C, do Quadro do Magistérios Municipal da Lei Complementar nº 209 de 21 de maio de 2019 e alterações posteriores, com fundamento no inciso I do art. 93 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocada a servidora para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

Luzerna(SC), 27 de fevereiro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

ANEXO 00 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Publicação N° 2379829

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Município de LUZERNA
Competência: 06/2019

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social e Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	22.783.015,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.914.430,97	-213,47	34.697.233,22
Ajustes de exercícios anteriores							0,00		0,00
Aumento de capital	0,00	0,00							0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas								213,47	213,47
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							-472.669,47		-472.669,47
Ajustes de avaliação patrimonial				0,00					0,00
Constituição/Reversão de reservas			0,00		0,00	0,00			0,00
Outros							0,00		0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)									
Saldos finais	22.783.015,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.441.761,50	0,00	34.224.777,22

ANEXO 00 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Publicação Nº 2379830

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos	31.747.009,70
Receita Tributária	2.939.158,39
Receita de Contribuições	543.310,85
Receita Patrimonial	103.646,64
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	66.227,20
Remuneração das Disponibilidades	51.632,19
Outras Receitas Derivadas e Originárias	890.591,66
Transferências recebidas	19.657.413,56
Outros ingressos operacionais	7.495.029,21
Desembolsos	30.996.232,98
Pessoal e demais despesas	22.960.535,33
Juros e encargos da dívida	19.266,78
Transferências concedidas	583.464,85
Outros desembolsos operacionais	7.432.966,02
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	750.776,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos	70.060,17
Alienações de bens	32.061,90
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	37.998,27
Outros ingressos de Investimentos	
Desembolsos	1.383.726,69
Aquisição de ativo não circulante	1.248.371,03
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	135.355,66
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)	-1.313.666,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Ingressos	435.524,74
Operações de Crédito	149.303,75

Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00
Outros ingressos de financiamentos	286.220,99
Desembolsos	148.399,47
Amortização/Refinanciamento da Dívida	148.399,47
Outros desembolsos de financiamentos	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	287.125,27
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	-275.764,53
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (*)	2.235.826,80
Caixa e Equivalentes de caixa final (**)	1.960.062,27

(*) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo inicial, atributo F

(**) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo final, atributo F

**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS****Município de LUZERNA****Competência: 06/2019**

	Exercício Atual
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	
Intergovernamentais	15.905.110,23
da União	8.698.027,47
de Estados e Distrito Federal	7.207.082,76
de Municípios	0,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências correntes recebidas	3.752.303,33
Total das Transferências Correntes Recebidas	19.657.413,56
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Intergovernamentais	189.374,92
a União	0,00
a Estados e Distrito Federal	36.597,22
a Municípios	152.777,70
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências concedidas	394.089,93
Total das Transferências Concedidas	583.464,85



QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Exercício Atual
Legislativa	591.621,50
Judiciária	0,00
Essencial à Justiça	0,00
Administração	3.266.217,14
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	326.964,90
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	947.277,43
Previdência Social	0,00
Saúde	4.976.437,43
Trabalho	0,00
Educação	6.952.111,74
Cultura	44.787,30
Direitos da Cidadania	0,00
Urbanismo	4.410.152,56
Habitação	553,20
Saneamento	0,00
Gestão Ambiental	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	449.550,78
Organização Agrária	0,00
Indústria	134.803,49
Comércio e Serviços	50.409,17
Comunicações	0,00
Energia	0,00
Transporte	0,00
Desporto e Lazer	366.622,22
Encargos Especiais	443.026,47
Outras Despesas não identificadas	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	22.960.535,33

**QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA****Município de LUZERNA****Competência: 06/2019**

	Exercício Atual
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	19.266,78
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00
Despesas com Juros, Correção Monetária e Outros encargos da dívida, não classificados na Função 28	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	19.266,78

ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Publicação Nº 2379831



Demonstrativo da Receita e Despesa
Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Títulos	R\$	Títulos	R\$
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	24.251.980,49	Despesas Correntes	24.290.623,64
Receita Tributária	2.939.158,39	Pessoal e Encargos Sociais	12.543.042,32
Receita de Contribuições	543.310,85	Juros e Encargos da Dívida	19.266,78
Receita Patrimonial	155.278,83	Outras despesas correntes	11.728.314,54
Receita Agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Serviços	66.227,20		
Transferências Correntes	19.657.413,56		
Outras Receitas Correntes	890.591,66		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Déficit	38.643,15	Superávit	
Total	24.290.623,64	Total	24.290.623,64
Receitas de Capital	505.584,91	Despesas de Capital	1.164.800,73
Operações de Crédito	149.303,75	Investimentos	999.401,26
Alienação de Bens	32.061,90	Inversões Financeiras	17.000,00
Amortização de Empréstimos	37.998,27	Amortização da Dívida	148.399,47
Transferências de Capital	286.220,99		
Outras Receitas de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
Déficit	659.215,82	Superávit	
Total	1.164.800,73	Total	1.164.800,73
RESUMO			
Receitas Correntes	24.251.980,49	Despesas Correntes	24.290.623,64
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Capital	505.584,91	Despesas de Capital	1.164.800,73
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	24.757.565,40	Subtotal	25.455.424,37
Déficit	697.858,97	Superávit	
TOTAL	25.455.424,37	TOTAL	25.455.424,37

ANEXO 02 - NATUREZA DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Publicação Nº 2379832



Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Consolidado

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			24.290.623,64
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			12.543.042,32
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		34.800,00	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	34.800,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		12.508.242,32	
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	117.191,85		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	9.771.478,49		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	2.122.914,45		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)	104.586,43		
3.1.90.91	Sentenças Judiciais	187.128,16		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	204.942,94		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			19.266,78
3.2.90.00	Aplicações Diretas		19.266,78	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	19.266,78		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			11.728.314,54
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		36.597,22	
3.3.30.30	Material de Consumo	0,00		
3.3.30.41	Contribuições	36.597,22		
3.3.40.00	Transferências a Municípios		169.847,69	
3.3.40.41	Contribuições	169.847,69		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		449.084,80	
3.3.50.41	Contribuições	439.469,80		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	9.615,00		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		14.148,00	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	14.148,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		10.812.825,91	
3.3.90.14	Diárias Civil	79.360,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	2.534.921,77		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	12.515,18		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	268.875,83		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	30.518,71		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	162.679,64		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	5.279,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	683.544,75		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	548.917,64		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	4.253.924,69		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	558.355,03		
3.3.90.41	Contribuições	169.863,69		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	1.080.732,15		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	346.869,68		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	35.035,38		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	0,00		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	19.011,19		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	22.421,58		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1 / 2



Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Consolidado

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		245.810,92	
3.3.93.30	Material de Consumo	18.174,16		
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	220.811,76		
3.3.93.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	6.825,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			1.164.800,73
4.4.00.00	Investimentos			999.401,26
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Público		6.000,00	
4.4.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		993.401,26	
4.4.90.30	Material de Consumo	83.055,45		
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	5.749,96		
4.4.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	16.500,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	64.144,41		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	823.951,44		
4.5.00.00	Inversões Financeiras			17.000,00
4.5.90.00	Aplicações Diretas		17.000,00	
4.5.90.52	Equipamentos e Material Permanente	17.000,00		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			148.399,47
4.6.90.00	Aplicações Diretas		148.399,47	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	148.399,47		
	Total Geral			25.455.424,37

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Publicação Nº 2379833



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	RECEITAS			28.107.778,00
10000000	Receitas Correntes			27.602.193,09
11000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.017.388,70	
11100000	Impostos		2.373.751,62	
11130000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	583.215,41		
11130300	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	583.215,41		
11130310	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	568.616,66		
11130311	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	568.616,66		
	Recursos Ordinários	341.170,00		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	142.154,19		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	85.292,47		
11130340	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	14.598,75		
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	14.598,75		
	Recursos Ordinários	8.768,17		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.644,12		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.186,46		
11180000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	1.790.536,21		
11180100	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	764.669,75		
11180110	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	484.763,24		
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	456.686,37		
	Recursos Ordinários	274.012,09		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	114.171,59		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	68.502,69		
11180112	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	3.430,99		
	Recursos Ordinários	2.058,64		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	857,78		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	514,57		
11180113	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	16.710,35		
	Recursos Ordinários	10.026,46		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.177,52		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.506,37		
11180114	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da	7.935,53		
	Recursos Ordinários	4.761,61		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.983,81		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.190,11		
11180140	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	279.906,51		
11180141	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principa	279.843,60		
	Recursos Ordinários	167.906,12		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	69.960,93		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	41.976,55		
11180142	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e	62,91		
	Recursos Ordinários	37,74		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	15,73		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	9,44		
11180200	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	1.025.866,46		
11180230	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.025.866,46		
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.005.421,10		
	Recursos Ordinários	603.273,87		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	251.342,54		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	150.804,69		
11180232	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora	10.879,71		
	Recursos Ordinários	6.529,52		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.719,20		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.630,99		
11180233	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	7.128,45		
	Recursos Ordinários	4.277,08		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.782,11		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.069,26		
11180234	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.437,20		
	Recursos Ordinários	1.462,38		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	609,29		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	365,53		
11200000	Taxas		640.772,06	
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	146.163,75		
11210100	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	146.163,75		
11210110	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	146.163,75		
11210111	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	132.005,03		
	Recursos Ordinários	132.005,03		
11210112	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	1.336,64		
	Recursos Ordinários	1.336,64		
11210113	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	9.047,90		
	Recursos Ordinários	9.047,90		
11210114	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	3.774,18		
	Recursos Ordinários	3.774,18		
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	494.608,31		
11220100	Taxas pela Prestação de Serviços	494.608,31		
11220110	Taxas pela Prestação de Serviços	494.608,31		
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	466.663,94		
	Recursos Ordinários	466.663,94		
11220112	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros de Mora	4.053,12		
	Recursos Ordinários	4.053,12		
11220113	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	18.117,12		
	Recursos Ordinários	18.117,12		
11220114	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	5.774,13		
	Recursos Ordinários	5.774,13		
11300000	Contribuição de Melhoria		2.865,02	
11380000	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	2.865,02		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
11380400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	2.865,02		
11380410	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	2.865,02		
11380411	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	2.865,02		
	Recursos Ordinários	2.865,02		
12000000	Contribuições		543.310,85	
12400000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		543.310,85	
12400010	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	543.310,85		
12400011	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	543.310,85		
	Recursos Ordinários	100.574,02		
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	442.736,83		
13000000	Receita Patrimonial		155.278,83	
13100000	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		58.408,72	
13100100	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	24.011,11		
13100110	Aluguéis e Arrendamentos	24.011,11		
13100111	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.798,35		
	Recursos Ordinários	22.798,35		
13100112	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros de Mora	21,22		
	Recursos Ordinários	21,22		
13100113	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	998,53		
	Recursos Ordinários	998,53		
13100114	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	193,01		
	Recursos Ordinários	193,01		
13100200	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	34.397,61		
13100210	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	34.397,61		
13100211	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	33.998,34		
	Recursos Ordinários	33.998,34		
13100212	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Ju	0,24		
	Recursos Ordinários	0,24		
13100213	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Dívida Ativ	389,81		
	Recursos Ordinários	389,81		
13100214	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Dívida Ativ	9,22		
	Recursos Ordinários	9,22		
13200000	Valores Mobiliários		51.632,19	
13210000	Juros e Correções Monetárias	51.632,19		
13210010	Remuneração de Depósitos Bancários	51.632,19		
13210011	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	51.632,19		
	Recursos Ordinários	25.166,29		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.067,96		
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	70,81		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	31,41		
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	637,15		
	FIA Imposto de Renda	76,68		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Convênio de Trânsito - Militar	2.812,91		
	Convênio de Trânsito - Civil	4.674,74		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	825,00		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.347,31		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	935,50		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.874,02		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	820,77		
	Salário-Educação	1.443,68		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	406,11		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	7.289,86		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	305,51		
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	143,58		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	381,17		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	286,06		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	35,67		
13300000	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença		323,20	
13320000	Delegação dos Serviços de Infraestrutura	323,20		
13320100	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	323,20		
13320110	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado	323,20		
13320111	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principa	323,20		
	Recursos Ordinários	323,20		
13600000	Cessão de Direitos		44.914,72	
13600100	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	44.914,72		
13600110	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	44.914,72		
13600111	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	44.914,72		
	Recursos Ordinários	44.914,72		
16000000	Receita de Serviços		66.227,20	
16100000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		51.263,65	
16100100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.743,65		
16100110	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.743,65		
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.743,65		
	Recursos Ordinários	2.743,65		
16100200	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	48.520,00		
16100210	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	48.520,00		
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	48.520,00		
	Recursos Ordinários	48.520,00		
16900000	Outros Serviços		14.963,55	
16909900	Outros Serviços	14.963,55		
16909910	Outros Serviços	14.963,55		
16909911	Outros Serviços - Principal	14.937,83		
	Recursos Ordinários	14.937,83		
16909912	Outros Serviços - Multas e Juros de Mora	25,72		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

4/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Recursos Ordinários	25,72		
1700000	Transferências Correntes		22.853.989,08	
1710000	Transferências da União e de suas Entidades		10.182.398,26	
1718000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	10.182.398,26		
17180100	Participação na Receita da União	8.074.169,99		
17180120	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.414.834,46		
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	7.414.834,46		
	Recursos Ordinários	4.448.900,66		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.853.708,64		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.112.225,16		
17180130	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	327.230,35		
17180131	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	327.230,35		
	Recursos Ordinários	245.422,76		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	81.807,59		
17180140	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	315.140,73		
17180141	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	315.140,73		
	Recursos Ordinários	236.355,55		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	78.785,18		
17180150	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	7.021,68		
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	7.021,68		
	Recursos Ordinários	4.212,98		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.755,45		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.053,25		
17180170	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	9.942,77		
17180171	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	9.942,77		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.942,77		
17180200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	114.247,03		
17180260	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	114.247,03		
17180261	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	114.247,03		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração	114.247,03		
17180300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Custeio das	991.929,37		
17180310	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	885.341,20		
17180311	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	885.341,20		
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	885.341,20		
17180320	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	29.214,20		
17180321	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar -	29.214,20		
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	29.214,20		
17180330	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	45.408,06		
17180331	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	45.408,06		
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	45.408,06		
17180340	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	31.965,91		
17180341	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	31.965,91		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

5/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	31.965,91		
17180500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	448.336,65		
17180510	Transferências do Salário-Educação	336.514,27		
17180511	Transferências do Salário-Educação - Principal	336.514,27		
	Salário-Educação	336.514,27		
17180530	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	83.520,00		
17180531	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Princ	83.520,00		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	83.520,00		
17180540	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	28.302,38		
17180541	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	28.302,38		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	28.302,38		
17181200	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	166.003,51		
17181210	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	166.003,51		
17181211	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	166.003,51		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	166.003,51		
17189900	Outras Transferências da União	387.711,71		
17189910	Outras Transferências da União	387.711,71		
17189911	Outras Transferências da União - Principal	387.711,71		
	Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	387.711,71		
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		8.949.287,49	
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	8.949.287,49		
17280100	Participação na Receita dos Estados	8.710.951,67		
17280110	Cota-Parte do ICMS	7.724.192,78		
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	7.724.192,78		
	Recursos Ordinários	4.634.515,34		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.931.048,49		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.158.628,95		
17280120	Cota-Parte do IPVA	887.756,94		
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	887.756,94		
	Recursos Ordinários	532.653,80		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	221.939,53		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	133.163,61		
17280130	Cota-Parte do IPI - Municípios	99.001,95		
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	99.001,95		
	Recursos Ordinários	59.401,12		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	24.750,54		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	14.850,29		
17280300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	161.605,87		
17280310	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	161.605,87		
17280311	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	161.605,87		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	161.605,87		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

6/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
17289900	Outras Transferências dos Estados	76.729,95		
17289910	Outras Transferências dos Estados	76.729,95		
17289911	Outras Transferências dos Estados - Principal	76.729,95		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	47.379,96		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	29.349,99		
17400000	Transferências de Instituições Privadas		6.700,00	
17480000	Transferências de Instituições Privadas - Especificas de Estados, DF e Municípios	6.700,00		
17481000	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	6.700,00		
17481010	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	6.700,00		
17481011	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente - Pr	6.700,00		
	Recursos Ordinários	6.700,00		
17500000	Transferências de Outras Instituições Públicas		3.683.654,70	
17580000	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especificas de Estados, DF e Municípios	3.683.654,70		
17580100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.683.654,70		
17580110	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.683.654,70		
17580111	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.683.654,70		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet. exercício na Ed. Bá	2.210.192,79		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	1.473.461,91		
17700000	Transferências de Pessoas Físicas		61.948,63	
17700010	Transferências de Pessoas Físicas	61.948,63		
17700011	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	61.948,63		
	Recursos Ordinários	57.578,64		
	FIA Imposto de Renda	4.369,99		
19000000	Outras Receitas Correntes		935.998,43	
19100000	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		908.026,35	
19100100	Multas Previstas em Legislação Específica	904.378,28		
19100110	Multas Previstas em Legislação Específica	904.378,28		
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	904.378,28		
	Recursos Ordinários	127.806,47		
	Convênio de Trânsito - Militar	241.160,14		
	Convênio de Trânsito - Civil	182.837,73		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	352.573,94		
19100800	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.648,07		
19100810	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.648,07		
19100811	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	3.648,07		
	FIA Imposto de Renda	3.648,07		
19200000	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		25.860,55	
19220000	Restituições	24.962,42		
19220100	Restituição de Convênios	4.877,52		
19220110	Restituição de Convênios - Primárias	4.877,52		
19220111	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	4.877,52		
	Recursos Ordinários	4.877,52		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

7 / 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
19229900	Outras Restituições	20.084,90		
19229910	Outras Restituições	20.084,90		
19229911	Outras Restituições - Principal	20.084,90		
	Recursos Ordinários	20.084,90		
19230000	Ressarcimentos	898,13		
19230200	Ressarcimento de Custos	898,13		
19230210	Ressarcimento de Custos	898,13		
19230211	Ressarcimento de Custos - Principal	898,13		
	Recursos Ordinários	898,13		
19900000	Demais Receitas Correntes		2.111,53	
19909900	Outras Receitas	2.111,53		
19909910	Outras Receitas - Primárias	2.111,53		
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	0,00		
	Recursos Ordinários	0,00		
19909912	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros de Mora	37,44		
	Recursos Ordinários	37,44		
19909913	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.591,34		
	Recursos Ordinários	1.591,34		
19909914	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	482,75		
	Recursos Ordinários	482,75		
20000000	Receitas de Capital			505.584,91
21000000	Operações de Crédito		149.303,75	
21100000	Operações de Crédito - Mercado Interno		149.303,75	
21120000	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	149.303,75		
21120010	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	149.303,75		
21120011	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	149.303,75		
	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	149.303,75		
22000000	Alienação de Bens		32.061,90	
22200000	Alienação de Bens Imóveis		32.061,90	
22200010	Alienação de Bens Imóveis	32.061,90		
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	31.852,07		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	31.852,07		
22200012	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros de Mora	209,83		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	209,83		
23000000	Amortização de Empréstimos		37.998,27	
23000600	Amortização de Empréstimos Contratuais	37.998,27		
23000610	Amortização de Empréstimos Contratuais	37.998,27		
23000611	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	37.998,27		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	37.998,27		
24000000	Transferências de Capital		286.220,99	
24100000	Transferências da União e de suas Entidades		286.220,99	
24180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	286.220,99		
24181000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	286.220,99		
24181090	Outras Transferências de Convênios da União	286.220,99		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

8/ 10



Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
24181091	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	286.220,99		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	286.220,99		
	DEDUÇÕES DA RECEITA			123.637,08
10000000	Receitas Correntes			123.637,08
11000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		78.230,31	
11100000	Impostos		55.077,57	
11180000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	55.077,57		
11180100	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	54.247,68		
11180110	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	54.247,68		
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	54.247,68		
	Recursos Ordinários	32.724,15		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	13.452,25		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	8.071,28		
11180200	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	829,89		
11180230	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	829,89		
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	829,89		
	Recursos Ordinários	640,67		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	118,27		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	70,95		
11200000	Taxas		23.152,74	
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	23.152,74		
11220100	Taxas pela Prestação de Serviços	23.152,74		
11220110	Taxas pela Prestação de Serviços	23.152,74		
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	23.152,74		
	Recursos Ordinários	23.152,74		
19000000	Outras Receitas Correntes		45.406,77	
19100000	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		45.406,77	
19100100	Multas Previstas em Legislação Específica	45.406,77		
19100110	Multas Previstas em Legislação Específica	45.406,77		
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	45.406,77		
	Convênio de Trânsito - Militar	14.757,12		
	Convênio de Trânsito - Civil	14.757,12		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	15.892,53		
	DEDUÇÕES FUNDEB			3.226.575,52
10000000	Receitas Correntes			3.226.575,52
17000000	Transferências Correntes		3.226.575,52	
17100000	Transferências da União e de suas Entidades		1.484.370,79	
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.484.370,79		
17180100	Participação na Receita da União	1.484.370,79		
17180120	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	1.482.966,57		
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	1.482.966,57		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.482.966,57		
17180150	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.404,22		
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	1.404,22		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

9/ 10

**Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2**

Município de LUZERNA

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.404,22		
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.742.204,73	
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.742.204,73		
17280100	Participação na Receita dos Estados	1.742.204,73		
17280110	Cota-Parte do ICMS	1.544.837,46		
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	1.544.837,46		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.544.837,46		
17280120	Cota-Parte do IPVA	177.566,87		
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	177.566,87		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	177.566,87		
17280130	Cota-Parte do IPI - Municípios	19.800,40		
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	19.800,40		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	19.800,40		
	TOTAL GERAL			24.757.565,40

ANEXO 02 - RESUMO GERAL DAS DESPESAS

Publicação Nº 2379834



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Unidade Gestora: (Legislativo) Câmara Municipal de Luzerna

Unidade Orçamentária: 1001 - Camara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			591.621,50
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			504.181,14
3.1.90.00	Aplicações Diretas		504.181,14	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	417.349,96		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	86.831,18		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			87.440,36
3.3.90.00	Aplicações Diretas		84.416,36	
3.3.90.14	Diárias Civil	9.275,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	2.815,30		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.162,42		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	400,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	39.569,94		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	27.193,70		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		3.024,00	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	3.024,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			2.678,00
4.4.00.00	Investimentos			2.678,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		2.678,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.678,00		
	Total Unidade Orçamentária			594.299,50

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Luzerna

Unidade Orçamentária: 2001 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			411.695,37
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			294.009,99
3.1.90.00	Aplicações Diretas		294.009,99	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	241.067,97		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	52.942,02		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			117.685,38
3.3.90.00	Aplicações Diretas		117.685,38	
3.3.90.14	Diárias Civil	20.300,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	18.205,10		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.195,07		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	15.057,72		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	12.652,21		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.088,50		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	38.833,96		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.352,82		
	Total Unidade Orçamentária			411.695,37

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 2002 - Assessoria Jurídica

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			310.550,06
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			302.681,52
3.1.90.00	Aplicações Diretas		302.681,52	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	249.931,69		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	52.749,83		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			7.868,54
3.3.90.00	Aplicações Diretas		7.868,54	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.150,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	131,00		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	4.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	2.209,20		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	378,34		
Total Unidade Orçamentária				310.550,06

Unidade Orçamentária: 2003 - Controladoria do Município

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			93.909,68
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			90.386,62
3.1.90.00	Aplicações Diretas		90.386,62	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	74.130,04		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	16.256,58		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			3.523,06
3.3.90.00	Aplicações Diretas		3.523,06	
3.3.90.14	Diárias Civil	2.050,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	321,55		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1.151,51		
Total Unidade Orçamentária				93.909,68

Unidade Orçamentária: 2004 - Diretoria de Planejamento

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			310.413,31
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			204.098,55
3.1.90.00	Aplicações Diretas		204.098,55	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	168.033,48		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	36.065,07		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			106.314,76
3.3.90.00	Aplicações Diretas		37.610,76	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.300,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	2.022,40		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	16.165,45	
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	720,38	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	17.402,53	
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		68.704,00
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	68.704,00	
Total Unidade Orçamentária			310.413,31

Unidade Orçamentária: 2005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			156.259,17
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			34.565,57
3.1.90.00	Aplicações Diretas		34.565,57	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	28.852,31		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	5.713,26		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			121.693,60
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		104.850,00	
3.3.50.41	Contribuições	104.850,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		16.843,60	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	11.998,06		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	4.385,61		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	459,93		
Total Unidade Orçamentária				156.259,17

Unidade Orçamentária: 2006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			18.048,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			18.048,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		18.048,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	1.360,00		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	9.537,40		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	7.150,60		
Total Unidade Orçamentária				18.048,00

Unidade Orçamentária: 2008 - Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			137.594,24
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			78.385,72
3.1.90.00	Aplicações Diretas		78.385,72	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	63.960,05		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	14.425,67		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			59.208,52
3.3.90.00	Aplicações Diretas		59.208,52	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.90.14	Diárias Civil	750,00
3.3.90.30	Material de Consumo	7.128,62
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	21.599,17
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	19.351,33
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.766,09
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	8.613,31
Total Unidade Orçamentária		137.594,24

Unidade Orçamentária: 3001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			800.772,30
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			206.628,16
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		19.500,00	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.500,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		187.128,16	
3.1.90.91	Sentenças Judiciais	187.128,16		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			19.266,78
3.2.90.00	Aplicações Diretas		19.266,78	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	19.266,78		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			574.877,36
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		9.048,00	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	9.048,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		559.004,36	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	128.480,00		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	4.438,06		
3.3.90.41	Contribuições	169.863,69		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	238.568,02		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	1.218,27		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	16.436,32		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		6.825,00	
3.3.93.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	6.825,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			154.399,47
4.4.00.00	Investimentos			6.000,00
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Público		6.000,00	
4.4.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			148.399,47
4.6.90.00	Aplicações Diretas		148.399,47	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	148.399,47		
Total Unidade Orçamentária				955.171,77

Unidade Orçamentária: 3002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.968.459,40

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

4/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		1.020.720,80
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.020.720,80	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	838.474,50	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	176.972,30	
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)	52,33	
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.221,67	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		947.738,60
3.3.90.00	Aplicações Diretas	947.738,60	
3.3.90.14	Diárias Civil	12.850,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	41.234,84	
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.664,68	
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	0,00	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	37.812,78	
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	53.622,64	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	466.540,85	
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	238.276,93	
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	94.862,28	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	637,62	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	235,98	
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0,00	
4.0.00.00	Despesas de Capital		31.793,09
4.4.00.00	Investimentos		31.793,09
4.4.90.00	Aplicações Diretas	31.793,09	
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	31.793,09	
	Total Unidade Orçamentária		2.000.252,49

Unidade Orçamentária: 4002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			603.701,18
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			345.122,98
3.1.90.00	Aplicações Diretas		345.122,98	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	279.994,33		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	59.267,12		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.861,53		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			258.578,20
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		150.000,00	
3.3.50.41	Contribuições	150.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		108.578,20	
3.3.90.14	Diárias Civil	3.730,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	46.072,69		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.143,55		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	358,99		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	1.279,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	24.659,55		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

5/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.820,22	
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	27.155,34	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	358,86	
4.0.00.00	Despesas de Capital		173.775,38
4.4.00.00	Investimentos		173.775,38
4.4.90.00	Aplicações Diretas	173.775,38	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	173.775,38	
Total Unidade Orçamentária			777.476,56

Unidade Orçamentária: 4006 - Sec. de Serviços - Urbanos

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			2.244.845,73
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			2.244.845,73
3.3.40.00	Transferências a Municípios		5.647,56	
3.3.40.41	Contribuições	5.647,56		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		2.195.966,76	
3.3.90.30	Material de Consumo	369.553,44		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	36.627,64		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	321.106,26		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1.335.633,58		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	47.692,05		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	43.600,21		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	27.725,24		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	14.028,34		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		43.231,41	
3.3.93.30	Material de Consumo	18.174,16		
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	25.057,25		
4.0.00.00	Despesas de Capital			20.581,37
4.4.00.00	Investimentos			20.581,37
4.4.90.00	Aplicações Diretas		20.581,37	
4.4.90.30	Material de Consumo	259,87		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	20.321,50		
Total Unidade Orçamentária				2.265.427,10

Unidade Orçamentária: 4007 - Sec. de Serviços - Rurais

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			2.021.327,17
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			1.061.671,23
3.1.90.00	Aplicações Diretas		1.061.671,23	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	856.637,57		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	184.056,10		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)	9.400,57		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.576,99		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

6/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		959.655,94
3.3.90.00	Aplicações Diretas	959.655,94	
3.3.90.30	Material de Consumo	689.332,07	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	175.959,14	
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	12.285,39	
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	80.230,42	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.848,92	
4.0.00.00	Despesas de Capital		17.000,00
4.4.00.00	Investimentos		0,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	0,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	0,00	
4.5.00.00	Inversões Financeiras		17.000,00
4.5.90.00	Aplicações Diretas	17.000,00	
4.5.90.52	Equipamentos e Material Permanente	17.000,00	
Total Unidade Orçamentária			2.038.327,17

Unidade Orçamentária: 4008 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			421.545,94
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			421.545,94
3.3.90.00	Aplicações Diretas		421.545,94	
3.3.90.30	Material de Consumo	59.411,14		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	139.547,10		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	201.886,02		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	3.106,80		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	17.594,88		
4.0.00.00	Despesas de Capital			516,94
4.4.00.00	Investimentos			516,94
4.4.90.00	Aplicações Diretas		516,94	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	516,94		
Total Unidade Orçamentária				422.062,88

Unidade Orçamentária: 4010 - Convênios com Policiais e Bombeiros

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			349.036,11
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			349.036,11
3.3.30.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		36.597,22	
3.3.30.30	Material de Consumo	0,00		
3.3.30.41	Contribuições	36.597,22		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		312.438,89	
3.3.90.30	Material de Consumo	133.378,98		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	11.257,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	6.753,33		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

7/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	59.662,73	
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	101.093,55	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	293,30	
4.0.00.00	Despesas de Capital		262.962,83
4.4.00.00	Investimentos		262.962,83
4.4.90.00	Aplicações Diretas	262.962,83	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	262.962,83	
Total Unidade Orçamentária			611.998,94

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal de Saúde de Luzerna

Unidade Orçamentária: 5001 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			5.197.505,30
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			3.057.962,24
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		15.300,00	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	15.300,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		3.042.662,24	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.398.299,74		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	509.042,38		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)	75.938,68		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	59.381,44		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			2.139.543,06
3.3.40.00	Transferências a Municípios		131.798,98	
3.3.40.41	Contribuições	131.798,98		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		5.100,00	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	5.100,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.878.617,57	
3.3.90.14	Diárias Civil	14.955,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	556.155,05		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	150.439,28		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	159,00		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	126.052,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	184.897,99		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	10.200,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	473.707,33		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	57.630,24		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	269.399,01		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	31.954,00		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	0,00		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	3.068,67		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		124.026,51	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	124.026,51		
4.0.00.00	Despesas de Capital			126.706,87
4.4.00.00	Investimentos			126.706,87

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

8/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

4.4.90.00	Aplicações Diretas	126.706,87
4.4.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	16.500,00
4.4.90.51	Obras e Instalações	5.235,66
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	104.971,21
Total Unidade Orçamentária		5.324.212,17

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Luzerna

Unidade Orçamentária: 6001 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			814.322,34
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			601.322,84
3.1.90.00	Aplicações Diretas		601.322,84	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	472.335,48		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	109.855,35		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)	5.630,53		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	13.501,48		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			212.999,50
3.3.40.00	Transferências a Municípios		32.401,15	
3.3.40.41	Contribuições	32.401,15		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		180.598,35	
3.3.90.14	Diárias Civil	4.550,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	47.299,06		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	9.828,03		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	270,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	12.860,48		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	34.664,27		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	10.275,88		
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	60.533,39		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	317,24		
4.0.00.00	Despesas de Capital			20.248,98
4.4.00.00	Investimentos			20.248,98
4.4.90.00	Aplicações Diretas		20.248,98	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	20.248,98		
Total Unidade Orçamentária				834.571,32

Unidade Orçamentária: 6002 - Fundo Municipal do Idoso

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			64.039,17
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			64.039,17
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		18.016,80	
3.3.50.41	Contribuições	18.016,80		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		46.022,37	
3.3.90.14	Diárias Civil	800,00		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

9/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.90.30	Material de Consumo	23.687,82	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	21.534,55	
	Total Unidade Orçamentária		64.039,17

Unidade Orçamentária: 6003 - Conselho Tutelar

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			131.091,85
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			123.437,77
3.1.90.00	Aplicações Diretas		123.437,77	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	102.864,87		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	20.572,90		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			7.654,08
3.3.90.00	Aplicações Diretas		7.654,08	
3.3.90.30	Material de Consumo	2.816,88		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	3.699,92		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.017,66		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	119,62		
	Total Unidade Orçamentária			131.091,85

Unidade Orçamentária: 6004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			4.069,18
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			4.069,18
3.3.90.00	Aplicações Diretas		4.069,18	
3.3.90.30	Material de Consumo	114,00		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	600,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	3.355,18		
	Total Unidade Orçamentária			4.069,18

Unidade Orçamentária: 6005 - Fundo Municipal de Habitação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			553,20
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			553,20
3.3.90.00	Aplicações Diretas		553,20	
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	553,20		
	Total Unidade Orçamentária			553,20

Unidade Orçamentária: 7001 - Educação

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			7.110.856,12
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			4.449.529,70

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

10/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.1.90.00	Aplicações Diretas	4.449.529,70
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	117.191,85
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	3.456.615,07
3.1.90.13	Obrigações Patronais	782.001,13
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)	13.564,32
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	80.157,33
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.661.326,42
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	70.658,00
3.3.50.41	Contribuições	70.658,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.590.668,42
3.3.90.14	Diárias Civil	6.250,00
3.3.90.30	Material de Consumo	499.446,34
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.012,60
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	94.774,37
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.130,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	401.363,28
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	24.441,64
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1.057.866,83
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	48.438,96
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	441.643,80
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	7.315,34
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	5.985,26
4.0.00.00	Despesas de Capital	354.137,80
4.4.00.00	Investimentos	354.137,80
4.4.90.00	Aplicações Diretas	354.137,80
4.4.90.30	Material de Consumo	82.795,58
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	5.749,96
4.4.90.51	Obras e Instalações	58.908,75
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	206.683,51
	Total Unidade Orçamentária	7.464.993,92

Unidade Orçamentária: 7002 - Esportes

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			415.519,95
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			168.337,49
3.1.90.00	Aplicações Diretas		168.337,49	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	122.931,43		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	16.163,56		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	29.242,50		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			247.182,46
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		36.000,00	
3.3.50.41	Contribuições	36.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		211.182,46	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.300,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	23.449,01		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

11/ 12



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de LUZERNA

Competência: 2019

3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	9.574,58
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	2.500,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	125.986,39
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	1.132,28
3.3.90.41	Contribuições	0,00
3.3.90.46	Auxílio Alimentação	11.474,82
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	730,00
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	35.035,38
Total Unidade Orçamentária		415.519,95

Unidade Orçamentária: 7003 - Cultura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			42.762,79
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			42.762,79
3.3.90.00	Aplicações Diretas		42.762,79	
3.3.90.30	Material de Consumo	11.308,03		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	928,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	300,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	29.575,47		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	651,29		
Total Unidade Orçamentária				42.762,79

Unidade Orçamentária: 7004 - Fundo Municipal da Cultura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			70.124,58
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			70.124,58
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		69.560,00	
3.3.50.41	Contribuições	59.945,00		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	9.615,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		564,58	
3.3.90.14	Diárias Civil	100,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	464,58		
Total Unidade Orçamentária				70.124,58

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
Total Geral				25.455.424,37

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Publicação N° 2379835

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional



Município de LUZERNA
Competência: 2019

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Luzerna

Unidade Orçamentária: 02001 Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	411.695,37	411.695,37
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	411.695,37	411.695,37
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	411.695,37	411.695,37
04.122.0200.02.000201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	0,00	0,00	54.395,24	54.395,24
04.122.0200.02.000202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	357.300,13	357.300,13
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	411.695,37	411.695,37

Unidade Orçamentária: 02002 Assessoria Jurídica

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	310.550,06	310.550,06
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	310.550,06	310.550,06
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	310.550,06	310.550,06
04.122.0200.02.000210	Manutenção da assessoria jurídica	0,00	0,00	310.550,06	310.550,06
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	310.550,06	310.550,06

Unidade Orçamentária: 02003 Controladoria do Município

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
4.124	Controle Interno	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
04.124.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
04.124.0200.02.000230	Manutenção da Controladoria	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68

Unidade Orçamentária: 02004 Diretoria de Planejamento

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1/11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 02004 Diretoria de Planejamento

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	310.413,31	310.413,31
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	310.413,31	310.413,31
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	310.413,31	310.413,31
04.122.0200.02.000240	Manutenção da Diretoria de Planejamento	0,00	0,00	310.413,31	310.413,31
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	310.413,31	310.413,31

Unidade Orçamentária: 02005 Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
13.813	Lazer	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
13.813.0201	Indústria e Comércio	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
13.813.0201.02.000251	Programação de Natal	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
23.691	Promoção Comercial	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
23.691.0201	Indústria e Comércio	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
23.691.0201.02.000250	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	156.259,17	156.259,17

Unidade Orçamentária: 02006 Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
6	Segurança Pública	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
6.182	Defesa Civil	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
06.182.0202	Defesa Civil	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
06.182.0202.02.000260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2/ 11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 02008 Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
22	Indústria	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
22.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
22.661.0201	Indústria e Comércio	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
22.661.0201.02.000280	Manutenção Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna ? ITL	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24

Unidade Orçamentária: 03001 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	344.154,75	344.154,75
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	215.674,75	215.674,75
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	0,00	0,00	215.674,75	215.674,75
04.122.0300.02.000304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.	0,00	0,00	215.674,75	215.674,75
4.131	Comunicação Social	0,00	0,00	128.480,00	128.480,00
04.131.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	128.480,00	128.480,00
04.131.0200.02.000305	Publicidade Institucional e de Marketing	0,00	0,00	128.480,00	128.480,00
28	Encargos Especiais	611.017,02	0,00	0,00	611.017,02
28.843	Serviço da Dívida Interna	167.666,25	0,00	0,00	167.666,25
28.843.0000	Encargos Especiais	167.666,25	0,00	0,00	167.666,25
28.843.0000.09.000302	Juros, encargos e amortização de dívidas	167.666,25	0,00	0,00	167.666,25
28.845	Transferências	443.350,77	0,00	0,00	443.350,77
28.845.0000	Encargos Especiais	443.350,77	0,00	0,00	443.350,77
28.845.0000.09.000301	Contribuição ao PASEP	238.568,02	0,00	0,00	238.568,02
28.845.0000.09.000303	Sentenças judiciais	204.782,75	0,00	0,00	204.782,75
	Total da Unidade Orçamentária	611.017,02	0,00	344.154,75	955.171,77

Unidade Orçamentária: 03002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3 / 11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 03002 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	2.000.252,49	2.000.252,49
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	1.847.971,97	1.847.971,97
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	0,00	0,00	1.847.971,97	1.847.971,97
04.122.0300.02.000302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	0,00	0,00	1.847.971,97	1.847.971,97
4.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	152.280,52	152.280,52
04.331.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	0,00	0,00	152.280,52	152.280,52
04.331.0300.02.000301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	0,00	0,00	152.280,52	152.280,52
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	2.000.252,49	2.000.252,49

Unidade Orçamentária: 04002 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56
20.606.0401	Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56
20.606.0401.02.000420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	0,00	0,00	28.874,66	28.874,66
20.606.0401.02.000421	Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	598.601,90	598.601,90
20.606.0401.02.000422	Programa Melhoria Melhorias da Propriedade Rural e Programa Planta Mais	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56

Unidade Orçamentária: 04006 Sec. de Serviços - Urbanos

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	2.265.427,10	2.265.427,10
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	1.833.097,73	1.833.097,73
15.451.0400	Serviços Integrados	0,00	0,00	54.934,81	54.934,81
15.451.0400.02.000401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	0,00	0,00	54.934,81	54.934,81

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

4/ 11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

15.451.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	1.778.162,92	1.778.162,92
15.451.xxxx.02.000406	Manutenção dos serviços na área urbana	0,00	0,00	1.778.162,92	1.778.162,92
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	432.329,37	432.329,37
15.452.0400	Serviços Integrados	0,00	0,00	432.329,37	432.329,37
15.452.0400.02.000403	Manutenção da iluminação pública	0,00	0,00	432.329,37	432.329,37
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	2.265.427,10	2.265.427,10

Unidade Orçamentária: 04007 Sec. de Serviços - Rurais

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	2.038.327,17	2.038.327,17
15.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	2.038.327,17	2.038.327,17
15.782.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	2.038.327,17	2.038.327,17
15.782.xxxx.02.000405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	0,00	0,00	81.945,59	81.945,59
15.782.xxxx.02.000407	Manutenção dos serviços na área rural	0,00	0,00	1.956.381,58	1.956.381,58
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	2.038.327,17	2.038.327,17

Unidade Orçamentária: 04008 Sec. de Serviços - Prédios Públicos

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	422.062,88	422.062,88
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	422.062,88	422.062,88
15.451.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	422.062,88	422.062,88
15.451.xxxx.02.000408	Manutenção e conservação de prédios públicos	0,00	0,00	422.062,88	422.062,88
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	422.062,88	422.062,88

Unidade Orçamentária: 04010 Convênios com Policiais e Bombeiros

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
6	Segurança Pública	0,00	0,00	611.998,94	611.998,94
6.181	Policimento	0,00	0,00	611.998,94	611.998,94

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

5/ 11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
Competência: 2019

06.181.0010	Serviços de Segurança Pública	0,00	0,00	611.998,94	611.998,94
06.181.0010.02.000450	Manutenção do convênio rádio-patrulha	0,00	0,00	79.402,96	79.402,96
06.181.0010.02.000451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	121.852,93	121.852,93
06.181.0010.02.000452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito	0,00	0,00	410.743,05	410.743,05
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	611.998,94	611.998,94

Unidade Orçamentária: 06001 Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social	0,00	0,00	834.571,32	834.571,32
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	32.401,15	32.401,15
08.243.0601	Assistência Social	0,00	0,00	32.401,15	32.401,15
08.243.0601.02.000605	Contribuição ao abrigo Frei Bruno	0,00	0,00	32.401,15	32.401,15
8.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	802.170,17	802.170,17
08.244.0601	Assistência Social	0,00	0,00	802.170,17	802.170,17
08.244.0601.02.000601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	0,00	0,00	84.799,99	84.799,99
08.244.0601.02.000603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	0,00	0,00	410.577,77	410.577,77
08.244.0601.02.000604	Concessão de benefícios eventuais	0,00	0,00	14.619,13	14.619,13
08.244.0601.02.000606	Manutenção da Assistência Social	0,00	0,00	292.173,28	292.173,28
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	834.571,32	834.571,32

Unidade Orçamentária: 06002 Fundo Municipal do Idoso

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
8.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
08.241.0601	Assistência Social	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
08.241.0601.02.000610	Administração e execução do Fundo do Idoso	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	64.039,17	64.039,17

Unidade Orçamentária: 06003 Conselho Tutelar

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

6/ 11



Programa de Trabalho por Órgao e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 06003 Conselho Tutelar

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	131.091,85	131.091,85
06.243.0603	Assistência a criança e ao adolescente	0,00	0,00	131.091,85	131.091,85
06.243.0603.02.000620	Manutenção do Conselho Tutelar	0,00	0,00	131.091,85	131.091,85
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	131.091,85	131.091,85

Unidade Orçamentária: 06004 Fundo da Infância e Adolescente - FIA

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social				
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	4.069,18	4.069,18
06.243.0603	Assistência a criança e ao adolescente	0,00	0,00	4.069,18	4.069,18
06.243.0603.02.000630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	0,00	0,00	4.069,18	4.069,18
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	4.069,18	4.069,18

Unidade Orçamentária: 06005 Fundo Municipal de Habitação

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				
16.122	Administração Geral	0,00	0,00	553,20	553,20
16.122.0605	Habitação	0,00	0,00	553,20	553,20
16.122.0605.02.000640	Administração e execução do Fundo de Habitação	0,00	0,00	553,20	553,20
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	553,20	553,20

Unidade Orçamentária: 07001 Educação

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação				
		0,00	0,00	7.464.993,92	7.464.993,92

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

7/ 11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	472.023,68	472.023,68
12.306.0701	Educação básica	0,00	0,00	472.023,68	472.023,68
12.306.0701.02.000704	Manutenção da merenda escolar - Creche	0,00	0,00	115.792,31	115.792,31
12.306.0701.02.000705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	0,00	0,00	92.498,95	92.498,95
12.306.0701.02.000706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	0,00	0,00	263.732,42	263.732,42
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	4.139.963,69	4.139.963,69
12.361.0701	Educação básica	0,00	0,00	4.139.963,69	4.139.963,69
12.361.0701.02.000703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	0,00	0,00	454.791,58	454.791,58
12.361.0701.02.000711	Manutenção da Educação - Fundamental	0,00	0,00	2.944.103,39	2.944.103,39
12.361.0701.02.000712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	0,00	0,00	741.068,72	741.068,72
12.363	Ensino Profissional	0,00	0,00	85.470,93	85.470,93
12.363.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	0,00	0,00	85.470,93	85.470,93
12.363.0702.02.000721	Manutenção do ensino profissionalizante	0,00	0,00	85.470,93	85.470,93
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	63.561,87	63.561,87
12.364.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	0,00	0,00	63.561,87	63.561,87
12.364.0702.02.000720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	0,00	0,00	63.561,87	63.561,87
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	2.635.345,75	2.635.345,75
12.365.0701	Educação básica	0,00	0,00	2.635.345,75	2.635.345,75
12.365.0701.02.000701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	0,00	0,00	344.116,77	344.116,77
12.365.0701.02.000702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar	0,00	0,00	127.629,27	127.629,27
12.365.0701.02.000708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)	0,00	0,00	247.776,30	247.776,30
12.365.0701.02.000709	Manutenção da Educação - Creche	0,00	0,00	1.222.237,58	1.222.237,58
12.365.0701.02.000710	Manutenção da Educação - Pré escola	0,00	0,00	693.585,83	693.585,83
12.367	Educação Especial	0,00	0,00	68.628,00	68.628,00
12.367.0703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	0,00	0,00	68.628,00	68.628,00
12.367.0703.02.000722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	0,00	0,00	68.628,00	68.628,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	0,00	7.464.993,92	7.464.993,92
Unidade Orçamentária: 0702 Esportes					

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

8/ 11



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 07002 Esportes

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
27.812.0704	Esporte	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
27.812.0704.02.000730	Manutenção da Diretoria de Esportes	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95

Unidade Orçamentária: 07003 Cultura

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	42.762,79	42.762,79
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	42.762,79	42.762,79
13.392.0706	Cultura	0,00	0,00	42.762,79	42.762,79
13.392.0706.02.000740	Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	0,00	0,00	42.762,79	42.762,79
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	42.762,79	42.762,79

Unidade Orçamentária: 07004 Fundo Municipal da Cultura

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	70.124,58	70.124,58
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	70.124,58	70.124,58
13.392.0706	Cultura	0,00	0,00	70.124,58	70.124,58
13.392.0706.02.000750	Administração e execução do Fundo da Cultura	0,00	0,00	70.124,58	70.124,58
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	70.124,58	70.124,58
	Total da Unidade Gestora	611.017,02	0,00	18.925.895,68	19.536.912,70



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 05001 Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00	0,00	5.324.212,17	5.324.212,17
10.301	Atenção Básica	0,00	0,00	4.963.558,49	4.963.558,49
10.301.0500	Saúde	0,00	0,00	4.963.558,49	4.963.558,49
10.301.0500.02.000501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	0,00	0,00	395.118,62	395.118,62
10.301.0500.02.000502	Manutenção do bloco da Atenção Básica	0,00	0,00	3.621.729,05	3.621.729,05
10.301.0500.02.000503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	162.820,77	162.820,77
10.301.0500.02.000504	Manutenção do bloco da Atenção Básica	0,00	0,00	270.691,13	270.691,13
10.301.0500.02.000506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	0,00	0,00	513.398,92	513.398,92
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	270.509,04	270.509,04
10.302.0500	Saúde	0,00	0,00	270.509,04	270.509,04
10.302.0500.02.000507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	0,00	0,00	96.019,70	96.019,70
10.302.0500.02.000509	Tratamento fora de domicílio - TFD	0,00	0,00	174.489,34	174.489,34
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	1.560,00	1.560,00
10.303.0500	Saúde	0,00	0,00	1.560,00	1.560,00
10.303.0500.02.000510	Exames complementares	0,00	0,00	1.560,00	1.560,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	88.584,64	88.584,64
10.304.0500	Saúde	0,00	0,00	88.198,64	88.198,64
10.304.0500.02.000505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0,00	0,00	88.198,64	88.198,64
10.304.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	386,00	386,00
10.304.xxxx.02.000511	Bem-Estar Animal	0,00	0,00	386,00	386,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	5.324.212,17	5.324.212,17
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00	5.324.212,17	5.324.212,17



Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
 Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 01001 Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
1.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
01.031.0100	Processo Legislativo	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
01.031.0100.02.000101	Manutenção da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
	Total Geral	611.017,02	0,00	24.844.407,35	25.455.424,37

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

11/ 11

ANEXO 07 - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

Publicação Nº 2379836

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional



Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
01.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
01.031.0100	Processo Legislativo	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
01.031.0100.02.000101	Manutenção da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	594.299,50	594.299,50
04	Administração	0,00	0,00	3.470.975,66	3.470.975,66
04.122	Administração Geral	0,00	0,00	3.096.305,46	3.096.305,46
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	1.032.658,74	1.032.658,74
04.122.0200.02.000201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	0,00	0,00	54.395,24	54.395,24
04.122.0200.02.000202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	0,00	0,00	357.300,13	357.300,13
04.122.0200.02.000210	Manutenção da assessoria jurídica	0,00	0,00	310.550,06	310.550,06
04.122.0200.02.000240	Manutenção da Diretoria de Planejamento	0,00	0,00	310.413,31	310.413,31
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	0,00	0,00	2.063.646,72	2.063.646,72
04.122.0300.02.000302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	0,00	0,00	1.847.971,97	1.847.971,97
04.122.0300.02.000304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.	0,00	0,00	215.674,75	215.674,75
04.124	Controle Interno	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
04.124.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
04.124.0200.02.000230	Manutenção da Controladoria	0,00	0,00	93.909,68	93.909,68
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	128.480,00	128.480,00
04.131.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	0,00	0,00	128.480,00	128.480,00
04.131.0200.02.000305	Publicidade Institucional e de Marketing	0,00	0,00	128.480,00	128.480,00
04.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	152.280,52	152.280,52
04.331.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	0,00	0,00	152.280,52	152.280,52
04.331.0300.02.000301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	0,00	0,00	152.280,52	152.280,52
06	Segurança Pública	0,00	0,00	630.046,94	630.046,94
06.181	Policimento	0,00	0,00	611.998,94	611.998,94
06.181.0010	Serviços de Segurança Pública	0,00	0,00	611.998,94	611.998,94
06.181.0010.02.000450	Manutenção do convênio rádio-patrolha	0,00	0,00	79.402,96	79.402,96
06.181.0010.02.000451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	0,00	0,00	121.852,93	121.852,93

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1/6



Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
06.181.0010.02.000452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito	0,00	0,00	410.743,05	410.743,05
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
06.182.0202	Defesa Civil	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
06.182.0202.02.000260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	0,00	0,00	18.048,00	18.048,00
06	Assistência Social	0,00	0,00	1.033.771,52	1.033.771,52
06.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
06.241.0601	Assistência Social	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
06.241.0601.02.000610	Administração e execução do Fundo do Idoso	0,00	0,00	64.039,17	64.039,17
06.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	167.562,18	167.562,18
06.243.0601	Assistência Social	0,00	0,00	32.401,15	32.401,15
06.243.0601.02.000605	Contribuição ao abrigo Frei Bruno	0,00	0,00	32.401,15	32.401,15
06.243.0603	Assistência à criança e ao adolescente	0,00	0,00	135.161,03	135.161,03
06.243.0603.02.000620	Manutenção do Conselho Tutelar	0,00	0,00	131.091,85	131.091,85
06.243.0603.02.000630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	0,00	0,00	4.069,18	4.069,18
06.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	802.170,17	802.170,17
06.244.0601	Assistência Social	0,00	0,00	802.170,17	802.170,17
06.244.0601.02.000601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	0,00	0,00	84.799,99	84.799,99
06.244.0601.02.000603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	0,00	0,00	410.577,77	410.577,77
06.244.0601.02.000604	Concessão de benefícios eventuais	0,00	0,00	14.619,13	14.619,13
06.244.0601.02.000606	Manutenção da Assistência Social	0,00	0,00	292.173,28	292.173,28
10	Saúde	0,00	0,00	5.324.212,17	5.324.212,17
10.301	Atenção Básica	0,00	0,00	4.963.558,49	4.963.558,49
10.301.0500	Saúde	0,00	0,00	4.963.558,49	4.963.558,49
10.301.0500.02.000501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	0,00	0,00	395.118,62	395.118,62
10.301.0500.02.000502	Manutenção do bloco da Atenção Básica	0,00	0,00	3.621.729,05	3.621.729,05
10.301.0500.02.000503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	162.820,77	162.820,77
10.301.0500.02.000504	Manutenção do bloco da Atenção Básica	0,00	0,00	270.691,13	270.691,13
10.301.0500.02.000506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	0,00	0,00	513.398,92	513.398,92

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2/ 6



Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	270.509,04	270.509,04
10.302.0500	Saúde	0,00	0,00	270.509,04	270.509,04
10.302.0500.02.000507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	0,00	0,00	96.019,70	96.019,70
10.302.0500.02.000509	Tratamento fora de domicílio - TFD	0,00	0,00	174.489,34	174.489,34
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	1.560,00	1.560,00
10.303.0500	Saúde	0,00	0,00	1.560,00	1.560,00
10.303.0500.02.000510	Exames complementares	0,00	0,00	1.560,00	1.560,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	88.584,64	88.584,64
10.304.0500	Saúde	0,00	0,00	88.198,64	88.198,64
10.304.0500.02.000505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0,00	0,00	88.198,64	88.198,64
10.304.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	386,00	386,00
10.304.xxxx.02.000511	Bem-Estar Animal	0,00	0,00	386,00	386,00
12	Educação	0,00	0,00	7.464.993,92	7.464.993,92
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	472.023,68	472.023,68
12.306.0701	Educação básica	0,00	0,00	472.023,68	472.023,68
12.306.0701.02.000704	Manutenção da merenda escolar - Creche	0,00	0,00	115.792,31	115.792,31
12.306.0701.02.000705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	0,00	0,00	92.498,95	92.498,95
12.306.0701.02.000706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	0,00	0,00	263.732,42	263.732,42
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	4.139.963,69	4.139.963,69
12.361.0701	Educação básica	0,00	0,00	4.139.963,69	4.139.963,69
12.361.0701.02.000703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	0,00	0,00	454.791,58	454.791,58
12.361.0701.02.000711	Manutenção da Educação - Fundamental	0,00	0,00	2.944.103,39	2.944.103,39
12.361.0701.02.000712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	0,00	0,00	741.068,72	741.068,72
12.363	Ensino Profissional	0,00	0,00	85.470,93	85.470,93
12.363.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	0,00	0,00	85.470,93	85.470,93
12.363.0702.02.000721	Manutenção do ensino profissionalizante	0,00	0,00	85.470,93	85.470,93
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	63.561,87	63.561,87
12.364.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	0,00	0,00	63.561,87	63.561,87

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3 / 6



Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
12.364.0702.02.000720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	0,00	0,00	63.561,87	63.561,87
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	2.635.345,75	2.635.345,75
12.365.0701	Educação básica	0,00	0,00	2.635.345,75	2.635.345,75
12.365.0701.02.000701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	0,00	0,00	344.116,77	344.116,77
12.365.0701.02.000702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré-Escolar	0,00	0,00	127.629,27	127.629,27
12.365.0701.02.000708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)	0,00	0,00	247.776,30	247.776,30
12.365.0701.02.000709	Manutenção da Educação - Creche	0,00	0,00	1.222.237,58	1.222.237,58
12.365.0701.02.000710	Manutenção da Educação - Pré-escola	0,00	0,00	693.585,83	693.585,83
12.367	Educação Especial	0,00	0,00	68.628,00	68.628,00
12.367.0703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	0,00	0,00	68.628,00	68.628,00
12.367.0703.02.000722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	0,00	0,00	68.628,00	68.628,00
13	Cultura	0,00	0,00	188.887,37	188.887,37
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	112.887,37	112.887,37
13.392.0706	Cultura	0,00	0,00	112.887,37	112.887,37
13.392.0706.02.000740	Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	0,00	0,00	42.762,79	42.762,79
13.392.0706.02.000750	Administração e execução do Fundo da Cultura	0,00	0,00	70.124,58	70.124,58
13.813	Lazer	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
13.813.0201	Indústria e Comércio	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
13.813.0201.02.000251	Programação de Natal	0,00	0,00	76.000,00	76.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	4.725.817,15	4.725.817,15
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	2.255.160,61	2.255.160,61
15.451.0400	Serviços Integrados	0,00	0,00	54.934,81	54.934,81
15.451.0400.02.000401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	0,00	0,00	54.934,81	54.934,81
15.451.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	2.200.225,80	2.200.225,80
15.451.xxxx.02.000406	Manutenção dos serviços na área urbana	0,00	0,00	1.778.162,92	1.778.162,92
15.451.xxxx.02.000408	Manutenção e conservação de prédios públicos	0,00	0,00	422.062,88	422.062,88
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	432.329,37	432.329,37
15.452.0400	Serviços Integrados	0,00	0,00	432.329,37	432.329,37

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

4/ 6



Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15.452.0400.02.000403	Manutenção da iluminação pública	0,00	0,00	432.329,37	432.329,37
15.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	2.038.327,17	2.038.327,17
15.782.xxxx	*** Programa não identificado ***	0,00	0,00	2.038.327,17	2.038.327,17
15.782.xxxx.02.000405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	0,00	0,00	81.945,59	81.945,59
15.782.xxxx.02.000407	Manutenção dos serviços na área rural	0,00	0,00	1.956.381,58	1.956.381,58
16	Habilitação	0,00	0,00	553,20	553,20
16.122	Administração Geral	0,00	0,00	553,20	553,20
16.122.0605	Habilitação	0,00	0,00	553,20	553,20
16.122.0605.02.000640	Administração e execução do Fundo de Habitação	0,00	0,00	553,20	553,20
20	Agricultura	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56
20.606.0401	Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	777.476,56	777.476,56
20.606.0401.02.000420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	0,00	0,00	28.874,66	28.874,66
20.606.0401.02.000421	Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	0,00	598.601,90	598.601,90
20.606.0401.02.000422	Programa Melhora Melhor da Propriedade Rural e Programa Planta Mais	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
22	Indústria	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
22.661	Promoção Industrial	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
22.661.0201	Indústria e Comércio	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
22.661.0201.02.000280	Manutenção Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna ? ITL	0,00	0,00	137.594,24	137.594,24
23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
23.691	Promoção Comercial	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
23.691.0201	Indústria e Comércio	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
23.691.0201.02.000250	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	0,00	0,00	80.259,17	80.259,17
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
27.812.0704	Esporte	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
27.812.0704.02.000730	Manutenção da Diretoria de Esportes	0,00	0,00	415.519,95	415.519,95
28	Encargos Especiais	611.017,02	0,00	0,00	611.017,02

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

5/6



Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
28.843	Serviço da Dívida Interna	167.666,25	0,00	0,00	167.666,25
28.843.0000	Encargos Especiais	167.666,25	0,00	0,00	167.666,25
28.843.0000.09.000302	Juros, encargos e amortização de dívidas	167.666,25	0,00	0,00	167.666,25
28.845	Transferências	443.350,77	0,00	0,00	443.350,77
28.845.0000	Encargos Especiais	443.350,77	0,00	0,00	443.350,77
28.845.0000.09.000301	Contribuição ao PASEP	238.568,02	0,00	0,00	238.568,02
28.845.0000.09.000303	Sentenças Judiciais	204.782,75	0,00	0,00	204.782,75
Total Geral		611.017,02	0,00	24.844.407,35	25.455.424,37

ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES , SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

Publicação Nº 2379839



Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos

Anexo 8 - Consolidado

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	594.299,50	0,00	594.299,50
01.031	Ação Legislativa	594.299,50	0,00	594.299,50
01.031.0100	Processo Legislativo	594.299,50	0,00	594.299,50
01.031.0100.02.000101	Manutenção da Câmara de Vereadores	594.299,50	0,00	594.299,50
04	Administração	3.195.458,46	275.517,20	3.470.975,66
04.122	Administração Geral	2.822.021,83	274.283,63	3.096.305,46
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	1.021.442,58	11.216,16	1.032.658,74
04.122.0200.02.000201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	54.395,24	0,00	54.395,24
04.122.0200.02.000202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	353.382,87	3.917,26	357.300,13
04.122.0200.02.000210	Manutenção da assessoria jurídica	306.455,62	4.094,44	310.550,06
04.122.0200.02.000240	Manutenção da Diretoria de Planejamento	307.208,85	3.204,46	310.413,31
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	1.800.579,25	263.067,47	2.063.646,72
04.122.0300.02.000302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e	1.584.904,50	263.067,47	1.847.971,97
04.122.0300.02.000304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.	215.674,75	0,00	215.674,75
04.124	Controle Interno	92.676,11	1.233,57	93.909,68
04.124.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	92.676,11	1.233,57	93.909,68
04.124.0200.02.000230	Manutenção da Controladoria	92.676,11	1.233,57	93.909,68
04.131	Comunicação Social	128.480,00	0,00	128.480,00
04.131.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	128.480,00	0,00	128.480,00
04.131.0200.02.000305	Publicidade Institucional e de Marketing	128.480,00	0,00	128.480,00
04.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	152.280,52	0,00	152.280,52
04.331.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	152.280,52	0,00	152.280,52
04.331.0300.02.000301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	152.280,52	0,00	152.280,52
06	Segurança Pública	219.303,89	410.743,05	630.046,94
06.181	Policimento	201.255,89	410.743,05	611.998,94
06.181.0010	Serviços de Segurança Pública	201.255,89	410.743,05	611.998,94
06.181.0010.02.000450	Manutenção do convênio rádio-patrolha	79.402,96	0,00	79.402,96
06.181.0010.02.000451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	121.852,93	0,00	121.852,93
06.181.0010.02.000452	Manutenção do convênio com as Policias Civil e Militar - multas de trânsito	0,00	410.743,05	410.743,05
06.182	Defesa Civil	18.048,00	0,00	18.048,00
06.182.0202	Defesa Civil	18.048,00	0,00	18.048,00
06.182.0202.02.000260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	18.048,00	0,00	18.048,00
08	Assistência Social	851.711,72	182.059,80	1.033.771,52
08.241	Assistência ao Idoso	64.039,17	0,00	64.039,17
08.241.0601	Assistência Social	64.039,17	0,00	64.039,17
08.241.0601.02.000610	Administração e execução do Fundo do Idoso	64.039,17	0,00	64.039,17
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	163.266,57	4.295,61	167.562,18
08.243.0601	Assistência Social	32.401,15	0,00	32.401,15
08.243.0601.02.000605	Contribuição ao abrigo Frei Bruno	32.401,15	0,00	32.401,15
08.243.0603	Assistência a criança e ao adolescente	130.865,42	4.295,61	135.161,03
08.243.0603.02.000620	Manutenção do Conselho Tutelar	129.516,24	1.575,61	131.091,85
08.243.0603.02.000630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	1.349,18	2.720,00	4.069,18
08.244	Assistência Comunitária	624.405,98	177.764,19	802.170,17

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1 / 4



Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vnculo com os Recursos

Anexo 8 - Consolidado

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08.244.0601	Assistência Social	624.405,98	177.764,19	802.170,17
08.244.0601.02.000601	Social Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência	84.799,99	0,00	84.799,99
08.244.0601.02.000603	Assistência Social Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	236.931,06	173.646,71	410.577,77
08.244.0601.02.000604	Concessão de benefícios eventuais	14.617,45	1,68	14.619,13
08.244.0601.02.000606	Manutenção da Assistência Social	288.057,48	4.115,80	292.173,28
10	Saúde	386,00	5.323.826,17	5.324.212,17
10.301	Atenção Básica	0,00	4.963.558,49	4.963.558,49
10.301.0500	Saúde	0,00	4.963.558,49	4.963.558,49
10.301.0500.02.000501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	0,00	395.118,62	395.118,62
10.301.0500.02.000502	Manutenção do bloco da Atenção Básica	0,00	3.621.729,05	3.621.729,05
10.301.0500.02.000503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	0,00	162.620,77	162.620,77
10.301.0500.02.000504	Manutenção do bloco da Atenção Básica	0,00	270.691,13	270.691,13
10.301.0500.02.000506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	0,00	513.398,92	513.398,92
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	270.509,04	270.509,04
10.302.0500	Saúde	0,00	270.509,04	270.509,04
10.302.0500.02.000507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	0,00	96.019,70	96.019,70
10.302.0500.02.000509	Tratamento fora de domicílio - TFD	0,00	174.489,34	174.489,34
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	1.560,00	1.560,00
10.303.0500	Saúde	0,00	1.560,00	1.560,00
10.303.0500.02.000510	Exames complementares	0,00	1.560,00	1.560,00
10.304	Vigilância Sanitária	386,00	88.198,64	88.584,64
10.304.0500	Saúde	0,00	88.198,64	88.198,64
10.304.0500.02.000505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	0,00	88.198,64	88.198,64
10.304.xxxx	*** Programa não identificado ***	386,00	0,00	386,00
10.304.xxxx.02.000511	Bem-Estar Animal	386,00	0,00	386,00
12	Educação	361.716,78	7.103.277,14	7.464.993,92
12.306	Alimentação e Nutrição	144.055,98	327.967,70	472.023,68
12.306.0701	Educação básica	144.055,98	327.967,70	472.023,68
12.306.0701.02.000704	Manutenção da merenda escolar - Creche	45.129,83	70.662,48	115.792,31
12.306.0701.02.000705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	41.015,01	51.483,94	92.498,95
12.306.0701.02.000706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	57.911,14	205.821,28	263.732,42
12.361	Ensino Fundamental	0,00	4.139.963,69	4.139.963,69
12.361.0701	Educação básica	0,00	4.139.963,69	4.139.963,69
12.361.0701.02.000703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	0,00	454.791,58	454.791,58
12.361.0701.02.000711	Manutenção da Educação - Fundamental	0,00	2.944.103,39	2.944.103,39
12.361.0701.02.000712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	0,00	741.068,72	741.068,72
12.363	Ensino Profissional	85.470,93	0,00	85.470,93
12.363.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	85.470,93	0,00	85.470,93
12.363.0702.02.000721	Manutenção do ensino profissionalizante	85.470,93	0,00	85.470,93
12.364	Ensino Superior	63.561,87	0,00	63.561,87
12.364.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	63.561,87	0,00	63.561,87
12.364.0702.02.000720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	63.561,87	0,00	63.561,87
12.365	Educação Infantil	0,00	2.635.345,75	2.635.345,75
12.365.0701	Educação básica	0,00	2.635.345,75	2.635.345,75

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2 / 4



Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 8 - Consolidado

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12.365.0701.02.000701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	0,00	344.116,77	344.116,77
12.365.0701.02.000702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré	0,00	127.629,27	127.629,27
	Escolar			
12.365.0701.02.000708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)	0,00	247.776,30	247.776,30
12.365.0701.02.000709	Manutenção da Educação - Creche	0,00	1.222.237,58	1.222.237,58
12.365.0701.02.000710	Manutenção da Educação - Pré escola	0,00	693.585,83	693.585,83
12.367	Educação Especial	68.628,00	0,00	68.628,00
12.367.0703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	68.628,00	0,00	68.628,00
12.367.0703.02.000722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	68.628,00	0,00	68.628,00
13	Cultura	188.887,37	0,00	188.887,37
13.392	Difusão Cultural	112.887,37	0,00	112.887,37
13.392.0706	Cultura	112.887,37	0,00	112.887,37
13.392.0706.02.000740	Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	42.762,79	0,00	42.762,79
13.392.0706.02.000750	Administração e execução do Fundo da Cultura	70.124,58	0,00	70.124,58
13.813	Lazer	76.000,00	0,00	76.000,00
13.813.0201	Indústria e Comercio	76.000,00	0,00	76.000,00
13.813.0201.02.000251	Programação de Natal	76.000,00	0,00	76.000,00
15	Urbanismo	3.754.136,37	971.680,78	4.725.817,15
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.090.333,87	164.826,74	2.255.160,61
15.451.0400	Serviços Integrados	54.934,81	0,00	54.934,81
15.451.0400.02.000401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	54.934,81	0,00	54.934,81
15.451.xxxx	*** Programa não identificado ***	2.035.399,06	164.826,74	2.200.225,80
15.451.xxxx.02.000406	Manutenção dos serviços na área urbana	1.613.336,18	164.826,74	1.778.162,92
15.451.xxxx.02.000408	Manutenção e conservação de prédios públicos	422.062,88	0,00	422.062,88
15.452	Serviços Urbanos	0,00	432.329,37	432.329,37
15.452.0400	Serviços Integrados	0,00	432.329,37	432.329,37
15.452.0400.02.000403	Manutenção da iluminação pública	0,00	432.329,37	432.329,37
15.782	Transporte Rodoviário	1.663.802,50	374.524,67	2.038.327,17
15.782.xxxx	*** Programa não identificado ***	1.663.802,50	374.524,67	2.038.327,17
15.782.xxxx.02.000405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	81.945,59	0,00	81.945,59
15.782.xxxx.02.000407	Manutenção dos serviços na área rural	1.581.856,91	374.524,67	1.956.381,58
16	Habitação	553,20	0,00	553,20
16.122	Administração Geral	553,20	0,00	553,20
16.122.0605	Habitação	553,20	0,00	553,20
16.122.0605.02.000640	Administração e execução do Fundo de Habitação	553,20	0,00	553,20
20	Agricultura	645.472,30	132.004,26	777.476,56
20.606	Extensão Rural	645.472,30	132.004,26	777.476,56
20.606.0401	Agricultura e Meio Ambiente	645.472,30	132.004,26	777.476,56
20.606.0401.02.000420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	28.874,66	0,00	28.874,66
20.606.0401.02.000421	Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	466.597,64	132.004,26	598.601,90
20.606.0401.02.000422	Programa Melhora Melhoria da Propriedade Rural e Programa Plante Mais	150.000,00	0,00	150.000,00
22	Indústria	135.907,67	1.686,57	137.594,24
22.661	Promoção Industrial	135.907,67	1.686,57	137.594,24
22.661.0201	Indústria e Comercio	135.907,67	1.686,57	137.594,24

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3 / 4



**Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções
e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos
Anexo 8 - Consolidado**

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
22.661.0201.02.000280	Manutenção Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna ? ITL	135.907,67	1.686,57	137.594,24
23	Comércio e Serviços	80.259,17	0,00	80.259,17
23.691	Promoção Comercial	80.259,17	0,00	80.259,17
23.691.0201	Industria e Comercio	80.259,17	0,00	80.259,17
23.691.0201.02.000250	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	80.259,17	0,00	80.259,17
27	Desporto e Lazer	414.291,28	1.228,67	415.519,95
27.812	Desporto Comunitário	414.291,28	1.228,67	415.519,95
27.812.0704	Esporte	414.291,28	1.228,67	415.519,95
27.812.0704.02.000730	Manutenção da Diretoria de Esportes	414.291,28	1.228,67	415.519,95
28	Encargos Especiais	609.775,23	1.241,79	611.017,02
28.843	Serviço da Dívida Interna	167.666,25	0,00	167.666,25
28.843.0000	Encargos Especiais	167.666,25	0,00	167.666,25
28.843.0000.09.000302	Juros, encargos e amortização de dívidas	167.666,25	0,00	167.666,25
28.845	Transferências	442.108,98	1.241,79	443.350,77
28.845.0000	Encargos Especiais	442.108,98	1.241,79	443.350,77
28.845.0000.09.000301	Contribuição ao PASEP.	237.326,23	1.241,79	238.568,02
28.845.0000.09.000303	Sentenças judiciais	204.782,75	0,00	204.782,75
	Total Geral	11.052.158,94	14.403.265,43	25.455.424,37

ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES , SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

Publicação Nº 2379842



Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9 Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01001 - Camara Municipal de Vereadores	594.299,50					
02001 - Gabinete do Prefeito				411.695,37		
02002 - Assessoria Jurídica				310.550,06		
02003 - Controladoria do Município				93.909,68		
02004 - Diretoria de Planejamento				310.413,31		
02005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação						
02006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil						18.048,00
02007 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos						
02008 - Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica						
03001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão				344.154,75		
03002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio				2.000.252,49		
04002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente						
04003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente						
04004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro						
04005 - Fundo de Desenvolvimento Rural						
04006 - Sec. de Serviços - Urbanos						
04007 - Sec. de Serviços - Rurais						
04008 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos						
04010 - Convênios com Policiais e Bombeiros						611.998,94
05001 - Fundo Municipal de Saúde						
06001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
06002 - Fundo Municipal do Idoso						
06003 - Conselho Tutelar						
06004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA						
06005 - Fundo Municipal de Habitação						
07001 - Educação						
07002 - Esportes						
07003 - Cultura						
07004 - Fundo Municipal da Cultura						
99099 - Reserva de Contingência						
Total:	594.299,50			3.470.975,66		630.046,94

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01001 - Camara Municipal de Vereadores						
02001 - Gabinete do Prefeito						
02002 - Assessoria Jurídica						
02003 - Controladoria do Município						
02004 - Diretoria de Planejamento						
02005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação						
02006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil						
02007 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos						

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1/ 4



Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02008 - Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica						
03001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						
03002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						
04002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente						
04003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente						
04004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro						
04005 - Fundo de Desenvolvimento Rural						
04006 - Sec. de Serviços - Urbanos						
04007 - Sec. de Serviços - Rurais						
04008 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos						
04010 - Convênios com Policiais e Bombeiros						
05001 - Fundo Municipal de Saúde				5.324.212,17		
06001 - Fundo Municipal de Assistência Social		834.571,32				
06002 - Fundo Municipal do Idoso		64.039,17				
06003 - Conselho Tutelar		131.091,85				
06004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA		4.069,18				
06005 - Fundo Municipal de Habitação						
07001 - Educação						7.464.993,92
07002 - Esportes						
07003 - Cultura						
07004 - Fundo Municipal da Cultura						
99099 - Reserva de Contingência						
Total:		1.033.771,52		5.324.212,17		7.464.993,92

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01001 - Câmara Municipal de Vereadores						
02001 - Gabinete do Prefeito						
02002 - Assessoria Jurídica						
02003 - Controladoria do Município						
02004 - Diretoria de Planejamento						
02005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	76.000,00					
02006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil						
02007 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos						
02008 - Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica						
03001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						
03002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						
04002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente						
04003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente						
04004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro						
04005 - Fundo de Desenvolvimento Rural						
04006 - Sec. de Serviços - Urbanos				2.265.427,10		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2 / 4



Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
04007 - Sec. de Serviços - Rurais			2.038.327,17			
04008 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos			422.062,88			
04010 - Convênios com Policiais e Bombeiros						
05001 - Fundo Municipal de Saúde						
06001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
06002 - Fundo Municipal do Idoso						
06003 - Conselho Tutelar						
06004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA						
06005 - Fundo Municipal de Habitação				553,20		
07001 - Educação						
07002 - Esportes						
07003 - Cultura	42.762,79					
07004 - Fundo Municipal da Cultura	70.124,58					
99099 - Reserva de Contingência						
Total:	188.887,37		4.725.817,15	553,20		

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01001 - Câmara Municipal de Vereadores						
02001 - Gabinete do Prefeito						
02002 - Assessoria Jurídica						
02003 - Controladoria do Município						
02004 - Diretoria de Planejamento						
02005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação					80.259,17	
02006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil						
02007 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos						
02008 - Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica				137.594,24		
03001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						
03002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						
04002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		777.476,56				
04003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente						
04004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro						
04005 - Fundo de Desenvolvimento Rural						
04006 - Sec. de Serviços - Urbanos						
04007 - Sec. de Serviços - Rurais						
04008 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos						
04010 - Convênios com Policiais e Bombeiros						
05001 - Fundo Municipal de Saúde						
06001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
06002 - Fundo Municipal do Idoso						
06003 - Conselho Tutelar						
06004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA						
06005 - Fundo Municipal de Habitação						

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3 / 4



Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
07001 - Educação						
07002 - Esportes						
07003 - Cultura						
07004 - Fundo Municipal da Cultura						
99099 - Reserva de Contingência						
Total:	777.476,56			137.594,24	80.259,17	

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01001 - Camara Municipal de Vereadores						594.299,50
02001 - Gabinete do Prefeito						411.695,37
02002 - Assessoria Jurídica						310.550,06
02003 - Controladoria do Município						93.909,68
02004 - Diretoria de Planejamento						310.413,31
02005 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação						156.259,17
02006 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil						18.048,00
02007 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos						
02008 - Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica						137.594,24
03001 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão				611.017,02		955.171,77
03002 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						2.000.252,49
04002 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente						777.476,56
04003 - Fundo Municipal do Meio Ambiente						
04004 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro						
04005 - Fundo de Desenvolvimento Rural						
04006 - Sec. de Serviços - Urbanos						2.265.427,10
04007 - Sec. de Serviços - Rurais						2.038.327,17
04008 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos						422.062,88
04010 - Convênios com Policiais e Bombeiros						611.998,94
05001 - Fundo Municipal de Saúde						5.324.212,17
06001 - Fundo Municipal de Assistência Social						834.571,32
06002 - Fundo Municipal do Idoso						64.039,17
06003 - Conselho Tutelar						131.091,85
06004 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA						4.069,18
06005 - Fundo Municipal de Habitação						553,20
07001 - Educação						7.464.993,92
07002 - Esportes			415.519,95			415.519,95
07003 - Cultura						42.762,79
07004 - Fundo Municipal da Cultura						70.124,58
99099 - Reserva de Contingência						
Total:			415.519,95	611.017,02		25.455.424,37

ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Publicação Nº 2379843


**Comparativo da Receita Orçada
com a Arrecadada - Anexo 10**

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	RECEITAS	28.118.591,22	28.107.778,00	0,00	10.813,22
10000000	Receitas Correntes	27.715.793,76	27.602.193,09	0,00	113.600,67
11000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.753.423,00	3.017.388,70	263.965,70	0,00
11100000	Impostos	2.149.885,00	2.373.751,62	223.866,62	0,00
11130000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	346.500,00	583.215,41	236.715,41	0,00
11130300	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	346.500,00	583.215,41	236.715,41	0,00
11130311	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	330.000,00	568.616,66	238.616,66	0,00
	Recursos Ordinários	198.000,00	341.170,00	143.170,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	82.500,00	142.154,19	59.654,19	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	49.500,00	85.292,47	35.792,47	0,00
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	16.500,00	14.598,75	0,00	1.901,25
	Recursos Ordinários	9.900,00	8.768,17	0,00	1.131,83
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.125,00	3.644,12	0,00	480,88
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	2.475,00	2.186,46	0,00	288,54
11180000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	1.803.385,00	1.790.536,21	0,00	12.848,79
11180100	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	740.385,00	764.669,75	24.284,75	0,00
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	359.035,00	456.686,37	97.651,37	0,00
	Recursos Ordinários	215.421,00	274.012,09	58.591,09	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	89.758,75	114.171,59	24.412,84	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	53.855,25	68.502,69	14.647,44	0,00
11180112	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	1.300,00	3.430,99	2.130,99	0,00
	Recursos Ordinários	780,00	2.058,64	1.278,64	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	325,00	857,78	532,78	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	195,00	514,57	319,57	0,00
11180113	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	42.800,00	16.710,35	0,00	26.089,65
	Recursos Ordinários	25.680,00	10.026,46	0,00	15.653,54
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	10.700,00	4.177,52	0,00	6.522,48
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	6.420,00	2.506,37	0,00	3.913,63
11180114	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da	12.000,00	7.935,53	0,00	4.064,47
	Recursos Ordinários	7.200,00	4.761,61	0,00	2.438,39
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.000,00	1.983,81	0,00	1.016,19
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	1.800,00	1.190,11	0,00	609,89
11180141	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principa	325.000,00	279.843,60	0,00	45.156,40
	Recursos Ordinários	195.000,00	167.906,12	0,00	27.093,88
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	81.250,00	69.960,93	0,00	11.289,07
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	48.750,00	41.976,55	0,00	6.773,45
11180142	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e	250,00	62,91	0,00	187,09
	Recursos Ordinários	150,00	37,74	0,00	112,26
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	62,50	15,73	0,00	46,77
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	37,50	9,44	0,00	28,06
11180200	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	1.063.000,00	1.025.866,46	0,00	37.133,54
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.036.000,00	1.005.421,10	0,00	30.578,90
	Recursos Ordinários	621.600,00	603.273,87	0,00	18.326,13

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1 / 9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	259.000,00	251.342,54	0,00	7.657,46
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	155.400,00	150.804,69	0,00	4.595,31
11180232	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora	10.000,00	10.879,71	879,71	0,00
	Recursos Ordinários	6.000,00	6.529,52	529,52	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.500,00	2.719,20	219,20	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	1.500,00	1.630,99	130,99	0,00
11180233	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	15.000,00	7.128,45	0,00	7.871,55
	Recursos Ordinários	9.000,00	4.277,08	0,00	4.722,92
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.750,00	1.782,11	0,00	1.967,89
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	2.250,00	1.069,26	0,00	1.180,74
11180234	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.000,00	2.437,20	437,20	0,00
	Recursos Ordinários	1.200,00	1.462,38	262,38	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	500,00	609,29	109,29	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	300,00	365,53	65,53	0,00
11200000	Taxas	602.058,00	640.772,06	38.714,06	0,00
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	219.750,00	146.163,75	0,00	73.586,25
11210100	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	219.650,00	146.163,75	0,00	73.486,25
11210111	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	209.050,00	132.005,03	0,00	77.044,97
	Recursos Ordinários	209.050,00	132.005,03	0,00	77.044,97
11210112	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	4.430,00	1.336,64	0,00	3.093,36
	Recursos Ordinários	4.430,00	1.336,64	0,00	3.093,36
11210113	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	5.800,00	9.047,90	3.247,90	0,00
	Recursos Ordinários	5.800,00	9.047,90	3.247,90	0,00
11210114	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	370,00	3.774,18	3.404,18	0,00
	Recursos Ordinários	370,00	3.774,18	3.404,18	0,00
11210400	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	100,00	0,00	0,00	100,00
11210411	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	100,00	0,00	0,00	100,00
	Recursos Ordinários	30,00	0,00	0,00	30,00
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	70,00	0,00	0,00	70,00
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	382.308,00	494.608,31	112.300,31	0,00
11220100	Taxas pela Prestação de Serviços	382.308,00	494.608,31	112.300,31	0,00
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	356.928,00	466.663,94	109.735,94	0,00
	Recursos Ordinários	356.928,00	466.663,94	109.735,94	0,00
11220112	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros de Mora	5.600,00	4.053,12	0,00	1.546,88
	Recursos Ordinários	5.600,00	4.053,12	0,00	1.546,88
11220113	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	18.680,00	18.117,12	0,00	562,88
	Recursos Ordinários	18.680,00	18.117,12	0,00	562,88
11220114	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	1.100,00	5.774,13	4.674,13	0,00
	Recursos Ordinários	1.100,00	5.774,13	4.674,13	0,00
11300000	Contribuição de Melhoria	1.480,00	2.865,02	1.385,02	0,00
11380000	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	1.480,00	2.865,02	1.385,02	0,00
11380400	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.480,00	2.865,02	1.385,02	0,00
11380411	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	1.480,00	2.865,02	1.385,02	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

2 / 9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Ordinários	1.480,00	2.865,02	1.385,02	0,00
12000000	Contribuições	550.000,00	543.310,85	0,00	6.689,15
12400000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	550.000,00	543.310,85	0,00	6.689,15
12400011	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	550.000,00	543.310,85	0,00	6.689,15
	Recursos Ordinários	10.000,00	100.574,02	90.574,02	0,00
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	540.000,00	442.736,83	0,00	97.263,17
13000000	Receita Patrimonial	207.465,00	155.278,83	0,00	52.186,17
13100000	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	53.375,00	58.408,72	5.033,72	0,00
13100100	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação	23.325,00	24.011,11	686,11	0,00
13100111	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.400,00	22.798,35	398,35	0,00
	Recursos Ordinários	22.400,00	22.798,35	398,35	0,00
13100112	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros de Mora	250,00	21,22	0,00	228,78
	Recursos Ordinários	250,00	21,22	0,00	228,78
13100113	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	660,00	998,53	338,53	0,00
	Recursos Ordinários	660,00	998,53	338,53	0,00
13100114	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	15,00	193,01	178,01	0,00
	Recursos Ordinários	15,00	193,01	178,01	0,00
13100200	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	30.050,00	34.397,61	4.347,61	0,00
13100211	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	29.675,00	33.998,34	4.323,34	0,00
	Recursos Ordinários	29.675,00	33.998,34	4.323,34	0,00
13100212	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Ju	250,00	0,24	0,00	249,76
	Recursos Ordinários	250,00	0,24	0,00	249,76
13100213	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Dívida Ativ	110,00	389,81	279,81	0,00
	Recursos Ordinários	110,00	389,81	279,81	0,00
13100214	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Dívida Ativ	15,00	9,22	0,00	5,78
	Recursos Ordinários	15,00	9,22	0,00	5,78
13200000	Valores Mobiliários	125.525,00	51.632,19	0,00	73.892,81
13210000	Juros e Correções Monetárias	125.490,00	51.632,19	0,00	73.857,81
13210011	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	125.490,00	51.632,19	0,00	73.857,81
	Recursos Ordinários	65.665,00	25.166,29	0,00	40.498,71
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.000,00	2.067,96	0,00	932,04
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	115,00	70,81	0,00	44,19
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	660,00	31,41	0,00	628,59
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.000,00	637,15	0,00	362,85
	FIA Imposto de Renda	100,00	76,68	0,00	23,32
	Convênio de Trânsito - Militar	2.250,00	2.812,91	562,91	0,00
	Convênio de Trânsito - Civil	2.665,00	4.674,74	2.009,74	0,00
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	2.285,00	825,00	0,00	1.460,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	13.860,00	1.347,31	0,00	12.512,69
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	9.240,00	935,50	0,00	8.304,50
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	0,00	1.874,02	1.874,02	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	1.270,00	820,77	0,00	449,23

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3/ 9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Salário-Educação	5.500,00	1.443,68	0,00	4.056,32
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.400,00	406,11	0,00	993,89
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	12.150,00	7.289,86	0,00	4.860,14
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	750,00	305,51	0,00	444,49
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	10,00	0,00	0,00	10,00
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	200,00	143,58	0,00	56,42
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	1.415,00	381,17	0,00	1.033,83
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.455,00	286,06	0,00	1.168,94
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	500,00	35,67	0,00	464,33
13220000	Dividendos	35,00	0,00	0,00	35,00
13220011	Dividendos - Principal	35,00	0,00	0,00	35,00
	Recursos Ordinários	35,00	0,00	0,00	35,00
13300000	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	323,20	323,20	0,00
13320000	Delegação dos Serviços de Infraestrutura	0,00	323,20	323,20	0,00
13320100	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	0,00	323,20	323,20	0,00
13320111	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principa	0,00	323,20	323,20	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	323,20	323,20	0,00
13600000	Cessão de Direitos	28.565,00	44.914,72	16.349,72	0,00
13600100	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	28.565,00	44.914,72	16.349,72	0,00
13600111	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	28.565,00	44.914,72	16.349,72	0,00
	Recursos Ordinários	28.565,00	44.914,72	16.349,72	0,00
16000000	Receita de Serviços	30.005,00	66.227,20	36.222,20	0,00
16100000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.605,00	51.263,65	45.658,65	0,00
16100100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	110,00	2.743,65	2.633,65	0,00
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	110,00	2.743,65	2.633,65	0,00
	Recursos Ordinários	110,00	2.743,65	2.633,65	0,00
16100200	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.495,00	48.520,00	43.025,00	0,00
16100211	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.495,00	48.520,00	43.025,00	0,00
	Recursos Ordinários	5.495,00	48.520,00	43.025,00	0,00
16900000	Outros Serviços	24.400,00	14.963,55	0,00	9.436,45
16909900	Outros Serviços	24.400,00	14.963,55	0,00	9.436,45
16909911	Outros Serviços - Principal	24.100,00	14.937,83	0,00	9.162,17
	Recursos Ordinários	24.100,00	14.937,83	0,00	9.162,17
16909912	Outros Serviços - Multas e Juros de Mora	240,00	25,72	0,00	214,28
	Recursos Ordinários	240,00	25,72	0,00	214,28
16909913	Outros Serviços - Dívida Ativa	30,00	0,00	0,00	30,00
	Recursos Ordinários	30,00	0,00	0,00	30,00
16909914	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	30,00	0,00	0,00	30,00
	Recursos Ordinários	30,00	0,00	0,00	30,00
17000000	Transferências Correntes	23.466.530,76	22.883.989,08	0,00	582.541,68
17100000	Transferências da União e de suas Entidades	10.829.309,27	10.182.398,26	0,00	646.911,01
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	10.829.309,27	10.182.398,26	0,00	646.911,01
17180100	Participação na Receita da União	8.455.500,00	8.074.169,99	0,00	381.330,01

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

4/9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	7.754.200,00	7.414.834,46	0,00	339.365,54
	Recursos Ordinários	4.674.200,00	4.448.900,66	0,00	225.299,34
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.925.000,00	1.853.708,64	0,00	71.291,36
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	1.155.000,00	1.112.225,16	0,00	42.774,84
17180131	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	335.000,00	327.230,35	0,00	7.769,65
	Recursos Ordinários	251.250,00	245.422,76	0,00	5.827,24
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	83.750,00	81.807,59	0,00	1.942,41
17180141	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	335.000,00	315.140,73	0,00	19.859,27
	Recursos Ordinários	251.250,00	236.355,55	0,00	14.894,45
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	83.750,00	78.785,18	0,00	4.964,82
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	7.300,00	7.021,68	0,00	278,32
	Recursos Ordinários	4.380,00	4.212,98	0,00	167,02
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.825,00	1.755,45	0,00	69,55
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	1.095,00	1.053,25	0,00	41,75
17180171	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	24.000,00	9.942,77	0,00	14.057,23
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	24.000,00	9.942,77	0,00	14.057,23
17180200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	113.571,87	114.247,03	675,16	0,00
17180261	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	113.571,87	114.247,03	675,16	0,00
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração	113.571,87	114.247,03	675,16	0,00
17180300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Custeio das	1.170.000,00	991.929,37	0,00	178.070,63
17180311	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	988.000,00	885.341,20	0,00	102.658,80
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	988.000,00	885.341,20	0,00	102.658,80
17180321	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar -	98.000,00	29.214,20	0,00	68.785,80
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	98.000,00	29.214,20	0,00	68.785,80
17180331	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	51.000,00	45.408,06	0,00	5.591,94
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	51.000,00	45.408,06	0,00	5.591,94
17180341	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	33.000,00	31.965,91	0,00	1.034,09
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	33.000,00	31.965,91	0,00	1.034,09
17180500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	490.725,69	448.336,65	0,00	42.389,04
17180511	Transferências do Salário-Educação - Principal	373.000,00	336.514,27	0,00	36.485,73
	Salário-Educação	373.000,00	336.514,27	0,00	36.485,73
17180531	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Princ	82.725,69	83.520,00	794,31	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas p	82.725,69	83.520,00	794,31	0,00
17180541	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - P	35.000,00	28.302,38	0,00	6.697,62
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas p	35.000,00	28.302,38	0,00	6.697,62
17180600	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	27.500,00	0,00	0,00	27.500,00
17180611	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	27.500,00	0,00	0,00	27.500,00
	Recursos Ordinários	16.500,00	0,00	0,00	16.500,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	6.875,00	0,00	0,00	6.875,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	4.125,00	0,00	0,00	4.125,00
17181200	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	142.300,00	166.003,51	23.703,51	0,00
17181211	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS -	142.300,00	166.003,51	23.703,51	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

5/9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
17181211	Principal	142.300,00	166.003,51	23.703,51	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	142.300,00	166.003,51	23.703,51	0,00
17189900	Outras Transferências da União	429.711,71	387.711,71	0,00	42.000,00
17189911	Outras Transferências da União - Principal	429.711,71	387.711,71	0,00	42.000,00
	Recursos Ordinários	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00
	Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	387.711,71	387.711,71	0,00	0,00
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.926.806,33	8.949.287,49	22.481,16	0,00
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	8.926.806,33	8.949.287,49	22.481,16	0,00
17280100	Participação na Receita dos Estados	8.647.139,52	8.710.951,67	63.812,15	0,00
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	7.743.139,52	7.724.192,78	0,00	18.946,74
	Recursos Ordinários	4.943.139,52	4.634.515,34	0,00	308.624,18
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.750.000,00	1.931.048,49	181.048,49	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.050.000,00	1.158.628,95	108.628,95	0,00
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	803.000,00	887.756,94	84.756,94	0,00
	Recursos Ordinários	481.800,00	532.653,80	50.853,80	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	200.750,00	221.939,53	21.189,53	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	120.450,00	133.163,61	12.713,61	0,00
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	101.000,00	99.001,95	0,00	1.998,05
	Recursos Ordinários	60.600,00	59.401,12	0,00	1.198,88
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	25.250,00	24.750,54	0,00	499,46
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	15.150,00	14.850,29	0,00	299,71
17280300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	191.366,81	161.605,87	0,00	29.760,94
17280311	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	191.366,81	161.605,87	0,00	29.760,94
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	191.366,81	161.605,87	0,00	29.760,94
17289900	Outras Transferências dos Estados	88.300,00	76.729,95	0,00	11.570,05
17289911	Outras Transferências dos Estados - Principal	88.300,00	76.729,95	0,00	11.570,05
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	62.500,00	47.379,96	0,00	15.120,04
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	25.800,00	29.349,99	3.549,99	0,00
17400000	Transferências de Instituições Privadas	16.000,00	6.700,00	0,00	9.300,00
17480000	Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	16.000,00	6.700,00	0,00	9.300,00
17481000	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	16.000,00	6.700,00	0,00	9.300,00
17481011	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente - Pr	16.000,00	6.700,00	0,00	9.300,00
	Recursos Ordinários	16.000,00	6.700,00	0,00	9.300,00
17500000	Transferências de Outras Instituições Públicas	3.638.915,16	3.683.654,70	44.739,54	0,00
17580000	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	3.638.915,16	3.683.654,70	44.739,54	0,00
17580100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.638.915,16	3.683.654,70	44.739,54	0,00
17580111	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	3.638.915,16	3.683.654,70	44.739,54	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	2.302.887,73	2.210.192,79	0,00	92.694,94
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	1.336.027,43	1.473.461,91	137.434,48	0,00
17700000	Transferências de Pessoas Físicas	55.500,00	61.948,63	6.448,63	0,00
17700011	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	55.500,00	61.948,63	6.448,63	0,00
	Recursos Ordinários	50.000,00	57.578,64	7.578,64	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

6/ 9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	500,00	0,00	0,00	500,00
	FIA Imposto de Renda	5.000,00	4.369,99	0,00	630,01
19000000	Outras Receitas Correntes	708.370,00	935.998,43	227.628,43	0,00
19100000	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	707.000,00	908.026,35	201.026,35	0,00
19100100	Multas Previstas em Legislação Específica	707.000,00	904.378,28	197.378,28	0,00
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	707.000,00	904.378,28	197.378,28	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	127.806,47	127.806,47	0,00
	Convênio de Trânsito - Militar	178.750,00	241.160,14	62.410,14	0,00
	Convênio de Trânsito - Civil	178.750,00	182.837,73	4.087,73	0,00
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	349.500,00	352.573,94	3.073,94	0,00
19100800	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	0,00	3.648,07	3.648,07	0,00
19100811	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	0,00	3.648,07	3.648,07	0,00
	FIA Imposto de Renda	0,00	3.648,07	3.648,07	0,00
19200000	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.100,00	25.860,55	24.760,55	0,00
19220000	Restituições	1.100,00	24.962,42	23.862,42	0,00
19220100	Restituição de Convênios	1.100,00	4.877,52	3.777,52	0,00
19220111	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1.100,00	4.877,52	3.777,52	0,00
	Recursos Ordinários	1.100,00	4.877,52	3.777,52	0,00
19229900	Outras Restituições	0,00	20.084,90	20.084,90	0,00
19229911	Outras Restituições - Principal	0,00	20.084,90	20.084,90	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	20.084,90	20.084,90	0,00
19230000	Ressarcimentos	0,00	898,13	898,13	0,00
19230200	Ressarcimento de Custos	0,00	898,13	898,13	0,00
19230211	Ressarcimento de Custos - Principal	0,00	898,13	898,13	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	898,13	898,13	0,00
19900000	Demais Receitas Correntes	270,00	2.111,53	1.841,53	0,00
19909900	Outras Receitas	270,00	2.111,53	1.841,53	0,00
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	120,00	0,00	0,00	120,00
	Recursos Ordinários	120,00	0,00	0,00	120,00
19909912	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros de Mora	15,00	37,44	22,44	0,00
	Recursos Ordinários	15,00	37,44	22,44	0,00
19909913	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	120,00	1.591,34	1.471,34	0,00
	Recursos Ordinários	120,00	1.591,34	1.471,34	0,00
19909914	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	15,00	482,75	467,75	0,00
	Recursos Ordinários	15,00	482,75	467,75	0,00
20000000	Receitas de Capital	402.797,46	505.584,91	102.787,45	0,00
21000000	Operações de Crédito	226.269,00	149.303,75	0,00	76.965,25
21100000	Operações de Crédito - Mercado Interno	226.269,00	149.303,75	0,00	76.965,25
21120000	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	226.269,00	149.303,75	0,00	76.965,25
21120011	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	226.269,00	149.303,75	0,00	76.965,25
	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	226.269,00	149.303,75	0,00	76.965,25
22000000	Alienação de Bens	48.296,89	32.061,90	0,00	16.234,99
22100000	Alienação de Bens Móveis	32.955,00	0,00	0,00	32.955,00
22130000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	32.955,00	0,00	0,00	32.955,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

7 / 9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
22130011	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	32.955,00	0,00	0,00	32.955,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	32.955,00	0,00	0,00	32.955,00
22200000	Alienação de Bens Imóveis	15.341,89	32.061,90	16.720,01	0,00
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	15.221,89	31.852,07	16.630,18	0,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	15.221,89	31.852,07	16.630,18	0,00
22200012	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros de Mora	120,00	209,83	89,83	0,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	120,00	209,83	89,83	0,00
23000000	Amortização de Empréstimos	1.030,00	37.998,27	36.968,27	0,00
23000600	Amortização de Empréstimos Contratuais	1.030,00	37.998,27	36.968,27	0,00
23000611	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	1.030,00	37.998,27	36.968,27	0,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.030,00	37.998,27	36.968,27	0,00
24000000	Transferências de Capital	127.201,57	286.220,99	159.019,42	0,00
24100000	Transferências da União e de suas Entidades	127.201,57	286.220,99	159.019,42	0,00
24180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	127.201,57	286.220,99	159.019,42	0,00
24181000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	127.201,57	286.220,99	159.019,42	0,00
24181091	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	127.201,57	286.220,99	159.019,42	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	127.201,57	286.220,99	159.019,42	0,00
	(...) DEDUÇÕES	-134.243,00	-123.637,08	10.605,92	0,00
10000000	Receitas Correntes	-134.243,00	-123.637,08	10.605,92	0,00
11000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-106.743,00	-78.230,31	28.512,69	0,00
11100000	Impostos	-106.743,00	-55.077,57	51.665,43	0,00
11180000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	-106.743,00	-55.077,57	51.665,43	0,00
11180100	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	-106.743,00	-54.247,68	52.495,32	0,00
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	-106.743,00	-54.247,68	52.495,32	0,00
	Recursos Ordinários	-64.045,80	-32.724,15	31.321,65	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-26.685,75	-13.452,25	13.233,50	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	-16.011,45	-8.071,28	7.940,17	0,00
11180200	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00	-829,89	0,00	829,89
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	0,00	-829,89	0,00	829,89
	Recursos Ordinários	0,00	-640,67	0,00	640,67
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-118,27	0,00	118,27
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Saúde	0,00	-70,95	0,00	70,95
11200000	Taxas	0,00	-23.152,74	0,00	23.152,74
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-23.152,74	0,00	23.152,74
11220100	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-23.152,74	0,00	23.152,74
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	0,00	-23.152,74	0,00	23.152,74
	Recursos Ordinários	0,00	-23.152,74	0,00	23.152,74
19000000	Outras Receitas Correntes	-27.500,00	-45.406,77	0,00	17.906,77
19100000	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-27.500,00	-45.406,77	0,00	17.906,77
19100100	Multas Previstas em Legislação Específica	-27.500,00	-45.406,77	0,00	17.906,77
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-27.500,00	-45.406,77	0,00	17.906,77
	Convênio de Trânsito - Militar	-8.937,50	-14.757,12	0,00	5.819,62
	Convênio de Trânsito - Civil	-8.937,50	-14.757,12	0,00	5.819,62

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

8/9



Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de LUZERNA

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	-9.625,00	-15.892,53	0,00	6.267,53
	(...) DEDUÇÕES FUNDEB	-3.127.760,00	-3.226.575,52	0,00	98.815,52
10000000	Receitas Correntes	-3.127.760,00	-3.226.575,52	0,00	98.815,52
17000000	Transferências Correntes	-3.127.760,00	-3.226.575,52	0,00	98.815,52
17100000	Transferências da União e de suas Entidades	-1.546.960,00	-1.484.370,79	62.589,21	0,00
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	-1.546.960,00	-1.484.370,79	62.589,21	0,00
17180100	Participação na Receita da União	-1.541.460,00	-1.484.370,79	57.089,21	0,00
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-1.540.000,00	-1.482.966,57	57.033,43	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.540.000,00	-1.482.966,57	57.033,43	0,00
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.460,00	-1.404,22	55,78	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.460,00	-1.404,22	55,78	0,00
17180600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-5.500,00	0,00	5.500,00	0,00
17180611	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	-5.500,00	0,00	5.500,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-5.500,00	0,00	5.500,00	0,00
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-1.580.800,00	-1.742.204,73	0,00	161.404,73
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	-1.580.800,00	-1.742.204,73	0,00	161.404,73
17280100	Participação na Receita dos Estados	-1.580.800,00	-1.742.204,73	0,00	161.404,73
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.400.000,00	-1.544.837,46	0,00	144.837,46
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.400.000,00	-1.544.837,46	0,00	144.837,46
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	-160.600,00	-177.566,87	0,00	16.966,87
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-160.600,00	-177.566,87	0,00	16.966,87
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-20.200,00	-19.800,40	399,60	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-20.200,00	-19.800,40	399,60	0,00
Totais		24.856.588,22	24.757.565,40	0,00	99.022,82

ANEXO 11 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Publicação Nº 2379845

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Município de LUZERNA
Competência: 2019

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Luzerna

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
02001	Gabinete do Prefeito	421.695,37	0,00	421.695,37	10.000,00
02001.04	Administração	421.695,37	0,00	421.695,37	10.000,00
02001.04.122	Administração Geral	421.695,37	0,00	421.695,37	10.000,00
02001.04.122.02.000201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	54.395,24	0,00	54.395,24	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	54.395,24	0,00	54.395,24	0,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			9.866,72	
3.3.90.36.07	estagiários			9.866,72	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			5.694,56	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			5.694,56	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			38.633,96	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			38.633,96	
02001.04.122.02.000202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	367.300,13	0,00	367.300,13	10.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	304.009,99	0,00	304.009,99	10.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			241.067,97	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			223.186,70	
3.1.90.11.43	13º salário			17.881,27	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			52.942,02	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			52.942,02	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	63.290,14	0,00	63.290,14	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil			20.300,00	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil			20.300,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			18.205,10	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			12.241,69	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			1.866,81	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			535,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

1/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.16	material de expediente			83,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			3.476,60	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			10.195,07	
3.3.90.33.01	passagens para o país			10.195,07	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			5.191,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física			5.191,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			6.957,65	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			735,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			870,75	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			3.592,00	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais			867,75	
3.3.90.39.69	seguros em geral			892,15	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.088,50	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)			1.088,50	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			1.352,82	
3.3.90.47.10	taxas			119,62	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			1.233,20	
4.4.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas			0,00	0,00
02002	Assessoria Jurídica	389.596,72	0,00	389.596,72	79.046,66
02002.04	Administração	389.596,72	0,00	389.596,72	79.046,66
02002.04.122	Administração Geral	389.596,72	0,00	389.596,72	79.046,66
02002.04.122.02.000210	Manutenção da assessoria jurídica	389.596,72	0,00	389.596,72	79.046,66
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas			376.681,52	74.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	376.681,52	0,00	376.681,52	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			249.931,69	
3.1.90.11.43	13º salário			223.404,51	
				18.670,52	

2/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			7.856,66	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			52.749,83	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			52.749,83	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		0,00	12.915,20	5.046,66
3.3.90.14.00	Diárias Civil			7.868,54	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil	12.915,20		1.150,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			1.150,00	
3.3.90.30.16	material de expediente			131,00	
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria			131,00	
3.3.90.35.01	assessoria e consultoria técnica ou jurídica			4.000,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			4.000,00	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais			2.209,20	
3.3.90.39.66	serviços judiciais			375,00	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica			1.834,20	
3.3.90.40.11	Impressão			378,34	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas			378,34	
02003	Controladoria do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
02003.04	Administração	118.909,68	0,00	118.909,68	25.000,00
02003.04.124	Controle Interno	118.909,68	0,00	118.909,68	25.000,00
02003.04.124.02.000230	Manutenção da Controladoria	118.909,68	0,00	118.909,68	25.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	115.386,62	0,00	115.386,62	25.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			74.130,04	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			68.504,96	
3.1.90.11.43	13º salário			5.625,08	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			16.256,58	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			16.256,58	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	3.523,06	0,00	3.523,06	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

3/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.14.00	Diárias Civil			2.050,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			2.050,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			321,55	
3.3.90.33.01	passagens para o país			321,55	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			1.151,51	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			61,51	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			1.090,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
02004	Diretoria de Planejamento	348.988,06	0,00	348.988,06	38.574,75
02004.04	Administração	348.988,06	0,00	348.988,06	38.574,75
02004.04.122	Administração Geral	348.988,06	0,00	348.988,06	38.574,75
02004.04.122.02.000240	Manutenção da Diretoria de Planejamento	348.988,06	0,00	348.988,06	38.574,75
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	242.098,55	0,00	242.098,55	38.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			168.033,48	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			151.829,56	
3.1.90.11.43	13º salário			12.624,94	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			3.578,98	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			36.085,07	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			36.085,07	
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	38.185,51	0,00	38.185,51	574,75
3.3.90.14.00	Diárias Civil			1.300,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			1.300,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			2.022,40	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			1.707,40	
3.3.90.30.16	material de expediente			35,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			100,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

4/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			180,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Tercários (Pessoa Jurídica)			16.165,45	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			245,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			9.800,00	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			600,00	
3.3.90.39.66	serviços judiciários			131,30	
3.3.90.39.69	seguros em geral			226,15	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			5.163,00	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			720,38	
3.3.90.40.11	Impressão			720,38	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			17.402,53	
3.3.90.47.10	taxas			17.402,53	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Órgãos: Fiscal e da Segur	68.704,00	0,00	68.704,00	0,00
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Tercários (Pessoa Jurídica)			68.704,00	
3.3.93.39.05	serviços técnicos profissionais			68.704,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
02005	Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	126.409,25	29.850,00	156.259,25	0,08
02005.13	Cultura	76.000,00	0,00	76.000,00	0,00
02005.13.813	Lazer	76.000,00	0,00	76.000,00	0,00
02005.13.813.02.000251	Programação de Natal	76.000,00	0,00	76.000,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	75.000,00	0,00	75.000,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			75.000,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			75.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Tercários (Pessoa Jurídica)			540,07	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica			540,07	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			0,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

5/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores			459,93	
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			459,93	
02005.23	Comércio e Serviços	50.409,25	29.850,00	80.259,25	0,08
02005.23.691	Promoção Comercial	50.409,25	29.850,00	80.259,25	0,08
02005.23.691.02.000250	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	50.409,25	29.850,00	80.259,25	0,08
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	34.585,57	0,00	34.585,57	0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			28.852,31	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			28.852,31	
3.1.90.11.43	13º salário			1.295,86	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			1.503,67	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			5.713,26	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			5.713,26	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	29.850,00	29.850,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			29.850,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			29.850,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	15.843,68	0,00	15.843,68	0,08
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			11.457,99	
3.3.90.39.37	juros			9.999,92	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			1.458,07	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			4.385,61	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			4.385,61	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
02006	Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	25.097,00	0,00	25.097,00	7.049,00
02006.06	Segurança Pública	25.097,00	0,00	25.097,00	7.049,00
02006.06.182	Defesa Civil	25.097,00	0,00	25.097,00	7.049,00
02006.06.182.02.000260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	25.097,00	0,00	25.097,00	7.049,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

6/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas				
3.3.90.30.00	Material de Consumo	25.097,00	0,00	25.097,00	18.048,00
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				1.360,00
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				1.360,00
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita				9.537,40
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				7.150,60
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos				7.150,60
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
02007	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00
02007.14	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00
02007.14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00
02007.14.422.02.000270	Administração e Execução do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos dos Difusos - FMDDDD	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
02008	Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica	149.615,93	0,00	149.615,93	137.594,24
02008.22	Indústria	149.615,93	0,00	149.615,93	137.594,24
02008.22.661	Promoção Industrial	149.615,93	0,00	149.615,93	137.594,24
02008.22.661.02.000280	Manutenção Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna ? ITL	149.615,93	0,00	149.615,93	137.594,24
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	83.385,72	0,00	83.385,72	78.385,72
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				63.960,05
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				58.432,42
3.1.90.11.43	13º salário				5.527,63
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				14.425,67
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS				14.425,67
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	61.230,21	0,00	61.230,21	59.208,52
3.3.90.14.00	Dilórias Civil				750,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

71 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil			750,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			7.128,62	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			704,46	
3.3.90.30.16	material de expediente			941,72	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			35,50	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			2.382,84	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			676,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			2.388,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			21.599,17	
3.3.90.36.07	estagiários			21.599,17	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			19.351,33	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis			280,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			1.996,86	
3.3.90.39.37	juros			6.000,00	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			4.600,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			2.258,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			3.830,80	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integram Pacote de Comunicação De Dados)			385,67	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica			1.766,09	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integram Pacote de Comunicação de Dados)			976,30	
3.3.90.40.11	Impressão			789,79	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			8.613,31	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			8.613,31	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
03001	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	959.920,50	0,00	959.920,50	4.748,73
03001.04	Administração	346.037,75	0,00	346.037,75	1.883,00
03001.04.122	Administração Geral	217.057,75	0,00	217.057,75	1.383,00

8/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
03001.04.122.02.000302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.20.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
03001.04.122.02.000304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.	217.057,75	0,00	217.057,75	1.383,00
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	19.500,00	0,00	19.500,00	0,00
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			19.500,00	
3.1.71.70.01	Participação em Consórcio Público			19.500,00	
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	9.048,00	0,00	9.048,00	0,00
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			9.048,00	
3.3.71.70.01	Participação em Consórcio Público			9.048,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	175.684,75	0,00	175.684,75	1.383,00
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			4.438,06	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			4.438,06	
3.3.90.41.00	Contribuições			169.863,69	
3.3.90.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			169.863,69	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Órgãos, Fiscal e da Segur	6.825,00	0,00	6.825,00	0,00
3.3.93.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			6.825,00	
3.3.93.40.02	Desenvolvimento e Manutenção de Software			6.825,00	
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00
4.4.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			6.000,00	
4.4.71.70.01	Participação em Consórcio Público			6.000,00	
03001.04.131	Comunicação Social	128.980,00	0,00	128.980,00	500,00
03001.04.131.02.000305	Publicidade Institucional e de Marketing	128.980,00	0,00	128.980,00	500,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	128.980,00	0,00	128.980,00	500,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			128.480,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

9/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades			4.620,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			450,00	
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda			123.410,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
03001.28	Encargos Especiais	613.882,75	0,00	613.882,75	2.865,73
03001.28.843	Serviço da Dívida Interna	167.750,00	0,00	167.750,00	83,75
03001.28.843.09.000302	Juros, encargos e amortização de dívidas	167.750,00	0,00	167.750,00	83,75
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	19.350,53	0,00	19.350,53	83,75
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato			19.286,78	
3.2.90.21.01	juros da dívida contratada com instituições financeiras			19.286,78	
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	148.399,47	0,00	148.399,47	0,00
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado			148.399,47	
4.6.90.71.01	amortização da dívida contratada com instituições financeiras			148.399,47	
03001.28.845	Transferências	446.132,75	0,00	446.132,75	2.781,98
03001.28.845.09.000301	Contribuição ao PASEP	241.350,00	0,00	241.350,00	2.781,98
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	241.350,00	0,00	241.350,00	2.781,98
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			238.568,02	
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP			238.568,02	
03001.28.845.09.000303	Sentenças Judiciais	204.782,75	0,00	204.782,75	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	187.128,16	0,00	187.128,16	0,00
3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais			187.128,16	
3.1.90.91.01	precatórios - ativo civil / sentenças judiciais transitadas em julgado			182.703,06	
3.1.90.91.15	sentenças judiciais de pequeno valor			4.425,10	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	17.654,59	0,00	17.654,59	0,00
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores			1.218,27	
3.3.90.92.03	pensões			1.218,27	
3.3.90.93.00	indenizações e restituições			16.436,32	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

10/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.93.01	indenizações			16.436,32	
03002	Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	2.204.248,44	0,00	2.204.248,44	203.995,95
03002.04	Administração	2.204.248,44	0,00	2.204.248,44	203.995,95
03002.04.122	Administração Geral	2.051.967,92	0,00	2.051.967,92	203.995,95
03002.04.122.02.000302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	2.051.967,92	0,00	2.051.967,92	203.995,95
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.214.305,06	0,00	1.214.305,06	193.584,26
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			838.474,50	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			750.370,07	
3.1.90.11.43	13º salário			61.963,40	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			26.141,03	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			175.972,30	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			175.972,30	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			52,33	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis - pessoal civil			52,33	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			5.221,67	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			5.221,67	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	802.735,97	0,00	802.735,97	7.277,89
3.3.90.14.00	Diárias Civil			12.850,00	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil			12.850,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			41.234,84	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			4.247,99	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			166,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			6.368,84	
3.3.90.30.11	material químico			127,50	
3.3.90.30.16	material de expediente			14.800,78	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			3.667,40	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			373,50	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

11/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$		Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização		5.818,31	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos		840,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis		692,11	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis		490,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		1.429,50	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		34,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		280,61	
3.3.90.30.42	ferramentas		145,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis		1.414,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		339,30	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		1.864,68	
3.3.90.33.01	passagens para o país		1.504,68	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção		160,00	
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria		0,00	
3.3.90.35.01	assessoria e consultoria técnica ou jurídica		0,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		2.080,00	
3.3.90.36.16	locação de bens móveis e intangíveis		1.500,00	
3.3.90.36.27	serviços de comunicação em geral		580,00	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra		53.622,64	
3.3.90.37.01	apoio administrativo, técnico e operacional		53.622,64	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		444.855,39	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais		288.350,49	
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		5.200,00	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos		280,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		792,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		942,02	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências		3.000,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

12/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins			454,84	
3.3.90.39.35	multas dedutíveis			104,13	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			319,25	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral			5.500,00	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			42.010,00	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			62.029,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			2.400,00	
3.3.90.39.66	serviços judiciais			1.008,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			517,15	
3.3.90.39.72	vale-transporte			141,32	
3.3.90.39.81	serviços bancários			35.376,72	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal			2.462,74	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			4.852,14	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integram Pacote de Comunicação De Dados)			9.115,59	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			238.276,93	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			184.391,95	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			12.142,31	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integram Pacote de Comunicação de Dados)			4.478,72	
3.3.90.40.06	Suporte a Usuários de TIC			12.608,37	
3.3.90.40.08	Serviços Técnicos Profissionais de TIC			11.311,29	
3.3.90.40.11	Impressão			4.896,57	
3.3.90.40.15	Conteúdo de Web			8.445,72	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			637,62	
3.3.90.47.10	taxas			119,62	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			518,00	
3.3.90.92.00	Despesa de Exercícios Anteriores			235,98	
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			235,98	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

13/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores			0,00	
3.3.90.93.00	indenizações e Restituições			0,00	
3.3.90.93.02	restituições			0,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	34.926,89	0,00	34.926,89	3.133,80
4.4.90.30.00	Material de Consumo			0,00	
4.4.90.30.17	material de processamento de dados			0,00	
4.4.90.30.26	material elétrico e eletrônico			0,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			31.793,09	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos			6.404,60	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			7.179,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			8.126,99	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			10.082,50	
03002.04.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	152.280,52	0,00	152.280,52	0,00
03002.04.331.02.000301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	152.280,52	0,00	152.280,52	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	152.280,52	0,00	152.280,52	0,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			35.732,78	
3.3.90.36.07	estagiários			35.732,78	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			21.685,46	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			300,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			21.385,46	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			94.862,28	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			94.862,28	
04002	Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	863.601,90	0,00	863.601,90	86.125,34
04002.20	Agricultura	863.601,90	0,00	863.601,90	86.125,34
04002.20.606	Extensão Rural	863.601,90	0,00	863.601,90	86.125,34
04002.20.606.02.000420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	25.000,00	0,00	25.000,00	-3.874,66
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	-3.874,66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

14/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			1.719,32	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			1.719,32	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			27.155,34	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			27.155,34	
04002.20.606.02.000421	Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	688.601,90	0,00	688.601,90	90.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	435.122,88	0,00	435.122,88	90.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			279.994,33	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			249.003,20	
3.1.90.11.43	13º salário			21.253,14	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			9.737,99	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			59.267,12	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			59.267,12	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			5.861,53	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			5.861,53	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	79.703,54	0,00	79.703,54	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil			3.730,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			3.730,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			46.072,69	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			4.324,04	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			943,09	
3.3.90.30.16	material de expediente			1.202,00	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			248,00	
3.3.90.30.18	materiais e medicamentos pluso veterinário			23.555,52	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			280,96	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			463,03	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			80,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			1.869,05	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

15/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.40	material biológico			12.720,00	
3.3.90.30.42	ferramentas			72,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			90,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não atreláveis			225,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			3.143,55	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			3.143,55	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			358,99	
3.3.90.33.01	passagem para o país			358,99	
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria			1.279,00	
3.3.90.35.99	outros serviços de consultoria			1.279,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			22.940,23	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais			20.000,00	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			350,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			860,23	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			60,00	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			221,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			683,51	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			755,49	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.820,22	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)			349,96	
3.3.90.40.11	Impressão			1.470,26	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			358,86	
3.3.90.47.10	taxas			358,86	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	173.775,38	0,00	173.775,38	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			173.775,38	
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários			171.987,15	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			1.778,23	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

16/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
04002.20.606.02.000422	Programa Melhorar a Moradia da Propriedade Rural e Programa Planta Mais	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			150.000,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			150.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			0,00	
3.3.90.39.12	Locação de máquinas e equipamentos			0,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			0,00	
04003	Fundo Municipal do Meio Ambiente	170,00	0,00	170,00	0,00
04003.18	Gestão Ambiental	170,00	0,00	170,00	0,00
04003.18.541	Preservação e Conservação Ambiental	170,00	0,00	170,00	0,00
04003.18.541.02.000430	Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	170,00	0,00	170,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1,00	0,00	1,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1,00	0,00	1,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	167,00	0,00	167,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1,00	0,00	1,00	0,00
04004	Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundagro	0,00	0,00	0,00	0,00
04004.20	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00
04004.20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
04004.20.608.02.000440	Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundagro	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
04005	Fundo de Desenvolvimento Rural	0,00	0,00	0,00	0,00
04005.20	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00
04005.20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
04005.20.608.02.000460	Administração e Execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
04006	Sec. de Serviços - Urbanos	2.317.396,87	67.500,00	2.384.896,87	119.469,77

171 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Total	Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.				
04006.15	Urbanismo	2.317.396,87	67.500,00		2.384.896,87	2.265.427,10	119.469,77
04006.15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.843.339,99	0,00		1.843.339,99	1.833.087,73	10.242,26
04006.15.451.01.000401	Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
04006.15.451.01.000402	Acesso ao Loteamento Serenata	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
04006.15.451.02.000401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	54.934,81	0,00		54.934,81	54.934,81	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	54.934,81	0,00		54.934,81	54.934,81	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				11.600,00	11.600,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica				11.600,00		
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação				43.334,81	43.334,81	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia				43.334,81		
04006.15.451.02.000406	Manutenção dos serviços na área urbana	1.788.405,18	0,00		1.788.405,18	1.776.162,92	10.242,26
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	5.647,56	0,00		5.647,56	5.647,56	0,00
3.3.40.41.00	Contribuições				5.647,56		
3.3.40.41.01	despesa com manutenção de outras entidades de direito público				5.647,56		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.762.176,25	0,00		1.762.176,25	1.751.933,99	10.242,26
3.3.90.30.00	Material de Consumo				362.559,17		
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				55.044,08		
3.3.90.30.04	gás engarrafado				536,00		
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				24.906,42		
3.3.90.30.11	material químico				94,50		
3.3.90.30.16	material de expediente				50,00		
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem				1.750,00		
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				275,00		
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				4.818,03		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

18/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			9.703,48	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			159,00	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança			5.392,22	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos			1.429,36	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			27.045,23	
3.3.90.30.42	ferramentas			2.283,52	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			26.885,75	
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis			119,00	
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo			198.317,11	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			3.750,47	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização			36.627,64	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)			36.627,64	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra			321.106,26	
3.3.90.37.02	limpeza e conservação			321.106,26	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			983.031,99	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais			12.199,20	
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos			105.282,30	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			2.185,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			2.251,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			28.701,91	
3.3.90.39.21	manutenção e conservação de estradas e vias			50.625,11	
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos			631.266,33	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica			1.034,16	
3.3.90.39.69	seguros em geral			108,10	
3.3.90.39.81	serviços bancários			3.411,70	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			85.967,18	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			47.692,05	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

19/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integram Pacote de Comunicação de Dados)			1.070,35	
3.3.90.40.11	Impressão			82,68	
3.3.90.40.14	Tratamento de Dados			48.539,02	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			285,40	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			285,40	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			651,48	
3.3.90.47.10	taxas			651,48	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	20.581,37	0,00	20.581,37	0,00
4.4.90.30.00	Material de Consumo			259,87	
4.4.90.30.42	ferramentas			259,87	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			20.321,50	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos			1.010,50	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			1.679,00	
4.4.90.52.38	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina			230,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			5.802,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente			11.600,00	
04.006.15.452	Serviços Urbanos	474.056,88	67.500,00	541.556,88	109.227,51
04.006.15.452.02.000403	Manutenção da iluminação pública	474.056,88	67.500,00	541.556,88	109.227,51
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	433.056,88	0,00	433.056,88	43.958,92
3.3.90.30.00	Material de Consumo			6.994,27	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			6.994,27	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			341.001,59	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica			332.717,14	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			8.284,45	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			27.073,76	
3.3.90.47.10	taxas			27.073,76	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores			14.028,34	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

20/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			13.835,60	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores			192,74	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	0,00	67.500,00	67.500,00	24.268,59
3.3.93.30.00	Material de Consumo			18.174,16	
3.3.93.30.26	material elétrico e eletrônico			18.174,16	
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			25.067,25	
3.3.93.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			25.067,25	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	41.000,00	0,00	41.000,00	41.000,00
04007	Sec. de Serviços - Rurais	2.104.948,84	17.000,00	2.121.948,84	83.621,67
04007.15	Urbanismo				
04007.15.782	Transporte Rodoviário	2.104.948,84	17.000,00	2.121.948,84	83.621,67
04007.15.782.02.000405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural				
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	2.104.948,84	17.000,00	2.121.948,84	83.621,67
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	94.000,00	0,00	94.000,00	12.054,41
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	94.000,00	0,00	94.000,00	12.054,41
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			1.715,17	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação - em pecúnia			80.230,42	
04007.15.782.02.000407	Manutenção dos serviços na área rural	2.010.948,84	17.000,00	2.027.948,84	71.567,26
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.107.711,87	0,00	1.107.711,87	46.040,64
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			856.637,57	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			765.121,35	
3.1.90.11.43	13º salário			63.907,18	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			27.609,04	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			184.056,10	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			184.056,10	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			9.400,57	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			9.400,57	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

21/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			11.576,99	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			11.576,99	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	903.236,97	0,00	903.236,97	25.528,62
3.3.90.30.00	Material de Consumo			669.332,07	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			293.929,13	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			738,33	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			600,00	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			715,40	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			10.134,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			174.953,29	
3.3.90.30.42	ferramentas			1.315,40	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			2.026,50	
3.3.90.30.51	materiais para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo			204.920,02	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			174.243,97	
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos			18.895,80	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			5.995,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			409,87	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			136.245,40	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			0,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			11.937,90	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			760,00	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			12.285,39	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			7.970,16	
3.3.90.40.14	Tratamento de Dados			4.315,23	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			1.848,92	
3.3.90.47.10	taxas			1.848,92	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00

22/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				0,00
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica				0,00
4.5.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	17.000,00	17.000,00	0,00
4.5.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				17.000,00
4.5.90.52.52	veículos de tração mecânica				17.000,00
04008	Sec. de Serviços - Prédios Públicos	456.823,79	0,00	456.823,79	34.760,91
04008.15	Urbanismo	456.823,79	0,00	456.823,79	34.760,91
04008.15.451	Infra-Estrutura Urbana	456.823,79	0,00	456.823,79	34.760,91
04008.15.451.02.000404	Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
04008.15.451.02.000408	Manutenção e conservação de prédios públicos	426.823,79	0,00	426.823,79	4.760,91
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	426.306,85	0,00	426.306,85	4.760,91
3.3.90.30.00	Material de Consumo				59.411,14
3.3.90.30.04	gás engarrafado				268,00
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				109,25
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis				29.923,94
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				12.084,23
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				12.342,80
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos				699,70
3.3.90.30.42	ferramentas				2.762,32
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				294,00
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis				405,00
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				521,90
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				139.547,10
3.3.90.37.01	apoio administrativo, técnico e operacional				139.547,10
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				201.886,02

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

23/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Total	Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.				
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis					4.996,40	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos					4.390,00	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins					4.906,92	
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos					210,00	
3.3.90.39.36	multas indedutíveis					649,20	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica					118.742,33	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto					65.177,42	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento					400,00	
3.3.90.39.78	limpeza e conservação					0,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica					2.413,75	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica					3.106,80	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares					3.106,80	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas					17.594,88	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF					17.594,88	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	516,94	0,00		516,94	516,94	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente					516,94	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos					516,94	
04010	Convênios com Policiais e Bombeiros	882.187,67	0,00		882.187,67	611.998,94	280.188,73
04010.06	Segurança Pública	882.187,67	0,00		882.187,67	611.998,94	280.188,73
04010.06.181	Policamento	882.187,67	0,00		882.187,67	611.998,94	280.188,73
04010.06.181.02.000450	Manutenção do convênio rádio-patrulha	156.435,97	0,00		156.435,97	79.402,96	77.033,01
3.3.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	36.597,22	0,00		36.597,22	36.597,22	0,00
3.3.30.30.00	Material de Consumo					0,00	
3.3.30.30.05	explosivos e munições					0,00	
3.3.30.41.00	Contribuições					36.597,22	
3.3.30.41.01	despesa com manutenção de outras entidades de direito público					36.597,22	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	97.839,75	0,00		97.839,75	36.856,74	60.983,01

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

24/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			17.979,81	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			5.174,52	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			350,41	
3.3.90.30.16	material de expediente			359,79	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			505,90	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			343,69	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			1.010,03	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			393,39	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			192,69	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			15,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			194,80	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			9.079,19	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			159,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis			130,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			71,40	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			16.951,26	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			775,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			4.956,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			7.171,50	
3.3.90.39.69	seguros em geral			1.959,13	
3.3.90.39.81	serviços bancários			131,13	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			1.956,50	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.779,02	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			1.420,24	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)			358,78	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			146,65	
3.3.90.47.10	taxas			146,65	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

25/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas				16.050,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	21.999,00	0,00	21.999,00	5.949,00
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro				5.949,00
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				2.699,00
04010.06.181.02.000451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	152.394,48	0,00	152.394,48	3.250,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	132.394,48	0,00	132.394,48	121.852,93
3.3.90.30.00	Material de Consumo				105.969,08
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				59.557,46
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				300,00
3.3.90.30.16	material de expediente				14.016,58
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				847,50
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				8.978,00
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				5.507,96
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				319,75
3.3.90.30.42	ferramentas				29.523,07
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				64,60
3.3.90.33.02	passagens para o exterior				11.257,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				11.257,00
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis				31.612,05
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				1.750,00
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos				350,00
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				20,00
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				19.928,47
3.3.90.39.81	serviços bancários				3.000,00
3.3.90.39.89	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica				4.388,58
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica				2.175,00
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares				3.542,57
					1.897,46

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

26/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.40.11	Impressão			1.645,11	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas				4.116,15
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00	0,00	20.000,00	15.883,85
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				15.883,85
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				8.350,76
04010.06.181.02.000452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito	583.357,22	0,00	583.357,22	7.533,09
3.3.30.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	1,00	0,00	1,00	410.743,05
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	259.661,95	0,00	259.661,95	172.614,17
3.3.90.30.00	Material de Consumo				1,00
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				169.613,07
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				55.841,71
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				2.972,38
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				344,61
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				1.547,15
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis				0,00
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				9.737,06
3.3.90.30.27	material de manobra e patrulhamento				6.770,23
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				689,80
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto				356,00
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				0,00
3.3.90.30.42	ferramentas				140,00
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				9.657,13
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis				14,80
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				3.865,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				19.412,65
3.3.90.36.07	estagiários				334,90
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				6.753,33
					6.753,33
					11.099,42

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

271 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			355,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			225,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			1.953,75	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica			1.055,32	
3.3.90.39.69	seguros em geral			1.080,72	
3.3.90.39.81	serviços bancários			6.352,28	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			77,35	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica			95.771,96	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			1.228,42	
3.3.90.40.11	Impressão			100,00	
3.3.90.40.14	Tratamento de Dados			94.443,54	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			146,65	
3.3.90.47.10	taxas			146,65	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	323.694,27	0,00	323.694,27	82.564,29
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			241.129,98	
4.4.90.52.02	aeronaves			10.500,00	
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro			0,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			4.751,98	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			2.578,00	
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica			223.300,00	
06001	Fundo Municipal de Assistência Social	905.815,83	0,00	905.815,83	71.244,51
06001.08	Assistência Social	905.815,83	0,00	905.815,83	71.244,51
06001.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	32.401,15	0,00	32.401,15	0,00
06001.08.243.02.000605	Contribuição ao abrigo Frei Bruno	32.401,15	0,00	32.401,15	0,00
3.1.40.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	32.401,15	0,00	32.401,15	0,00
3.3.40.41.00	Contribuições			32.401,15	

28/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.40.41.01	despesa com manutenção de outras entidades de direito público			32.401,15	
06001.08.244	Assistência Comunitária	873.414,68	0,00	873.414,68	71.244,51
06001.08.244.02.000601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	84.889,90	0,00	84.889,90	89,91
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	84.889,90	0,00	84.889,90	89,91
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			12.560,48	
3.3.90.36.07	estagiários			12.560,48	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			11.706,12	
3.3.90.39.72	vale-transporte			1.400,55	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			10.305,57	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			60.533,39	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			60.533,39	
06001.08.244.02.000603	Manutenção do CPAS - Centro de Referência de Assistência Social	469.643,33	0,00	469.643,33	59.065,56
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	342.159,68	0,00	342.159,68	20.402,37
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			257.743,58	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			234.026,82	
3.1.90.11.43	13º salário			19.238,67	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			4.478,09	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			57.914,31	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			57.914,31	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			6.099,42	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			6.099,42	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	87.490,52	0,00	87.490,52	18.919,04
3.3.90.14.00	Diárias Civil			68.571,48	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			4.350,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			4.350,00	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			45.004,45	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			9.398,74	

29/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$		Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo			4.010,83
3.3.90.30.16	material de expediente			853,60
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			1.266,80
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem			48,00
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			936,30
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			1.445,36
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			1.989,56
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			7.049,93
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			2.043,50
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança			32,00
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto			200,00
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			3.089,86
3.3.90.30.42	ferramentas			66,50
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			175,00
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis			458,15
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			1.435,30
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios			69,80
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			1.365,50
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			270,00
3.3.90.33.05	locação de veículo para locomoção - pessoa jurídica			270,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			13.521,14
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			35,00
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis			1.711,80
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			60,00
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			1.864,74
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas			0,00
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			956,50

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

30/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			900,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			488,45	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			7.722,65	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)			0,00	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			3.733,35	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			783,35	
3.3.90.40.11	Impressão			2.950,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			257,24	
3.3.90.47.10	taxas			239,24	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			18,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	39.993,13	0,00	39.993,13	19.744,15
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			20.248,98	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			8.000,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			384,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			11.864,98	
06001.08.244.02.000604	Concessão de benefícios eventuais	16.434,10	0,00	16.434,10	1.814,97
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	16.434,10	0,00	16.434,10	1.814,97
3.3.90.30.00	Material de Consumo			126,40	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			126,40	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			7.702,73	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios			6.919,13	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			783,60	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			6.790,00	
3.3.90.39.53	serviços de assistência social			6.790,00	
06001.08.244.02.000606	Manutenção da Assistência Social	302.447,35	0,00	302.447,35	10.274,07
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	289.839,60	0,00	289.839,60	10.274,07
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			214.591,90	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

31 / 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			192.472,91	
3.1.90.11.43	13º salário			17.500,47	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			4.618,52	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			51.941,04	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			51.941,04	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			5.630,53	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			5.630,53	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			7.402,06	
3.1.90.94.99	diversas indenizações e restituições trabalhistas			0,00	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			7.402,06	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	12.607,75	0,00	12.607,75	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil			200,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			200,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			2.168,21	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			66,57	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			70,36	
3.3.90.30.16	material de expediente			30,00	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			0,00	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			423,18	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			0,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			1.578,10	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			690,00	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			690,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			300,00	
3.3.90.36.21	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas			300,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			2.647,01	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			1.015,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

32/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			1.172,01	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			27,50	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			200,00	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais			22,50	
3.3.90.39.69	seguros em geral			210,00	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			6.542,53	
3.3.90.40.06	Suporte a Usuários de TIC			6.149,70	
3.3.90.40.11	Impressão			392,83	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			60,00	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			60,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
06002	Fundo Municipal do Idoso	69.591,73	0,00	69.591,73	64.039,17
06002.08	Assistência Social	69.591,73	0,00	69.591,73	64.039,17
06002.08.241	Assistência ao Idoso	69.591,73	0,00	69.591,73	64.039,17
06002.08.241.02.000610	Administração e execução do Fundo do Idoso	69.591,73	0,00	69.591,73	64.039,17
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1,00	0,00	1,00	1,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.017,80	0,00	18.017,80	18.016,80
3.3.50.41.00	Contribuições			18.016,80	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			18.016,80	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	51.571,93	0,00	51.571,93	46.022,37
3.3.90.14.00	Diárias Civil			800,00	
3.3.90.14.14	diárias no país — civil			800,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			23.687,82	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			100,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			21.739,45	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			160,00	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			1.578,47	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

33/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			90,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			19,90	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			21.534,55	
3.3.90.39.10	locação de imóveis			7.710,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			9.427,50	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			2.400,00	
3.3.90.39.80	hospedagens			1.032,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			985,05	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1,00	0,00	1,00	1,00
06003	Conselho Tutelar	153.147,69	0,00	153.147,69	22.055,84
06003.08	Assistência Social	153.147,69	0,00	153.147,69	22.055,84
06003.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	153.147,69	0,00	153.147,69	22.055,84
06003.08.243.02.000620	Manutenção do Conselho Tutelar	153.147,69	0,00	153.147,69	22.055,84
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	145.437,77	0,00	145.437,77	22.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			102.864,87	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			94.816,03	
3.1.90.11.43	13º salário			8.048,84	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			20.572,90	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			20.572,90	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	7.709,92	0,00	7.709,92	55,84
3.3.90.30.00	Material de Consumo			2.816,88	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			1.394,33	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			1.058,55	
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis			364,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			3.699,92	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			105,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			816,74	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

34/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins			362,09	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			945,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			226,15	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			1.244,94	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.017,66	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			95,67	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)			699,91	
3.3.90.40.11	Impressão			222,08	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			119,62	
3.3.90.47.10	taxas			119,62	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
06004	Fundo da Infância e Adolescente - FIA	8.114,16	0,00	8.114,16	4.044,98
06004.08	Assistência Social	8.114,16	0,00	8.114,16	4.044,98
06004.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	8.114,16	0,00	8.114,16	4.044,98
06004.08.243.02.000630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência	8.114,16	0,00	8.114,16	4.044,98
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	8.114,16	0,00	8.114,16	4.044,98
3.3.90.30.00	Material de Consumo			114,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			64,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			50,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			600,00	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			600,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			3.355,18	
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis			250,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			295,18	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			1.500,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			990,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			320,00	

35/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Total	Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.				
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
06005	Fundo Municipal de Habitação	553,20	0,00		553,20	553,20	0,00
06005.16	Habitação	553,20	0,00		553,20	553,20	0,00
06005.16.122	Administração Geral	553,20	0,00		553,20	553,20	0,00
06005.16.122.02.000640	Administração e execução do Fundo de Habitação	553,20	0,00		553,20	553,20	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	553,20	0,00		553,20	553,20	0,00
3.3.90.32.99	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita					553,20	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
06005.16.481	Habitação Rural	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
06005.16.481.01.000641	Produção de unidades habitacionais	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
06005.16.482	Habitação Urbana	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
06005.16.482.02.000641	Programa Construir	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
07001	Educação	7.638.995,37	0,00		7.638.995,37	7.464.993,92	174.001,45
07001.12	Educação	7.638.995,37	0,00		7.638.995,37	7.464.993,92	174.001,45
07001.12.306	Alimentação e Nutrição	511.950,87	0,00		511.950,87	472.023,68	39.927,19
07001.12.306.02.000704	Manutenção da merenda escolar - Creche	118.802,39	0,00		118.802,39	115.792,31	3.010,08
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	48.285,79	0,00		48.285,79	45.285,79	3.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)					37.547,96	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários					34.658,60	
3.1.90.11.43	13º salário					2.889,36	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais					7.629,41	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

36/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			7.629,41	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			88,42	88,42
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis - pessoal civil			88,42	88,42
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	70.536,60	0,00	70.536,60	10,08
3.3.90.30.00	Material de Consumo			70.526,52	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			2.632,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			67.892,53	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			31,99	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07001.12.306.02.000705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	88.978,22	0,00	88.978,22	-3.520,73
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	33.339,31	0,00	33.339,31	-3.600,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			30.344,29	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			27.883,30	
3.1.90.11.43	13º salário			2.460,99	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			6.518,67	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			6.518,67	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			76,35	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis - pessoal civil			76,35	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	55.638,91	0,00	55.638,91	79,27
3.3.90.30.00	Material de Consumo			55.559,64	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			3.619,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			50.819,74	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			1.110,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			10,90	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07001.12.306.02.000705	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	304.170,26	0,00	304.170,26	40.437,84
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	198.159,12	0,00	157.741,66	40.417,46

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

371 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				130.357,13
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				116.386,28
3.1.90.11.43	13º salário				9.640,97
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil				4.329,88
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				27.267,91
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				27.267,91
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)				116,62
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil				116,62
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas				0,00
3.1.90.94.99	diversas indenizações e restituições trabalhistas				0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	106.011,14	0,00	106.011,14	105.990,76
3.3.90.30.00	Material de Consumo				105.990,76
3.3.90.30.04	gás engarrafado				2.778,00
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				102.520,98
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				691,78
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07001.12.361	Ensino Fundamental				
07001.12.361.02.000703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental	4.147.075,18	0,00	4.147.075,18	4.139.983,69
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	390.816,10	0,00	390.816,10	454.791,58
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	390.816,10	0,00	390.816,10	454.791,58
3.3.90.36.07	estagiários				149.715,64
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				51.088,29
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial				300,00
3.3.90.39.72	vale-transporte				5.123,95
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				45.644,34
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação				254.007,65
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia				254.007,65

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

38/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
07001.12.361.02.000711	Manutenção da Educação - Fundamental	2.948.862,93	0,00	2.948.862,93	4.759,54
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas				
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.219.194,59	0,00	2.219.194,59	4.625,27
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			1.770.674,80	
3.1.90.11.43	13º salário			1.563.870,60	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			134.894,26	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			71.909,94	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			392.306,66	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			392.306,66	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis - pessoal civil			7.913,61	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			7.913,61	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			43.674,25	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	397.031,53	0,00	397.031,53	134,27
3.3.90.14.00	Diárias Civil			2.390,00	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil			2.390,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			90.158,82	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			340,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			3.233,19	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo			68,70	
3.3.90.30.16	material de expediente			7.666,24	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			108,00	
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem			89,25	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			1.241,31	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			5.710,24	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			13.544,37	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			41.227,03	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			276,80	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

39/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$		Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico		6.360,16	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança		1.235,20	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto		398,00	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos		145,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos		3.123,80	
3.3.90.30.42	ferramentas		308,78	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins		396,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis		4.087,60	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo		619,15	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras		538,20	
3.3.90.31.04	premiações desportivas		538,20	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		18.053,30	
3.3.90.32.01	livros didáticos		17.144,32	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		908,98	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		244,00	
3.3.90.33.01	passagens para o país		244,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		255.556,26	
3.3.90.39.12	locação de máquinas e equipamentos		3.500,00	
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		2.146,42	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos		360,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis		2.140,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		870,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		856,00	
3.3.90.39.23	festividades e homenagens		790,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		456,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica		9.880,09	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto		5.633,36	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

40/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			11.525,00	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			2.800,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			20.888,14	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais			168,00	
3.3.90.39.65	serviços de apoio ao ensino			178.880,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			705,45	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			12.853,03	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integram Pacote de Comunicação De Dados)			1.114,77	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			28.939,82	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			5.320,92	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			4.803,35	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integram Pacote de Comunicação de Dados)			708,03	
3.3.90.40.06	Suporte a Usuários de Tlc			4.472,64	
3.3.90.40.11	Impressão			13.634,88	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			1.016,86	
3.3.90.47.10	taxas			1.016,86	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		0,00	332.636,81	0,00
4.4.90.30.00	Material de Consumo	332.636,81		332.636,81	
4.4.90.30.17	material de processamento de dados			82.795,58	
4.4.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			0,00	
4.4.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			40,00	
4.4.90.30.26	material elétrico e eletrônico			78.310,14	
4.4.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos			3.483,64	
4.4.90.30.42	ferramentas			647,50	
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			314,30	
4.4.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins			5.749,96	
4.4.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			0,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

41/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
4.4.90.51.00	Obras e instalações			58.908,75	
4.4.90.51.91	obras em andamento			45.968,75	
4.4.90.51.98	obras contratadas			12.950,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			185.182,52	
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação			1.688,00	
4.4.90.52.10	aparelhos e equipamentos para esportes e diversões			250,00	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos			11.739,34	
4.4.90.52.24	equipamentos de proteção, segurança e socorro			3.032,87	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto			23.800,00	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			26.640,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			87.883,97	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			24.733,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente			5.405,34	
07001.12.361.02.000712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	807.396,15	0,00	807.396,15	66.327,43
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	131.905,37	0,00	131.905,37	0,00
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado			23.174,16	
3.1.90.04.01	professores substitutos			23.174,16	
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			82.002,91	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			69.910,16	
3.1.90.11.43	13º salário			7.588,58	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			4.524,17	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			21.979,94	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			21.979,94	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			2.260,67	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis - pessoal civil			2.260,67	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			2.487,69	
3.1.90.94.99	diversas indenizações e restituições trabalhistas			0,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

42/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			2.487,69	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		0,00	675.490,78	66.327,43
3.3.90.30.00	Material de Consumo	675.490,78		82.434,29	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			37.629,56	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			70,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			44.734,73	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			10.200,38	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			10.200,38	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			503.319,20	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			5.340,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			1.140,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			19.033,61	
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar			468.795,64	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			720,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			13.289,95	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.911,00	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			1.911,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			6.298,48	
3.3.90.47.10	taxas			6.298,48	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07001.12.363	Ensino Profissional	94.770,93	0,00	94.770,93	9.300,00
07001.12.363.02.000721	Manutenção do ensino profissionalizante	94.770,93	0,00	94.770,93	9.300,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	2.030,00	0,00	2.030,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			2.030,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			2.030,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	92.740,93	0,00	92.740,93	9.300,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

43/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			332,00	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			332,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			40.294,34	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			40.294,34	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			36.829,33	
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar			2.296,00	
3.3.90.39.65	serviços de apoio ao ensino			34.533,33	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			0,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições			5.985,26	
3.3.90.93.02	restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas			0,00	0,00
07001.12.364	Ensino Superior	63.561,87	0,00	63.561,87	0,00
07001.12.364.02.000720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	63.561,87	0,00	63.561,87	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	63.561,87	0,00	63.561,87	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			63.561,87	
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar			63.561,87	
07001.12.365	Educação Infantil	2.753.008,52	0,00	2.753.008,52	117.662,77
07001.12.365.02.000701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	344.116,77	0,00	344.116,77	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	344.116,77	0,00	344.116,77	0,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			186.248,79	
3.3.90.36.07	estagiários			186.248,79	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			20.530,66	
3.3.90.39.72	vale-transporte			417,81	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			20.112,85	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			137.337,32	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			137.337,32	
07001.12.365.02.000702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré-Escolar	127.629,27	0,00	127.629,27	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

44/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	127.629,27	0,00	127.629,27	0,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			65.398,85	
3.3.90.36.07	estagiários			65.398,85	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			11.931,59	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			11.931,59	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			50.298,83	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			50.298,83	
07001.12.365.02.000708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)	262.776,30	0,00	262.776,30	15.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	262.776,30	0,00	262.776,30	15.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			202.503,51	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			182.041,16	
3.1.90.11.43	13º salário			15.022,14	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			5.440,21	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			44.945,95	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			44.945,95	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			326,84	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			326,84	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07001.12.365.02.000709	Manutenção da Educação - Creche	1.302.098,90	0,00	1.302.098,90	79.861,32
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.159.955,26	0,00	1.159.955,26	79.813,57
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			869.015,09	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			776.415,14	
3.1.90.11.43	13º salário			68.163,21	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			24.436,74	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			187.583,33	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			187.583,33	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

45/ 66

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			2.832,47	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			2.832,47	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			20.710,80	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			20.710,80	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	130.584,65	0,00	130.584,65	477,5
3.3.90.14.00	Diárias Civil			1.200,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			1.200,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			52.694,36	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			11.480,54	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			211,72	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo			9.388,07	
3.3.90.30.16	material de expediente			1.695,00	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			90,00	
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho			178,50	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			943,52	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			15.649,60	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			2.411,08	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			904,06	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			890,83	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			3.860,74	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança			36,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			507,20	
3.3.90.30.48	bens móveis não aliváveis			4.308,50	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			139,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			279,30	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios			279,30	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			246,00	

46/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.33.01	passagem para o país			246,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			74.268,33	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			210,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens móveis			9.679,54	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			1.845,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			160,70	
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas			6.740,00	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins			320,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica			43.599,58	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto			10.232,74	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			200,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			305,88	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integram Pacote de Comunicação De Dados)			974,89	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.848,91	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			1.044,35	
3.3.90.40.11	Impressão			804,56	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.558,99	0,00	11.558,99	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			11.558,99	
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação			1.698,00	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos			2.139,99	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto			1.740,00	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			575,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			5.406,00	
07001.12.365.02.000710	Manutenção da Educação - Pré escola	716.387,28	0,00	716.387,28	22.801,45
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	552.942,10	0,00	552.942,10	17.751,84
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado			94.017,69	
3.1.90.04.01	professores substitutos			94.017,69	

471 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			334.169,38	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			287.845,27	
3.1.90.11.43	13º salário			33.400,46	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			12.923,65	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			93.769,26	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			93.769,26	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			276,18	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			276,18	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			12.957,75	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			12.957,75	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	153.503,18	0,00	153.503,18	5.049,61
3.3.90.14.00	Diárias Civil			2.660,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			2.660,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			41.749,95	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			1.992,30	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo			46,14	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			817,80	
3.3.90.30.16	material de expediente			9.185,18	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			0,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			902,11	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			10.154,02	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			2.503,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			6.720,60	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			6.690,20	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			2.453,60	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			260,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			45,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

48/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$		Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			1.474,40
3.3.90.31.02	premiações artísticas		99,90	99,90
3.3.90.31.03	premiações científicas		1.374,50	1.374,50
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita		25.947,05	25.947,05
3.3.90.32.01	livros didáticos		9.483,84	9.483,84
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios		1.386,71	1.386,71
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita		15.064,50	15.064,50
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		640,00	640,00
3.3.90.33.01	passagens para o país		640,00	640,00
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra		24.441,64	24.441,64
3.3.90.37.02	limpeza e conservação		24.441,64	24.441,64
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		35.801,30	35.801,30
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis		3.853,71	3.853,71
3.3.90.39.15	limpeza de veículos		105,00	105,00
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		2.549,24	2.549,24
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos		1.605,45	1.605,45
3.3.90.39.23	festividades e homenagens		1.980,00	1.980,00
3.3.90.39.27	locação de veículos para locomoção		210,00	210,00
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação		1.096,58	1.096,58
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento		9.561,19	9.561,19
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial		400,00	400,00
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto		7.585,14	7.585,14
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		6.852,99	6.852,99
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica		15.739,23	15.739,23
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados		1.044,35	1.044,35
3.3.90.40.06	Suporte a Usuários de TIC		8.135,64	8.135,64
3.3.90.40.11	Impressão		6.559,24	6.559,24

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

49/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	9.942,00	0,00	9.942,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			9.942,00	
4.4.90.52.06	aparelhos e equipamentos de comunicação			6.792,00	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			3.150,00	
07001.12.367	Educação Especial	68.628,00	0,00	68.628,00	0,00
07001.12.367.02.000722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	68.628,00	0,00	68.628,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	68.628,00	0,00	68.628,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			68.628,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			68.628,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			0,00	
3.3.90.39.65	serviços de apoio ao ensino			0,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			0,00	
07002	Esportes	414.564,05	36.000,00	450.564,05	35.044,10
07002.27	Desporto e Lazer	414.564,05	36.000,00	450.564,05	35.044,10
07002.27.812	Desporto Comunitário	414.564,05	36.000,00	450.564,05	35.044,10
07002.27.812.02.000730	Manutenção da Diretoria de Esportes	414.564,05	36.000,00	450.564,05	35.044,10
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	193.337,49	0,00	193.337,49	25.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			122.931,43	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			116.086,03	
3.1.90.11.43	13º salário			5.602,73	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			1.242,67	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			16.163,56	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			16.163,56	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			29.242,50	
3.1.90.94.99	diversas indenizações e restituições trabalhistas			29.242,50	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

50/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			36.000,00	36.000,00
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			36.000,00	36.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	221.226,56	0,00	221.226,56	211.182,46
3.3.90.14.00	Diárias Civil			1.300,00	1.300,00
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			1.300,00	1.300,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo			23.449,01	23.449,01
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			3.919,13	3.919,13
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			1.523,92	1.523,92
3.3.90.30.09	material farmacológico			172,17	172,17
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo			10.980,40	10.980,40
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			19,20	19,20
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			2.274,60	2.274,60
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			1.616,50	1.616,50
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			603,13	603,13
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			2.236,96	2.236,96
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			103,00	103,00
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			9.574,58	9.574,58
3.3.90.31.04	premiações desportivas			9.574,58	9.574,58
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			2.500,00	2.500,00
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física			2.500,00	2.500,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			125.986,39	125.986,39
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis			7.429,00	7.429,00
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			245,00	245,00
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis			600,00	600,00
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			2.191,20	2.191,20
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			31.101,23	31.101,23

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

51/ 66

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			180,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			1.200,00	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais			76,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			1.853,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			80.867,25	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integram Pacote de Comunicação De Dados)			243,71	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.132,28	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			773,50	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integram Pacote de Comunicação de Dados)			358,78	
3.3.90.41.00	Contribuições			0,00	
3.3.90.41.01	despesa com manutenção de outras entidades de direito público			0,00	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			11.474,82	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			11.474,82	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			730,00	
3.3.90.47.10	taxas			230,00	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			500,00	
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			35.035,38	
3.3.90.48.01	auxílio financeiro a pessoas físicas			35.035,38	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07003	Cultura	42.762,79	0,00	42.762,79	0,00
07003.13	Cultura	42.762,79	0,00	42.762,79	0,00
07003.13.392	Difusão Cultural	42.762,79	0,00	42.762,79	0,00
07003.13.392.02.000740	Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória	42.762,79	0,00	42.762,79	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	42.762,79	0,00	42.762,79	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo			11.308,03	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			166,00	

52/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			60,00	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			225,40	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			178,10	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos			3.133,27	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			87,58	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos			166,90	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			230,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não atreláveis			225,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			6.835,78	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			928,00	
3.3.90.31.01	premiações culturais			928,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			300,00	
3.3.90.36.38	confecção de uniformes, bandeirolas e flâmulas			120,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física			180,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			29.575,47	
3.3.90.39.10	locação de imóveis			2.500,00	
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis			10.954,78	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			350,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			252,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			14.389,28	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			1.129,41	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			651,29	
3.3.90.47.10	taxas			615,29	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			36,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
07004	Fundo Municipal da Cultura	70.124,58	0,00	70.124,58	0,00
07004.13	Cultura	70.124,58	0,00	70.124,58	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

53/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
07004.13.392	Difusão Cultural	70.124,58	0,00	70.124,58	0,00
07004.13.392.02.000750	Administração e execução do Fundo da Cultura	70.124,58	0,00	70.124,58	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	69.560,00	0,00	69.560,00	0,00
3.3.50.41.00	Contribuições			59.945,00	
3.3.50.41.01	despesa com manutenção de outras entidades de direito público			0,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			59.945,00	
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais			9.615,00	
3.3.50.43.99	outras subvenções sociais			9.615,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	564,58	0,00	564,58	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil			100,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			100,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			464,58	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			464,58	
4.4.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
99099	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
99099.99	Reserva Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
99099.99.999	Reserva Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
99099.99.999.09.000999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.99.00.00	A Definir (ou Res.Contingência)	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da Unidade Gestora	20.883.279,42	150.360,00	20.833.629,42	1.296.716,72

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Luzerna

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
05001	Fundo Municipal de Saúde	5.540.830,42	0,00	5.540.830,42	216.618,25
05001.10	Saúde	5.540.830,42	0,00	5.540.830,42	216.618,25

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

54/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
05001.10.301	Atenção Básica	5.156.244,44	0,00	5.156.244,44	192.685,95
05001.10.301.02.000501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	360.266,96	0,00	360.266,96	-34.851,66
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	360.266,96	0,00	360.266,96	-34.851,66
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				
3.3.90.36.07	estagiários			89.533,65	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			89.533,65	
3.3.90.39.72	vale-transporte			36.185,96	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			1.509,95	
3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação			34.676,01	
3.3.90.46.01	auxílio-alimentação em pecúnia			269.399,01	
05001.10.301.02.000502	Manutenção do bloco de Atenção Básica	3.609.988,04	0,00	3.609.988,04	-11.761,01
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.449.857,14	0,00	2.449.857,14	-22.553,66
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			1.946.735,23	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			1.646.592,63	
3.1.90.11.43	13º salário			142.457,92	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			157.684,68	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			404.446,43	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			404.446,43	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			73.741,62	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			73.741,62	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			47.487,52	
3.1.90.94.99	diversas indenizações e restituições trabalhistas			0,00	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			47.487,52	
3.3.40.00.00	Transferências a Municípios	131.799,01	0,00	131.799,01	0,03
3.3.40.41.00	Contribuições			131.798,98	
3.3.40.41.01	despesa com manutenção de outras entidades de direito público			131.798,98	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

55/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	903.441,06	0,00	903.441,06	-5.791,24
3.3.90.14.00	Díárias Civil			550,00	
3.3.90.14.14	díárias no país – civil			550,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			132.044,87	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			14.637,34	
3.3.90.30.04	gás engarrafado			4.091,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			4.997,61	
3.3.90.30.10	material odontológico			5.774,54	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo			3.229,51	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			35,40	
3.3.90.30.16	material de expediente			7.135,09	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			2.363,05	
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem			6.349,22	
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho			41,80	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			3.810,53	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			8.870,73	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens móveis			1.706,16	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			1.275,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			6.659,27	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança			64,00	
3.3.90.30.36	material hospitalar			54.864,62	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			3.251,80	
3.3.90.30.42	ferramentas			30,90	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			827,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não atreláveis			1.415,98	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			614,32	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			106.953,32	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

56/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios			11.774,33	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			95.178,99	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização			126.052,00	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)			126.052,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			94.964,34	
3.3.90.36.30	serviços médicos e odontológicos			94.964,34	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			364.624,70	
3.3.90.39.14	locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis			1.109,00	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			2.150,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis			800,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			13.461,14	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			2.233,60	
3.3.90.39.23	festividades e homenagens			380,00	
3.3.90.39.24	serviços de confecção, manutenção e instalação de sinalização visual e afins			814,00	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins			1.266,57	
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos			24.352,32	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			697,03	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica			31.418,21	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto			3.946,02	
3.3.90.39.46	serviços domésticos			2.562,50	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			280,00	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			272.993,50	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais			47,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			3.344,45	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal			165,20	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			2.894,16	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)			0,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

571/66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica			52.580,16	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			30.918,97	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			6.892,25	
3.3.90.40.06	Suporte a Usuários de TIC			9.226,62	
3.3.90.40.11	Impressão			5.542,32	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			29.529,63	
3.3.90.47.06	imposto sobre produtos industrializados - IPI			73,34	
3.3.90.47.10	taxas			385,89	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			29.070,40	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores			1.933,28	
3.3.90.92.37	Locação de mão-de-obra			1.933,28	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	124.870,83	0,00	124.870,83	16.583,86
4.4.90.51.00	Obras e Instalações			5.235,66	
4.4.90.51.07	reforma			5.235,66	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			103.051,31	
4.4.90.52.04	aparelhos de medição e orientação			0,00	
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar			19.944,43	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos			1.299,99	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto			4.664,60	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos			4.470,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			15.584,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			12.938,29	
4.4.90.52.52	veículos de tração mecânica			44.150,00	
05001.10.301.02.000503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	269.100,02	0,00	269.100,02	108.479,25
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	15.300,00	0,00	15.300,00	0,00
3.1.71.70.00	Ratificação pela Participação em Consórcio Público			15.300,00	
3.1.71.70.01	Participação em Consórcio Público			15.300,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

58/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	5.100,00	0,00	5.100,00	0,00
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			5.100,00	
3.3.71.70.01	Participação em Consórcio Público			5.100,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	115.017,19	0,00	115.017,19	96.822,93
3.3.90.30.00	Material de Consumo			1.770,40	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			301,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			232,50	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			1.236,90	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			1.160,00	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			1.160,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			400,00	
3.3.90.36.30	serviços médicos e odontológicos			400,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			14.863,88	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			266,00	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			14.597,88	
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais			0,00	
3.3.90.91.99	outras sentenças judiciais			0,00	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Órgãos: Fiscal e da Segur	133.682,83	0,00	133.682,83	9.656,32
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			124.026,51	
3.3.93.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			124.026,51	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
05001.10.301.02.000504	Manutenção do bloco da Atenção Básica	293.762,92	0,00	293.762,92	23.071,79
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	247.551,55	0,00	247.551,55	15.213,43
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			182.923,13	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			166.611,73	
3.1.90.11.43	13º salário			13.731,00	

59/ 66

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			2.580,40	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			39.633,91	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			39.633,91	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			66,40	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			66,40	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			9.714,68	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			9.714,68	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.871,57	0,00	25.871,57	5.938,46
3.3.90.14.00	Diárias Civil			12.005,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			12.005,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			2.875,31	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			1.987,64	
3.3.90.30.16	material de expediente			510,12	
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho			37,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			280,75	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			59,80	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			2.881,47	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			54,00	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			0,00	
3.3.90.39.81	serviços bancários			2.827,47	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			2.171,33	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa e Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)			2.171,33	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	20.339,80	0,00	20.339,80	1.919,90
4.4.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			16.500,00	
4.4.90.40.02	Desenvolvimento e Manutenção de Software			16.500,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			1.919,90	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral			1.919,90	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

60/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
05001.10.301.02.000506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	623.146,50	0,00	623.146,50	109.747,58
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	267.982,63	0,00	267.982,63	254.987,97
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			203.425,81	12.974,66
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			187.071,96	
3.1.90.11.43	13º salário			15.976,22	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			377,63	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			47.342,55	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			47.342,55	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			2.040,37	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis - pessoal civil			2.040,37	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			2.179,24	
3.1.90.94.07	indenização por demissão de servidor ou empregado			2.179,24	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	263.746,82	0,00	263.746,82	5.335,87
3.3.90.30.00	Material de Consumo			248.097,05	
3.3.90.30.09	material farmacológico			246.153,55	
3.3.90.30.16	material de expediente			0,00	
3.3.90.30.36	material hospitalar			1.845,00	
3.3.90.30.48	bens móveis não ativáveis			98,50	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra			10.200,00	
3.3.90.37.01	apoio administrativo, técnico e operacional			10.200,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			113,90	
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos			113,90	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	91.437,05	0,00	91.437,05	91.437,05
05001.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	281.893,60	0,00	281.893,60	11.384,56
05001.10.302.02.000507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	107.382,34	0,00	107.382,34	11.382,64
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	107.382,34	0,00	107.382,34	11.382,64
3.3.90.30.00	Material de Consumo			53.708,35	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

61/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.09	material farmacológico			53.708,35	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			41.175,96	
3.3.90.32.02	medicamentos			41.175,96	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores			1.135,39	
3.3.90.92.32	material de distribuição gratuita			1.135,39	
09001.10.302.02.000509	Tratamento fora de domicílio - TFD	174.511,26	0,00	174.511,26	21,92
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas			174.489,34	
3.3.90.14.00	Diárias Civil	174.511,26	0,00	174.511,26	21,92
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			2.400,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			116.351,12	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			91.994,84	
3.3.90.30.20	material de cama, mesa e banho			399,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos			23.747,28	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			210,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita			1.150,00	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita			1.150,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			159,00	
3.3.90.33.03	taxas de embarque, seguro, frete e pedágio			57,00	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção			102,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			50.584,47	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			5.855,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos			12.169,49	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			25.994,62	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			380,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral			3.823,86	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			2.361,50	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.540,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

62/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			1.540,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			2.304,75	
3.3.90.47.10	taxas			2.304,75	
05001.10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.560,00	0,00	1.560,00	0,00
05001.10.303.02.000510	Exames complementares	1.560,00	0,00	1.560,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.560,00	0,00	1.560,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			1.560,00	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial			1.560,00	
05001.10.304	Vigilância Sanitária	101.132,38	0,00	101.132,38	12.547,74
05001.10.304.02.000505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	100.746,38	0,00	100.746,38	12.547,74
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	95.473,09	0,00	95.473,09	12.547,74
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			65.215,57	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			59.109,65	
3.1.90.11.43	13º salário			5.169,17	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil			936,75	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			17.619,49	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			17.619,49	
3.1.90.16.00	Outras Despesas Variáveis (Pessoal Civil)			90,29	
3.1.90.16.01	outras despesas variáveis – pessoal civil			90,29	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.273,29	0,00	5.273,29	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo			1.307,95	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos			850,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			148,00	
3.3.90.30.11	material químico			190,00	
3.3.90.30.16	material de expediente			85,00	
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem			14,25	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			20,70	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

63/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			2.506,97	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos			105,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			1.795,82	
3.3.90.39.69	seguros em geral			606,15	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			1.338,75	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			385,00	
3.3.90.40.11	Impressão			953,75	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			119,82	
3.3.90.47.10	taxas			119,82	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
05001.10.304.02.000511	Bem-Estar Animal	386,00	0,00	386,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	386,00	0,00	386,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			386,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoas jurídicas			386,00	
05001.10.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
05001.10.306.02.000508	Alimentação e nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Unidade Gestora		5.540.830,42	0,00	5.540.830,42	216.618,25

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Luzerna

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
01001	Câmara Municipal de Vereadores				
01001.01	Legislativa	684.000,00	0,00	684.000,00	89.700,50
01001.01.031	Ação Legislativa	684.000,00	0,00	684.000,00	89.700,50
01001.01.031.02.000101	Manutenção da Câmara de Vereadores	684.000,00	0,00	684.000,00	89.700,50
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	535.000,00	0,00	535.000,00	30.818,86

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

64/ 66

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orcam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoa Civil)			417.349,96	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			377.514,64	
3.1.90.11.37	gratificação por tempo de serviço			3.761,28	
3.1.90.11.43	13º salário			34.081,42	
3.1.90.11.45	férias - abono constitucional			1.992,62	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			86.831,18	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS			86.831,18	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	130.000,00	0,00	130.000,00	45.583,64
3.3.90.14.00	Diárias Civil			9.275,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil			9.275,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			2.815,30	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			690,00	
3.3.90.30.16	material de expediente			244,30	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			1.601,00	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			140,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo			140,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			5.162,42	
3.3.90.33.01	passagens para o país			5.162,42	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			400,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física			400,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			39.589,94	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			285,00	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral			318,75	
3.3.90.39.72	vale-transporte			825,00	
3.3.90.39.81	serviços bancários			719,14	
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda			33.855,08	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica			2.435,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/20 - 02:54

65/ 66



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de LUZERNA
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.38.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integram Pacote de Comunicação De Dados)			1.131,97	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica			27.183,70	
3.3.90.40.01	Locação de Equipamentos e Softwares			25.485,70	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados			1.140,00	
3.3.90.40.08	Serviços Técnicos Profissionais de Tlc			568,00	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Órgãos, Fiscal e da Segurid	7.000,00	0,00	7.000,00	3.976,00
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			3.024,00	
3.3.93.39.90	serviços de publicidade legal			3.024,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	9.322,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			2.678,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados			2.678,00	
	Total da Unidade Gestora	684.000,00	0,00	684.000,00	89.700,50
	Total Geral	26.908.109,84	150.350,00	27.058.459,84	1.603.035,47

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação N° 2379846


BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	22.730.000,00	24.856.588,22	24.757.565,40	-99.022,82
Receitas Correntes (I)	22.685.760,00	24.453.790,76	24.251.980,49	-201.810,27
Receita Tributária	2.646.680,00	2.646.680,00	2.939.158,39	292.478,39
Receitas de Contribuições	550.000,00	550.000,00	543.310,85	-6.689,15
Receita Patrimonial	207.465,00	207.465,00	155.278,83	-52.186,17
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	30.005,00	30.005,00	66.227,20	36.222,20
Transferências Correntes	18.727.740,00	20.338.770,76	19.657.413,56	-681.357,20
Outras Receitas Correntes	523.870,00	680.870,00	890.591,66	209.721,66
Receitas de Capital (II)	44.240,00	402.797,46	505.584,91	102.787,45
Operações de Crédito	0,00	226.269,00	149.303,75	-76.965,25
Alienação de Bens	43.210,00	48.296,89	32.061,90	-16.234,99
Amortização de Empréstimos	1.030,00	1.030,00	37.998,27	36.968,27
Transferências de Capital	0,00	127.201,57	286.220,99	159.019,42
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	22.730.000,00	24.856.588,22	24.757.565,40	-99.022,82
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	22.730.000,00	24.856.588,22	24.757.565,40	-99.022,82
DÉFICIT (VII)			697.858,97	697.858,97
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	22.730.000,00	24.856.588,22	25.455.424,37	598.836,15
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		1.629.913,11		
Reabertura de créditos adicionais		0,00		

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/2020 - 02:55

1



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de LUZERNA
Competência: 06/2019

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	22.707.000,00	26.666.501,33	25.455.424,37	25.083.790,75	24.431.472,13	1.211.076,96
Despesas Correntes (IX)	21.616.557,50	25.217.003,40	24.290.623,64	23.942.311,92	23.355.993,30	926.379,76
Pessoal e Encargos Sociais	12.270.154,00	12.822.572,32	12.543.042,32	12.543.042,32	12.398.969,46	279.530,00
Juros e Encargos da Dívida	12.000,00	19.350,53	19.266,78	19.266,78	19.266,78	83,75
Outras Despesas Correntes	9.334.403,50	12.375.080,55	11.728.314,54	11.380.002,82	10.937.757,06	646.766,01
Despesas de Capital (X)	1.090.442,50	1.449.497,93	1.164.800,73	1.141.478,83	1.075.478,83	284.697,20
Investimentos	945.442,50	1.284.098,46	999.401,26	976.079,36	910.079,36	284.697,20
Inversões Financeiras	0,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	145.000,00	148.399,47	148.399,47	148.399,47	148.399,47	0,00
Reserva de Contingência (XI)	23.000,00	0,00				0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	22.730.000,00	26.666.501,33	25.455.424,37	25.083.790,75	24.431.472,13	1.211.076,96
Superávit (XIV)						
TOTAL (XV = XIII + XIV)	22.730.000,00	26.666.501,33	25.455.424,37	25.083.790,75	24.431.472,13	1.211.076,96
Reserva do RPPS	0,00	0,00				0,00

(*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento

**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00



EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	424,00	209.016,28	130.586,90	130.586,90	73.803,38	5.050,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	424,00	209.016,28	130.586,90	130.586,90	73.803,38	5.050,00
Despesas de Capital	2.167,98	291.005,76	290.680,22	290.680,22	2.493,52	0,00
Investimentos	2.167,98	291.005,76	290.680,22	290.680,22	2.493,52	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.591,98	500.022,04	421.267,12	421.267,12	76.296,90	5.050,00



EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	0,00	94.098,62	76.686,76	17.411,86	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	94.098,62	76.686,76	17.411,86	0,00
Despesas de Capital	0,00	165.967,11	165.967,11	0,00	0,00
Investimentos	0,00	165.967,11	165.967,11	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	260.065,73	242.653,87	17.411,86	0,00

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Publicação N° 2379847

**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

INGRESSOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	24.757.565,40	23.373.781,51
Ordinária	12.688.536,75	11.857.138,61
Vinculada	12.069.028,65	11.516.642,90
Transferências Financeiras Recebidas (II)	4.726.092,85	4.193.214,87
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	4.726.092,85	4.193.214,87
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.339.034,46	2.632.404,43
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	371.633,62	500.022,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados	652.318,62	260.065,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.315.082,22	1.872.316,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.235.864,76	1.410.888,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.235.826,80	1.410.835,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37,96	53,14
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	35.058.557,47	31.610.289,80

**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	25.455.424,37	22.967.244,27
Ordinária	10.457.859,44	9.010.857,00
Vinculada	14.997.564,93	13.956.387,27
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	4.726.092,85	4.193.214,87
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	4.726.092,85	4.193.214,87
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.915.293,71	2.213.965,90
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	421.267,12	239.332,19
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	242.653,87	110.092,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.251.372,72	1.868.756,59
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	-4.215,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.961.746,54	2.235.864,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.960.062,27	2.235.826,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.684,27	37,96
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	35.058.557,47	31.610.289,80

**Município de LUZERNA**

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	12.745.054,31
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	12.745.054,31
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.787.214,23
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.778.038,35
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	70,81
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.974,18
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	443.373,98
	09 - FIA Imposto de Renda	8.094,74
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	243.973,05
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	187.512,47
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	353.398,94
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	2.211.540,10
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	1.474.397,41
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	288.095,01
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	166.824,28
	36 - Salário-Educação	337.957,95
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	112.228,49
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	999.219,23
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	114.552,54
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	387.711,71
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	47.379,96
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	143,58
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	29.731,16
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	161.891,93

**Município de LUZERNA**

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	149.303,75
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	70.095,84
Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	15.362.723,69
TOTAL GERAL (I + II)	28.107.778,00

**Município de LUZERNA**

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	56.517,56
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	56.517,56
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.240.146,04
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	8.142,23
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	14.757,12
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.757,12
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	15.892,53
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	3.293.695,04
	TOTAL GERAL (I + II)	3.350.212,60

**Município de LUZERNA**

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	10.457.859,44
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	10.457.859,44
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	594.299,50
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.688.936,59
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.888.294,52
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.981,35
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	432.329,37
	09 - FIA Imposto de Renda	2.720,00
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	186.904,10
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	223.838,95
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	369.969,88
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	2.960.567,26
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	631.224,08
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	127.201,57
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	141.630,89
	36 - Salário-Educação	365.679,29
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	120.485,43
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.203.334,26
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	125.916,36
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	375.690,57
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	52.247,27
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	7.447,94
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	28.447,84
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	172.498,38
	83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	220.303,75

**Município de LUZERNA**

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	67.615,78
---	-----------

Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	14.997.564,93
--	----------------------

TOTAL GERAL (I + II)	25.455.424,37
-----------------------------	----------------------

**Município de LUZERNA**

Saldo do exercício anterior - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 4.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	893.949,79
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	893.949,79
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	40.041,32
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	159.226,21
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.454,05
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	8,13
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	20.725,88
	09 - FIA Imposto de Renda	1.664,98
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	63.871,35
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	191.264,75
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	41.918,45
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	14.926,78
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	28.331,29
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	31.807,54
	36 - Salário-Educação	27.736,96
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	8.397,83
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	549.494,11
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	11.709,27
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	4.867,31
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	7.447,97
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	30.003,22
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	15.088,88
	88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	11.500,00
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	79.390,73
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	1.341.877,01

**Município de LUZERNA**

Saldo do exercício anterior - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 4.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

TOTAL GERAL (I + II)**2.235.826,80**

**Município de LUZERNA**

Saldo do exercício anterior - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 4.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	37,96
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	37,96
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
TOTAL GERAL (I + II)		37,96

**Município de LUZERNA**

Saldo para o exercício anterior - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



Município de LUZERNA

Saldo para o exercício seguinte - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 5.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	724.674,69
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	724.674,69
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	72.213,27
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	113.127,30
	06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.524,86
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,96
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	43.706,45
	09 - FIA Imposto de Renda	7.039,72
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	117.586,81
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	142.594,13
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	8.925,84
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	9.213,96
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	109.072,95
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	50.066,37
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	59.942,86
	36 - Salário-Educação	15,62
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	175,32
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	223.091,82
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	345,45
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	155.628,06
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	5.801,71
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	28.378,63
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	4.064,70
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	81.870,79
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	1.235.387,58

**Município de LUZERNA**

Saldo para o exercício seguinte - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 5.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

TOTAL GERAL (I + II)**1.960.062,27**

**Município de LUZERNA**

Saldo para o exercício seguinte - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 5.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	1.684,27
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	1.684,27
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
TOTAL GERAL (I + II)		1.684,27

**Município de LUZERNA**

Saldo para o exercício seguinte - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Publicação N° 2379849

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.960.062,27	2.235.826,80
Créditos a Curto Prazo	218.192,63	303.286,57
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	71.000,00	195.968,11
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	639,42
Dívida Ativa Tributária	109.399,82	82.401,40
Dívida Ativa Não Tributária	37.792,81	24.277,64
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	237.309,97	4.132,54
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	8,60	0,00
Títulos e valores mobiliários	8,60	0,00
Investimento do RPPS	0,00	0,00
Aplicação temporária em metais preciosos	0,00	-
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporários	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	0,00
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	3.434,35	3.294,08
Total do Ativo Circulante	2.419.007,82	2.546.539,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.513,40	44.162,17
Créditos a Longo Prazo	2.513,40	44.162,17
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	777.500,00	576.500,00

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

Dívida Ativa Não Tributária	20.500,00	54.000,00
Créditos previdenciários do RPPS	0,00	-
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-795.486,60	-586.337,83
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	11.418,20	4.358,23
Participações Permanentes	11.418,20	4.358,23
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	11.418,20	4.358,23
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00
Imobilizado	33.904.256,23	33.936.148,26
Bens Móveis	8.087.519,61	7.090.445,51
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-3.848.304,02	-2.979.372,73
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	31.004.395,97	30.853.128,89
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	-1.339.355,33	-1.028.053,41
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	29.370,00	6.435,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	33.947.557,83	33.991.103,66



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

TOTAL DO ATIVO	36.366.565,65	36.537.643,65
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.272.620,61	1.317.118,26
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	117.262,96	145.266,37
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	503.340,80	247.390,72
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	17.054,96	12.675,01
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	89.181,57	23.960,07
Total do Passivo Circulante	1.999.460,90	1.746.410,43
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	8.736,93	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	133.590,60	94.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	142.327,53	94.000,00
TOTAL DO PASSIVO	2.141.788,43	1.840.410,43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	22.783.015,72	22.783.015,72
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	11.441.761,50	11.914.430,97
Resultado do Exercício	-472.669,47	143.521,49
Resultado de Exercícios Anteriores	11.914.430,97	11.164.890,13
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	606.019,35
outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	-213,47
Total do Patrimônio Líquido	34.224.777,22	34.697.233,22
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.366.565,65	36.537.643,65



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	1.961.746,54	2.235.864,76
ATIVO PERMANENTE	34.404.819,11	34.301.778,89
Total do Ativo	36.366.565,65	36.537.643,65
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	1.096.271,81	766.239,82
PASSIVO PERMANENTE	1.410.050,24	1.576.784,63
Total do Passivo	2.506.322,05	2.343.024,45
SALDO PATRIMONIAL(III) = (I - II)	33.860.243,60	34.194.619,20

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	5.000,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	5.000,00	0,00

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	8.863.671,02	8.736.078,19
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	8.863.671,02	8.736.078,19



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
00 - Recursos Ordinários	162.517,39	718.388,57
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	2.524,86	2.454,05
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,96	8,13
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	11.601,49	556,88
09 - FIA Imposto de Renda	7.039,72	1.664,98
10 - Convênio de Trânsito - Militar	102.911,33	54.099,45
11 - Convênio de Trânsito - Civil	140.134,13	184.717,77
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	8.844,88	37.116,75
19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	109.072,95	14.926,78
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.255,66	-159.637,78
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	53.372,86	28.179,47
36 - Salário-Educação	15,62	27.374,78
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	140,89	8.397,83
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	211.550,27	408.032,57
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	345,45	11.709,09
50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	12.021,14	0,00
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	4.867,31
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	143,61	7.447,97
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	27.592,03	26.308,71
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	3.518,70	15.088,88
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-71.000,00	0,00
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	81.870,79	77.922,75
TOTAL	865.474,73	1.469.624,94

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Publicação Nº 2379850

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15**

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.985.887,22	2.565.933,28
Impostos	2.331.877,57	2.076.969,33
Taxas	654.009,65	488.963,95
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	543.182,73	448.462,23
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	543.182,73	448.462,23
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	128.752,66	76.246,37
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	128.752,66	76.246,37
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	298.285,21	129.907,49
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	246.653,02	66.474,52
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	57,37
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	51.632,19	63.375,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	27.804.056,66	25.751.495,39
Transferências Intragovernamentais	4.799.262,46	4.195.457,37
Transferências Intergovernamentais	22.897.930,85	21.498.874,40
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	907,12
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	44.914,72	1.963,09
Transferências de Pessoas Físicas	61.948,63	54.293,41
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	23.869,07	65.444,16

e-Sfinge Web - Gerado em: 19/02/2020 - 02:56

Página 1 de 4



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

Reavaliação de Ativos	3.600,00	18.335,10
Ganhos com Alienação	1.564,85	638,15
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	46.327,00
Ganhos Desincorporação de Passivos	0,00	74,01
Cancelamento de Restos a Pagar	18.704,22	69,90
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.421.760,24	881.167,61
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	7.059,97	4.703,10
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	301.863,29	102.381,59
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.112.836,98	774.082,92
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	33.205.793,79	29.918.656,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	13.707.228,81	12.208.774,02
Remuneração a Pessoal	10.456.475,59	9.568.410,22
Encargos Patronais	2.122.914,45	1.886.794,37
Benefícios a Pessoal	1.080.732,15	749.792,13
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	47.106,62	3.777,30
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	157.441,75	138.329,49
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	157.441,75	138.329,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10.207.062,75	9.251.005,66
Uso de Material de Consumo	2.912.530,04	2.689.734,86
Serviços	6.114.299,50	5.523.034,47
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.180.233,21	1.038.236,33
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	43.912,65	53.402,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	19.266,78	5.867,90



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de LUZERNA

Competência: 06/2019

Juros e Encargos de Mora	16.649,12	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	7.996,75	47.535,06
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	8.910.330,34	7.713.518,76
Transferências Intragovernamentais	4.799.262,46	4.195.457,37
Transferências Intergovernamentais	3.418.111,27	3.078.297,87
Transferências às Instituições Privadas	424.632,15	342.552,97
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	56.460,00	20.400,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	4.620,66	17.922,20
Outras Transferências e Delegações Concedidas	207.243,80	58.888,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	261.331,14	87.641,57
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	261.331,14	87.641,57
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	344.962,28	284.108,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.845,36	48.198,83
Contribuições	286.116,92	235.909,73
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	46.193,54	38.354,02
Premiações	12.515,18	14.174,05
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	10.682,91	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15****Município de LUZERNA****Competência: 06/2019**

Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	22.995,45	24.179,97
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	33.678.463,26	29.775.135,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I -II)	-472.669,47	143.521,49

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO CMV.0002.2020**

Publicação Nº 2379882

EXTRATO DE CONTRATO
CMV.0002.2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº: CMV.0002.2020

MODALIDADE: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna

CONTRATADA: NACIONAL TECNOL.E SOLUCOES P/ INFORMATICA LTDA

OBJETO: A presente dispensa de licitação tem por objeto contratação de empresa especializada para aquisição de Serviço de Locação Mensal de Backup remoto em datacenter (Backup em nuvem) com armazenamento de até 500GB.

VALOR: R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais),

VIGÊNCIA: 01.03.2020 a 31/03/2021

DOTAÇÕES:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento 3.3.90.40.99 - outros serviços de tecnologia da informação e comunicação

Atividade - 01.0101.01.031.0001.2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Reduzido: 001

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna (SC), 27 de fevereiro de 2020

LUIZ CARLOS GONÇALVES Presidente da CMV CONTRATANTE	ANDRÉ LUIS MARIN NACIONAL TECNOL.E SOLUÇÕES P/ INFORMATICA LTDA CONTRATADA
---	--

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2379869

CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 002/2019 - CMV

Dispensa de Licitação nº 001/2020 - CMV

O Presidente Mesa Diretora, LUIZ CARLOS GONÇALVES, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 002/2020, nos seguintes termos:

- Modalidade: Dispensa de licitação, com base artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

- Objeto: A presente dispensa de licitação tem por objeto contratação de empresa especializada para aquisição de Serviço de Locação Mensal de Backup remoto em datacenter (Backup em nuvem) com armazenamento de até 500GB.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* NACIONAL TECNOL.E SOLUCOES P/ INFORMATICA LTDA

- Valor total: R\$ 2.880,00

Luzerna (SC), 27 de fevereiro de 2020.

LUIZ CARLOS GONÇALVES

Presidente Mesa Diretora

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1885

Publicação Nº 2379828

DECRETO Nº 1885, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR CONFORME LEI 1003 DE 18/12/2019.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.04 Secretaria de Educação Cultura e Esportes
20.47 Manutenção do Transporte Escolar
33.90.19 Aplicações Diretas
R\$ 304.410,00

Art. 2º Para atender a suplementação acima, fica anulado a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.04 Secretaria de Educação Cultura e Esportes
20.47 Manutenção do Transporte Escolar
44.90.19 Aplicações Diretas
R\$ 304.410,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
18 de Fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1886

Publicação Nº 2380454

DECRETO Nº 1886, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei 1.012 de 28 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo abrir crédito especial no orçamento de 2020 no valor de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), na seguinte programação de despesa:

04.00 Sec. Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2.048 Manutenção da educação infantil - Pré-escolar
3190 Aplicações Diretas - Fonte 1018
R\$ 420.000,00

Art. 2º para atender a abertura do crédito especial e a suplementação, conforme artigo 1º, serão anulados recursos na ordem de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), na seguinte programação de despesa:

04.00 Sec. Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2.006 Manutenção das ativ. do ensino fundamental
3190 Aplicações Diretas - Fonte 1018
R\$ 420.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1012

Publicação N° 2380395

LEI N° 1.012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo abrir crédito especial no orçamento de 2020 no valor de R\$ 420.000,00 Quatrocentos e vinte mil reais), na seguinte programação de despesa:.

04.00 Sec. Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2.048 Manutenção da educação infantil - Pré-escolar
3190 Aplicações Diretas - Fonte 1018
R\$ 420.000,00

Art. 2º para atender a abertura do crédito especial e a suplementação, conforme artigo 1º, serão anulados recursos na ordem de R\$ 420.000,00 Quatrocentos e vinte mil reais), na seguinte programação de despesa:

04.00 Sec. Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2.006 Manutenção das ativ. do ensino fundamental
3190 Aplicações Diretas - Fonte 1018
R\$ 420.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 28 de Fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 4257 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2380131

DECRETO Nº. 4257
06 DE JANEIRO DE 2020

FIXA NORMA PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI no uso de suas atribuições legais:

Considerando os ordenamentos estabelecidos na Lei Orgânica do Município, as disposições da legislação orçamentária e financeira vigente, as normas contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na Lei Municipal nº 4.407, de 17 de julho de 2019.

Considerando a necessidade de assegurar a execução orçamentária e o equilíbrio entre as despesas e as receitas, objetivando a estabilidade financeira do Tesouro Municipal.

Considerando que a consecução do Programa de Governo, expresso no Plano Plurianual e no Orçamento, requer a adoção de procedimentos que disciplinem a realização dos dispêndios e o controle da receita.

DECRETA:

Art. 1º A execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Município de Mafra será realizada em conformidade com o que dispõe este Decreto:

CAPÍTULO I

Do Processo de Execução

SEÇÃO I

Das Normas Gerais

Art. 2º A execução do Orçamento-Programa de 2020, aprovado pela Lei Municipal nº 4.452 de 18 de dezembro de 2019, far-se-á em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

Art. 3º Os órgãos municipais, secretarias municipais, autarquias, fundações e fundos especiais no âmbito de suas competências adotarão medidas destinadas ao planejamento da utilização de seus recursos, de modo a respeitar os limites aprovados na lei orçamentária e a programação financeira do exercício.

Art. 4º Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, o gerenciamento da execução orçamentária, efetuando estudos, análises e projeções para subsidiar a adoção de eventuais medidas no decorrer do exercício que impliquem em alterações nos valores das dotações, bem como produzir relatórios de controle indicando as medidas a serem adotadas pela Administração Superior no sentido de corrigir eventuais desequilíbrios no fluxo de receita e de despesa.

Parágrafo Único. Competem, ainda, à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento o registro e contabilização da receita arrecadada e da despesa realizada.

SEÇÃO II

Da Discriminação da Receita

Art. 5º A discriminação da receita é a constante da Lei Orçamentária nº 4.452, de 18 de dezembro de 2019 e Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 4.407 de 17 de julho de 2019.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

Das Metas Bimestrais de Arrecadação e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 6º Ficam estabelecidas, conforme Anexo I deste Decreto, as metas de arrecadação bimestral da Programação Financeira para o presente exercício.

Art. 7º Fica estabelecida, conforme Anexo II deste Decreto, a Programação Financeira através do cronograma mensal de desembolso.

§ 1º O montante de cada quota é fixado globalmente, isto é, em função da soma das dotações de cada órgão, não havendo limite individual por dotação, mas sim para todo o conjunto de dotações do mesmo órgão.

§ 2º Os limites da quota são financeiros, ou seja, a soma dos valores em função das datas de vencimento das obrigações.

I - Em se tratando de licitações e renovações de contratos existentes, inclusive de locações, que impliquem em aumento de despesa, a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento deverá ser previamente ouvida quanto aos cronogramas de desembolso, conforme dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

II - No que concerne às despesas aludidas nos artigos 16, 17 e 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000, os processos devem ser encaminhados, devidamente instruídos quanto a valores, periodicidade e declaração do ordenador da despesa, à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

§ 3º Estão excluídas do sistema de quotas as dotações relativas à pessoal civil, obrigações patronais, ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, PLASSMA, PASEP, serviço da dívida, requisitos judiciais, recursos vinculados e Fundos Especiais com receitas próprias.

§ 4º As dotações vinculadas a receitas específicas, decorrentes de convênios especiais ou operações de crédito, ficam igualmente excluídas do sistema de quotas.

§ 5º Os saldos das quotas mensais não utilizados serão automaticamente transferidos para o mês seguinte.

Art. 8º As dotações correspondentes a operações de crédito e convênios, inclusive as que vierem a ser criadas por meio de créditos adicionais, permanecerão bloqueadas para empenho, enquanto não se tornarem efetivas as condições que assegurem o recebimento das respectivas receitas.

§ 1º As liberações, parciais ou totais, serão autorizadas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, quando constatado o ingresso efetivo do recurso ou apresentado o contrato de financiamento e convênio devidamente formalizados ou mediante solicitação do órgão correspondente, por intermédio de ofício.

§ 2º Compete ao Departamento de Contabilidade e Administração Financeira da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento o controle do disposto neste artigo.

Art. 9º O pagamento dos Restos a Pagar observará as disponibilidades financeiras a que estão vinculadas, e não compõe os desembolsos deste Decreto, tendo característica própria.

SEÇÃO II

Da Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 10. A distribuição dos recursos orçamentários será automaticamente disponibilizada no sistema, observando o seguinte detalhamento da despesa:

I – classificação institucional por órgão;

II – classificação funcional da despesa, diretriz, programa e ação orçamentária, ou seja, atividade e/ou projeto;

III – classificação econômica, até o nível de modalidade de aplicação;

IV – indicação da fonte de recursos.

SEÇÃO III

Da Reserva de Recursos e do Empenho da Despesa

Art. 11. Toda despesa será, obrigatoriamente, precedida de reserva de recursos orçamentários, devidamente registrada no sistema, por intermédio do cronograma de desembolso orçamentário e financeiro, que deverá ser encaminhado ao Departamento de Contabilidade e Administração Financeira pela tesouraria.

§ 1º A reserva de recursos de que trata este artigo observará:

I – propriedade de imputação de despesa;

II – existência de crédito orçamentário suficiente para atendê-la;

III – limite da despesa na programação mensal da unidade.

§ 2º A realização de despesas em desacordo com o disposto neste artigo acarretará a responsabilização dos agentes públicos que lhes deram causa.

§ 3º É vedada a realização de despesas sem prévio empenho.

Art. 12. As notas de empenho serão processadas no sistema da contabilidade, conforme procedimentos legais e valores constantes da Programação Orçamentária da Despesa da Prefeitura Municipal de Mafra, mediante registro de eventos que vinculem o comprometimento das dotações orçamentárias e respectivas quotas.

§ 1º As notas de empenho serão formalizadas com a assinatura do ordenador de despesa.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 06 de janeiro de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ANEXO I

Demonstrativo do Desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação - Exercício 2020 (LRF Art. 13)

FONTES	TÍTULO	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	TOTAL
0100	Recursos Ordinários	20.126.900,82	12.895.595,99	12.289.325,52	13.687.839,04	12.347.094,42	15.427.249,46	86.774.005,25
0101	Receita de Impostos e de Transferências - Educação	8.009.868,02	4.692.972,88	4.746.610,79	4.177.574,10	4.328.132,51	5.067.093,47	31.022.251,77
0102	Receita de Impostos e de Transferências - Saúde	3.621.491,11	3.070.722,51	3.081.817,01	3.006.604,83	3.041.275,62	2.791.439,98	18.613.351,06
0107	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	12.988,99	8.322,23	0,00	16.764,48	17.924,30	0,00	56.000,00
0108	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.056.037,39	1.078.738,89	1.066.760,43	1.470.732,67	1.127.948,77	1.099.781,85	6.900.000,00
0109	FIA Imposto de Renda	2.386,00	2.287,55	2.297,61	75.619,45	10.391,98	7.017,41	100.000,00
0110	Convênio Trânsito - Militar	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	210.000,00
0111	Convênio Trânsito - Civil	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	210.000,00
0112	Serviços de Saúde	509.784,93	743.002,42	763.935,58	735.662,12	756.891,11	685.723,84	4.195.000,00
0118	Transferências do FUNDEB - 60%	3.438.781,27	3.187.105,66	3.229.402,78	3.127.997,42	3.252.972,50	3.481.740,37	19.718.000,00
0119	Transferências do FUNDEB - 40%	1.506.084,35	1.395.857,88	1.414.382,77	1.369.970,23	1.424.705,61	1.524.899,16	8.635.900,00
0122	Transferências de Convênios do Estado - Educação	0,00	343.067,29	305.688,27	324.377,78	324.377,78	162.188,88	1.459.700,00
0124	Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	150,00	0,00	600,00	0,00	0,00	750,00
0132	Transferências de Convênios - União/ Educação	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	1.000,00
0133	Transferências de Convênios - União/ Saúde	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00	3.000,00
0136	Salário Educação	678.974,67	491.142,81	525.685,17	366.089,69	371.826,37	379.281,29	2.813.000,00
0138	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.573.801,29	2.503.643,70	2.462.031,52	2.804.109,28	2.519.931,89	2.925.729,24	14.789.246,92
0139	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	34.774,37	31.998,41	39.539,67	38.868,53	37.615,85	39.203,17	222.000,00

0143	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	71.001,13	142.169,96	142.178,06	142.338,12	142.204,05	71.008,68	710.900,00
0144	Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	26.731,88	26.790,39	53.498,99	53.492,23	53.500,67	53.485,84	267.500,00
0152	Outras Tranf. Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	9.502,31	41.277,06	128.360,58	162.486,00	118.480,12	650.574,93	1.110.681,00
0167	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	120.362,29	194.759,75	176.757,07	161.289,38	177.148,73	171.996,78	1.002.314,00
0183	Operações de Crédito Internas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00
0203	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência - RPPS	2.090.430,37	2.202.716,19	3.543.699,86	2.293.678,24	3.561.810,71	2.695.759,24	16.388.094,61
0205	Aporte para cobertura do déficit atuarial ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.905,39	105.905,39
0275	Taxa de Administração - RPPS	63.865,51	126.129,40	131.529,04	134.784,88	146.893,46	202.797,71	806.000,00
01120	Convênio Trânsito - Prefeitura	45.000,00	45.000,00	50.000,00	45.000,00	45.000,00	50.000,00	280.000,00
TOTAL GERAL DAS FONTES		43.068.766,70	33.293.450,97	34.225.500,72	34.265.878,47	33.876.126,45	37.665.276,69	216.395.000,00

ANEXO II

Programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso – Exercício 2020 (LRF Art. 8º)

FONTES	TÍTULO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
0100	Recursos Ordinários	4.517.973,80	5.424.901,21	5.786.535,28	6.461.736,17	6.853.010,13	7.753.080,21
0101	Receita de Impostos e de Transferências - Educação	1.305.481,49	2.052.056,32	1.907.089,19	3.212.543,31	2.573.937,23	2.350.591,97
0102	Receita de Impostos e de Transferências - Saúde	822.775,74	1.475.258,97	1.252.648,06	1.736.260,22	1.676.038,72	1.203.506,83
0107	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	2.582,56	3.881,24	3.648,56	5.064,32	2.703,83	3.289,18
0108	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	482.441,48	528.761,25	591.158,52	520.001,77	616.166,85	435.146,06
0109	FIA Imposto de Renda	1.161,86	1.161,86	1.161,86	1.161,86	1.161,86	1.161,86
0110	Convênio Trânsito - Militar	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00
0111	Convênio Trânsito - Civil	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00
0112	Serviços de Saúde	63.788,09	403.102,55	374.466,96	322.323,94	405.893,08	386.391,29
0118	Transferências do FUN-DEB - 60%	1.019.091,68	1.326.810,19	1.454.122,81	1.335.743,75	1.695.900,92	1.648.422,03
0119	Transferências do FUN-DEB - 40%	385.812,72	634.070,49	768.066,43	672.135,91	809.536,81	684.766,99
0122	Transferências de Convênios do Estado - Educação	-	-	-	187.214,54	156.767,68	171.812,54
0124	Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-	-	-	-	150,00	-
0132	Transferências de Convênios – União/Educação	-	-	-	-	-	-

0133	Transferências de Convênios – União/Saúde	-	-	-		500,00	500,00
0136	Salário Educação	24,63	1.542,14	390.351,49	373.934,46	152.394,04	200.031,26
0138	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	209.195,59	847.788,63	958.666,70	1.004.901,89	903.213,50	952.702,86
0139	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	17.537,72	17.236,65	16.769,76	15.228,65	19.647,93	19.891,74
0143	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	-	11.497,20	86.160,47	53.980,21	86.996,26	53.988,46
0144	Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	-	-	24.355,56	28.111,15	26.667,24	26.898,18
0152	Outras Transf. Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	4.582,70	4.737,92	20.614,99	20.551,90	62.712,02	65.251,17
0167	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	14.177,85	57.457,31	64.971,87	68.105,38	61.213,63	64.567,68
0183	Operações de Crédito Internas - Outros	-	-	-	-	-	-
0203	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência - RPPS	2.643.208,35	2.986.493,84	2.835.779,61	2.644.472,42	2.751.210,95	1.355.114,66
0205	Aporte para cobertura do déficit atuarial ao RPPS	-	-	-	-	-	-
0275	Taxa de Administração - RPPS	56.606,43	71.212,08	54.046,74	75.349,14	92.937,25	63.553,52
01120	Convênio Trânsito - Prefeitura	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00
TOTAL GERAL DAS FONTES		11.603.942,69	15.905.469,85	16.648.114,86	18.796.320,99	19.006.259,93	17.498.168,49

FONTES	TÍTULO	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
0100	Recursos Ordinários	8.490.161,74	8.129.364,77	7.424.741,40	7.765.005,66	7.224.925,73	10.942.569,15	86.774.005,25
0101	Receita de Impostos e de Transferências - Educação	2.753.833,30	2.904.363,07	2.163.751,84	2.588.540,00	2.309.837,63	4.900.226,42	31.022.251,77
0102	Receita de Impostos e de Transferências - Saúde	2.208.922,24	1.574.682,78	1.553.047,51	1.568.721,27	1.545.155,23	1.996.333,49	18.613.351,06
0107	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	5.698,67	5.075,58	5.456,66	5.801,18	5.493,67	7.304,55	56.000,00
0108	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	570.228,37	621.413,52	652.819,31	635.663,93	625.409,08	620.789,86	6.900.000,00
0109	FIA Imposto de Renda	5.504,81	25.504,81	15.504,81	15.504,81	15.504,81	15.504,79	100.000,00
0110	Convênio Trânsito - Militar	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	210.000,00
0111	Convênio Trânsito - Civil	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	210.000,00
0112	Serviços de Saúde	368.226,47	426.425,28	639.324,30	85.239,15	369.036,10	350.782,79	4.195.000,00
0118	Transferências do FUNDEB - 60%	2.240.729,98	1.596.016,52	1.647.936,01	1.696.421,11	1.670.678,65	2.386.126,35	19.718.000,00
0119	Transferências do FUNDEB - 40%	893.598,90	686.938,19	769.764,62	784.839,23	806.578,25	739.791,46	8.635.900,00

0122	Transferências de Convênios do Estado - Educação	134.035,64	150.145,51	173.457,02	151.524,47	172.288,39	162.454,21	1.459.700,00
0124	Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-	-	300,00	300,00	-	-	750,00
0132	Transferências de Convênios - União/ Educação	500,00					500,00	1.000,00
0133	Transferências de Convênios - União/ Saúde	-	500,00	-	-	500,00	1.000,00	3.000,00
0136	Salário Educação	489.529,75	250.306,47	258.022,06	181.859,98	45.475,31	469.528,41	2.813.000,00
0138	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.653.912,81	1.065.815,01	709.934,16	1.484.169,64	1.053.271,95	3.945.674,18	14.789.246,92
0139	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	21.659,23	17.209,30	18.917,75	18.698,10	20.412,12	18.791,05	222.000,00
0143	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	24.592,17	94.647,08	80.212,81	107.874,83	73.648,20	37.302,31	710.900,00
0144	Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	26.868,94	26.713,56	26.660,60	26.799,78	26.800,67	27.624,32	267.500,00
0152	Outras Transf. Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	80.514,57	82.323,93	92.320,09	18.598,53	303.635,05	354.838,13	1.110.681,00
0167	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ Estado	112.090,90	72.233,65	48.114,48	100.586,87	71.383,57	267.410,81	1.002.314,00
0183	Operações de Crédito Internas - Outros	-	-	-	-	-	400,00	400,00
0203	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência - RPPS	32.492,19	80.237,20	27.554,80	9.081,63	693.985,30	328.463,66	16.388.094,61
0205	Aporte para cobertura do déficit atuarial ao RPPS	-	-	-	-	-	105.905,39	105.905,39
0275	Taxa de Administração - RPPS	91.813,99	66.375,05	47.590,81	67.640,85	47.697,96	71.176,18	806.000,00
01120	Convênio Trânsito - Prefeitura	22.500,00	22.500,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	280.000,00
TOTAL GERAL DAS FONTES		20.262.414,67	17.933.791,28	16.415.431,04	17.372.871,02	17.141.717,67	27.810.497,51	216.395.000,00

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2020 - CMDCA

Publicação Nº 2379958

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2020 - CMDCA

A presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com esteio na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para que produza efeitos legais a quem possa desejar se habilitar nos termos do presente edital TORNA PÚBLICO o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projetos que enumera.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Mafra através do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, por meio da formalização de termo de colaboração para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC) que prestam serviços de atendimento a criança e/ou adolescente, poderão habilitar-se nos termos do presente edital para o recebimento de subvenção social, advinda de recursos do – Fundo da Infância e da Adolescência – FIA e FIA-IR, para cofinanciar as suas atividades.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á em particular pela Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Lei Federal nº 13.019/2014, as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA, a Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e Instrução Normativa nº TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Poderá ser selecionada mais de uma proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração dos termos de colaboração, de acordo com os limites previstos no Plano de Ação e Aplicação do CMDCA, 2019/2020.

2. CRONOGRAMA DA FASE DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

Atividades	Data
Publicação do Edital	28/02/2020
Data limite para submissão das propostas	29/03/2020
Divulgação do resultado preliminar	01/04/2020
Data limite para interposição de recursos contra o resultado preliminar	03/04/2020
Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	06/04/2020
Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver)	07/04/2020
Prazo máximo para celebração do Termo de Colaboração	22/04/2020

3. DO OBJETO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO

2.1 O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro para a execução de projetos por parte de Organizações da Sociedade Civil que atuem com crianças e adolescentes, visando a garantia de direitos, de acordo com as linhas de projetos.

2.2 As propostas apresentadas deverão atender uma das seguintes linhas de financiamento:

Linha 1 – Assegurando o direito à educação, cultura, esporte e lazer para crianças e adolescentes:

- Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com deficiência no âmbito escolar, para além da Lei da Acessibilidade, como por exemplo: Implantar nas Escolas a acessibilidade de materiais (mapas e livros em Braille, audiolivros), equipamentos, informática e acesso à internet, para todas as crianças e adolescentes, com deficiência.
- Implantar Escola de Tempo Integral, possibilitando que crianças e adolescentes tenham qualidade no ensino-aprendizagem, incluindo atividades extraclasses, como cultura, arte e esporte.
- Implantar atividades de reforço escolar para crianças e adolescentes, possibilitando o ensino-aprendizagem de reforço escolar, etapa essencial no aprendizado.
- Projetos de musicalização para crianças e adolescentes.
- Qualificação profissional de jovens para o mercado de trabalho através de cursos de pré-qualificação;
- Implantar cursos de informática, como por exemplo: utilizando de espaços existentes nos bairros, a fim de facilitar o acesso à internet guiada para crianças e adolescentes e suas famílias;
- Criar/executar programas e/ou projetos lúdicos no período de férias e recesso escolar.
- Ampliação de programas culturais nos bairros, incluindo finais de semana, feriados e férias, utilizando-se dos espaços das escolas, associações ou praças.

Linha 2 – Saúde de Crianças e Adolescentes:

- Redução do índice de gravidez na adolescência, através de discussão em grupos, material informativo e palestras, segundo o que preconiza a UNICEF.
- Redução da incidência de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, na adolescência, como por exemplo: ampliar os espaços de discussão sobre a educação para proteção contra as DST's e rodas de conversa sobre corpo e sexualidade.
- Proporcional orientação sobre Planejamento Familiar, como direito humano (ONU 2018), como por exemplo: ampliar o acesso a vasectomia e a laqueadura, para as pessoas que desejam o procedimento.
- Executar projetos de redução de danos e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: estruturar a rede psicossocial para atender

crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, com ações efetivas de prevenção e redução de danos.

Linha 3 – Assistência Social a Crianças e Adolescentes:

- a) Incentivar campanha de adoção, apoiando o Grupo de Respaldo a Adoção: elaborar material de apoio, divulgação, bem como capacitação de palestras.
- b) Fortalecer a Proteção Social do SUAS e a rede socioassistencial de atendimento a crianças e adolescentes: sensibilizar as equipes de trabalho para a importância da prevenção, identificação e atendimento da vítima de violência e do/a violador/a de direitos.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015) podendo estarem:

3.1.1. Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

3.1.2. As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para cooperação, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

3.1.3. As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

3.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá:

3.2.1. Estar habilitada nos termos que a legislação referida e o presente edital exigem;

3.2.2. Declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

3.3. Não é permitida a atuação em rede para o presente Edital.

3.4. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

4.4.1 Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014); esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

3.3.2 Tenha em seu quadro de dirigentes, agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas.

4.4.2. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

4.4.3 Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, INCLUSIVE RELATIVAMENTE A VALORES RECEBIDOS DO MUNICÍPIO PARA OS MESMOS FINS DOS QUE AQUI SE TRATA, em chamamentos públicos anteriores, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

3.3.3 Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

3.3.4 Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

3.3.5 Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

4.4.6. Não esteja em funcionamento há pelo menos 02 (dois) anos, com comprovada atuação na área;

4.4.7. Não esteja regularmente inscrita/registrada no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CMDCA de Mafra;

4.4.8 Não se enquadrar nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, considerando que receberá recursos que se enquadram como subvenção social, ou contribuição ou auxílio financeiros.

5. DOS REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

5.1.1. Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social para crianças e adolescentes, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

5.1.2. Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo

patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

5.1.3. Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

5.1.4. Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 02 (dois) ano de existência, cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

5.1.5. Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais.

5.1.6. Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

5.1.7. Será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de pequenos serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

5.1.7 Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

4.0.8. Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

4.0.9. Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

4.0.10. Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

4.0.11. Atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);

4.0.12. Apresentar Alvará de funcionamento expedido pelo Município de Mafra ou documento que comprove a necessidade;

4.0.13. Na hipótese de haver recebido recursos do Município no exercício anterior, apresentar certidão emitida pela Controladoria Geral do Município de regularização das contas prestadas.

4.0.14. Declaração do Banco que possui conta corrente exclusiva para movimentação dos recursos recebidos;

6. RECURSOS FINANCEIROS

5.1 O CMDCA se reserva ao direito da distribuição dos recursos de acordo com a abrangência de cada projeto apresentado, respeitando as linhas de financiamento, dentro das normas do CONANDA e conforme o Plano de Ação e Aplicação 2019/2020 CMDCA de Mafra/SC. A execução dos projetos terá duração de até 12 (doze) meses, a contar da assinatura dos Termos de Colaboração.

7. DESPESAS FINANCIÁVEIS E NÃO FINANCIÁVEIS

6.1 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

c) Contratação de profissionais com atuação exclusiva para o desenvolvimento do projeto, incluindo valores relativos à deslocamentos, hospedagens e alimentação.

d) Aquisição de gêneros alimentícios e correlatos, material de higiene e limpeza, combustíveis, medicamentos (acompanhados de receituário médico em nome da criança/adolescente atendida), desde que necessários para a correta execução do projeto;

e) Material escolar, esportivo, musical;

f) Vestuário;

g) Material gráfico;

6.0.1 No item “f” relacionado a vestuário, a entidade deverá identificar com o logo do CMDCA em destaque, de forma que a entidade deve apresentar no projeto a ilustração do vestuário, já com os logotipos para aprovação do CMDCA.

7.1.2 Os equipamentos duráveis adquiridos com recursos decorrentes do projeto firmado através deste Edital deverão ser devolvidos ao CMDCA quando finalizado o projeto, conforme prazo estabelecido, de forma que poderão ser utilizados em projetos futuros.

6.2 São vedadas despesas com a compra e manutenção de automóveis, máquinas, móveis, imóveis, equipamentos diversos daqueles necessários para a execução do projeto, reformas de grande valor e obras de construção civil, bem como, o pagamento pela coordenação e supervisão do projeto.

6.3 As demais despesas deverão ser de responsabilidade da entidade responsável pela execução do projeto.

6.4 Às organizações é vedada a cobrança de qualquer valor pela participação de beneficiários no serviço prestado por meio do Termo de Parceria decorrente do presente Edital;

6.5 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece,

seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

6.6 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Mafra.

6.7 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

8 SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Para concorrer ao presente Edital às entidades deverão protocolar, no ato da inscrição junto à Prefeitura de Mafra – Protocolo Geral, no prazo estabelecido no item 02 (CRONOGRAMA), 02 (duas) vias do projeto (plano de trabalho) instruídas com toda documentação pertinente:

- 01 (uma) via em envelope lacrado, identificado, podendo ser aberto somente pela Comissão de Seleção conforme item 6.4 deste edital.
- 01 (uma) via em mídia digital, com os arquivos no formato PDF.

8.2 O projeto (plano de trabalho) deve ser referendado por um técnico responsável, quando necessário, que será o coordenador da proposta, o qual assegurará o desenvolvimento do objeto de trabalho e o monitoramento, contendo:

- a) A descrição da realidade objetivo da parceira e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) Justificativa;
- c) Público alvo e abrangência;
- d) Local onde serão desenvolvidas as atividades, com prévia anuência dos proprietários ou equiparados, em sendo o local a ser utilizado pertencente à pessoa diversa da entidade executora do projeto;
- e) Atividades a serem desenvolvidas e resultados esperados;
- f) Recursos humanos (quem irá executar as atividades, com currículo de cada profissional em anexo ao projeto);
- g) Termo de voluntariado - se houver;
- h) Planilha orçamentária com as rubricas a serem cofinanciadas a descrição pormenorizada dos itens a serem adquiridos e os serviços que serão prestados, com o valor global do projeto;
- i) Os prazos para a execução.

8.3 Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no item 2 - CRONOGRAMA. Assim, recomenda-se o envio da proposta com antecedência, uma vez que o CMDCA não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos.

8.4 As (02) duas vias do projeto (via física e via digital) deverão vir acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Estatuto Social (cópia);
- b) Ata de eleição da diretoria atual (cópia);
- c) Cartão do CNPJ;
- d) Declaração emitida pelo órgão de Controle Interno do município de Mafra atestando a regularidade no que se refere à prestação de contas de recursos recebidos anteriormente ou inexistência de repasse anterior;
- e) Declaração de Ciência e Concordância - Anexo I do presente Edital.
- f) Declaração de inscrição/registro junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra – CMDCA;
- g) Declaração de Instalações e Condições Materiais – Anexo II do presente Edital;
- h) Declaração de capacidade técnica e operacional;
- i) Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, contribuições, trabalhista;
- j) Comprovante de endereço;
- k) Alvará ou atestado de funcionamento emitido pelo Município;
- l) Declaração e relação dos dirigentes da entidade – Anexo III do presente Edital;

8.5 As propostas submetidas que não estejam acompanhadas dos documentos citados no item anterior serão desclassificadas.

9 ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os projetos (planos de trabalho) serão analisados pela Comissão de Seleção, instituída através da Resolução 004/2019/CMDCA, tendo como critérios de análise:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria, considerando o número de atingidos pelas atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014, c/c art. 30 do Dec. n. 4.013/2017. 	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto. Salientando o que a não realização da parceria ocasiona de prejuízo à Sociedade, por exemplo.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno da descrição (2,0) - Grau satisfatório da descrição (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 30 do Dec. n. 4.013/2017.</p>	2,0
(D) Capacidade técnico-operacional da Instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante. Destacando o que já fez em exercícios passados que comprove que deve ser escolhida como Organização Social a ser aqui contemplada	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).</p>	2,0
Pontuação Máxima Global	10,0	

O público alvo deverá priorizar o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, de forma que crianças e/ou adolescentes encaminhados pela Rede Socioassistencial terão prioridade no atendimento.

A aprovação dos projetos e posterior elaboração da parceria dependerá de disponibilidade financeira do FIA e FIA-IR, de acordo com os limites constantes no Plano de Ação e Aplicação 2019/2020;

A análise documental se dará somente das propostas com pontuação superior a 6,0 (seis).

O valor máximo do projeto deve ser de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e desde que de acordo com os limites constantes no Plano de Ação e Aplicação 2019/2020; O repasse relativo ao valor do projeto deve ser realizado em parcelas mensais, durante a execução do mesmo.

9.1 Serão eliminadas aquelas propostas:

9.2.1. Cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;

Que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (D); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o exoco a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

8.1.2 Que estejam em desacordo com o Edital; e

8.1.3 Cujo valor global estiver acima do teto previsto na linha de ação do projeto, conforme constante no Plano de Ação e Aplicação 2019/2020.

9.2 As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela do item 9.1 deste Edital, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

9.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada melhor classificada a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

8.1.4 Serão objeto de Termo de Colaboração as propostas classificadas até o limite orçamentário constante do Plano de Ação e Aplicação 2019/2020

ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

8.1.5 Que estejam em desacordo com o Edital; e

8.1.6 Cujo valor global estiver acima do teto previsto na linha de ação do projeto, conforme constante no Plano de Ação e Aplicação 2019/2020.

9.4 As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela do item 9.1 deste Edital, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

9.5 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada melhor classificada a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

9.6 Serão objeto de Termo de Colaboração as propostas classificadas até o limite orçamentário constante do Plano de Ação e Aplicação 2019/2020.

9.7 Divulgação do resultado preliminar:

A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página Diário Oficial dos Municípios, na internet, iniciando-se o prazo de 02 (dois) dias para recurso a partir desta publicação.

9.8 Interposição de recursos contra o resultado preliminar:

Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 02 (dois) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo. Os recursos serão apresentados por meio físico no mesmo local onde foram protocoladas as propostas de participação no evento, ou por meio eletrônico.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

Interposto recurso, a Comissão de Seleção e Julgamento dará ciência dele para os demais interessados, se for o caso, para que apresentem contrarrazões, se desejarem, seja pelo meio físico ou eletrônico.

9.9 Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo estabelecido no cronograma. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 03 (três) dias, contado do recebimento do recurso.

A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Secretaria Municipal de Administração, publicará no Diário Oficial dos Municípios, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

Havendo mais de uma entidade classificada, poderão ser elaborados termos de colaboração com todas, desde que respeitadas as limitações orçamentárias..

10. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

10.1 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Município de Mafra, autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 e terão a seguinte previsão: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

10.1.1. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

10.2 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

10.3 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10.4 Não será exigida qualquer contrapartida financeira da OSC selecionada.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Ao apresentar a proposta, a entidade assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, mantendo atualizados os seus dados cadastrais.

11.2 Após a etapa competitiva de propostas, as propostas homologadas e aprovadas pela Comissão de Seleção nos limites orçamentários, desde que cumpridos os requisitos para celebração da parceria e não ocorrência de impedimentos, serão objeto de Termo de Colaboração a ser elaborado e assinado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

11.3 Qualquer alteração do projeto referente à sua estrutura ou execução, deverá ser comunicada imediatamente via ofício, podendo ser deferida ou indeferida pelo CMDCA.

11.4 As entidades contempladas com aprovação de projetos se comprometem a priorizar o atendimento de crianças e adolescentes encaminhadas através da Rede Socioassistencial, sendo aquelas que apresentam risco e/ou vulnerabilidade.

11.5 As entidades contempladas com recursos do FIA, estarão sujeitas às normas de prestação de contas do Município de Mafra, às orientações do controle interno na Prefeitura e às normas da INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

11.6 O CMDCA poderá, a qualquer momento, convocar a presença do responsável pelo projeto para apresentar relatório sobre sua execução durante a reunião do CMDCA, bem como para realizar averiguação "in loco".

11.7 Qualquer irregularidade identificada durante a fiscalização por este Conselho, tanto na execução quanto documental, será passível de suspensão de recurso ou cancelamento do projeto.

11.8 Todos os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão de Seleção, ou quando da execução do projeto pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, seguindo o disposto na legislação vigente.

11.9 Demais documentos poderão ser solicitados pela Comissão de Seleção a fim de celebração da parceria através do Termo de Colaboração.

11.10 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se disposições em contrário.

Mafra, 28 de fevereiro de 2020.

KATIA APARECIDA BORGES

Presidente do Cons. Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº030/2020

Publicação Nº 2383436

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº030/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS visando contratação de empresa especializada em locação de máquinas, "retro escavadeira, escavadeira hidráulica, caminhões, motoniveladora e rolo compactador", incluindo operador e combustível, destinados à manutenção das estradas do Interior do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 20/03/2020, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28

de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47) 3641-4060.

Mafra (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/201

Publicação Nº 2383434

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/2019

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA

CNPJ nº 26.162.488/0001-47

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sondagem, laudos e monitoramento, destinados ao licenciamento ambiental do Cemitério Municipal de Mafra, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 366/2019 Pregão Presencial Nº 086/2019.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de janeiro de 2020.

Prazo: com vigência até 31 de janeiro de 2020.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DA ATA CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 039/2019

Publicação Nº 2383435

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DA ATA CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 039/2019

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO POSTO SAMPAIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP

CNPJ nº 09.404.910/0001-04

Objeto: Aquisição de combustíveis para frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais

Modalidade Processo Licitatório n.º 101/2019. Pregão Presencial Registro de Preços Nº 025/2019.

Data Assinatura do termo aditivo: 16 de janeiro de 2020.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unitário Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Financeiro (Revisão) R\$
1	48393 - Óleo Diesel S-10 - Stang	3,37	3,41
2	36847 - Gasolina comum - Stang	3,97	4,15

Foro: Comarca de Mafra.

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 019/2020

Publicação Nº 2380175

DECRETO Nº 019 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DE IPTU CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº 04 de 27 de dezembro de 2002, mediante alteração dada pela Lei Complementar nº 62 de 15 de outubro de 2018 e nos termos do artigo 6º do Decreto Municipal nº 148 de 18 de dezembro de 2018, e;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 04 de 27 de dezembro de 2002, mediante alteração dada pela Lei Complementar nº 62 de 15 de outubro de 2018 e nos termos do artigo 6º do Decreto Municipal nº 148 de 18 de dezembro de 2018 tiveram por fim, justamente, isentar os contribuintes proprietários de imóveis localizados dentro da zona urbana, sem qualquer característica ou infraestrutura urbana (exemplo, loteamento ou parcelamento do solo), ou seja, que possuam características rurais e que sejam comprovadamente utilizados em exploração extrativa ou vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, permitindo ao chefe do Poder Executivo conceder isenção "de ofício" do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, a esses contribuintes, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos;

CONSIDERANDO os documentos que instrui o Processo Administrativo nº 00124/2020, em nome de Bernardino Constantino da Rosa;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU:

· Exercício Financeiro de 2020, ao Contribuinte, o Senhor BERNARDINO CONSTANTINO DA ROSA, devidamente inscrito no CPF sob o nº 305.888.639-04, portador da Cédula de Identidade nº 1.979.977-0 – SSP/SC, referente ao imóvel urbano com Cadastro Municipal nº 005023, localizado no Município de Maracajá – SC, conforme requerimento através do processo administrativo 00124/2020.

Art. 2º A Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, de que trata esse Decreto, é personalíssima, não podendo ser transferida a terceiros, bem como não tem efeito para débitos anteriores a vigência da Lei, nem para débitos posteriores, devendo, conforme prevê a Lei, a isenção ser requerida anualmente.

Art. 3º O benefício de Isenção poderá ser cancelado, se, por ventura houver comprovação de descumprimento de qualquer um dos requisitos indispensáveis para tal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 27 de Fevereiro de 2020.

	Arlindo Rocha Prefeito Municipal
	Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 27 de Fevereiro de 2020.
	Marluci Freitas Bitencourt Vitali Secretária de Administração

DECRETO 020/2020

Publicação Nº 2380177

DECRETO Nº 020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 73 da

Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1191 de 10 de janeiro de 2020 - LOA 2019 e nos termos do Inciso II, do § 3º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 15.028,00 (quinze mil e vinte e oito reais) para suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2020, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes	
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura	
PROJETO/ATIVIDADE	1.008	Aquisição de Móveis e Equipamentos - Ens. Fundamental	
ELEMENTO	4.4.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	51	Recurso	0104
VALOR: 15.028,00 (quinze mil e vinte e oito reais)			

TOTAL	R\$ 15.028,00
-------------	---------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 27 de fevereiro de 2020.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 27 de fevereiro de 2020.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

PORTARIA 026/2020

Publicação Nº 2380198

PORTARIA Nº. 026 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Dilnei Fausto Borges, matrícula nº 2157, referente ao período aquisitivo de 4/3/2019 à 3/3/2020, com gozo em 12/3/2020 e término em 31/3/2020.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de fevereiro de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 4 - PREGÃO PRESENCIAL 012/2020

Publicação Nº 2380516

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2020 Data do Registro: 28/02/2020 Válido até: 28/02/2021

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	BANANA BRANCA - Características técnicas: Deverá ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma, apresentar grau máximo de maturação, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca que demonstre deterioração. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica.	KG	VALDECIR COSTA (111231)		2,0500	1
			JORGE MATOS HEME (110650)		2,1000	2
2	CENOURA. Características técnica: composição das raízes de 12 a 17 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro. Devem apresentar as características de cultivar bem definidas, sãs, serem frescas, ter atingido o grau máximo no tamanho, não lenhosas, bem formadas, limpas, coloração uniforme, livre de danos mecânicos, não apresentar rachaduras, perfurações, cortes, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação. Embalagem: O produto acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente.	KG	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		2,3500	1
3	LARANJA PÊRA - Características técnicas: Laranja Péra, grupo tipo I, tipo especial. Devem apresentar características da variedade bem definida, estarem desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes ou sacolas tipo rede.	KG	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		1,8800	1
4	MAÇÃ FUGI OU GALA. - Características técnicas: Maçã fugi ou gala. Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. A variedade a ser entregue dependerá da safra. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes.	KG	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		4,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.

5	MAMÃO FORMOSA - Características técnicas: Mamão formosa. Tamanho médio, pesando entre 1000 e 1500gr a unidade. Devem apresentar características da variedade bem definida, estar fisiologicamente desenvolvido e maduro, bem formado, limpo, sadio, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes ou em caixas plásticas com proteção contra danos no produto.	KG	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		3,7900	1
6	MELANCIA - Características técnicas: Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sem necessidade de embalagens.	KG	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		1,4500	1
9	COUVE FOLHA - Couve manteiga extra, fresca, limpa, com coloração verde escuro, separados em maços padronizados, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas.	UN	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		1,5000	1
10	TOMATE - Características técnicas: redondo, maduro, classe média ou grande. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Embalagem: Embalados em sacos plásticos, resistentes, atóxicos.	KG	BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI (111481)		3,6800	1
14	RAÇÃO PARA BOVINO. Concentrado completo pronto e ensacado, peletizado, de alto valor nutricional, recomendada para bovinos jovens ou adultos, em confinamento ou na suplementação a campo, inclusive desmame precoce e animais de pista. Ainda podendo ser utilizada para os sistemas de animais de pista, cria, recria e engorda. Níveis de garantia (por kg do produto): Umidade (%): 12,5; Matéria Mineral(%): 10; Proteína Bruta(%): 18; Extrato Etéreo(%): 3; Matéria Fibrosa(%): 12; Cálcio: 15g; Fósforo: 6g.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		1,1900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 3/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJA/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.
15	MILHO MOÍDO (PICADO). Grão de milho moído com no máximo 13,0% de umidade, 2% matéria estranha (impurezas) e 5% de grão ardidos e brotados, isento de pragas. Nível de garantia: no mínimo 9% proteína bruta; 85% de nutrientes digestíveis totais; 3,7% extrato etéreo; 0,023% de cálcio e 0,31% de fósforo.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	1,0500 1
16	MILHO INTEIRO. Grão de milho inteiro com no máximo 13,0% de umidade, 2% matéria estranha (impurezas) e 5% de grão ardidos e brotados, isento de pragas. Nível de garantia: no mínimo 9% proteína bruta; 85% de nutrientes digestíveis totais; 3,7% extrato etéreo; 0,023% de cálcio e 0,31% de fósforo.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	1,0500 1
17	ALPISTE. Qualidade com vencimento superior a 90 dias. Embalagem especificando: produto, tipo, peso, líquido.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	6,4500 1
18	MISTURA PARA PAPAGAIO. Com girassol e amendoim. Composição básica: semente de girassol, grão de milho, grão de trigo, grão de soja extrusado, ervilha nabão, grão de aveia, grão de arroz, semente de abóbora, grão de amendoim, grão de amendoim com casca, frutas cristalizadas, frutas desidratadas, aroma de frutas, complemento de sementes, megazoo, CP - 14 contendo: milho integral moído, farelo de soja extrusado, fósforo de bicalcio, calcário calcítico, óleo de soja de degomado, aditivo adsorvente (glucomananos esterificados), prebiótico (mananoligossacarídeo), premix vitamínico mineral, níveis de garantia: umidade máx 12% proteína bruta mín 15,5%, extrato etéreo mín 16,0%, níveis de garantia: umidade máx 12%, proteína bruta mín 15,5%, extrato etéreo mín 16,0%, matéria fibrosa máx 13,5%, matéria mineral máx 5,0%, cálcio máx 0,8%, fósforo mín 0,6%, mananoligossacarídeos mín 0,1%, aditivo adsorvente 0,12%. prazo de validade na entrega equivalente a pelo menos 2/3 do prazo de validade total.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	6,1000 1
19	SEMENTE DE GIRASSOL. Graúdo para alimentação de aves.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	5,5000 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°:

Número do Registro de Preços: 4/2020						Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAS PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.									
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

20	MISTURA PARA PÁSSARO. Alimento completo para aves composto de girassol, amendoim, frutas, cascalho de pão, quirera de milho, arroz agulha, sorgo e aromatizante .	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		3,2500 1
21	RACÃO PARA SABIÁ. Extrusada própria para a espécie sabor banana.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		4,9500 1
22	MISTURA PARA TRINCA FERRO. Frutas desidratadas (cidra, mamão, laranja), alimento completo extrusado, trigo sarraceno (mourisco), crisalida, zimbro, girassol cártamo, girassol branco, mel natural, uva passa, extrusado colorido, aveia sem casca, sorgo, quirera de milho, quirera de ervilha, farinha de concha de ostras, trigo em grão, dolomita, suplemento vitamínico mineral, quirera de arroz, aroma de frutas cítricas.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		5,4000 1
23	PAIÑO	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		2,9500 1
24	AVEIA SEMCASCA GRÃO DE AVEIA. Clara descascada com no máximo 14,5% de umidade, 3% matéria estranha e 10% de grão ardidos e brotados, isento de pragas. Com a composição centesimal de Unidade (máx): 12,5%; Proteína Bruta (mín): 20%; Extrato Etéreo (mín): 2%; Matéria Fibrosa Bruta (máx): 10%; Matéria Mineral (máx): 12%; Cálcio (máx): 1,6%; Fósforo (mín): 0,6%.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		3,5000 1
25	RACAO PARA PEIXE. Ração extrusada 42%pb	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		1,6000 1
26	RACÃO DE ENGORDA DE AVE CONCENTRADO. Farelo de Soja, Farelo de Glúten de Milho 21, Farelo de Trigo, Calcário Calcítico, Fosfato Bicálcico, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Cloreto de Colina, Biotina, Niacina, Pantotenato de Cálcio, Ácido Fólico, Vitaminas (A, B1, B2, B6, B12, D3, E e K3), Metionina, Iodato de Cálcio, Sulfato de Cobre, Sulfato de Cobalto, Sulfato Ferroso, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Sulfato de Zinco, Aditivo Anticoccidiano (Nicarbazina), Aditivo Promotor de Crescimento e Eficiência Alimentar (Virginiamicina) e Aditivo Antioxidante (Etoxiqum).	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		1,9500 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJA**

Página: 5/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021	
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.
27	RAÇÃO PARA AZULÃO - Mistura para curió e azulão sem vitaminas coloridas.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	4,3500 1
28	RAÇÃO DE POSTURA - Umidade (Máx) 12%, Proteína Bruta (Min) 19%, Extrato Etéreo (Min) 2,80%, Matéria Fibrosa (Máx) 4%, Matéria Mineral (Máx) 13%, Cálcio (Máx) 4%, Fósforo (Min) 0,5%, Lisina 0,799%, Metionina 0,391%, Metionina + Cistina 0,719%, Treonina 0,631%, Triptofano 0,184%..	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	1,3600 1
29	FARELO DE SOJA. Proteína mínima 44%, umidade máxima 12%, ensacado, livre de impurezas e pragas.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME	(110584)	1,0000 1

Página: 6/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 28/02/2020		Válido até: 28/02/2021	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário Classif.
30	MISTURA PARA PERIQUITO - Alimento Completo com sementes selecionadas. Composição: Sementes de: Milho, Alvo branco; Milho Alvo vermelho; Aveia descascada; Cártamo, Cereais extrudidos; Contem milho geneticamente modificado.	KG	COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME (110584)		3,4000 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 28/02/2020	Válido até: 28/02/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2020
PROCESSO Nº 12/2020

- (110584) - COMERCIAL OLIVEIRA LTDA - ME
- (110650) - JORGE MATOS HEME
- (111231) - VALDECIR COSTA
- (111481) - BARRA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS EIRELI

Maracajá, 28 de Fevereiro de 2020.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 306/2020

Publicação Nº 2379518

DECRETO N. 306, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANULA PROCESSO LICITATÓRIO N. 026/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando que o registro no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), não é obrigatório.

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a anulação do procedimento licitatório,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório n. 026/2020, na Modalidade de Pregão Presencial n. 015/2020, o qual tinha como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de Sistema de Gestão de Assistência Social, no Município de Maravilha - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

CLEITON BORGARO
Secretário Planej., Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 331/2020

Publicação Nº 2379516

DECRETO Nº 331, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal ROSELI PEREIRA DOS SANTOS LIMA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 332/2020

Publicação Nº 2379519

DECRETO Nº 332, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal FRANKLIN ZALDIR HUBNER, ocupante do cargo de Médico Saúde da Família, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 333/2020

Publicação Nº 2379533

DECRETO Nº 333, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 144/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 de março a 18 de dezembro de 2020, MARIQUELI BUGS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.698.349-19, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 334/2020

Publicação Nº 2379535

DECRETO Nº 334, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 142/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 de março a 18 de dezembro de 2020, DAIANA STAUDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 098.311.729-22, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 335/2020

Publicação Nº 2379542

DECRETO Nº 335, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 143/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 de março a 18 de dezembro de 2020, NALVA LUNEBURGER KOPS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 035.246.279-51, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 336/2020

Publicação Nº 2379544

DECRETO Nº 336, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 145/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 de março a 18 de dezembro de 2020, ADRIANE ECKERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 038.022.419-40, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 337/2020

Publicação Nº 2379546

DECRETO Nº 337, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 146/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 2 de março a 18 de dezembro de 2020, EMI MARIA REICHERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 422.992.849-15, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Museu Padre Fernando Nagel, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 338/2020

Publicação Nº 2379606

DECRETO Nº 338, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Concurso Público Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 171, de 23 de dezembro de 2014,

A decisão nos Autos nº 0300678.-40.2018.8.24.0042 proferida pela 2ª Vara da Comarca de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada CASSIANA JAQUELINE BEUTLER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 042.547.859-92, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio, a partir de 3 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 340/2020

Publicação Nº 2379900

DECRETO Nº 340, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera dispositivo do Decreto nº 282, de 14 de fevereiro de 2020 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente alterado o § 1º do art. 7º do Decreto nº 282, de 14 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º [...]

[...]

§ 1º A caução terá validade de 3 (três) anos a contar da data de assinatura do presente Decreto.

[...]

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 341/2020

Publicação Nº 2380058

DECRETO Nº 341, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Homologa resoluções do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto homologadas as Resoluções nº 002, nº 003 e nº 004, todas de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal de Saúde de Maravilha.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 342/2020

Publicação Nº 2380075

DECRETO Nº 342, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretária Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período 2 de março a 30 de abril de 2020, ISADORA GONÇALVES MARTINS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 069.319.769-23, para ocupar o cargo de Médico Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 037/2020

Publicação Nº 2379890

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
RETIFICAÇÃO N. 001/2020.

Processo Licitatório n. 037/2020 – Modalidade de Tomada de Preço n. 006/2020 - A Senhora Secretaria de Educação e Cultura do Município de Maravilha – SC, ROSEMERI BRUCH RODRIGUES DA SILVA, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2020 ao Edital de Tomada de Preço n. 006/2020, em relação a data de entrega dos envelopes. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 16 de março de 2020. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas,

ocorrerá no dia 17 de março de 2020, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07:30h às 11:30 horas e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 28 de fevereiro de 2020. ROSEMERI BRUCH RODRIGUES DA SILVA – Secretária de Educação e Cultura de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 042/2020

Publicação Nº 2380498

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 042/2020 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 012/2020

Contratadas: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE.

A Senhora Secretária de Assistência Social de Maravilha - SC, KATHIUCYA LARA IMMIG, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para execução de acompanhamento dos pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 28 de fevereiro de 2020. KATHIUCYA LARA IMMIG – Secretária de Assistência Social.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 043/2020

Publicação Nº 2380503

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 043/2020 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 013/2020

Contratada: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE.

A Senhora Secretária de Assistência Social de Maravilha - SC, KATHIUCYA LARA IMMIG, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para execução de acompanhamento dos pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 28 de fevereiro de 2020. KATHIUCYA LARA IMMIG – Secretária Municipal de Assistência Social.

Marema

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 02/2020

Publicação Nº 2379837

MINUTA

Ata De Registro De Preços: Nº 02/2020

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE MAREMA

Detentor Da Ata: CORADIN TERRAPLANAGEM EIRELI

Vinculação: Processo Licitatório nº 75/2019 – Pregão Presencial nº 55/2019

Objeto: Registro de preço para futuras contratações de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de escavadeira hidráulica.

Valor Total: R\$ 63.250,00 (Sessenta e três mil com duzentos e cinquenta reais)

Prazo: 12 Meses

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 03 de janeiro de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 03/2020

Publicação Nº 2379841

MINUTA

Ata De Registro De Preços: Nº 03/2020

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE MAREMA

Detentor Da Ata: MATHEUS FAVARETTO - MEI

Vinculação: Processo Licitatório nº 76/2019 – Pregão Presencial nº 56/2019

Objeto: Registro de preço para futuras contratações de empresa para prestação de serviços de horas de trator de pneu equipados com ensiladeira e carreto.

Valor Total: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

Prazo: 12 Meses

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 03 de janeiro de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 04/2020

Publicação Nº 2379844

MINUTA

Ata De Registro De Preços: Nº 04/2020

Órgão Gerenciador: MUNICIPIO DE MAREMA

Detentor Da Ata: BERNARDI TERRAPLANAGEM EIRELI

Vinculação: Processo Licitatório nº 01/2020 – Pregão Presencial nº 01/2020

Objeto: Registro de preço para futuras contratações de Serviço de hora máquina de trator de esteira

Valor Total: R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais)

Prazo: 12 Meses

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 11 de fevereiro de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

DECRETO 028/2020

Publicação Nº 2380767

DECRETO 28/2020
De 17/02/2020

APROVA O REGULAMENTO DO CONCURSO DA ESCOLHA DA RAINHA DA III FESTA DA POLENTA DE MAREMA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Marema, de acordo com a Lei Municipal n. 1138/2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Concurso Da Escolha da Rainha da III Festa da Polenta de Marema-SC (Anexo I) que se realizará no dia 02 de Abril de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Marema/SC, em 17 de fevereiro de 2020.

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ANEXO I**REGULAMENTO DO CONCURSO DE ESCOLHA DA II FESTA DA POLENTA DE MAREMA/SC**

O Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público, que se encontram aberta as inscrições para a Escolha da Rainha da III FESTA DA POLENTA DE MAREMA/SC, o qual reger-se-á pelas instruções deste regulamento.

1 – Do Objetivo

1.1 O presente regulamento tem por finalidade disciplinar as regras do Concurso para a escolha da Rainha, 1ª e 2ª Princesas da III Festa da Polenta de Marema/SC.

2 - Do Concurso

2.1 O presente Concurso tem o objetivo de eleger a candidata para representar o Município, de forma transparente e isonômica, oferecendo às jovens a mesma oportunidade de se tornar a representante da beleza da mulher Maremense.

2.3 O evento tem conotação cultural é uma promoção da Administração Municipal e realizar-se-á no dia 02 de Abril de 2020, no Centro de Múltiplo Uso.

2.3 A Administração do Concurso será constituída por duas comissões, que juntas coordenarão a realização do Concurso. Essas comissões são:

2.3.1 Comissão Organizadora, que promoverá o evento no Município, realizará a divulgação e a publicação do evento, convidará a comissão julgadora para proceder à seleção e o julgamento das candidatas, realizarão as inscrições e auxiliarão na organização do evento; e,

2.3.2 Comissão Julgadora (jurados), os quais avaliarão e procederão o julgamento das candidatas.

3 – Dos Requisitos para Inscrição

Art. 1º Serão aceitas inscrições de candidatas desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I. Residir no Município por um período de no mínimo 03 (três) meses;

II. Ter idade mínima de 16 anos, completados até o dia 11 de junho de 2020, mediante apresentação de documento pessoal de identificação e no máximo 27 anos, e em sendo menor de 18 (dezoito) anos deverão os pais assinar juntamente com a candidata o Termo de Compromisso;

III. Desfilar vestindo os trajes determinados pela Comissão Organizadora do evento;

IV. Ter disponibilidade de horários para atividades preparatórias e de divulgação do Concurso no período que antecede, tais como ensaios e reuniões, assim como, para representar o Município de Marema nas programações e eventos em que forem solicitadas até a escolha das próximas soberanas;

V. Demonstrar simpatia, elegância, comunicação, personalidade e postura social;

VI. Autorizar o uso de fotos, imagens, som e nome para toda publicidade e quaisquer fins comerciais relacionados ao Município, sem cobrança de cachê;

VII. A Comissão Organizadora reserva-se no direito de cancelar as candidaturas das interessadas que não preencherem os requisitos exigidos neste edital;

Parágrafo único – Considera-se residente no município aquela que, para efeitos de estudo, encontra-se temporariamente em endereço diverso.

4 – Das Inscrições

Art. 2º As inscrições serão aceitas no período de 02 de Março a 20 de Março de 2020, em horário comercial, junto à Prefeitura Municipal de Marema/SC.

§ 1º No ato da inscrição, a candidata deverá obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição devidamente preenchida;
- b) Fotocópia do RG e CPF;
- c) Fotocópia do comprovante de residência no Município;
- d) Termo de Responsabilidade anexo a este regulamento, devidamente assinado;
- e) Autorização dos pais ou responsáveis para a candidata for menor de 18 anos, autenticado em Cartório;

§ 2º As candidatas deverão cumprir rigorosamente a programação dos eventos, previamente avisadas pelos organizadores.

§ 3º Caso a inscrição da candidata não apresente todos os documentos relacionados no § 1º deste artigo, ou não sejam recebidos até a data e horário estipulados, a candidata estará automaticamente desclassificada da participação no concurso.

5 – Do Desfile e avaliação

Art. 3º Serão avaliados os seguintes quesitos:

- a) simpatia;
- b) beleza;
- c) postura corporal;
- d) desenvoltura na passarela;
- e) capacidade de comunicação.

Parágrafo único - Será atribuída uma nota de 05 (cinco) à 10 (dez) pontos, valendo casas decimais de meio ponto (0,5) para simpatia, beleza, postura corporal, desenvoltura na passarela e capacidade de comunicação.

Art. 4º O número de candidatas a participar do concurso será limitado em 10 (dez) candidatas, sendo destas escolhidas na seguinte ordem: Rainha, 1ª Princesa e 2ª Princesa.

Parágrafo único - No caso de inscreverem-se mais de 10 candidatas, a Comissão Organizadora fará a seleção prévia de forma a resultarem 10 (dez) candidatas, com os mesmos critérios do art. 3º.

Art. 5º Para a realização do concurso é preciso ter o número mínimo de 5 (cinco) inscrições.

Art. 6º Em caso de empate entre duas ou mais concorrentes, vencerá a que tiver maior nota no quesito capacidade de comunicação. Persistindo o empate, a candidata de maior idade será classificada.

Art. 7º A Comissão Julgadora será nomeada pela Secretaria de Administração, mediante indicação da Comissão Organizadora do evento, que será composta por 05 (cinco) jurados.

Parágrafo único: A contagem dos pontos será feita pelo presidente da comissão organizadora do evento, fiscalizado pelos jurados.

Art. 8º As candidatas realizarão 04 (quatro) desfiles, sendo:

I. No primeiro desfile, que será coletivo, as candidatas usarão roupa esportiva (calça jeans de tonalidade escura, baby look branca e sapato de salto);

II. No segundo desfile, que será individual, as candidatas usarão roupa esportiva (calça jeans de tonalidade escura, baby look branca e sapato de salto).

III. No terceiro desfile, que será individual, as candidatas usarão traje de gala;

IV. No quarto desfile, que será coletivo, as candidatas usarão traje de gala.

§ 1º. Fica a Administração Municipal, responsável com instruções e treinamento da passarela e etiqueta para o desfile.

§ 2º. Para avaliação do quesito de capacidade de comunicação as candidatas serão submetidas a avaliação, com tempo de 2 a 3 minutos, com fala de improviso, tendo como tema "o Município de Marema/SC".

6 – Dos Trajes e Acessórios

Art. 9º Ficará cada candidata responsável de providenciar para o desfile calça jeans escura, baby look branca, sapato (de salto).

§ 1º Os arranjos de cabelo e maquiagem para o desfile serão de responsabilidade de cada candidata.

§ 2º Para Rainha e Princesas eleitas, serão confeccionados trajes típicos, cedidos pela Administração Municipal, para que as mesmas representem o Município nas variadas oportunidades.

§ 3º Os acessórios, tais como faixa e coroas das eleitas deverão ser devolvidas no final do mandato.

§ 4º É de responsabilidade das eleitas o cuidado e conservação do traje e acessórios.

7 – Das Disposições Gerais

Art. 10º As candidatas adolescentes deverão ser acompanhadas dos pais ou responsáveis legais durante a realização do desfile bem como em todos os eventos que participarem.

Art. 11 É essencial às candidatas, bem como às eleitas, terem pontualidade, respeito e consideração com todos os envolvidos no evento, sendo razoável que compareças aos ensaios com antecedência ao horário marcado.

Art. 12 As eleitas deverão, sempre que forem convidadas, estarem à disposição da Administração Municipal (com as respectivas faixas, coroas e trajes típicos) em eventos de divulgação e programações.

Art. 13 No caso de uma das eleitas não desempenhar a função de maneira satisfatória, não cumprindo as regras deste regulamento, a Secretaria Administração poderá substituí-la, usando o critério de classificação obtido no Concurso.

Art. 14 Havendo alterações nas condições citadas neste regulamento, antes, durante ou após a realização do Concurso, deverá a candidata avisar imediatamente à comissão organizadora do evento, e tais infringências poderão resultar na sua desclassificação.

Art. 15 As fichas de inscrição, bem como, as fichas de avaliação dos jurados e classificação, ficarão arquivadas com grau de sigilo, não sendo objeto de divulgação e nem de acesso às candidatas e à sociedade civil.

Art. 16 Os ensaios serão restritos às candidatas, acompanhadas de representante legal para as adolescentes, sendo vedada a participação de público sem vínculo com o evento.

Art. 17 No dia do evento não será permitida a entrada de parentes e ou amigos(as) das candidatas no camarim.

Art. 18 A vencedora do Concurso fica obrigada a participar do Concurso seguinte, no qual entregará o Cargo e passará a faixa para a candidata vencedora do mesmo.

Art. 19 A candidata eleita neste Concurso não poderá concorrer no ano seguinte.

Art. 20 A Candidata, ao preencher e assinar a Ficha de Inscrição, declara conhecer e concordar com o Regulamento Oficial do Concurso, e

se compromete a cumpri-lo em todos os seus itens, sob pena de ter a inscrição cancelada sem qualquer direito a indenização.

Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do evento e, se necessário, poderá ser alterado a qualquer tempo.

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

CONCURSO DA ESCOLHA DA RAINHA DA III FESTA DA POLENTA DE MAREMA/SC

Nome: _____
Filiação: _____
Pai _____
Mãe _____
Data de Nascimento: ____/____/_____
Naturalidade: _____
RG: _____ CPF _____
Endereço: _____
Número: ____ Complemento: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____
E-mail: _____
Telefone: (____) _____ Celular: (____) _____

Declaro ter pleno conhecimento do regulamento do Concurso, e manifesto minha concordância integral com os termos nele constantes, comprometendo-me a cumpri-los, sob pena de cancelamento da inscrição.

Autorizo, a título, o uso do meu nome, sons, fotos e minhas imagens, em todos os tipos de mídia, a serem utilizados pela Administração Municipal ou terceiros por ele expressamente autorizados para divulgação de eventos.

Marema/ SC, ____/____/____.

Assinatura da candidata

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

ESCOLHA DA RAINHA DA III FESTA DA POLENTA DE MAREMA-SC

Eu _____, brasileira, solteira, portadora do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliada na _____, no Município de Marema/SC, DECLARO ter pleno conhecimento do Regulamento do Concurso da Escolha Rainha Da III Festa da polenta de Marema-/SC e comprometo-me a seguir as normas e critérios estabelecidos no mesmo, sob pena de cancelamento da minha inscrição. Declaro ainda, que cumprirei integralmente com a agenda estipulada pela Administração Municipal e demais segmentos, antes e durante a realização do Concurso, com divulgação e presença em eventos.

Em caso de gravidez, casamento, problemas de saúde graves, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, entre outros que prejudiquem a participação e/ou realização do Concurso ou na participação de eventos, notificarei imediatamente a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, podendo resultar na minha desclassificação.

MAREMA/SC, ____ de ____ de 2020.

Assinatura da Candidata

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAR

ESCOLHA DA RAINHA DA III FESTA DA POLENTA

Nós, senhor _____, brasileiro, estado civil _____ profissão portador do CPF nº _____ e RG nº _____ e a senhora _____, brasileira, estado civil _____ profissão _____ portadora do CPF nº _____ e RG nº _____ residente e domiciliados no Município de Marema/SC, AUTORIZAMOS nossa filha _____ nascida aos _____, a participar do Concurso da Escolha da ESCOLHA DA RAINHA DA III FESTA DA POLENTA DE MAREMA-SC promovido pela Administração Municipal de Marema-SC, que será no dia 02 de Abril de 2020. DECLARAMOS ter conhecimento

de todo o regulamento do Concurso, aceitando todos os termos e em acompanhar nossa filha na agenda de eventos estipulada pela Administração, antes e durante a realização do Concurso, bem como, em caso de ser eleita, acompanhar em participações em festas, promoções e demais eventos que o cargo impõe. AUTORIZAMOS, a título gratuito, o uso do nome, som, fotos e imagem de nossa filha em todos os tipos de mídia, a serem utilizado para divulgação de eventos.

Marema/SC, _____ de _____ de 2020.

Assinatura dos pais ou responsável legal
(Reconhecer assinatura em Cartório)

DECRETO 031/2020

Publicação Nº 2380225

Decreto 031/2020

De 17/02/2020.

DECRETA A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ARIANE VELHO DOS SANTOS POTER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/97

CONSIDERANDO Decreto de nomeação nº 126/2019

CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora

DECRETA

Art. 1º A exoneração da Servidora Pública Municipal ARIANE VELHO DOS SANTOS POTER, a partir 28 de fevereiro de 2020, nos termos acima mencionados.

Art. 2º O presente decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Marema, em 17 de fevereiro de 2020.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO 01.2020 (FMS) - ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC)

Publicação Nº 2380245

PARCERIA Nº 01/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC).

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua 11 de Novembro, número 2.997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, no uso de suas atribuições legais, celebra a presente FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 03.794.738/0001-66, estabelecida à Rua 25 de Julho, sem número, anexo ao Terminal Rodoviário, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Sr. HUMBERTO ROMEO SCHMIDT, inscrito no CPF sob o nº 051.583.359-23, residente à Rua Helmuth Sprung, número 78, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em que os lados ajustam celebrar o presente termo, com fundamento na Lei Federal 13.019/14 e suas alterações, conforme procedimentos documentados no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais 13.019/14 e 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, bem como das cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de fomento, o repasse de recursos oriundos à subvenção para o exercício de 2020, beneficiando a Associação em razão da realização de atendimento e transporte emergencial de pacientes (transferências) para os hospitais de referência, cuja verba se destina aos pagamentos descritos na planilha de custos do plano de trabalho, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total do presente repasse é R\$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS), que serão repassados conforme o seguinte cronograma:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	RECURSO (R\$)	DETALHAMENTO	JUSTIFICATIVA
SALÁRIOS/ ENCARGOS (FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2020)	R\$ 20.000,00 (MENSAL)	PAGAMENTO DE SALÁRIO, INSS, FGTS PIS, COFINS, FÉRIAS, ETC., DOS MOTORISTAS.	SERÁ NECESSÁRIA PARA MANTER UMA EQUIPE DE MOTORISTAS A DISPOSIÇÃO 24 HORAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – SÃO OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

3.1. Prestar informações e suporte necessários ao bom andamento das atividades da organização parceira.

3.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste acordo de cooperação, observando o cumprimento dos deveres e obrigações da organização parceira, em especial, o cumprimento do projeto/plano de trabalho apresentado.

3.3. Repassar à organização parceira os recursos definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2020, desde que aprovado no plano de trabalho.

3.4. Avaliar e aprovar a prestação de contas da organização parceira no que se refere à aplicação dos recursos destinados ao objeto ora em destaque, em consonância com o preconizado no edital de inexigibilidade do chamamento público e neste termo de fomento.

CLÁUSULA QUARTA – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

4.1. Desenvolver integralmente as atividades do projeto/plano de trabalho apresentado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), apresentando mensalmente o relatório de atendimentos efetivamente realizados.

4.2. Encaminhar ao Município a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos, apresentando, obrigatoriamente, comprovantes do cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do término de vigência da parceria, conforme art. 69 da Lei Federal 13.019/14, para manifestação conclusiva do Gestor.

4.3. Acompanhar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de seu quadro e de empresas contratadas.

4.4. Cumprir integralmente as obrigações contidas no projeto/plano de trabalho, sem jamais transferir para o Município tais responsabilidades.

4.5. Submeter à consideração e aprovação do Município qualquer nova ação necessária ao desenvolvimento pactuado.

- 4.6. Apresentar, ao final do pacto, relatório pormenorizado acerca das atividades desenvolvidas, apontando os resultados obtidos.
- 4.7. Garantir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
- 4.8. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no acordo de cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.
- 4.9. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- 4.10. Devolver aos cofres públicos qualquer saldo porventura apurado no final da vigência do presente termo de fomento.
- 4.11. Não utilizar o recurso recebido para pagamento de tributos e taxas municipais.
- 4.12. Empregar o recurso recebido estritamente nas ações do projeto apresentado e aprovado pelo instrumento de inexigibilidade de chamamento público.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente acordo de cooperação iniciará quando da assinatura do acordo de cooperação e terá vigência até 31 DE DEZEMBRO DE 2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse e antecedente manifestação expressa pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do presente acordo de cooperação ficará sob responsabilidade da Sra. Suzane Elisa Froehlich Reinke, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente acordo de cooperação será rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Deixar a organização parceira de apresentar a prestação de contas e os comprovantes exigidos.

7.1.2. Paralisação injustificada das atividades por parte da organização parceira.

7.1.3. Descumprimento injustificado pelos partícipes das obrigações contidas no presente instrumento.

7.1.4. Unilateralmente, por qualquer das partes, desde que comunicada a intenção com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias, resguardado o direito de se pleitear perdas e danos gerados pela descontinuidade das atividades.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. Os casos omissos e aqueles que se tornarem controvertidos serão resolvidos através de aditivo ao presente instrumento.

8.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste acordo de cooperação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Massaranduba (SC), 27 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito de Massaranduba (SC)

SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE
Gestora do Fundo Municipal de
Saúde de Massaranduba (SC)

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS
VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC)
HUMBERTO ROMEO SCHMIDT
Presidente

TESTEMUNHAS:

GILBERTO ALEXANDRE	GREICE GRIBOSKI
CPF: 563.784.329-53	CPF: 099.180.659-07

CONTRATO 15.2020 (PMM) - BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA ME

Publicação N° 2379507

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.859.913/0001-47, com sede na Rua do Comércio, número 1.179, bairro Barracão, Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. VALCIR ALVES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 416.501.589-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 09/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA EMEF ALTO LUÍS ALVES.

1.2. Ao assinar este contrato, a contratada declara que possui pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pela contratante qualquer reclamação ou reivindicação por parte da contratada fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Faz parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes: edital de licitação e seus projetos, proposta comercial da contratada, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

2.2. O objeto do presente contrato será realizado sob o regime de EMPREITADA GLOBAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO

3.1. Conforme art. 56 da Lei Federal 8.666/93, no ato da assinatura deste contrato, a contratada deverá comprovar caução de 05% (cinco por cento) sobre o valor da proposta comercial, a fim de proteger a contratante contra atos ou omissões caso a contratada retire sua proposta comercial durante o período de validade definido no edital. A comprovação deverá ser efetuada dentre as seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro (moeda corrente ou cheque)/título da dívida pública que deverá ser depositado no BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA MASSARANDUBA Nº 1.390-0, CONTA CORRENTE Nº 10-8, em guia de depósito identificado;

b) Fiança bancária;

c) Seguro garantia.

3.2. Caso a contratada não comprove caução no ato da assinatura deste contrato ou apresente caução no valor errôneo, a contratante convocará a licitante remanescente para assinatura deste contrato, tendo ela o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação para assinatura do mesmo.

3.3. Ao término da vigência deste contrato, a caução será restituída à contratada no prazo de 05 (dias) úteis após a protocolização do pedido junto ao Setor de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. A contratante pagará o valor global de R\$ 316.548,35 (TREZENTOS E DEZESSEIS MIL QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), sendo esta a única remuneração devida à contratada.

4.1.1. A contratante compromete-se a efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão do relatório de medições dos serviços executados, juntamente com a apresentação da nota fiscal, devidamente aprovada pela fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.1.2. Os pagamentos das medições dependerão da entrega da documentação fiscal correspondente, condicionada a adimplência fiscal, bem como à comprovação dos recolhimentos dos tributos devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.3. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.1.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da contratada, o pagamento poderá ser retido pela contratante até a normalização da mesma, sem que acarrete ônus adicionais à contratante.

4.1.5. Os valores dos serviços contratados são fixos e irredutíveis, mas havendo o desequilíbrio econômico-financeiro, observar-se-á o estabelecido nos arts. 58 e 65 da Lei Federal 8.666/93, sendo reajustáveis pelo índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE)

ou outro índice que venha a substituí-lo.

4.1.6. Fica expressamente estabelecido que o valor constante na proposta comercial da contratada inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida pela contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, iniciando após a data de recebimento da ordem de serviço e assinatura do contrato, o qual terá vigência de 06 (seis) meses, sob pena de aplicação das multas por inadimplência e demais sanções deste edital bem como as das Leis aplicáveis.

5.2. O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência de 05 (cinco) dias úteis do término de sua vigência, e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93.

5.3. A contratante poderá, nos termos do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, aumentar ou reduzir as quantidades do objeto deste contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

5.4. A contratada deverá manter, durante a vigência deste contrato, a documentação de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme consta no inciso XIII do art. 55 da Lei Federal 8.666/93.

5.5. O recebimento provisório do objeto deste contrato dar-se-á mediante a emissão, por parte da contratante, do termo de recebimento provisório da obra.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Visando a perfeita execução dos serviços, a contratada obriga-se a:

6.1.1. Executar os serviços sob o regime de empreitada global, obedecendo fielmente aos projetos.

6.1.2. Observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança determinados nas normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

6.1.3. Aceitar acréscimos ou supressões que a contratante solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

6.1.4. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução da obra.

6.1.5. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da contratante em seu acompanhamento.

6.1.6. Comunicar a contratante, por escrito, sobre quaisquer anormalidades de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

6.1.7. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

6.1.8. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à contratante e/ou a terceiros, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.9. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão-de-obra e quaisquer outras que venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

6.1.10. Executar os serviços, sob sua inteira responsabilidade, em 04 (quatro) meses, iniciando após a data do recebimento da ordem de serviço e assinatura do contrato, o qual terá vigência de 06 (seis) meses, sob pena de aplicação das multas por inadimplência e demais sanções deste edital bem como as das Leis aplicáveis.

6.1.11. Manter, durante a vigência deste contrato, a documentação de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme consta no inciso XIII do art. 55 da Lei Federal 8.666/93.

6.1.12. Remover, após a conclusão da obra, todos os equipamentos utilizados e materiais excedentes, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando o local e as áreas contíguas rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

6.1.13. Anotar em registro próprio (diário de obras) todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

6.1.14. Manter os seus empregados utilizando os equipamentos de segurança necessários à realização dos serviços, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da contratante.

6.1.15. Não subcontratar o objeto sem autorização prévia da contratante.

6.1.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços executados.

6.1.17. Permitir o livre acesso da fiscalização da contratante ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações.

6.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

6.1.19. Para pagamento da última medição, a licitante vencedora deverá providenciar a Certidão Negativa do Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (CEI) da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto desta licitação, a contratante compromete-se a:

7.1.1. Exigir que a contratada cumpra com o exposto neste contrato.

7.1.2. Aplicar as penalidades previstas neste contrato ou de Leis pertinentes, à contratada, quando couber.

7.1.3. Designar um profissional qualificado para acompanhamento e fiscalização da obra.

7.1.4. Comunicar à contratada quaisquer anormalidades verificadas na execução dos serviços.

7.1.5. Rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar no todo ou em parte a presente licitação.

7.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas neste contrato.

7.1.7. Proporcionar à contratada as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

7.1.8. Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXECUTOR, RESPONSABILIDADE CIVIL E GARANTIA

8.1. A contratada designará, em caráter permanente, um engenheiro para dirigir a execução dos serviços, o qual poderá ser substituído, assim como qualquer outro empregado, no caso de solicitação da contratante, sem que esteja obrigada a declarar seus motivos.

8.2. A contratada responderá, durante o prazo de 05 (cinco) anos, pela solidez da obra, ficando responsável por qualquer defeito ou dano que venha a acontecer na mesma em virtude da má execução. Este prazo iniciará após a data de assinatura do termo de recebimento definitivo da obra.

8.3. A contratada responderá por perdas e danos em que vier sofrer a contratante ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

9.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato:

a) A execução do objeto com atraso;

b) A execução do objeto alheio ao especificado;

c) A execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

9.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato;

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a autorização de execução;

b) A não execução do objeto.

9.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);

b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de execução, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a contratada não assinar o contrato;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

e.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e.3) Não obedecer às condições de execução especificadas no contrato;

e.4) Não executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual;

f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a contratada apresentar declaração falsa.

9.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à contratada.

9.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.5. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

9.6. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

9.7. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da contratada por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Constituem motivo para rescisão deste contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias consecutivos dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOVAÇÃO

11.1. A não utilização por parte da contratante, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da contratante neste contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO

12.1. A contratada é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento, material ou veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal 8.666/93, e o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020, à proposta comercial da contratada e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

14.2. A execução do presente do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. José Francisco Hilbert, engenheiro civil, que exercerá rigoroso controle, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 21 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA		BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA ME
ARMINDO SESAR TASSI		VALCIR ALVES DA SILVA
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSE FRANCISCO HILBERT		FABIANO SPEZIA
CPF: 067.857.989-06		CPF: 950.720.129-72

CONTRATO 16.2020 (PMM) - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME

Publicação Nº 2379509

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 16/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.086.078/0001-73, com sede na Rua Dr. Nereu Ramos, número 152, bairro Coloninha, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. VALDIR BENTO FALCHETTI, inscrito no CPF sob o nº 250.995.239-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2020, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na EXECUÇÃO DA REFORMA NA EMEF PE. BRUNO LINDEN (ADEQUAÇÕES - ACESSIBILIDADE E PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO), localizada na Rua Expedicionário Benjamin Berri, número 35, bairro Benjamin Constant, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

1.2. Ao assinar este contrato, a contratada declara que possui pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pela contratante qualquer reclamação ou reivindicação por parte da contratada fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Faz parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes: edital de licitação e seus projetos, proposta comercial da contratada, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

2.2. O objeto do presente contrato será realizado sob o regime de EMPREITADA GLOBAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO

3.1. Conforme art. 56 da Lei Federal 8.666/93, no ato da assinatura deste contrato, a contratada deverá comprovar caução de 05% (cinco por cento) sobre o valor da proposta comercial, a fim de proteger a contratante contra atos ou omissões caso a contratada retire sua proposta comercial durante o período de validade definido no edital. A comprovação deverá ser efetuada dentre as seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro (moeda corrente ou cheque)/título da dívida pública que deverá ser depositado no BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA MASSARANDUBA N° 1.390-0, CONTA CORRENTE N° 10-8, em guia de depósito identificado;

b) Fiança bancária;

c) Seguro garantia.

3.2. Caso a contratada não comprove caução no ato da assinatura deste contrato ou apresente caução no valor errôneo, a contratante convocará a licitante remanescente para assinatura deste contrato, tendo ela o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação para assinatura do mesmo.

3.3. Ao término da vigência deste contrato, a caução será restituída à contratada no prazo de 05 (dias) úteis após a protocolização do pedido junto ao Setor de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. A contratante pagará o valor global de R\$ 216.025,25 (DUZENTOS E DEZESSEIS MIL VINTE E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), sendo esta a única remuneração devida à contratada.

4.1.1. A contratante compromete-se a efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão do relatório de medições dos serviços executados, juntamente com a apresentação da nota fiscal, devidamente aprovada pela fiscalização da mesma.

4.1.2. Os pagamentos das medições dependerão da entrega da documentação fiscal correspondente, condicionada a adimplência fiscal, bem como à comprovação dos recolhimentos dos tributos devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.3. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.1.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da contratada, o pagamento poderá ser retido pela contratante até a normalização da mesma, sem que acarrete ônus adicionais à contratante.

4.1.5. Os valores dos serviços contratados são fixos e irrevogáveis, mas havendo o desequilíbrio econômico-financeiro, observar-se-á o estabelecido nos arts. 58 e 65 da Lei Federal 8.666/93, sendo reajustáveis pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que venha a substituí-lo.

4.1.6. Fica expressamente estabelecido que o valor constante na proposta comercial da contratada inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida pela contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, iniciando após a data de recebimento da ordem de serviço e assinatura do contrato, o qual terá vigência de 06 (seis) meses, sob pena de aplicação das multas por inadimplência e demais sanções deste edital bem como as das Leis aplicáveis.

5.2. O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência de 05 (cinco) dias úteis do término de sua vigência, e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93.

5.3. A contratante poderá, nos termos do art. 65 da Lei Federal 8.666/93, aumentar ou reduzir as quantidades do objeto deste contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

5.4. A contratada deverá manter, durante a vigência deste contrato, a documentação de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme consta no inciso XIII do art. 55 da Lei Federal 8.666/93.

5.5. O recebimento provisório do objeto deste contrato dar-se-á mediante a emissão, por parte da contratante, do termo de recebimento

provisório da obra.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Visando a perfeita execução dos serviços, a contratada obriga-se a:

6.1.1. Executar os serviços sob o regime de empreitada global, obedecendo fielmente aos projetos.

6.1.2. Observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança determinados nas normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

6.1.3. Aceitar acréscimos ou supressões que a contratante solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

6.1.4. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução da obra.

6.1.5. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da contratante em seu acompanhamento.

6.1.6. Comunicar a contratante, por escrito, sobre quaisquer anormalidades de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

6.1.7. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

6.1.8. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à contratante e/ou a terceiros, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.9. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão-de-obra e quaisquer outras que venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

6.1.10. Executar os serviços, sob sua inteira responsabilidade, em 04 (quatro) meses, iniciando após a data do recebimento da ordem de serviço e assinatura do contrato, o qual terá vigência de 06 (seis) meses, sob pena de aplicação das multas por inadimplência e demais sanções deste edital bem como as das Leis aplicáveis.

6.1.11. Manter, durante a vigência deste contrato, a documentação de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme consta no inciso XIII do art. 55 da Lei Federal 8.666/93.

6.1.12. Remover, após a conclusão da obra, todos os equipamentos utilizados e materiais excedentes, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando o local e as áreas contíguas rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

6.1.13. Anotar em registro próprio (diário de obras) todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

6.1.14. Manter os seus empregados utilizando os equipamentos de segurança necessários à realização dos serviços, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da contratante.

6.1.15. Não subcontratar o objeto sem autorização prévia da contratante.

6.1.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços executados.

6.1.17. Permitir o livre acesso da fiscalização da contratante ao local dos serviços, acatando ordens, sugestões e determinações.

6.1.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

6.1.19. Para pagamento da última medição, a licitante vencedora deverá providenciar a Certidão Negativa do Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (CEI) da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto desta licitação, a contratante compromete-se a:

7.1.1. Exigir que a contratada cumpra com o exposto neste contrato.

7.1.2. Aplicar as penalidades previstas neste contrato ou de Leis pertinentes, à contratada, quando couber.

7.1.3. Designar um profissional qualificado para acompanhamento e fiscalização da obra.

7.1.4. Comunicar à contratada quaisquer anormalidades verificadas na execução dos serviços.

7.1.5. Rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar no todo ou em parte a presente licitação.

7.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas neste contrato.

7.1.7. Proporcionar à contratada as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

7.1.8. Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXECUTOR, RESPONSABILIDADE CIVIL E GARANTIA

8.1. A contratada designará, em caráter permanente, um engenheiro para dirigir a execução dos serviços, o qual poderá ser substituído, assim como qualquer outro empregado, no caso de solicitação da contratante, sem que esteja obrigada a declarar seus motivos.

8.2. A contratada responderá, durante o prazo de 05 (cinco) anos, pela solidez da obra, ficando responsável por qualquer defeito ou dano que venha a acontecer na mesma em virtude da má execução. Este prazo iniciará após a data de assinatura do termo de recebimento definitivo da obra.

8.3. A contratada responderá por perdas e danos em que vier sofrer a contratante ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

9.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato:

- a) A execução do objeto com atraso;
- b) A execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

9.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato;

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a autorização de execução;
- b) A não execução do objeto.

9.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de execução, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a contratada não assinar o contrato;
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
 - e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
 - e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
 - e.3) Não obedecer às condições de execução especificadas no contrato;
 - e.4) Não executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a contratada apresentar declaração falsa.

9.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à contratada.

9.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.5. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

9.6. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

9.7. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da contratada por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Constituem motivo para rescisão deste contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias consecutivos dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOVAÇÃO

11.1. A não utilização por parte da contratante, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da contratante neste contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO

12.1. A contratada é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento, material ou veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal 8.666/93, e o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020, à proposta comercial da contratada e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

14.2. A execução do presente do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. José Francisco Hilbert, engenheiro civil, que exercerá rigoroso controle, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 21 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA		EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME
ARMINDO SESAR TASSI		VALDIR BENTO FALCHETTI
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSE FRANCISCO HILBERT		FABIANO SPEZIA
CPF: 067.857.989-06		CPF: 950.720.129-72

DECRETO Nº 4124 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383913

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4124 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020****Abre créditos adicionais especiais**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2069 de 28 de fevereiro de 2020, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais especiais no orçamento de 2020 no valor de R\$ 49.817,38 (Quarenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e oito centavos) nos programas discriminados do Anexo I.

Art. 2º O recurso para a abertura dos créditos adicionais especiais de que trata o artigo 1º, é oriundo do superávit financeiro do Município verificado no exercício anterior, conforme artigo 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

ANEXO I

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 4125 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383915

DECRETO Nº 4125 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2068, de 28 de fevereiro de 2020, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2020, no valor de R\$ 120.320,00 (Cento e vinte mil e trezentos e vinte reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré-Escola

3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais

08.001.146 3.1.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Recursos de Impostos – Educação R\$ 20.320,00

08.001.0012.0365.0022.2053 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001.161 3.3.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Recursos de Impostos – Educação R\$ 80.000,00

4.4.00 - Investimentos

08.001.165 4.4.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Recursos de Impostos – Educação R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, é oriundo da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001.120 3.3.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Receitas de Impostos – Educação R\$ 120.320,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 4126 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383917

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4126 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020****Abre crédito adicional suplementar**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º é oriundo do provável excesso de arrecadação no exercício, no vínculo 01009000-Recursos Ordinários Fecarroz, conforme artigo 43, parágrafo 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



ANEXO I

www.diariomunicipal.sc.gov.br

LEI Nº 2068, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379536

LEI Nº 2068, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional (suplementar).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional Suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019) no valor de R\$ 120.320,00 (Cento e vinte mil e trezentos e vinte reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré-Escola

3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais

08.001.146 3.1.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Recursos de Impostos – Educação R\$ 20.320,00

08.001.0012.0365.0022.2053 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001.161 3.3.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Recursos de Impostos – Educação R\$ 80.000,00

4.4.00 - Investimentos

08.001.165 4.4.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Recursos de Impostos – Educação R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º, é oriundo da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.001 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

08.001.0012.0361.0020.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.00 - Outras Despesas Correntes

08.001.120 3.3.90 - Aplicações Diretas

08.001 – 01010000 – Receitas de Impostos – Educação R\$ 120.320,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº 2069, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379537

LEI Nº 2069, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito adicional Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 49.817,38 (Quarenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e oito centavos) conforme classificação funcional programática abaixo:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

08.003 – GERÊNCIA DE CULTURA E TURISMO

08.003.0013.0392.0038.2061 – Manutenção Da Cultura e Turismo

3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais

08.003.3.1.71 - Transferências a Consórcios públicos mediante contrato de rateio

08.003 – 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.035,78

11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**11001 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**

11001.0004.0127.0018.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

3.3.00 - Outras Despesas Correntes

11001.3.3.93 - Aplicações Direta decorrente de Operação de órgãos, fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com consórcio Público do qual o ente participa

11.001 – 30000000 – Recursos Ordinários R\$ 17.781,60

12 – SECRETARIA DE AGRICULTURA**12001 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA**

12001.0028.0845.0107.0001 – Transferências à Entidades e Associações - Agricultura

3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais

12001 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

12.001 – 30000000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais especiais de que trata o Artigo 1º são oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior conforme Artigo 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 28 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 03.2020 INEX 03.2020 (FMS) - FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA (BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS)

Publicação Nº 2380178

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2020

FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, situado na Rua 11 de Novembro, número 2.797, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que, sob a égide da Lei Federal 13.019/14, bem como ao exposto neste instrumento de inexigibilidade de chamamento público, celebrará a FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA COM A "ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC)", de acordo com as condições fixadas neste instrumento.

1 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente termo de inexigibilidade encontra fundamentação legal no art. 31, caput, da Lei Federal 13.019/14, o qual dispõe: "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica."

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente termo de fomento, o repasse de recursos oriundos à subvenção para o exercício de 2020, beneficiando a Associação em razão da realização de atendimento e transporte emergencial de pacientes (transferências) para os hospitais de referência, cuja verba se destina aos pagamentos descritos na planilha de custos do plano de trabalho, parte integrante deste instrumento.

3 – DOS CRITÉRIOS E ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO CIVIL

3.1. As razões de escolha da "Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba (SC)" se fundamentam em razão de, além de ser a única no Município nesse ramo, o que inviabiliza a competição, sempre prestou com excelência os serviços de sua competência.

3.2. A entidade é reconhecida pelo caráter voluntário na garantia das ações de atendimentos, integralmente gratuitos, a prestar atendimento à comunidade de resgate, socorro e transporte emergencial, combate a incêndios e de salvamento, além de atendimento pré-hospitalar

a pessoas físicas acidentadas e necessitadas.

3.3. Fica evidente que as atividades da entidade resultam em benefício à população e, por ser a única entidade dentro do Município que possa garantir, em poucos minutos, em qualquer ponto do Município, os referidos serviços.

3.4. Por outro lado, o Município não dispõe de corpo técnico qualificado ou outra entidade que atenda a demanda.

4 – DA JUSTIFICATIVA

4.1. A "Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba (SC)" atende a comunidade há mais de 10 (dez) anos, apresentando trabalho exemplar e voluntário, e vem contribuindo de forma significativa com o Município em seguir cumprindo suas atribuições em relação às políticas públicas de segurança.

4.2. Atualmente, a "Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba (SC)" atende os munícipes de todos os bairros do Município de Massaranduba em demandas diversas, e a sua corporação conta com voluntários e efetivos que podem ser acionados em casos mais extremos.

4.3. O plano de trabalho apresentado e o repasse será feito especificamente no que tange ao atendimento e transporte emergencial de pacientes (transferências) para os hospitais de referência. Porém, para a realização desse serviço, necessita-se realizar pagamento aos motoristas.

4.4. O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), gestor desta parceria, vê na Associação, o principal parceiro na garantia da proteção ao cidadão em situações emergenciais, bem como vê a necessidade de manter os repasses em razão da necessidade do transporte emergencial.

4.5. Dessa forma, o Município repassará recursos financeiros no montante de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) MENSAIS, ao longo de 11 (onze) meses, totalizando o valor de R\$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS), a fim de contribuir no custeio dos motoristas, garantindo a manutenção da prestação dos serviços pela Associação, considerada, hoje, de interesse e relevância pública neste Município.

4.6. O instrumento de parceria a ser firmado encontra-se fundamentado na Lei Federal 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho.

4.7. O plano de trabalho apresentado pela Associação está condizente com os serviços que serão desempenhados.

5 – DA DELIBERAÇÃO

5.1. Com fundamento na justificativa acima, decido pela contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 31, caput, da Lei Federal 13.019/14, ficando o Setor de Licitações e Contratos com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

6 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, VALOR E PAGAMENTO

6.1. O prazo de execução iniciará quando da assinatura do termo de fomento até 31 DE DEZEMBRO DE 2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse e antecedente manifestação expressa pelas partes.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) repassará recursos financeiros no montante de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) MENSAIS, cujo valor será repassado exclusivamente pela Prefeitura de Massaranduba (SC), em razão da inexistência de repasses externos conforme Deliberação 425/CIB/10.

6.3. O pagamento será realizado até o último dia útil do mês, a partir de fevereiro de 2020, após a plena comprovação acerca dos atendimentos efetivamente realizados, condicionado à apresentação das notas fiscais acompanhadas do relatório de atendimentos.

7 – DO EXECUTOR

7.1. ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 03.794.738/0001-66, estabelecida à Rua 25 de Julho, sem número, anexo ao Terminal Rodoviário, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

7.2. REPRESENTANTE LEGAL (PRESIDENTE): Humberto Romeo Schmidt, inscrito no CPF sob o nº 051.583.359-23, residente à Rua Helmuth Sprung, número 78, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

8 – DOS DOCUMENTOS JUNTADOS

8.1. Obedecendo ao art. 34 da Lei Federal 13.019/14, foram apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável;
- b) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- c) Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- d) Relação nominal atualizada dos dirigentes, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade, número de registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de cada um deles;

e) Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

9 – DA JUSTIFICATIVA DO VALOR

9.1. Conforme consta no processo, a entidade prestará o serviço contratado por intermédio desta inexigibilidade (termo de fomento), mediante plano de trabalho.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A dotação orçamentária a ser utilizada para custear o repasse será a seguinte:

9 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 – GERÊNCIA DE SAÚDE

6 – TRANSFERÊNCIAS ÀS ENTIDADES

33504199 – TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

100200 – RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

11 – DO GESTOR DA PARCERIA

11.1. Fica designado o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) como gestor desta parceria.

12 – DO PERÍODO PARA IMPUGNAÇÃO

12.1. O período para impugnação será de 05 (cinco) dias úteis após a publicação da justificativa no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Massaranduba (SC), 18 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito de Massaranduba (SC)

SUZANE ELISA FROELICH REINKE

Gestora do Fundo Municipal de

Saúde de Massaranduba (SC)

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

MINUTA DE FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA

PARCERIA Nº ____/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC).

Ao ____ dia do mês de ____ do ano de dois mil e vinte, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua 11 de Novembro, número 2.997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, no uso de suas atribuições legais, celebra a presente FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 03.794.738/0001-66, estabelecida à Rua 25 de Julho, sem número, anexo ao Terminal Rodoviário, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Sr. HUMBERTO ROMEO SCHMIDT, inscrito no CPF sob o nº 051.583.359-23, residente à Rua Helmuth Sprung, número 78, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em que os lados ajustam celebrar o presente termo, com fundamento na Lei Federal 13.019/14 e suas alterações, conforme procedimentos documentados no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais 13.019/14 e 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, bem como das cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de fomento, o repasse de recursos oriundos à subvenção para o exercício de 2020, beneficiando a Associação em razão da realização de atendimento e transporte emergencial de pacientes (transferências) para os hospitais de referência, cuja verba se destina aos pagamentos descritos na planilha de custos do plano de trabalho, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total do presente repasse é R\$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS), que serão repassados conforme o seguinte cronograma:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	RECURSO (R\$)	DETALHAMENTO	JUSTIFICATIVA
SALÁRIOS/ ENCARGOS (FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2020)	R\$ 20.000,00 (MENSAL)	PAGAMENTO DE SALÁRIO, INSS, FGTS PIS, COFINS, FÉRIAS, ETC., DOS MOTORISTAS.	SERÁ NECESSÁRIA PARA MANTER UMA EQUIPE DE MOTORISTAS A DISPOSIÇÃO 24 HORAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – SÃO OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

3.1. Prestar informações e suporte necessários ao bom andamento das atividades da organização parceira.

3.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste acordo de cooperação, observando o cumprimento dos deveres e obrigações da organização parceira, em especial, o cumprimento do projeto/plano de trabalho apresentado.

3.3. Repassar à organização parceira os recursos definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2020, desde que aprovado no plano de trabalho.

3.4. Avaliar e aprovar a prestação de contas da organização parceira no que se refere à aplicação dos recursos destinados ao objeto ora em destaque, em consonância com o preconizado no edital de inexigibilidade do chamamento público e neste termo de fomento.

CLÁUSULA QUARTA – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

4.1. Desenvolver integralmente as atividades do projeto/plano de trabalho apresentado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), apresentando mensalmente o relatório de atendimentos efetivamente realizados.

4.2. Encaminhar ao Município a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos, apresentando, obrigatoriamente, comprovantes do cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do término de vigência da parceria, conforme art. 69 da Lei Federal 13.019/14, para manifestação conclusiva do Gestor.

4.3. Acompanhar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de seu quadro e de empresas contratadas.

4.4. Cumprir integralmente as obrigações contidas no projeto/plano de trabalho, sem jamais transferir para o Município tais responsabilidades.

4.5. Submeter à consideração e aprovação do Município qualquer nova ação necessária ao desenvolvimento pactuado.

4.6. Apresentar, ao final do pacto, relatório pormenorizado acerca das atividades desenvolvidas, apontando os resultados obtidos.

4.7. Garantir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

4.8. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no acordo de cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.9. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4.10. Devolver aos cofres públicos qualquer saldo porventura apurado no final da vigência do presente termo de fomento.

4.11. Não utilizar o recurso recebido para pagamento de tributos e taxas municipais.

4.12. Empregar o recurso recebido estritamente nas ações do projeto apresentado e aprovado pelo instrumento de inexigibilidade de chamamento público.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente acordo de cooperação iniciará quando da assinatura do acordo de cooperação e terá vigência até 31 DE DEZEMBRO DE 2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse e antecedente manifestação expressa pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do presente acordo de cooperação ficará sob responsabilidade da Sra. Suzane Elisa Froehlich Reinke, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente acordo de cooperação será rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Deixar a organização parceira de apresentar a prestação de contas e os comprovantes exigidos.

7.1.2. Paralisação injustificada das atividades por parte da organização parceira.

7.1.3. Descumprimento injustificado pelos partícipes das obrigações contidas no presente instrumento.

7.1.4. Unilateralmente, por qualquer das partes, desde que comunicada a intenção com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias, resguardado o direito de se pleitear perdas e danos gerados pela descontinuidade das atividades.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. Os casos omissos e aqueles que se tornarem controvertidos serão resolvidos através de aditivo ao presente instrumento.

8.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste acordo de cooperação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Massaranduba (SC), ____ de ____ de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito de Massaranduba (SC)

SUZANE ELISA FROELICH REINKE
Gestora do Fundo Municipal de
Saúde de Massaranduba (SC)

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS
VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC)
HUMBERTO ROMEO SCHMIDT
Presidente

TESTEMUNHAS:

GILBERTO ALEXANDRE	GREICE GRIBOSKI
CPF: 563.784.329-53	CPF: 099.180.659-07

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

PLANO DE TRABALHO/DADOS DA ORGANIZAÇÃO

1 - DADOS CADASTRAIS:

NOME DA ENTIDADE: Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba. (Bombeiros Voluntários)		
CNPJ: 03.794.738/0001-66		
RUA: 25 de Julho, s/n	BAIRRO: Centro	CIDADE: Massaranduba
COMPLEMENTO: Anexo ao Terminal rodoviário.	ESTADO: SC	CEP: 89108-000
TELEFONE: 47-3379-0452/47-3379-1900		CELULAR: 47-9 8410-7901
E-MAIL: cbvmassaranduba@uol.com.br		
NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL: Humberto Romeo Schmidt		
CPF: 051.583.359-23		RG: 4.408.981
RUA: Helmuth Sprung, 78	BAIRRO: Centro	CIDADE: Massaranduba
COMPLEMENTO: AP. 02	ESTADO: SC	CEP: 89108-000
TELEFONE: 47-3379-1900		CELULAR: 47-9 8410-7901
E-MAIL: hrs.beto@hotmail.com		
CARGO: Presidente		ELEITO EM: 29/01/2020
VENCIMENTO DO MANDATO: 29/03/2020		
DADOS BANCÁRIOS DA ENTIDADE: VIACREDI Cooperativa de Crédito		
BANCO: 085	AGÊNCIA: 0101	CONTA: 820.985-5

2 – PROJETO:

2.1. OBJETIVO GERAL:
Realizar o atendimento e transporte emergencial de pacientes (transferências), para os hospitais de referencia, conforme orientação da Secretaria de Saúde do município.
2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO:
-Manter motoristas disponíveis 24 horas diárias para realizar o atendimento e transporte emergencial de pacientes (Transferências).
-Zelar pela manutenção dos veículos da Prefeitura utilizados no referido transporte emergencial, realizar o abastecimento das viaturas nas bombas da Prefeitura.
-Comunicar ao setor responsável da Prefeitura as necessidades de manutenção nas suas viaturas.
2.3. JUSTIFICATIVA:

Devido a grande demanda de transferências e transporte de pacientes para hospitais de outras cidades e em virtude da dificuldade de locomoção dos mesmos e na falta de atendimento do serviço móvel de urgência SAMU, tornou-se necessário a realização deste serviço para assegurar aos pacientes conforto e agilidade no transporte Inter Hospitalar.

2.4. PÚBLICO ALVO/BENEFICIÁRIOS:

Hoje a demanda é de aproximadamente 65 pessoas por mês.

O público alvo são pessoas que não tem condições financeiras ou pessoas que necessitem de transporte especializado e que seja feito com veículos apropriados e preparados para esta finalidade.

Serão beneficiadas todas as pessoas que virem a necessitar sem discriminação de qualquer natureza, idosos, pessoas acamadas que necessitem de transporte para suas residências, jovens e adultos.

Os critérios a serem utilizados levarão em consideração a gravidade e a urgência para definir a ordem de atendimento, critérios estes que serão avaliados pelo médico do P.A ou por pessoa responsável da secretaria de saúde.

2.5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

Este serviço será prestado a todos os municípios e transeuntes de nossas rodovias que vierem a necessitar dele.

2.6. METODOLOGIA:

Para esta finalidade será utilizada ambulância da prefeitura, que ficará a disposição de um grupo de motoristas devidamente habilitados, que serão acionados quando da necessidade por profissional designado pela secretaria de saúde.

2.7. CAPACIDADE TÉCNICA:

Para realização deste serviço todos os profissionais serão motoristas devidamente habilitados e integrantes da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba (Bombeiros Voluntários). executará o objeto.

2.8. METAS:

Metas a serem atingidas e executadas: Atender a todas as solicitações de transferências feitas pela equipe do Pronto Atendimento municipal ou pessoas indicadas pela Secretaria de Saúde do município.

Efetuar o transporte dos pacientes com segurança e dentro do menor tempo resposta, realizar cursos de reciclagem e aperfeiçoamento para as pessoas que atuarão nesta área, para proporcionar um melhor atendimento e assim obter o resultado desejado e necessário.

Necessitamos do repasse dos recursos para continuar prestando este indispensável atendimento prestado pelos Bombeiros Voluntários de Massaranduba, bem como manter os benefícios que proporciona à população do município de Massaranduba e seus transeuntes, considerando que somos uma entidade sem fins lucrativos e que nossos recursos provem de doações da comunidade e da campanha de doações na conta da luz (Celesc).

Nosso objetivo é proporcionar segurança e conforto a população Massarandubense, prestando serviços de combate a incêndios, casos clínicos (APH), acidentes e catástrofes, pertinentes a nossa área de atuação.

2.9. FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU CUMPRIMENTO DAS METAS:

A execução deste projeto trará mais agilidade, conforto e dignidade aos pacientes que utilizarem o referido transporte, melhorando a qualidade de vida dos usuários.

O projeto social em questão atenderá a todos, mas, principalmente pessoas de baixa renda e que não possuem condições físicas ou financeiras para usufruir deste serviço tão essencial. As metas deverão ser cumpridas fazendo um atendimento excelente e dentro do menor tempo resposta, com segurança e com pessoal habilitado.

3 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Refere-se ao desdobramento da aplicação dos recursos financeiros em parcelas mensais, de acordo com a previsão de execução do projeto no plano de trabalho.

REPASSE	OBJETO	VALOR (R\$)
FEVEREIRO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
MARÇO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
ABRIL	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
MAIO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
JUNHO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
JULHO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
AGOSTO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
SETEMBRO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
OUTUBRO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
NOVEMBRO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00
DEZEMBRO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E TRANSPORTE DE PACIENTES	20.000,00

4 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (MENSAL):

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	RECURSO (R\$)	DETALHAMENTO	JUSTIFICATIVA
Salários / Encargos	20.000,00	Pagamento salário, INSS, FGTS PIS, COFINS, férias, etc. dos motoristas.	Será necessária para manter uma equipe de motoristas e socorristas a disposição 24 horas.

4.1 RECEITAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO:

Receitas para execução do Projeto:

- Convênio CELESC – Desconto na fatura de Energia Elétrica: R\$ 220.000,00 anual.
- Convênio com Município de Massaranduba: R\$ 220.000,00 anual.

5 – PRAZOS:

O prazo de vigência da parceria será de:	Fevereiro a dezembro
As contas deverão ser prestadas em:	Parcelas mensais

6 – RESPONSÁVEL PELA PARCERIA:

Pessoa responsável pela parceria dentro da organização:	Nome: Humberto Romeo Schmidt
Telefone: 47-3379-1900	Celular: 47-9 8410-7901
E-mail: hrs.beto@hotmail.com / cbvmassaranduba@uol.com.br	
RG: 4.408.981	CPF: 051.583.359-23
Cargo: Presidente	
Eleito em: 29/01/2020	Vencimento do mandato: 29/03/2020

7 – DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal desta organização, declaro, para fins de prova junto ao Município de Massaranduba (SC), para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, que impeça a celebração da parceria, na forma deste plano de trabalho.

PROCESSO LICITATÓRIO 31.2020 TP 31.2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA BENJAMIN CONSTANT (TRECHO FINAL)

Publicação Nº 2379573

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS objetivando a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA BENJAMIN CONSTANT (TRECHO FINAL).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 17/03/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 17/03/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 33.2020 PP 33.2020 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DE UNIDADES DE ENSINO E FROTA ESCOLAR

Publicação Nº 2379610

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR LOTE do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DE UNIDADES DE ENSINO E FROTA

ESCOLAR, COM FORNECIMENTO NÃO EXCLUSIVO DE PEÇAS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 13/03/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 13/03/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 34.2020 DIS 34.2020 (PMM) - COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS DA 17ª FECARROZ

Publicação Nº 2379616

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PRESTE SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS DA 17ª FECARROZ (FESTA CATARINENSE DO ARROZ).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS DA 17ª FECARROZ PELA INTERNET, CALL CENTER, PONTOS DE VENDA ANTECIPADO E NO LOCAL, COM SISTEMA DE BILHETERIA INFORMATIZADA, PARA VENDAS COM INÍCIO IMEDIATO ATÉ A REALIZAÇÃO DO EVENTO (ENTRE OS DIAS 28 DE ABRIL A 03 DE MAIO DE 2020). PARA ATENDER O OBJETO PRESTADO, A EMPRESA DEVERÁ: FORNECER EQUIPAMENTO PORTÁTIL PARA ACOMPANHAMENTO DAS VALIDAÇÕES EM TEMPO REAL, DISPONIBILIZAR 02 TÉCNICOS PARA INSTALAÇÃO DA REDE DE MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS NAS 48 HORAS QUE ANTECEDEM O EVENTO, POSSUIR SISTEMA DE VENDAS DE INGRESSOS EM PONTOS DE VENDA E SISTEMA DE VENDAS DE INGRESSOS OFFLINE PARA PONTOS DE VENDA SEM INTERNET, POSSUIR SISTEMA DE CARTÃO INTEGRADO COM O SISTEMA, POSSUIR BASE DE E-MAILS SEGMENTADOS POR REGIÃO VISANDO AUMENTO DE VENDAS DO EVENTO E IDENTIFICAÇÃO DE PERFIL DE PÚBLICO PARA CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, POSSUIR SISTEMA DE ENDOMARKETING COM ACOMPANHAMENTO EXTERNO PARA A CONTRATANTE, VENDA PELA INTERNET ATENDENDO A EXIGÊNCIA TÉCNICA PROFISSIONAL. A REDE DE PONTOS DE VENDA DA EMPRESA DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 15 ESTABELECIMENTOS JÁ CREDENCIADOS PARA VENDA DE INGRESSOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ALÉM DE POSSUIR DISPONIBILIDADE PARA INSTALAÇÃO DE 10 NOTEBOOKS COM IMPRESSORA, SENDO DEFINIDO PELA CONTRATANTE NO MOMENTO DA INSTALAÇÃO.	UNID	1	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
TOTAL: R\$ 8.500,00 (OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).					

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: NACIONAL TICKET LTDA

CNPJ: 09.265.264/0001-41

ENDEREÇO: Avenida Santa Catarina, número 1.300, sala 03, 04 e 05, bairro Centro, Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, CEP 88.390-000

CONTATO: (47) 3047-7350 / financeiro@ingressonacional.com.br

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União,

expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

- c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;
- e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após o término do evento, mediante emissão de documentação fiscal.
- 5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.
- 5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.
- 5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

1008 – REALIZAÇÃO DA FECARROZ

33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

10000 – Recursos Ordinários

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser entregue/executado imediatamente após a emissão da ordem de compra, onde as vendas online iniciar-se-ão na mesma oportunidade.

6.1.1. A empresa se responsabilizará por, em até 05 (cinco) dias consecutivos após o término do evento, enviar o fechamento do mesmo, com os relatórios de contas.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e

necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. A Fecarroz (Festa Catarinense do Arroz) é festa tradicionalmente conhecida no Município de Massaranduba, que conquistou este título por possuir maior produtividade e melhor qualidade de arroz do Estado de Santa Catarina. As últimas edições da festa ficaram marcadas pela quantidade de atrações culturais, a realização de belos desfiles festivos e grandes shows nacionais.

7.2.1. As edições acontecem a cada 02 (dois) anos e tornou-se um marco para o Município de Massaranduba, trazendo visitantes de toda a região do Estado de Santa Catarina.

7.2.2. No período de 28 de abril a 03 de maio de 2020, acontece a 17ª edição da Fecarroz que, mantendo a tradição, contará com shows nacionais de artistas renomados e de diversas bandas regionais.

7.2.3. Para garantir a contabilização e venda dos ingressos (online e local), necessita-se de empresa especializada no ramo. Sendo assim, fez-se uma pesquisa com empresas do Município de Massaranduba e região buscando menor preço e qualidade nos serviços.

8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. A escolha da empresa mostra-se vantajosa para a Administração, porque, se comparados aos demais orçamentos que integram o presente, percebe-se que a empresa é a de melhor preço, sendo que a proposta comercial apresentada atende as necessidades do Município.

8.1.1. Desta forma, o interesse público mostra-se duplamente atendido: prestação específica de serviços, garantindo a eficiência, bem como o menor preço de mercado.

Massaranduba (SC), 24 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 35.2020 DIS 35.2020 (PMM) - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE WEBSITE PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Publicação Nº 2379746

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE WEBSITE PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE WEBSITE NO FORMATO WORDPRESS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.	1	SERV.	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE DOMÍNIO PARA HOSPEDAGEM DO SERVIÇO WEB PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.	1	SERV.	R\$ 80,00	R\$ 80,00
TOTAL: R\$ 5.080,00 (CINCO MIL E OITENTA REAIS).					

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: ADRIANO DA SILVA 06888406989

CNPJ: 19.776.394/0001-10

ENDEREÇO: Rua Bernardo Reiter, número 1.845, apartamento 73, sala 01, bairro Passo Manso, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.046-305

CONTATO: (47) 98478-7655 / adrianodasilva047@gmail.com

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;
- b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;
- c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;
- e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;
- b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2041 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

101000 – Receitas de Impostos

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser entregue/executado em até 07 (sete) dias úteis após a emissão da ordem de compra.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. Há necessidade de se criar um website para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo a fim de promover e apresentar todas as conquistas, aquisições, projetos e eventos que as escolas e centros de educação infantil do Município de Massaranduba estão realizando, como também informar e dar transparência aos cidadãos do Município e ao Tribunal de Contas sobre os investimentos na área da Educação, o que não é possível realizar no portal do site da Prefeitura de Massaranduba (SC).

8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. A escolha da empresa mostra-se vantajosa para a Administração, porque, se comparados aos demais orçamentos que integram o presente, percebe-se que a empresa é a de melhor preço, sendo que a proposta comercial apresentada atende as necessidades do Município.

8.1.1. Desta forma, o interesse público mostra-se duplamente atendido: prestação específica de serviços, garantindo a eficiência, bem como o menor preço de mercado.

Massaranduba (SC), 25 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 36.2020 DIS 36.2020 (PMM) - CURSO DE LIBRAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Publicação Nº 2379873

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a CONTRATAÇÃO DE CURSO DE LIBRAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE CURSO DE LIBRAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: 30 HORAS.	1	SERV.	R\$ 1.720,00	R\$ 1.720,00

TOTAL: R\$ 1.720,00 (UM MIL SETECENTOS E VINTE REAIS).

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: ALLCET EDUCACIONAL LTDA

CNPJ: 18.213.895/0001-08

ENDEREÇO: Rua Max Wilhelm, número 391, bairro Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.256-000

CONTATO: (47) 3054-4474

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho,

acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;
- b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2039 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

101000 – Receitas de Impostos

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser entregue/executado nas datas a serem solicitadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, no Auditório Diego Petry (anexo à Secretaria), situado na Rua 25 de Julho, número 1.510, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

6.1.1. As 30 (trinta) horas serão distribuídas em 10 (dez) encontros de 03 (três) horas cada, visando atingir os seguintes objetivos: identificar as noções que os professores têm acerca da língua de sinais; reconhecer as libras como língua oficial; aprender noções básicas desta língua e trabalhar noções em sala de aula; contrastar aspectos das libras e da língua portuguesa; conhecer a cultura surda; adotar uma postura de respeito à cultura surda; saber comunicar-se com as pessoas surdas, mesmo que de modo inicial; inserir as crianças na comunicação em libras.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. A língua brasileira de sinais é reconhecida hoje no Brasil como língua oficial e é usada por milhões de brasileiros surdos e também

ouvintes. A libras não é uma linguagem, e sim uma língua, pois é falada por um povo, possui regras, estruturas, sintaxe, semântica e pragmática próprias e bem definidas. Portanto, são regras que precisam ser aprendidas para possibilitar a comunicação entre todas as pessoas.

7.2.1. Dentro de uma sociedade, precisamos estar preparados para as interações sociais. Nesse sentido, a comunicação é a fundamental forma de interação. Assim, em casa, nas escolas e em todos os lugares interagimos com os outros. No ambiente escolar, os estudantes estão diariamente em contato com seus pares, ainda com professores, gestores e funcionários. Estamos sempre em contato com várias pessoas.

7.2.2. No momento, não há na rede municipal de ensino estudantes surdos que fazem uso de libras como forma de se comunicar. Porém, este convívio está sujeito a acontecer a qualquer momento e em qualquer situação. Para isso, é preciso conhecimentos necessários. Na escola, em especial, o ensino e a aprendizagem baseiam-se na comunicação e na interação entre professor e aluno. Ao receber um estudante com deficiência auditiva (surdez) como proceder ao ensino sem o conhecimento básico de libras? A inclusão depende também deste conhecimento.

7.2.3. Diante disso, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo tem como iniciativa oferecer aos professores da rede municipal de ensino um curso de libras. Para isso, faz-se necessária a contratação de formadores especializados, sobretudo com a participação de professores surdos no curso para melhor inserção social desta língua.

8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. A escolha da empresa mostra-se vantajosa para a Administração, porque, se comparados aos demais orçamentos que integram o presente, percebe-se que a empresa é a de melhor preço, sendo que a proposta comercial apresentada atende as necessidades do Município.

8.1.1. Desta forma, o interesse público mostra-se duplamente atendido: prestação específica de serviços, garantindo a eficiência, bem como o menor preço de mercado.

Massaranduba (SC), 25 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO 37.2020 PP 37.2020 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ALAMBRADO PARA O GINÁSIO

Publicação Nº 2379848

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ALAMBRADOS NA QUADRA POLIESPORTIVA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 12/03/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 12/03/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 38.2020 DIS 38.2020 (PMM) - DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DO BAILE DE ESCOLHA DA RAINHA DA 17ª FECARROZ

Publicação Nº 2380122

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO PARA O BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA DA 17ª FECARROZ (FESTA CATARINENSE DO ARROZ), a ser realizado no dia 07 de março de 2020, na Sociedade Atiradores, situada na Rua 11 de Novembro, número 4.105, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	DECORAÇÃO BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA DA FECARROZ - PASSARELA DE ESTRUTURA METÁLICA PARA DESFILE, COM FORRAÇÃO DE CARPÊ, COM 16 M, DECORADA COM ARRANJOS DE FLOR E TECIDOS. FECHAMENTO DO FUNDO DO PALCO COM TECIDO OXFORD PRETO 10M DE LARGURA E 4M DE ALTURA; 1 PÚLPITO; DECORAÇÃO PARA 03 MESAS DOS JURADOS (TOALHAS, CAPA PARA 8 CADEIRAS, ARRANJO DE FLOR, COPOS DE VIDRO); RAMALHETE DE FLOR DE CORTE PARA 20 CANDIDATAS; STUDIO PARA FOTOS, DE 4X3 (AXL); ORNAMENTAÇÃO COM PLANTAS; REFLETORES PARA PAREDES.	1	SERV.	R\$ 6.150,00	R\$ 6.150,00
TOTAL: R\$ 6.150,00 (SEIS MIL CENTO E CINQUENTA REAIS).					

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: LILI FIORI LTDA

CNPJ: 22.942.636/0001-95

ENDEREÇO: Rua 11 de Novembro, número 2.514, sala 02, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, CEP 89.108-000

CONTATO: (47) 3379-1857, (47) 3379-1566 / rodrigo@lilifiori.com.br

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

1008 – REALIZAÇÃO DA FECARROZ

33903999 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

100000 – Recursos Ordinários

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta dispensa de licitação deverá ser entregue/executado até o dia 05 de março de 2020, data na qual a estrutura de passarela deverá encontrar-se finalizada, e até o dia 07 de março de 2020, previamente ao início do evento, para os demais itens solicitados.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail:

contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

7.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

7.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

7.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: as dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

7.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

7.2. No período de 28 de abril a 03 de maio de 2020, acontece a 17ª edição da Fecarroz – Festa Catarinense do Arroz, tradicional no Município de Massaranduba desde o ano de 1986, quando foi realizada a primeira edição.

7.2.1. As edições acontecem a cada 02 (dois) anos e tornou-se um marco para o Município de Massaranduba, trazendo visitantes de toda a região do Estado de Santa Catarina.

7.2.2. A programação do evento fundamenta-se na realização da escolha das rainhas e princesas adultas e mirins, nas diversificadas exposições, grandiosos desfiles festivos e agrícolas, exposição agropecuária, bailes, shows nacionais e gastronomia de alta qualidade.

7.2.3. Para decorar e ornamentar a Sociedade Atiradores, local em que acontecerá o baile de escolha da rainha, se faz necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços conforme a solicitação apresentada pela comissão organizadora do evento.

8 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1. A escolha da empresa mostra-se vantajosa para a Administração, porque, se comparados aos demais orçamentos que integram o presente, percebe-se que a empresa é a de melhor preço, sendo que a proposta comercial apresentada atende as necessidades do Município.

8.1.1. Desta forma, o interesse público mostra-se duplamente atendido: prestação específica de serviços, garantindo a eficiência, bem como o menor preço de mercado.

Massaranduba (SC), 27 de fevereiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº10/2020 - UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A**

Publicação Nº 2379790

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 10/2020

Processo Licitatório nº004/2020 – Pregão Presencial nº003/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 link de internet 50/50 mbps e telefonia fixa.

Fornecedor: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A

Valor Total: R\$ 13.300,00 (Treze mil e trezentos reais)

Vigência: 28/02/2020 a 31/12/2020.

PRESTAÇÃO CONTAS AN 20/2019

Publicação Nº 2379939

**ESTADO DE SANTA CATARINA****CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA**

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2019
ATENDENDO A PORTARIA Nº TC 0362/2016 QUE ALTERA
A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.T.C-0020/2015

I- Informações Gerais sobre a unidade e respectivos responsáveis :**Entidade : MASSARANDUBA CÂMARA DE VEREADORES**

CNPJ : 83.539.668/0001-39

Endereço : Rua Paulo Cardoso 166, Centro – Cep. 89108-000 - Massaranduba-SC

Telefone: (47) 3379-1571

E-mail: dio@netuno.com.br; cvm@netuno.com.brSite Eletrônico: www.cvmassaranduba.sc.gov.br**Ordenador da Despesa : ILMAR SAPLINSKI****Período 01/01/2019 a 31/12/2019**

Qualificação : Brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 556.493.359-15, CI nº 1.584.183, residente e domiciliado a Rodovia Guilherme Jensen Km 13 SN, Massaranduba-SC.

II- Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade:**a) Programas de Governo e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:****1 e 2-) Planejamento e Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:**

Programas e ações		Previsão		Execução		Diferenças			
Código da Ação	Descrição da Ação	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
1002	Construção da sede da Câmara Vereadores	01	80.000,00	01	0,00	0,0	0	0	0
2003	Manutenção da Câmara Municipal	66	1.950.000,00	69	1.703.497,81	01	104,6	246.502,19	-12,6
2004	Manutenção do Parlamento Jovem	01	30.000,00	01	25.862,29	01	100	4.137,71	-1,37
1016	Adequação e Reforma do Prédio Cedido Pela Prefeitura Municipal	01	10.000,00	01	9.299,38	01	100	700,62	-0,70

OBS. Para apuração do resultado final no quadro citado acima da previsão orçamentária e das ações 1016,1002, já foram descontados do saldo inicial os valores anulados e suplementados conforme Lei no quadro detalhado abaixo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

Quadro das alterações na Execução Orçamentária

Nº Decreto Ou Lei	Data	Classificação da categoria por Ação	Valor	Orçado	Créd. Adicionais	Reduções	Total autorizado
Lei 2005	14/05/2019	1002	10.000,00		10.000,00		10.000,00
Lei 2051	26/11/2019	1002	150.000,00	1.950.000,00	-	150.000,00	150.000,00

Justificativa da Ação 1002 - Construção da Sede da Câmara: Foi alterado com anulação de R\$ 10.000 (Dez Mil Reais) e aplicado na ação 1016 Adequação e Reforma do Prédio cedido pelo Executivo. A Câmara no sentido de colaborar com o executivo, para que este pudesse atender com suas obrigações constitucionais também anulou parte desta dotação num total de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais).

Justificativa da Ação 1016 - Adequação e Reforma do Prédio cedido pelo Executivo – A Câmara de Vereadores iniciou a obra de reforma e adaptação de espaço físico para as pessoas com necessidades especiais em 2018, cuja previsão de termino era no mesmo exercício.

No decorrer da obra surgiram diversos impecilios, como: prorrogação de prazo devido a imprevistos ocorridos durante a execução da obra em relação à estrutura, sendo necessário fazer algumas adequações que acabaram atrasando o cronograma da mesma; também houve problemas de compatibilização entre o projeto de reforma e a estrutura encontrada, sendo necessário remodelar um pilar e duas vigas não previstas no projeto inicial de reforma, resultando em adequações significativas para compatibilização da edificação de acordo com a NBR 9050/2015; em vista de mudanças nos projetos e imprevistos ocorridos durante a execução da obra conforme relatado acima, houve também a necessidade de realizar aditivo de acréscimo de valor. Desta forma se fez necessário criar crédito adicional da Ação -**Adequação e Reforma do Prédio cedido pelo Executivo**, para que pudéssemos concluir a obra.

Justificativa da Ação 2003 - Manutenção da Câmara Municipal: Foram previstas 66 sessões anuais e cumpridas 69, atingindo mais que 100% do previsto.

Justificativa da Ação 2004 - Manutenção do Parlamento Jovem: O programa executado durante o exercício de 2019 atingiu todos os objetivos programados.

3-) Contingenciamento de despesas no exercício (limitação de empenho – Art 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.

Não necessitamos realizar o contingenciamento de despesas, referente ao exercício de 2019.

4-) Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos, demonstrando os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, e as razões que motivaram este registros.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

Não houve reconhecimento de passivos de qualquer fonte ou natureza, referente ao exercício de 2019.

5-) As razões e/ou circunstâncias para permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro.

Não ficou restos a pagar referente ao exercício de 2019

III-) Informações sobre a gestão de pessoas e terceirização de mão de obra:

a-) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF) conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados na folha de pagamento, mês a mês.

Vínculo	Quantidades/Mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	9	10	11	11	10	9	9	9	10	9	9	9
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	15	16	17	17	16	15	15	15	16	15	15	15



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, alínea “a”) -
Considerar na Unidade Gestora em que for contabilizada a despesa

Vínculo (54)													TOTAL
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	34.665,21	34.665,21	35.430,18	36.826,28	36.826,28	39.296,02	36.826,28	36.826,28	36.826,28	36.826,28	36.826,28	88.002,50	489.843,08
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	58.991,98	60.647,90	61.993,24	66.479,73	62.607,12	61.316,26	61.316,25	61.316,25	64.543,43	61.316,25	60.826,80	57.676,24	739.031,45
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	8.678,27	8.678,27	8.678,27	9.020,19	9.020,19	12.747,54	9.020,19	9.020,19	9.020,19	9.020,19	9.020,19	16.919,76	118.843,44
Servidores contratados por tempo determinado													
Estagiários													
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
Total	102.335,46	103.991,38	106.101,69	112.326,20	108.453,59	113.359,82	107.162,72	107.162,72	110.389,90	107.162,72	106.673,27	162.598,50	1.347.717,97



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA**

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

b -) Demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês.

Não houve contratação de terceirização de mão de obra no exercício de 2019.

c-) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos e aposentados, de pensionistas e de complementação de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.

Não houve pagamentos referente complementação de aposentadoria ou pensão no exercício de 2019.

d-) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título.

Não houve pagamentos a membros de diretoria e conselho fiscal, referente ao exercício 2019.

IV -) Informações sobre transferência de recursos mediante convênio, termo de parceria de cooperação ou instrumentos congêneres, discriminando volume de recurso mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congênere, discriminando volume de recursos transferidos e respectivos beneficiários.

Não foi firmado nenhum convênio, termos de parceria ou cooperação referente ao exercício 2019.

V -) Informações sobre licitações e contratos:

a -) Informações sobre os valores anuais das despesas realizadas referente a aquisição e contratação de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Total Anual (A + B + C)
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	
Concorrência				
Tomada de Preços				
Convite				
Concurso				
Pregão Presencial		105.2018,56	37.916,06	143.134,62
Pregão Eletrônico				
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)		6.833,65	29.025,79	35.859,44
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)				
Inexigibilidade de Licitação/ credenciamento			9.690,00	9.690,00
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)				
Total		112.052,21	76.631,88	188.684,06

b-) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

O Município de Massaranduba Instituiu pela Lei de nº 1028 de 30 de junho de 2008, o Diário dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial.

c) - Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício, demonstrando: recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

A Câmara Municipal não possui Controle Interno.

d) Recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

A Câmara Municipal não possui Controle Interno.

VI -) - Acompanhamento das ações relacionadas a contrato de gestão vigentes no exercício (exigíveis somente para os órgãos encarregados da supervisão destes contratos, no âmbito do Estado e dos Municípios).

Não se aplica na Câmara .



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340
e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina.

ANEXO VI

Conteúdo Complementar da Prestação de Contas de Entidade Administrativa de Regime Próprio de Previdência (art.14,§ 2º).

Não temos Regime Próprio de previdência no Município.

ANEXO VII

Conteúdo Mínimo do Relatório do Órgão de Controle Interno Sobre a Prestação de Contas de Gestão (Art. 16).

A Câmara não possui Controle Interno.

ANEXO VIII

Conteúdo da Prestação de Contas de Organização Social e/ou OSCIP que firmarem Contrato de Gestão ou Termo de Parceria com a Administração Pública (Art.29 caput)

Não se aplica a Câmara de Vereadores.

ANEXO IX

Documentos que o Órgão ou Entidade da Administração Pública deve manter junto com a Prestação de Contas de Organização social e ISCIP que firmarem contrato de Gestão e Termo de parceria com a Administração Pública.

Não se aplica a Câmara de Vereadores.

Massaranduba/SC, em 21 de Fevereiro 2020

ILMAR SAPLINSKI
EX PRESIDENTE

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 186/2020**

Publicação N° 2380692

PORTARIA N° 186/2020 – De 18 de Fevereiro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor NADIA MARTINS FARIAS PINTO, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TÉCNICO, na categoria funcional de TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA, 07 (sete) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, seu filho, com remuneração integral, de conformidade com o insculpido no art. 120, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 18 de Fevereiro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 187/2020

Publicação N° 2380724

PORTARIA N° 187/2020 – De 18 de Fevereiro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor ROBSON JOSE CASTILHO GREGORIO, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de INSTRUTOR DE MUSICA , para desempenhar suas funções, 01 (um) dia por semana na Secretaria Municipal de Educação, ate o encerramento do ano letivo, de conformidade com o Ofício nº 09/2020 de 18 de Fevereiro de 2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 18 de Fevereiro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 188/2020

Publicação N° 2380730

PORTARIA N° 188/2020 – De 18 de Fevereiro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GABRIEL DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ENFERMEIRO SOCORRISTA, 10 (dez) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 16.10.2012 a 17.01.2018 a serem gozados entre os dias 18.02.2020 á 27.02.2020, de conformidade com o insculpido no art. 131, e no art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 18 de Fevereiro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 189/2020

Publicação N° 2380746

PORTARIA N° 189/2020 – De 19 de Fevereiro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JAIRO WEBER GARCIA, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA SOCORRISTA, progressão funcional por classe, transpondo a classe A para B, de conformidade com o art. 17, § 1º, inciso I, alínea B, da Lei 671/1994, de 23 de fevereiro de 1994.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 19 de Fevereiro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 106-2020

Publicação Nº 2379574

PORTARIA nº 106/2020

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 1409/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora ANA CAROLINI FRANCISCO BOSA, para ocupar o cargo de Secretária de Escola, nível de referência MAG 270, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 107-2020

Publicação Nº 2379576

PORTARIA n.º 107/2020
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 107/2020

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Cristiane Ré	10352
Giovanna Daniel Dal Toé	1251
Jardel Xavier de Moura	710

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 108-2020

Publicação Nº 2379578

PORTARIA n.º 108/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000 de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, e a Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal MARIA ROSANGELA BORDIGNON DAL PONT, matrícula 349, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Abril de 2010 a 31 de Março de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 109-2020

Publicação Nº 2379580

PORTARIA n.º 109/2020

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei nº 1567/2012, de 19 de Dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo nº 003/2019, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARINA MOTA DORDETE, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na E.E.B.M. Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 110-2020

Publicação Nº 2379583

PORTARIA nº 110/2020

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital de Processo Seletivo nº 003/2019, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor LEONARDO ROCHA LEONARDELI, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lecionando na disciplina de inglês, até o término das aulas, na E.E.B.M. Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 111-2020

Publicação Nº 2380446

PORTARIA n.º 111/2020

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora LUCIA DA GLORIA ZEFERINO CARVALHO, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 25/02/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 072-2020 BORRACHARIA E LAVAGEM ADM - CLAUDINEI DOS SANTOS MEI

Publicação N° 2383371

Extrato de Contrato n° 072/2020

Processo Licitatório n° 052/2020

Pregão Presencial n° 004/2020

Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: CLAUDINEI DOS SANTOS - MEI sob CNPJ n°. 29.884.813/0001-73

Valor: R\$ 5.274,40

Assinado em: 05/02/2020

Vigente até: 31/12/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE BORRACHARIA E LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MODELO

Modelo/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Aldecir Antônio Bolis

Prefeito em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO N° 073-2020 BORRACHARIA E LAVAGEM ADM - JOSÉ EDGAR UTZIG

Publicação N° 2383372

Extrato de Contrato n° 073/2020

Processo Licitatório n° 052/2020

Pregão Presencial n° 004/2020

Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: JOSÉ EDGAR UTZIG - ME sob CNPJ n°. 08.256.057/0007-68

Valor: R\$ 35.690,00

Assinado em: 05/02/2020

Vigente até: 31/12/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE BORRACHARIA E LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MODELO

Modelo/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Aldecir Antônio Bolis

Prefeito em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO N° 074-2020 - TRANSPORTE ESPORTE -AGENCIA DE VIAGEM ALPHA TUR LTDA

Publicação N° 2383373

Extrato de Contrato n° 074/2020

Processo Licitatório n° 2005/2019

Pregão Presencial n° 047/2019

Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: AGENCIA DE VIAGEM ALPHA TUR LTDA sob CNPJ n°. 09.580.801/0001-48

Valor: R\$ 15.935,00

Assinado em: 06/02/2020

Vigente até: 31/12/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE EQUIPES, ATLETAS E TÉCNICOS PARA EVENTOS E TREINOS ESPORTIVOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 06 de fevereiro de 2020.

Aldecir Antônio Bolis

Prefeito em Exercício

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5308/2020

Publicação Nº 2380705

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.308 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2020.

Homologa o resultado final do edital de processo seletivo simplificado nº 004/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final, para conhecimento dos candidatos às vagas para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2020, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 3 / MICRO ÁREA 17							
Inscrição	Candidato	Data Nasc.	Ensino Médio Completo	Matrícula em Ensino Superior	Ensino Superior Completo	Total de Pontos	Classificação
001	Gilvana Katia Gallon	21.07.1986	2,00	-	-	2,00	1º

Art. 2º - Os desempates estão de acordo com o item 5 do Edital.

Art. 3º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mondaí, SC, 26 de fevereiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

EDITAL DE CHAMAMENTO 008/2020

Publicação Nº 2380690

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 008 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020.

O Prefeito Municipal Em Exercício de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convida para tomar posse nos termos da Lei Municipal, o seguinte aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, para o Departamento de Urbanismo.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Cristiane Ames	9º

Os candidatos acima relacionados, deverão se apresentar até o dia 28 de fevereiro de 2020, às 17:00 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 26 de fevereiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO 009/2020

Publicação Nº 2380696

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 009 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2020.

O Prefeito Municipal Em Exercício de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convida para tomar posse nos termos da Lei Municipal, o seguinte aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2020.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Gilvana Katia Gallon	1º

Os candidatos acima relacionados, deverão se apresentar até o dia 28 de fevereiro de 2020, às 17:00 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2020.

Prefeitura Municipal de Mondaí- SC, 27 de fevereiro de 2020.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005.2020 FMS

Publicação Nº 2380792

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – F.M.S. EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2020 CONTRATANTE: Município de Mondaí, através do F.M.S. CONTRATADA: GARDIN'S SERVIÇOS MÉDICOS LTDA OBJETO: Contratação de serviços médicos especializados na área de Ginecologia e Obstetrícia a serem realizados nas unidades sanitárias do Município ou outro local definido pela administração com dedicação de 16 (dezesseis) horas semanais, para atendimento de munícipes do Município de Mondaí, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I), que fica fazendo parte do presente Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 005/2020 – Tomada de Preço nº 001/2020 FMS VALOR: 12.000,00 (doze mil) mensais. VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2020. Mondaí – SC, 13 de Fevereiro de 2020. GINTHER OTTO DREHER Gestor do F.M.S.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006.2020 FMS

Publicação Nº 2380556

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – F.M.S. EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2020 CONTRATANTE: Município de Mondaí, através do F.M.S. CONTRATADA: GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA - CNPJ/MF sob o nº. 79.294.419/0001-53 OBJETO: Aquisição de AUTOMÓVEL - Veículo Tipo Van de transporte sanitário (com acessibilidade 1 cadeirante), conforme Emenda/funcional 25690008/10301201585810042, Proposta FNS 11386.9030001/19-010, para aquisição de unidade móvel de saúde do Programa Estruturação da Rede de Serviços de Atenção de Saúde Nacional para o Município de Mondaí. preferencialmente de fabricação nacional, versão mais atualizada, com as seguintes características mínimas a seguir: zero quilometro, com Resolução CONTRAN 316/09, combustível diesel, câmbio manual, direção hidráulica, tração 4x2, ar condicionado, motor com potência mínima de 130cv, distância entre eixos mínima de 3665mm, teto alto, capacidade mínimo 10 passageiros (incluindo 1 cadeirante) com acessibilidade para o cadeirante, Tv com kit multimídia, cor branco, todos os equipamentos exigidos pelo código nacional de trânsito para veículos de transporte de passageiros e demais especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência. ORIGEM: Processo Licitatório nº 004/2020 – Pregão Presencial nº 001/2020. VALOR: O valor a ser pago será de R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil, quinhentos reais) VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2020. Mondaí – SC, 27 de fevereiro de 2020. GINTHER OTTO DREHER Gestor do F.M.S.

EXTRATO TERMO ADITIVO - CT Nº 001.2019 FME

Publicação Nº 2380452

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO Processo Licitatório nº. 005/2019 Pregão Presencial nº 003/2019 Contrato: 001/2019 – Termo Aditivo nº 03 Objeto: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí – SC, para o ano letivo de 2019 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. Finalidade: O presente termo aditivo tem por objeto a ampliação da quilometragem do transporte escolar, conforme segue Item 01 do Contrato supra mencionado, passando de 123,7 km/dia para 131,7 km/dia, o equivalente a 6,46% (seis vírgula quarenta e seis por cento) do valor original do 1º Termo Aditivo, conforme solicitação anexa. Sendo que houve um aumento do contrato original de 8,30% (oito vírgula trinta por cento). Fornecedor: DARLEI ISMAEL SCHONS 07712599998., CNPJ/MF sob o n.º 18.804.420/0001-96. Vigência: até 31/12/2020. Mondaí/SC, 08 de fevereiro de 2020. SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Gestora do Fundo Municipal de Educação de Mondaí

EXTRATO TERMO ADITIVO - CT N° 002.2019 FME

Publicação N° 2380458

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO Processo Licitatório n°. 005/2019 Pregão Presencial n° 003/2019 Contrato: 002/2019 – Termo Aditivo n° 04 Objeto: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí – SC, para o ano letivo de 2019 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. Finalidade: O presente termo aditivo tem por objeto a Redução da quilometragem do transporte escolar, conforme segue: Item 02 do Contrato supra mencionado, passando de 123 km/dia para 107,1 km/dia, o equivalente a redução de 12,92% (doze vírgula noventa e dois por cento) do valor original do 3º Termo Aditivo, conforme solicitação anexa. Sendo que houve uma redução do contrato original de 19,16% (dezanove vírgula dezesseis por cento). Fornecedor: ELIMAR KUNZ TRANSPORTES EIRELI, CNPJ/MF sob o n.º 32.484.031/0001-51 Vigência: até 31/12/2020. Mondaí/SC, 08 de fevereiro de 2020. SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Gestora do Fundo Municipal de Educação de Mondaí

EXTRATO TERMO ADITIVO - CT N° 006.2017 FME

Publicação N° 2380461

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO Processo Licitatório n°. 003/2017 Pregão Presencial n° 001/2017 Contrato: 006/2017 – Termo Aditivo n° 05 Objeto: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2017 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta. Finalidade: O presente termo aditivo tem por objeto a quilometragem do transporte escolar, conforme segue: Linha 3 do Contrato supra mencionado, passando de 68,5 km/dia para 51,4 km/dia, o equivalente a redução de 24,96% (vinte e quatro vírgula noventa e seis por cento) do valor original do 2º Termo Aditivo, conforme solicitação anexa. Sendo que houve uma redução do contrato original de 14,33% (catorze vírgula trinta e três por cento). Linha 2 do Contrato supra mencionado passando 75,9 km/dia para 78,3 km/dia, o equivalente a 3,16% (três vírgula dezesseis por cento) do valor original do 3º Termo Aditivo, conforme solicitação anexa. Sendo que houve um aumento de 20,46% (vinte vírgula quarenta e seis por cento) Fornecedor: NANE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – ME, CNPJ/MF sob o n.º 08.082.979/0001-04 Vigência: até 31/12/2020. Mondaí/SC, 08 de fevereiro de 2020. SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Gestora do Fundo Municipal de Educação de Mondaí

EXTRATO TERMO ADITIVO - CT N° 007.2017 FME

Publicação N° 2380456

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO Processo Licitatório n°. 003/2017 Pregão Presencial n° 001/2017 Contrato: 007/2017 – Termo Aditivo n° 05 Objeto: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2017 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta. Finalidade: O presente termo aditivo tem por objeto a ampliação da quilometragem diária do transporte escolar: Linha “5” do Contrato supra mencionado, passando de 78 km/dia para 81 km/dia, o equivalente a 3,85% (três vírgula oitenta e cinco por cento) do valor original do 4º Termo Aditivo, conforme solicitação anexa. Sendo que houve um aumento do contrato original de 14,10% (catorze vírgula dez por cento) Fornecedor: DARLEI ISMAEL SCHONS 07712599998, CNPJ/MF sob o n.º 18.804.420/0001-96. Vigência: até 31/12/2020. Mondaí/SC, 08 de fevereiro de 2020. SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Gestora do Fundo Municipal de Educação de Mondaí

EXTRATO TERMO ADITIVO - CT N° 008.2017 FME

Publicação N° 2380453

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO Processo Licitatório n°. 003/2017 Pregão Presencial n° 001/2017 Contrato: 008/2017 – Termo Aditivo n° 06 Objeto: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2017 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta. Finalidade: O presente termo aditivo tem por objeto a Redução da quilometragem do transporte escolar, conforme segue: Item 04 do Contrato supra mencionado, passando de 80 km/dia para 77,8 km/dia, o equivalente a redução de 2,75% (dois vírgula setenta e cinco por cento) do valor original do Termo Aditivo anterior, conforme solicitação anexa. Fornecedor: ADEMAR WERMEIER 61576093034, CNPJ/MF sob o n.º 26.970.155/0001-44. Vigência: até 31/12/2020. Mondaí/SC, 08 de fevereiro de 2020. SANDRA REGINA CALLAI SCHUH Gestora do Fundo Municipal de Educação de Mondaí

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 033/2020

Publicação Nº 2380300

DECRETO Nº 033/2020, em 28 de fevereiro de 2020.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam considerados inservíveis para uso da administração, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do patrimônio da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça/SC:

- 01 FIAT/DOBLO ATTRACTIVE, ano e modelo 2012/2013, Placa MKW 0636, RENAVAL 491016514, cor branca, Alcool/Gasolina. Chassi 9BD195173E0601329. Patrimônio: nº16770.

VALOR SUGERIDO: R\$ 12.000,00 pela Comissão;

- 01 FIAT DOBLÔ ESSENCE, para 07 passageiros, Ano Modelo 2015/2015, Placa QHN 5064, CHASSI 9BD11960SF1129009, RENAVAL 1054335823, COR Branca. Patrimônio 10378.

VALOR SUGERIDO: R\$ 16.000,00 pela Comissão;

- 01 CAMINHONETE VW/SAVEIRO 1.6 TOTAL FLEX, ano e modelo 2009/2010, Placa MGL 5205, RENAVAL 153645237, cor branca, ALCOOL/GASOLINA, CHASSI: 9BWB05W2AP007465. PATRIMONIO: nº10971.

VALOR SUGERIDO: R\$ 8.000,00 pela Comissão;

- 01 CAMINHÃO FORD/CARGO 1722 E, 16 toneladas, placa MHC 6423, ano/modelo 2008/2009, cor branca, combustível diesel, chassi 9BFY-CE7V89BB22463, RENAVAL 133482286. PATRIMONIO: nº 10973.

VALOR SUGERIDO: R\$ 51.236,95 pela Comissão;

- 01 (SUCATA INSERVIVEL) DE COMPACTADOR DE LIXO, MARCA LIBRELATO. SEM PATRIMONIO

VALOR SUGERIDO: R\$ 2.500,00 pela Comissão;

- 01 (SUCATA INSERVIVEL) DE COMPACTADOR DE LIXO, MARCA TRUCAR. SEM PATRIMONIO.

VALOR SUGERIDO: R\$ 2.500,00 pela Comissão.

DOS DEMAIS BENS:

Os bens móveis vistoriados, compreendido denominados pela Comissão como "Mobiliário geral", como armários, cadeiras, restos de carteiras e cadeiras escolares, mesa, os quais constam no galpão da Obras, e no pátio da Obras, estão quebrados, infestados com cupim, danificados pelo tempo, enferrujados sem condições de uso. Os restos de carteiras e mesas que possuem ferro irão e demais ferros irão compor um lote específico de "ferro velho", os bens como geladeira, lavadora de roupa, fogão industrial, microondas, condicionador de ar, filtro de água, escada portátil, batedeira, liquidificador, aspirador de pó, cafeteira elétrica, grill, torradeira elétrica, umidificador de ar e afins, ficarão no mesmo grupo de bens, denominados "Aparelhos e utensílios domésticos", os equipamentos de informática, compreendidos carcaças de computadores, monitores, impressoras, kit de multimídia, leitora, scanner, processador, estabilizador, modem, teclado e afins, ficarão no grupo de "Equipamentos e processamento de dados". Os bens como equipamentos de filmagem, gravação e reprodução de sons, e imagens, bem como seus acessórios, tais como: amplificador de som, caixa acústica, data show, equalizador de som, filmadora, flash eletrônico, fone de ouvido, gravadora de som, máquina fotográfica, microfone, projetor, rádio, retroprojetor, sintonizador de som, televisor, tela de projeção, toca discos, vídeo cassete, DVDs e afins, ficarão no grupo denominados "Equipamento para Áudio Vídeo e Foto." Os bens tais como cadeira odontológica, autoclaves, foco cirúrgico, aparelho respirador e diversos restos e carcaças de equipamentos médico odontológico laboratoriais e hospitalares, os quais deverão contemplar ficaram no lote "Aparelho e equipamentos e utensílios médicos e hospitalares", uma cadeira odontológica, para que sejam formados os lotes com os valores mínimos abaixo:

- SUCATAS MOBILIARIO GERAL.

VALOR MÍNIMO SUGERIDO R\$ 200,00

- SUCATAS DE FERRO.

VALOR MÍNIMO SUGERIDO R\$ 600,00

- SUCATAS DE EQUIPAMENTOS E PROCESSAMENTOS DE DADOS.

VALOR MÍNIMO SUGERIDO R\$ 200,00

- SUCATAS DE APARELHO E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS.

VALOR MÍNIMO SUGERIDO R\$ 200,00

- SUCATA DE EQUIPAMENTOS PARA AUDIO VIDEO E FOTO

VALOR MÍNIMO SUGERIDO R\$ 100,00

- SUCATAS DE APARELHOS ODONTOLOGICOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

VALOR MÍNIMO SUGERIDO R\$ 300,00

Art. 2º - Fica o setor de Patrimônio autorizado a proceder a baixa patrimonial dos bens descritos no artigo 1º, após eventual alienação dos mesmos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogado o Decreto nº 006, de 16 de janeiro de 2020.



Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 28 de fevereiro de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2380499

ATA 01/2020- FMAS

ABERTO O CERTAME AS QUATORZE HORAS DO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2020 FMAS. CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS ESPECIALIZADOS PARA CONFECÇÃO, ILUSTRAÇÃO PERSONALIZADA, FORMATAÇÃO E IMPRESSÃO DE CARTILHAS, DESTINADAS AO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA MULTYGRAPHIC EDITORA LTDA (ENVELOPE VIA TRANSPORTADORA) QUE SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO À PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MULTYGRAPHIC EDITORA LTDA COM O VALOR DE R\$ 0,77. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS, LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO.

ATA DA SESSÃO 04/2020 PMN

Publicação Nº 2380506

ATA R.P PREGÃO Nº 4/2020 PMN REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNA, DA FROTA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.

AS NOVE HORAS DO DIA VINTE E OITO DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 953 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO QUATRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNA, DA FROTA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC., EMPRESA PARTICIPANTE: AUTO MECÂNICA RH LTDA - ME, REPRESENTADA POR SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES; GIBA AUTO CENTER LTDA, REPRESENTADA POR ROGER TEIXEIRA DA SILVA; LUCKMANN MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA, REPRESENTADA POR MARIA ELIANE DOS SANTOS; MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, REPRESENTADA POR RENALDO MANSKE; BIG MOTOS LTDA, REPRESENTADA POR DÂNATTI MATOSO DA SILVA E MECÂNICA UNIÃO LTDA EPP, REPRESENTADA POR GUILHERME VARGAS. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO OS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS, ONDE AS EMPRESAS MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP E MECÂNICA UNIÃO LTDA EPP NÃO ESTAVAM COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL POIS NÃO APRESENTARAM O DESCRIMINADO NO ITEM 4.2.2.2, AS DEMAIS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE A EMPRESA MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP FAZ MENÇÃO DE RECURSO CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO REFERENTE A NÃO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CONFORME ITEM 4.2.2.2 E A EMPRESA MECÂNICA UNIÃO LTDA EPP, MANIFESTA INTENÇÃO RECURSAL QUANTO A DESCLASSIFICAÇÃO, EM VIRTUDE DA ALEGADA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CONFORME ITEM 4.2.2.2. PASSANDO A ETAPA DE LANCES, SAGRAM-SE VENCEDORAS AS EMPRESAS LUCKMANN MECÂNICA AUTOMOTIVA LTDA, DOS LOTES 1 PELO VALOR DE R\$ 62.800,00 E LOTE 2 PELO VALOR DE R\$ 328.624,00; AUTO MECÂNICA RH LTDA - ME, DOS LOTES 3 PELO VALOR DE R\$ 212.500,00 E LOTE 4 PELO VALOR DE R\$ 864.000,00; BIG MOTOS LTDA, DOS LOTES 7 PELO VALOR DE R\$ 13.500,00 E LOTE 8 PELO VALOR DE R\$ 61.750,00. ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DA EMPRESA, ONDE OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10h e 55min. EU CARLA CLAUDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 173/2019 PMN

Publicação Nº 2380575

ATA 173/2019- PMN

ABERTO O CERTAME AS QUATORZE HORAS DO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020,

TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 173/2019 PMN. CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE TENDAS MEDINDO 3X3 METROS, SANFONADA, COM LONA ANTICHAMAS DE PVC NA COR AZUL PARA AUXILIAREM NAS ATIVIDADES DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E INCLUSÃO PRODUTIVA (AGROPESCARTE) ATRAVÉS DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA E DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS AM MOREIRA GONCALVES EIRELI, LC TENDAS EIRELI, AMPLA COBERTURAS E EVENTOS LTDA E WFL COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI E TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP.

NO CREDENCIAMENTO A WFL COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO CONTER NO SEU OBJETO SOCIAL O ITEM DO CERTAME (TENDAS).

PRESENTES NO CERTAME DANYELLE PANTALEÃO MARTINS VETERINARIA E THIAGO SANTOS DA CRUZ TÊC. EM AGROPECUARIA FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS VERIFICOU-SE QUE A EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO ITEM 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LC TENDAS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 670,00. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, AGATH STEFANY JENSEN GERALDINO, LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 27/2020 PMN

Publicação Nº 2380455

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 27/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de Preço visando a aquisição de materiais de construção (manta geotêxtil, madeira de construção pinus, saco de cimento, barra de ferro e ferramentas tais como: colher de pedreiro, picareta, carrinho de mão, pá reta, pá de bico) para utilização de serviços gerais, manutenção, reparos, melhorias e novas instalações de tubulação nos canais de drenagem pluvial, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico do Município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 16/03/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 16/03/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 32/2020 PMN

Publicação Nº 2380459

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 32/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de Preço visando a contratação de empresa especializada em mão de obra para manutenção e readequação predial do prédio público municipal, situado na Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, nº 498 - Centro, através da Secretaria Municipal de Administração e Logística do Município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 18/03/2020 até às 08h50. Abertura/envelopes: 18/03/2020 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

PORTARIA N º 1124 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379571

PORTARIA N º 1124 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR VIVIANE PIERRE DOS PASSOS, matrícula 143908, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 24 meses, conforme ofício nº 015 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 21.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS N ° 1125 E 1126 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379563

**PORTARIA N ° 1126 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a LIDIANA SILVA DOS SANTOS, matrícula 6250805, ocupante do cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 2 (dois) dias consecutivo, com início em 19.02.2020 e término em 20/02/2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA N ° 1125 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a TATIANA DE MELLO BORGES, matrícula 266707, ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 977 (Novecentos e setenta sete) dias consecutivo, com início em 20.06.2017 e término em 21/02/2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 21.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PRIMEIRA CHAMADA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 NAVEGANTESPREV**

Publicação N° 2380053

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2015
NAVEGANTESPREV**

EDITAL DE PRIMEIRA CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O NAVEGANTESPREV – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, através do Departamento de Recursos Humanos, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2015 para o provimento da função de MOTORISTA.

1. DA CHAMADA

1.1. O candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH
MOTORISTA	01	40

2 . DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, 2.1, os seguintes documentos:

- a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de posse;
- b. 01 Foto 3X4
- c. 01 Cópia do documento de identidade;
- d. 01 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (no mínimo categoria B)
- e. 01 Cópia do CPF;
- f. 01 Cópia da Situação Cadastral do CPF (www.receita.fazenda.gov.br);
- g. 1 Cópia do Comprovante de Residência;
- h. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- i. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- j. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- k. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- l. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data a ser agendada pelo NAVEGANTESPREV, na Junta Médica, sito á Av. Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.
- m. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- n. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo;
- o. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- p. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- q. 01 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- r. 01 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 07 (sete) anos;
- s. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- t. 01 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;
- u. 01 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- v. 01 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;
- w. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (www.trf4.jus.br);
- x. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (no Fórum de sua Cidade)
- y. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral (www.tse.gov.br).

2.3. O (a) Candidato (a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

3. Do candidato a ser chamado:

3.1. Cargo: MOTORISTA – 001/2015

CLASSIF.	CANDIDATO
01	Anderson Xavier

3. Do agendamento dos exames admissionais:

O agendamento será realizado pelo NAVEGANTESPREV, quando da entrega da documentação.

4. Da entrega de documentos, a partir de 02/03/2020 a 06/03/2020:

TODOS OS CARGOS	DATA	HORÁRIO	LOCAL
	02/03/2020 a 06/03/2020	13:00 às 19:00	NAVEGANTESPREV Av. Cons. João Gaya, nº 295, Centro – Navegantes/SC.

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação é feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios e no site do NAVEGANTESPREV.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Presidente do Instituto.

Navegantes (SC), 28 de fevereiro de 2020.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO N° 69/2020 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2020.

Publicação N° 2379950

DECRETO N° 69, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a homologação dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 02/2020.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2020, de 17 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 02/2020, conforme segue:

Médico			
Inscrição	Candidato	Pontuação	Classificação
05	Renata Tainã Arcanjo Sampaio	20	1º
02	Mateus Ceresoli Baptistella	1	2º
03	Laura Gracioli Ribeiro	1	3º
04	Isadora Gonçalves Martim	1	4º
01	Georgina Prado Olivares	0	5º

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, (SC), 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO N° 70/2020 EXONERAÇÃO LEANDRO DA SILVA

Publicação N° 2383363

DECRETO N° 70, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Municipal Leandro da Silva.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar n° 112, de 30 de junho de 2016, combinada com a Lei Complementar n° 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. LEANDRO DA SILVA, ocupante do Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o Decreto n° 118, de 17 de abril de 2017.

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO N° 71/2020 NOMEAÇÃO CRISTIAN DIEGO RAUBER

Publicação N° 2383376

DECRETO N° 71, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação do Sr. Cristian Diego Rauber para ocupar Cargo em Comissão.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar n° 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar n° 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. CRISTIAN DIEGO RAUBER, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir desta data.

Art. 2º Fica nomeado o Sr. CRISTIAN DIEGO RAUBER, para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, provido em Confiança, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no nível CC-6 do Anexo II – Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 126 de 2019 e alterações posteriores.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se o Decreto nº 053, de 01 de abril de 2010.

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

ERRATA Nº 006/2020

Publicação Nº 2380204

ERRATA Nº 006/2020

ERRATA Nº 006/2020 REFERENTE O DECRETO Nº. 60, de 11 de fevereiro de 2020.

A presente Errata consiste na Alteração do teor do Decreto nº. 60, de 11 de fevereiro de 2020, a qual onde lê-se:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. VALMIR FERREIRA DE CARVALHO, para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, provido em Confiança, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no Art. 3º da Lei Complementar nº 112 de 2016.

Leia-se:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. VALMIR FERREIRA DE CARVALHO, para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, provido em Confiança, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no nível CC-6 do Anexo II – Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 126 de 2019 e alterações posteriores.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 01/2020 FISUL CONFECÇÕES LTDA

Publicação Nº 2380168

PROCESSO Nº: 09/2020	PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 02/2020
-------------------------	--------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 01/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: FISUL CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 29.728.868/0001-94

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS (UNIFORMES) PARA ALUNOS E SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 36.405,00 (trinta e seis mil quatrocentos e cinco reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 28/02/2020 TÉRMINO: 28/02/2021

Nova Erechim, 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 32/2020 FÉRIAS ANA APARECIDA DIAS LAZZARI

Publicação Nº 2383361

PORTARIA Nº 32, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para a Servidora Municipal ANA APARECIDA DIAS LAZZARI, Matrícula 5453/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 13.04.2020 a 12.05.2020, referente ao período 01.11.2018 a 31.10.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 33/2020 FÉRIAS RAFAEL SAVACINSKI

Publicação Nº 2383362

PORTARIA Nº 33, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal RAFAEL SAVACINSKI, Matrícula 5474/01, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 01.04.2020 a 30.04.2020, referente ao período 02.05.2018 a 01.05.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2020 EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA CANALIZAÇÃO PLUVIAL

Publicação Nº 2380480

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2020

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP, para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA CANALIZAÇÃO PLUVIAL A SER EXECUTADA EM RUAS DO PERÍMETRO URBANO E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 13 de março de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 01/2020 ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01

Publicação Nº 2379948

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO nº 01

Tomada de Preço 01/2020

Processo Administrativo 03/2020

O Município de Nova Erechim/SC, com sede localizada na Avenida Francisco Ferdinando Losina, n.º 139, centro, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA 01 ao edital de Tomada de Preço nº 01/2020, Processo Administrativo n.º 03/2020, onde no item 8.7, 3- (Anexo I) e no orçamento passará a ler-se:

8.7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1 - Prova de Inscrição/Registro e Regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência;

8.7.3 - Declaração da licitante de possuir em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário ou como prestador de serviço, no mínimo 1 (um) eletricista com 80 (oitenta) horas de treinamento na NR-10;

a) O eletricista deve comprovar capacitação para a operação de equipamento de guindar para elevação de pessoa e realização de trabalho em altura, conforme requisitos da NR-12 Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

b) O eletricista deve comprovar capacitação para realização de trabalho em altura conforme requisitos da NR-35 trabalho em altura.

8.7.5 - Apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC – emitido pela Celesc Distribuição S/A, comprovando o credenciamento da licitante para intervir na rede de energia elétrica da concessionária.

8.7.6 – O proponente deverá apresentar Ensaios de Laboratório credenciado no INMETRO da Luminária.

8.7.7 - Declaração de garantia da luminária LED ofertadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo Fabricante da Luminária.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

3 – DA QUALIFICAÇÃO TECNICA

3.1 - Prova de Inscrição/Registro e Regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência;

3.2 - Declaração da licitante de possuir em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário ou como prestador de serviço, no mínimo 1 (um) eletricista com 80 (oitenta) horas de treinamento na NR-10;

a) O eletricista deve comprovar capacitação para a operação de equipamento de guindar para elevação de pessoa e realização de trabalho em altura, conforme requisitos da NR-12 Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

b) O eletricista deve comprovar capacitação para realização de trabalho em altura conforme requisitos da NR-35 trabalho em altura.

3.3 - Apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC – emitido pela Celesc Distribuição S/A, comprovando o credenciamento da licitante para intervir na rede de energia elétrica da concessionária.

3.4 – O proponente deverá apresentar Ensaios de Laboratório credenciado no INMETRO da Luminária.

3.5 - Declaração de garantia da luminária LED ofertadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo Fabricante da Luminária.

ORÇAMENTO:

Foi incluso na planilha orçamentária as especificações mínimas das lâmpadas de LED. Tais especificações dever ser contempladas de modo a garantir a qualidade e a durabilidade dos materiais a serem empregados no serviço.

LUMINÁRIA DE LED COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL COM FUNCIONAMENTO NORMAL DA LUMINÁRIA PARA VALORES DE TENSÃO ENTRE 100 E 250V, A LUMINÁRIA DEVE CONTER UM DRIVER (FONTE CHAVEADA) QUE MANTÉM A POTÊNCIA CONSTANTE NA FAIXA DE TENSÃO DE OPERAÇÃO, SISTEMA INTEGRADO AO CORPO DA LUMINÁRIA PARA ACIONAMENTO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM FUNÇÃO DA LUMINOSIDADE AMBIENTE OU BASE E RELE FOTO CONTROLADOR CONFORME NBR 5123 – RELE FOTOELÉTRICO.

· POTÊNCIA NOMINAL DE ENTRADA MÁXIMA DE 150W;

· FLUXO LUMINOSO INICIAL MÍNIMO IGUAL OU MAIOR DE 16.000 LM;

· EFICIÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU MAIOR DE 120 LM/W

· TEMPERATURA DE COR 4.000 A 5.000 K

· ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC) SUPERIOR A 70

· DADOS DE FOTOMETRIA A MEDIDA DEVE SER DE ACORDO COM LM79

· VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS, PARA L70, DE ACORDO COM A NORMATIVA LM80

- LIMITES DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO NO MÍNIMO ENTRE -10°C E 45°C
- SUPORTE PARA FIXAÇÃO AJUSTÁVEL EM BRAÇO DE POSTE TUBULAR DE 48MM
- FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A 0,95
- DISTORÇÃO HARMÔNICA INFERIOR A 10%
- PROTETOR CONTRA SURTOS DE 10KV / 10KA
- IMPACTOS MECANICOS EXTERNOS CORRESPONDENTE NO MÍNIMO AO GRAU DE PROTEÇÃO IK08
- GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS (ASSINADO PELA FABRICANTE DA MESMA)
- CHASSI E BLOCO DE SUPORTE EM ALUMINIO INJETADO OU MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS SUPERIORES, QUE SEJAM RESISTENTES AO TEMPO E ADEQUADO À DISSIPACÃO TÉRMICA
- PINTURA RESISTENTE A CORROSÃO
- GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66 PARA TODOS OS COMPONENTES DA DRIVER (FONTE CHAVEADA), QUE MANTÉM A POTÊNCIA CONSTANTE NA FAIXA DE TENSÃO DE OPERAÇÃO.
- CORRENTE DE FUGA CONFORME A ABNT NBR IEC 60598

Tendo em vista a alteração feita, conforme Artigo 21 §4 da Lei 8.666/93, a nova data par abertura da licitação será dia 16 de março de 2020, sendo o credenciamento até as 09:00, iniciando a sessão no mesmo dia às 09:15. Permanece inalterado os demais termos. Maiores informações e a íntegra do Edital e Anexos, poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100 ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 02/2020 ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01

Publicação Nº 2380163

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO nº 01

Tomada de Preço 02/2020

Processo Administrativo 04/2020

O Município de Nova Erechim/SC, com sede localizada na Avenida Francisco Ferdinando Losina, n.º 139, centro, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA 01 ao edital de Tomada de Preço nº 02/2020, Processo Administrativo n.º 04/2020, onde no item 8.7, 3- (Anexo I) e no orçamento passará a ler-se:

8.7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.7.1 - Prova de Inscrição/Registro e Regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência;

8.7.2 - Declaração da licitante de possuir em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário ou como prestador de serviço, no mínimo 1 (um) eletricitista com 80 (oitenta) horas de treinamento na NR-10;

a) O eletricitista deve comprovar capacitação para a operação de equipamento de guindar para elevação de pessoa e realização de trabalho em altura, conforme requisitos da NR-12 Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

b) O eletricitista deve comprovar capacitação para realização de trabalho em altura conforme requisitos da NR-35 trabalho em altura.

8.7.3 – O proponente deverá apresentar Ensaio de Laboratório credenciado no INMETRO da Luminária.

8.7.4 - Declaração de garantia da luminária LED ofertadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo Fabricante da Luminária.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

3 – DA QUALIFICAÇÃO TECNICA

3.1 - Prova de Inscrição/Registro e Regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência;

3.2 - Declaração da licitante de possuir em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário ou como prestador de serviço, no mínimo 1 (um) eletricitista com 80 (oitenta) horas de treinamento na NR-10;

a) O eletricitista deve comprovar capacitação para a operação de equipamento de guindar para elevação de pessoa e realização de trabalho em altura, conforme requisitos da NR-12 Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

b) O eletricitista deve comprovar capacitação para realização de trabalho em altura conforme requisitos da NR-35 trabalho em altura.

3.3 – O proponente deverá apresentar Ensaio de Laboratório credenciado no INMETRO da Luminária.

3.4 - Declaração de garantia da luminária LED ofertadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo Fabricante da Luminária.

ORÇAMENTO:

Foi incluso na planilha orçamentária as especificações mínimas das lâmpadas de LED. Tais especificações dever ser contempladas de modo a garantir a qualidade e a durabilidade dos materiais a serem empregados no serviço.

LUMINÁRIA DE LED COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL COM FUNCIONAMENTO NORMAL DA LUMINÁRIA PARA VALORES DE TENSÃO ENTRE 100 E 250V, A LUMINÁRIA DEVE CONTER UM DRIVER (FONTE CHAVEADA) QUE MANTÉM A POTÊNCIA CONSTANTE NA FAIXA DE TENSÃO DE OPERAÇÃO, SISTEMA INTEGRADO AO CORPO DA LUMINÁRIA PARA ACIONAMENTO E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM FUNÇÃO DA LUMINOSIDADE AMBIENTE OU BASE E RELE FOTO CONTROLADOR CONFORME NBR 5123 – RELE FOTOELÉTRICO.

- POTÊNCIA NOMINAL DE ENTRADA MÁXIMA DE 150W;
- FLUXO LUMINOSO INICIAL MÍNIMO IGUAL OU MAIOR DE 16.000 LM;
- EFICIÊNCIA MÍNIMA IGUAL OU MAIOR DE 120 LM/W
- TEMPERATURA DE COR 4.000 A 5.000 K
- ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC) SUPERIOR A 70
- DADOS DE FOTOMETRIA A MEDIDA DEVE SER DE ACORDO COM LM79
- VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS, PARA L70, DE ACORDO COM A NORMATIVA LM80
- LIMITES DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO NO MÍNIMO ENTRE -10°C E 45°C
- SUPORTE PARA FIXAÇÃO AJUSTÁVEL EM BRAÇO DE POSTE TUBULAR DE 48MM
- FATOR DE POTÊNCIA SUPERIOR A 0,95
- DISTORÇÃO HARMÔNICA INFERIOR A 10%
- PROTETOR CONTRA SURTOS DE 10KV / 10KA
- IMPACTOS MECÂNICOS EXTERNOS CORRESPONDENTE NO MÍNIMO AO GRAU DE PROTEÇÃO IK08
- GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS (ASSINADO PELA FABRICANTE DA MESMA)
- CHASSI E BLOCO DE SUPORTE EM ALUMÍNIO INJETADO OU MATERIAL DE CARACTERÍSTICAS SUPERIORES, QUE SEJAM RESISTENTES AO TEMPO E ADEQUADO À DISSIPACÃO TÉRMICA
- PINTURA RESISTENTE A CORROSÃO
- GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66 PARA TODOS OS COMPONENTES DA DRIVER (FONTE CHAVEADA), QUE MANTÉM A POTÊNCIA CONSTANTE NA FAIXA DE TENSÃO DE OPERAÇÃO.
- CORRENTE DE FUGA CONFORME A ABNT NBR IEC 60598

Tendo em vista a alteração feita, conforme Artigo 21 §4 da Lei 8.666/93, a nova data para abertura da licitação será dia 17 de março de 2020, sendo o credenciamento até as 09:00, iniciando a sessão no mesmo dia às 09:15. Permanece inalterado os demais termos. Maiores informações e a íntegra do Edital e Anexos, poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100 ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

11º TERMO ADITIVO CT 33-2012

Publicação Nº 2383860

11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 33/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E FREITAS TUR TRANSPORTES LTDA ME. CONFORME TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONCESSÃO DE LINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ANEXO.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa FREITAS TUR TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Progresso, nº 781, Centro na cidade de NOVA ITABERABA - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.375.295/0001-98, neste ato representada por seu Representante Legal CLAUDINEI FREITAS doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato N.º 33/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a clausula segunda do contrato nº 033/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos).

Sendo a Linha nº 19M será executada com Ônibus percorrendo 5.600 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Totalizando R\$ 27.832,00 (vinte e sete mil oitocentos e trinta e dois reais).

- Sendo a Linha nº 19V será executada com Ônibus percorrendo 11.600 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Totalizando R\$ 57.652,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais).

Obs. O Preço total dos serviços, até o final do ano letivo de 2020, será de R\$ 85.484,00 (oitenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais clausulas do contrato nº 33/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDINEI FREITAS
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA
O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

12º TERMO ADITIVO CT 32-2012

Publicação Nº 2383861

12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 32/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E RIVAEEL PIGATTO ME, CONFORME TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DOS DIREITOS DO CONTRATO Nº 32/2012.

Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita

no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa RIVAEI PIGATTO ME, com sede na LINHA CAMBUCICA, SN, inscrita no CNPJ sob o nº 24.241.845/0001-37, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) RIVAEI PIGATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 32/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a cláusula segunda do contrato nº 032/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custará o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos).

- Sendo a Linha nº 07 V será executada com Kombi, sendo que, no ano letivo de 2020 percorrerá 12.500 KM á R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 61.125,00 (sessenta e um mil cento e vinte cinco reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais cláusulas do contrato nº 32/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

RIVAEI PIGATTO
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI

Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das

licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo

Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Procurador Municipal

OAB/SC - 23.347

13º TERMO ADITIVO CT 30-2012

Publicação Nº 2383862

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 30/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E TRANSPORTE PILECO EIRELI – ME, CONFORME TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONCESSÃO DE LINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ANEXO.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TRANSPORTE PILECO EIRELI - ME, com sede na AV. PROGRESSO, inscrita no CNPJ sob o nº 24.140.633/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a), LUCAS PILECO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 30/2012, de 10 de fevereiro de 2012 e, TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONCESSÃO DE LINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais.

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a cláusula segunda do contrato nº 030/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custará o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos).

- Sendo a Linha nº 01 será executada com micro-ônibus percorrendo 12.200 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos), Totalizando R\$ 59.658,00 (cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e oito reais).

- Sendo a Linha nº 14 estava sendo executada com microônibus percorrendo 14.800 Km no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 72.372,00 (setenta e dois mil trezentos e setenta e dois reais).
- Sendo a Linha nº 15M será executada com microônibus percorrendo 8.800 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custará o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 43.032,00 (quarenta e três mil e trinta e dois reais).
- Sendo a Linha nº 15V será executada com microônibus percorrendo 8.800 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custará o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 43.032,00 (quarenta e três mil e trinta e dois reais).
Obs. O Preço total dos serviços, até o final do ano letivo de 2019, considerando o que já foi cumprido será de R\$ 218.094,00 (duzentos e dezoito mil e noventa e quatro reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais cláusulas do contrato nº 30/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

LUCAS PILECO
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

13º TERMO ADITIVO CT 31-2012

Publicação Nº 2383865

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 31/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E ADAIR ROSSONI TRANSPORTE LTDA - ME.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ADAIR ROSSONI TRANSPORTE LTDA - ME, com sede na LINHA ESPUMA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.811.121/0001-20, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) ADAIR ROSSONI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato N.º 31/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a cláusula segunda do contrato nº 031/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,86 (quatro reais e oitenta e seis centavos).

Sendo a Linha nº 06 será executada com Kombi percorrendo 5200 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,86 (quatro reais e oitenta e seis centavos). Totalizando R\$ 25.272,00 (vinte e cinco mil duzentos e setenta e dois reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais cláusulas do contrato nº 31/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR ROSSONI
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI

Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Procurador Municipal

OAB/SC - 23.347

14º TERMO ADITIVO CT 29-2012

Publicação Nº 2383874

14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 29/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E TRANSPORTE PILECO EIRELI - ME.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TRANSPORTE PILECO EIRELI - ME, com sede na AV. PROGRESSO, inscrita no CNPJ sob o nº 24.140.633/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a), LUCAS PILECO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 29/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a clausula segunda do contrato nº 029/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos).

Linha nº 16M, percorrendo 8.000 KM no ano letivo de 2020, a R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Totalizando R\$ 39.760,00 (trinta e nove mil setecentos e sessenta reais).

Linha 16V percorrendo 10.480 KM no ano letivo de 2020, a R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Totalizando R\$ 52.085,60 (cinquenta e dois mil e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Linha 16N percorrendo 5.600 KM no ano letivo de 2020, a R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Totalizando R\$ 27.832,00 (vinte e sete mil oitocentos e trinta e dois reais).

Linha 17 percorrendo 12.800 KM no ano letivo de 2020, a R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Totalizando R\$ 63.616,00 (sessenta e três mil seiscentos e dezesseis reais).

Obs. O Preço total dos serviços, até o final do ano letivo de 2020, considerando somente o que falta executar será de R\$ 183.293,60 (cento e oitenta e três reais duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais clausulas do contrato nº 29/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

LUCAS PILECO
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

14º TERMO ADITIVO CT 30-2012

Publicação Nº 2383875

14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 30/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E TRANSPORTE PILECO EIRELI – ME, CONFORME TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONCESSÃO DE LINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ANEXO.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TRANSPORTE PILECO EIRELI - ME, com sede na AV. PROGRESSO, inscrita no CNPJ sob o nº 24.140.633/0001-63, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a), LUCAS PILECO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato N.º. 30/2012, de 10 de fevereiro de 2012 e, TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CONCESSÃO DE LINHA DE TRANSPORTE ESCOLAR mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais.

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a clausula segunda do contrato nº 030/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - O quilometro rodado custara o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos).

- Sendo a Linha nº 11N, será executada com microônibus percorrendo 3.000 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$: 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 14.670,00 (quatorze mil seiscentos e setenta reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais clausulas do contrato nº 30/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

LUCAS PILECO
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

16º TERMO ADITIVO CT 35-2012

Publicação Nº 2383878

16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 35/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E FREITAS TUR TRANSPORTES LTDA ME.

Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa FREITAS TUR TRANSPORTES LTDA ME, com sede

na RUA FREI LIBERATO , 212, inscrita no CNPJ sob o nº 04.696.046/0001-48, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) CLAUDINEI FREITAS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 35/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais.

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu alteração de km percorridos, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados, conforme termo aditivo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – Fica alterado a clausula segunda do contrato nº 035/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - O quilometro rodado custará o valor de R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos).

Linha 08 – Percorrendo 10.800 KM no ano letivo de 2020, á R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos).Totalizando R\$ 53.676,00 (cinquenta e três mil seiscentos e setenta e seis reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais clausulas do contrato nº 035/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDINEI FREITAS
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato
VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

18º TERMO ADITIVO CT 36-2012

Publicação Nº 2383881

18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 36/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK ME.

Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal , doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK ME, com sede na RUA FREI LIBERATO , , inscrita no CNPJ sob o nº 01.593.242/0001-07, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 36/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a clausula segunda do contrato nº 036/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos).

- Sendo a Linha nº 03 será executada com Microônibus percorrendo 14.800 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 72.372,00 (setenta e dois mil trezentos e setenta e dois reais).

- Sendo a Linha nº 04M, será executada com Microônibus percorrendo 8.400 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 41.076,00 (quarenta e um mil e setenta e seis reais).

- Sendo a Linha nº 04V será executada com Microônibus percorrendo 8.920 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 43.618.80 (quarenta e tres mil seiscentos e dezoito reais e oitenta

centavos)

Obs. O Preço total dos serviços, até o final do ano letivo de 2020, considerando o que já foi cumprido será de R\$ 157.066,80 (cento e cinquenta e sete mil e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais cláusulas do contrato nº 36/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

19º TERMO ADITIVO CT 36-2012

Publicação Nº 2383884

19º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 36/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK ME.

Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK ME, com sede na RUA FREI LIBERATO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.593.242/0001-07, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Nº. 36/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a cláusula segunda do contrato nº 036/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos).

- Sendo a Linha nº 04N será executada com Microônibus percorrendo 7.120 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 34.816,80 (trinta e quatro mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

- Sendo a Linha nº 05N será executada com Microônibus percorrendo 7.800 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 38.142,00 (trinta e oito mil cento e quarenta e dois reais).

Obs. O Preço total dos serviços, até o final do ano letivo de 2020, considerando o que já foi cumprido será de R\$ 72.958,80 (setenta e dois mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais cláusulas do contrato nº 36/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIA CAMPAGNARO SZBLEWISCK
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA
O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

9º TERMO ADITIVO CT 34-2012

Publicação N° 2383858

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 34/2012 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E SILVEIRA E SILVEIRA TRANSPORTES LTDA - ME.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa ANDRESA DA SILVEIRA TRANSPORTES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Progresso, nº 781, Centro na cidade de NOVA ITABERABA - SC, inscrita no CNPJ sob o nº.20.375.295/0001-98, neste ato representada por seu Representante Legal ANDRESA DA SILVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 087.271.329-60 e RG sob o nº 5.691.433 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato N.º. 34/2012, de 10 de fevereiro de 2012, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N.º 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a cláusula segunda do contrato nº 034/2012, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos).

- Sendo a Linha nº 18 será executada com Micro ônibus percorrendo 14.900 KM no ano letivo de 2020. O quilometro rodado custara o valor de R\$ 4,89 (quatro reais e oitenta e nove centavos). Totalizando R\$ 72.861,00 (setenta e dois mil oitocentos e sessenta e um reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais cláusulas do contrato nº 34/2012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

ANDRESA DA SILVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA
O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

9º TERMO ADITIVO CT 58-2013

Publicação N° 2383859

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 58/2013 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E PEDRA BRILHANTE TRANSPORTES LTDA.

Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa PEDRA BRILHANTE TRANSPORTES LTDA, com sede na LINHA CAMBUCICA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.558.420/0001-86, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) MAICON DE OLIVEIRA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato N.º. 58/2013, de 12 de março de 2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N.º 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra "B" do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CONSIDERANDO, que o produto objeto do presente contrato, sofreu reajuste em seu preço inicial, torna-se necessário a realização desse termo aditivo para que os produtos sejam equacionados em seu preço final, conforme termo aditivo em anexo.

CONSIDERANDO, o disposto no art. 57, II, da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê aditar os Contratos quando para execução de serviços, e que apresentem condições vantajosas para o Poder Público;

CLAUSULA PRIMEIRA – fica alterado a clausula segunda do contrato nº 058/2013, – que passará a vigorar com a seguinte redação, com efeitos retroativos a 01/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA. O quilometro rodado custara o valor de R\$: 4,37 (quatro reais e trinta e sete centavos).

Linha nº 10 será executada com Kombi percorrendo 14.800 Km.

Obs. O Preço total dos serviços, até o final do ano letivo de 2020, será de R\$ 64.676,00 (sessenta e quatro mil seiscentos e setenta e seis reais).

CLAUSULA TERCEIRA: - As demais clausulas do contrato nº 58/2013 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA, 21/02/2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

MAICON DE OLIVEIRA
REPRESENTANTE LEGAL

ODENIR PETROLI
Fiscal do Contrato

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Procurador Municipal
OAB/SC - 23.347

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 49-2020

Publicação Nº 2383895

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 49/2020
Edital: Pregão Nº.: 19/2020
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de serviços médicos especializados para atuar na Unidade de Saúde de Nova Itaberaba/SC, sendo: 01 Médico da especialidade Ginecologia/Obstetricia 06 horas semanais, para atuar na área de atenção básica, no período de março a dezembro de 2020.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de março de 2020.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de março de 2020.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 28 de fevereiro de 2020
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42-2020

Publicação Nº 2383850

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 42/2020, de 27/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA

OBJETO: Execução de obra global de PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio do Centro Multiplo Uso de Nova Itaberaba

VALOR DO CONTRATO: R\$ 117.000,43 (cento e dezessete mil reais e quarenta e três centavos)

AMPARO LEGAL Tomada de Preços nº 18/2020, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43-2020

Publicação Nº 2383851

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 43/2020, de 27/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: EGIDE TEREZINHA ANGST 74614576915

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA SHOW PARA O DIA DA MULHER, A SER REALIZADA NO DIA 12/03/2020 EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, Conforme Lei Municipal 817/2010 e Decreto Regulamentador 071/2020.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.570,00 (dois mil quinhentos e setenta reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 50/2020, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 44-2020

Publicação N° 2383852

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 44/2020, de 27/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA

OBJETO: Serviço de Sondagem de Solo a Percussão, em terreno de 962m², localizado na rua Frei Liberato 395, centro de Nova Itaberaba, fornecendo relatório técnico e todos os laudos pertinentes.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.655,30 (três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite n° 51/2020, Lei n° 10.520/02 e

Lei n° 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 45-2020

Publicação N° 2383853

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 45/2020, de 28/02/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE CORONEL FREITAS

OBJETO: Contratação de arbitragem para campeonatos municipais nas modalidades de: futebol de campo, voleibol , futsal e futebol suíço, bocha rolada e cinquillo, conforme tabelas e cronogramas elaboradas pelo Departamento de Esportes durante o ano de 2020

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.785,00 (vinte e um mil setecentos e oitenta e cinco reais)

AMPARO LEGAL Pregão n° 45/2020, Lei n° 10.520/02 e

Lei n° 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 028/2020

Publicação Nº 2379982

DECRETO Nº 028, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República e §9º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República e §9º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019, à servidora GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, detentora da matrícula funcional nº 1050, portadora do CPF nº 375.240.039-00, RG nº 737.931, inscrita no PASEP nº 1671636060-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Nível I, Referência N - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 67,89% (sessenta e sete vírgula oitenta e nove por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.603,93 (um mil seiscentos e três reais e noventa e três centavos) que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 63, V, da Lei Municipal nº 1.207/1992 - Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 29/02/2020.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/2020

Publicação Nº 2379946

PORTARIA Nº 273/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do município do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocado conforme Decreto nº 018/2020, KETNE EDUARDA HUGEN, matrícula nº 8309, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha, Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino de Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO 085/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014 autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora KETNE EDUARDA HUGEN, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua das Palmeiras, nº 55, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 113.773.659-30, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha, Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 085/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Mun. Educação

Ketne Eduarda Hugen
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de março de 2020.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo
CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 274/2020

Publicação Nº 2383820

PORTARIA Nº 274/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2019 de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 002/2020, EMILSON JOSÉ CEZAR MELO, matrícula nº 8310, para exercer o cargo de Professor Habilitado, com 20(vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, em vaga vinculada, em substituição a titular Cleia Inês Gasperi, afastado conforme Portaria nº 901/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 086/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor EMILSON JOSÉ CEZAR MELO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Vereador Otaviano Darosci, s/nº, Bairro Moura, Município de Canelinha, portador do CPF nº 429.779.083-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Habilitado, com 20(vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.662,60 (um mil seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, em vaga vinculada, em substituição a titular Cleia Inês Gasperi, afastado conforme Portaria nº 901/2019.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 086/2020)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04(quatro) horas diárias, totalizando 20(vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Emilson José Cezar Melo
Contratado

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo
CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 275/2020

Publicação Nº 2383821

PORTARIA Nº 275/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do município do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocado conforme Decreto nº 014/2020, ANGELINA RODRIGUES DOS SANTOS BORGES, matrícula nº 8311, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino de Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO 087/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014 autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANGELINA RODRIGUES DOS SANTOS BORGES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Antônio Sgrott, nº 74, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 027.211.309-35, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 087/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Mun. Educação

Angelina Rodrigues dos Santos Borges
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de março de 2020.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo
CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 276/2020

Publicação Nº 2383822

PORTARIA Nº 276/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do município do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocado conforme Decreto nº 014/2020, SIMONE APARECIDA DUTRA, matrícula nº 8312, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino de Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO 088/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014 autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SIMONE APARECIDA DUTRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral Rio do Braço, s/nº, Bairro Rio do Braço, Município de São João Batista, portador do CPF nº 091.652.459-03, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 088/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Mun. Educação

Simone Aparecida Dutra
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de março de 2020.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo
CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 277/2020

Publicação Nº 2383823

PORTARIA Nº 277/2020**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do município do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocado conforme Decreto nº 018/2020, MARTINHA CREPAS LACERDA, matrícula nº 8313, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino de Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO 089/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014 autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARTINHA CREPAS LACERDA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Bento Arlindo Montibeller, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 887.191.119-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de contar de 02 de março de 2020 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 089/2020)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Mun. Educação

Martinha Crepas Lacerda
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de março de 2020.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola
Assistente Administrativo
CPF: 716.202.579-04

PORTARIA Nº 278/2020

Publicação Nº 2383824

PORTARIA Nº 278/2020

Admissão em Caráter Temporário

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas com Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 06/2019, de 01/11/2019, homologado 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 018/2020, EDNALVA CASE DE MATOS, matrícula nº 8314, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 02 de março de 2020 a 01 de setembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

CONTRATO Nº 090/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, JUCELINO MARINO CHINI, brasileiro, CPF nº 020.854.409-75, RG nº 3.683.556-0, residente e domiciliado na Rua Estanislau Voltolini, nº 31, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDNALVA CASE DE MATOS, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rodovia SC 410, nº 8008, Bairro Rio do Braço, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 434.069.982-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00(hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 02 de março de 2020 a 01 de setembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 090/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de março de 2020.

Jucelino Marino Chini
Secretário Mun. Administração e Finanças

Ednalva Case de Matos
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de março de 2020.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Adm./Assessor Adm
CPF: 076.577.989-71 CPF: 040.788.629-00

Rafael Diego Mathias
Assistente Adm./Assessor Adm

PORTARIA Nº 279/2020

Publicação Nº 2383825

PORTARIA Nº 279/2020**Rescisão de Contrato de Trabalho**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 029/2020, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho da Servidora Pública Municipal Admitida em Caráter Temporário, SAMANTA CRISTINA GALISA GREGGIO, matrícula nº 8248, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marini Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 280/2020

Publicação Nº 2383827

PORTARIA Nº 280/2020**Rescisão de Contrato de Trabalho**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 083/2020, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho da Servidora Pública Municipal Admitida em Caráter Temporário, JOYCE DA SILVA DOS SANTOS GREGGIO, matrícula nº 8307, ocupante da função de Agente de Apoio Escolar, com 20(vinte) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de março de 2020.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marini Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 027/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020

Publicação Nº 2379510

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020

Objeto: Prestação de serviços de mão de Obra, para execução de ampliação de edificação onde se encontra as Canchas de Bochas municipais (fundos do Ginásio Inácio Gullini) na rua dos Imigrantes, Centro, município de Nova Trento, incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Forma de Execução: regime de Empreitada por preço Unitário. Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 17/03/2020. Abertura: 17/03/2020 as 09:00 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0001, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379566

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0001, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE O 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 007/2019"

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que os vereadores desta Casa Legislativa aprovaram e nós PROMULGAMOS e HOMOLOGAMOS o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica homologado o 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 007/2019, firmado entre o Município de Nova Veneza, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza, e o Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão-IMAS, que dispõe sobre a cooperação financeira daqueles para manutenção das atividades do "Pronto Socorro" sob gerenciamento do referido Instituto.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2020.

Aroldo Frigo Junior Edaltro Luiz Bortolotto Presidente Vice-Presidente

Cesar Augusto Pasetto
1º Secretário

Registrado e Publicado nesta Secretaria, em 27 de fevereiro de 2020.

DAIANA DA SILVA
Secretária Executiva

DECRETO N.º 108, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380517

DECRETO N.º 108, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

"RATIFICA O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 001/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificado o Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2020, que tem como objeto a cooperação institucional com a Câmara de Vereadores de Nova Veneza, permitindo a atuação do Sistema de Controle Interno, por intermédio da Controladoria Geral do Controle Interno, no âmbito do Poder Legislativo, nos termos da Lei Municipal n.º 2.766, de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 26 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 26 de fevereiro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

I RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2020 - PMNV

Publicação Nº 2380389

I RETIFICAÇÃO**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 37/2020**

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, sendo representado neste ato pelo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, informa a retificação no Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 37/2020, fica acrescido ao Edital de licitação, conforme segue:

Fica acrescido no parágrafo 5 (DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO), item 5.1, a alínea "j":

j) Apresentar inscrição/credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, nos termos da Lei n.º 10.711/03;

E,

Fica acrescido no parágrafo 11 (RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA), o item 11.1.5:

11.1.5 – Apresentar no momento da entrega dos produtos, nota fiscal ou nota fiscal do produtor e certificado de semente ou termo de conformidade, nos termos da Lei n.º 10.711/03

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica adiada a abertura da licitação para a data de 13 de março de 2020 às 13:30hs.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Compras deste Município, localizado a Travessa Oswaldo Búrigo, n.º 44, no horário das 8:00 às 12:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

LEI N.º 2.767, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379956

LEI N.º 2.767, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificado, na íntegra, o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação), em anexo, nos termos da Lei Federal n.º 11.107/05 e Decreto Federal n.º 6.017/07.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 28 de fevereiro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2020 - PMNV

Publicação Nº 2379779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2020

OBJETO: Aquisição de uniformes profissionais para os funcionários da Secretaria de Agricultura de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 13/03/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2020 - PMNV

Publicação Nº 2379786

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2020

OBJETO: Aquisição de uniforme para os Conselheiros Tutelares do município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 09:30 horas do dia 13/03/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 52/2020 - PMNV

Publicação Nº 2379984

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 52/2020

OBJETO: Contratação de assistência técnica com a locação das repetidoras de sinal de televisão, compreendendo a manutenção, limpeza e reposição de componentes de retransmissor.

Abertura: às 11:15 horas do dia 13/03/2020.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2020 - PMNV

Publicação N° 2379788

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2020

OBJETO: Aquisição de uniforme profissionais para os funcionários da FUNDAVE – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 10:30 horas do dia 13/03/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

RESOLUÇÃO Nº 0001, DE 27 DE FEVEREIRO DE, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379562

RESOLUÇÃO Nº 0001, DE 27 DE FEVEREIRO DE, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, que os vereadores desta Casa Legislativa aprovaram e nós RATIFICAMOS E PROMULGAMOS a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica RATIFICADO o Termo de Cooperação Técnica nº 001/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Veneza, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogério José Frigo e a Câmara de Vereadores de Nova Veneza, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada por seu presidente, Sr. Aroldo Frigo Júnior, que tem como objeto a cooperação institucional das partes, permitindo a atuação do Sistema de Controle Interno, por intermédio da Controladoria Geral do Controle Interno, no âmbito do Poder Legislativo, nos termos da Lei Municipal n.º 2.766, de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2020.

Aroldo Frigo Junior Edaltro Luiz Bortolotto Presidente Vice-Presidente

Cesar Augusto Pasetto
1º Secretário

Registrado e Publicado nesta Secretaria, em 27 de fevereiro de 2020.

DAIANA DA SILVA
Secretária Executiva

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 001/2020.

Publicação N° 2380679

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 001/2020

Origem: Lei Municipal n.º 2.766, de 21 de fevereiro de 2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 82.916.826/0001-60, com

sede na Travessa Oswaldo Búrigo, n.º 44, Bairro Centro, CEP 88.865-000, Nova Veneza, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogério José Frigo, e a CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA VENEZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 82.916.826/0001-60, com sede na Travessa Oswaldo Búrigo, n.º 44, Bairro Centro, CEP 88.865-000, Nova Veneza, SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Aroldo Frigo Júnior, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamento na Lei Municipal n.º 2.766, de 21 de fevereiro de 2020, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1 - O presente Termo de Cooperação Técnica tem como objeto a cooperação institucional das partes, permitindo a atuação do Sistema de Controle Interno, por intermédio da Controladoria Geral do Controle Interno, no âmbito do Poder Legislativo, nos termos da Lei Municipal n.º 2.766, de 21 de fevereiro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

2 - São obrigações da PREFEITURA:

- 2.1 – Permitir a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal no âmbito do Poder Legislativo Municipal;
- 2.2 – Ceder os servidores necessários para o fiel cumprimento do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, podendo atribuir gratificação de função aos servidores que desenvolverem outros serviços, além dos inerentes ao cargo de que sejam titulares;
- 2.3 – Ratificar o presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA:

3 - São obrigações da CÂMARA:

- 3.1 – Indicar o número de servidores necessários para o fiel cumprimento do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, com a correspondente carga horária;
- 3.2 - Ratificar o presente Termo de Cooperação Técnica, por intermédio de Resolução aprovada nos termos do Regimento Interno da Câmara.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4 – O presente Termo de Cooperação Técnica tem vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado, por iniciativa das partes, mediante aditivo, instruído com justificativa de interesse público.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO:

5 - O presente Termo de Cooperação Técnica pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO DE ELEIÇÃO:

6 - Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Criciúma, SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Nova Veneza, SC, 26 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA ROGÉRIO JOSÉ FRIGO Prefeito Municipal	CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA VENEZA AROLDO FRIGO JÚNIOR Presidente
---	--

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

TOMADA DE PREÇOS N.º 58/2020 - PMNV

Publicação Nº 2380246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 58/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a repavimentação asfáltica Avenida José Ronchi / Antônio Milanez.



Abertura: às 08:30 horas do dia 16/03/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2020 - PMNV

Publicação Nº 2379503

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2020 - PR Processo Administrativo: 39/2020 Processo de Licitação: 39/2020 Data do Processo: 13/02/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de pneus novos conforme demanda para a frota de veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 27 de Fevereiro de 2020, às 08:36 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 334/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2020, Licitação nº 39/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 9117 - MODELO PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	PNEU 17,5/25 L3 MINIMO 12 LONAS CONVENCIONAL On/Off: produtos destinados a veículos empregados em percursos mistos - asfalto/terra (canteiro de obras, mineração, transporte agrícola, transporte de resíduos e usinas) Marcas pré-aprovadas: PIRELLI, FIRESTONE, BRIDGESTONE, GOODYEAR	UND	2,00	FIRESTONE	0,0000	3.850,00	7.700,00
Total do Participante ----->							7.700,00

Participante: 11095 - DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	PNEU 14/9 24 MINIMO DE 08 LONAS GARRA BAIXA AGRÍCOLA - On/Off: produtos destinados a veículos empregados em percursos mistos - asfalto/terra (canteiro de obras, mineração, transporte agrícola, transporte de resíduos e usinas) Marcas pré-aprovadas: PIRELLI, FIRESTONE, BRIDGESTONE, GOODYEAR	UND	2,00	MAGGION	0,0000	1.767,00	3.534,00
8	PNEU 18,4/30 MINIMO DE 08 LONAS GARRA BAIXA AGRÍCOLA On/Off: produtos destinados a veículos empregados em percursos mistos - asfalto/terra (canteiro de obras, mineração, transporte agrícola, transporte de resíduos e usinas) Marcas pré-aprovadas: PIRELLI, FIRESTONE, BRIDGESTONE, GOODYEAR	UND	2,00	MAGGION	0,0000	2.476,00	4.952,00
9	PNEU 18,4/30 MINIMO DE 08 LONAS GARRA BAIXA AGRÍCOLA On/Off: produtos destinados a veículos empregados em percursos mistos - asfalto/terra (canteiro de obras, mineração, transporte agrícola, transporte de resíduos e usinas) Marcas pré-aprovadas: PIRELLI, FIRESTONE, BRIDGESTONE, GOODYEAR	UND	2,00	MAGGION	0,0000	3.349,00	6.698,00
16	PNEU 215/50 R17 - On/Off: produtos destinados a veículos empregados em percursos mistos - asfalto/terra (canteiro de obras, mineração, transporte agrícola, transporte de resíduos e usinas) Marcas pré-aprovadas: PIRELLI, FIRESTONE, BRIDGESTONE, GOODYEAR	UND	4,00	GOODYEAR	0,0000	418,00	1.672,00
17	PNEU 215/75 R. 17,5 DIANTEIRO LISO MISTO On/Off: produtos destinados a veículos empregados em percursos mistos - asfalto/terra (canteiro de obras, mineração, transporte agrícola, transporte de resíduos e usinas) Marcas pré-aprovadas: PIRELLI, FIRESTONE, BRIDGESTONE, GOODYEAR	UND	2,00	GOODYEAR	0,0000	1.048,00	2.096,00
19	CÂMARA DE AR 10,00 R20	UND	20,00	MAGGION	0,0000	113,00	2.260,00
20	PROTETOR DE ARO 20	UND	20,00	CARRETEIRO	0,0000	41,50	830,00
21	CÂMARA DE AR 14,00/24	UND	6,00	MAGGION	0,0000	229,00	1.374,00
22	CÂMARA 17,5x25	UND	2,00	MAGGION	0,0000	262,00	524,00
23	CÂMARA 19,5 R 24	UND	4,00	TORTUGA	0,0000	215,00	860,00
Total do Participante ----->							24.800,00
Total Geral ----->							32.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 39/2020 - PR**

Processo Administrativo: 39/2020
Processo de Licitação: 39/2020
Data do Processo: 13/02/2020

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Nova Veneza, 27 de Fevereiro de 2020

COMISSÃO:

Angélica Eyng - - Pregoeiro(a)
Joana Maccarini Torquato - - Membro
Julia Rodrigues Gava - - Membro
Carlos Luciano Savi - - Membro
Ivone Zocche - - Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

GIBRAN DAMBROWSKI - - Representante

Novo Horizonte

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO ADM 03/2019

Publicação Nº 2383870

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC

CONTRATADO: Bevilaqua Construtora e Material de Construções LTDA

Endereço: Rod. SC 157 km 13, Centro

Cidade: Novo Horizonte/SC

CNPJ: 17.669.834/0001-97

DOTAÇÃO: 01.031.0001.2.001- 4.4.90 Investimentos - Aplicações diretas

OBJETO: O prazo de vigência e execução do Contrato fica prorrogado pelo lapso de 30 (trinta dias), a contar da assinatura deste termo aditivo, ou seja, de 28/02/2020 a 30/03/2020.

Novo Horizonte, SC, 28 de fevereiro de 2020

Sergio Sanagiotto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA 07-2020

Publicação Nº 2379745

PORTARIA Nº. 07, de 28 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO SANAGIOTTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea a) e com base no artigo 8º inciso II, § 01º da Lei complementar Nº. 037/2009, de 05/01/2009;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer as normas relativas ao processo eleitoral da Câmara Jovem do Município de Novo Horizonte, estado de Santa Catarina, para a 4ª legislatura, compreendendo o exercício de 2020.

Art. 2º O processo eleitoral de que trata o artigo 1º desta Portaria abrange:

I - adesão das unidades escolares ao Programa Parlamento Jovem;

II - constituição das Juntas Eleitorais;

III - inscrição dos candidatos ao cargo de vereador mirim;

IV - homologação das inscrições;

V - período de campanha;

VI - eleição (votação) e apuração;

VII - homologação e divulgação do resultado;

VIII - diplomação;

IX - posse.

Art. 3º A adesão das unidades escolares ao Programa Parlamento Jovem se dará mediante inscrição em formulário específico, junto à secretaria da Câmara de Vereadores, no período de 28 de fevereiro a 04 de março de 2020, conforme modelo Anexo I;

Art. 4º Para a realização da eleição e apuração da votação cada unidade escolar inscrita no Programa Parlamento Jovem terá uma Junta Eleitoral, constituída por um presidente e dois secretários, designados pela direção da escola, oficializada a Presidência da Câmara de Vereadores entre 05 a 09 de março de 2020, conforme Anexo II.

§ 1º Poderão integrar a Junta Eleitoral: professores, servidores, serventes e pais de alunos.

§ 2º Caberá à junta eleitoral:

I - providenciar a relação dos alunos aptos a participarem da eleição, os quais deverão ter idade igual e/ou superior a 12 anos, encaminhando-se cópia a Câmara de Vereadores;

II - deferir ou indeferir as inscrições;

III - realizar sorteio dos números para os candidatos;

IV - encaminhar a Câmara Municipal a relação das inscrições deferidas, já com o respectivo número do candidato a eleição;

V - realizar a eleição no dia e horário estabelecidos nesta Portaria;

VI - realizar e coordenar a apuração dos votos da respectiva eleição;

VII - encaminhar o resultado da apuração a Câmara Municipal;

VIII - atender pedidos de informações e demais questões referentes ao processo, solicitando, se necessário, auxílio à coordenação do Programa Parlamento Jovem.

§ 3º A critério da Direção escolar e da Junta Eleitoral, poderão ser convidados a colaborar na realização da eleição e apuração, membros do quadro de servidores e professores da unidade escolar, bem como da APP (Associação de Pais e Professores).

Art. 5º Os alunos aptos e interessados a participarem do processo eleitoral deverão se inscrever na respectiva escola, no período 10 a 17 de março, mediante preenchimento de formulário próprio, que também constará autorização dos pais ou responsáveis, conforme modelo Anexo III.

§ 1º. Serão aceitas inscrições de alunos que tenham de 12 anos completos há 15 anos completados a partir do mês de setembro de 2020.
 § 2º. É facultado a Direção da escola instituir regras e critérios para as inscrições, como adoção da ficha limpa (a exemplo da Lei Complementar Nacional nº 135/2010), os quais deverão ser amplamente divulgados e debatidos na comunidade escolar, desde que não contrariem as disposições estabelecidas nesta Portaria, nem firam o princípio democrático.

Art. 6º O Presidente da Câmara de Vereadores homologará, até o dia 18 de março, as inscrições dos candidatos a cargo de vereador mirim, conforme relação encaminhada pela Junta Eleitoral de cada escola.

Parágrafo único. Os candidatos que tiveram suas inscrições homologadas participarão de sorteio em sua escola para determinar o número com o qual farão sua campanha e concorrerão as eleições.

Art. 7º A campanha eleitoral dos candidatos acontecerá no período do dia 19 de março a 01 de abril de 2020.

§ 1º Caberá à Direção da escola disciplinar a forma, local e horários para realização da campanha, oportunizando a ampla divulgação, o debate e a expressão dos alunos, incentivando-os a participação efetiva no processo democrático, podendo valer-se, para título de conhecimento e conscientização, das regras estabelecidas na Lei Nacional nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "Estabelece normas para as eleições", buscando, ainda, a realização de campanhas limpas (sem compras de votos e/ou trocas de favores).

§ 2º Poderá o candidato, a seu critério, apresentar plataforma de trabalho, em forma de panfletos, cartazes ou outro mecanismo de divulgação, obedecendo as regras estabelecidas pela direção da respectiva escola.

Art. 8º A eleição acontecerá no dia 02 de abril de 2020, simultaneamente nas escolas inscritas, durante todos os períodos em que houver turno de aula: matutino, vespertino e noturno.

§ 1º Cada escola receberá, em tempo hábil, as cédulas de votação, cabines de votação e as urnas eleitorais, devidamente lacradas, que serão abertas no dia 02 de abril, às 08h30, horário de início da votação, pela Junta Eleitoral da respectiva escola, acompanhada da direção.

§ 2º Nos horários em que não houver votação, como nos períodos de transição dos turnos matutino para vespertino e noturno, a urna deverá ser lacrada pela Junta Eleitoral e reaberta pela mesma, sempre com a presença da direção da escola.

§ 3º A votação será feita em cédula de papel, onde o votante anotar, utilizando caneta existente na cabine de votação, o número e/ou nome do candidato, depositando, em seguida, o voto na urna.

§ 4º Todos os votantes deverão assinar a lista de votação, sendo encaminhada uma cópia a Câmara de Vereadores, conforme modelo Anexo IV.

§ 5º Não será permitido o voto por procuração, em qualquer hipótese.

Art. 9º A apuração dos votos será realizada pela Junta Eleitoral, acompanhada da direção da escola, que poderá solicitar auxílio de servidores, professores e membros da APP, facultados aos candidatos e demais interessados o acompanhamento da apuração.

§ 1º A apuração poderá ser realizada logo ao término da votação (02 de abril), desde que todos os alunos, em cada turno de aula, tenham tido tempo hábil para a votação, ou no dia seguinte (03 de abril), iniciando a apuração às 08h30.

§ 2º Na computação dos votos todos serão considerados, sendo os válidos, os brancos e os nulos.

§ 3º O resultado da apuração será apresentado em relatório, assinado pela Junta Eleitoral e avaliado pela Direção da escola, contendo, em ordem decrescente o nome e o número do candidato com o respectivo total de votos recebidos; a soma dos votos válidos, dos votos em brancos e nulos; e o total de votantes e abstenções, conforme modelo Anexo V.

§ 4º Concluída a apuração a junta eleitoral encaminhará imediatamente a Câmara de Vereadores o resultado, conforme disposto no § 3º deste artigo.

Art. 10. O presidente da Câmara de Vereadores homologará o resultado das eleições 03 de abril, publicando no mural da Câmara, na imprensa local e nas escolas participantes do Programa.

Art. 11. Em solenidade, no dia 13 de abril de 2020, às 09h00, na Câmara de Vereadores, serão diplomados os vereadores mirins eleitos e conferido certificado de participação aos demais candidatos.

Art. 12. A posse acontecerá em sessão solene, no dia 22 de abril de 2020, às 19h30, na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 13. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica do Orçamento da Câmara Municipal em execução.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte, SC, 28 de fevereiro de 2020.

Vereador Sérgio Sanagiotto
 PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Portaria nº 07, de 28 de fevereiro de 2020

ANEXO I

Adesão ao Programa Parlamento Jovem 2020

Por este instrumento, a escola a seguir identificada, ADERE ao Programa Parlamento Jovem da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, para a Legislatura 2020, em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo nº 01/2017, de 21 de março de 2017:

Escola:		Rede de Ensino:
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:		Estado:
Fone:	e-mail:	
Nº de alunos entre 12 e 15 anos:		
Nº total de alunos com mais de 10 anos:		

Novo Horizonte, SC, de de 2020.

Nome e assinatura do Gestor/Diretor

Protocolo da Câmara de Vereadores

Portaria nº 07, de 28 de fevereiro de 2020

ANEXO II

Constituição da Junta Eleitoral

Parlamento Jovem 2020

Por este instrumento, a direção da Escola abaixo identificada, constitui e nomeia a Junta Eleitoral para coordenar o processo eleitoral do Programa Parlamento Jovem da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, para o ano legislativo 2020, junto á referida escola, na conformidade do disposto Decreto Legislativo nº 01/2017, de 21 de março de 2017:

Escola:		Rede de Ensino:
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:	Estado:	
Junta Eleitoral:		
Cargo	Nome	Ocupação na escola
Presidente		
Secretário(a)		
Secretário(a)		

Obs: podem integrar a junta eleitoral: professores, serventes e pais.

Novo Horizonte, SC, de de 2020.

Nome e assinatura do Gestor/Diretor

Portaria nº 07, de 28 de fevereiro de 2020

ANEXO III

Inscrição do Candidato ao Parlamento Jovem 2020

Por este instrumento, o estudante a seguir identificado, INSCREVE-SE para concorrer à eleição de VEREADOR MIRIM, junto ao Programa Parlamento Jovem da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, para o ano legislativo 2020, na conformidade do Decreto Legislativo nº 01/2017, de 21 de março de 2017:

Nome:	Idade:	Data Nasc. / /
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:	Estado:	
Fone:	e-mail:	
Pai:	Mãe:	
Escola:	Série:	

Assinatura do aluno

AUTORIZAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Eu, infra-assinado, pai/mãe/responsável pelo(a) aluno(a) acima descrito, AUTORIZO sua inscrição e participação no processo eleitoral de eleição dos vereadores mirins 2020 para o Programa Parlamento Jovem da Câmara de Vereadores de Novo Horizonte, SC.

Novo Horizonte, SC, de de 2020.

Nome e assinatura do responsável

Portaria nº 07, de 28 de fevereiro de 2020

ANEXO IV

Lista de Votantes na eleição do Parlamento Jovem 2020

(este Anexo poderá ser substituído por lista do sistema escolar, desde que contenha todas as informações e espaço para assinatura do votante)

Nome	Idade	Série	Turno	Assinatura

Obs: Este anexo poderá se substituído por relação contida em sistema informatizado da Escola, desde que contemple todas as informações.

Assinatura da Junta Eleitoral

Assinatura da Direção da Escola

Portaria nº 07, de 28 de fevereiro de 2020

ANEXO V

Resultado da apuração da eleição do Parlamento Jovem 2020

E s c o l a :

Nº ordem	Nome do candidato	Nº do candidato	Total de votos
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			

.....

.....

Total de votantes:
Votos válidos:
Votos Nulos:
Votos em Branco:
Abstenções:

Assinatura da Junta Eleitoral

Assinatura da Direção da Escola

PRAZOS

Eleição Parlamento Jovem 2020

- Adesão das escolas: 28 de fevereiro a 04 de março
- Constituição das Juntas Eleitorais: 05 a 09 de março
- Inscrições dos candidatos: 10 a 17 de março
- Homologação das inscrições: 18 de março
- Período de campanha: 19 de março a 01 de abril
- Eleição: 02 de abril
- Apuração: 02 de abril

- Homologação do resultado: 03 de abril
- Diplomação: dia 13 de abril, às 9h (segunda-feira)
- Posse: 22 de abril, às 19h30 (quarta-feira).

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 28/02/2019.

SÉRGIO SANAGIOTTO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Orleans

PREFEITURA

LEI 2.933 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380435

LEI N. 2.933 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

“DÁ DENOMINAÇÃO A QUADRA COBERTA, NA COMUNIDADE DE BRUSQUE DO SUL”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1.º Fica denominada de QUADRA COBERTA MATHEUS ALBERTON, a quadra coberta construída na Escola Martha Claudio Machado, na comunidade de Brusque do Sul, Orleans/SC.

Art.2.º As despesas decorrentes da implantação da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 28 de fevereiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração.

LEI 2.934 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2380384

LEI N. 2.934 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO, COM A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER – RFCC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Fomento, com a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER - RFCC, CNPJ N. 02.562.081/0001-49, nos termos da Lei Federal 13.019/14, para o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pagos em 10(dez) parcelas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º. O montante mencionado no artigo anterior será utilizado para o pagamento de serviços de enfermeira, técnica de enfermagem e manutenção da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Orleans, como materiais necessários ao seu funcionamento, despesas fixas e variáveis de manutenção em cada mês, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho, apresentado pela entidade.

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá abrir conta específica para a movimentação dos recursos liberados.

Art. 4º - A prestação de contas deverá atender aos ditames da Lei Federal 13.019/14 e IN TCE 14/2012, do Tribunal de conta do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 3º desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novas Parcerias, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 5º. O prazo do Termo de Fomento terá vigência até 31/12/2020.

Art. 6º. Os recursos, citados no artigo 1º desta lei, serão realizados a seguinte dotação orçamentária: 2.0002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito - 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei n.2.754 de 19 de setembro de 2020.

Orleans/SC, 28 de fevereiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração.

PROCESSO Nº 41/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2380701

PROCESSO Nº 41/2020
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 15/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM (1) AUTOMÓVEL DESCARACTERIZADO PARA A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 13/03/2020 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 16/03/2020, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 28 de Fevereiro de 2020

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

IN N° 001/2020 CTOS 018 E 022

Publicação N° 2379682

MUNICÍPIO DE OURO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO N 0026/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0001/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO
Contratado: Rádio Capinzal Ltda - EPP

Objeto: Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria "Rádio AM Local" – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00 horas às 19:00 horas.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 20/02/2020 até 31/12/2020. Ouro, 20/02/2020, Alex Sandro Silva, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Processo Licitatório n. 0026/2020
Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0001/2020
CONTRATO N. 018/2020
Contratante: Município de Ouro.

Contratado: Rádio Capinzal Ltda - EPP

Objeto: Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria "Rádio AM Local" – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00 horas às 19:00 horas.

Vigência: 20/02/2020 e término em 31/12/2020.

Valor total: O valor total estimado será de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Data de assinatura: 20/02/2020.

MUNICÍPIO DE OURO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO N 0026/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0001/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO
Contratado: Rádio Barriga Verde Capinzal Ltda.

Objeto: Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria "Rádio AM Local" – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00 horas às 19:00 horas.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 28/02/2020 até 31/12/2020. Ouro, 28/02/2020, Alex Sandro Silva, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Processo Licitatório n. 0026/2020
Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0001/2020
CONTRATO N. 022/2020
Contratante: Município de Ouro.

Contratado: Rádio Barriga Verde Capinzal Ltda

Objeto: Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria "Rádio AM Local" – credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias na faixa horária compreendida das 07:00 horas às 19:00 horas.

Vigência: 28/02/2020 e término em 31/12/2020.

Valor total: O valor total estimado será de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Data de assinatura: 28/02/2020.

PORTARIA 2020/099

Publicação N° 2383888

PORTARIA N° 099/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando que o Professor de Educação Física Carla Patricia do Nascimento, encontra-se em Licença Maternidade e há necessidade de sua substituição;

Considerando da Chamada Pública Edital 02/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Grazieli Rodrigues Maciel, matrícula nº 1165-0, RG nº 4.877.030 e CPF nº 086.116.689-28, para exercer o cargo de Professor Nível DOC-01, Educação Física, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, durante o período de afastamento de Carla Patricia do Nascimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
10 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/100

Publicação Nº 2383897

PORTARIA Nº 100/2020, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando da Chamada Pública Edital 02/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Josane Aparecida de Almeida, matricula nº 1104-8, RG nº 4.877.199, CPF nº 075.373.259-95, para exercer o cargo de Professor I, Nível DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, para trabalhar com aulas de Dança no contra turno escolar na Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
17 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/101

Publicação Nº 2383898

PORTARIA Nº 101/2020, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando da Chamada Pública Edital 02/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário Felipe Saretta, matricula nº 1101-2, RG nº 4.756.860 CPF nº 057.334.639-96, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, Nível DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, para atuar em oficinas de Karatê no Ginásio Municipal de Esportes,

período vespertino, durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
17 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA 2020/102

Publicação N° 2383900

PORTARIA N° 102/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Maira Hoffmã, matrícula nº 1168-5, RG nº 6.106.948, CPF nº 085.385.029-13, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/103

Publicação N° 2383903

PORTARIA N° 103/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Raquel Pereira Duarte, matrícula nº 1077-3, RG nº 4.373.285, CPF nº 051.720.949-70, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/104

Publicação N° 2383905

PORTARIA N° 104/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei n° 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Simone do Nascimento Susin, matrícula n° 1167-3, RG n° 4.055.693, CPF n° 031.992.809-86, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/105

Publicação N° 2383908

PORTARIA N° 105/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei n° 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Gustavo Francisco Angeli, matrícula n° 1102-4, RG n° 7.551.893, CPF n° 092.153.979-73, aprovado no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Professor de Música, Nível DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/106

Publicação Nº 2383920

PORTARIA Nº 106/2020, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Michele Pissoli, matrícula nº 1169-7, RG nº 4.055.521, CPF nº 070.061.039-16, aprovado no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Professor de Informática, Nível DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/107

Publicação Nº 2383912

PORTARIA Nº 107/2020, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Cristiane Maciel, matrícula nº 1170-9, RG nº 5.544.456, CPF nº 072.714.149-08, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
21 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/108

Publicação Nº 2383922

PORTARIA Nº 108/2020, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Licença Maternidade a Servidora que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando da competência que lhe confere o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 2.256 de 09 de setembro de 2010;

Considerando que a Servidora Paula Carolina Serafini, apresentou atestado médico referente a Licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade à servidora Paula Carolina Serafini, matrícula 1138-5, ocupante do cargo de Secretário de Centro de Educação Infantil, Nível PCM-05, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, no período de 17 de fevereiro a 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
21 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/109

Publicação Nº 2383925

PORTARIA Nº 109/2020, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Jucimara da Luz, matrícula nº 1172-4, RG nº 4.756.328, CPF nº 050.919.289-01, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
21 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/110

Publicação Nº 2383926

PORTARIA Nº 110/2020, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Camila Baretta Savaris, matrícula nº 1132-4, RG nº 4.954.437, CPF nº 056.607.969-07, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Odontólogo, Nível ATS-50, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
21 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/111

Publicação Nº 2383927

PORTARIA Nº 111/2020, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Lilian de Fátima Inácio, matrícula nº 1166-1, RG nº 4.894.529, CPF nº 060.197.999-05, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Professor de Música, Nível DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
26 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/112

Publicação Nº 2383928

PORTARIA Nº 112/2020, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório Anieli Milena Scheuermann, matrícula nº 1172-4, RG nº 6.118.461, CPF nº 116.542.029-59, aprovada no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
26 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/113

Publicação N° 2383929

PORTARIA N° 113/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidor aprovado em concurso público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 11, da Lei n° 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear em Estágio Probatório André Márcio Neumann, matrícula n° 1171-2, RG n° 3.305.652, CPF n° 017.964.169-75, aprovado no Concurso Público 002/2019, para exercer o cargo de Professor de Informática, Nível DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
27 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 31-2020

Publicação Nº 2380779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 031/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preço nº 031-2020, no dia 24 de março de 2020, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇO nº 031 - 2020 tem como objeto a Contratação de empresa para construção de uma Área Coberta para os Veículos do SAMU, medindo de 112,00 M², localizado no SAMU/Palhoça, situado na Rua Nilma Emília Martins, Nova Palhoça, Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 28 de fevereiro de 2020. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

DECRETO Nº 2.553, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2381342

DECRETO Nº 2.553, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

PEDÁGIO. Dá nova redação ao art. 6º do Decreto nº 2.538, de 21 de janeiro de 2020, que regulamenta a Lei 4.689, de 21 de janeiro de 2019, que instituiu a título de subsídio, o crédito-pedágio, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 4.689, de 21 de janeiro de 2019 e a prorrogação efetuada pelo Decreto nº 2.537, de 17 de janeiro de 2020, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao art. 6º do Decreto nº 2.538, de 21 de janeiro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Decreto são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de dotação: 41

Órgão: 28 Secretaria Municipal de Seg. Pública

Unidade: 001 Secretaria Municipal de Seg Pública

Ação: 2162 Func e Manut. da Secretaria de Segurança Pública

Elemento: 333903098000000000 - Pagamento Antecipado - cartão de pagamento

Vínculo: 1000142" (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 27 de fevereiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ANULAÇÃO TA N.º 20/2020 - TP 181/2019

Publicação Nº 2379877

EXTRATO TERMO DE ANULAÇÃO

Na edição do diário oficial dos municípios nº 3051, datado em 10/02/2020, página 1211, fica anulado o termo aditivo nº 20/2020, firmado em 27/01/2020 entre o Município de Palhoça e a empresa Britagem Vogelsanger Ltda.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2020

Publicação N° 2380512

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL n° 017/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 017/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de mobiliário para atender as demandas dos setores administrativos e acadêmicos da Faculdade Municipal de Palhoça considerando algumas mudanças na infraestrutura da FMP, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

JEFERSON DA SILVEIRA ME ficou classificada em 1º lugar no item 05, totalizando R\$9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais);

GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 03 e 04, totalizando R\$5.268,00 (cinco mil e duzentos e sessenta e oito reais);

FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 06, totalizando R\$15.200,00 (quinze mil e duzentos reais);

ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 02, totalizando R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Palhoça, 28 de fevereiro de 2020

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2020

Publicação N° 2380353

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL n° 018/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Aquisição de material Massa Asfáltica para aplicação em recuperação de pequenas áreas da manta asfáltica em operações chamadas de tapa buraco em ruas e avenidas do município que necessitam periodicamente de recuperação, devido ao desgaste pela ação das chuvas, pelo volume de tráfego, onde houver necessidade, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

INOVA ASFALTOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Palhoça, 28 de fevereiro de 2020

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE TA 07/2020 - BRASIL LEASING**

Publicação N° 2380367

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO ADITIVO N.º 07/2020, QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 024/2016. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME. OBJETO: – Fica acrescido o valor de

R\$ 21.822,72 (vinte um mil oitocentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos), referente a locação de 1 (um) veículo, no percentual de 16,67% do valor atualizado do contrato nº 024/2016.

DATA: 28/02/2020.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 008/2020

Publicação Nº 2380688

PORTARIA Nº 008/2020

Extingue aposentadoria por tempo de serviço (especial), concedida ao servidor inativo do Tesouro Municipal, Sr. Artur Weingartner Junior.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º Extinguir a aposentadoria por tempo de serviço (especial), concedida ao servidor inativo do Tesouro Municipal, Sr. Artur Weingartner Junior, nos termos da Portaria nº 1669/96, retificada pela Portaria nº 36/2010, em face do óbito ocorrido em 05/11/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 05/11/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

Milton Luiz Espindola Andrea Mara Harger Luckmann Pleticos
Presidente do IPPA Técnico Previdenciário
Matricula 300169-01

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DAS DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 08/2020, 009/2020 E 010/2020

Publicação Nº 2380683

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 37/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: AGROBEL CAMINHÕES LTDA.

OBJETO: CONserto DO VEÍCULO ÔNIBUS DE PLACA MLF 4837- (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES)
VALOR TOTAL: R\$: 8.828,40

DATA DE EMISSÃO: 28/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 38/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2020
CONTRATO Nº. 034/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: SC ENGENHARIA E POÇOS ARTESIANOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO TÉCNICOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO POÇO PROFUNDO DA COMUNIDADE DE LINHA GAÚCHA.
VALOR TOTAL: R\$: 4.000,00

DATA DE EMISSÃO: 28/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 39/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CLAITON EBERHARDT

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviços de desinsetização completa para todas as espécies de insetos doméstico nas áreas internas e externas da Secretaria de Saúde de Palma Sola e seus devidos setores, nas Escolas, Creches e Secretaria de Educação de Palma Sola, bem como na Secretaria de Assistência Social de Palma Sola e seus devidos setores. Além da desinsetização será realizada a limpeza das caixas d'água e/ou cisternas localizadas nos setores acima elencados

VALOR TOTAL: R\$: 16.700,00

DATA DE EMISSÃO: 28/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO
PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 033/2020 - DISPENSA Nº. 007/2020

Publicação Nº 2380775

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 033/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 36/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: VALDOMIRO VAIZEMANN- ME

OBJETO: SERVIÇOS DE SEPULTADOR E MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE PALMA SOLA-SC,

VALOR MENSAL R\$: 1.165,83

VALOR TOTAL R\$: 11.658,30

VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 28/02/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MOACIR SANSIGOLO

PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº 020 (A) E 021 (B)/2019 - BR CONST. E MATERPLAN

Publicação Nº 2379704

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao contrato Nº 020 (A) e 021 (B)/2019, vinculado ao Processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: BR CONSTRUÇÃO e MATERPLAN TERRAPLANAGEM E MINERAÇÃO. Aditamento de prazo de validade com vigência até 20 de fevereiro de 2021. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 28 de fevereiro de 2020. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

Paraíso

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 007-2020

Publicação Nº 2379963

PORTARIA Nº 007/2020

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. FABRICIO GARLET, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Resolução Nº 004/2019 e Anexo I, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER diárias nos moldes e ditames legais, aos servidores e ou Vereadores do Poder Legislativo de Paraíso, conforme descrições expostas no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

FABRICIO GARLET
Presidente da Câmara

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.
Paraíso/SC, 27 de Fevereiro de 2020.
Servidora Responsável
Josiani C. Schneider
Matrícula n. 65

Anexo da Portaria 007/2020

Servidores/Vereadores com diárias concedidas:

Mat.	Servidor/Vereador	CPF
46	JOEL ANTONIO GEHLEN	796.751.669-91
19	VALDECIR SILVEIRA MENEGAI	017.419.679-29
29	MARCOS LUIZ PENZ	019.655.199-46
66	VANDERSON ARIEL FILIMBERTI	037.870.999-21
31	VOLNEI PAULO BORTONCELLO	034.304.009-37

Período (Previsão):

Dia saída Paraíso: 02/03/2020 Horário saída de Paraíso: 08:30 hs

Dia chegada Paraíso: 06/03/2020 Horário chegada de Paraíso: 23:30 hs

Destino: Florianópolis

Meios de locomoção: () Carro próprio (x) Carro locado () Avião () Ônibus () Van

Evento: Congresso da UVESC.

Quantidade diárias de direito: 4,5

Quantidade diárias concedidas: 4,5

Valor cada diária: R\$ 445,00

Valor arbitrado por Matrícula: R\$ 2.002,50

Valor total arbitrado: R\$ 10.012,50

Lei que regra as diárias: Resolução nº 004/2019.

Obs: Segue anexo Prospecto do evento

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

FABRICIO GARLET
Presidente da Câmara

PORTARIA 008-2020

Publicação N° 2379879

PORTARIA N° 008 /2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO PARA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores, Estado de Santa Catarina, Sr. Fabricio Garlet, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução N° 004/209 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. Joel Antonio Gehlen, inscrito no CPF sob nº 796.751.669-91, matrícula nº. 46, o qual ocupa o cargo eletivo de vereador na Câmara Municipal de Paraíso ADIANTAMENTO no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para suprimento de despesas que podem vir acontecer durante deslocamento e estadia em Florianópolis, durante período de participação em Evento promovido pela UVESC.

- Gastos em combustível para veículo locado;
- Serviços emergenciais;
- Transporte interno (taxi e uber);
- Estacionamento.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária Da Câmara Municipal de vereadores de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Paraíso - SC em 27 de Fevereiro de 2020.

Fabricio Garlet
Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei.
Paraíso/SC, em 27 de Fevereiro de 2020.

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA N° 101, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380738

PORTARIA N° 101, de 27 de fevereiro de 2020.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Termo de Convênio celebrado com o Município de Ponte Serrada para atendimento do Lar Abrigo de Crianças e Adolescentes da Comarca de Ponte Serrada;

Considerando a necessidade de ceder Assistente Social com carga horária de 20 (vinte) horas semanais para o cumprimento do convênio supracitado;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o cancelamento do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, por meio do Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora CLAUDIA TONET, para ocupar o cargo de Assistente Social, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 27/02/2020 a 14/05/2020.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo III, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 08/2020**

Publicação Nº 2380002

DECRETO Nº 08 /2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento da parcela única dos tributos municipais para o exercício de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais;

Considerando a Lei Complementar n. 956 de 2002, que institui o Código Tributário Municipal, em seus arts. 165 e 201, § único, que autorizam o chefe do Poder Executivo a promover alterações que possam dilatar o prazo para o pagamento dos impostos referidos;

Considerando o art. 167 do Código Tributário Municipal assegura ao contribuinte um desconto sobre o respectivo montante;

Considerando que até a presente data, uma ínfima parcela de contribuintes formalizaram o pagamento dos tributos municipais.

Considerando que a prorrogação do vencimento permitirá aos contribuintes melhor oportunidade ante o pagamento do referido tributo;
Considerando que a referida prorrogação fará com que o executivo promova menos ações executivas fiscais, desonerando o Poder Executivo;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o vencimento da parcela única dos tributos do exercício de 2020, até o dia 13 de março com desconto de 28% .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 02 de março de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 02/2020

Publicação Nº 2379721

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

EXTRATO Contrato Nº 02/2020 - PL 05/2020 – DL Nº 01/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIÃO DOS LAGOS SUL CATARINENSE – COOPERLAGOS.

CNPJ: 10.202.167/0001-99

Valor: R\$ 9.225,00 (nove mil e duzentos e vinte e cinco reais).

Objeto: O objeto desta licitação consiste na aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2020, de acordo com a chamada pública n.º 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Data da assinatura: 03/02/2020.

Penha

PREFEITURA

6º ADITIVO Nº 166/2019

Publicação Nº 2380440

6º TERMO ADITIVO Nº 166/2019 - PMP
AO CONTRATO Nº 167/2019 – PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2018 - PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, desratização, dedetização, limpeza das caixas d'água, limpeza externa aérea, ajardinamento e pequenos reparos nas unidades de responsabilidade do município de Penha/SC, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede em Joinville, na Rua Dona Leopoldina, nº 26, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Ronaldo Benkendorf, CPF nº 751.256.849-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA

CLAUSULA PRIMEIRA

Conforme Cláusula Segunda do Contrato inicial nº 167/2018 PMP, do Processo Licitatório nº 63/2018 PMP, Modalidade Pregão Presencial nº 42/2018 e a Errata referente ao 4º termo aditivo Nº 132/2019-PMP, os valores terão reajustes anuais de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor), constante na Cláusula Terceira do Contrato Inicial, o valor mensal atualizado será R\$ 393.045,19 (Trezentos e Noventa e Três Mil e Quarenta e Cinco Reais e Dezenove Centavos).

CLAUSULA SEGUNDA

A vigência constante na cláusula 7ª do contrato administrativo nº 167/2018, referente ao processo licitatório nº 63/2018 PMP, fica prorrogada para mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 18 de dezembro de 2019 com término em 17 de dezembro de 2020, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Administração através do Memorando nº 7.341/2019 e Parecer Jurídico nº 200/2019PGM, documentos anexos a este Termo.

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 17 de dezembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018
Secretário de Administração
CONTRATANTE

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Ronaldo Benkendorf
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONVOCAÇÃO AUXILIAR OPERACIONAL 47º

Publicação Nº 2379624

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2019 PMP.

Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

47º. 61 JANDIRA APARECIDA SCHAEFER DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo

administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de __, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MERENDEIRA 1º

Publicação Nº 2379627

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, , conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 154 MARIA DE FATIMA NICOLAU

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MERENDEIRA 2º

Publicação Nº 2379630

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 10 KARINA SANDRA TOMAZ

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos

aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____
() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:
DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MERENDEIRA 3º

Publicação Nº 2379631

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 97 SELMA NATALIA FERREIRA HENKEL

O (a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MERENDEIRA 4º

Publicação Nº 2379632

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 28 TATIANE TOMAZ TOMAS

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:



1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MERENDEIRA 5º

Publicação Nº 2379634

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 166 MARISA CORREA CONCEIÇÃO

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 110º

Publicação Nº 2379866

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

110º. 906727 FATIMA APARECIDA SILVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____ Bair-

telefo-



Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 111º

Publicação Nº 2379868

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

111º. 885711 DAMARIS DA SILVA MEDEIROS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, telefone= _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 112º

Publicação Nº 2379870

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

112º. 841522 LETICIA BEATRIZ DIAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II



DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 113º

Publicação Nº 2379871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
113º. 901431 LARISSA D'AVILLA CARDOSO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 114º

Publicação Nº 2379872

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

114º. 899143 JESSICA ANDRE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou servidor público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 115º

Publicação Nº 2379875

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

115º. 903493 KELLYN ESMENIA XAVIER MILANI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;

- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada



- () Efetivo Cargo: _____
 () Contratado (ACT) Cargo: _____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
 () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 116º

Publicação Nº 2379876

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

116º. 878693 CLAUDIA MAYARA TAVARES DE ARAUJO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO



Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 117º

Publicação Nº 2379878

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

117º. 764787 FRANCIANE APARECIDA CELISTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

Bairro: _____ Cidade de _____/SC,



telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

☐ SIM ☐ NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

☐ SIM ☐ NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

☐ Efetivo Cargo: _____☐ Contratado (ACT) Cargo: _____☐ Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____☐ Efetivo em função gratificada Cargo: _____☐ Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

☐ SIM ☐ NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO



Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 118º

Publicação Nº 2379880

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

118º. 939919 DEBORA DO CANTO PEREIRA BODE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido

neste edital.
Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 119º

Publicação Nº 2379881

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

119º. 767360 ELIANA CRISTINA SANTOS DE FREITAS



O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 144º

Publicação Nº 2379793

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

144º. 695416 CLAUDIA IRENE MINIKOVSKI DE LIMA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, telefone= _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 145º

Publicação Nº 2379795

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

145º. 690600 ELIDA BENDER GARCIA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

- i) Fotocópia Título de Eleitor;
j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

ne: _____/_____

Bair-
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 146º

Publicação Nº 2379797

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

146º. 748781 THAIS CRISTINA ISSELER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.



() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 147º

Publicação Nº 2379798

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

147º. 730750 AMANDA MURARO APARICIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos,

sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro= _____, Cidade de _____/SC, telefone= _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO



Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 148º

Publicação Nº 2379799

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

148º. 743216 ESTHER DOS SANTOS JOSUA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de

Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada



() Efetivo Cargo: _____
 () Contratado (ACT) Cargo: _____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
 () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:
 DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
 ENDEREÇO: _____
 RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 149º

Publicação Nº 2379802

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

149º. 718971 DILZA DE FATIMA NODA SERRANO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº.

_____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou

federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 60º

Publicação Nº 2379635

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

60º. 701351 SIMONE PATRICIA BRUNER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO



Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 61º

Publicação Nº 2379638

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

61º. 732621 AMANDA CRISTINA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,

devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____
 RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 62º

Publicação Nº 2379639

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

62º. 715557 MARIA MARGARIDA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;



- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO) 2º

Publicação Nº 2379640

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 739537 LETICIA MANGORRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalentes;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO) 3º

Publicação Nº 2379641

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 725064 KATIA CRISTINA SILVEIRA BRUFATO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalentes;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____



Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 28º

Publicação Nº 2379644

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

28º. 754170 DIEGO DA SILVA RAMOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de

Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
 () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:
 DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
 ENDEREÇO: _____
 RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 29º

Publicação Nº 2379645

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)
 COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

29º. 705438 PAULO SERGIO GOMES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº.

_____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou

federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 30º

Publicação Nº 2379646

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

30º. 685305 BRUNA DE BITTENCOURT DO NASCIMENTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 100º

Publicação Nº 2379649

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

100º. 705365 BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENTA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 101º

Publicação Nº 2379651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

101º. 719838 VANESSA LACI DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;

- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 102º

Publicação Nº 2379652

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

102º. 741310 SIMONE DE PAULA MARTINS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 103º

Publicação Nº 2379653

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

103º. 685550 MARIA CRISTINA DA CRUZ DA FONSECA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,

devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bair-

ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
 ENDEREÇO: _____
 RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 104º

Publicação Nº 2379654

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

104º. 751162 ERICA LEITE DE ARAUJO MATEUS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;



- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bair-
ro: _____ Cidade de _____/SC, telefo-
ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de as-

sentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO) 4º

Publicação Nº 2379655

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 734721 CLAUDIO TAKANORI SIONO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Ciências da Religião" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO) 1º

Publicação Nº 2379658

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 684295 CARMEN LUCIA MAIA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Ciências da Religião".
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO) 6º

Publicação Nº 2379659

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

6º. 749672 TALIA RAFAELLI SCHANTZ ANHAIA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Geografia" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

- i) Fotocópia Título de Eleitor;
j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO



3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO) 9º

Publicação N° 2379663

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

9º. 751065 MATHEUS WEBER SCHNEIDER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em História" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro:

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 15º

Publicação Nº 2379667

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

15º. 690210 ALEXANDER RODRIGUES VIANA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
 Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS
8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura

Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 16º

Publicação Nº 2379669

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

16º. 681474 RAFAELA FREIRE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;



- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:



DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
 ENDEREÇO: _____
 RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 17º

Publicação Nº 2379671

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

17º. 753831 MARTHA MARIA SCHWEGER DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,
Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 18º

Publicação Nº 2379673

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

18º. 733784 ANA MARIA BATISTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO) 7º

Publicação Nº 2379675

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

7º. 692697 CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos,



sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO) 4º

Publicação Nº 2379676

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 02/03/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 712825 MARIA EDUARDA VITORINO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Matemática" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;

- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____
 () Contratado (ACT) Cargo: _____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
 () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2020.

Assinatura

CONVOCAÇÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM 5º

Publicação Nº 2379678

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 03/03/2020, das 12:00 às 17:30, conforme Edital Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 760234 GEOVANA NASCIMENTO DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego: "Curso de Técnico em Enfermagem com registro no COREN".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 28 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____,

ro: _____ Cidade de _____/SC,

Bair-
telefo-

ne: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

() Não () Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2020

Publicação Nº 2380670

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2020

O Presidente do CONDEMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente de Penha, Sergio de Mello, no uso de suas atribuições, CONVOCA a sociedade civil organizada, representada pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão, escolas técnicas, sindicatos, associações de moradores, associações de classe, organizações não-governamentais, dentre outras entidades interessadas em compor a nova gestão deste Conselho (2020/2022) a fazer sua inscrição junto à Secretaria da Casa do Empreendedor R. Nilo Anastácio Vieira, Nº 180 - Centro, Penha - SC, 88385-000).

Inscrição (Art. 7.º do Regimento Interno)

- A inscrição deve ser feita junto à Casa do Empreendedor (Rua Nilo Anastácio Vieira, Nº 180 - Centro, Penha - SC, 88385-000), por meio do preenchimento da ficha de inscrição, que poderá ser retirada no mesmo local, no período de 28/02/2020 a 30/03/2020, no horário entre as 12:00 e as 18:00 horas.
- Junto da ficha de inscrição deverão ser anexados os seguintes documentos: cópia simples do estatuto e da ata de eleição da atual diretoria (de acordo com o que define seu estatuto), e ofício do presidente indicando a representação.
- Estão abertas 6 (seis) vagas, de acordo com o Art. 5º, inc. II da Lei 2.894/2017 (01 (um) representante do segmento empresarial; 01 (um) representante de organizações de classe; 01 (um) representante das entidades do terceiro setor, com prioridade para entidades ambientais; 01 (um) representante de instituição de ensino, pesquisa e extensão com sede ou atuação no Município; 02 (dois) representante de Associação de Moradores dos Bairros.
- Uma comissão formada por membros do atual Conselho, analisará a documentação para deferir ou não as inscrições.
- Havendo mais entidades da sociedade civil organizada, inscritas do que o número de vagas disponível, haverá eleição com voto aberto, na Assembleia Geral, que ocorrerá no dia 15/05/2020.
- Estas, por sua vez, tomarão posse em abril de 2020, na mesma reunião em que serão eleitos o presidente, vice-presidente e secretário executivo.

Processo Eleitoral (Artigo 5.º do Regimento Interno)

- - Definidos os representantes da sociedade civil e do Poder Público, as Chapas interessadas a Presidência do Conselho deverão apresentar sua inscrição na Casa do Empreendedor, entre os dias 31/03 à 09/04, no horário entre as 12:00 e as 18:00 horas.
- Estarão aptas a votar e serem votadas as entidades da sociedade civil organizada que tiverem suas inscrições devidamente homologadas e publicadas pelo Conselho.
- A reunião acontecerá no dia 15 de Abril de 2020, às 18:30, na Casa do Empreendedor (endereço acima).

São Atribuições dos Conselheiros (Art. 11.º do Regimento Interno):

- I. Comparecer às reuniões;
- II. Debater e votar as matérias em discussão;
- III. Requerer informações, diligências e esclarecimentos à Presidência ou à Secretaria Executiva;
- IV. Pedir vistas de processos relacionados ao seu âmbito de competência;
- V. Apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados, quando designado o Relator;

- VI. Propor temas e assuntos à discussão e deliberação do Plenário, voltados aos objetivos do Conselho;
VII. Assinar as atas das reuniões, caso designado;
VIII. Justificar ausência por escrito com antecedência mínima de 24 horas.

Sem mais para o momento, contamos com sua importante participação e colaboração para uma cidade cada vez mais democrática, transparente, com cada vez mais qualidade de vida, que valoriza e respeita os recursos naturais.

Sergio de Mello
Presidente
Gestão 2017-2019

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO JUNTO AO CONDEMA
Gestão 2020/2022

Identificação da entidade/organização/associação/instituição:

Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

Identificação do Representante Titular:

Nome: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

Identificação do Representante Suplente:

Nome: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO DE CHAPA A PRESIDENCIA

PRESIDENTE:
INSTITUIÇÃO: _____
REPRESENTANTE: _____

VICE PRESIDENTE
INSTITUIÇÃO: _____
REPRESENTANTE: _____

ERRATA AO CONTRATO Nº 025/2019 FMAS

Publicação Nº 2380135

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 025/2019-FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2019-PMP
MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

Objeto: Tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO

4.1 Pela execução da Obra prevista na clausula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 396.373,47 (Trezentos e noventa e seis mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e sete centavos).

4.2 A licitante vencedora fica obrigada, após a assinatura do contrato a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1 ART de Execução da Obra

4.2.2 Matrícula da Obra junto ao INSS/CEI.

4.3 As etapas mensais do objeto deste Contrato serão consideradas executadas mediante a emissão de relatório de medição relativos à execução de cada uma delas, pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

4.4 A empresa contratada deverá emitir as notas fiscais eletrônicas relativas à execução de cada etapa mensal de execução das obras até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos respectivos relatórios de medição, previstos no subitem 13.1 deste Edital.

4.5 O pagamento será efetuado em até 30 dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, receptor do objeto licitado.

4.5.1 As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações constantes na(s) ordem(ns) de compra(s), devendo constar ainda nas informações complementares:

Proc. Licitatório nº 0xx/2019 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 00x/2019, Contrato Administrativo nº xxx/2019. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrão da dotação:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Projeto: 1.024 - Construção do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Fonte de Recursos: 0.1.0053.0000 – Transferências de Convênios - União/Assistência Social

Elemento: 4.4.90.51.98 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 392.018,36

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.51.98 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 4.355,11

4.6 O pagamento será efetuado, mediante depósito ou transferência bancária, em conta corrente de titularidade da contratada.

4.7 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser de outra instituição bancária, as tarifas decorrentes da transferência, serão descontados dos valores devidos ao fornecedor.

LEIA-SE:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL E PAGAMENTO

4.1 Pela execução da Obra prevista na cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 392.660,80 (Trezentos e Noventa e Dois Mil Seiscentos e Sessenta Reais e Oitenta Centavos).

4.2 A licitante vencedora fica obrigada, após a assinatura do contrato a apresentação dos seguintes documentos:

4.2.1 ART de Execução da Obra

4.2.2 Matrícula da Obra junto ao INSS/CEI.

4.3 As etapas mensais do objeto deste Contrato serão consideradas executadas mediante a emissão de relatório de medição relativos à execução de cada uma delas, pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

4.4 A empresa contratada deverá emitir as notas fiscais eletrônicas relativas à execução de cada etapa mensal de execução das obras até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos respectivos relatórios de medição, previstos no subitem 13.1 deste Edital.

4.5 O pagamento será efetuado em até 30 dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

4.5.1 As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações constantes na(s) ordem(ns) de compra(s), devendo constar ainda nas informações complementares:

Proc. Licitatório nº 005/2019 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº _001/2019, Contrato Administrativo nº 025/2019 FMAS.

As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrão da dotação:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 08.244.0008

Projeto: 1.024 - Construção do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Fonte de Recursos: 0.1.0053.0000 – Transferências de Convênios - União/Assistência Social

Elemento: 4.4.90.51.98 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 388.305,69

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.51.98 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 4.355,11

4.6 O pagamento será efetuado, mediante depósito ou transferência bancária, em conta corrente de titularidade da contratada.

4.7 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser de outra instituição bancária, as tarifas decorrentes da transferência, serão descontados dos valores devidos ao fornecedor.

Publique-se.

Penha, 04 de Fevereiro de 2020.

SÉRGIO DE MELLO CESC EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social Claudio Eurico dos Santos Cardoso

Contratante Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. Nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

Pescaria Brava

PREFEITURA

AVISO DE DATA PARA CONTINUIDADE DA REUNIÃO - PL Nº. 02/2020 FMS PR Nº 01/2020 FMS

Publicação Nº 2379540

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2020 – FMS

AVISO DE DATA PARA CONTINUIDADE DA REUNIÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA informa que no que concerne a licitação acima mencionada - durante sua reunião no ultimo dia 19/02 – no momento da etapa de lances, o programa Betha Auto Cotação apresentou erros, inviabilizando a continuidade da sessão. Assim, o Fundo Municipal de Saúde informa que a reunião será retomada na data de 10/03/2020 às 8hs. Informações poderão ser obtidas através dos telefones: (048) 3647-6312/ 9 8840 4017 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br. Esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 27 de fevereiro de 2020.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020 FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020 FMS

Publicação Nº 2379912

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020 – FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA informa que será realizada licitação, na modalidade Pregão Presencial tipo menor preço por LOTE, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ELETRÔNICA COM MONITORAMENTO A DISTÂNCIA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO DE TV, PARA AS UNIDADES DE SAÚDE GERENCIADAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Pregão tipo Menor Preço Por Item Lote. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 13/03/2020 às 08:00 horas. Informações poderão ser obtidas através dos telefones: (048) 3647-6312/ 9 8840 4017 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br. Esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 08 2020 - AQUISIÇÃO DE MICRO ÔNIBUS

Publicação Nº 2379596

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 11/2020 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE 01 (um) MICRO ÔNIBUS ESCOLAR ANO/MODELO 2020/2020, 0KM, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 12/03/2020, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 02 de março de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06 2020 - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 2379691

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra REVOGADO o edital de LICITAÇÃO Nº 09/2020 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME PROPOSTA Nº 032046/2019. MOTIVO DA REVOGAÇÃO: alterações no descritivo dos itens. Outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 02 de março de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006-2020

Publicação Nº 2379907

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 - PMP

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviço de duas oficinas e fornecimento de todo recurso pessoal e material necessário e espaço para execução do projeto CIDADÃO DO FUTURO, realizado com verbas oriundas do Programa Itaú Social, sendo as oficinas: TECNOLOGIA E ROBÓTICA e CÁLCULO MENTAL E JOGOS SOCIOEMOCIONAIS, articuladas com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Executado pelo CRAS. O projeto CIDADÃO DO FUTURO atenderá aproximadamente 300 (trezentas) crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade em turmas de 25 (vinte e cinco) alunos. As turmas serão divididas por faixa de idade, conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelo servidor Sr. Samuel Eckert, e Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: CLAUDENIR DEONISIO PARIS - MEI. As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se as empresas, CLAUDENIR DEONISIO PARIS - MEI

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: CLAUDENIR DEONISIO PARIS - MEI, Sr. Claudenir Deonísio Paris.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

Lote	Descritivo	Quantidade horas mensais	Valor Máximo Por Mês	Valor Máximo Total do Lote
01	OFICINA DE TECNOLOGIA E ROBÓTICA: Esta oficina deverá promover a exploração, construção, experimentação e aprendizado colaborativo e coletivo. O aprendizado nesta oficina deverá ser por meio da pesquisa, experimentação, diálogos interativos e projetos que busquem soluções criativas e inovadoras para problemas sociais atuais e futuros. Os alunos deverão ter acesso a equipamentos diversos, dos mais simples aos mais sofisticados para promover a ampliação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Nesta oficina crianças e adolescentes devem desenvolver projetos e descobrir por sua própria experiência, maneiras mais criativas e colaborativas para solucionar problemas do mundo contemporâneo. Deverá haver ainda o incentivo ao raciocínio lógico, estímulo para o aumento da criatividade e auxílio no desenvolvimento pessoal, despertando a curiosidade e o acesso a novas tecnologias por meio da informática educativa.	120h/mensais Em dois turnos de 3h por dia. Ou seja 6 horas por dia.	15.166,37	144.080,5150

02	CÁLCULO MENTAL E JOGOS SOCIOEMOCIONAIS Esta oficina deverá trabalhar com jogos Socioemocionais com a intenção de transformação do indivíduo, trabalhando as competências cognitivas das crianças e adolescentes (atenção, cálculo mental, concentração, memória, raciocínio lógico) e as competências Socioemocionais (cooperação, liderança, empatia, estratégia e sociabilidade). Deverão ser ofertadas aulas de "Soroban", cálculo mental, jogos e núcleos de aprendizagem com ênfase dos cuidados com a cidadania, educação ambiental, saúde, relações interpessoais e projeto de vida. Esta oficina objetiva estimular o processo de aprendizagem, diminuindo ou sanando as dificuldades relacionadas ao mesmo, o desinteresse pelos estudos, a lentidão de raciocínio, a dificuldade com o raciocínio lógico-matemático, baixa autoestima e autoconfiança, problemas comportamentais, hiperatividade e déficit de atenção.	120h/mensais Em dois turnos de 3h por dia. Ou seja 6 horas por dia.	13.200,00	125.400,00
TOTAL DO LOTE				269.480,51

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados.

A empresa apresentou CND Municipal Positiva, a CPL abriu o prazo de 05 (cinco) dias para a empresa apresentar documentação em acordo. O restante da sua documentação de habilitação está em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
CLAUDENIR DEONISIO PARIS - MEI	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
	Marli Widme Equipe de apoio

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 022/2020

Publicação Nº 2379935

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 022/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16/03/2020 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020, visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PLACAS INFORMATIVAS, ADVERTÊNCIAS DE IDENTIFICAÇÕES E CAVALETES PARA USO NO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 16/03/2020, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 278, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380078

LEI COMPLEMENTAR Nº 278, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

ESTABELECE ATRIBUIÇÕES PARA OS CARGOS QUE ESPECIFICA DO QUADRO DE PESSOAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 01 DE MARÇO DE 2004.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º Fica criado o anexo I da Lei Complementar 109, de 11 de maio de 2004, passando a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I
Lei complementar 109, de 01 de março de 2004

ATRIBUIÇÕES
CARGO: FISCAL DE OBRAS, RENDAS E TRIBUTOS

- praticar todos os atos concernentes à verificação da regularidade de lançamento e recolhimento dos tributos municipais, bem como verificar a regularidade de lançamento e recolhimento de tributos estaduais e federais, nos termos da respectiva delegação;
- constituir, mediante lançamento, o crédito tributário;
- elaborar e proferir decisões ou pareceres, em processo administrativo fiscal, inclusive os relativos a consulta, ao reconhecimento de direito creditório, à compensação, à solicitação de retificação de declaração, livros ou documentos fiscais, à imunidade, à isenção, à suspensão, à restituição, ao ressarcimento e à redução de tributos, contribuições e demais receitas, bem como, participar de órgãos de julgamentos singulares ou colegiados representando a Secretaria Municipal da Fazenda;
- executar procedimentos de fiscalização, praticando os atos definidos na legislação específica, inclusive os relacionados com a apreensão de livros, documentos, arquivos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, materiais, equipamentos e assemelhados;
- examinar a contabilidade de sociedades, empresários, órgãos, entidades, fundos e demais contribuintes, não se lhes aplicando as restrições previstas nos artigos 1.190 a 1.192 do Código Civil e observado o disposto no artigo 1.193 do mesmo diploma legal;
- prestar orientação no tocante à interpretação da legislação tributária, urbanística e de posturas;
- supervisionar as demais atividades e orientação ao contribuinte;
- supervisionar o processo de inscrição, alteração, suspensão, baixa e cancelamento no cadastro de contribuintes;
- supervisionar o gerenciamento dos cadastros fiscais, das informações econômico-fiscais e demais bancos de dados de contribuintes, autorizando e homologando sua implantação e atualização;
- fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de atividades da administração tributária e do controle urbanístico;
- supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, nos termos da Lei ou convênio;

- l) fiscalizar e vistoriar obras e construções;
- m) expedir autos de infração, embargos, informações de irregularidade, intimações e praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento e observância do Plano Diretor Municipal, da Lei de Zoneamento, do Código de Obras, do Código de Posturas e demais legislação correlata;
- n) proceder a inspeção e interdição de estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviço;
- o) examinar a regularidade de painéis e placas de propagandas;
- p) assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria a que subordinada a administração tributária, bem como os demais órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento, bem como assessorar a Administração na formulação e adequação das políticas urbanísticas e de posturas;
- q) colaborar com as Procuradorias do Município encarregadas da representação judicial, prestando informações nas ações em matérias que envolvam o município, seja como autor ou réu, ligadas à administração tributária ou urbanística do município;
- r) apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária, urbanística e de posturas do município e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;
- s) avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e demais receitas do município;
- t) avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores Fiscais Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária, Urbanística e de Posturas;
- u) acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de tributos e demais receitas de competência do Município de Pinheiro Preto;
- v) executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcional dos Auditores Fiscais Municipais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos;
- x) realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira, relativas às atividades de competência tributária do Município;
- w) desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;
- y) coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária e do Controle Urbano e de Posturas;
- z) elaborar pareceres e minutas de atos normativos, emitir laudos, declarações e certidões sobre assuntos de sua área de competência;
2. Prerrogativas Sem prejuízo dos direitos que as leis asseguram aos servidores em geral, no exercício de suas funções:
- a) ter livre acesso a qualquer instituição, pública ou privada, empresarial ou não, qualquer estabelecimento que desenvolva atividades sujeitas ao licenciamento ou fiscalização do município, inclusive imóveis e obras, para examinar a regularidade do local ou obter documentos, informações ou indícios necessários ao cumprimento ou desenvolvimento da ação fiscal ou ao desempenho de suas atribuições, podendo fazer sua apreensão;
- b) requisitar o auxílio de força pública, federal, estadual e municipal, para o desempenho de suas funções, quando necessário;
- c) direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como de livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimentos, quando no exercício de suas atribuições;
- d) autonomia técnica e independência funcional no exercício das atividades;
- e) precedência sobre os demais setores administrativos na fiscalização e no controle;
- d)proceder à verificação e orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares;
- e) orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos;
- f)verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se";
- g)verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado;
- h)intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas ao violadores da legislação urbanística;
- i)efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido;
- j)efetuar a fiscalização em construções, verificando o cumprimento das normas gerais estabelecidas pelo Código de Obras do Município;
- acompanhar os arquitetos e engenheiros da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município;
- k)efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados;
- fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município; •orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;
- l)expedir notificações preliminares e autos de infração referentes ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município;
- m)verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam;
- n)verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida;
- o)verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias;
- p)realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento;
- q)verificar a regularidade da exibição e utilização dos anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como propaganda comercial fixa, em muros, tapumes vitrines e outros;
- r) aprender, por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos;
- s) receber as mercadorias apreendidas e guardá-las em local determinado, devolvendo-as mediante o cumprimento as formalidades legais;
- t) verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais;
- u) verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos;
- v) verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado;
- x)verificar as violações às normas sobre poluição sonoras, uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, auto falantes, bandas de música, entre outras;
- w) emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades

encontradas;

y) efetuar plantões noturnos, finais de semanas e feriados para fiscalização da regularidade do licenciamento, bem como o cumprimento das normas gerais de fiscalização;

z) efetuar interdição temporária ou definitiva, quando o exercício de atividades comerciais, industriais, diversões públicas e outros, causam incômodo e/ou perigo, contrariando a legislação vigente;

aa) realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;

bb) entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas;

cc) executar outras tarefas correlatas

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE FEVEREIRO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.120, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380079

LEI Nº 2.120, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL PARA CRIAÇÃO/REGULARIZAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a receber em doação, sem encargos, do(s) legítimo(s) proprietário(s), ARLINDO BEAL e MARIA LOURDES BEAL, brasileiros, casados pelo regime de comunhão universal de bens, anteriormente a vigência da Lei nº. 6.515/77, inscritos no CPF sob o nº 138.385.479-34 e 657.077.299-68, RG nº 458.700-SSP/SC e 2.631.240-SSP/SC respectivamente, residentes e domiciliados na Rua Estella Zulliani Beal, centro Pinheiro Preto/SC e SERGIO DALL BOSCO e ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO, brasileiros, casados pelo regime de comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6.515/17, cujo pacto antenupcial se acha registrado neste registro de Imóveis sob o nº 1.706-RA, agricultor e professora, inscritos no CPF sob o nº 460.940.089-87 e 386.103.619-34, portadores da CI nº 1.109.443-SSP/SC e 858.704-SSP/SC respectivamente, residentes e domiciliados na Linha Primavera, Pinheiro Preto/SC, os seguintes imóveis:

I- Parte de um imóvel localizado no bairro Centro, constante da área de 5.843,55 m² (cinco mil oitocentos e quarenta e três e cinquenta e cinco metros quadrados). Pinheiro Preto, Santa Catarina, matriculado sob o nº 8.376, com área total de 66.501,69 m², na qual se destaca da área original, a área acima descrita, destinada a incorporação ao logradouro público adjacente.

II- Parte de um imóvel localizado no bairro Centro, constante da área de 209,77 m² (duzentos e nove metros e setenta e sete centímetros quadrados). Pinheiro Preto, Santa Catarina, matriculado sob o nº 7.184, com área total de 87889,55 m², na qual se destaca da área original, a área acima descrita, destinada a incorporação ao logradouro público adjacente.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta lei tem como objeto a criação e a regularização de acesso aos empreendimentos da empresa CGH Dois Vizinhos bem como a empresa Flora Frutas LTDA e demais empreendimentos que vierem a se instalar na área lindeira ao logradouro.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública nos termos, e com os encargos aos doadores, constantes dos anexos I e II da presente lei.

Art. 4º Na hipótese de aprovação da presente proposição e respectiva assinatura dos termos das escrituras em anexo, ficam assim denominadas as ruas:

a) Trecho de 4.165,51 m² iniciando-se na Rua Tranquilo Vian e terminando no acesso à empresa CGH Dois Vizinhos LTDA, ficando denominada: Rua do lago.

b) Trecho de 1.887,81 m² ligando a Rua do Lago, ao acesso à empresa Flora Frutas LTDA. Ficando denominada: Rua Agostinho José Beal. (emenda modificativa nº 01/2020)

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei terão cobertura de dotações orçamentárias específicas.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo De Pinheiro Preto - SC, 27 de Fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Anexo I

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E ARLINDO BEAL E MARIA LOURDES BEAL na forma abaixo:

SAIBAM, quantos esta pública escritura virem que aos ____ () dias do mês de _____ do ano de dois mil e um (2001), nesta cidade de Niterói, Estado do Rio SAIBAM, quantos esta pública escritura virem que aos dias 27 do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Pinheiro Preto Estado de Santa Catarina, neste Cartório de Registro de Imóveis, situado na Comarca de Tangará, perante mim Escrevente, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado COMO OUTORGANTE DOADOR, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado simplesmente DOADOR e, de outro lado, como OUTORGADOS DONATÁRIOS, ARLINDO BEAL, inscrito no CPF sob nº 138.385.479-34 e RG nº 458.700 – SSP/SC e seu cônjuge MARIA LOURDES BEAL, inscrita no CPF sob nº 657.077.299-68 e RG nº 2.631.240 – SSP/SC, brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Stella Zuliani Beal, centro, em Pinheiro Preto/SC, casados pelo regime de comunhão universal de bens, anteriormente a vigência da Lei nº. 6.515/77. Os presentes reconhecidos como os próprios por mim escrevente contratado tendo em vista os documentos de identidade apresentados. Então pelas partes contratantes foi dito que, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 016/2020 as partes resolvem celebrar a presente ESCRITURA DE DOAÇÃO, que se regerá por toda a legislação pertinente e pelas cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA: O DOADOR é senhor e legítimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais do imóvel de matrícula nº 8.376, com área total de 66.501,69 m², devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Tangará. SEGUNDA: Que pela presente escritura e melhor forma de direito, sem coação ou induzimento de espécie alguma, em decorrência da opção feita pelos DOADORES, de livre e espontânea vontade, pela incidência das condições legais e benefícios, tudo conforme consta dos autos do processo administrativo nº 016/2020, e possuindo meios para sua subsistência, cumprindo as disposições do Art. 548 do Código Civil, os DOADORES doam sem ônus a ARLINDO BEAL E MARIA LOURDES BEAL a área a seguir descrita, destinada a incorporação ao logradouro público adjacente, com área total de 5.843,55 m², assim destacada da área original de que trata a cláusula primeira. PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento da presente doação por ARLINDO BEAL E MARIA LOURDES BEAL, fica condicionada a execução da infraestrutura consistente em: Rede pluvial, rede elétrica, rede de fornecimento de água e meios fios no prazo de 10 anos, bem como importa tão somente no atendimento dos interesses públicos com a área doada e dos interesses particulares com a outorga de parâmetros diferenciados, não assistindo aos DOADORES direito à aprovação automática do processo de desmembramento para fins de loteamento, sem que sejam cumpridas as demais exigências técnicas e/ou legais consignadas no referido processo administrativo, e bem assim sem que lhes assista direito a retrocessão do(s) imóvel (eis) doado(s), caso não logrem obter a aprovação do projeto em questão pelo não cumprimento de tais exigências no prazo estabelecido pela legislação municipal. Também fica resguardado o direito ao município reverter a presente doação caso não seja executada a infraestrutura mencionada no prazo acima estipulado. PARÁGRAFO ÚNICO: A presente doação somente se perfectibilizará com a doação da área total de 5.843,55 m² constante da matrícula imóvel de matrícula nº 8.376 constante no CRI Tangará/SC qual com a área da presente escritura consistirão logradouro público municipal.; QUARTA: A presente doação deverá ser levada a registro, pelo DOADOR, na forma da Lei, após o que deverão ser apresentadas, ao MUNICÍPIO, as respectivas certidões de averbamento, expedidas pelo competente Cartório de Registro Imobiliário, para que se volte a dar regular andamento ao processo administrativo determinante da presente doação, viabilizando o cumprimento das demais exigências pendentes para sua aprovação. QUINTA: Pela presente escritura, e melhor forma de direito, os DOADORES doam, sem ônus, a ARLINDO BEAL E MARIA LOURDES BEAL, o imóvel descrito na Cláusula Primeira, que passa a integrar o patrimônio dos donatários, afetadas na forma da lei, conforme discriminadas Cláusula Terceira, ficando ARLINDO BEAL E MARIA LOURDES BEAL, neste ato e por força desta escritura e da Cláusula "constitui", desde logo imitido na posse, domínio, direito e ação daquele imóvel, obrigando-se os DOADORES, por si, seus herdeiros e sucessores a responder pela evicção de direito e autoria. SEXTA: As partes elegem o FORO da cidade de TANGARÁ/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes desta DOAÇÃO, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. Atribui-se a presente doação para efeitos fiscais o valor de R\$1,00 (um real). Pelos contratantes me foi dito que aceitam esta escritura como está redigida.

Anexo II

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E SERGIO DALL BOSCO E ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO na forma abaixo:

SAIBAM, quantos esta pública escritura virem que aos dias 27 do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Pinheiro Preto Estado de Santa Catarina, neste Cartório de Registro de Imóveis, situado na Comarca de Tangará, perante mim Escrevente, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado COMO OUTORGANTE DOADOR, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado simplesmente DOADOR e, de outro lado, como OUTORGADOS DONATÁRIOS, SERGIO DALL BOSCO E ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO, brasileiros, casados pelo regime de comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6.515/17, cujo pacto antenupcial se acha registrado neste registro de Imóveis sob o nº 1.706-RA, agricultor e professora, inscritos no CPF sob o nº 460.940.089-87 e 386.103.619-34, portadores da CI nº 1.109.443-SSP/SC e 858.704-SSP/SC respectivamente, residentes e domiciliados na Linha Primavera, Pinheiro Preto/SC. Os presentes reconhecidos como os próprios por mim escrevente contratado tendo em vista os documentos de identidade apresentados. Então pelas partes contratantes foi dito que, tendo em vista o contido no processo administrativo nº 016/2020 as partes resolvem celebrar a presente ESCRITURA DE DOAÇÃO, que se regerá por toda a legislação pertinente e pelas cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA: O DOADOR é senhor e legítimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais do imóvel de matrícula nº 7.184, com área total de 87.889,55 m², devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Tangará. SEGUNDA: Que pela presente escritura e melhor forma de direito, sem coação ou induzimento de espécie alguma, em decorrência da opção feita pelos DOADORES, de livre e espontânea vontade, pela incidência das condições legais e benefícios, tudo conforme consta dos autos do processo administrativo nº 016/2020, e possuindo meios para sua subsistência, cumprindo as disposições do Art. 548 do Código Civil, os DOADORES doam sem ônus a SERGIO DALL BOSCO E ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO a área a seguir descrita, destinada a incorporação ao logradouro público adjacente, com área total de 209,77 m², assim destacada da área original de que trata a cláusula primeira. PARÁGRAFO ÚNICO: O recebimento da presente doação por SERGIO DALL BOSCO E ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO, fica condicionada a execução

da infraestrutura consistente em: Rede pluvial, rede elétrica, rede de fornecimento de água e meios fios no prazo de 10 anos, bem como importa tão somente no atendimento dos interesses públicos com a área doada e dos interesses particulares com a outorga de parâmetros diferenciados, não assistindo aos DOADORES direito à aprovação automática do processo desmembramento para fins de loteamento, sem que sejam cumpridas as demais exigências técnicas e/ou legais consignadas no referido processo administrativo, e bem assim sem que lhes assista direito à retrocessão do(s) imóvel(eis) doado(s), caso não logrem obter a aprovação do projeto em questão pelo não cumprimento de tais exigências no prazo estabelecido pela legislação municipal. Também fica resguardado o direito ao município reverter a presente doação caso não seja executada a infraestrutura mencionada no prazo acima estipulado. PARÁGRAFO ÚNICO: A presente doação somente se perfectibilizará com a doação da área total de 209,77 m² do imóvel de matrícula nº 7.184 constante no CRI Tangará/SC qual com a área da presente escritura consistirão logradouro público municipal.; QUARTA: A presente doação deverá ser levada a registro, pelo DOADOR, na forma da Lei, após o que deverão ser apresentadas, ao MUNICÍPIO, as respectivas certidões de averbamento, expedidas pelo competente Cartório de Registro Imobiliário, para que se volte a dar regular andamento ao processo administrativo determinante da presente doação, viabilizando o cumprimento das demais exigências pendentes para sua aprovação. QUINTA: Pela presente escritura, e melhor forma de direito, os DOADORES doam, sem ônus, a SERGIO DALL BOSCO E ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO, o imóvel descrito na Cláusula Primeira, que passa a integrar o patrimônio dos donatários, afetadas na forma da lei, conforme discriminadas Cláusula Terceira, ficando SERGIO DALL BOSCO E ROSANGELA ELIZABETE MÂNICA DALL BOSCO, neste ato e por força desta escritura e da Cláusula "constitui", desde logo imitado na posse, domínio, direito e ação daquele imóvel, obrigando-se os DOADORES, por si, seus herdeiros e sucessores a responder pela evicção de direito e autoria. SEXTA: As partes elegem o FORO da cidade de TANGARÁ/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes desta DOAÇÃO, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. Atribui-se a presente doação para efeitos fiscais o valor de R\$1,00 (um real). Pelos contratantes me foi dito que aceitam esta escritura como está redigida.

LEI Nº 2.119, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380074

LEI Nº 2.119, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, CNPJ/MF sob n. 83.052.191/0005-96, na forma do anexo a esta Lei.

Parágrafo único. O contrato objetiva a prestação, pela contratada, de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, na forma das ações constantes do Plano Anual de Trabalho – PAT.

Art. 2º Em razão do contrato, o Município pagará à contratada a quantia de R\$ 30.880,58 (Trinta mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos), em 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas, com vencimento da primeira em 10 de abril de 2020.

Parágrafo único. Sobre o valor a ser pago incidirá, na forma da lei, Imposto Sobre Serviços e Imposto de Renda, que deverão ser retidos na forma da lei.

Art. 3º O contrato vigorará de 06 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, ficando ratificados os serviços já prestados.

Parágrafo único. O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, na forma do disposto no artigo 57 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 06 de janeiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 27 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal
ANEXO

LEI Nº 2119, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 01/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida Marechal Costa

e Silva, nº 111, Centro, CEP 89570-000, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Pedro Rabuske, inscrito no CPF sob o nº 448.199.359-68 e portador da Carteira de Identidade nº 857.179, órgão expedidor SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 112 da Lei Complementar Estadual nº 381/2007, neste ato representada por Jonatan Galio, inscrito no CPF nº 021.656.389-50 e portador do RG nº 3.155.241, órgão expedidor SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Videira, CNPJ nº 83.052.191/0005-96, com endereço na Rua João Zardo, nº 1660, Bairro Campo Experimental, CEP 89564-506, Videira/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente contrato está fundamentado nos arts. 1º, 25, “caput”; 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.171/1991, com origem na negociação entre as partes e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Videira, unidade da CONTRATADA.

Parágrafo único. O presente instrumento tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função:20 - Agricultura
Subfunção:606 - Extensão Rural
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 200
3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho (PAT);
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de Trabalho (PAT), nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT);
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano Anual de Trabalho (PAT) no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano Anual de Trabalho (PAT);
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição na esfera Municipal;
9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação legalmente exigidas.

II – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento;
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de empreitada por preço global, terá início em 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 30.880,58 (Trinta mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos) divididos em 09 parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parc.	Valor bruto	ISS a reter 3%	IR a reter 1,5%	Valor líquido	Vencimento
1ª	3.431,14	102,93	51,47	3.276,74	10/04/2020
2ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/05/2020
3ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/06/2020
4ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/07/2020
5ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/08/2020
6ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/09/2020
7ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/10/2020
8ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/11/2020
9ª	3.431,18	102,93	51,47	3.276,78	10/12/2020

Parágrafo primeiro. Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação federal e municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parágrafo segundo. O reajuste dos preços dos serviços prestados e ora contratados se dará após 12 (doze) meses de vigência do contrato, em conformidade com o artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.192/2001, e será medido pela variação anual do INPC (IBGE) ou de acordo com outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo Município CONTRATANTE para a CONTRATADA, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil de cada mês da prestação do serviço, com vencimento no último dia do mês.

Parágrafo segundo. Os valores pagos com atraso serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme índice previsto na legislação federal e municipal vigente, com a incidência de juros de mora, de acordo com os artigos 54, caput e 55, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigos 394, 395 e 397 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consultantes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo único. A CONTRATADA se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e em conformidade com os artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes, caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas – Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis/SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

Parágrafo único. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Pinheiro Preto, 27 de fevereiro de 2020

Pedro Rabuske Prefeito Municipal de Pinheiro Preto

Jonatan Galio Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

TESTEMUNHAS:

Nome:	
CPF:	

Nome:	
CPF:	

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1272/2020

Publicação Nº 2380494

DECRETO Nº 1.272/2020, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Homologa Chamada Pública 01/2020 Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e considerando a ata do edital de chamada Pública nº 01/2020,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final da Chamada Pública do Fundo Municipal de Saúde, aberto pelo Edital nº 01/2020, cuja nominata dos candidatos aprovados por cargo/função são os seguintes:

Farmacêutico:

Resultado	Posição	Nome	Pontuação
Classificado	1º	Giandra Golin Ghignatti	11,9
Classificado	2º	Andrey Marcelo Meneghel	6,3

§ 1º A íntegra do presente decreto será afixado no Mural Público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Piratuba, Rua Governador Jorge Lacerda, 133 – Centro, no Diário Oficial dos Municípios junto ao site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e o mesmo também poderá ser obtido junto ao site www.piratuba.sc.gov.br ou ainda junto à Secretaria Municipal de Saúde de Piratuba, estabelecida na Av 18 de Fevereiro, nº 279 – Centro de Piratuba-SC. Outras informações complementares também poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3553-0146.

§ 2º A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação contida no presente documento e, com base neste, far-se-á a competente convocação de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 28 de Fevereiro de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural Oficial Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 226/93 Em 28 de Fevereiro de 2020.	
--	--

Karoline Petry

Secretária Mun.Administração e Finanças

PORTARIA Nº 118/2020

Publicação Nº 2380146

PORTARIA Nº 118/2020

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO.

A Superintendente da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 025/2006 de 29 de novembro de 2006, alterada pela lei complementar nº057/2012 de 14 de março de 2012, que dispõe autoriza a instituição da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba – FCEP, e dá outras providências.

EXONERA A PEDIDO

VANESSA BOF, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Frederico Laske s/nº, na cidade de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 5.212.752 e CPF sob o nº 067.566.189-70, para exercer em caráter temporário o cargo de TÉCNICO ARTÍSTICO 20 HORAS, conforme Portaria nº186/2019, de 25 de março de 2019, alterada pela Portaria nº 443/2019, de 04 de dezembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 26 de fevereiro de 2020.

Simara Teixeira Petry

Superintendente

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 26 de fevereiro de 2020

Karoline Petry
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 119/2020

Publicação Nº 2380150

PORTARIA Nº 119/2020
EXONERA SERVIDORA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

TANIA LOPES DUARTE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Alto Gramado, s/nº, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.289.231 e CPF sob o nº 049.070.169-80, para exercer em caráter temporário o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº154/2019, de 15 de março de 2019, alterada pela Portaria nº 455/2019, de 13 de dezembro de 2019 e alterada pela Portaria nº 029/2020, de 30 de janeiro de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 28 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 28 de fevereiro de 2020

Karoline Petry
Secretária de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO N° 4972/2020

Publicação N° 2380836



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

DECRETO N° 4972, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTE DE
PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 842/2019, etc;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional proveniente do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 26 de fevereiro de 2020

JUARES BET
PREFEITO



Decreto: 4972/2020
Data Lançamento: 26/02/2020

Data Lei: 03/12/2019			Data Decreto: 26/02/2020			Código da Suplementação: 6		
Crédito Adicional						Origem de Recursos		
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor			
1	Suplementar	191	10.001.0027.0812.0007.1007.	01620062	182.000,00			
				Total do Lote	182.000,00			
				Total	182.000,00			
						Anulação:	Excesso:	
						Superávit:	Op. de Crédito:	
						Convênio:	0,00	
Total Geral								
Anulação:						182.000,00	Transposição Incremento:	0,00
Superávit:						0,00	Transposição Decremento:	0,00
							Convênio:	0,00
							Reserva de Contingência:	0,00

Resumo por Vínculos							
Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
01620062	0,00	0,00	182.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	182.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DECRETO N° 4973/2020

Publicação N° 2380837



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

DECRETO N° 4973, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTE DE
SUPERÁVIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 842/2019, etc;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 169.731,11 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e um reais e onze centavos), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional proveniente do provável superávit são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 26 de fevereiro de 2020

JUARES BET
PREFEITO



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Entidade: Município de Planalto Alegre

Lei: 842/2019

Decreto: 4973/2020

Data Lançamento: 26/02/2020

Data Lei: 03/12/2019

Data Decreto: 26/02/2020

Código da Suplementação: 7

Crédito Adicional				Origem de Recursos			
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.
2	Suplementar	193	06.004.0008.0244.0009.2015.	03001000	50.000,00	Superávit	
				Total do Lote	50.000,00	Superávit	
3	Suplementar	194	05.001.0012.0361.0006.2008.	03181018	24.731,11	Superávit	
				Total do Lote	24.731,11	Superávit	
4	Suplementar	192	10.001.0027.0812.0007.1007.	03001000	95.000,00	Excesso:	
				Total do Lote	95.000,00	Op. de Crédito:	
						Superávit:	
						Convênio:	
						Excesso:	0,00
						Op. de Crédito:	0,00
						Superávit:	169.731,11
						Convênio:	0,00
						Total	169.731,11

Total Geral			
Anulação:	0,00	Excesso:	0,00
Superávit:	169.731,11	Op. de Crédito:	0,00
		Transposição Incremento:	0,00
		Transposição Decremento:	0,00
		Convênio:	0,00
		Reserva de Contingência:	0,00

Resumo por Vínculos					
Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Decremento
03001000	0,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00
03181018	0,00	24.731,11	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	169.731,11	0,00	0,00	0,00

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL N° 001/2020/CMDCA

Publicação N° 2383891

EDITAL N° 001/2020/CMDCA

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, Gilberto Francisco Mota, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n° 3039 de 03 de abril 2019, Lei Federal n° 8.069 de 13 de julho de 1990 e na Lei Federal n° 13.019/2014 torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, realiza o Chamamento Público, visando à seleção de Entidades, para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO:

1.1 – Formalização de Parceria, através de Termo de Colaboração, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2020, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado:

Item	Área	Descrição do Objeto
1	Educação Especial	Projetos que tenham como objetivo a educação complementar e/ou educação que objetive a inclusão social de crianças e adolescentes portadores de deficiência, auxílio, apoio e orientação à família e atendimento psicossocial à criança e ao adolescente.
2	Assistência Social	Projetos que tenham como objetivo prevenção a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais; fortalecimento de vínculos; projetos de prevenção e atendimento as vítimas de violências, bem como combate ao abuso e exploração destas violências.
3	Educação	Projetos inovadores e/ou complementares ao desenvolvimento integral da criança que visem a complementação da política de atendimento da criança; projetos que propiciem a complementação ao desenvolvimento da criança e do Adolescente na perspectiva educacional.
4	Esporte e Lazer	Projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte e lazer que tenham como foco a inclusão social e ações preventivas.

5	Cultura	Projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção da cultura que tenham como foco a inclusão social e ações preventivas.
6	Saúde	Projetos que contemplem ações inovadoras e ou complementares as fornecidas no SUS, em atenção a saúde da criança e adolescente, contemplando temáticas referente a prevenção ao uso de drogas, gravidez e DST's na adolescência, estímulo a alimentação saudável e consciente, ações de estímulo sócio cognitivo para crianças e adolescentes em situação especial (por exemplo em ambiente hospitalar e/ou acolhimento)

1.2 ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

Item 1: Educação Especial

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Projetos que tenham como objetivo a educação complementar e/ou educação que objetive a inclusão social de crianças e adolescentes portadores de deficiência, auxílio, apoio e orientação à família e atendimento psicossocial à criança e ao adolescente

Item 2: Assistência Social.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais; fortalecimento de vínculos; projetos de prevenção e atendimento as vítimas de violências, bem como combate ao abuso e exploração destas violências.

Item 3: Educação.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Projetos inovadores e/ou complementares ao desenvolvimento integral da criança que visem a complementação da política de atendimento da criança; projetos que propiciem a complementação ao desenvolvimento da criança e do Adolescente na perspectiva educacional.

Item 4: Esporte e Lazer.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Possibilitar a realização de ações ligadas a promoção do esporte e lazer que tenham como foco a inclusão e ações preventivas.

Item 5: Cultura.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivos dos projetos: Possibilitar a realização de ações ligadas a promoção da cultura que tenham como foco a inclusão e ações preventivas.

Item 6: Saúde.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivos dos Projetos: Possibilitar a realização de ações ligadas a promoção de saúde e prevenção de agravos.

1.3 – O Recurso total destinado ao financiamento de projetos será de R\$ 122.874,80, dando-se preferência aos projetos com maior pontuação conforme o item 7.2 deste edital. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se reserva ao direito de solicitar adequação do orçamento do projeto para a igualitária distribuição das verbas.

2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

2.1 - Para celebração da parceria, as organizações da sociedade civil deverão apresentar, em envelope fechado, contendo na parte externa/frente os seguintes dados:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – CMDCA

Rua Heinrich Passold, 54 – Centro – Pomerode

Telefone: 47 3395-6313

Credenciamento de Organização da Sociedade Civil

Edital de Chamamento Público CMDCA nº 001/2020

Área pretendida: (indicar a área do item 1 deste Edital).

Nome do Projeto

Proponente

2.2 - Documentação Obrigatória segundo a Lei 13.019/2014:

I - Ofício do Representante da Entidade solicitando a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho (ANEXO I);

II - Plano de Trabalho (ANEXO II)

a) Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração:

- Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.
- Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.
- Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria
- Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.
- Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

III - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia autenticada da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

VII - Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

VIII – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

IX - Comprovante de endereço do representante legal e do tesoureiro da entidade;

X - Cópia autenticada em cartório do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente e do tesoureiro.

XI - Cópia simples do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal.

XII – Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

XIII - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF

XIV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos

XV - Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

3. CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

3.1 Conforme o artigo 33 da Lei 13.019/2014, para celebrar as parcerias previstas, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

IV - possuir:

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) Instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

4. VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

4.1 Ficarão impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de cooperação, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) A prevista no inciso II do art. 73 da Lei 13.019/2014;

d) A prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13.019/2014;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

4.2 É vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

4.3 É vedado segundo a Resolução nº 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Art. 15, I) o financiamento de programas e serviços complementares ou inovadores, já financiados pelo FIA há 3 (três) anos.

5. DESPESAS VEDADAS

5.1 As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei Federal 13.019/2014, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

5.2 Não poderão ser financiados, conforme Resolução nº 137/2010 do CONANDA:

I - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

II - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

IV - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

6. DESPESAS AUTORIZADAS

6.1 Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto, desde que necessários ao projeto;

6.2 Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1 O CMDCA através da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico analisará os documentos propostos pelas organizações da sociedade civil e apreciará todos os Planos de Trabalho e documentos apresentados, se necessário, solicitará informações adicionais, realizará visitas técnicas, estabelecendo prazo para que as organizações se manifestem por escrito quando solicitado, a fim de selecionar, monitorar e avaliar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 A Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do CMDCA utilizará os critérios citados no quadro abaixo para classificação dos projetos.

Crítérios Avaliados	Atende Plenamente	Atende	Atende parcialmente	Não atende
	5	3	2	0
1. Viabilidade dos Objetivos e Metas				
2. Viabilidade de Execução				
3. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos				
4. Experiência da Entidade no Projeto e no Município				
5. Sustentabilidade da Entidade				
6. Localização e Infraestrutura				
7. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho.				
8. Contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do projeto				
9. Participação da OSC em Conselhos Municipais				
10. Impacto Social do Projeto				
TOTAL				

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1) Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exeqüíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento e Legislação.

2) Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território.

3) Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

- 4) Experiência da Entidade no Projeto e no Município: Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o projeto proposto.
- 5) Sustentabilidade da Entidade: Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional.
- 6) Localização e Infraestrutura física: Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. Socioassistenciais.
- 7) Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho: Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho.
- 8) Contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do projeto: Previsão de ações que contribuam para a melhora na sua qualidade de vida e alteração de sua realidade social.
- 9) Participação da OSC em Conselhos Municipais: A organização participa e se articula com a rede de controle social e garantia de direitos.
- 10) Impacto Social do Projeto: O projeto apresenta relevância social, provocando significativas mudanças à comunidade ou público atendido.

7.5 – Como critérios de desempate serão adotados os seguintes critérios:

- 1º – Projeto com maior nota no critério 10. Impacto Social do Projeto.
- 2º - Tempo de atuação da entidade no município.
- 3º - Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - A Programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

18 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
 18 01 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
 2088 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente
 3350.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

3000000 - Recursos Ordinários
 3060100 – Demais Recursos
 3090100 – Imposto De Renda

8.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

9 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

9.1 – Os termos de colaboração a serem celebrados no ano de 2020 terão início na data de sua assinatura, com vigência no máximo até o final do exercício.

10. PRAZOS, LOCAL E CRONOGRAMA

10.1 – Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no item 2 deste Edital, em envelope lacrado, até às 17h00min do dia 02/04/2020 junto a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, Rua Heinrich Passold, 54– Centro, Pomerode, de acordo com o seguinte cronograma:

DATA	ATIVIDADE
02/03/2020	Publicação do Edital nº 001/2020/CMDCA no Diário Oficial dos Municípios
02/03/2020 até 02/04/2020	Prazo para inscrição de projetos juntamente com a documentação exigida no Edital.
03/04/2020 á 08/04/2020	Abertura dos envelopes e verificação da documentação apresentada e análise dos projetos
09/04/2020	Publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios da listagem dos projetos inscritos, assim como, a listagem de projetos com ressalvas referente a documentação.
16/04/2020	Prazo final para adequação das ressalvas referente a documentação.
17/04/2020	Aprovação dos Projetos pelo CMDCA
20/04/2020	Publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios dos projetos aprovados.

24/04/2020	Prazo final para ingressar com recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
04/05/2020	Prazo final para julgamento de recursos apresentados.
06/05/2020	Prazo final para Publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Ato de Homologação da relação de projetos habilitados e aprovados.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 – Demais critérios e condições para celebração das parcerias objeto deste Chamamento Público estão definidos na Lei Federal nº 13.019/2014.

11.2 – O órgão gestor poderá decidir sobre a escolha da proposta a partir do parecer da equipe técnica, nomeada pelo Poder Executivo Municipal e a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

11.3 – Em caso de desistência da organização da sociedade civil em celebrar o termo de colaboração a qualquer tempo após a entrega da documentação solicitada neste Edital de Chamamento Público, essa intenção deverá ser manifestada por escrito, através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização preponente, explicando as razões que conduziram a essa situação.

11.4 – Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Pomerode, 28 de fevereiro de 2020.

Gilberto Francisco Mota
Coordenador do CMDCA de Pomerode

ANEXO I

Ofício Nº /2020.
Pomerode, de 2020.

Prezado Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Em atenção ao EDITAL Nº 001/2020/CMDCA de Chamamento Público vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a liberação de recursos no valor de R\$para desenvolver o projeto intituladoem regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público (A justificativa para o Termo de Colaboração deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população). Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

À Vossa Senhoria
GILBERTO FRANCISCO MOTA
Coordenador do CMDCA de Pomerode
Pomerode – SC

ANEXO II PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO E CREDENCIAIS DA ENTIDADE

ENTIDADE RECEBEDORA:				CNPJ	
Endereço				Bairro	
Cidade	UF	CEP	DDD/telefone		E-MAIL
Conta Corrente		Banco	Agência		Praça de pagamento
Nome do Responsável				CPF	
CI/ Órgão Exp.		Cargo	E-MAIL		
Endereço		Bairro	Cidade	CEP	(DDD) Telefones

OUTROS RESPONSÁVEIS

Nome		CPF	
Endereço	Bairro	Cidade	CEP
E-mail	(DDD) Telefones		

Nome		CPF/E-MAIL	
Endereço	Bairro	Cidade	CEP
E-mail	(DDD) Telefones		

PROJETO

NOME DO PROJETO	PERÍODO	
	INÍCIO	TÉRMINO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO (de modo que permita identificar precisamente o que se pretende realizar ou obter):

DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA (demonstrar o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas, identificando o interesse público, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos):

OBJETIVOS SOCIAIS DA ENTIDADE, COM INFORMAÇÕES RELATIVAS À CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO:

DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

Meta	Etapa / Fase / Mês	Especificação (atividades ou projetos)	Indicador Físico		Duração	
			QTIDADE	VALOR	Início	Término

FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS A ELES ATRELADAS (descrever as ações que serão tomadas para o cumprimento da meta):

Meta	Forma de Execução para cumprimento da meta
------	--

CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO (R\$)

Concedente – PREFEITURA OU FUNDOS

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês

Conveniente (contrapartida) – ENTIDADE ou Outro tipo de Receita

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês

Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês

ESPECIFICAÇÃO DE TODAS AS DEMAIS FONTES DE RECURSOS QUE IRÃO FINANCIAR O OBJETO, COM OS VALORES ESTIMADOS, SE FOR O CASO:

Tipo de Fonte (ex.: Governo Federal, Empresas privadas,...)		Valor	Periodicidade	Valor total
Total Geral			X	

PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS ABRANGIDOS PELA PARCERIA:

Custeio (despesa corrente) / subvenção social		Total	Receitas	Despesas
Qtde/Unid	Especificação (tipo, modelo, etc)			
Total Geral				

Investimento (material permanente) auxílio		Total	Receitas	Despesas
Qtde/Unid	Especificação (tipo, modelo, etc)			
Total Geral				

DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

EM HAVENDO BEM(S) REMANESCENTE(S) DA PARCERIA, FAVOR ESTIPULAR A DESTINAÇÃO AO(S) BEM(S):

CASO TRATE DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE QUE OS RECURSOS PRÓPRIOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR ESTÃO ASSEGURADOS:

DEFERIMENTO SOLICITADO:

Na qualidade de representante legal, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho (colocar o título do projeto)

Local e data

(colocar o nome no responsável e assinar)

APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA COMISSÃO DE POLÍTICAS, PLANO E DIAGNÓSTICO DO CMDCA:

_____ APROVADO

_____ APROVADO COM RESSALVAS, com possibilidade de celebração da parceria, devendo o administrador público cumprir o que houver sido ressalvado ou, mediante ato formal, justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo.

_____ REPROVADO

Local e Data

Presidente da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do CMDCA

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO N° XX/2020.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, 525, nesta cidade, representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob 605.728.259-00 e portador da Cédula de Identidade nº 12.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE e do outro, _____, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, Pomerode (SC), CEP 89.107-000, neste ato representado por _____, doravante denominada simplesmente PROPONENTE, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014,

mediante as seguintes cláusulas e condições e no disposto no EDITAL CMDCA Nº 001/2020:

1- DO OBJETO E DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

1.1- O presente Termo de Colaboração tem como objeto o repasse de R\$ ----- () ao PROPONENTE, destinados a atender o seguinte projeto: " ".

1.2 – Tem por objetivo o repasse financeiro visando _____, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I

2. VALOR

2.1 - Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Termo de Colaboração de que trata a cláusula primeira, a CONCEDENTE repassará ao PROPONENTE, o valor de R\$ _____ (), subdivididos em parcelas conforme plano de trabalho.

3. FONTE DE RECURSOS

3.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

18 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

18 01 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

2088 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

3350.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

3000000 - Recursos Ordinários

3060100 – Demais Recursos

3090100 – Imposto De Renda

4 – DAS OBRIGAÇÕES

4.1- DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Proponente pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação durante a vigência do objeto;
- e) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- f) Comunicar à Proponente qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo prazo para corrigi-la;
- g) Não sanadas as irregularidades nos serviços, assegurar-se-á a Concedente o direito de ordenar a suspensão dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Proponente, sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;
- h) Receber e apurar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Proponente para as devidas regularizações;
- i) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, quando necessário;
- j) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Pomerode;
- k) Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, arcando a Concedente com os custos da referida publicação;
- l) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente.

4.2- DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo, aplicando o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
- c) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- f) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Concedente pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- g) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- h) Divulgar este Termo Cooperação em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo as informações relacionadas no art. 11 da Lei Federal 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;
- i) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários

- e encargos trabalhistas, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- j) Observar todos os critérios de qualidade, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, respondendo, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Cooperação;
- k) Comprovar todas as despesas por meio de documentos fiscais definidos na legislação tributária, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- l) Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, quando for o caso, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- m) Caso a Proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Concedente, bem como a titularidade dos bens e direitos remanescentes adquiridos, produzida ou transformada com recursos repassados pela administração pública, na hipótese de sua extinção;
- n) Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento e ações realizadas para adimplemento das metas do objeto deste Termo;
- o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
- p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações, quando não utilizados no objeto, antes do recebimento da parcela seguinte, ou em se tratando da última, no máximo, em até 30 dias contados do recebimento;
- q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- r) Manter-se adimplente com o Poder Público Concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- s) Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto;
- t) A Proponente e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço e contato;
- u) Disponibilizar informações sobre quais profissionais compõem a equipe de trabalho vinculada ao cumprimento do objeto deste Termo;
- v) Responsabilizar-se, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de cobrança indevida, ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1- Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto e deverão ser mantidos e movimentados nesta conta bancária específica.

5.2- Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados quando ultrapassarem 30 dias sem movimentação. Sendo dessa forma, os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação.

5.3- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionados no item anterior poderão ser utilizados pela Proponente desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento, ou devolvidos a Concedente, assim como recurso não utilizado.

5.4- Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência, vedada à realização de pagamentos dos serviços ou produtos anteriores a emissão da Nota Fiscal.

5.5- Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado, o uso de cheques para saque ou quaisquer pagamentos, sendo permitida a realização de pagamentos em espécie somente quando demonstrada e justificada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, conforme previsão no art. 53, §2º da Lei nº 13.019/2014.

5.6- A Proponente deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, antes do recebimento da próxima parcela caso não efetue a boa execução dos recursos.

5.7- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Proponente a participar de novos Termos, acordos ou ajustes com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da quitação total da inadimplência e ou correção da irregularidade.

6 – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1- A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- Inexecução do objeto;
- Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.2- Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando incorrer nos casos mencionados no item 6.1, ainda que não tenha feito aplicação.

7 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1- A prestação de contas será mensal e deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do valor, e de forma integral das receitas e despesas em até 90 dias a partir do término de vigência deste Termo segundo a Lei nº 13.019/2014.

7.2- A não observância do item anterior, sem justificativa, implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

7.3- Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

7.4- A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal de Pomerode.

7.5- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações, tais como listas de presença, fotos e vídeos, se for o caso;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizada se sua vinculação com a execução do objeto;
- c) Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais, quando for em uma única via, após autenticação das cópias;
- d) Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade;
- e) Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso, sempre iniciando e terminando o extrato bancário zerado;
- f) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhadas dos comprovantes das despesas realizadas e assinadas pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- g) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente ou aplicação não utilizada, antes do recebimento da próxima parcela, ou quando for única ou a última parcela, em até 30 dias após o término da vigência deste Termo;
- h) Ordens bancárias e comprovantes de transferência utilizados para pagamento das despesas;
- i) Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela entidade no exercício e das metas alcançadas;
- j) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- k) No caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, apresentar junto ao comprovante da despesa cópia do certificado de propriedade, além da comprovação de inserção da cláusula de inalienabilidade no caso de aquisição.

7.6- A administração pública apreciará a prestação de contas mensal no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e a prestação final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, este conforme disposto no art. 71, Lei nº 13.019/2014.

8 - DA VIGÊNCIA

8.1- O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser alterado conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9 – DAS PROIBIÇÕES

9.1- O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo, nem deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela CONCEDENTE;
- c) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente ou que tenham sido penalizados por atos de improbidade e similares, conforme disposto no art. 39, VII – Lei Federal 13.019/2014 ;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- e) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração, de gerência, despesa bancária ou similar;
- f) executar pagamento antecipado (anterior à emissão de Comprovante Fiscal ou a efetiva prestação do serviço) a fornecedores de bens e serviços;
- g) realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- i) transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;
- j) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, quando não se tratar de transferências bancárias para fins de pagamentos relacionados ao cumprimento do objeto;
- k) retirar recursos da conta específica para outras finalidades, mesmo com posterior ressarcimento;

- l) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida, quando ocorrer (bens e serviços economicamente mensuráveis) pactuada no Plano de Trabalho;
- m) modificar o objeto, exceto nos casos estipulados na Cláusula Décima Segunda;
- n) realizar despesas com:

- I. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, bem como verbas indenizatórias;
- II. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- III. Remuneração de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;
- IV. Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público com recurso vinculado à parceria;
- V. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1- É facultado aos partícipes renunciar a este Termo, no prazo mínimo de 30 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2- A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Incorreção ou falsidade de informação em qualquer documento apresentado;
- c) Retardamento ou paralisação, seja parcial ou total, injustificado na realização da execução do objeto de Termo;
- d) Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste convênio, formal ou materialmente, impraticável;
- e) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo.

11 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2- Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade da sociedade civil as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

12 – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

12.1- Este Termo poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

12.2- Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho e ou do presente Termo após prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto e firmado em até no máximo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

13 – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1- O CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor, tendo como obrigações:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2- Comprovada a paralisação, seja parcial ou total, ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o CONCEDENTE poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade, bem como suspender o pagamento dos valores.

14 – DO FORO

14.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Pomerode/SC, para esclarecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo e que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme termos do art. 42, XVII da Lei Federal 13.019/2014.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2- O Plano de Trabalho é parte integrante e indissociável deste Termo.

15.3- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo que também subscrevem.

Pomerode/SC, -- de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE POMERODE
ÉRCIO KRIEK

ENTIDADE
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004 / 2020

Publicação Nº 2380228

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004 / 2020

Processo Administrativo n.º 022 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS PARA MINISTRAR AULAS DE BANDONEON, ACORDEON, VIOLINO, VIOLA ERUDITA E VIOLONCELO AOS MUNICÍPIOS AMANTES DA MÚSICA, PRESERVANDO AS ATIVIDADES CULTURAIS TRAZIDAS PELOS IMIGRANTES DO MUNICÍPIO DE POMERODE. Prazo da contratação: 10 meses de trabalho, de Março a Dezembro de 2020, com Carga Horária de 256 horas aula / mês, através de 03 professores especializados. As aulas de música serão ministradas pelos professores Rodrigo Kienen, Roberto Carlos Maske e Solange Rohenkohl. Valor da Contratação: Valor Unitário da hora aula: R\$37,00 (trinta e sete reais), Valor Mensal Contratado: R\$9.472,00 (nove mil e quatrocentos e setenta e dois reais), Valor Total Contratado: R\$94.720,00 (noventa e quatro mil e setecentos e vinte reais). Base Legal: Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993. Justificativa: A contratação de professores especialistas para ministrar aulas de bandoneon, acordeon, violino, viola erudita e violoncelo aos municípios amantes da música surgiu da necessidade de preservar ainda mais e manter acesa a tradição trazida pelos nossos imigrantes. Tocar um instrumento musical proporciona muitos benefícios para a vida, tanto físicos como psicológico. Dentre esses benefícios podemos relacionar alguns como: fortalece e melhora a coordenação motora, aumenta a capacidade de memória, estimula o contato com a matemática, aumenta o QI e o desempenho acadêmico, incentiva o trabalho em equipe, facilita o relacionamento social, desenvolve a auto expressão e alivia o stress, promove a felicidade em sua vida e aqueles ao seu redor, combate o surgimento de doenças cognitivas, facilita o relacionamento entre pais e filhos, entre muitos outros. Com tudo isso, espera-se que o amor e apreço pela música irradie para dentro da casa de cada aluno e para o dia-a-dia de nossa comunidade de modo geral. Ademais, as atividades turísticas e culturais são inviáveis de competição, pois exprimem a cultura da comunidade local, sendo esse o maior patrimônio do Município de Pomerode em suas festividades. Os profissionais selecionados são associados à AMUSPE e conhecidos pela capacidade técnica que possuem para o desenvolvimento deste projeto, com preços de hora aula compatíveis, justificando-se assim este procedimento, via inexigibilidade de licitação, conforme o disposto no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Pomerode / SC, 28 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013 / 2020 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2380249

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 023 / 2020.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DE DRENAGEM PLUVIAL E CONSTRUÇÃO DE MUROS NAS PAVIMENTAÇÕES DE VIAS PÚBLICAS E OBRAS EM GERAL EXECUTADAS PELA SECRETARIA DE OBRAS DE POMERODE,

CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 13/03/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 13/03/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 28 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 006/2020/CMDCA

Publicação Nº 2383849

RESOLUÇÃO Nº 006/2020/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação de recursos financeiros do Fundo da Infância e Adolescência – FIA - 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.039/2019 de 03 de abril de 2019, e em conformidade com a reunião extraordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2020,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação de recursos financeiros do Fundo da Infância e Adolescência – FIA – 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 28 de Fevereiro de 2020.

Gilberto Francisco Mota

Coordenador do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 031/2020

Publicação Nº 2379614

DECRETO Nº 031/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

"REGULAMENTA A INDENIZAÇÃO DE DIÁRIAS DOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, resolve:

Considerando a necessidade de regulamentação da indenização de diárias dos agentes públicos do Poder Executivo Municipal, nos termos estabelecidos nos artigos 58 e 59, da Lei Complementar n.º 22, de 20 de janeiro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º. O Agente Público do Poder Executivo Municipal que, a serviço, afastar-se do Município, em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior poderá receber a título de indenização diárias destinadas ao custeio das despesas hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º. Os Agentes Públicos, para fins deste Decreto, são o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e demais servidores concursados ou comissionados, com exceção do prefeito e vice-prefeito a concessão de diárias somente acontecerá mediante prévia autorização do Prefeito.

§ 2º. A indenização de diárias será devida de acordo com os seguintes parâmetros:

I – Para deslocamentos às cidades do interior do Estado de Santa Catarina pertencentes à Região Oeste e Meio - Oeste:

R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) reais para Secretários e Servidores com Cargo de Nível Superior;

R\$ 200,00 (cento e cinquenta) reais para Servidores com cargo de Nível Médio, cargos comissionado e conselheiros tutelares;

R\$150,00 (cento e cinquenta) reais para Servidores com cargo de Nível alfabetização e cargos comissionados;

II – Para deslocamentos à Capital do Estado de Santa Catarina e para cidades localizadas nas Regiões Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Planalto Serrano, Litoral e Sul do Estado de Santa Catarina e em outras unidades da Federação, exceto a capital federal:

R\$ 500,00 (quinhentos) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 500,00 (quinhentos) reais para Secretários Municipais e Servidores de Cargo com Nível Superior;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para cargos comissionados e conselheiros tutelares;

R\$ 230,00 (duzentos e trinta) reais para Servidores de Cargo com Nível Médio e;

R\$ 230,00 (duzentos e trinta) reais para Servidores de cargo com Nível Alfabetização;

III – Para deslocamentos à Capital Federal:

R\$ 700,00 (setecentos) reais para Prefeito e Vice-Prefeito;

R\$ 700,00 (setecentos) reais para Secretários Municipais e Servidores de Cargo com Nível Superior;

R\$ 600,00 (seiscentos) reais para cargos comissionados e conselheiros tutelares;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Servidores de Cargo com Nível Médio;

R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para Servidores de cargo com Nível Alfabetização;

IV – para deslocamentos ao exterior – R\$ 1.000,00 (um mil) reais para Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 3º. A diária será concedida por dia de afastamento, assim considerado o período de 24 (vinte e quatro horas), ou fração superior a 12 (doze) horas, se houver necessidade de pernoite.

§ 4º. Não haverá indenização, a título de diárias, para os deslocamentos a Municípios pertencentes à microrregião da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI.

§ 5º. Havendo deslocamentos nos termos do parágrafo anterior, as despesas decorrentes com estadia e alimentação serão ressarcidas pelo regime de adiantamento, nos termos do art. 68, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Instrução Normativa nº TC 14/12 e Instrução Normativa nº 17/2013 ambas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O agente público que receber o valor das diárias e, por qualquer motivo, não se deslocar ao local mencionado no roteiro de viagem, restituirá o valor recebido, no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o agente retornar ao Município em prazo menor daquele previsto, restituirá o valor correspondente e proporcional, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 3º. Ha critério do Prefeito Municipal a indenização de diária poderá ser substituída com adiantamento de valores para o ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas, observadas as disposições do § 5º, do Art. 1º deste Decreto.

Art. 4º - As despesas com transporte serão custeadas através da aquisição, pelo município, de passagens rodoviárias ou aéreas, ou pelo regime de adiantamento, como despesas de pronto pagamento, observadas as disposições próprias deste regime, inclusive para o custeio das despesas com combustíveis, estacionamento e outras do veículo utilizado.

Paragrafo Único - As despesas com transporte de deslocamento no local de destino serão ressarcidas pelo município ao agente público mediante apresentação de comprovante emitido pelo transportador, desde que no mesmo conste, data, horário, trajeto percorrido e valor.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão suportadas por saldos orçamentários de dotações consignadas nos orçamentos do Município em cada exercício.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 223/2019 de 13 de março de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE JANEIRO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em data supra na forma da Lei.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2356, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380123

DECRETO Nº 2356, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

Aprova o Loteamento Vivapark Porto Belo 1 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no artigo 339 da Lei Complementar Municipal nº 33, de 10 de junho de 2011, a Lei Municipal nº 125, de 10 de setembro de 2019, e,

Considerando o Protocolo de Análise de Projeto de Parcelamento de Solo, da empresa Vokkan Porto Belo Urbanismo, datado de 14/12/2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento Vivapark Porto Belo 1, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, Bairro Perequê, neste Município, de propriedade da empresa Vokkan Porto Belo Urbanismo, inscrita no CNPJ sob o nº 30.233.263/0001-20, sob protocolo nº 6747/2018, passado para 24190/2018, Projeto Urbanístico aprovado em 06/11/2019, Projeto Hidrossanitário aprovado em 22/01/2020, Licenciamento Ambiental Prévio nº 033/2018, de 09/07/2018, Licenciamento Ambiental de Instalação nº 001/2020, de 19/02/2020.

Art. 2º O loteamento é formado por um terreno devidamente matriculado sob o nº 31.788, do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Belo, localizado em zona urbana, Frente com a Avenida Governador Celso Ramos, sem benfeitorias, bairro Perequê, neste Município, perfazendo uma área total de 450.817,67 m², com as seguintes medidas e confrontações:

I - Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto V01, de coordenadas N 6.993.556,4290m e E 737.627,0530m; deste segue confrontando com a propriedade de MARCIO ANTÔNIO DA SILVA E ELVIRA BEATRIZ MILECH DA SILVA (Matrícula 4.743, deste Ofício), com azimute de 162°02'23,00" por uma distância de 105,954m, até o ponto V02, de coordenadas N 6.993.455,6377m e E 737.659,7249m; deste segue com azimute de 72°04'56,87" por uma distância de 100,000m, até o ponto V03, de coordenadas N 6.993.486,4025m e E 737.754,8751m; deste segue confrontando com a propriedade de JORGE ALFREDO DE CASTRO MARGNI (Matrícula 4.742, deste Ofício), com azimute de 161°57'59,63" por uma distância de 19,772m, até o ponto V04, de coordenadas N 6.993.467,6022m e E 737.760,9959m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA APARECIDA MENDES CAMARGO (Matrícula 10.187, deste Ofício), com azimute de 207°24'10,97" por uma distância de 8,152m, até o ponto V05, de coordenadas N 6.993.460,3647m e E 737.757,2438m; deste segue com azimute de 222°18'14,64" por uma distância de 6,828m, até o ponto V06, de coordenadas N 6.993.455,3147m e E 737.752,6480m; deste segue com azimute de 197°21'24,58" por uma distância de 13,209m, até o ponto V07, de coordenadas N 6.993.442,7071m e E 737.748,7075m; deste segue com azimute de 181°35'51,00" por uma distância de 13,782m, até o ponto V08, de coordenadas N 6.993.428,9305m e E 737.748,3233m; deste segue confrontando com a RUA RUDY ARNALDO HINTZ, com azimute de 171°08'00,20" por uma distância de 3,713m, até o ponto V09, de coordenadas N 6.993.425,2619m e E 737.748,8956m; deste segue com azimute de 92°10'22,09" por uma distância de 16,572m, até o ponto V10, de coordenadas N 6.993.424,6337m e E 737.765,4552m; deste segue confrontando com terras de IMOBILIÁRIA LEOPOLDO ZARLING S/A (Matrícula nº 4.928 do Ofício de Registro de Imóveis de Tijucas-SC - área reservada 2 com 117,00 m² do Loteamento Jardim Dourado), com azimute de 86°22'59,91" por uma distância de 22,895m, até o ponto V11, de coordenadas N 6.993.426,0779m e E 737.788,3046m; deste segue confrontando com a RUA ADILSON CARLOS DA SILVA, com azimute de 86°22'59,91" por uma distância de 2,890m, até o ponto V12, de coordenadas N 6.993.426,2602m e E 737.791,1892m; deste segue com azimute de 142°00'03,47" por uma distância de 6,841m, até o ponto V13, de coordenadas N 6.993.420,8691m e E 737.795,4011m; deste segue com azimute de 144°14'12,56" por uma distância de 20,321m, até o ponto V14, de coordenadas N 6.993.404,3796m e E 737.807,2776m; deste segue com azimute de 149°26'20,54" por uma distância de 20,204m, até o ponto V15, de coordenadas N 6.993.386,9822m e E 737.817,5504m; deste segue com azimute de 161°54'59,62" por uma distância de 21,329m, até o ponto V16, de coordenadas N 6.993.366,7063m e E 737.824,1711m; deste segue com azimute de 166°07'03,87" por uma distância de 21,821m, até o ponto V17, de coordenadas N 6.993.345,5225m e E 737.829,4066m; deste segue com azimute de 169°16'54,68" por uma distância de 28,718m, até o ponto V18, de coordenadas N 6.993.317,3055m e E 737.834,7475m; deste segue com azimute de 168°05'11,89" por uma distância de 31,851m, até o ponto V19, de coordenadas N 6.993.286,1404m e E 737.841,3226m; deste segue com azimute de 148°46'28,33" por uma distância de 29,920m, até o ponto V20, de coordenadas N 6.993.260,5549m e E 737.856,8333m; deste segue com azimute de 145°55'49,64" por uma distância de 26,143m, até o ponto V21, de coordenadas N 6.993.238,8991m e E 737.871,4786m; deste segue com azimute de 142°07'33,79" por uma distância de 24,867m, até o ponto V22, de coordenadas N 6.993.219,2702m e E 737.886,7450m; deste segue com azimute de 144°10'11,49" por uma distância de 28,917m, até o ponto V23, de coordenadas N 6.993.195,8253m e E 737.903,6727m; deste segue com azimute de 161°26'52,45" por uma distância de 18,096m, até o ponto V24, de coordenadas N 6.993.178,6697m e E 737.909,4302m; deste segue confrontando com a propriedade de BROOKFIELD SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A (Matrícula 19.865, deste Ofício), com azimute de 241°54'45,06" por uma distância de 128,000m, até o ponto V25, de coordenadas N 6.993.118,4049m e E 737.796,5048m; deste segue confrontando com a propriedade de BROOKFIELD SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A (Matrícula 20.947, deste Ofício), com azimute de 233°32'20,75" por uma distância de 381,245m, até o ponto V26, de coordenadas N 6.992.891,8410m e E 737.489,8840m; deste segue com azimute de 233°32'20,75" por uma distância de 273,044m, até o ponto V27, de coordenadas N 6.992.729,5781m e E 737.270,2850m; deste segue confrontando com a propriedade de URBAMIX PROJETOS URBANOS LTDA, MARCA MÓVEIS LTDA, GABRIELA LAIS KNASEL E KORUS PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP (Matrícula 12.687, Ofício Porto Belo), com azimute de 312°11'56,14" por uma distância de 517,829m, até o ponto V28, de coordenadas N 6.993.077,4072m e E 736.886,6685m; deste segue com azimute de 275°13'06,11" por uma distância de 4,503m, até o ponto V29, de coordenadas N 6.993.077,8167m e E 736.882,1841m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA APARECIDA MENDES CAMARGO, SILVIA CRISTINA MENDES CAMARGO, CARLOS ADRIANO MENDES CAMARGO, LEONARDO MENDES

CAMARGO E FERNANDA DE FREITAS VIEIRA CAMARGO (Matrícula 31.276, Ofício Porto Belo), com azimute de 5°20'01,04" por uma distância de 93,018m, até o ponto V30, de coordenadas N 6.993.170,4318m e E 736.890,8306m; deste segue confrontando com a propriedade de MARIA APARECIDA MENDES CAMARGO, SILVIA CRISTINA MENDES CAMARGO, CARLOS ADRIANO MENDES CAMARGO, LEONARDO MENDES CAMARGO E FERNANDA DE FREITAS VIEIRA CAMARGO (Matrícula 31.277, Ofício Porto Belo), com azimute de 72°10'10,30" por uma distância de 330,669m, até o ponto V31, de coordenadas N 6.993.271,6831m e E 737.205,6162m; deste segue com azimute de 342°01'42,16" por uma distância de 140,000m, até o ponto V32, de coordenadas N 6.993.404,8525m e E 737.162,4198m; deste segue confrontando com a AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS, com azimute de 72°01'42,16" por uma distância de 36,817m, até o ponto V33, de coordenadas N 6.993.416,2121m e E 737.197,4402m; deste segue com azimute de 71°55'28,22" por uma distância de 104,182m, até o ponto V34, de coordenadas N 6.993.448,5367m e E 737.296,4810m; deste segue com azimute de 71°55'27,56" por uma distância de 347,734m, até o ponto V01, onde teve início essa descrição, totalizando a área de 450.817,67m². As coordenadas deste memorial descritivo estão referenciadas ao Datum Oficial Brasileiro SIRGAS 2000, projetadas no Sistema de Projeção Topográfica Local, cujo ponto origem é o marco denominado RN3, com coordenadas geodésicas iguais a (latitude= 27°09'42.618833"S, longitude= 48°36'26.738168"W) e coordenadas UTM iguais a (N=6993378.8767; E=737079.2558), convergência meridiana igual a -01°05'33.8400".

Art. 3º O loteador obriga-se a executar as seguintes obras:

- I - Ruas com pavimentação asfáltica;
- II - Guias e meio-fio de concreto;
- III - Rede coletora de esgoto;
- IV - Rede de distribuição de água potável;
- V - Rede de distribuição de água potável;
- VI - Rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 4º O cronograma para execução do Loteamento Vivapark Porto Belo 1 respeitará a seguinte programação, conforme descrito no Anexo I, a partir da publicação do presente Decreto:

- I - Topografia, canteiro de obras e documentação: até 4 (quatro) meses;
- II - Supressão de Vegetação: até 5 (cinco) meses;
- III - Terraplenagem: até 8 (oito) meses;
- IV - Drenagem Pluvial: até 29 (vinte e nove) meses;
- V - Rede Coletora de Esgoto: até 30 (trinta) meses;
- VI - Rede de Água Potável: até 33 (trinta e três) meses;
- VII - Rede Elétrica: até 30 (trinta) meses;
- VIII - Execução de meios-fios: até 25 (vinte e cinco) meses;
- IX - Execução de Pavimentação: até 28 (vinte e oito) meses;
- X - Execução de Calçadas: até 32 (trinta e dois) meses;
- XI - Execução de Paisagismo e Arborização: até 36 (trinta e seis) meses;
- XII - Sinalização e Obras de Finalização: até 36 (trinta e seis) meses.

Art. 5º O orçamento para a execução do referido projeto é de R\$ 18.197.400,00 (Dezoito milhões e cento e noventa e sete mil e quatrocentos reais).

Art. 6º As áreas a serem caucionadas para garantia da execução das obras, conforme Termo de Compromisso de Caução, com área total de 26.576,25m², são as abaixo descritas:

- I - Lote 01, da Quadra 09;
- II - Lote 01, da Quadra 19;
- III - Lote 01, da Quadra 20;
- IV - Lote 01, da Quadra 33;
- V - Lote 04, da Quadra 33;
- VI - Lote 01, da Quadra 31.

Art. 7º As áreas abaixo descritas serão transferidas ao domínio público:

I - Área Verde:

a) Área Verde 01: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida B, junto à divisa direita do Lote 08 da Quadra 01; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 24,71 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua A em linha reta numa distância de 32,76 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 34,53 metros, confrontando com o Lote 09 da Quadra 01; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 9,23 metros, 7,44 metros e 12,26 metros, confrontando com o Lote 08 da Quadra 01, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 870,38m².

b) Área Verde 02: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua A, junto à divisa direita do Lote 01 da Quadra 20; deste ponto segue em linha reta pelo alinhamento da Rua A numa distância de 41,25 metros; daí deflete à esquerda e segue em dois segmentos de reta: 20,01 metros, confrontando com a Rua A e 22,99 metros, confrontando com o Lote 13 da Quadra 02; daí deflete à direita e segue em cinco segmentos de reta: 11,25 metros, confrontando com o Lote 08 da Quadra 02, 22,50 metros, confrontando com o Lote 09 da Quadra 02, 22,50 metros, confrontando com o Lote 10 da Quadra 02, 22,50 metros, confrontando com o Lote 11 da Quadra 02 e 23,01 metros, confrontando com o Lote 12 da Quadra 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 50,11 metros, confrontando com Marcio Antônio da Silva e Elvira Beatriz Milech da Silva – Matrícula 4.743; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 76,94 metros, confrontando com Marcio Antônio da Silva e Elvira Beatriz Milech da Silva – Matrícula 4.743; daí deflete à direita e segue em nove segmentos de reta: 5,19 metros, 20,40 metros, 29,40 metros, 9,48 metros, 24,45 metros, 17,65 metros, 20,76 metros, 9,92 metros e 10,83 metros, confrontando com a Área de Preservação Permanente 01; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em

linha reta numa distância de 39,30 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 93,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 01; daí deflete à esquerda e segue em dois segmentos de reta: 80,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 01 e 8,04 metros, confrontando com a Rua B; daí deflete à direita em quatro segmentos: 24,88 metros, em curva e 27,89 metros, em linha reta, confrontando com o Lote 02 da Quadra 20, 17,71 metros, em linha reta, confrontando com o Lote 01 da Quadra 20 e 47,12 metros, em curva, confrontando com o Lote 01 da Quadra 20, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 21.405,41m².

c) Área Verde 03: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa da Rua Adilson Carlos da Silva; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 33,85 metros; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 18,60 metros, 22,64 metros e 5,41 metros, confrontando com a Área de Preservação Permanente 01; daí deflete à direita e segue em dois segmentos de reta: 7,73 metros, confrontando com Imobiliária Leopoldo Zarling S/A - Matrícula 4.928 e 2,890 metros, confrontando com a Rua Adilson Carlos da Silva; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 6,841 metros, 20,321 metros e 5,96 metros, confrontando com a Rua Adilson Carlos da Silva, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 834,66m².

d) Área Verde 04: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa da Área de Preservação Permanente 02; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 45,28 metros; daí deflete à direita e segue em nove segmentos de reta: 10,95 metros, 21,821 metros, 28,718 metros, 31,851 metros, 29,920 metros, 26,143 metros, 24,867 metros, 28,917 metros e 18,096 metros, confrontando com a Rua Adilson Carlos da Silva; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 89,27 metros, confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 19.865; daí deflete à direita e segue em treze segmentos de reta: 9,34 metros, 40,96 metros, 20,11 metros, 20,31 metros, 12,88 metros, 13,32 metros, 18,93 metros, 19,54 metros, 25,27 metros, 22,10 metros, 11,65 metros, 1,62 metros e 13,21 metros, confrontando com a Área de Preservação Permanente 02, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 9.200,12 m².

e) Área Verde 05: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua E, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 33; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua E em linha reta numa distância de 78,28 metros; daí deflete à esquerda e segue pelo alinhamento da Rua E em linha reta numa distância de 73,00 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 16,00 metros; daí deflete à direita em dez segmentos de reta: 20,93 metros, 23,45 metros, 23,31 metros, 14,93 metros, 3,96 metros, 7,77 metros, 18,02 metros, 19,80 metros, 42,66 metros e 51,28 metros, confrontando com a Área de Preservação Permanente 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 107,20 metros, confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 23,52 metros; daí deflete à direita e segue em dois segmentos de reta: 6,57 metros e 11,32 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 33; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 36,99 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 33; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 9,24 metros, confrontando com o Lote 02 da Quadra 33; daí deflete à esquerda e segue em dois segmentos de reta: 30,00 metros, confrontando com o Lote 02 da Quadra 33 e 5,95 metros, confrontando com o Lote 03 da Quadra 33; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 38,44 metros, 22,98 metros e 13,07 metros, confrontando com o Lote 04 da Quadra 33; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 27,42 metros, confrontando com o Lote 04 da Quadra 33, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 15.472,47m².

f) Área Verde 06: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua H, junto à divisa direita do Lote 01 da Quadra 12; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua H em dois segmentos de reta: 58,27 metros e 101,70 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua A em linha reta numa distância de 154,59 metros; daí deflete à direita e segue em cinco segmentos: 43,79 metros, em curva, 51,08 metros, em curva e 64,63 metros, em linha reta, confrontando com o Lote 01 da Quadra 19, 20,00 metros, em linha reta e 31,42 metros, em curva, confrontando com o Lote 02 da Quadra 19; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 33,25 metros, confrontando com o Lote 06 da Quadra 16; daí deflete à esquerda e segue em dois segmentos de reta: 31,50 metros, confrontando com o Lote 06 da Quadra 16 e 31,50 metros, confrontando com o Lote 05 da Quadra 16; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 33,25 metros, confrontando com o Lote 03 da Quadra 16, 33,25 metros, confrontando com o Lote 02 da Quadra 16 e 33,25 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 16; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 78,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 12,00 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 12; daí deflete à esquerda e segue em três segmentos: 3,14 metros, em curva, 28,00 metros, em linha reta e 3,14 metros, em curva, confrontando com o Lote 01 da Quadra 12; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 12,00 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 12, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 27.153,08m².

g) Área Verde 07: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua H, junto à divisa da Maria Aparecida Mendes Camargo, Sílvia Cristina Mendes Camargo, Carlos Adriano Mendes Camargo, Leonardo Mendes Camargo e Fernanda de Freitas Vieira Camargo – Matrícula 31.277; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 55,95 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua M em linha reta numa distância de 39,89 metros; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 20,24 metros, 29,47 metros e 22,20 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 05; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 53,85 metros, confrontando com Maria Aparecida Mendes Camargo, Sílvia Cristina Mendes Camargo, Carlos Adriano Mendes Camargo, Leonardo Mendes Camargo e Fernanda de Freitas Vieira Camargo – Matrícula 31.277, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 3.131,28m².

h) Área Verde 08: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua H, junto à divisa direita do Lote 01 da Quadra 31; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 3,04 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros, confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua I em linha reta numa distância de 43,53 metros; daí deflete à direita e segue em cinco segmentos de reta: 22,06 metros, 17,29 metros, 13,50 metros, 15,92 metros e 6,32 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 31, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 1.472,96m².

i) Área Verde 09: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua K, junto à divisa direita do Lote 15 da Quadra 21; deste

ponto segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 28,49 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 33,19 metros, confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 154,66 metros, confrontando com Urbamix Projetos Urbanos LTDA, Marca Móveis LTDA, Gabriela Lais Knasel e Korus Participações LTDA – EPP – Matrícula 12.687; daí deflete à direita e segue em dois segmentos de reta: 15,99 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 21 e 17,00 metros, confrontando com o Lote 02 da Quadra 21; daí deflete à direita e segue em onze segmentos de reta: 3,40 metros, confrontando com o Lote 05 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 06 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 07 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 08 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 09 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 10 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 11 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 12 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 13 da Quadra 21, 12,00 metros, confrontando com o Lote 14 da Quadra 21 e 12,00 metros, confrontando com o Lote 15 da Quadra 21; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Lote 15 da Quadra 21, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 3.598,38m².

II - Área de Interesse Social:

- a) Lote 08, da Quadra 04, com área de 360,00m²;
- b) Lote 15, da Quadra 07, com área de 360,00m²;
- c) Lote 06, da Quadra 14, com área de 360,00m²;
- d) Lote 16, da Quadra 14, com área de 360,00m²;
- e) Lote 15, da Quadra 23, com área de 360,00m².

III - Área de Equipamento Urbano e Comunitário:

a) Equipamento Comunitário 01: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa da Área Verde 02; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 80,00 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua C em linha reta numa distância de 93,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 80,00 metros, confrontando com a Área Verde 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 93,00 metros, confrontando com a Área Verde 02, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 7.440,00m².

b) Equipamento Comunitário 02: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua G, junto à divisa do Equipamento Urbano 03; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua G em linha reta numa distância de 63,00 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua F em linha reta numa distância de 114,00 metros; daí deflete à direita e segue em quatro segmentos de reta: 30,75 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 26, 30,75 metros, confrontando com o Lote 02 da Quadra 26, 30,75 metros, confrontando com o Lote 03 da Quadra 26 e 30,75 metros, confrontando com o Lote 04 da Quadra 26; daí deflete à direita e segue em três segmentos de reta: 28,00 metros, confrontando com o Lote 06 da Quadra 26, 28,00 metros, confrontando com o Lote 07 da Quadra 26 e 28,00 metros, confrontando com o Lote 08 da Quadra 26; daí deflete à direita e segue em dois segmentos de reta: 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 04 e 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Urbano 03; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Urbano 03, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 12.222,00m².

c) Equipamento Urbano 03: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua G, junto à divisa do Equipamento Comunitário 04; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua G em linha reta numa distância de 30,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 04, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 900,00m².

d) Equipamento Comunitário 04: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua G, junto à divisa do Lote 09 da Quadra 26; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua G em linha reta numa distância de 30,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Urbano 03; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Equipamento Comunitário 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o Lote 09 da Quadra 26, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 900,00m².

e) Equipamento Comunitário 05: A descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua P, junto à divisa direita do Lote 01 da Quadra 09; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua P em linha reta numa distância de 30,00 metros; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 60,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com a Rua Q; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros, confrontando com o Lote 01 da Quadra 09, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 1.800,00m².

IV - Descrição do Sistema Viário:

a) Avenida A: Localizada entre a Rua Adilson Carlos da Silva e Urbamix Projetos Urbanos LTDA, Marca Móveis LTDA, Gabriela Lais Knasel e Korus Participações LTDA – EPP – Matrícula 12.687, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua Adilson Carlos da Silva, junto à divisa esquerda da Área Verde 03; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua Adilson Carlos da Silva em linha reta numa distância de 14,24 metros; daí segue pelo alinhamento da Rua Adilson Carlos da Silva em linha reta numa distância de 10,38 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 129,13 metros da Área Verde 04 até a Área Verde 05; daí segue pelo alinhamento da Rua

E em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 80,00 metros do Lote 03 ao Lote 01 da Quadra 28; daí segue pelo alinhamento da Rua C em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 80,00 metros do Lote 03 ao Lote 01 da Quadra 17; daí segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 22,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 153,00 metros do Lote 05 ao Lote 01 da Quadra 26; daí segue pelo alinhamento da Rua F em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 02 ao Lote 01 da Quadra 25; daí segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 24; daí segue pelo alinhamento da Rua I em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 23; daí segue pelo alinhamento da Rua J em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 22; daí segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 70,58 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 21; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 24,46 metros confrontando com Urbamix Projetos Urbanos LTDA, Marca Móveis LTDA, Gabriela Lais Knasel e Korus Participações LTDA – EPP – Matrícula 12.687; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 75,29 metros do Lote 27 ao Lote 24 da Quadra 06; daí segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 13 ao Lote 10 da Quadra 13; daí segue pelo alinhamento da Rua J em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 13 ao Lote 10 da Quadra 14; daí segue pelo alinhamento da Rua I em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 13 ao Lote 10 da Quadra 15; daí segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 133,00 metros do Lote 01 ao Lote 04 da Quadra 16; daí segue pelo alinhamento da Rua D em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 17; daí segue pelo alinhamento da Avenida B – Via de Pedestres em linha reta numa distância de 22,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 18; daí segue pelo alinhamento da Rua C em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 226,96 metros do Equipamento Comunitário 01 até a Área Verde 03, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 20.907,44m².

b) Avenida B: Localizada entre a Faixa de Domínio Avenida Governador Celso Ramos e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Faixa de Domínio Avenida Governador Celso Ramos, junto à divisa direita do Lote 08 da Quadra 01; deste ponto segue pelo alinhamento da Faixa de Domínio Avenida Governador Celso Ramos em linha reta numa distância de 42,98 metros; daí deflete à direita e segue em curva numa distância de 15,17 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 02; daí segue em linha reta numa distância de 75,60 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 02; daí segue pelo alinhamento da Rua A em linha reta numa distância de 13,73 metros; daí segue em linha reta numa distância de 128,62 metros do Lote 01 ao Lote 02 da Quadra 20; daí segue pelo alinhamento da Rua B em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 18; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 22,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 17; daí segue pelo alinhamento da Rua B em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 136,07 metros do Lote 02 ao Lote 01 da Quadra 19; daí segue pelo alinhamento da Rua A em linha reta numa distância de 13,73 metros; daí segue em linha reta numa distância de 78,11 metros da Área Verde 01 até o Lote 08 da Quadra 01; daí segue em curva numa distância de 14,94 metros confrontando com o Lote 08 da Quadra 01. Localizada entre a Avenida A e Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa esquerda do Lote 01 da Quadra 27; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 22,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 01 ao Lote 06 da Quadra 27; daí segue pelo alinhamento da Rua E em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 119,40 metros do Lote 03 da Quadra 33 até a Área Verde 05; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 22,00 metros confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,31 metros confrontando com o Lote 14 da Quadra 32; daí segue pelo alinhamento da Rua G em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 144,00 metros do Lote 09 ao Lote 05 da Quadra 26, encerrando uma área de 11.441,73m².

c) Rua A: Localizada entre a Rua H e a Avenida B, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida B, junto à divisa esquerda da Área Verde 01; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 13,73 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 204,17 metros do Lote 01 da Quadra 19 até a Área Verde 06; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 18,39 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 212,76 metros do Lote 16 da Quadra 01 até a Área Verde 01. Localizada entre a Avenida B e a Área Verde 02, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida B, junto à divisa direita do Lote 01 da Quadra 20; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 13,73 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 130,98 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 02; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 7,01 metros confrontando com o Lote 13 da Quadra 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 20,00 metros confrontando com o Lote 13 da Quadra 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 20,01 metros confrontando com a Área Verde 02; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 146,57 metros da Área Verde 02 até o Lote 01 da Quadra 20, encerrando uma área de 4.784,23m².

d) Rua B: Localizada entre a Rua D e a Avenida B, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida B, junto à divisa direita do Lote 02 da Quadra 19; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 17; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua D em linha reta numa distância de 18,38 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 93,00 metros confrontando com o Lote 02 da Quadra 19. Localizada entre a Avenida B e a Rua C, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida B, junto à divisa direita do Lote 01 da Quadra 18; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 93,00 metros do Lote 02 da Quadra 20 até a Área Verde 02; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua C em linha reta numa distância de 18,38 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 18, encerrando uma área de 2.249,00m².

e) Rua C: Localizada entre a Rua B e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua B, junto à divisa esquerda do Lote 01 da Quadra 18; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua B em linha reta numa distância de 18,38 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 93,00 metros confrontando com o Equipamento Comunitário 01; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 18. Localizada entre a Avenida A e a Rua E, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 03 da Quadra 27; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 01 ao Lote 06 da Quadra 28; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua E em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 03 da Quadra 27, encerrando uma área de 1.904,50m².

f) Rua D: Localizada entre a Rua B e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua B, junto à divisa esquerda do Lote 06 da Quadra 16; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua B em linha reta numa distância de 18,38 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 80,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 17; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 93,00 metros do Lote 04 ao Lote 06 da Quadra 16, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 1.124,50m².

g) Rua E: Localizada entre a Avenida A e a Avenida B, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 03 da Quadra 28; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 73,00 metros confrontando com a Área Verde 05; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 186,00 metros da Área Verde 05 até o Lote 03 da Quadra 33; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 80,00 metros do Lote 06 ao Lote 04 da Quadra 27; daí segue pelo alinhamento da Rua C em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 80,00 metros do Lote 06 ao Lote 04 da Quadra 28; daí deflete à esquerda segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 03 da Quadra 28, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 3.198,00m².

h) Rua F: Localizada entre a Avenida A e a Rua G, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 02 da Quadra 25; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 144,00 metros do Lote 01 da Quadra 26 até o Equipamento Comunitário 02; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua G em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 144,00 metros do Lote 09 ao Lote 02 da Quadra 25, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 1.872,00m².

i) Rua G: Localizada entre a Rua H e a Avenida B, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Avenida B, junto à divisa direita do Lote 09 da Quadra 26; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida B em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 226,00 metros do Lote 14 ao Lote 02 da Quadra 32; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 12 ao Lote 09 da Quadra 25; daí segue pelo alinhamento da Rua F em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 153,00 metros do Equipamento Comunitário 02 até o Lote 09 da Quadra 26, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 4.068,00m².

j) Rua H: Localizada entre a Rua A e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua A, junto à divisa direita do Lote 16 da Quadra 01; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua A em linha reta numa distância de 18,39 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 101,70 metros confrontando com a Área Verde 06; daí segue em linha reta numa distância de 198,27 metros da Área Verde 06 até o Lote 01 da Quadra 16; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 10 ao Lote 04 da Quadra 15; daí segue pelo alinhamento da Rua L em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 11; daí segue pelo alinhamento da Rua M em linha reta numa distância de 13,14 metros; daí segue em linha reta numa distância de 110,95 metros da Área Verde 07 até Maria Aparecida Mendes Camargo, Sílvia Cristina Mendes Camargo, Carlos Adriano Mendes Camargo, Leonardo Mendes Camargo e Fernanda de Freitas Vieira Camargo – Matrícula 31.277. Localizada entre a Avenida A e Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 24; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 144,00 metros do Lote 01 ao Lote 12 da Quadra 25; daí segue pelo alinhamento da Rua G em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 29,41 metros do Lote 02 ao Lote 01 da Quadra 32; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 13,00 metros confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 63,36 metros da Área Verde 08 até o Lote 01 da Quadra 31; daí segue pelo alinhamento da Rua R em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 10 ao Lote 04 da Quadra 24, encerrando uma área de 6.493,04m².

k) Rua I: Localizada entre a Rua L e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua L, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 14; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua L em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 15; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 10 ao Lote 04 da Quadra 14. Localizada entre a Avenida A e Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 23; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 24; daí segue pelo alinhamento da Rua R em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 63,12 metros do Lote 01 da Quadra 31 até a Área verde 08; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 20,00 metros confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula

20.947; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 19,50 metros confrontando com o Lote 09 da Quadra 30; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 7,00 metros confrontando com o Lote 08 da Quadra 30; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 43,57 metros do Lote 08 ao Lote 06 da Quadra 30; daí segue pelo alinhamento da Rua R em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 10 ao Lote 04 da Quadra 23, encerrando uma área de 4.115,74m².

l) Rua J: Localizada entre a Rua L e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua L, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 13; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua L em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 14; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 10 ao Lote 04 da Quadra 13. Localizada entre a Avenida A e Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 22; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 23; daí segue pelo alinhamento da Rua R em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 62,83 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 30; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 20,00 metros confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 19,50 metros confrontando com o Lote 09 da Quadra 29; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 7,00 metros confrontando com o Lote 08 da Quadra 29; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 43,28 metros do Lote 08 ao Lote 06 da Quadra 29; daí segue pelo alinhamento da Rua R em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 10 ao Lote 04 da Quadra 22, encerrando uma área de 4.111,96m².

m) Rua K: Localizada entre a Rua Q e a Avenida A, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua Q, junto à divisa direita do Lote 09 da Quadra 04; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua Q em linha reta numa distância de 22,35 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 90,88 metros confrontando com Maria Aparecida Mendes Camargo, Silvia Cristina Mendes Camargo, Carlos Adriano Mendes Camargo, Leonardo Mendes Camargo e Fernanda de Freitas Vieira Camargo – Matrícula 31.277; daí deflete à direita segue em linha reta numa distância de 57,13 metros do Lote 10 ao Lote 07 da Quadra 05; daí segue pelo alinhamento da Rua O em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 12 ao Lote 09 da Quadra 08; daí segue pelo alinhamento da Rua M em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 12 ao Lote 09 da Quadra 10; daí segue pelo alinhamento da Rua L em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 13; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 80,00 metros do Lote 24 ao Lote 20 da Quadra 06; daí segue pelo alinhamento da Rua Q em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros confrontando com o Equipamento Comunitário 05; daí segue pelo alinhamento da Rua P em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 100,00 metros do Lote 09 ao Lote 04 da Quadra 07; daí segue pelo alinhamento da Rua O em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 47,84 metros do Lote 03 ao Lote 01 da Quadra 04; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 63,40 metros do Lote 01 ao Lote 09 da Quadra 04. Localizada entre a Avenida A e Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Avenida A, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 21; deste ponto segue pelo alinhamento da Avenida A em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 115,00 metros do Lote 01 ao Lote 13 da Quadra 22; daí segue pelo alinhamento da Rua R em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 62,54 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 29; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 13,00 metros confrontando com Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A – Matrícula 20.947; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 190,49 metros da Área Verde 09 até o Lote 04 da Quadra 21, encerrando uma área de 7.788,81m².

n) Rua L: Localizada entre a Rua H e a Rua K, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua H, junto à divisa direita do Lote 04 da Quadra 11; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 15; daí segue pelo alinhamento da Rua I em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 14; daí segue pelo alinhamento da Rua J em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 13; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 18,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 100,00 metros do Lote 09 ao Lote 04 da Quadra 10; daí segue pelo alinhamento da Rua N em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 93,00 metros do Lote 08 ao Lote 04 da Quadra 11, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 3.708,00m².

o) Rua M: Localizada entre a Rua H e a Rua K, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua H, junto à divisa esquerda da Área Verde 07; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 13,14 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 93,00 metros do Lote 01 ao Lote 11 da Quadra 11; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua N em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 94,89 metros do Lote 01 da Quadra 05 até Área Verde 07. Localizada entre a Rua N e a Rua K, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Rua N, junto à divisa esquerda do Lote 04 da Quadra 08; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua N em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 100,00 metros do Lote 01 ao Lote 12 da Quadra 10; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 100,00 metros do Lote 09 ao Lote 04 da Quadra 08, encerrando uma área de 2.521,30m².

p) Rua N: Localizada entre a Rua O e a Rua L, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua O, junto à divisa esquerda do Lote 01 da Quadra 08; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua O em linha reta numa distância de 18,38 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 73,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 05; daí segue pelo alinhamento da Rua M em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 11 ao Lote 08 da Quadra

11; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua L em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 10; daí segue pelo alinhamento da Rua M em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 08, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 1.813,50m².

q) Rua O: Localizada entre a Rua N e a Rua K, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua N, junto à divisa esquerda do Lote 02 da Quadra 05; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua N em linha reta numa distância de 18,38 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 100,00 metros do Lote 01 ao Lote 12 da Quadra 08; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 113,00 metros do Lote 07 ao Lote 02 da Quadra 05. Localizada entre a Rua K e a Rua Q, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Rua K, junto à divisa esquerda do Lote 03 da Quadra 04; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 07; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Q em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 06 ao Lote 03 da Quadra 04. Localizada entre a Rua Q e Urbamix Projetos Urbanos LTDA, Marca Móveis LTDA, Gabriela Lais Knasel e Korus Participações LTDA – EPP – Matrícula 12.687, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Rua Q, junto à divisa esquerda do Lote 04 da Quadra 03; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua Q em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 54,54 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 06; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 20,38 metros confrontando com Urbamix Projetos Urbanos LTDA, Marca Móveis LTDA, Gabriela Lais Knasel e Korus Participações LTDA – EPP – Matrícula 12.687; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 21,46 metros confrontando com o Lote 07 da Quadra 03; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 7,00 metros confrontando com o Lote 06 da Quadra 03; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 37,00 metros do Lote 06 ao Lote 04 da Quadra 03, encerrando uma área de 3.035,49m².

r) Rua P: Localizada entre a Rua K e a Rua Q, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua K, junto à divisa esquerda do Lote 09 da Quadra 07; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Equipamento Comunitário 05 até o Lote 01 da Quadra 09; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Q em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 12 ao Lote 09 da Quadra 07, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 780,00m².

s) Rua Q: Localizada entre a Rua K e a Rua K, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua K, junto à divisa esquerda do Lote 01 da Quadra 03; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 22,35 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 68,33 metros do Lote 09 ao Lote 06 da Quadra 04; daí segue pelo alinhamento da Rua O em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 100,00 metros do Lote 01 ao Lote 12 da Quadra 07; daí segue pelo alinhamento da Rua P em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 60,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 09; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 01 da Quadra 09 até o equipamento Comunitário 05; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 73,00 metros do Lote 20 ao Lote 17 da Quadra 06; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 186,00 metros do Lote 16 ao Lote 04 da Quadra 06; daí segue pelo alinhamento da Rua O em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí segue em linha reta numa distância de 86,51 metros do Lote 04 ao Lote 01 da Quadra 03, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 4.373,44m².

t) Rua R: Localizada entre a Rua H e a Rua I, a descrição tem início num ponto situado no alinhamento da Rua H, junto à divisa esquerda do Lote 10 da Quadra 24; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua H em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra 31; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua I em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 13 ao Lote 10 da Quadra 24. Localizada entre a Rua I e a Rua J a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Rua I, junto à divisa esquerda do Lote 10 da Quadra 23; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua I em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 06 ao Lote 04 da Quadra 30; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua J em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 13 ao Lote 10 da Quadra 23. Localizada entre a Rua J e a Rua K, a descrição tem continuidade num ponto situado no alinhamento da Rua J, junto à divisa esquerda do Lote 10 da Quadra 22; deste ponto segue pelo alinhamento da Rua J em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 06 ao Lote 04 da Quadra 29; daí deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua K em linha reta numa distância de 13,00 metros; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 60,00 metros do Lote 13 ao Lote 10 da Quadra 22, encerrando uma área de 2.340,00m².

Art. 8º Para garantia das obras e serviços de infra-estrutura básica exigida para o loteamento, dar-se-á em caução área de terreno correspondente ao custo da realização destas obras e serviços, excluídas as áreas transferidas ao domínio público por imposição legal, conforme especificada no artigo 6º.

§ 1º A caução será formalizada mediante escritura pública que deverá ser levada ao Registro de Imóveis no ato do registro do loteamento.

§ 2º Concluídas as obras e serviços de infra-estruturas aprovadas, o Município liberará as garantias de execução após emissão do certificado de vistoria de conclusão de obras.

Art. 9º A loteadora terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para que seja submetido ao Registro de Imóveis, sob pena de caducidade desta aprovação.

Art. 10. Fica obrigada a loteadora no ato do registro do Projeto de loteamento a transferir por Escritura Pública ao Município de Porto Belo, sem qualquer ônus, o domínio das vias de circulação e demais área previstas legalmente, além de providenciar, após o registro, o encaminhamento das matrículas atualizadas à Secretaria de Municipal de Finanças de Porto Belo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2360 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379918

DECRETO Nº 2.360, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019".
O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 366.233,70 (Trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e setenta centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Administração

Funcional Programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2.008 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03890900 - SF Alienações de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 28.254,00

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 0012.0361.0011

Atividade: 2.040 – Conservação do Patrimônio Público no Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03500001 - SF: Royalties do Petróleo - Educação

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 06360000 - SF: Salário Educação

Valor: R\$ 7.059,48

Fonte de Recurso: 06190000 - SF: Transferências do FUNDEB - 40%

Valor: R\$ 15.130,43

Funcional Programática: 0012.0365.0011

Atividade: 2.044 – Conservação do Patrimônio Público na Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03500001 - SF: Royalties do Petróleo - Educação

Valor: R\$ 40.614,02

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 0010.0305.0018

Atividade: 2.060 – Manutenção das atividades de Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03380862 - SF: SUS/União - VS Vig. Epidemio

Valor: R\$ 46.936,57

Fonte de Recurso: 06380074 - SF: Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS

Valor: R\$ 37.512,39

Funcional Programática: 0010.0302.0018

Atividade: 2.055 – Manutenção das atividades de média e alta complexidade na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 06380055 - SF: MAC - Teto da Média e Alta Complexidade

Valor: R\$ 180.726,81

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos recursos Alienações de Bens - Outros Programas na importância de R\$ 28.254,00 (Vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), Royalties do Petróleo - Educação na importância de R\$ 50.614,02 (Cinquenta mil, seiscentos quatorze reais e dois centavos), Salário Educação na importância de R\$ 7.059,48 (Sete mil, cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos), Transferências do FUNDEB - 40% na importância de R\$ 15.130,43 (Quinze mil, cento e trinta reais e quarenta e três centavos), SUS/União - VS Vig. Epidemio na importância de R\$ 46.936,57 (Quarenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos), Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS na importância de R\$ 37.512,39 (Trinta e sete mil, quinhentos e doze reais e trinta e nove centavos) e MAC - Teto da Média e Alta Complexidade na importância de R\$ 180.726,81 (Cento e oitenta mil, setecentos e vinte e seis reais e oitenta e um centavos), totalizando a importância de R\$ 366.233,70 (Trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e setenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 de fevereiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2361 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380148

DECRETO Nº 2.361, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 56.987,00 (Cinquenta e seis mil e novecentos e oitenta e sete reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0006.0182.0007

Atividade: 2.025 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01120200 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

Valor: R\$ 51.987,00

Atividade: 2.026 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 56.987,00 (Cinquenta e seis mil e novecentos e oitenta e sete reais):

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0006.0182.0007

Atividade: 2.025 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01120200 - Convênio de Trânsito - Prefeitura

Valor: R\$ 51.987,00

Atividade: 2.026 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 de fevereiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2363, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380248

DECRETO Nº 2363, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Instaura Procedimento Administrativo e Institui Comissão Mista Temporária, com intuito de apurar possíveis vícios no TAC do Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê e a possível conduta ilegal de ex-servidor da FAMAP.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando as notícias divulgadas na mídia municipal e regional, quanto à possível conduta ilegal, na formalização do Termo de Ajustamento de Conduta do Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê, praticada pelo ex-servidor da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo, Sr. J. O. L. de A., no tempo em que ocupava o cargo de Procurador Ambiental;

Considerando o poder investido ao Município de Porto Belo para fiscalizar as condutas dos servidores daquela Fundação Autárquica;

Considerando a necessidade de apurar eventuais ilegalidades na formalização do Termo de Ajustamento de Conduta do Parque Municipal da Lagoa do Perequê que possa culminar em nulidade;
Considerando a necessidade de apurar a possível conduta ilegal do Sr. J. O. L. de A. ao tempo que ocupava o cargo de Procurador Ambiental;
Considerando a necessidade de dar encaminhamento pertinente, quanto a supostas condutas ilegais que venham ser constatadas;
Considerando a busca de transparência dos atos realizados na esfera municipal, embasada nos princípios norteadores da administração pública;
DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo, com intuito de apurar a ocorrência de eventual vício no TAC do Parque Natural Municipal da Lagoa do Perequê, bem como a suposta conduta ilegal do ex-servidor da FAMAP, Sr. J. O. L. de A., no tempo em que ocupava o cargo de Procurador Ambiental.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Mista Temporária, formada por servidores públicos do Município de Porto Belo e da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP, para instruir o processo administrativo supracitado.

Art. 3º Por dever de cautela deverá ser observado o que dispõe a legislação e o princípio da moralidade para a composição da Comissão, não podendo fazer parte, nem atuar em diligência, amigo íntimo ou inimigo, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau do Investigado, tampouco, integrantes que participaram diretamente da elaboração do citado TAC e dos Licenciamentos e Autorizações Ambientais.

Art. 4º Observando, os preceitos acima, a Comissão será formada pelos seguintes servidores:

I - Presidente: Gilmar Monteiro Baltazar - Consultora Legislativa;

II - Secretário: Ricardo Cavalheiro - Procurador Ambiental;

III - Membro: Marcos Leandro Maciel - Procurador Municipal;

IV - Membro: Luíza Marthendal de Campos - Agente Fiscal Ambiental;

V - Membro: Lisiane Dutra Glavam - Procuradora Municipal;

VI - Membro Suplente: Sandra Mara Muller - Procuradora Municipal.

Art. 5º Após a instauração, a Comissão realizará a primeira reunião, na qual se decidirá a respeito das diligências e demais medidas a serem efetivadas, bem como, sobre a fixação de agenda para tomar os devidos depoimentos, sendo que, todos os atos serão lavrados em ata.

Art. 6º Os atos procedimentais deverão estar insculpidos nos princípios do contraditório e ampla defesa, utilizando para tanto as normas aplicáveis, municipais, estaduais e federais.

Art. 7º Ao final dos trabalhos será realizado relatório final, elaborado de forma criteriosa, objetiva e com absoluta isenção de ânimo, voltada exclusivamente para a veracidade dos fatos.

Art. 8º Apurado qualquer irregularidade ou ilegalidade o Procedimento Administrativo será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município para as medidas cabíveis.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EXTRATO CONTRATO 001/2020 - FMEDUCA

Publicação Nº 2379994

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 001/2020 – FMEDUCA

OBJETO: Este contrato estabelece cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, e a “formação para o trabalho”, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

VALOR: R\$ 46.255,68 (Quarenta e seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 23/01/2020

Porto Belo, 23 de Janeiro de 2020.

Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 002/2020 - FMEDUCA

Publicação Nº 2379995

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2020 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 002/2020 – FMEDUCA

OBJETO: Contratação de auxílio transporte, visando atender 35 estudantes residentes no bairro Sertão do Valongo, Porto Belo/SC, pautando-se na Lei Municipal nº 2690/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Viação Praiana Ltda

VALOR: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: Até 31 de Dezembro de 2020

DATA DA ASSINATURA: 12/02/2020

Porto Belo, 12 de Fevereiro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 003/2020 - FMEDUCA

Publicação Nº 2379997

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL 004/2020 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 003/2020 – FMEDUCA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de módulos escolares para salas de aula, no NDI Clube do Cebolinho e na Escola Municipal Nair Rebelo dos Santos e Cobertura Metálica na Escola Municipal Francisco José Marques no Município de Porto Belo/SC, conforme Projetos Básicos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro e com o Anexo I, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Construtora WDD Ltda

VALOR: R\$ 814.264,74 (Oitocentos e quatorze mil duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2020

Porto Belo, 19 de Fevereiro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 004/2020 - FMEDUCA

Publicação Nº 2380000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2020 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 004/2020 – FMEDUCA

OBJETO: Contratação assessoria e consultoria contábil financeira, patrimonial e orçamentária aplicadas ao setor público para o Fundo Municipal de Educação.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CONAR CONSULTORIA, ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES EIRELI

VALOR: R\$ 10.200,00 (Dez mil duzentos reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 21/02/2020

Porto Belo, 21 de Fevereiro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 931/2020

Publicação Nº 2380351

DECRETO Nº 931, de 27 de fevereiro de 2020.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA HERCULANO ANTONIO FANTIN, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 742, de 22 de maio de 2019 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2020.

Porto União (SC), 27 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO N° 020/2020 DE 20/02/2020 DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação N° 2383902

DECRETO N° 020/2020 de 20/02/2020

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.1.006 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

(1) 4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

TOTAL R\$ 27.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 20 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020 PMPG

Publicação Nº 2379962

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UM EVENTUAL FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA O MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 12/03/2020

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 08:45 HORAS DO DIA 12/03/2020.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

EVERSON M. G. CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.445/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380359

Decreto nº D/4.445/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

Homologa a Errata à Resolução nº 002/2020, de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal de Saúde.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Fica homologada a Errata à Resolução nº 002/2020, de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal de Saúde, que emite parecer aprovando o Relatório Anual de Prestação de Contas, referente ao ano de 2019, conforme Ata nº 02/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 28/02/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

DECRETO N. D/4.446/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380366

Decreto nº D/4.446/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

Homologa a Resolução nº 002/2020, de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 002/2020, de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que emite parecer aprovando por unanimidade o Relatório de Prestação de Contas Anual do FIA, referente ao ano de 2019, conforme Ata nº 002/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 28/02/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

DECRETO N. D/4.447/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380369

Decreto nº D/4.447/2020, de 28 de fevereiro de 2020.

Homologa a Resolução nº 003/2020, de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 003/2020, de 27 de fevereiro de 2020, do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que emite parecer aprovando por unanimidade o Relatório de Atividades do Conselho Tutelar de Presidente Castello Branco, conforme Ata nº 002/2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 28 de fevereiro de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 28/02/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO N. 03/UNOESC/19.

Publicação N° 2379695

Extrato do Primeiro Termo Aditivo n. 03/UNOESC/20.
Convênio n. 04/UNOESC/19.

Conveniados:	Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Joaçaba, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc e o Município de Presidente Castello Branco.
Objeto:	As partes de comum acordo, pactuam para incluir nas obrigações estabelecidas na cláusula segunda do Convênio n. 0005343522118505/02/19/PJ, o comprometimento do pagamento das despesas de moradia dos acadêmicos de Medicina, durante a realização do estágio obrigatório na rede municipal de saúde do Município de Presidente Castello Branco. Os pagamentos das despesas de moradia serão efetuados pelo Município de Presidente Castello Branco diretamente ao Locatário do Imóvel, estabelecendo o limite de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).
Data da assinatura:	17/02/2020.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 023/2019

Publicação Nº 2379893

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 023/2019

COMODANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

CNPJ: 83.102.434/0001-20

COMODATÁRIA: ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA

CNPJ: 24.624.316/0001-12

OBJETO: COMODANTE É PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO PAS/AUTOMÓVEL, MOVIDO A ALCOOL/GASOLINA, MASRCA/MODELO VW/GOL 1.0 ECOMOTION GIV, ANO DE FABRICAÇÃO 2010, MODELO 2011, CATEGORIA OFICIAL, COR BRANCA MGN 9468, CHASSI 9BWA-A05WAB9024090.

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Presidente Getúlio, 28 de fevereiro de 2020

Nelson Virtuoso - Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2020 RETIFICADO

Publicação Nº 2379961

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2020

EDITAL RETIFICADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORMA DO PREGÃO: ELETRÔNICO - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: de 28/02/2020 até às 09h00min do dia 12/03/2020. Limite para impugnação deste edital até às 09h00min do dia 10/03/2020. Início da sessão: dia 12/03/2019, às 09h15min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.presidentegetulio.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47) 3352 5500.

Presidente Getúlio, 28 de fevereiro de 2020.

Andrei Ideker - Pregoeiro

Nelson Virtuoso – Prefeito

PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2019

Publicação Nº 2379738

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2019

DO CONVITE Nº 01/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, APOIO ADMINISTRATIVO, ACOMPANHAMENTO E TREINAMENTO AOS FISCALIS E FUNCIONÁRIOS DO SETOR TRIBUTÁRIO

CONTRATADA: RF ASSESSORIA LTDA.

VALOR TOTAL: R\$29.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Presidente Getúlio, 28 de fevereiro de 2020.

Nelson Virtuoso - Prefeito

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 14/2020

Publicação Nº 2383377

DECRETO 14/2020 DE 28 de fevereiro de 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO 06/2020, DE 10/01/2020, QUE DISPÕE SOBRE O REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA, O CONTROLE E A COMPENSAÇÃO DE HORAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Capítulo I da Lei Complementar Nº 001/2002, de 18 de dezembro de 2002 e suas alterações posteriores, DECRETA:

Art. 1º O § 2.º do artigo 15 do Decreto 06/2020, de 10/01/2020, que dispõe sobre o registro eletrônico de frequência, o controle e a compensação de horas dos servidores públicos municipais, passa a vigorar conforme redação abaixo:

Art. 15...

§ 2º Os servidores que necessitarem estender seu horário de trabalho em virtude de situações excepcionais devidamente comprovadas, sem que tenha sido autorizado previamente pela Administração, deverão efetuar a comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, com a anuência da chefia imediata ou Secretário da pasta, com a comprovação/informação dos serviços efetuados, em até 05 (cinco) dias úteis após o ocorrido, sob pena de nulidade das horas efetuadas.

Art. 2º Fica alterado o Anexo I - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EM HORA EXTRAORDINÁRIA (ACRÉSCIMO DE JORNADA DE TRABALHO) do Decreto 06/2020, de 10/01/2020, conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 28 de fevereiro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO EM HORA EXTRAORDINÁRIA (ACRÉSCIMO DE JORNADA DE TRABALHO).

Em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e em conjunto com o artigo 15 do Decreto 06/2020, de 10 de janeiro de 2020, Informamos que o(a) servidor(a) _____, lotado na Secretaria Municipal de _____, está autorizado a realizar até _____ (_____) horas extraordinárias no período de ____/____/____ a ____/____/____, em razão da necessidade abaixo descrita: _____

Obs.: Caracterizar a excepcionalidade e demonstrar a impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária do servidor.

As horas aqui autorizadas serão computadas e conferidas através de ponto eletrônico do servidor, e a critério da Administração Municipal e em acordo com o Funcionário Municipal poderão ser convertidas / inseridas em Banco de horas.

Presidente Nereu, _____ de _____ de _____.

PREFEITO / SECRETÁRIO MUNICIPAL

DESPACHO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Após a conferência do registro de ponto eletrônico do servidor no período autorizado constatou-se a realização de _____ horas, as quais, segundo critérios estabelecidos no Decreto 06/2020, de 10/01/2020, foram:

- 1 – () Inseridas no Banco de Horas; ou
2 – () Convertidas em Pecúnia.

Presidente Nereu, _____ de _____ de _____.

GERENTE DE RECURSOS HUMANOS

De acordo: FUNCIONÁRIO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 483, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2383899

DECRETO Nº. 483, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 74.293,81 (Setenta e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos) destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.361.0061.2.061 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(208) 3.3.90.00.0.3.0046.0000-	Aplicações Diretas	R\$	24.957,06
FONTE DE RECURSO: 03.0046 – Recurso Transp. Escolar Estado				
TOTAL			R\$	24.957,06

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.362.0036.2.036 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio

MODALIDADE:	(209) 3.3.90.00.0.3.0047.0000-	Aplicações Diretas	R\$	49.336,75
FONTE DE RECURSO: 03.0047 – Recurso Transp. Escolar Estado				
TOTAL			R\$	49.336,75
TOTAL GERAL			R\$	74.293,81

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 74.293,81 (Setenta e quatro mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recursos acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 02 de Março de 2020.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 36.2020-PM - PREGÃO PRESENCIAL 17.2020 - UNIFORMES PM

Publicação Nº 2379714

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 36/2020-PM
Pregão Presencial 17/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de UNIFORMES e EQUIPAMENTOS da POLÍCIA MILITAR do Município de Princesa, destinados ao uso no desenvolvimentos das suas atividades." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 13 de março de 2020, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 28 de fevereiro de 2020. Edilson M. Volkweis, Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 16/2020

Publicação Nº 2380510

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 16/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020
Tipo: Menor Preço/Por lote
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 12/03/2020.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 12/03/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br .
QUILOMBO, 28 de fevereiro de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 0167/2020 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380181

PORTARIA Nº. 0167/2020 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVIA MARA ALVES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Silvia Mara Alves Da Silva (20069), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, no dia 27 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0168/2020 - DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380183

PORTARIA Nº. 0168/2020 - DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIDIANE DALMAGO ZEMBRUSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Lidiane Dalmago Zembruski (20107), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 02 de março de 2020, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6901, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 04 de março de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0170/2020 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380185

PORTARIA Nº. 0170/2020 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

REVOGA PORTARIA Nº. 0135/2020 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº. 0135/2020 - de 19 de fevereiro de 2020, que concedia dispensa do trabalho para tratar de assuntos particulares, ao Servidor Público Municipal, Tairone Padilha dos Santos (20323), ocupante do cargo de Procurador Municipal, em virtude do mesmo não necessitar ausentar-se do local de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0173/2020 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380189

PORTARIA Nº. 0173/2020 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CATIA REGINA BACKES DEZORDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNA a Servidora Pública Municipal Catia Regina Backes Dezordi, portadora do CPF nº 023.178.449-05, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, com lotação na Secretária Municipal de Administração e Planejamento, para:

I – Responder pela Tesouraria do Município de Quilombo, CNPJ nº 83.021.865/0001-61, em conjunto com o Prefeito Municipal Sr. Silvano de Pariz portador do CPF nº 579.998.729-20;

II – Responder pela Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo, CNPJ nº 13.886.006/0001-50, em conjunto com o gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Nédio Luiz Conci, portador do CPF nº 251.200.429-53;

III – Responder pela Tesouraria do Fundo Municipal de Assistência Social de Quilombo, CNPJ nº 12.808.584/0001-05, em conjunto com o Sr. Ademir José Picolli, portador do CPF nº 637.206.209-72;

IV - Responder pela Tesouraria do Fundo Municipal Da Criança e do Adolescente, CNPJ nº 17.869.455/0001-40, em conjunto com o Sr. Ademir José Picolli, portador do CPF nº 637.206.209-72;

Art. 2º Os servidores designados nos termos do Artigo anterior, ficam atribuídos os seguintes poderes:

- I – Abrir contas depósito;
- II – Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- III – Efetuar resgates / Aplicações financeiras;
- IV – Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- V – Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- VI – Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XII – Solicitar saldos / extratos de investimentos;
- XIII – Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
- IV – Efetuar transferências para a mesma e outras titularidades;
- X – Encerrar contas depósitos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 910/2018 - de 24 de julho de 2018 e Portaria nº. 1.150/2018 - de 18 de setembro de 2018.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.0169/2020 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380030

PORTARIA Nº.0169/2020 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 02 a 31 de março de 2020, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Dahiane Novello Boff (1898) 01/07/2018 a 30/06/2019
Julcimar Antonio Cunico (1283) 01/06/2018 a 31/05/2019
Leomara Venturin (2035) 07/01/2019 a 06/01/2020
Maria de Fatima de Andrade Ramos (1820) 16/05/2018 a 15/05/2019
Vanderlei Nunes (1707) 01/03/2019 a 29/02/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

Publicação Nº 2380157

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - A Prefeitura de Rancho Queimado torna pública a contratação por Dispensa de Licitação Nº 04/2020, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, o objeto do processo nº 10/2020, que tem por finalidade a compra de plantas de ajardinamento, sendo adjudicada à empresa FLORICULTURA CASA ROSA, inscrita sob CNPJ nº 17.996.162/0001-24. O valor total da compra é de R\$ 9.275,00 (nove mil duzentos e setenta e cinco reais). Rancho Queimado, 28 de fevereiro de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2020

Publicação Nº 2380077

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: ROBSON SALM CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 32.709.635/0001-59. O objeto do presente contrato é a CONSTRUÇÃO DE COBERTURA LIGANDO A QUADRA DE ESPORTES À ESCOLA MUNICIPAL MENINO JESUS, conforme especificações e quantitativos constantes dos autos do Processo Licitatório nº 12/2020 – Dispensa nº 05/2020. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 11.145,25 (onze mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). Data de assinatura 14 de fevereiro de 2020. Rancho Queimado, 28 de fevereiro de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2020

Publicação Nº 2379965

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: MORADA DA FLORESTA SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.979.780/0001-17. O objeto do presente contrato é a prestação de SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOMICILIAR DE COMPOSTAGEM, conforme especificações e quantitativos constantes dos autos do Processo Licitatório nº 09/2020 – Dispensa nº 03/2020. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais). O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 17/02/2020 e encerramento 17/03/2020. Data de assinatura 17 de fevereiro de 2020. Rancho Queimado, 28 de fevereiro de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 – MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020

Publicação Nº 2380742

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 – MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020. A finalidade do presente Edital de chamamento público é selecionar as Organizações da Sociedade Civil com sede no município de Rancho Queimado, para execução de projetos de cunho cultural e esportivo no ano de 2020, a serem financiados com recursos a serem financiados por recursos com execução no ano de 2020. DA FASE DE SELEÇÃO:

ETAPA	DESCRIÇÃO	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	28/02/2020
2	Envio dos Projetos pelas OSC's até	30/03/2020
3	Etapa competitiva: avaliação dos projetos contendo o Plano de Trabalho	14/04/2020
4	Divulgação do resultado preliminar	15/04/2020
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	20/04/2020
6	Análise de recursos contra o resultado preliminar	27/04/2020
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção	28/04/2020

O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações poderá ser obtido nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado, em 28 de fevereiro de 2020 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

Rio das Antas

PREFEITURA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS 0001/2020 - PMRA

Publicação Nº 2379554

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2020 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0013/2020–PMRA na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 0001/2020-PMRA, tendo como Objeto: Tomada de preços para contratação de empresa para execução de obra por empreitada global de reforma do prédio da antiga Creche Girassol e do telhado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes localizadas, respectivamente, na Rua Paulino Ferreira de Andrade, s/n, e na Rua do Comércio, 951, ambos no Município de Rio das Antas-SC. A obra deverá ser executada rigorosamente conforme Projetos, Memorial descritivo e Planilha Orçamentária e demais condições estabelecidas no edital.

O Credenciamento e a entrega dos envelopes da Documentação de habilitação e a Proposta de Preço será no departamento de Licitações do Município, até dia 18/03/2020, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas protocolo com entrega dos envelopes, com início da sessão as 09h30min. do mesmo dia.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações, lei complementar 123/06 e demais legislação vigente para o objeto.

O critério de Avaliação será o MENOR PREÇO GLOBAL.

RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. (para que em caso de alterações possamos comunicar). Demais informações poderão ser obtidas no departamento de Licitações do Município de Rio das Antas/SC, sito à Rua do Comércio, 780, CEP: 89.550-000 ou pelo fone 0xx49 3564-0125, Ramal 202.

Rio das Antas (SC), 28 de Fevereiro de 2020 - Ronaldo Domingos Loss - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 0010/2020 - TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 2380325

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2020 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0014/2020 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0010/2020 – PMRA, tendo como Objeto:

Item 01 - LINHA Nº 15 - Transporte Escolar dos alunos do Novo Ensino Médio do Município de Rio das Antas, com veículo de no mínimo 15 lugares sentados, totalizando 77,2 km diários, com saída no período vespertino do Colégio Santos Anjos, passando pela Linha Santo Antônio, Linha Floresta, Linha Retiro Saudoso, Linha Camboizal, Linha Salto Rio das Pedras, Linha Vista Alegre e retornando por Ipoméia a sede do município. Nas terças-feiras o percurso da linha dará início pela linha Santo Antônio e terminará na Linha Vista Alegre, nas quartas-feiras o percurso da linha dará início pela Linha Vista Alegre e terminará na Linha Santo Antônio. Conforme Edital completo.

Item 02 - LINHA Nº 16 - Transporte Escolar dos alunos do Novo Ensino Médio do Município de Rio das Antas, com veículo de no mínimo 15 lugares sentados, totalizando 68,2 km diários, com saída no período vespertino do Colégio Santos Anjos, passando pela Linha Moresco, Granja da Coopervil, retornando por Ipoméia e seguindo sentindo Linha XV de novembro, Linha Novo São Paulo, Granja Carboni, Granja Contini, Linha Rio Preto, Linha Wegner, retornando pela Linha Glória a sede do município. Nas terças-feiras o percurso da linha dará início pela linha Moresco e terminará na Linha Wegner, nas quartas-feiras o percurso da linha dará início pela Linha Wegner e terminará na Linha Moresco. Conforme Edital completo.

O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 13/03/2020, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia.

TIPO: Menor Preço Unitário.

RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 202. Rio das Antas (SC), 28 de Fevereiro de 2020. Ronaldo Domingos Loss - Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

CONTRATO 05 2020 HETRIOS TERRAPLENAGEM

Publicação N° 2379976

Contrato N° : 05/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : HETRIOS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇOES LTDA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 3/2020

Objeto : SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE REFORMA (PINTURA E REVESTIMENTOS CERÂMICOS) PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MIRADOR

Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 28/02/2020

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

DECRETO N° 4.137

Publicação N° 2379719

DECRETO N°. 4.137, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Nomeia os membros do Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências".

RODRIGO PREIS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos III e VII, do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 6º da Lei Municipal nº 1941, de dezessete de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros, titulares e suplentes, do Conselho Municipal do Idoso - CMI do Município de Rio do Campo, a saber:

I - Organizações Governamentais – OG:

a) Representação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular – Ducineia Bauner

Suplente – Adenilse Losi Meurer

b) Representação da Secretaria Municipal de Saúde.

Titular – Andreia Vavassori Zanella

Suplente – Marcia Schelbauer

c) Representação do Poder Executivo.

Titular – Marilu Moser

Suplente – Gabriéli Aparecida Amarante

II – Sociedade Civil:

a) Representação da APAE.

Titular – Bianca Aparecida Nazário Cardouzo

Suplente – Salete Aparecida da Rosa Perdoná

b) Representação do Clube do Idoso.

Titular – João Leite Sobrinho

Suplente – Ana Nasatto Leite

c) Representação da Câmara de Dirigentes Logistas.

Titular – Volnei Izidoro Simplício

Suplente – Elidiane Marafon

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 28 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi

Sec. de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2515_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_PMRO

Publicação N° 2379942

DECRETO N° 2515 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o Poder Executivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas a dotação orçamentária constante do Anexo I do presente Decreto no valor total de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superavit do exercício de 2019, Anexo II do presente Decreto, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 28/02/2020

/

Rio do Oeste – SC, 28 fevereiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 02/03/2020

FLÁVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO DECRETO N° 2515/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	504
Função:	CULTURA	13
Sub-função:	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa:	DIFUSÃO CULTURAL	504
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	2016
FONTE DOS RECURSOS		
03500001	Cessão Onerosa Lei 13885/2019 FEP	60.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4000	DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00
4400	INVESTIMENTOS	60.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00
03500001	Cessão Onerosa Lei 13885/2019 FEP (Ref. 358)	60.000,00
TOTAL		60.000,00
ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO DECRETO N° 2515/2020		
Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	8

Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	801
Função:	TRANSPORTE	26
Sub-função:	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	801
Atividade	Manutenção de Estradas Vicinais	2028
FONTE DOS RECURSOS		
03500001	Cessão Onerosa Lei 13885/2019 FEP	150.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4000	DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00
4400	INVESTIMENTOS	150.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00
03000006	Cessão Onerosa Lei 13885/2019 FEP (Ref. 359)	150.000,00
TOTAL		150.000,00

ANEXO II
Superávit Financeiro de 2019
DECRETO Nº 2515/2020

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
03500001	Cessão Onerosa Lei 13885/2019 FEP	210.000,00
SOMA		210.000,00

DECRETO_2516_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_FMS

Publicação Nº 2379949

DECRETO Nº 2516 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas a dotação orçamentária constante do Anexo I do presente Decreto no valor total de R\$ 164.707,30 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superavit do exercício de 2019, Anexo II do presente Decreto, no valor de R\$ 164.707,30 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e sete reais e trinta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 28/02/2020
/

Rio do Oeste – SC, 28 fevereiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 02/03/2020

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2516/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6

Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	2017
FONTE DOS RECURSOS		
03380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	50.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4400	INVESTIMENTOS	50.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00
03380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade (Ref. 167)	50.000,00
TOTAL		50.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO
DECRETO Nº 2516/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	2019
FONTE DOS RECURSOS		
03380003	PSF - Programa Saúde da Família	16.323,37
03380005	PSF Odonto	36.494,49
03380040	ACS - Assist. Financeira Compl. 95%	25.073,71
03380041	ACS - Fortalecimento Politicas Afetas 5%	26.815,73
SOMA		104.707,30
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	77.891,57
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.073,71
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	25.073,71
03380040	ACS - Assist. Financeira Compl. 95% (Ref. 193)	25.073,71
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.817,86
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	52.817,86
03380003	PSF - Programa Saúde da Família (Ref 360)	16.323,37
03380005	PSF Odonto (Ref 200)	36.494,49
4000	DESPESAS DE CAPITAL	26.815,73
4400	INVESTIMENTOS	26.815,73
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	26.815,73

03380041	ACS - Fortalecimento Politicas Afetas 5% (Ref. 361)	26.815,73
TOTAL		104.707,30

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO
DECRETO Nº 2516/2020**

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	304
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	2020

FONTES DOS RECURSOS

03380019	Vigilância Sanitária - União	10.000,00
----------	------------------------------	-----------

NATUREZA DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4400	INVESTIMENTOS	10.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
03380019	Vigilância Sanitária – União (Ref 362)	10.000,00
TOTAL		10.000,00

**ANEXO II
Superávit Financeiro de 2019
DECRETO Nº 2516/2020**

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
03380003	PSF - Programa Saúde da Família	16.323,37
03380005	PSF Odonto	36.494,49
03380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	50.000,00
03380019	Vigilância Sanitária - União	10.000,00
03380040	ACS - Assist. Financeira Compl. 95%	25.073,71
03380041	ACS - Fortalecimento Politicas Afetas 5%	26.815,73
SOMA		164.707,30

LEI_2284_PROÍBE_ACESSO_RUA

Publicação Nº 2379662

LEI Nº 2.284, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Proíbe a construção de novos acessos de veículos em trecho da Rua Padre Domingos Fiorina.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a construção de novos acessos de veículos às propriedades situadas no trecho da Rua Padre Domingos Fiorina que compreende desde o entroncamento com a rua Alberto Nardelli, seguindo no sentido Oeste, até a intersecção com a Rua Luis Bertoli.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Oeste - SC, 20 de fevereiro de 2020.

HUMBERTO PESSATI

Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração e Fazenda

PROCESSO 023/2020 - JORNAL A VITRINE

Publicação Nº 2379975

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020 – EDITAL DE DISPENSA Nº 005/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Contratação de 60 (sessenta) assinaturas anuais, com entrega de 60 (sessenta) exemplares semanais para distribuição nas escolas, o qual será adquirido da empresa EDITORA JORNAL A VITRINE LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 04.271.254/0001.03. Valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Fundamento Jurídico: "inciso II do Art.24 da Lei 8666/93. Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal da Secretaria de Educação e Cultura para o ano de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodooeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261. Rio do Oeste/SC, 28 de fevereiro de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS.

Publicação Nº 2380753

AVISO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC

Pregão Presencial 016/2020 – PROC. LICITATÓRIO Nº 024/2020 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e móveis, conforme o Edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 12/03/2020. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, <https://riodooeste.atende.net> através do link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

RESOLUÇÃO_14_2020

Publicação Nº 2379838

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Institui novo regimento interno do CMDCA de Rio do Oeste.

CONSIDERANDO a ata de reunião de 10 de fevereiro de 2020, na qual consta a aprovação, por unanimidade, do texto do novo regimento interno do CMDCA,

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO OESTE – SC, no exercício das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.252/2019, em especial o inciso XX do artigo 18

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o novo regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Oeste, em consonância com Lei Municipal nº 2.252, de 27 de março de 2019, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Fica revogado o antigo regimento interno do Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

GELSON MARGOTTI PRÁ
Presidente do CMDCA de Rio do Oeste

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I Das Disposições Iniciais

Art. 1º O presente Regimento Interno dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme disposto pela Lei Municipal nº 2.252, de 27 de março de 2019.

Seção II

Da Natureza e Finalidade

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do Art. 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por finalidade garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referentes à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Seção III

Da Competência

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, captação e aplicação de recursos;

II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de sua família, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou zona urbana em que se localizem;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do município, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - promover a divulgação dos direitos e garantias de crianças e adolescentes;

V - promover intercâmbios entre os órgãos governamentais e não-governamentais o que permitirá estabelecer coerência entre a formulação da política e sua execução, permitindo o indispensável conhecimento mútuo entre os órgãos;

VI - acompanhar os casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes como instrumento que lhe fornece subsídio para deliberações sobre as políticas adequadas à realidade;

VII - visitar delegacias de polícia, hospitais, entidades de internação, centros de triagem, unidades de acolhimento e demais estabelecimentos públicos ou não onde possa ser encontrada criança ou adolescente;

VIII - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar as deliberações;

IX - cadastrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90);

X - cadastrar as entidades governamentais que operem no município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

XI - estabelecer normas para o registro das entidades de atendimento, governamentais ou não, que planejam ou executam programas de proteção e socioeducativos, destinados a crianças e adolescentes, mantendo registro das inscrições e suas alterações e comunicando-as ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

XII - reavaliar os programas em execução, no máximo, a cada 2 (dois) anos, constituindo-se critério para a renovação da autorização de funcionamento;

XIII - reavaliar o cabimento da renovação do registro dos programas, que deverá obedecer ao disposto no § 1º do art. 91 da Legislação Estatutária da Criança e do Adolescente, que terá validade máxima de 4 (quatro) anos;

XIV – gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA);

XV - elaborar proposta de alteração na legislação em vigor para o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes;

XVI - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

XVII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto do mandato, nas hipóteses previstas nesta lei;

XVIII - deliberar em cada exercício sobre alocação de recursos que deverá ser feita a partir das prioridades identificadas na realidade do município e dispor sobre eventuais remanejamentos;

XIX - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente;

XX – elaborar e alterar o seu regimento interno, com a aprovação de no mínimo dois terços de seus membros;

XXI - elaborar plano de ação municipal para a área da infância e da juventude tendo por base um diagnóstico (análise) da situação da criança e do adolescente;

XXII - assegurar suporte financeiro para a formulação de políticas pertinentes à população infantojuvenil, participando e acompanhando a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

XXIII – opinar sobre a proposta que define o percentual de dotação orçamentária às políticas públicas para a população infanto juvenil;

XXIV – promover anualmente a capacitação de seus integrantes, conselheiros tutelares e demais profissionais com atuação na área da Infância e Juventude, e integrantes de entidades governamentais e não-governamentais.

XXV – promover curso de capacitação aos eleitos no processo eletivo para o cargo de Conselheiro Tutelar.

XXVI – promover o reordenamento institucional dos órgãos do Poder Público de atendimento dos direitos infanto juvenis.

XXVII - regulamentar assuntos de sua competência por Resolução, aprovadas por no mínimo dois terços do total de seus membros, sempre homologadas por Decreto do Poder Executivo.

XXVIII – publicar todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no órgão de imprensa oficial do município.

Seção IV Da Composição

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) suplentes, sendo:

I – 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes representando o Poder Público Municipal, indicados pelo Poder Executivo;

II – 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes representantes da sociedade civil, indicados por entidades representativas da participação popular.

§ 1º Os membros do Conselho representantes da sociedade civil e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas por uma vez, por igual período.

§ 2º A representação de que trata o inciso I deste artigo será formada por servidores atuantes nas áreas de Ação Social, Finanças, Planejamento e Educação.

§ 3º A designação dos membros do Conselho será feita por decreto do Poder Executivo no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da nominata dos representantes da sociedade civil.

Art. 6º Os Conselheiros representantes da sociedade civil serão eleitos em Assembleia geral convocada para esse fim, em ato próprio, com ampla divulgação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que a coordenará.

§ 1º A convocação feita pelo Conselho será com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término de cada mandato.

§ 2º Na hipótese de não haver Conselho constituído ou na omissão do mesmo, o Poder Executivo fará a convocação e coordenação da assembleia.

Seção V Da Organização Interna

Art. 7º A Mesa Diretora do Conselho será composta de Presidente, Vice-presidente e Secretário.

Art. 8º Os membros da Mesa Diretora terão as seguintes atribuições:

I – Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões e demais atividades do Conselho;

b) divulgar a proposta de pauta para os conselheiros;

c) representar externamente o Conselho;

d) assinar resoluções e demais documentos do Conselho;

e) auxiliar na elaboração da proposta de pauta para ser aprovada em reunião;

- f) providenciar a divulgação das atividades do Conselho;
- g) buscar junto ao Poder Público Municipal a infraestrutura necessária ao bom funcionamento do Conselho;
- h) propor a criação de Comissões Técnicas e designar seus membros;
- i) abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho, concedendo, negando ou cassando a palavra de seus membros ou convidados.
- j) determinar a verificação da presença, leitura da ata das comunicações que forem consideradas convenientes;
- k) assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;
- l) conceder a palavra aos membros do Conselho não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;
- m) Colocar as matérias em discussão e votação e anunciar os resultados;
- n) decidir sobre as questões de ordem ou auxiliá-las à consideração dos membros do Conselho quando omissos o regimento;
- o) conhecer as justificações de ausência dos membros do Conselho;
- p) propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno julgadas necessárias;
- q) assinar as deliberações do Conselho e levá-las ao conhecimento do Prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;
- r) estabelecer, através de resolução, normas e procedimentos para o funcionamento do Conselho;
- s) convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto;
- t) publicar por proposta do Conselho pareceres ou indicações;
- u) cumprir e fazer cumprir este Regimento.

II – Vice-presidente: realizar as atribuições do Presidente em sua ausência.

III - Secretário:

- a) recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;
- b) secretariar as reuniões do Conselho;
- c) lavrar e ler as atas das reuniões do Conselho;
- d) preparar a pauta das reuniões e organizar, para aprovação do Presidente, a ordem do dia referente às reuniões do Conselho;
- e) encaminhar os documentos e estatísticas aos serviços do setor competente;
- f) registrar a frequência dos conselheiros às reuniões em livro de presença;
- g) anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
- h) distribuir aos conselheiros as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;
- i) preparar o expediente para os despachos da Presidência;
- j) lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente.
- h) encaminhar as atas para publicação no sítio da Prefeitura.

Art. 9º O Plenário é o órgão máximo do CMDCA, composto por todos os conselheiros incluindo Presidente, Vice-presidente, Secretário.

Art. 10 Ao Plenário compete:

I - propor alterações deste Regimento;

II - elaborar e propor projetos de leis, encaminhando-os ao Chefe do Executivo, bem como a elaboração de demais normas, procedimentos e ações destinadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, observadas à legislação federal, estadual e municipal que regula a espécie;

III - fornecer subsídios para esclarecimentos relativos à defesa dos direitos da criança e do adolescente, aos órgãos públicos e à comunidade;

IV - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com as entidades públicas e privadas de pesquisa e de atividades ligadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente;

Art. 11 São atribuições dos conselheiros:

I - comparecer às reuniões pontualmente;

II - confirmar a presença na reunião para a qual está sendo convocado;

III - apresentar relatórios e pareceres, dentro do prazo fixado;

IV - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

V - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

VI - desempenhar as funções para as quais for designado;

VII - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;

VIII - obedecer as normas regimentais;

IX - propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário;

X - justificar seu voto quando se fizer necessário;

XI - apresentar retificações ou impugnações às atas;

XII - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições;

XIII - assinar as atas e a lista de presença das reuniões do Conselho;

IX - convocar reuniões do Conselho.

Seção

Da Eleição do Presidente e da Composição da Mesa Diretora

Art. 12 O presidente será eleito na reunião de posse dos novos membros.

Art. 13 O mandato do presidente terá duração de 2 anos, permitida sua recondução.

Art. 14 A eleição se dará por decisão de maioria simples dos membros do Conselho.

Art. 15 Os demais membros da mesa serão indicados pelo presidente.

Seção

Das Reuniões

Art. 16 As reuniões do Conselho podem ser ordinárias ou extraordinárias, a saber:

I - as ordinárias serão realizadas uma vez por mês, obedecendo o calendário aprovado pelo Conselho;

II - as extraordinárias serão realizadas quando houver necessidade, sendo convocadas por qualquer integrante do Conselho.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão convocadas com um prazo de 05 (cinco) dias de antecedência, exceto em casos de urgência.

§ 1º As reuniões terão início, em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, metade mais um do total de conselheiros.

§ 2º Caso não atinja o quorum estabelecido acima após 15 (quinze) minutos da hora de convocação da reunião, o Conselho poderá realizar reunião com o quorum de 1/3 (um terço) mais um do total de conselheiros.

Art. 17 Na ausência do Presidente, as reuniões serão coordenadas pelo Vice-presidente ou, em sua ausência, um conselheiro escolhido dentre os presentes.

Art. 18 As reuniões do Conselho poderão ocorrer de maneira itinerante, podendo receber visitantes, desde que autorizados previamente

pelo Presidente.

Parágrafo único. O Conselho poderá, nas reuniões, receber visitantes com direito a voz, quando solicitado previamente ao Presidente ou na própria reunião, mediante a aprovação dos membros.

Seção VI Das Decisões

Art. 19 As decisões do Conselho serão registradas em atas, que não deverão conter rasuras.

§ 1º Todas as reuniões terão suas atas registradas em livro próprio.

§ 2º As atas poderão ser escritas por meio eletrônico, cuja cópia original e sem rasura, deverá ser colada no livro de atas, sendo uma página em meio eletrônico para cada página numerada do livro.

§ 3º As atas serão assinadas pelo Presidente do Conselho e pelos membros que participaram da reunião que as originaram.

§ 4º As atas serão publicadas no sítio da Prefeitura.

Art. 20 Todos os cidadãos têm livre acesso a quaisquer documentos e informações do Conselho, formalizando o seu pedido ao Presidente, que responderá ao interessado em até 05 (cinco) dias.

Art. 21 Caso o Plenário entenda necessário, as decisões do Conselho serão formalizadas através de Resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 22 Salvo determinação normativa em outro sentido, as decisões do Conselho serão tomadas pelo voto favorável de metade mais um dos votos dos conselheiros presentes.

§ 1º Em todos os casos o voto é aberto e cada conselheiro tem direito a um voto, excluindo-se o Presidente, que só votará em caso de empate.

§ 2º Iniciado o processo de votação não haverá direito a fala, apartes, réplicas ou tréplicas.

Art. 23 Decisões urgentes poderão ser tomadas por meio de aplicativos de comunicação digital, mediante manifestação de metade mais um dos conselheiros.

Parágrafo único. As decisões tomadas nos termos do caput serão registradas na ata da primeira reunião seguinte à decisão.

Seção VII Da Substituição do Conselheiro

Art. 24 Haverá vacância do cargo de conselheiro por renúncia, perda da condição de conselheiro ou falecimento do mesmo.

Art. 25 A renúncia de Conselheiro deverá ser apresentada ao Conselho em documento assinado pelo renunciante.

Art. 26 A perda da condição de conselheiro ocorrerá nos seguintes casos:

I - o Conselheiro que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, sem apresentar justificativa aceita pelo Conselho;

II – o Conselheiro assumir função pública ou privada que possa comprometer a sua representação no Conselho, a critério do Plenário, por decisão favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos conselheiros presentes;

III - o Conselheiro infringir disposição desse Regimento, a critério do Plenário, por decisão favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos conselheiros presentes;

IV - o conselheiro que não agir adequadamente nas reuniões, faltando com a postura devida de respeito aos conselheiros.

Parágrafo único. A perda da condição de conselheiro que se refere ao inciso IV, do caput, será decidida por 2/3 (dois terços) dos votos dos conselheiros presentes, sendo permitida ampla defesa do conselheiro que se enquadra na falta de postura.

Art. 27 Ocorrendo vacância do cargo de conselheiro, o Presidente solicitará ao demais membros do Conselho, a indicação de um novo suplente.

§ 1º Tão logo receba a indicação formal, o Presidente do Conselho solicita ao Chefe do Executivo a expedição de decreto de nomeação municipal.

§ 2º A posse se dará na primeira reunião após a nomeação.

Seção VIII

Das Disposições Finais

Art. 28 Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 29 O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, pelo Plenário, sendo ratificado através de decreto municipal de homologação.

Art. 30 O presente Regimento poderá ser modificado com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em reunião especialmente convocada para este fim.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 8865, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380374

DECRETO Nº 8865, de 26 de fevereiro de 2020.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2020, de 04.02.2020.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Tomada de Preços nº 025/2020, de 04 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Tomada de preços nº 025/2020, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado pela falta de interessados, restando a Licitação deserta.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8871, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380372

DECRETO Nº 8871, de 27 de fevereiro de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

93.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA		
93.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA		
2.048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe		
03080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
27 de fevereiro de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 013/2020

Publicação Nº 2380412

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 013/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 295, § 5º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003 (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL.

NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	25/11/19	PET LUXO EIRELI ME	22.639.141/0001-91

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 014/2020

Publicação Nº 2380417

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 014/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

CERTIDÃO DE BAIXA Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
86/2020	14/02/20	72291/2003	SUCALTO COM PEÇAS E ACESS PARA VEIC LTDA	03.683.740/0002-49
			Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.	

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 015/2020

Publicação Nº 2380578

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 015/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

OFÍCIO Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
018/2020	30/01/20	183700/2019	ADENILSON JOSÉ CONINCK	019.750.249-07
			Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.	

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2020 - EDUCADOR SOCIAL

Publicação Nº 2380653

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e alterações, Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018 e alterações, Lei complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para função de Educador Social em caráter temporário do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - Centro POP.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente Processo Seletivo será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 8860, de 21 de fevereiro de 2020.
- 1.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado na Divisão de Gestão Documental da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 17h.
- 1.3. A lista de inscritos, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM e/ou na Página Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul e/ou na central de oportunidades, nos seguintes endereços eletrônicos: <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331> e <https://oportunidades.riodosul.sc.gov.br/?pg=processos-seletivos>.
- 1.4. É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supracitados.
- 1.5. A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária.
- 1.6. É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço/ telefone/e-mail (s) constante (s) da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada por carta encaminhada ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.
- 1.7. O prazo de validade deste Processo Seletivo é o ano de 2020 para os cargos vinculados a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

2. DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

- 2.1. A função, a quantidade de vagas, a carga horária semanal, os requisitos e o salário-base são os estabelecidos no quadro abaixo:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS NECESSÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	SALÁRIO BASE PARA A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS
Educador Social	01	40h	Ensino Médio Completo.	R\$ 2.090,76

* Mais auxílio-alimentação no valor de R\$ 13,59 por dia útil trabalhado.

- 2.2. Havendo reajustes aos servidores públicos municipais efetivos, os valores constantes da tabela disposta no item acima serão majorados, na mesma data.

2.3. A vaga oferecida neste edital está em conformidade com os itens VII e VIII do artigo 2º, da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

2.4. As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do ANEXO III, deste edital.

3. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 3.1. Para o exercício da função, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- 3.1.2. Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- 3.1.3. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 3.1.4. Quitação com as obrigações militar e eleitoral;
- 3.1.5. Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;
- 3.1.6. Habilitação para a função, conforme item 2.1 deste edital;
- 3.1.7. Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;
- 3.1.8. Não haver sofrido as penalidades previstas no Art. 186, conforme dispõe o Art. 189 e Parágrafo Único, da Lei nº 309/2010 e suas alterações;
- 3.1.9. Não ter participação de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- 3.1.10. Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- 3.1.11. Conhecer, ser aprovado e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

3.2. No ato da inscrição não será solicitado comprovante das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

4. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. São reservadas às pessoas com deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas, por função oferecida, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

4.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 4.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2. Considera-se pessoas com deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

4.3. O candidato com deficiência deverá, após viabilizar o procedimento do item 5.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições, apresentar à Comissão Especial do Processo Seletivo, no Departamento de Gestão de Pessoas de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 13h30min:

4.3.1. Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma.

4.3.2. Anexo II deste Edital, preenchido e assinado.

4.4. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à contratação, se o candidato inscrito na condição de deficiente for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições da função para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

4.5. O candidato com deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não deficiente, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

4.5.1. Será considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I – deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis – surdez leve;
- b) de 41 a 55 – decibéis – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 – decibéis – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 – decibéis – surdez severa;
- e) acima de 91 – decibéis – surdez profunda; e
- f) anacusia;

III – deficiência visual – acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV – deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação;

- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições estarão abertas no período de 02/03/2020 a 13/03/2020, somente via internet, pelo sítio: <https://forms.gle/aK6qwMy-GexRpAQJN7>

5.1.1. Havendo mais de uma inscrição para o mesmo candidato, será considerada a última inscrição efetuada.

5.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet.

5.3. O Município de Rio do Sul não se responsabiliza por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados.

5.4. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

5.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

5.6. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 13/03/2020 o presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo publicará a lista dos inscritos, na forma disposta no item 1.4. deste Edital.

5.7. No dia 18/03/2020, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito do Município de Rio do Sul.

6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

6.1. O Processo Seletivo constará de prova de títulos com entrevista para os cargos destinados a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

6.2. A classificação se dará por meio da soma de títulos e entrevista para os cargos de Educador Social, conforme item 8.2. deste edital. O candidato poderá alcançar, no somatório total, o máximo de 20 pontos.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate:

7.1.1. Para os candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, completados até o último dia do prazo de inscrição deste certame, nos termos do artigo 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento:

- 1º) Maior idade;
- 2º) Maior tempo de experiência, na área de atuação;
- 3º) Maior número de horas de curso, na área de atuação;

4º) Maior número de dependentes.

7.1.2. Para os demais candidatos:

- 1º) Maior tempo de experiência, na área de atuação;
- 2º) Maior número de horas de curso, na área de atuação;
- 3º) Maior idade;
- 4º) Maior número de dependentes.

7.2. Persistindo o empate, em ambas as situações acima, proceder-se-á a sorteio público, em sessão com data, horário e local a ser divulgados com 2 (dois) dias de antecedência, no endereço eletrônico: <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331>

7.3. Para o desempate, serão considerados somente os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

7.4. Para comprovação da idade e número de dependentes, será considerada a informação contida no formulário eletrônico de inscrição, sendo de responsabilidade do candidato a informação dos dados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de solicitar comprovante da informação prestada, bem como de excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados inverídicos.

8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. A Prova de Títulos, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos por meio da conclusão de cursos de formação e de aperfeiçoamento e de experiências profissionais estreitamente relacionados com a função a ser exercida pelo candidato.

8.1.2. Para participar da Prova de Títulos o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar a documentação no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 13h30min.

8.1.3. Os documentos deverão ser entregues, junto da tabela de títulos preenchida nos dias úteis do período previsto para inscrição, sendo dos dias 02/03/2020 a 13/03/2020, no horário das 7h30min às 13h30min.

8.1.4. No ato de entrega da documentação não será efetuada conferência dos títulos apresentados, somente será feita a autenticação dos títulos.

8.1.5. A entrega do título não gera direito garantido a pontuação. O mesmo será objeto de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

8.1.6. É responsabilidade do candidato ou de seu representante legal a entrega dos documentos para a Prova de Títulos e preenchimento da tabela de títulos, conforme as normas previstas neste Edital e disponíveis em <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331> e <https://oportunidades.riodosul.sc.gov.br/?pg=processos-seletivos>.

8.2. A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios de Pontuação:

8.2.1. Para as funções de Educador Social será considerado como título:

- a) Diploma (original e fotocópia) de conclusão de curso de graduação;
- b) Atestado de Frequência emitido por Instituição de Ensino credenciada, constando fase e o curso de graduação;
- c) Certidão (original e fotocópia) de conclusão de cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, realizados a partir do ano de 2005 e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, contendo período de realização e carga horária);
- d) Certidão original circunstanciada expedida pelo órgão competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço na área de atuação.

8.2.2. A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Certificado de conclusão de pós-graduação: 3,0 pontos;
- b) Certificado de conclusão de graduação: 2,0 pontos;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária de até 40 horas = 1,0 ponto;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária superior a 40 horas = 3,0 pontos;

8.2.3. Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária de até 40 horas, na área de atuação: 1,0 ponto;

8.2.4. Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 40 até 80 horas, na área de atuação: 1,5 ponto;

8.2.5. Participação em cursos de aperfeiçoamento, com carga horária acima de 80 horas (Pontuação máxima não cumulativa) na área de atuação: 2,0 pontos;

8.2.6. Experiência Profissional acima de 06 meses até 3 anos, na área de atuação: 1,0 ponto;

8.2.7. Experiência Profissional acima de 03 anos até 5 anos, na área de atuação: 2,0 pontos;

8.2.8. Experiência Profissional superior a 5 anos, na área de atuação: 3,0 pontos;

8.3. A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

8.4. A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período, NA FUNÇÃO PARA QUAL SE INSCREVEU, não sendo considerado para o somatório, períodos inferiores a 06 meses em cada contrato de trabalho.

8.6. Para fins de pontuação, considera-se área de atuação, os títulos relacionados, conforme abaixo:

Educador Social: Certificado de conclusão do Ensino Médio.

8.7. Será considerado como título:

8.7.1. Fotocópia e original do Diploma de Graduação e pós-graduação ou Declaração de Conclusão emitida por Instituição de Ensino

reconhecida pelo MEC.

(Não entregar a cópia autenticada em cartório), as cópias dos títulos serão autenticadas por Servidor Público no momento da entrega do documento.

8.7.2. Fotocópia de Certidão ou Declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, congressos, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, emitidos por Instituição de Ensino credenciada, realizados nos últimos cinco anos anteriores a data de publicação deste Edital, com carga horária mínima de 8h.

8.7.3. Fotocópia de Certidão/Declaração circunstanciada de tempo de serviço, expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) ou Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde conste a data de entrada e saída, a página com foto e qualificação civil. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão/Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação. No caso de profissionais autônomos, declaração por ele firmada, (devendo obrigatoriamente constar dia, mês e ano do período de atuação) com firma reconhecida, acompanhada de documento particular e/ou público que demonstre o período trabalhado.

8.8. O título apresentado deve ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC.

8.9. Os títulos de cursos de pós-graduação obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

8.10. Os títulos obtidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução pública juramentada e obedecer à legislação aplicável a espécie.

8.11. Os títulos de curso de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados do respectivo Histórico Escolar.

8.12. O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos entregues emitidos com grafia diferente do nome que consta no formulário de inscrição e que apresentará se solicitada, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação implicará no cancelamento da inscrição e exclusão automática do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

8.13. Somente serão avaliados os documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.

8.14. Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não efetuar a entrega do título no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

8.15. Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais.

8.16. Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos, exceto por ocasião de recurso, devidamente fundamentado. Poderá ainda, por ocasião de recurso, ser encaminhado documento que sirva para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

8.17. Não serão pontuados:

8.17.1. Títulos não entregues no prazo e moldes previstos no presente edital;

8.17.2. Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e das exigências do presente edital, salvo certidão emitida pela Secretaria da Instituição de Pós-Graduação atestando ter o candidato concluído todas as etapas do curso de pós-graduação, defendido e ter sido aprovada sem ressalvas a monografia ou dissertação ou tese e lhe ter sido concedido o devido grau;

8.17.3. Títulos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível;

8.17.4. Títulos referentes a períodos de estágio ou trabalhos voluntários;

8.17.5. Títulos com períodos de experiência paralelos ou concomitantes (considera-se somente um dos períodos);

8.17.6. Títulos referentes a disciplinas integrantes de cursos de formação, como comprovante de horas de aperfeiçoamento/capacitação;

8.17.7. Títulos que não estejam em conformidade com as normas previstas neste edital.

9. DA ENTREVISTA

9.1 A Entrevista, de caráter meramente classificatório e não eliminatório, e terá pontuação de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco) e tem por objetivo identificar se o candidato apresenta perfil compatível com as atitudes necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

9.2 Será realizada em local, data e horário a serem divulgados através do site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

9.3 O candidato deverá comparecer ao local da entrevista munido de documento de identidade e comprovante da inscrição.

9.4 No desenvolvimento da Entrevista, o candidato será avaliado através de itens constantes em uma ficha de avaliação elaborada para esta finalidade.

9.5 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a realização da entrevista. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da mesma, como justificativa de sua ausência ou atraso.

9.6 Não será realizada entrevista fora do dia, horário e local designados por este Edital.

10. DO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO

10.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331> e <https://oportunidades.riodosul.sc.gov.br/?pg=processos-seletivos> a partir do dia 26/03/2020, o Resultado Final Provisório do Processo Seletivo.

10.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final Provisório, poderá interpor recurso nos termos do item 11 deste edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331> e <https://oportunidades.riodosul.sc.gov.br/?pg=processos-seletivos>, a partir do dia no dia 30/03/2020, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Processo Seletivo.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final Provisório, que deverão ser interpostos, desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até o primeiro dia útil subsequente à publicação da lista de inscritos
Resultado Final Provisório	Até o segundo dia útil subsequente à publicação do Resultado Final Provisório.

12.2. Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo IV deste edital, para o seguinte endereço: dgp.prefeitura@riodosul.sc.gov.br

12.3. Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos no item 12.1 deste edital.

12.4. Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

12.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.6. Todos os recursos regulares serão analisados e, caso providos, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

12.7. O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

12.8. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331> e <https://oportunidades.riodosul.sc.gov.br/?pg=processos-seletivos>

12.9. A Comissão Especial de Processo Seletivo constitui-se última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto neste edital serão convocados após a homologação do Processo Seletivo, conforme necessidade e seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, por meio da publicação do Termo de Convocação ou por escolha de vagas no endereço: <https://riodosul.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/331> e <https://oportunidades.riodosul.sc.gov.br/?pg=processos-seletivos>

13.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações das convocações, via online.

13.3. Após o término da lista de aprovados, será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem, por mais uma vez. Ou seja, encerrando-se a chamada de candidatos aprovados de cada função, por mais uma vez, voltar-se-á ao início da listagem de classificação, oferecendo as novas vagas para aqueles candidatos que já foram chamados e não escolheram ou não compareceram.

13.3. Caso o candidato convocado desista da vaga após ter escolhido, deverá assinar a desistência. O candidato que não tiver interesse em escolher a vaga e não queira mais ser convocado, no reprocessamento da classificação conforme item 12.5, poderá assinar a desistência. O candidato convocado que não tiver interesse em escolher a vaga ofertada, mas queira que o nome permaneça na listagem, para que seja feita a convocação do próximo candidato antes de expirar o prazo do item 13.3 poderá manifestar a decisão por escrito.

14. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

14.1. Ao aceitar a vaga, o candidato deverá apresentar, no Departamento de Gestão de Pessoas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação:

14.1.1. CPF;

14.1.2. Registro de Identidade;

14.1.3. Carteira de reservista (se homem);

14.1.4. Comprovante Inscrição PIS/PASEP e qualificação civil da Carteira de Trabalho;

14.1.5. Certidão nascimento ou casamento;

14.1.6. Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

14.1.7. Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;

14.1.8. Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme item 2.1. deste edital);

14.1.9. Endereço completo, telefone e e-mail para contato;

14.1.10. Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo Dep. de Gestão de Pessoas);

14.1.11. Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. de Gestão de Pessoas);

14.1.12. Declaração Dependentes Salário-Família (fornecida pelo Dep. de Gestão de Pessoas);

14.1.13. Declaração de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público;

14.1.14. Declaração Art. 171 da Lei Complementar 309/2015

14.1.15. Declaração de Bens (se não declara Imposto de Renda);

14.1.16. Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo Dep. de Gestão de Pessoas);

14.1.17. Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver);

14.1.18. Imprimir Certidão Civil e Criminal pelo site <https://tjsc.jus.br/certidoes>

14.1.19. Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo Dep. de Gestão de Pessoas);

14.1.19.1. Os candidatos portadores de deficiência apresentarão, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

14.1.19.2.. O candidato portador de deficiência, ao ser convocado, será submetido a Perícia Médica indicada pelo Município de Rio do Sul/SC a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a sua compatibilidade com o exercício das atribuições da função.

14.1.20. Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1 A contratação, objeto deste processo seletivo, tem caráter temporário, devendo ocorrer imediatamente após a convocação, sendo o

contrato inicial efetuado pelo período de trinta dias.

15.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

16.6. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

16.6.1. Anexo I – Cronograma;

16.6.2. Anexo II – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

16.6.5. Anexo III – Atribuições da função;

16.6.5. Anexo IV – Requerimento Recurso.

16.6.5. Anexo V – Tabela de Títulos.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

DANIELLE CRISTINA ZANELLA	ALEXANDRE MATOS PEREIRA	FRA
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Secretário Municipal de Administração e Fazenda	o

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Anexo I - Cronograma

PERÍODO INSCRIÇÃO E ENTREGA DOS TÍTULOS	02/03/2020 até 13/03/2020
PUBLICAÇÃO LISTA DE INSCRITOS	16/03/2020
RECURSO INSCRIÇÕES	16/03/2020 a 17/03/2020
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS E CONVOCAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS	18/03/2020
ENTREVISTAS	19/03/2020
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	24/03/2020
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	24/03/2020 e 25/03/2020
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	26/03/2020
RECURSOS AO PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	26/03/2020 e 27/03/2020
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL HOMOLOGADO	30/03/2020

Anexo II - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais

DECLARAÇÃO NOME DO CANDIDATO:

CPF:

FUNÇÃO PRETENDIDA:

DEFICIÊNCIA:

(como comprovação, anexar laudo médico conforme item 4.3.1. deste edital)

Declaro, para os devidos fins, conforme item 4.3.2.do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2020, e para que surta os efeitos legais, que a necessidade especial que possuo, não me impossibilita de exercer as atribuições da função acima mencionada.

_____, ____ de _____ de 2020

Assinatura do Candidato

Anexo III – Atribuições da função

Educador Social:

Descrição Sumária:

Executar, sob a coordenação de profissional de nível superior, ações de acolhida, atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social, implementar atividades socioeducativas e de convivência, realizar educação social de rua, participar de atividades de apoio na área de educação social e executar outras atividades afins, que envolvam conteúdos relativos à sua área de atuação.

Principais Atribuições:

Auxiliar os profissionais técnicos na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade. Operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais. Recepcionar a população, identificando-a, realizando a pré-triagem e os encaminhamentos necessários. Realizar o cadastramento da população. Prestar informações e orientações à comunidade. Orientar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social. Relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos.

Acompanhar crianças, adolescentes, adultos e idosos em atendimento de saúde. Realizar acompanhamento escolar dos educandos no seu grupo de trabalho e/ou nas escolas locais e demais programas. Realizar acompanhamento sobre o desenvolvimento de usuários inseridos em programas voltados à inserção no mercado de trabalho, efetuando registros de dados. Utilizar e articular, sob supervisão técnica, os recursos comunitários propondo, organizando e acompanhando atividades educativas, recreativas e/ou culturais. Assistir à equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social. Acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, seguindo diretrizes da Política de Assistência Social. Coletar informações, dados para a pesquisa, dando subsídios para a tabulação, conforme orientação. Participar da equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo e quando solicitado. Manter atualizada a documentação referente ao programa em que está inserido. Atualizar registros sob sua responsabilidade. Respeitar as medidas básicas de prevenção de doenças infectocontagiosas. Realizar as inscrições, acompanhamento e demais procedimentos necessários ao cumprimento das normas institucionais. Solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário. Estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias. Mobilizar e acompanhar os educandos nos eventos. Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica. Realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social. Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social. Cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente. Zelar pelos equipamentos e materiais utilizados, providenciando a limpeza, manutenção, conservação e guarda dos mesmos, bem como manter limpo e organizado o local de trabalho. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

Anexo IV – Requerimento Recurso

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE RECURSO

À Comissão organizadora do processo seletivo 001/2020:

Processo Seletivo nº 001/2020 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome:

CPF:

RG:

Endereço:

Motivo do recurso:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data:

ANEXO V - TABELA DE TÍTULOS

Nome:						
	Tipo Documento (Diploma, Certificado, Declaração, Atestado, Certidão)	Período do Curso	Horária	Instituição	Confirmação Recebimento	
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

Declaro que efetuei minha inscrição para o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2020, estando ciente e DE ACORDO com as normas estabelecidas pelo respectivo edital, ciente de que os documentos acima relacionados deverão ser devidamente comprovados através da entrega da documentação, de acordo com os termos previstos pelo edital. Declaro ainda estar ciente de que os mesmos não geram direito garantido a classificação, pois serão objetos de análise da Comissão Especial do Processo Seletivo n.001/2020.

Data: _____

Assinatura Candidato: _____

Assinatura e carimbo do Recebedor: _____

EDITAL Nº 002.2020 FCRS

Publicação Nº 2380521

Feira da Música de Rio do Sul 2020
2º Festival da Canção Entre Rios

Edital 02/2020

OBJETO

1. O presente edital rege o festival competitivo de talentos da música chamado "II Festival da Canção Entre Rios", que acontece junto com a "Feira da Música de Rio do Sul 2020".
2. São objetivos do Festival:
 - 2.1. Dar visibilidade a novos talentos da música regional;
 - 2.2. Trazer outros músicos profissionais e de alto nível técnico e artístico para Rio do Sul a fim de interagirem com músicos e público da região;
 - 2.3. Agregar atrações artísticas à programação da Feira da Música de Rio do Sul;
 - 2.4. Projetar Rio do Sul no cenário regional e estadual da música.

FORMATO

3. O Festival terá duas etapas: Fase Eliminatória e Fase Finalistas.
 - 3.1. Na primeira etapa, chamada Fase Eliminatória, serão avaliados os vídeos dos inscritos (item 9) pela Comissão de Curadoria. Serão escolhidos 12 (doze) finalistas na Categoria Autoral, 6 (seis) finalistas na Categoria Interpretação Nacional e 6 (seis) finalistas na Categoria Interpretação Internacional.
 - 3.2. A segunda etapa, chamada Fase Finalistas, compreenderá a apresentação ao vivo das 24 (vinte e quatro) músicas finalistas e sua avaliação. As apresentações das Categorias de Interpretação Nacional e Internacional serão realizadas dia 24 de abril de 2020 (sexta-feira), a partir das 21h, e as apresentações da Categoria Autoral serão no 25 de abril de 2020 (sábado), a partir das 21h.
 - 3.2.1. O local das apresentações da Fase Finalistas será o Clube Duque de Caxias, situado à Rua Ruy Barbosa, n. 139, Bairro Budag, na cidade de Rio do Sul, SC.
 - 3.2.2. Não será permitida a utilização de música gravada ou playback.
4. Os critérios de avaliação das Categorias Interpretação são: afinação (peso 40), desenvoltura (peso 30), timbre vocal (peso 15) e ritmo (peso 15). E os critérios de avaliação da Categoria Autoral são: criatividade (peso 25), letra da música (peso 20), arranjo (peso 15), afinação (peso 15), desenvoltura (peso 15) e ritmo (peso 10). Os critérios de desempate seguem esta ordem.
 - 4.1. A classificação da canção será pelas notas dadas pelos curadores e jurados conforme os critérios acima e seus pesos.
5. Não poderão participar deste Edital:
 - 5.1. O vencedor em primeiro lugar da Categoria Autoral do ano anterior.
 - 5.2. A mesma canção com a mesma banda ou intérprete que passou para a Fase Finalistas do ano anterior, assim, a banda ou intérprete que passou para a Fase Finalistas no festival de 2019 só pode se inscrever com outra canção.
 - 5.3. Músicas instrumentais (sem letra cantada).
 - 5.4. Membros da CCO do Festival, funcionários e professores da Fundação Cultural de Rio do Sul e ASFUC, assim como seus cônjuges e companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade de até segundo grau; também estão impedidos de participar os funcionários da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INSCRIÇÃO

6. Poderão se inscrever no II Festival da Canção Entre Rios qualquer músico ou banda residente em Santa Catarina, maior de 16 anos, que cumprir as regras deste edital, aceitando todos os seus termos.
7. O prazo de inscrições será de 3 de março de 2020 às 8h (oito horas), até 1º de abril de 2020 às 18h (dezoito horas).
8. A inscrição deve ser feita on-line através da plataforma digital Prosas acessado pelo link: <http://fundacaocultural.art.br/entrerios2020> e deve conter:
 - 8.1. Ficha de Inscrição (conforme modelo do Anexo I) preenchida com as informações básicas da canção, seu(s) autor(es) e intérprete(s).
 - 8.2. Link do vídeo da canção (Item 9).
 - 8.3. Comprovante de depósito digitalizado do valor da inscrição (Item 10).
 - 8.4. Menores de 18 anos devem anexar imagem da Autorização dos Pais ou Responsáveis (Anexo II) devidamente assinada.
 - 8.5. Para inscrição na Categoria Autoral, deve ser encaminhada anexa a letra da música.
9. O vídeo de inscrição é uma mídia audiovisual carregada no Youtube na qual o músico ou banda executa a música no mesmo e exato formato em que pretende apresentar a canção no festival, caso seja selecionado para a Fase Finalistas.
 - 9.1. O vídeo deve começar com o músico se apresentando e dizendo o nome da canção e autoria, e na descrição do vídeo também o nome do intérprete, da canção e do autor.
 - 9.2. O vídeo não pode ter edição.

10. O valor da inscrição é de R\$ 10,00 (dez reais) para cada música inscrita nas Categorias de Interpretação e R\$ 20,00 (vinte reais) para cada música inscrita na Categoria Autoral.
- 10.1. O músico ou banda pode inscrever mais de uma música no Festival, porém, apenas uma na Categoria Autoral e uma na Categoria Interpretação entrará na Fase Finalistas, ou seja, se mais de uma canção da banda ou intérprete ficar entre as classificadas, apenas a com melhor pontuação entrará na competição.
- 10.2. No caso de mais músicas, cada uma deverá ter uma inscrição diferente, assim como ter paga a sua respectiva inscrição.
- 10.3. O pagamento deve ser feito por depósito bancário na conta do Bradesco, agência 0367-0, conta corrente 16.060-1, do titular APP e Amigos da Fundação Cultural de Rio do Sul, de CNPJ 95.951.992/0001-49.
- 10.4. A inscrição só será validada com a conferência do depósito.
- 10.5. O valor da inscrição não será devolvido em nenhuma hipótese.

FASE FINALISTAS

11. As canções classificadas para a Fase Finalistas serão divulgadas no dia 9 de abril de 2020, através do site www.fundacaocultural.art.br e os finalistas serão comunicados via e-mail.
- 11.1. Será aberto prazo de 5 dias (até 14 de abril) para impetrar recurso quanto ao resultado da classificação, que deverá ser feito através do e-mail dir.artes@fundacaocultural.art.br.
- 11.2. O resultado final da Fase Finalistas será divulgado no dia 16 de abril de 2020 através dos mesmos meios.
12. Apenas para as músicas que passarem para a Fase Finalistas serão exigidos outros documentos. Estes deverão ser enviados por e-mail (dir.artes@fundacaocultural.art.br) em até 6 dias da data de divulgação dos resultados, sob pena de desclassificação. São eles:
- 12.1. Na Categoria Autoral, encaminhar a Declaração de Autoria da Música (Anexo III), assinada.
- 12.2. Uma cópia do comprovante de residência de Santa Catarina com mais de 2 anos (anterior a março de 2018) e outro com menos de 3 meses (janeiro a março de 2020). Caso o autor ou intérprete não tenha o comprovante em seu nome, deverá encaminhar também a Declaração de Residência (Anexo IV) assinada e registrada em cartório.
- 12.3. Informar o número, agência e titular de conta bancária em que deseje que o prêmio seja depositado.
- 12.4. Em caso de menores de 18 anos, trazer a Autorização dos Pais ou Responsáveis (Anexo II) assinada.
- 12.5. Encaminhar o mapa de palco (ride) e demais necessidades técnicas para a apresentação ao vivo.
13. Não serão disponibilizados instrumentos musicais para a apresentação das canções, cabendo a cada músico ou banda levá-los ao evento. A Fundação Cultural de Rio do Sul disponibilizará apenas o sistema de som de palco, de frente, corpo da bateria.
- 13.1. Ficarão à disposição 2 (dois) assistentes de palco e 1 (um) técnico de som profissional.
- 13.2. Será agendado a passagem de som no período da tarde do dia da apresentação, não podendo exceder 25 minutos cada banda ou intérprete.
- 13.3. A sequência das apresentações segue a ordem decrescente das bandas ou intérpretes que utilizam mais canais da mesa de som.
- 13.4. Na hora da apresentação, cada banda tem 10 minutos entre o tempo que pisa no palco, toca e deixa o palco com seus instrumentos. Caso ocorra atrasos, a banda perde 0,1 (um décimo) de pontuação na média final por cada minuto extrapolado.

AVALIAÇÃO

14. A Comissão de Curadoria da Fase Eliminatória será composta por professores e profissionais de música ligados à Fundação Cultural de Rio do Sul.
15. Os Jurados da Fase Finalistas serão escolhidos por edital próprio e não terão vínculo com a Fundação Cultural de Rio do Sul ou ASFUC.

PREMIAÇÃO

16. Todos os 24 (vinte e quatro) participantes que se apresentarem na Fase Finalistas ganharão o Prêmio de Participação para ajudar em seus custos, sendo o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para a Categoria Autoral e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para as Categorias de Interpretação Nacional e Internacional.
- 16.1. Os finalistas que por qualquer motivo não puderem e/ou não quiserem se apresentar na fase final, não receberão o valor acima citado.
- 16.2. Os valores das premiações serão depositados na conta bancária informada (item 12.3) em até 20 dias úteis após o festival.
17. Os prêmios para os vencedores na Categoria Autoral são:
- Primeiro lugar: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) + troféu (mais gravação profissional de uma música).
- Segundo lugar: R\$ 1.000,00 (mil reais) + troféu.
- Terceiro lugar: R\$ 600,00 (seiscentos reais) + troféu.
- Quarto lugar: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) + troféu.
- Quinto lugar: R\$ 300,00 (trezentos reais) + troféu.
18. Os prêmios para os vencedores na Categoria Interpretação Nacional são:
- Primeiro lugar: R\$ 1.000,00 (mil reais) + troféu.
- Segundo lugar: R\$ 500,00 (quinhentos reais) + troféu.
- Terceiro lugar: R\$ 300,00 (trezentos reais) + troféu.
19. Os prêmios para os vencedores na Categoria Interpretação Internacional são:
- Primeiro lugar: R\$ 1.000,00 (mil reais) + troféu.
- Segundo lugar: R\$ 500,00 (quinhentos reais) + troféu.

Terceiro lugar: R\$ 300,00 (trezentos reais) + troféu.

20. A gravação profissional de uma música que trata o item 17 será feita em parceria com o Estúdio OSG Produções, de Rio do Sul/SC. O músico ou banda tem até 180 dias, a partir do recebimento do Prêmio, para realizar a gravação, que deverá ser agendada previamente.

21. Haverá premiação para as torcidas no dia das apresentações da Fase Finalistas.

DISPOSIÇÕES GERAIS

22. Na Fase Finalista, ganhará 0,5 (meio) ponto extra no quesito desenvoltura (respeitando seu peso na nota final) o intérprete ou banda de cada categoria que tiver o maior número de curtidas na postagem oficial da sua classificação (haverá uma postagem de cada finalista) que será feita no Instagram da @fundacaocultural entre os dias 17 de abril a 21 de abril de 2020.

23. A organização do Festival será da Comissão Central Organizadora (CCO), formada por professores e profissionais da música ligados à Fundação Cultural de Rio do Sul, à Associação dos Pais, Professores e Amigos da Fundação Cultural de Rio do Sul (ASFUC) e à Associação dos Músicos do Alto Vale do Itajaí (AMUSAVI).

24. Os casos omissos do presente edital e outras dúvidas que vierem a surgir serão resolvidos pelos membros da CCO, sendo sua decisão soberana.

Rio do Sul, 03 de março de 2020.

ANEXO II

Autorização dos pais ou responsáveis

Eu,, portador do CPF nº., residente e domiciliado na Rua, no., bairro, da cidade de, estado de Santa Catarina, declaro ter lido todo o Edital 02/2020 da Fundação Cultural de Rio do Sul disponibilizado no site www.fundacaocultural.art.br e AUTORIZO..... a participar do Festival da Canção Entre Rios conforme as datas e condições do referido edital.

Rio do Sul / SC,/ /.....

.....
(Assinatura do pai, mãe ou responsável)

ANEXO III

Declaração de Autoria da Música

Eu,, portador do CPF nº., residente e domiciliado na Rua, no., bairro, da cidade de, estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins que a obra musical intitulada: inscrita no Festival da Canção Entre Rios de 2020 é de minha autoria.

Rio do Sul – SC,/ /.....

.....
(Assinatura do autor)

ANEXO IV

Declaração de Residência

Eu,....., portador do CPF..... e RG....., residente....., bairro....., cidade de, UF....., CEP

declaro, a pedido do interessado para fins de comprovar residência junto ao 2º Festival da Canção Entre Rios, que:

O Sr(a)....., portador do CPF..... e RG....., reside em imóvel de minha propriedade, no seguinte endereço: , bairro....., cidade de, UF....., CEP, há mais de meses,

na condição de:

() Membro da família

() Imóvel cedido/comodato

() Aluguel sem contrato de locação

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Rio do Sul / SC,/ /.....

.....
Assinatura do declarante

PORTARIA N. 0184/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379637

PORTARIA N. 0184/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 04/02/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 021/2019, designada pela Portaria n. 1824/DGP de 19 de novembro de 2019 (publicada no DOM em 20/11/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 021/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 001/CPSA/021/2019, de 14 de fevereiro de 2020, em face a complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0188/DGP DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379642

PORTARIA N. 0188/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 04/02/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 018/2019, designada pela Portaria n. 1821/DGP de 19 de novembro de 2019 (publicada no DOM em 20/11/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 018/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 001/CPSA/018/2019, de 14 de fevereiro de 2020, em face a complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0204/DGP

Publicação Nº 2380628

PORTARIA N. 0204/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao artigo 48, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, conceder aos servidores abaixo identificados, o primeiro Adicional por Formação Profissional, por terem apresentado o respectivo certificado e obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 53, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

- a) CRISTIAN GREIN BUENO, matrícula n. 31601898-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação em Administração, conforme protocolo n. 184189/2019;
- b) CAMILA BORBA, matrícula n. 2181517-1, ocupante do cargo de provimento efetivo TECNICO EM ENFERMAGEM, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação em Artes Visuais, conforme protocolo n. 183877/2019;
- c) NILSON GABRIEL FELIPPE, matrícula n. 72311-1, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso do curso de ensino médio, conforme protocolo n. 183976/2019;
- d) CEZINANDO JOSÉ MACIESKI, matrícula n. 75892-1, ocupante do cargo de provimento efetivo OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso do curso de ensino médio, conforme protocolo n. 183975/2019;

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Fevereiro de 2020, de acordo com o artigo 52 da Lei Complementar n. 401, de 28 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
fcb

PORTARIA N. 0205/DGP

Publicação Nº 2380495

PORTARIA N. 0205/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao artigo 48, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, conceder a servidora abaixo identificada, o Segundo Adicional por Formação Profissional, por ter apresentado o respectivo certificado e obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 53, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

- a) CARLA FABIANA RIBEIRO, matrícula 78565-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA Coaching, conforme protocolo n. 183847/2019;

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de Fevereiro de 2020, de acordo com o artigo 52 da Lei Complementar n. 401, de 28 de agosto de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
fcb

PORTARIA N. 0206/DGP

Publicação Nº 2380519

PORTARIA N. 0206/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento nos Artigos 40 ao 42, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, conceder aos servidores abaixo

relacionados, o benefício do Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 53, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO	ADICIONAL CONCEDIDO
ADRIANA DE MIRANDA LIMA ERHARDT	1031287-1	TECNICO EM ENFERMAGEM	184007/2019	3º
CAMILA BORBA	2181517-1	TECNICO EM ENFERMAGEM	183878/2019	1º
ERVIN SPERANDIO	236454-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	183842/2019	3º
INDIANARA APARECIDA DA SILVA	229660-3	EDUCADOR SOCIAL	183399-2019	1º
IOLANDA WEISS WARMLING	71560-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	153514/2019	3º
GRAZIELI DA LUZ	821799-1	AUXILIAR SERVICOS GERAIS I	183955/2019	1º
JAIR PADILHA	165794-3	AUXILIAR SERVICOS GERAIS II	183946/2019	3º
JOEL ANTONIO	76376-5	PEDREIRO	182606/2019	1º
NEUSA RODRIGUES GONÇALVES	1984837-2	AUXILIAR SERVICOS GERAIS I	183176/2019	1º
TANIA MARA BARBOSA POSTAI	169080-4	AUXILIAR SERVICOS GERAIS I	183901/2019	1º
VEREDIANA REGINA PASSIG	93386-3	ASSISTENTE SOCIAL	184159/2019	3º

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de fevereiro de 2020, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

PORTARIA N. 0223/DGP DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380500

PORTARIA N. 0223/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera o caput do artigo 1º da Portaria n. 0180/DGP de 14 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2020, referente ao servidor DEJAIR PAULO SOPHIATI JUNIOR, matrícula n. 169412, ocupante do cargo de provimento efetivo Auditor Fiscal da Receita Municipal, o qual teria, em tese, ausentado-se durante o horário de expediente para realização de atividades particulares. "

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0224/DGP DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380518

PORTARIA N. 0224/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera o caput do artigo 1º da Portaria n. 0181/DGP de 18 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 006/2020, referente ao servidor HUIGUIMAR THIAGO TAVARES BENICIO, matrícula n. 31593453, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, o qual teria, em tese, faltado injustificadamente. "

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0229/DGP DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380545

PORTARIA N. 0229/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera o caput do artigo 1º da Portaria n. 0153/DGP de 11 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2020, referente ao servidor HENRIQUE DE JESUS, matrícula n. 31581587, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais II, o qual teria, em tese, faltado injustificadamente. "

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0230/DGP DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380558

PORTARIA N. 0230/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera o caput do artigo 1º da Portaria n. 0152/DGP de 11 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2020, referente à FERNANDA DA SILVA LIS, matrícula n. 227161, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a qual teria, em tese, faltado injustificadamente. "

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0231/DGP DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação N° 2380606

PORTARIA N. 0231/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera o caput do artigo 1º da Portaria n. 0148/DGP de 10 de fevereiro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2020, referente ao servidor ELIZEU DE OLIVEIRA SANTOS SOBRINHO, matrícula n. 236616, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o qual teria, em tese, faltado injustificadamente. "

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 213/DGP

Publicação Nº 2380378

PORTARIA N. 0213/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 14/02/2020, a servidora Janaina Bitencourte Paludo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em conformidade com o Artigo 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Arop

PORTARIA N.0215/DGP

Publicação Nº 2380438

PORTARIA Nº. 0215/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor SEBASTIÃO DO AMARAL, matrícula n. 76139-1, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, a sexta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019, com fundamento no Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de junho de 2019, com base nas disposições contidas no Artigo 37 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Fcb

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 1.078, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2380042



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1078, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Homologa Processo Licitatório nº
05/2020, representado pela Dispensa
de Licitação nº 01/2020.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de
sua atribuição prevista no inciso IX do art. 40 do Regimento Interno -
Resolução 597/2010, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 05/2020,
representado pela Dispensa de Licitação nº 01/2020, e vez que todos os atos
foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº
8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
GIACOMINI:52 por CARISO SAVIO
865762904 GIACOMINI:52865762904
Dados: 2020.02.28
12:18:33 -03'00'
CARISO SÁVIO GIACOMINI
[Assinado Digitalmente]

Resolução nº 1078/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da
Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site
<https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

RESOLUÇÃO Nº 1079, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380044



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1079, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Homologa Processo Licitatório nº
06/2020, representado pela Dispensa
de Licitação nº 02/2020.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de
sua atribuição prevista no inciso IX do art. 40 do Regimento Interno -
Resolução 597/2010, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 06/2020,
representado pela Dispensa de Licitação nº 02/2020, e vez que todos os atos
foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº
8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
GIACOMINI:52865762904 por CARISO SAVIO
865762904 Dados: 2020.02.28
12:18:09 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI
[Assinado Digitalmente]

Resolução nº 1079/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da
Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site
<https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019 DE 05/02/2019 DATA: 03/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Publicação Nº 2381333

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019 DE 05/02/2019

Data: 03/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

CNPJ nº 08.310.833/0001-60

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 05/02/2020

TÉRMINO: 05/03/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2019

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2019 DE 08/05/2019 DATA: 14/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MULTI ESPORTES LTDA (+FIT)

Publicação Nº 2381334

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2019 de 08/05/2019

DATA: 14/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MULTI ESPORTES LTDA (+FIT) CNPJ 26.418.419/0001-51

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. ACRÉSCIMOS ITENS 4 e 5.

INÍCIO: 14/02/2020

TÉRMINO: 08/05/2020

VALOR: Valor Total de R\$ 1.840,00 (um mil, oitocentos e quarenta reais)

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019 DE 05/02/2019 DATA: 03/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Publicação Nº 2381335

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019 DE 05/02/2019

Data: 03/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

CNPJ nº 08.310.833/0001-60

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO. ACRÉSCIMOS ITENS 1 ATÉ 16.

INÍCIO: 04/02/2020

TÉRMINO: 05/03/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 05/2019

2º TA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2019 DE 28/02/2019 DATA: 27/02/2020 LICITAÇÃO COMPARTILHADA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2017 PROMOVIDA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI E COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES CONTRATO: ADOBE ENGENHARIA LTDA EP

Publicação Nº 2381336

2º TA ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2019 de 28/02/2019

DATA: 27/02/2020

Licitação Compartilhada Tomada de Preços nº 016/2017 promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações

CONTRATO: ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP CNPJ 01.154.345/0001-62

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM CAMINHÃO EQUIPADO COM SISTEMA ROLL ON ROLL OFF E FORNECIMENTO DE CAÇAMBA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

INÍCIO: 28/02/2020

TÉRMINO: 28/08/2020

3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018 DE 05/03/2018 DATA: 20/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2018 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM - FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: JONAS RICARDO ROEPCKE (NOME DE FANTASIA – JJS)

Publicação Nº 2381337

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2018 de 05/03/2018

DATA: 20/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2018 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - Tipo de Licitação: Por Item - Forma de Julgamento: Menor Preço

CONTRATO: JONAS RICARDO ROEPCKE (NOME DE FANTASIA – JJS)

CNPJ 29.823.099/0001-03

OBJETO: ACRÉSCIMO NO ITEM 1

DATA: 20/02/2019

TÉRMINO: 05/06/2020

VALOR: Total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: VALDIR PEDRON

Publicação Nº 2381314

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2020

Data: 24/02/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CONTRATO: VALDIR PEDRON

CPF sob n.382.161.409-91 - DAP nº SC00003821614099117052007

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

INÍCIO: 24/02/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR: Total de R\$ 19.996,30 (dezenove mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: ANELIR PIONTKOWSKI

Publicação Nº 2381315

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2020

Data: 24/02/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CONTRATO: ANELIR PIONTKOWSKI

CPF 579.158.069-04 DAP: SDW057915806904011181126

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

INÍCIO: 24/02/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR: Total de R\$ 19.990,80 (dezenove mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PSICULTORES - COOMAPEIXE

Publicação Nº 2381316

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2020

Data: 24/02/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CONTRATO: COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PSICULTORES - COOMAPEIXE
CNPJ 06.059.358/0001-76 - DAP nº SDW0605935800012005130749
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total de R\$ 33.996,23 (trinta e três mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAI

Publicação Nº 2381317

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAI
CNPJ 07.125.517/0001-56, DAP nº SDW0712551700011010160931
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total de R\$57.282,07 (cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e sete centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: JEAN HENRIQUE GAULKE

Publicação Nº 2381319

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: JEAN HENRIQUE GAULKE CPF 004.132.629-60,
DAP: SDW0004132629602606170502
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total de R\$19.990,30 (dezenove mil, novecentos e noventa reais e trinta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: ANDRE DE PIN

Publicação Nº 2381321

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: ANDRE DE PIN CPF 028.794.439-54, DAP: SDW0028794439543101200253
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total de R\$ 19.990,80 (dezenove mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: JUCINEI KOSLOSKI

Publicação Nº 2381324

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE

2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: JUCINEI KOSLOSKI CPF 061.244.419-85, DAP:SDW0061244419851401190343
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total de R\$ 10.852,60 (dez mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE

Publicação Nº 2381327

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: COOPERATIVA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE
CNPJ 01.435.328/0002-84, DAP: SDW0143532800012505180209
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total de R\$34.560,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: FLAVIO HENCKEMAIER DE SOUZA

Publicação Nº 2381329

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: FLAVIO HENCKEMAIER DE SOUZA
CPF 733.719.989-91, DAP: SDW0733719989911712180334
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: Total R\$3.263,60 (três mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: NILSON LUEDERS

Publicação Nº 2381330

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)
CONTRATO: NILSON LUEDERS CPF 053.520.929-09, DAP: SDW005352092909251190834
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
INÍCIO: 24/02/2020
TÉRMINO: 31/12/2020
VALOR: R\$18.896,24 (dezoito mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: HELGA HERTEL HOE

Publicação Nº 2381331

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2020
Data: 24/02/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE

2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CONTRATO: HELGA HERTEL HOE

CPF 763.296.239-53, DAP: SDW0763296239532202191030

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

INÍCIO: 24/02/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR R\$15.359,96 (quinze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020 DATA: 24/02/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CONTRATO: SABRINA HERTEL HOE

Publicação Nº 2381332

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020

Data: 24/02/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO AMPARADA NA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009, E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CONTRATO: SABRINA HERTEL HOE

CPF 055.857.619-27, DAP: SDW0055857619272202191047

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

INÍCIO: 24/02/2020

TÉRMINO: 31/12/2020

VALOR R\$ 12.979,54 (doze mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2381313

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 - SECRETARIA DE FAZENDA

005 - DIRETORIA DE AGRICULTURA, FOMENTO AGROPECUÁRIO E DO MEIO AMBIENTE

0020.0607.0110.2021 - Manutenção e Conservação Canais de Irrigação

34490000000000000000 - Aplicações Diretas (3.640.000 – Transf. Convênio – União/Outros)
..... R\$83.000,00

TotalR\$83.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de Janeiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 30 de Janeiro de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CAMINHÃO 6X2 USADO, NO CHASSIS (NÃO INFERIOR A ANO/MODELO 2006/2006), PARA U

Publicação Nº 2381312

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS
Extrato do Edital de Pregão
Processo Licitatório Nº 21/2020
Tipo do Julgamento: Menor Preço
Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CAMINHÃO 6X2 USADO, NO CHASSIS (NÃO INFERIOR A ANO/MODELO 2006/2006), PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento dos envelopes e do credenciamento: Data: 12/03/2020 - Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 12/03/2020 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 28 de fevereiro de 2020.

Rafael Nones
Secretario de Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº01/2020

Publicação Nº 2379784

DECRETO LEGISLATIVO N. 01, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS REMUNERADA AO PREFEITO
DE RIO DOS CEDROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DILSON DALPIAZ, presidente da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros, no uso de suas atribuições legais, faz a todos saber que os Vereadores aprovaram e eu promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art.1º. Ficam concedidas férias remuneradas ao Prefeito de Rio dos Cedros, nos termos do Ofício GP n. 021/2020, do período de 02/03/2020 até o dia 31/03/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo deverá adotar as medidas de praxe para transmissão do cargo ao Vice-Prefeito durante os períodos mencionados.

Art.3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 28 de fevereiro de 2020.

DILSON DALPIAZ
Presidente da Câmara de Vereadores
de Rio dos Cedros

Rio Fortuna

PREFEITURA

TERMO DE DESCONSIDERAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020

Publicação Nº 2380382

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

TERMO DE DESCONSIDERAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Pelo presente Termo de Desconsideração de Publicação, faz-se desconsiderar a publicação intitulada PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020, veiculada na edição de nº 3064 do Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), datada de 26 de fevereiro de 2020, na página nº 2293, visto que a mesma foi publicada equivocadamente, já que o conteúdo desta deveria ser o aviso do Processo Licitatório nº 020/2020 - Edital de Pregão Presencial nº 011/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC.

Rio Fortuna/SC, 28 de fevereiro de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020

Publicação Nº 2380386

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Pelo presente termo de Retificação do Edital de Pregão Presencial Nº 011/2020, Processo Licitatório nº 020/2020 do Município de Rio Fortuna, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC, em face à não publicação do aviso de licitação em tempo hábil em todos os meios de divulgação exigidos por Lei, altera-se a data de abertura do referido Processo Licitatório para o dia 13 de março de 2020. Mantêm-se os demais critérios e características do Edital de Pregão Presencial nº 011/2020, Processo Licitatório nº 020/2020 do Município de Rio Fortuna, aqui não modificadas, inclusive, o local e horário de abertura deste certame.

Rio Fortuna, 28 de fevereiro de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação N° 2380782

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, dentro do que determina a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 em seu Artigo 9º, § 4º e parágrafo único do Artigo 48, que dispõe sobre as Audiências Públicas Municipais, convida a Sociedade Rio-negrinhense para participar da Audiência Pública de apresentação de alterações pontuais na Lei Complementar nº 35/2006 e suas alterações – Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental, Urbano e Rural de Rio Negrinho e em outras leis urbanísticas, aprovadas pelo Conselho da Cidade, que será realizada na Câmara de Vereadores de Rio Negrinho, localizada na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, nº 130 - Centro, no dia 18 de Março de 2020, quarta-feira, das 19:00 horas até às 21:00 horas.

Rio Negrinho, 28 de fevereiro de 2020.

JÚLIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação N° 2380774

EDITAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, dentro do que determina a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 em seu Artigo 9º, § 4º e parágrafo único do Artigo 48, que dispõe sobre as Audiências Públicas Municipais, convida a Sociedade Rio-negrinhense para participar das Audiências Públicas de apresentação do diagnóstico coletado na etapa 02 do Processo de Revisão do Plano Diretor que corresponde às Leituras Comunitárias realizadas nos bairros e localidades do Município, a serem realizadas em dois momentos:

- No dia 1º de abril de 2020, quarta-feira, às 19 horas, no Auditório da Câmara de Vereadores, sito à Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, nº 130, Centro – Rio Negrinho/SC.
- No dia 07 de abril de 2020, terça-feira, às 19 horas, no Salão da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes sito a Rua Bernardo Olsen Neto, Distrito de Volta Grande – Rio Negrinho/SC.

Rio Negrinho, 28 de fevereiro de 2020.

JÚLIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 001/2020

Publicação Nº 2379557

Pág 1 / 6

PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos
Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
123/2014 / 2014	15/07/2014	15/07/2015	15/07/2015	15/07/2014	Dispensa de Licitação - 99/2014	7358 - JOAO CELIO DUMS	38.400,00
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, OBJETO DA MATRÍCULA NºS 3.794 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIO NEGRINHO, CONSTANTE DE UM TERRENO URBANO, SOBRE O QUAL ESTÁ EDIFICADA UMA RESIDÊNCIA DE ALVENARIA COM 295,98m², SITUADA NA RUA JOSÉ MARIA CARDOSO DA VEIGA Nº 735, BAIRRO BELA VISTA, EM RIO NEGRINHO, O QUAL ABRIGARÁ AS INSTALAÇÕES DO CMEI CLARA LUZ.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
031AP/2020	Apostila	01/01/2020	14/07/2020	14/07/2020	01/01/2020		21.187,98
01/2020	Rescisão Contratual	31/01/2020	31/01/2020	31/01/2020	31/01/2020		21.187,98
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
157/2016 / 2016	29/07/2016	29/07/2017	29/07/2016	29/07/2016	Pregão - 80/2016	879886 - LABB LABORATÓRIO BECKHAUSER & BARROS	35.920,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA E ANÁLISE DO SISTEMA DE TRATAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL E CEMITÉRIO VERTICAL DE RIO NEGRINHO - SC							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
019AP/2020	Apostila	01/01/2020	29/07/2020	29/07/2020	01/01/2020		15.365,14
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
110/2017 / 2017	14/07/2017	13/07/2018	13/07/2018	14/07/2017	Pregão - 62/2017	724351 - GENTE SEGURADORA SA	79.913,05
Objeto: RENOVAÇÃO DAS APÓLICES DE SEGUROS DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
012/2019	Objeto	30/01/2020	13/07/2020	13/07/2020	30/01/2020		946,17
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
027/2017 / 2017	23/02/2018	23/02/2018	23/02/2018	23/02/2017	Pregão - 6/2017	931748 - NC COMUNICAÇÕES S.A.	27.500,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, PARA PUBLICAÇÃO DE LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EDITAIS, CONTRATOS, CONVÊNIOS, EXTRATOS E DEMAIS ATOS LEGAIS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
024/2020/2020	Prorrogação	25/02/2020	25/02/2021	25/02/2021	12/02/2020		30.260,00
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
058/2017 / 2017	20/04/2017	20/04/2018	20/04/2018	20/04/2017	Pregão - 111/2016	880051 - RNR SERVIÇOS DE INTERNET LTDA	7.200,00
Objeto: TAXA DE MANUTENÇÃO DE INTERNET LIVRE EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
020AP/2020	Apostila	01/01/2020	20/04/2020	20/04/2020	01/01/2020		5.319,72
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
019 / 2019	28/02/2019	28/02/2020	28/02/2020	30/01/2019	Dispensa de Licitação - 7/2019	891452 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	80.000,00
Objeto: Prestação de serviços postais e telemáticos convencionais para a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT, em âmbito regional, durante o exercício de 2019.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Fornecedor	Valor
013/2020	Prorrogação	28/02/2020	28/02/2021	28/02/2021	31/01/2020		80.000,00
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
027 / 2019	19/02/2019	19/02/2020	19/02/2020	19/02/2019	Dispensa de Licitação - 14/2019	138827 - ADEMAR PSCHIEDT	30.000,00
Objeto: Locação de um galpão comercial em alvenaria para armazenamento material proveniente da decoração natalina do Projeto Natal Encantado.							

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO321101-1749-MBSJU-28040825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não

Pág 2 / 6

Aditivos:		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		032/2020	Prorrogação	20/02/2020	20/02/2021	20/02/2021	18/02/2020	31.291,32
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		018 / 2019	30/01/2019	30/01/2020	30/01/2019	270725 - TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA.	270725 - TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA.	1.698.918,00
		Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar na área rural do município de Rio Negrinho - SC, conforme Lei Municipal nº 957/1997.						
Aditivos:								
		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		009/2020	Prorrogação	30/01/2020	30/01/2021	30/01/2021	30/01/2020	1.728.685,63
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		077 / 2019	04/06/2019	31/01/2020	04/06/2019	208426 - JDI CONSTRUTORA LTDA	208426 - JDI CONSTRUTORA LTDA	554.635,96
		Objeto: Execução remanescente de obra, pelo sistema de empreitada global, de reforma e ampliação do Centro Integrado de Saúde - CIS, localizado à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque nº 40, Centro, em Rio Negrinho, conforme memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos anexos ao Processo Licitatório nº 090/2018, com recursos oriundos do Convênio 2018TR001066 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Rio Negrinho.						
Aditivos:								
		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		011/2020	Prazo	01/02/2020	29/06/2020	29/06/2020	30/01/2020	0,00
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		139 / 2019	01/10/2019	30/09/2020	06/09/2019	880051 - RNR SERVIÇOS DE INTERNET LTDA	880051 - RNR SERVIÇOS DE INTERNET LTDA	15.960,00
		Objeto: Contratação de serviço de conexão de internet para as escolas, creches, unidades de saúde e diversas dependências descentralizadas da Administração Municipal.						
Aditivos:								
		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		021AP/2020	Apostila	01/01/2020	30/09/2020	30/09/2020	01/01/2020	10.640,00
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		140 / 2019	01/10/2019	30/09/2020	06/09/2019	10540008 - SIM INTERNET PROVEDORES DE INTERNET EIRELI - ME	10540008 - SIM INTERNET PROVEDORES DE INTERNET EIRELI - ME	33.876,48
		Objeto: Contratação de serviço de conexão de internet para as escolas, creches, unidades de saúde e diversas dependências descentralizadas da Administração Municipal.						
Aditivos:								
		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		022AP/2020	Apostila	01/01/2020	30/09/2020	30/09/2020	01/01/2020	22.584,32
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		141 / 2019	01/10/2019	30/09/2020	06/09/2019	646229 - UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A	646229 - UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A	45.276,00
		Objeto: Contratação de serviço de conexão de internet para as escolas, creches, unidades de saúde e diversas dependências descentralizadas da Administração Municipal.						
Aditivos:								
		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		023AP/2020	Apostila	01/01/2020	30/09/2020	30/09/2020	01/01/2020	30.184,00
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		142 / 2019	01/10/2019	30/09/2020	06/09/2019	10540032 - ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	10540032 - ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	3.932,40
		Objeto: Contratação de serviço de conexão de internet para as escolas, creches, unidades de saúde e diversas dependências descentralizadas da Administração Municipal.						
Aditivos:								
		Número/Ano	Tipo	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
		024AP/2020	Apostila	01/01/2020	30/09/2020	30/09/2020	01/01/2020	2.621,60
		Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor	
		144 / 2019	26/09/2019	30/10/2020	26/09/2019	579157 - LN CONSTRUÇÕES LTDA	579157 - LN CONSTRUÇÕES LTDA	485.822,14
		Objeto: Execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de construção de UMA ÁREA PÚBLICA DE LAZER (PRAÇA JARDIM) E ÁREA PÚBLICA DE EXPOSIÇÕES DO LEGADO MÓVEIS CIMO (VITRINE MÓVEIS CIMO) em terreno localizado na Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, Centro Cívico do Município de Rio Negrinho, com recursos federais, através do Contrato de Repasse SICONV nº 869956/2018/MTUR/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho.						
Aditivos:								

IPM Sistemas Ltda

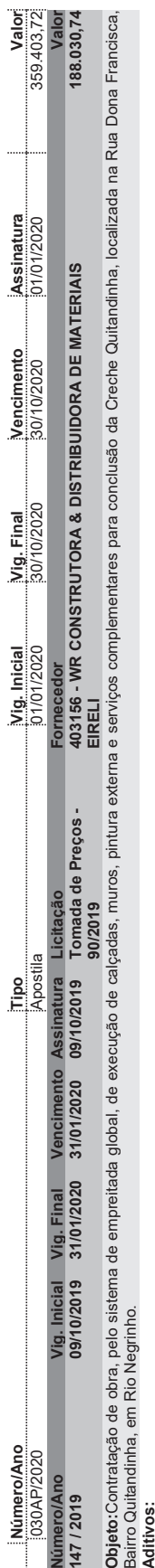
Identificador: WCO321101-1749-MBBJU-2804-09825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não



Aditivos:		Tipo		Vig. Inicial		Vig. Final		Assinatura		Valor	
Número/Ano											
028AP/2020		Apostila				31/01/2020	20/04/2020			262.725,33	
155 / 2019		Assinatura		Licitação				Fornecedor		Valor	
		Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	14/11/2019	31/07/2021	31/07/2021	14/11/2019	10541241 - GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA.	2.230.250,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AEROLEVANTAMENTO, CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, FORNECIMENTO DE SISTEMAS, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, com recursos do Programa de Modernização Tributária - PMAT, através do Contrato 1081-349000001-007 / 1081-349-000001-00 e contrapartida do Município de Rio Negrinho.											

Ativos:		Tipo		Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
Número/Ano	025AP/2020		Apostila	01/01/2020	14/05/2020	14/05/2020	01/01/2020	266.640,00
Número/Ano	159 / 2019	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação		
		21/11/2019	21/05/2020	21/05/2020	21/11/2019	Dispensa de Licitação - 119/2019	Fornecedor	
							365750 - ELETRO COMERCIAL ENERGIUZ	1.061.688,08

Objeto: Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de até 06 (seis) meses.

Aditivos:		Tipo		Vig. Inicial		Vig. Final		Vencimento		Assinatura		Valor	
	029AP/2020		Apostila		01/01/2020		21/05/2020		21/05/2020		01/01/2020		530.844,04
	1697/2019												
		Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor						Valor
		05/12/2019	05/06/2020	05/06/2020	05/12/2019	Inexigibilidade - 125/2019	934488 - CENTRO DE CONVENCENCIA POMMERN HEIM						18.122,46

Objeto: Contratação de acolhimento para o idoso Sr. A. D. V. F. em instituição de longa permanência, conforme requisição do Ministério Público de Santa Catarina contida no ofício nº 0561/2019/01P/JRNE.

IPM Sistemas Ltda	Identificador: WCO321101-1749-MBBUJ-280409825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO	20/11/2018 11:37
-------------------	--	------------------

Relatório de Contratos

FiltroInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somento Aditivos: Não



Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Tipo	Licitação	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
026/AP/2020	01/01/2020	31/07/2020	08/01/2020	01/01/2020	Apostila				05/06/2020	01/01/2020	12.081,64
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
001 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	08/01/2020	Dispensa de Licitação - 114/2019	334413 - COOPERATIVA REGIONAL DE IND. E COM. DOLCIMAR LUIS BRUNETTO					277.063,57
Objeto:Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação de Rio Negrinho e Colégio Cenecista São José, durante os meses de Fevereiro à Julho de 2020.											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
002 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	10528342 - VHR DISTRIBUIDORA EIRELI					222.628,87
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
003 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	880116 - SUPERMERCADO DJEK E SHERON CIA LTDA					173.482,15
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
004 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	889520 - P.A.S. - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO SOCIAL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.					30.850,56
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
005 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	914924 - NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA ME					14.737,80
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
006 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	10546057 - CASAHOME COMERCIO EIRELI					44.617,62
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
007 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	929549 - JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP					162.008,00
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
008 / 2020	01/02/2020	31/07/2020	31/07/2020	22/01/2020	Pregão - 118/2019	10538445 - SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI					51.071,20
Objeto:FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DURANTE O PERÍODO DE FEVEREIRO A JULHO DE 2020											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
009 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020	Inexigibilidade - 5/2020	270725 - TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA.					648.000,00
Objeto:Aquisição de 135.000 (cento e trinta e cinco mil) passagens de ônibus à R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) cada, totalizando R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais), destinadas ao vale transporte dos servidores da Administração Direta e da Secretaria de Educação, do Município de Rio Negrinho, que residam a mais de dois quilômetros do seu local de trabalho.											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
008 / 2020	18/02/2020	18/08/2020	18/08/2020	18/02/2020	Dispensa de Licitação - 10/2020	10542850 - CLAUDENI PEREIRA DA SILVA EIRELI					19.692,00
Objeto:Acoplimento institucional de paciente idoso em instituição de longa permanência, em caráter emergencial, conforme documentos em anexo, do Sr. J.E.B., pelo prazo de 06 (seis meses) meses, podendo ser prorrogado em caso da necessidade de se manter o internamento após este período.											
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento <td>Assinatura</td> <td>Licitação</td> <td>Fornecedor</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Valor</td>	Assinatura	Licitação	Fornecedor					Valor
009 / 2020	18/02/2020	18/08/2020	18/08/2020	18/02/2020	Dispensa de Licitação - 11/2020	10542850 - CLAUDENI PEREIRA DA SILVA EIRELI					16.200,00
Objeto:Acoplimento institucional de paciente idoso em instituição de longa permanência, em caráter emergencial, conforme documentos em anexo, do Sr. I.N., pelo prazo de 06 (seis meses) meses, podendo ser prorrogado em caso da necessidade de se manter o internamento após este período.											

IPM Sistemas Ltda

PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtrarInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não



Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
30 / 2020	18/02/2020	31/12/2020	18/02/2020	18/02/2020	Inexigibilidade - 12/2020	263451 - SOCIEDADE MUSICAL RIO NEGRINHO	105.000,00
Objeto: Locação de 200 m² de piscina térmica coberta, com disponibilização de toda estrutura, limpeza de banheiros, uma sala para o professor e fornecimento de utensílios para prática do esporte, para uso dos alunos da Rede Municipal de Ensino visando a continuidade do Projeto de Natação desenvolvido pela Secretaria de Educação.							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
31 / 2020	18/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	18/02/2020	Dispensa de Licitação - 16/2020	933007 - FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS -	36.000,00
Objeto: Contratação dos cursos de capacitação na área de gestão pública, abaixo relacionados, a serem ministrados no Município de Rio Negrinho, destinados aos servidores públicos municipais, através do PMAT - Programa de Modernização Tributária do BNDES, destinado a apoiar projetos de investimentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, visando a modernização da administração tributária e qualificação do gasto público nos municípios. Contrato Pnat: 1081-349-000001-00 / 1081-3490000002-00. - Meta Capacitações.							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
034 / 2020	21/02/2020	21/02/2021	21/02/2020	21/02/2020		51055 - VANDERLEI LEITHOLD	3.600,00
Objeto: Locação de um imóvel sito na Rua Mathias Simões de Oliveira, - Bairro Vila Nova, na cidade de Rio Negrinho - SC, em cumprimento ao mandado judicial Autos nº 0001760-432018.8.24.0055, na condição de aluguel social onde o município de Rio Negrinho se responsabiliza pelo pagamento do valor constante do presente contrato durante o prazo de 12 (doze) meses. O LOCADOR é por todos os títulos procurador dos proprietários do imóvel.							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
018 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020		285390 - PORTUGAL TELECOMUNICACOES LTDA	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
019 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020		369640 - TM JORNALISMO LTDA - ME	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
020 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020		208264 - EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
021 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020		272299 - RADIO RIO NEGRINHO LTDA	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
022 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020		218600 - PERFILMULTI JORNALISMO E PRODUÇÕES LTDA	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
023 / 2020	10/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	10/02/2020		927155 - PAULO ROBERTO DREGE BUENO LIMA 08812630952	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
025 / 2020	17/02/2020	31/12/2020	31/12/2020	17/02/2020		893358 - SAO BENTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA - ME	0,01
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
188/2017 / 2017	01/12/2017	30/11/2018	30/11/2018	01/12/2017	Tomada de Preços - 102/2017	268879 - SERRANA ENGENHARIA LTDA.	119.747,40
Objeto: COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - RSS DOS GRUPOS "A", "B" (SÓLIDOS E LÍQUIDOS) E "E", DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS E DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO DE ACORDO COM RELAÇÃO DOS GERADORES EM ANEXO, ALEM DOS RESÍDUOS DO GRUPO A4 E RESÍDUOS CLASSE 1.							
Aditivos:							
Número/Ano	Tipo		Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
032AP/2020	Apostila		01/01/2020	30/11/2020	30/11/2020	01/01/2020	117.080,37
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO32101-1749-MBUU-28040825 - Emitido por: CINTIA ESTER ANACLETO

20/11/2018 11:37



PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filterInicialDataAssinatura: 01/09/2018 filtroFinalDataAssinatura: 31/12/2018 Somente Aditivos: Não

Pág 6 / 6

Processo	Data	Evento	Valor
168 / 2019	05/12/2019	05/06/2020	12.240,00
10545891 - JOAO APARECIDO SOUTELLO			
Dispensa de Licitação - 124/2019			

Objeto:Contratação de clínica psiquiátrica para internação, acompanhamento e tratamento médico, em regime hospitalar para F. DE M. F., Ministério Público de Santa Catarina confida nos Autos nº 5001161-22.2019.8.24.0055, conforme documentos anexos ao presente processo de Dispensa de Licitação.

Aditivos:

Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
027/AP/2020					
				Tipo Apostila	
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
07/01/2020 / 2020	07/01/2020	05/06/2020	05/06/2020	07/01/2020	R\$ 8.160,00
Fornecedor					
870927 - A M U N E S C / SC					Valor
OBJETO:EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE PREVISTA NO ARTº 8º DO CONTRATO PÚBLICO CISNORDESTE, RELATIVOS EXAMES EM AUXÍLIO DIAGNÓSTICO E CONSULTAS MÉDICAS, TERAPIAS,					406.099,20
PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E CIRÚRGICOS, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS, BEM COMO TREINAMENTOS E DESENV. PESSOAL.					
Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Valor
10/02/2020 / 2020	10/02/2020	10/02/2020	10/02/2020		Valor
Fornecedor					
FORNECEDORES - TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA.					218.400,00
OBJETO:Aquisição de 45.500 (quarenta e cinco mil e quinhentas) passagens de Ônibus à R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) cada, totalizando R\$ 218.400,00 (duzentos e deztoito mil e quatrocentos reais), destinadas ao transporte dos servidores do Fundo Municipal de Saúde, que residam a mais de dois quilômetros do seu local de trabalho.					

FUNDACO MUNICIPAL DE CULTURA

[illegible]

PORTARIA Nº 24527 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380749

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; c/c artigo 67, parágrafo 2º da Lei 9.394/1996; e Artigos 65 "caput", 66 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 59/2010; e considerando o despacho exarado no processo nº 351/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – SC., - IPRERIO;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e IDADE, conforme processo nº 351/2020, do IPRERIO, de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; c/c artigo 67, parágrafo 2º da Lei 9.394/1996; e artigos 65 "caput", 66 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 59/2010; a servidora ROSANA MARIA MARCILIO RIBEIRO, brasileira, casada, servidora pública, ocupante do cargo de professora II, matrícula funcional nº. 308-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, portadora do CPF nº. 754.517.279-53 e RG nº. 2.371.889, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 14 de fevereiro de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24528 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380752

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 40, parágrafo 1º inciso III Alínea "b" da Constituição Federal, com redação da EC 41/03 C/C o artigo 29 inciso II da Lei Municipal nº 1757/2005 e considerando o despacho exarado no processo nº 352/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – SC., - IPRERIO.

RESOLVE

Art. 1.º CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE, conforme processo número 352/2020 do IPRERIO, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003, c/c artigo 29, inciso II, da Lei Municipal nº 1.757, de 22 de novembro de 2.005, a servidora CELENI MARIA COJOROSKI SANTANA, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº. 1.156.493 SSP/SC e do CPF nº. 525.817.059-49, servidora pública municipal, cargo de professora I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matrícula funcional nº. 1581-02, com proventos proporcionais calculados de acordo com o artigo 40, parágrafos 3º e 17, da Constituição Federal/1.988 c/c artigo 52 da Lei Municipal nº 1.757/2.005, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2.º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 42, inciso V da Lei Complementar nº 016/2.000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 02 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 14 de fevereiro de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24529 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380754

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 6º I a IV da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; e considerando o despacho exarado no processo nº 353/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – SC., - IPRERIO.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e IDADE, conforme processo nº 353/2020, do IPRERIO, de acordo com o artigo 6º I a IV da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; a servidora IVONE NUNES DE LIMA, brasileira, separada judicialmente, portadora da carteira de identidade nº. 1.647.797-9 e do CPF nº. 522.834.109-91, servidora pública municipal, no cargo de Professora I, matrícula funcional nº. 1677-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de 02 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 14 de fevereiro de 2020.
JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24555 - DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380759

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; c/c artigo 52- B da Lei Municipal 3238 de 01/10/2019; artigo 67, parágrafo 2º da Lei 9.394/1996; e Artigos 65 "caput", 66 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 59/2010; e considerando o despacho exarado no processo nº 348/2019, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – SC., - IPRERIO.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e IDADE, conforme processo nº 348/2019, do IPRERIO, de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; c/c artigo 52- B da Lei Municipal 3238 de 01/10/2019; artigo 67, parágrafo 2º da Lei 9.394/1996; e artigos 65 "caput", 66 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 59/2010; a servidora KELLY SZABUNIA FERREIRA, brasileira, casada, servidora pública, ocupante do cargo de professora II, matrícula funcional nº. 260-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, portadora do CPF nº. 612.045.289-34 e RG nº. 2.011.674, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 26 de fevereiro de 2020.
JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24556 - DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380762

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 6º I a IV da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; e considerando o despacho exarado no processo nº 356/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho - SC., - IPRERIO.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e IDADE, conforme processo nº 356/2020, do IPRERIO, de acordo com o artigo 6º I a IV da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; a servidora MARIA APARECIDA WINNIKES PEREIRA, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade nº. 3.511.237-5 e do CPF nº. 643.401.399-04, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Médica (30 horas), matrícula funcional nº. 2114-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de 02 de março de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 26 de fevereiro de 2020.
JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

Rio Rufino

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

Publicação Nº 2380720

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 95.991.071/0001-00 , com sede a Rua José Oselame, em Rio Rufino/SC, representada pelo seu prefeito Municipal, Sr. Thiago Costa, e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que realizou licitação na modalidade Dispensa de Licitação no dia 27 de Fevereiro de 2020.

Objeto: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA AREA DE COSTURA

Fornecedor: LILI COSTURA

CNPJ: 28.471.321/0001-93

Valor: R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), sendo contratado durante 07 (sete) meses, totalizando valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)

DISPENSA-SE a licitação, com fundamento com inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93

Rio Rufino, 28 de Fevereiro de 2020.

Thiago Costa

DISPENSA Nº 02/2020

Publicação Nº 2380707

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 95.991.071/0001-00 , com sede a Rua José Oselame, em Rio Rufino/SC, representada pelo seu prefeito Municipal, Sr. Thiago Costa, e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que realizou licitação na modalidade Dispensa de Licitação no dia 14 de Fevereiro de 2020.

Objeto: REFERENTE AO REPASSE DE SUBSIDIO PARA O TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

Fornecedor: Ivanir Olimpia de Jesus

CNPJ: 30.850.720/0001-07

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil e quinhentos reais) anual.

DISPENSA-SE a licitação, com fundamento com inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93

Rio Rufino, 28 de Fevereiro de 2020.

Thiago Costa

Rodeio

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DO AIA N°002/2019 DECISÃO

Publicação N° 2380717

MUNICÍPIO DE RODEIO SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO AIA N°002/2019 DECISÃO

Órgão Autuante: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Unidade Autuante: Departamento Meio Ambiente – Setor de Fiscalização

Processo Administrativo Ambiental

Autuado: Vilson José D-rksen, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 293.330.329-91, endereço rua Barão do Rio Branco, 1626, Bairro Centro, em Rodeio/SC, CEP 89136-000.

Procurador: Philippe André Tiegs D-rksen, engenheiro ambiental, com endereço profissional na rua Araranguá, nº 112, Bairro Vila Germer, em Timbó/SC, CEP 89120-000(CREA/SC 110.491-0)

Objeto: Processo Administrativo do AiA nº 002/2019

Protocolo nº 1368/2019

DECISÃO

Trata-se de processo administrativo decorrente do AiA (Auto de Infração Ambiental) nº 002/2019, manifestou interesse em firmar Termo de Compromisso Ambiental, apresentando para tanto PRAD, Projeto de recuperação de área degradada.

Houve manifestação pelo órgão autuante (em conformidade com o que disciplina o Decreto Municipal nº 4747, de 07 de novembro de 2018 - artigo 60 e seguintes), opinando pela manutenção do AiA.

É o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

Convalido as razões entabuladas na manifestação do órgão autuante as quais utilizo como fundamento para a presente e, com base em tais motivo, JULGO VALIDO E EFICAZ o Auto de Infração Ambiental nº 002/2019 HOMOLOGANDO-O.

Considerando a manifestação no interesse de celebração de Termo de Compromisso Ambiental (TCA) determino a confecção deste e fixo o prazo de 10 (dez) dias para sua assinatura.

Caso não haja assinatura do TCA no prazo assinalado, remetam-se os autos ao Departamento de Tributação para que promova a inscrição do débito oriundo da multa ambiental e posteriormente à Procuradoria para que adote as medidas judiciais pertinentes tanto à cobrança do débito como a recuperação do meio ambiente (e conseq-ente execução das sanções e determinações contidas no AiA).

P.R.I.A.C.-se.

Rodeio, 24 de fevereiro de 2020.

Gumerindo Pacher

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
e Desenvolvimento Econômico de Rodeio

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9781/2020

Publicação N° 2383904

PORTARIA N° 9781/2020

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO, a Servidora Pública Municipal Sra. MARIA SALETE DE ASSIS FATURI, cargo de carreira PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, conforme Lei Complementar nº 003/2009, artigo 17 a 19, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de março de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

DECRETO N° 4.194/2020

Publicação N° 2379776

DECRETO N° 4.194/2020**DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado pelo presente Decreto a Orientação, caracterização e dimensionamentos dos seguintes lotes: **Lote Urbano N° 266** (Duzentos e sessenta e seis), com área de **1.000,00 m²** (Hum mil metros quadrados), **Lote Urbano N° 267** (Duzentos e sessenta e sete), com área de **1.000,00 m²** (Hum mil metros quadrados), **Lote Urbano N° 268** (Duzentos e sessenta e oito), com área de **1.000,00 m²** (Hum mil metros quadrados), **Lote Urbano N° 492** (Quatrocentos e noventa e dois), com área de **1.330,00 m²** (Hum mil, trezentos e trinta metros quadrados), **Lote Urbano N° 496** (Quatrocentos e noventa e seis), com área de **800,00 m²** (Oitocentos metros quadrados), sem construções, sito na cidade de Romelândia/SC, **Transcrição n° 17.236**, do Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, de propriedade de **PIERINA DALLA BONA GIOTTO**, portadora da CI RG n° 13/R 1.653.173-SSP/SC, inscrita no CPF sob o n° 824.984.669-91, brasileira, aposentada, viúva, residente e domiciliada na Rua Anita Garibaldi, n° 719, centro, município de Romelândia/SC.

CARACTERIZAÇÃO DOS LOTES:

Lote Urbano N° 266 (Transcrição n° 17.236), com área de **1.000,00 m²** (Hum mil metros quadrados), situado na Rua Doze de Outubro, distante 40,00 metros da esquina com a Rua João XXIII, centro, município de Romelândia – SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

AO SUL (S): Com os Lotes Urbanos N° 268 e 267, na extensão de 50,00 metros, de Pierina Dalla Bona Giotto, transcrição: 17.236.

AO NORTE (N): Com os Lotes Urbanos N° 265 e 264, na extensão de 50,00 metros, matrículas: 6.394 e 6.393 do CRI de Anchieta - SC.

AO LESTE (L): Com o Lote Urbano N° 261, na extensão de 20,00 metros, matrícula: 6.390 do CRI de Anchieta - SC.

AO OESTE (O): Com a Rua Doze de Outubro, na extensão de 20,00 metros.

Lote Urbano Nº 267 (Transcrição nº 17.236), com área de **1.000,00 m²** (Hum mil metros quadrados), situado na Rua João XXIII, distante 25,00 metros da esquina com a Rua Doze de Outubro, centro, município de Romelândia – SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

AO SUL (S): Com a Rua João XXIII, na extensão de 25,00 metros.

AO NORTE (N): Com o Lote Urbano Nº 266, na extensão de 25,00 metros, de Pierina Dalla Bona Giotto, transcrição: 17.236.

AO LESTE (L): Com o Lote Urbano Nº 260, na extensão de 40,00 metros.

AO OESTE (O): Com o Lote Urbano Nº 268, na extensão de 40,00 metros, de Pierina Dalla Bona Giotto, transcrição: 17.236.

Lote Urbano Nº 268 (Transcrição nº 17.236), com área de **1.000,00 m²** (Hum mil metros quadrados), situado na Rua Doze de Outubro, esquina com a Rua João XXIII, Romelândia – SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

AO SUL (S): Com a Rua João XXIII, na extensão de 25,00 metros.

AO NORTE (N): Com o Lote Urbano Nº 266, na extensão de 25,00 metros, de Pierina Dalla Bona Giotto, transcrição: 17.236.

AO LESTE (L): Com o Lote Urbano Nº 267, na extensão de 40,00 metros, de Pierina Dalla Bona Giotto, transcrição: 17.236.

AO OESTE (O): Com a Rua Doze de Outubro, na extensão de 40,00 metros.

Lote Urbano Nº 492 (Transcrição nº 17.236), com área de **1.330,00 m²** (Hum mil, trezentos e trinta metros quadrados), situado na Rua Castelo Branco, esquina com a Rua Tiradentes, centro, município de Romelândia – SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

AO SUDESTE (SE): Com o Lote Urbano Nº 494, na extensão de 40,00 metros.

AO SUDOESTE (SO): Com a Rua Castelo Branco, na extensão de 20,00 metros.

AO OESTE (O): Com a Rua Castelo Branco, na extensão de 27,00 metros.

AO NOROESTE (NO): Com a Rua Tiradentes, na extensão de 13,00 metros.

AO NORDESTE (NE): Com o Lote Urbano Nº 491, na extensão de 40,00 metros.

Lote Urbano Nº 496 (Transcrição nº 17.236), com área de **800,00 m²** (Oitocentos metros quadrados), situado na Rua Sargento Teziani, esquina com a Rua Presidente Juscelino, centro, município de Romelândia – SC.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

AO SUDESTE (SE): Com a Rua Sargento Teziani, na extensão de 40,00 metros.

AO SUDOESTE (SO): Com o Lote Urbano Nº 493, na extensão de 20,00 metros.

AO NOROESTE (NO): Com o Lote Urbano Nº 497, na extensão de 40,00 metros.

AO NORDESTE (NE): Com a Rua Presidente Juscelino, na extensão de 20,00 metros.

Art. 2º - Esse desmembramento é de responsabilidade técnica da **Engenheira Civil Rafaela Noatto, CREA/SC 158436-7**, Conforme ART N°. 7306620-0.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Romelândia - SC, 27 de Fevereiro de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra

Milton Aimi
Secretario de Administração e fazenda

DECRETO Nº 4.195/2020

Publicação Nº 2379764

DECRETO Nº 4.195/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.1.004000 – Aquisição de Veículo para o Transporte de Munícipes para Tratamento de Saúde.	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.013000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde	

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.386/2020 de 28 de fevereiro de 2020.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 28 de fevereiro de 2020.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra

DECRETO Nº 4.196/2020

Publicação Nº 2379769

DECRETO Nº 4.196/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 182.708,85 (Cento e oitenta e dois mil, setecentos e oito reais e oitenta e cinco centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0011.1.031000 – Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.208,85
Fonte: 362 – Superávit de Transf. de Convênios – Estado/Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	82.500,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Educação	
TOTAL	182.708,85

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2019, apurado no Anexo 14 - Balanço Patrimonial, na fonte de recursos 162 – Superávit de Transf. de Convênios – Estado/Educação, mais especificamente recursos do Termo de Convênio nº 2019TR1290, celebrado com o Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 100.208,85 (cem mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos); e a anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município.	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	82.500,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.387/2020 de 28 de fevereiro de 2020.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 28 de fevereiro de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra

Milton Aimi
Secretario de Administração e fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.385/2020

Publicação Nº 2379756

LEI Nº 2.385/2020

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA PROJETO/ATIVIDADE 2.026 - DO PLANO PLURIANUAL (2018-2021), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO 2020) E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA 2020), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alterar a nomenclatura do Projeto/Atividade: 2.026 – ADOÇÃO DE MEDIDAS SOCIO EDUCATIVAS; do PPA – Plano Plurianual (2018-2021) Lei Municipal nº 2.256/2017, de 16 de novembro de 2017; da Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO 2020) Lei Municipal nº 2.373/2019 de 29 de novembro de 2019, e da Lei Orçamentária Anual (LOA 2020) Lei Municipal nº 2.374/2019, de 02 de dezembro de 2019, que passará a vigorar com a seguinte redação: 2.026 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – FIA.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 28 de fevereiro de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 003/2020 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020.**SENHOR PRESIDENTE, SENHORA VEREADORA E SENHORES VEREADORES**

É com elevada honra que submetemos para análise de Vossa Excelência e dos Ilustres Vereadores dessa Casa, o Projeto de Lei que tem como objeto a alteração da nomenclatura do Projeto/Atividade 2.026 – Adoção de Medidas Sócio Educativas, o qual passará a ter a seguinte redação: 2.026 - Manutenção das Atividades do Fundo da Criança e Adolescente.

Outrossim, destacamos que tal alteração se faz necessária para adequação da legislação inerente ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente.

Em razão do que se explanou, encaminhamos o presente Projeto de Lei para análise dos Excelentíssimos Vereadores, contando com a presteza e com a soberana análise e aprovação, valendo-nos da oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e consideração.

Romelândia, SC, 17 de Janeiro de 2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.386/2020

Publicação Nº 2379759

LEI Nº 2.386/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.1.004000 – Aquisição de Veículo para o Transporte de Munícipes para Tratamento de Saúde.	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

04.01– Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.013000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde Bucal	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	80.000,00
Fonte: 102 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde	

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º– Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 28 de fevereiro de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia

LEI MUNICIPAL Nº 2.387/2020

Publicação Nº 2379762

LEI Nº 2.387/2020**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 182.708,85 (Cento e oitenta e dois mil, setecentos e oito reais e oitenta e cinco centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0011.1.031000 – Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.208,85
Fonte: 362 – Superávit de Transf. de Convênios – Estado/Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	82.500,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Educação	
TOTAL	182.708,85

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2019, apurado no Anexo 14 - Balanço Patrimonial, na fonte de recursos 162 – Superávit de Transf. de Convênios – Estado/Educação, mais especificamente recursos do Termo de Convênio nº 2019TR1290, celebrado com o Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 100.208,85 (cem mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos); e a anulação das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) conforme discriminação a seguir:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.2.004000 – Manutenção das Atividades da Administração Geral do Município.	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	82.500,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º– Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 28 de fevereiro de 2020.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA DE DIÁRIA 002/2020

Publicação Nº 2380199

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 002/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
DISPÕESOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, para percepção de 05 (cinco diárias), ao vereador desta casa legislativa Sr. Esmael Barpp, em viagem à cidade de Florianópolis, de acordo com o roteiro de viagem.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento o Decreto Legislativo nº 001/2013 de 21 de fevereiro de 2013, no valor unitário de R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais), perfazendo um total de R\$ 1.650,00 (Mil seiscentos e cinquenta reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Ato, correrão a conta do Orçamento do Legislativo municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2020.

João Zanrosso Neto
Presidente

Certifico que o presente ato foi publicado na forma da lei nesta data

Angélica Di Domenico Peron
Secretária Geral da Câmara

EXCELENTÍSSIMO SENHOR IVO PIASSON DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA – SC.

Esmael Barpp, Vereador desta Casa Legislativa, vem muito respeitosamente, REQUERER nos termos do Decreto Legislativo nº001/2013 21 de fevereiro de 2013, a concessão de 05 (cinco) diárias, em viagem para à cidade de Florianópolis, de acordo com o roteiro de viagem com os respectivos documentos do fiel cumprimento da Legislação que rege as diárias publicas.

N. termos.

P.E.Deferimento

Romelândia – SC, 28 de fevereiro de 2020.

Esmael Barpp

RELATÓRIO DE VIAGEM

Esmael Barpp, Lotado na Câmara de vereadores, no cargo de Vereador, com assento nesta Casa, declaro para efeito de percepção de diária,

de conformidade com o Decreto Legislativo 001/2013 de 21 de fevereiro de 2013, em viagem a serviço de caráter e interesse legislativo municipal, no seguinte itinerário.

DESTINO: Florianópolis – Capital Estadual

SAÍDA DIA: 02/03/2020 HORA: 08:00

REGRESSO: 06/3/2020 HORA: 23:00

MEIO DE TRANSPORTE: Veículo da Câmara de Vereadores.

PARA: Para participar do encontro Estadual de Vereadores - 2019, nos dias 03, 04, 05 e 06 de março de 2020, organizado pela UVESC – união dos vereadores de Santa Catarina.

Habilitado na forma da Lei, como direito adquirido a receber o valor de R\$ 1.650,00 (mil seiscientos e cinquenta reais) de 05 (cinco diárias), no valor de R\$ 330,00 (Trezentos e trinta) cada.

AUTORIZAÇÃO PAGAMENTO

Dia 28/02/2020 Valor de R\$ 1.650,00

Ordenador Interessado

Pago em 02/03/2020 _____
Tesoureiro

PORTARIA DE DIÁRIA 003/2020

Publicação N° 2380200

PORTARIA DE DIÁRIA N° 003/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020
DISPÕESOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, para percepção de 05 (cinco diárias), ao vereador desta casa legislativa Sr. Jairo Gonçalves de Azevedo, em viagem à cidade de Florianópolis, de acordo com o roteiro de viagem.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento o Decreto Legislativo nº 001/2013 de 21 de fevereiro de 2013, no valor unitário de R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais), perfazendo um total de R\$ 1.650,00 (Mil seiscientos e cinquenta reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Ato, correrão a conta do Orçamento do Legislativo municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2020.

João Zanrosso Neto
Presidente

Certifico que o presente ato foi publicado na forma da lei nesta data

Angélica Di Domenico Peron
Secretária Geral da Câmara

EXCELENTÍSSIMO SENHOR IVO PIASSON DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA – SC.

Jairo Gonçalves de Azevedo, Vereador desta Casa Legislativa, vem muito respeitosamente, REQUERER nos termos do Decreto Legislativo nº001/2013 21 de fevereiro de 2013, a concessão de 05 (cinco) diárias, em viagem para à cidade de Florianópolis, de acordo com o roteiro de viagem com os respectivos documentos do fiel cumprimento da Legislação que rege as diárias publicas.

N. termos.

P.E.Deferimento

Romelândia – SC, 28 de fevereiro de 2020.

Jairo Gonçalves de Azevedo

RELATÓRIO DE VIAGEM

Jairo Gonçalves de Azevedo, Lotado na Câmara de vereadores, no cargo de Vereador, com assento nesta Casa, declaro para efeito de percepção de diária, de conformidade com o Decreto Legislativo 001/2013 de 21 de fevereiro de 2013, em viagem a serviço de caráter e interesse legislativo municipal, no seguinte itinerário.

DESTINO: Florianópolis – Capital Estadual

SAÍDA DIA: 02/03/2020 HORA: 08:00

REGRESSO: 06/3/2020 HORA: 23:00

MEIO DE TRANSPORTE: Veículo da Câmara de Vereadores.

PARA: Para participar do encontro Estadual de Vereadores - 2019, nos dias 03, 04, 05 e 06 de março de 2020, organizado pela UVESC – união dos vereadores de Santa Catarina.

Habilitado na forma da Lei, como direito adquirido a receber o valor de R\$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais) de 05 (cinco diárias), no valor de R\$ 330,00 (Trezentos e trinta) cada.

AUTORIZAÇÃO PAGAMENTO

Dia 28/02/2020 Valor de R\$ 1.650,00

Ordenador Interessado

Pago em 02/03/2020 _____
Tesoureiro

Saltinho

PREFEITURA

DESPACHO PREGÃO 004/2020

Publicação N° 2380576

DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2020, PREGÃO 004/2020.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Acolhemos o Parecer Jurídico N° 011/2020 referente ao pedido de impugnação apresentado pela empresa interessada e na medida que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, DECIDO:

1. MANTER o edital do certame sem alterações.

Publique-se e de seguimento ao certame.

Saltinho-SC, 28 de fevereiro de 2020.

SEBASTIÃO DOS SANTOS

Pregoeiro

DESPACHO PREGÃO 005/2020

Publicação N° 2380219

DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2020, PREGÃO 005/2020.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA 4X4

Acolhemos o Parecer Jurídico N° 010/2020 referente aos pedidos de impugnação apresentados pelas empresas interessadas e na medida que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, DECIDO:

1. MANTER o edital do certame sem alterações.

Publique-se e de seguimento ao certame.

Saltinho-SC, 28 de fevereiro de 2020.

SEBASTIÃO DOS SANTOS

Pregoeiro

Salto Veloso

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº. 002/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 010/2020

Publicação Nº 2383873

DECISÃO ADMINISTRATIVA nº. 002/2020

Processo Administrativo nº. 030/2020

Assunto: Credenciamento e Dispensa de Chamamento Público

Vistos, etc.

Diante do plano de trabalho e dos documentos apresentados, da existência de dotação orçamentária, do parecer técnico atestando a necessidade e relevância da parceria com a Associação da Terceira Idade Amigos para Sempre – Clube de Idosos e do parecer jurídico do Assessor Jurídico acerca da legalidade, entendo viável que seja firmado o Termo de Colaboração.

Tal medida se justifica em virtude do relevante trabalho prestado pela Associação da Terceira Idade Amigos para Sempre - Clube de Idosos por intermédio de suas múltiplas ações de inclusão do idoso de Salto Veloso/SC, sendo elas: dança sênior, ginástica, hidroterapia, jogos diversos, exercícios, encontros semanais envolvendo cultura, lazer, palestras, canto, integração, parceria, envolvimento com as diversas atividades da comunidade.

Ressalte-se que, não existe outra organização da sociedade civil no município de Salto Veloso que execute os trabalhos desempenhados por esta associação, o que alicerça a presente dispensa de chamamento público.

Ao Setor Jurídico para que providencie a elaboração do Termo de Cooperação, observando como valor mensal aquele constante no Plano de Trabalho, qual seja, R\$ 51.188,00 (cinquenta e um mil e oitenta e oito reais) a ser pago em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 5.118,80 (cinco mil cento e dezoito reais e oitenta centavos).

Nos termos do artigo 2º, inciso IV, da Lei nº. 13.019/2014, nomeio como gestor do Termo de Colaboração o Secretário de Saúde e Assistência Social, Sr. Ivainer Meneghel.

Observar o disposto no artigo 32, da Lei nº. 13.019/2014 quanto a divulgação e publicação deste ato, dando-se a necessária publicidade.

Cumpra-se.

Salto Veloso/SC, 19 de fevereiro de 2020.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2020

Publicação Nº 2380672

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 0001/2020

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 0001/2020, que se realizará conforme dispõe Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente concorrência pública visa outorgar concessão para a exploração do bar e bolão, localizados no imóvel público denominado Centro Esportivo Municipal, localizado na Travessa das Flores, n. 151, edificação de 806 m2, neste município de Salto Veloso.

Entrega dos Envelopes: 15/04/2020 até as 09h00min.

Abertura: 15/04/2020, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 28 de fevereiro de 2020.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

Publicação Nº 2380664

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 09/2020, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de instituição financeira pública ou privada, para exploração através de cessão onerosa, de 100% da folha de pagamento gerada pelo município.

Tipo: Maior Oferta, com lances sucessivos.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 13/03/2015 até as 09h00min.

Abertura: 13/03/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Ana Rosa Zanela
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL Nº 008/2020 PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020

Publicação Nº 2380677

EXTRATO DO EDITAL Nº 008/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

PROVA ESCRITA PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS.

A Prefeita Municipal de Salto Veloso/SC no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que se encontram abertas as inscrições do Processo Seletivo nº 001/2020, no período de 28/02/2020 a 30/03/2020, para Contratação de Servidor em Caráter Temporário, conforme os termos do Edital nº 008/2020.

O edital completo está disponível no site oficial no Município de Salto Veloso disponível em <http://www.saltoveloso.sc.gov.br/>. Maiores informações pelo telefone (49) 3536-0146 ou junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, sito à Travessa das Flores, 58, Centro, Salto Veloso/SC.

Salto Veloso (SC), 28 de fevereiro de 2020.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 010/2020

Publicação N° 2380373

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2020 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais personalizados para campanhas de conscientização e prevenção da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.
E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h30min do dia 13/03/2020.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 13/03/2020.

Santa Cecília, 28 de Fevereiro de 2020.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 011/2020

Publicação N° 2380376

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para serviços de recapagem e vulcanização de pneus de veículos, equipamentos rodoviários, máquinas e caminhões da frota municipal, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.
E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 13h30min do dia 13/03/2020.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 13h30min do dia 13/03/2020

Santa Cecília, 28 de Fevereiro de 2020.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

Publicação N° 2380437

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos***DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS ENTREVISTAS E INFORMAÇÕES DA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DE DOIS PROGRAMAS MENSAIS COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 10 MINUTOS VEICULADOS NO 1º E 3º SÁBADO DE CADA MÊS, NO HORÁRIO ENTRE AS 11:00 HORAS E 12:00 HORAS E 03 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA, PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO COM TEMPO MÍNIMO DE 03 MINUTOS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, ENTRE AS 08:00 HORAS E 18:00 HORAS E 08 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA.

=====

JUSTIFICATIVA: A presente contratação se faz em virtude das vedações contidas na redação da Lei Eleitoral nº 9504/97, que veda determinadas condutas e atos a agentes públicos em anos eleitorais, se mostrando de fundamental importância aos melhores entendimentos legais que norteiam a administração pública.

Santa Helena (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS ENTREVISTAS E INFORMAÇÕES DA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DE DOIS PROGRAMAS MENSAIS COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 10 MINUTOS VEICULADOS NO 1º E 3º SÁBADO DE CADA MÊS, NO HORÁRIO ENTRE AS 11:00 HORAS E 12:00 HORAS E 03 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA, PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO COM TEMPO MÍNIMO DE 03 MINUTOS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, ENTRE AS 08:00 HORAS E 18:00 HORAS E 08 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA.

=====

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no inciso II, do artigo 24 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações trazidas pelo Decreto n° 9.412 de 18 de junho de 2018, consolidada, onde consta:

Art. 24. É Dispensável a Licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei n° 9.648, de 1998).

Santa Helena (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS ENTREVISTAS E INFORMAÇÕES DA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DE DOIS PROGRAMAS MENSAIS COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 10 MINUTOS VEICULADOS NO 1º E 3º SÁBADO DE CADA MÊS, NO HORÁRIO ENTRE AS 11:00 HORAS E 12:00 HORAS E 03 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA, PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO COM TEMPO MÍNIMO DE 03 MINUTOS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, ENTRE AS 08:00 HORAS E 18:00 HORAS E 08 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA.

=====

FORNECEDORES:

RADIO OESTE LTDA.

ENDEREÇO: Avenida Gustavo Fetter, 973, Sala 03, centro, Iporã do Oeste – SC, CEP: 89899-000 – CNPJ: 03.663.543/0001-87.

Valor Contratado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

ESTÚDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA.

ENDEREÇO: Rua João Castilho, 380, centro, Tunápolis – SC, CEP: 89898-000 – CNPJ: 03.915.999/0001-97

Valor Contratado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – As razões que levaram a escolha dos fornecedores certamente foram os preços mais em conta, a disponibilidade de pronto atendimento e fundamentalmente a qualidade dos serviços prestados, exclusivamente para o caso em apresso a audiência das emissoras de rádio, bem como alcance das ondas sonoras, quais devem oferecer capacidade de sintonia em todo o território do município. Deste modo, a forma mais justa de escolha certamente é o critério do menor preço e pela qualidade dos serviços prestados.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Ao que consta, o valor total da contratação perfaz um montante bem inferior do que autorizado pela melhor e mais moderna norma, restando assim passível de ser contratado.

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

Santa Helena (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS ENTREVISTAS E INFORMAÇÕES DA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DE DOIS PROGRAMAS MENSAIS COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 10 MINUTOS VEICULADOS NO 1º E 3º SÁBADO DE CADA MÊS, NO HORÁRIO ENTRE AS 11:00 HORAS E 12:00 HORAS E 03 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA, PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO COM TEMPO MÍNIMO DE 03 MINUTOS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, ENTRE AS 08:00 HORAS E 18:00 HORAS E 08 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA.

=====

ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito Municipal

Encaminhamos à Vossa Senhoria para ratificação, o Processo de Modalidade de Dispensa de Licitação N° 02/2020, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Santa Helena (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Ildo José Cardoso
Secretário de Administração

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS ENTREVISTAS E INFORMAÇÕES DA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DE DOIS PROGRAMAS MENSAIS COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 10 MINUTOS VEICULADOS NO 1º E 3º SÁBADO DE CADA MÊS, NO HORÁRIO ENTRE AS 11:00 HORAS E 12:00 HORAS E 03 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA, PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO COM TEMPO MÍNIMO DE 03 MINUTOS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, ENTRE AS 08:00 HORAS E 18:00 HORAS E 08 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA.

=====

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da contratação de empresas especializadas para divulgação de atos oficiais do município, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Santa Helena (SC), 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS ENTREVISTAS E INFORMAÇÕES DA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DE DOIS PROGRAMAS MENSAIS COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 10 MINUTOS VEICULADOS NO 1º E 3º SÁBADO DE CADA MÊS, NO HORÁRIO ENTRE AS 11:00 HORAS E 12:00 HORAS E 03 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA, PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO COM TEMPO MÍNIMO DE 03 MINUTOS DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, ENTRE AS 08:00 HORAS E 18:00 HORAS E 08 INSERÇÕES SEMANAIS DE NO MÍNIMO 30 SEGUNDOS CADA.

=====

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, II.

PREÇO: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

DOTAÇÕES: 03.01.2.007.3.3.90.39.88.00 (13)

CONTRATADOS: RADIO OESTE LTDA e ESTÚDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA

VIGÊNCIA: O prazo da contratação será de 307 (trezentos e sete) dias, contados da data da assinatura do contrato até dia 31 de dezembro de 2020, respeitado o quanto determina o art. 73, inc. VI, alínea "a" da Lei n. 9504/97, devendo o contrato ser suspenso pelo período determinado na Lei Eleitoral.

Santa Helena (SC), 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ GLUITZ
Prefeito municipal

(Processo Nr. 13/2020)

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2381320

DECRETO Nº 012, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre o horário de expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 02 de março do corrente ano, o expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, obedecerá aos seguintes horários:

Das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min horas.

- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
- Secretaria da Administração e Finanças e
- Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas.

- Secretaria de Saúde,
- Secretaria de Agricultura e Indústria, Comércio e
- Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único - A Secretaria da Saúde, obedecerá ao disposto no Decreto 069, de 10 de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de fevereiro de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA PL Nº 03/2020

Publicação Nº 2380345

Portaria PL nº 0003/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias remuneradas, por 30 (trinta) dias, a servidora Deise Kely Inácio Pereira, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com início no dia 02 e término em 31 de março de 2020, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, com os direitos e vantagens previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 28 de fevereiro de 2020.

Ver. Adilio Pereira da Silva

Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Ver. Tiago da Rosa Bitencourt

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 56/2020

Publicação Nº 2383890

DECRETO Nº 056/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Designar: Vanilce Ferri Grandi, Gesiane Maria Secco e Ana Claudia Riffel Kopsell, brasileiras, servidoras públicas municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 001/2020, da Secretaria Municipal de Educação de Santa Terezinha do Progresso (SC).

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 02 de Março de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2020

Publicação Nº 2383923

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2020

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Terezinha do Progresso, SC, torna pública, pelo presente, as normas da CHAMADA PÚBLICA para a contratação temporária de Professor de Espanhol para atuar no ano letivo 2020.

Considerando o amparo legal dado pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando não haver disponibilidade de pessoal para contratação, tendo em vista que ocorreu recentemente processo seletivo 002/2019 e não compareceu nenhum candidato, esgotando-se também a tentativa de chamar profissionais da lista dos classificados habilitados em Educação Infantil e Anos iniciais do Processo seletivo.

Considerando a necessidade emergencial e temporária, de nova contratação para andamento do ano letivo 2020, até a realização e homologação do concurso público.

RESOLVE

Realizar CHAMADA PÚBLICA para vaga de Professor de ESPANHOL.

QUADRO I

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 20h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Ensino Fundamental Língua Estrangeira - Espanhol	1	1.443,07	20h/sem	Ensino superior específico	Títulos e Tempo Experiência

1. DA INSCRIÇÃO

1.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se a Secretaria de Educação de Santa Terezinha do Progresso, SC, na Rua Recife, 095, bairro Centro, Santa Terezinha Progresso SC, nos dias 05 e 06 de março de 2020 das 8h às 11h30 e das 13h às 17h, para a entrega da INSCRIÇÃO.

1.2 Para realizar a inscrição, os candidatos interessados deverão entregar os seguintes documentos em envelope devidamente lacrado e

rubricado pelo candidato com identificação da vaga pleiteada:

- a) Ficha de inscrição preenchida (Anexo I);
- b) Fotocópia de documento de identidade;
- c) Fotocópia do documento comprobatório da habilitação; (anexo II)
- d) Comprovante de tempo de serviço (Anexo III deste edital);

2. DO PROCESSO DE ESCOLHA

2.1. A primeira fase, de caráter classificatório, constará da análise do currículo e do tempo de serviço na disciplina da vaga pleiteada.

2.2. Critérios para a escolha dos Professores:

- a) Professores habilitados: Licenciatura na disciplina;
- b) Professores não habilitados: Cursando a disciplina;

2.3. Havendo dois ou mais candidatos interessados na vaga com a mesma formação serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino (mediante apresentação do respectivo comprovante (anexo II deste edital);
- b) Maior idade.

2.4. Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço:

- a) declaração emitida pelo setor competente do Departamento de Recursos Humanos das prefeituras, secretarias competentes e escolas;
- b) cópia das páginas da Carteira de Trabalho que especifique a função e as datas inicial e final do serviço.

2.6. A segunda fase, de caráter classificatório e eliminatório, será a análise dos documentos entregues pelo candidato, e posteriormente a divulgação do resultado.

3. DO RESULTADO FINAL

3.1. O resultado final será divulgado no máximo de 3 (três) dias úteis após as inscrições.

3.2. A lista com o resultado final e o horário da escolha da vaga serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso <https://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>

3.3. O quadro de vagas será composto da disciplina de espanhol, com carga horária de 20 horas.

3.4. Uma comissão avaliadora dos documentos apresentados pelos candidatos será constituída por três profissionais do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação.

3.5. Somente poderão escolher a vaga quem tiver em mãos o Diploma da graduação e ou atestado de frequência na fase atual e o documento original de identidade.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 02 de março de 2020.

Cristiano Machado
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO DADOS PESSOAIS

NOME COMPLETO:	
RG:	CPF:
ENDEREÇO:	
EMAIL:	
TELEFONE:	
CARGO:	
FORMAÇÃO:	

ANEXO II TÍTULOS

DESCRIÇÃO DO TÍTULO (Graduação e ou Pós Graduação)	CARGA HORÁRIA	ESPAÇO RESERVADO PARA COMISSÃO

--	--	--

ANEXO III

TEMPO DE SERVIÇO

INSTITUIÇÃO	PERÍODO
TOTALIZANDO:	

OBS.:EM ANEXO DEVE CONTER A DECLARAÇÃO ASSINADA E CARIMBADA PELA(S) INSTITUIÇÃO(ÕES).

ANEXO VI

1ªCHAMADA PÚBLICA 2020

QUADRO DE CARGOS, VAGAS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

Cargo	Carga horária	Habilitação	Vagas
Professor de Espanhol	20 horas semanais Turno vespertino	1º) Diploma de Licenciatura Plena ESPANHOL;	01

EXTRATO ADITIVO 04/2020 AO CONTRATO 15/2018

Publicação N° 2380388

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 15/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC. PL n°. 09/2018 PP 05/2018 Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC. Contratado: VOLMIR KEGLER ME.

Objeto: Fica aditivado o item 04 (quatro) e 05 (cinco), objeto do contrato n° 15/2018 de 14/02/2018 em +R\$ 18.308,00 (dezoito mil, trezentos e oito reais), conforme justificativa da empresa e da secretaria responsável e previamente autorizada por autoridade competente, a contar do dia 11 de fevereiro de 2020. Assinatura do termo: 11 de fevereiro de 2020. CRISTIANO BATISTA MACHADO, PREFEITO MUNICIPAL E.E

PL 28-2020 PP 16-2020

Publicação Nº 2383911

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2020
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 16/2020

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, e.e. Sr. CRISTIANO BATISTA MACHADO, torna público para o conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 16/03/2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA A ESTUFA AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO, CONFORME DESCRIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 02 de março de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal, e.e

PL 29-2020 TP 06-2020

Publicação Nº 2383907

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº. 06/2020

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, e.e. Sr. CRISTIANO BATISTA MACHADO, torna público para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 18/03/2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA CASA DO MEL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 33,00M², CONFORME PROJETO, ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 02 de março de 2020.

CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal, e.e

ATA DE JULGAMENTO DO PL 04-2020 TP 01-2020

Publicação Nº 2379513

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 4/2020 Data do Processo: 13/01/2020</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para a execução de serviços especializados na realização de concurso público, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de salas no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins, mediante o regime empreitada por preço global, conforme espe

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2020 (Sequência: 2)

Ao(s) 27 de Fevereiro de 2020, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 4/2020, Licitação nº 1/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro de 2020, reuniram-se na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, a presidente da CPL e demais membros da equipe de apoio, para abertura e julgamento dos envelopes nº. 02, da proposta de preços, das empresas previamente habilitadas no certame em epígrafe. Após julgamento de recurso interposto por uma das licitantes, informando assim todos os participantes, respeitado o prazo de ampla defesa, e julgado por fim o recurso, sendo o mesmo negado, comunicou-se a todas as empresas da abertura do envelope nº. 02, a referida comunicação foi realizada via email, publicada também no Diário Oficial dos Municípios, (DOM), na edição do dia 21/02/2020, bem como publicado no site do município, marcando a data do dia de hoje para proceder a abertura do envelope nº. 02, às 14:00 horas. Mesmo que comunicadas, nenhum representante das empresas compareceu para acompanhar o ato. Iniciou-se a reunião com a abertura dos envelopes "proposta" pela Comissão Permanente de Licitações, sendo os conteúdos vistos e analisados e, após análise, à vista das exigências constantes no Ato Convocatório, a comissão de posse dos envelopes devidamente lacrados, procedeu a abertura dos mesmos, sendo que todos atenderam as condições editalícias, assim sendo: SCHEILA APARECIDA WEISS ME, CNPJ: 26.068.753/0001-22, que apresentou proposta no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais); OBJETIVA CONCURSOS LTDA, CNPJ: 00.849.426/0001-14, apresentou valor de R\$ 17.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais); NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI, CNPJ: 34.768.312/0001-61, apresentou o valor de R\$ 9.680,00 (nove mil, seiscentos e oitenta reais); CONSALTER & CAMARGO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 17.960.258/0001-32, apresentou a proposta no valor de R\$ 10.840,00 (dez mil, oitocentos e quarenta reais); DELMA ELOI BITENCOURT DA SILVA ME, que apresentou valor de R\$ 16.380,00 (dezesseis mil, trezentos e oitenta reais). Dando continuidade, sendo o critério para julgamento e classificação o menor preço global, a Comissão de Licitações, declara a empresa NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI vencedora do certame por apresentar o menor preço, de R\$ 9680,00 (nove mil, seiscentos e oitenta reais). Publique-se assim o resultado no site do município, bem como no Diário Oficial dos Municípios, na data de 28 de fevereiro de 2020, após o decurso dos prazos recursais o processo será encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para homologação e contratação do serviço licitado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Participante: 1636 - NUCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIACOES EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Elaboração de concurso público, incluindo todas as etapas, inscrições, prova objetiva, prova de títulos, provas práticas, recursos relatórios, para os seguintes cargos de: AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO; CONTADOR GERAL; FARMACEUTICO; FISCAL DE OBRAS E POSTURAS; MÉDICO; ODONTÓLOGO 20 HORAS; OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA; OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA; OPERADOR DE RETROSCAVADEIRA; TÉCNICO DE ENFERMAGEM; TÉCNICO EM HIGIENE DENTÁRIA, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOL - 20 HRS	SVS	1,00		0,0000	9.680,00	9.680,00
Total do Participante ----->							9.680,00
Total Geral ----->							9.680,00

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p>	<p align="center">TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2020 - TP</p>
<p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>Processo Administrativo: 4/2020 Processo de Licitação: Data do Processo: 13/01/2020</p>
<p align="right">Folha: 2/2</p>	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Santa Terezinha do Progresso, 27 de Fevereiro de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCH	-	- Presidente da Comissão de Licitação
ELENICE ELECIR PORSCH	-	- ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES	-	- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT	-	- TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELENÍ PINNO	-	- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA	-	- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO	-	- PSICÓLOGA

ATA DE JULGAMENTO PL 02-2020 PP 01-2020

Publicação Nº 2383921

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 RUA ERNESTO FRANCISCO CARDOSO, 56 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2020 Data do Processo: 04/02/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATUAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA - ESF, ASSUMINDO A RESPONSABILIDADE TÉCNICA E A FUNÇÃO DE MÉDICO REGULADOR NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, SISREG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 19 de Fevereiro de 2020, às 08:32 horas, na sede da(o) FUNDO MUN DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 02/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 2/2020, Licitação nº 1/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Iniciada a fase de habilitação, procedeu-se abertura do envelope da empresa vencedora na etapa de lances. Após análise, foi constatado que a empresa vencedora não apresentou alguns documentos, conforme solicitado no item 9 do instrumento convocatório. A mesma deixou de apresentar a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), conforme item 9.2.5. Também foi constatado que a mesma não apresentou o que fora solicitado no item 9.4 que trata da qualificação técnica, não apresentando Diploma do Médico e nem mesmo CRM do profissional. Sendo assim, após constatado e informado a licitante sobre a falta de documentos, a mesma fica inabilitada no certame. E concordou com a decisão da comissão. Iniciou-se então a negociação com o segundo colocado, o representante da empresa: CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, Sr. CARIVALDO RAMOS PINTO JUNIOR, a pregoeira iniciou a negociação com o mesmo para que realizasse o valor do primeiro colocado, sendo que o mesmo afirmou não ser possível, pois já deu lances até o limite mínimo de suas condições. Desta forma aceita-se o valor do segundo colocado que é de R\$ 16.450,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta reais), e procede-se então a abertura do envelope nº. 02, de habilitação do segundo colocado. Após verificação pela pregoeira e equipe de apoio, foi constatado e verificado por todos, que a empresa: CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, apresentou toda a documentação de habilitação e fica então declarado vencedor no certame, pelo valor mensal de R\$ 16.450,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e cinquenta reais). O Fornecedor GONCALVES & MARTINS CLINICA MEDICA LTDA é ex-vencedor do Item(s) (1) do Processo 2/2020, o novo vencedor é: CS SERVICOS EM SAUDE LTDA, pelo motivo: Deixar de apresentar documentos da fase de habilitação.

Participante: 1663 - CS SERVICOS EM SAUDE LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, 40 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ASSUMINDO TAMBÉM A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA UNIDADE DE SAÚDE E A FUNÇÃO DE MÉDICO REGULADOR NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL - SISREG	SVS	10,50		0,0000	16.450,00	172.725,00
Total do Participante ----->							172.725,00
Total Geral ----->							172.725,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 RUA ERNESTO FRANCISCO CARDOSO, 56 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC		Processo Administrativo: 2/2020 Processo de Licitação: 04/02/2020 Data do Processo:
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 19 de Fevereiro de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCH	-	- Pregoeiro(a)
ERONI ALLEBRANDT	-	- SECRETARIO
MARGARETE ROSA ALVES	-	- MEMBRO
MARCIANE ELENÍ PINNO	-	- MEMBRO
SOLANGE BRAGA	-	- MEMBRO
JULIANA DAL MAGO	-	- MEMBRO
ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ	-	- MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ISADORA GONÇALVES MARTINS	-	- Representante
CARVALDO RAMOS PINTO JUNIOR	-	- Representante
ANDRE LUIZ ARBEGAUS	-	- Representante

TERMO DE HOM E ADJ PL 02-2020 PP 01-2020

Publicação N° 2383931

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 RUA ERNESTO FRANCISCO CARDOSO, 56 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2020 Data do Processo: 04/02/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

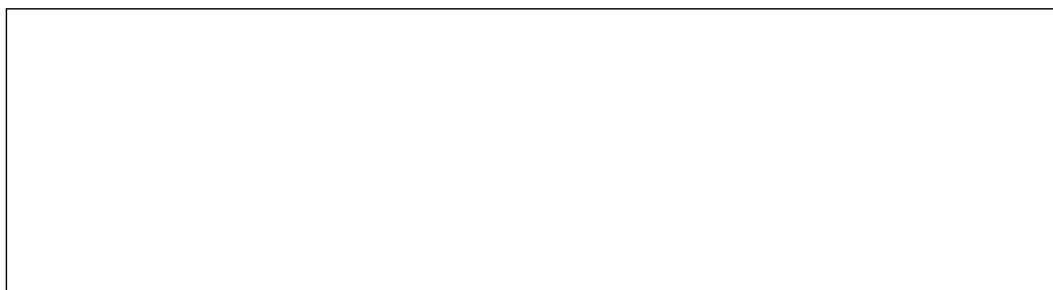
01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2020
b) Licitação Nr.: 1/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 20/02/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATUAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA - ESF, ASSUMINDO A RESPONSABILIDADE TÉCNICA E A FUNÇÃO DE MÉDICO REGULADOR NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, SISREG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001663 - CS SERVICOS EM SAUDE LTDA	1	0,0000	172.725,00
	1		172.725,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (13)



Santiago do Sul

PREFEITURA

10-2020 TREVISAN

Publicação N° 2379712

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº. 10/2020
Modalidade: Compra Direta 79/2020 AF 144/2020
Empresa: JOSE TREVISAN
Objeto: Prestação de serviço de consultoria e assessoria na área da saúde.
Valor: 16.902,00 (dezesesseis mil novecentos e dois reais)
Vigência: 01/03/2020 a 30/11/2020
SANTIAGO DO SUL, 27/02/2020
VILSO CASAGRANDA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMS N.01.2020

Publicação N° 2379620

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMS N. 01/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de acordo, com o artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, torna público que encontra-se aberto edital de credenciamento para a prestação de serviços na área de saúde para o exercício de 2020.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de saúde com unidade de atendimento num raio de 30 km da Sede do FMS/Santiago do Sul/SC, visando a realização de exames de ultrassonografia para o exercício 2020, objetivando atendimento á pacientes do SUS.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos das empresas interessadas, serão recebidos a partir do dia 14 de fevereiro de 2020 até 31/12/2020, no horário de expediente.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Santiago do Sul-SC
Setor de Licitações, Rua Angelo Toazza, 600, Centro, Santiago do Sul, SC.

HORÁRIO: das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira
Telefone nº. (49) 33453000

Santiago do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL -EDITAL Nº 02/2020 - ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2380197

EDITAL PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO Nº 02/2020

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Ordem de Classificação	Nome do Candidato	CPF nº.
1	MATEUS DOS PASSOS	083.120.669-18
2	LUCAS OSNI DE SOUZA	107.555.899-98

Desclassificação:	Nome do Candidato:	Motivo:
1	MARIA EDUARDA SILVA	Não atendeu o item 2.2 do Edital
2	NICOLE SALAZAR PEREIRA	Não atendeu o item 2.2 do Edital
3	RICARDO MACHADO DE SANTANA	Não atendeu o item 3.1.2 do Edital
4	VINICIUS LOHN	Não atendeu o item 3.1.2 do Edital

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO INSCRITOS NO EDITAL Nº 02/2020 - ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2380169

EDITAL PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO Nº 02/2020

Data da Avaliação: 20/02/2020

Bem / Objeto / Identificação: Classificação inscritos no Edital nº 02/2020

A comissão de Julgamento de Processos Administrativos, nomeada através da Portaria nº. 12.061, de 03 de janeiro de 2017 e Portaria nº. 12.061, de 03 de Janeiro de 2017, ante o recebimento do Processo Seletivo de Estagiário 02/2020, procedeu a análise dos históricos escolares anexados aos cadastros realizados, adotando-se como critério de avaliação as notas dos inscritos, onde obteve-se o seguinte resultado:

Classificação:	Nome do Candidato:	Notas:
1	MATEUS DOS PASSOS	8,45
2	LUCAS OSNI DE SOUZA	7,31

Desclassificação:	Nome do Candidato:	Motivo:
1	MARIA EDUARDA SILVA	Não atendeu o item 2.2 do Edital
2	NICOLE SALAZAR PEREIRA	Não atendeu o item 2.2 do Edital
3	RICARDO MACHADO DE SANTANA	Não atendeu o item 3.1.2 do Edital
4	VINICIUS LOHN	Não atendeu o item 3.1.2 do Edital

Sem mais para o momento é o que se apresenta.
Santo Amaro da Imperatriz, 20 de fevereiro de 2020.

Adolfo Julio Derner fernando da rosa

jane maria mattos

CONTRATO Nº 18, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380318

CONTRATO Nº 18, de 28 DE feveirO de 2020.

13º ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA AUTO ELETRICA MÜLLER LTDA ME.

Cláusula Primeira: Das Partes

O Município de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 306 – Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.892.324/0001-46, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, e de outro lado a empresa AUTO ELETRICA MÜLLER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.154.818/0001-06, estabelecida na Rua Leopoldo Broering, nº 2160, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representada por sua sócia administradora senhora Juliana M-Iler, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 058.936.309-39, residente e domiciliada à Rua Leopoldo Broering, nº 2.160, no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório de Pregão Presencial nº 07/2015 – Registro de Preços, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 2.325/02 e 2.915/06, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quinta do contrato nº 36/15 fica prorrogado até o dia 30 de abril de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 28 de fevereiro de 2020.

Município de Santo Amaro da Imperatriz	AUTO ELÉTRICA MULLER
Contratante	Contratado

Testemunhas:

CONTRATO Nº 19, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380327

CONTRATO Nº 19, de 28 de FEVEREIRO de 2020.

9º ADITIVO AO CONTRATO 35/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA ESTEVÃO CARLOS MULLER EPP.

O Município de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 306 – Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.892.324/0001-46, doravante denominado MUNICIPIO, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado na Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, e de outro lado a empresa ESTEVÃO CARLOS MULLER EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.366.996/0001-53, estabelecida na Rua Pedro Mansur Elias, nº 20, Centro, neste município, neste ato representada por seu sócio administrador senhor Estevão Carlos Muller, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n. 512.506.679-68, residente e domiciliado à Rua Pedro Mansur Elias, nº 20, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório de Pregão Presencial nº 07/2015 – Registro de Preços, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 2.325/02 e 2.915/06, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quinta do contrato nº 35/15 fica prorrogado até o dia 30 de abril de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 28 de fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN ESTEVÃO	CARLOS MULLER
CONTRATANTE	CONTRATADO

CONTRATO Nº 20, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380812

CONTRATO Nº 20, 28 de FEVEREIRO de 2020.

6º ADITIVO AO CONTRATO 77/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA ELEZIANE MAXIMIANO ME.

Cláusula Primeira: Das Partes

Contrato que entre si celebram o Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com endereço à Praça Gov. Ivo Silveira - 306, Santo Amaro da Imperatriz, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa Eleziane Maximiano ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o nº 13.823.542/0001-06, com sede a Rua Alcino dos Navegantes Moreira, 27 – Barra do Aririú, na cidade de Palhoça - SC doravante designada simplesmente Contratada, em decorrência do Processo de Licitação nº 52/2015 na modalidade de Convite, homologado em 25/09/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quarta do contrato nº 77/15 fica prorrogado até o dia 30 de abril de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, 28 de fevereiro de 2020.

Município de Santo Amaro da Imperatriz	Eleziane Maximiano ME
Contratante	Contratada

Testemunhas: _____
CPF: _____ CPF: _____

CONTRATO Nº 21, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380815

CONTRATO Nº 21, de 28 de FEVEREIRO de 2020.

5º ADITIVO AO CONTRATO 31/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA ELEZIANE MAXIMIANO ME.

Cláusula Primeira: Das Partes

Contrato que entre si celebram o Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com endereço à Praça Gov. Ivo Silveira - 306, Santo Amaro da Imperatriz, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa Eliziane Maximiano ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o nº 13.823.542/0001-06, com sede a Rua Alcino dos Navegantes Moreira, 27 – Barra do Aririú, na cidade de Palhoça - SC doravante designada simplesmente Contratada, em decorrência do Processo de Licitação nº 31/2016 na modalidade de Convite, homologado em 15/06/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quarta do contrato nº 31/2016 fica prorrogado até o dia 30 de abril de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09-2020

Publicação Nº 2380574

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2020
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
REGIME DE CONTRATAÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
ABERTURA E ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:
DATA: 17 de MARÇO de 2020.
HORÁRIO: 14:00h

NA SEGUINTE ORDEM:

1º FASE - HABILITAÇÃO (Abertura do invólucro nº 1 contendo as documentações) - Envelope 1.

2º FASE - PROPOSTA (Abertura do invólucro nº 2 contendo as propostas) - Envelope 2.

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz - SC, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para EXECUÇÃO INDIRETA pelo regime de empreitada por preço GLOBAL, regida pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações das Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, e por este EDITAL e seus Anexos, partes integrantes, em sessão pública na data e horário acima especificado.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato impeditivo, a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local ou em outro a ser definido por critério exclusivo da administração.

1- DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1- O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO À LAJOTA, PASSEIO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA da Rua São Sebastião, (Estrada 222), conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI parte integrante deste Edital.

2 - PREÇO MÁXIMO

2.1 – R\$ 543.242,34 (quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

3 – DESPESA

3.1 - A despesa resultante desta TOMADA DE PREÇOS correrá por conta de recursos da Caixa Econômica Federal, através da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

04.01.1078.4490.5191 – (132) FINISA – Caixa Econômica Federal

4 – Fazem parte deste Edital

Anexo I – Objeto

Anexo II – Memorial Descritivo

Anexo III – Planilha Orçamentária Sintética

Anexo IV – Cronograma Físico Financeiro

Anexo V – Quadro de Composição do BDI

Anexo VI – Memória de Cálculo

Anexo VII – Composição Analítica de Preço Unitário

Anexo VIII – Dimensionamento do Projeto de Drenagem

Anexo IX - Projetos

Anexo X – Minuta Contratual

Anexo XI – Placa da Obra

5 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1 - Os envelopes 01 e 02, deverão ser entregues e protocolados no dia, mês e ano indicados no preâmbulo, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz/SC, devidamente fechados e numerados. O envelope nº 01 com a DOCUMENTAÇÃO e o envelope nº 02 com a PROPOSTA, deverão ser entregues com as seguintes inscrições no anverso de cada envelope:

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
PRAÇA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 306.
CENTRO - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROPONENTE:
TOMADA DE PREÇOS Nº
ABERTURA:
HORAS:
ENVELOPE Nº _____

6 - DOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO

- 6.1 - Poderão participar desta licitação, todas as empresas cadastradas, interessadas na execução do objeto deste edital.
- 6.2 - Não poderão participar desta licitação as empresas que:
- 6.2.1 - Tiverem contratos rescindidos, por iniciativa da Prefeitura;
 - 6.2.2 - Tiverem seus cadastros cancelados, por iniciativa da Prefeitura;
 - 6.2.3 - Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com a Prefeitura, enquanto durar o impedimento;
 - 6.2.4 - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Prefeitura, enquanto perdurar o motivo determinante da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.
 - 6.2.5 - Que tenham como proprietário, ou que figurem em seu quadro societário, o Prefeito, o Vice-Prefeito, Vereador, os auxiliares diretos do Prefeito, bem como as pessoas a qualquer um deles ligadas por matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções.

7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1 - Poderão participar desta licitação, todas as empresas interessadas com prévia inscrição no "CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS" da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, com o ramo compatível com o objeto ora licitado. Caso a empresa interessada, não possua Cadastro ou o mesmo encontre-se com o prazo de validade vencido, a mesma poderá protocolar os documentos necessários para inscrição/renovação até a data de 16/03/2020.

8 - HABILITAÇÃO

- 8.1 - São necessários para a habilitação:
- 8.1.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL:
 - 8.1.1.1 - CRC - Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz;
 - 8.1.1.2 - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (De acordo com a Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);
 - 8.1.1.3 - Certidão Negativa de Débito junto ao Governo do Estado do domicílio ou sede da proponente;
 - 8.1.1.4 - Certidão Negativa de Débitos para com o Município do domicílio ou sede da proponente;
 - 8.1.1.5 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.036/90;
 - 8.1.1.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - 8.1.1.7 - Declaração expressa de aceitação das condições do presente Edital, sem restrições de qualquer natureza, e de que, se vencedora, executará as obras de acordo com as normas e especificações constantes deste edital, pelo preço proposto.
 - 8.1.1.8 - Declaração do representante legal da licitante firmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.
 - 8.1.1.9 - Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
 - 8.1.1.10 - Declaração expressa do representante legal da licitante, de que seu proprietário ou sócio, nos últimos 6 (seis) meses não ocupou o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, ou auxiliar direto do Prefeito, bem como no mesmo período, não possuiu vínculo de matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, com pessoas que tenha exercido os cargos mencionados. (Art. 75 da Lei Orgânica Municipal)
 - 8.1.1.11 - Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos moldes da IN nº 27/2002, da Secretaria de Inspeção do Trabalho ou Declaração firmada pela proponente nos termos do Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.
 - 8.1.2 - Os documentos referidos nos artigos anteriores deverão ser apresentados em 01(uma) via em original ou autenticada. A autenticação poderá ser feita por cartório competente ou acompanhados de seus originais para sua respectiva autenticação pela Comissão de Licitação, antes do horário para entrega e abertura dos envelopes contendo as documentações e propostas.
 - 8.1.3 - A falta de apresentação de quaisquer destes documentos, acarretará a inabilitação, de ofício, da empresa participante.
 - 8.1.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 8.1.5 - E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 8.1.6 - E a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
 - 8.1.7 - Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar n. 123/06, devem apresentar Certidão Simplificada

da Junta Comercial da sede da empresa ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a forma da constituição empresarial.

8.1.7.1 - A Certidão deverá ser entregue fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo sê-los em original, autenticados em Cartório ou na Prefeitura Municipal munidos do original.

9.1.2 - DOCUMENTAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.2.1 – Registro ou inscrição da proponente (Certidão de Pessoa Jurídica), bem como do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) (Certidão de Pessoa Física), no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

9.1.2.2 – Deverá comprovar também possuir em seu quadro, profissional de nível superior, devidamente inscrito no CREA ou CAU, responsável pela obra cuja comprovação deverá ser feita por cópia do registro da carteira de trabalho ou ficha de registro funcional devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT, ou Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda, se o profissional for sócio da proponente, através de contrato social atualizado.

9.1.2.3 – A proponente deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, comprovando que ela ou seu responsável técnico tenha executado obra compatível ou superior a licitada, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT). O(s) atestado(s) a ser apresentado(s) deverá(ão) constar o carimbo do CREA ou CAU, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o acervo apresentado. Serão considerados obrigatórios para habilitação da proponente no certame:

Atividade	Serviço Técnico	Quantidade
Execução	Pavimentação à lajota	2.150 m ²
Execução	Drenagem	350 m
Execução	Passeio	600 m ²

9.1.2.4 – Declaração fornecida pela empresa participante de que o profissional (indicar dados pessoais) detentor do atestado de responsabilidade técnica citado no sub-item 9.1.2.3 bem como o indicado no subitem 9.1.2.2, será o responsável técnico que acompanhará a execução da obra, caso a empresa venha a ser vencedora, ficando a substituição sujeita a aprovação pela Prefeitura, respeitado o estabelecido no art. 30, inciso IV, parágrafo 10 da Lei de Licitações.

9.1.2.5 – Declaração de que tomou conhecimento de situação e dos recursos de material e mão de obra existentes na região, assinada pelo responsável técnico inscrito no CREA ou CAU e pelo responsável da empresa.

9.1.2.6 – Declaração formal de disponibilidade de equipamentos, ferramentas e pessoal necessários a execução dos serviços objeto da presente licitação.

9.1.2.7 – A Licitante, deverá apresentar, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeira junto a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.

10.1.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses, contados da data de apresentação da proposta. Em relação as S.A, aplica-se o art. 132 da Lei 6.404./64.

b) Certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de origem, indicando os cartórios distribuidores de falência e concordata e recuperação judicial, da sede da licitante.

c) Certidões negativas de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante através dos sistemas e-Proc e SAJ;

d) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo, na data da apresentação da proposta, de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor da obra. As proponentes deverão comprovar a situação do Patrimônio Líquido através da apresentação do Balanço Patrimonial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei.

e) A proponente deverá apresentar garantia da proposta equivalente a 1% do valor estimado no Anexo III. A Garantia da Proposta poderá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei de Licitações, quais sejam:

I – Caução em dinheiro; ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-garantia e

III – Fiança bancária.

11 - DA PROPOSTA

11.1 - A proposta deverá ser apresentada em 1 (uma) via, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa e pelo representante legal, ambos em todas as páginas, em envelope fechado, indicando, em sua parte externa, o nome e o endereço do licitante, bem como o número desta Tomada de Preços, e:

11.1.1 - Estar datilografada ou impressa, em papel próprio da empresa licitante, sem rasura, emenda, entrelinha ou ressalva;

11.1.2 - Indicar o número desta Tomada de Preços, bem como o dia da sua realização;

11.2 – Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

11.2.1 – Quadro de quantidades e custos, observando a ordem estabelecida nas planilhas do Anexo III;

11.2.2 – Os preços unitários em algarismo e o preço global algarismado e por extenso, em moeda brasileira, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cujo preço máximo, tanto unitário, como total, não poderão exceder os estabelecidos na planilha do Anexo III;

Obs.: Recomenda-se, nas multiplicações, desprezar a 3ª casa decimal. [usar, no Excel, a função: =TRUNCAR(X*Y;2)].

11.2.3 – Prazo de validade da proposta, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação;

11.2.4 – Prazo para a execução do objeto, o qual não poderá ser superior ao constante no cronograma físico-financeiro, que deverá ser observado quando da execução da obra.

11.2.5 – Apresentar Cronograma físico-financeiro, observando o estabelecido no Anexo IV.

11.3 – Declaração de que o preço global proposto compreende todas as despesas concernentes à execução da obra projetada, com fornecimento dos materiais e mão de obra, bem como encargos sociais, ferramental, equipamentos e assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e tributos e tudo mais necessário a perfeita e cabal execução da obra.

11.4 - A fiscalização e controle das obras, será exercida pelo setor de engenharia do Município e a Caixa Econômica Federal.

11.5 - Os preços dos serviços/materiais serão obtidos pela multiplicação da quantidade pelo preço unitário. Cada item de discriminação dos serviços/materiais deverá ser subdividido em tantos itens quantos forem necessários para a sua perfeita caracterização. A soma dos valores dos subitens fornecerá o preço total por item e a soma dos preços totais por item será o valor do custo, para obtenção do preço por item consignado na CARTA PROPOSTA. No caso de haver erro na multiplicação entre o preço unitário e a quantidade prevalecerá o preço unitário.

11.6 - A coluna de quantidade do orçamento é de responsabilidade da proponente, não podendo o interessado arguir omissões, enganos e erros, para alterar o valor global proposto.

11.7 – A omissão ou exclusão no orçamento de qualquer item especificado nas peças fornecidas pela Prefeitura Municipal, não exime o licitante de incluí-la dentro da proposta.

11.8 – A ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução é de responsabilidade da empresa vencedora do certame.

11.9 - Após a entrega dos envelopes, não serão admitidas sob pretexto algum, modificações ou substituições da proposta ou de qualquer documento.

12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - Para julgamento das Propostas a Comissão levará em consideração o MENOR PREÇO GLOBAL.

12.2 - Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL.

12.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado. (art. 48 da Lei de Licitações).

12.4 - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Comissão convocará todos os licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, nos termos do item;

12.5 - No caso de absoluta igualdade das propostas, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços:

a) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

b) produzidas no país;

c) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

12.6 - Persistindo o empate, a Comissão convocará todos os licitantes para, em ato público, assistirem o sorteio que definirá a vencedora.

12.7 - O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

12.8 - Após a divulgação do julgamento, e decorrido o prazo recursal previsto em lei, o Presidente da Comissão submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação desta licitação.

12.9 - A presente licitação poderá ser revogada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, através de parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes direito a indenização.

12.10 - Ocorrendo anulação ou revogação da Tomada de Preço, a Prefeitura providenciará a publicação no Diário Oficial dos Municípios, contando-se a partir desta o prazo para solicitação de reconsideração.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Dos atos da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, decorrentes da aplicação deste EDITAL, caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, alteradas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.

13.2 - O prazo para o recurso previsto na letra "b" do item I, do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, correrá a partir da data de publicação do resultado do JULGAMENTO das propostas no Diário Oficial dos Municípios.

14 - DAS PENALIDADES

14.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

a) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total cotado, pela recusa injusta a assinar o respectivo contrato;

b) multa moratória, não compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total, em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

c) multa compensatória, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total, em reais, pela rescisão determinada por ato da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

14.2 - A multa prevista nas letras "b" e "c", será devida a partir da homologação do processo até o seu efetivo pagamento.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado, com base nas medições mensais, mediante apresentação de nota fiscal/fatura correspondente e termo de recebimento de obra/serviços bem como do recolhimento a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). As empresas com sede neste Município, também deverão apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal (CNDM).

15.2 – As medições de que trata o item anterior, serão efetuadas no período de 30 (trinta) dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

15.3 – A nota fiscal/fatura será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor dos serviços, a título de Retenção para Seguridade

Social, conforme alteração da Lei nº 8.212/91, do INSS.

15.4 – A importância retida será recolhida pela CONTRATANTE em nome do estabelecimento da empresa cedente, aqui denominada CONTRATADA, em GRPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social, até o dia dois do mês subsequente.

15.5 - O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos da emissão da nota fiscal/ fatura, mediante crédito bancário na Caixa Econômica Federal.

15.5.1 – A empresa que na ocasião não possuir conta bancária na Caixa Econômica Federal, será deduzida da parcela a receber, as tarifas bancárias decorrentes da transferência para outro banco, se for o caso.

15.6 – A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não serão objetos de medição.

16 - DO REAJUSTE

16.1 – Não haverá reajuste dos preços cotados, por um período de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação das Propostas.

16.2 – O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de proceder ao acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos do parágrafo primeiro, artigo 65 da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.

17 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO, cuja minuta está em anexo, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da homologação.

17.2 - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura.

17.3 - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura pelo período de 12 (doze) meses.

17.4 - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

17.5 - A empresa vencedora deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, ART – CREA/SC do profissional responsável pela execução da obra, cujos encargos são de sua responsabilidade.

17.6 - Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado se nele estivessem transcritos.

18 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 - A obra objeto desta licitação, será recebida pelo contratante, consoante o disposto no artigo. 73 inciso I, em se tratando de obras serviços, e inciso II, do mencionado artigo, em se tratando de compras ou locação de equipamentos da Lei nº 8.666/93, com suas alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98.

19 - DOS RECURSOS

19.1 - De todas as decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os recursos previstos na legislação em vigor.

20 - DAS PENALIDADES

20.1 - Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor vincendo;

c) advertência por escrito;

d) suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;

e) declaração de idoneidade para licitação na Administração publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

§1º – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente,

§2º – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de executar os serviços no todo ou em parte, bem como anular total ou parcialmente, a presente licitação a qualquer tempo, em defesa de seus interesses, especialmente os que relacionem preços elevados ou desproporcionais, baseados noutras licitações efetuadas pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz ou inseridas em publicações categorizadas.

21.2 - A proponente obriga-se a cotar somente o (s) item (s) que possa(m) atender e entregar o (s) material (s) / serviço (s) nos prazos fixados, sob as penas da lei.

21.3 - Quaisquer informações relativas à presente licitação serão prestadas pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz, diariamente no período das 12:00 horas as 18:00 horas.

Santo Amaro da Imperatriz, 28 de fevereiro de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

ANEXO I

< OBJETO >

ANEXO II

< MEMORIAL DESCRITIVO >

ANEXO III

< PLANILHA ORÇAMENTARIA SINTÉTICA >

ANEXO IV

< CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO >

ANEXO V

< Composição do BDI >

ANEXO VI

< Memória de Cálculo >

ANEXO VII

< Composição Analítica com Preço Unitário >

ANEXO VIII

< Dimensionamento do Projeto de Drenagem >

ANEXO IX

< Projetos >

ANEXO X

< Minuta contratual >

Anexo X
(Minuta Contratual)

CONTRATO Nº ____/____, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b), doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2020 - TP, homologado em/....../....., mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Objeto:

2.1. O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO À LAJOTA, PASSEIO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA da Rua São Sebastião, (Estrada 222), conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI parte integrante deste Edital.

3. Do Valor e seu Pagamento:

3.1. As obras descritas no objeto, conforme proposta vencedora, serão executadas ao preço total de R\$ (...), cujo pagamento será efetuado com base nas medições, sendo R\$ de mão de obra e R\$ de materiais, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa realizada, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

3.2. As medições serão realizadas a cada período de trinta dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da

contratada.

3.3. A fatura/nota fiscal será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura (Contratante), em conjunto com a Caixa Econômica Federal, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

3.4. A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia 20 (vinte) do mês subseq-ente a retenção.

3.5. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante crédito bancário.

3.6. A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto e normas técnicas não serão objeto de medição e pagamento.

4. Do Prazo de Execução das Obras:

4.1. O Contratado se compromete a executar as obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da expedição da ordem de serviço.

4.2. Os prazos serão contados em dias corridos, exceto quando explicitamente disposto de modo diferente, iniciando e vencendo em dia normal de expediente da Contratante.

5. Da Classificação da Despesa:

5.1. A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

04.01.1078.4490.51.99 – (132) FINISA – Caixa Econômica Federal

6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas da Contratada:

A Contratada se obriga:

6.1. efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais;

6.2. aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado;

6.3. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos;

6.4. responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 618, do CC, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;

6.5. observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação pertinente, especialmente quanto as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

6.6. manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.7. responder financeiramente por ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

6.8. afixar no local placa alusiva a obra no modelo/padrão fornecida pela Prefeitura (contratante) no ato da assinatura do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante.

7. Da Fiscalização:

7.1. A fiscalização das obras, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através do Setor de Engenharia, o qual ficará responsável pelos termos de medição e recebimento das obras em conjunto com a Caixa Econômica Federal.

7.2. A Contratada deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos, ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

8. Da Rescisão:

8.1. As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

9. Das Penalidades:

9.1. Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega ou conclusão das obras;

b) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;

c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;

d) advertência por escrito;

e) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;

f) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.

- No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

10. Da Vigência:

10.1. Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência por 90 (noventa) dias.

11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:

11.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº 09/2020.

12. Do Foro:

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

12.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em/ /2020.

Contratante

Contratada

Testemunhas

1 2

Nome : Nome:

ANEXO XI

< PLACA DA OBRA>

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS -EDITAL Nº 02/2020 -ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2380192

Processo Seletivo nº. 02/2020

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Processo/Inscrição	Nome do Candidato	CPF nº.
0113.001.0001268	LUCAS OSNI DE SOUZA	107.555.899-98
0113.007.0000037	MARIA EDUARDA SILVA	104.302.059-45
0113.007.0000034	MATEUS DOS PASSOS	083.120.669-18
0113.007.0000036	NICOLE SALAZAR PEREIRA	122.314.309-08
0113.007.0000035	RICARDO MACHADO DE SANTANA	073.168.939-90
0113.001.0001264	VINICIUS LOHN	106.805.039-00

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de fevereiro de 2020

Edésio Justen
Prefeito Municipal

06 - EXTRATO RECURSOS

Publicação Nº 2380820



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 006: Edital de Análise de Recursos contra o Indeferimento da Inscrição**

Apresentando o recurso de forma tempestiva, o(s) candidato(s) abaixo tiveram os pleitos analisados, sendo apresentado o resultado, como segue:

Protocolo	Inscrição/Referência	Cargo
001	2303	Fiscal de Vigilância Sanitária
ARGUMENTO:	Argumenta não ter efetuado o pagamento por suposta falta de resposta ao seu contato em relação ao documento de pagamento.	
SITUAÇÃO:	Indeferido	
RESPOSTA:	Destaca-se que o impetrante não comprova ter efetuado contato ou tentativa de contato, bem como, inexistem quaisquer registros de pedido de atendimento relacionado ao candidato, seja por meio eletrônico (e-mail ou site), seja por meio da central de atendimento. Por fim seu pleito não prosperaria, pois o pagamento do documento bancário poderia ter sido efetuado até o último dia das inscrições, nos locais indicamos como "local de pagamento" disposto no próprio documento de recolhimento.	
Protocolo	Inscrição/Referência	Cargo
002	1802	Assistente Social
ARGUMENTO:	Alega ter efetuado ter efetuado o "pagamento", porém o débito não ser sido efetivado, apresentando o que parece ser uma tela de algum sistema.	
SITUAÇÃO:	Indeferido	
RESPOSTA:	Impetrante não apresenta nenhum comprovante de pagamento, sendo de responsabilidade do candidato efetuar o acompanhamento da ocorrência ou não do débito em sua conta.	

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

07 - RELAÇÃO FINAL DE INSCRITOS

Publicação N° 2380823



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 007: Relação Final de Candidatos Inscritos**

O prefeito municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a relação final de candidatos inscritos, após a análise de recursos interpostos contra o indeferimento da inscrição (Ato 006), de acordo com o estabelecido no Edital de Concurso Público nº 01/2020, conforme lista de candidatos por cargo, constante no ANEXO I desta publicação.

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos acima relacionados, a prestarem a prova objetiva, na data, horário e local estabelecidos na publicação inerente à convocação da Prova Objetiva, nas datas, horários e locais estabelecidos, bem como em suas publicações posteriores.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 20 de fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Anexo I – Relação Final de Candidatos Inscritos

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
644	ADRIANA DA ROSA	018.914.***-93	Deferido
3043	ALCIONIR SENS	767.468.***-00	Deferido
182	AMANDA ELLEN MACEDO	078.745.***-98	Deferido
2799	ANA CLAUDIA MOCELIN	004.325.***-30	Deferido
152	CARLA AUGUSTA DE ALMEIDA WEINGARTNER	066.080.***-45	Deferido
2578	CAROLINA FORTES DE JESUS	025.113.***-67	Deferido
2231	CHRISTINE KELLY FIGUEIREDO DE ALENCAR	374.403.***-10	Deferido
2853	CLAUDEMIR OSMAR DA SILVA	004.463.***-48	Deferido
2961	DAIANA VERA SOUZA	048.513.***-01	Deferido
72	DANUZA MARA FAVERSANI	658.445.***-87	Deferido
636	DEBORA REGINA DA SILVA	048.547.***-19	Deferido
1546	EDIANE PAVANATE DOS SANTOS	057.314.***-30	Deferido
85	EDUARDA BERNARDO MARTINS	095.442.***-04	Deferido
1187	EDVIRGEN PEREIRA	029.607.***-35	Deferido
325	ELAINE CRISTINA MINA	048.548.***-18	Deferido
63	ELIANE BORBA	658.024.***-04	Deferido
2436	EMMANUELLE COELHO DA COSTA	059.352.***-07	Deferido
134	FRANCISCA ANGELICA MENDEZ	718.616.***-49	Deferido
728	GABRIELA SCHMITZ	090.404.***-63	Deferido
2545	GERUSA COLOMBO DE OLIVEIRA	021.545.***-06	Deferido
1714	GREYCE CAMPOS DE CASTRO	063.580.***-08	Deferido
1401	GUILHERME MATEUS LUCERO	835.878.***-63	Deferido
1735	HINGRIDY SALM LOCH	096.938.***-39	Deferido
1878	JADNA APARECIDA NUNES	057.585.***-94	Deferido
554	JÉSSICA VEBER	097.028.***-90	Deferido
2487	JULIANA CARDOZO DE ELESBÃO	082.831.***-22	Deferido
491	KAROL MELO	099.517.***-19	Deferido
1761	LAIARA CRISTINA CARDOSO	088.267.***-26	Deferido
1291	LAURA MARTENDAL	753.381.***-82	Deferido
769	LENIR RIBEIRO QUERINO	021.063.***-69	Deferido
2110	LILIANE DA SILVA	033.671.***-16	Deferido
1903	LUANA KREUSCH	106.230.***-74	Deferido
1154	MARIA FERNANDA SCHMITT BUNN	093.192.***-35	Deferido
1118	MARIA GISELA JACOBSEN JANTARA	415.359.***-04	Deferido
3094	MARILÚ DE JESUS BARBOSA	035.243.***-65	Deferido
1385	MARTINA SANTOS FORMAGIO	043.177.***-89	Deferido
2619	NUBIA NUNES PRASSER DE OLIVEIRA	087.677.***-42	Deferido
2718	PRISCILA MACEDO	093.480.***-52	Deferido
1836	RAFAELA CAROLINA FERREIRA SCHMIDT	063.306.***-00	Deferido
674	REGINA HOFFMANN	059.352.***-48	Deferido
1895	ROSANI BUNZEN	076.859.***-24	Deferido
2940	ROSILDA FÉLIX DA COSTA FRAZÃO	013.788.***-66	Deferido
2197	SABRINA MACHADO	100.661.***-44	Deferido
2378	SANDRA CRISTINA ALVES DE MELO MACHADO	100.352.***-55	Deferido
3032	SANDRA MOTA COLLAÇO DOMINGUES	987.439.***-53	Deferido
1733	SANDRO DO NASCIMENTO	951.851.***-49	Deferido
70	SCHARLANA LUCIANO	054.691.***-22	Deferido
3139	SIMERE APARECIDA DA SILVA	074.287.***-03	Deferido
2202	TAINARA TAVARES PINTO DA SILVA	073.760.***-20	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



120	THAYNA CORREIA CANDIDO	095.222.***-59	Deferido
2716	THAYS PRICILA DA SILVA	067.977.***-50	Deferido
2834	VANESSA NUNES SILVA	037.826.***-03	Deferido
590	VANUSA BROERING DA ROSA	103.025.***-95	Deferido
2918	VERA LÚCIA SILVA CAMPOS	762.796.***-04	Deferido
9	WELMA BRAGA COSTA CÂNDIDO	405.923.***-91	Deferido

Cargo: ODONTÓLOGO			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2001	ALEXANDRO DOS SANTOS VIEIRA	968.513.***-25	Deferido
1880	ALINE GALIAZZI	779.946.***-34	Deferido
1853	ANA MARIA WOLOWSKI CALDEIA	052.760.***-32	Deferido
2662	ANALU SPARREBERGER MANEA	005.523.***-16	Deferido
281	ANDERSON FRANÇA DA COSTA	008.167.***-61	Deferido
97	ANDRÉIA CLARA NAZÁRIO	019.759.***-64	Deferido
633	AYTAN MACHADO AZEVEDO	036.503.***-70	Deferido
2701	BÁRBARA PRATES PADILHA	054.752.***-05	Deferido
2129	BRUNNA TAFFAREL DE CESAR	030.908.***-81	Deferido
596	CÂMILA DELLA ROCCA	101.477.***-60	Deferido
1485	CAROLINE APARECIDA BRANCO	009.588.***-39	Deferido
2709	CHAIANY ROSANIA DE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	049.295.***-22	Deferido
2371	CLAUDIA PATRÍCIA SANTOS DE OLIVEIRA	631.189.***-20	Deferido
2266	DALVA ISABEL DE ARAÚJO PACHECO	591.595.***-00	Deferido
1	DAYARA KELLYN SEIDLER	091.265.***-06	Deferido
1214	DIEGO LEOARDO DE SOUZA	082.852.***-78	Deferido
2711	EDIVALDO SANTOS BRITO	009.653.***-12	Deferido
2407	EDNIR LUPPI FILHO	057.739.***-28	Deferido
2575	EDUARDA COELHO GUCKERT	092.374.***-85	Deferido
25	EDUARDO MADALOSSO LAVARDA	830.019.***-04	Deferido
1949	EVALDO MONTEIRO	021.748.***-84	Deferido
1704	FERNANDA BARROS DE OLIVEIRA	033.767.***-06	Deferido
3153	FERNANDA MARIA DOS SANTOS	006.110.***-07	Deferido
43	FILIPPE ROCHA BARRIONI	058.412.***-50	Deferido
948	FLAVIA FERREIRA ZANONI HACKRADT	028.178.***-11	Deferido
377	FRAYNI JOSLEY ALVES CELESTINO	071.258.***-86	Deferido
1286	GABRIELA PONTES DA SILVA	059.667.***-99	Deferido
1710	GEOVANNA DA SILVA NASCIMENTO	152.016.***-90	Deferido
2018	GIULIA ORTIGARA BORTOLINI	023.379.***-69	Deferido
11	GUILHERME FARGNOLI RIBEIRO	030.814.***-08	Deferido
2054	GUILHERME PENAFORTE	103.444.***-55	Deferido
2119	HELOISA CARDOSO MARTINS	364.879.***-04	Deferido
885	IHAN VITOR CARDOSO	070.841.***-57	Deferido
414	INGRID RICKEN BELMIRO	102.227.***-50	Deferido
2704	IURI SALVADOR MARTINS	034.241.***-97	Deferido
1858	JENNIFER MATOS MENDES	094.399.***-31	Deferido
2721	JOAQUIM GABRIEL DE ANDRADE COUTO	080.121.***-23	Deferido
811	JÚLIA MICHELS	009.913.***-37	Deferido
2394	JULIANA BORGES MÜLLER	066.857.***-31	Deferido
2430	JULIANA DUARTE DE ALMEIDA	046.538.***-08	Deferido
2611	KARIN BERRIA TOMAZELLI	062.792.***-12	Deferido
357	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	050.993.***-61	Deferido
1192	LAYSSA MARTINS DE MIRANDA	097.458.***-11	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



892	LETÍCIA THIESEN	085.826.***-74	Deferido
2646	LIS REINERT VARGAS	078.744.***-62	Deferido
3099	LUANA AMARANTE DE MORAIS	022.300.***-01	Deferido
836	LUANA SANTOS DE SOUZA	047.982.***-00	Deferido
2814	LUANA WESTPHAL	097.941.***-75	Deferido
2107	LUCIANA DA SILVA ALEXANDRE	084.286.***-67	Deferido
1956	MAÍRA TONELLI	088.372.***-06	Deferido
2389	MARCELO MANGINI DA SILVA	520.533.***-20	Deferido
2667	MARIANNA GIMENES E SILVA	076.173.***-90	Deferido
408	MÁRIO BRUNO MENEZES	090.610.***-55	Deferido
30	MARISTELA NICOLAU DE SOUZA PINTO	994.872.***-87	Deferido
725	MICHELI CAMPESTRINI	058.307.***-56	Deferido
349	MIRIAM VALGAS	052.107.***-95	Deferido
2950	NATÁLIA CAMARGO DUARTE	082.938.***-37	Deferido
706	OSVALDO DA SILVA NETO	098.251.***-81	Deferido
2699	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FARIA	108.269.***-97	Deferido
3088	PRISCILA CHIQUETTI DE SOUZA	006.209.***-39	Deferido
2948	PRISCILA SAQUET	079.362.***-23	Deferido
320	RAMIRO LUIZ CALZA	086.417.***-60	Deferido
1091	RENATA MARAN	019.234.***-92	Deferido
2685	RENATA MARQUES DA SILVA	025.974.***-43	Deferido
3068	RODRIGO SÉRGIO GIANGIULIO	308.561.***-04	Deferido
1491	ROSEMARY PEIXOTO DE OLIVEIRA	970.182.***-87	Deferido
886	RUBIA TEODORO STUEPP	078.084.***-46	Deferido
372	SABRINA NATASHA DIGIACOMO SARWER FONER	109.395.***-29	Deferido
2255	SAMARA CRISTINA BORGES	094.939.***-10	Deferido
2666	SARA NAOMI OSHIMA	072.619.***-36	Deferido
190	SUÉLEN PARAVISI PAGLIARI	075.616.***-57	Deferido
2025	THAISE GOMES E NOBREGA	871.841.***-20	Deferido
800	THAYNÁ FERREIRA SIMÕES DE OLIVEIRA	100.173.***-32	Deferido
1727	VANESSA CALANDRINI MURIBECA DA ROCHA	660.570.***-00	Deferido
1468	VINÍCIUS BALDISSERA CERQUEIRA LEITE	054.381.***-36	Deferido

Cargo: ENFERMEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2481	ADRIANA MARTINS	023.612.***-03	Deferido
3140	ADRIANO MENDES SOARES	034.433.***-98	Deferido
2775	ALBERT DO ESPIRITO SANTO	004.215.***-75	Deferido
584	ALINE ANA GALDINO	062.697.***-28	Deferido
1190	ALINE CRISTINA DA ROSA	047.445.***-60	Deferido
1206	ALINE DA SILVA DAMÁSIO	095.017.***-73	Deferido
2	ALITA FLORITA DIAS	084.915.***-85	Deferido
1193	AMABILE MEURER	096.668.***-17	Deferido
366	AMANDA DA SILVA	089.556.***-13	Deferido
1233	AMANDA DE SOUZA VIEIRA	093.973.***-66	Deferido
2523	AMANDA KETLUIN FRANCISCO SENA	075.019.***-13	Deferido
1048	ANA CRISTINA MIRANDA	051.810.***-42	Deferido
2102	ANA FLÁVIA BARCELOS	092.553.***-23	Deferido
114	ANA FLÁVIA PRIM	091.200.***-99	Deferido
2746	ANA PAULA SILVA DE SOUZA	738.542.***-15	Deferido
3177	ANDRÉ FILIPE FERREIRA	097.827.***-59	Deferido
270	ANDRÉA SOUZA BASTOS	088.990.***-35	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 4 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2413	ANDRESSA FERREIRA DA SILVA	113.258.***-50	Deferido
2992	ANDREZA DUARTE	078.316.***-62	Deferido
254	ANGELITA PEREIRA SOARES MARTINS	051.354.***-81	Deferido
20	BÁRBARA MOHR DA SILVEIRA	095.357.***-90	Deferido
1170	BRUNA CARDOSO LEAL	076.029.***-43	Deferido
2472	BRUNA PAIVA HESS	081.832.***-60	Deferido
2966	CAMILA SANCHES MARQUES	067.692.***-78	Deferido
2933	CAMILA SIMAS	098.712.***-10	Deferido
3102	CARINE FERREIRA	087.443.***-89	Deferido
1640	CARLA DE MATOS	008.097.***-02	Deferido
3072	CARLA SOUSA GUEDELHA	015.302.***-93	Deferido
1138	CAROLINA MARTINS SCHMITT	086.338.***-07	Deferido
2406	CAROLINE POLETTTO FAVERO	071.057.***-40	Deferido
466	CEZAR ANSELMO ANDREAZZI	036.955.***-08	Deferido
247	CIBELE DAVILA KRAMER CAVALCANTI	071.400.***-86	Deferido
159	CINDY DA SILVEIRA	098.431.***-00	Deferido
2438	CLARISTELA DA CUNHA POLETTTO	436.680.***-34	Deferido
2302	CLAUDIA RAMOS GONÇALVES	070.691.***-64	Deferido
2488	DAIANY PIANEZZER DE SOUZA LAPAZINI	053.976.***-67	Deferido
2024	DANDIRAALVES DA INHAIA DEBONA	789.557.***-91	Deferido
747	DANIELA DE FARIAS RUDIGER	087.435.***-88	Deferido
2513	DANIELA DUARTE DA SILVA	072.922.***-58	Deferido
1163	DANIELA MEDEIROS DOS SANTOS	047.779.***-85	Deferido
488	DANIELY MONTEIRO CRUZ	018.388.***-64	Deferido
388	DANNYELLY DE KASSIA COLLINS SILVA	044.515.***-24	Deferido
1428	DAYANA MAYER	101.903.***-25	Deferido
2116	DAYANE CRISTINA DE MELO DOIS SANTOS	080.573.***-39	Deferido
13	DAYANE DA ROCHA	041.684.***-05	Deferido
1632	DIANA PETRY FLORES	108.259.***-26	Deferido
2078	DIANA SÔNIA EUSÉBIO	100.494.***-40	Deferido
1686	DJOSI VIEIRA	074.550.***-08	Deferido
2296	EDILSON DA SILVA SANTOS	746.975.***-15	Deferido
2985	EDNA CARLA PEREIRA	037.170.***-39	Deferido
208	ELANIA VERONICA ARAUJO DA SILVA	017.930.***-32	Deferido
2678	ELENITA APARECIDA DA ROSA	028.806.***-43	Deferido
2420	ELIANE ILSA DE FARIAS	053.259.***-59	Deferido
824	ELIANE RAQUEL KOERICH	052.350.***-50	Deferido
2458	ELIARA ARAMBURU	826.385.***-49	Deferido
3129	FABIANA COSTA MEDEIROS	964.380.***-68	Deferido
3131	FABIOLA DA SILVA	004.607.***-89	Deferido
919	FABRICIO VENTURINI	004.736.***-38	Deferido
460	FERNANDA HOFFMANN	076.252.***-92	Deferido
843	FILIPPE DEVALDE DE SOUZA	047.416.***-31	Deferido
1224	FILIPPE KOERICH	077.039.***-05	Deferido
806	FLÁVIA COELHO RACHADEL	063.984.***-99	Deferido
2942	FRANCIELI GOULART DA ROSA	056.012.***-11	Deferido
736	FRANCIELLE GONÇALVES MORGAN	066.780.***-07	Deferido
2963	FRANCINY DA SILVA	102.199.***-70	Deferido
750	FRANCISMARA DA ROSA	019.714.***-93	Deferido
3112	FREDERICO ERICK NASCIMENTO SILVA	085.311.***-58	Deferido
469	GABRIELA BEIMS GAPSKI	064.094.***-01	Deferido
1127	GABRIELA SEBOLD	103.640.***-02	Deferido
2594	GABRIÉLI DE AZEVEDO DOS SANTOS	008.127.***-99	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 5 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2449	GEOVANA DIAS	076.272.***-89	Deferido
2884	GEOVANA PFLEGER	089.457.***-65	Deferido
2958	GERSON LUIZ MARAFIGA DA SILVA	512.635.***-68	Deferido
3025	GÉSSICA MARTINS	101.665.***-75	Deferido
2637	GISELE CAMPOS DE OLIVEIRA	906.021.***-15	Deferido
1342	GISELE DE CACIA DE SOUZA	007.225.***-02	Deferido
1343	GISELE ILEDIR DA SILVEIRA	053.322.***-25	Deferido
2964	GRAZIELLE APARECIDA NASCIMENTO STRACQUADANIO	904.061.***-25	Deferido
2567	GREIZE REGINA FERREIRA DUARTE	030.138.***-08	Deferido
1461	HELEN MARIA CRUZ DE FREITAS	625.252.***-00	Deferido
276	INDIANARA FERREIRA	107.877.***-80	Deferido
301	INÊZ RODRIGUES SPERBER	082.749.***-59	Deferido
1943	IVANA DE JESUS DE SOUZA	685.652.***-00	Deferido
508	IVETE DA SILVA PINHEIRO	006.413.***-35	Deferido
1983	IZABOUR GOBEL	087.907.***-96	Deferido
336	JAIANE MARIA SCHURHAUS	089.535.***-89	Deferido
1207	JANAINA LIMA	012.825.***-01	Deferido
257	JESSICA MEURER FERREIRA	085.108.***-38	Deferido
639	JOSEANE DA COSTA SCHVEITZER	057.833.***-32	Deferido
499	JOSIANE APARECIDA KLOEPEL BORTOLI	028.985.***-97	Deferido
2121	JOSIELE MAYURE DA SILVA	098.112.***-60	Deferido
2625	JOSILENE FERREIRA ARAUJO CARDOSO	846.076.***-91	Deferido
1760	JOSUÉ JONILDO FLORIANO	084.635.***-28	Deferido
2752	JOSUÉ PRIGOLI	047.084.***-43	Deferido
2349	JOZIARA SCHEIBLER	667.910.***-15	Deferido
2477	JULIA MARTINS DA SILVA	085.609.***-01	Deferido
3118	JULIANA MASSIGNANI JACQUES	091.656.***-88	Deferido
889	JULIANA NUNES LEAL CARDOSO	010.123.***-39	Deferido
2093	JULIANA SA DE CASTRO	105.853.***-89	Deferido
858	JULIETE COELHO GELSLEUCHTER	070.451.***-05	Deferido
1472	JULIO DA SILVA CARDOSO JÚNIOR	083.716.***-82	Deferido
2348	KARLA PATRÍCIA DE SOUZA	889.731.***-15	Deferido
2571	KAROLINE ESPINDOLA	056.356.***-40	Deferido
2781	LARISSA RIZZI SOUZA DE OLIVEIRA	071.042.***-25	Deferido
90	LAYS SOUZA DE OLIVEIRA	068.470.***-45	Deferido
1582	LESSANDRA OLIVEIRA OLIVEIRA	031.961.***-82	Deferido
2991	LETÍCIA FIGUEIRÓ FONTOURA	821.012.***-34	Deferido
2779	LÍDIA CORRÊA BORBA	034.246.***-20	Deferido
326	LILIAN APARECIDA SAMPAIO KLABUNDE	005.576.***-58	Deferido
1548	LUANA KNIES HILLESHEIM	114.248.***-60	Deferido
2978	LUCIANE MIRANDA	974.618.***-68	Deferido
243	LUCIANE STEINBACH	020.546.***-43	Deferido
987	MÁRCIA KERSTING BATTAGLIM	949.487.***-04	Deferido
541	MARCIA PEREIRA ALVES	028.905.***-32	Deferido
2972	MARCOS FERNANDES DIAS	042.655.***-60	Deferido
1896	MARCOS FERREIRA DA SILVA	584.983.***-91	Deferido
1860	MARIA CRISTINA GOULART	017.673.***-62	Deferido
2483	MARIA EDUARDA FERREIRA GOULART	094.311.***-80	Deferido
2412	MARIA EUGENIA DA SILVA	103.457.***-16	Deferido
1332	MARIA LUIZA CARDOZO	088.731.***-02	Deferido
874	MARIANE HACK LUCIANO	098.409.***-45	Deferido
3182	MARILDA PPEREIRA	009.310.***-06	Deferido
2224	MARINA CRISTINA ALVES	085.628.***-82	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 6 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



3023	MARINALDA BONELI DA SILVA	105.144.***-50	Deferido
2124	MAYARA PORTELA SAIBRO	019.519.***-70	Deferido
2042	MERI APARECIDA MACHADO	005.738.***-35	Deferido
623	MICHELE ARIANA DA SILVA	072.798.***-66	Deferido
766	MICHELLY RITA DA SILVA SCHMITZ	027.025.***-86	Deferido
719	MONIQUE MEENESES DE AGUIAR	070.609.***-60	Deferido
1750	NARA REISDORFER	031.048.***-92	Deferido
1841	NATÁLIA HOFFMANN COELHO	087.610.***-22	Deferido
2572	NICKOLLI HANNY THOMA SANTOS	006.039.***-62	Deferido
1646	PÂMELLA PRISCILLA DA SILVA RANGEL MULLER	078.875.***-33	Deferido
41	PATRÍCIA BUSSOLO	090.292.***-38	Deferido
1471	PATRICIA PETRY	039.924.***-57	Deferido
504	PAULINA ELZA DA SILVA TRIERWEILLER	061.321.***-06	Deferido
3183	PAULO ERIC DOS REIS ROGERIO	007.493.***-79	Deferido
2876	POLLYANA PLAUTZ GORRIS	082.561.***-88	Deferido
162	PRISCILA CARDOSO	270.773.***-46	Deferido
555	PRISCILLA NUNES FORTUNA	034.107.***-06	Deferido
2671	QUIDIONI VALDIR DE SOUZA	049.156.***-01	Deferido
2574	RAFAEL MATOS DA ROSA	000.838.***-25	Deferido
597	RAFAELA REGINA RAMOS	040.773.***-97	Deferido
2865	RAFAELA VIERA CERON	099.132.***-12	Deferido
1909	RAFAELLA LOBO CARDOSO	084.546.***-75	Deferido
2792	REBECA SARTINI COIMBRA	835.209.***-34	Deferido
685	RENAN VIZEU FERNANDES	004.679.***-01	Deferido
3022	RENATA MACHADO BECKER	049.621.***-71	Deferido
98	RENATA REITZ	005.183.***-94	Deferido
2556	RENATA ROSANA DA SILVA	087.935.***-17	Deferido
1355	ROSÂNGELA ALVES DE SOUSA	382.817.***-91	Deferido
879	ROSEMARI VOGES	061.610.***-44	Deferido
3065	SABRINA MARIA MIRANDA SOUZA	036.897.***-26	Deferido
2589	SANDRA CRISTINA DOS SANTOS COSTA	658.991.***-10	Deferido
2968	SCHIRLEY DE ESPINDOLA	101.810.***-17	Deferido
361	SILVIA SILVANO	052.090.***-38	Deferido
1732	SIMONE FEITOZA DOS REIS	435.046.***-20	Deferido
963	STEPHANY MADEIRA RIBEIRO DIAS	082.713.***-48	Deferido
2160	STHEFANY MARTINS DE SOUZA	082.851.***-09	Deferido
36	SUELEN DUTRA	098.216.***-07	Deferido
2724	SUÉLI POLEZA	046.491.***-66	Deferido
2873	TANIA LETICIA SEMMANN DA LUZ	800.462.***-53	Deferido
583	TATIANA MORAIS	020.909.***-10	Deferido
2244	TATIANE DA SILVA HUERGO	045.178.***-63	Deferido
2695	TATIANE GARCIA	039.198.***-50	Deferido
1392	TATIANI CRISTINA ALVES	036.787.***-81	Deferido
483	THAILA ANTUNES PLOÊNCIO	057.274.***-97	Deferido
348	THOMAZ DA SILVA NETO	802.110.***-68	Deferido
634	VALÉRIA CHOMA ZAGULSKI	842.196.***-63	Deferido
2299	VERUSCA FEITOZA DOS REIS	649.751.***-20	Deferido
196	VITÓRIA CAROLINE DE LIMA HAVENSTRIN	034.016.***-76	Deferido
293	ZENANDIA FELICIANO DA SILVA	050.428.***-06	Deferido

Cargo: FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1637	ALECKSSANDRA BECKER	026.536.***-60	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 7 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2047	ALEXANDRE PICCININI	000.222.***-41	Deferido
1748	ALINE MEDEIROS CARDOSO SILVEIRA	048.769.***-63	Deferido
1537	ANA CLARA LETZOV BRATTIG	057.127.***-01	Deferido
2339	ANELISE DA SILVEIRA	089.746.***-48	Deferido
1766	ARTUR RAMOS LIMA	063.342.***-00	Deferido
1025	BERNARDO ADADA SELL	038.815.***-23	Deferido
103	CAMILA KRAUS	079.065.***-78	Deferido
2027	CLAUDIOMIRO NUNES XAVIER	574.287.***-00	Deferido
3173	DALETH WALKIRIA VANDERLINDE	250.154.***-01	Deferido
3035	EMANUELA TECHIO	056.047.***-41	Deferido
2986	ERICSON ALCANTARA	258.333.***-57	Deferido
1128	LÍVIA MARIA DE SOUZA GONÇALVES	105.577.***-63	Deferido
1243	MARINA MALAGOTTI	076.834.***-16	Deferido
3110	MARINA VENTURA	089.467.***-17	Deferido
2089	MARION MENEZES BATISTA	003.822.***-83	Deferido
1691	MAYARA BRICH	093.597.***-57	Deferido
690	REGINA HEIDEMANN	716.254.***-15	Deferido
3143	RENATO DE CAMPOS VASCONCELLOS	924.500.***-72	Deferido
2760	SAMARA APARECIDA SPANHOL	103.308.***-86	Deferido
3001	SUZANA MACIEL	640.938.***-53	Deferido
3087	WEULANE DOS SANTOS LIMA	890.547.***-53	Deferido

Cargo: FONOAUDIÓLOGO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2125	ALESSANDRA DE OLIVEIRA PEREIRA	098.713.***-96	Deferido
2764	ANA CLÁUDIA PFLEGER	089.689.***-00	Deferido
2559	ANICY TEREZINHA BAINHA PACHECO BACK	058.489.***-23	Deferido
1647	CAMILA DA ROCHA BORBA	087.212.***-17	Deferido
1758	CAMILA FERNANDES	114.250.***-17	Deferido
2581	CARLA CRISTINA LINS DOS SANTOS KNOCHENHAUER	065.703.***-30	Deferido
3092	DEBORA DE SOUZA BASSO SCHNEIDER	081.215.***-65	Deferido
591	EDUARDA RAFAELLA CARDOSO	081.559.***-24	Deferido
1631	JANAINA AMANDA ANTUNES DE LARA	070.572.***-03	Deferido
2380	MAGDA SILVA GOMES	094.830.***-02	Deferido
2166	NAIARA VALENTIM GOMES	103.672.***-52	Deferido
507	NICOLY FARIAS THIESEN	102.316.***-81	Deferido
2599	PERLA DA SILVA KLEIN	000.043.***-03	Deferido
394	SABRINA SCHMIDT MEDEIROS	079.847.***-10	Deferido
867	VANESSA DA CUNHA	096.841.***-18	Deferido

Cargo: MÉDICO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1099	AARON SCHEIDMANDEL MULLER	009.168.***-80	Deferido
1822	AFONSO BUSS JUNIOR	789.495.***-91	Deferido
1183	AFONSO MOTTA FRANCISCO	009.605.***-48	Deferido
715	ALINE YURI TOMA	382.779.***-50	Deferido
2271	ANDERSON NIADA MARCELO	066.786.***-41	Deferido
1249	ANDERSON SILVA LEITAO SILVA	024.601.***-06	Deferido
2346	ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES	025.230.***-73	Deferido
1580	BARBARA DOS SANTOS SAKR	045.021.***-63	Deferido
1035	BRUNA WATERKEMPER MONDARDO	069.065.***-02	Deferido
2626	CAMILA VIEIRA RODRIGUES	066.206.***-59	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 8 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1991	CAROLINE DO NASCIMENTO MENEGUZZI	090.557.***-55	Deferido
442	CECILIA MARIA RODRIGUES DE FRANÇA	060.843.***-71	Deferido
1585	CELSON PINTO DE OLIVEIRA JÚNIOR	016.188.***-01	Deferido
193	CÉSAR MANFROI	097.711.***-39	Deferido
775	CLAUDIA NAMI YODA	345.646.***-23	Deferido
175	CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS	785.726.***-15	Deferido
3193	DEISE KLAUCK	005.572.***-51	Deferido
2807	DOUGLAS RAE SCHWARTZ	074.586.***-82	Deferido
1289	EDUARDA KROENKE DE VASCONCELLOS ALMEIDA	078.542.***-52	Deferido
2735	ELISA SCHERER SILVEIRA	075.449.***-47	Deferido
2605	FERNANDA BONIN DA SILVA	090.545.***-67	Deferido
2354	FERNANDA GATELLI NORONHA	003.283.***-96	Deferido
3013	FERNANDA PITELKOW FIGUEIRA	015.283.***-12	Deferido
1527	FERNANDO EDGARD MERINO CHAMMA	786.186.***-00	Deferido
1429	GABRIELA LONGHI REINER	064.199.***-12	Deferido
2334	GABRIELA MENDONÇA SICONE	089.482.***-09	Deferido
1966	GABRIELI GOLJEWSKI	015.321.***-07	Deferido
3169	GILBERTO PASSOS LIMA JÚNIOR	041.943.***-36	Deferido
757	HELENA BEDATTI ZEH	065.848.***-63	Deferido
464	HORTENCIA GOMES DA SILVEIRA	107.181.***-17	Deferido
1487	IANA MABEL DE MARCO FAZZIONI	088.491.***-86	Deferido
245	INES DE SOUZA PHILIPPI	007.420.***-05	Deferido
635	ISABEL ARAGÃO MACAN	081.535.***-60	Deferido
2618	ISABELA CAROLINA BOHN BORBA	095.516.***-75	Deferido
2757	JACKELINE PAULINO DAGOSTIN	064.034.***-95	Deferido
2753	JEAN CARLOS BONISSONI DA SILVA	084.518.***-90	Deferido
533	JORGE KLEBER NEIVA BRITO FILHO	000.170.***-02	Deferido
936	JULIANA CUCHI	019.285.***-22	Deferido
2790	JULIANA DE MACEDO	089.557.***-78	Deferido
1350	JULIANA DEBEI HERLING	008.588.***-90	Deferido
2261	LUCAS ARAUJO GOTARDO	058.482.***-07	Deferido
1557	LUCAS MARTINS CARVALHO CELLOS	036.208.***-70	Deferido
417	LUCAS NATALE CARDOSO	013.048.***-80	Deferido
1885	LUCAS SCHLOSSMACHER	082.636.***-92	Deferido
1492	LUCIA COZER	092.064.***-06	Deferido
519	LUMA DE ABREU	086.086.***-09	Deferido
2771	MARCELA CORIOLANO CRUZ MATOS	074.925.***-06	Deferido
1594	MARIA EDUARDA RODRIGUES BORGES	083.299.***-89	Deferido
2780	MARIA FERNANDA ARAUJO	042.155.***-18	Deferido
1578	MARIAH FERNANDES SILVA	051.173.***-02	Deferido
1745	MARIANA CARDOSO FERNANDES	075.230.***-17	Deferido
509	MATHEUS ANDRADE DE OLIVEIRA	082.619.***-73	Deferido
2609	MILENA DA SILVA MEYER	055.096.***-78	Deferido
993	NATÁLIA BEATRIZ PFLEGER	095.941.***-09	Deferido
3037	PAMELA NOGUEIRA DA SILVA VILELA	013.417.***-52	Deferido
1202	PATRICK WANDERSON SILVA DOS SANTOS	087.243.***-97	Deferido
2859	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA	008.672.***-75	Deferido
3053	PEDRO HENRIQUE GOULART NEVES	037.096.***-62	Deferido
1113	PÉRICLES RICARDO DE SOUZA RIBEIRO	002.987.***-23	Deferido
2674	RACYNE CHAGAS MORONI ALVARES	025.090.***-41	Deferido
1529	RAFAEL JONAS SARDA	004.172.***-05	Deferido
1131	RAPHAELA BARBOZA FERREIRA	112.918.***-80	Deferido
178	RODRIGO VASCONI SAEZ BROWN	098.372.***-86	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 9 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



3081	ROSIEREN DE SOUZA LIMA PAES	016.211.***-00	Deferido
3130	SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI	082.959.***-10	Deferido
2289	SEBASTIAN GABRIEL PERAZOLO PERA	011.646.***-44	Deferido
600	SHEYNE LUIZ DOS SANTOS	056.396.***-28	Deferido
2292	SILVIO GABRIEL BENITEZ	704.778.***-59	Deferido
1951	SULIVAN FRANCISCO DA SILVA	008.785.***-39	Deferido
3100	TAINÁ SOARES SIMÕES	021.664.***-96	Deferido
1677	TATIANE EMMANUELE DA ROSA	004.478.***-07	Deferido
1757	THALYTA INDJA DITERT CABRAL VINCHA	020.910.***-74	Deferido
599	THAYNA CAMPOS	062.227.***-50	Deferido
2071	THAYNARA MAESTRI	045.812.***-38	Deferido
994	YARA MARIA GOMES	671.661.***-53	Deferido
1410	YOHANNA LIMA DOS SANTOS	009.644.***-85	Deferido
2367	ZILÁ BONIN	434.043.***-49	Deferido

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
882	ALEXANDRE MATTOS SANDIN	046.921.***-80	Deferido
1862	BÁRBARA MONTEIRO KIELLANDER	220.853.***-71	Deferido
1014	BEATRIZ MENEZES	081.215.***-05	Deferido
47	EDUARDO VIEIRA CRUZ	078.625.***-47	Deferido
1901	HILTON LUIZ OURIQUES	032.101.***-63	Deferido
2642	INDIANARA HOFFMANN	089.668.***-59	Deferido
2527	JÉSSICA JUNCES	065.427.***-57	Deferido
1832	JÚLIA MEIRA	108.492.***-30	Deferido
399	JÚLIA SCHAUFFLER KRATZ	074.386.***-67	Deferido
3098	JULIANA BERKENBROCK DA SILVA	082.483.***-93	Deferido
576	JULIANA MARIA VIANA DO NASCIMENTO	104.121.***-06	Deferido
1651	MARIA EDUARDA PEREIRA FORTUNATO	099.293.***-32	Deferido
1406	MARIA LUÍSA SCHMITT BUNN	088.219.***-17	Deferido
613	MARIAN BRIDI WEIS	098.064.***-55	Deferido
2455	MARIANA BESEN	004.718.***-19	Deferido
1672	MARYSOL SANTOS RODRIGUES	367.938.***-66	Deferido
3012	MILLENA BARBOSA DA SILVA	124.276.***-74	Deferido
1772	RONALDO FIGUEIREDO DA COSTA GADELHA	088.706.***-26	Deferido
2069	TAMISA RODRIGUES MUNIZ DA ROSA	047.238.***-77	Deferido

Cargo: NUTRICIONISTA			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2351	ALESSANDRA VIGARANI ROSA	082.569.***-20	Deferido
105	ANA CAROLINA WIETHORN	108.426.***-23	Deferido
753	ANA CAROLINI CARVALHO	070.832.***-27	Deferido
932	ANA LUIZA ZAMBONATO DORNELES	098.282.***-41	Deferido
765	ANA PAULA MACHADO	094.692.***-56	Deferido
2497	ANDREIA CRISTINA CRESCENCIO	060.828.***-10	Deferido
300	ANNIK CAMELLO	083.136.***-05	Deferido
2743	BRUNA MACHADO LACERDA	094.884.***-40	Deferido
1906	CAMILA VIEIRA TIECHER	016.506.***-38	Deferido
280	CINTHIA MONTEIRO DA SILVA	100.879.***-18	Deferido
467	DEBORA DE BRITO	054.677.***-25	Deferido
1725	DENISE HAWERROTH	093.365.***-94	Deferido
2772	EMANUELA DAL VESCO	113.018.***-02	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 10 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



450	FELIPE ALMEIDA BIGUZZI	337.815.***-45	Deferido
2439	FLÁVIA DA COSTA DERNER	087.938.***-84	Deferido
1787	FRANCINE DA SILVA	103.329.***-50	Deferido
2726	GIOVANA MARCIA DOS SANTOS GUIMARAES	747.943.***-04	Deferido
985	JENNYFER DE CARVALHO ANDRADE	078.000.***-45	Deferido
1755	JÉSSICA DEMÉTRIO	078.674.***-52	Deferido
1827	JESSICA GONCHOROSKI DA GRAÇA	083.757.***-38	Deferido
1775	JÉSSICA HUNTEMANN	100.101.***-12	Deferido
2804	JÉSSICA MEDEIROS CERINO	100.930.***-00	Deferido
64	JOY BERGMANN SOARES	068.351.***-18	Deferido
3109	JULIANA KARINE ROSA SCHLOESSER	052.872.***-28	Deferido
2883	JULIANA MARCELINO	082.382.***-90	Deferido
3147	JULIANE SANTOS METELLO	989.795.***-72	Deferido
2833	KEROLYN TEIXEIRA	096.778.***-58	Deferido
574	LARISSA ESPÍNDOLA	103.169.***-02	Deferido
1174	LARYSSA STEFANELLO RECH	029.828.***-63	Deferido
931	LUIZA DOS SANTOS FIGUEIREDO	103.477.***-35	Deferido
1067	LUIZA FERREIRA DA SILVA	110.603.***-79	Deferido
710	MAIARA CRISTINA DA SILVA	080.791.***-09	Deferido
2417	MARIA CAROLINA BARCELOS	089.400.***-08	Deferido
3031	MARÍLIA VALLS SILVA	015.535.***-57	Deferido
1851	MORGANA FERNANDES MARTINS	064.781.***-09	Deferido
2141	NATÁLIA DAS GRAÇAS KUHNEN	055.587.***-30	Deferido
640	RAQUEL LEITE DA COSTA	939.431.***-68	Deferido
1926	RAYSSA WEBER DA SILVA	095.231.***-11	Deferido
1029	SÔNIA MARIA CAZIUK	017.591.***-09	Deferido
744	STEFANY ROSE KLEIN	107.148.***-90	Deferido
1543	TÁBITA PRISCILA DUCK TONIN	012.456.***-77	Deferido
1526	TERESA DIAS NUNES DE SENA	026.634.***-01	Deferido
3028	VALDIRENE NEGRI TOIGO	883.453.***-72	Deferido
1612	VANESSA PAIVA DE SOUSA	017.410.***-05	Deferido
870	YASMIN EL KADRI MONTEIRO PESSOA	410.062.***-94	Deferido

Cargo: PSICÓLOGO			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2791	ADRIANA CORDEIRO BEZERRA	063.131.***-57	Deferido
2227	AGEU FAGNER DE OLIVEIRA CAETANO	047.372.***-60	Deferido
2614	ALINE DOS SANTOS LANER	939.430.***-34	Deferido
2470	ALINE FERREIRA DE FREITAS	101.116.***-82	Deferido
1466	ALINE NUNES ENGELKE	818.583.***-15	Deferido
920	AMANDA CRISTINA DA CUNHA	087.938.***-43	Deferido
495	ANA CAROLINA BESEN DE SOUZA	093.840.***-83	Deferido
1085	ANA CRISTINA DE SOUZA	083.043.***-29	Deferido
1121	CAMILA DOS SANTOS CAETANO	015.499.***-52	Deferido
1129	CAMILA RADTKE CORDEIRO DE OLIVEIRA	087.925.***-52	Deferido
1408	CARLA ADRIANA MARTINS GOMES	635.145.***-20	Deferido
99	CAROLINE BACK	108.285.***-18	Deferido
2758	CAROLINE CARLA CENCI ZANELLA	083.685.***-98	Deferido
1887	CAROLINE DA SILVEIRA SCHLOSSMACHER	064.886.***-06	Deferido
3085	CÉLIA RAQUEL TOLEDO	074.481.***-47	Deferido
632	CELINA LUCI LAZZARI	058.481.***-73	Deferido
835	ELIZETE BRANGA	767.164.***-87	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 11 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2146	FABIANA DE SOUZA	017.025.***-00	Deferido
2692	FABIANA FERNANDES ANTUNES DA ROCHA	827.466.***-72	Deferido
952	FABÍOLA SOARES	033.069.***-81	Deferido
2610	FRANCIELLI SARMENTO	065.284.***-59	Deferido
2956	GRACY AMANDIO PEDRO	090.931.***-88	Deferido
2907	IAN FERREIRA ALVES	059.353.***-74	Deferido
1175	INDIANARA RAMOS	080.648.***-74	Deferido
12	JANAINA MIGUELINA SOUZA	062.872.***-67	Deferido
2177	JÉSSICA JANINE BERNHARDT FUCHS	076.177.***-03	Deferido
156	JÉSSICA VICENTE ROSA	083.484.***-24	Deferido
1946	JOELMA DA SILVA GOMES	028.191.***-41	Deferido
995	JOSÉ LUCAS MARTINS	085.559.***-09	Deferido
2988	JULIA MACHADO HEGNER	023.707.***-04	Deferido
2494	JULIANE BENETTI LANDIM	036.605.***-86	Deferido
2265	JULIENE DE PONTES LLARENA	084.091.***-82	Deferido
1281	KARINE VALDRICH FERREIRA	088.587.***-31	Deferido
1801	KRISHNA CESÁRIO ALVIM DE CASTRO	011.675.***-69	Deferido
2037	LAILA PRISCILA GRAF ORNELLAS	760.586.***-00	Deferido
2058	LEIDYANE GREICE DE SOUZA	072.155.***-08	Deferido
2131	LESSANDRA PINTO MICHEL	045.107.***-05	Deferido
362	LIGIA MARIA BETONI	044.964.***-14	Deferido
1438	LUCAS MELO	053.787.***-45	Deferido
2522	LUCINEYRE BARROS MACHADO	724.256.***-91	Deferido
1496	MABIANE FAGUNDES DE FREITAS	089.828.***-62	Deferido
2249	MAIKON MENDONÇA DE SOUZA	025.311.***-50	Deferido
1209	MANOELA LUCIANO DE AMORIM	043.971.***-01	Deferido
876	MARCELA DINIZ DE QUEIROZ FARIAS	946.367.***-34	Deferido
915	MARCOS BENEDET ZILLI	086.678.***-07	Deferido
1978	MARIA EDUARDA DE SOUZA	093.988.***-73	Deferido
2442	MARIANA CAVALCANTE TRAUZYNSKI	051.499.***-62	Deferido
1793	MARINA SOUTO FERREIRA	059.821.***-05	Deferido
2776	MÁRIO CÉSAR COELHO GOMES	047.277.***-08	Deferido
295	PAMELA SOUZA FRAGA	044.166.***-33	Deferido
1395	PEDRO BECKER ATHAYDE CIQUEIRA	066.484.***-47	Deferido
2793	TASSIANE DE BASTOS LOBORUK RICHETTI	073.448.***-00	Deferido
1819	THAIS CORREIA LOPO	395.323.***-29	Deferido
1100	THAÍS DUTRA ALVES FENNER	951.539.***-04	Deferido
796	THAIS ROSA MACIEL	046.676.***-76	Deferido
2463	VANESSA MARIANA NASCIMENTO DE SOUZA TRINDADE	053.521.***-24	Deferido
2802	ZÉLIA NASCIMENTO DE LIMA	795.553.***-53	Deferido

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1520	ADAIANI GOULART TURNES	060.683.***-13	Deferido
1660	ADRIANA BIANCHINI	004.045.***-57	Deferido
1261	ADRIANA DE SOUZA	558.904.***-72	Deferido
551	ALESSANDRA QUINT PEREIRA	084.014.***-22	Deferido
1970	ALEXANDRA LEHMKUHL	019.322.***-80	Deferido
2549	ALINE DOS SANTOS SCHURHAUS	078.253.***-57	Deferido
2864	ALINE GIOVANA STEIN	054.388.***-84	Deferido
2595	ALINE HINKEL	066.678.***-60	Deferido
411	ALLAN MONTELONGO BOTELHO	078.587.***-38	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 12 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



8	AMANDA APARECIDA LEMOS	086.412.***-84	Deferido
2404	AMANDA GONCALVES	078.695.***-80	Deferido
866	AMANDA MACEDO	108.041.***-02	Deferido
201	AMANDA THIESEN DUARTE	086.777.***-78	Deferido
1998	ANA BEATRIZ MEIYER	104.405.***-19	Deferido
1573	ANA BEATRIZ SPERBER	107.300.***-97	Deferido
751	ANA CAROLINA DE NAZARÉ FERREIRA DA SILVA	009.202.***-52	Deferido
228	ANA CAROLINA DE PINHO	074.725.***-52	Deferido
239	ANA CAROLINA VICENTE	102.170.***-69	Deferido
2152	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	098.713.***-11	Deferido
1340	ANA CRISTINA STOLL	910.155.***-25	Deferido
52	ANA JULIA BEPPLER	115.396.***-42	Deferido
967	ANA PAULA ANDRIOTTI BLASCKESI FERNANDES	090.727.***-56	Deferido
767	ANA PAULA SANTOS	085.094.***-00	Deferido
155	ANGELISE DA SILVA	026.381.***-85	Deferido
1869	ARIANE CARLA ADRIANO MAFRA	071.894.***-89	Deferido
2063	ARTUR DA CUNHA RUFINO JUNIOR	255.395.***-93	Deferido
1051	BEATRIZ DA SILVA DUARTE	082.672.***-07	Deferido
1324	BEATRIZ DE SOUZA DOS SANTOS	133.121.***-69	Deferido
398	BEATRIZ DOS SANTOS	077.031.***-26	Deferido
2247	BEATRIZ FERNANDA MACHADO	046.858.***-70	Deferido
972	BRUNA ALMEIDA ALVES	085.798.***-90	Deferido
316	BRUNA CRISTINA MACHADO	060.163.***-86	Deferido
2953	BRUNA DA ROCHA MELLO	016.762.***-52	Deferido
1112	BRUNO GILBERTO FOLSTER	108.381.***-06	Deferido
2825	CAMILA MARTINS VIEIRA	054.915.***-80	Deferido
1369	CAMILLY REDIVO DA SILVA	059.629.***-89	Deferido
428	CARINE DA SILVA	084.665.***-77	Deferido
649	CARLA DO NASCIMENTO	103.615.***-06	Deferido
884	CARLA PEREIRA GRAH TURNES	025.113.***-80	Deferido
3090	CARLA RIBEIRO DE SOUZA	068.021.***-55	Deferido
1868	CARLA TAIS JUTTEL OLIVERA	058.118.***-16	Deferido
352	CARLOS EDUARDO HILLESHEIM MARTINS	087.234.***-01	Deferido
1422	CAROLAYNE LOCH HINGHAUS	108.720.***-02	Deferido
3078	CAROLINE APARECIDA VIEIRA	113.347.***-27	Deferido
2949	CAROLINE DE ABREU DIAS	078.836.***-13	Deferido
1326	CAROLINY DA SILVA VENTURA	095.432.***-03	Deferido
1941	CIRO RIBEIRO GARCIA	124.779.***-42	Deferido
367	CLEIDE JOAQUIM PEREIRA	034.928.***-37	Deferido
1220	CLODOALDO CRISPIM JOSÉ	030.819.***-93	Deferido
2106	CRISTIANE APARECIDA HOMEM	047.515.***-32	Deferido
2355	DAIANA MORGANA GONZAGA VENTURA	058.252.***-78	Deferido
2157	DANILLO RIOS DE ABREU	113.143.***-70	Deferido
827	DÉBORA APARECIDA KIRCHNER PICKLER	047.833.***-48	Deferido
2094	DÉBORA CRISTIANE E SILVA	044.773.***-06	Deferido
911	DÉBORA GRAZIELA JOCHEM	071.370.***-11	Deferido
2176	DIEGO CLÁUDIO DA SILVA	081.537.***-19	Deferido
522	DIOGO PEREIRA DAS CHAGAS	056.547.***-42	Deferido
3159	DJONATA DE PINHO	094.677.***-07	Deferido
2740	DONAVAN FRANCISCO DE OLIVEIRA	108.068.***-96	Deferido
1921	EDER CARLOS SOARES	008.027.***-09	Deferido
2551	EDIMARI BOEING FELIX	029.219.***-98	Deferido
1854	EDUARDO CORDEIRO	037.562.***-16	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 13 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1985	ELCIO DA SILVEIRA JUNIOR	091.001.***-56	Deferido
2778	ELISANDRA MEYER	110.704.***-12	Deferido
2826	ELIZAMAR BARRETO	067.064.***-42	Deferido
2691	ELOISE KIST HOSS	083.621.***-65	Deferido
2092	EMANUELLY FARIAS THIESEN	097.915.***-48	Deferido
2553	EMILLY ABEDALLA DA SILVA	069.356.***-00	Deferido
981	ESTEFANY DA SILVA	117.524.***-08	Deferido
1390	ESTER RAMOS	017.467.***-78	Deferido
1749	EURIPEDES FULLIN BARCO	042.933.***-36	Deferido
1142	EZENIR TEREZINHA COELHO	033.365.***-55	Deferido
868	EZEQUIEL PEDRO	096.829.***-01	Deferido
2952	FABIANA BRUCH DE LIMA	097.475.***-18	Deferido
1532	FABIANA KELLY GALIOTE	283.829.***-22	Deferido
1476	FABIANE APARECIDA REMPEL	014.061.***-35	Deferido
3064	FABIANNE ISRAEL WILLAIM FRANCISCO	017.308.***-64	Deferido
934	FABIANO SOARES HENRIQUE	037.575.***-05	Deferido
2086	FABIO MARIO RIEG VIANA	063.859.***-03	Deferido
3123	FÁTIMA PEREIRA	048.113.***-42	Deferido
2570	FERNANDA CRISTINE GRAEBNER	090.652.***-23	Deferido
1629	FERNANDA KIRCHNER	088.663.***-01	Deferido
307	FLAVIANE ELIAS	086.413.***-76	Deferido
136	FRANCINE MOREIRA KUHNEN	097.698.***-99	Deferido
3103	GABRIELA MELO FARIAS	016.168.***-05	Deferido
961	GABRIELA SCHREIBER	086.252.***-20	Deferido
1866	GABRIELA VIEIRA NUNES	009.278.***-44	Deferido
192	GABRIELLA DE SOUZA	041.476.***-70	Deferido
1068	GLADIS KUHNEN VENTURA	068.884.***-14	Deferido
210	GLADYS HELENA DA SILVA	031.317.***-92	Deferido
1960	GRACE SUELLEM MARTINS DE MOURA	032.956.***-97	Deferido
3164	GREGORY BITTENCOURT CAPPELIN	028.367.***-79	Deferido
2747	GREICY KELLY PEREIRA	046.393.***-00	Deferido
2652	GUILHERME DE MELLO	070.564.***-74	Deferido
2325	GUSTAVO DA SILVA SCHUTZ	102.503.***-30	Deferido
1618	HEITOR HENRIQUE FREITAS	118.131.***-37	Deferido
3156	HELITON BORGES DUARTE	101.756.***-60	Deferido
594	HELLYN MARIANA CLAUDIO	055.435.***-08	Deferido
1825	HELOISA DE ANDRADE BRICK	101.637.***-14	Deferido
1947	HEMERSON MONTEIRO	009.872.***-02	Deferido
48	IGOR JORDÃO LOFI	102.272.***-32	Deferido
1770	IOHANA BARBOSA LIMA BERNARDES GADELHA	947.027.***-00	Deferido
3176	ISABELA TURNES	112.269.***-76	Deferido
1105	JACI HELEODORO MARTINS	018.871.***-54	Deferido
2989	JACQUISON CLEVER DA ROSA	771.055.***-49	Deferido
568	JAQUELINE KRAUS	061.935.***-00	Deferido
2408	JAQUELINE LEMES DE QUADROS	120.535.***-69	Deferido
2072	JEFERSON LUIZ DA SILVA	087.891.***-90	Deferido
759	JEFFERSON CRAVO	041.433.***-48	Deferido
286	JEFFERSON DOS SANTOS COSTA	102.346.***-62	Deferido
2979	JEISLE TOMALOK DE OLIVEIRA	129.402.***-73	Deferido
2631	JENIFER ANDRÉA GARCIA LOHN	084.685.***-11	Deferido
989	JÉSSICA DE OLIVEIRA DA FONTOURA	033.115.***-06	Deferido
246	JÉSSICA DO CARMO	101.704.***-77	Deferido
2707	JÉSSICA KATHRIYN DE BASTIANI	089.887.***-26	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 14 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



3144	JÉSSICA PEREIRA DA SILVA	083.829.***-11	Deferido
910	JESSICA SIQUEIRA VIEIRA DE OLIVEIRA	024.489.***-65	Deferido
2235	JOÃO PEDRO HINKE RAULINO	100.030.***-08	Deferido
2270	JOEL PITZ	081.154.***-54	Deferido
2984	JOICE CRISTIANE DE SOUZA KAUL	063.324.***-16	Deferido
1648	JOSÉ ANTÔNIO MORAES	116.633.***-50	Deferido
787	JOSE HENRIQUE HULLER	109.645.***-35	Deferido
637	JOSÉ VITOR SANTANA	116.227.***-11	Deferido
296	JOSIANE MARIA DA SILVA	042.757.***-26	Deferido
256	JOYCE KAROLINE GOMES	064.968.***-09	Deferido
1620	JUAN MEES SCHMITZ	075.435.***-35	Deferido
1088	JULIANA FENALI DA SILVA	053.594.***-38	Deferido
1722	JULIANA SCHMIDT	027.402.***-61	Deferido
291	KAMILA SANTOS DAL PONT	114.719.***-60	Deferido
2862	KARHAN DA SILVA	104.415.***-44	Deferido
146	KARIANA SOUZA SILVA BRANDELEIRO	041.247.***-86	Deferido
1530	KAROLINY DE OLIVEIRA	077.825.***-00	Deferido
1726	KATIA REGINA PITZ	947.419.***-53	Deferido
1004	KATIUCIA LUZIA WUNDERVALD	005.929.***-86	Deferido
1806	KAYNA OLIVEIRA BASTOS SPINA	006.940.***-57	Deferido
516	KELLY THUANNY HUGEN RODRIGUES	091.830.***-28	Deferido
1052	KRISTOFER TURNES DO CARMO	104.794.***-22	Deferido
1581	LARISSA BARBOSA LIMA BERNARDES	004.609.***-19	Deferido
1108	LARISSA FREITAS	104.356.***-93	Deferido
2562	LENIR SCHMATZ ANGST	041.085.***-90	Deferido
2606	LEONARDO MARCONDES ESPÍNDOLA DA SILVA	059.675.***-29	Deferido
1354	LEONIR BOTELHO LIMA	632.998.***-15	Deferido
2085	LETICIA LUCIA STEFFENS	077.834.***-21	Deferido
705	LETICIA SOLANGE HOMEM SCHURHAUS	033.549.***-73	Deferido
891	LILIAN BEATRIZ MACHADO	088.389.***-51	Deferido
656	LILIANE DJAMILA CARNEIRO DOS SANTOS	041.021.***-77	Deferido
2020	LIVIA MARIA VIEIRA MANN	089.405.***-05	Deferido
171	LUANA CARMINATTI DE OLIVEIRA	094.862.***-22	Deferido
939	LUANA MARTINS	034.485.***-52	Deferido
2563	LUCAS BITTENCOURT MARTINS	098.579.***-97	Deferido
2055	LUCAS QUINT	105.765.***-26	Deferido
1627	LUCAS SCHWINDEN	100.146.***-54	Deferido
2679	LUCIANA TEREZINHA DA SILVA	047.293.***-78	Deferido
1644	LUCINARA IRACEMA MUNIZ	078.945.***-60	Deferido
122	LUCIRLEI MARI DE SOUZA	042.722.***-93	Deferido
340	LUISA MACEDO	100.042.***-39	Deferido
2920	LUIZ ANTÔNIO VIDAL FILHO	056.578.***-35	Deferido
2644	LUIZ CLEBER PEREIRA DA ROSA	491.866.***-34	Deferido
2311	MANOELA JARDIM	939.263.***-53	Deferido
1716	MANOELLA CARDOSO LUDVIG	108.463.***-38	Deferido
716	MANOLA MONN MARTINS	091.300.***-05	Deferido
947	MARCO AURÉLIO DE CASTRO DUARTE	180.589.***-81	Deferido
1194	MARCOS PAULO SILVA	005.471.***-06	Deferido
2917	MARIA EDUARDA SILVS	104.302.***-45	Deferido
2365	MARIA EMILIA MOURA DA FONSECA	054.252.***-76	Deferido
1064	MARIA JULIA LIMA	102.137.***-74	Deferido
1073	MARIA LÚCIA SIQUEIRA	025.685.***-09	Deferido
153	MARIA LUIZA DA SILVEIRA	100.526.***-44	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 15 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



673	MARIANA MEURER GARCIA	080.845.***-55	Deferido
94	MARIANY OSORIO DA CUNHA	097.281.***-05	Deferido
526	MARINA BROERING BORGES	088.886.***-58	Deferido
2577	MARINA LOPES GONÇALVES	020.581.***-47	Deferido
2703	MARIZA MEYER	074.553.***-30	Deferido
1182	MARTA DELLA ROCCA	477.648.***-00	Deferido
1958	MATEUS WAGNER	089.689.***-42	Deferido
2155	MATHEUS LUCIANO OLIVEIRA	080.613.***-40	Deferido
975	MATHEUS PEREIRA SCHMITZ	079.200.***-63	Deferido
440	MATHEUS WANDERSON WEBER	089.474.***-14	Deferido
1839	MAURÍCIO ERNESTO DE SOUZA	178.752.***-48	Deferido
1771	MAURILIA DE LOURDES CAMPOS DOS SANTOS	692.393.***-53	Deferido
2861	MAYARA CRISTINA CAPISTRANO	072.989.***-90	Deferido
2410	MAYCON STEINBACH	037.321.***-29	Deferido
668	MICHELE MARQUES CARDOSO	053.939.***-26	Deferido
925	MICHELLE LUISA TEIXEIRA	018.497.***-22	Deferido
2970	MILENE DA SILVA DEGERING	049.931.***-10	Deferido
118	MIRELA BRAZ	068.120.***-27	Deferido
3096	MIRELLA BITTENCOURT	041.015.***-73	Deferido
1460	MIRIA KEMPNER	070.749.***-00	Deferido
805	MIRIAN LETICIA BELING	052.939.***-69	Deferido
2919	MÔNICA PIERINI DE MATOS	004.108.***-31	Deferido
2357	NATALIA APARECIDA VILVERT	100.042.***-00	Deferido
581	NATÁLIA MARCOS DA SILVA	103.109.***-37	Deferido
2925	NATÁLIA VENTURA BECKER	100.050.***-90	Deferido
2200	NATHALY TATIANE DE SOUZA	106.532.***-18	Deferido
1205	OSVALDO DA SILVA	008.270.***-82	Deferido
2150	PATRICIA DO NASCIMENTO	052.697.***-54	Deferido
1159	PATRICIA MARIA LOSTADA	025.255.***-90	Deferido
2555	PATRICIA NATALIA FIRMINO	074.722.***-55	Deferido
2145	PATRÍCIA SILVA DOS SANTOS FIDENCIO	085.908.***-71	Deferido
447	PAULA REGINA DE ESPINDOLA	059.242.***-59	Deferido
422	PAULO VITOR DE SOUZA	100.195.***-43	Deferido
1989	PEDRO HENRIQUE BRAND FERREIRA	105.596.***-08	Deferido
2049	PETRUS INÁCIO SILVA MACHADO	019.404.***-65	Deferido
1505	POLIANA SILVINO	065.831.***-03	Deferido
3058	PRISCILA DOS SANTOS JUPPA	068.685.***-22	Deferido
39	RAFAELA ELECI MARTINS	100.491.***-82	Deferido
1773	RAFAELA HELENA BRUCHADO	095.411.***-22	Deferido
2604	RAFAELA PEREIRA DE VARGAS	034.181.***-21	Deferido
3027	REBECA DE ABREU MARTENDAL	100.146.***-00	Deferido
1614	RENAN JOAQUIM MARTINS	110.593.***-81	Deferido
3086	RENATA DA ROSA	061.877.***-85	Deferido
2944	RENATO MARQUES DA SILVA	961.973.***-87	Deferido
1469	RENATO SEBASTIÃO MENEZES DA SILVA	035.612.***-63	Deferido
860	RITA DE CASSIA KOERICH	066.273.***-09	Deferido
1109	RITA FERNANDA LEÃO MARQUES	001.211.***-18	Deferido
2694	ROBERTHA CALDAS DE FREITAS	051.753.***-07	Deferido
3020	RODRIGO FARIAS	078.684.***-70	Deferido
3015	ROSALBA ZÉLIA MACHADO	025.155.***-44	Deferido
2870	ROSÂNGELA MARIA BARBOSA	335.778.***-00	Deferido
479	ROSEMARI FIDELIS RIBEIRO	016.448.***-17	Deferido
514	RUAN PEDRO DA SILVA	101.156.***-12	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 16 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1386	SABRINA HOFFMANN	064.968.***-37	Deferido
261	SABRINA PEDROZO RODRIGUES	100.043.***-30	Deferido
2592	SALETE WERLICH	032.544.***-01	Deferido
758	SAMARA KOERICH	094.730.***-95	Deferido
1811	SARA DE SOUZA OLIVEIRA	035.541.***-29	Deferido
2254	SARAJANE HASS MEURER	082.989.***-54	Deferido
1703	SCARLETH KAROLAIN DE BRITO AUGUSTIN	140.909.***-86	Deferido
1567	SELMA MARIA PONTES	043.662.***-10	Deferido
908	SÉRGIO MURILO DE MATTOS FILHO	100.083.***-48	Deferido
1875	SOLANGE CORRÊA PEREIRA	021.099.***-00	Deferido
1981	STEFANIE CRISTINI VIEIRA	098.568.***-40	Deferido
3038	STEFFANY ARAUJO DE FREITAS	089.891.***-64	Deferido
1539	SUELEM SEBBEN	088.629.***-82	Deferido
833	TAMARA SOUSA ESCOUTO	059.052.***-04	Deferido
2806	TAYNARA ZENIR MARTINS	067.941.***-35	Deferido
2910	THAISE RODRIGUES	069.042.***-04	Deferido
2036	THAYARA SOARES KNIES	064.277.***-08	Deferido
689	THAYSE SOARES STEINBACH	114.218.***-35	Deferido
3008	THIAGO CARLOS FERREIRA	054.938.***-29	Deferido
1033	TIAGO CONSTANTE FERREIRA	094.557.***-03	Deferido
2546	TOBIAS RIBEIRO GARCIA	100.069.***-00	Deferido
1502	TUANY SILVANA DA SILVA	082.414.***-07	Deferido
2060	VANDRESA BRÖERING	125.466.***-88	Deferido
1944	VANESSA BROERING	100.065.***-02	Deferido
138	VANESSA NASCIMENTO	053.897.***-12	Deferido
2276	VERA REGINA DOS PASSOS BEZ BATI	667.723.***-72	Deferido
2169	VINICIUS PEREIRA DA SILVA	069.487.***-37	Deferido
2507	VITÓRIA GISELE WILL PEDRO	101.415.***-30	Deferido
1230	WANESSA MARIA MIRANDA	059.825.***-79	Deferido
1731	YASMIN CRISTINA DA SILVA	010.677.***-80	Deferido

Cargo: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2676	ADRIANA DE CAMPOS VIEIRA	573.375.***-82	Deferido
2732	ALDERI FERREIRA RAMOS	059.158.***-67	Deferido
2493	ALEX DE OLIVEIRA	063.213.***-35	Deferido
2473	ALEXANDRA DEFREYN JUSTEN	077.377.***-39	Deferido
3046	ALEXANDRE FERREIRA	090.552.***-46	Deferido
3093	ALICE RODRIGUES TEIXEIRA	021.661.***-16	Deferido
621	ANA CLAUDIA FONSECA DA SILVA	029.561.***-50	Deferido
1657	ANDREIA LUIZA DE JESUS	048.570.***-12	Deferido
2009	ANDREY DE OLIVEIRA SCHAUFFERT	039.524.***-78	Deferido
2456	AUDREI VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA	009.428.***-63	Deferido
1130	AUREA BRITO	020.091.***-71	Deferido
926	CARLOS FREDERICO VITORINO	053.731.***-19	Deferido
3122	CAROLINE MELO	114.886.***-81	Deferido
1040	DANIELLE DA SILVA	109.400.***-95	Deferido
735	DAYANA DE ABREU	041.108.***-73	Deferido
341	DÉBORA SCHEIDT MONTEIRO	110.553.***-22	Deferido
2343	DENICE MARIA PETKOWICZ	924.239.***-68	Deferido
756	DENISE MARTINS	082.011.***-73	Deferido
2186	ELI TERESINHA DOS SANTOS MENEZES	315.588.***-04	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 17 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



3155	ERIQUE SANT ANA	084.836.***-90	Deferido
2582	FABIANA ZAGINI BARBOSA	050.665.***-50	Deferido
1462	FRANCISCO CLEIBSON DIAS ANUTE	465.388.***-49	Deferido
2616	GILMAR TRINDADE DA ROSA	062.006.***-55	Deferido
783	ILSON JANUARIO MEIRINHO	594.281.***-87	Deferido
1478	JAIR GABRIEL ELI FLORIANO	034.734.***-89	Deferido
1197	JAMI DE SOUZA DE MEDEIROS	586.142.***-00	Deferido
2717	JAQUELINE ADELINA JORGE MACHADO	036.363.***-28	Deferido
1459	JAQUELINE FIGUEROA HERNANDEZ	987.947.***-87	Deferido
1367	JESSICA BORGES DA ROSA	094.390.***-10	Deferido
3160	JESSICA RAIMUNDO DA SILVA	106.435.***-30	Deferido
957	JOICE DUARTE	093.151.***-97	Deferido
2627	JOSIELE ARAÚJO DE OLIVEIRA	858.703.***-29	Deferido
396	JULIANA KRAUS MARTINS DE FREITAS	082.011.***-82	Deferido
2801	LARISSA MAYRA ALVES	104.444.***-27	Deferido
305	LILIAN NOEMI	019.895.***-33	Deferido
1910	LUCIANE DAS NEVES GOULARTE	025.739.***-06	Deferido
2741	LUIZ PAULO DE CAMPOS	533.222.***-34	Deferido
1435	MARCUS VINICIUS DE MATOS FARIAS	087.334.***-00	Deferido
2537	MARIA EDUARDA DE SOUZA	113.360.***-50	Deferido
831	MARIA ZOETE SCHWINDEN RACHADEL	625.418.***-87	Deferido
1676	MARISTELA XAVIER	714.521.***-72	Deferido
846	MATEUS MELO MARTINS	105.640.***-48	Deferido
997	MATHEUS OLIVEIRA DE FARIAS	101.523.***-19	Deferido
2895	MATHEUS PEREIRA DA SILVA	107.442.***-99	Deferido
2506	MOACIR GUEDERT NETO	094.551.***-21	Deferido
1807	NATIELI GOMES	091.362.***-74	Deferido
2583	NICOLE HELENA DE MACEDO	102.071.***-30	Deferido
2803	PRISCILA STEFFENS DA ROCHA CARDOSO	054.007.***-60	Deferido
1497	RAFAELA MARIA PORTO	084.902.***-11	Deferido
2687	RAPHAEL CABRAL MENDONÇA	983.034.***-20	Deferido
1021	ROBERTO GENRO DE BRUM	691.615.***-04	Deferido
1248	RODRIGO LÁZARO SCHTZ	068.821.***-77	Deferido
1883	ROSELENE DALVA COELHO	067.875.***-25	Deferido
1558	SOPHIA FELIPPO DIAS RODRIGUES	832.630.***-91	Deferido
154	SUELLEN GOMES RIBEIRO	076.208.***-12	Deferido
1303	SULANY COUTO	369.866.***-53	Deferido
1413	TAINÁ TRAMONTINA	105.806.***-07	Deferido
1394	TAMARA ELIANE DA CRUZ DE SOUZA	124.775.***-74	Deferido
88	VALKIRIA PAVANATI MARCELINO	086.797.***-45	Deferido
2697	VANESSA CRISTINA HASCKEL	099.854.***-30	Deferido
2198	WERNER HECHT JUNIOR	046.921.***-29	Deferido
618	YASMIN SILVEIRA	073.130.***-89	Deferido

Cargo: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2104	ADRIANA MARIA DAS DORES PEREIRA	054.404.***-63	Deferido
2957	ALINE SOUZA MENDES	035.623.***-99	Deferido
2871	ANA CAROLINA DA ROSA DE OLIVEIRA	097.422.***-01	Deferido
3024	ANA CAROLINA FREITAS	103.787.***-67	Deferido
2600	ANANIAS FAGUNDES	773.861.***-49	Deferido
520	ANDRÉ GRIPPA	085.633.***-63	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 18 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1076	ANDRE LUIS DE CASTRO SCHMIDT	923.497.***-34	Deferido
773	ANDREIA STEINBACH SCHURHAUS	025.194.***-33	Deferido
2579	ANDREZA GAZZIERO	102.406.***-56	Deferido
1912	ANGELICA CARDOSO GOULART	077.255.***-14	Deferido
1296	ARNALDO GRANDO	687.955.***-91	Deferido
1574	ARTUR JOSE CANDIDO NETO	909.465.***-06	Deferido
3010	ARTUR STEFFENS	030.916.***-37	Deferido
1606	CAIO SAPORITO VIEIRA	423.845.***-75	Deferido
95	CAMILA DA CUNHA BRITES	110.874.***-40	Deferido
3036	CARLOS EDUARDO RIBEIRO OLIVEIRA	000.873.***-76	Deferido
1219	CHRISTIE PORTIER	044.433.***-99	Deferido
2993	CINTIA TAVARES GONCALVES	788.558.***-91	Deferido
2885	CLAUDIANA JUSTEN	078.323.***-63	Deferido
113	CONRADO BASTOS BATISTA	047.184.***-06	Deferido
2795	DANIELA BACKES	096.156.***-14	Deferido
1744	DANIELA DE PINHO	080.735.***-06	Deferido
2587	DAVID GÔES DA SILVA	103.059.***-75	Deferido
2620	DAYANE NEIS DA SILVA	076.068.***-30	Deferido
2759	DEISE CRISTINA DA SILVA	052.805.***-93	Deferido
2623	EDIO EUGENIO CUSTODIO JUNIOR	083.578.***-00	Deferido
213	EUCLIDES EDSON MARTINS	004.689.***-07	Deferido
2829	FÁBIO EUGÊNIO MOREIRA	103.779.***-11	Deferido
2222	FERNANDA MARTINS RECKZIEGEL	092.311.***-48	Deferido
1781	FRANCIELLE RIBEIRO	057.922.***-20	Deferido
2686	GABRIELA RAMOS COELHO DA CONCEICAO	099.276.***-81	Deferido
2898	GISELE PEREIRA	058.542.***-62	Deferido
1556	GUILHERME MARCO REIS	071.297.***-52	Deferido
918	HENRIQUE WILLEMANN	044.623.***-80	Deferido
2856	ISABEL CRISTINA DELIA ARRUDA NETTO	570.803.***-34	Deferido
1346	IZABEL DOS SANTOS TEODORO	047.465.***-03	Deferido
2843	JANAINA GOMES DE SOUZA	032.759.***-93	Deferido
2632	JIAN SEBASTIÃO SILVA	032.105.***-85	Deferido
542	JOÃO PAULO MARTINS	107.813.***-13	Deferido
61	JOÃO VITOR KLÖPPEL	100.314.***-00	Deferido
2720	JOÃO VITOR LUCIETTO	113.584.***-12	Deferido
3127	JOICE MARIA DA SILVA CONSTANTE	044.984.***-60	Deferido
2030	JOICI LILIAN RODRIGUES	824.905.***-91	Deferido
260	JOS RICARDO PEREIRA	509.881.***-49	Deferido
2531	JÚLIA DA SILVA	097.568.***-30	Deferido
2550	JULIA SCHWINDEN RACHADEL	051.308.***-01	Deferido
2173	KARINA DE AQUINO	085.985.***-14	Deferido
1959	KASSIA NITSCHKE SOUZA	049.042.***-36	Deferido
2167	LEIGHON FURTADO	058.074.***-70	Deferido
2395	LEONARDO DA SILVA	011.240.***-59	Deferido
1653	LEONARDO RACHADEL FARIAS	101.944.***-44	Deferido
3006	LEONARDO SCHUCH	058.619.***-77	Deferido
1310	LINCON DE SOUZA SAIBERT	041.025.***-30	Deferido
2127	LÍZIA ALANA XAVIER BULIN	110.719.***-90	Deferido
2040	LORECI KREIN SOARES	041.679.***-02	Deferido
3060	LUCAS EDUARDO DREHMER	085.791.***-10	Deferido
3186	LUCIANE DOMINGUES	584.936.***-87	Deferido
2310	LUIZ FERNANDO SILVA ALCANTARA	091.531.***-39	Deferido
2738	LUIZ FERNANDOVEDOIA	089.746.***-22	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 19 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



59	LUIZ HENRIQUE BENEVENUTO	779.735.***-00	Deferido
2335	LUIZY FIGUEIREDO DA SILVA	085.763.***-14	Deferido
2899	MARCELO DE SOUSA	029.731.***-75	Deferido
3091	MARGARIDA DE FATIMA LEMES DA ROSA	016.074.***-17	Deferido
1847	MARIA DE FATIMA SOUZA DE LIMA	944.517.***-72	Deferido
652	MARIA SANDRA DE MORAES	889.688.***-53	Deferido
477	MARILAINÉ DA SILVA	068.369.***-60	Deferido
1312	MARILENE PEREIRA MACCARINI	038.309.***-02	Deferido
1561	MARINA DA SILVA SPANHOL	003.843.***-42	Deferido
1792	MARISTELA HILLESHEIM	004.469.***-40	Deferido
195	NATALIA FURTUNATO DE SOUSA	051.531.***-05	Deferido
1976	NATALICIA MARGARIDA DE MEDEIROS LINHARES	020.378.***-82	Deferido
2558	NICOLY RIBEIRO DOS SANTOS	112.103.***-08	Deferido
1516	NORBERTO JOSÉ MURARO	046.367.***-00	Deferido
2059	RAFAELA DA SILVA	102.044.***-69	Deferido
3107	RAFAELA SCHMITZ PETRI	004.344.***-07	Deferido
763	RHAYSA JANAINA DE MARIA ROSALINA SOUZA GUEDES SCHEIDEMANTEL	071.183.***-96	Deferido
3071	ROSELI NILMA MARTINS DOS SANTOS	744.122.***-68	Deferido
2622	SABRINA SILVA	101.832.***-35	Deferido
1042	SANDRO SINESIO SOARES	837.465.***-68	Deferido
2754	SILVIA TEREZINHA MARQUES	054.929.***-43	Deferido
2520	TAMIRIS PACÍFICO	059.222.***-63	Deferido
2629	THAMIRIS BEATRIZ HAMES	094.730.***-06	Deferido
373	THATYELEM ESTHEFANY SALVADOR	101.864.***-19	Deferido
1552	THAYSE REGINA ABREU	091.040.***-61	Deferido
2798	VALDIR ANICETO PEREIRA JUNIOR	020.196.***-21	Deferido
2370	VALESKA DE SOUZA GOUVEIA	027.832.***-33	Deferido
2954	VANDERSON CARVALHO RAMOS	052.617.***-05	Deferido
1709	VINÍCIUS RAMOS DE PAULA	083.681.***-10	Deferido
2171	WERONICA CRISTINA ENDER	045.458.***-00	Deferido
2117	WILLIAM DOS SANTOS	034.624.***-51	Deferido

Cargo: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1565	ADAIR JOÃO RACHADEL AROUCA	077.566.***-06	Deferido
3054	ADRIELLI APARECIDA WESTERLON	051.197.***-28	Deferido
2664	ALEX FRANCISCO FOLSTER	051.396.***-71	Deferido
2770	ALINE MARIA DE SOUZA MARIANO	053.084.***-28	Deferido
2639	ANA PAULA MARTENDAL	102.441.***-94	Deferido
3168	ANDRE FILIPE COELHO	079.332.***-59	Deferido
1503	ANDREZA CHAVES	087.271.***-06	Deferido
2306	ANI ZOCCOLI	042.783.***-51	Deferido
2670	BEATRIZ CARLOTA DOS SANTOS CABRAL	103.271.***-27	Deferido
2557	BRUNA DE SOUSA	093.912.***-06	Deferido
2514	BRUNNA FARIAS SCHTZ	114.177.***-42	Deferido
564	CAMILA FERREIRA DA SILVA	077.565.***-77	Deferido
1954	CLAITON GOBEL FILHO	088.223.***-69	Deferido
369	CLAUDINEI ADUCIO PEREIRA	024.587.***-85	Deferido
2881	CRISTIANO PERONDI	041.142.***-95	Deferido
2452	DAVID ÁTILA MARANHÃO CAPISTRANO	040.849.***-06	Deferido
2190	EDSON NAZARENO JUSTEN	764.159.***-04	Deferido
35	EDVALDO SANDRIN MACIEL FREITAS	081.359.***-00	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 20 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2428	EVILASIO NICOLAU MARTINS	040.388.***-02	Deferido
930	FERNANDO RENEE COELHO	091.106.***-81	Deferido
2118	GABRIELA DA SILVA	037.942.***-52	Deferido
1547	GEOVANA ZIMERMANN	113.494.***-48	Deferido
354	GESSICA DE SOUZA	074.974.***-04	Deferido
1570	GUILHERME JAIR DA SILVA	068.416.***-00	Deferido
1374	HALEXIA VIDAL	114.425.***-00	Deferido
2372	HUGO MARTINS DA ROSA	024.628.***-62	Deferido
356	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	135.826.***-27	Deferido
2241	JANAÍNA MARIA DE FREITAS MELO	067.592.***-38	Deferido
2657	JÉSSICA CAROLAINY KOERICH	096.661.***-95	Deferido
1708	JHULIANO DEMETRIO	109.064.***-22	Deferido
2999	JOÃO ROBERTO LOCATELI	365.375.***-00	Deferido
2415	JONAS ALFREDO	033.747.***-05	Deferido
1700	JULIANA MORAES DOS SANTOS	110.270.***-97	Deferido
2751	KAMILA TURNES	091.403.***-40	Deferido
2830	LEONAM DE ALBUQUERQUE MARTINS	102.464.***-10	Deferido
1584	LEONEL MONTEIRO FILHO	023.582.***-11	Deferido
2633	LÍDIA MARIA DE SOUZA	037.304.***-80	Deferido
2601	LOUISE CAROLINE BACKES	090.479.***-79	Deferido
1039	LUANA BEATRIZ DA SILVA	083.593.***-07	Deferido
2123	LUCAS MEIRA DA SILVA	089.100.***-08	Deferido
2877	LUCAS PAULO DA CUNHA	088.935.***-13	Deferido
1874	LUCIANO JOÃO CABRAL	812.331.***-34	Deferido
933	LUIZ GUSTAVO SOUZA	092.086.***-50	Deferido
1551	MARCOS JOSE COELHO	026.133.***-33	Deferido
3146	MAURICIO FG CCASANOVA	010.069.***-95	Deferido
3105	MAURICIO PETRI	026.171.***-89	Deferido
3084	MIRYAN DEYSE ZACCHI	018.100.***-78	Deferido
3189	NEREU RICARDO DOS SANTOS	507.368.***-87	Deferido
1544	RAUANE SILVA	089.260.***-44	Deferido
2427	RENATO SOUZA CARNEIRO	003.805.***-59	Deferido
1155	RICARDO WILL	039.360.***-22	Deferido
1737	ROGER FRIEDRICH	097.083.***-18	Deferido
1359	SABRINA DUARTE FORTUNATO	004.390.***-76	Deferido
2745	SCHELTON ELOI MARTINS	052.801.***-36	Deferido
923	SILVANA CRISTINA DE MATOS	789.649.***-10	Deferido
2064	THIAGO FERREIRA SANCHES	011.775.***-60	Deferido
1935	WILLIAN ARRUDA KOSLOWSKI	075.450.***-76	Deferido

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
530	ADRIANO DA ROSA	867.222.***-15	Deferido
2238	ALEX VELASCO	159.463.***-06	Deferido
1517	ALINE CRISTINA BERTON	010.006.***-89	Deferido
3185	AMANDA BENTO PESSOA DE SÁ	069.850.***-59	Deferido
3042	AMANDA FARIA CERQUEIRA	076.271.***-18	Deferido
2708	ANA LUIZE FRONZA	089.848.***-50	Deferido
1525	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS	040.845.***-50	Deferido
2569	ARLINDO CORRÊA NETO	063.912.***-45	Deferido
2422	BEATRIZ DOS SANTOS DOMICIANO SILVA	117.298.***-40	Deferido
250	BRUNO FAGUNDES BAPTISTA	390.298.***-27	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 21 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1654	CAROLINE CASTILHO DA SILVA THIESEN	008.630.***-67	Deferido
2565	CLEBER FLORES GARCEZ	002.847.***-00	Deferido
126	DAIANE DE FATIMA RIBEIRO DE CASTILHO	084.606.***-18	Deferido
1675	DANIELA BATISTA	004.043.***-26	Deferido
1106	DAVID SOARES NORONHA MENDONÇA	057.621.***-99	Deferido
2015	DEIVID ADRIANO	083.532.***-82	Deferido
2852	DIEGO CANDIDO COELHO	070.966.***-20	Deferido
2808	DIEGO RODRIGUES FERREIRA	062.087.***-86	Deferido
2915	DIOGO ESPÍNDOLA REDIVO	055.608.***-92	Deferido
164	DOUGLAS ROSA DA SILVA	086.426.***-16	Deferido
2656	EMILY ISADORA VENTURA	081.656.***-79	Deferido
2461	FABIANE KLOPP	033.855.***-07	Deferido
3005	FABRICIO LOCH	094.748.***-70	Deferido
2158	FELIPE BRITTES	053.084.***-40	Deferido
1490	GEOVANI JOSÉ GHIZONI	711.635.***-91	Deferido
2794	GISLAINE MATTOS	094.774.***-92	Deferido
721	GRAZIELA DE ABREU PITZ	026.117.***-55	Deferido
1018	GUSTAVO PACHECO SETUBAL	079.154.***-30	Deferido
2849	JACSON FRANCISCO	588.035.***-72	Deferido
536	JEFFERSON DA SILVA	008.518.***-60	Deferido
131	JOCINEIA ADRIANA MASSING	060.227.***-60	Deferido
1203	JONNY MARINHO DE SOUZA	065.399.***-33	Deferido
2838	JOSÉ FERNANDO PRUCH DA SILVA	081.775.***-82	Deferido
2142	JUSSIE ADEMAR BARCELOS	053.709.***-27	Deferido
2844	KARINA DE SOUZA	103.861.***-71	Deferido
3187	LEONARDO DE SOUZA SANTOS	413.909.***-05	Deferido
1681	LETÍCIA FARIA DA SILVA	093.750.***-40	Deferido
50	LETICIA MAES JOCHEM	112.991.***-79	Deferido
1054	LUCAS HENRIQUE DA SILVA	077.123.***-44	Deferido
1694	LUCIANA ANDREZA DE SOUZA MOISÉS	735.177.***-34	Deferido
496	LUIS PAULO DA SILVA	074.051.***-63	Deferido
3016	MARIA WANESSA SEEMANN	066.316.***-76	Deferido
943	MARLON ROBERTO COSTA	172.856.***-01	Deferido
2905	MATHEUS RAICK	143.323.***-33	Deferido
2866	PEDRO ROBERTO BARTUCHESKI	563.457.***-53	Deferido
907	RAFAEL FORNARI MULLER	073.556.***-60	Deferido
262	ROBSON DAVID	030.281.***-55	Deferido
2615	RODOLFO FELIPE WEBER	050.586.***-92	Deferido
3019	SANDRO JOSE LONGEN	887.652.***-20	Deferido
3137	SARA MIRANDA COELHO	115.185.***-31	Deferido
2161	TAYSE GARCIA	066.346.***-05	Deferido
1038	TYRONE SCHNAIDER JÚNIOR	083.407.***-92	Deferido
2491	VANESSA MEURER DA SILVA	064.855.***-82	Deferido
27	VENICIO WILSON DA SILVA	860.491.***-10	Deferido
2344	VIRGILIO MARTINS DA SILVA	011.520.***-40	Deferido
3184	WIVIAN KARINE WALTER PETROSKI	046.806.***-09	Deferido

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1891	ADILSON ROBERTO BATSCHAUER	641.472.***-00	Deferido
646	ADRIANA APARECIDA MENDES	035.192.***-32	Deferido
2975	ADRIANA DA SILVA	042.588.***-18	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 22 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1696	ADRIANA DE ANDRADE DOS SANTOS	053.793.***-41	Deferido
2360	ADRIANA ERHARDT	107.520.***-69	Deferido
2990	ADRIANA RODRIGUES DOS REIS	077.337.***-51	Deferido
1384	ADRIANE SIEMIONKO JESINSKI	815.263.***-87	Deferido
2400	ADRMARY VIEIRA FERREIRA	000.037.***-22	Deferido
2229	ALESSANDRA BRANCO MAXMILIANO MIRANDA	051.870.***-28	Deferido
2945	ALESSANDRO PREDEBON FRANCO	008.451.***-01	Deferido
733	ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO	059.108.***-32	Deferido
2225	ALINE GUIMARÃES REIS	037.512.***-29	Deferido
1641	ALINE WEISS	080.434.***-54	Deferido
82	AMANDA FERNANDES DA SILVA FONTANA	089.705.***-86	Deferido
1380	AMANDA MACHADO DE SOUZA	072.760.***-93	Deferido
1870	AMANDA SCHMIDT EXTERKÖETTER	099.664.***-73	Deferido
1347	AMANDA SHIACHTICAS MELLO SILVA	181.493.***-66	Deferido
619	ANA ALICE DA SILVA	038.555.***-67	Deferido
2568	ANA CAROLINA ROSA DA SILVA	062.565.***-08	Deferido
2869	ANA CECÍLIA SIMA BRUGGEMANN	110.590.***-09	Deferido
3136	ANA CRISTINA DA SILVA MARTINS	620.999.***-34	Deferido
3142	ANA GLACIA EVARISTO BORGES	030.892.***-44	Deferido
739	ANA HELEM ANDRADE SCHURHAUS	075.234.***-56	Deferido
409	ANA KNIPHOF GUNTHER NETA	110.312.***-98	Deferido
236	ANA LUIZA BACKES COELHO	086.363.***-39	Deferido
3095	ANA MARIA MACEDO	376.121.***-54	Deferido
969	ANDREA MARIA RODRIGUES	046.225.***-02	Deferido
1184	ANDREIA GARCIA	889.715.***-72	Deferido
1320	ANDREZA APARECIDA DOS SANTOS	083.978.***-54	Deferido
2880	ANNILI KARLA PEREIRA FREITAS	056.564.***-43	Deferido
2383	ARIANE DOS SANTOS FERREIRA	097.222.***-01	Deferido
2977	ARIANE HILLESHEIN	088.577.***-50	Deferido
726	BÁRBARA ALVES DE SOUZA	312.863.***-94	Deferido
1541	BEATRIZ ABREU COELHO	102.771.***-19	Deferido
444	BEATRIZ ASSUNÇÃO MACHADO	084.858.***-01	Deferido
1568	BRUNA GOULARTE DE SOUZA	098.373.***-11	Deferido
298	BRUNA HELENA SANTOS LEAL	335.949.***-80	Deferido
2809	CAMILA LUCAS NUNES	076.229.***-48	Deferido
1658	CARINA APARECIDA DE MELLO	807.625.***-00	Deferido
160	CARLA SILVANA DA SILVA	054.664.***-97	Deferido
2788	CARLOS ALBERTO FERREIRA JÚNIOR	051.642.***-41	Deferido
31	CHARLISE DE OLIVEIRA	072.615.***-05	Deferido
2014	CLEBER SORIANO PAIVA	012.694.***-07	Deferido
854	CLEIDE DALMOLIN	756.966.***-63	Deferido
1327	CLEUSA DOS SANTOS PACHECO TRAMONTINA	824.238.***-87	Deferido
415	DAIANA POLICENA MARTINS RODRIGUES COELHO	062.228.***-73	Deferido
3033	DANIELA BROERING	031.665.***-27	Deferido
3163	DANIELA ZITA DE ASSUNÇÃO	083.143.***-73	Deferido
826	DANIELI MACHADO DE SANTANA	073.168.***-06	Deferido
2431	DAYANE DE JESUS NOGUEIRA PINTO	608.019.***-35	Deferido
2903	DÉBORA PEREIRA DA SILVA	053.886.***-75	Deferido
3021	DENISE PEREIRA DA SILVA	078.365.***-05	Deferido
2640	DENIZE SCHLICKMANN DE OLIVEIRA	004.355.***-23	Deferido
1493	DEUZENIR PRUDENCIO DA SILVA	238.685.***-49	Deferido
3097	DRYSANA DAMARA DOS SANTOS	098.630.***-80	Deferido
2969	ÉDER ESPÍNDOLA	046.782.***-08	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 23 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2440	EDIMARA CRISTINA DA SILVA SANTOS	042.251.***-41	Deferido
2845	EDINÉ DE CASTILHO	006.552.***-75	Deferido
1149	EDIONE MARIA DE OLIVEIRA SILVA	014.385.***-88	Deferido
2448	EDVALDO FERNANDO FERREIRA	092.017.***-81	Deferido
1262	ELENILDA SILVA ATIDE	852.770.***-06	Deferido
2658	ELIANE APARECIDA ANDRADE DE SOUZA	785.720.***-82	Deferido
2540	ELISA DE JESUS TEIXEIRA	058.931.***-60	Deferido
452	ELISANGELA FRANCISCA PEREIRA	078.432.***-40	Deferido
853	ELISETTE RODRIGUES DOS SANTOS	044.821.***-26	Deferido
991	ELIZABEL SUELI VIEIRA MARCEDDU	630.567.***-72	Deferido
1974	ELOISA NUNES DA ROSA	497.202.***-44	Deferido
2095	EMANUELA CRISTINA FABRICIO	086.969.***-41	Deferido
1791	ENDEL LEHMKUHL	092.292.***-03	Deferido
937	FABIANA HOFFMANN DA SILVA	055.681.***-13	Deferido
704	FABIANA ROGERIA PORTO SEEMANN	026.113.***-29	Deferido
1306	FABRICIA XAVIER	079.040.***-33	Deferido
2739	FERNANDA MACHADO	042.462.***-73	Deferido
1258	FRANCIELY CRISTINI DA CUNHA	059.386.***-82	Deferido
176	FRANCYELE CHAIANE VIEIRA	067.602.***-46	Deferido
1706	GABRIEL ADEMIR DA CRUZ	098.885.***-71	Deferido
60	GABRIELA STEIMBACH SOMMER	100.037.***-83	Deferido
1391	GABRIELLA MARA PACHECO DRUCK	036.349.***-93	Deferido
1489	GEÓRGIA ADRIANA ANDRADE ALVES	508.953.***-10	Deferido
1107	GILDIVAN DA SILVA CARDOSO	000.262.***-61	Deferido
2038	GISELE DE SOUZA	052.733.***-35	Deferido
420	GISELLE GERHARDT	000.805.***-90	Deferido
2638	GIZELLE CONCEIÇÃO DOS SANTOS VOGA	151.456.***-59	Deferido
1278	GRACIELA BRITO DA SILVA	043.374.***-10	Deferido
723	GRACIELE AMARAL	049.352.***-98	Deferido
3030	HARYANE MIRANDA	074.660.***-08	Deferido
900	HELLEN CRISTINA FERMINO	096.871.***-33	Deferido
1328	INDIAN NARA NAZARIO DE LUNA	084.858.***-04	Deferido
2376	INES DE FATIMA SCHWINDEN DA SILVA	784.941.***-15	Deferido
3017	IOLITA DOS SANTOS	868.247.***-72	Deferido
2863	ISABELA MOREIRA	039.635.***-13	Deferido
2008	ISMAEL ALMEIDA SANTOS	073.802.***-56	Deferido
2447	IZABEL BECKAUSER SALVADOR	055.008.***-24	Deferido
2495	JAINA LEMES DE QUADROS	120.534.***-04	Deferido
1125	JANAINA PEREIRA DIAS	860.267.***-04	Deferido
1889	JANICE NAIR DA COSTA	728.194.***-15	Deferido
3052	JAQUELINE MARIA DA SILVA	888.541.***-20	Deferido
1007	JESSICA CASTRO SOUZA	045.577.***-12	Deferido
1809	JÉSSICA MORAIS AQUES	098.578.***-62	Deferido
1535	JOICE JUSTEN	051.784.***-56	Deferido
1370	JOICE KOERICH	089.841.***-06	Deferido
965	JOICI MIRELLI DE SOUZA	036.088.***-21	Deferido
2922	JONATHAN MAURINO DE JESUS	083.018.***-16	Deferido
1436	JONES DOS SANTOS BARBOSA	907.040.***-72	Deferido
1484	JORGE CASTRO REIS FILHO	014.870.***-62	Deferido
38	JOSEMARA DA CUNHA	087.835.***-90	Deferido
166	JOSUE PEDRO DE PINHO	018.049.***-09	Deferido
745	JOYCE MARA RODRIGUES VILELA	591.067.***-72	Deferido
3111	JULIANA GEREMIAS HENRIQUE	053.983.***-01	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 24 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1996	JULIANA XAVIER	075.430.***-50	Deferido
141	JUREMA RODIGHIERI	009.983.***-99	Deferido
2648	JUSSARA RIBEIRO DOS SANTOS DA SILVA	021.385.***-12	Deferido
1904	KAREM ELAINE STEIMBACH	077.573.***-24	Deferido
1341	KARINE DA SILVA OLIVEIRA	004.438.***-35	Deferido
2115	KATIANE CRISTINA BOZZ	043.426.***-20	Deferido
855	KELLY ARAÚJO DE PINHO	323.690.***-40	Deferido
2727	KEZYA REBECCA DANTAS DE ANDRADE OLIVEIRA DOS ANJOS	013.911.***-67	Deferido
438	LAISE DOS SANTOS SILVA	066.773.***-86	Deferido
1318	LETICIA MIRIAM LUCIANO	076.384.***-22	Deferido
2178	LILIAN BORNHAUSEN VIEIRA	029.580.***-67	Deferido
1603	LILIANE SCHMITZ	045.722.***-10	Deferido
26	LILIANI CORREIA DA SILVA	004.553.***-31	Deferido
2635	LINDAIR CORDEIRO	014.854.***-62	Deferido
387	LINDAURA DA ROSA DA SILVA	714.353.***-68	Deferido
1437	LINDSAY DA SILVA SOARES	805.114.***-04	Deferido
279	LORENA FÁTIMA DE ASSIS CORREIA	020.861.***-95	Deferido
2159	LUANA ANAUE CORREA	010.063.***-07	Deferido
2519	LUANA BASTOS DA SILVA	057.611.***-60	Deferido
379	LUCIA GRAF	636.922.***-72	Deferido
1615	LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DOS SANTOS	888.049.***-34	Deferido
1353	LUCIANO PEREIRA	549.341.***-72	Deferido
3158	LUCY APARECIDA GONÇALVES	110.621.***-67	Deferido
203	LUISA CHIQUETTI HENRIQUE	094.208.***-63	Deferido
1218	LUISA SARMENTO LIMA PEREIRA	067.996.***-50	Deferido
2081	LUIZA MAYARA AUGUSTO NOGUEIRA	092.096.***-60	Deferido
1337	MAEVI VALENTE	061.306.***-27	Deferido
2576	MARCIA APARECIDA MASSUQUETTI	019.347.***-50	Deferido
682	MARCIA ELISABETE MIRANDA SALINES	936.441.***-15	Deferido
1893	MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA DOMINGUES	809.870.***-00	Deferido
828	MARCÍLIO MARCOS ALVES DE SOUZA	830.126.***-72	Deferido
1500	MARIA DE FATIMA MAGALHAES ESTEFANO	015.697.***-13	Deferido
1511	MARIA EDUARDA PEREIRA	013.896.***-54	Deferido
2660	MARIA HELENA DUARTE	107.494.***-57	Deferido
2333	MARIA VITÓRIA LOHN DA SILVA	105.639.***-02	Deferido
2179	MARIA ZELAIR EDUARDO COELHO	460.953.***-34	Deferido
253	MARIANA TEREZINHA DE SOUZA	084.473.***-97	Deferido
1285	MARIENE IVONETE LOFI	910.561.***-91	Deferido
2411	MARILEIA POSSIDONIO	059.561.***-73	Deferido
161	MARÍLIA MAGALI DOS SANTOS	080.013.***-31	Deferido
663	MARILINDA DE ABREU CORRÊA	032.880.***-81	Deferido
2755	MICHELA LEMOS	016.360.***-08	Deferido
558	MICHELE DA CRUZ RODRIGUES	010.538.***-99	Deferido
1742	MICHELLER KUNZ	067.170.***-78	Deferido
1338	NAIARA FERREIRA LEACINALEACINA	080.552.***-11	Deferido
290	NATALIA LOPES DUARTE	073.637.***-59	Deferido
810	NELSON PAIVA JÚNIOR	682.354.***-15	Deferido
2617	NICOLE DA ROSA	094.371.***-12	Deferido
22	NICOLI GABRIELLE DE CAMPOS	094.988.***-95	Deferido
223	NIVEA ALTHOFF DI PRÓSPERO	009.822.***-20	Deferido
1652	PATRICIA CRISTINE MACHADO	036.765.***-51	Deferido
1625	PATRÍCIA DE SOUZA RUTKOSKY	041.563.***-92	Deferido
333	PATRICIA MARIA DE OLIVEIRA	011.734.***-12	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 25 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2444	PAULA EUGENIA NICHELLE	715.915.***-53	Deferido
2309	PAULA VERGINIA DE OLIVEIRA	055.120.***-05	Deferido
2836	PAULINA DE ESPINDOLA SOUZA	794.937.***-49	Deferido
671	RAFAELA APARECIDA FRANCISCO	089.891.***-18	Deferido
2464	RAFAELA MARTINS FELISBERTO	110.895.***-10	Deferido
248	RAQUEL CRISTINA CARDOSO	009.652.***-27	Deferido
32	RAQUEL NUNES CORDEIRO	910.431.***-04	Deferido
3116	RENATA DA SILVA	007.796.***-24	Deferido
130	RENATA DE SOUZA RODRIGUES	932.577.***-68	Deferido
2904	RENATA LETICIA DA SILVA GARCIA	811.012.***-44	Deferido
2475	RICARDO ALEXANDRE LOPES	014.432.***-41	Deferido
232	ROBERTA GRAH	064.484.***-40	Deferido
1433	ROBERTO CARLOS GARCIA DA SILVA	508.924.***-78	Deferido
2729	RODRIGO DE SOUZA	045.808.***-46	Deferido
2584	RODRIGO ROSA DOS SANTOS	075.402.***-74	Deferido
1867	RONIO JOSÉ CAMPOS	907.486.***-82	Deferido
3145	ROSELEI SCHMITZ ABADE	748.801.***-15	Deferido
714	SAMANTA MARTINS BROERING	110.331.***-79	Deferido
323	SAMANTTA GABRIELA SCHULTZ LINDER	093.432.***-60	Deferido
2846	SAMARA DE FARIAS	102.267.***-57	Deferido
2209	SANDRA DE MELO	044.152.***-89	Deferido
2554	SCHEILA MEIRA LOPES	080.609.***-67	Deferido
2258	SIMONE DE SOUZA SALA	818.562.***-87	Deferido
2981	SIMONE TORQUATO	036.784.***-05	Deferido
2596	SOLANGE BITTENCORT DE SOUZA	454.657.***-49	Deferido
1662	STÉFANY LUCAS DE SOUZA	105.462.***-03	Deferido
211	SUELLEN ZURAIDE ABREU	057.170.***-18	Deferido
531	TAÍZA LIAMARA BIAZUS DA SILVA	048.129.***-01	Deferido
2533	TAMIRES CAROLINE FRANÇA	070.425.***-69	Deferido
2766	TANIA SCHARF VENTURA	037.593.***-13	Deferido
163	TAYNA MARA COLLA	090.023.***-30	Deferido
871	THAIS DA SILVA	116.789.***-07	Deferido
3075	THUANY SCHMITT ZIMERMANN	073.540.***-37	Deferido
1265	VALDIRENE FERREIRA DA SILVA	734.756.***-97	Deferido
1549	VALDIRENE PINTO RODRIGUES	884.169.***-20	Deferido
2112	VALERIA INACIO MACHADO	061.877.***-38	Deferido
754	VÂNIA JÚLIA FERREIRA LEITE	088.237.***-00	Deferido
2722	VANIZIA DIAS BERNARDINO	005.824.***-01	Deferido
2736	VERA LUCIA ALVES	001.287.***-48	Deferido
285	VERA LUCIA KUHNEN	023.765.***-86	Deferido
927	VILMAR MARTINS JUNIOR	005.829.***-12	Deferido
241	VITÓRIA CAROLINE DE JESUS SANTOS DA SILVA	113.262.***-16	Deferido
844	VIVIAN NEQUINA FARIAS MEDEIROS	049.735.***-00	Deferido
1420	WDSON DE ALVARENGA SIQUEIRA	094.557.***-05	Deferido
2827	ZULEICA NIENCHERT	030.288.***-51	Deferido

Cargo: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2921	ALEXANDRE JOSE LOPES GOMES	445.206.***-72	Deferido
1446	ANA CAROLYNA SPECK SANTOS LEAL	004.001.***-57	Deferido
818	ANDRÉ FILIPE ABREU	049.905.***-18	Deferido
1104	DIANA MARAGNO MINATTO	080.908.***-55	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 26 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



2435	DOUGLAS VALTER SEVERINO	063.213.***-89	Deferido
1931	EDUARDO RODENBUSCH	600.938.***-49	Deferido
2298	JOSE FRANCISCO DOS SANTOS CONCEIÇÃO	772.188.***-59	Deferido
700	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS	032.869.***-00	Deferido
2043	RAUL RODRIGO CHAVES	319.851.***-05	Deferido
1538	SIRLEI REJANE VALE BITTENCOURT	455.590.***-68	Deferido
2193	TERI OSVALDO BOCHILOF JUNIOR	039.612.***-60	Deferido
996	TONY LUIZ DA SILVA	817.263.***-20	Deferido

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2819	ADRIANE MARIA FOLSTER MIRANDA	032.207.***-74	Deferido
2744	ALESSANDRA SCHMITZ	041.738.***-85	Deferido
2824	ALINE DA SILVEIRA ZAVORNE	079.988.***-08	Deferido
1759	ALMIR JOÃO CRISTIANO	983.478.***-68	Deferido
1779	ANA GORETE GOULART DE OLIVEIRA	762.816.***-49	Deferido
376	ANA PAULA VIEIRA NUNES XAVIER	094.057.***-02	Deferido
2566	ANDERSON ANDRÉ DE ESPINDOLA	083.891.***-55	Deferido
1649	ANDREIA ROSANNE DOS SANTOS	025.900.***-14	Deferido
170	ANDRESA ROSELI MARTINS	083.608.***-06	Deferido
539	ÂNGELA MARIA MONTEIRO CARANHA	652.094.***-20	Deferido
2443	BEATRIZ SILVA LOURENÇO	091.507.***-70	Deferido
2731	BRUNA EVELYN CUNHA	074.565.***-90	Deferido
1263	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	768.758.***-15	Deferido
2082	CELIA DA ROSA	051.762.***-67	Deferido
2168	CLAUDIA INACIO	098.279.***-84	Deferido
2911	CLAUDIANA DA SILVA FERREIRA	987.460.***-53	Deferido
3161	DAIANA ZITA DE ASSUNÇÃO	054.013.***-03	Deferido
1119	DANIEL HACH	100.944.***-33	Deferido
2890	DANIELA DE ARAUJO DE FREITAS	004.197.***-47	Deferido
3057	DÉBORA SCALABRIN NASCIMENTO DE OLIVEIRA	998.171.***-44	Deferido
3125	DJALMO FERNANDES	398.998.***-91	Deferido
580	ÉDIO JOSÉ DA SILVA JUNIOR	073.554.***-02	Deferido
3149	ELISABETE LUZIA	022.423.***-22	Deferido
2761	FÁBIO HACKE	018.480.***-27	Deferido
807	FABIOLA SILVEIRA	040.827.***-57	Deferido
2689	FERNANDA MARLETE FERREIRA	046.925.***-76	Deferido
2974	GABRIELLY DO ROCIO DE SOUZA ZUELOW	075.607.***-89	Deferido
1235	GIOVANA GIANNECCHINI	085.947.***-94	Deferido
81	GISELE STREHL	032.511.***-13	Deferido
1008	HANNA BEATRIZ DA CUNHA	100.738.***-48	Deferido
2281	IVANILDA FERREIRA	026.408.***-83	Deferido
1150	IZABEL ADÉLIA DE OLIVEIRA DA SILVA	043.530.***-85	Deferido
1663	JAIR RODRIGUES BARBOSA	019.977.***-00	Deferido
2402	JHULIENY CRISTINI VIEIRA	115.450.***-07	Deferido
683	JOCELI MARTINS NUNES	741.665.***-15	Deferido
2414	JONATAS NUNES MEURER	033.197.***-48	Deferido
2774	JOSÉ NILTON MANGRICH	912.278.***-97	Deferido
2140	JOSIANE DA SILVA MEURER	025.446.***-75	Deferido
1409	JOSINEIA DA SILVA	059.184.***-98	Deferido
1563	JÚLIA VITÓRIA HEINZEN DE OLIVEIRA	106.815.***-96	Deferido
2702	KLAITON DE CONTO MAURÍCIO	052.718.***-70	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 27 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



990	LENIR MEURER	032.974.***-17	Deferido
2462	LIDIANY DE OLIVEIRA FRAGA	059.509.***-10	Deferido
3011	LUIS MIGUEL RIBEIRO OLIVEIRA	089.237.***-31	Deferido
1019	MÁRCIA DA SILVA	023.007.***-14	Deferido
532	MARIA ANGELITA WERSDORFER	897.786.***-34	Deferido
1271	MARIA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS	413.983.***-34	Deferido
1157	MARIA INES DIAS VOGES	022.582.***-48	Deferido
2994	MARIA TEREZINHA MACHADO	463.374.***-53	Deferido
2710	MARINA ILIBIO GARCIA	087.809.***-25	Deferido
1231	MIGUEL STANGE	101.196.***-03	Deferido
3073	NICOLE APARECIDA MACARIO BARTH	117.893.***-03	Deferido
2182	PATRÍCIA OSNILDA LEONEL	039.101.***-21	Deferido
2547	PRISCILA BRANDAO SILVA	074.887.***-36	Deferido
2959	ROSANA APARECIDA ALVES	112.842.***-86	Deferido
364	ROSANE VALMIRA MARIANO DE ESPINDOLA	784.877.***-34	Deferido
1215	ROSELI DOS SANTOS COSTA	845.999.***-72	Deferido
1833	ROSETE WEBER KUHNEN	020.899.***-44	Deferido
42	ROSILDE LOCH	845.717.***-72	Deferido
1482	ROSIMERE WERLICH DE FARIAS	017.237.***-09	Deferido
2965	SILEZIA DA SILVA MACHADO	059.871.***-67	Deferido
2840	THAIANE LOURDES MACHADO	095.007.***-52	Deferido
1576	THIAGO RACHADEL	070.350.***-17	Deferido
2279	VALCI FERREIRA DE SOUZA	927.528.***-06	Deferido
647	VALDIRENE HEINZ	045.939.***-26	Deferido
1979	VITOR AQUINO LINHARES	898.397.***-00	Deferido
3040	VIVIANA JOSÉ	078.947.***-88	Deferido

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1602	CARLOS EDUARDO MORAIS WOBETO	081.955.***-69	Deferido
266	CESAR AUGUSTO CORREA	056.059.***-93	Deferido
1389	DEOCLESIO GONÇALVES RAMOS	963.575.***-15	Deferido
2170	FLORENTINO CHAVES	486.497.***-15	Deferido
1294	FRANCISCO VALDIR JOAQUIM	094.401.***-60	Deferido
1198	MANOEL VICENTE FERNANDES	967.194.***-00	Deferido
615	MIGUEL DOS SANTOS	091.262.***-09	Deferido
3061	OBEDE DA COSTA ALVES	370.621.***-91	Deferido
2786	VICTOR HUGO OLIVEIRA PADILHA	125.231.***-71	Deferido

Cargo: VIGIA

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2469	ACKSOM BERTOTTO	073.541.***-75	Deferido
2914	ALEXADRE JOSÉ ANTUNES	001.573.***-96	Deferido
2797	ALEXANDRE MARQUES RODRIGUES GOMES	997.658.***-63	Deferido
2295	ALISSON DE ESPINDOLA	098.180.***-35	Deferido
2902	ÁLVARO BARBOSA SANTOS	055.841.***-00	Deferido
1358	ANDERSON DE SOUZA	034.232.***-90	Deferido
302	ANDREI SCHMOELLER	007.116.***-80	Deferido
1678	ANDREZA CRISTINA NUNES PEREIRA DA SILVA	055.356.***-13	Deferido
494	ANTONIO CARLOS VAILATTE	987.440.***-20	Deferido
2941	AQUILES FERNANDES DA COSTA BERGER	274.264.***-05	Deferido
1366	ARTHUR LUIS DA SILVA	054.744.***-22	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 28 de 30



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



537	ARTHUR MARCILIO	080.859.***-50	Deferido
1693	CARLOS ALBERTO SILVA	932.709.***-34	Deferido
2232	CARLOS ALEXANDRE VIEIRA	042.290.***-07	Deferido
2590	CELIA MARIA LIMA DE OLIVEIRA	020.096.***-98	Deferido
1913	CHRISTIAN DE SOUZA	093.331.***-69	Deferido
2649	CLEONICE PRIGOLI HOLSBACH	034.087.***-78	Deferido
2088	DAISI SALETE ALVES DE LIMA	910.482.***-53	Deferido
46	DANIEL DA SILVA KOERICH	096.366.***-77	Deferido
2810	DERLI ISAÍAS FERREIRA DE FRAGA	237.685.***-34	Deferido
665	DOUGLAS JOSÉ SILVEIRA	051.577.***-18	Deferido
2712	DOUGLAS MANOEL DOS ANJOS	082.024.***-11	Deferido
1321	EDUARDO CHAVES VIEIRA	081.695.***-64	Deferido
2148	ELEODORO ALVES DA COSTA	066.354.***-08	Deferido
865	ELIZEU ISAAC PINTO NUNES	008.628.***-37	Deferido
2151	ESMAELI DA SILVA REDONDO	068.716.***-23	Deferido
2929	FABIO RICARDO GARCIA	691.403.***-04	Deferido
1357	FERNANDO CIDADE GOMES	023.990.***-05	Deferido
486	FRANCIDALVA DE OLIVEIRA SILVA	917.319.***-68	Deferido
2046	GABRIEL CELSO DE SOUZA	104.758.***-98	Deferido
1925	GABRIELA DELMONDES ALENCAR CARDOSO	096.814.***-33	Deferido
2672	GAVILAN AUGUSTO DE LIMA	224.626.***-49	Deferido
2730	GENIVAL CARVALHO VERAS	692.078.***-91	Deferido
1743	GENIVAL SANTOS DA ROCHA	001.042.***-22	Deferido
2013	GILSON JUSTEN	000.070.***-60	Deferido
384	GRACIELE DE PAULA GARCIA DA SILVA	336.718.***-19	Deferido
1313	ISIS ENEDINA MARTINS	049.692.***-03	Deferido
482	IVENS REGO	021.052.***-04	Deferido
2045	JAIR JOSE ALVES	714.284.***-20	Deferido
1335	JAMES ALBERTO TELES DOS SANTOS	032.748.***-03	Deferido
2777	JARDEL KOERICH	932.301.***-10	Deferido
2434	JEFERSON GEOVANI SOARES	045.422.***-98	Deferido
709	JÉSSICA SUELEN DE VASCONCELLOS	086.591.***-63	Deferido
2951	JOAO CARLOS NUNES TALAVITZ	395.356.***-78	Deferido
2502	JOÃO MAYCON DA SILVA LIMA	551.727.***-82	Deferido
225	JORGE LUIS ROSSI	468.186.***-87	Deferido
653	JULIO CESAR GOMES	081.933.***-74	Deferido
331	KENARD RODRIGUES SILVA	010.128.***-42	Deferido
1308	LAIZE SALVADOR	058.778.***-54	Deferido
2938	LEANDRO TOMAZ LUIZ WILKE	008.464.***-32	Deferido
2663	LEONARDO LIMA RODRIGUES	002.967.***-14	Deferido
651	LINDAURA MARIA DA SILVA VIEIRA	687.820.***-20	Deferido
1282	LORIVAL ESPINDOLA	560.799.***-15	Deferido
2654	LUCAS REGINALDO RODRIGUES	125.733.***-21	Deferido
2287	LÚCIA MARA DA SILVA	912.555.***-53	Deferido
2359	LUCIANO DA SILVA	774.172.***-20	Deferido
3067	LUCIANO MACEDA	952.194.***-44	Deferido
1776	LUIZ ANTONIO DA SILVA SOUZA	624.304.***-53	Deferido
847	LUIZ CARLOS FREITAS	854.263.***-04	Deferido
2033	LUIZ CARLOS MACHADO JÚNIOR	092.838.***-79	Deferido
2543	LUIZ SILVEIRA FILHO	520.789.***-87	Deferido
1667	MARCONI RODRIGO MARTINS	045.138.***-12	Deferido
755	MARCOS VINICIUS SILVA SANTOS	864.518.***-76	Deferido
2536	MATHEUS ALVES DE LLIMA DA SILVA	092.622.***-56	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 29 de 30





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



1905	MIGUEL CAMPOLINO DA SILVA FILHO	032.368.***-60	Deferido
2960	MUNIQUE BECARI LIMA	085.542.***-01	Deferido
2796	NICOLAS DE LIMA BUTKA	086.798.***-76	Deferido
2653	NÍZIA KNIES KOERICH	031.229.***-75	Deferido
1167	PATRICIA JULITA VIEIRA	046.798.***-20	Deferido
2882	PAULO CESAR BARREIRA	053.788.***-12	Deferido
1741	RAFAEL JULIANO DA ROSA	004.413.***-05	Deferido
2031	ROBSON FERREIRA DAS NEVES	045.297.***-51	Deferido
2900	RODRIGO MARCELO MACHADO	007.384.***-20	Deferido
2767	RODRIGO BENTO VIANA	053.547.***-42	Deferido
2097	RODRIGO LUIZ DA SILVA	008.147.***-17	Deferido
2868	ROGERIO ANDERLE	918.471.***-63	Deferido
1259	RUBENS NASCIMENTO SILVA	342.395.***-04	Deferido
1680	SANDRA MARGARIDA MONTEIRO MENEGHELLI	578.327.***-68	Deferido
1227	SERGIO MARTINS	222.689.***-34	Deferido
2517	SÉRGIO MURILO FERREIRA	798.737.***-72	Deferido
3171	SILVIA DOS SANTOS	040.788.***-04	Deferido
80	SIRLENE PAVANATI	059.876.***-41	Deferido
3117	SOLANO BRUNO MASSOCHIN DA SILVA	108.978.***-75	Deferido
2278	TALITA DUTRA PROGÊNIO	011.789.***-40	Deferido
1317	THYAGO RAMOS MATTOS	008.523.***-95	Deferido
3056	TONY JUPPA	044.406.***-08	Deferido
2252	VALDOMIRO CHAGAS DA SILVA	009.492.***-33	Deferido
1028	VALERIO BAGATOLI	733.109.***-00	Deferido
3124	WAGNER PAES FIGUEIREDO	008.347.***-73	Deferido
2399	WAGNER PEREIRA NOGUEIRA	069.114.***-42	Deferido
731	WILLIAN KENNEDY PANSTEIN	071.746.***-82	Deferido
2130	YASMIM SCHMITZ	101.215.***-08	Deferido

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
2039	ADENIR SOARES	022.280.***-16	Deferido
1542	FERNANDO ARRUDA ALVES	888.731.***-91	Deferido
2021	FERNANDO FRANCISCO DE SOUSA	041.327.***-03	Deferido
1026	FILIPPE DE FREITAS	071.448.***-51	Deferido
1783	FRANCISCO ALMIR SANTANA	464.956.***-91	Deferido
2288	GIOVANI FERNANDES	008.792.***-05	Deferido
2459	GUSTAVO DE SOUZA	085.219.***-62	Deferido
133	LEONARDO PFLEGER	077.558.***-98	Deferido
523	LUIZ ARTUR DOS SANTOS	079.261.***-57	Deferido
1566	MATEUS FERREIRA DO AMARAL	035.566.***-90	Deferido
1932	OZIEL MORGAN	027.417.***-13	Deferido
1689	RÉGINALDO ERMENSON PEREIRA	769.865.***-15	Deferido
2111	RODRIGO JAIME DA SILVEIRA	060.799.***-00	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 30 de 30

08 - VAGAS PNE

Publicação Nº 2380825



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 008: Edital Final de Análise de Requerimentos de Vaga Especial (PNE)**

Inexistindo recursos protocolados acerca da listagem provisória, tornam-se definitivas as análises dos requerimentos pela comissão, como segue:

Inscrição	Candidato	Cargo	Tipo PCD	Parecer
2232	CARLOS ALEXANDRE VIEIRA	VIGIA	Visual	Deferido
2086	FABIO MARIO RIEG VIANA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Física	Deferido
296	JOSIANE MARIA DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Auditiva	Deferido
3006	LEONARDO SCHUCH	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Física	Deferido
1716	MANOELA CARDOSO LUDVIG	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Auditiva	Deferido
1182	MARTA DELLA ROCCA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Auditiva	Deferido
2599	PERLA DA SILVA KLEIN	FONOAUDIÓLOGO	Auditiva	Deferido
2475	RICARDO ALEXANDRE LOPES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Visual	Deferido
3124	WAGNER PAES FIGUEIREDO	VIGIA	Física	Deferido

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

09 - CONVOCAÇÃO DE PROVA OBJETIVA

Publicação Nº 2380826



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 009: Edital de Convocação para Realização de Provas Objetivas**

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida, a prestarem a prova objetiva, na data, horário e locais abaixo especificados:

Data da Prova: 01/03/2020 (Domingo)

Em virtude do número de candidatos, serão realizadas em quatro locais de provas distintos, de acordo com o cargo no qual o candidato se inscreveu, sendo:

PROVA MATUTINA (MANHÃ)

Horário de Abertura dos Portões: **08h15min**
Horário de Fechamento dos Portões: **08h45min**
Horário de Início das Provas: **09h00min**
Tempo Mínimo de Permanência: **30 (trinta) minutos**
Tempo de Prova: **3 (três) horas**

Local 01: (Salas 01 a 10)**Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia**

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Cargos:

- Fiscal de Vigilância Sanitária;
- Fonoaudiólogo;
- Psicólogo;
- Técnico de Enfermagem;

Local 02: (Salas 11 a 25)**Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas**

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Cargos:

- Assistente Administrativo;
- Auxiliar de Serviços Gerais - Braçal;
- Auxiliar de Serviços Gerais - Coveiro;
- Operador de Máquinas e Equipamentos;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Vigia;

Local 03: (Salas 26 a 38)**Escola de Educação Básica Nereu Ramos**

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Cargos:

- Enfermeiro;
- Farmacêutico;
- Fiscal de Obras e Posturas;
- Fiscal de Tributos Municipais;
- Odontólogo;



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto, é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 2



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**Local 04: (Salas 39 a 47)****Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos**

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Cargos:

- Agente de Combate a Endemias;
- Assistente Social;
- Médico;
- Médico Veterinário;
- Nutricionista;

Recomendamos a todos os candidatos que compareçam aos locais de prova designados com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, bem como, verifiquem as publicações do Manual do Candidato e a Listagem de Candidatos por sala, identificando previamente a sua Sala e Carteira de prova, bem como, **emitir um novo CARTÃO DE INSCRIÇÃO através da Área do Candidato, onde constam todas as informações inerentes à prova, inclusive o Local de Prova, Sala de Prova e Carteira de Prova.**

Após o fechamento dos portões (8h45min) não será permitido o ingresso de nenhum candidato ao local de prova.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 2

10 - RELAÇÃO DE CANDIDATOS POR SALA

Publicação Nº 2380829



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



ATO 010: Relação de Candidatos por Sala de Prova

Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoeflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: 01/03/2020 | Abertura dos Portões: 08h15min | Fechamento dos Portões: 08h45min | Início de Prova: 09h00min

SALA 01

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1891	ADILSON ROBERTO BATSCHAUER	641.472.***-00	1
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	646	ADRIANA APARECIDA MENDES	035.192.***-32	2
009 - PSICÓLOGO	2791	ADRIANA CORDEIRO BEZERRA	063.131.***-57	3
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2975	ADRIANA DA SILVA	042.588.***-18	4
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1696	ADRIANA DE ANDRADE DOS SANTOS	053.793.***-41	5
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2360	ADRIANA ERHARDT	107.520.***-69	6
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2104	ADRIANA MARIA DAS DORES PEREIRA	054.404.***-63	7
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2990	ADRIANA RODRIGUES DOS REIS	077.337.***-51	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1384	ADRIANE SIEMIONKO JESINSKI	815.263.***-87	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2400	ADRIANY VIEIRA FERREIRA	000.037.***-22	10
009 - PSICÓLOGO	2227	AGEU FAGNER DE OLIVEIRA CAETANO	047.372.***-60	11
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2229	ALESSANDRA BRANCO MAXMILIANO MIRANDA	051.870.***-28	12
005 - FONOAUDIÓLOGO	2125	ALESSANDRA DE OLIVEIRA PEREIRA	098.713.***-96	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2945	ALESSANDRO PREDEBON FRANCO	008.451.***-01	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	733	ALEXANDRA FELIPPE DOS SANTOS LOBO	059.108.***-32	15
009 - PSICÓLOGO	2614	ALINE DOS SANTOS LANER	939.430.***-34	16
009 - PSICÓLOGO	2470	ALINE FERREIRA DE FREITAS	101.116.***-82	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2225	ALINE GUIMARÃES REIS	037.512.***-29	18
009 - PSICÓLOGO	1466	ALINE NUNES ENGELKE	818.583.***-15	19
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2957	ALINE SOUZA MENDES	035.623.***-99	20
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1641	ALINE WEISS	080.434.***-54	21
009 - PSICÓLOGO	920	AMANDA CRISTINA DA CUNHA	087.938.***-43	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	82	AMANDA FERNANDES DA SILVA FONTANA	089.705.***-86	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1380	AMANDA MACHADO DE SOUZA	072.760.***-93	24
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1870	AMANDA SCHMIDT EXTERKÖETTER	099.664.***-73	25
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1347	AMANDA SHIACHTICAS MELLO SILVA	181.493.***-66	26
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	619	ANA ALICE DA SILVA	038.555.***-67	27
009 - PSICÓLOGO	495	ANA CAROLINA BESEN DE SOUZA	093.840.***-83	28
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2871	ANA CAROLINA DA ROSA DE OLIVEIRA	097.422.***-01	29
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3024	ANA CAROLINA FREITAS	103.787.***-67	30
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2568	ANA CAROLINA ROSA DA SILVA	062.565.***-08	31
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2869	ANA CECÍLIA SIMA BRUGGEMANN	110.590.***-09	32
005 - FONOAUDIÓLOGO	2764	ANA CLÁUDIA PFLEGER	089.689.***-00	33
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3136	ANA CRISTINA DA SILVA MARTINS	620.999.***-34	34
009 - PSICÓLOGO	1085	ANA CRISTINA DE SOUZA	083.043.***-29	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto, é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 02

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3142	ANA GLACIA EVARISTO BORGES	030.892.***-44	1
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	739	ANA HELEM ANDRADE SCHURHAUS	075.234.***-56	2
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	409	ANA KNIPHOF GUNTHER NETA	110.312.***-98	3
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	236	ANA LUIZA BACKES COELHO	086.363.***-39	4
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3095	ANA MARIA MACEDO	376.121.***-54	5
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2600	ANANIAS FAGUNDES	773.861.***-49	6
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	520	ANDRÉ GRIPPA	085.633.***-63	7
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1076	ANDRE LUIS DE CASTRO SCHMIDT	923.497.***-34	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	969	ANDREA MARIA RODRIGUES	046.225.***-02	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1184	ANDREIA GARCIA	889.715.***-72	10
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	773	ANDREIA STEINBACH SCHURHAUS	025.194.***-33	11
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1320	ANDREZA APARECIDA DOS SANTOS	083.978.***-54	12
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2579	ANDREZA GAZZIERO	102.406.***-56	13
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1912	ANGELICA CARDOSO GOULART	077.255.***-14	14
005 - FONOAUDIÓLOGO	2559	ANICY TEREZINHA BAINHA PACHECO BACK	058.489.***-23	15
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2880	ANNILI KARLA PEREIRA FREITAS	056.564.***-43	16
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2383	ARIANE DOS SANTOS FERREIRA	097.222.***-01	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2977	ARIANE HILLESHEIN	088.577.***-50	18
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1296	ARNALDO GRANDO	687.955.***-91	19
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1574	ARTUR JOSE CANDIDO NETO	909.465.***-06	20
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3010	ARTUR STEFFENS	030.916.***-37	21
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	726	BÁRBARA ALVES DE SOUZA	312.863.***-94	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1541	BEATRIZ ABREU COELHO	102.771.***-19	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	444	BEATRIZ ASSUNÇÃO MACHADO	084.858.***-01	24
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1568	BRUNA GOULARTE DE SOUZA	098.373.***-11	25
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	298	BRUNA HELENA SANTOS LEAL	335.949.***-80	26
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1606	CAIO SAPORITO VIEIRA	423.845.***-75	27
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	95	CAMILA DA CUNHA BRITES	110.874.***-40	28
005 - FONOAUDIÓLOGO	1647	CAMILA DA ROCHA BORBA	087.212.***-17	29
009 - PSICÓLOGO	1121	CAMILA DOS SANTOS CAETANO	015.499.***-52	30
005 - FONOAUDIÓLOGO	1758	CAMILA FERNANDES	114.250.***-17	31
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2809	CAMILA LUCAS NUNES	076.229.***-48	32
009 - PSICÓLOGO	1129	CAMILA RADTKE CORDEIRO DE OLIVEIRA	087.925.***-52	33
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1658	CARINA APARECIDA DE MELLO	807.625.***-00	34
009 - PSICÓLOGO	1408	CARLA ADRIANA MARTINS GOMES	635.145.***-20	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 03

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
005 - FONOAUDIÓLOGO	2581	CARLA CRISTINA LINS DOS SANTOS KNOCHENHAUER	065.703.***-30	1
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	160	CARLA SILVANA DA SILVA	054.664.***-97	2
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2788	CARLOS ALBERTO FERREIRA JÚNIOR	051.642.***-41	3
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3036	CARLOS EDUARDO RIBEIRO OLIVEIRA	000.873.***-76	4
009 - PSICÓLOGO	99	CAROLINE BACK	108.285.***-18	5
009 - PSICÓLOGO	2758	CAROLINE CARLA CENCI ZANELLA	083.685.***-98	6
009 - PSICÓLOGO	1887	CAROLINE DA SILVEIRA SCHLOSSMACHER	064.886.***-06	7
009 - PSICÓLOGO	3085	CÉLIA RAQUEL TOLEDO	074.481.***-47	8
009 - PSICÓLOGO	632	CELINA LUCI LAZZARI	058.481.***-73	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	31	CHARLISE DE OLIVEIRA	072.615.***-05	10
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1219	CHRISTIE PORTIER	044.433.***-99	11
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2993	CINTIA TAVARES GONCALVES	788.558.***-91	12
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2885	CLAUDIANA JUSTEN	078.323.***-63	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2014	CLEBER SORIANO PAIVA	012.694.***-07	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	854	CLEIDE DALMOLIN	756.966.***-63	15
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1327	CLEUSA DOS SANTOS PACHECO TRAMONTINA	824.238.***-87	16
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	113	CONRADO BASTOS BATISTA	047.184.***-06	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	415	DAIANA POLICENA MARTINS RODRIGUES COELHO	062.228.***-73	18
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2795	DANIELA BACKES	096.156.***-14	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3033	DANIELA BROERING	031.665.***-27	20
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1744	DANIELA DE PINHO	080.735.***-06	21
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3163	DANIELA ZITA DE ASSUNÇÃO	083.143.***-73	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	826	DANIELI MACHADO DE SANTANA	073.168.***-06	23
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2587	DAVID GÓES DA SILVA	103.059.***-75	24
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2431	DAYANE DE JESUS NOGUEIRA PINTO	608.019.***-35	25
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2620	DAYANE NEIS DA SILVA	076.068.***-30	26
005 - FONOAUDIÓLOGO	3092	DEBORA DE SOUZA BASSO SCHNEIDER	081.215.***-65	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2903	DÉBORA PEREIRA DA SILVA	053.886.***-75	28
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2759	DEISE CRISTINA DA SILVA	052.805.***-93	29
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3021	DENISE PEREIRA DA SILVA	078.365.***-05	30
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2640	DENIZE SCHLICKMANN DE OLIVEIRA	004.355.***-23	31
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1493	DEUZENIR PRUDENCIO DA SILVA	238.685.***-49	32
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3097	DRYSANA DAMARA DOS SANTOS	098.630.***-80	33
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2969	ÉDER ESPÍNDOLA	046.782.***-08	34
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2440	EDIMARA CRISTINA DA SILVA SANTOS	042.251.***-41	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 04

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2845	EDINÉ DE CASTILHO	006.552.***-75	1
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2623	EDIO EUGENIO CUSTODIO JUNIOR	083.578.***-00	2
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1149	EDIONE MARIA DE OLIVEIRA SILVA	014.385.***-88	3
005 - FONOAUDIÓLOGO	591	EDUARDA RAFAELLA CARDOSO	081.559.***-24	4
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2448	EDVALDO FERNANDO FERREIRA	092.017.***-81	5
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1262	ELENILDA SILVA ATIDE	852.770.***-06	6
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2658	ELIANE APARECIDA ANDRADE DE SOUZA	785.720.***-82	7
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2540	ELISA DE JESUS TEIXEIRA	058.931.***-60	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	452	ELISANGELA FRANCISCA PEREIRA	078.432.***-40	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	853	ELISETE RODRIGUES DOS SANTOS	044.821.***-26	10
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	991	ELIZABEL SUELI VIEIRA MARCEDDU	630.567.***-72	11
009 - PSICÓLOGO	835	ELIZETE BRANGA	767.164.***-87	12
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1974	ELOISA NUNES DA ROSA	497.202.***-44	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2095	EMANUELA CRISTINA FABRICIO	086.969.***-41	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1791	ENDEL LEHMKUHL	092.292.***-03	15
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	213	EUCLIDES EDSON MARTINS	004.689.***-07	16
009 - PSICÓLOGO	2146	FABIANA DE SOUZA	017.025.***-00	17
009 - PSICÓLOGO	2692	FABIANA FERNANDES ANTUNES DA ROCHA	827.466.***-72	18
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	937	FABIANA HOFFMANN DA SILVA	055.681.***-13	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	704	FABIANA ROGERIA PORTO SEEMANN	026.113.***-29	20
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2829	FÁBIO EUGÊNIO MOREIRA	103.779.***-11	21
009 - PSICÓLOGO	952	FABÍOLA SOARES	033.069.***-81	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1306	FABRICIA XAVIER	079.040.***-33	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2739	FERNANDA MACHADO	042.462.***-73	24
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2222	FERNANDA MARTINS RECKZIEGEL	092.311.***-48	25
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1781	FRANCIELLE RIBEIRO	057.922.***-20	26
009 - PSICÓLOGO	2610	FRANCIELLI SARMENTO	065.284.***-59	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1258	FRANCIELY CRISTINI DA CUNHA	059.386.***-82	28
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	176	FRANCYELE CHAIANE VIEIRA	067.602.***-46	29
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1706	GABRIEL ADEMIR DA CRUZ	098.885.***-71	30
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2686	GABRIELA RAMOS COELHO DA CONCEICAO	099.276.***-81	31
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	60	GABRIELA STEIMBACH SOMMER	100.037.***-83	32
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1391	GABRIELLA MARA PACHECO DRUCK	036.349.***-93	33
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1489	GEÓRGIA ADRIANA ANDRADE ALVES	508.953.***-10	34
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1107	GILDIVAN DA SILVA CARDOSO	000.262.***-61	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 4 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 05

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2038	GISELE DE SOUZA	052.733.***-35	1
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2898	GISELE PEREIRA	058.542.***-62	2
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	420	GISELLE GERHARDT	000.805.***-90	3
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2638	GIZELLE CONCEIÇÃO DOS SANTOS VOGA	151.456.***-59	4
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1278	GRACIELA BRITO DA SILVA	043.374.***-10	5
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	723	GRACIELE AMARAL	049.352.***-98	6
009 - PSICÓLOGO	2956	GRACY AMANDIO PEDRO	090.931.***-88	7
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1556	GUILHERME MARCO REIS	071.297.***-52	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3030	HARYANE MIRANDA	074.660.***-08	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	900	HELLEN CRISTINA FERMINO	096.871.***-33	10
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	918	HENRIQUE WILLEMANN	044.623.***-80	11
009 - PSICÓLOGO	2907	IAN FERREIRA ALVES	059.353.***-74	12
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1328	INDIAN NARA NAZARIO DE LUNA	084.858.***-04	13
009 - PSICÓLOGO	1175	INDIANARA RAMOS	080.648.***-74	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2376	INES DE FATIMA SCHWINDEN DA SILVA	784.941.***-15	15
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3017	IOLITA DOS SANTOS	868.247.***-72	16
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2856	ISABEL CRISTINA DELIA ARRUDA NETTO	570.803.***-34	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2863	ISABELA MOREIRA	039.635.***-13	18
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2008	ISMAEL ALMEIDA SANTOS	073.802.***-56	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2447	IZABEL BECKAUSER SALVADOR	055.008.***-24	20
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1346	IZABEL DOS SANTOS TEODORO	047.465.***-03	21
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2495	JAINA LEMES DE QUADROS	120.534.***-04	22
005 - FONOAUDIÓLOGO	1631	JANAINA AMANDA ANTUNES DE LARA	070.572.***-03	23
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2843	JANAINA GOMES DE SOUZA	032.759.***-93	24
009 - PSICÓLOGO	12	JANAINA MIGUELINA SOUZA	062.872.***-67	25
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1125	JANAINA PEREIRA DIAS	860.267.***-04	26
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1889	JANICE NAIR DA COSTA	728.194.***-15	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3052	JAQUELINE MARIA DA SILVA	888.541.***-20	28
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1007	JESSICA CASTRO SOUZA	045.577.***-12	29
009 - PSICÓLOGO	2177	JÉSSICA JANINE BERNHARDT FUCHS	076.177.***-03	30
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1809	JÉSSICA MORAIS AQUES	098.578.***-62	31
009 - PSICÓLOGO	156	JÉSSICA VICENTE ROSA	083.484.***-24	32
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2632	JIAN SEBASTIÃO SILVA	032.105.***-85	33
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	542	JOÃO PAULO MARTINS	107.813.***-13	34
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	61	JOÃO VITOR KLÖPPEL	100.314.***-00	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 5 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 06

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2720	JOÃO VITOR LUCIETTO	113.584.***-12	1
009 - PSICÓLOGO	1946	JOELMA DA SILVA GOMES	028.191.***-41	2
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1535	JOICE JUSTEN	051.784.***-56	3
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1370	JOICE KOERICH	089.841.***-06	4
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3127	JOICE MARIA DA SILVA CONSTANTE	044.984.***-60	5
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2030	JOICI LILIAN RODRIGUES	824.905.***-91	6
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	965	JOICI MIRELLI DE SOUZA	036.088.***-21	7
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2922	JONATHAN MAURINO DE JESUS	083.018.***-16	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1436	JONES DOS SANTOS BARBOSA	907.040.***-72	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1484	JORGE CASTRO REIS FILHO	014.870.***-62	10
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	260	JOS RICARDO PEREIRA	509.881.***-49	11
009 - PSICÓLOGO	995	JOSÉ LUCAS MARTINS	085.559.***-09	12
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	38	JOSEMARA DA CUNHA	087.835.***-90	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	166	JOSUE PEDRO DE PINHO	018.049.***-09	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	745	JOYCE MARA RODRIGUES VILELA	591.067.***-72	15
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2531	JÚLIA DA SILVA	097.568.***-30	16
009 - PSICÓLOGO	2988	JULIA MACHADO HEGNER	023.707.***-04	17
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2550	JULIA SCHWINDEN RACHADEL	051.308.***-01	18
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3111	JULIANA GEREMIAS HENRIQUE	053.983.***-01	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1996	JULIANA XAVIER	075.430.***-50	20
009 - PSICÓLOGO	2494	JULIANE BENETTI LANDIM	036.605.***-86	21
009 - PSICÓLOGO	2265	JULIENE DE PONTES LLARENA	084.091.***-82	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	141	JUREMA RODIGHERI	009.983.***-99	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2648	JUSSARA RIBEIRO DOS SANTOS DA SILVA	021.385.***-12	24
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1904	KAREM ELAINE STEIMBACH	077.573.***-24	25
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2173	KARINA DE AQUINO	085.985.***-14	26
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1341	KARINE DA SILVA OLIVEIRA	004.438.***-35	27
009 - PSICÓLOGO	1281	KARINE VALDRICH FERREIRA	088.587.***-31	28
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1959	KASSIA NITSCHKE SOUZA	049.042.***-36	29
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2115	KATIANE CRISTINA BOZZ	043.426.***-20	30
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	855	KELLY ARAÚJO DE PINHO	323.690.***-40	31
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2727	KEZYA REBECCA DANTAS DE ANDRADE OLIVEIRA DOS ANJOS	013.911.***-67	32
009 - PSICÓLOGO	1801	KRISHNA CESÁRIO ALVIM DE CASTRO	011.675.***-69	33
009 - PSICÓLOGO	2037	LAILA PRISCILA GRAF ORNELAS	760.586.***-00	34
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	438	LAISE DOS SANTOS SILVA	066.773.***-86	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 6 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 07

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
009 - PSICÓLOGO	2058	LEIDYANE GREICE DE SOUZA	072.155.***-08	1
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2167	LEIGHTON FURTADO	058.074.***-70	2
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2395	LEONARDO DA SILVA	011.240.***-59	3
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1653	LEONARDO RACHADEL FARIAS	101.944.***-44	4
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3006	LEONARDO SCHUCH	058.619.***-77	5
009 - PSICÓLOGO	2131	LESSANDRA PINTO MICHEL	045.107.***-05	6
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1318	LETICIA MIRIAM LUCIANO	076.384.***-22	7
009 - PSICÓLOGO	362	LIGIA MARIA BETONI	044.964.***-14	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2178	LILIAN BORNHAUSEN VIEIRA	029.580.***-67	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1603	LILIANE SCHMITZ	045.722.***-10	10
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	26	LILIANI CORREIA DA SILVA	004.553.***-31	11
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1310	LINCON DE SOUZA SAIBERT	041.025.***-30	12
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2635	LINDAIR CORDEIRO	014.854.***-62	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	387	LINDAURA DA ROSA DA SILVA	714.353.***-68	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1437	LINDSAY DA SILVA SOARES	805.114.***-04	15
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2127	LÍZIA ALANA XAVIER BULIN	110.719.***-90	16
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2040	LORECI KREIN SOARES	041.679.***-02	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	279	LORENA FÁTIMA DE ASSIS CORREIA	020.861.***-95	18
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2159	LUANA ANAUE CORREA	010.063.***-07	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2519	LUANA BASTOS DA SILVA	057.611.***-60	20
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3060	LUCAS EDUARDO DREHMER	085.791.***-10	21
009 - PSICÓLOGO	1438	LUCAS MELO	053.787.***-45	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	379	LUCIA GRAF	636.922.***-72	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1615	LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DOS SANTOS	888.049.***-34	24
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3186	LUCIANE DOMINGUES	584.936.***-87	25
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1353	LUCIANO PEREIRA	549.341.***-72	26
009 - PSICÓLOGO	2522	LUCINEYRE BARROS MACHADO	724.256.***-91	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3158	LUCY APARECIDA GONÇALVES	110.621.***-67	28
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	203	LUISA CHIQUETTI HENRIQUE	094.208.***-63	29
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1218	LUISA SARMENTO LIMA PEREIRA	067.996.***-50	30
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2310	LUIZ FERNANDO SILVA ALCANTARA	091.531.***-39	31
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2738	LUIZ FERNANDOVEDOIA	089.746.***-22	32
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	59	LUIZ HENRIQUE BENEVENUTO	779.735.***-00	33
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2081	LUIZA MAYARA AUGUSTO NOGUEIRA	092.096.***-60	34
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2335	LUIZY FIGUEIREDO DA SILVA	085.763.***-14	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 7 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 08

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
009 - PSICÓLOGO	1496	MABIANE FAGUNDES DE FREITAS	089.828.***-62	1
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1337	MAEVI VALENTE	061.306.***-27	2
005 - FONOAUDIÓLOGO	2380	MAGDA SILVA GOMES	094.830.***-02	3
009 - PSICÓLOGO	2249	MAIKON MENDONÇA DE SOUZA	025.311.***-50	4
009 - PSICÓLOGO	1209	MANOELA LUCIANO DE AMORIM	043.971.***-01	5
009 - PSICÓLOGO	876	MARCELA DINIZ DE QUEIROZ FARIAS	946.367.***-34	6
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2899	MARCELO DE SOUSA	029.731.***-75	7
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2576	MARCIA APARECIDA MASSUQUETTI	019.347.***-50	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	682	MARCIA ELISABETE MIRANDA SALINES	936.441.***-15	9
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1893	MÁRCIA REGINA DE OLIVEIRA DOMINGUES	809.870.***-00	10
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	828	MARCÍLIO MARCOS ALVES DE SOUZA	830.126.***-72	11
009 - PSICÓLOGO	915	MARCOS BENEDET ZILLI	086.678.***-07	12
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3091	MARGARIDA DE FATIMA LEMES DA ROSA	016.074.***-17	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1500	MARIA DE FATIMA MAGALHAES ESTEFANO	015.697.***-13	14
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1847	MARIA DE FATIMA SOUZA DE LIMA	944.517.***-72	15
009 - PSICÓLOGO	1978	MARIA EDUARDA DE SOUZA	093.988.***-73	16
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1511	MARIA EDUARDA PEREIRA	013.896.***-54	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2660	MARIA HELENA DUARTE	107.494.***-57	18
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	652	MARIA SANDRA DE MORAES	889.688.***-53	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2333	MARIA VITÓRIA LOHN DA SILVA	105.639.***-02	20
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2179	MARIA ZELAIR EDUARDO COELHO	460.953.***-34	21
009 - PSICÓLOGO	2442	MARIANA CAVALCANTE TRAUZYNSKI	051.499.***-62	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	253	MARIANA TEREZINHA DE SOUZA	084.473.***-97	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1285	MARIENE IVONETE LOFI	910.561.***-91	24
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	477	MARILAINÉ DA SILVA	068.369.***-60	25
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2411	MARILEIA POSSIDONIO	059.561.***-73	26
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1312	MARILENE PEREIRA MACCARINI	038.309.***-02	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	161	MARÍLIA MAGALI DOS SANTOS	080.013.***-31	28
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	663	MARILINDA DE ABREU CORRÊA	032.880.***-81	29
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1561	MARINA DA SILVA SPANHOL	003.843.***-42	30
009 - PSICÓLOGO	1793	MARINA SOUTO FERREIRA	059.821.***-05	31
009 - PSICÓLOGO	2776	MÁRIO CÉSAR COELHO GOMES	047.277.***-08	32
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1792	MARISTELA HILLESHEIM	004.469.***-40	33
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2755	MICHELA LEMOS	016.360.***-08	34
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	558	MICHELE DA CRUZ RODRIGUES	010.538.***-99	35

Total: 35 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 8 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 09

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1742	MICHELLER KUNZ	067.170.***-78	1
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1338	NAIARA FERREIRA LEACINALEACINA	080.552.***-11	2
005 - FONOAUDIÓLOGO	2166	NAIARA VALENTIM GOMES	103.672.***-52	3
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	195	NATALIA FURTUNATO DE SOUSA	051.531.***-05	4
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	290	NATALIA LOPES DUARTE	073.637.***-59	5
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1976	NATALICIA MARGARIDA DE MEDEIROS LINHARES	020.378.***-82	6
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	810	NELSON PAIVA JÚNIOR	682.354.***-15	7
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2617	NICOLE DA ROSA	094.371.***-12	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	22	NICOLI GABRIELLE DE CAMPOS	094.988.***-95	9
005 - FONOAUDIÓLOGO	507	NICOLY FARIAS THIESEN	102.316.***-81	10
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2558	NICOLY RIBEIRO DOS SANTOS	112.103.***-08	11
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	223	NIVEA ALTHOFF DI PRÓSPERO	009.822.***-20	12
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1516	NORBERTO JOSÉ MURARO	046.367.***-00	13
009 - PSICÓLOGO	295	PAMELA SOUZA FRAGA	044.166.***-33	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1652	PATRICIA CRISTINE MACHADO	036.765.***-51	15
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1625	PATRICIA DE SOUZA RUTKOSKY	041.563.***-92	16
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	333	PATRICIA MARIA DE OLIVEIRA	011.734.***-12	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2444	PAULA EUGENIA NICHELLE	715.915.***-53	18
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2309	PAULA VERGINIA DE OLIVEIRA	055.120.***-05	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2836	PAULINA DE ESPINDOLA SOUZA	794.937.***-49	20
009 - PSICÓLOGO	1395	PEDRO BECKER ATHAYDE CIQUEIRA	066.484.***-47	21
005 - FONOAUDIÓLOGO	2599	PERLA DA SILVA KLEIN	000.043.***-03	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	671	RAFAELA APARECIDA FRANCISCO	089.891.***-18	23
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2059	RAFAELA DA SILVA	102.044.***-69	24
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2464	RAFAELA MARTINS FELISBERTO	110.895.***-10	25
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3107	RAFAELA SCHMITZ PETRI	004.344.***-07	26
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	248	RAQUEL CRISTINA CARDOSO	009.652.***-27	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	32	RAQUEL NUNES CORDEIRO	910.431.***-04	28
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3116	RENATA DA SILVA	007.796.***-24	29
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	130	RENATA DE SOUZA RODRIGUES	932.577.***-68	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 9 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia

Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 10

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2904	RENATA LETICIA DA SILVA GARCIA	811.012.***-44	1
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	763	RHAYSA JANAINA DE MARIA ROSALINA SOUZA GUEDES SCHEIDEMANTEL	071.183.***-96	2
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2475	RICARDO ALEXANDRE LOPES	014.432.***-41	3
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	232	ROBERTA GRAH	064.484.***-40	4
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1433	ROBERTO CARLOS GARCIA DA SILVA	508.924.***-78	5
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2729	RODRIGO DE SOUZA	045.808.***-46	6
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2584	RODRIGO ROSA DOS SANTOS	075.402.***-74	7
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1867	RONIO JOSÉ CAMPOS	907.486.***-82	8
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3145	ROSELEI SCHMITZ ABADÉ	748.801.***-15	9
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3071	ROSELI NILMA MARTINS DOS SANTOS	744.122.***-68	10
005 - FONOAUDIÓLOGO	394	SABRINA SCHMIDT MEDEIROS	079.847.***-10	11
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2622	SABRINA SILVA	101.832.***-35	12
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	714	SAMANTA MARTINS BROERING	110.331.***-79	13
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	323	SAMANTTA GABRIELA SCHULTZ LINDER	093.432.***-60	14
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2846	SAMARA DE FARIAS	102.267.***-57	15
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2209	SANDRA DE MELO	044.152.***-89	16
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1042	SANDRO SINESIO SOARES	837.465.***-68	17
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2554	SCHEILA MEIRA LOPES	080.609.***-67	18
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2754	SILVIA TEREZINHA MARQUES	054.929.***-43	19
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2258	SIMONE DE SOUZA SALA	818.562.***-87	20
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2981	SIMONE TORQUATO	036.784.***-05	21
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2596	SOLANGE BITTENCORT DE SOUZA	454.657.***-49	22
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1662	STÉFANY LUCAS DE SOUZA	105.462.***-03	23
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	211	SUELLEN ZURAUDE ABREU	057.170.***-18	24
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	531	TAÍZA LIAMARA BIAZUS DA SILVA	048.129.***-01	25
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2533	TAMIRES CAROLINE FRANÇA	070.425.***-69	26
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2520	TAMIRIS PACÍFICO	059.222.***-63	27
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2766	TANIA SCHARF VENTURA	037.593.***-13	28
009 - PSICÓLOGO	2793	TASSIANE DE BASTOS LOBORUK RICHETTI	073.448.***-00	29
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	163	TAYNA MARA COLLA	090.023.***-30	30
009 - PSICÓLOGO	1819	THAIS CORREIA LOPO	395.323.***-29	31
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	871	THAIS DA SILVA	116.789.***-07	32
009 - PSICÓLOGO	1100	THAÍS DUTRA ALVES FENNER	951.539.***-04	33
009 - PSICÓLOGO	796	THAIS ROSA MACIEL	046.676.***-76	34
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2629	THAMIRIS BEATRIZ HAMES	094.730.***-06	35
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	373	THATYELEM ESTHEFANY SALVADOR	101.864.***-19	36
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1552	THAYSE REGINA ABREU	091.040.***-61	37
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	3075	THUANY SCHMITT ZIMERMANN	073.540.***-37	38
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2798	VALDIR ANICETO PEREIRA JUNIOR	020.196.***-21	39
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1265	VALDIRENE FERREIRA DA SILVA	734.756.***-97	40
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1549	VALDIRENE PINTO RODRIGUES	884.169.***-20	41



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto, é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 10 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2112	VALERIA INACIO MACHADO	061.877.***-38	42
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2370	VALESKA DE SOUZA GOUVEIA	027.832.***-33	43
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2954	VANDERSON CARVALHO RAMOS	052.617.***-05	44
005 - FONOAUDIÓLOGO	867	VANESSA DA CUNHA	096.841.***-18	45
009 - PSICÓLOGO	2463	VANESSA MARIANA NASCIMENTO DE SOUZA TRINDADE	053.521.***-24	46
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	754	VÂNIA JÚLIA FERREIRA LEITE	088.237.***-00	47
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2722	VANIZIA DIAS BERNARDINO	005.824.***-01	48
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2736	VERA LUCIA ALVES	001.287.***-48	49
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	285	VERA LUCIA KUHLEN	023.765.***-86	50
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	927	VILMAR MARTINS JUNIOR	005.829.***-12	51
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1709	VINÍCIUS RAMOS DE PAULA	083.681.***-10	52
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	241	VITÓRIA CAROLINE DE JESUS SANTOS DA SILVA	113.262.***-16	53
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	844	VIVIAN NEQUINA FARIAS MEDEIROS	049.735.***-00	54
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1420	WDSOON DE ALVARENGA SIQUEIRA	094.557.***-05	55
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2171	WERONICA CRISTINA ENDER	045.458.***-00	56
012 - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2117	WILLIAM DOS SANTOS	034.624.***-51	57
009 - PSICÓLOGO	2802	ZÉLIA NASCIMENTO DE LIMA	795.553.***-53	58
015 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2827	ZULEICA NIENCHERT	030.288.***-51	59

Total: 59 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 11 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 11

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
019 - VIGIA	2469	ACKSOM BERTOTTO	073.541.***-75	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1520	ADAIANI GOULART TURNES	060.683.***-13	2
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2039	ADENIR SOARES	022.280.***-16	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1660	ADRIANA BIANCHINI	004.045.***-57	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1261	ADRIANA DE SOUZA	558.904.***-72	5
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2819	ADRIANE MARIA FOLSTER MIRANDA	032.207.***-74	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	551	ALESSANDRA QUINT PEREIRA	084.014.***-22	7
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2744	ALESSANDRA SCHMITZ	041.738.***-85	8
019 - VIGIA	2914	ALEXADRE JOSÉ ANTUNES	001.573.***-96	9
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1970	ALEXANDRA LEHMKUHL	019.322.***-80	10
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2921	ALEXANDRE JOSE LOPES GOMES	445.206.***-72	11
019 - VIGIA	2797	ALEXANDRE MARQUES RODRIGUES GOMES	997.658.***-63	12
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2824	ALINE DA SILVEIRA ZAVORNE	079.988.***-08	13
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2549	ALINE DOS SANTOS SCHURHAUS	078.253.***-57	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2864	ALINE GIOVANA STEIN	054.388.***-84	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2595	ALINE HINKEL	066.678.***-60	16
019 - VIGIA	2295	ALISSON DE ESPINDOLA	098.180.***-35	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	411	ALLAN MONTELONGO BOTELHO	078.587.***-38	18
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1759	ALMIR JOÃO CRISTIANO	983.478.***-68	19
019 - VIGIA	2902	ÁLVARO BARBOSA SANTOS	055.841.***-00	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	8	AMANDA APARECIDA LEMOS	086.412.***-84	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2404	AMANDA GONCALVES	078.695.***-80	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	866	AMANDA MACEDO	108.041.***-02	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	201	AMANDA THIESEN DUARTE	086.777.***-78	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1998	ANA BEATRIZ MEIYER	104.405.***-19	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1573	ANA BEATRIZ SPERBER	107.300.***-97	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	751	ANA CAROLINA DE NAZARÉ FERREIRA DA SILVA	009.202.***-52	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	228	ANA CAROLINA DE PINHO	074.725.***-52	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	239	ANA CAROLINA VICENTE	102.170.***-69	29
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1446	ANA CAROLYNA SPECK SANTOS LEAL	004.001.***-57	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 12 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 12

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2152	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	098.713.***-11	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1340	ANA CRISTINA STOLL	910.155.***-25	2
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1779	ANA GORETE GOULART DE OLIVEIRA	762.816.***-49	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	52	ANA JULIA BEPPLER	115.396.***-42	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	967	ANA PAULA ANDRIOTTI BLASCKESI FERNANDES	090.727.***-56	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	767	ANA PAULA SANTOS	085.094.***-00	6
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	376	ANA PAULA VIEIRA NUNES XAVIER	094.057.***-02	7
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2566	ANDERSON ANDRÉ DE ESPINDOLA	083.891.***-55	8
019 - VIGIA	1358	ANDERSON DE SOUZA	034.232.***-90	9
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	818	ANDRÉ FILIPE ABREU	049.905.***-18	10
019 - VIGIA	302	ANDREI SCHMOELLER	007.116.***-80	11
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1649	ANDREIA ROSANNE DOS SANTOS	025.900.***-14	12
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	170	ANDRESA ROSELI MARTINS	083.608.***-06	13
019 - VIGIA	1678	ANDREZA CRISTINA NUNES PEREIRA DA SILVA	055.356.***-13	14
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	539	ÂNGELA MARIA MONTEIRO CARANHA	652.094.***-20	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	155	ANGELISE DA SILVA	026.381.***-85	16
019 - VIGIA	494	ANTONIO CARLOS VAILATTE	987.440.***-20	17
019 - VIGIA	2941	AQUILES FERNANDES DA COSTA BERGER	274.264.***-05	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1869	ARIANE CARLA ADRIANO MAFRA	071.894.***-89	19
019 - VIGIA	1366	ARTHUR LUIS DA SILVA	054.744.***-22	20
019 - VIGIA	537	ARTHUR MARCILIO	080.859.***-50	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2063	ARTUR DA CUNHA RUFINO JUNIOR	255.395.***-93	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1051	BEATRIZ DA SILVA DUARTE	082.672.***-07	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1324	BEATRIZ DE SOUZA DOS SANTOS	133.121.***-69	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	398	BEATRIZ DOS SANTOS	077.031.***-26	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2247	BEATRIZ FERNANDA MACHADO	046.858.***-70	26
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2443	BEATRIZ SILVA LOURENÇO	091.507.***-70	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	972	BRUNA ALMEIDA ALVES	085.798.***-90	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	316	BRUNA CRISTINA MACHADO	060.163.***-86	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2953	BRUNA DA ROCHA MELLO	016.762.***-52	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 13 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 13

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2731	BRUNA EVELYN CUNHA	074.565.***-90	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1112	BRUNO GILBERTO FOLSTER	108.381.***-06	2
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2825	CAMILA MARTINS VIEIRA	054.915.***-80	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1369	CAMILLY REDIVO DA SILVA	059.629.***-89	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	428	CARINE DA SILVA	084.665.***-77	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	649	CARLA DO NASCIMENTO	103.615.***-06	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	884	CARLA PEREIRA GRAH TURNES	025.113.***-80	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3090	CARLA RIBEIRO DE SOUZA	068.021.***-55	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1868	CARLA TAIS JUTTEL OLIVERA	058.118.***-16	9
019 - VIGIA	1693	CARLOS ALBERTO SILVA	932.709.***-34	10
019 - VIGIA	2232	CARLOS ALEXANDRE VIEIRA	042.290.***-07	11
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1263	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	768.758.***-15	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	352	CARLOS EDUARDO HILLESHEIM MARTINS	087.234.***-01	13
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	1602	CARLOS EDUARDO MORAIS WOBETO	081.955.***-69	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1422	CAROLAYNE LOCH HINGHAUS	108.720.***-02	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3078	CAROLINE APARECIDA VIEIRA	113.347.***-27	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2949	CAROLINE DE ABREU DIAS	078.836.***-13	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1326	CAROLINY DA SILVA VENTURA	095.432.***-03	18
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2082	CELIA DA ROSA	051.762.***-67	19
019 - VIGIA	2590	CELIA MARIA LIMA DE OLIVEIRA	020.096.***-98	20
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	266	CESAR AUGUSTO CORREA	056.059.***-93	21
019 - VIGIA	1913	CHRISTIAN DE SOUZA	093.331.***-69	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1941	CIRO RIBEIRO GARCIA	124.779.***-42	23
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2168	CLAUDIA INACIO	098.279.***-84	24
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2911	CLAUDIANA DA SILVA FERREIRA	987.460.***-53	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	367	CLEIDE JOAQUIM PEREIRA	034.928.***-37	26
019 - VIGIA	2649	CLEONICE PRIGOLI HOLSBACH	034.087.***-78	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1220	CLODOALDO CRISPIM JOSÉ	030.819.***-93	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2106	CRISTIANE APARECIDA HOMEM	047.515.***-32	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2355	DAIANA MORGANA GONZAGA VENTURA	058.252.***-78	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 14 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 14

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3161	DAIANA ZITA DE ASSUNÇÃO	054.013.***-03	1
019 - VIGIA	2088	DAISI SALETE ALVES DE LIMA	910.482.***-53	2
019 - VIGIA	46	DANIEL DA SILVA KOERICH	096.366.***-77	3
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1119	DANIEL HACH	100.944.***-33	4
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2890	DANIELA DE ARAUJO DE FREITAS	004.197.***-47	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2157	DANILLO RIOS DE ABREU	113.143.***-70	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	827	DÉBORA APARECIDA KIRCHNER PICKLER	047.833.***-48	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2094	DÉBORA CRISTIANE E SILVA	044.773.***-06	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	911	DÉBORA GRAZIELA JOCHEM	071.370.***-11	9
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3057	DÉBORA SCALABRIN NASCIMENTO DE OLIVEIRA	998.171.***-44	10
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	1389	DEOCLESIO GONÇALVES RAMOS	963.575.***-15	11
019 - VIGIA	2810	DERLI ISAÍAS FERREIRA DE FRAGA	237.685.***-34	12
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1104	DIANA MARAGNO MINATTO	080.908.***-55	13
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2176	DIEGO CLÁUDIO DA SILVA	081.537.***-19	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	522	DIOGO PEREIRA DAS CHAGAS	056.547.***-42	15
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3125	DJALMO FERNANDES	398.998.***-91	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3159	DJONATA DE PINHO	094.677.***-07	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2740	DONAVAN FRANCISCO DE OLIVEIRA	108.068.***-96	18
019 - VIGIA	665	DOUGLAS JOSÉ SILVEIRA	051.577.***-18	19
019 - VIGIA	2712	DOUGLAS MANOEL DOS ANJOS	082.024.***-11	20
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2435	DOUGLAS VALTER SEVERINO	063.213.***-89	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1921	EDER CARLOS SOARES	008.027.***-09	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2551	EDIMARI BOEING FELIX	029.219.***-98	23
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	580	ÉDIO JOSÉ DA SILVA JUNIOR	073.554.***-02	24
019 - VIGIA	1321	EDUARDO CHAVES VIEIRA	081.695.***-64	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1854	EDUARDO CORDEIRO	037.562.***-16	26
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1931	EDUARDO RODENBUSCH	600.938.***-49	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1985	ELCIO DA SILVEIRA JUNIOR	091.001.***-56	28
019 - VIGIA	2148	ELEODORO ALVES DA COSTA	066.354.***-08	29
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3149	ELISABETE LUZIA	022.423.***-22	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 15 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 15

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2778	ELISANDRA MEYER	110.704.***-12	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2826	ELIZAMAR BARRETO	067.064.***-42	2
019 - VIGIA	865	ELIZEU ISAAC PINTO NUNES	008.628.***-37	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2691	ELOISE KIST HOSS	083.621.***-65	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2092	EMANUELLY FARIAS THIESEN	097.915.***-48	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2553	EMILLY ABEDALLA DA SILVA	069.356.***-00	6
019 - VIGIA	2151	ESMAELI DA SILVA REDONDO	068.716.***-23	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	981	ESTEFANY DA SILVA	117.524.***-08	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1390	ESTER RAMOS	017.467.***-78	9
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1749	EURIPEDES FULLIN BARCO	042.933.***-36	10
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1142	EZENIR TEREZINHA COELHO	033.365.***-55	11
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	868	EZEQUIEL PEDRO	096.829.***-01	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2952	FABIANA BRUCH DE LIMA	097.475.***-18	13
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1532	FABIANA KELLY GALIOTE	283.829.***-22	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1476	FABIANE APARECIDA REMPEL	014.061.***-35	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3064	FABIANNE ISRAEL WILLAIM FRANCISCO	017.308.***-64	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	934	FABIANO SOARES HENRIQUE	037.575.***-05	17
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2761	FÁBIO HACKE	018.480.***-27	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2086	FABIO MARIO RIEG VIANA	063.859.***-03	19
019 - VIGIA	2929	FABIO RICARDO GARCIA	691.403.***-04	20
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	807	FABIOLA SILVEIRA	040.827.***-57	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3123	FÁTIMA PEREIRA	048.113.***-42	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2570	FERNANDA CRISTINE GRAEBNER	090.652.***-23	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1629	FERNANDA KIRCHNER	088.663.***-01	24
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2689	FERNANDA MARLETE FERREIRA	046.925.***-76	25
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1542	FERNANDO ARRUDA ALVES	888.731.***-91	26
019 - VIGIA	1357	FERNANDO CIDADE GOMES	023.990.***-05	27
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2021	FERNANDO FRANCISCO DE SOUSA	041.327.***-03	28
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1026	FILIPPE DE FREITAS	071.448.***-51	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	307	FLAVIANE ELIAS	086.413.***-76	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 16 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 16

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	2170	FLORENTINO CHAVES	486.497.***-15	1
019 - VIGIA	486	FRANCIDALVA DE OLIVEIRA SILVA	917.319.***-68	2
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	136	FRANCINE MOREIRA KUHNEN	097.698.***-99	3
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1783	FRANCISCO ALMIR SANTANA	464.956.***-91	4
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	1294	FRANCISCO VALDIR JOAQUIM	094.401.***-60	5
019 - VIGIA	2046	GABRIEL CELSO DE SOUZA	104.758.***-98	6
019 - VIGIA	1925	GABRIELA DELMONDES ALENCAR CARDOSO	096.814.***-33	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3103	GABRIELA MELO FARIAS	016.168.***-05	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	961	GABRIELA SCHREIBER	086.252.***-20	9
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1866	GABRIELA VIEIRA NUNES	009.278.***-44	10
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	192	GABRIELLA DE SOUZA	041.476.***-70	11
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2974	GABRIELLY DO ROCIO DE SOUZA ZUELOW	075.607.***-89	12
019 - VIGIA	2672	GAVILAN AUGUSTO DE LIMA	224.626.***-49	13
019 - VIGIA	2730	GENIVAL CARVALHO VERAS	692.078.***-91	14
019 - VIGIA	1743	GENIVAL SANTOS DA ROCHA	001.042.***-22	15
019 - VIGIA	2013	GILSON JUSTEN	000.070.***-60	16
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1235	GIOVANA GIANNECCHINI	085.947.***-94	17
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2288	GIOVANI FERNANDES	008.792.***-05	18
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	81	GISELE STREHL	032.511.***-13	19
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1068	GLADIS KUHNEN VENTURA	068.884.***-14	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	210	GLADYS HELENA DA SILVA	031.317.***-92	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1960	GRACE SUELLEM MARTINS DE MOURA	032.956.***-97	22
019 - VIGIA	384	GRACIELE DE PAULA GARCIA DA SILVA	336.718.***-19	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3164	GREGORY BITTENCOURT CAPPELIN	028.367.***-79	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2747	GREICY KELLY PEREIRA	046.393.***-00	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2652	GUILHERME DE MELLO	070.564.***-74	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2325	GUSTAVO DA SILVA SCHUTZ	102.503.***-30	27
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2459	GUSTAVO DE SOUZA	085.219.***-62	28
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1008	HANNA BEATRIZ DA CUNHA	100.738.***-48	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1618	HEITOR HENRIQUE FREITAS	118.131.***-37	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 17 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 17

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3156	HELITON BORGES DUARTE	101.756.***-60	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	594	HELLYN MARIANA CLAUDIO	055.435.***-08	2
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1825	HELOISA DE ANDRADE BRICK	101.637.***-14	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1947	HEMERSON MONTEIRO	009.872.***-02	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	48	IGOR JORDÃO LOFI	102.272.***-32	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1770	IOHANA BARBOSA LIMA BERNARDES GADELHA	947.027.***-00	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3176	ISABELA TURNES	112.269.***-76	7
019 - VIGIA	1313	ISIS ENEDINA MARTINS	049.692.***-03	8
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2281	IVANILDA FERREIRA	026.408.***-83	9
019 - VIGIA	482	IVENS REGO	021.052.***-04	10
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1150	IZABEL ADÉLIA DE OLIVEIRA DA SILVA	043.530.***-85	11
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1105	JACI HELEODORO MARTINS	018.871.***-54	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2989	JACQUISON CLEVER DA ROSA	771.055.***-49	13
019 - VIGIA	2045	JAIR JOSE ALVES	714.284.***-20	14
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1663	JAIRO RODRIGUES BARBOSA	019.977.***-00	15
019 - VIGIA	1335	JAMES ALBERTO TELES DOS SANTOS	032.748.***-03	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	568	JAQUELINE KRAUS	061.935.***-00	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2408	JAQUELINE LEMES DE QUADROS	120.535.***-69	18
019 - VIGIA	2777	JARDEL KOERICH	932.301.***-10	19
019 - VIGIA	2434	JEFERSON GEOVANI SOARES	045.422.***-98	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2072	JEFERSON LUIZ DA SILVA	087.891.***-90	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	759	JEFFERSON CRAVO	041.433.***-48	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	286	JEFFERSON DOS SANTOS COSTA	102.346.***-62	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2979	JEISLE TOMALOK DE OLIVEIRA	129.402.***-73	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2631	JENIFER ANDRÉA GARCIA LOHN	084.685.***-11	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	989	JÉSSICA DE OLIVEIRA DA FONTOURA	033.115.***-06	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	246	JÉSSICA DO CARMO	101.704.***-77	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2707	JÉSSICA KATHRIYN DE BASTIANI	089.887.***-26	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3144	JÉSSICA PEREIRA DA SILVA	083.829.***-11	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	910	JESSICA SIQUEIRA VIEIRA DE OLIVEIRA	024.489.***-65	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 18 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 18

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
019 - VIGIA	709	JÉSSICA SUELEN DE VASCONCELLOS	086.591.***-63	1
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2402	JHULIENY CRISTINI VIEIRA	115.450.***-07	2
019 - VIGIA	2951	JOAO CARLOS NUNES TALAVITZ	395.356.***-78	3
019 - VIGIA	2502	JOÃO MAYCON DA SILVA LIMA	551.727.***-82	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2235	JOÃO PEDRO HINKE RAULINO	100.030.***-08	5
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	683	JOCELI MARTINS NUNES	741.665.***-15	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2270	JOEL PITZ	081.154.***-54	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2984	JOICE CRISTIANE DE SOUZA KAUL	063.324.***-16	8
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2414	JONATAS NUNES MEURER	033.197.***-48	9
019 - VIGIA	225	JORGE LUIS ROSSI	468.186.***-87	10
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1648	JOSÉ ANTÔNIO MORAES	116.633.***-50	11
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2298	JOSE FRANCISCO DOS SANTOS CONCEIÇÃO	772.188.***-59	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	787	JOSE HENRIQUE HULLER	109.645.***-35	13
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2774	JOSÉ NILTON MANGRICH	912.278.***-97	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	637	JOSÉ VITOR SANTANA	116.227.***-11	15
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2140	JOSIANE DA SILVA MEURER	025.446.***-75	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	296	JOSIANE MARIA DA SILVA	042.757.***-26	17
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1409	JOSINEIA DA SILVA	059.184.***-98	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	256	JOYCE KAROLINE GOMES	064.968.***-09	19
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1620	JUAN MEES SCHMITZ	075.435.***-35	20
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1563	JÚLIA VITÓRIA HEINZEN DE OLIVEIRA	106.815.***-96	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1088	JULIANA FENALI DA SILVA	053.594.***-38	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1722	JULIANA SCHMIDT	027.402.***-61	23
019 - VIGIA	653	JULIO CESAR GOMES	081.933.***-74	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	291	KAMILA SANTOS DAL PONT	114.719.***-60	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2862	KARHAN DA SILVA	104.415.***-44	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	146	KARIANA SOUZA SILVA BRANDELERO	041.247.***-86	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1530	KAROLINY DE OLIVEIRA	077.825.***-00	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1726	KATIA REGINA PITZ	947.419.***-53	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1004	KATIUCIA LUZIA WUNDERVALD	005.929.***-86	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 19 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 19

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1806	KAYNA OLIVEIRA BASTOS SPINA	006.940.***-57	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	516	KELLY THUANNY HUGEN RODRIGUES	091.830.***-28	2
019 - VIGIA	331	KENARD RODRIGUES SILVA	010.128.***-42	3
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2702	KLAITON DE CONTO MAURÍCIO	052.718.***-70	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1052	KRISTOFER TURNES DO CARMO	104.794.***-22	5
019 - VIGIA	1308	LAIZE SALVADOR	058.778.***-54	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1581	LARISSA BARBOSA LIMA BERNARDES	004.609.***-19	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1108	LARISSA FREITAS	104.356.***-93	8
019 - VIGIA	2938	LEANDRO TOMAZ LUIZ WILKE	008.464.***-32	9
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	990	LENIR MEURER	032.974.***-17	10
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2562	LENIR SCHMATZ ANGST	041.085.***-90	11
019 - VIGIA	2663	LEONARDO LIMA RODRIGUES	002.967.***-14	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2606	LEONARDO MARCONDES ESPÍNDOLA DA SILVA	059.675.***-29	13
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	133	LEONARDO PFLEGER	077.558.***-98	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1354	LEONIR BOTELHO LIMA	632.998.***-15	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2085	LETICIA LUCIA STEFFENS	077.834.***-21	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	705	LETICIA SOLANGE HOMEM SCHURHAUS	033.549.***-73	17
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2462	LIDIANY DE OLIVEIRA FRAGA	059.509.***-10	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	891	LILIAN BEATRIZ MACHADO	088.389.***-51	19
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	656	LILIANE DJAMILA CARNEIRO DOS SANTOS	041.021.***-77	20
019 - VIGIA	651	LINDAURA MARIA DA SILVA VIEIRA	687.820.***-20	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2020	LIVIA MARIA VIEIRA MANN	089.405.***-05	22
019 - VIGIA	1282	LORIVAL ESPINDOLA	560.799.***-15	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	171	LUANA CARMINATTI DE OLIVEIRA	094.862.***-22	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	939	LUANA MARTINS	034.485.***-52	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2563	LUCAS BITTENCOURT MARTINS	098.579.***-97	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2055	LUCAS QUINT	105.765.***-26	27
019 - VIGIA	2654	LUCAS REGINALDO RODRIGUES	125.733.***-21	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1627	LUCAS SCHWINDEN	100.146.***-54	29
019 - VIGIA	2287	LÚCIA MARA DA SILVA	912.555.***-53	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 20 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 20

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2679	LUCIANA TEREZINHA DA SILVA	047.293.***-78	1
019 - VIGIA	2359	LUCIANO DA SILVA	774.172.***-20	2
019 - VIGIA	3067	LUCIANO MACEDA	952.194.***-44	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1644	LUCINARA IRACEMA MUNIZ	078.945.***-60	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	122	LUCIRLEI MARI DE SOUZA	042.722.***-93	5
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3011	LUIS MIGUEL RIBEIRO OLIVEIRA	089.237.***-31	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	340	LUISA MACEDO	100.042.***-39	7
019 - VIGIA	1776	LUIZ ANTONIO DA SILVA SOUZA	624.304.***-53	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2920	LUIZ ANTÔNIO VIDAL FILHO	056.578.***-35	9
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	523	LUIZ ARTUR DOS SANTOS	079.261.***-57	10
019 - VIGIA	847	LUIZ CARLOS FREITAS	854.263.***-04	11
019 - VIGIA	2033	LUIZ CARLOS MACHADO JÚNIOR	092.838.***-79	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2644	LUIZ CLEBER PEREIRA DA ROSA	491.866.***-34	13
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	700	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS	032.869.***-00	14
019 - VIGIA	2543	LUIZ SILVEIRA FILHO	520.789.***-87	15
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	1198	MANOEL VICENTE FERNANDES	967.194.***-00	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2311	MANOELA JARDIM	939.263.***-53	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1716	MANOELLA CARDOSO LUDVIG	108.463.***-38	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	716	MANOLA MONN MARTINS	091.300.***-05	19
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1019	MÁRCIA DA SILVA	023.007.***-14	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	947	MARCO AURÉLIO DE CASTRO DUARTE	180.589.***-81	21
019 - VIGIA	1667	MARCONI RODRIGO MARTINS	045.138.***-12	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1194	MARCOS PAULO SILVA	005.471.***-06	23
019 - VIGIA	755	MARCOS VINICIUS SILVA SANTOS	864.518.***-76	24
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	532	MARIA ANGELITA WERSDORFER	897.786.***-34	25
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1271	MARIA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS	413.983.***-34	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2917	MARIA EDUARDA SILVS	104.302.***-45	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2365	MARIA EMILIA MOURA DA FONSECA	054.252.***-76	28
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1157	MARIA INES DIAS VOGES	022.582.***-48	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1064	MARIA JULIA LIMA	102.137.***-74	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 21 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 21

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1073	MARIA LÚCIA SIQUEIRA	025.685.***-09	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	153	MARIA LUIZA DA SILVEIRA	100.526.***-44	2
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2994	MARIA TEREZINHA MACHADO	463.374.***-53	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	673	MARIANA MEURER GARCIA	080.845.***-55	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	94	MARIANY OSORIO DA CUNHA	097.281.***-05	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	526	MARINA BROERING BORGES	088.886.***-58	6
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2710	MARINA ILIBIO GARCIA	087.809.***-25	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2577	MARINA LOPES GONÇALVES	020.581.***-47	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2703	MARIZA MEYER	074.553.***-30	9
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1182	MARTA DELLA ROCCA	477.648.***-00	10
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1566	MATEUS FERREIRA DO AMARAL	035.566.***-90	11
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1958	MATEUS WAGNER	089.689.***-42	12
019 - VIGIA	2536	MATHEUS ALVES DE LLIMA DA SILVA	092.622.***-56	13
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2155	MATHEUS LUCIANO OLIVEIRA	080.613.***-40	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	975	MATHEUS PEREIRA SCHMITZ	079.200.***-63	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	440	MATHEUS WANDERSON WEBER	089.474.***-14	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1839	MAURÍCIO ERNESTO DE SOUZA	178.752.***-48	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1771	MAURILIA DE LOURDES CAMPOS DOS SANTOS	692.393.***-53	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2861	MAYARA CRISTINA CAPISTRANO	072.989.***-90	19
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2410	MAYCON STEINBACH	037.321.***-29	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	668	MICHELE MARQUES CARDOSO	053.939.***-26	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	925	MICHELE LUISA TEIXEIRA	018.497.***-22	22
019 - VIGIA	1905	MIGUEL CAMPOLINO DA SILVA FILHO	032.368.***-60	23
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	615	MIGUEL DOS SANTOS	091.262.***-09	24
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1231	MIGUEL STANGE	101.196.***-03	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2970	MILENE DA SILVA DEGERING	049.931.***-10	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	118	MIRELA BRAZ	068.120.***-27	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3096	MIRELLA BITTENCOURT	041.015.***-73	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1460	MIRIA KEMPNER	070.749.***-00	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	805	MIRIAN LETICIA BELING	052.939.***-69	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 22 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 22

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2919	MÔNICA PIERINI DE MATOS	004.108.***-31	1
019 - VIGIA	2960	MUNIQUE BECARI LIMA	085.542.***-01	2
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2357	NATALIA APARECIDA VILVERT	100.042.***-00	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	581	NATÁLIA MARCOS DA SILVA	103.109.***-37	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2925	NATÁLIA VENTURA BECKER	100.050.***-90	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2200	NATHALY TATIANE DE SOUZA	106.532.***-18	6
019 - VIGIA	2796	NICOLAS DE LIMA BUTKA	086.798.***-76	7
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3073	NICOLE APARECIDA MACARIO BARTH	117.893.***-03	8
019 - VIGIA	2653	NÍZIA KNIES KOERICH	031.229.***-75	9
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	3061	OBEDE DA COSTA ALVES	370.621.***-91	10
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1205	OSVALDO DA SILVA	008.270.***-82	11
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1932	OZIEL MORGAN	027.417.***-13	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2150	PATRICIA DO NASCIMENTO	052.697.***-54	13
019 - VIGIA	1167	PATRICIA JULITA VIEIRA	046.798.***-20	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1159	PATRICIA MARIA LOSTADA	025.255.***-90	15
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2555	PATRICIA NATALIA FIRMINO	074.722.***-55	16
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2182	PATRICIA OSNILDA LEONEL	039.101.***-21	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2145	PATRICIA SILVA DOS SANTOS FIDENCIO	085.908.***-71	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	447	PAULA REGINA DE ESPINDOLA	059.242.***-59	19
019 - VIGIA	2882	PAULO CESAR BARREIRA	053.788.***-12	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	422	PAULO VITOR DE SOUZA	100.195.***-43	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1989	PEDRO HENRIQUE BRAND FERREIRA	105.596.***-08	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2049	PETRUS INÁCIO SILVA MACHADO	019.404.***-65	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1505	POLIANA SILVINO	065.831.***-03	24
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2547	PRISCILA BRANDAO SILVA	074.887.***-36	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3058	PRISCILA DOS SANTOS JUPPA	068.685.***-22	26
019 - VIGIA	1741	RAFAEL JULIANO DA ROSA	004.413.***-05	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	39	RAFAELA ELECI MARTINS	100.491.***-82	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1773	RAFAELA HELENA BRUCHADO	095.411.***-22	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2604	RAFAELA PEREIRA DE VARGAS	034.181.***-21	30

Total: 30 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 23 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 23

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2043	RAUL RODRIGO CHAVES	319.851.***-05	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3027	REBECA DE ABREU MARTENDAL	100.146.***-00	2
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1689	REGINALDO ERMENSON PEREIRA	769.865.***-15	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1614	RENAN JOAQUIM MARTINS	110.593.***-81	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3086	RENATA DA ROSA	061.877.***-85	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2944	RENATO MARQUES DA SILVA	961.973.***-87	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1469	RENATO SEBASTIÃO MENEZES DA SILVA	035.612.***-63	7
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	860	RITA DE CASSIA KOERICH	066.273.***-09	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1109	RITA FERNANDA LEÃO MARQUES	001.211.***-18	9
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2694	ROBERTHA CALDAS DE FREITAS	051.753.***-07	10
019 - VIGIA	2031	ROBSON FERREIRA DAS NEVES	045.297.***-51	11
019 - VIGIA	2900	RODRIGO MARCELO MACHADO	007.384.***-20	12
019 - VIGIA	2767	RODRIGO BENTO VIANA	053.547.***-42	13
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3020	RODRIGO FARIAS	078.684.***-70	14
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2111	RODRIGO JAIME DA SILVEIRA	060.799.***-00	15
019 - VIGIA	2097	RODRIGO LUIZ DA SILVA	008.147.***-17	16
019 - VIGIA	2868	ROGERIO ANDERLE	918.471.***-63	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3015	ROSALBA ZÉLIA MACHADO	025.155.***-44	18
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2959	ROSANA APARECIDA ALVES	112.842.***-86	19
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	364	ROSANE VALMIRA MARIANO DE ESPINDOLA	784.877.***-34	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2870	ROSÂNGELA MARIA BARBOSA	335.778.***-00	21
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1215	ROSELI DOS SANTOS COSTA	845.999.***-72	22
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	479	ROSEMARI FIDELIS RIBEIRO	016.448.***-17	23
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1833	ROSETE WEBER KUHNEN	020.899.***-44	24
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	42	ROSILDE LOCH	845.717.***-72	25
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1482	ROSIMERE WERLICH DE FARIAS	017.237.***-09	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	514	RUAN PEDRO DA SILVA	101.156.***-12	27
019 - VIGIA	1259	RUBENS NASCIMENTO SILVA	342.395.***-04	28
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1386	SABRINA HOFFMANN	064.968.***-37	29
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	261	SABRINA PEDROZO RODRIGUES	100.043.***-30	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto, é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 24 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 24

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2592	SALETE WERLICH	032.544.***-01	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	758	SAMARA KOERICH	094.730.***-95	2
019 - VIGIA	1680	SANDRA MARGARIDA MONTEIRO MENEGHELLI	578.327.***-68	3
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1811	SARA DE SOUZA OLIVEIRA	035.541.***-29	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2254	SARAJANE HASS MEURER	082.989.***-54	5
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1703	SCARLETH KAROLAIN DE BRITO AUGUSTIN	140.909.***-86	6
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1567	SELMA MARIA PONTES	043.662.***-10	7
019 - VIGIA	1227	SERGIO MARTINS	222.689.***-34	8
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	908	SÉRGIO MURILO DE MATTOS FILHO	100.083.***-48	9
019 - VIGIA	2517	SÉRGIO MURILO FERREIRA	798.737.***-72	10
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2965	SILEZIA DA SILVA MACHADO	059.871.***-67	11
019 - VIGIA	3171	SILVIA DOS SANTOS	040.788.***-04	12
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1538	SIRLEI REJANE VALE BITTENCOURT	455.590.***-68	13
019 - VIGIA	80	SIRLENE PAVANATI	059.876.***-41	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1875	SOLANGE CORRÊA PEREIRA	021.099.***-00	15
019 - VIGIA	3117	SOLANO BRUNO MASSOCHIN DA SILVA	108.978.***-75	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1981	STEFANIE CRISTINI VIEIRA	098.568.***-40	17
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3038	STEFFANY ARAUJO DE FREITAS	089.891.***-64	18
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1539	SUELEM SEBBEN	088.629.***-82	19
019 - VIGIA	2278	TALITA DUTRA PROGÊNIO	011.789.***-40	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	833	TAMARA SOUSA ESCOUTO	059.052.***-04	21
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2806	TAYNARA ZENIR MARTINS	067.941.***-35	22
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	2193	TERI OSVALDO BOCHILOF JUNIOR	039.612.***-60	23
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2840	THAIANE LOURDES MACHADO	095.007.***-52	24
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2910	THAISE RODRIGUES	069.042.***-04	25
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2036	THAYARA SOARES KNIES	064.277.***-08	26
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	689	THAYSE SOARES STEINBACH	114.218.***-35	27
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3008	THIAGO CARLOS FERREIRA	054.938.***-29	28
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1576	THIAGO RACHADEL	070.350.***-17	29
019 - VIGIA	1317	THYAGO RAMOS MATTOS	008.523.***-95	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 25 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Anísio Vicente de Freitas

Rua João Jacinto Machado, n.º 478
Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 25

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1033	TIAGO CONSTANTE FERREIRA	094.557.***-03	1
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2546	TOBIAS RIBEIRO GARCIA	100.069.***-00	2
019 - VIGIA	3056	TONY JUPPA	044.406.***-08	3
016 - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	996	TONY LUIZ DA SILVA	817.263.***-20	4
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1502	TUANY SILVANA DA SILVA	082.414.***-07	5
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	2279	VALCI FERREIRA DE SOUZA	927.528.***-06	6
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	647	VALDIRENE HEINZ	045.939.***-26	7
019 - VIGIA	2252	VALDOMIRO CHAGAS DA SILVA	009.492.***-33	8
019 - VIGIA	1028	VALERIO BAGATOLI	733.109.***-00	9
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2060	VANDRESA BRÖERING	125.466.***-88	10
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1944	VANESSA BROERING	100.065.***-02	11
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	138	VANESSA NASCIMENTO	053.897.***-12	12
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2276	VERA REGINA DOS PASSOS BEZ BATI	667.723.***-72	13
018 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - COVEIRO	2786	VICTOR HUGO OLIVEIRA PADILHA	125.231.***-71	14
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2169	VINICIUS PEREIRA DA SILVA	069.487.***-37	15
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	1979	VITOR AQUINO LINHARES	898.397.***-00	16
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2507	VITÓRIA GISELE WILL PEDRO	101.415.***-30	17
017 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	3040	VIVIANA JOSÉ	078.947.***-88	18
019 - VIGIA	3124	WAGNER PAES FIGUEIREDO	008.347.***-73	19
019 - VIGIA	2399	WAGNER PEREIRA NOGUEIRA	069.114.***-42	20
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1230	WANESSA MARIA MIRANDA	059.825.***-79	21
019 - VIGIA	731	WILLIAN KENNEDY PANSTEIN	071.746.***-82	22
019 - VIGIA	2130	YASMIM SCHMITZ	101.215.***-08	23
010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1731	YASMIN CRISTINA DA SILVA	010.677.***-80	24

Total: 24 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 26 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min**

SALA 26

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1565	ADAIR JOÃO RACHADEL AROUCA	077.566.***-06	1
003 - ENFERMEIRO	2481	ADRIANA MARTINS	023.612.***-03	2
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	530	ADRIANO DA ROSA	867.222.***-15	3
003 - ENFERMEIRO	3140	ADRIANO MENDES SOARES	034.433.***-98	4
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3054	ADRIELLI APARECIDA WESTERLON	051.197.***-28	5
003 - ENFERMEIRO	2775	ALBERT DO ESPIRITO SANTO	004.215.***-75	6
004 - FARMACÊUTICO	1637	ALECKSSANDRA BECKER	026.536.***-60	7
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2664	ALEX FRANCISCO FOLSTER	051.396.***-71	8
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2238	ALEX VELASCO	159.463.***-06	9
004 - FARMACÊUTICO	2047	ALEXANDRE PICCININI	000.222.***-41	10
002 - ODONTÓLOGO	2001	ALEXANDRO DOS SANTOS VIEIRA	968.513.***-25	11
003 - ENFERMEIRO	584	ALINE ANA GALDINO	062.697.***-28	12
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1517	ALINE CRISTINA BERTON	010.006.***-89	13
003 - ENFERMEIRO	1190	ALINE CRISTINA DA ROSA	047.445.***-60	14
003 - ENFERMEIRO	1206	ALINE DA SILVA DAMÁSIO	095.017.***-73	15
002 - ODONTÓLOGO	1880	ALINE GALIAZZI	779.946.***-34	16
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2770	ALINE MARIA DE SOUZA MARIANO	053.084.***-28	17
004 - FARMACÊUTICO	1748	ALINE MEDEIROS CARDOSO SILVEIRA	048.769.***-63	18
003 - ENFERMEIRO	2	ALITA FLORITA DIAS	084.915.***-85	19
003 - ENFERMEIRO	1193	AMABILE MEURER	096.668.***-17	20
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3185	AMANDA BENTO PESSOA DE SÁ	069.850.***-59	21
003 - ENFERMEIRO	366	AMANDA DA SILVA	089.556.***-13	22
003 - ENFERMEIRO	1233	AMANDA DE SOUZA VIEIRA	093.973.***-66	23
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3042	AMANDA FARIA CERQUEIRA	076.271.***-18	24
003 - ENFERMEIRO	2523	AMANDA KETLUIN FRANCISCO SENA	075.019.***-13	25
004 - FARMACÊUTICO	1537	ANA CLARA LETZOV BRATTIG	057.127.***-01	26
003 - ENFERMEIRO	1048	ANA CRISTINA MIRANDA	051.810.***-42	27
003 - ENFERMEIRO	2102	ANA FLÁVIA BARCELOS	092.553.***-23	28
003 - ENFERMEIRO	114	ANA FLÁVIA PRIM	091.200.***-99	29
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2708	ANA LUIZE FRONZA	089.848.***-50	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 27 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 27**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
002 - ODONTÓLOGO	1853	ANA MARIA WOLOWSKI CALDEIA	052.760.***-32	1
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2639	ANA PAULA MARTENDAL	102.441.***-94	2
003 - ENFERMEIRO	2746	ANA PAULA SILVA DE SOUZA	738.542.***-15	3
002 - ODONTÓLOGO	2662	ANALU SPARREBERGER MANEA	005.523.***-16	4
002 - ODONTÓLOGO	281	ANDERSON FRANÇA DA COSTA	008.167.***-61	5
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3168	ANDRE FILIPE COELHO	079.332.***-59	6
003 - ENFERMEIRO	3177	ANDRÉ FILIPE FERREIRA	097.827.***-59	7
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1525	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS	040.845.***-50	8
003 - ENFERMEIRO	270	ANDRÉA SOUZA BASTOS	088.990.***-35	9
002 - ODONTÓLOGO	97	ANDRÉIA CLARA NAZÁRIO	019.759.***-64	10
003 - ENFERMEIRO	2413	ANDRESSA FERREIRA DA SILVA	113.258.***-50	11
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1503	ANDREZA CHAVES	087.271.***-06	12
003 - ENFERMEIRO	2992	ANDREZA DUARTE	078.316.***-62	13
004 - FARMACÊUTICO	2339	ANELISE DA SILVEIRA	089.746.***-48	14
003 - ENFERMEIRO	254	ANGELITA PEREIRA SOARES MARTINS	051.354.***-81	15
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2306	ANI ZOCCOLI	042.783.***-51	16
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2569	ARLINDO CORRÊA NETO	063.912.***-45	17
004 - FARMACÊUTICO	1766	ARTUR RAMOS LIMA	063.342.***-00	18
002 - ODONTÓLOGO	633	AYTAN MACHADO AZEVEDO	036.503.***-70	19
003 - ENFERMEIRO	20	BÁRBARA MOHR DA SILVEIRA	095.357.***-90	20
002 - ODONTÓLOGO	2701	BÁRBARA PRATES PADILHA	054.752.***-05	21
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2670	BEATRIZ CARLOTA DOS SANTOS CABRAL	103.271.***-27	22
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2422	BEATRIZ DOS SANTOS DOMICIANO SILVA	117.298.***-40	23
004 - FARMACÊUTICO	1025	BERNARDO ADADA SELL	038.815.***-23	24
003 - ENFERMEIRO	1170	BRUNA CARDOSO LEAL	076.029.***-43	25
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2557	BRUNA DE SOUSA	093.912.***-06	26
003 - ENFERMEIRO	2472	BRUNA PAIVA HESS	081.832.***-60	27
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2514	BRUNNA FARIAS SCHTZ	114.177.***-42	28
002 - ODONTÓLOGO	2129	BRUNNA TAFFAREL DE CESAR	030.908.***-81	29
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	250	BRUNO FAGUNDES BAPTISTA	390.298.***-27	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 28 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 28**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
002 - ODONTÓLOGO	596	CAMILA DELLA ROCCA	101.477.***-60	1
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	564	CAMILA FERREIRA DA SILVA	077.565.***-77	2
004 - FARMACÊUTICO	103	CAMILA KRAUS	079.065.***-78	3
003 - ENFERMEIRO	2966	CAMILA SANCHES MARQUES	067.692.***-78	4
003 - ENFERMEIRO	2933	CAMILA SIMAS	098.712.***-10	5
003 - ENFERMEIRO	3102	CARINE FERREIRA	087.443.***-89	6
003 - ENFERMEIRO	1640	CARLA DE MATOS	008.097.***-02	7
003 - ENFERMEIRO	3072	CARLA SOUSA GUEDELHA	015.302.***-93	8
003 - ENFERMEIRO	1138	CAROLINA MARTINS SCHMITT	086.338.***-07	9
002 - ODONTÓLOGO	1485	CAROLINE APARECIDA BRANCO	009.588.***-39	10
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1654	CAROLINE CASTILHO DA SILVA THIESEN	008.630.***-67	11
003 - ENFERMEIRO	2406	CAROLINE POLETTI FAVERO	071.057.***-40	12
003 - ENFERMEIRO	466	CEZAR ANSELMO ANDREAZZI	036.955.***-08	13
002 - ODONTÓLOGO	2709	CHAIANY ROSANIA DE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	049.295.***-22	14
003 - ENFERMEIRO	247	CIBELE DAVILA KRAMER CAVALCANTI	071.400.***-86	15
003 - ENFERMEIRO	159	CINDY DA SILVEIRA	098.431.***-00	16
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1954	CLAITON GOBEL FILHO	088.223.***-69	17
003 - ENFERMEIRO	2438	CLARISTELA DA CUNHA POLETTI	436.680.***-34	18
002 - ODONTÓLOGO	2371	CLAUDIA PATRÍCIA SANTOS DE OLIVEIRA	631.189.***-20	19
003 - ENFERMEIRO	2302	CLAUDIA RAMOS GONÇALVES	070.691.***-64	20
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	369	CLAUDINEI ADUCIO PEREIRA	024.587.***-85	21
004 - FARMACÊUTICO	2027	CLAUDIOMIRO NUNES XAVIER	574.287.***-00	22
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2565	CLEBER FLORES GARCEZ	002.847.***-00	23
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2881	CRISTIANO PERONDI	041.142.***-95	24
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	126	DAIANE DE FATIMA RIBEIRO DE CASTILHO	084.606.***-18	25
003 - ENFERMEIRO	2488	DAIANY PIANEZZER DE SOUZA LAPAZINI	053.976.***-67	26
004 - FARMACÊUTICO	3173	DALETH WALKIRIA VANDERLINDE	250.154.***-01	27
002 - ODONTÓLOGO	2266	DALVA ISABEL DE ARAÚJO PACHECO	591.595.***-00	28
003 - ENFERMEIRO	2024	DANDIRAALVES DA INHAIA DEBONA	789.557.***-91	29
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1675	DANIELA BATISTA	004.043.***-26	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto, é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 29 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 29**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
003 - ENFERMEIRO	747	DANIELA DE FARIAS RUDIGER	087.435.***-88	1
003 - ENFERMEIRO	2513	DANIELA DUARTE DA SILVA	072.922.***-58	2
003 - ENFERMEIRO	1163	DANIELA MEDEIROS DOS SANTOS	047.779.***-85	3
003 - ENFERMEIRO	488	DANIELY MONTEIRO CRUZ	018.388.***-64	4
003 - ENFERMEIRO	388	DANNYELLY DE KASSIA COLLINS SILVA	044.515.***-24	5
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2452	DAVID ÁTILA MARANHÃO CAPISTRANO	040.849.***-06	6
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1106	DAVID SOARES NORONHA MENDONÇA	057.621.***-99	7
003 - ENFERMEIRO	1428	DAYANA MAYER	101.903.***-25	8
003 - ENFERMEIRO	2116	DAYANE CRISTINA DE MELO DOIS SANTOS	080.573.***-39	9
003 - ENFERMEIRO	13	DAYANE DA ROCHA	041.684.***-05	10
002 - ODONTÓLOGO	1	DAYARA KELLYN SEIDLER	091.265.***-06	11
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2015	DEIVID ADRIANO	083.532.***-82	12
003 - ENFERMEIRO	1632	DIANA PETRY FLORES	108.259.***-26	13
003 - ENFERMEIRO	2078	DIANA SÔNIA EUSÉBIO	100.494.***-40	14
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2852	DIEGO CANDIDO COELHO	070.966.***-20	15
002 - ODONTÓLOGO	1214	DIEGO LEONARDO DE SOUZA	082.852.***-78	16
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2808	DIEGO RODRIGUES FERREIRA	062.087.***-86	17
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2915	DIOGO ESPÍNDOLA REDIVO	055.608.***-92	18
003 - ENFERMEIRO	1686	DJOSI VIEIRA	074.550.***-08	19
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	164	DOUGLAS ROSA DA SILVA	086.426.***-16	20
003 - ENFERMEIRO	2296	EDILSON DA SILVA SANTOS	746.975.***-15	21
002 - ODONTÓLOGO	2711	EDIVALDO SANTOS BRITO	009.653.***-12	22
003 - ENFERMEIRO	2985	EDNA CARLA PEREIRA	037.170.***-39	23
002 - ODONTÓLOGO	2407	EDNIR LUPPI FILHO	057.739.***-28	24
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2190	EDSON NAZARENO JUSTEN	764.159.***-04	25
002 - ODONTÓLOGO	2575	EDUARDA COELHO GUCKERT	092.374.***-85	26
002 - ODONTÓLOGO	25	EDUARDO MADALOSSO LAVARDA	830.019.***-04	27
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	35	EDVALDO SANDRIN MACIEL FREITAS	081.359.***-00	28
003 - ENFERMEIRO	208	ELANIA VERONICA ARAUJO DA SILVA	017.930.***-32	29
003 - ENFERMEIRO	2678	ELENITA APARECIDA DA ROSA	028.806.***-43	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 30 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 30**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
003 - ENFERMEIRO	2420	ELIANE ILSA DE FARIAS	053.259.***-59	1
003 - ENFERMEIRO	824	ELIANE RAQUEL KOERICH	052.350.***-50	2
003 - ENFERMEIRO	2458	ELIARA ARAMBURU	826.385.***-49	3
004 - FARMACÊUTICO	3035	EMANUELA TECHIO	056.047.***-41	4
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2656	EMILY ISADORA VENTURA	081.656.***-79	5
004 - FARMACÊUTICO	2986	ERICSON ALCANTARA	258.333.***-57	6
002 - ODONTÓLOGO	1949	EVALDO MONTEIRO	021.748.***-84	7
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2428	EVILASIO NICOLAU MARTINS	040.388.***-02	8
003 - ENFERMEIRO	3129	FABIANA COSTA MEDEIROS	964.380.***-68	9
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2461	FABIANE KLOPPPEL	033.855.***-07	10
003 - ENFERMEIRO	3131	FABIOLA DA SILVA	004.607.***-89	11
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3005	FABRICIO LOCH	094.748.***-70	12
003 - ENFERMEIRO	919	FABRICIO VENTURINI	004.736.***-38	13
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2158	FELIPE BRITTES	053.084.***-40	14
002 - ODONTÓLOGO	1704	FERNANDA BARROS DE OLIVEIRA	033.767.***-06	15
003 - ENFERMEIRO	460	FERNANDA HOFFMANN	076.252.***-92	16
002 - ODONTÓLOGO	3153	FERNANDA MARIA DOS SANTOS	006.110.***-07	17
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	930	FERNANDO RENEE COELHO	091.106.***-81	18
003 - ENFERMEIRO	843	FILIPE DEVALDE DE SOUZA	047.416.***-31	19
003 - ENFERMEIRO	1224	FILIPE KOERICH	077.039.***-05	20
002 - ODONTÓLOGO	43	FILIPE ROCHA BARRIONI	058.412.***-50	21
003 - ENFERMEIRO	806	FLÁVIA COELHO RACHADEL	063.984.***-99	22
002 - ODONTÓLOGO	948	FLAVIA FERREIRA ZANONI HACKRADT	028.178.***-11	23
003 - ENFERMEIRO	2942	FRANCIELI GOULART DA ROSA	056.012.***-11	24
003 - ENFERMEIRO	736	FRANCIELLE GONÇALVES MORGAN	066.780.***-07	25
003 - ENFERMEIRO	2963	FRANCINY DA SILVA	102.199.***-70	26
003 - ENFERMEIRO	750	FRANCISMARA DA ROSA	019.714.***-93	27
002 - ODONTÓLOGO	377	FRAYNI JOSLEY ALVES CELESTINO	071.258.***-86	28
003 - ENFERMEIRO	3112	FREDERICO ERICK NASCIMENTO SILVA	085.311.***-58	29
003 - ENFERMEIRO	469	GABRIELA BEIMS GAPSKI	064.094.***-01	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 31 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 31**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2118	GABRIELA DA SILVA	037.942.***-52	1
002 - ODONTÓLOGO	1286	GABRIELA PONTES DA SILVA	059.667.***-99	2
003 - ENFERMEIRO	1127	GABRIELA SEBOLD	103.640.***-02	3
003 - ENFERMEIRO	2594	GABRIÉLI DE AZEVEDO DOS SANTOS	008.127.***-99	4
003 - ENFERMEIRO	2449	GEOVANA DIAS	076.272.***-89	5
003 - ENFERMEIRO	2884	GEOVANA PFLEGER	089.457.***-65	6
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1547	GEOVANA ZIMERMANN	113.494.***-48	7
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1490	GEOVANI JOSÉ GHIZONI	711.635.***-91	8
002 - ODONTÓLOGO	1710	GEOVANNA DA SILVA NASCIMENTO	152.016.***-90	9
003 - ENFERMEIRO	2958	GERSON LUIZ MARAFIGA DA SILVA	512.635.***-68	10
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	354	GESSICA DE SOUZA	074.974.***-04	11
003 - ENFERMEIRO	3025	GÉSSICA MARTINS	101.665.***-75	12
003 - ENFERMEIRO	2637	GISELE CAMPOS DE OLIVEIRA	906.021.***-15	13
003 - ENFERMEIRO	1342	GISELE DE CACIA DE SOUZA	007.225.***-02	14
003 - ENFERMEIRO	1343	GISELE ILEDIR DA SILVEIRA	053.322.***-25	15
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2794	GISLAINE MATTOS	094.774.***-92	16
002 - ODONTÓLOGO	2018	GIULIA ORTIGARA BORTOLINI	023.379.***-69	17
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	721	GRAZIELA DE ABREU PITZ	026.117.***-55	18
003 - ENFERMEIRO	2964	GRAZIELLE APARECIDA NASCIMENTO STRACQUADANIO	904.061.***-25	19
003 - ENFERMEIRO	2567	GREIZE REGINA FERREIRA DUARTE	030.138.***-08	20
002 - ODONTÓLOGO	11	GUILHERME FARGNOLI RIBEIRO	030.814.***-08	21
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1570	GUILHERME JAIR DA SILVA	068.416.***-00	22
002 - ODONTÓLOGO	2054	GUILHERME PENAFORTE	103.444.***-55	23
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1018	GUSTAVO PACHECO SETUBAL	079.154.***-30	24
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1374	HALEXIA VIDAL	114.425.***-00	25
003 - ENFERMEIRO	1461	HELEN MARIA CRUZ DE FREITAS	625.252.***-00	26
002 - ODONTÓLOGO	2119	HELOISA CARDOSO MARTINS	364.879.***-04	27
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2372	HUGO MARTINS DA ROSA	024.628.***-62	28
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	356	HUGO TOMAZ DE CARVALHO	135.826.***-27	29
002 - ODONTÓLOGO	885	IHAN VITOR CARDOSO	070.841.***-57	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 32 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 32**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
003 - ENFERMEIRO	276	INDIANARA FERREIRA	107.877.***-80	1
003 - ENFERMEIRO	301	INÊZ RODRIGUES SPERBER	082.749.***-59	2
002 - ODONTÓLOGO	414	INGRID RICKEN BELMIRO	102.227.***-50	3
002 - ODONTÓLOGO	2704	IURI SALVADOR MARTINS	034.241.***-97	4
003 - ENFERMEIRO	1943	IVANA DE JESUS DE SOUZA	685.652.***-00	5
003 - ENFERMEIRO	508	IVETE DA SILVA PINHEIRO	006.413.***-35	6
003 - ENFERMEIRO	1983	IZABOUR Gobel	087.907.***-96	7
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2849	JACSON FRANCISCO	588.035.***-72	8
003 - ENFERMEIRO	336	JAIANE MARIA SCHURHAUS	089.535.***-89	9
003 - ENFERMEIRO	1207	JANAINA LIMA	012.825.***-01	10
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2241	JANAÍNA MARIA DE FREITAS MELO	067.592.***-38	11
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	536	JEFFERSON DA SILVA	008.518.***-60	12
002 - ODONTÓLOGO	1858	JENNIFER MATOS MENDES	094.399.***-31	13
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2657	JÉSSICA CAROLAINY KOERICH	096.661.***-95	14
003 - ENFERMEIRO	257	JESSICA MEURER FERREIRA	085.108.***-38	15
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1708	JHULIANO DEMETRIO	109.064.***-22	16
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2999	JOÃO ROBERTO LOCATELI	365.375.***-00	17
002 - ODONTÓLOGO	2721	JOAQUIM GABRIEL DE ANDRADE COUTO	080.121.***-23	18
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	131	JOCINEIA ADRIANA MASSING	060.227.***-60	19
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2415	JONAS ALFREDO	033.747.***-05	20
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1203	JONNY MARINHO DE SOUZA	065.399.***-33	21
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2838	JOSÉ FERNANDO PRUCH DA SILVA	081.775.***-82	22
003 - ENFERMEIRO	639	JOSEANE DA COSTA SCHVEITZER	057.833.***-32	23
003 - ENFERMEIRO	499	JOSIANE APARECIDA KLOEPEL BORTOLI	028.985.***-97	24
003 - ENFERMEIRO	2121	JOSIELE MAYURE DA SILVA	098.112.***-60	25
003 - ENFERMEIRO	2625	JOSILENE FERREIRA ARAUJO CARDOSO	846.076.***-91	26
003 - ENFERMEIRO	1760	JOSUÉ JONILDO FLORIANO	084.635.***-28	27
003 - ENFERMEIRO	2752	JOSUÉ PRIGOLI	047.084.***-43	28
003 - ENFERMEIRO	2349	JOZIARA SCHEIBLER	667.910.***-15	29
003 - ENFERMEIRO	2477	JULIA MARTINS DA SILVA	085.609.***-01	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 33 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 33**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
002 - ODONTÓLOGO	811	JÚLIA MICHELS	009.913.***-37	1
002 - ODONTÓLOGO	2394	JULIANA BORGES MÜLLER	066.857.***-31	2
002 - ODONTÓLOGO	2430	JULIANA DUARTE DE ALMEIDA	046.538.***-08	3
003 - ENFERMEIRO	3118	JULIANA MASSIGNANI JACQUES	091.656.***-88	4
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1700	JULIANA MORAES DOS SANTOS	110.270.***-97	5
003 - ENFERMEIRO	889	JULIANA NUNES LEAL CARDOSO	010.123.***-39	6
003 - ENFERMEIRO	2093	JULIANA SA DE CASTRO	105.853.***-89	7
003 - ENFERMEIRO	858	JULIETE COELHO GELSLEUCHTER	070.451.***-05	8
003 - ENFERMEIRO	1472	JULIO DA SILVA CARDOSO JÚNIOR	083.716.***-82	9
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2142	JUSSIE ADEMAR BARCELOS	053.709.***-27	10
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2751	KAMILA TURNES	091.403.***-40	11
002 - ODONTÓLOGO	2611	KARIN BERRIA TOMAZELLI	062.792.***-12	12
002 - ODONTÓLOGO	357	KARIN YURICA COLOMBO KULYK	050.993.***-61	13
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2844	KARINA DE SOUZA	103.861.***-71	14
003 - ENFERMEIRO	2348	KARLA PATRÍCIA DE SOUZA	889.731.***-15	15
003 - ENFERMEIRO	2571	KAROLINE ESPINDOLA	056.356.***-40	16
003 - ENFERMEIRO	2781	LARISSA RIZZI SOUZA DE OLIVEIRA	071.042.***-25	17
003 - ENFERMEIRO	90	LAYS SOUZA DE OLIVEIRA	068.470.***-45	18
002 - ODONTÓLOGO	1192	LAYSSA MARTINS DE MIRANDA	097.458.***-11	19
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2830	LEONAM DE ALBUQUERQUE MARTINS	102.464.***-10	20
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3187	LEONARDO DE SOUZA SANTOS	413.909.***-05	21
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1584	LEONEL MONTEIRO FILHO	023.582.***-11	22
003 - ENFERMEIRO	1582	LESSANDRA OLIVEIRA OLIVEIRA	031.961.***-82	23
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1681	LETÍCIA FARIA DA SILVA	093.750.***-40	24
003 - ENFERMEIRO	2991	LETÍCIA FIGUEIRÓ FONTOURA	821.012.***-34	25
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	50	LETICIA MAES JOCHEM	112.991.***-79	26
002 - ODONTÓLOGO	892	LETÍCIA THIESEN	085.826.***-74	27
003 - ENFERMEIRO	2779	LÍDIA CORRÊA BORBA	034.246.***-20	28
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2633	LÍDIA MARIA DE SOUZA	037.304.***-80	29
003 - ENFERMEIRO	326	LILIAN APARECIDA SAMPAIO KLABUNDE	005.576.***-58	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 34 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 34**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
002 - ODONTÓLOGO	2646	LIS REINERT VARGAS	078.744.***-62	1
004 - FARMACÊUTICO	1128	LÍVIA MARIA DE SOUZA GONÇALVES	105.577.***-63	2
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2601	LOUISE CAROLINE BACKES	090.479.***-79	3
002 - ODONTÓLOGO	3099	LUANA AMARANTE DE MORAIS	022.300.***-01	4
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1039	LUANA BEATRIZ DA SILVA	083.593.***-07	5
003 - ENFERMEIRO	1548	LUANA KNIES HILLESHEIM	114.248.***-60	6
002 - ODONTÓLOGO	836	LUANA SANTOS DE SOUZA	047.982.***-00	7
002 - ODONTÓLOGO	2814	LUANA WESTPHAL	097.941.***-75	8
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1054	LUCAS HENRIQUE DA SILVA	077.123.***-44	9
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2123	LUCAS MEIRA DA SILVA	089.100.***-08	10
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2877	LUCAS PAULO DA CUNHA	088.935.***-13	11
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1694	LUCIANA ANDREZA DE SOUZA MOISÉS	735.177.***-34	12
002 - ODONTÓLOGO	2107	LUCIANA DA SILVA ALEXANDRE	084.286.***-67	13
003 - ENFERMEIRO	2978	LUCIANE MIRANDA	974.618.***-68	14
003 - ENFERMEIRO	243	LUCIANE STEINBACH	020.546.***-43	15
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1874	LUCIANO JOÃO CABRAL	812.331.***-34	16
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	496	LUIS PAULO DA SILVA	074.051.***-63	17
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	933	LUIZ GUSTAVO SOUZA	092.086.***-50	18
002 - ODONTÓLOGO	1956	MAÍRA TONELLI	088.372.***-06	19
002 - ODONTÓLOGO	2389	MARCELO MANGINI DA SILVA	520.533.***-20	20
003 - ENFERMEIRO	987	MÁRCIA KERSTING BATTAGLIM	949.487.***-04	21
003 - ENFERMEIRO	541	MARCIA PEREIRA ALVES	028.905.***-32	22
003 - ENFERMEIRO	2972	MARCOS FERNANDES DIAS	042.655.***-60	23
003 - ENFERMEIRO	1896	MARCOS FERREIRA DA SILVA	584.983.***-91	24
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1551	MARCOS JOSE COELHO	026.133.***-33	25
003 - ENFERMEIRO	1860	MARIA CRISTINA GOULART	017.673.***-62	26
003 - ENFERMEIRO	2483	MARIA EDUARDA FERREIRA GOULART	094.311.***-80	27
003 - ENFERMEIRO	2412	MARIA EUGENIA DA SILVA	103.457.***-16	28
003 - ENFERMEIRO	1332	MARIA LUIZA CARDOZO	088.731.***-02	29
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3016	MARIA WANESSA SEEMANN	066.316.***-76	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 35 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 35**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
003 - ENFERMEIRO	874	MARIANE HACK LUCIANO	098.409.***-45	1
002 - ODONTÓLOGO	2667	MARIANNA GIMENES E SILVA	076.173.***-90	2
003 - ENFERMEIRO	3182	MARILDA PPEREIRA	009.310.***-06	3
003 - ENFERMEIRO	2224	MARINA CRISTINA ALVES	085.628.***-82	4
004 - FARMACÊUTICO	1243	MARINA MALAGOTTI	076.834.***-16	5
004 - FARMACÊUTICO	3110	MARINA VENTURA	089.467.***-17	6
003 - ENFERMEIRO	3023	MARINALDA BONELI DA SILVA	105.144.***-50	7
002 - ODONTÓLOGO	408	MÁRIO BRUNO MENEZES	090.610.***-55	8
004 - FARMACÊUTICO	2089	MARION MENEZES BATISTA	003.822.***-83	9
002 - ODONTÓLOGO	30	MARISTELA NICOLAU DE SOUZA PINTO	994.872.***-87	10
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	943	MARLON ROBERTO COSTA	172.856.***-01	11
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2905	MATHEUS RAICK	143.323.***-33	12
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3146	MAURICIO FG CCASANOVA	010.069.***-95	13
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3105	MAURICIO PETRI	026.171.***-89	14
004 - FARMACÊUTICO	1691	MAYARA BRICH	093.597.***-57	15
003 - ENFERMEIRO	2124	MAYARA PORTELA SAIBRO	019.519.***-70	16
003 - ENFERMEIRO	2042	MERI APARECIDA MACHADO	005.738.***-35	17
003 - ENFERMEIRO	623	MICHELE ARIANA DA SILVA	072.798.***-66	18
002 - ODONTÓLOGO	725	MICHELI CAMPESTRINI	058.307.***-56	19
003 - ENFERMEIRO	766	MICHELY RITA DA SILVA SCHMITZ	027.025.***-86	20
002 - ODONTÓLOGO	349	MIRIAM VALGAS	052.107.***-95	21
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3084	MIRYAN DEYSE ZACCHI	018.100.***-78	22
003 - ENFERMEIRO	719	MONIQUE MENESES DE AGUIAR	070.609.***-60	23
003 - ENFERMEIRO	1750	NARA REISDORFER	031.048.***-92	24
002 - ODONTÓLOGO	2950	NATÁLIA CAMARGO DUARTE	082.938.***-37	25
003 - ENFERMEIRO	1841	NATÁLIA HOFFMANN COELHO	087.610.***-22	26
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	3189	NEREU RICARDO DOS SANTOS	507.368.***-87	27
003 - ENFERMEIRO	2572	NICKOLLI HANNY THOMA SANTOS	006.039.***-62	28
002 - ODONTÓLOGO	706	OSVALDO DA SILVA NETO	098.251.***-81	29
003 - ENFERMEIRO	1646	PÂMELLA PRISCILLA DA SILVA RANGEL MULLER	078.875.***-33	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 36 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 36**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
003 - ENFERMEIRO	41	PATRÍCIA BUSSOLO	090.292.***-38	1
003 - ENFERMEIRO	1471	PATRICIA PETRY	039.924.***-57	2
003 - ENFERMEIRO	504	PAULINA ELZA DA SILVA TRIERWEILLER	061.321.***-06	3
003 - ENFERMEIRO	3183	PAULO ERIC DOS REIS ROGERIO	007.493.***-79	4
002 - ODONTÓLOGO	2699	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FARIA	108.269.***-97	5
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2866	PEDRO ROBERTO BARTUCHESKI	563.457.***-53	6
003 - ENFERMEIRO	2876	POLLYANA PLAUTZ GORRIS	082.561.***-88	7
003 - ENFERMEIRO	162	PRISCILA CARDOSO	270.773.***-46	8
002 - ODONTÓLOGO	3088	PRISCILA CHIQUETTI DE SOUZA	006.209.***-39	9
002 - ODONTÓLOGO	2948	PRISCILA SAQUET	079.362.***-23	10
003 - ENFERMEIRO	555	PRISCILLA NUNES FORTUNA	034.107.***-06	11
003 - ENFERMEIRO	2671	QUIDIONI VALDIR DE SOUZA	049.156.***-01	12
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	907	RAFAEL FORNARI MULLER	073.556.***-60	13
003 - ENFERMEIRO	2574	RAFAEL MATOS DA ROSA	000.838.***-25	14
003 - ENFERMEIRO	597	RAFAELA REGINA RAMOS	040.773.***-97	15
003 - ENFERMEIRO	2865	RAFAELA VIERA CERON	099.132.***-12	16
003 - ENFERMEIRO	1909	RAFAELLA LOBO CARDOSO	084.546.***-75	17
002 - ODONTÓLOGO	320	RAMIRO LUIZ CALZA	086.417.***-60	18
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1544	RAUANE SILVA	089.260.***-44	19
003 - ENFERMEIRO	2792	REBECA SARTINI COIMBRA	835.209.***-34	20
004 - FARMACÊUTICO	690	REGINA HEIDEMANN	716.254.***-15	21
003 - ENFERMEIRO	685	RENAN VIZEU FERNANDES	004.679.***-01	22
003 - ENFERMEIRO	3022	RENATA MACHADO BECKER	049.621.***-71	23
002 - ODONTÓLOGO	1091	RENATA MARAN	019.234.***-92	24
002 - ODONTÓLOGO	2685	RENATA MARQUES DA SILVA	025.974.***-43	25
003 - ENFERMEIRO	98	RENATA REITZ	005.183.***-94	26
003 - ENFERMEIRO	2556	RENATA ROSANA DA SILVA	087.935.***-17	27
004 - FARMACÊUTICO	3143	RENATO DE CAMPOS VASCONCELLOS	924.500.***-72	28

Total: 28 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 37 de 48



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 37**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2427	RENATO SOUZA CARNEIRO	003.805.***-59	1
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1155	RICARDO WILL	039.360.***-22	2
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	262	ROBSON DAVID	030.281.***-55	3
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2615	RODOLFO FELIPE WEBER	050.586.***-92	4
002 - ODONTÓLOGO	3068	RODRIGO SÉRGIO GIANGIULIO	308.561.***-04	5
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1737	ROGER FRIEDRICH	097.083.***-18	6
003 - ENFERMEIRO	1355	ROSÂNGELA ALVES DE SOUSA	382.817.***-91	7
003 - ENFERMEIRO	879	ROSEMARI VOGES	061.610.***-44	8
002 - ODONTÓLOGO	1491	ROSEMARY PEIXOTO DE OLIVEIRA	970.182.***-87	9
002 - ODONTÓLOGO	886	RUBIA TEODORO STUEPP	078.084.***-46	10
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1359	SABRINA DUARTE FORTUNATO	004.390.***-76	11
003 - ENFERMEIRO	3065	SABRINA MARIA MIRANDA SOUZA	036.897.***-26	12
002 - ODONTÓLOGO	372	SABRINA NATASHA DIGIACOMO SARWER FONER	109.395.***-29	13
004 - FARMACÊUTICO	2760	SAMARA APARECIDA SPANHOL	103.308.***-86	14
002 - ODONTÓLOGO	2255	SAMARA CRISTINA BORGES	094.939.***-10	15
003 - ENFERMEIRO	2589	SANDRA CRISTINA DOS SANTOS COSTA	658.991.***-10	16
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3019	SANDRO JOSE LONGEN	887.652.***-20	17
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3137	SARA MIRANDA COELHO	115.185.***-31	18
002 - ODONTÓLOGO	2666	SARA NAOMI OSHIMA	072.619.***-36	19
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2745	SCHELTON ELOI MARTINS	052.801.***-36	20
003 - ENFERMEIRO	2968	SCHIRLEY DE ESPINDOLA	101.810.***-17	21
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	923	SILVANA CRISTINA DE MATOS	789.649.***-10	22
003 - ENFERMEIRO	361	SILVIA SILVANO	052.090.***-38	23
003 - ENFERMEIRO	1732	SIMONE FEITOZA DOS REIS	435.046.***-20	24
003 - ENFERMEIRO	963	STEPHANY MADEIRA RIBEIRO DIAS	082.713.***-48	25
003 - ENFERMEIRO	2160	STHEFANY MARTINS DE SOUZA	082.851.***-09	26
003 - ENFERMEIRO	36	SUELEN DUTRA	098.216.***-07	27

Total: 27 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 38 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Nereu Ramos

Rua Professor Silveira de Matos, n.º 56

Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 38**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
002 - ODONTÓLOGO	190	SUÉLEN PARAVISI PAGLIARI	075.616.***-57	1
003 - ENFERMEIRO	2724	SUÉLI POLEZA	046.491.***-66	2
004 - FARMACÊUTICO	3001	SUZANA MACIEL	640.938.***-53	3
003 - ENFERMEIRO	2873	TANIA LETICIA SEMMANN DA LUZ	800.462.***-53	4
003 - ENFERMEIRO	583	TATIANA MORAIS	020.909.***-10	5
003 - ENFERMEIRO	2244	TATIANE DA SILVA HUERGO	045.178.***-63	6
003 - ENFERMEIRO	2695	TATIANE GARCIA	039.198.***-50	7
003 - ENFERMEIRO	1392	TATIANI CRISTINA ALVES	036.787.***-81	8
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2161	TAYSE GARCIA	066.346.***-05	9
003 - ENFERMEIRO	483	THAILA ANTUNES PLOÊNCIO	057.274.***-97	10
002 - ODONTÓLOGO	2025	THAISE GOMES E NOBREGA	871.841.***-20	11
002 - ODONTÓLOGO	800	THAYNÁ FERREIRA SIMÕES DE OLIVEIRA	100.173.***-32	12
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2064	THIAGO FERREIRA SANCHES	011.775.***-60	13
003 - ENFERMEIRO	348	THOMAZ DA SILVA NETO	802.110.***-68	14
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1038	TYRONE SCHNAIDER JÚNIOR	083.407.***-92	15
003 - ENFERMEIRO	634	VALÉRIA CHOMA ZAGULSKI	842.196.***-63	16
002 - ODONTÓLOGO	1727	VANESSA CALANDRINI MURIBECA DA ROCHA	660.570.***-00	17
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2491	VANESSA MEURER DA SILVA	064.855.***-82	18
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	27	VENICIO WILSON DA SILVA	860.491.***-10	19
003 - ENFERMEIRO	2299	VERUSCA FEITOZA DOS REIS	649.751.***-20	20
002 - ODONTÓLOGO	1468	VINÍCIUS BALDISSERA CERQUEIRA LEITE	054.381.***-36	21
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2344	VIRGILIO MARTINS DA SILVA	011.520.***-40	22
003 - ENFERMEIRO	196	VITÓRIA CAROLINE DE LIMA HAVENSTRIN	034.016.***-76	23
004 - FARMACÊUTICO	3087	WEULANE DOS SANTOS LIMA	890.547.***-53	24
013 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	1935	WILLIAN ARRUDA KOSLOWSKI	075.450.***-76	25
014 - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	3184	WIVIAN KARINE WALTER PETROSKI	046.806.***-09	26
003 - ENFERMEIRO	293	ZENANDIA FELICIANO DA SILVA	050.428.***-06	27

Total: 27 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 39 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 39**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
006 - MÉDICO	1099	AARON SCHEIDMANDEL MULLER	009.168.***-80	1
001 - ASSISTENTE SOCIAL	644	ADRIANA DA ROSA	018.914.***-93	2
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2676	ADRIANA DE CAMPOS VIEIRA	573.375.***-82	3
006 - MÉDICO	1822	AFONSO BUSS JUNIOR	789.495.***-91	4
006 - MÉDICO	1183	AFONSO MOTTA FRANCISCO	009.605.***-48	5
001 - ASSISTENTE SOCIAL	3043	ALCIONIR SENS	767.468.***-00	6
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2732	ALDERI FERREIRA RAMOS	059.158.***-67	7
008 - NUTRICIONISTA	2351	ALESSANDRA VIGARANI ROSA	082.569.***-20	8
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2493	ALEX DE OLIVEIRA	063.213.***-35	9
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2473	ALEXANDRA DEFREYN JUSTEN	077.377.***-39	10
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	3046	ALEXANDRE FERREIRA	090.552.***-46	11
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	882	ALEXANDRE MATTOS SANDIN	046.921.***-80	12
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	3093	ALICE RODRIGUES TEIXEIRA	021.661.***-16	13
006 - MÉDICO	715	ALINE YURI TOMA	382.779.***-50	14
001 - ASSISTENTE SOCIAL	182	AMANDA ELLEN MACEDO	078.745.***-98	15
008 - NUTRICIONISTA	105	ANA CAROLINA WIETHORN	108.426.***-23	16
008 - NUTRICIONISTA	753	ANA CAROLINI CARVALHO	070.832.***-27	17
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	621	ANA CLAUDIA FONSECA DA SILVA	029.561.***-50	18
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2799	ANA CLAUDIA MOCELIN	004.325.***-30	19
008 - NUTRICIONISTA	932	ANA LUIZA ZAMBONATO DORNELES	098.282.***-41	20
008 - NUTRICIONISTA	765	ANA PAULA MACHADO	094.692.***-56	21
006 - MÉDICO	2271	ANDERSON NIADA MARCELO	066.786.***-41	22
006 - MÉDICO	1249	ANDERSON SILVA LEITAO SILVA	024.601.***-06	23
006 - MÉDICO	2346	ANDRE LUIS DE SOUZA FERNANDES	025.230.***-73	24
008 - NUTRICIONISTA	2497	ANDREIA CRISTINA CRESCENCIO	060.828.***-10	25
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1657	ANDREIA LUIZA DE JESUS	048.570.***-12	26
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2009	ANDREY DE OLIVEIRA SCHAUFFERT	039.524.***-78	27
008 - NUTRICIONISTA	300	ANNIK CAMELLO	083.136.***-05	28
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2456	AUDREI VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA	009.428.***-63	29
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1130	AUREA BRITO	020.091.***-71	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 40 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 40**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
006 - MÉDICO	1580	BARBARA DOS SANTOS SAKR	045.021.***-63	1
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1862	BÁRBARA MONTEIRO KIELLANDER	220.853.***-71	2
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1014	BEATRIZ MENEZES	081.215.***-05	3
008 - NUTRICIONISTA	2743	BRUNA MACHADO LACERDA	094.884.***-40	4
006 - MÉDICO	1035	BRUNA WATERKEMPER MONDARDO	069.065.***-02	5
006 - MÉDICO	2626	CAMILA VIEIRA RODRIGUES	066.206.***-59	6
008 - NUTRICIONISTA	1906	CAMILA VIEIRA TIECHER	016.506.***-38	7
001 - ASSISTENTE SOCIAL	152	CARLA AUGUSTA DE ALMEIDA WEINGARTNER	066.080.***-45	8
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	926	CARLOS FREDERICO VITORINO	053.731.***-19	9
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2578	CAROLINA FORTES DE JESUS	025.113.***-67	10
006 - MÉDICO	1991	CAROLINE DO NASCIMENTO MENEGUZZI	090.557.***-55	11
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	3122	CAROLINE MELO	114.886.***-81	12
006 - MÉDICO	442	CECILIA MARIA RODRIGUES DE FRANÇA	060.843.***-71	13
006 - MÉDICO	1585	CELSO PINTO DE OLIVEIRA JÚNIOR	016.188.***-01	14
006 - MÉDICO	193	CÉSAR MANFROI	097.711.***-39	15
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2231	CHRISTINE KELLY FIGUEIREDO DE ALENCAR	374.403.***-10	16
008 - NUTRICIONISTA	280	CINTHIA MONTEIRO DA SILVA	100.879.***-18	17
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2853	CLAUDEMIR OSMAR DA SILVA	004.463.***-48	18
006 - MÉDICO	775	CLAUDIA NAMI YODA	345.646.***-23	19
006 - MÉDICO	175	CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS	785.726.***-15	20
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2961	DAIANA VERA SOUZA	048.513.***-01	21
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1040	DANIELLE DA SILVA	109.400.***-95	22
001 - ASSISTENTE SOCIAL	72	DANUZA MARA FAVERSANI	658.445.***-87	23
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	735	DAYANA DE ABREU	041.108.***-73	24
008 - NUTRICIONISTA	467	DEBORA DE BRITO	054.677.***-25	25
001 - ASSISTENTE SOCIAL	636	DEBORA REGINA DA SILVA	048.547.***-19	26
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	341	DÉBORA SCHEIDT MONTEIRO	110.553.***-22	27
006 - MÉDICO	3193	DEISE KLAUCK	005.572.***-51	28
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2343	DENICE MARIA PETKOWICZ	924.239.***-68	29
008 - NUTRICIONISTA	1725	DENISE HAWEROTH	093.365.***-94	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 41 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 41**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	756	DENISE MARTINS	082.011.***-73	1
006 - MÉDICO	2807	DOUGLAS RAE SCHWARTZ	074.586.***-82	2
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1546	EDIANE PAVANATE DOS SANTOS	057.314.***-30	3
001 - ASSISTENTE SOCIAL	85	EDUARDA BERNARDO MARTINS	095.442.***-04	4
006 - MÉDICO	1289	EDUARDA KROENKE DE VASCONCELLOS ALMEIDA	078.542.***-52	5
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	47	EDUARDO VIEIRA CRUZ	078.625.***-47	6
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1187	EDVIRGEN PEREIRA	029.607.***-35	7
001 - ASSISTENTE SOCIAL	325	ELAINE CRISTINA MINA	048.548.***-18	8
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2186	ELI TERESINHA DOS SANTOS MENEZES	315.588.***-04	9
001 - ASSISTENTE SOCIAL	63	ELIANE BORBA	658.024.***-04	10
006 - MÉDICO	2735	ELISA SCHERER SILVEIRA	075.449.***-47	11
008 - NUTRICIONISTA	2772	EMANUELA DAL VESCO	113.018.***-02	12
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2436	EMMANUELLE COELHO DA COSTA	059.352.***-07	13
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	3155	ERIQUE SANT ANA	084.836.***-90	14
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2582	FABIANA ZAGINNI BARBOSA	050.665.***-50	15
008 - NUTRICIONISTA	450	FELIPE ALMEIDA BIGUZZI	337.815.***-45	16
006 - MÉDICO	2605	FERNANDA BONIN DA SILVA	090.545.***-67	17
006 - MÉDICO	2354	FERNANDA GATELLI NORONHA	003.283.***-96	18
006 - MÉDICO	3013	FERNANDA PITELKOW FIGUEIRA	015.283.***-12	19
006 - MÉDICO	1527	FERNANDO EDGARD MERINO CHAMMA	786.186.***-00	20
008 - NUTRICIONISTA	2439	FLÁVIA DA COSTA DERNER	087.938.***-84	21
008 - NUTRICIONISTA	1787	FRANCINE DA SILVA	103.329.***-50	22
001 - ASSISTENTE SOCIAL	134	FRANCISCA ANGELICA MENDEZ	718.616.***-49	23
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1462	FRANCISCO CLEIBSON DIAS ANUTE	465.388.***-49	24
006 - MÉDICO	1429	GABRIELA LONGHI REINER	064.199.***-12	25
006 - MÉDICO	2334	GABRIELA MENDONÇA SICONE	089.482.***-09	26
001 - ASSISTENTE SOCIAL	728	GABRIELA SCHMITZ	090.404.***-63	27
006 - MÉDICO	1966	GABRIELI GOLIJEWSKI	015.321.***-07	28
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2545	GERUSA COLOMBO DE OLIVEIRA	021.545.***-06	29
006 - MÉDICO	3169	GILBERTO PASSOS LIMA JÚNIOR	041.943.***-36	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 42 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 42**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2616	GILMAR TRINDADE DA ROSA	062.006.***-55	1
008 - NUTRICIONISTA	2726	GIOVANA MARCIA DOS SANTOS GUIMARAES	747.943.***-04	2
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1714	GREYCE CAMPOS DE CASTRO	063.580.***-08	3
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1401	GUILHERME MATEUS LUCERO	835.878.***-63	4
006 - MÉDICO	757	HELENA BEDATTI ZEH	065.848.***-63	5
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1901	HILTON LUIZ OURIQUES	032.101.***-63	6
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1735	HINGRIDY SALM LOCH	096.938.***-39	7
006 - MÉDICO	464	HORTENCIA GOMES DA SILVEIRA	107.181.***-17	8
006 - MÉDICO	1487	IANA MABEL DE MARCO FAZZIONI	088.491.***-86	9
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	783	ILSON JANUARIO MEIRINHO	594.281.***-87	10
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	2642	INDIANARA HOFFMANN	089.668.***-59	11
006 - MÉDICO	245	INES DE SOUZA PHILIPPI	007.420.***-05	12
006 - MÉDICO	635	ISABEL ARAGÃO MACAN	081.535.***-60	13
006 - MÉDICO	2618	ISABELA CAROLINA BOHN BORBA	095.516.***-75	14
006 - MÉDICO	2757	JACKELINE PAULINO DAGOSTIN	064.034.***-95	15
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1878	JADNA APARECIDA NUNES	057.585.***-94	16
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1478	JAIR GABRIEL ELI FLORIANO	034.734.***-89	17
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1197	JAMI DE SOUZA DE MEDEIROS	586.142.***-00	18
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2717	JAQUELINE ADELINA JORGE MACHADO	036.363.***-28	19
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1459	JAQUELINE FIGUEROA HERNANDEZ	987.947.***-87	20
006 - MÉDICO	2753	JEAN CARLOS BONISSONI DA SILVA	084.518.***-90	21
008 - NUTRICIONISTA	985	JENNYFER DE CARVALHO ANDRADE	078.000.***-45	22
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1367	JESSICA BORGES DA ROSA	094.390.***-10	23
008 - NUTRICIONISTA	1755	JÉSSICA DEMÉTRIO	078.674.***-52	24
008 - NUTRICIONISTA	1827	JESSICA GONCHOROSKI DA GRAÇA	083.757.***-38	25
008 - NUTRICIONISTA	1775	JÉSSICA HUNTEMANN	100.101.***-12	26
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	2527	JÉSSICA JUNCES	065.427.***-57	27
008 - NUTRICIONISTA	2804	JÉSSICA MEDEIROS CERINO	100.930.***-00	28
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	3160	JESSICA RAIMUNDO DA SILVA	106.435.***-30	29
001 - ASSISTENTE SOCIAL	554	JÉSSICA VEBER	097.028.***-90	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 43 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 43**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	957	JOICE DUARTE	093.151.***-97	1
006 - MÉDICO	533	JORGE KLEBER NEIVA BRITO FILHO	000.170.***-02	2
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2627	JOSIELE ARAÚJO DE OLIVEIRA	858.703.***-29	3
008 - NUTRICIONISTA	64	JOY BERGMANN SOARES	068.351.***-18	4
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1832	JÚLIA MEIRA	108.492.***-30	5
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	399	JÚLIA SCHAUFFLER KRATZ	074.386.***-67	6
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	3098	JULIANA BERKENBROCK DA SILVA	082.483.***-93	7
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2487	JULIANA CARDOZO DE ELESBÃO	082.831.***-22	8
006 - MÉDICO	936	JULIANA CUCHI	019.285.***-22	9
006 - MÉDICO	2790	JULIANA DE MACEDO	089.557.***-78	10
006 - MÉDICO	1350	JULIANA DEBEI HERLING	008.588.***-90	11
008 - NUTRICIONISTA	3109	JULIANA KARINE ROSA SCHLOESSER	052.872.***-28	12
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	396	JULIANA KRAUS MARTINS DE FREITAS	082.011.***-82	13
008 - NUTRICIONISTA	2883	JULIANA MARCELINO	082.382.***-90	14
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	576	JULIANA MARIA VIANA DO NASCIMENTO	104.121.***-06	15
008 - NUTRICIONISTA	3147	JULIANE SANTOS METELLO	989.795.***-72	16
001 - ASSISTENTE SOCIAL	491	KAROL MELO	099.517.***-19	17
008 - NUTRICIONISTA	2833	KEROLYN TEIXEIRA	096.778.***-58	18
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1761	LAIARA CRISTINA CARDOSO	088.267.***-26	19
008 - NUTRICIONISTA	574	LARISSA ESPÍNDOLA	103.169.***-02	20
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2801	LARISSA MAYRA ALVES	104.444.***-27	21
008 - NUTRICIONISTA	1174	LARYSSA STEFANELLO RECH	029.828.***-63	22
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1291	LAURA MARTENDAL	753.381.***-82	23
001 - ASSISTENTE SOCIAL	769	LENIR RIBEIRO QUERINO	021.063.***-69	24
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	305	LILIAN NOEMI	019.895.***-33	25
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2110	LILIANE DA SILVA	033.671.***-16	26
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1903	LUANA KREUSCH	106.230.***-74	27
006 - MÉDICO	2261	LUCAS ARAUJO GOTARDO	058.482.***-07	28
006 - MÉDICO	1557	LUCAS MARTINS CARVALHO CELLOS	036.208.***-70	29
006 - MÉDICO	417	LUCAS NATALE CARDOSO	013.048.***-80	30

Total: 30 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 44 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 44**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
006 - MÉDICO	1885	LUCAS SCHLOSSMACHER	082.636.***-92	1
006 - MÉDICO	1492	LUCIA COZER	092.064.***-06	2
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1910	LUCIANE DAS NEVES GOULARTE	025.739.***-06	3
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2741	LUIZ PAULO DE CAMPOS	533.222.***-34	4
008 - NUTRICIONISTA	931	LUIZA DOS SANTOS FIGUEIREDO	103.477.***-35	5
008 - NUTRICIONISTA	1067	LUIZA FERREIRA DA SILVA	110.603.***-79	6
006 - MÉDICO	519	LUMA DE ABREU	086.086.***-09	7
008 - NUTRICIONISTA	710	MAIARA CRISTINA DA SILVA	080.791.***-09	8
006 - MÉDICO	2771	MARCELA CORIOLANO CRUZ MATOS	074.925.***-06	9
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1435	MARCUS VINICIUS DE MATOS FARIAS	087.334.***-00	10
008 - NUTRICIONISTA	2417	MARIA CAROLINA BARCELOS	089.400.***-08	11
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2537	MARIA EDUARDA DE SOUZA	113.360.***-50	12
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1651	MARIA EDUARDA PEREIRA FORTUNATO	099.293.***-32	13
006 - MÉDICO	1594	MARIA EDUARDA RODRIGUES BORGES	083.299.***-89	14
006 - MÉDICO	2780	MARIA FERNANDA ARAUJO	042.155.***-18	15
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1154	MARIA FERNANDA SCHMITT BUNN	093.192.***-35	16
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1118	MARIA GISELA JACOBSEN JANTARA	415.359.***-04	17
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1406	MARIA LUÍSA SCHMITT BUNN	088.219.***-17	18
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	831	MARIA ZOETE SCHWINDEN RACHADEL	625.418.***-87	19
006 - MÉDICO	1578	MARIAH FERNANDES SILVA	051.173.***-02	20
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	613	MARIAN BRIDI WEIS	098.064.***-55	21
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	2455	MARIANA BESEN	004.718.***-19	22
006 - MÉDICO	1745	MARIANA CARDOSO FERNANDES	075.230.***-17	23
008 - NUTRICIONISTA	3031	MARÍLIA VALLS SILVA	015.535.***-57	24
001 - ASSISTENTE SOCIAL	3094	MARILÚ DE JESUS BARBOSA	035.243.***-65	25
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1676	MARISTELA XAVIER	714.521.***-72	26
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1385	MARTINA SANTOS FORMAGIO	043.177.***-89	27

Total: 27 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 45 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 45**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1672	MARYSOL SANTOS RODRIGUES	367.938.***-66	1
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	846	MATEUS MELO MARTINS	105.640.***-48	2
006 - MÉDICO	509	MATHEUS ANDRADE DE OLIVEIRA	082.619.***-73	3
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	997	MATHEUS OLIVEIRA DE FARIAS	101.523.***-19	4
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2895	MATHEUS PEREIRA DA SILVA	107.442.***-99	5
006 - MÉDICO	2609	MILENA DA SILVA MEYER	055.096.***-78	6
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	3012	MILLENA BARBOSA DA SILVA	124.276.***-74	7
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2506	MOACIR GUEDERT NETO	094.551.***-21	8
008 - NUTRICIONISTA	1851	MORGANA FERNANDES MARTINS	064.781.***-09	9
006 - MÉDICO	993	NATÁLIA BEATRIZ PFLEGER	095.941.***-99	10
008 - NUTRICIONISTA	2141	NATÁLIA DAS GRAÇAS KUHNEN	055.587.***-30	11
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1807	NATIELI GOMES	091.362.***-74	12
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2583	NICOLE HELENA DE MACEDO	102.071.***-30	13
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2619	NUBIA NUNES PRASSER DE OLIVEIRA	087.677.***-42	14
006 - MÉDICO	3037	PAMELA NOGUEIRA DA SILVA VILELA	013.417.***-52	15
006 - MÉDICO	1202	PATRICK WANDERSON SILVA DOS SANTOS	087.243.***-97	16
006 - MÉDICO	2859	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA	008.672.***-75	17
006 - MÉDICO	3053	PEDRO HENRIQUE GOULART NEVES	037.096.***-62	18
006 - MÉDICO	1113	PÉRICLES RICARDO DE SOUZA RIBEIRO	002.987.***-23	19
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2718	PRISCILA MACEDO	093.480.***-52	20
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2803	PRISCILA STEFFENS DA ROCHA CARDOSO	054.007.***-60	21
006 - MÉDICO	2674	RACYNE CHAGAS MORONI ALVARES	025.090.***-41	22
006 - MÉDICO	1529	RAFAEL JONAS SARDA	004.172.***-05	23
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1836	RAFAELA CAROLINA FERREIRA SCHMIDT	063.306.***-00	24
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1497	RAFAELA MARIA PORTO	084.902.***-11	25
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2687	RAPHAEL CABRAL MENDONÇA	983.034.***-20	26
006 - MÉDICO	1131	RAPHAELA BARBOZA FERREIRA	112.918.***-80	27

Total: 27 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 46 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 46**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
008 - NUTRICIONISTA	640	RAQUEL LEITE DA COSTA	939.431.***-68	1
008 - NUTRICIONISTA	1926	RAYSSA WEBER DA SILVA	095.231.***-11	2
001 - ASSISTENTE SOCIAL	674	REGINA HOFFMANN	059.352.***-48	3
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1021	ROBERTO GENRO DE BRUM	691.615.***-04	4
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1248	RODRIGO LÁZARO SCHTZ	068.821.***-77	5
006 - MÉDICO	178	RODRIGO VASCONI SAEZ BROWN	098.372.***-86	6
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	1772	RONALDO FIGUEIREDO DA COSTA GADELHA	088.706.***-26	7
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1895	ROSANI BUNZEN	076.859.***-24	8
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1883	ROSELENE DALVA COELHO	067.875.***-25	9
006 - MÉDICO	3081	ROSIEREN DE SOUZA LIMA PAES	016.211.***-00	10
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2940	ROSILDA FÉLIX DA COSTA FRAZÃO	013.788.***-66	11
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2197	SABRINA MACHADO	100.661.***-44	12
006 - MÉDICO	3130	SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI	082.959.***-10	13
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2378	SANDRA CRISTINA ALVES DE MELO MACHADO	100.352.***-55	14
001 - ASSISTENTE SOCIAL	3032	SANDRA MOTA COLLAÇO DOMINGUES	987.439.***-53	15
001 - ASSISTENTE SOCIAL	1733	SANDRO DO NASCIMENTO	951.851.***-49	16
001 - ASSISTENTE SOCIAL	70	SCHARLANA LUCIANO	054.691.***-22	17
006 - MÉDICO	2289	SEBASTIAN GABRIEL PERAZOLO PERA	011.646.***-44	18
006 - MÉDICO	600	SHEYNE LUIZ DOS SANTOS	056.396.***-28	19
006 - MÉDICO	2292	SILVIO GABRIEL BENITEZ	704.778.***-59	20
001 - ASSISTENTE SOCIAL	3139	SIMERE APARECIDA DA SILVA	074.287.***-03	21
008 - NUTRICIONISTA	1029	SÔNIA MARIA CAZIUK	017.591.***-09	22
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1558	SOPHIA FELIPPO DIAS RODRIGUES	832.630.***-91	23
008 - NUTRICIONISTA	744	STEFANY ROSE KLEIN	107.148.***-90	24
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	154	SUELLEN GOMES RIBEIRO	076.208.***-12	25
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1303	SULANY COUTO	369.866.***-53	26
006 - MÉDICO	1951	SULIVAN FRANCISCO DA SILVA	008.785.***-39	27

Total: 27 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 47 de 48





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo



Local de Prova:

Escola de Educação Básica Prof. Silveira de Matos

Rua São Sebastião, n.º 4192

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **08h15min** | Fechamento dos Portões: **08h45min** | Início de Prova: **09h00min****SALA 47**

CARGO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARTEIRA
008 - NUTRICIONISTA	1543	TÁBITA PRISCILA DUCK TONIN	012.456.***-77	1
006 - MÉDICO	3100	TAINÁ SOARES SIMÕES	021.664.***-96	2
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1413	TAINÁ TRAMONTINA	105.806.***-07	3
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2202	TAINARA TAVARES PINTO DA SILVA	073.760.***-20	4
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	1394	TAMARA ELIANE DA CRUZ DE SOUZA	124.775.***-74	5
007 - MÉDICO VETERINÁRIO	2069	TAMISA RODRIGUES MUNIZ DA ROSA	047.238.***-77	6
006 - MÉDICO	1677	TATIANE EMMANUELE DA ROSA	004.478.***-07	7
008 - NUTRICIONISTA	1526	TERESA DIAS NUNES DE SENA	026.634.***-01	8
006 - MÉDICO	1757	THALYTA INDJA DITTERT CABRAL VINCHA	020.910.***-74	9
006 - MÉDICO	599	THAYNA CAMPOS	062.227.***-50	10
001 - ASSISTENTE SOCIAL	120	THAYNA CORREIA CANDIDO	095.222.***-59	11
006 - MÉDICO	2071	THAYNARA MAESTRI	045.812.***-38	12
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2716	THAYS PRICILA DA SILVA	067.977.***-50	13
008 - NUTRICIONISTA	3028	VALDIRENE NEGRI TOIGO	883.453.***-72	14
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	88	VALKIRIA PAVANATI MARCELINO	086.797.***-45	15
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2697	VANESSA CRISTINA HASCKEL	099.854.***-30	16
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2834	VANESSA NUNES SILVA	037.826.***-03	17
008 - NUTRICIONISTA	1612	VANESSA PAIVA DE SOUSA	017.410.***-05	18
001 - ASSISTENTE SOCIAL	590	VANUSA BROERING DA ROSA	103.025.***-95	19
001 - ASSISTENTE SOCIAL	2918	VERA LÚCIA SILVA CAMPOS	762.796.***-04	20
001 - ASSISTENTE SOCIAL	9	WELMA BRAGA COSTA CÂNDIDO	405.923.***-91	21
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	2198	WERNER HECHT JUNIOR	046.921.***-29	22
006 - MÉDICO	994	YARA MARIA GOMES	671.661.***-53	23
008 - NUTRICIONISTA	870	YASMIN EL KADRI MONTEIRO PESSOA	410.062.***-94	24
011 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	618	YASMIN SILVEIRA	073.130.***-89	25
006 - MÉDICO	1410	YOHANNA LIMA DOS SANTOS	009.644.***-85	26
006 - MÉDICO	2367	ZILÁ BONIN	434.043.***-49	27

Total: 27 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 48 de 48



11 - CONVOCAÇÃO DE PROVA PRÁTICA

Publicação Nº 2380830



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 011: Edital de Convocação para Realização de Provas Práticas**

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida e que prestarem a prova objetiva no período matutino, representado pelo Anexo I desta publicação, a prestarem a prova prática, na data, horário e locais abaixo especificados:

Data da Prova: 01/03/2020 (Domingo)

Todas as provas serão realizadas no mesmo local e horário, sendo:

PROVA VESPERTINA (TARDE)

Horário de Abertura dos Portões: **14h00min**

Horário de Fechamento dos Portões: **14h15min**

Horário de Início das Provas: **14h15min**

Local:

Parque de Exposições Prefeito Orlando Becker

Rua da Natividade, n.º 3650

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Cargos:

- Operador de Máquinas e Equipamentos;

Recomendamos a todos os candidatos que compareçam aos locais de prova designados com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência, **munidos da Carteira Nacional de Habilitação – CNH na Categoria mínima exigida para cada cargo** (Exigência do Código de Trânsito Brasileiro – CTB – Art. 144). A Carteira Nacional de Habilitação deve ser apresentada em original e dentro da validade, não podendo ser substituída por “protocolos” ou afins, sendo que a sua não apresentação enseja em não realização da prova e consequente eliminação do certame.

O candidato que **não se fizer presente no horário previsto para o início de prova**, de cada turma de prova, **estará automaticamente eliminado do presente certame**, independentemente de seu desempenho na etapa anterior. Não haverá segunda chamada para os presentes.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 27 de fevereiro de 2020.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 2



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ANEXO I: Relação de Candidatos por Turma de Prova**

Local de Prova:

Parque de Exposições Prefeito Orlando Becker

Rua da Natividade, n.º 3650

Sul do Rio – Santo Amaro da Imperatriz/SC

Data de Prova: **01/03/2020** | Abertura dos Portões: **14h00min** | Fechamento dos Portões: **14h15min** | Início de Prova: **14h15min****TURMA 01**

VAGA	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	ORDEM
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2039	ADENIR SOARES	022.280.***-16	1
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1542	FERNANDO ARRUDA ALVES	888.731.***-91	2
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2021	FERNANDO FRANCISCO DE SOUSA	041.327.***-03	3
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1026	FILIPPE DE FREITAS	071.448.***-51	4
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1783	FRANCISCO ALMIR SANTANA	464.956.***-91	5
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2288	GIOVANI FERNANDES	008.792.***-05	6
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2459	GUSTAVO DE SOUZA	085.219.***-62	7
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	133	LEONARDO PFLEGER	077.558.***-98	8
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	523	LUIZ ARTUR DOS SANTOS	079.261.***-57	9
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1566	MATEUS FERREIRA DO AMARAL	035.566.***-90	10
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1932	OZIEL MORGAN	027.417.***-13	11
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1689	REGINALDO ERMENSON PEREIRA	769.865.***-15	12
020 - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2111	RODRIGO JAIME DA SILVEIRA	060.799.***-00	13

Total: 13 candidatos

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS. Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 2

12 - MANUAL DO CANDIDATO

Publicação N° 2380835

**MANUAL DO CANDIDATO**

Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020





Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Manual do Candidato



Orientações e Instruções para a Realização das Provas

1. DO HORÁRIO DE COMPARECIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

O candidato deve chegar, preferencialmente, pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para a realização das provas, com o intuito de localizar a sua sala, assinar a lista de presença e localizar a carteira identificada com seus dados, onde deverá sentar durante a realização da prova. **Após o horário determinado para o fechamento dos portões não será permitido o ingresso de nenhum candidato ao local de prova, independentemente de qualquer alegação.**

2. DA CANETA A SER UTILIZADA PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

Os candidatos deverão utilizar durante a realização das provas para preenchimento do caderno de prova e cartão-resposta **apenas caneta esferográfica contendo tinta preta ou azul, fabricada em material de corpo transparente**. Não serão fornecidos materiais aos candidatos por parte da organização do concurso/seletivo. **Cada candidato é responsável por trazer o seu material e conferir o funcionamento deste.**

3. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA INGRESSO EM SALA DE PROVA:

O candidato deverá apresentar o comprovante de inscrição, emitido pela área do inscrito, na página www.nbsprovas.com.br e documento com foto.

4. DOCUMENTOS ACEITOS COMO "DOCUMENTOS DE IDENTIDADE":

São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira de identidade do trabalhador; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

5. DA ACOMODAÇÃO EM SALA DE PROVA:

Em cada sala de prova, cada carteira será identificada com uma etiqueta, contendo o nome do candidato, o cargo e a ordem. Cada candidato deverá localizar a sua carteira de prova, não sendo permitidas trocas de locais. Candidatos que possuam necessidades especiais para a realização da prova, deverão fazer o pedido antecipado, preenchendo o requerimento anexo ao edital, entregue em tempo hábil à equipe organizadora, conforme regras estabelecidas em edital. Não serão acatadas solicitações para utilização de condições especiais no dia da realização da prova, salvo as previamente requeridas.

6. DO PROCEDIMENTO PARA O INÍCIO DAS PROVAS:

O fiscal responsável pela sala, irá demonstrar a integridade dos envelopes lacrados contendo as provas e solicitará a rubrica por 3 (três) candidatos que confirmarão a inviolabilidade dos lacres. O fiscal irá romper o lacre e iniciar a distribuição das provas, que deverão permanecer com o verso voltado para cima, só sendo permitido ao candidato virar a prova após a autorização do fiscal de sala, o que ocorrerá ao término da distribuição de todas as provas. O tempo de realização das provas será computado após todas as provas serem distribuídas.

7. DO PROCEDIMENTO PARA VERIFICAR QUALQUER INCONFORMIDADE NA PROVA E CARTÃO RESPOSTA:

O candidato deve conferir, no cartão-resposta, o seu nome, o seu número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu. O candidato deverá examinar se há marcações indevidas no campo destinado às respostas. Também deverá verificar no caderno de prova:

1. Se faltam folhas;
2. Se a sequência de questões e o número total de questões está correto;
3. Se a prova corresponde ao cargo no qual se inscreveu;
4. Se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

O candidato também deverá verificar se há marcações indevidas no cartão-resposta. Estando todas as informações corretas, deverá assinar nos locais indicados:

- Na primeira folha do caderno de provas, logo abaixo das instruções;
- Na frente do cartão resposta, apenas na parte superior no local indicado (uma assinatura);

Existindo qualquer inconformidade deverá imediatamente comunicar ao Fiscal, antes da liberação da prova.



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 6



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Manual do Candidato



8. DAS SAÍDAS DA SALA DE PROVA:

Antes do início da prova: Após assinar a lista de presença e identificar sua carteira não é permitido ao candidato ausentar-se da sala de prova. O candidato que porventura vier a se retirar da sala de prova durante este período será considerado desistente e será eliminado do Concurso/Seletivo.

Após o início da prova: É permitida a saída do candidato da sala de prova após 30 minutos do início da avaliação. A saída do candidato se dará mediante autorização do fiscal de prova e será acompanhado pelo fiscal de corredor, podendo inclusive, ser submetido a varredura eletrônica (detector de metal) quando do uso de sanitários. A recusa ou não permissão da varredura eletrônica (detector de metal) implicará na sua eliminação do candidato do Concurso/Seletivo.

No encerramento da prova: O candidato ao finalizar a prova, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de prova e o seu cartão-resposta. A entrega do material e a retirada definitiva da sala só serão permitidas após 30 minutos do início da prova. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local simultaneamente, devendo rubricar o verso de todos os gabaritos, assinar as atas de prova e os lacres dos envelopes contendo os gabaritos.

9. DO USO DO CADERNO DE PROVA:

O candidato poderá utilizar o caderno de prova de forma livre, com o intuito de desenvolver as suas respostas, tais como anotações, contas, riscos, enfim, tudo que possa auxiliá-lo a chegar ao resultado final, tanto na frente, como no verso. Ao final da prova ele é devolvido e arquivado junto com os materiais de prova, para fins de eventuais comprovações, sendo disponibilizado este caderno, junto ao gabarito provisório, no site www.nbsprovas.com.br no horário estabelecido para publicação.

Atenção!

Lembrando que o cartão-resposta não é parte do caderno de prova e este não deve ser utilizado como rascunho, tampouco riscado ou assinado, fora dos locais indicados.

10. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA:

Cada questão objetiva é apresentada com 4 (quatro) alternativas de resposta (de "A" a "D"), das quais apenas 1 (uma) é correta em relação ao enunciado. O candidato deverá preencher a letra correspondente à resposta escolhida, preenchendo totalmente o campo, conforme exemplo abaixo. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato. Preencha o quadro correspondente completamente, para possibilitar a correção por leitura ótica, como no exemplo:

01	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input checked="" type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
02	<input type="checkbox"/> A	<input checked="" type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
03	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input checked="" type="checkbox"/> D
04	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input checked="" type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
05	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input checked="" type="checkbox"/> D
06	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input checked="" type="checkbox"/> D
07	<input checked="" type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D

Atenção!

O quadro deve ser completamente preenchido, como no exemplo acima. Marcações com "X", com "O" (bolinha) ou ainda mal preenchidas - incompletas, não possibilitam a correta correção, invalidando a questão.

Na correção da prova objetiva será atribuída nota zero às questões não assinaladas no cartão-resposta ou que contenham mais de uma resposta, emendas e rasuras, bem como, àquelas cujas respostas não coincida com o gabarito oficial.



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 6



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Manual do Candidato

**11. DO PREENCHIMENTO INCORRETO DO CARTÃO RESPOSTA:**

Na correção da prova objetiva será atribuída nota zero às questões não assinaladas no cartão-resposta ou que contenham mais de uma resposta, emendas e rasuras, bem como, àquelas cujas respostas não coincida com o gabarito oficial.

12. DA ASSINATURA DO CARTÃO RESPOSTA:

Assine o seu cartão resposta **apenas no local indicado para a assinatura do candidato no verso do cartão resposta**, dentro do limite do quadro, como demonstrado no exemplo abaixo:

**Atenção!**

A falta de assinatura de seu cartão resposta no local adequado (dentro do quadro destinado à assinatura) atribui nota zero ao candidato, invalidando todas as suas questões, conforme disposto em edital.

Do mesmo modo, a assinatura em local inadequado (fora do quadro destinado para a assinatura), incorrendo em impossibilidade de correção eletrônica do cartão resposta, também importará em invalidação de todas as questões e atribuição de nota zero ao candidato, conforme disposto em edital.

A assinatura do Cartão Resposta no local adequado é de responsabilidade exclusiva do candidato, sendo que o fiscal apenas orientará da assinatura no momento de abertura da sua sala de prova, não se manifestando acerca de cartões sem assinatura ou com assinatura em local inadequado, no momento da entrega de sua prova.

13. DAS PROIBIÇÕES DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:

Não será permitida, durante todas as etapas de realização das provas, a comunicação entre os candidatos, o porte e utilização de aparelhos celulares ou similares, de calculadoras ou similares, de relógios, bonés, gorros, agasalhos com capuz ou similares, óculos escuros (salvo por recomendação médica, devidamente comprovada), de livros, de anotações, de impressos ou de qualquer outro material de consulta. Candidatos flagrados em qualquer destas situações terão as provas recolhidas pelos fiscais e serão eliminados do Concurso Público / Processo Seletivo, com o devido registro em ata.

14. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO DO CONCURSO / SELETIVO:

O (a) candidato (a) terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado (a) do concurso público / processo seletivo, se durante a realização das provas:

- For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- Considera-se como auxílio, facilitar a qualquer outro candidato a visualização de sua prova ou cartão resposta, de forma proposital;
- Utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou ainda que for flagrado comunicando-se com outro(a) candidato(a);
- For surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no edital de abertura;
- Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os(as) demais candidatos(as);
- Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 4 de 6



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Manual do Candidato



- h. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- i. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de provas ou o cartão- resposta;
- j. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas, no cartão-resposta ou no Edital;
- k. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- l. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público / processo seletivo;
- m. Não permitir a coleta de sua assinatura;
- n. Não permitir a utilização de varredura eletrônica (detector de metais);
- o. For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

Todo e qualquer evento de eliminação de candidatos será devidamente registrado em ata, com o posterior registro e rubrica de testemunhas.

15. DAS BOLSAS, CELULARES, RELÓGIOS, TELEFONES E OUTROS OBJETOS PESSOAIS, NÃO PERTINENTES À PROVA:

O candidato deverá evitar trazer qualquer material ou objeto além dos permitidos durante a realização da prova (**comprovante de inscrição, documento de identificação com foto, água acondicionada em recipiente transparente, sem rótulos e caneta com tinta azul escuro ou preta fabricada com corpo transparente**).

Sendo necessário ingressar na sala de prova com pertences diversos, tais como celulares e equipamentos eletrônicos, os mesmos devem estar obrigatoriamente desligados e acomodados em estojo/recipiente adequado e deverão ser colocados em local previamente indicado pelo fiscal de prova, não podendo ficar em posse do candidato durante a realização da prova, mesmo desligados. Bolsas, bonés e outros pertences pessoais, seguem a mesma regra. Estes objetos deverão estar, preferencialmente, com a identificação do candidato, para a fácil identificação do fiscal e permanecerão em local visível a todos os candidatos.

Atenção!

Evite trazer bolsas, equipamentos eletrônicos e outros objetos não permitidos para utilização e/ou permanência durante a realização da prova, facilitando a organização em sala de prova.

16. DE PROVAS SUBSTITUÍDAS, PROVAS FALTANTES OU IMPERFEIÇÕES GRÁFICAS:

Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a equipe da NBS Provas tem a prerrogativa para entregar ao (à) candidato (a) prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado na ata de sala. As provas serão submetidas à verificação por 3 (três) candidatos que atestarão a idoneidade destas provas, sendo registrado em ata os seus respectivos nomes.

17. DO GABARITO RASCUNHO:

Será fornecido o gabarito rascunho, **que poderá ser destacado do caderno de provas, apenas no final da prova, pelo fiscal de sala**. Destacar o gabarito rascunho pode ocasionar eliminação do certame. O preenchimento deste gabarito rascunho é opcional, condicionado ao interesse do candidato. O gabarito rascunho não tem valor legal, sendo considerada como válida a opção transcrita no gabarito oficial, independente de qualquer anotação diversa efetuada no gabarito rascunho.

18. DOS GABARITOS PRELIMINARES:

Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br>, na área destinada ao concurso / seletivo em tela, na data e horas previstas em edital, observado o horário oficial de Brasília/DF, **salvo motivo de força maior, conforme definido no Item 1.2 do Anexo III do Edital**.



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 5 de 6



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Concurso Público n.º 01/2020
Publicação Legal: Manual do Candidato

**19. DOS RECURSOS EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DA PROVA:**

O (A) candidato (a) que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas objetivas disporá do prazo previsto em Edital para efetuar o recurso, apresentando este, pelos meios e formatos estabelecidos em edital. Recursos sem o preenchimento dos requisitos legais dispostos no edital serão desconsiderados e indeferidos sem a apreciação do mérito.

Atenção!

Para ingressar com um recurso, o candidato deve acessar a “Área do Candidato”, informando o seu CPF e senha pessoal, a partir do site <http://www.nbsprovas.com.br>, preenchendo de maneira completa o formulário, de modo a atender ao disposto no Item “Dos Recursos” do Edital; ou

Utilizar o formulário próprio para recurso de questão, disponibilizado junto à publicação do Edital (Anexo do Edital), que contém os campos exigidos para a análise recursal, efetuando o protocolo por um dos meios dispostos no Item “Dos Protocolos” do Edital.

O não preenchimento adequado do recurso (eletrônico ou não), a utilização de formulários destinados a outros tipos de recursos, apresentação intempestiva ou ilegível, acarretará no seu indeferimento, sem a apreciação de mérito.

20. DO USO DOS SANITÁRIOS DISPONÍVEIS NO LOCAL DO CONCURSO / SELETIVO:

Antes do início da prova: Os candidatos poderão utilizar livremente os sanitários, antes de seu ingresso em sala de prova. Após assinada a lista de presença e ingressado na sala de prova, não será permitido o uso dos sanitários, devendo aguardar o procedimento de prova.

Após o início da prova: É permitida o uso dos sanitários após 30 minutos do início da prova. A saída do candidato se dará mediante autorização do fiscal de prova e será acompanhado pelo fiscal de corredor e será submetido à varredura eletrônica (detector de metal) antes do uso de sanitários. A recusa ou não permissão da varredura eletrônica (detector de metal) implicará na sua eliminação do candidato do Concurso/Seletivo, bem como a posse de qualquer equipamento eletrônico, mesmo que desligado.

Após o término da prova: Não será permitido o uso dos sanitários.

21. DIVERGÊNCIAS ENTRE ESTA CARTILHA E O EDITAL DO EVENTO:

Na eventual divergência de informação entre esta cartilha e o Edital do Evento, prevalecerá, em qualquer hipótese, a informação constante no Edital.



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 6 de 6

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2020 - FMD

Publicação N° 2380109

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2020
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Fundação Municipal de Desportos, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/1994 e Lei 9.648 de 27/05/1998, que receberá até às 13:30 horas do dia 13 de março de 2020, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:
DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.atende.net, no telefone (47) 3631-6044; 3633-7520 e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Fundação Municipal de Desportos, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min. e das 13:00 às 16h:00min.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos
DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

DECRETO N° 1688/2020

Publicação N° 2380190

DECRETO N° 1688, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Miguel Baptista, Rosilane Zélia dos Santos, Luiz Claudio Gayer Schuves, Margareth Bayerl Keiser, Miriam Regina Schwetler Filipp, Tiago Martinhuk, Ricardo Antonio Homechen e Marcos Goertler para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão que deverá sugerir as novas tarifas de ônibus do transporte coletivo urbano no município de São Bento do Sul, conforme Processo nº 2258/2020.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1217, de 4 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO N° 1689/2020

Publicação N° 2380212

DECRETO N° 1689, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4210, de 26 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul.

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 2301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária
4490510000 - Obras e instalações (06380266) R\$ 160.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte de recurso 02380266 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância em Saúde.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 1690/2020

Publicação N° 2380223

DECRETO N° 1690, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4211, de 26 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O crédito adicional especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 001 - Serviços Administrativos

Atividade: 2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3190050000 - Outros benefícios previdenciários (02060000) R\$ 15.000,00

Unidade: 002 - Abastecimento de Água

Atividade: 2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

3190050000 - Outros benefícios previdenciários (02060000) R\$ 15.000,00

Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.

3190050000 - Outros benefícios previdenciários (02060000) R\$ 10.000,00

Unidade: 005 - Sistema de Resíduos Sólidos

Atividade: 2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

3190050000 - Outros benefícios previdenciários (02060000) R\$ 5.000,00

3390370000 - Locação de mão-de-obra (02060000) R\$ 190.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 001 - Serviços Administrativos

Atividade: 2063 - Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

3190160000 - Outras despesas variáveis – pes. civil (02060000) R\$ 15.000,00

Unidade: 002 - Abastecimento de Água

Atividade: 2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil (02060000)
R\$ 15.000,00

Unidade: 003 - Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 2065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (02060000)
R\$ 10.000,00

Unidade: 005 - Sistema de Resíduos Sólidos

Atividade: 2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (02060000)
R\$ 5.000,00

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (02060000) R\$ 190.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1691/2020

Publicação Nº 2380365

DECRETO Nº 1691, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO PERÍODO ELEITORAL DE 2020, A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO NESSE PERÍODO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas especialmente na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, e

CONSIDERANDO o período eleitoral do ano 2020;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições), e demais normas eleitorais pertinentes à conduta dos agentes públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar os agentes públicos municipais acerca de condutas que lhes são vedadas no período eleitoral, em virtude do pleito a ser realizado;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento, pelo Município de São Bento do Sul, de diversas ações e programas que provocam concentração de pessoas usuárias dos serviços públicos, e que, por isso, visando assegurar a transparência e a conformidade legal dos atos e atividades da administração pública municipal nesse período, necessário faz-se a regulamentação adequada,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece normas para as eleições no ano 2020 e dispõe sobre condutas vedadas neste período eleitoral aos agentes da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Bento do Sul.

§ 1º Este Decreto não afasta o dever de observância das outras normas vigentes.

§ 2º O descumprimento da legislação eleitoral pode acarretar responsabilização civil, penal, eleitoral e administrativa.

§ 3º Os infratores estão sujeitos a sanções de demissão, multa, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o poder público, ressarcimento do dano, dentre outras, nos termos da legislação específica.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos deste Decreto, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou

entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.

CAPÍTULO II VEDAÇÕES

Art. 3º São vedadas as seguintes condutas aos agentes públicos da Administração Pública direta e indireta do Município de São Bento do Sul:

I - ceder ou usar bens móveis ou imóveis da Administração Pública em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada a realização de convenção partidária;

II - usar materiais ou serviços da Administração Pública ou por ela custeados em benefício de candidato, partido político ou coligação, que excedam as prerrogativas consignadas nas normas dos órgãos ou entidades que integram.

III - ceder servidor público municipal ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado e, por vontade própria assim o quiser;

IV - fazer ou permitir uso promocional de distribuição de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pela Administração Pública em favor de candidato, partido político ou coligação;

V - fazer ou permitir a realização de propaganda eleitoral nos prédios ou no interior das repartições da Administração Pública, bem como nos veículos oficiais ou a serviço da Administração Pública, ainda que fora do horário de expediente;

VI - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, a partir de 4 de julho de 2020, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII - transportar eleitores ou fazer uso de veículos da administração municipal a serviço de candidatos e partidos políticos;

VIII - usar telefone, correspondência (internet, postal, entrega pessoal), custeados com recursos públicos, a favor de candidatos, partidos políticos ou coligação;

§ 1º As obras públicas podem ser inauguradas no período eleitoral, vedado o comparecimento de quaisquer candidatos nas eleições de 2020, a partir de 04 de julho de 2020 (art. 77, caput, Lei nº 9.504/97).

§ 2º É permitida a permanência de veículos contendo propaganda eleitoral nos estacionamentos dos prédios públicos, desde que não organizados estrategicamente com o objetivo de promoção de campanha de quaisquer candidatos.

Art. 4º É proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, pela Administração Pública, no período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020.

§ 1º Excetua-se da vedação prevista no caput os casos de:

I - calamidade pública ou estado de emergência;

II - programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público pode acompanhar a execução financeira e administrativa.

§ 2º Os programas sociais não podem ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por este mantida.

§ 3º A distribuição de mudas de plantas, como parte do programa de educação ambiental e a distribuição de material escolar didático, aos alunos da rede municipal de ensino, ficam expressamente excluídas da presente vedação.

§ 4º Nos casos de distribuição de material escolar, aos alunos da rede pública municipal, deverá a Secretaria Municipal de Educação comunicar previamente ao Ministério Público os critérios, a forma e a data da distribuição do material de ensino.

Art. 5º É vedado aos agentes públicos nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, a partir de 03 de julho de 2020 até a posse dos eleitos, ressalvados:

I - a nomeação ou exoneração em cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

II - a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 4 de julho de 2020;

III - a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais, nos termos da Lei Federal nº 7.783, de 28 de junho de 1989, arts. 10 e 11, aqueles que, não atendidos, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população;

§ 2º O enquadramento dos serviços públicos essenciais para fins do disposto no inciso III deste artigo dar-se-á por meio de parecer jurídico

da Procuradoria do Município, em análise dos casos concretos.

Art. 6º É vedada a contratação, paga com recursos públicos, de shows artísticos para a inauguração de obras e promoção de serviços a partir de 4 de julho de 2020.

Art. 7º É vedada a fixação e distribuição de propaganda eleitoral de candidatos, partidos ou coligações nos veículos do sistema de transporte público individual e coletivo de pessoas.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Pública responsáveis pela outorga de autorizações, permissões e concessões, e pela fiscalização dos serviços de transporte individual e coletivo de pessoas, devem dar ampla divulgação a vedação deste artigo aos autorizados, permissionários e concessionários.

Art. 8º É vedado à Administração Municipal direta e indireta, a partir de 07 de abril de 2020, inclusive, até a posse dos eleitos, fazer a revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (art. 73, VIII, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Art. 9º Fica vedada, a partir de 04 de julho de 2020 até a realização do pleito (primeiro e segundo turnos), a transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (art. 73, VI, a, Lei nº 9.504/97).

§ 1º Para fins desse artigo, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital ao Município, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. (art. 25 da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000).

§ 2º Ficam excluídos da vedação prevista neste artigo o repasse de recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente, para execução de obra ou serviço já em andamento, com execução física já iniciada, e com cronograma prefixado, bem como os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

§ 3º Estão fora da vedação legal as transferências efetuadas com base nas normas constitucionais que disciplinam a repartição de receitas tributárias e os recursos destinados à seguridade social, inclusive os destinados ao SUS.

Art. 10 Os condutores dos veículos oficiais ou locados que estiverem a serviço da Administração Pública direta e indireta devem ser orientados pelos dirigentes dos respectivos órgãos ou entidades para não conduzirem ou distribuírem propaganda eleitoral de candidatos, partidos políticos ou coligações, nem permitirem sua afixação nos respectivos veículos.

Art. 11 Os contratos e ajustes realizados pela Administração Pública para a contratação de serviços, bens e obras, inclusive por dispensa ou inexigibilidade de licitação, não sofrem restrições no período eleitoral.

Capítulo III DISPOSIÇÕES SOBRE PUBLICIDADE, PROPAGANDA E PATROCÍNIO

Art. 12 É vedada a divulgação de publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades, em todos os meios de comunicação, de 4 de julho de 2020 até a realização do pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

§ 1º A publicidade deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público.

§ 2º A publicidade institucional deve ser retirada até 4 de julho de 2020 de todos os sítios oficiais da rede de acesso à internet vinculados aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, para cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º O material de publicidade institucional que, excepcionalmente, deva ser veiculado no período entre 04 de julho de 2020 até a data das eleições, deverá ser encaminhado, previamente e em tempo hábil, por meio de ofício, à Procuradoria do Município, acompanhado da justificativa sobre a grave e urgente necessidade pública a justificar a sua veiculação, para peticionamento ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

§ 4º As peças e campanhas publicitárias, por quaisquer meios, quando autorizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, só poderão ser veiculadas nos exatos termos em que enviadas à Justiça Eleitoral, e por ela autorizadas, inclusive com as eventuais modificações determinadas.

§ 5º Nos atos públicos a serem realizados pelo Município, como audiências públicas, inaugurações ou lançamentos de obras públicas, fica determinado aos agentes que conduzirem os referidos atos, que divulguem, expressamente, antes do início dos trabalhos externos, que é proibida a menção a qualquer candidato, candidatura ou a qualquer aspecto do processo eleitoral.

Art. 13 A aplicação de slogan institucional fica suspensa a partir do dia 04 de julho de 2020.

§ 1º O slogan institucional deve ser retirado ou coberto, até o dia 03 de julho de 2020, inclusive dos sítios de órgãos e entidades das administrações direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Também devem ser retirados todos os conteúdos caracterizados como publicidade institucional do Município, a fim de que o sítio na internet disponibilize apenas informações e serviços regularmente prestados à população.

Art. 14 É vedada a realização no primeiro semestre do ano de 2020 de despesas com publicidade dos órgãos ou das entidades da Administração Pública direta e indireta, que excedam à média dos gastos do primeiro semestre dos 3 últimos anos que antecedem o pleito.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 O descumprimento pelos agentes públicos municipais das disposições previstas neste Decreto implicará na aplicação das penalidades administrativas, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 16 Nos termos previstos no art. 83, § 4º, da Resolução n. 23.610 do Tribunal Superior Eleitoral, o descumprimento das disposições abarcadas pelo presente Decreto acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os agentes responsáveis à multa no valor de R\$ 5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixados pelas demais leis vigentes.

Art. 17 A análise sobre as restrições relativas ao ano eleitoral, por meio de parecer jurídico, é de competência exclusiva da Procuradoria do Município, devendo as consultas serem encaminhadas por ofício ou memorando interno ao Procurador do Município, acompanhadas de informações e documentos capazes de subsidiar a integral análise da questão.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 10004/2020 E 10006/2020

Publicação Nº 2380356

ERRATA:
Na publicação da Portaria nº 10004, de 25 de fevereiro de 2020, na Edição nº 3065, página 1319 de 27 de fevereiro de 2020, do Diário Oficial dos Municípios, no local que se lê "Professor Anos Iniciais", leia-se "Atendente Educativo".
Na publicação da Portaria nº 10006, de 25 de fevereiro de 2020, na Edição nº 3065, página 1319/1320, de 27 de fevereiro de 2020, do Diário Oficial dos Municípios, no local que se lê "LEILA DA SILVA FELICIANO", leia-se "LEIA DA SILVA FELICIANO".

ERRATA Nº 4210/2020

Publicação Nº 2380179

ERRATA:
Na publicação da Lei nº 4210, de 26 de fevereiro de 2020, na Edição nº 3064, página 2332/2333 de 26 de fevereiro de 2020, do Diário Oficial dos Municípios, no local que se lê "São Bento do Sul, 26 de janeiro de 2020", leia-se "São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2020".

PORTARIAS Nº 10036/2020 A 10097/2020

Publicação Nº 2380350

PORTARIA Nº 10036, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

A partir de 1º de março de 2020, conceder ao servidor LEONIR DIAS RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, na Empresa Municipal de Habitação, a gratificação de função FG 2 – Agente de Serviços Gerais.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10037, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 25 de fevereiro de 2020, JOCELI DE JESUS, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10038, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ANALIRIA PEYERL, no cargo de Atendente Educativo, do Concurso Público nº 009/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 3835/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10039, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, por acordo, a partir de 17 de fevereiro de 2020, o servidor público JOÃO CARLOS LOURENÇO, ocupante do cargo de Operador de Máquina, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10040, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, a partir de 26 de fevereiro de 2020, o servidor público SERGIO WOLFF, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de servidores do Gabinete do Prefeito para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10041, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores ARIEL POLETTI STRICKER e GABRIEL LOUREIRO, ambos ocupantes do cargo de Engenheiro Civil, ANA

PAULA PETREÇA KNOP, ocupante do cargo de Atendente Educativo responsável pelo Programa de Apoio a Criança Adoecida e Busca Ativa, todos lotados na Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- GM/Celta, placas MFC 7635;
- Renault/Sandero, placas MFF 5815;
- Fiat/Doblo, placas OKH 6618;
- Renault/Clio, placas QHC 1467.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10042, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 20 de janeiro de 2020, APARECIDA BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10043, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 24 de janeiro de 2020, SANDRA MARIA SIMONGOZESKI NIEPÇUI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10044, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 6 de fevereiro de 2020, VILMAR ANTUNES, ocupante do cargo efetivo de Vigia - Extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10045, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei

nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 4 de novembro de 2019, ANGELA APARECIDA RECKZIEGEL HUBNER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10046, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 10 de novembro de 2019, MARLI APARECIDA DA SILVA TASCHEK, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Especialização, Nível III, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10047, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 14 de novembro de 2019, ELIANE MARIA ZWIEFKA ALVES, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10048, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 16 de novembro de 2019, RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10049, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 22 de novembro de 2019, CLAUDIA MICHELE BIABOCK PIRAN, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10050, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 27 de novembro de 2019, SIRLENE ALTMANN DA ROCHA, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10051, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 15 de dezembro de 2019, ADRIANA GARCIA CORREA, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário - Extinção, Magistério, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10052, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 15 de dezembro de 2019, SIMONE PREISLER MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10053, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de dezembro de 2019, JULIANA FORTESKI, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário - Extinção, Magistério, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10054, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 19 de dezembro de 2019, MINALISE NAZARIO DOS SANTOS BUENO FRANCO, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10055, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, JOÃO ORLANDO DOS NASCIMENTO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Berçário - Extinção, Ensino Médio, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10056, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ELIANE ODIA, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10057, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, KETLEN LUCIANE RANK, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10058, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ANTONIO CARLOS CONTEZINI, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10059, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, DEONILDE RUDNICK, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10060, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ELIANE MARIA MUNCINELLI DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10061, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ELIANE SIOMARA BRAND, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10062, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ELISABETH SADOWSKY, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10063, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, EUNICE TEREZINHA HILGESTIELER PERES, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10064, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, MARCIA SUELI WEILLER PSCHIEDT, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10065, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, NADIA REJANE DE BORBA, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10066, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ROSANE BELLO RANK, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10067, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ROSELI HACKBARTH, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10068, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, SELMA APARECIDA BASILIO, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10069, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, SINTIA DE CASSIA PEDROZO, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 10070, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, SUELI TEREZINHA ZWIEFKA RANDIG, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 10071, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, VIVIANE APARECIDA PILAT GNOINSKY, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 10072, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, VIVIANE MERI NEUBAUER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 10073, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, SANDRA ELISABETH PIEKARSKI, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais

- Extinção, Magistério, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe H para Classe I.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10074, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, MARGARIDA KRIEGER ALVES, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10075, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ROSELENE PEREIRA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10076, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ROSILENE APARECIDA SUCKY HEIDEN, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10077, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, SUSANA ANDREA DAL BO HUEBNER, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10078, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, LUCIANE RAIMUNDO LISBOA, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil - Extinção, Magistério, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10079, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 31 de dezembro de 2019, ROSANE ZIEMANN, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil - Extinção, Especialização, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10080, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 1º de janeiro de 2020, ELISANGELA RANDIG ENDLER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 5 de janeiro de 2020, LUZIA MARGARETE ALVES TIBES, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10082, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 5 de janeiro de 2020, ROBERTA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil - Extinção, Especialização, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe D para Classe E.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10083, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 6 de janeiro de 2020, IVETE VARELA LANGER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10084, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 8 de janeiro de 2020, CRISLAINE SCHIFLER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10085, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 23 de janeiro de 2020, BERNADETE PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Berçário - Extinção, Magistério, Nível III, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe F para Classe G.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10086, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 24 de janeiro de 2020, SOLANGE NATALI BORGES, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10087, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 25 de janeiro de 2019, ELISA MARIA MUENCH VERGOPOLAN, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10088, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 28 de janeiro de 2019, SELMA ADRIANA NOGUEIRA ADRIANO, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Licenciatura Plena, Nível I, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10089, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 30 de janeiro de 2020, LEILA REGINA APARECIDA BASTOS TISCHNER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10090, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 30 de janeiro de 2020, MARISOL HANNEMANN ITNER, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10091, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Promove Servidor público municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 1º de fevereiro de 2020, ROSELI TERESINHA KONEFAL, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, Especialização, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe I para Classe J.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10092, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 9597, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10093, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 9598, de 4

de fevereiro de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10094, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 9599, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10095, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 9600, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10096, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único do artigo 156 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº 9601, de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Comissão Sindicância Administrativa no mencionado processo até a presente data.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10097, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.
Designa Defensor Dativo para Processo Administrativo Disciplinar e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso da competência que lhe confere e nos termos do § 2º do art. 174, da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora EDINÉIA NARLOK KALUZNY, matrícula funcional nº 30.620, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, na Procuradoria Jurídica, para atuar como Defensor Dativo, e em vista disso apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua citação, defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2018, a que responde o servidor J.H.C., matrícula funcional nº 36.859, ocupante do cargo de Atendente Educativo, o qual, apesar de pessoalmente citado, não apresentou defesa escrita no prazo legal, tendo sido declarado revel.

Art. 2º. Para os fins do disposto nessa portaria, o Defensor Dativo terá vista dos respectivos autos na sede da Comissão Processante Especial, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos dias úteis das 08:00h às 11h30h, podendo solicitar cópia integral do processo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIAS SECAD 0067 A 0073

Publicação Nº 2379966

PORTARIA/SECAD Nº 0067 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a FERNANDA CRISTINA PIONTKIEWICZ GONSCHOROVSKI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 16/02/2020 a 17/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0068, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a SELMA LEONIR ALVES DOS SANTOS RODENA, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á nos períodos de 12/02/20 a 10/05/20.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0069, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder a JURACI WOSSGRAU ERZINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á nos períodos de 22/01/2020 a 16/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0070, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Conceder a DANIELE MARIA WEDDERHOFF, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á nos períodos de 25/02/2020 a 10/03/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0071 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.
RESOLVE:

Art. 1º Concede a SOLANGE DE FATIMA ALEXI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 12/02/2020 a 25/05/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0072 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Prorroga Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a BARBARA ALICE ENGLER SCHUHMACHER, ocupante do cargo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 29/02/2020 a 29/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

PORTARIA/SECAD Nº 0073 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
Concede Auxílio Doença

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Concede a RODRIGO SCHREINER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, na Empresa Municipal de Habitação, Auxílio Doença.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 01/02/2020 a 17/03/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de Fevereiro de 2020.

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 15/2020

Publicação Nº 2379661

CONTRATO Nº 15/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA ALBINO SA FILHO, 1796 na Cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob nº 16738785000134, neste ato representado pelo Sr. GILBERTO LUIZ ORLANDINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 020.285.509-02, residente e domiciliado na RUA ALBINO SA FILHO, 1796 na Cidade de Chapecó - SC, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
3	240,00	Und	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 46,2% 1 LT INPM	flops	5,24	1.257,60
21	30,00	Und	ESPONJA DE AÇO	relux	1,90	57,00
44	8,00	Und	TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO MEDINDO 70 X 1,20 M DIVERSAS CORES DE BOA QUALIDADE	belei	14,79	118,32
Total						1.432,92

O valor total do contrato é de R\$ 1.432,92 (um mil quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos materiais, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 27/02/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- I - Efetuar a entrega dos produtos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.
- II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.
- III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os produtos contratados.
- IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os produtos ora contratado em qualquer esfera.
- V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 21/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.
- VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- I - Fiscalizar e controlar dos produtos contratados.
- II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.
- III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 21/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.
- II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.
- III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.
- V - Fica por desde já, ciente e designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 27 de Fevereiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI GILBERTO LUIZ ORLANDINI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 16/2020

Publicação Nº 2379664

CONTRATO Nº 16/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a Rua Verônica Scheid s/n na Cidade de Planalto Alegre - SC, inscrita no CNPJ sob nº 05919156000194, neste ato representado pela Sra. RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS, brasileira, casada, portadora do CPF nº 005.351.199-92, residente e domiciliada na RODOVIA SC 283 na Cidade de Planalto Alegre - SC, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO SC, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
16	48,00	Und	DESINFETANTE 5 LITROS, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO: COMPOSTO BIODEGRADÁVEL: ÓLEO DE PINHO, EMULSIFICANTE, BACTERICIDA, CONSERVANTE, VEÍCULO, SEQUESTRANTE E CORANTE. ALCALINIDADE: PRODUTO NEUTRO - PH 6,5 A 7,5. ASPECTO: LÍQUIDO COR: MEL TRANSLÚCIDO. ODO: CARACTERÍSTICO: PINHO. VALIDADE: 02 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSA NO RÓTULO.	BELADONA	9,73	467,04
30	2,00	FDO	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA DUPLA MACIO 16 X 4 X 30 MT	GUIPEL3387	81,98	163,96
32	10,00	PCT	PAPEL TOALHA INTERFOLHA , PCT. COM 1000 FOLHAS	GUIPEL2105	9,80	98,00
34	4,00	Und	RODO DE ESPUMA C/ CABO 40 CM COM FIBRA VERDE	LOCATELI	9,50	38,00
50	6,00	Und	VASSOURA DE PLASTICO RESISTENTE COM CABO DE MADEIRA EM NYLON E CORDAS PET, DIMENSÕES (Altura / Largura) 10 cm / 40 cm	LOCATELI	11,90	71,40
Total						838,40

O valor total do contrato é de R\$ 838,40 (oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos produtos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 27/02/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

- O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.
- O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.
- O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos produtos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os produtos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os produtos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 21/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.
VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos produtos contratados.
II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.
III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 21/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2020 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.
II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.
III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.
V - Fica por desde já, ciente e designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 27 de Fevereiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI RENATA
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

RAQUEL AHLF DOS SANTOS
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 17/2020

Publicação Nº 2379666

CONTRATO Nº 17/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica, de direito privado, sito n Linha Taquari no Município de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 22094574000109, neste ato representado pelo Sr. AMARILDO PAIN HENRIQUE, brasileiro, casado, portador do CPF nº 072.695.639-26, residente e domiciliado na LINHA TAQUARI na Cidade de São Lourenço do Oeste – SC, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS

E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório nº 21/2020 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 21/2020 , modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
22	10,00	Und	ESPONJA DE LOUÇA C/ 3 UNIDADES	EXPONFLORA	3,79	37,90
38	60,00	Und	SACO DE LIXO 15 LITROS ROLO C/ 100 SACOLAS	ECOO	8,30	498,00
40	50,00	PCT	SACO P/ LIXO 30LT PACOTE C/ 50 UNIDADES	ECOO	8,30	415,00
42	30,00	Und	SACOS DE LIXO CAP. 100 LTS C/ 10 UNIDADES	ECOO	5,35	160,50
Total						1.111,40

O valor total do contrato é de R\$ 1.111,40 (um mil cento e onze reais e quarenta centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos produtos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 27/02/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

- O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.
- O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.
- O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- Efetuar a entrega dos produtos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.
- Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os produtos contratados.
- É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os produtos ora contratado em qualquer esfera.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 21/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.
- Fornecer produtos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- Fiscalizar e controlar dos produtos contratados.
- Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.
- Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 21/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, ciente e designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 27 de Fevereiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

AMARILDO PAIN HENRIQUE
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 18/2020

Publicação Nº 2379670

CONTRATO Nº 18/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME, inscrita no CNPJ nº 19634481000115, localizada na Rua Rodovia Br. 282 Km 572,5, na Cidade Nova Erechim, - SC, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. LEANDRO APARECIDO DE PAULA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Rodovia Br. 282 Km 572,5, na Cidade Nova Erechim - SC, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens abaixo demonstrados, do Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
2	58,00	Und	AGUA SANITÁRIA EMB. 5LT	glamour	10,38	602,04
5	30,00	Und	AMACIANTE DE ROUPAS EMB. 5LT	glamour	12,28	368,40
17	16,00	Und	DESINFETANTE LÍQUIDO MULTI-USO 5 LITROS	glamour	6,62	105,92
Total						1.076,36

O valor total do contrato é de R\$ 1.076,36 (um mil e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos produtos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 27/02/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

- a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.
- b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.
- c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos produtos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os produtos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os produtos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 21/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos produtos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 21/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V – Fica por desde já, ciente e designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 27 de Fevereiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI

Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

LEANDRO APARECIDO DE PAULA

Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI

OAB/SC – 15.411

Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO N° 19/2020

Publicação N° 2379672

CONTRATO N° 19/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica, de direito privado, sito ACESSO FLORENAL RIBEIRO, 1331, 1331 LET na Cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob nº 07814016000187, neste ato representado pela Sra. GISELE DOS SANTOS, brasileira, portadora do CPF nº 037.326.939-02, residente e domiciliado na ACESSO FLORENAL RIBEIRO, 1331, 1331 LET na Cidade de Chapecó - SC, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COPA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COPA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC., do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
9	36,00	Und	CAFÉ GRANULADO EMBALAGEM DE VIDRO 200GR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO, SABOR NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMações: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMações NUTRICIONAIS E ATENDER AS EXIGÊNCIAS ANVISA.	AMIGO	11,45	412,20
18	16,00	Und	DETERGENTE 5 LITROS	IDEAL	13,90	222,40
28	30,00	Und	PANO P/ CHÃO (SACO CRÚ) TAMANHO 60 CM X 78 CM	MARTINS	5,29	158,70
46	15,00	Und	TOALHA DE ROSTO MEDINDO 44 CM X 72 CM BOA QUALIDADE 100% ALGODÃO COLORIDAS.	MARTINS	7,75	116,25
101	30,00	KG	ERVA MATE 1KG	CHIRU	10,35	310,50
Total						1.220,05

O valor total do contrato é de R\$ 1.220,05 (um mil duzentos e vinte reais e cinco centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:

2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos produtos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 27/02/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos produtos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os produtos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os produtos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 21/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos produtos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 21/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino - SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, ciente e designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 27 de Fevereiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

GISELE DOS SANTOS
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 20/2020

Publicação Nº 2379674

CONTRATO Nº 20/2020

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr. AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA SANTA CATARINA 813, na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 13995853000152, neste ato representada pela Sra. SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENING, brasileira, casada, portadora do CPF nº 015.942.379-13 residente e domiciliada na RUA SANTA CATARINA 813, na cidade de Maravilha - SC, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA E COZINHA PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA E COZINHA PARA UTILIZAÇÃO EM PROGRAMAS E AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC., do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens abaixo identificados, do Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
6	60,00	Und	AROMATIZADOR DE AMBIENTES 360 ML SPRAY AEROSOL	ULTRA FRESH	10,30	618,00
14	200,00	PCT	COPO DESCARTAVEL MÉDIO CAP.180ML PCT C/ 100 UN	COPOSUL	4,65	930,00
36	48,00	Und	SABÃO EM PÓ EMBAL. 01 KG	GIRNADO SOL	6,35	304,80
100	12,00	PCT	ACUCAR CRISTAL BRANCO FINO EMBALAGEM C/ 5 KG PLÁSTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE	DOCESUCAR	10,37	124,44
Total						1.977,24

O valor total do contrato é de R\$ 1.977,24 (um mil novecentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguintes dotações orçamentárias:
2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos produtos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de 27/02/2020 até 31/12/2020, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos produtos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os produtos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os produtos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 21/2020 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer produtos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos produtos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 21/2020, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2020 do Fundo municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 21/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V – Fica por desde já, ciente e designado o Sr. Agostinho Luzzi, Secretário da Saúde, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 27 de Fevereiro de 2020.

AGOSTINHO LUZZI
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENING
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC – 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 14/2020

Publicação Nº 2380501

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 014/2020

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.020, centro, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a Sra. MARIA JANAYNA SALES DE SENA, brasileira, solteira, inscrita no CPF n. 008.562.362-84, R.G. 6.546.095, com endereço na Linha São José, interior, em São Bernardino/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONSIDERANDO:

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 049/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se sem Agente Auxiliar de Creche para uma das turmas da Creche em razão da ocupante do cargo efetivo estar em licença para tratamento de saúde e na sequência licença prêmio;
4. Que não existe tempo hábil para a realização de processo licitatório para compra de serviços;
5. A necessidade de dispor de profissional para atuar junto aos trabalhos desenvolvidos pelo Município contratante pela necessidade de continuidade da prestação do serviço público à população local;
6. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de Agente Auxiliar de Creche-Temporário, a ser desempenhado junto à Creche Municipal João Claudio Bevilaqua, com uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO:

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.173,04 (um mil cento e setenta e três reais e quatro centavos), coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais.

CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 02 de março de 2020

PRAZO DE CONCLUSÃO: 18 de dezembro de 2020

CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A) – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Agente Auxiliar de Creche – Temporário.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

DAS PENALIDADES – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último.

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTES CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, 02 de março de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MARIA JANAYNA SALES DE SENA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF: _____

2ª _____ CPF: _____

DECRETO Nº 76/2020

Publicação Nº 2379781

DECRETO Nº 076/2020 DE 26/02/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.982,52 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência Social Geral

AÇÃO =====> Manutenção do Programa CRAS/PAINF

VALOR =====> R\$ 5.270,03 (cinco mil duzentos e setenta reais e três centavos)

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Pavimentação de Ruas

VALOR =====> R\$ 8.712,49 (oito mil setecentos e doze reais e quarenta e nove centavos)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 13.982,52 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.982,52 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência Social Geral

AÇÃO =====> Manutenção do Programa CRAS/PAINF

VALOR =====> R\$ 5.270,03 (cinco mil duzentos e setenta reais e três centavos)

PROGRAMA ==> Vias Urbanas

AÇÃO =====> Pavimentação de Ruas

VALOR =====> R\$ 8.712,49 (oito mil setecentos e doze reais e quarenta e nove centavos)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 13.982,52 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.982,52 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 06.00 – Secretaria do Desenvolvimento Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.01 – FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

08.000.0000.0.000.000 – Assistência Social

08.244.0000.0.000.000 – Assistência Comunitária

08.244.0014.0.000.000 – Assistência Social Geral

08.244.0014.2.045.000 – Manutenção do Programa CRAS/PAINF

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 3890 Sup. Alienação de bens – Executivo R\$ 5.270,03

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria de Infraestrutura

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo

15.451.0000.0.000.000 – Infraestrutura Urbana

15.451.0019.0.000.000 – Vias Urbanas

15.451.0019.1.003.000 – Pavimentação de Ruas

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 3012 Superávit Conv. Trans. – Prefeitura R\$ 8.712,49

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 13.982,52 (treze mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 26 de Fevereiro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda**DECRETO Nº 77/2020**

Publicação Nº 2379783

DECRETO Nº 077/2020 DE 26/02/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso II do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso I da letra “C”, do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.488,79 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento

AÇÃO =====> Manutenção da Administração geral

VALOR =====> 8.788,79 (oito mil setecentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos)

PROGRAMA ==> Assistência Social Geral

AÇÃO =====> Manutenção do Programa CRAS/PAINF

VALOR =====> 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 26.488,79 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.488,79 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento

AÇÃO =====> Manutenção da Administração geral

VALOR =====> 8.788,79 (oito mil setecentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos)

PROGRAMA ==> Assistência Social Geral

AÇÃO =====> Manutenção do Programa CRAS/PAINF

VALOR =====> 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 26.488,79 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.488,79 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento da Administração

04.000.0000.0.000.000 – Administração

04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral

04.122.0003.0.000.000 – Administração e Planejamento

04.122.0003.2.003.000 – Manutenção da Administração Geral

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1889 – Alienação de Bens – Executivo R\$ 8.788,79



ÓRGÃO: 06.00 – Secretaria do Desenvolvimento Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.01 – FMAS – Fundo Municipal Assistência Social

08.000.0000.0.000.000 – Assistência Social

08.244.0000.0.000.000 – Assistência Comunitária

08.244.0014.0.000.000 – Assistência Social Geral

08.244.0014.2.045.000 – Manutenção do Programa CRAS/PAINF

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1889 – Alienação de Bens – Executivo R\$ 17.700,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 26.488,79 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 26 de Fevereiro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Resp. Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 78/2020

Publicação Nº 2379787

DECRETO Nº 078/2020 DE 26/02/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso II do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso I da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento

AÇÃO =====> Manutenção da Administração geral

VALOR =====> R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento

AÇÃO =====> Manutenção da Administração geral

VALOR =====> R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), serão utilizados recursos proveniente da tendência de

excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento da Administração

04.000.0000.0.000.000 – Administração

04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral

04.122.0003.0.000.000 – Administração e Planejamento

04.122.0003.2.003.000 – Manutenção da Administração Geral

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1378 – Transferência Convênio Estado Aquisição Equipamento Para Saúde
..... R\$ 49.851,86

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 49.851,86 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 26 de Fevereiro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 80/2020

Publicação Nº 2380497

DECRETO Nº 080/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada para tomar posse no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do presente, a candidata aprovada no Processo Seletivo Edital 02/2019, classificada em 1º (primeiro) lugar para o cargo de Agente Auxiliar de Creche - temporário, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 002/2003 e Lei Complementar 005/2005, conforme segue:

Nome: MARIA JANAYNA SALES DE SENA

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Código/Cargo: 37 – Agente Auxiliar de Creche - Temporário

Vencimento Base: Nível 000004

Classe A - 003

Carga Horária: 40 horas semanais

Período do contrato: 02 de março de 2020 à 18 de dezembro de 2020

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC,
em 28 de fevereiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 80/2020

Publicação N° 2379550

PORTARIA N° 080/2020 DE 17/02/2020

HOMOLOGA DESISTÊNCIA DE VAGA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2018 DE 28/08/2018, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e em especial Item 12 do Edital de Chamamento 01/2019 de 10/12/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a desistência de vaga de CAMILA TEZZA, do Edital de Processo Seletivo 01/2018 de 28/08/2018, referente ao emprego público de Psicóloga, para o qual foi nomeada pelo Decreto n° 066/2020 de 06/02/2020, conforme declaração de desistência de vaga em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 17 de fevereiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. de Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 82/2020

Publicação N° 2380659

PORTARIA N° 082/2020 DE 17/02/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal n° 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. CASILDO ALBERTO GUTJIAR ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 360/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 14/02/2020 por período indeterminado, conforme atestado médico do Dr. Rafael Ricardo Lazzari (CRM/SC 4070), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 17 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 84/2020

Publicação Nº 2380572

PORTARIA Nº 084/2019 DE 20/02/2020

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAR NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELTRÔNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Decreto Federal n. 10.024/2019 e Artigo 8º do Decreto nº 017/2006 de 02/01/2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. EDILAINE GOMES WERNER, portadora do CPF nº 087.324.759-00, para atuar como PREGOEIRO nos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Eletrônico, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Art. 2º Fica designada a Sra. MARLI TALIAN KRINDGES CPF n. 016.359.849-55 para realizar Atas necessárias e para atuar como Pregoeira substituta, nos casos em que a pregoeira oficial não puder participar.

Art. 3º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a equipe de apoio relativo aos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Eletrônico, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Membro: TEGLA INÊS KRINDGES LUDWIG
CPF: 981.482.309-00

Membro: DÉBORA PAULA BITENCOURT
CPF: 088.471.049-12

Suplente: GIOMAR PASTORELLO LOPES
CPF: 771.895.749-72

Membro: ALCINO BELOLLI BORGES
CPF: 867.254.759-49

Art. 4º - Aos Cidadões a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 20 de Fevereiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 85/2020

Publicação Nº 2380579

PORTARIA Nº 085/2020 DE 28/02/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIZE DE FATIMA GOBI, matrícula 464/01, do dia 02/03/2020 à 20/03/2020, (19dias) referente ao período aquisitivo de 16/04/2017 à 15/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 86/2020

Publicação Nº 2380582

PORTARIA Nº 086/2020 DE 28/02/2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELA ECHEVESTE DOS SANTOS LUDWIG, matrícula 1188/01, do dia 02/03/2020 à 31/03/2020, (30 dias) referente ao período aquisitivo de 13/02/2018 a 12/02/2019, conforme estabelece a Lei 04/97 de 06/01/1997, Lei 042/2014 de 26/03/2014 e Lei 045/2014 de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 87/2020

Publicação Nº 2380588

PORTARIA Nº 087/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidor Público Municipal, Sr. LEONIR ANTONIO LUDWIG, matrícula 247/01, do dia 02/03/2020 à 31/03/2020, referente ao período aquisitivo de 07/06/2016 a 06/06/2017, conforme estabelece o artigo nº 1023 da Lei 04/97 de 06/01/1997, Lei 042/2014 de 26/03/2014 e Lei 45/2014 de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 88/2020

Publicação Nº 2380592

PORTARIA Nº 086/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELA ECHEVESTE DOS SANTOS LUDWIG, matrícula 1188/01, do dia 02/03/2020 à 31/03/2020, (30 dias) referente ao período aquisitivo de 16/04/2017 à 15/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 89/2020

Publicação Nº 2380593

PORTARIA Nº 089/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. ANA PAULA SCHULZ NILSSON, matrícula 517/06, do dia 16/03/2020 à 14/04/2020, (30 dias) referente ao período aquisitivo de 22/08/2018 a 21/08/2019, conforme estabelece o artigo nº 1023 da Lei 04/97 de 06/01/1997, Lei 042/2014 de 26/03/2014 e Lei 45/2014 de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 90/2020

Publicação Nº 2380597

PORTARIA Nº 090/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIZE DE FATIMA GOBI, matrícula 464/01, do 21/03/2020 à 31/03/2020, (11 dias) referente ao período aquisitivo de 16/04/2018 à 15/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 91/2020

Publicação Nº 2380601

PORTARIA Nº 091/2019 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei municipal nº 004/97 de 06/01/1997, Lei 818/2010 de 16/09/2010.	

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença Prêmio em período integral à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANA KUMM DA SILVA MOURA, ocupante do cargo de MONITOR (A) DE CRECHE, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 487/01 e 487/02, de 01/03/2020 a 31/05/2020, referente ao período aquisitivo de 04/02/2013 a 03/02/2018, conforme determina artigo 126 da Lei municipal nº 004/97 de 06/01/1997, Lei 818/2010 de 16/09/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Secretária Municipal da Administração e fazenda

PORTARIA Nº 92/2020

Publicação Nº 2380604

PORTARIA Nº 092/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidor Público Municipal, Sr. LACIR DOMINGOS PIAIA, matrícula 1215/01, do dia 02/03/2020 à 31/03/2020, referente ao período aquisitivo de 06/03/2016 a 05/03/2017, conforme estabelece o artigo nº 1023 da Lei 04/97 de 06/01/1997, Lei 042/2014 de 26/03/2014 e Lei 45/2014 de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 93/2020

Publicação Nº 2380608

PORTARIA Nº 093/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EFEITOS DA PORTARIA 046/2020 DE 02/01/2020 A PARTIR DE 02/03/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 122, §4º da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os efeitos da Portaria nº 046/2020 de 02/01/2020, a qual concedia Licença Prêmio no período de 01/01/2020 a 31/03/2020 à servidor público municipal, Sr. SINÉSIO JOSÉ KUNZ, ocupante do cargo de OPERADOR 1, matrícula 114/02, a partir de 02/03/2020, em razão da necessidade de trabalhos na manutenção das estradas vicinais e novas ações no município, conforme programação e necessidade da secretaria competente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 2020.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 94/2020

Publicação Nº 2380611

PORTARIA Nº 094/2020 DE 28/02/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidor Público Municipal, Sr. MARCIO LUIZ KUNZ, matrícula 467/01, do dia 02/03/2020 à 31/03/2020, referente ao período aquisitivo de 10/02/2018 a 09/02/2019, conforme estabelece o artigo nº 1023 da Lei 04/97 de 06/01/1997, Lei 042/2014 de 26/03/2014 e Lei 45/2014 de 22/10/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de fevereiro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 038/2020 - ADM

Publicação Nº 2383829

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 038/2020 - ADM
Pregão Presencial SRP nº 021/2020- ADM
Tipo: Maior Desconto por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS, E SERVIÇOS MECANICOS PARA A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, SENDO PEÇAS GENUÍNAS DA MARCA DE CADA MÁQUINA, OU ORIGINAIS DO FABRICANTE OU HOMOLOGADAS PELAS MONTADORAS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 07:30 horas até as 07:50horas – dia 13 de março de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:00horas– dia 13 de março de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 02 DE MARÇO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO 040/2020 - ADM

Publicação Nº 2383832

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 040/2020 - ADM
Pregão Presencial SRP nº 022/2020- ADM
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO MUNCK PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 09:30 horas até as 09:50horas – dia 13 de março de 2020.
Abertura dos Envelopes: 10:00horas – dia 13 de março de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 02 DE MARÇO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO 041/2020 - ADM

Publicação Nº 2383835

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 041/2020 - ADM
Pregão Presencial SRP nº 023/2020- ADM
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO MATERIAL DE CÔPA, COZINHA, HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO E GÁS DE COZINHA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUNTO AO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 13:30 horas até as 13:50horas – dia 13 de março de 2020.
Abertura dos Envelopes: 14:00horas – dia 13 de março de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 02 DE MARÇO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°063/2020

Publicação N° 2380620



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

063/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF N° 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): VERA MARIA PEREIRA MUNZLINGER residente na RUA GETULIO VARGAS, 539 – BAIRRO CRISTO REI, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade N°3.601.832 CPF nº 043.020.129-00 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professor de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a CEIM Aquarela que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 17/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 17 de Fevereiro de 2020

VERA MARIA PEREIRA MUNZLINGER
CPF: 043.020.129-00
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°064/2020

Publicação N° 2380622



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

064/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF N° 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): CATARINA FERNANDA MARTIN residente na RUA MAL. MASCARENHA DE MORAIS, 128 – BAIRRO JARDIM ALVORADA, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade N° 7.261.296 CPF nº 113.782.219-82 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Estagiária, com 20 horas semanais, junto a CEIM Cantinho Alegre que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 002/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 17/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 17 de Fevereiro de 2020

CATARINA FERNANDA MARTIN
CPF: 113.782.219-82
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°065/2020

Publicação N° 2380623



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

065/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF N° 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): LETICIA CAVALHEIRO DE MATTOS residente na RUA KONRAD ADENAUER, 281 – BAIRRO CRISTO REI, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade N° 7.232.632 CPF nº 113.096.169-90 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Estagiária, com 20 horas semanais, junto a CEIM Cantinho Alegre que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 002/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 17/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 17 de Fevereiro de 2020

LETICIA CAVALHEIRO DE MATTOS
CPF: 113.096.169-90
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº066/2020

Publicação Nº 2380625



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

066/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): CRISCHIMAN DA SILVA E SILVA residente na RUA JORGE LACERDA, 45 – CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 6.815.253 CPF nº 072.312.629-10 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Estagiário, com 20 horas semanais, junto a CEIM Rabisco que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 001/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 17/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 17 de Fevereiro de 2020

CRISCHIMAN DA SILVA E SILVA
CPF: 072.312.629-10
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°067/2020

Publicação N° 2380627



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

067/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): VANESSA MARIA DOS SANTOS residente na RUA DO COMERCIO, 866 - CENTRO, Município de PLANALTO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 5.521.836 CPF nº 070.052.049-05 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a CEIM Rabisco que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

VANESSA MARIA DOS SANTOS
CPF: 070.052.049-05
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°068/2020

Publicação N° 2380630



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

068/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): DEIZE IARA HERMANN AZEVEDO residente na RUA VISC DO RIO BRANCO, 62 - CENTRO, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 3.127.768 CPF nº 004.857.589-54 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a todos os CEIM's (coringa) que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

DEIZE IARA HERMANN AZEVEDO
CPF: 004.857.589-54
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº069/2020

Publicação Nº 2380631



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****069/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): SIMONE AREND DA FONSECA residente na RUA MARANHÃO, 342 - BALNEÁRIO DE PRATAS Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 4.734.689-2 CPF nº 057.996.429-96 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a todos os CEIM's (coringa) que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

SIMONE AREND DA FONSECA
CPF: 057.996.429-96
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº070/2020

Publicação Nº 2380634



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

070/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): RENISE MARIA HEINEN residente na RUA LARY ANTONIO ZART, 35 – CENTRO Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº 4.791.502 CPF nº 053.632.729-70 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a CEIM Cantinho Alegre que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

RENISE MARIA HEINEN
CPF: 053.632.729-70
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°071/2020

Publicação N° 2380635



Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS****CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO****Nº****071/2020**

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF N° 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): VANESSA MALLMANN residente na AV SANTA CATARINA 1688 – CENTRO Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade N°4.466.120 CPF nº 071.545.959-73 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a CEIM Rabisco que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

VANESSA MALLMANN
CPF: 071.545.959-73
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°072/2020

Publicação N° 2380636



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

072/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): GILDEIA BAGNARA residente na AV SANTA CATARINA 1688 – CENTRO Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº4.363.548 CPF nº 049.006.819-70 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a CEIM Cantinho Alegre que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

GILDEIA BAGNARA
CPF: 049.006.819-70
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°073/2020

Publicação N° 2380640



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

073/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF N° 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): GABRIELE CRISTINE NICOLDI residente na AV SANTA CATARINA 1287 – CENTRO Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade N°7.263.734 CPF nº 113.925.499-57 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto a CEIM Mundo Encantado que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 003/2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

GABRIELE CRISTINE NICOLDI
CPF: 113.925.499-57
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°074/2020

Publicação N° 2380645



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

074/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF N° 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): MARCIANE LUCIA FROZZA residente na SC 283 - Município de PALMITOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade N°4.791.755 CPF nº 044.535.109-85 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professora de Educação Infantil, com 20 horas semanais, junto a CEIM Mundo Encantado - extensão que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

MARCIANE LUCIA FROZZA
CPF: 044.535.109-85
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº075/2020

Publicação Nº 2380649



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

075/2020

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): PATRICIA BRUTSCHER residente na RUA PIAUI, 85 – BALNEARIO DE PRATAS Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº7.070.818 CPF nº 108.071.189-90 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Estagiaria, com 20 horas semanais, junto a CEIM Mundo Encantado que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 003/2020

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 26/02/2020 até: 31/12/2020, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 26 de Fevereiro de 2020

PATRICIA BRUTSCHER
CPF: 108.071.189-90
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

EXTRATO JUSTIFICATIVA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2020 - ADM

Publicação Nº 2383830

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2020 - ADM

O Município de São Carlos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.945.718/0001-15, com sede administrativa na Rua Demétrio Lorenz, 747, Centro, representado pelo Prefeito, Sr. Rudi Miguel Sander, Portador da Cédula de Identidade nº 2.851.485 SSP/SC, inscrito no CPF nº 868.119.249-34, em atendimento ao disposto no §1º, art.32, da Lei Federal nº 13.019/2014, TORNA PÚBLICO que foi autorizada a Dispensa de Chamamento Público para formalização de parceria mediante Termo de Fomento, a ser celebrada com a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Carlos/SC, CNPJ nº 78.504.271.0001-71. Neste sentido, torna público o extrato da Justificativa de Inexigibilidade referente ao Processo Administrativo nº 039/2020 - ADM, cujo inteiro teor pode ser obtido diretamente na Prefeitura Municipal ou no site: www.saocarlos.sc.gov.br

Partícipes: Município de São Carlos-SC, e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de – APAE de São Carlos-SC.

Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 dias, ou seja, até o dia 09 de março de 2020 para eventual impugnação que deverá ser protocolada no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, em via original, que a encaminhará devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

São Carlos - SC, 02 de março de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

PORTARIA 043/2020

Publicação Nº 2379727

PORTARIA Nº 043/2020

Dispõe sobre a nomeação de Subdiretor de Departamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora EDINA KUNSLER BAPTISTEL para o Cargo de Subdiretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo IV do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 002/2018, de 26 de Março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos com data de 17 de Fevereiro de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de Fevereiro de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 044/2020

Publicação N° 2379754

PORTARIA N° 044/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor aprovado em Concurso Público 002/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor STEFAN JEAN CRISTIANO WATHIER para o Cargo de Professor de Educação Física - Bacharel, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo III, nível III, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 002/2018, de 26 de março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 02 de Março de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

PORTARIA 045/2020

Publicação N° 2379760

PORTARIA N° 045/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor aprovado em Concurso Público 002/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor ANDERSON GEAN ALVES DE OLIVEIRA para o Cargo de Professor de Educação Física - Bacharel, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo III, nível III, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 002/2018, de 26 de março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 02 de Março de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

PORTARIA 046/2020

Publicação Nº 2379765

PORTARIA Nº 046/2020

Dispõe sobre a nomeação de Servidor aprovado em Concurso Público 002/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor ADAIR WERLANG para o Cargo de Professor de Educação Física - Bacharel, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo III, nível III, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 002/2018, de 26 de março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 02 de Março de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

PORTARIA 047/2020

Publicação Nº 2379909

PORTARIA Nº 047/2020

Dispõe sobre a nomeação de Subdiretor de Departamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor RONALDO GUILHERME ZEFERINO para o Cargo de Subdiretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo IV do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 002/2018, de 26 de Março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 02 de Março de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 001-2020**

Publicação N° 2380060

Resolução nº 001/2020, de 20 de fevereiro de 2020.

Estabelece o Calendário das sessões ordinárias do primeiro semestre da 4ª sessão legislativa (2020) da 16ª legislatura.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno, FAZ SABER que o Plenário da Câmara aprovou e que fica promulgada a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário das Sessões Ordinárias para o 1º Semestre, da 4ª Sessão Legislativa (2020), da 16ª Legislatura, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º A alteração da data das Sessões Ordinárias de que trata o Artigo 1º, somente será possível por decisão de 2/3 (dois terços) dos vereadores.

Art. 3º Todas as Sessões constantes nesta Resolução serão realizadas às 19h00min.

Parágrafo único. Excepcionalmente no mês de junho as sessões serão realizadas às 18h30min.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores São Carlos/SC, 20 de fevereiro de 2020.

Ademar João Brutscher
Presidente

Ademir Antonio Damin
Vice-Presidente

Iara Mirtes Schoenberger Fernando José Signori
1ª Secretária 2º Secretário

ANEXO ÚNICO – RESOLUÇÃO N.º 001/2020
CALENDÁRIO DE SESSÕES

Mês	Dias
Fevereiro	04; 11; 18 e 28.
Março	03; 10; 17; 24.
Abril	07; 14; 24 e 28.
Maio	05; 12; 19; 26.
Junho	02; 09; 16; 23.

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO N. 1050 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379766

DECRETO N. 1050 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre alteração da destinação de bem imóvel municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00 e:

Considerando o dever do Estado em assegurar a função social da propriedade;

Considerando que os espaços destinados à prestação dos serviços públicos devem ser otimizados para evitar destinações que resultem na utilização Inadequada dos imóveis públicos;

Considerando que o imóvel constante no Patrimônio Público Municipal sob o número 3725 atualmente é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que o referido imóvel não está sendo ocupado por nenhuma das Secretarias Municipais;

Considerando que o espaço será utilizado para reuniões da Coordenadoria das Políticas Públicas para as Mulheres, coordenadoria esta vinculada à Secretaria de Administração;

Considerando a necessidade na execução de melhorias no referido espaço;

Considerando que o empenhamento dos serviços e aquisição dos materiais necessários às melhorias do local deverá ocorrer na secretaria responsável pelo imóvel;

RESOLVE:

Art. 1º O Prédio Público em alvenaria com 84,00 m², constante no patrimônio público sob o n. 3725, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, será, a partir da publicação do presente decreto, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Parágrafo único. Cabe à secretaria a adoção de controle específico das despesas pelo seu uso e manutenção.

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento municipal vigente à época de sua realização.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Viane Ferrarini Meoti
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 005 DE 11/02/2020

Publicação Nº 2379816

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 005 DE 11/02/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 190.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/02/2020

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW COM A DUPLA FERNANDO & SOROCABA, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE ABRIL DE 2020, NESTA CIDADE DE SÃO DOMINGOS PARA REALIZAÇÃO DA 7ª FAIC SÃO DOMINGOS E EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: F&S Produções Artísticas LTDA ME

CNPJ nº. 11.515.243/0001-89

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 006 DE 12/02/2020

Publicação N° 2379812

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 006 DE 12/02/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 82.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/02/2020

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW COM A DUPLA HUMBERTO & RONALDO, A SER REALIZADO NO DIA 03 DE ABRIL DE 2020, NESTA CIDADE DE SÃO DOMINGOS PARA REALIZAÇÃO DA 7ª FAIC SÃO DOMINGOS E EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: MAA Produções Artísticas EIRELI

CNPJ nº. 22.316.617/0001-53

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 007 DE 13/02/2020

Publicação N° 2379824

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 007 DE 13/02/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 55.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/02/2020

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW COM A DUPLA TEODORO & SAMPAIO, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE ABRIL DE 2020, NESTA CIDADE DE SÃO DOMINGOS PARA REALIZAÇÃO DA 7ª FAIC SÃO DOMINGOS E EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Vancouver Com. Produções Artísticas EIRELI

CNPJ nº. 07.709.260/0001-80

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 008 DE 13/02/2020

Publicação N° 2379819

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 008 DE 13/02/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 30.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/02/2020

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW COM A DUPLA MAY E KAREN, A SER REALIZADO NO DIA 05 DE ABRIL DE 2020, NESTA CIDADE DE SÃO DOMINGOS PARA REALIZAÇÃO DA 7ª FAIC SÃO DOMINGOS E EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Mega Music Produções Artísticas LTDA

CNPJ nº. 30.172.013/0001-09

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 012 DE 28/02/2020

Publicação N° 2379825

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2020

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 012 DE 28/02/2020

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 15.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/02/2020

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SHOW COM O ARTISTA BAITACA & GRUPO DO FUNDO DA GROTA, A SER REALIZADO NO DIA 07 DE ABRIL DE 2020, NESTA CIDADE DE SÃO DOMINGOS PARA REALIZAÇÃO DA 7ª FAIC SÃO DOMINGOS E EM COMEMORAÇÃO AO 57º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Paulo Cesar Dias Viana ME

CNPJ nº. 36.043.242/0001-00

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N. 044/2020 - INEXIGIBILIDADE N. 006/2020

Publicação Nº 2379805

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 044/2020 - INEXIGIBILIDADE N. 006/2020

Objeto: contratação direta de show artístico com a empresa PAULO CESAR DIAS VIANA EVENTOS, CNPJ N. 36.043.242/0001-00, a ser realizado no dia 07 de abril de 2020, nesta cidade de São Domingos para realização da 7ª FAIC São Domingos e festividades em comemoração ao aniversário do Município. Valor e pagamento: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93. Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 044/2020, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 006/2020, com o valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Publique-se e cumpra-se.

São Domingos, 28 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 053/2020

Publicação Nº 2380224

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 053/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 015/2020

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 12 de março de 2020, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 27 de fevereiro de 2020.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 21.02.2020**

Publicação Nº 2380492

DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 21.02.2020

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o carnaval é uma festa popular;
Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC no dia 24, 25 e 26 até às 12:00 horas, devido às comemorações Carnavalescas.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 21 de fevereiro de 2020.

GLEICON TIARAJU CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA
1º Secretária

PORTARIA Nº 003/2020, DE 21.02.2020.

Publicação Nº 2380457

PORTARIA Nº 003/2020, DE 21.02.2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 060/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Paula Andreia Baldissera	Assessor Legislativo	03/12/2017 à 02/12/2018	05	24/02/2020 á 28/02/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 21 de fevereiro de 2020.

GLEICON TIARAJU CARDOSO
Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA
1º Secretária

PORTARIA Nº 004/2020, DE 21.02.2020.

Publicação Nº 2380488

PORTARIA Nº 004/2020, DE 21.02.2020.

CONCEDE LICÊNCIA PRÊMIO A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 060/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º Fica concedido LICÊNCIA PRÊMIO ao servidor da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Márcio Luiz Bigolin Grosbelli	Advogado	30/09/2013 à 30/09/2018	30	02/03/2020 á 31/03/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 21 de fevereiro de 2020.

GLEICON TIARAJU CARDOSO
Presidente da Câmara de Vereadores

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA
1º Secretária

PORTARIA N° 005/2020, DE 21.02.2020.

Publicação N° 2380491

PORTARIA N° 005/2020, DE 21.02.2020

CONCEDE ABONO PECUNIARIO A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar n° 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar n° 060/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos – SC, e dá outras providências,

Concede:

Art. 1º Conceder ABONO PECUNIARIO a servidora da Câmara de Vereadores, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS
Paula Andreia Baldissera	Assessor Legislativo	03/12/2017 à 02/12/2018	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 21 de fevereiro de 2020.

GLEICON TIARAJU CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA
1º Secretária

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 2.302/2020

Publicação Nº 2379998

LEI Nº 2.302, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

ALTERA A LEI Nº 2.290, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito Municipal Interino de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, submete à deliberação da Egrégia Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul o seguinte Projeto de Lei:

Art.1º Fica alterado o art. 5º, da Lei nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos no artigo 4º, desta Lei, será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

a) Classificação por Órgão:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA VALOR

01 - Câmara de Vereadores	R\$ 11.783.935,41
02 - Gabinete do Prefeito	R\$ 1.756.161,00
03 - Gabinete do Vice-Prefeito	R\$ 450.390,00
04 - Procuradoria-Geral do Município	R\$ 4.158.374,00
05 - Departamento Municipal de Trânsito	R\$ 1.954.360,00
06 - Secretaria Municipal de Governo	R\$ 4.4843.488,50

Secretarias:

07 - de Administração e Gestão de Pessoas	R\$ 35.890.230,00
08 - de Atendimento ao Cidadão	R\$ 1.167.780,00
09 - de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários	R\$ 2.411.956,00
10 - de Secretaria Municipal de Educação	R\$ 83.508.429,75
11 - de Obras e Serviços Públicos	R\$ 56.439.436,20
12 - de Assistência Social	R\$ 8.727.781,37
14 - de Infraestrutura e Urbanismo	R\$ 3.129.680,00
15 - de Meio Ambiente	R\$ 2.904.492,37
25 - de Finanças	R\$ 14.733.408,00
26 - de Esporte	R\$ 2.815.614,74
27 - de Turismo	R\$ 2.311.992,37
22 - Controladoria Geral do Município	R\$ 258.000,00
23 - Gestão Municipal de Convênio	R\$ 580.000,00
24 - Núcleo de Desenvolvimento Econômico	R\$ 270.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 7.802.587,09

SOMA R\$ 247.900.096,78

II - ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

19 - Fundo Municipal de Saúde – FMS	R\$ 55.079.744,33
20 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA	R\$ 633.262,00
21 - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	R\$ 1.849.915,92

LEI Nº 2.302, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

III - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

16 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco – FUCISF	R\$ 3.928.098,39
17 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto– SAMAE	R\$ 6.099.967,00
18 - Instituto Fundação de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF	R\$ 10.480.362,52
99 - Reserva de Contingência	R\$ 21.035.067,24

TOTAL GERAL R\$ 347.006.514,18

b) Classificação por função de governo:

01 - LEGISLATIVA	R\$ 11.783.935,41
02 - JUDICIÁRIA	R\$ 4.158.374,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 47.379.836,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 3.553.361,50
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 10.506.939,29
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 38.087.822,76
10 - SAÚDE	R\$ 55.109.744,33
11 - TRABALHO	R\$ 5.301.522,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 83.508.429,75
13 - CULTURA	R\$ 3.886.902,39
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	R\$ 1.167.780,00
15 - URBANISMO	R\$ 16.926.650,77
16 - HABITAÇÃO	R\$ 674.020,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 9.055.963,41
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 16.551.461,37
20 - AGRICULTURA	R\$ 1.996.916,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$ 2.311.992,37
24 - COMUNICAÇÕES	R\$ 821.107,00
25 - ENERGIA	R\$ 6.482.200,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 6.723.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 2.815.614,74
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 10.400.354,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA PM	R\$ 7.802.587,09

TOTAL R\$ 347.006.514,18

c) Classificação segundo a natureza:

3 DESPESAS CORRENTES	R\$ 2 81.920.744,71
3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 151.922.826,35
3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.823.000,00
3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 127.174.918,36
4 DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 36.248.115,14
4.4 INVESTIMENTOS	R\$ 29.323.115,14
4.5 INVERSÕES FINANCEIRA	R\$ 2.000.000,00
4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 4.925.000,00
7. RESERVA DO RPPS	R\$ 21.035.067,24
7.7 RESERVA DO RPPS	R\$ 21.035.067,24
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 7.802.587,09
9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PM	R\$ 7.802.587,09

TOTAL R\$ 347.006.514,18

LEI Nº 2.302, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 27 de fevereiro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

São João Batista

PREFEITURA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

Publicação Nº 2379656

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

tomada de preços Nº 001/2020

Processo Licitatório nº 003/PMSJB/2020

Empresa: Junco Paisagismo e Transportes Ltda - CNPJ nº 21.198.203/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para ampliação da rede de distribuição de água no bairro Carmelo, município de São João Batista, SC, conforme projeto, planilha orçamentária, termo de referência, cronograma físico-financeiro e ART, parte integrante do edital.

Considerando tudo quanto relatado no Processo Licitatório 003/2020 da Pregão Tomada de preços nº 001/2020 e considerando que esta Licitação atendeu a todos os requisitos do instrumento convocatório e aos preceitos da Lei nº 8.666/93, decido ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto desta licitação à empresa: JUNCO PAISAGISMO E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.198.203/0001-04, no valor total de R\$ 36.313,72 (trinta e seis mil, trezentos e treze reais e setenta e dois centavos).

Fica convocado o adjudicatário desta Licitação, a comparecer no Departamento de Licitações da Prefeitura de São João Batista, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, para assinar o contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação.

São João Batista, 28 de fevereiro de 2020.

Andreia Costa Azevedo

Diretora Geral do SISAM

ERRATA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/SISAM/2019

Publicação Nº 2380462

Errata da publicação no DOM do extrato do contrato 007/PMSJB/2019, publicado no dia 28 de fevereiro de 2020, edição nº 3066, página nº 1900. Onde se lê: "extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato 001/SISAM/2017", leia-se: "extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato 007/SISAM/2019".

São João Batista, 28 de fevereiro de 2020.

Andreia Costa Azevedo

Diretora Executiva do SISAM

INTIMAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/PMSJB/2020 - TOMADA DE PREÇOS 001/2020

Publicação Nº 2383856

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

INTIMAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/PMSJB/2020 - TOMADA DE PREÇOS 001/2020

Fica a empresa MASTER PRIME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, participante do Processo Licitatório 009/PMSB/2020 – Tomada de Preços 001/2020 intimada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestar do recurso apresentado pela empresa METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, que encontra-se disponível no site <https://www.sjbatista.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/91512/codLicitacao/157979> conforme dispõe no artigo 109, § 3º, da Lei 8.666/93 da Lei 8.666/93. Em caso de renúncia ao prazo recursal, deve a recorrida se manifestar por escrito.

São João Batista, 28 de fevereiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitação

Decreto 3798/2019

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 129/PMSJB/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 107/PMSJB/2019

Publicação N° 2379702

PREFEITURA MUNICIPAL DE são joão batista

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 129/PMSJB/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 107/PMSJB/2019

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 129/PMSJB/2019 – Pregão Presencial 107/PMSJB/2019 foi REVOGADO, conforme o disposto no art. 49, da lei 8.666/93, conforme justificativa anexa ao processo. São João Batista, 28 de fevereiro de 2020. Juliano Grime – Diretor de Licitações e Contratos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/PMSJB/2020

Publicação Nº 2380051

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/15
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2020

No dia 28 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2020, Processo Licitatório nº. 17/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS DIVERSAS, DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17054	ALYNE EDUARDA FANDARUFF 06537922984	8, 9, 18, 21, 28, 34, 66
16892	BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICO	24, 48, 50, 73
17053	COMPACT POWER MÁQUINAS LTDA	
16268	FORTEMAC MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	65
10287	JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77
12111	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	54, 58

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALYNE EDUARDA FANDARUFF 06537922984	33.826.071/0001-05	ALYNE EDUARDA FNDARUFF	065.379.229-84
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICO	34.471.931/0001-90	HELIO ALMIR BAGATOLI	894.208.889-91
COMPACT POWER MÁQUINAS LTDA	11.496.215/0001-61		
FORTEMAC MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	11.425.470/0001-13		
JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP	02.550.678/0001-73	JARDEL GONCALVES	046.809.809-74
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	27.286.283/0001-36	GUILHERME ALEXANDRE	084.739.809-99

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS DIVERSAS, DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALICATE DE BICO MEIA CANA, FABRICADO EM AÇO ESPECIAL, ACABAMENTO POLIDO, CABO ERGONÔMICO, ARREDONDADAS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA, ARTICULAÇÃO SUAVE, FACILITANDO O USO E PROPORCIONANDO MENOS ESFORÇO. UTILIZADO EM TRABALHOS DE ELETRÔNICA, TELEFONIA E TAMBÉM ARTESANATO. COMPRIMENTO: 6,5" (165MM).	UN	DTTOOLS	15,000	36,0000	540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 2/15

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ALICATE DE CORTE DIAGONAL. FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO. CABO COM ABAS PROTETORAS PARA MAIOR PROTEÇÃO E ANTIDEZLIZANTE PARA MELHOR MANUSEIO. MEDIDA: 6".	UN	DTOOLS	15,000	27,5000	412,50
3	ALICATE DE CRIMPAR E TESTADOR DE CABOS DE REDE, ALÉM DE CRIMPAR E DECAPAR CABOS COM SEGURANÇA E FACILIDADE, TAMBÉM EFETUA TESTE LOCAL OU REMOTO DE CABOS APÓS CRIMPAGEM. ACESSÓRIOS: BATERIA INCLUSA (4 BATERIAS LR44). ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TESTE DE CABOS COM 4, 6 OU 8 CONECTORES. APLICAÇÕES EM CABOS DE REDE E TELEFONIA. UTP/STP TESTE DE CABOS. TESTE REMOTO. LEDS INDICADORES. TECLA DE TESTE DE DEBUG. TIPO DE CABOS: RJ = RJ45/RJ11/RJ12, CAT = CAT3/ CAT5 E CAT6, COMPATÍVEL COM CONECTORES PADRÕES.	UN	DTOOLS	10,000	117,5000	1.175,00
4	ALICATE UNIVERSAL 8". OS ALICATES DE CORTE SÃO TESTADOS QUANTO À RESISTÊNCIA AO DESGASTE DO GUME DE CORTE EM MÁQUINA DE ENSAIO ESPECÍFICA. OS ALICATES POSSUEM DUREZA DIFERENCIADA NO GUME DE CORTE E NO CORPO. ADEQUADA PARA PUXAR, PRENDER, ENROLAR, DEFORMAR E CORTAR ARAMES E CHAPAS FINAS. AS FERRAMENTAS SÃO PRODUZIDAS E TESTADAS CONFORME NORMAS ESPECÍFICAS. CARACTERÍSTICAS: FORJADA EM AÇO CROMO VANÁDIO. TEMPERA TOTAL NO CORPO. CABOS COM ISOLAMENTO 1000 V.	UN	DTOOLS	15,000	34,0000	510,00
5	ANCINHO LEVE ESTAMPADO. FABRICADO EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE EUCALÍPTO DE ORIGEM RENOVÁVEL. MEDIDAS: ESPESSURA 2 MM. CONTÉM 14 DENTES. OLHO DE 23 MM DE DIÂMETRO. CABO DE 120 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 125 CM.	UN	PANDOLFO	50,000	37,0000	1.850,00
6	ARCO DE SERRA REGULÁVEL QUE PERMITE A UTILIZAÇÃO DE LÂMINAS DE 8 A 12". POSSUI CABO ERGONÔMICO E ESTRUTURA RESISTENTE, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE A OPERAÇÃO. INDICADO PARA SERRAR METAL, AGLOMERADO, PVC, PLÁSTICO, ENTRE OUTROS, EM TRABALHOS DE MONTAGEM E CONSTRUÇÃO CIVIL. ACOMPANHA LÂMINAS.	UN	DTOOLS	30,000	29,5000	885,00
7	BOMBA MANUAL PARA GRAXA. CAPACIDADE: 4KG. MANGOTE PARA ALTA PRESSÃO. PRESILHAS PARA FECHAMENTO PRÁTICO. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EXTERNO E INTERNO BORRIFADO. COMPACTADOR PARA GRAXA. MOLA QUE AUXILIA NA RASPAGEM DA GRAXA. EXTENSÃO RÍGIDA. BICO ACOPLADOR HIDRÁULICO DE 4 GARRAS. PÉ DE APOIO PARA FACILITAR O MANUSEIO DA BOMBA DE GRAXA. GARANTIA: 6 MESES.	UN	MISTER	10,000	123,0000	1.230,00
10		PC	DTOOLS	20,000	18,5000	370,00
11	BROCA DE AÇO RÁPIDO 4,00MM	UN	DTOOLS	20,000	4,1000	82,00
12	BROCA PARA CONCRETO 10MM	UN	DTOOLS	35,000	11,9000	416,50
13	BROCA PARA CONCRETO 12MM	UN	DTOOLS	30,000	17,0000	510,00
14	BROCA PARA CONCRETO 6MM	UN	DTOOLS	15,000	5,1000	76,50
15	BROCA PARA CONCRETO 8MM	UN	DTOOLS	25,000	10,9000	272,50
16	BROCA PARA FERRO 10MM	UN	DTOOLS	20,000	22,0000	440,00
17	BROCA PARA FERRO 12MM	UN	DTOOLS	25,000	32,0000	800,00
19	BROCA PARA FERRO 8MM	UN	DTOOLS	20,000	13,0000	260,00
20	CABO DE AÇO COM ALMA DE FIBRA 5/8	MT	NACI	500,000	21,9500	10.975,00
22	CABO DE AÇO COM ALMA FIBRA 1/2 POLEGADA	MT	NACU	300,000	16,0000	4.800,00
23	CARRINHO DE MÃO COM CAÇAMBA 90 LITROS POLIETILENO AZUL. POSSUI CAÇAMBA EM POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE PROPORCIONA MAIOR DURABILIDADE POR NÃO SOFRER AÇÃO CORROSIVA DE DIVERSOS MATERIAIS E ÓTIMA RESISTÊNCIA A IMPACTOS. FACILIDADE DE LIMPEZA PELA NÃO ADERÊNCIA DE MATERIAIS COMO MASSA PARA REBOCO E CONCRETO. A CAÇAMBA EM POLIETILENO TEM A VANTAGEM DE NÃO CONTAMINAR FRUTAS, RAÇÕES ETC. CHASSI EM AÇO ZINCADO. ARO DE AÇO COM BUCHA, EIXO 3/4", PNEU E CÂMARA 3,25 X 8. CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 90 LITROS. LARGURA EXTERNA DA CAÇAMBA: 680MM. COMPRIMENTO TOTAL: 1450MM. ALTURA: 760MM.	UN	MAESTRO	20,000	299,0000	5.980,00
25	COLHER PARA PEDREIRO, COM CABO DE MADEIRA. CANTOS ARREDONDADOS. MEDIDA: 8" (POLEGADAS)	UN	DTOOLS	15,000	15,9000	238,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/15

Processo N°: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
26	DESEMPENADEIRA LISA. PRODUZIDA EM MADEIRA CEDRO E CEDRINHO, PROPORCIONANDO MAIOR LEVEZA E CONFORTO. IDEAL PARA A APLICAÇÃO DE MASSAS. COMPRIMENTO: 310MM. LARGURA: 120MM	UN	NACIONAL	25,000	27,0000	675,00
27	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA COM ESPONJA. FORJADA EM POLIESTIRENO ESPECIAL DE ALTA RESISTÊNCIA. ALTA DURABILIDADE SUPERIOR E ACABAMENTO DIFERENCIADO. UTILIZADA PARA ESPALHAR UNIFORMEMENTE O CIMENTO PARA REBOCO DAS PAREDES. IDEAL PARA DAR ACABAMENTO NO REBOCO. LEVE PROPORCIONANDO CONFORTO AO OPERADOR. COMPRIMENTO: 250 MM. LARGURA: 150 MM. ESPESSURA DA ESPONJA: 25 MM.	UN	DTOOLS	25,000	19,4000	485,00
29	DISCO DIAMANTADO CORTE SECO E REFRIGERADO	UN	DTOOLS	20,000	14,0000	280,00
30	ENXADA LARGA 1.5 COM CABO DE MADEIRA 130 CM. PRODUTO FABRICADO SEGUNDO NORMA ABNT NBR 6413. INFORMAÇÕES GERAIS: A ENXADA É TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA E MENOR DESGASTE DURANTE O USO. FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. A LÂMINA POSSUI TAMANHO 1.5 E SUA AFIAÇÃO É FEITA EM MÁQUINAS AUTOMATIZADAS, PROPORCIONANDO EXCELENTE DURABILIDADE DO FIO. POSSUI OLHO DE 38 MM DE DIÂMETRO. O CABO DE 130 CM DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. CABO COM ACABAMENTO ENVERNIZADO, PARA UM MELHOR ACABAMENTO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO. A CAMADA PROTETORA EM VERNIZ INCOLOR REALÇA SUA TONALIDADE, CONCEDENDO BRILHO E UM TOQUE MAIS LISO AO PRODUTO. O SISTEMA DE ENCABAMENTO COM BUCHA PLÁSTICA PROPORCIONA EXCELENTE FIXAÇÃO DA ENXADA, EVITANDO QUE OS CABOS SE SOLTEM DURANTE O USO. A BUCHA ABSORVE A CONTRAÇÃO DA MADEIRA, MANTENDO O CABO SEMPRE FIRME, E AUXILIA NA ABSORÇÃO DO IMPACTO DURANTE O USO. A ENXADA É LEVE, QUE GERA MENOS ESFORÇO FÍSICO DO USUÁRIO E PROPORCIONA MAIOR PRODUTIVIDADE	UN	PANDOLFO	50,000	38,5000	1.925,00
31	ENXADA LARGA 2.5 COM CABO DE MADEIRA 145 CM. PRODUTO FABRICADO SEGUNDO NORMA ABNT NBR 6413. INFORMAÇÕES GERAIS: A ENXADA É TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA E MENOR DESGASTE DURANTE O USO. FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. A LÂMINA POSSUI TAMANHO 2.5 E SUA AFIAÇÃO É FEITA EM MÁQUINAS AUTOMATIZADAS, PROPORCIONANDO EXCELENTE DURABILIDADE DO FIO. POSSUI OLHO DE 38 MM DE DIÂMETRO. O CABO DE 145 CM DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. CABO COM ACABAMENTO ENVERNIZADO, PARA UM MELHOR ACABAMENTO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO. A CAMADA PROTETORA EM VERNIZ INCOLOR REALÇA SUA TONALIDADE, CONCEDENDO BRILHO E UM TOQUE MAIS LISO AO PRODUTO. O SISTEMA DE ENCABAMENTO COM BUCHA PLÁSTICA PROPORCIONA EXCELENTE FIXAÇÃO DA ENXADA, EVITANDO QUE OS CABOS SE SOLTEM DURANTE O USO. A BUCHA ABSORVE A CONTRAÇÃO DA MADEIRA, MANTENDO O CABO SEMPRE FIRME, E AUXILIA NA ABSORÇÃO DO IMPACTO DURANTE O USO. A ENXADA É LEVE, QUE GERA MENOS ESFORÇO FÍSICO DO USUÁRIO E PROPORCIONA MAIOR PRODUTIVIDADE	UN	PANDOLFO	20,000	58,0000	1.160,00
32	ESCADA DE ALUMÍNIO DOBRÁVEL E 08 DEGRAUS PARA USO EM ÁREAS INTERNAS	UN	MOR	25,000	257,0000	6.425,00
33	ESCADA EM ALUMÍNIO DOBRÁVEL - 15 A 20 DEGRAUS	UN	MOR	15,000	680,0000	10.200,00
35	ESMERILHADEIRA ANGULAR CONHECIDA COMO REBARBADORA. FERRAMENTA COM DUPLA ISOLAÇÃO. IDEAL PARA ESMERILAR, APARAR REBARBAS E CORTES E DESBASTE EM METAIS. SEU DESIGN ERGONÔMICO ADAPTA-SE FACILMENTE A MÃO. COMPACTA E MOTOR DE ALTA POTENCIA. ESMERILHADEIRA COMPACTA. DESIGN ERGONÔMICO. FÁCIL MANUSEIO. FERRAMENTA COM DUPLA ISOLAÇÃO. MOTOR DE ALTA POTENCIA. IDEAL PARA ESMERILAR, APARAR REBARBAS E CORTES E DESBASTE EM METAIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: POTENCIA: 720 W. TENSÃO: 220 V. ROTAÇÕES POR MINUTO: 11000/MIM. DIÂMETRO DO DISCO: 115MM. DIMENSÕES: 261 X 130 X 111 MM. PESO: 1,9 KG. ACESSÓRIOS: PUNHO LATERAL. PROTETOR. CHAVE DE PINO.	UN	BLACK E DEC	5,000	310,0000	1.550,00
36	ESPÁTULA TAM. 10 CM	UN	DTOOLS	20,000	22,5000	450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/15

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TED A EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	ESPÁTULA TAM. 6CM	UN	DTOOLS	20,000	13,0000	260,00
38	FOICE CURVA COM CABO DE MADEIRA. A FOICE É TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA E MENOR DESGASTE DURANTE O USO. FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. A LÂMINA É USINADA EM MÁQUINA DE DESBASTE E SUA AFIAÇÃO PROPORCIONA EXCELENTE DURABILIDADE DO FIO. POSSUI OLHO DE 35 MM DE DIÂMETRO. O CABO DE 110 CM DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. CABO COM ACABAMENTO ENVERNIZADO, PARA UM MELHOR ACABAMENTO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO. A CAMADA PROTETORA EM VERNIZ INCOLOR REALÇA SUA TONALIDADE. CONCEDENDO BRILHO E UM TOQUE MAIS LISO AO PRODUTO.	UN	PANDOLFO	10,000	43,2000	432,00
39	FORMÃO PROFISSIONAL. CABO DE POLIPROPILENO QUE RESISTE A DEFORMAÇÃO. AÇO CARBONO TEMPERADO E ENDURECIDO PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. FERRAMENTA IDEAL PARA ENTALHAR MADEIRAS. MEDIDA: 1 1/2"	UN	DTOOLS	10,000	48,5000	485,00
40	FURADEIRA DE IMPACTO. COM FUNÇÃO DE IMPACTO E GUIA DE PROFUNDIDADE. AUXILIA A ROTINA DE PESSOAS QUE BUSCAM REALIZAR AS TAREFAS DE MANUTENÇÃO DE CASA COM COMODIDADE E RAPIDEZ. POSSUI PUNHO LATERAL COM ROTAÇÃO 360°. QUE GARANTE MAIS CONFORTO E PRECISÃO NAS ATIVIDADES MANUAIS. A FURADEIRA AINDA CONTA COM CONTROLE DE VELOCIDADE REVERSÍVEL E BOTÃO TRAVA GATILHO PARA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE MADEIRAS, METAIS E CONCRETO. GUIA DE PROFUNDIDADE. NÍVEL TIPO BOLHA DE ÁGUA. MANDRIL 1/2" (13MM). CONTROLE DE VELOCIDADE REVERSÍVEL. BOTÃO TRAVA GATILHO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO: 220V. CÓDIGO: 929.0041-0. POTÊNCIA: 500W. CORRENTE A: 2,3. MANDRIL: 1/2" - 13MM. PESO LÍQUIDO: 1,5KG. LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE: 7 X 19 X 27CM. ROTAÇÃO A VAZIO: 2200NO - 2800RPM. CAPACIDADE MÁXIMA DE FURAÇÃO: AÇO: 10MM. CONCRETO: 13MM. MADEIRA: 25MM - GARANTIA: 1 ANO.	UN	SKIL	10,000	200,0000	2.000,00
41	FURADEIRA/PARAFUSADEIRA DE IMPACTO FABRICADA EM MATERIAL RESISTENTE PROPORCIONANDO DURABILIDADE, COM TORQUE APERFEIÇOADO GARANTINDO O MELHOR DESEMPENHO NOS PARAFUSAMENTOS, VELOCIDADE OTIMIZADA PARA PERFURAÇÕES E DIMENSÕES COMPACTAS PARA CONTROLE PERFEITO E MANUSEIO CONFORTÁVEL - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: BATERIA 12 V MÁX (1,5 AH). TORQUE MÁX. (DURO/LEVE): 28/11 NM. ROTAÇÕES (SEM CARGA): 0 - 400 / 1.300 RPM. TAXA DE IMPACTO: 0 - 18.750 IPM. DIÂMETRO MÁX. PERFURAÇÃO: MADEIRA 19 MM / AÇO: 2 BATERIAS 1,5 AH. 1 MALETA PLÁSTICA.	UN	SKIL	10,000	370,0000	3.700,00
42	JOGO CHAVE HEXAGONAL MILÍMETROS E POLEGADAS 22 PEÇAS. 11 CHAVES HEXAGONAIS (MILIMÉTRICAS): 1,5, 2, 2,5, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 E 10MM; 11 CHAVES HEXAGONAIS (POLEGADAS): 1/16", 5/64", 3/32", 1/8", 9/64", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16" E 3/8"; ACOMPANHA MALETA PLÁSTICA.	JG	MISTER	10,000	118,0000	1.180,00
43	JOGO DE CHAVE BIELA TIPO L COM PERFIL SEXTAVADO. FABRICADAS EM AÇO ESPECIAL COM ACABAMENTO NIQUELADO. LOGOTIPO E MEDIDAS ESTAMPADAS EM BAIXO RELEVO FACILITANDO A IDENTIFICAÇÃO DA FERRAMENTA. BITOLA DE AMBOS OS LADOS COM MEDIDAS IGUAIS. INDICADAS PARA APERTO E DESAPERTO DE PARAFUSOS E PORCAS COM PERFIL SEXTAVADO EXTERNO. JOGO COM 12 PEÇAS, COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 MM.	JG	MISTER	15,000	191,0000	2.865,00
44	JOGO DE CHAVE COMBINADA. FABRICADO EM AÇO GEDORE VANÁDIO. ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO. BOCA E ESTRELA DRIVE COM MESMA MEDIDA. INCLINAÇÃO EM RELAÇÃO AO CORPO: BOCA 15° E UNIT DRIVE 10° CONTÉM 17 PEÇAS, SENDO: 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 MM.	JG	DTOOLS	10,000	229,0000	2.290,00
45	JOGO DE CHAVE DE FENDA COM 10 CHAVES PARA PARAFUSOS Nº 06, 08 E 2,6	JG	DTOOLS	20,000	77,0000	1.540,00
46	JOGO DE CHAVE PHILIPS COM 10 CHAVES PARA PARAFUSO Nº 06, 08, 10	JG	DTOOLS	20,000	77,0000	1.540,00
47	LÁPIS CARPINTEIRO	UN	FABER CASTI	50,000	2,5000	125,00
49	LIMA CHATA BASTARDA DE 8 POL. COM CABO, LEVEMENTE AFLADAS NA LARGURA, TEM CORTE DUPLO EM AMBAS AS FACES E CORTE SIMPLES EM AMBAS AS BORDAS.	UN	NICHOLSON	20,000	20,0000	400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/15

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TED A EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
51	MARRETA OCTOGONAL. CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO ESPECIAL. POSSUI CABO EM MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM CUNHA METÁLICA. UTILIZADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS PESADOS COMO PARA QUEBRAR PEDRAS E CONCRETO. SERVE TAMBÉM PARA BATER EM TALHADEIRAS PARA COLOCAÇÃO DE ESTACAS OU CUNHAS. COMPRIMENTO DA MARRETA: 310MM. DIÂMETRO DO BATENTE: 38MM. COMPRIMENTO DA CABEÇA: 112MM. PESO DA CABEÇA: 1500G	UN	DTOOLS	10,000	59,5000	595,00
52	MARRETA OITAVADA C/CABO FIBRA PRODUZIDA EM AÇO FORJADO, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. POSSUI CABO EM FIBRA COM EMPUNHADURA EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA CONFERINDO MAIOR CONFORTO NO MANUSEIO, ALÉM DE SER MAIS LEVE E RESISTENTE COMPARADO AO CABO DE MADEIRA. POSSUI A FIXAÇÃO DO CABO NA MARRETA ATRAVÉS DE PINO ELÁSTICO E RESINA, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA. INDICADA PARA TRABALHOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL MATERIAL DA MARRETA: AÇO FORJADO PERFIL DA MARRETA: OITAVADO TIPO DO CABO DA MARRETA: CABO EM FIBRA MASSA DA MARRETA: 1,0 KG	UN	DTOOLS	20,000	37,0000	740,00
53	MARTELO UNHA DE 25MM COM CABO EM MADEIRA FIXADO POR RESINA. CABEÇA FABRICADA EM AÇO FORJADO E TEMPERADO. DIÂMETRO DO BATENTE: 25MM. COMPRIMENTO TOTAL: 330M	UN	DTOOLS	25,000	20,0000	500,00
55	MEDIDOR DE DISTÂNCIA A LASER COM 40 METROS DE ALCANCE E PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E ÁGUA. CONTÉM MEMÓRIA DE 10 MEDIÇÕES, ALÉM DE POSSUIR DIVERSAS FUNÇÕES, COMO MEDIÇÃO CONTÍNUA, CÁLCULO DE ÁREA, VOLUME, PITÁGORAS SIMPLES, ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO. POSSUI AJUSTE DA UNIDADE DE MEDIDA EM METROS, PÉS E POLEGADAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: DÍODO LASER: 635NM, < 1MW. AMPLITUDE DE MEDIÇÃO: 0,15 - 40 M. CLASSE DE LASER: 2. PRECISÃO DE MEDIÇÃO, NORMAL: MAIS OU MENOS: 1,5 MM. TEMPO DE MEDIÇÃO, NORMAL: MENOR QUE 0,5 SEG. TEMPO DE MEDIÇÃO MÁX.: 4S. ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA: 2 X 1,5 V LR03 (AAA). DISPOSITIVO DE DESCONEXÃO AUTOMÁTICA: 5 MIN. PESO APROX.: 0,09 KG. DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 105MMLARGURA: 41MM. ALTURA: 24MM. UNIDADES DE MEDIDA: M/CM. PÉS/POLEGADAS: NÚMERO DOS VALORES DA MEMÓRIA: 10. VIDA ÚTIL DA BATERIA, MEDIÇÕES INDIVIDUAIS APROX.: 5.000. PROTEÇÃO CONTRA PÓ E SALPICOS DE ÁGUA: IP 54.	UN	FORTGPRO	10,000	370,0000	3.700,00
56	MOTOSERRA A GASOLINA COMPLETO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE DO TAQUE DE COMBUSTÍVEL 0,6 (ML), CILINDRADA 59 (CM3), POTÊNCIA 3,5 (KW), PESO 5,8 (KG), POTENCIA 3,5/4,8 (KW/CX), RELAÇÃO PESO/POTÊNCIA 1,7 (KG/KW), NÍVEL DE PRESSÃO SONORA DB (A)106, NÍVEL DE VIBRAÇÃO ESQUERDA/DIREITA M/S 3,5/3,5.	UN	STIHL	4,000	2.630,0000	10.520,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/15

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TED A EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
57	MULTÍMETRO DIGITAL. IDEAL PARA REALIZAR MEDIDAS DE TENSÃO AC E DC, CORRENTE DC (MÁX. 20 A), RESISTÊNCIA, CAPACITÂNCIA, CONTINUIDADE, TESTE DE DIODO E TESTE DE TRANSISTOR (HFE). ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA IEC61010-1. ACOMPANHA: 01 PAR DE PONTAS DE PROVA, 01 BATERIA 9V. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CATEGORIA DO MULTÍMETRO: CAT III 600V. NÚMEROS DE DÍGITOS /CONTAGEM DO MULTÍMETRO:3 1/2 DÍGITOS - 0 A 1999. CAPACIDADE DE TENSÃO AC DO MULTÍMETRO: 750V. CAPACIDADE DE TENSÃO DC DO MULTÍMETRO: 1000V. RESOLUÇÃO DE TENSÃO AC DO MULTÍMETRO:100 UV / 1 MV / 10 MV / 100 MV / 1 V. RESOLUÇÃO DE TENSÃO DC DO MULTÍMETRO:0.1 MV / 1 MV / 10 MV / 100 MV / 1 V. PRECISÃO DE TENSÃO AC DO MULTÍMETRO:200 MV: +/- 1.2% + 3 - 2 V / 20 V / 200 V: +/- 0.8% + 3 - 750 V: +/- 1.2% + 3. PRECISÃO DE TENSÃO DC DO MULTÍMETRO:200 MV / 2 V / 20 V / 200 V: +/- 0.5% + 2 - 1000 V: +/- 0.8% + 2. FAIXA DE TENSÃO AC DO MULTÍMETRO: 200 MV / 2 V / 20 V / 200 V / 750 V. FAIXAS DE TENSÃO DC DO MULTÍMETRO: 200 MV / 2 V / 20 V / 200 V / 1000 V. CAPACIDADE DE CORRENTE AC DO MULTÍMETRO: 20ª. CAPACIDADE DE CORRENTE DC DO MULTÍMETRO: 20ª. PRECISÃO DE CORRENTE AC DO MULTÍMETRO: 20 UA: +/- 2% + 5 - 200 UA / 2 MA / 20 MA: +/- 1% + 5 - 200 MA: +/- 1.8% + 5 - 20 A: +/- 3.0% + 7. PRECISÃO DE CORRENTE DC DO MULTÍMETRO:20 UA: +/- 2% + 5 - 200 UA / 2 MA / 20 MA: +/- 0.8% + 1 - 200 MA: +/- 1.5% + 1 - 20 A: +/- 2.0% + 5. RESOLUÇÃO DE CORRENTE AC DO MULTÍMETRO:0.01 UA / 0.1 UA / 1 UA / 10 UA / 0.1 MA / 10 MA. RESOLUÇÃO DE CORRENTE DC DO MULTÍMETRO:0.01 UA / 0.1 UA / 1 UA / 10 UA / 0.1 MA / 10 MA. FAIXAS DE CORRENTE AC DO MULTÍMETRO:20 UA / 200 UA / 2 MA / 20 MA / 200 MA / 20 A. FAIXAS DE CORRENTE DC DO MULTÍMETRO:20 UA / 200 UA / 2 MA / 20 MA / 200 MA / 20 A. CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DO MULTÍMETRO: 200 M. RESOLUÇÃO RESISTÊNCIA DO MULTÍMETRO:0.1 / 1 / 10 / 100 / 1 K / 10 K / 0.1 M. PRECISÃO RESISTÊNCIA DO MULTÍMETRO:200 : +/- 0.8% + 3 - 2 K / 20 K / 200 K / 2 M: +/- 0.8% + 2 - 20 M: +/- 1.0% + 2 - 200 M?: +/- 6.0% + 10. FAIXAS DE RESISTÊNCIA DO MULTÍMETRO: 200 / 2 K / 20 K / 200 K / 2 M / 20 M / 200 M. TESTE DE DIODO DO MULTÍMETRO: POSSUI. TESTE DE CONTINUIDADE DO MULTÍMETRO: POSSUI. SINAL SONORO DE CONTINUIDADE DO MULTÍMETRO: POSSUI - <50. FUNÇÃO TECLA HOLD DO MULTÍMETRO: POSSUI. FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DO MULTÍMETRO:0°C A 40°C. INDICADOR DE BATERIA FRACA DO MULTÍMETRO: POSSUI. ALIMENTAÇÃO:1 X 9V (6F22, NEDA1604 OU 006P). COMPRIMENTO DO MULTÍMETRO: 195MM. LARGURA DO MULTÍMETRO: 95MM. ESPESSURA DO MULTÍMETRO: 55MM. MASSA APROXIMADA: 380G.	UN	DTTOOLS	7,000	150,0000	1.050,00
59	PÁ AJUNTAD EIRA COM CABO. FABRICADA EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO, PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA MECÂNICA E DURABILIDADE. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PERFIL DA PÁ: QUADRADA. COMPRIMENTO ÚTIL: 279MM. LARGURA DA PÁ: 250MM. COMPRIMENTO TOTAL DA PÁ: 350MM. MEDIDA DO OLHO: 38MM. COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO: 1.200MM. TIPO DE OLHO: REDONDO. TIPO DO CABO: COM CABO TIPO RETO. MATERIAL DO CABO: MADEIRA	UN	PANDOLFO	50,000	40,9000	2.045,00
60	PÁ CAVADEIRA ARTICULADA ROBUSTA. POSSUI CABO LONGO DE MADEIRA 120CM. FABRICADO EM AÇO 1070 FORJADO.	UN	PANDOLFO	15,000	57,0000	855,00
61	PÁ CORTADEIRA COM CABO. FABRICADA EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO, PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA MECÂNICA E DURABILIDADE. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PERFIL DA CORTADEIRA: QUADRADA. COMPRIMENTO: 365MM. COMPRIMENTO ÚTIL: 275MM. LARGURA: 200MM. TIPO DE OLHO: REDONDO. MEDIDA DO OLHO: 38MM. TIPO DO CABO: COM CABO TIPO Y. MATERIAL: MADEIRA. COMPRIMENTO: 700MM	UN	PANDOLFO	25,000	39,4000	985,00
62	PÉ DE CABRA AÇO SEXTAVADO. METERIAL: FORJADO EM AÇO 3/4" SEXTAVADO TREFILADO SAE 1045/1050. TEMPERADO EM AMBAS AS PONTAS. ENVERNIZADO. MEDIDA: 60CM. PESO: 8KG	UN	DTTOOLS	10,000	46,9000	469,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 7/15

Processo Nº.: 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	PICARETA COM CABO DE MADEIRA. A PICARETA É FORJADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE. É TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA E MENOR DESGASTE DURANTE O USO. A LÂMINA TEM UM EXCELENTE FIO FEITO EM MÁQUINAS DE DESBASTE AUTOMATIZADAS. RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. COMPRIMENTO DO CABO: 90CM. LARGURA DA PICARETA: 451 MM. 4 LIBRAS, COM OLHO DE 70 X 45MM	UN	PANDOLFO	10,000	72,0000	720,00
64	PISTOLA DE ALUMÍNIO APLICADORA DE SILICONE 9 POL. DESENVOLVIDO PARA NÃO DESPERDIÇAR O PRODUTO A SER APLICADO. PROPORCIONA UM BOM ACABAMENTO. LEVE E PRÁTICO. EMPUNHADURA, GATILHO E CORPO EM TUBO FABRICADO EM ALUMÍNIO. UTILIZADO PARA APLICAR SILICONE (MASSA) E OUTROS PRODUTOS COMERCIALIZADOS EM TUBO. INDICADO PARA TUBOS COM ATÉ 215 MM DE COMPRIMENTO E 50 MM DE DIÂMETRO.	UN	DTOOLS	10,000	47,0000	470,00
67	RÉGUA DE ALUMÍNIO P/ CONSTRUÇÃO MED. 2M	UN	NACIONAL	10,000	41,5000	415,00
68	ROÇADEIRA A GASOLINA COMPLETA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE DO TANQUE DO COMBUSTÍVEL 0.58 LITROS, CILINDRADA 38.9 (CM3), PESO 7.9 (KG), POTÊNCIA 2.0/2.7 (KW/CV), ROTAÇÃO 12,500 0 (RPM), ROTAÇÃO LENTA 2,800 (RPM).	UN	FORTGPRO	5,000	2,520,0000	12,600,00
69	SERRA CIRCULAR COM EXCELENTE ESTABILIDADE, OFERECE ALTA POTÊNCIA E PROFUNDIDADE MÁXIMA DE CORTE DE 63,5MM. PROPORCIONA CORTES EM ÂNGULO DE ATÉ 56 GRAUS. CONTA COM ESCALA DE PROFUNDIDADE DE CORTE DE FÁCIL LEITURA. EQUIPADA COM BASE DE ALUMÍNIO, A SERRA PERMITE O CORTE COM MAIS ESTABILIDADE. POSSUI EMPUNHADURA EMBORRACHADA, QUE PROPORCIONA MAIOR CONTROLE E CONFORTO. PARAFUSO COM ENCAIXE SEXTAVADO EXTERNO E INTERNO QUE POSSIBILITA UMA SUBSTITUIÇÃO CÔMODA DO DISCO DE SERRA. POSSUI FUNÇÃO SOPRADOR, QUE SOPRA A SERRAGEM PARA FORA DA LINHA DE CORTE A FIM DE DAR UMA VISÃO MELHOR DO CORTE. ACOMPANHA DISCO DE SERRA DE 185MM. DISCO DE SERRA É IDEAL PARA APLICAÇÃO EM MADEIRA. EM SERRA CIRCULAR PORTÁTIL. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CÓDIGO: 5007N-127V-P, TENSÃO: 110V, POTÊNCIA: 1800W, CAPACIDADES DE CORTE: 0 GRAUS: 63,5MM, 45 GRAUS: 45MM, 50 GRAUS: 35MM. DIÂMETRO DA LÂMINA: 7" (185MM), ROTAÇÕES POR MIN.: 5800RPM. DIMENSÕES (C X L X A): 317 X 240 X 265MM. ESPECIFICAÇÕES DO DISCO DE SERRA: DIÂMETRO: 185MM, FURO: 20MM, ESPESSURA DE CORTE: 2, ESPESSURA DO DISCO: 1,3, NÚMERO DE DENTES: 24, ÂNGULO DO DENTE: 20, TIPO DO DENTE: AT - GARANTIA: 1 ANO.	UN	SKILL	25,000	885,0000	22,125,00
70	SERRINHA 12 POL. 24 DENTES. COMBINANDO ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE E TENACIDADE DAS LÂMINAS RÍGIDAS COM MÁXIMA FLEXIBILIDADE, ESTA LÂMINA PODE SER UTILIZADA NAS MAIS EXIGENTES CONDIÇÕES DE TRABALHO, ONDE A MESMA FICA SUJEITA A ESFORÇOS DE TORÇÃO. BARRA BI-METAL UNIQUE. AÇO HSS. TAMANHO: 12" (300MM) 24T	UN	DTOOLS	200,000	116,0000	23,200,00
71	SERROTE PROFISSIONAL. CABO EM MADEIRA TRATADA, PODENDO SER USADA COMO ESQUADRO DE 45° E 90°. LÂMINA DE AÇO SAE 1070 TEMPERADO. DENTES TRAVADOS E POLIDOS. LARGURA DA LAMINA: 22" (559MM). DENTES: 8 DPI, TPI.	UN	DTOOLS	15,000	54,0000	810,00
72	SERROTE PROFISSIONAL. PARA MADEIRA COM DENTES TEMPERADOS DE 16" É INDICADO PARA CORTES EM MADEIRA. POSSUI CABO EM MADEIRA ENVERNIZADA E LÂMINA PRODUZIDA EM AÇO, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE. A SUPERFÍCIE DA LÂMINA CONTA COM ESCALA GRADUADA, QUE PERMITE MEDIÇÃO PRECISA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL DA LÂMINA: AÇO, MATERIAL DO CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO: 16" - 400MM. POSSUI DENTES TEMPERADOS, NÚMERO DE DENTES POR POLEGADA: 6, DUREZA DOS DENTES: 55HRC.	UN	DTOOLS	15,000	49,0000	735,00
74	TALHA MANUAL COM CORRENTE DUPLA REFORÇADA. TAMANHO DA CORRENTE: 5 M. COM GANCHO SUPERIOR DE PENDURAR. IDEAL PARA IÇAMENTO DE CARGAS/OBJETOS PESADOS MANUALMENTE COM MÍNIMO DE ESFORÇO. ENSAIO DE CARGA: 3 T. CAPACIDADE: 2 TONELADAS.	UN	VONDER	5,000	894,0000	4,470,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 8/15
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
75	TRENA ABERTA EM FIBRA DE VIDRO.TRENA IDEAL PARA REALIZAR MEDIÇÕES DIVERSAS.. FITA FABRICADA EM FIBRA DE VIDRO, COM ESCALA EM MM/POL E ARCO EM ABS. POSSUI MANIVELA PARA RECOLHER A FITA APÓS O USO. CAPACIDADE DE MEDIÇÃO: 100M .LARGURA DA FITA: 13MM.	UN	DTTOOLS	10,000	119,0000	1.190,00
76	TRENA PROFISSIONAL, FITA EM AÇO ALTO CARBONO, TEMPERADA E REVESTIDA EM NYLON, CORPO EM AÇO INOX COM REVESTIMENTO EM BORRACHA. BOTÃO DE LIBERAÇÃO DA FITA EM POLIPROPILENO. PRESILHA METÁLICA PARA CINTO. TRAVA DE RETROCESSO AUTOMÁTICA. PONTA MAGNÉTICA. GRADUAÇÃO DA FITA EM MILÍMETROS E POLEGADAS. TAMANHO: 5 METROS.	UN	DTTOOLS	15,000	45,0000	675,00
77	VASSOURA DE ACO COM CABO (ARAME CHATO)	UN	PANDOLFO	50,000	47,5000	2.375,00

Fornecedor: 12111 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
54	MARTELO UNHA DE 27MM É FEITO EM AÇO FORJADO E POSSUI CABEÇA POLIDA. TEM CABO METÁLICO COM EMPUNHADURA EMBORRACHADA ANATÔMICA, QUE PERMITE MENOR VIBRAÇÃO E MAIOR RESISTÊNCIA. INDICADO PARA FIXAÇÃO DE PREGOS COM UM DOS LADOS DA CABEÇA E, COM A OUTRA EXTREMIDADE, É POSSÍVEL RETIRÁ-LOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MEDIDA DA CABEÇA: 27MM. DUREZA DO AÇO: 55HRC. USO PROFISSIONAL. PESO: 450G. CABO DE METAL	UN	SPART	20,000	30,0000	600,00
58	NÍVEL BOLHA. POSSUI BASE MAGNÉTICA PARA FIXAÇÃO EM METAIS EVITANDO QUEDAS E PROPORCIONANDO MAIOR PRECISÃO NA LEITURA. FABRICADO EM ALUMÍNIO DE QUALIDADE, PROPORCIONANDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. VISORES PARA VERIFICAÇÃO COM 3 BOLHAS NA VERTICAL, HORIZONTAL E 45°. MEDIDA: 60 X 30MM.	UN	FORTGPRO	10,000	32,0000	320,00

Fornecedor: 16268 - FORTEMAC MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
65	PLACA VIBRATÓRIA PARA COMPACTAÇÃO DE ASFALTO /65 KG. MOTOR:5,5 HP - 4 TEMPOS. COMBUSTÍVEL: GASOLINA. CAPACIDADE DE COMBUSTÍVEL: 3,6 LITROS. DIMENSÃO DA PLACA: 480 X 380MM. VELOCIDADE DO TRABALHO: 30M/MIN. ÁREA COMPACTADA:450M²/H. PROFUNDIDADE DE COMPACTAÇÃO: 20CM. FORÇA CENTRÍFUGA:1.121KGF. FREQUÊNCIA DE VIBRAÇÕES: 5.500 VPM. PESO:65 KG. DIMENSÕES (C X L X A)93X40X91CM.	UN	FORTEMAC	3,000	3.665,0000	10.995,00

Fornecedor: 16892 - BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	CARRO DE MÃO COM TODAS AS PEÇAS DE FERRO GALVANIZADO REFORÇADO 85 LITROS C/ PNEU E CÂMARA	UN	FISCHER	50,000	404,0000	20.200,00
48	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO TEM MOTOR UNIVERSAL DE 1650W DE POTÊNCIA E PRESSÃO DE PICO DE 1520 LIBRAS/PSI. O QUE POSSIBILITA A LIMPEZA EFICIENTE DE ÁREAS RESIDENCIAIS. LEVE E POTENTE, É IDEAL PARA USO DOMÉSTICO E POSSUI O APLICADOR DE DETERGENTE PARA LAVAR CARROS E JANELAS. ESTA LAVADORA DE ALTA PRESSÃO POSSUI SISTEMA STOP TOTAL QUE CORTA O FLUXO DE ÁGUA E TAMBÉM A ENERGIA DO MOTOR ASSIM QUE O OPERADOR SOLTA O GATILHO, ECONOMIZANDO ENERGIA E AUMENTANDO A VIDA ÚTIL DO MOTOR. FÁCIL DE USAR E TRANSPORTAR, POIS POSSUI RODAS E ALÇA. SEUS SUPORTES DE CABO ELÉTRICO, MANGUEIRA E PISTOLA GARANTEM A ORGANIZAÇÃO E O ARMAZENAMENTO ADEQUADO DOS ACESSÓRIOS E VEM TAMBÉM COM ENGATE RÁPIDO, O QUE FACILITA A MONTAGEM E DESMONTAGEM DA MANGUEIRA. ACESSÓRIOS INCLUSOS: MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO 5 METROS. LANÇA COM JATO REGULÁVEL. BAIONETA. APLICADOR DE DETERGENTE. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CATEGORIA: DOMÉSTICA. PRESSÃO DE PICO: 1520 LIBRAS/PSI. POTÊNCIA ELÉTRICA: 1650W. TENSÃO: 110V MONO. VAZÃO MÁXIMA: 360L/H. MOTOR: UNIVERSAL. DIMENSÕES MÁQUINA (C X L X A): 30 X 32 X 78,5CM - GARANTIA: 1 ANO.	UN	LAVOR	15,000	490,0000	7.350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 9/15
 Processo Nº.: 17/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

Fornecedor: 16892 - BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
50	MAQUINA DE CORTAR ASFALTO TIPO: MONOCILÍNDRICO, 4 TEMPOS, REFRIGERADO A AR, MOTOR TE1300, COMBUSTÍVEL: GASOLINA. POTENCIA NOMINAL MINIMA: 150MM. PROFUNDIDADE DE CORTE MINIMA: 150 MM. TAMANHO DO DISCO: 12 A 18 POLEGADAS. AJUSTE DE PROFUNDIDADE: MANUAL. TANQUE DE COMBUSTÍVEL: 6.0 LITROS. RESERVATÓRIO DE AGUA: 30 LITROS. SISTEMA DE PARTIDA: MANUAL RETRÁTIL. FILTRO DE AR: BANHADO A ÓLEO. NÍVEL DE RUÍDO: 108 DB. RODAS: SIM.	UN	TOYAMA	3,000	5.899,0000	17.697,00
73	SOPRADOR DE FOLHAS A GASOLINA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE DO TANQUE DO COMBUSTÍVEL 1.4 LITROS, CILINDRADA 64.8 (CM3), PESO 9.8 (KG), POTÊNCIA 3.0/4 (KW/CV), VELOCIDADE DO AR 90 (M/S), VOLUME DO AR COM TUBEIRA 1.720 (M3/H), ROTAÇÃO 7.200 (RPM), ROTAÇÃO LENTA 2.500 (RPM), VAZÃO DE AR 1.720 (M3/H).	UN	STHIL	5,000	2.980,0000	14.900,00

Fornecedor: 17054 - ALYNE EDUARDA FANDARUFF 06537922984

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8		PC	VONDER	40,000	8,0000	320,00
9	BROCA CHATA 5/16	UN	VONDER	40,000	7,5000	300,00
18	BROCA PARA FERRO 6MM	UN	AZ	20,000	7,4000	148,00
21	CABO DE AÇO COM ALMA DE FIBRA 8 MM	MT	AZ	500,000	8,0000	4.000,00
28	DISCO DE SERRA CIRCULAR. A LÂMINA PRECISA PARA CORTE DE QUALIDADE EM TODOS OS TIPOS DE MADEIRAS, CORPO E FENDAS DE DILATAÇÃO QUE REDUZEM AS VIBRAÇÕES, O RUÍDO E A FORMAÇÃO DE CALOR. CARACTERÍSTICAS: DENTES DE METAL DURO WZ. DENTES ALTERNADOS COM ÂNGULO POSITIVO. BASE DE DISCO COM CORPO EM AÇO SK5 INDEFORMÁVEL, ENDURECIDO E TEMPERADO. CORTE MUITO GROSSEIRO E CORTE GROSSEIRO: IDEAL PARA CORTES LONGITUDINAIS E TRANSVERSAIS RÁPIDOS EM MADEIRAS MACIAS. CORTE MUITO FINO E CORTE FINO: IDEAL PARA CORTES TRANSVERSAIS EM MADEIRAS MACIAS. DIÂMETRO EXTERNO: 7-1/4" (184MM). DIÂMETRO DO FURO: 20MM. DENTES: 24.	UN	AT	30,000	24,5000	735,00
34	ESCADA EM MADEIRA ESCAMOTEAVEL COM 02 (DOIS) LANCES DE DEGRAUS 6 M DE ALTURA PARA USO EM AREA EXTERNA.	UN	AZ	15,000	345,0000	5.175,00
66	PULVERIZADOR COSTAL, FABRICADO EM POLIETILENO. ACIONAMENTO COM ALAVANCA LATERAL. SISTEMA MANUAL DE PRESSURIZAÇÃO. ACOMPANHA: GATILHO, TRAVA, 2 ALÇAS REGULÁVEIS PARA TRANSPORTE NAS COSTAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: DIMENSÕES A X L X P: 365 X 190 X 350MM. PESO: 4,1KG. CAPACIDADE: 20L	UN	VONDER	6,000	159,0000	954,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/15

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 17/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 11/15
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 12/15
Processo N°. 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 11/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 13/15
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 14/15
Processo N°.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 11/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 28 de Fevereiro de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

ALYNE EDUARDA FANDARUFF 06537922984	CNPJ: 33.826.071/0001-05	_____
BLUINTER COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS	CNPJ: 34.471.931/0001-90	_____
COMPACT POWER MÁQUINAS LTDA	CNPJ: 11.496.215/0001-61	_____
FORTEMAC MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ: 11.425.470/0001-13	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 15/15
Processo Nº.: 17/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 28 de Fevereiro de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TED A EPP

CNPJ: 02.550.678/0001-73 _____

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI

CNPJ: 27.286.283/0001-36 _____

DECRETO Nº 3898/2020

Publicação Nº 2379981

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3898/20**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.451.0006.1.067 - Pavimentação e Drenagens de Ruas e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.000.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Operação de Crédito/FINISA.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 20 de Fevereiro de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 20/02/2020

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

ESTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2020 E CONTRATO

Publicação N° 2380045

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2020 e CONTRATO

PARTES: Município de São João do Oeste e Vandoir Klein (848.731.919-04)

ORIGEM/; Pregão Presencial n° 30/2020

OBJETO: "Contratação de empresa para execução dos serviços de leitura do consumo de água da rede pública municipal junto aos hidrômetros instalados nas unidades consumidoras cadastradas do município de São João do Oeste"

VALOR: 13.650,00

PRAZO: 28.02.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 28 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

Publicação N° 2380048

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Indústria de Equipamentos e Esquadrias Feilfer LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial n° 29.2020

OBJETO: "Aquisição de materiais para realizar a decoração de Páscoa da cidade de São João do Oeste"

VALOR: 1.480,00

PRAZO: 28.02.2020 até 28.02.2020

São João do Oeste – 28 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/2020

Publicação N° 2380049

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e ECOS&M Comércio de Materiais e Equipamentos Eireli

ORIGEM/; Pregão Presencial n° 31/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de conjuntos de lixeira Monobloco, matérias destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo do município de São João do Oeste".

VALOR: 6.730,00

PRAZO: 28.02.2020 até 28.02.2020

São João do Oeste – 28 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PP 02.2020 FMED - SOFTWARE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação N° 2383378

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecer licenciamento de software para controle e gerenciamento do Transporte Escolar no Município de São João do Oeste, para o ano de 2020, conforme especificações previstas no Edital.

Tipo: menor preço por lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 13 de março de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PP 04.2020 FMAS - MAT. EXP. E CONSUMO

Publicação Nº 2383838

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SCFV e FEAS custeio.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 16 de fevereiro de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br.
São João do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2.020.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 35.2020 SERV. DE LIMPEZA

Publicação Nº 2380379

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas em fornecimento de mão de obra para execução parcelada de serviços de limpeza em prédios e repartições públicas em geral, conforme a necessidade do Município de São João do Oeste/SC
Tipo: menor preço por Item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 12 de março de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 36.2020 MAT. CONSTRUÇÃO E OUTROS

Publicação Nº 2383374

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de construção, grama sintética decorativa e materiais para instalação de "paver" bem como os serviços necessários, para as diversas secretarias do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por Item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 12 de março de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 37.2020 MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 2383375

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2020 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de serviços de manutenção de diversos equipamentos das secretarias municipais de São João do Oeste

Tipo: menor preço por Lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 15:45 horas do dia 12 de março de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

PP 38.2020 MATERIAIS ELETRICOS

Publicação N° 2383836

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2020 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais elétricos para a manutenção dos estabelecimentos das diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por Lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 13 de março de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2.020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 125/2020

Publicação Nº 2379556

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 125/2020**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 125/2020 - CONDER**

O município de **São João do Oeste/SC**, situado à Rua Encantado, 66, centro, com inscrição no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de **Licença Ambiental de Operação**, com prazo de validade de **48 meses**, formulado pelo empreendedor **Vicinto Antônio Specht**, para a atividade de: **01.54.02 - GRANJA DE SUÍNOS - CRECHE**, que será exercida no imóvel **no Lote Rural nº 176, Gleba 03 – Peperly, matrícula do Registro de Imóveis nº 11.495**, Linha Itacuruçu, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Joaquim

PREFEITURA

ATUALIZAÇÃO PROCESSO 92/2019

Publicação Nº 2380322

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 92/2019

Processo Nº 92/2019

Pregão Presencial Nº: 47/2019 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais, componentes e correlatos, para máquinas e veículos pesados da frota municipal.

Conforme prevê o item 7.9 do termo de referência deste processo "(...) A frota municipal poderá ser reduzida ou ampliada, hipótese em que será modificada a listagem de veículos vinculados a este Edital e comunicada a alteração às empresas contratadas. A manutenção dos veículos que forem integrados à frota será feita pela contratada que atenda a veículos da mesma montadora. (...)”

NO ANEXO III

LOTE 03 – MÃO DE OBRA MECÂNICA

Acrescenta-se ao lote 03 uma MOTONIVELADORA CASE (Secretaria Municipal de Obras).

LOTE 11 – MÃO DE OBRA ELÉTRICA

Acrescenta-se ao lote 11 uma MOTONIVELADORA CASE (Secretaria Municipal de Obras).

E o valor unitário médio das peças será de acordo com o ANEXO IV – CATÁLOGO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS ou ainda caso as peças não constem no catálogo as mesmas serão adquiridas pelo preço médio cotado por, no mínimo, três fornecedores e acrescentadas à relação para futuras aquisições.

São Joaquim, 28 de fevereiro de 2020.

Lucas da Silva
Diretor de compras

DECRETO Nº 079/2020

Publicação Nº 2380317

DECRETO Nº 079/2020

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A
SERVIDORA MARCIA BITTENCOURT OLIVEIRA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido a servidora MARCIA BITTENCOURT OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, bairro Nossa Senhora Aparecida, para o qual havia sido nomeada através do Decreto Nº 046/2020, de 03/02/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 080/2020

Publicação Nº 2380354

DECRETO Nº 080/2020

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO
SENHOR ANTONIO LUIZ DA SILVA NUNES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido ao senhor ANTONIO LUIZ DA SILVA NUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras e Viação, para o qual havia sido nomeado através do Decreto Nº 379/2018, de 20/11/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 081/2020

Publicação Nº 2380361

DECRETO Nº 081/2020

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - As diárias devidas aos funcionários públicos do Município, ficam assim constituídas:

I – PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL:

Diária InternacionalR\$ 1.100,00

Diária fora do EstadoR\$ 800,00

½ Diária fora do EstadoR\$ 400,00

Diária dentro do Estado R\$ 500,00

½ Diária dentro do EstadoR\$ 250,00

II – SECRETÁRIOS, DIRETORES E FUNCIONÁRIOS:

Diária fora do EstadoR\$ 500,00

½ Diária fora do EstadoR\$ 250,00

Diária inteira dentro do Estado R\$ 300,00

½ Diária dentro do EstadoR\$ 150,00

III – MOTORISTAS:

Diária fora do EstadoR\$ 300,00

½ Diária fora do EstadoR\$ 150,00

Diária inteira dentro do Estado R\$ 250,00

½ Diária dentro do EstadoR\$ 125,00

Art. 2º - Os funcionários que se enquadram nos itens II e III, quando em viagem nos municípios da AMURES, terão direito a diárias assim estipuladas:

Diária inteira/AMURES c/ pernoite R\$ 150,00 (somente com a três notas fiscais: almoço, janta e pernoite).

Diária AMURES s/ pernoite:R\$ 50,00 (com comprovação da viagem).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 163/2019, de 01 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001-2020 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Publicação Nº 2380715

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEI 4.589/2018.

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Lei nº 4.589/2018 torna pública a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020, destinado ao preenchimento de vaga temporária para o quadro de pessoal do Município de São Joaquim, conforme quadro abaixo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde. Cabe ressaltar que a vaga pertinente ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde é em razão da necessidade de suprir as demandas no serviço do Posto Central, sendo esta vaga excedente, até realização de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Salienta-se ainda, que no momento não há servidores concursados, e, ou, em cadastro de reserva, para tal cargo. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo e em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 001/2020 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos, e Secretaria Municipal de Saúde.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 O cargo a ser provido é:

Secretaria Municipal de Saúde				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimento Inicial
01	Médico (Posto Central)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h (período vespertino)	R\$ 7.119,04

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.2 - Ter aptidão física e mental;

2.3.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.4 - Carteira de Identidade;

2.3.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.10 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.11 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.12 - 01 foto 3x4

2.3.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.14 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.15 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.16 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.17 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.18 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso. 2.4. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR DE RH, sito à Praça João Ribeiro, nº 01, Bairro Centro, dia 02 de Março de 2020, às 14h.

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

1º Títulos de Especialização;

2º Maior experiência comprovada na área de atuação;

3º Maior Idade;

4º Número de filhos;

3.2 No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.3 Ocorrendo empate, serão considerados como critério preponderante de desempate o Maior tempo de atuação comprovada na área (experiência).

3.4 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

DIONE RODRIGUES MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

TERESINHA GORETE GODOI VIEIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020 PARA PROFESSORES

Publicação Nº 2383332

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.
FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
CNPJ: 19.620.562/0001-66

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2020

CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 390/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação comunicam que encontram-se abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo nº 02/2019 e do Concurso nº 02/2019 esgotadas e chamadas todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 03 de março de 2020 Segunda - Feira às 15h no Departamento de RH, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

03-VAGAS EXCEDENTES PARA SEGUNDO PROFESSOR (VESPERTINO)
CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Especial

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Educação Especial a partir da terceira fase, licenciatura completa em Pedagogia e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

01-VAGA EXCEDENTE PROFESSOR DE AEE (VESPERTINO)
CARGA HORÁRIA 10H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Especial

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Educação Especial a partir da terceira fase, licenciatura completa em Pedagogia e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

01-VAGA EXCEDENTE POR DE TURMA PROFESSOR DE ARTE (MATUTINO)
CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Arte;

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Arte a partir da terceira fase e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais;

01-VAGA VINCULADA PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (VESPERTINO)
CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS HORAS SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Apresentação da Carteira do CREF

01-VAGA EXCEDENTE POR DESDOBRIO DE TURMA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (MATUTINO/VESPERTINO)
CARGA HORÁRIA 20H SEMANAIS OU DIVIDIDA EM DUAS CARGAS DE 10H

Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física

Apresentação da Carteira do CREF

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

- * Maior Graduação
- * Graduação na área;
- * Cursando na área;

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Maior Graduação

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar)

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA
Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto
Fundo Municipal de Educação- FME

PORTARIA N° 176/2020

Publicação N° 2380106

PORTARIAN° 176/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora: - AMANDA GUEDES COSTA, ocupante da Função de Psicóloga, no Abrigo Institucional, para a qual havia sido Designada através da Portaria N° 542/2019, de 12/08/2019, a referida exoneração é contar do dia 24/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 24 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 177/2020

Publicação N° 2380108

PORTARIAN° 177/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: - CIRO CARLO TRAMONTIN, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 26/02/2020 à 06/03/2020. – DIOGO XAVIER, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 26/02/2020 à 07/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 178/2020

Publicação N° 2380110

PORTARIAN° 178/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ALTERADA a Portaria N° 126/2020, de 10/02/2020, na parte onde se refere a exoneração de PATRICIA DE JESUS FLORÊNCIO, ocupante do cargo de ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, leia-se ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luízinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria N° 108/2020, de 05/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 179/2020

Publicação N° 2380117

PORTARIAN° 179/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – ERNESTO EDUARDO DE MELO LEMOS, ocupante do cargo de Técnico em Informática, por 01 (um) dia, no dia 21/02/2020. – JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Professor – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2020. – MARIBEL PROCHONOFF GIL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/02/2020. – MICHELE CASSÃO MUNIZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/02/2020. – ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/02/2020. – MICHEL PEREIRA LUCIANO, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2020. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2020. – SALETE DO AMARAL SILVA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2020. – OSMAR SERGIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2020, para tratamento de saúde de sua esposa. – SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 20/02/2020, para tratamento de saúde de seu esposo. – TAMARA RODRIGUES CASSÃO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2020. – MARIA JACIRA CAMARGO GOULART, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 26/02/2020. – ANA PAULA COSTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 26/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 180/2020

Publicação N° 2380119

PORTARIAN° 180/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, ocupante da Função de Professora Substituta

na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido Designada através da Portaria N° 119/2020, de 06/02/2020. A referida exoneração é a contar do dia 07/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 07 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 181/2020

Publicação N° 2380125

PORTARIAN° 181/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora – RENATA CECHINEL NUNES VANDRESEN, ocupante da Função de Agente Comunitária de Saúde - ESF, no Postinho Flor de Liz, Bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido Designada através da Portaria N° 303/2017, de 17/05/2017. A referida exoneração é a contar do dia 17/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 182/2020

Publicação N° 2380143

PORTARIAN° 182/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica DESIGNADA a servidora CELENIRA DE OLIVEIRA CABRAL, matrícula nº 11353, ocupante do Cargo de Controlador Interno, para a partir desta data a mesma ficar responsável pelo Portal da Transparência Pública e do Gerenciador do Portal Municipal, deste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria N° 036/2019, de 09/01/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 183/2020

Publicação N° 2380151

PORTARIAN° 183/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores:

– PATRICIA VIEIRA BORGES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 03/02/2020, para tratamento de saúde de sua mãe. – VICENCIA RODRIGUES DA SILVA, ocupante da função de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2020, para tratamento de saúde de seu esposo. – NALVA GRAZIELA MATTOS, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2020, para tratamento de saúde de pessoa da família. – MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante da função de Diretora Escolar, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2020. – CATIA RAQUEL NUNES DUARTE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2020. – LARISSA FURTADO MARTINS, ocupante da função de Enfermeira, por 03 (três) dias, a contar do dia 26/02/2020. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/02/2020, para tratamento de saúde de pessoa da família. – EDUARDO LUIZ MASSENZ, ocupante do cargo de Professor – 40 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/02/2020. – RENATA SILVERIO DE SOUZA, ocupante da função de Professora – 20 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/02/2020. – GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da função de Professora – 10 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/02/2020. – FRANCIANE NUNES SILVEIRA, ocupante da função de Agente Comunitária da Saúde - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/02/2020. – IVANA SILVEIRA GÓSS, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/02/2020. – THAYSE GREICI DA SILVA, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 27/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/2020

Publicação Nº 2380153

PORTARIANº 184/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de sua Mãe, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora PATRICIA BORGES VIEIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativa, a contar do dia 18/02/2020 até o dia 22/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 185/2020

Publicação Nº 2380296

PORTARIANº 185/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 01 (um) dia, por Falecimento de sua Avó, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora ZIL-MARA RIBEIRO DE SOUZA, ocupante da função de Enfermeira - ESF, no dia 18/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 186/2020

Publicação N° 2380302

PORTARIANº 186/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 01 (um) dia, por Falecimento de sua Avó, conforme apresentação de Certidão de óbito ao servidor GIOVANI DE MOURA WILLWOCK, ocupante do cargo de Professor, no dia 26/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 26 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 187/2020

Publicação N° 2380307

PORTARIANº 187/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao servidor ALEXANDRE NUNES CHIODELLI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 27/02/2020 à 27/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

COMUNICADO SOBRE CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULAS DO CATI.

Publicação N° 2383323

COMUNICADO SOBRE CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULAS DO CATI.

Em atenção ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, a Comissão Organizadora do Edital de Sorteio 001/2019/SAS comunica que ficam anuladas as confirmações de matrícula realizadas após 27 de Fevereiro de 2020, por não terem sido realizadas de acordo com o item 8.2 do referido edital.

Comissão de Organização

Gustavo Sch-rhaus Machado – Presidente.
Diego Gnecco.
Henrique Cabral Faraco.
Lorraina Naira Stahelin.
Juceliane da Silva Borges

CONTRATO CT N° 023/2020

Publicação N° 2381296

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: n° 023/2020 – CC 003/2019 – Processo 215/2019 - Proc. Adm. 3814/19 Contratado: QUANTUM-ENGIE – CENTRO HISTÓRICO. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA, EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO, PARA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E SISTEMA DE TELEMONITORAMENTO PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ. Valor do contrato: R\$ 6.609.143,39 (seis milhões, seiscentos e nove mil, cento e quarenta e três reais e trinta e nove centavos). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 28 de fevereiro de 2020.

DECRETO N° 12930/2020

Publicação N° 2383325

DECRETO N° 12930/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 34 da Lei Municipal n° 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 30,00 (trinta reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

3.3.90.93.00.00.0351 – Indenizações e Restituições,
Recursos do SUS (São Pedro de Alcântara) R\$ 30,00
Total desta Atividade R\$ 30,00
Total do Órgão R\$ 30,00
Total do Crédito Adicional Especial R\$ 30,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 30,00 (trinta reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

3.3.90.39.00.00.0351 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do SUS (São Pedro de Alcântara) R\$ 30,00
Total desta Atividade R\$ 30,00
Total do Órgão R\$ 30,00
Total da Anulação R\$ 30,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de fevereiro de 2020.

NERI OSVALDO DO AMARAL
Prefeito Municipal em exercício

PARECER RECONSIDERAÇÃO N° 0001/2020

Publicação N° 2379531

PARECER RECONSIDERAÇÃO n°. 0001/2020

PROCESSO n° 86/2020
Interessado: M.B.V.
Objeto: Pedido de Reconsideração - Processos 010609/2020 e 9763/2019

1 – DO REQUERIMENTO

Trata-se de processo administrativo onde M.B.V., permissionária do Transporte Escolar - registrada sob n° A-76, requer a RECONSIDERAÇÃO das decisões exaradas nos Processos 010609/2020 e 9763/2019, pela Comissão nomeada, que entendeu que a medida pertinente ao caso - era a cassação de Permissão outorgada pelo Município à Requerente, em face das reiteradas infrações praticadas, em face aos preceitos esculpidos na Lei n° 4.352/2005.

2 – [...]

3 – CONCLUSÃO

Diante da situação exposta, entendemos que o INDEFERIMENTO DO PEDIDO de RECONSIDERAÇÃO formulado pela Requerente – é medida que se impõe, por ausência de fundamentação legal, que substancie os argumentos expostos.

Não obstante, a afirmação acima entende-se que alguns pontos devem ser observados tendo como razão o fato de que o 1º semestre do ano de 2020 já começou, no início do mês de fevereiro. Desta forma, devemos considerar o que segue:

(i) O Serviço de Transporte Escolar além da legislação municipal própria, é subsidiado pela Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Trânsito Brasileiro;

(ii) O Princípio da Proteção Integral e o Princípio do Melhor Interesse da criança e do adolescente – inseridos na Carta Constitucional e no Estatuto da Criança e do Adolescente - são norteadores de quaisquer ações sobre este segmento - ao indicar de forma clara a obrigatoriedade de observar o melhor interesse da criança, de acordo com a situação apresentada, portanto, a Municipalidade tem o dever de cumprir a legislação vigente;

(iii) No caso em análise, a Permissionária/ Transportadora Escolar - M.B.V. postulou o presente pedido de Reconsideração e, em razão deste, o semestre escolar iniciou. Desta forma, a Requerente celebrou contratos para realizar o transporte de crianças e adolescentes; as famílias confiam que este serviço será realizado no semestre em curso e, o Município deve cumprir o que determina a Lei específica (ECA), aplicando os Princípios apontados acima;

(iv) Para finalizar, não podemos deixar de citar a decisão proferida (Tutela de Urgência) pelo Juiz da Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José, em pedido de Mandado de Segurança n° 5002419-66.2020.8.24.0064/SC, impetrado por E.P.P.. Naquela decisão, o Julgador afirma que a Municipalidade deve comunicar ao interessado, com a devida antecipação, para não gerar transtornos às famílias que realizaram contratos com o transportador escolar;

(v) Portanto, seguindo orientação exarada no Mandado de Segurança citado, estamos cientificando a Permissionária com antecedência devida (início do semestre escolar).xxx

Diante destas considerações, esta Secretaria DETERMINA o que segue:

a) A Permissionária do Transporte Escolar M.B.V., com registro n° A-76, deverá ser NOTIFICADA, pessoalmente e por Aviso de Recebimento – AR que a Permissão outorgada pelo Município terá duração de um semestre escolar (1º semestre de 2020) até o dia 17 de julho vindouro,

quando terminam as atividades escolares do semestre;

(b) A Permissionária deverá informar seus clientes que suas atividades se encerram neste semestre (1º semestre de 2020);

(c) Não poderá celebrar e/ou renovar contratos para 2020-2º semestre;

(d) Deverá ser publicado no Diário dos Municípios – DOM, o final da presente decisão, para que a Permissionária não alegue desconhecimento da situação;

(e) Finalmente, determina-se a Diretoria de Trânsito e Transportes, que solicite ao Setor de Transportes, o chamamento desta para conhecer da decisão proferida, bem como, cientifique os Fiscais de Transportes da situação exposta no presente processo.xxx

Encaminhe-se a Diretoria de Trânsito e Transportes para cientificar a Requerente e, outras providências necessárias.

São José, 21 de fevereiro de 2020.

Vânio Luiz Dalmarco
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº. 009/2020/FUNESJ

Publicação Nº 2383327

PORTARIA Nº. 009/2020/FUNESJ

DIVULGA A APROVAÇÃO DE PROJETO DE EVENTOS ESPORTIVOS APRESENTADOS NO EDITAL Nº 001/2020 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 075/2017, e, considerando a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e o Decreto nº 8.623/2017, que regulamenta as parcerias entre o município de São José e as Organizações da Sociedade Civil, torna público a aprovação de projeto de eventos esportivos apresentados no Edital nº 001/2020 da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC.

Art. 1º - Fica divulgada a aprovação de projeto de evento esportivo, conforme tabela abaixo:

Entidade	Evento	Nota	Valor Aprovado
ASSOCIAÇÃO DE APOIO E CULTURA E ESPORTE DE S.C.	CORRIDA DE RUA	4,0	R\$ 15.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

João David Garcia
Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2019

Publicação Nº 2380469

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2019 – Processo nº 643/2019 – Proc. Adm. 10921/2019 Fornecedor: PISONTEC LICENCIAMENTO DE SOFTWARE EIRELI – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO PROGRAMA MICROSOFT OFFICE PARA INSTALAÇÃO NOS MICROCOMPUTADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DE SUAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 244.756,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e setecentos e cinq-enta e seis reais). Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL N 022/2019**

Publicação Nº 2382201

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 022/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 230/2019

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PLACAS FOTOVOLTAICAS DE PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE – COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 42.9Kw/p DE POTÊNCIA INSTALADA – NO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA E LEGALIZAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (CELESC), ALÉM DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A OPERAÇÃO E PLENO FUNCIONAMENTO, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

O Diretor de Administração da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação a partir da data de hoje até às 13h:20min do dia 13/03/2020.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 13/03/2020, a partir das 13h:30min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeiro e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1355, (48) 3029-1302 e (48) 3029-1380.

São José, Santa Catarina, 28 de fevereiro de 2019.
Luciano Alves
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 054/2020

Publicação Nº 2381343

PORTARIA Nº 054/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;
Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;
Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Sandra Regina Mikulski para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Metalgraph Gravações em Metais Ltda ME, Processo nº 249/2019, Pregão Presencial nº 001/2020.

Art. 2º - Compete à servidora designada:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato;
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 28 de fevereiro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PP 002/2020

Publicação Nº 2380828

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Página: 1/2
 Data: 28/02/2020
 Processo: 3/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 2
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

Reuniram-se no dia 28/02/2020, as 13:30:00, na CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 25/2020 com o objetivo de CPL 2020/2021 tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 2 destinado a Aquisição de aparelhos de ar condicionado split para a Câmara Municipal de São José.

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1618 E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI	CNPJ: 05.368.504/0001-82
Representante: ELDER DA SILVA	CPF: 034.127.079-29
1624 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PECAS E ELETROELETRONICO	CNPJ: 16.779.255/0001-34
Representante: CLEBER BORTOLOTO SPILLERE	CPF: 005.034.209-64
1619 M A C CARLESSO ELETRO	CNPJ: 26.074.486/0001-04
Representante: CARLOS ALEXANDRE DE MORAES	CPF: 100.489.589-56
1622 MARCIELE DE LIMA DA SILVA	CNPJ: 29.911.780/0001-03
Representante: VALMIR TAVARES	CPF: 057.293.759-80
1620 MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI	CNPJ: 33.859.616/0001-71
Representante: LEANDRO BARDINI IDALINO	CPF: 089.459.999-22
1623 REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	CNPJ: 35.654.754/0001-40
Representante: RONALDO CEZAR MARTINS	CPF: 060.602.399-27
1621 VMLX ELETRONICOS EIRELI	CNPJ: 03.800.477/0001-40
Representante: VALCIR MOTA	CPF: 048.428.279-47

LOTE 1 - lote 1

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1622	MARCIELE DE LIMA DA SILVA	Sim		
1624	ELETRO CENTRO COMERCIO DE PECAS E ELETROELETRONICO	Sim		
1620	MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI	Sim	0,0000	44.574,9200
1621	VMLX ELETRONICOS EIRELI	Sim	0,0000	43.950,0000
1623	REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	Sim	0,0000	43.218,2200
1619	M A C CARLESSO ELETRO	Sim	0,0000	43.101,0000
1618	E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI	Sim	0,0000	42.920,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI	Desistiu	44.574,9200
1	VMLX ELETRONICOS EIRELI	42.919,0000	
1	REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	42.918,0000	
1	M A C CARLESSO ELETRO	42.915,0000	
1	E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI	42.910,0000	
2	VMLX ELETRONICOS EIRELI	42.909,0000	
2	REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	42.908,0000	
2	M A C CARLESSO ELETRO	42.907,0000	
2	E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI	42.905,0000	
3	VMLX ELETRONICOS EIRELI	Desistiu	42.909,0000
3	REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	42.895,0000	
3	M A C CARLESSO ELETRO	Desistiu	42.907,0000
3	E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI	42.885,0000	
4	REFRIFRIO AR CONDICIONADOS LTDA	Desistiu	42.895,0000

O licitante E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para a Câmara Municipal, declara vencedor deste Pregão Presencial o fornecedor E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI pelo valor de R\$ 42.885,0000 (quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Página: 2/2
Data: 28/02/2020
Processo: 3/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 2
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos lotes, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 15:15 horas do dia 28 de Fevereiro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

<u>BRUNO GABRIEL MELLO MACHADO</u>	-Pregoeiro
<u>GUILHERME CLASEN GAGLIOTTI</u>	-Membro 1
<u>ANA LETICIA SOUSA DE OLIVEIRA</u>	-Membro 2
Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:	
ELDER DA SILVA	- CPF: 034.127.079-29
CARLOS ALEXANDRE DE MORAES	- CPF: 100.489.589-56
LEANDRO BARDINI IDALINO	- CPF: 089.459.999-22
VALCIR MOTA	- CPF: 048.428.279-47
VALMIR TAVARES	- CPF: 057.293.759-80
RONALDO CEZAR MARTINS	- CPF: 060.602.399-27
CLEBER BORTOLOTO SPILLERE	- CPF: 005.034.209-64

BALANCETE FINANCEIRO DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2379916

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	2.273.285,18
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.226.298,42
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.007.784,66
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.218.513,76
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	46.986,76
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.986,76
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.250.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.250.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.936.071,45	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.911.895,89
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	235.815,47	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	231.023,12
VALORES RESTITUÍVEIS	235.815,47	VALORES RESTITUÍVEIS	231.023,12
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	235.815,47	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	231.023,12
CONSIGNAÇÕES	232.433,54	CONSIGNAÇÕES	231.023,12
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMEN	23.493,44	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMEN	23.493,44
INSS	58.246,15	INSS	58.246,15
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	105.226,58	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	105.226,58
ISS	1.410,42	PENSÃO ALIMENTÍCIA	6.365,80
PENSÃO ALIMENTÍCIA	6.365,80	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	21.056,17
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	21.056,17	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	16.634,98
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	16.634,98	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.178.607,54
GARANTIAS	595,00	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	248.363,26
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.786,93	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.167.006,76
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANÇ	560,93	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	79.545,98
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	2.226,00	RP PROCESSADOS PAGOS	7.349,23
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.273.285,18		
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	248.363,26		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.178.607,54		
SALDOS ANTERIORES	464.569,42	SALDOS ATUAIS	1.465.459,80
BANCO C/ MOVIMENTO	464.569,42	BANCO C/ MOVIMENTO	1.465.459,80
TOTAL	6.650.640,87	TOTAL	6.650.640,87

São José, 27/02/2020

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTEROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL
DIRETOR FINANCEIROWILMAR HINCKEL
TEC EM CONTAB. CRC 10.613/SC

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO MÊS DE JANEIRO DE 2020

Publicação N° 2379924

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada		Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	No Período	Até o Período
01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
0101.01 Legislativa	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
0101.01.031 Ação Legislativa	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
01.01.01.031.0101 Processo Legislativo	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
01.01.01.031.0101.1.556 Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José	5.168.000,00	0,00	5.168.000,00	0,00	5.168.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicacoes Diretas	5.168.000,00	0,00	5.168.000,00	0,00	5.168.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0080 Obras e Instalacoes	5.168.000,00	0,00	5.168.000,00	0,00	5.168.000,00
01.01.01.031.0101.2.001 Manutenção da Câmara Municipal	21.832.000,00	0,00	21.832.000,00	2.273.285,18	19.558.714,82
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicacoes Diretas	14.872.000,00	0,00	14.872.000,00	1.007.784,66	13.864.215,34
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0080 Aposentadorias e Reformas	264.000,00	0,00	264.000,00	16.602,65	247.397,35
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0080 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	12.708.000,00	0,00	12.708.000,00	857.973,74	11.850.026,26
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0080 Obrigacoes Patronais	1.838.000,00	0,00	1.838.000,00	133.208,27	1.704.791,73
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0080 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3.1.90.92.00.00.00.00.01.0080 Despesas de Exercícios Anteriores	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0080 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicacoes Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	660.000,00	0,00	660.000,00	46.986,76	613.013,24
3.1.91.13.00.00.00.00.01.0080 Obrigacoes Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	660.000,00	0,00	660.000,00	46.986,76	613.013,24
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicacoes Diretas	5.112.000,00	0,00	5.112.000,00	1.218.513,76	3.893.486,24
3.3.90.08.00.00.00.00.01.0080 Outros Benefícios Assistenciais	84.000,00	0,00	84.000,00	0,00	84.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0080 Diárias - Civil	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0080 Material de Consumo	480.000,00	0,00	480.000,00	1.559,22	478.440,78
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0080 Material de Distribuicao Gratuita	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0080 Passagens e Despesas com Locomocao	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00.01.0080 Outras Desp. de Pessoal Dec. de Contratos de Terc.	1.141.000,00	0,00	1.141.000,00	154.247,85	986.752,15
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	201.000,00	0,00	201.000,00	7.533,15	193.466,85
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.735.000,00	0,00	1.735.000,00	960.079,26	774.920,74
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0080 Auxilio-Alimentacao	1.328.000,00	0,00	1.328.000,00	95.094,28	1.232.905,72
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0080 Obrigacoes Tributarias e Contributivas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00.01.0080 Despesas de Exercícios Anteriores	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicacoes Diretas	1.188.000,00	0,00	1.188.000,00	0,00	1.188.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0080 Obras e Instalacoes	488.000,00	0,00	488.000,00	0,00	488.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro
Página 2

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada		Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	Até o Período	
01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
0101.01 Legislativa	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
0101.01.031 Ação Legislativa	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
01.01.031.0101 Processo Legislativo	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
01.01.031.0101.2.001 Manutenção da Câmara Municipal	21.832.000,00	0,00	21.832.000,00	2.273.285,18	19.558.714,82
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0080 Equipamentos e Material Permanente	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	700.000,00
Total por Entidade:	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82
Total Geral:	27.000.000,00	0,00	27.000.000,00	2.273.285,18	24.726.714,82

São José, 27/02/2020

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL
DIRETOR FINANCEIRO

WILMAR HINCKEL
TEC EM CONTAB. CRC 10.613/SC

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV

POLÍTICA DE INVESTIMENTO SJPREV 2020

Publicação Nº 2380341

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020



SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SC

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	META DE RENTABILIDADE	2
3.	MODELO DE GESTÃO	3
4.	COMPETÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS RECURSOS	3
5.	ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	4
6.	VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	7
7.	LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	7
8.	SELEÇÃO E PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS	9
9.	GESTÃO DE RISCO	10
10.	ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO	11
11.	PLANO DE CONTINGÊNCIA	12
12.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	12
13.	CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS	13
14.	ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS	13
15.	DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS	13
16.	CENÁRIO ECONÔMICO	13
17.	DISPOSIÇÕES GERAIS	16
	ANEXO I – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO	17

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020

SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SC

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **SJPREV - SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SC** apresenta a versão final de sua Política de Investimentos para o ano de 2020.
- 1.2. A Política de Investimentos estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, pela Resolução CMN Nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 e pela Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012, MPS nº 440/2013, MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os princípios de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.
- 1.3. A Política de Investimentos traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e no exterior, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais, buscando manter o equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e passivo, do RPPS.
- 1.4. A Política de Investimentos deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2020, conforme entendimento conjunto da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimentos compreende o período entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.
- 1.5. Ao aprovar a Política de Investimentos 2020, será possível identificar principalmente que:
 - 1.5.1. O Comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial e com os riscos apresentados como limite nesta Política de Investimentos;

- 1.5.2. Os responsáveis pela gestão dos recursos, direta ou indiretamente, terão ciência dos objetivos, restrições, competências e responsabilidades, acerca dos investimentos;
- 1.5.3. O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, baseado no “Termo de Análise e Atestado de Credenciamento” das instituições e na análise dos produtos;
- 1.5.4. O RPPS seguirá os princípios da ética, boa-fé, lealdade, diligência e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimentos, na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações e na Portaria MPS nº 519/2011 e alterações.

2. META DE RENTABILIDADE

- 2.1. O **SJPREV**, em conformidade com o inciso III, do artigo 4º, da Resolução 3.922/2010, define o parâmetro de rentabilidade perseguido, que deverá buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações e ajustado a realidade de mercado.
- 2.2. Até a aprovação desta Política de Investimentos, foram analisadas as projeções do mercado, para inflação e taxa básica de juros para o ano de 2020, fundamentadas através relatório FOCUS, do Banco Central do Brasil, Instituição Fiscal Independente (IFI) e outras instituições financeiras.

EXPECTATIVAS 2020	
INPC	3,80%
SELIC MÉDIA	4,41%
JUROS REAL APROXIMADO	0,59%

- 2.3. Considerando as características e as suas obrigações passivas, o **SJPREV**, buscará como meta de rentabilidade, uma taxa de retorno esperada acrescida de um Índice de Referência.
- 2.3.1. Taxa de juros retorno esperada (%): Estabelece como meta a taxa de 6,00%, decorrente da atual Taxa Básica de juros da economia (SELIC), da inflação para 2020 e a necessidade de maior exposição aos ativos de risco.
- 2.3.2. Índice de referência: Em linha com suas necessidades atuariais e com base nas projeções de inflação para 2020, determina-se a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado pelo IBGE.

META DE RENTABILIDADE 2020

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (INPC)	3,80%
TAXA DE JUROS RETORNO ESPERADA	6,00%
RENTABILIDADE ESPERADA	10,03%

3. MODELO DE GESTÃO

3.1. Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **SJPREV** adota o modelo de **GESTÃO PRÓPRIA**, em conformidade com o inciso I, parágrafo 1º, artigo 15º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações e define que a macro estratégia será elaborada pelos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS, conforme item 4 desta Política de Investimentos.

4. COMPETÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS RECURSOS

4.1. Buscando atender ao disposto no parágrafo 6º, do artigo 1º da Resolução CMN nº 3.922/2010, o **SJPREV** define competências de todos os agentes participantes do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre os investimentos do RPPS.

4.1.1. Gestor/Diretor/Gerente Financeiro: Executar os investimentos e desinvestimentos com base na legislação vigente e na Política de Investimentos; em conformidade com as decisões emanadas do Comitê de Investimentos no processo decisório. Propor e apresentar ao Conselho de Administração / Administrativo / Deliberativo a Política de Investimentos, com as diretrizes e formas de gerenciamentos dos investimentos.

4.1.2. Conselho de Administração/Administrativo/Deliberativo: Aprovar a Política de Investimentos, estabelecendo normas para a aplicação de recursos previdenciários disponíveis, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS.

4.1.3. Comitê de Investimentos: Participar diretamente do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, na avaliação da conjuntura econômica e na assessoria e análises do desempenho da carteira de investimentos, produtos e ativos.

4.1.4. Consultoria de Investimentos: Fornecer sistema online, disponibilizando todos os relatórios oriundos do serviço da consultoria e controladoria prestados, possibilitando a impressão e a guarda na forma de arquivos digitais, acessado

por login e senha. Subsidiar os participantes do processo de gestão dos recursos, com cenários macroeconômicos para a tomada de decisão em relação aos investimentos. Auxiliar na elaboração da PI, na análise de produtos financeiros quando solicitado, no credenciamento das instituições e dos fundos de investimentos, no enquadramento das instituições e ativos e avaliação do risco da carteira.

4.1.5. Gestor/Administrador/Distribuidor: São profissionais e agentes participantes do processo de gestão dos recursos do RPPS, diretamente ou indiretamente, que terão como competência e responsabilidades:

- Assegurar que os fundos ofertados e distribuídos estejam aderentes à legislação vigente e aplicáveis ao segmento;
- Disponibilizar todo material e informação do fundo como: regulamento, lâminas de carteiras etc.;
- Providenciar junto às Instituições Financeiras a documentação necessária ao processo de credenciamento do RPPS;
- Montar o processo de cadastro e renovação do RPPS junto aos Administradores e Gestores;
- Enviar e monitorar as ordens de aplicação e resgates dos clientes;
- Enviar mensalmente os extratos das aplicações financeiras;
- Realizar visitas e/ou *Conference Call*, sempre que solicitado, sobre os assuntos de interesse do cliente;
- As atribuições e responsabilidades aqui apontadas coexistem com as estabelecidas pela legislação existente, sendo que os administradores, gestores e distribuidores de produtos financeiros ficam incumbidos da responsabilidade de observá-las, concomitantemente a essas, ainda que não estejam expressamente mencionadas nesse documento.

5. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

5.1. Embora o RPPS busque investimentos que atendam suas necessidades atuariais no longo prazo, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

5.2. Na execução dos preceitos estabelecidos nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e no Exterior, na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos, observadas principalmente as seguintes regras:

- 5.2.1. No processo de investimento, entende-se por novas alocações as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- 5.2.2. Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que 12 (doze) meses poderão receber recursos, de preferência quando:
- A. A rentabilidade do fundo estiver enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos renda fixa e renda variável;
 - B. O novo fundo replicar estratégia(s) de gestão de investimentos anteriormente praticadas pela gestora;
- 5.2.3. O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento.
- 5.3. As estratégias de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
- 5.3.1. Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
 - 5.3.2. Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
 - 5.3.3. Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;
 - 5.3.4. A fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo. Contudo, no segmento de renda fixa estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

5.4. SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)

5.4.1. TÍTULOS PÚBLICOS

- A. As operações realizadas diretamente numa carteira própria de títulos públicos federais, deverão ser feitas por meio de plataforma eletrônica, administrada por instituições autorizadas, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações.
- B. Os Títulos Públicos Federais adquiridos deverão ser classificados e contabilizados separadamente, conforme a Portaria SPREV/MF nº 04 de 05 de fevereiro de 2018, por:
 - Marcação na curva – Títulos mantidos até o vencimento;

- Marcação a mercado – Títulos para negociação.

5.4.2. FUNDOS DE RENDA FIXA

- A. **Incisos I, b; I, c e III – Investimento:** Para novas alocações a performance em 12 (doze) meses do fundo poderá ser de no máximo 7% abaixo da performance do índice de referência. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses do fundo for **8% menor** do que a rentabilidade do benchmark, durante **06 (seis) meses consecutivos**;
- B. **Incisos IV e VII, b – Investimento:** Para novas alocações a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou **superior a 100%** deste indicador do fundo, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for **inferior a 99%** do CDI, durante **06 (seis) meses consecutivos**.

5.5. SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)

5.5.1. FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL

- A. **Incisos I e II –** Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e ao cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, **não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável**, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimentos;

5.5.2. FUNDOS MULTIMERCADOS

- A. **Inciso III – Investimentos:** Para novas alocações em fundos multimercados a performance mínima em 12 (doze) meses de preferência será igual ou **superior a 100%** do benchmark. **Desinvestimento:** Os fundos multimercados cuja rentabilidade em 12 (doze) meses for abaixo do benchmark por **06 (seis) meses consecutivos** poderão ter sua posição reduzida em 100%.

5.5.3. FUNDOS IMOBILIÁRIOS E FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES

- A. **Inciso IV, a; IV, b** – Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, deverá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a liquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de *Due Diligence* presencial.
- B. Em relação aos FIP (Fundos de Investimentos em Participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no parágrafo 5º, do inciso IV, do artigo 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações.

6. VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. O **SJPREV** além de seguir a todas as diretrizes, normas, definições e classificações dos produtos de investimentos impostas pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, e a Portaria MPS nº 519/2011 e alterações, as aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer às seguintes vedações impostas por esta Política de Investimentos para:

- 6.1.1. FUNDO MULTIMERCADO - É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 50% do patrimônio em FIP e FII. Sendo no máximo 10% do total de aplicação em cotas de um mesmo Fundo de Investimento Imobiliário.

7. LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e no Exterior. As características de suas obrigações, seus objetivos, o grau de maturação e o cenário macroeconômico vigente levam o **SJPREV** a estabelecer as seguintes diretrizes nos investimentos, como ESTRATÉGIA ALVO.

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 3.922/2010	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7º - RENDA FIXA	100%	0%	74,5%	100%
TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN - ART. 7º, I, A	100%	0%	0%	20%
FI 100% TÍTULOS TN - ART. 7º, I, B	100%	0%	64%	80%
ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS - ART. 7º, I, C	100%	0%	0%	10%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - ART. 7º, II	5%	0%	0%	0%
FI RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, A	60%	0%	2%	10%
ETF - RENDA FIXA "REFERENCIADO" - ART. 7º, III, B	60%	0%	0%	10%
FI RENDA FIXA – GERAL - ART. 7º, IV, A	40%	0%	8%	40%
ETF - DEMAIS INDICADORES DE RF - ART. 7º, IV, B	40%	0%	0%	3%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS - ART. 7º, V, B	20%	0%	0%	5%
CDB - CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO - ART. 7º, VI, A	15%	0%	0%	5%
POUPANÇA - ART. 7º, VI, B	15%	0%	0%	0%
FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR - ART. 7º, VII, A	5%	0%	0,2%	5%
FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO" - ART. 7º, VII, B	5%	0%	0,3%	5%
FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA - ART. 7º, VII, C	5%	0%	0%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	30%	0%	24%	30%
FI DE AÇÕES - ÍNDICES C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, A	30%	0%	1%	15%
ETF - ÍNDICE DE AÇÕES (C/ NO MÍNIMO 50) - ART. 8º, I, B	30%	0%	2%	15%
FI DE AÇÕES – GERAL - ART. 8º, II, A	20%	0%	15%	20%
ETF - DEMAIS ÍNDICES DE AÇÕES - ART. 8º, II, B	20%	0%	0%	10%
FI MULTIMERCADO – ABERTO - ART. 8º, III	10%	0%	6%	10%
FI EM PARTICIPAÇÕES - ART. 8º, IV, A	5%	0%	0%	5%
FI IMOBILIÁRIOS - ART. 8º, IV, B	5%	0%	0%	5%
FI “AÇÕES - MERCADO DE ACESSO” - ART. 8º, IV, C	5%	0%	0%	5%
ARTIGO 9º - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0%	1,5%	10%
FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA - ART. 9º-A, I	10%	0%	0,5%	5%
FI - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR - ART. 9º-A, II	10%	0%	0,5%	5%
FI DE AÇÕES – BDR NÍVEL 1 - ART. 9º-A, III	10%	0%	0,5%	5%

7.2. A Estratégia Alvo do **SJPREV** está alinhada com a expectativa de um ambiente mais favorável ao crescimento da economia, em decorrência dos ajustes e das reformas que se fazem necessárias. Assim como a da Previdência, outras estão na pauta e são urgentes. Somado a outros fatores, tais como o baixo nível de atividade e a inflação abaixo da meta, acabam refletindo a nova realidade das taxas de juros no país. Há

consenso do mercado de que o atual nível de taxas de juros e da inflação não permanecerá ancorado nos valores atuais, mas, senso comum também, que não voltarão a patamares vistos recentemente. É claro que não se leva em conta nessas afirmações cenários de altíssimo *stress* (internos ou externos) e deterioração dos fundamentos macroeconômicos do país.

7.3. Para o ano de 2020, uma combinação de taxa de juro “baixa”, inflação sob controle e expectativas positivas para os ativos de renda variável, certamente levarão o RPPS a assumir mais risco de mercado e, eventualmente, de crédito se houverem opções para isso.

7.4. O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A	60%
ART. 7º, III, B	
ART. 7º, IV A	40%
ART. 7º, IV B	
ART. 7º, VI A	15%
ART. 7º, VI B	
ART. 8º	30%
ART. 9º	10%

8. SELEÇÃO E PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

8.1. A seleção dos produtos para avaliação no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **SJPREV**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências principais do credenciamento de fundos, divulgadas pela Secretaria da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

8.1.1. O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:

- A. Análise das medidas de risco;
- B. Análise dos índices de performance;
- C. Análise de índices de eficiência;
- D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e do relatório de agência de risco (se houver);

- E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do benchmark. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.

8.2. A precificação dos ativos que trata o inciso V, do Art. 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, será efetuada com base nas informações divulgadas pelos órgãos responsáveis, tais como B3, CVM e ANBIMA.

9. GESTÃO DE RISCO

9.1. O **SJPREV** atendendo ao previsto no inciso VI, artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, estabelece em sua Política de Investimentos regras que permitam identificar, mensurar e controlar os principais riscos aos quais os investimentos estão expostos, entre eles: risco de mercado, de crédito e liquidez. Abaixo apresentamos os critérios que serão utilizadas para a gestão de riscos da carteira do RPPS:

9.2. Risco de Mercado

9.2.1. Volatilidade Anualizada: é o Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio.

9.2.2. Value at Risk - VaR: sintetiza a maior perda esperada para a carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

9.2.3. O controle de risco de mercado da carteira deverá ser feito de acordo com os seguintes parâmetros, analisando os últimos 12 meses:

MÁXIMO	
VOL	9%
VAR	12%

9.3. Risco de Crédito

9.3.1. Os ativos de crédito privado que compõem a carteira de investimento e seus respectivos emissores devem ser considerados de baixo risco de crédito, preferencialmente, com classificação mínima (BBB) por agência classificadora de risco estrangeira (vide anexo I).

9.3.2. Em relação aos investimentos enquadrados no Art. 7º, VII, “a” - FIDC - Cota sênior, preferencialmente, com classificação mínima (A) por agência classificadora de risco estrangeira (vide anexo I).

9.4. Risco de Liquidez

9.4.1. Considerando a característica dos investimentos do RPPS, o risco de liquidez a ser mitigado é a possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações futuras. Levando-se em consideração a posição atual e os fluxos futuros, fica estabelecido que o limite mínimo de liquidez para a carteira de investimentos será de 30% do patrimônio líquido com prazo menor de 90 dias.

9.5. Stress Test

9.5.1. Buscando complemento na avaliação do cenário de risco, ao qual a carteira está exposta, deverá ser aplicado um *Stress Test* para estimar a perda que o RPPS incorreria em um cenário de forte estresse no mercado.

10. ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO

10.1. Avaliar o resultado de uma carteira não consiste apenas em comparar o resultado obtido com seus ativos. Além de avaliar o retorno, e as métricas de risco acima mencionadas, também devemos olhar as medidas de desempenho.

10.2. O **SJPREV** fará o acompanhamento mensal das seguintes métricas de desempenho:

10.2.1. Beta - Avalia a sensibilidade da carteira em relação ao risco do mercado como um todo, representado pelo Índice Ibovespa. Calculando o Beta da carteira, tem-se uma estimativa da sua exposição ao total desse risco.

10.2.2. Sharpe - Quantifica a relação entre a Volatilidade da carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a carteira teve acima do ativo livre de risco, devido à sua maior exposição ao risco do mercado.

10.2.3. Tracking Error - Mensura o quão aderente a carteira é ao seu benchmark.

- 10.2.4. Treynor - Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da Volatilidade da carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado.

11. PLANO DE CONTINGÊNCIA

- 11.1. O **SJPREV** estabelece que poderá adotar os procedimentos abaixo relacionados, visando readequar a carteira de investimento a legislação e normas desta Política de Investimentos:

- 11.1.1. Descumprimento dos limites e requisitos da legislação vigente ou da Política de Investimentos: Será efetuada a regularização logo após identificação do descumprimento à legislação vigente, com movimentações dos recursos, observando o estabelecido nos itens 5 – Estratégias de Investimentos e Desinvestimento e 6 – Vedações e Recomendações, visando evitar perda de rentabilidade ou exposição desnecessária a qualquer tipo de risco.
- 11.1.2. Excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos: Caso os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS percebam a existência de fatores que possam aumentar a exposição do risco de mercado, de crédito e de liquidez, com potencial perda de recursos da carteira, será efetuada uma análise da carteira em reunião com os responsáveis diretos pelos investimentos do RPPS para avaliação do ajuste necessário.
- 11.1.3. Ultrapassado os limites de VOL e VAR: O gestor de recursos do RPPS deve convocar o Comitê, em até 3 dias úteis da divulgação do último relatório, para definição das medidas necessárias para sanar o desenquadramento do risco estipulado.

12. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

- 12.1. O **SJPREV** busca, através da sua Política de Investimentos, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos métodos para o processo de credenciamento das instituições financeiras e os produtos por ela ofertados, criadas rotinas periódicas de envio das informações destas instituições e dos produtos que receberam recursos deste RPPS e normas para divulgação dos resultados.
- 12.2. A diretoria realizará reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico.

Para isso, poderão ser chamados os gestores e representantes das instituições onde os recursos estão alocados.

13. CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

13.1. Seguindo o artigo 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011 e a Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, serão adotados como base os 3 modelos de Termo de Análise de Credenciamento, preenchidos através de avaliação do Questionário *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima).

14. ABERTURA DAS CARTEIRAS E DO RATING DOS ATIVOS

14.1. As instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento, deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, **no mínimo mensalmente**, onde deverá ser possível examinar ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, mensalmente, as instituições credenciadas remeterão ao RPPS **arquivo no formato XML** para que o risco da carteira possa ser apurado.

15. DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

15.1. Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar os investimentos.

16. CENÁRIO ECONÔMICO

16.1. CENÁRIO ECONÔMICO EXTERNO

16.1.1. Estados Unidos – O ano de 2019 foi marcado principalmente pela guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. Sucessivas vezes os dois países aumentaram tarifas de importação um sobre o outro. É verdade, também, que ocorreram diversas tentativas de diálogos, mas o início de um acordo só pôde ser observado no 4º trimestre de 2019. Durante 2020, espera-se que essas negociações continuem. A China deve se aproveitar das eleições presidenciais americanas para pressionar Trump a um acordo mais favorável

ao país. Ainda, outro processo que merece atenção especial é o do impeachment de Donald Trump. Dado o apoio que os republicanos demonstram ao presidente e o fato de a maioria dos senadores serem desse partido, é provável que, ainda que passe no congresso, o processo encontre seu fim no Senado. Mesmo assim, a imagem de Trump pode ser afetada com esse processo, de forma que ele perca forças para reeleição. Por fim, apesar dessas instabilidades, a economia americana deve continuar apresentando crescimento no próximo ano. Mesmo desacelerando, o PIB deve crescer cerca de 2%. Já com relação a política monetária, são esperados mais dois cortes de juros ao longo de 2020, necessários para sustentar o crescimento econômicos, e viáveis dada a inflação que se mantém em patamares confortáveis.

16.1.2. Zona do Euro – Em 2019, seguiram-se as instabilidades no continente europeu com relação ao Brexit. Apesar da troca de primeiro-ministro e de novos acordos sendo oferecidos, nenhuma oferta para a saída do Reino Unido da União Europeia foi aceita. Assim, o prazo para saída sem acordo foi postergado para 31/01/2020. Além disso, novas eleições gerais foram convocadas para o final do ano e, com elas, espera-se resolver esse longo impasse. Do lado econômico, devemos continuar com os estímulos realizados pelo Banco Central Europeu. Entretanto, como esses estímulos não estão sendo o suficiente para tracionar a economia, estímulos fiscais também devem começar a ser pensados. Países com as contas organizadas, como a Alemanha, poderiam se utilizar desse instrumento para acelerar suas atividades. De maneira geral, 2020 deverá, assim como 2019, ser também um ano de baixo crescimento do PIB (1%) acompanhado de baixa inflação (1,2%). Apesar do desempenho fraco, não se cogita possibilidade de recessão prolongada no bloco.

16.1.3. China - Semelhante aos Estados Unidos, observou-se a economia chinesa sendo afetada pela guerra comercial travada pelos dois países. No segundo trimestre do ano, por exemplo, a China registrou o ritmo de crescimento mais lento desde 1990. No período, a economia se expandiu em 6,2% (taxa anualizada). A desaceleração, entretanto, ainda está dentro da meta estabelecida pelo governo chinês. Para 2019, a meta é de crescimento do PIB está entre 6% e 6,5%, valor inferior ao observado no ano imediatamente anterior (6,6%). Para 2020, a expectativa é de continuidade da desaceleração econômica, o que continuará exigindo esforços do governo. Xi Jinping declarou, por exemplo, que adotará iniciativas para abrir gradualmente os mercados chineses a investidores estrangeiros. Medidas concretas,

entretanto, ainda não foram observadas. O mercado aguarda mais estímulos para 2020.

16.2. CENÁRIO ECONÔMICO INTERNO

16.2.1. Brasil – Apesar do aumento das incertezas e das tensões políticas, melhoraram as expectativas acerca da retomada de crescimento da economia brasileira, principalmente no final de 2019. A melhora nas expectativas se deve à aprovação da reforma da Previdência no Senado, à melhora nos dados de emprego, de crédito e ao encaminhamento de novas reformas fiscais. Apesar disso, escândalos envolvendo Jair Bolsonaro, e o julgamento do STF sobre a validade da prisão em segunda instância, elevaram o grau de insegurança política e jurídica do país frente à visão de investidores.

Sobre a economia, dados divulgados no início do quarto trimestre de 2019 mostram uma gradual retomada da atividade econômica. Até setembro, por exemplo, o saldo de contratações estava em 761.776 vagas formais, uma aceleração ante as 719.089 registradas no mesmo período do ano anterior. Já o saldo de crédito, havia mostrado crescimento de 5,8% na comparação interanual. Os dados positivos, mostraram uma retomada gradual da economia brasileira. Eles, com a aprovação da reforma da previdência e com as expectativas de receitas provenientes do leilão do Pré-sal, fizeram com que as projeções de crescimento do PIB pelo mercado apresentassem leve melhora. Para 2019 a expectativa é de 0,9% de crescimento, e para 2020 a retomada esperada é maior, 2,0%.

Com relação a política monetária, o final do ano está sendo marcado por mais quedas na taxa de juros. Atualmente em sua mínima histórica, 5,0%, a taxa deve terminar o ano em 4,5%, conforme sinalizado pelo Banco Central. Para 2020, ainda se observa algum espaço de queda, dado que as projeções de inflação se encontram abaixo da meta em todos os cenários.

Com relação às reformas, 2019 foi marcado pela aprovação do texto-base da Emenda à Constituição (PEC) que reforma da previdência social do país. O acordo prevê R\$ 800 bilhões de economia em 10 anos, segundo contas do governo. É importante lembrar que, apesar de essencial para a melhora da saúde fiscal do país, a reforma da previdência não resolve os problemas da econômica brasileira. O andamento de outras reformas, como a tributária, a reforma administrativa e PEC de emergência é essencial para a retomada do crescimento econômico, principalmente diante de um cenário internacional mais volátil e incerto. É importante lembrar, também, que a discussão de

reforma da previdência dos militares e dos Estados e Municípios ainda seguem em discussão e essa deve continuar durante 2020.

Ainda no cenário político, apesar do bom andamento da agenda econômica, o final do ano apresentou elevação da instabilidade. Não apenas os escândalos envolvendo a família Bolsonaro que preocupam, mas somou-se à equação a insegurança jurídica proveniente da votação pelo STF, da prisão em segunda instância. A situação na argentina também é um ponto de atenção, principalmente pelo novo presidente, Fernández Martinez possuir uma posição ideológica diferente da do nosso presidente, o que pode gerar conflito entre os dois países. O lado positivo é que, por enquanto, a agenda econômica segue sendo blindada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e pelo ministro da economia, Paulo Guedes.

Diante desse cenário, espera-se a continuidade do crescimento gradual da economia brasileira, com maior potência em 2020. Permanecem, entretanto, fatores de risco, sendo o principal deles a não continuidade de reformas estruturais, e a instabilidade política e jurídica.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. A presente Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2020, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de 12 (doze) meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimentos as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimentos. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimentos e servem como trava de segurança, (a exemplo, vedações e regras de investimentos) deverão permanecer inalterados.
- 17.2. As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimentos, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimentos que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimentos do **SJPREV** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2019, Ata nº 12/2019.

ANEXO I – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
Aaa.br	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
Aa	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
Baa	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
Ba	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
Caa	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
Ca	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD DD D	INADIMPLENTE DEFAULT.

São José do Cedro

PREFEITURA

DANC 135/2020

Publicação Nº 2380791

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE PROTOCOLO Nº 135/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 135/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor Município de São José do Cedro/SC, CNPJ 83.026.781/0001-10, para a atividade de projeto e execução de quiosque e banheiros públicos na Praça Antônio Foppa, com área de edificação de 126,96m² localizado no imóvel Matrícula nº 7.136, quadra nº7, com área total de 8.000,00 m², no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

DANC 164/2020

Publicação Nº 2380788

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE PROTOCOLO Nº 164/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 164/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor Município de São José do Cedro/SC, CNPJ 83.026.781/0001-10, para a atividade de pavimentação asfáltica sobre calçamento e recapeamento asfáltico das Ruas Hermínio Conte e Avenida Salgado Filho, com área de 9.214,58m², ambas as ruas consolidadas no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

DECRETO Nº 6679/2020

Publicação Nº 2380801

DECRETO Nº 6.679, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO – COPASU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI e XXIII, do Art. 69 da Lei Orgânica do Município, mais o contido na Lei Complementar nº 077, de 05 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Integram a COPASU, Comissão Permanente para Análise de Parcelamento do Solo Urbano, de caráter consultivo, os seguintes representantes:

- I – Mariel Perin - Engenheiro Civil;
- II - Ernani Couto Marczewski, Engenheiro Civil;
- III – Caroline Linck, Fiscal de Obras;
- IV - Cassiano Schneider - Fiscal de Obras;
- V – Marco da Silva Kreusch – Procurador do Município;
- VI – Pedrinho Casarin - Secretário da Agricultura e Meio Ambiente;
- VII- Junior Kunz – Diretor Geral do SEMAE;
- VIII – Diego Smanhoto – Engenheiro Sanitarista;
- IX – Volnei Luiz Dallo – Secretário Municipal de Transportes e Obras;
- X – Douglas Cesar Patel – Membro da Defesa Civil do Município;
- XI – Carine Kaiser Wolfart – Assessora Jurídica do Município.

Art. 2º. Fica indicado como Presidente da COPASU o Senhor Júnior Kunz, Diretor Geral do SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto.



Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.404, de 06 de dezembro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6680/2020

Publicação Nº 2380804

DECRETO Nº 6.680, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 28, Inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a partir de 28 de fevereiro de 2020, por motivo de aposentadoria, a servidora pública municipal JULITA LÚCIA KIELING CAMINI, ocupante do cargo efetivo de Professor C.I., matrícula nº 207.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO CONTRATOS - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2380771

Extrato de Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL

-Aditivo Nº : 4.2020 - Contrato Nº: 43.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: NP WEIS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA Valor : 2.262,89 (dois mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos) Vigência : Início: 14/01/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 50/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SENDO ELAS: ESTRADA GERAL DA LINHA ESPERANÇA BAIXA (10,2 KM), ESTRADA DE LINHA NOVO SARANDI ATÉ PADRE RÉUS (7,21 KM) e ESTRADA DE LINHA ESPERANÇA ATÉ LINHA SEIS BARRAS (4,0 KM), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

EXTRATO CONTRATOS MES 02/2020

Publicação Nº 2380562

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL

-Aditivo Nº : 8.2020 - Contrato Nº: 14.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: RADIO CIDADE LTDA Valor : 17.097,00 (dezesete mil e noventa e sete reais) Vigência : Início: 01/02/2020
Término: 30/04/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2017 Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 660.835,06 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer aditivo de prazo e valor do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIO FUSÃO, NA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS, ANÚNCIOS, CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL DO MUNICÍPIO.", em atendimento ao disposto no Art. 73, inciso VII da Lei 9504/97, alterado para a Lei 13165/2015. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 9.2020 - Contrato Nº: 13.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: RADIO INTEGRACAO DO OESTE LTDA Valor : 17.094,00 (dezesete mil e noventa e quatro reais) Vigência : Início: 01/02/2020
Término: 30/04/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2017 Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 643.738,06 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o aditivo de prazo e valor do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIO FUSÃO, NA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS, ANÚNCIOS, CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL DO MUNICÍPIO.", em atendimento ao disposto no Art. 73, inciso VII da Lei 9504/97, alterado para a Lei 13165/2015. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 10.2020 - Contrato Nº: 18.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: AURORA TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais) Vigência : Início: 03/02/2020
Término: 01/02/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2018 Recursos : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (59) Saldo: 400.043,47 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade fazer aditivo de prazo e valor do contrato de prestação de serviço conforme objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ESTUDANTES DO "Ensino Inovador" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO, CONFORME LEI Nº 2.821/2001. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 11.2020 - Contrato Nº: 10.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: AURORA TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 386.679,30 (trezentos e oitenta e seis mil seiscentos e setenta e nove reais e trinta centavos) Vigência : Início: 07/02/2020
Término: 06/02/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2017 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade aditivo de prazo e valor contratado de prestação de serviço, contratado conforme objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO". São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 12.2020 - Contrato Nº: 9.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 697.907,70 (seiscentos e noventa e sete mil novecentos e sete reais e setenta centavos) Vigência : Início: 07/02/2020
Término: 06/02/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2017 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar a vigência do Contrato Principal com o aditivo de valor para o exercício de 2020, para prestação dos serviços contratados por meio do Processo Licitatório Nº 168/2017, Contrato Principal Nº 09/2018 e aditivos subsequentes, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 13.2020 - Contrato Nº: 14.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 135.660,00 (cento e trinta e cinco mil seiscentos e sessenta reais) Vigência : Início: 07/02/2020
Término: 06/02/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 178/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar a vigência do Contrato Principal com o aditivo de valor para o exercício de 2020, para prestação dos serviços contratados por meio do Processo Licitatório Nº 178/2018, Contrato Principal Nº 14/2019 e aditivos subsequentes, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO". São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 14.2020 - Contrato Nº: 15.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: EPAGRI-EMP.DE PESQ.AGROP.EXT.RURAL DE SC Valor : 43.083,60 (quarenta e três mil e oitenta e três reais e sessenta centavos) Vigência : Início: 07/02/2020
Término: 06/02/2021 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2017 Recursos : Dotação: 2.029.3.3.90.00.00.00.00 (108) Saldo: 222.237,96 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência e reajustar o valor do contrato principal que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 15.2020 - Contrato Nº: 185.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 06/02/2020
Término: 02/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 182/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (supressão) do ITEM 01, ITEM 02 e ITEM 03 licitados conforme Pregão Presencial n.º182/2019, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 16.2020 - Contrato Nº: 113.2015 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 10/02/2020
Término: 02/03/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 62/2014 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada, conforme objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO Nº2014TR001184, ASSINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO J São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 17.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: JOSEMA CONSTRUÇOES EIRELI Valor : 69.013,30 (sessenta e nove mil e treze reais e trinta centavos) Vigência : Início: 13/02/2020 Término: 13/05/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A REFORMA E ADEQUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO PAVIMENTO TÉRREO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 18.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: LETICIA SANZOVO 06408165923 Valor : 16.820,00 (dezesesseis mil oitocentos e vinte reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE "VIOLINO E FLAUTA", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 19.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CINARA PICCINI CAPELLARI 01937416950 Valor : 15.000,00 (quinze mil reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA "BANDA MUNICIPAL SÃO JOSÉ", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 20.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ISMAEL MULLER MAGALHAES 08627033951 Valor : 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA "DANÇA ARTÍSTICA GAÚCHA", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 21.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: LORENO ECKERT 96668920900 Valor : 14.800,00 (quatorze mil oitocentos reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA O "CORAL LUZ E ALEGRIA e CORAL OS ROUXINÓIS", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 24.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: JUNGES E CAROSI LTDA - ME Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA "BALÉ INFANTIL", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 22.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: JOACIR LUIZ GARLET FACCIN Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 17/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA "ACORDEOM/GAITA PONTO/TECLADO e VIOLÃO/GUITARRA/VIOLA", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 23.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: JORGE DA SILVA BORGES 01972067940 Valor : 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais) Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 18/02/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA "PATINAÇÃO e AULA DE DANÇA GERMÂNICA", PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 25.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: BRITZ ACABAMENTO E REVESTIMENTO LTDA Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 19/02/2020 Término: 18/02/2025 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: Objeto : DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRA, COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO, PARA EFETIVA IMPLANTAÇÃO DE EMPRESA NO PARQUE INDUSTRIAL "III DR. AGENOR BRANCHER" DO NOSSO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 29/2020 - Contrato Nº: 185.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 19/02/2020 Término: 02/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 182/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (supressão) do ITEM 01, ITEM 02 e ITEM 03 licitados conforme Pregão Presencial n.º182/2019, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 30.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE Valor : 26.000,00 (vinte e seis mil reais) Vigência : Início: 26/02/2020 Término: 25/12/2020 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2020 Recursos : Dotação: Objeto : LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA MASCULINO E FEMININO e PARA USO NOS TREINAMENTOS DE RENDIMENTO REALIZADOS A NOITE PELA SECRETARIA DE ESPORTES, AOS ATLETAS DO SUB 15, SUB 17 E EQUIPE QUE PARTICIPA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Contrato Nº.: 32.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 3.983,40 (três mil novecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 30/2020 Recursos : Dotação: Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001 e PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº : 33.2020 - Contrato Nº: 43.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: NP WEIS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA Valor : 4.657,67 (quatro mil seiscentos e cinq-enta e sete reais e

sessenta e sete centavos) Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 50/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, SENDO ELAS: ESTRADA GERAL DA LINHA ESPERANÇA BAIXA (10,2 KM), ESTRADA DE LINHA NOVO SARANDI ATÉ PADRE RÉUS (7,21 KM) e ESTRADA DE LINHA ESPERANÇA ATÉ LINHA SEIS BARRAS (4,0 KM), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020. ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE EXTRATO CONTRATUAL

-Contrato Nº.: 01.2020 Contratante.: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE

Contratada...: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA Valor : 6.912,00 (seis mil novecentos e doze reais) Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 03/02/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SINAL DE INTERNET, PARA INSTALAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA SANTA TEREZINHA E NO RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO DISTRITO DE MARIFLOR, PADRE REUS e LINHA IMPERATRIZ. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-

Contrato Nº.: 04.2020 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: CENTRO MEDICO LOVATEL S/S ME Valor : 28.000,00 (vinte e oito mil reais) Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 23/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUALIFICADAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIVERSOS, PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº.: 6.2020 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: SOLIS CLINICA MEDICA LTDA ME Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais) Vigência : Início: 14/02/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS COM PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE PSIQUIATRIA PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

Aditivo Nº : 05.2020 - Contrato Nº: 11.2016 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SA Valor : 152.722,08 (cento e cinq-enta e dois mil setecentos e vinte e dois reais e oito centavos) Vigência : Início: 15/02/2020 Término: 14/02/2021 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo e aditar o valor dos serviços contratados conforme objeto: CONTRATAÇÃO DA "APAE" ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR (USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS). São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

Aditivo Nº : 07.2020 - Contrato Nº: 18.2015 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: INOVADORA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIR Valor : 2.036,61 (dois mil e trinta e seis reais e sessenta e um centavos) Vigência : Início: 22/02/2020 Término: 23/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem como finalidade de prorrogar o prazo de vigência sem reajuste de valor do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA LOCAÇÃO DE UM SISTEMA PARA FINS DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DA ATENÇÃO BÁSICA DO "SUS", BEM COMO, PARA USO NO CONTROLE E GERENCIAMENTO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS EFSS DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

Aditivo Nº : 08.2020 - Contrato Nº: 23.2019 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: IDIANA AMELIA DALSOLIO Valor : 16.983,69 (dezesseis mil novecentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos) Vigência : Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer um ACRÉSCIMO ao VALOR do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR AS OBRAS DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE, POSTO DE SAÚDE DE PADRE RÉUS E POSTO DE SAÚDE SÃO CRISTÓVÃO, CONFORME PROJETOS ANEXOS, PARA ATENDER AS ADAPTAÇÕES PREVISTAS NO INQUÉRITO CÍVIL - SIG Nº 06.2016.00004752-5. São José do Cedro, 28 de Fevereiro de 2020

EXTRATO HOMOLOGADOS MES 02/2020

Publicação Nº 2380564

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020 PROCESSO Nº 10/2020 HOMOLOGAÇÃO: 07/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS QUE SERÃO DISTRIBUIDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO-----CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 39.828,75 (trinta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos)-----CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 64.695,00 (sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais)-----CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 97.959,30 (noventa e sete mil novecentos e cinq-enta e nove reais e trinta centavos)-----CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 47.654,70 (quarenta e sete mil seiscentos e cinq-enta e quatro reais e setenta centavos)-----CONTRATADO: MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 65.045,30 (sessenta e cinco mil e quarenta e cinco reais e trinta centavos)-----CONTRATADO: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 38.042,50 (trinta e oito mil e quarenta e dois reais e cinq-enta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2020 PROCESSO Nº 8/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011.-----CONTRATADO: K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)-----CONTRATADO: PONTOCOM BRINDES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 16.425,00 (dezesseis mil quatrocentos e vinte e cinco reais)-----CONTRATADO: COM DESIGN CONFECÇÕES EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 46.042,50 (quarenta e seis mil e quarenta e dois reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: ANDRE ANTONIO SABINO VALOR DA DESPESA: R\$ 20.230,00 (vinte mil duzentos e trinta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020 PROCESSO Nº 11/2020 HOMOLOGAÇÃO: 11/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E OUTROS COMPONENTES DE INFORMÁTICA, PARA USO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS E OUTROS-----CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 6.832,00 (seis mil oitocentos e trinta e dois reais)-----CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL VALOR DA DESPESA: R\$ 12.365,00 (doze mil trezentos e sessenta e cinco reais)-----CONTRATADO: J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE VALOR DA DESPESA: R\$ 113.484,00 (cento e treze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020 PROCESSO Nº 16/2020 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NOS SETORES DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL-----CONTRATADO: ARMARINHOS MANI LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.361,80 (dois mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos)-----CONTRATADO: ZIMMER & CIA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.256,50 (um mil duzentos e cinq-enta e seis reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 2.863,30 (dois mil oitocentos e sessenta e três reais e trinta centavos)-----CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 6.025,44 (seis mil e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos)-----CONTRATADO: BELINKI & SOUZA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 929,80 (novecentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)-----CONTRATADO: PREMIER COMERCIO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 17.388,00 (dezesete mil trezentos e oitenta e oito reais) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 4/2020 PROCESSO Nº 4/2020 HOMOLOGAÇÃO: 13/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A REFORMA E ADEQUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO PAVIMENTO TÉRREO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS-----CONTRATADO: JOSEMA CONSTRUÇOES EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 69.013,30 (sessenta e nove mil e treze reais e trinta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 PROCESSO Nº 12/2020 HOMOLOGAÇÃO: 14/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES ARTÍSTICOS PARA MINISTRAR AULAS NOS GRUPOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-----CONTRATADO: LETICIA SANZOVO 06408165923 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.820,00 (dezesesseis mil oitocentos e vinte reais)-----CONTRATADO: JOACIR LUIZ GARLET FACCIN VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)-----CONTRATADO: ISMAEL MULLER MAGALHAES 08627033951 VALOR DA DESPESA: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)-----CONTRATADO: LORENO ECKERT 96668920900 VALOR DA DESPESA: R\$ 14.800,00 (quatorze mil oitocentos reais)-----CONTRATADO: JUNGES E CARROSSI LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)-----CONTRATADO: JORGE DA SILVA BORGES 01972067940 VALOR DA DESPESA: R\$ 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)-----CONTRATADO: CINARA PICCINI CAPELLARI 01937416950 VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020 PROCESSO Nº 14/2020 HOMOLOGAÇÃO: 19/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-----CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 4.475,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais)-----CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 5.797,50 (cinco mil setecentos e noventa e sete reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: Rodrigo Daniel Roman-EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 4.708,50 (quatro mil setecentos e oito reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 5.628,26 (cinco mil seiscentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos)-----CONTRATADO: ANGELINA JOSEFINA BASEGGIO 01773328913 VALOR DA DESPESA: R\$ 635,40 (seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020 PROCESSO Nº 17/2020 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA USO NAS CRECHES E ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO-----CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2020 PROCESSO Nº 19/2020 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS PARA CONSERTAR TRATOR DE PNEU P 4001 EM USO COMODATO TCU 329/2013, PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO MATRA MODELO M-22 PLACA MDW-3060 e PEÇAS PARA FAZER ADAPTAÇÃO NO CAMINHÃO CARGO USADO NO ABASTECIMENTO DE MAQUINAS COM MOTOR DIESEL S-10-----CONTRATADO: MECANICA SIMONI LTDA - ME -VALOR DA DESPESA: R\$ 4.801,00 (quatro mil oitocentos e um reais)-----CONTRATADO: POSTO CEDRO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 3.630,00 (três mil seiscentos e trinta reais)-----CONTRATADO: MECANICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.970,00 (três mil novecentos e setenta reais) =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2020 PROCESSO Nº 28/2020 HOMOLOGAÇÃO: 21/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA MASCULINO E FEMININO e PARA USO NOS TREINAMENTOS DE RENDIMENTO REALIZADOS A NOITE PELA SECRETARIA DE ESPORTES, AOS ATLETAS DO SUB 15, SUB 17 E EQUIPE QUE PARTICIPA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA-----CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE VALOR DA DESPESA: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações. =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020 PROCESSO Nº 20/2020 HOMOLOGAÇÃO: 27/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA MINISTRAR AS "ESCOLINHAS DE FUTEBOL DE CAMPO e FUTSAL" DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO ASSIM, O CRESCIMENTO PESSOAL, SOCIAL E AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES-----CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE FUTSAL INTEGRAÇÃO CEDRENSE - AFIC VALOR DA DESPESA: R\$ 40.100,00 (quarenta mil cem reais) =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2020 PROCESSO Nº 30/2020 HOMOLOGAÇÃO: 28/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001 e PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92.-----CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 3.983,40 (três mil novecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações. =====

São José do Cedro, 28/02/2020 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020 PROCESSO Nº 3/2020 HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIÊNE, LIMPEZA E CONSUMO PARA USO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-----CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.864,70 (dois mil oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos)-----CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 3.624,10 (três mil seiscentos e vinte e quatro reais e dez centavos)-----CONTRATADO: MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 7.484,95 (sete mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)-----CONTRATADO: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 4.260,00 (quatro mil duzentos e sessenta reais)-----CONTRATADO: LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 2.092,50 (dois mil e noventa e dois reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: ANGELINA JOSEFINA BASEGGIO 01773328913 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.823,20 (três mil oitocentos e vinte e três reais e vinte centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020 PROCESSO Nº 2/2020 HOMOLOGAÇÃO: 13/02/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE QUE REALIZE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ORTOPEDIA, PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ORTOPEDIA DE GRANDE PORTE e CONTRATAÇÃO DE HONORÁRIOS DE ANESTESISTA, PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO-----CONTRATADO: CLÍNICA DE MARCO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 178.200,00 (cento e setenta e oito mil e duzentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020 PROCESSO Nº 5/2020 HOMOLOGAÇÃO: 27/02/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 14.165,00 (quatorze mil cento e sessenta e cinco reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2020 PROCESSO Nº 6/2020 HOMOLOGAÇÃO: 27/02/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DEMANDADOS JUDICIALMENTE CONTRA O MUNICÍPIO, bem como, AQUISIÇÃO DE TIRAS DE HGT E SERINGAS DE INSULINA PARA LIVRE DISPENSA NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 73.248,65 (setenta e três mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)-----CONTRATADO: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 12.448,00 (doze mil quatrocentos e quarenta e oito reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020 PROCESSO Nº 7/2020 HOMOLOGAÇÃO: 28/02/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS e OUTROS MATERIAIS DE PINTURA, bem como CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA, para EFETUAR A PINTURA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL.-----CONTRATADO: JUNGES MATERIAIS DE CONSTRUÇOES LTDA -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.194,50 (três mil cento e noventa e quatro reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: BRAULIO C. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais)-----CONTRATADO: MLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 14.189,00 (quatorze mil cento e oitenta e nove reais)-----CONTRATADO: ALCENO NEUMANN VALOR DA DESPESA: R\$ 10.386,56 (dez mil trezentos e oitenta e seis reais e cinq-enta e seis centavos) =====

São José do Cedro, 28/02/2020 FERNANDO JULIO WILL - Gestor Do Fms

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020 PROCESSO Nº 3/2020 HOMOLOGAÇÃO: 03/02/2020 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SINAL DE INTERNET, PARA INSTALAÇÃO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, PONTO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA SANTA TEREZINHA E NO RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO DISTRITO DE MARIFLOR, PADRE REUS e LINHA IMPERATRIZ.-----CONTRATADO: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 6.912,00 (seis mil novecentos e doze reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2020 PROCESSO Nº 2/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/02/2020 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MOTOBOMBA PARA RESERVA DAS ESTAÇÕES DE RECALQUE DE ESGOTO SANITARIO.-----CONTRATADO: LIQUIBRAS BOMBAS LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) =====

São José do Cedro, 28/02/2020 JUNIOR KUNZ - Diretor Do Sema

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 30/2020

Publicação Nº 2380107

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2020 PROCESSO Nº 30/2020 HOMOLOGAÇÃO: 28/02/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGEM DE ÔNIBUS NAS LINHAS INTERMUNICIPAIS PARA OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, QUE FREQUENTAM A CASA FAMILIAR RURAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.821/2001 e PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM A (APAE) ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL VIVIANE, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.841/92. CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 3.983,40 (três mil novecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) FUNDAMENTO: Art.

25, inciso I da Lei de Licitações. São José do Cedro, 28/02/2020 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Mu

LEI Nº 4875/2020

Publicação Nº 2380805

LEI Nº 4.875, DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA LOA 2020 DO FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento entre o Fundo Municipal de Saúde-FMS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro, CNPJ Nº 83.511.691/0001-15.

§ 1º. Constituirá objeto do(s) Termo(s) de Fomento a transferência de recursos financeiros na ordem de R\$100.000,00 (cem mil reais), oriundos do Fundo Nacional de Saúde-FNS, divididos em 04 parcelas:

Tipo de Proposta	Tipo de Recurso	NºProposta	Entidade	Vr. R\$
Incremento MAC	Emenda individual	36000.285835/2019-00	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro	100.000,00
			Total	100.000,00

§ 2º. A entidade deverá aplicar os recursos exclusivamente no pagamento das despesas, materiais e serviços previstos no Plano de Trabalho apresentado ao Concedente, para contratação de profissionais para ampliar os serviços e número de atendimentos aos usuários do SUS, no atendimento neuropsicomotor.

§ 3º. Fica expressamente reconhecida e identificada a entidade APAE de São José do Cedro, inscrita no CNPJ sob Nº 83.511.691/0001-15 como beneficiária dos recursos enquanto autora do projeto, CNES indicado 5792800.

§ 4º. O(s) Termo(s) de Fomento disporá(ão) sobre os prazos, execução, prestação de contas e demais obrigações entre as partes.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante prévia justificativa, tornar inexigível o chamamento público em razão da natureza singular do objeto da parceria.

Parágrafo único – o extrato da justificativa deverá, sob pena de nulidade, ser publicado no sítio oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Art. 3º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral de 2020 do Fundo Municipal de Saúde-FMS, Lei Nº 4.852/2019 de 15/10/2019, no valor R\$100.000,00 (cem mil reais), para as verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-F.M.S.

14.06 DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMB E HOSPITALAR

“67”3.3.50.00.00.0.3.0064 Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucrativos R\$100.000,00

Art. 4º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte Nº 0.3.0064 – Recursos Vinculados de Média e Alta Complexidade, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de fevereiro de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4876/2020

Publicação Nº 2380807

LEI Nº 4.876, DE 27 DE JANEIRO DE 2020.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA-FIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, INCLUI META NO PPA 2020, INCLUI META NA LDO 2020, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA LOA 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento entre o Fundo Municipal da Infância e Adolescência-FIA e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Cedro-APAE.

§ 1º. Constituirá objeto do Termo de Fomento a transferência de recursos financeiros na ordem de R\$10.110,61 (dez mil, cento e dez reais e sessenta e um centavos), oriundos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE;

§ 2º. A entidade deverá aplicar os recursos exclusivamente na aquisição dos bens, materiais e serviços previstos no Plano de Trabalho apresentado ao Concedente;

§ 3º. Fica expressamente reconhecida e identificada a entidade APAE de São José do Cedro, inscrita no CNPJ sob Nº 83.511.691/0001-15 como beneficiária dos recursos enquanto autora do projeto.

§ 4º. O Termo de Fomento disporá sobre os prazos, execução, prestação de contas e demais obrigações entre as partes.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante prévia justificativa, tornar inexigível o chamamento público em razão da natureza singular do objeto da parceria.

Parágrafo único – o extrato da justificativa deverá, sob pena de nulidade, ser publicado no sítio oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

Art. 3º. Fica incluída a seguinte Ação na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.841/2019 de 23/08/2019 – PPA 2020, com a seguinte discriminação:

2.146 – CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Contribuições para Entidades Sociais	Auxílio	R\$	01	10.110,61	0.3.0705

Art. 4º. Fica incluída a seguinte Ação na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.845/2019 de 27/08/2019 – LDO 2020, com a seguinte discriminação:

2.146 – CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
Contribuições para Entidades Sociais	Auxílio	R\$	01	10.110,61	0.3.0705

Art. 5º. Fica aberto um Crédito Especial no orçamento geral de 2020 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência-FIA, Lei Nº4.852/2019 de 15/10/2019 no valor R\$10.110,61 (dez mil, cento e dez reais e sessenta e um centavos), para as verbas a seguir discriminadas:

13 FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA-FIA

13.01 DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.146 CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SOCIAIS

“192”3.3.50.00.00.0.3.0705 Transf. Inst.Privadas sem Fins Luc R\$10.110,61

Art. 6º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte Nº 0.3.0705 – Recursos Vinculados do BRDE, no valor de R\$10.110,61 (dez mil, cento e dez reais e sessenta e um centavos).

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de fevereiro de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LICENÇA 73/2020

Publicação N° 2380795

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA – LAP N° 73/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 73/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA N° 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor Serviço Municipal de Água e Esgoto, CNPJ 30.649.011/0001-68, para a atividade de sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2020 - PR Nº 020/2020

Publicação Nº 2379564

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/03/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2020. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DE TÚNEL DE LUZ PARA USO EM EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 27 de Fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.626, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2380511

DECRETO Nº 6.626, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

Homologa o julgamento administrativo proferido nos autos do Processo Licitatório nº 159/2019, modalidade Pregão Presencial nº 113/2019, aplicando a penalidade de declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública às empresas Alciones Luiz Wojciechowski, Prevenção Medicamentos Veterinários Ltda. e Ruas Representações Ltda., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o julgamento proferido pelo Sr. Secretário Municipal de Agricultura, nos autos do Processo Licitatório nº 159/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 113/2019, por intermédio do Processo Administrativo para Apuração de Fatos e Aplicação de Penalidades nº 007/2019, onde restou devidamente demonstrada a prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação por parte das empresas;

CONSIDERANDO que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal, às empresas Alciones Luiz Wojciechowski, Prevenção Medicamentos Veterinários Ltda. e Ruas Representações Ltda., especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como da razoabilidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidade proporcional ao ilícito praticado e expressamente prevista no ato convocatório e em lei específica;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a decisão proferida nos autos do Processo Licitatório nº 159/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 113/2019, por intermédio do Processo Administrativo para Apuração de Fatos e Aplicação de Penalidades nº 007/2019, que declarou a inidoneidade das empresas ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI, inscrita no CNPJ sob o nº 18.292.950/0001-00, PREVENÇÃO MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.560.190/0001-31 e RUAS REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 27.042.247/0001-27, para licitar e contratar com a Administração Pública, abrangendo a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, autarquias e entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e fundações por ele instituídas ou mantidas.

Parágrafo único. A permanência da penalidade prevista no caput dar-se-á pelo período de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de março de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03.1/2020.

Publicação Nº 2379541

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03.1/2020.

Homologa as inscrições, divulga a classificação preliminar dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 03/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro 2008 e Lei Municipal nº 2.316, de 27 de março de 2017, com suas alterações posteriores, bem como demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 03/2020, de 10 de fevereiro de 2020, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2020, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme os quadros constantes a seguir:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1. Ficam homologadas as seguintes inscrições deferidas, realizadas no Processo Seletivo nº 03/2020, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2020, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme segue:

ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO - 20 HORAS			
NOME	Inscrição	ESCOLARIDADE	INSCRIÇÃO
ANDRESSA APARECIDA DIAS DE OLIVEIRA	17	3 ANO EM	DEFERIDA
CHAYANNE ZAMBONI AMERICO	14	1 ANO EM	DEFERIDA
DENIZE LARA MACEDO	54	3 ANO EM	DEFERIDA
DESTHER FELIPE JUNGES	20	2 ANO EM	DEFERIDA
ELIZETE JUNGES PATEL	56	3 ANO EM	DEFERIDA
EMANUELLY CAPELLARO	27	2 ANO EM	DEFERIDA
GEOVANA NUNES SILVA	50	3 ANO EM	DEFERIDA
GIULIANA LARISSA FERNANDES ZIMMER	61	2 ANO EM	DEFERIDA
HELLEN GALEAZZI	66	2 ANO EM	DEFERIDA
IZABELLE SANTOS OMENA	39	3 ANO EM	DEFERIDA
JOÃO PEDRO THIBES MARTINELO	29	2 ANO EM	DEFERIDA
JÚLIA DELLA VECHIA DALLAGNOL	44	3 ANO EM	DEFERIDA
MARESSA BARROSO DA SILVA TRINDADE	5	3 ANO EM	DEFERIDA
MICHELLI BEGNINI DA SILVA	67	1 ANO EM	DEFERIDA
NAARA BARROSO DA SILVA TRINDADE	6	3 ANO EM	DEFERIDA
PATRICIA DE BONA PADILHA	4	1 ANO EM	DEFERIDA
PIERRI LUIS ALESSIO	57	3 ANO EM	DEFERIDA
SUELE OLIVEIRA DOS REIS	21	3 ANO EM	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 20 HORAS			
NOME	Inscrição	ESCOLARIDADE	INSCRIÇÃO
IVANI MARTINS FRANCA	32	PEDAGOGIA	DEFERIDA
KEMONI NICHETTI HARTMANN	62	PEDAGOGIA	DEFERIDA
NATHANI MARIA CECHINEL	35	MATEMÁTICA	DEFERIDA
ROZILEI DE FREITAS BUFFON	40	PEDAGOGIA	DEFERIDA
SUZAMARA CRESCENCIO DA LUZ	49	PEDAGOGIA	DEFERIDA
TATIANE MACHADO	26	PEDAGOGIA	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS			
NOME	Inscrição	ESCOLARIDADE	INSCRIÇÃO
CAMILA TECCHIO ZATTERA	2	PEDAGOGIA	DEFERIDA
DIEGO MANHAGUANHA	71	EDUCAÇÃO FÍSICA	DEFERIDA

ELENICE MARTINS DA SILVA	30	PEDAGOGIA	DEFERIDA
JANAINE DE OLIVEIRA ROSA	10	PEDAGOGIA	DEFERIDA
PALOMA ANIBALETTO	31	EDUCAÇÃO ESPECIAL	DEFERIDA
SOLAINE LURDES DA CUNHA DOS SANTOS	42	PEDAGOGIA	DEFERIDA
VANIA FIDELIS DA SILVA TRINDADE	12	PSICOPEDAGOGIA	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO - 20 HORAS

NOME	Inscrição	PÓS-GRADUAÇÃO	INSCRIÇÃO
CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	52	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEFERIDA
EDUARDA APARECIDA BORGES PEGORINI	9	ALFABETIZAÇÃO	DEFERIDA
ELAINE MENEGUS	48	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	DEFERIDA
ÉLEM CRISTINA QUADRI	46	EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDA
ELIANE TERRES PORTELA	38	EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDA
FERNANDA GAVA PEREIRA	3	EDUCAÇÃO PARA INFANCIA	DEFERIDA
FRANCY ELLEN ALLIEVI	19	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	DEFERIDA
IVONE LISIAK CORRONA	22	EDUCAÇÃO PARA INFANCIA	DEFERIDA
JEAN CARLOS ANTUNES DA LUZ	68	METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA	DEFERIDA
JOSIANE DE SOUZA CONTE	53	DOCÊNCIA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	DEFERIDA
LIGIANE CHAVES DAMBROZ	65	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	DEFERIDA
MARLI TEREZINHA DIAS DAS DORES AMARO	18	NEUROPSICOPEDAGOGIA CLÍNICA	DEFERIDA
ROSANE PINHEIRO	55	EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDA
SAMUEL MOSCHEN	36	SUPERVISÃO ESCOLAR	DEFERIDA
SOLANGE DA CRUZ	8	EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDA
TAYANE POTRATZ	16	NEUROPSICOPEDAGOGIA CLÍNICA	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS – PSICOLOGIA

NOME	Inscrição	GRADUACAO	INSCRIÇÃO
ANA CAROLINE DALMAGO	13	PSICOLOGIA	DEFERIDA
BRUNA BALSAN	73	PSICOLOGIA	DEFERIDA
EDIANE TAÍS GUIDOLIN	11	PSICOLOGIA	DEFERIDA
IDIVANIA PAIM DE SOUZA	45	PSICOLOGIA	DEFERIDA
LETÍCIA SULDOWSKI	33	PSICOLOGIA	DEFERIDA
LUANI MARIA SEIBEL	15	PSICOLOGIA	DEFERIDA
RAFAELA PIETA PERUZZO	63	PSICOLOGIA	DEFERIDA
SAMANTA HENTZ GRACIANI	60	PSICOLOGIA	DEFERIDA
TATIANE REGINA VIERO BASSO	28	PSICOLOGIA	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS – ASSISTENTE SOCIAL

NOME	Inscrição	GRADUACAO	INSCRIÇÃO
BRUNA FREZZA LUZ	37	ASSISTENCIA SOCIAL	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS - DIREITO

NOME	Inscrição	GRADUACAO	INSCRIÇÃO
ANDRÉIA EDUARDA ROSANELLI	23	DIREITO	DEFERIDA
ANDREIA PEDROSO FERREIRA	7	DIREITO	DEFERIDA
ANTENOR LUAN HENTZ POLICARPO	59	DIREITO	DEFERIDA
EVVELYN LARISSA GOTTEMS	51	DIREITO	DEFERIDA
ISADORA STEIN	24	DIREITO	DEFERIDA
ISADORA TEZZA PIRES	41	DIREITO	DEFERIDA
MIRIÃ GOMES DOS SANTOS NETTO	76	DIREITO	DEFERIDA
TAÍS CRISTINA PAGNONCELLI DE ARAUJO	58	DIREITO	DEFERIDA
VICTOR PIETRO SORDI	70	DIREITO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS - ADMINISTRAÇÃO			
NOME	Inscrição	GRADUACAO	INSCRIÇÃO
MAIARA DE ARAUJO DE BRITES	34	ADMNISTRACAO	DEFERIDA
RAFAEL DE CAMARGO	75	ADMNISTRACAO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS – ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA			
NOME	Inscrição	GRADUACAO	INSCRIÇÃO
ANGELINE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI	1	ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
ELOIZA TARSO	74	ARQUITETURA E URBANISMO	DEFERIDA
EVANDRO BERNARDI	64	ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
GABRIEL ROBERTO POZZER	43	ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS – CONTABILIDADE			
NOME	Inscrição	GRADUACAO	INSCRIÇÃO
CAROLINE DOS SANTOS	69	CIENCIAS CONTÁBEIS	DEFERIDA
GABRIELA JOSÉ MARIA	72	CIENCIAS CONTÁBEIS	DEFERIDA
JUSSARA DE MORAIS CHAGAS	77	CIENCIAS CONTÁBEIS	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS – INFORMÁTICA			
Não houve inscrições.			

2. DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

2.1. Ficam indeferidas as seguintes inscrições, realizadas no Processo Seletivo nº 03/2020, conforme segue:

ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR - 30 HORAS - CONTABILIDADE			
Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE	MOTIVO
47	ALICE PEREIRA DE CESARO	CURSANDO CIENCIAS ECONOMICAS	CURSO FREQUENTADO NÃO É EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS; CURSO FREQUENTADO NÃO CORRESPONDE AOS CARGOS DISPONIBILIZADO NO QUADRO DE VAGAS, ITEM 7.1 DO EDITAL.

3. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

3.1. Fica divulgada a classificação preliminar obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 03/2020, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2020, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme segue:

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 20 HORAS							
CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE
1º	55,00	10,00	45,00	21/12/2002	17	ANDRESSA APARECIDA DIAS DE OLIVEIRA	3 ANO EM
2º	55,00	10,00	45,00	14/01/2003	21	SUELE OLIVEIRA DOS REIS	3 ANO EM
3º	53,20	8,20	45,00	17/07/2003	56	ELIZETE JUNGES PATEL	3 ANO EM
4º	50,55	5,55	45,00	25/06/2003	39	IZABELLE SANTOS OMENA	3 ANO EM
5º	50,25	5,25	45,00	05/02/2003	5	MARESSA BARROSO DA SILVA TRINDADE	3 ANO EM
6º	50,25	5,25	45,00	05/02/2003	6	NAARA BARROSO DA SILVA TRINDADE	3 ANO EM
7º	45,00	0,00	45,00	27/03/2001	44	JÚLIA DELLA VECHIA DALLAGNOL	3 ANO EM
8º	45,00	0,00	45,00	13/07/2002	25	ANDERSON LEITE FARIAS	3 ANO EM
9º	45,00	0,00	45,00	15/04/2003	54	DENIZE LARA MACEDO	3 ANO EM

10º	45,00	0,00	45,00	14/11/2003	50	GEOVANA NUNES SILVA	3 ANO EM
11º	45,00	0,00	45,00	14/07/2004	57	PIERRI LUIS ALESSIO	3 ANO EM
12º	40,00	10,00	30,00	16/09/2003	29	JOÃO PEDRO THIBES MARTINELO	2 ANO EM
13º	30,00	0,00	30,00	08/02/2002	20	DESTHER FELIPE JUNGES	2 ANO EM
14º	30,00	0,00	30,00	06/10/2003	61	GIULIANA LARISSA FERNANDES ZIMMER	2 ANO EM
15º	30,00	0,00	30,00	17/11/2003	27	EMANUELLY CAPELLARO	2 ANO EM
16º	30,00	0,00	30,00	17/12/2003	66	HELLEN GALEAZZI	2 ANO EM
17º	15,60	0,60	15,00	10/09/2002	14	CHAYANNE ZAMBONI AMERICO	1 ANO EM
18º	15,00	0,00	15,00	11/11/2003	4	PATRICIA DE BONA PADILHA	1 ANO EM
19º	15,00	0,00	15,00	15/02/2004	67	MICHELLI BEGNINI DA SILVA	1 ANO EM

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 20 HORAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	70,00	10,00	60,00	13/12/1987	26	TATIANE MACHADO	PEDAGOGIA
2º	70,00	10,00	60,00	05/08/1991	32	IVANI MARTINS FRANCA	PEDAGOGIA
3º	50,00	10,00	40,00	26/02/1991	62	KEMONI NICHETTI HARTMANN	PEDAGOGIA
4º	47,00	7,00	40,00	09/06/1995	49	SUZAMARA CRESCENCIO DA LUZ	PEDAGOGIA
5º	20,00	0,00	20,00	25/08/1987	40	ROZILEI DE FREITAS BUFFON	PEDAGOGIA
6º	20,00	0,00	20,00	07/12/2001	35	NATHANI MARIA CECHINEL	MATEMÁTICA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	140,00	0,00	140,00	20/11/1978	30	ELENICE MARTINS DA SILVA	PEDAGOGIA
2º	61,20	1,20	60,00	24/02/2000	10	JANAINE DE OLIVEIRA ROSA	PEDAGOGIA
3º	40,00	0,00	40,00	13/03/1974	12	VANIA FIDELIS DA SILVA TRINDADE	PSICOPEDAGOGIA
5º	40,00	0,00	40,00	21/12/1995	42	SOLAINE LURDES DA CUNHA DOS SANTOS	PEDAGOGIA
4º	20,00	0,00	20,00	13/12/2001	31	PALOMA ANIBALETO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
6º	20,00	0,00	20,00	13/01/2002	71	DIEGO MANHAGUANHA	EDUCAÇÃO FÍSICA
7º	20,00	0,00	20,00	31/07/2002	2	CAMILA TECHIO ZATTERA	PEDAGOGIA

ESTAGIÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO - 20 HORAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	PÓS GRADUAÇÃO
1º	185,00	10,00	175,00	16/10/1990	53	JOSIANE DE SOUZA CONTE	DOCENCIA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

2º	85,00	10,00	75,00	10/11/1986	65	LIGIANE CHAVES DAMBROZ	EDUCACAO INFANTIL E ANOS INICIAIS
3º	85,00	10,00	75,00	21/05/1990	52	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	MESTRADO EM EDUCACAO
4º	78,20	3,20	75,00	16/06/1966	38	ELIANE TERRES PORTELA	EDUCACAO INFANTIL
5º	60,00	10,00	50,00	09/06/1980	48	ELAINE MENE-GUS	ALFABETIZACAO E LETRAMENTO
6º	35,00	10,00	25,00	19/09/1958	22	IVONE LISIAK CORRONA	EDUCACAO PARA INFANCIA
7º	35,00	10,00	25,00	02/07/1981	8	SOLANGE DA CRUZ	EDUCACAO INFANTIL
8º	35,00	10,00	25,00	28/10/1989	36	SAMUEL MOSCHEN	SUPERVISAO ESCOLAR
9º	35,00	10,00	25,00	23/05/1997	16	TAYANE PO-TRATZ	NEUROPSICO-PEDAGOGIA CLINICA
10º	34,30	9,30	25,00	23/06/1994	68	JEAN CARLOS ANTUNES DA LUZ	METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMATICA
11º	29,25	4,25	25,00	19/07/1977	18	MARLI TEREZINHHA DIAS DAS DORES AMARO	NEUROPSICO-PEDAGOGIA CLINICA
12º	28,00	3,00	25,00	05/12/1984	55	ROSANE PINHEIRO	EDUCACAO INFANTIL
13º	28,00	3,00	25,00	11/03/1986	3	FERNANDA GAVA PEREIRA	EDUCACAO PARA INFANCIA
14º	26,20	1,20	25,00	12/12/1997	9	EDUARDA APARECIDA BORGES PEGORINI	ALFABETIZACAO
15º	25,00	0,00	25,00	24/05/1990	46	ÉLEM CRISTINA QUADRI	EDUCACAO INFANTIL
16º	25,00	0,00	25,00	08/10/1990	19	FRANCY ELLEN ALLIEVI	EDUCACAO ESPECIALEIN-CLUSIVA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - PSICOLOGIA

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	143,90	3,90	140,00	10/10/1999	60	SAMANTA HENTZ GRACIANI	PSICOLOGIA
2º	140,00	0,00	140,00	17/10/1998	73	BRUNA BALSAN	PSICOLOGIA
3º	61,80	1,80	60,00	29/12/1999	28	TATIANE REGINA VIERO BASSO	PSICOLOGIA
4º	61,45	1,45	60,00	29/03/2001	13	ANA CAROLINE DALMAGO	PSICOLOGIA
5º	61,20	1,20	60,00	07/06/2001	11	EDIANE TAÍS GUIDOLIN	PSICOLOGIA
6º	60,00	0,00	60,00	28/05/2000	15	LUANI MARIA SEIBEL	PSICOLOGIA
7º	20,00	0,00	20,00	24/03/1992	45	IDIVANIA PAIM DE SOUZA	PSICOLOGIA
8º	20,00	0,00	20,00	05/10/2001	33	LETÍCIA SULDOWSKI	PSICOLOGIA
9º	20,00	0,00	20,00	14/08/2002	63	RAFAELA PIETA PERUZZO	PSICOLOGIA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS – ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	100,00	0,00	100,00	07/08/1999	37	BRUNA FREZZA LUZ	SERVICO SOCIAL

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS – DIREITO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
----------------	-------------	-------------	--------------	------------	-----------	------	-----------

1º	200,00	0,00	200,00	26/07/1997	59	ANTENOR LUAN HENTZ POLI-CARPO	DIREITO
2º	147,50	7,50	140,00	28/05/2000	41	ISADORA TEZZA PIRES	DIREITO
3º	140,00	0,00	140,00	29/05/1992	58	TAÍS CRISTINA PAGNONCELLI DE ARAUJO	DIREITO
4º	100,00	0,00	100,00	24/01/1997	76	MIRIÃ GOMES DOS SANTOS NETTO	DIREITO
5º	64,40	4,40	60,00	23/06/1997	70	VICTOR PIETRO SORDI	DIREITO
6º	60,00	0,00	60,00	05/12/1995	7	ANDREIA PE-DROSO FERREIRA	DIREITO
7º	25,85	5,85	20,00	02/08/2001	23	ANDRÉIA EDUARDA ROSA-NELLI	DIREITO
8º	20,00	0,00	20,00	05/12/2002	51	EVELLYN LARISSA GOTTEMS	DIREITO
9º	20,00	0,00	20,00	05/12/2002	24	ISADORA STEIN	DIREITO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS – ADMINISTRAÇÃO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	140,00	0,00	140,00	19/11/1994	75	RAFAEL DE CAMARGO	ADMNISTRACAO
2º	60,00	0,00	60,00	29/12/2000	34	MAIARA DE ARAUJO DE BRITES	ADMNISTRACAO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS – ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	180,00	0,00	180,00	31/05/1996	43	GABRIEL ROBERTO POZZER	ENGENHARIA CIVIL
2º	145,35	5,35	140,00	19/08/1999	1	ANGELINE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI	ENGENHARIA CIVIL
3º	60,00	0,00	60,00	12/08/2000	64	EVANDRO BERNARDI	ENGENHARIA CIVIL
4º	20,00	0,00	20,00	23/05/2001	74	ELOIZA TARSO	ARQUITETURA E URBANISMO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS – CONTABILIDADE

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	PONTO ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	90,00	10,00	80,00	28/11/1989	77	JUSSARA DE MORAIS CHAGAS	CIENCIAS CONTÁBEIS
2º	70,00	10,00	60,00	14/05/2002	72	GABRIELA JOSÉ MARIA	CIENCIAS CONTÁBEIS
3º	20,00	0,00	20,00	04/07/2002	69	CAROLINE DOS SANTOS	CIENCIAS CONTÁBEIS

4. DO REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

4.1. O candidato terá os dias 03 e 04 de março de 2020, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão Coordenadora, através de requerimento via Gestão Digital/Protocolo/PROT-SME - Protocolo Educação, disponível no site oficial do Município, no link <https://saolourencodoeste.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> selecionando como assunto a opção "Recurso Processo Seletivo" e apresentado a fundamentação que entender devida.

4.2. A resposta será encaminhada via e-mail do candidato cadastrado no sistema Gestão Digital/Protocolo.

4.3. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador na Biblioteca Municipal, situada na Avenida Brasil - Esquina com a Rua Nereu Ramos, nº 822 - Piso Superior da Cooperativa Alfa, Centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 13h às 19h.

4.4. Não será permitido o fornecimento de cópias da documentação de outros candidatos.

5. DO RESULTADO FINAL

5.1. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será homologado, a partir do dia 06 de março de 2020, por meio de Decreto, a ser publicado no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

sc.gov.br

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de março de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019 - FMS

Publicação Nº 2380383

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 011/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES DAS UBS E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2019, firmada em 12/03/2019, entre o Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa ARLEI RIZZOTTO ME - CNPJ: 09.400.372/0001-80, de 28/02/2020 até 12/03/2020, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSSL

Publicação Nº 2380321

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Joice Cristina Fagundes Recalcati, CPF: 093.202.999-00, regularmente matriculada na Oficina de Violoncelo.

Objeto: VIOLONCELO, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16297.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2020.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violoncelo do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2020.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Joice Cristina Fagundes Recalcati - Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSSL

Publicação Nº 2380328

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Tamyris Cristina da Rocha, regularmente matriculado na Oficina de Violino.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Enéia Charline Fim, CPF: 023.870.449-16.

Objeto: VIOLINO, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16301.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2020.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Enéia Charline Fim - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2380329

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Carine Alessandra Gonçalves, CPF: 084.260.479-04 regularmente matriculado na Oficina de Violino.

Objeto: VIOLINO, com registro no patrimônio do Município sob o nº 14900.

Data da assinatura: 15 de fevereiro de 2020.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2020.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Carine Alessandra Gonçalves Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2380331

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Agatha Barcelos Sodré, CPF: 068.741.609-40, regularmente matriculado na Oficina de Violoncelo.

Objeto: VIOLONCELO, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13196.

Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2020.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violoncelo do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2020.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Agatha Barcelos Sodré - Usuário-Aluno.

PORT001 - REGIME INDIVIDUAL JOEL

Publicação Nº 2379894

PORTARIA Nº 001, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a partir de 28 de fevereiro de 2020, Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal JOEL ANTONIANO GARCIAS, ocupante do cargo efetivo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula nº 4/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo nas segundas e sextas-feiras das 07h45 às 11h45 e das 13h30 às 18h; nas terças-feiras das 7h45 às 11h45; nas quartas das 07h45 às 11h45 e 13h30 as 19h30, nas quintas-feiras das 13h30 às 21h e aos sábados 08h30 às 10h.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO CESAR PEDRO ALVES
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORT002 - REGIME INDIVIDUAL MARCELO

Publicação Nº 2379896

PORTARIA Nº 002, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a partir de 28 de fevereiro de 2020, Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal MARCELO NERI GUIDINI, ocupante do cargo efetivo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula nº 3/01, carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, sendo nas segundas, terças, quartas e sextas das 08h às 12h e das 13h30 às 19h30;

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 3 de fevereiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO CESAR PEDRO ALVES
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORT002 - REGIME INDIVIDUAL MOACIR

Publicação N° 2379904

PORTARIA N° 003, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a partir de 28 de fevereiro de 2020, Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal MOACIR JOSÉ BAESSO, ocupante do cargo efetivo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula nº 2/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo nas segundas das 07h30 às 11h30, das 15h às 21h; nas terças das 13h às 19h; nas quartas-feiras das 07h30 às 11h30; nas quintas-feiras das 07h30 às 11h30 e 13h às 19h; e nas sextas das 07h às 11h30 e 14h às 20h.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

PAULO CESAR PEDRO ALVES
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA N° 350, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2379989

PORTARIA N° 350, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, 01/2020, homologado pelo Decreto nº 6.589, de 30 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 02 de março a 15 de dezembro de 2020, a Senhora TANIA LAZARIN SPRICIGO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na educação infantil, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, na CEIM Mundo Colorido. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 351, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379990

PORTARIA Nº 351, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, 01/2020, homologado pelo Decreto nº 6.589, de 30 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 02 de março a 15 de dezembro de 2020, a Senhora LINDOMAR SIQUEIRA, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na educação especial, 20 (vinte) horas semanais turno matutino, na EBM IRMÃ CECÍLIA.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 352, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379991

PORTARIA Nº 352, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera o Art. 1º da Portaria nº 309, de 14 de fevereiro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria nº 309, de 14 de fevereiro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1º Prorrogar, a partir de 12 de março de 2020 a 10 de março de 2021, a Portaria nº 111 de 21/01/2019, que concede licença sem remuneração a servidora pública municipal, DANIANA DE COSTA, matrícula 1884/07 no cargo de efetivo de Professor de Matemática, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais.”

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 309, de 14 de fevereiro de 2020, permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 353, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380449

PORTARIA Nº 353, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO, o Memorando nº 1.100/2020 do sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Instituir, Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal CATIA CILENE SCHAFER, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, matrícula nº3000/58, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira das 07h30 as 13h30.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 354, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380508

PORTARIA Nº 354, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 1.742, de 09 de abril de 2008, CONSIDERANDO, o Memorando nº 1.133/2020, do Sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 02 de março de 2020, a servidora pública municipal GRAZIELE SILVEIRA, do cargo de Professor Habilitado – ACT, matrícula nº 3146/05, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 355, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2380766

PORTARIA Nº 355, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 01/2020, homologado pelo Decreto nº 6.589, de 23 de janeiro de 2020, CONSIDERANDO, a necessidade de atendimento domiciliar da aluna L.L.;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 03 de março a 15 de dezembro de 2020, a Senhora GRAZIELE SILVEIRA no cargo de Professor Habilitado – ACT, na área de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 20 (vinte) horas semanais turno vespertino, na EBM Irmã Neusa.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município,

a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

RESOLUÇÃO Nº 001/2020 – DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383868

RESOLUÇÃO Nº 001/2020 – DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Aprova a “Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde do ano de 2019” no Município de São Lourenço do Oeste.

O Conselho Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei 8080/90, e Lei Municipal n 1.320 de 13 de maio de 2001, através da sua Presidente eleita Anelise Vivian,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a “Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde do ano de 2019” no Município de São Lourenço do Oeste. A aprovação foi deliberada em reunião ordinária (ATA 006/2020), juntamente com os membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de Fevereiro de 2020.

ANELISE VIVIAN
Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 307/2020

Publicação Nº 2380802

PORTARIA n. 307, de 27 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRO FERRARI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º EFETIVAR, a partir desta data, o servidor público municipal Fábio Henrique Regert, ocupante do cargo de Agente de Comunicação, matrícula n. 965, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, em virtude de ter cumprido com êxito o período de estágio probatório.

Art. 2º Para cobertura das despesas decorrentes desta Portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de fevereiro de 2020.

Vereador Alexandro Ferrari
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EDITAL 15/2020 - PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2383866

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, o presente tem por finalidade EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA ÁREA DE MANUTENÇÃO ELETRICA RESIDENCIAL E PREDIAL, TELEFONIA, CONSERTOS, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E SERVIÇOS AFINS, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 23/03/2020. Maiores informações, bem como cópia do edital na integra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiaria da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 28 de fevereiro de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA SGPT/DDP N° 0486/2020

Publicação N° 2380678

PORTARIA SGPT/DDP N° 0486/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que Marciana Miotto, servidora efetiva no cargo de Coordenadora Pedagógica, junto ao CEI Mundo Novo, e que estava nomeada no cargo de direção junto ao CEI Ciranda da Alegria foi exonerada.

Considerando que Adriane Rossato, Coordenadora Pedagógica ACT, foi contratada para substituir a servidora Marciana Miotto junto ao CEI Mundo Novo.

Considerando que a servidora Raquel Calescura, ACT no cargo de Coordenadora Pedagógica junto ao CEI Ciranda da Alegria foi afastada por meio da portaria 484/2020 - Sindicância.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada ADRIANE ROSSATTO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao CEI Ciranda da Alegria, em substituição a Raquel Calescura, que se encontra afastada, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 26 de fevereiro de 2020 até 26 de março de 2020 ou até a conclusão da Sindicância.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 27 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0487/2020

Publicação N° 2380684

PORTARIA SGPT/DDP N° 0487/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a IRANI SALETE ERLO, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0433/2020 de 11 de fevereiro de 2020, referente ao período de 05 de maio de 2014 a 27 de dezembro de 2019 a serem gozados de 24 de fevereiro de 2020 a 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 24 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 27 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0488/2020

Publicação N° 2380686

PORTARIA SGPT/DDP N° 0488/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do artigo 147 da LCM 009/2012, como medida cautelar e afim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito ou processo, sempre que julgar necessário, poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração;

Em análise perfunctória dos fatos e elementos de direito, bem como, as imagens das câmeras de segurança, é cristalino que a continuidade do afastamento das servidoras não deve ser mantida, uma vez, que a presença das sindicadas no ambiente de trabalho não interferirá nas apurações da comissão sindicante;

Ademais, a presença das servidoras não implica na violação de nenhum direito das crianças do educandário, sendo que o objeto da apuração está fundado na possível negligência, portando não sendo objeto direto das investigações a violação de direitos notadamente previsto no ECA e legislações extravagantes.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR o artigo 4º da portaria 0484/2020 de 26 de fevereiro de 2020, que afastou de suas atividades pelo prazo de 30 dias as servidoras ALINE ZANINI LAVANDOSKI e RAQUEL CALESCURA, retornando a atuar no CEI Ciranda da Alegria, a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 28 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0489/2020

Publicação N° 2380687

PORTARIA SGPT/DDP N° 0489/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR os efeitos da portaria 0485/2020 de 26 de fevereiro de 2020, que exonerou a servidora pública municipal efetiva MARCIANA MIOTTO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, 40 horas semanais, retornando a exercer o cargo em provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar no CEI Ciranda da Alegria, a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 28 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0490/2020

Publicação N° 2380689

PORTARIA SGPT/DDP N° 0490/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR os efeitos da portaria 0486/2020 de 27 de fevereiro de 2020, que alterou o local de atuação da servidora pública municipal contratada, Adriane Rossatto, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, 40 horas semanais, retornando a atuar no CEI Mundo Novo, em substituição a Marciana Miotto, que encontra-se designada para a direção do CEI Ciranda da Alegria, a partir de 28 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 28 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0493/2020

Publicação N° 2380693

PORTARIA SGPT/DDP N. 0493/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;

CONSIDERANDO que dentre outros a proteção a proteção à infância é um direito social garantido pela Constituição Federal, bem como, é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade o direito a dignidade ao respeito, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

CONSIDERANDO os termos do Art. 147 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor) que dispõe que Como medida cautelar e afim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito ou processo, sempre que julgar necessário, poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

CONSIDERANDO que a presidente da comissão de Sindicância instituída pela portaria SGPT/DDP N. 0464/2020, solicitou por meio do memorando n. 01/2020 que por medida cautelar o servidor Luiz Felipe Santos dos Santos seja afastado de suas funções para não manter contato com os acolhidos, as testemunhas e a documentos que possam comprovar as supostas violações de deveres funcionais, bem como evitar influenciar os teores dos testemunhos.

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR do exercício do cargo de Atendente Social o servidor Luis Felipe Santos dos Santos, matrícula funcional 22070001 pelo prazo de 30 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.
Em 28 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PROCESSO N° 10/2020 SOCIAL

Publicação N° 2380734

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2020

O Fundo Municipal de Assistência Social através da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de peças de vestuário e de calçados para as crianças e adolescentes institucionalizadas no Abrigo Cantinho Acolhedor e no Serviço de Acolhimento Família Acolhedora, para idosos atendidos pela alta complexidade e pelo setor de Benefícios Eventuais, da Secretaria de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o Anexo I do Edital..

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 31 de março de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006, e o edital consta na íntegra no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 28 de fevereiro de 2020.

ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA REBELATO

Secretária do Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº 49/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2379892

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2020

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de serviços de mão de obra de lavagens dos veículos, máquinas e equipamentos do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e Frota do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o Anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 27 de março de 2020.

Abertura: Às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006 e o edital consta na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 28 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

1º ADITIVO CONTRATO 31.2019

Publicação Nº 2379567

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 R. 202
www.pmspa.sc.gov.br –

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado à PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na Rua Luiz Fagundes, nº 821, Bairro: Praia Comprida, CEP: 88.103-500 São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.122.311/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Contrato n.º 31/2019, passando a vigorar o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1- O contrato nº. 31/2019, tem por objeto Contratação de uma empresa para Pavimentação, Drenagem e Sinalização da Rua José Gregório da Silva, neste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

2.1- Fica prorrogado o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, passando o mesmo, ter sua vigência até 09 de abril de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 31/2019 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo aditivo.

3.2- Este Primeiro Termo Aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 10 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ/MF: 00.122.311/0001-23

1º ADITIVO CONTRATO 32.2019

Publicação Nº 2379568

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 R. 202
www.pmspa.sc.gov.br –

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado à PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na Rua Luiz Fagundes, nº 821, Bairro: Praia Comprida, CEP: 88.103-500 São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.122.311/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Contrato n.º 32/2019, passando a vigorar o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1- O contrato nº. 32/2019, tem por objeto Contratação de uma empresa para Pavimentação Drenagem e Sinalização da Rua João Joaquim

de Souza e Travessa, neste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

2.1- Fica prorrogado o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, passando o mesmo, ter sua vigência até 09 de abril de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 32/2019 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo aditivo.

3.2- Este Primeiro Termo Aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 10 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ/MF: 00.122.311/0001-23

1º ADITIVO CONTRATO 33.2019

Publicação Nº 2379569

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 R. 202
www.pmspa.sc.gov.br –

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado à PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na Rua Luiz Fagundes, nº 821, Bairro: Praia Comprida, CEP: 88.103-500 São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.122.311/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Contrato n.º 33/2019, passando a vigorar o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1- O contrato n.º. 33/2019, tem por objeto Contratação de uma empresa para Continuação da Pavimentação da Rua Fermina dos Passos Meinchein, neste Município, conforme memorial e cronogramas deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

2.1- Fica prorrogado o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, passando o mesmo, ter sua vigência até 11 de abril de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 33/2019 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo aditivo.

3.2- Este Primeiro Termo Aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 10 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ/MF: 00.122.311/0001-23

1º ADITIVO CONTRATO 34.2019

Publicação Nº 2379570

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 R. 202
www.pmspa.sc.gov.br –

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado à PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com sede na Rua Luiz Fagundes, nº 821, Bairro: Praia Comprida, CEP: 88.103-500 São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.122.311/0001-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Contrato n.º 34/2019, passando a vigorar o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1- O contrato n.º 34/2019, tem por objeto a Contratação de uma empresa para Pavimentação, Drenagem e Sinalização da Rua Raulino José Zimmermann, neste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

2.1- Fica prorrogado o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, passando o mesmo, ter sua vigência até 17 de abril de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 34/2019 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo aditivo.

3.2- Este Primeiro Termo Aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 10 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ/MF: 00.122.311/0001-23

CONTRATO N.º 050/2020

Publicação Nº 2377745

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 050/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora JANAINA ELENA SILVEIRA, brasileira, União Estável, inscrita no CPF sob nº 077.079.989-28, residente e domiciliada a Rua Loteamento Jardins, nº. 849, Bela Vista – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de NUTRICIONISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 02/03/2020, findando no dia 11/12/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

JANAINA ELENA SILVEIRA
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 051/2020

Publicação N° 2377750

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 051/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita TATIANA CORDEIRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 061.149.159-17, residente a Rua Leopoldo Stein, nº. 41, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 02/03/2020, findando no dia 11/12/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

- 4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
 - 5.1.1- Acordo entre as partes;
 - 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
 - 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
 - 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
 - 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

TATIANA CORDEIRO DA SILVA

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 052/2020

Publicação Nº 2377759

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 052/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FRANCIELI VENTURA MARTINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 047.613.939-20, residente a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº. 1025, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 02/03/2020, findando no dia 11/12/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

FRANCIELI VENTURA MARTINS

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 053/2020

Publicação Nº 2377764

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 053/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 026.257.839-58, residente a Rua Herculano Francisco Stahelin, nº. 262, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 02/03/2020, findando no dia 11/12/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte e cinco (25) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO N°022/2020

Publicação N° 2380313

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°022/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro de Recursos dos Royalties no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por conta do Superávit Financeiro de Recursos dos Royalties nas dotações abaixo identificadas:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.02.12.361.0004.2.015 – Funcionamento e Manutenção

Do Ensino Fundamental R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0797 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

04.02.12.365.0004.2.016 – Funcionamento e Manutenção

Da Educação Infantil R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0797 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de fevereiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

DECRETO N°21/2020

Publicação N° 2380315

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°21/2020

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Ficam cancelados os Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**04.02.12.361-0004-2.015 – Funcionamento e Manut. do Ensino Fundamental**

Empenho nº4076/2019 – NOVA OPÇÃO – SERRALHERIA LTDA - ME - no valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Motivo: Empenho no complemento elemento indevido – Não veio Planilha – Anexo I do Pregão nº41/2019, separando material e mão de obra – A.F. nº1812 feita com valor total de mão de obra.

Empenho nº4078/2019 – NOVA OPÇÃO – SERRALHERIA LTDA - ME - no valor de R\$1.106,40 (um mil cento e seis reais e quarenta centavos).

Motivo: Empenho no complemento elemento indevido – Não veio Planilha – Anexo I do Pregão nº41/2019, separando material e mão de obra – A.F. nº1816 feita com valor total de material.

Empenho nº4079/2019 – NOVA OPÇÃO – SERRALHERIA LTDA - ME - no valor de R\$4.260,10 (quatro mil duzentos e sessenta reais e dez centavos).

Motivo: Empenho no complemento elemento indevido – Não veio Planilha – Anexo I do Pregão nº41/2019, separando material e mão de obra – A.F. nº1819 feita com valor total de material.

04.02.12.365-0004-2.016 – Funcionamento e Manut. da Educação Infantil

Empenho nº4077/2019 – NOVA OPÇÃO – SERRALHERIA LTDA - ME - no valor de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Motivo: Empenho no complemento elemento indevido – Não veio Planilha – Anexo I do Pregão nº41/2019, separando material e mão de obra – A.F. nº1814 feita com valor total de material.

Empenho nº4080/2019 – NOVA OPÇÃO – SERRALHERIA LTDA - ME - no valor de R\$4.303,67 (quatro mil trezentos e três reais e sessenta e sete centavos).

Motivo: Empenho no complemento elemento indevido – Não veio Planilha – Anexo I do Pregão nº41/2019, separando material e mão de obra – A.F. nº1820 feita com valor total de material.

Empenho nº4081/2019 – NOVA OPÇÃO – SERRALHERIA LTDA - ME - no valor de R\$1.836,23 (um mil oitocentos e trinta e seis reais e vinte três centavos).

Motivo: Empenho no complemento elemento indevido – Não veio Planilha – Anexo I do Pregão nº41/2019, separando material e mão de obra – A.F. nº1821 feita com valor total de material.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de fevereiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 136/2020

Publicação N° 2377625

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 136/2020

Nomeia MARILANE KNISS DA SILVA para o cargo em Comissão de Secretária da Escola Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear MARILANE KNISS DA SILVA para o cargo em Comissão de Secretária da Escola Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 137/2020

Publicação N° 2377639

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 137/2020

Nomeia SIMONE MORETTI para o cargo em Comissão de Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear SIMONE MORETTI para o cargo em Comissão de Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 138/2020

Publicação N° 2377695

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 138/2020

Admite em Caráter Temporário JANAINA ELENA SILVEIRA para o cargo de Nutricionista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JANAINA ELENA SILVEIRA para o cargo de Nutricionista, contrato de trabalho nº. 050/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 139/2020

Publicação Nº 2377701

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 139/2020

Admite em Caráter Temporário TATIANA CORDEIRO DA SILVA para o cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, TATIANA CORDEIRO DA SILVA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 051/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 140/2020

Publicação Nº 2377708

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 140/2020

Admite em Caráter Temporário FRANCIELI VENTURA MARTINS para o cargo de Monitor de Transporte Escolar.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FRANCIELI VENTURA MARTINS para o cargo de Monitor de Transporte Escolar, contrato de trabalho nº. 052/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 141/2020

Publicação Nº 2377715

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 141/2020

Admite em Caráter Temporário GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA para o cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA para o cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 053/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 142/2020

Publicação Nº 2377722

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 142/2020

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR NILSO ERHARDT.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional ao servidor abaixo mencionado, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a essa Instituição:

§ NILSO ERHARDT - TRABALHADOR BRAÇAL – LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

TERMO DE POSSE DA SRA. SIMONE MORETTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Publicação Nº 2377730

TERMO DE POSSE DA SRA. SIMONE MORETTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal. ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Sra. SIMONE MORETTI, brasileira, união estável, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN SIMONE MORETTI

Prefeito Municipal Empossada

TERMO DE POSSE DA SRTA. MARILANE KNISS DA SILVA DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA

Publicação Nº 2377738

TERMO DE POSSE DA SRTA. MARILANE KNISS DA SILVA DA SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srta. MARILANE KNISS DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretária de Escola, para o qual foi indicada pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investida, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, 02 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN MARILANE KNISS DA SILVA

Prefeito Municipal Empossada

Saudades

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA 02/2020 PARA VAGAS NO PEMCE

Publicação Nº 2379483

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA 02/2020 PARA VAGAS NO PEMCE

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal do Município de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA através do presente instrumento de homologação, os registros de candidaturas inscritos no edital de no Edital 02/2020, cuja relação segue abaixo:

Art. 1º. Fica homologado o registro de candidatos abaixo relacionadas, referente ao Processo de vagas no PENCE:

CARGO	VAGAS	HORAS	TURNO	CANDIDATO
Professor de Handebol	01	20h	Mat, Ves e Not	01º Lilian Sganzerla 02º Jardel Kirch Alves de Andrade
Professor de Ballet	01	10h	Mat, Ves e Not	
Professor de Banda	01	10h	Mat, Ves e Not	01º Beatriz Balsalobre Domingues
Professor de Coral	01	10h	Mat, Ves e Not	01º Arno Affonso Schwendler
Professor de Teclado	01	10h	Mat, Ves e Not	01º Valdecir Birkheuer Junior
Professor de Dança Alemã	01	10h	Mat, Ves e Not	01º Jeferson Luiz Schabarum 02º Lucinda Kornelius

Art. 2º. As inscrições homologadas pela Chamada Pública Edital 02/2020 totalizaram 07 (sete) candidatos interessados para as 06 (seis) vagas disponíveis, conforme preconizava o Edital, sendo que, após análise dos critérios estabelecidos no Edital de Chamada Pública 02/2020 para a escolha e seleção dos candidatos tem-se a classificação final conforme previsto assim.

Art. 3º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades (SC), em 27 de Janeiro de 2020.

ALISON IVONEI HOSS
Secretário de Educação

ELIAMAR CORRADI
Diretora da Educação

EDITAL N. 02/2020 – CHAMADA PÚBLICA PARA VAGAS NO PEMCE

Publicação Nº 2379481

EDITAL N. 02/2020 – CHAMADA PÚBLICA PARA VAGAS NO PEMCE

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissionais habilitados para trabalhar com as turmas extraclases do PEMCE – Programa Escolar Municipal de Cultura e Esporte;

O Governo Municipal de Saudades –SC, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente Edital, as normas para a CHAMADA PÚBLICA, em obediência aos princípios constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, que reger-se-á pelas seguintes regras:

1. DAS VAGAS

0.1 . As vagas disponíveis para escolha serão as seguintes:

CARGO	VAGAS	HORAS	TURNO	REMUNERAÇÃO (habilitado)
Professor de Handebol	01	20h	Mat, Ves e Not	R\$ 19,17 a hora/aula
Professor de Ballet	01	10h	Mat, Ves e Not	R\$ 19,17 a hora/aula
Professor de Teclado	01	10h	Mat, Ves e Not	R\$ 19,17 a hora/aula
Professor de Coral	01	10h	Mat, Ves e Not	R\$ 19,17 a hora/aula
Professor de Dança Alemã	01	10h	Mat, Ves e Not	R\$ 19,17 a hora/aula
Professor de Banda	01	10h	Mat, Ves e Not	R\$ 19,17 a hora/aula

2. DO CRONOGRAMA**2.2. A escolha das vagas obedecerá o seguinte cronograma:**

26/02/2020	A partir das 13h30min	Na Secretaria de Educação, sita à Rua Venâncio Aires, n. 350, centro, Saudades
------------	-----------------------	--

3. CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE VAGAS**3.1. Os critérios para escolha de vagas serão os seguintes:**

3.1.1. Qualquer interessado, com Graduação na área da disciplina para habilitados.

3.1.2. Cada interessado poderá se inscrever somente em uma vaga/disciplina.

3.1.3. Serão observados os seguintes critérios para desempate:

1º) Maior tempo de atuação na disciplina da vaga (mediante apresentação da respectiva Certidão de Tempo de Serviço);

2º) Maior tempo de serviço no Município de Saudades (mediante apresentação do respectivo comprovante);

3º) Maior número de horas de formação continuada na disciplina da vaga pleiteada a partir de 2014;

4º) Maior idade.

3.2. Excepcionalmente, caso a vaga não seja preenchida por profissional habilitado, poderá ser destinada à candidato não habilitado, observando as regras e remuneração estabelecidas na Lei Complementar n. 12/2004, com a remuneração de R\$ 10,15 a hora/aula.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Saudades – SC, 19 de Fevereiro de 2020.

Alison Ivonei Hoss
Secretário de Educação

Eliamar Corradi
Diretora da Educação

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020-SANEAMENTO

Publicação Nº 2380332

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020-SANEAMENTO

PROCESSO Nº. 02/2020-SANEAMENTO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para prestação de serviço de corte, torno, solda e fresa para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de março de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 19 de março de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2020-PMS

Publicação Nº 2379588

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2020-PMS

PROCESSO Nº. 31/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tubos de concreto prensado, lajota, meio fio, paver, poste e calhas de concreto para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de março de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 16 de março de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2020-PMS

Publicação Nº 2379741

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2020-PMS

PROCESSO Nº. 32/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de identificação para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de março de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 17 de março de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020-PMS

Publicação Nº 2379559

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020-PMS

PROCESSO Nº. 33/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de instalação de cabeamento estruturado (cabeamentos horizontais e verticais), fornecendo inclusive de equipamentos que compõem os materiais passivos da rede física e infraestrutura, e fornecimento de equipamentos de vigilância eletrônica para suprir as necessidades das Secretarias do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de março de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de março de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020-PMS

Publicação Nº 2379840

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020-PMS

PROCESSO Nº. 35/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades da Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de março de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 18 de março de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de março de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.037/2019, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383863

DECRETO Nº 5.037/2019, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.683,00 (um mil seiscentos e oitenta e três reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.683,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de Fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.038/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383872

DECRETO Nº 5.038/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.455/2020 de 26 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 929.580,00 (novecentos e vinte e nove mil quinhentos e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE**

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 30.000,00

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0212 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 45.000,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0214 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 470.580,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0215 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 180.000,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0216 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE**

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00

04.05 - SETOR DE SAUDE

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 200.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0214 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 470.580,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0212 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0216 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 180.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.05 - SETOR DE SAUDE**

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0215 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de Fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.039/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2383876

DECRETO Nº 5.039/2020, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.455/2020 de 26 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 20.000,00

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 35.000,00

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 35.000,00

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de Fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A04/2020 – PMS

Publicação Nº 2380196

TERMO ADITIVO Nº. A04/2020 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 45/2019-PMS, celebrado em 16 de julho de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 03/2019-MS, Processo nº. 55/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Mario Zerbin Est. OPP à Est. 13 + 9,60, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 269,60m e área total de 2.696,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em

regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.407/2019, que fazem parte integrante do Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução da obra até 28/03/2020, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo de reajuste pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.2 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra por até 28/03/2020.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 45/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 28 de fevereiro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna

CPF nº. 085.168.389-43

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS Nº 169/2020 E 170/2020

Publicação Nº 2380422

Portaria nº. 169/2020. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 110 da Lei Complementar nº. 18/2003, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,
Conceder, A servidora Cintia Mara Schwartz, matrícula 248101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 26 de fevereiro a 24 de junho de 2020.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 28 de fevereiro de 2020.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 28 de fevereiro de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 170/2020. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Prorrogar, Por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 19 de junho a 17 de agosto de 2020, a Licença Maternidade da servidora Juliana Wallor de Andrade, matrícula 172506, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor/20h, designada para o cargo de Secretária de Escola.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 28 de fevereiro de 2020.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 28 de fevereiro de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 058/2020

Publicação Nº 2380444

Processo Licitatório nº 058/2020.

Edital de Pregão Presencial nº 029/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 12/03/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 28 fevereiro de 2020.

Flávio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2020

Publicação Nº 2380530

Processo Licitatório nº. 057/2020

Edital de Pregão Presencial nº. 028/2020

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 12/03/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de propostas e fornecedores para locação de estruturas metálicas, banheiros químicos, tendas, pavilhão, para utilização durante a EFAICS/2020, bem como para a realização de eventos em geral do município A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 28 de fevereiro de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 047/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380796

PORTARIA Nº 047/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE GICIELI MAIGLI LAUXEN DO CARGO DE PROFESSORA I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 037/2018 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, à pedido, a partir do dia 01 de março de 2020 a Sra. GICIELI MAIGLI LAUXEN, portadora do CPF nº. 062.517.949-84, RG nº 4125447641 SSPDC/RS, do Cargo de Professora I, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível 220, do Grupo II-MAG, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Aplica-se a exoneração desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 28 de fevereiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINARIA Nº 1.138

Publicação Nº 2379936

LEI ORDINÁRIA Nº 1.138 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SIMASA, FIXA TARIFA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 29, §7º, da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a seguinte LEI ORDINÁRIA.

Art. 1º A Lei n. 546, de 27 de agosto de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 13. As pessoas encarregadas das leituras dos hidrômetros, comunicarão a seção competente da Prefeitura quaisquer defeitos ou irregularidades neles observados, a fim de se fazerem imediatamente os consertos necessários".

Art. 21. (...)

§1º. O valor da quota para o Sistema de Água Comunitário será correspondente a 60% (sessenta por cento) do salário mínimo vigente, sendo que o valor da quota ficará para o grupo. No caso de ampliação do Sistema, o valor da quota deverá ser pago na Tesouraria Municipal, podendo ser parcelado em até 10 (dez) vezes.

§2º. Caso o interessado tenha relógio novo, poderá solicitar que o mesmo seja instalado, descontando o valor do relógio fornecido do pagamento indevido"

Art. 2º. – Ficam inalterados os demais artigos da Lei n. 546 de 27 de agosto de 2002

Serra Alta, 28 de fevereiro de 2020.

WILLIAN JUNIOR SIQUEIRA DOS SANTOS

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA

Sombrio

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 010/2020

Publicação Nº 2380073



MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



RESOLUÇÃO nº. 010/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOMBRIO QUE ESPECIFICA"

FERNANDO DA SILVA PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Sombrio, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Regimento Interno,

RESOLVE:

Art.1º - Converter em abono pecuniário 1/3 (um terço) das férias ao servidor HÉLIO JAIR MACHADO, tendo já cumprido o período aquisitivo 2018/2019, À gozar de 21 de fevereiro à 12 de março do corrente ano.

Art. 2º - Fica a Secretaria Administrativa e o Departamento Pessoal autorizados a realizar o pagamento das férias, acrescidas de 1/3, bem como, indenizar o equivalente a 10 (dez) dias conforme preceitua o Estatuto do Servidor.

Art. 3º Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sombrio, 08 de janeiro de 2020.

FERNANDO DA SILVA PEREIRA
Presidente

Registrado publicado nesta Secretaria, na data supra.

JAIRO ADRIANO FREITAS
1º Secretário

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0106 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380756

DECRETO Nº. 0106 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEXANDER RODOLFO HENZ, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE MAQUINAS NO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado a pedido, o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, ALEXANDER RODOLFO HENZ, portador do CPF nº 012.006.689-01RG nº6095420 SSP/SC, ocupante do cargo de Operador de Maquinas com Lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
28 de fevereiro de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020. "DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2380580

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 74, III, da Lei Orgânica do Município de Tangará, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Tangará, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O plano diretor de desenvolvimento municipal, visa ordenar o território do município, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento e anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º Este plano diretor de desenvolvimento municipal abrange todo o território do Município de Tangará, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, definindo:

- I - a política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do município;
- II - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;
- III - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
- IV - as regras orientadas do uso e da ocupação do solo;
- V - o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei e seus anexos será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei.

Art. 3º O plano diretor de desenvolvimento municipal consolida as normas gerais, objetivos e diretrizes técnicas, observando o dispositivo na lei orgânica, podendo ser integrado por outras leis desde que tratem de matérias a este pertinente.

Capítulo II DOS OBJETIVOS

Art. 4º Constituem objetivos do plano diretor de desenvolvimento municipal:

- I - garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;
- II - orientar as ações dos diversos atores, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;
- III - garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;
- IV - orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste plano Diretor, visando aproximar o planejamento da gestão urbana;
- V - promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação socioespacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;
- VI - elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
- VII - fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
- VIII - racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;
- IX - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;
- X - garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

§1º As funções sociais da cidade, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, são plenamente desenvolvidas quando for cumprida a função socioambiental do Município de Tangará.

§2º A função socioambiental do Município de Tangará é cumprida mediante o acesso ao direito à cidade para todos, o que compreende:

I - a universalização dos acessos à moradia adequada, ao saneamento ambiental, às condições adequadas de mobilidade, à infraestrutura urbana, aos equipamentos comunitários de educação, saúde, esporte, lazer e cultura.

§3º A propriedade cumpre sua função socioambiental quando:

I - seu uso e ocupação estiver de acordo com o interesse coletivo;

II - for utilizada de maneira ambientalmente sustentável;

III - não favorecer a especulação imobiliária;

IV - atender às exigências deste plano diretor;

V - atender às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida e à justiça social.

§ 4º A democratização do planejamento e da gestão territorial se dará por meio da:

I - institucionalização e descentralização de órgãos e técnicas de planejamento e gestão territorial;

II - organização da administração pública municipal articulada com canais, procedimentos e instrumentos democráticos de participação comunitária;

III - democratização das discussões e decisões sobre assuntos de interesse público que afetam as condições de vida coletiva.

Capítulo III DAS DIRETRIZES

Art. 5º Para que se atinja o objetivo básico do plano diretor de desenvolvimento municipal, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - dotar o município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro, antes que os mesmos aconteçam, a ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais.

II - dotar o município de instrumentos jurídicos norteadores da política urbana municipal.

III - implantar no município as Políticas de Desenvolvimento elencadas e definidas com a participação popular:

- a) desenvolvimento socioeconômico
- b) desenvolvimento físico-territorial

c) gestão pública urbana

IV - determinar investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento ambiental, em melhorias nas condições de mobilidade, na implantação de equipamentos comunitários e no fortalecimento da administração pública municipal;

V - estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural;

VI - garantir a existência de uma rede de serviços urbanos adequados ao crescimento municipal;

VII - estimular o desenvolvimento econômico comercial, industrial e de serviços;

VIII - direcionar o crescimento da ocupação e expansão do território para áreas propícias à urbanização;

IX - prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte;

X - proteger os patrimônios ambientais, históricos e culturais;

XI - instituir o sistema municipal de planejamento e gestão territorial descentralizado.

Art. 6º As diretrizes específicas do plano diretor de desenvolvimento municipal são:

I - quanto aos aspectos socioespaciais:

- a) prever a organização político-territorial;
- b) criar incentivos fiscais para unidades de conservação e lotes atingidos por áreas de preservação permanente;
- c) proceder ao tombamento de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;
- d) estimular a restauração de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;
- e) elaborar e implantar o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico;
- f) dotar de função o patrimônio atualmente subutilizado;
- g) implementar instrumentos do Estatuto da Cidade e do Código Civil;
- h) vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução da cidade e do Município;
- i) elaborar e implantar políticas habitacionais;
- j) incentivar a regularização de edificações antigas que estão em desacordo com a lei vigente.
- l) direcionar áreas para instalação de comércio e serviços em áreas com potencial turístico.

II - quanto à infraestrutura:

- a) prever e garantir o abastecimento futuro de água;
- b) implantar a rede de coleta e sistema de tratamento de esgoto em todo o perímetro urbano;
- c) estender progressivamente o abastecimento de água potável e sistema de coleta de água e esgoto a todo o Município;
- d) implantar e melhorar a rede de drenagem urbana;
- e) implantar e melhorar a iluminação pública urbana;

- f) cooperar para a implantação de serviços de comunicação em todas as localidades rurais;
- g) reestruturar a sinalização viária;
- h) reestruturar e complementar os Sistemas Viários Básico e Estrutural;
- i) complementar o sistema viário, promovendo a ligação entre bairros;
- j) implementar programa de pavimentação das vias;
- k) aumentar a extensão de passeios nas ruas e melhorar a qualidade dos existentes;
- l) melhorar as condições de segurança e facilidade de trânsito aos ciclistas;
- m) integrar o transporte coletivo, entre suas linhas e entre outros modais de transporte;
- n) ordenar o tráfego, especialmente na área central;
- o) melhorar a paisagem territorial com implantação de mobiliário e arborização urbanos;
- p) reestruturar e ampliar os espaços públicos e áreas verdes.

III - quanto ao desenvolvimento social:

- a) valorizar a história do Município;
- b) apoiar a criação e manutenção dos espaços culturais do Município;
- c) estimular e preservar o idioma dos imigrantes;
- d) estimular a cultura local;
- e) recuperar e valorizar a identidade local;
- f) estimular a criação e o crescimento de grupos preservacionistas de tradições;
- g) estimular o modo de vida rural;
- h) reestruturar e fortalecer os centros comunitários;

IV - quanto ao desenvolvimento econômico:

- a) capacitar grupos de agricultores e agropecuaristas;
- b) promover a expansão industrial nas áreas industriais existentes e expandir as atividades industriais de pouco impacto ambiental por meio dos micros polos industriais;
- c) criar incentivos fiscais para implantação de empresas;
- d) fortalecer o turismo local e regional;
- e) intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra industrial e turística;
- f) diversificar o setor industrial;
- g) fortalecer e incentivar o comércio local;

V - quanto ao desenvolvimento ambiental:

- a) fortalecer a relação entre o cidadão e o meio ambiente;
- b) minimizar o impacto ambiental gerado pelos dejetos;
- c) diminuir, controlar e minimizar a utilização de defensivos agrícolas;
- d) otimizar o funcionamento do aterro sanitário;
- e) controlar o despejo de resíduos nos rios do Município;
- f) enquadrar as indústrias nos padrões ambientais legais;
- g) preservar e recuperar as áreas de preservação permanente;
- h) criar unidades de conservação municipais;
- i) criar programas de conscientização ambiental.

TÍTULO II
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO

Art. 7º A Política de Desenvolvimento Socioeconômica é composta pelos programas:

- I - fortalecimento da indústria e comércio;
- II - fortalecimento da agropecuária;
- III - fortalecimento do turismo;
- IV - fortalecimento da educação, cultura, esporte e lazer;

Capítulo I **DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Seção I **Das Definições E Objetivos**

Art. 8º O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social, econômico por meio da indústria e comércio, a diversificação e qualificação da mão-de-obra, priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 9º O Programa tem por objetivos:

- I - qualificar a mão-de-obra;
- II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
- III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

Seção II **Dos Projetos**

Art. 10. O Programa de Fortalecimento da Indústria e Comércio será implantado através dos Projetos:

- I - implantação de escola de qualificação profissional;
- II - parque industrial;
- III - incentivo com apoio logístico e estrutural a implantação de novas indústrias;
- IV - apoio a empresas e indústrias já instaladas;
- V - criação de Incentivo para o embelezamento do centro da cidade;

Capítulo II

DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Seção I Das Definições E Objetivos

Art. 11. O Programa tem por definição promover o fortalecimento da pequena propriedade rural como fator de desenvolvimento sócio- econômico, através da promoção da infraestrutura e diversificação das atividades agropecuárias, compatibilizando a preservação do meio ambiente.

Art. 12. O Programa tem por objetivos:

- I - melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;
- II - diversificar as atividades;
- III - dotar a Área Rural de oportunidades;
- IV - fortalecer a identidade comunitária e regional, bem como a cultura associativa e cooperativa.

Seção II Dos Projetos

Art. 13. O Programa de Fortalecimento da Agropecuária será implantado através dos Projetos:

- I - articulação para implantação de uma escola técnica, industrial e agrícola;
- II - firmar convênios para viabilizar assessoramento técnico à pequena propriedade;
- III - fomento e incentivo a microempresas ligadas ao agronegócio;
- IV - incentivo a instalação de pequenas indústrias;
- V - fomentar o associativismo e cooperativismo;
- VI - melhorar e manter as estradas municipais para facilitar o escoamento da produção;
- VII - promover e incentivar o reflorestamento;
- VIII - melhorar a sinalização das estradas municipais;

Capítulo III DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Seção I Das Definições E Objetivos

Art. 14. O programa tem por definição otimizar e consolidar o potencial turístico do Município e região, promovendo e incentivando a preservação do Patrimônio Turístico, compatibilizando a exploração dos recursos turísticos com a preservação da natureza e cultura local.

Art. 15. O programa tem por objetivos:

- I - consolidar a vocação turística;
- II - preservar o patrimônio turístico;
- III - revitalizar a área da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) para o lazer e turismo;
- IV - incentivar empresas que operacionalizem a integração turística regional;
- V - apoiar e incentivar as Expressões Artísticas e Culturais.
- VI - direcionar áreas para instalação de comércio e serviços em áreas com potencial turístico.

Seção II Dos Projetos

Art. 16. O programa de fortalecimento do turismo será implantado através dos projetos:

- I - viabilização de espaço multiuso para eventos;
- II - melhoria na infraestrutura dos pontos turísticos;
- III - integração pública/privada para eventos e festas;
- IV - embelezar o centro da cidade;
- V - criação de áreas de parque e lazer;
- VI - criação e melhoria das trilhas ecológicas;
- VII - transformação a área histórica da RFFSA em área de lazer e turismo;
- VIII - melhoria da infraestrutura para prática do voo Livre.
- IX - estabelecer parâmetros urbanísticos para fomentar o turismo no interior (acesso ao morro agudo, rota do Caravaggio e acesso ao museu da vitivinicultura).

Capítulo IV DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Seção I Das Definições E Objetivos

Art. 17. O programa tem por definição promover o fortalecimento da educação, cultura, esporte e lazer como fator de desenvolvimento sócio- econômico, através da promoção da ampliação das atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer.

Art. 18. O programa tem por objetivos:

- I - oportunizar acesso à educação a todos;
- II - integrar a Escola à Comunidade;
- III - integrar a escola à cultura local;
- IV - disponibilizar Educação de Qualidade;
- V - oportunizar a prática de esporte na área rural e urbana;
- VI - fomentar e apoiar o desenvolvimento de atividades culturais;
- VII - viabilizar espaços de esporte e lazer na área rural e urbana.

Seção II
Dos Projetos

Art. 19. O Programa de Fortalecimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer será implantado através dos projetos:

- I - melhoria das instalações e equipamentos das Escolas Municipais;
- II - capacitação continuada dos docentes;
- III - recuperação do centro esportivo;
- IV - fortalecimento do esporte de base na área rural;
- V - ampliação da oferta de cursos superiores;
- VI - disponibilidade dos espaços físicos e infraestrutura das escolas à comunidade.

TÍTULO III
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

Art. 20. A Política de Desenvolvimento Físico-Territorial é composta pelos programas:

- I - uso e ocupação do solo;
- II - parcelamento do solo;

- III - transporte e mobilidade urbana;
- IV - qualificação ambiental;
- V - habitação;
- VI - infraestrutura urbana.

Capítulo I DAS MACROZONAS

Art. 21. O território do Município de Tangará subdividir-se-á em macrozonas, que constarão na lei de uso e ocupação do solo, sendo essas:

- I - macrozona rural;
- II - macrozona urbana;
- III - macrozona de expansão urbana.

Parágrafo único. As indicações de usos potenciais para a macrozona rural, as limitações e parâmetros de uso e ocupação do solo na macrozona urbana, estão definidos na lei do zoneamento do uso e ocupação do solo e as deliberações acerca da macrozona de expansão urbana serão apreciadas pelo conselho da cidade.

Seção I Da Macrozona Rural

Art. 22. O objetivo da macrozona rural é a promoção do desenvolvimento rural com base nas características socioambientais da realidade local e incentivo a atividades turísticas, além de:

- I - garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;
- II - garantir a proteção dos mananciais;
- III - garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;
- IV - promover o desenvolvimento econômico sustentável;
- V - incentivar o desenvolvimento das atividades agropecuárias;
- VI - promover e incentivar a diversificação da propriedade rural.

Art. 23. A implantação de empreendimentos ecoturísticos privados e do poder público na Macrozona Rural deve ser analisada pelo conselho da cidade mediante apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança -

EIV.

Art. 24. Não é permitida a implantação de loteamentos e/ou condomínios residenciais em glebas localizadas na macrozona rural.

Seção II Da Macrozona Urbana

Art. 25. A macrozona urbana caracteriza-se como área urbana consolidada e tem por objetivo regular o crescimento da cidade.

Art. 26. São objetivos da macrozona urbana:

- I - controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas com melhores condições de urbanização, adequando-o à infraestrutura disponível;
- II - possibilitar a instalação de uso misto;
- III - orientar os planos, projetos e ações, relacionados à implantação e manutenção da infraestrutura;
- IV - implantar novos usos e atividades, inclusive o habitacional de interesse social;
- V - incrementar a capacidade da infraestrutura de saneamento;
- VI - implantar os espaços de lazer, preferencialmente de uso público;
- VII - melhorar a integração entre os bairros;
- VIII - reordenar os usos e atividades existentes a fim de evitar conflitos;
- IX - incentivar a ocupação de vazios urbanos.

Seção III Da Macrozona de Expansão Urbana

Art. 27. Macrozona de expansão urbana, corresponde a áreas destinadas a futura expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de usos mistos, que abrigam as áreas definidas na lei de uso e ocupação do solo.

Art. 28. São objetivos da macrozona de expansão urbana:

- I - direcionar e incentivar o adensamento, após a ocupação da zona urbana consolidada;
- II - promover ações de estruturação viária com vistas a propiciar o desenvolvimento ordenado;
- III - viabilizar a regularização urbanística e fundiária de área irregulares;

- IV - implantação e qualificar a infraestrutura urbana;
- V - conservar os recursos naturais;
- VI - implantar novos usos e atividades, incentivando o uso misto;

Capítulo II

DO PROGRAMA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Seção Única

Das Definições E Objetivos

Art. 29. O programa tem por definição desenvolver um conjunto de ações na área de transporte e circulação para proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização das pessoas com implantação e melhoramento dos equipamentos de circulação inclusivas e ambientalmente sustentáveis.

Parágrafo único. Os programas voltados ao transporte e mobilidade urbana estarão previstos no plano de mobilidade urbana do Município de Tangará.

Capítulo III

DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Das Definições E Objetivos

Art. 30. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 31. O programa tem por objetivo:

- I - controlar a qualidade da água;
- II - preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água bem como a flora e fauna ribeirinha;
- III - equacionar a falta de água na área rural do município;
- IV - equacionar o tratamento e destinação dos dejetos de animais criados em regime intensivo;

- V - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;
- VI - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;
- VII - melhorar os serviços de coleta de lixo, bem como seu sistema de destinação final;
- VIII - implantar rede de atendimento de tratamento de esgoto;
- IX - implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos;
- X - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;
- XI - reduzir o consumo de águas servidas nas indústrias e residências.

Seção II Dos Projetos

Art. 32. O programa de qualificação ambiental será implantado através dos projetos:

- I - conscientização da população utilizando como veículo a mídia, escolas e associações de bairros do uso correto da água, reciclagem de lixo e saneamento básico;
- II - implantação de redes coletoras com separação absoluta das águas pluviais e sanitárias;
- III - criação de programa de incentivo de instalação de fossa, sumidouro e filtro;
- IV - criação e implantação de programa para o controle periódico dos dados hidrográficos, análise laboratoriais dos processos e qualidade dos corpos d'água e solo após o lançamento do esgoto sanitário, de acordo com a Legislação pertinente;
- V - valorização das áreas ribeirinhas com equipamentos de uso público, conforme Legislação pertinente;
- VI - incentivo a reutilização das águas servidas e captação das águas pluviais;
- VII - definição de taxa de permeabilidade para armazenamento e infiltração das águas pluviais;
- VIII - implantação de coleta seletiva do lixo;
- IX - viabilização de implantação de reservatórios (cisterna/açude), abertura de poços artesianos e

miniestações de tratamento de água;

X - incentivo a construção de biodigestores, composteiras e bioesterqueiras;

XI - implantação de projeto de combate ao borrachudo;

XII - legislação e fiscalização para proteção ambiental;

XIII - incentivo ao reflorestamento;

XIV - revitalização da mata ciliar.

Capítulo IV DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO

Seção I Das Definições E Objetivos

Art. 33. O Programa tem por definição promover o direito à moradia como direito social básico incorporando o direito a infraestrutura e serviços. Como direito social através de diretrizes locais de política habitacional, induzindo o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas com infraestrutura na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 34. O Programa tem por Objetivos:

- I - mobilizar Recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda;
- II - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis.
- III - combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

Seção II Dos Projetos

Art. 35. O programa de habitação será implantado através dos projetos:

- I - aquisição de áreas para programas habitacionais para população de baixa renda;
- II - reurbanização de áreas com sub-habitações;

- III - viabilização de loteamentos populares;
- IV - incentivo para melhoria das habitações;
- V - promoção da regularização fundiária das ocupações consideradas como de interesse social.

Capítulo V **DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA URBANA**

Seção I **Das Definições e Objetivos**

Art. 36. O Programa tem por definição promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da população, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 37. O programa tem por objetivos:

- I - dotar com infraestrutura as estradas municipais definidas como estruturante e definidas pelo plano de mobilidade urbana;
- II - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
- III - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
- IV - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
- V – ampliação do sistema de saneamento básico, nos termos estabelecidos pelo plano municipal de saneamento.

Seção II **Dos Projetos**

Art. 38. O programa de infraestrutura será implantado pelos projetos:

- I - ampliação da pavimentação das vias urbanas e melhoria das estradas municipais;
- II - melhoria na iluminação pública;
- III - ampliação das áreas de esporte, lazer e equipamentos na área urbana e rural;

IV - implantação de rede e sistema de tratamento de esgoto;

V - melhoria da limpeza pública e urbanização da área urbana;

TÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE PLANEJAMENTO URBANO

Capítulo I DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Art. 39. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano, poderão ser adotados, dentre outros, instrumentos de política urbana.

Capítulo II DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 40. A Transferência do Direito de Construir é o instrumento que concede ao proprietário de imóvel exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública registrada no registro imobiliário, o direito de superfície potencializado pela legislação urbanística, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de preservação, interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.

§ 1º Terão direito a transferir o direito de construir os imóveis que contenham em suas áreas:

- I - edificações classificadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN como sendo de interesse de preservação;
- II - edificações tombadas nos âmbitos municipal, estadual e/ou federal;
- III - os lotes lindeiros aos referidos nos incisos I e II deste parágrafo, devido à imposição de limitação ao direito de construir.

§ 2º Terão direito a receber a Transferência do Direito de Construir os lotes situados nas zonas contempladas também pelo instrumento de Outorga Onerosa do Direito de Construir definidos pela Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, a qual estabelece os coeficientes máximos de aproveitamento para os imóveis contemplados por este direito.

§ 3º As solicitações de Transferência do Direito de Construir serão avaliadas pelo órgão competente municipal, o qual emitirá parecer a ser ratificado pelo Conselho da Cidade, podendo condicionar sua aprovação à adoção de medidas mitigadoras, a serem executadas e custeadas pelo proponente.

§ 4º O impacto da transferência de potencial construtivo deverá ser controlado pelo município permanentemente que será ratificado pelo Conselho da Cidade que tornará públicos os relatórios do monitoramento do uso do instrumento.

Art. 41. Não serão passíveis de Transferência do Direito de Construir imóveis situados em áreas non aedificandi.

Art. 42. O volume construtivo, a base de cálculo e demais critérios a aplicação deste instrumento serão definidos em lei municipal específica.

Capítulo III DA UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 43. A utilização compulsória é um instrumento com o qual a municipalidade poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado, não utilizado ou abandonado, fixando as condições e o prazo, que deverá ser de no mínimo cinco anos, para implementação da referida obrigação.

Parágrafo único: Considera-se para efeitos deste artigo:

I - não edificado, lote ou gleba maior do que o lote máximo previsto para a zona e com coeficiente de aproveitamento igual a zero;

II - subutilizado, lote ou gleba que coeficiente de aproveitamento não atender ao mínimo previsto na lei de uso e ocupação do solo;

III - não utilizado, aquele que tiver mais de 60% (sessenta por cento) de sua área construída abandonada a mais de um ano;

IV - que for considerado abandonado, de acordo com o disposto no Código Civil Brasileiro.

Capítulo IV DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 44. O município procederá à aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo - IPTU Progressivo, mediante majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos, sobre a propriedade que descumprir as obrigações decorrentes da incidência de parcelamento, edificação ou qualquer de suas condições.

Art. 45. Em caso de enquadramento nos pontos previstos pelo artigo anterior caberá ao poder público municipal exigir do proprietário do solo urbano o IPTU Progressivo.

§ 1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não seja atendida em cinco anos, o município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 3º É vedada a concessão de isenção ou de anistia relativa à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 46. Demais critérios para regulamentação serão definidos em lei municipal específica.

Capítulo V

DA DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA URBANA

Art. 47. A Desapropriação para Fins de Reforma Urbana é um instrumento que possibilita o poder público aplicar uma sanção ao proprietário de imóvel urbano, por não respeitar o princípio da função social da propriedade.

Art. 48. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamentos em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo poder público ou por meio de alienação, permuta ou concessão a terceiros, observando, nesses casos, o devido procedimento licitatório.

§ 3º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

Capítulo VI

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 49. O Consórcio Imobiliário é um instrumento de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada para fins de realizar urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos e contenham imóveis urbanos subutilizados e não utilizados.

§ 1º Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação, por meio do qual o proprietário transfere ao Município o seu imóvel e, após a realização das obras recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º O valor das unidades imobiliárias a ser entregues como pagamento, nos termos do parágrafo anterior, será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, e deverá:

I - refletir o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas pelo poder público no local;

II - não computar expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º A transferência do imóvel deverá ser feita por escritura pública, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 4º O Consórcio Imobiliário poderá ser realizado entre instituições públicas de diferentes entes da federação para aproveitamento de terras públicas localizadas nas Macrozonas Urbana e Rural.

§ 5º O Município poderá facultar ao proprietário de área atingida pela obrigação de parcelamento ou utilização compulsória, a requerimento deste, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento obrigatório do imóvel.

Art. 50. O Consórcio Imobiliário poderá ser exercido sempre que o Município necessitar de áreas para:

- I - regularização fundiária;
- II - preservação do patrimônio cultural;
- III - execução de programas habitacionais de interesse social;
- IV - ordenamento e direcionamento de vetores de promoção econômica.

Capítulo VII DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 51. Direito de Superfície é o direito de propriedade incidente sobre o solo, subsolo e espaço aéreo, uma vez que sobre estas partes do imóvel pode-se exercer todos os poderes inerentes ao domínio: uso, ocupação, gozo e disposição.

Art. 52. O proprietário de imóvel poderá conceder a terceiros o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

Capítulo VIII DO ESTUDO DO IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 53. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá ser apresentado para obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos de impacto, públicos e privados, localizados na Macrozona Urbana e na Macrozona Rural, sem prejuízo de outros dispositivos de licenciamento requeridos pela legislação ambiental.

§ 1º Os empreendimentos de impacto são construções ou alterações de uso de edificações existentes que possam causar alterações no ambiente natural ou construído.

§ 2º São considerados empreendimentos de impacto os polos geradores de tráfego, de ruído e de risco, conforme previsão na Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo.

§ 3º O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV será avaliado pelo Conselho da Cidade e analisado por uma comissão constituída por no mínimo três técnicos indicados pelo Conselho da Cidade.

Art. 54. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá ser elaborado por profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I - alteração no adensamento populacional no lote, na quadra ou na rua;
- II - alterações no uso de equipamentos urbanos e comunitários existentes ou necessidade de implantação de novos equipamentos;
- III - alterações possíveis no uso e ocupação do solo decorrentes do empreendimento;
- IV - efeitos no valor dos imóveis das quadras circunvizinhas;
- V - efeitos sobre a geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI - efeitos sobre a ventilação e iluminação nos edifícios e terrenos circunvizinhos;
- VII - interferências na paisagem urbana, patrimônio natural e cultural;
- VIII - potencial de poluição sonora, geração de lixo e demais formas de poluição.

Parágrafo único. O profissional será civil e criminalmente responsável pela veracidade das informações contidas no Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 55. O Município solicitará ao empreendedor público ou privado, como condição para licenciamento do empreendimento, a assinatura de Termo de Compromisso com definição de responsabilidades para implementação das medidas de mitigatórias e/ou compensatórias dos impactos e problemas identificados no Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

Art. 56. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 57. Os documentos integrantes do EIV terão publicidade, ficando disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

§ 2º O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. 58. Os casos não previstos nesta Lei, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo

Conselho da Cidade, por meio de resolução.

Art. 59. Lei Municipal definirá as regras de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Capítulo IX **DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR**

Art. 60. Considera-se outorga onerosa do direito de construir a concessão emitida pelo município para edificar acima do limite estabelecido pelo índice de aproveitamento básico até o limite de aproveitamento máximo, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º A outorga onerosa de direito poderá ser sobre o coeficiente de aproveitamento de lote e /ou gabaritos, cujas contrapartidas poderão se dar em forma de obras, terrenos ou recursos monetários.

§ 2º O produto do aumento do potencial construtivo deverá ser obrigatoriamente aplicado no fomento de programas de melhoria urbana, constituição de espaços de recreação e lazer e de programas de preservação e/ou conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como aqueles definidos pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

§ 3º Poderão ser instituído o Direito de Construir Outorgado os mesmos imóveis que poderão receber o direito de construir resultante da transferência de potencial construtivo, nas zonas especificadas na lei de uso e ocupação do solo.

Art. 61. A comercialização dos índices construtivos além do índice de aproveitamento básico será adquirido através autorização do Poder Público, pela emissão de parecer técnico exarado por órgão competente do município, com aprovação do Conselho da Cidade.

§ 1º A expedição de autorização prévia para uso do acréscimo ao direito de construir além do coeficiente básico de aproveitamento deverá ser previamente à emissão do alvará de construção.

§ 2º Da autorização prévia deverá constar a quantidade de metros quadrados passíveis de aquisição, coeficiente de aproveitamento alcançado, a altura e uso da edificação, atendidas as exigências desta Lei e demais diplomas legais.

Art. 62. A aquisição do potencial construtivo será averbada no registro de imóvel competente.

Art. 63. O volume construtivo, a base de cálculo e demais critérios a aplicação deste instrumento serão definidos em lei específica.

Capítulo X **DO DIREITO DE PREEMPÇÃO**

Art. 64. O poder público municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme o disposto nos arts. 25, 26 e 27 do estatuto da cidade.

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o poder público necessitar de áreas para:

- I - regularização fundiária;
- II - execução de programa e projetos habitacionais de interesse social;
- III - constituição de reserva fundiária;
- IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - proteção de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.
- IX - ampliação de cemitérios municipais.

Art. 65. A municipalidade definirá as áreas passíveis de direito de preempção.

Art. 66. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao município, que terá preferência para aquisição pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo único. O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma deste artigo independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 67. O município deverá notificar o proprietário dos imóveis localizados nas áreas onde incide o direito de preempção no prazo de um ano a partir da vigência desta Lei.

§ 1º No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel nas condições mencionadas no "caput", o proprietário deverá comunicar imediatamente, ao órgão competente, sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

§ 2º A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel, deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- I - proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;

- II - endereço do proprietário, para recebimento de notificações e de outras comunicações;
- III - certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição imobiliária competente;
- IV - declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 68. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, a administração poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.

Parágrafo único. O decurso de prazo de trinta dias após o recebimento da notificação do proprietário sem a manifestação expressa da Prefeitura de que pretende exercer o direito de preferência faculta o proprietário a alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito da Prefeitura exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras dentro do prazo legal de vigência do direito de preempção.

Art. 69. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente da Prefeitura cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de trinta dias após sua assinatura, sob pena de pagamento de multa diária em valor equivalente a 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) do valor total da alienação.

§ 1º O executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuadas em condições diversas da proposta apresentada, a adjudicação de imóvel que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação do Executivo de seu interesse em exercer o direito de preferência e cobrança da multa a que se refere o artigo anterior.

§ 2º Em caso de nulidade da alienação efetuada pelo proprietário, o Executivo poderá adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

TÍTULO V

DO SISTEMA DESCENTRALIZADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA TERRITORIAL

Art. 70. O sistema descentralizado de planejamento e gestão democrática territorial visa a desenvolver processos continuados e participativos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que viabilizem a realização dos investimentos prioritários e regule o uso e ocupação do solo nos termos deste plano diretor.

§ 1º A participação da população deve ser assegurada em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e do orçamento público municipal.

§ 2º A realização de debates, audiências, assembleias regionais de política territorial e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual é condição obrigatória para sua aprovação.

Art. 71. O Sistema de gestão urbana terá como objetivos:

- I - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
- II - promover o processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios à política urbana;
- III - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- IV - identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;
- V - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste plano diretor;
- VI - gerenciar e atualizar permanentemente este plano diretor;
- VII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do município através da gestão democrática.

Seção Única
Do Instituto de Planejamento Territorial

Art. 72. O Planejamento Territorial desenvolverá de forma integrada:

- I - a política habitacional municipal;
- II - a política de mobilidade municipal, regida por lei específica, que trata do Plano de Mobilidade Urbana;
- III - a política de regularização fundiária municipal;
- IV - a regulação do uso e ocupação do solo urbano e rural, a ser tratado em legislação específica.

Capítulo I
DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Art. 73. O Sistema de Informações Municipais tem caráter multifinalitário, e seus principais objetivos são:

I - fornecer dados técnicos e informações para implementação, monitoramento, avaliação e revisão do plano diretor e de outras políticas públicas subsidiando processos de tomada de decisões;

II - melhorar a política tributária do Município.

Art. 74. O Sistema de Informações Municipais deverá obedecer as seguintes diretrizes:

I - simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança das bases de dados e cadastros;

II - democratização, publicitação e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do plano diretor.

Art. 75. O sistema de informações municipais deverá conter e manter atualizadas outras bases de dados e informações sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, ambientais, imobiliários relevantes para os seus objetivos.

Capítulo II **DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Art. 76. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

I - conselho da cidade;

II - conferência municipal da cidade;

III - audiência pública;

IV - gestão orçamentária participativa.

Art. 77. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 78. O Poder Executivo apresentará anualmente à câmara municipal e ao conselho da cidade relatório de gestão urbana e plano de ação para o próximo período.

Seção I **Do Conselho da Cidade**

Art. 79. Fica criado o conselho da cidade, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de propor, avaliar e validar políticas, planos, programas e projetos para o desenvolvimento sustentável de Tangará.

Art. 80. O conselho da cidade será constituído por no mínimo quinze membros e será presidido pelo titular do órgão municipal de planejamento, considerado membro nato no conselho.

Art. 81. Os demais conselheiros serão indicados entre os membros do executivo municipal e da sociedade civil organizada, igualitariamente, todos nomeados por decreto do executivo.

Art. 82. Os conselheiros suplentes serão escolhidos no mesmo processo que os conselheiros titulares.

Art. 83. Os representantes da sociedade civil organizada que comporão o conselho da cidade serão indicados pelos respectivos setores nas conferências municipais da cidade.

§ 1º Nos casos em que o membro titular do conselho, se afastar ou for retirado, antes da indicação bienal, caberá a nomeação imediata do suplente ao cargo, restando ao órgão ao qual o mesmo representa, a nomeação de novo membro para a suplência.

§ 2º Deverão ser constituídas câmaras setoriais, internamente ao conselho da cidade, com objetivo precípua de assessorar nas decisões do conselho.

§ 3º A regulamentação das câmaras setoriais deverá ser realizada por lei municipal específica.

Art. 84. As atribuições do conselho da cidade são:

- I - monitorar, fiscalizar e avaliar a implementação deste plano diretor;
- II - monitorar, fiscalizar e avaliar a implementação dos instrumentos de política urbana previstos neste plano diretor;
- III - participar na elaboração e/ou alteração de legislações decorrentes deste plano diretor e outras que dispõem sobre assuntos relacionados com o planejamento e gestão territorial;
- IV - deliberar sobre a utilização dos recursos do fundo municipal de desenvolvimento urbano;
- V - deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração deste plano diretor;
- VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política territorial, antes de seu encaminhamento à câmara Municipal;
- VII - receber, de setores da sociedade, matérias de interesse coletivo relacionadas com o planejamento e gestão territorial e encaminhar para discussões;
- VIII - zelar pela integração das políticas setoriais;
- IX - deliberar sobre as omissões e contradições da legislação que incidem no planejamento e gestão territorial do Município;
- X - convocar, organizar e coordenar as conferências municipais da cidade;
- XI - emitir pareceres sobre os instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor;
- XII - convocar audiências públicas quando achar necessário discutir temas relacionados com o planejamento e gestão territorial;

XIII - propor termos de ajustamento de conduta, quando necessário;

XIV - tratar de assuntos federativos pertinentes à política territorial e propor formas de acordo ao Poder Executivo nos casos de conflitos de interesse;

XV - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XVI - deliberar sobre a permissibilidade dos usos na macrozona de expansão urbana.

Parágrafo único. O poder executivo deve fornecer informações, divulgar documentos oficiais e garantir suporte técnico, infraestrutura e recursos necessários ao pleno funcionamento do conselho da cidade.

Art. 85. O executivo municipal submeterá, anualmente, ao conselho da cidade, relatório de avaliação da política de desenvolvimento territorial e as atividades previstas para o ano seguinte.

Parágrafo único. Após a análise efetuada pelo conselho da cidade, o poder executivo dará publicidade ao relatório de avaliação referido no *caput* deste artigo e o enviará à câmara municipal.

Art. 86. Sendo esta matéria de competência do conselho da cidade fica extinguido quaisquer conselhos que tratem do mesmo assunto ou semelhante.

Seção II

Da Conferência Municipal De Política Urbana

Art. 87. A conferência municipal de política urbana é instância máxima deliberativa do sistema de gestão urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao plano diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Parágrafo único. Pode ocorrer conferência municipal extraordinariamente quando convocadas pelo conselho da cidade ou pelo poder executivo nos seguintes casos:

I - necessidade de alteração do plano diretor em virtude de comprovação técnica de efeitos nocivos aos princípios e valores previstos nesta Lei;

II - alteração de projeto de lei aprovado pelo conselho da cidade.

Art. 88. As conferências municipais da cidade serão abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 89. São objetivos da conferência municipal de política urbana:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;

III - sugerir ao poder executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do conselho da cidade visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - definir uma agenda do município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 90. A conferência municipal de política urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo conselho da cidade, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

§ 2º No regimento da conferência municipal de política urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

II - os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;

III - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

Seção III Das Audiências Públicas

Art. 91. As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do inciso I do § 4º do artigo 40 do Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais poder executivo e o poder legislativo de Tangará;

II - promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

- a) organizações e movimentos populares;
- b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
- c) associações de classe;
- d) fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 92. As audiências públicas são obrigatórias na esfera do poder público municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do plano diretor de desenvolvimento municipal como no processo de sua implantação.

Parágrafo único. A falta de realização de audiências públicas pelo poder público no processo de elaboração do plano diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do plano diretor.

Art. 93. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituído, como principal meio para divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação no diário oficial dos municípios bem como nas redes sociais e oficiais do município.

Art. 94. As audiências públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

Seção IV

Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 95. No âmbito do Município de Tangará, será aplicada a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º do Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

- I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
- II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 96. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao município dispor, em ato administrativo oriundo do poder público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da lei do orçamento municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

Seção V
Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art. 97. Fica criado um Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), formado por recursos provenientes de:

- I - recursos próprios do município;
- II - transferências intergovernamentais;
- III - contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais;
- IV - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- V - empréstimos ou operações de financiamento, internos ou externos;
- VI - acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VII - receitas da utilização de bens públicos, edificações, solo, subsolo;
- VIII - operações urbanas consorciadas;
- IX - valores incluídos nas medidas mitigadoras determinadas por termos de ajustamento ou pelos estudos de impacto de vizinhança;
- X - contribuição de melhoria decorrente de obras públicas realizadas com base no plano diretor;
- XI - percentual da arrecadação de multas oriundas de infrações edilícias e urbanísticas, a ser definido pelo conselho da cidade;
- XII - receitas oriundas da outorga onerosa;
- XIII - receitas oriundas de operações urbanas consorciadas;
- XIV - receitas oriundas da transferência do direito de construir;
- XV - rendas da aplicação financeira dos seus recursos próprios;
- XVI - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei;
- XVII - outras receitas, sejam eventuais, sejam advindas da aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nesta lei complementar.

Art. 98. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU) deverão ser aplicados na consecução das finalidades previstas neste Plano Diretor, especialmente na execução de obras de

infraestrutura urbana.

Art. 99. Demais especificações deverão ser previstas em decreto específico.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 100. Este plano diretor de desenvolvimento municipal deverá ser revisado, pelo menos, a cada dez anos de sua entrada em vigor, na forma prevista nos termos do estatuto da cidade.

Art. 101. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 102. Fica revogada a Lei Complementar 48, de 27 de agosto de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020. "DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E O BEM-ESTAR PÚBLICO - CÓDIGO DE POSTURAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2380585

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.***"DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E O BEM-ESTAR PÚBLICO - CÓDIGO DE POSTURAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais vigentes, faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Código, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos; institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os munícipes, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

Art. 2º Todas as funções referentes à execução desta lei, bem como a aplicação das penalidades nele previstas, serão exercidas por órgãos municipais, cuja competência, para tanto, estiver definida na legislação municipal.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos por analogia às disposições concernentes e não as havendo, pelos princípios gerais de direito.

Art. 4º Fica sujeita a regulamentação pelo presente Código, a forma de utilização de todas as Áreas de Domínio Público e demais espaços de utilização pública (quer pertencentes a entidades públicas ou privadas), ou assim caracterizadas.

Parágrafo único. Disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas nos espaços referidos no caput deste artigo.

Art. 5º Estão sujeitas à regulamentação pelo presente Código, no que couber, edificações e atividades particulares que no seu todo ou parte, interfiram ou participem de alguma forma das relações cotidianas do meio urbano.

Seção I
Da Competência

Art. 6º Ao Chefe do Poder Executivo e em geral aos servidores municipais, incumbe zelar pela observância dos preceitos desta lei.

Art. 7º Esta lei não compreende as infrações previstas no Código Penal e outras leis federais e estaduais, bem como a legislação sanitária em vigor no país.

Seção II Dos Objetivos

Art. 8º As disposições sobre as normas arquitetônicas e urbanísticas, contidas neste Código e complementares às Leis do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e Código de Edificações, visam assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município.

Art. 9º As disposições sobre as normas de utilização dos espaços a que se refere o artigo 4º deste capítulo, e do exercício das atividades comerciais, de serviço e industriais, visam:

- I - garantir o respeito às relações sociais e culturais, específicas da região;
- II - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;
- III - promover a segurança e harmonia entre os munícipes.

Capítulo II DA HIGIENE PÚBLICA

Seção I Das Vias E Logradouros Públicos

Art. 10. É dever do Município zelar pela higiene pública em todo o seu território, de acordo com as disposições deste Capítulo, da legislação municipal complementar específica e as demais normas estaduais e federais.

Parágrafo único. A higiene pública objetiva proteger a saúde e a segurança dos cidadãos do município de tangará.

Art. 11. As vias e logradouros públicos urbanos do Município de Tangará devem ser utilizados para o fim básico a que se destinam, respeitadas as limitações e restrições prescritas nesta lei.

Art. 12. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, salvo nos casos previstos na presente lei e desde que antecipadamente autorizado pela Municipalidade ou órgão competente afim:

- I - abrir ruas, travessas ou praças sem prévio alinhamento e nivelamento fornecido pela municipalidade;
- II - deixar em mau estado de conservação as calçadas e passeios fronteiros, paredes frontais das edificações e dos muros que fazem frente para as vias públicas;
- III - Danificar ou alterar de qualquer modo, calçamento, passeios, calçadas e meio-fio;

- IV - Danificar por qualquer modo, postes, fios e instalações de energia elétrica, televisão a cabo, fibra ótica, dados, telefone, antenas de televisão nas zonas urbanas e rurais;
- V - deixar de remover os restos de entulhos resultantes de construção e reconstrução, bem como de podas de jardins e cortes de árvores;
- VI - deixar nas ruas, praças, travessas ou logradouros públicos, águas servidas e quaisquer detritos prejudiciais ao asseio e à higiene pública;
- VII - estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos;
- VIII - colocar quaisquer elementos que impeçam ou dificultem a acessibilidade em ruas, estradas e caminhos públicos;
- IX - Danificar por qualquer forma, as ruas, estradas de rodagem e caminhos públicos;
- X - embaraçar ou impedir por qualquer meio, a acessibilidade de pedestres ou veículos nas vias, praças, passeios e logradouros públicos;
- XI - impedir que se façam escoadouros de águas pluviais por dentro de propriedades marginais das estradas e caminhos públicos, desde que devidamente tubulados;
- XII - manter terrenos, baldios ou não, com detritos ou vegetação nociva à saúde, segurança pública ou de terceiros;
- XIII - fazer escoar águas servidas das residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou de qualquer outra natureza, para as vias ou logradouros públicos;
- XIV - lançar na rede de drenagem as águas servidas ou esgotos, sem que tenham passado por sistema de tratamento de efluentes domésticos, cujo projeto deverá ser aprovado por órgão competente do Município, e atender às normas técnicas e legislação pertinentes;
- XV - conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais, objetos, produtos ou animais que resultem ou não na sua queda ou derramamento, comprometendo a segurança, estética e asseio das vias e logradouros públicos, bem como a arborização pública;
- XVI - queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nocivos à saúde;
- XVII - fazer varredura de lixo do interior dos passeios, terrenos, residências, estabelecimentos comerciais, industriais, veículos ou de qualquer outra natureza, para as vias públicas ou bocas-de-lobo;
- XVIII - lavar animais ou veículos em rios, vias, passeios, praças ou outros logradouros públicos;
- XIX - sacudir ou bater tapetes, capachos ou quaisquer outras peças nas janelas ou portas que abrem diretamente para as vias públicas;
- XX - atirar qualquer detrito ou impureza através de janelas, portas, aberturas e do interior de veículos para as vias e logradouros;

XXI - utilizar peitoris, escadas, saliências, terraços, balcões, etc. com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes;

XXII - reformar ou pintar veículos nas vias e logradouros públicos;

XXIII - depositar entulhos ou detritos de qualquer natureza nos logradouros públicos;

XXIV - impedir, dificultar ou prejudicar o livre escoamento das águas pluviais e servidas pelos canos, tubos, valas, sarjetas, ou canais dos logradouros públicos, desviando ou destruindo tais servidões;

XXV - comprometer, por qualquer forma, as águas destinadas ao consumo público ou particular;

XXVI - alterar a coloração e materiais dos passeios dos logradouros públicos, conforme determinado para o local;

XXVII- lavar roupa ou animais e banhar-se em logradouros públicos e em chafarizes, fontes e torneiras, situados nos mesmos;

XXVIII - deixar goteiras provenientes de condicionadores de ar nos passeios, vias e logradouros públicos.

§ 1º Compreende-se na proibição deste artigo o depósito de qualquer material, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 2º As autorizações previstas no caput deste artigo deverão ser requeridas pelos interessados, acompanhadas de uma descrição ou croqui do ato a ser praticado e de sua finalidade.

§ 3º No caso de obstrução de galeria de águas pluviais, ocasionado por obra particular de qualquer natureza, o Município providenciará a limpeza da referida galeria correndo todo o ônus por conta do proprietário do imóvel, obedecido o disposto em lei.

Art. 13. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos serão executados direta ou indiretamente pelo Município, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 14. É proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.

Art. 15. Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

I - consentir o escoamento de águas servidas das residências para as ruas;

II - consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;

III - queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

Art. 16. O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico ou vasilhas apropriadas servidas de tampa, separadamente quando houver coleta seletiva, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Art. 17. É proibido lançar nas vias públicas, nos terrenos sem edificações ou nas várzeas, lixo de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos ou qualquer material que possa causar incômodo à população ou prejudicar a estética da cidade, bem como queimar, dentro do perímetro urbano, qualquer substância nociva à população.

Parágrafo único. Aplicam-se estas medidas nas áreas situadas à montante e a jusante dos cursos d'água que passam dentro do perímetro urbano.

Art. 18. Não é permitido, dentro do perímetro urbano, a instalação de estrumeiras ou depósito de estrume animal.

Art. 19. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais determinarem.

Art. 20. Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados palcos, ou palanques provisórios ou estruturas específicas nos logradouros públicos, desde que solicitado ao Município a autorização de sua localização.

Parágrafo único. Para a autorização do disposto neste artigo deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) aprovado pelo Município quanto à sua localização;
- b) não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, vegetação e outros bens públicos correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos porventura verificados;
- c) serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento das festividades;
- d) não perturbar o trânsito público;
- e) sejam aprovados previamente pelo órgão sanitário competente;
- f) responsabilizar-se pela limpeza do local utilizado.

Art. 21. Nas construções e demolições não será permitido, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

Art. 22. As interrupções totais ou parciais de trânsito, provenientes da execução de obras na via pública ou qualquer solicitação de alteração temporária de trânsito, só serão possíveis mediante autorização expressa do órgão municipal responsável pelo trânsito.

§1º Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização adequada, conforme determinações próprias do órgão municipal competente e normas do Conselho Nacional de Trânsito.

§2º Ficando a via pública impedida por depósito de materiais ou queda de edificação, muro, cerca, desmoronamento ou árvore localizada em imóvel particular, as ações para o desembaraço da via, no prazo de vinte e quatro horas, serão de responsabilidade do proprietário, mesmo que a causa tenha sido fortuita ou de força maior, sob pena do Município fazê-lo às expensas do proprietário.

Art. 23. É proibido, nos logradouros públicos:

- I - danificar ou retirar placas e outros meios de sinalização;

II - pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização do Município;

III - inserir quebra-molas, redutores de velocidades ou quaisquer objetos afins, no leito das vias públicas, sem autorização prévia do Município;

IV - lavar veículos;

V - estacionar trailer, reboque ou qualquer outro veículo que caracterize venda ambulante.

Art. 24. Para a utilização das vias públicas por caçambas destinadas à remoção de materiais ou entulhos, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - somente ocupar área de estacionamento permitido;

II - ser depositadas, rente ao meio-fio, na sua maior dimensão;

III - estar pintadas com tinta ou película refletiva;

IV - observar a distância mínima de dez metros das esquinas;

V - não permanecer estacionadas por mais de quinze dias, salvo autorização especial expedida pelo órgão de trânsito municipal ouvido o conselho da cidade.

Parágrafo único. Para utilização de caçambas nas vias públicas localizadas na área central, devem ser atendidas as determinações estabelecidas pelo órgão municipal de trânsito.

Art. 25. É proibido nos passeios:

I- conduzir, trafegar ou estacionar veículos de qualquer espécie;

II- conduzir, trafegar ou estacionar animais de tração ou montaria;

III- trafegar com bicicletas, skates, patins ou similares, a não ser quando existir ciclofaixa para tal.

Art. 26. Excetua-se do disposto no artigo 25 desta lei:

I- do inciso II, quando se tratar de animais da Polícia Montada;

II- do inciso III, quando se tratar de trecho sobre passeio incluído no projeto cicloviário.

Art. 27. O veículo encontrado em estado de abandono em quaisquer vias ou logradouros públicos será apreendido e transportado ao depósito municipal ou da Polícia Militar, respondendo seu proprietário pelas respectivas despesas, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Seção II

Do Mobiliário E Equipamento Urbano

Art. 28. A instalação de mobiliário ou equipamentos urbanos em logradouros públicos, reger-se-á por esta lei, obedecidos aos critérios de localização e usos aplicáveis a cada caso, e só será permitido quando não acarretar:

- I - prejuízo a circulação de veículos e pedestres ou ao acesso de bombeiros e serviços de emergência;
- II - interferência no aspecto visual e no acesso às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural;
- III - interferência em toda extensão da testada de escolas, templos de culto, prédios públicos e hospitais;
- IV - interferência nas redes de serviços públicos;
- V - obstrução ou diminuição do panorama significativo ou eliminação de mirante;
- VI - redução de espaços abertos, importantes para paisagismo, recreação pública ou eventos sociais e políticos;
- VII - prejuízo à escala, ao ambiente e as características naturais do entorno.

Art. 29. A instalação de equipamento, além das condições exigidas no artigo anterior, pressupõe:

- I - diretrizes de planejamento da área ou projeto existente de ocupação;
- II - características do comércio existente no entorno;
- III - diretrizes de zoneamento e uso do solo;
- IV - riscos para o equipamento.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos em parques, praças, largos e jardins públicos, depende da anuência prévia da Municipalidade.

Art. 30. Os padrões para o equipamento serão estabelecidos em projetos do órgão de planejamento competente.

Art. 31. A ocupação do logradouro público com mesas e cadeiras poderá ser permitida, em caráter provisório, através de autorização expressa do poder público, desde que, satisfeitas as seguintes condições:

- I - preservem uma faixa livre para o trânsito público, não inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- II - corresponderem, apenas, às testadas dos estabelecimentos comerciais para os quais forem licenciados;

Parágrafo único. O pedido de licença será acompanhado de uma planta ou desenho cotado, indicando a testada do imóvel, a largura do passeio, o número e a disposição das mesas e cadeiras, bem como de uma declaração do proprietário ou responsável legal sobre o fluxo, metodologia empregada e tipo de gênero alimentício envolvido, quando for o caso.

Art. 32. Através de requerimento a Municipalidade, poderão ser permitidos nos logradouros públicos, a instalação de relógios, estátuas, fontes e qualquer monumento, se comprovado o seu valor artístico ou cívico a juízo da Municipalidade, da qual dependerá a aprovação do local para instalação dos mesmos.

§ 1º Os relógios colocados nos logradouros públicos ou em qualquer ponto exterior de edifícios, serão obrigatoriamente mantidos em perfeito estado de funcionamento e precisão horária pelo requerente.

§ 2º As fontes ou similares de que trata este artigo serão obrigatoriamente mantidas em perfeitas condições materiais e sanitárias pelo requerente, de modo a não causar risco a saúde da população.

Art. 33. As infrações dos dispositivos constantes deste capítulo serão punidas com multa de 1.300 UFRMs, elevadas em 20% (vinte por cento) nas reincidências, sem prejuízos das responsabilidades criminal e civil cabíveis.

Seção III Das Calçadas E Passeios

Art. 34. Calçada é à parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação do mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros. Passeio é à parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres.

Art. 35. As calçadas públicas são de responsabilidade exclusiva dos proprietários, possuidores do domínio útil ou a qualquer título, de imóveis, no tocante a sua construção, restauração, conservação e limpeza, observando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 36. Em relação às calçadas públicas, é expressamente proibido:

- I - depositar lixo ou detritos sólidos e líquidos de qualquer natureza;
- II - o revestimento das calçadas formando superfície inteiramente lisa, ou com desnível que possa produzir escorregamento ou queda;
- III - qualquer tipo de letreiro ou anúncio de caráter permanente ou não no piso das calçadas dos logradouros públicos;
- IV - escoar rejeitos e dejetos líquidos de qualquer natureza;
- V - transitar com qualquer tipo de meio de transporte, exceto carrinhos de crianças e cadeiras de rodas, ou que ajudem na locomoção das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- VI - conduzir pelas calçadas, volumes de grande porte, que possam embarçar o trânsito de pedestres;
- VII - estacionar temporária ou permanentemente qualquer tipo de meio de transporte;
- VIII - depositar materiais ou entulhos provenientes de construções sem o uso de acondicionantes e protetores adequados (tapumes) e autorização prévia e por escrito da municipalidade;
- IX - executar qualquer benfeitoria ou modificação nas calçadas que impliquem na alteração de sua estrutura normal, sem prévia autorização por escrito, da municipalidade;

X - implantar ou instalar equipamentos que possam afetar prejudicialmente a espacialidade horizontal e vertical e a circulação natural de transeuntes, observando-se no caso dos equipamentos de ar condicionado, colocados em cima das marquises, e na ausência delas, em altura não inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e a obrigatoria adoção de dutos para condução de água ao solo;

XI - instalar nas fachadas dos prédios e edificações, elementos que coloquem em risco a integridade física dos transeuntes;

XII - preparar materiais para a construção de obra, na calçada pública;

XIII - lavar veículos ou outros equipamentos nas calçadas públicas;

XIV - executar qualquer tipo de obra, para a implantação de infraestrutura ou serviço de utilidade pública sem a prévia autorização por escrito da Municipalidade;

XV - colocar mesas e cadeiras para atendimento ao público, sem autorização prévia da municipalidade.

Art. 37. As calçadas deverão apresentar uma declividade de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 38. Nas calçadas públicas podem ser instalados equipamentos temporários ou permanentes, para a coleta de lixo, contanto que obedeçam as normas e padrões da Municipalidade.

Art. 39. Os proprietários são obrigados a manter as calçadas permanentemente em bom estado de conservação, sendo expedidas a juízo do setor competente, as intimações necessárias aos respectivos proprietários, para consertos ou para reconstrução dos mesmos.

Parágrafo único. Caberá à Municipalidade o conserto ou reconstrução das calçadas, quando forem por ela danificados, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 40. As canalizações para escoamento das águas pluviais dos lotes ou edificações passarão sob as calçadas.

Parágrafo único. Quando se tornar necessário fazer escavação nas calçadas dos logradouros, para assentamento de canalização, galerias, instalações de subsolo ou qualquer outro serviço, a reposição do revestimento das calçadas deverá ser feita de maneira a não resultarem remendos, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas aos responsáveis pelas escavações.

Art. 41. Se intimados pela Municipalidade a executar o fechamento de terrenos, a manutenção e a construção de calçada, outras obras necessárias ou serviços, os proprietários que não atenderem a intimação, no prazo de trinta dias, ficarão sujeitos a pagar, o valor do mercado dos serviços efetuados pela municipalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se do pagamento da taxa adicional relativa à administração, os proprietários cuja renda familiar não ultrapassem a três salários mínimos e sejam proprietários de um único imóvel.

Art. 42. Quando, em virtude dos serviços de calçamento executados pela municipalidade em logradouro situado em qualquer das zonas da cidade, em que forem alterados o nível ou largura das calçadas, cujos serviços já tenham sido realizados sem que a Municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento

anterior, competirá, aos proprietários a reposição destas calçadas em bom estado, de acordo com a nova posição dos meios-fios.

Parágrafo único. Caso a municipalidade tenha fornecido a cota e o alinhamento anteriormente e tenha modificado o projeto inicial, competirá à mesma a reposição destas calçadas em bom estado de acordo com o novo projeto.

Art. 43. Em logradouro dotado de calçada de 3,00m (três metros) ou mais, de largura, será obrigatória a construção de passeio livre para uso exclusivo de pedestres de no mínimo 2,00 m (dois metros), sendo que na faixa de calçadas restante deverá ser decorada e/ou ajardinada, segundo projeto aprovado para cada logradouro.

Art. 44. Não poderão ser feitas rampas de acesso nos passeios dos logradouros destinadas à entrada de veículos.

Parágrafo único. Tendo em vista a natureza dos veículos que tenham de trafegar sobre a calçada, a Municipalidade indicará, no alvará de licença a ser concedido, a espécie de calçamento que neles deva ser adotado, bem como a faixa das calçadas destinadas a esse tráfego de veículos.

Art. 45. O rampeamento das soleiras e o rebaixamento do meio-fio são obrigatórios sempre que tiver entrada de veículos nos terrenos ou prédios com travessia de calçada de logradouro, sendo proibida a colocação de cunhas ou rampas de madeira ou de outros materiais fixos ou móveis, nas sarjetas ou sobre a calçada, junto às soleiras de alinhamento para o acesso de veículos.

Art. 46. As intimações para correção dos rampeamentos objetivando obedecer a este capítulo, quando necessárias, deverão ser cumpridas no prazo improrrogável de trinta dias.

Seção IV

Do Fechamento E Conservação De Terrenos No Alinhamento

Art. 47. Os terrenos não construídos, na zona urbana, com testada para logradouro público, loteados ou não, serão obrigatoriamente fechados no alinhamento com muro em alvenaria, pedra, concreto ou similar, com altura mínima de trinta centímetros ou a altura necessária a contenção de terra ou vegetação, e mantidos limpos e drenados, desde que o logradouro público seja pavimentado.

Parágrafo único. A utilização de outros materiais para o fechamento, não citados neste artigo, deverá ser submetida à aprovação da Municipalidade.

Art. 48. O fechamento dos terrenos não construídos na zona suburbana e rural poderá ser exigido pela Municipalidade, quando assim julgar conveniente, sendo permitido o emprego de muro, cerca de madeira, cerca de arame liso, tela ou cerca viva.

Art. 49. Para fechamento de terrenos, não será permitido o emprego de plantas com espinhos, ou de qualquer solução que coloque em risco a saúde e o bem estar.

Art. 50. Os terrenos não construídos dentro do perímetro urbano deverão ser mantidos limpos, capinados e drenados.

Art. 51. Os terrenos pantanosos ou alagados, situados nas zonas urbanas, serão drenados pelos respectivos proprietários, quando intimados pela Municipalidade.

Parágrafo único. O responsável pelo local em que forem encontrados focos ou viveiros de insetos e animais nocivos ficam obrigados à execução de medidas para a sua extinção, além da notificação ao órgão local competente.

Art. 52. É proibido colocar cacos de vidro, arames farpados e cercas elétricas, nos muros frontais, laterais e fundos.

Parágrafo único. Os proprietários que tenham colocado materiais especificados no caput deste artigo, antes da vigência desta lei complementar, têm prazo de 90 (noventa) dias para retirá-los, sob pena de incidirem nas sanções cabíveis.

Seção V Dos Terrenos Baldios

Art. 53. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

Art. 54. O descumprimento das obrigações de que trata o artigo anterior, importará em:

I - intimação para que o proprietário do imóvel ou seu responsável legal execute a limpeza do terreno;

II - execução dos serviços de limpeza pela Municipalidade, se o intimado não realizar a limpeza do terreno no prazo determinado na intimação, ficando sujeito os proprietários ou responsáveis do terreno a pagar o valor de mercado dos serviços efetuados, acrescidos das taxas e despesas administrativas e multas.

Art. 55. Compete a Municipalidade:

I - fiscalizar, controlar, notificar e aplicar as penalidades;

II - executar ou contratar a limpeza do terreno no caso previsto no item II do artigo 54 desta lei.

Art. 56. O proprietário ou responsável infrator terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia de conclusão da limpeza do terreno, para recolher o valor devido.

Parágrafo único. Terminado o prazo previsto neste artigo, o proprietário ou responsável pelo terreno terá seu débito inscrito em dívida ativa.

Seção VI Das Edificações

Art. 57. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na macrozona urbana consolidada.

Art. 58. Os reservatórios de água deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- a) vedação total que evite o acesso de substâncias que possam contaminar a água;
- b) facilidade de sua inspeção;
- c) tampa removível;
- d) outras exigências do código de obras vigente.

Art. 59. Nos conjuntos de apartamentos e prédios de habitação coletiva é proibida a instalação de dutos para a coleta de lixo, quer sejam coletivos ou individuais.

Art. 60. As chaminés, de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 61. É proibido consumo de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos, narguilés ou quaisquer outros produtos fumígenos, em consonância com a Lei 9.264 de 15 de julho de 1996 que regulamenta sobre as restrições nos locais.

Seção VII Da Preservação Do Meio Ambiente

Art. 62. No interesse do controle da poluição do ar e da água, o Município exigirá parecer técnico da FATMA, sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 63. É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva do Município, obedecidas às disposições do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo único. Para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato plantio da mesma ou de nova árvore em ponto cujo afastamento seja menor possível da antiga posição.

Art. 64. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos e fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Art. 65. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

§ 1º O interessado deverá obter das autoridades municipais a autorização antecipadamente;

§ 2º A autorização não inibe a responsabilidade do requerente quanto ao controle e medidas de precaução para evitar a propagação do fogo.

Art. 66. A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhados ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:

I - preparar aceiros de no mínimo 7,0m (sete metros) de largura;

II - mandar aviso aos confrontantes, com antecedência mínima de doze horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 67. A derrubada de mata dependerá de licença do município, observadas as restrições constantes do Código Florestal Brasileiro e lei de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Art. 68. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 69. O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais e estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção.

Seção VIII Da Higiene Da Alimentação

Art. 70. O Município exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, destinadas ao preparo e consumo alimentar, excetuados os medicamentos.

Art. 71. Não será permitida a produção, exposição ou vendas de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelos funcionários encarregados pela fiscalização e removidos para local destinado a inutilização das mesmas.

§ 1º A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 72. Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I - o estabelecimento que possuir exposição de frutas, legumes, verduras e/ou hortaliças, serão colocados sobre mesas e estantes de superfície impermeável, afastadas um metro, no mínimo, das portas externas;

II - as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente;

III - os alimentos que independam de cozimento deverão ser depositados em recipientes fechados que evitem o acesso de impurezas e insetos.

Art. 73. É proibido ter em depósito ou expostos à venda:

I - aves doentes;

II - legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 74. Toda a água que tenha de servir para a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não venha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 75. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 76. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste código, que lhes são aplicáveis, deverão ainda observar o seguinte:

I - zelarem para que os gêneros alimentícios não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentarem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e apreensão das referidas mercadorias, que serão inutilizadas;

II - ter carrinhos para perfeito acondicionamento;

III - ter os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;

IV - manter-se rigorosamente asseados.

§ 1º Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.

§ 2º Ao vendedor ambulante de gêneros alimentícios de ingestão imediata é proibido tocá-los com as mãos, sob pena de multa, sendo a proibição extensiva à freguesia.

§ 3º Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda, ou em pontos vedados pela Saúde Pública.

Art. 77. A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só será permitida em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pelo Município, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e apreensão de mercadorias.

§ 1º É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente, e sempre, as tampas das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios, poderá ser feita em vasilhas abertas.

§ 3º É obrigatório o selo com informações de data de fabricação/validade e ingredientes utilizados.

Art. 78. Na infração de qualquer artigo dessa seção, será imposta multa correspondente 50 a 100 % do valor de referência fiscal da municipalidade.

Seção IX
Da Higiene Dos Estabelecimentos

Art. 79. Os hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres, deverão observar as seguintes prescrições:

I - a lavagem da louça e talheres deverá ser feita com água corrente não sendo permitida sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II - a higienização da louça e talheres deverá ser feita com detergente ou sabão e água fervente em seguida;

III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV - a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e às moscas;

V - os utensílios de copa e cozinha, os copos, as louças, talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;

VI - as mesas e os balcões deverão possuir tampas impermeáveis;

VII - nos salões de consumo, não será permitido o depósito de caixas de qualquer material estranho às suas finalidades.

§ 1º Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se nesta proibição os descartáveis.

§ 2º Os estabelecimentos a que se refere este artigo são obrigados a manter seus empregados e garçons observando os devidos cuidados de higiene pessoal, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 80. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros e estabelecimentos congêneres é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco rigorosamente limpo.

Art. 81. As toalhas ou panos que recobrem o encosto das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento.

Art. 82. Os instrumentos de trabalho, logo após sua utilização deverão ser mergulhados em solução anti- séptica e lavados em água corrente.

Art. 83. As casas de carnes e peixarias deverão atender às seguintes condições:

I - ter balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou fórmica;

II - tampos e balcões deverão obedecer aos critérios de higiene determinados pela Anvisa.

III - utilizar utensílios de manipulação, ferramentas ou instrumentos de corte feitos de material apropriado e conservados em rigoroso estado de limpeza;

- IV - não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial;
- V - os móveis de madeira devem ter revestimento impermeável;
- VI - manter o estabelecimento em perfeito estado de asseio e limpeza;
- VII - os funcionários devem usar aventais, gorros brancos e luvas;
- VIII - manter coletores de lixo e resíduos com tampa a prova de moscas e roedores;
- IX - vender apenas carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionados e carimbados;
- X - os estabelecimentos devem manter um funcionário exclusivo para o caixa.

Art. 84. Nos estabelecimentos tratados nesta seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

- I - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

Art. 85. Os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, da modalidade de panificadoras, lancherias e/ou confeitarias e similares, devem observar no mínimo, o seguinte:

- I - piso revestido por material lavável, impermeável, resistente e não corrosível;
- II - paredes de material resistente, lavável, impermeável, não corrosível;
- III - as salas de manipulação devem ter aberturas (portas e janelas) teladas;
- IV - as chaminés devem ficar no mínimo 5,00 m (cinco metros) acima da cumeeira;
- V - os fornos não devem produzir fumaça aos compartimentos de trabalho;
- VI - não se permite construção alguma sobre fornos, a não ser a cobertura para protegê-los;
- VII - ter depósito ou local diferenciado, adequado para armazenamento de combustível, nos estabelecimentos que lidam com carvão, lenha, gás e similares;
- VIII - ter depósito especial para farinhas, açúcar e outros, com pisos e paredes impermeabilizadas e protegidas de insetos e animais, com telas, estrados e aberturas especiais;
- IX - é obrigatório o emprego de amassadeiras mecânicas;
- X - a secagem dos produtos será levada a efeito em ambiente e equipamento adequado e protegido;
- XI - o preparo das massas, doces, salgados e demais produtos, será, realizado por processo mecânico, evitando o uso das mãos;
- XII - todos os aparelhos e utensílios de trabalho serão de material inoxidável e de fácil limpeza;
- XIII - os equipamentos estarão sempre em boas condições de higiene;

XIV - o produto pronto para uso deve ficar abrigado de contaminação exterior;

XV - as embalagens a serem utilizadas devem estar protegidas da poeira, insetos, animais e serem registradas no órgão competente;

XVI - é obrigatório o uso de estilete inoxidável, não se permitindo, em hipótese alguma, o emprego de qualquer outro material, sobretudo os comumente encontrados, rústicos, perigosos e sem higiene;

XVII - só é permitido o uso de aditivos intencionais previstos na legislação sanitária federal;

XVIII - a manipulação dos produtos prontos para o consumo, na impossibilidade do uso de pegadores de inox, será feita com as mãos protegidas por luvas de material aprovado pelo órgão competente.

Art. 86. Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições em geral desta lei e das legislações federal e estadual específicas, que lhes forem aplicáveis é obrigatório no mínimo:

I - a existência de depósito para roupa servida;

II - a existência de uma lavanderia com água quente com instalação de esterilizador;

III - a esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;

IV - a desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;

V - a instalação de necrotério;

VII - processo especial para eliminação de lixo hospitalar;

VIII - a manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseada e em condições de completa higiene.

Art. 87. Na infração de qualquer dispositivo desta seção, será imposta a multa de 800 UFRMs.

Capítulo III DO BEM ESTAR PÚBLICO

Art. 88. É expressamente proibido perturbar o sossego público ou particular com ruídos ou sons excessivos.

Parágrafo único. O município estabelecerá, para cada atividade que pela sua característica produza ruídos excessivos, horários e localização permitida, tendo em conta o disposto neste código relativo à matéria e demais Leis Federais, Estaduais e Municipais pertinentes.

Art. 89. É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta lei.

§ 1º As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem-estar público.

§ 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

- a) som: é toda e qualquer vibração acústica capaz de provocar sensações auditivas;
- b) poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança, ao sossego e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;
- c) ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;
- d) ruído impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;
- e) ruído contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação;
- f) ruído intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais;
- g) ruído de fundo: todo e qualquer som que seja emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;
- h) distúrbio sonoro e distúrbio por vibrações: significa qualquer ruído ou vibração que:
 - h.1) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público;
 - h.2) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
 - h.3) possa ser considerado incômodo;
 - h.4) ultrapasse os níveis fixados nesta lei.
- i) nível equivalente (LEQ): o nível médio de energia do ruído encontrado integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;
- j) decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som;
- k) níveis de som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação A, definido na norma NBR 10.151 - ABNT;
- l) zona sensível a ruído ou zona de silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 100,00m (cem metros) de distância de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos;
- m) limite real da propriedade: aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;
- n) serviço de construção civil: qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação ou de uma estrutura ou de um terreno;
- o) centrais de serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;
- p) vibração: movimentos oscilatórios, transmitidos pelo solo ou uma estrutura qualquer.

§ 3º Para fins de aplicação desta seção ficam definidos os seguintes horários:

- a) diurno: compreendido entre as 7 horas a 19 horas;
- b) vespertino: compreendido entre as 19 horas a 22 horas;
- c) noturno: compreendido entre as 22 horas a 7 horas.

Art. 90. Os níveis de intensidade de sons ou ruídos fixados por esta lei, bem como o nível equivalente e o método utilizado para a medição e avaliação, obedecerão as orientações das Resoluções CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, e as recomendações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 91. A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos e os

produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas respectivamente pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo Ministério do Trabalho e pelo Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do Contran.

Parágrafo único. No tocante à emissão de ruídos emitidos por veículos automotores, decorrentes do escapamento, descarga ou buzina, aplica-se, no que couber as resoluções, normas do CONAMA e do Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 92. As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora classificadas como Incômodas (I), Nocivas (NO) ou Perigosas (PE), dependem de prévia autorização da Municipalidade, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 93. Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixa ou móvel, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais serão analisados e autorizados pela Municipalidade.

Parágrafo único. Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva C do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00m (sete metros) da origem do som, salvo casos especiais devidamente analisados e autorizados pela Municipalidade.

Art. 94. Os serviços de alto-falantes externos em veículos ficam sujeitos à concessão de alvará pela municipalidade, e ao pagamento do tributo respectivo, desde que atendam aos seguintes princípios:

I - estejam os equipamentos de reprodução de som calibrados pelo decibelímetro da municipalidade;

II - respeitem como limite máximo, o índice de ruído de 70 (setenta) decibéis;

III - limitem suas atividades, de segunda a sábado, das 08h30 às 12 horas e das 13h30 às 18 horas;

IV - atendam a proibição da veiculação do serviço de som num raio de 200,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 95. Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro de três minutos a cinco minutos.

Art. 96. Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

I - por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares usados nas propagandas eleitorais e política e nas manifestações coletivas, desde que ocorram somente no período diurno e seja autorizado nos termos desta lei;

II - por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - por fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;

V - por explosivos utilizados no rebentamento de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno, não sendo permitido nos domingos e feriados e previamente autorizados pelo órgão

competente;

VI - por alarmes sonoros de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue, respectivamente, por mais de cinco minutos;

Art. 97. Por ocasião das comemorações de Natal, Ano Novo, aniversário do Município e em eventos considerados especiais, serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta lei, devendo ser autorizadas e fiscalizadas pela Municipalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou perigo iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, esgoto e sistema viário.

Art. 98. Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadoras de poluição sonora deverão requerer a Municipalidade a certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

I - tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;

II - zona e categoria de uso do local;

III - horário de funcionamento do estabelecimento;

IV - capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;

V - níveis máximos de ruídos permitidos;

VI - laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea;

VII - descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;

VIII - declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Parágrafo único. A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 99. O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de dois anos, expirando nos seguintes casos:

I - mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;

II - mudança da razão social;

III - alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;

IV - qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;

V - qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

§ 2º A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§ 3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

§ 4º A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto à Municipalidade, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 100. Os técnicos ou fiscais dos órgãos competentes, no exercício da ação fiscalizadora, terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário, devendo se apresentar devidamente credenciados e após a vistoria fornecer cópia ao proprietário do laudo emitido.

§ 1º A Municipalidade deverá celebrar Convênio, ou outra forma de cooperação, com o Estado, a União e seus órgãos, e universidades, visando legitimar as ações objeto desta lei.

§ 2º Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais poderão solicitar auxílio às autoridades competentes para a execução da medida ordenada.

Art. 101. A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

- I - Notificação por escrito;
- II - multa simples ou diária;
- III - embargo da obra;
- IV - interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;
- V - cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;
- VI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
- VII - paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo, poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor original.

Art. 102. Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, conforme o Anexo I, e assim definidas:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II - graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;

III - gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 103. A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I - nas infrações leves, de 120 a 800 UFRMs

II - nas infrações graves, de 801 a 1600 UFRMs;

III - nas infrações gravíssimas, de 1601 a 2400 UFRMs.

Art. 104. Para imposição da pena e graduação da multa, a municipalidade deverá observar o princípio do contraditório, concedendo ao infrator a ampla defesa dos seus direitos e interesses, e também:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde ambiental e o meio ambiente;

III - a natureza da infração e suas consequências;

IV - o porte do empreendimento;

V - os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.

Art. 105. São circunstâncias atenuantes:

I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;

III - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 106. São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II - ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 107. Na aplicação das normas estabelecidas por esta lei, compete à municipalidade:

I - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - aplicar sanções e interdições, parciais ou totais, previstas na legislação vigente;

III - organizar programas de educação e conscientização no que tange:

a) as causas, efeitos e métodos gerais de atenuação e controle de ruídos e vibrações;

b) aos esclarecimentos das ações proibidas por esta lei e os procedimentos para o relato das violações;

Parágrafo único. A presente lei se subordinará à legislação federal e estadual sobre os níveis de ruídos admissíveis, aplicando as normas mais restritivas.

Art. 108. A municipalidade, disponibilizará infraestrutura necessária para o cumprimento desta lei.

art. 109. as pessoas físicas ou jurídicas que estejam em desacordo com as disposições desta seção terão prazo para adaptar-se as suas exigências conforme segue:

I - até 180 (cento e oitenta) dias para iniciar os trabalhos de adaptação, com o projeto devidamente protocolado no Município;

II - até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ano para estar completamente adaptado a esta lei.

Seção I

Dos Divertimentos Públicos

Art. 110. Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que se realizam nas vias e logradouros públicos ou em recintos fechados, de livre acesso ao público, mediante o pagamento ou não de ingresso.

Art. 111. Nenhum evento, divertimento ou festejo de caráter público, como espetáculos, bailes, festas públicas e outros poderá ser realizado sem licença prévia da prefeitura.

Parágrafo único. O requerimento de licença de funcionamento, para eventos públicos temporários ou permanentes, deveram ser solicitados na Prefeitura com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis e será instruído com as provas de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício e procedida a vistoria policial e do Corpo de Bombeiros, sendo necessária a emissão do laudo próprio dos mesmos.

Art. 112. Não serão fornecidas licenças para a realização de diversões, jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 300,00m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde, escolas e asilos.

Art. 113. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo código de edificações vigente:

I - os locais de divertimentos públicos serão mantidos higienicamente limpos;

- II - as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livre de móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
- III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
- IV - os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
- V - deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;
- VI - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas por cortinas.
- VII - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis de fácil acesso.

Parágrafo único. Estarão sujeitas ainda às normas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar ou Civil, relativas à segurança nesses recintos.

Art. 114. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 115. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa marcada.

§ 1º Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entrada.

Art. 116. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se após trinta minutos da hora marcada, ressalvados os casos motivados por questões de segurança.

Art. 117. Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente a lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculo.

Art. 118. A armação de circos de panos ou parques de diversões só será permitida em locais previamente estabelecidos pelo Município.

§ 1º A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a trinta dias, podendo ser renovado por igual período.

§ 2º Os circos e parques de diversão embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades de Município.

Art. 119 As infrações deste capítulo serão punidas com penas de multa de 500 UFRMs e acrescidas em 20% (vinte por cento) quando reincidente, além das responsabilidades civil e criminal que couberem.

Seção II

Da Propaganda Em Geral

Art. 120. A exploração dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos depende de licença do Município e do pagamento do tributo ou preço respectivo.

§ 1º Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares, sejam visíveis de lugares públicos;

§ 2º Estão isentos de tributos as placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 121. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I - pela sua natureza provoquem aglomeração prejudicial ao trânsito público;

II - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

III - que em sua mensagem firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 122. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança. Os requerentes são responsáveis por danos causados a terceiros em caso de qualquer tipo de acidente, ou ação da natureza.

Art. 123. Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste capítulo, poderão ser apreendidos pelo Município até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento de multa prevista nesta Lei.

Art. 124. A propaganda falada em lugares públicos por meio de ampliadores de som, autofalantes e propagandistas, esta igualmente sujeita à prévia licença, e ao pagamento de tributo ou preço respectivo.

Art. 125. A retirada de propaganda eleitoral, afixada é de responsabilidade dos diretórios e comitês municipais, dentro de um prazo máximo de trinta dias contados a partir do dia da eleição, ou na forma que a lei eleitoral vier a estabelecer.

Art. 126. As infrações previstas neste capítulo serão punidas com multa de 500 UFRMs, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Art. 127. As demais regulamentações referentes a infrações e permissões de publicidade e propaganda serão regulamentadas em legislação específica.

Seção III

Das Medidas Referentes Aos Animais

Art. 128. Aos animais em geral, aplicam-se as normas previstas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, cabendo a Municipalidade o exercício do poder de polícia, visando a proteção das pessoas e dos animais.

Art. 129. É proibida a permanência de animais nas vias e outras áreas de uso público.

§ 1º São exceção animais dóceis e de estimação, quando acompanhados de seus donos ou responsáveis.

§ 2º O Município poderá recolher os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos. A forma de apreensão será estabelecida em regulamentação própria.

Art. 130. É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 131. É expressamente proibido:

I - criar abelhas, aves, porcos, gado ou qualquer espécie de animais em áreas situadas no perímetro urbano;

II - amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores da via pública;

III - domar ou adestrar animais nas vias públicas;

IV - dar espetáculos e exposições de quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores e autorização expressa da Municipalidade;

V - comercializar animais que ofereçam periculosidade à integridade física das pessoas, sem a devida providência no tocante as medidas de segurança;

VI - praticar privada ou publicamente qualquer tipo de ação que caracterize crueldade ou atrocidade aos animais.

Art. 132. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade, desde que esteja causando danos à vizinhança.

Art. 133. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 200 UFRMs.

Capítulo IV **DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA**

Seção I **Do Licenciamento**

Art. 134. Nenhum estabelecimento comercial ou industrial poderá funcionar no Município sem a prévia licença do Município, concedida mediante requerimento dos interessados, e mediante o pagamento dos tributos devidos.

Art. 135. O Município só expedirá o Alvará de localização para estabelecimentos que não contrariem as disposições contidas na Lei do Plano Diretor, tabela de Zoneamento outras leis pertinentes.

Parágrafo único. O Município exigirá do interessado uma declaração dos vizinhos confrontantes ou não, num

raio de 200m (duzentos metros) da edificação, a anuência para o exercício de atividades não vicinais, quando estas forem exercidas em zona residencial.

Art. 136. A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 137. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que está o exigir.

Art. 138. Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada à necessária permissão o município, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 139. O Alvará de Localização será exigido mesmo que o estabelecimento esteja localizado no recinto de outro já munido de licença.

Art. 140. O alvará de localização será cassado:

- I - Quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II - Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou sossego e segurança pública;
- III - Por solicitação da autoridade competente, provados motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua esta seção.

Art. 141. Não é permitida a exposição de mercadorias do lado de fora dos estabelecimentos comerciais, nem o depósito de qualquer objeto sobre a calçada.

Parágrafo único. Não constitui infração o depósito de mercadorias sobre a calçada no momento de desembarque ou embarque das mesmas, desde que a operação se proceda em horário regulamentado pela Municipalidade de acordo com legislação específica, não embarace o livre trânsito de pedestres e não coloque em risco a saúde e o bem estar dos transeuntes.

Art. 142. A Municipalidade exercerá rigorosa fiscalização sobre a localização e funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade que se destina, aplicando aos infratores as sanções e penalidades previstas na legislação.

Art. 143. As infrações dos dispositivos deste capítulo ficarão sujeitas à multa de 1200 UFRMs.

Seção II Do Comércio Ambulante

Art. 144. O exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de

terceiros, em logradouros públicos ou lugares franqueados ao público, dependerá sempre de licença especial da municipalidade, mediante requerimento do interessado. Caracteriza-se como o comércio que não é exercido em local fixo.

§ 1º Caberá ao Município a definição dos locais permitidos para a exploração das atividades mencionadas no caput deste artigo, sendo que as demais regras serão regulamentadas por ato próprio.

§ 2º A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta lei, da legislação fiscal e sanitária deste Município.

§ 3º A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente a quem exercer o mister, sendo pessoal e intransferível.

Art. 145. Deferido o requerimento, a municipalidade passará um alvará de licença pessoal e intransferível, no qual constarão as indicações necessárias à sua identificação, com o prenome e sobrenome, idade, nacionalidade, o número no cadastro de pessoas físicas, residência, fotografia, objeto de comércio e quando for empregado, o nome do empregador ou o seu estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, inscrições federal e estadual, se houver.

Art. 146. Com o alvará, a municipalidade fornecerá ao licenciado um cartão indicativo do ramo de comércio ambulante que irá exercer.

§ 1º Além do cartão, todo vendedor ambulante é obrigado a trazer consigo o alvará de licença, para apresentá-lo quando for exigido pela autoridade fiscal.

§ 2º O vendedor ambulante que for encontrado sem este comprovante, ou com ele em situação irregular, estará sujeito à multa e apreensão da mercadoria em seu poder.

§ 3º As mercadorias apreendidas serão recolhidas em local de domínio municipal, e não sendo retiradas no prazo máximo de sessenta dias, mediante o pagamento das multas e emolumentos a que estiver sujeito o infrator, bem como a regularização da licença, terão o destino regulado por dispositivos desta lei.

§ 4º Quando as mercadorias apreendidas forem suscetíveis de deterioração, serão avaliadas e doadas a casas de instituições de caridade, mediante recibo.

Art. 147. A Municipalidade só concederá licença para o comércio ambulante, quando, a seu critério o mesmo não venha a prejudicar o comércio estabelecido, a higiene e segurança.

Art. 148. Da licença deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I - Número de Inscrição;
- II - Residência do comerciante ou responsável;
- III - Nome, razão ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante;
- IV - Local de funcionamento.

Art. 149. A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado.

Art. 150. A Municipalidade determinará para o exercício da atividade eventual ou ambulante, normas, padrões, locais e horários, por ato do poder executivo.

Art. 151. As infrações ao disposto neste capítulo estão sujeitas à apreensão da mercadoria e multa de 800 UFRMs.

Seção III Das Atividades Industriais

Art. 152. Aplicam-se à indústria, no que couber, as disposições sobre o comércio, além das contidas neste capítulo.

Art. 153. No interesse do controle da poluição sonora, do ar e da água, a Municipalidade exigirá os relatórios necessários, expedidos pelo órgão ambiental competente, sempre que for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 154. Para efetuar o recolhimento do lixo tóxico proveniente de resíduos industriais a Municipalidade poderá cobrar uma taxa especial de coleta, destinada a equipamento especial.

Parágrafo único. Cabe ao órgão sanitário municipal em conjunto com os demais órgãos competentes a aprovação e a indicação de local adequado para tal fim.

Art. 155. A localização das indústrias obedecerão ao zoneamento estabelecido na Lei do Plano Diretor, tabela de Zoneamento do Município de Tangará.

Art. 156. As infrações deste capítulo estão sujeitas à multa de 4000 UFRMs.

Seção IV Das Feiras Livres

Art. 157. A Municipalidade através de seus órgãos competentes determinará, data, local e mobiliário para realização de feiras livres.

Parágrafo único. Cabe ainda a Municipalidade estabelecer regulamentos visando o bom funcionamento das feiras livres.

Art. 158. A nenhum comerciante regularmente estabelecido será permitido vender produtos hortifrutigranjeiros ou outros na feira livre.

Art. 159. A Municipalidade estabelecerá a cobrança de uma taxa pela utilização do local, devendo a limpeza deste, ser efetuada pelos feirantes.

Art. 160. O horário de funcionamento das feiras será estabelecido por decreto do poder executivo.

Parágrafo único. A alteração do horário poderá ser solicitada pelos feirantes mediante abaixo assinado contendo no mínimo assinatura de 2/3 (dois terços) dos feirantes cadastrados e em dia com suas responsabilidades junto à municipalidade.

Art. 161. Os feirantes obrigam-se a observar as normas do código de defesa do consumidor, a legislação sanitária, bem como cumprirem o horário de funcionamento e atendimento ao público.

Art. 162. As infrações destes dispositivos serão punidas com multa de 200 UFRMs.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, será automaticamente cassada a respectiva licença.

Seção V Do Funcionamento

Art. 163. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos comerciais e industriais do município obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da Legislação Federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

§ 1º Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: impressão de jornais, laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgoto, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juízo da autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

§ 2º O Município poderá, ainda, permitir o funcionamento em horário especial de estabelecimentos que não causem incômodo à vizinhança.

Art. 164. Estão sujeitos a horários especiais:

I - de zero a 24 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:

- a) postos de gasolina;
- b) hotéis e similares;
- c) hospitais e similares;
- d) farmácias.

II - de 06 às 22 horas, nos dias úteis, domingos e feriados:

- a) padarias;
- b) mercearias;
- c) casas de carnes e peixarias;

III - de 08 às 21:00 horas, de segunda a sábado:

- a) supermercados e lojas de artesanato;

IV - funcionamento livre:

- a) indústrias;
- b) restaurantes, sorveterias, confeitarias, bares, cafés e similares;
- c) bancas de revistas;
- d) casas de dança e casas de diversão pública;

V - nos sábados até as 22 horas:

- a) salões de beleza;
- b) barbearias;

§ 1º As farmácias, quando fechadas, poderão em caso de urgência atender o público a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 2º Em horários especiais, determinados neste capítulo, funcionarão normalmente as farmácias que estiverem de plantão.

Art. 165. Outros ramos do comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste título, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-los a Municipalidade.

Art. 166. Em casos excepcionais, obedecido ao interesse público, o chefe do poder executivo poderá conceder licenças extraordinárias a estabelecimentos e atividades, alterando por decreto o horário normal de funcionamento.

Art. 167. Outros ramos de comércio ou prestadores de serviços que explorem atividades não previstas neste capítulo, que necessitam funcionar em horário especial deverão requerê-lo o Município para análise.

Seção VI

Da Exploração De Pedreiras, Cascalheiras, Olarias E Depósitos De Areia E Saibro

Art. 168. A exploração das jazidas enquadradas no artigo 8, classe II do Regulamento do Código de Mineração, só será permitida mediante Alvará de Licença expedido na forma do presente texto legal.

Parágrafo único. O requerimento para expedição do Alvará de Licença será sempre precedido de Consulta de Viabilidade.

Art. 169. As jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e relacionadas na classe II do referido regulamento, que seu aproveitamento depende do Alvará de que trata o artigo anterior, têm a seguinte especificação:

Classe II - Ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros quando utilizados, em estado natural, para o preparo de agregados, pedras de talhos ou argamassas, ou então se destinem, como matérias-primas, à indústria de transformação.

Art. 170. O pedido de Alvará de Licença deverá ser formulado em requerimento à Município, devendo ser instruído com os seguintes documentos, além do comprovante do deferimento da Consulta de Viabilidade:

I - quanto à legalização a ser explorada:

- a) escritura do terreno devidamente inscrita no cadastro do município em nome do requerente/ou;
- b) compromisso de compra e venda/ou;
- c) autorização expressa do proprietário.

II - substância mineral a ser licenciada;

III - prova de inscrição, para fins de Imposto Único Sobre Minerais;

IV - negativa de débitos de tributos municipais;

V - planta de detalhe da área licenciada, que terá no máximo 50ha, delimitada por figura geométrica, sendo os lados segmentos de retas ou linhas de acidentes naturais, definidos por seus comprimentos e rumos com um dos vértices amarrados a um ponto fixo e inconfundível do terreno, em escala adequada (1:100) até (1:20000), assinada por profissional habilitado e devidamente registrado no Município;

VI - planta de situação de área licenciada, em escala adequada (1:20000) até (1:250000), firmada por profissional habilitado, contendo os principais elementos de reconhecimento, tais como: rodovias, rios, córregos, vilas, pontes e outros considerados necessários;

VII - plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento e equipamento, fazendo constar o método de exploração a ser adotado, bem como referência à escala de produção prevista, apresentado por profissional habilitado e matriculado no município;

VIII - Licença Ambiental Prévia - LAP expedida pelo IMA;

IX – documento de responsabilidade técnica, assinado por responsável habilitado como técnico em lavras e beneficiamento mineral.

Art. 171. A fim de ser preservada a estética e a paisagem natural do local da jazida, obriga-se o requerente e interessado, a apresentar plano de recomposição e urbanização da área que será implantada à medida que a exploração for sendo realizada.

Art. 172. A obrigatoriedade de cumprimento do plano de recomposição e urbanização da área de que trata o artigo anterior, será manifestado através de termo de compromisso firmado entre o licenciado e o Município.

Art. 173. A fim de garantir o Município de qualquer ressarcimento pelo inadimplemento das obrigações assumidas por força desta Lei, obriga-se o licenciado a efetuar depósito de caução, real ou fiduciária, equivalente a 1/40 do valor da unidade de referência da municipalidade, por metro quadrado da área requerida.

Parágrafo único. O valor caucionado só será liberado após a conclusão do plano de recomposição e urbanização da área utilizada.

Art. 174. O inadimplemento das obrigações impostas pelos artigos 170 e 171 desta Lei implicará nas seguintes sanções:

I - embargo da exploração e multa de quatro valores de unidade de referência de municipalidade, cobrada em dobro no caso de reincidência;

II - cancelamento e revogação da licença.

Parágrafo único. Extinto o prazo de dois meses durante o qual o licenciado deve concluir as obras de recomposição e urbanização da área, o Município às realizará, utilizando para este fim os valores caucionados.

Art. 175. O pedido de renovação do Alvará de Licença, além dos requisitos exigidos pelos art. 168 e 169 desta Lei, deverá ainda ser instruído com os seguintes elementos:

I - prova de licença anterior;

II - prova do Registro no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - da licença anterior:

III - prova de recolhimento do Imposto Único Sobre Minerais, referentes ao exercício anterior.

Art. 176. Autuado o processo com as peças e documentos necessários, o município ouvirá preliminarmente e pela ordem, o Departamento Nacional de produção mineral e a fundação de amparo à tecnologia e meio ambiente do Estado de Santa Catarina, para dizerem sobre o requerido.

Parágrafo único. Todas e quaisquer objeções técnicas arguidas por seus órgãos, se não forem ou não puderem ser supridas pelo requerente, acarretarão automaticamente o arquivamento do processo e, em consequência, o indeferimento do pedido de alvará de licença.

Art. 177. O licenciado terá prazo de vinte dias úteis a contar da data da expedição do alvará, para colocação de placa padronizada, conforme modelo a ser definido pelo órgão competente do município.

Art. 178. O município, através de portaria, baixará as instruções de preenchimento do formulário destinado ao requerimento de licença para exploração da jazida mineral.

Art. 179. Todas as atividades, objeto deste capítulo, em curso neste Município, deverão em prazo máximo de sessenta dias, adequar-se às diretrizes ora estabelecidas, sob pena de interdição.

Parágrafo único. Durante o decurso do prazo estabelecido no "caput" deste artigo, poderá o órgão responsável através da exposição de motivos endereçada ao Prefeito, solicitar a interdição da atividade que, por seu curso, intensidade e método, esteja a comprometer aspectos fundamentais da paisagem natural do Município.

Seção VII Dos Cemitérios Públicos

Art. 180. o exercício da atividade do cemitério compete exclusivamente a municipalidade ou a quem for outorgada a exploração na forma da lei.

Art. 181. Para o exercício da atividade, a municipalidade através do chefe do poder executivo municipal, baixará normas regulamentares exercendo rigorosa e permanente fiscalização.

Art. 182. Nos cemitérios municipais não haverá distinção de crença ou seitas religiosas.

Art. 183. As associações religiosas poderão manter nos cemitérios públicos e mediante ao sepultamento de seus membros, sobre os quais tomarão inteira responsabilidade, muito embora fiscalizada pelo governo municipal.

Art. 184. Nenhum corpo será inumado no cemitério sem que o interessado apresente ao administrador ou zelador do mesmo, os documentos indispensáveis ao sepultamento que são: guia fornecida pelo Município, certidão do óbito e atestado médico, e na falta deste, guia fornecida pelas autoridades policiais.

Art. 185. A localização do cemitério é determinada pelo plano diretor de desenvolvimento municipal.

Art. 186. O concessionário ou permissionário é responsável pela construção, administração, conservação e funcionamento do cemitério, nos termos da legislação vigente, sempre sob a supervisão e fiscalização da Municipalidade. O concessionário ou permissionário dentro da sua competência deve promover e executar:

- I - aquisição de área de terra destinada à construção do cemitério, devidamente licenciada nos órgãos ambientais competentes;
- II - a construção do cemitério de acordo com o projeto aprovado pela Municipalidade;
- III - a administração e conservação do cemitério, de acordo com as normas fixadas pela Municipalidade;
- IV - a promoção de vendas de lotes, jazigos, túmulos e similares, devendo a tabela de preços ser submetida à aprovação da Municipalidade, que deve obedecer aos critérios de mercado;
- V - manutenção de administração e zeladoria, as quais se encarregarão de manter a ordem e limpeza do cemitério.

Art. 187. O concessionário ou permissionário do serviço de utilidade pública municipal de cemitério obriga-se a manter em bom estado de conservação, primando pelo asseio, higiene e apresentação, acatando de pronto as orientações e determinações emanadas da Municipalidade, que visem à melhora da qualidade das instalações e aprimoramento dos serviços.

Art. 188. Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa de 800 UFRMs.

Capítulo V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 189. Constitui Infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 190. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger, induzir, coagir ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Parágrafo único. Serão punidos de conformidade com a presente lei:

- I - Os servidores que se negarem a prestar assistência aos munícipes, quando solicitados para prestar esclarecimentos das normas consubstanciadas nesta lei;

II - Os agentes fiscais que, por culpa ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;

III - Os agentes fiscais que, tendo conhecimento da infração, deixarem de aplicar a penalidade.

Art. 191. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis e independentemente das que possam estar previstas no Código Tributário Municipal, as infrações aos dispositivos deste Código serão punidas com a obrigação de fazer ou não fazer, além de, alternada ou cumulativamente, multa, apreensão de material, produto ou mercadoria e ainda interdição de atividades.

Art. 192. A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o município, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 193. As multas serão impostas em grau mínimo, médio e máximo.

Parágrafo único. Na imposição da multa, e para graduá-la, considerar-se-á:

I - a gravidade da infração;

II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Art. 194. Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo único. Reincidente é quem violar preceito deste código por cuja infração já tiver sido autuado e punido no período de até dois anos.

Art. 195. As penalidades a que se refere este código, não isentam o infrator das obrigações de reparar o dano resultante da infração, na forma da Lei.

Parágrafo único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado ao cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 196. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, com base da variação do IGPM, ou outro critério de atualização que estiver em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

Parágrafo único. Na atualização dos débitos de multa de que trata este artigo, aplicar-se-á a variação do IGPM ou outro sistema a ser baixada pela Secretaria de Planejamento do Governo Federal.

Seção I

Da Apreensão de Bens

Art. 197. A apreensão consiste na tomada dos objetos que constituírem prova material de infração.

Parágrafo único. Na apreensão lavrar-se-á, inicialmente, auto de apreensão que conterá a descrição dos objetos apreendidos e a indicação do lugar onde ficarão depositados.

Art. 198. Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos aos depósitos do Município.

§1º Quando os objetos apreendidos não puderem ser recolhidos àquele depósito, ou quando a apreensão se realizar fora da área urbana, poderão ser depositados em mão de terceiros ou do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

§2º As apreensões feitas por força das disposições desta lei, serão devolvidas ao infrator se este pagar a multa gerada por violação, por meio de guias de recolhimento em nome do autuado, creditados em conta da municipalidade, bem como ressarcir a Municipalidade das despesas com apreensão, transporte e depósito, dentre outras.

§3º Transcorrido o prazo de trinta dias, sem o pagamento de multa e despesas, caberá a municipalidade destinar os bens apreendidos nos termos de regulamentação específica.

Art. 199. No caso de não serem reclamados e retirados dentro de trinta dias, os objetos apreendidos poderão ser doados ou levados a leilão público pelo Município, na forma da lei.

§1º A importância apurada será aplicada na quitação das multas e despesas da apreensão.

§2º A critério do Município, as mercadorias não arrematadas em leilão serão distribuídas às instituições de assistência social.

§3º No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de vinte e quatro horas, a contar do momento da apreensão.

§4º As mercadorias não retiradas no prazo estabelecido no parágrafo anterior, se próprias para o consumo, poderão ser doadas a escolas e instituições de assistência social, se impróprias, deverão ser inutilizadas.

§5º A critério do Município, as mercadorias poderão ser doadas a escolas e instituições de assistência social.

Seção II Da Responsabilidade

Art. 200. Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

I - os incapazes, na forma do Código Civil;

II - os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 201. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a

pena recairá:

I - sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;

III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 202. Infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta lei, será punida com a multa de 1 a 4000 UFRMs, variável segundo a gravidade da infração.

Seção III

Do Processo de Execução das Penalidades

Subseção I

Da Notificação Preliminar

Art. 203. As advertências para cumprimento de disposições desta e das demais leis e decretos municipais inerentes à matéria, poderão ser objeto de notificação preliminar que será expedida pelo setor de planejamento.

Art. 204. Verificando-se infração a este código será expedida contra o infrator uma notificação preliminar para que regularize sua situação, no prazo de até trinta dias.

Art. 205. Decorrido o prazo fixado pela notificação preliminar, sem que o notificado tenha tomado as providências no sentido de sanar as irregularidades apontadas, lavrar-se-á o auto de infração.

Parágrafo único. Mediante requerimento apresentado pelo notificado, o Setor de Planejamento poderá prorrogar o prazo fixado na notificação.

Art. 206. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos municipais.

Art. 207. Dará motivo a lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste código que for levada ao conhecimento do Prefeito ou do Setor de Planejamento, por qualquer servidor municipal ou por qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação a autoridade competente, ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Subseção II

Dos Autos De Infração E Dos Recursos

Art. 208. Auto de infração é o instrumento legal por meio do qual, a autoridade municipal apura a violação da legislação Municipal.

Parágrafo único. Além do auto de infração haverá também o auto de embargo, interdição e apreensão.

Art. 209. Verificando-se infração às normas desta lei, será expedida contra o infrator, notificação preliminar para que regularize a situação no prazo máximo de até quinze dias, contados da ciência, determinado pela autoridade competente.

Art. 210. São autoridades competentes para lavrar auto de infração, os fiscais municipais.

Art. 211. Dará também motivos à lavratura do auto de infração, qualquer violação das normas desta lei, que for levada ao conhecimento do chefe do poder executivo ou dos secretários municipais, por servidor municipal ou cidadão que tiver conhecimento, devendo a comunicação ser acompanhada de prova documental ou testemunhal.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente, sempre que puder, ordenará para que se proceda de acordo com o previsto nesta lei.

Art. 212. O auto de infração obedecerá a modelos especiais, podendo ser impresso ou por sistema de processamento de dados.

Art. 213. O auto de infração conterá obrigatoriamente:

I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - o nome de quem lavrou;

III - relato, com toda clareza, do fato constitutivo da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;

IV - nome do infrator, sua profissão e residência;

V - dispositivo legal violado;

VI - intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidas ou apresentar defesa e prova nos prazos previstos por esta lei;

VII - assinatura do fiscal que lavrou o auto e do infrator.

§ 1º Negando-se o infrator a assinar o auto, deverá ser anotada a recusa do mesmo pelo fiscal, devendo constar a assinatura de duas testemunhas.

§ 2º No caso da impossibilidade de autuação nos termos do parágrafo anterior, o auto de infração será remetido pelo correio para o endereço do autuado, com aviso de recebimento.

§ 3º Não tendo o autuado, endereço fixo, deverá ser feita a notificação do auto de infração por meio de publicação no diário oficial dos municípios.

Art. 214. Lavrado e devidamente processado o auto, aguardará, no serviço competente, o decurso de prazo da apresentação de defesa, que deverá ser apresentado por escrito ao Secretário ao qual estiver subordinado o autuante.

Parágrafo único. Se o autuado apresentar defesa, sobre a mesma, manifestar-se-á o autuante prestando as necessárias informações.

Art. 215. O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, contados da lavratura do auto de infração ou da data do recebimento do mesmo pelo correio.

Art. 216. Se decorrido o prazo estipulado, não apresentar o autuado a sua defesa, será o mesmo considerado revel, do que será lavrado um termo pelo servidor competente, lançando de ofício, multas e demais penalidades, previstas nesta lei e legislação municipal aplicável.

Parágrafo único. Decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em dívida ativa, extraíndo-se a competente certidão, para se proceder à cobrança executiva.

Art. 217. Apresentada a defesa dentro do prazo, produzirá efeito suspensivo de cobrança de multas ou da aplicação de penalidades, exceto quanto aos atos que decorram da constatação de perigo iminente à segurança física ou à saúde de terceiros.

Subseção III Da Decisão Em Primeira E Segunda Instância

Art. 218. As defesas contra a ação dos agentes fiscais serão decididas pela autoridade competente, que proferirá decisão no prazo de dez dias úteis.

§ 1º A parte, poderá solicitar vistas ou cópia do processo, mediante requerimento.

§ 2º A autoridade julgadora deverá respeitar o contraditório e ampla defesa, devendo sua decisão ser fundamentada nos termos desta lei.

Art. 219. A decisão deverá ser proferida de forma clara, decidindo pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação, definindo expressamente os seus efeitos nos respectivos casos.

Art. 220. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, o auto de infração será considerado automaticamente improcedente, comunicando-se o autuado.

Art. 221. Proferida a decisão, sendo a mesma procedente, caberá recurso ao Secretário competente, no prazo de cinco dias úteis, a partir da intimação da decisão.

Art. 222. Os Infratores serão notificados da decisão da primeira instância:

I - sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de recibo de cópia da decisão proferida;

II - por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;

III - por carta, acompanhada de cópia de decisão, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 223. O recuso far-se-á por petição escrita, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo único. É vedado, numa só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto, o mesmo autuado.

Art. 224. A autoridade de segunda instância deverá tomar decisão definitiva no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo do recurso.

Art. 225. As decisões definitivas serão executadas:

- I - pela notificação ao infrator para, no prazo de cinco dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa.
- II - decorrido o prazo sem o devido pagamento, a multa será inscrita em Dívida Ativa extraíndo-se a competente Certidão, para se proceder a cobrança executiva.

Capítulo VI **DA DISPOSIÇÃO FINAL**

Art. 226. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Complementar 47, de 27 de agosto de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 25 DE NOVEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020. "DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2380589

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 74, III, da Lei Orgânica do Município de Tangará, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Código disciplina e regula suplementarmente os direitos e obrigações de ordem pública, no âmbito do Município de Tangará, concernentes ao planejamento e controle técnico das construções civis e outras a ela assinaladas a qualquer título.

Art. 2º Para os efeitos deste Código considera-se:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Aclividade - Diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser: a) frontal; b) lateral; c) fundos.

Alinhamento de muro - a distância tomada do eixo da rua conforme seu gabarito para definição do limite frontal do terreno e da largura de passeios.

Alinhamento predial - a distância do recuo frontal obrigatório, conforme a Lei do Uso e Ocupação do Solo, tomada a partir do alinhamento de muro.

Alpendre ou marquise - nos termos deste código, são coberturas salientes em balanço, na parte externa de uma edificação, destinadas a servir de proteção, sem utilização na parte superior.

Alvará de Construção - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com a vistoria prévia das condições físico-sanitárias.

Ampliação - Alteração no sentido de se tornar maior a área edificada.

Andaime - Obra provisória destinada à sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Ante-sala - Compartimento que antecede uma sala, sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

Aprovação da Obra (Habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

Área Total Construída - Somatório das áreas utilizáveis de todos os pavimentos cobertos de uma edificação e as áreas ocupadas por paredes de vedação.

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

Área de Recuo - Espaço livre e desembaraçado em toda a altura da edificação.

Área Rural - Toda área do Município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Útil - Superfície utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

A.R.T - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia e Agronomia - CREA.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Autorização - Ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço sobre o Térreo - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.

Baldrame - Viga que contorna e une as fundações.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Boca de Lobo - Caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais.

Brise - Conjunto de placas ou chapa de material variável colocado nas fachadas expostas ao sol com o objetivo de controle da insolação.

Calçada - É a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão - Construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casas Geminadas - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como *shopping center* quando de grande porte.

Certificado de Conclusão da Obra - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).

Cisterna - Reservatório de água inferior.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta de Viabilidade - Documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

Cumeeira - A parte mais alta de uma cobertura.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croqui - Esboço preliminar de um projeto.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel - (dB): Unidade de Intensidade Física Relativa a Som.

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

- a) prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70 m (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis.

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal.

Edificação - a construção caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas três dimensões, com um ou vários acessos;

Edifício Garagem - Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador - Equipamento que executa transporte em altura, de pessoas e/ou mercadorias.

Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos - são os equipamentos públicos, como por exemplo, os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala - Relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificações - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios.

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbio - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

Garagem Bloqueada - Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Habite-se - Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

IMA – Instituto do Meio Ambiente

Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno.

Infração da Lei - Violação da lei.

Infrator - Todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiro, pias, para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro - Limítrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno, com testada para logradouro público.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Marquise e alpendre - nos termos deste código, são coberturas salientes em balanço, na parte externa de uma edificação, destinadas a servir de proteção, sem utilização na parte superior.

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto ou similar que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Módulo de vaga – Espaço unitário destinado a veículos com medidas mínimas de 2,50m (dois metros e cinquenta) por 5,00m (cinco metros).

Nível de Som - dB (A) Intensidade de som medido na curva de ponderação “A” definido na NBR 10.151 - ABNT.

Mobiliário Urbano - São equipamentos de uso comercial de serviços, localizados em logradouro público.

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Passeio - É a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação, entre piso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos ou sobre lojas.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Pé Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Playground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Pérgula ou Pergolado - espécie de galeria, para passear, construída em forma de ramada. Passeio ou abrigo, em jardins, feito de duas séries de colunas paralelas e que serve de suporte a trepadeiras

Plano Diretor - Conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Prisma Interno de Iluminação e Ventilação - Poço de iluminação - área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos não habitáveis, também conhecido como poço de iluminação e ventilação.

Prisma Externo de Iluminação e Ventilação - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizada na face externa das edificações.

Produto Perigoso - Toda a substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva qualquer obra em parte ou no todo.

Recuo - Reserva ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma - Obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente - É quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

R.R.T – Registro de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional de Arquitetura - CAU.

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta - Escoadouro nos logradouros públicos para as águas das chuvas.

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior do pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Taxa Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - É a linha divisória que separa o logradouro público do lote.

Toldo - coberturas leves removíveis, sem vedações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou cobrindo acesso entre o alinhamento e as entradas da edificação.

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.

Uso Permitido - Forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Permissível - permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso.

Uso Proibido - Usos incompatíveis com o zoneamento.

UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação, obrigatoriamente no pavimento térreo.

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada por profissionais habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

Art. 3º Qualquer construção ou obra civil somente poderá ser executada após a aprovação do projeto e concessão de alvará de construção pelo Município e sob a responsabilidade do profissional legalmente habilitado.

Art. 4º Os projetos e sua execução, além das determinações deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão estar de acordo com as demais leis do Plano Diretor e leis estaduais e federais.

Art. 5º As obras que implicarem em exigências de outros órgãos públicos somente poderão ser aprovadas pelo Município após a aprovação da autoridade competente para cada caso.

Capítulo II

DOS PROFISSIONAIS E EMPRESAS LEGALMENTE HABILITADAS E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 6º São considerados legalmente habilitados para projetar, calcular, assistir e executar obras as pessoas físicas e jurídicas que estiverem inscritas no cadastro econômico do Município de Tangará, além de regularmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

§ 1º As pessoas físicas e jurídicas deverão requerer seu cadastramento no Município, de acordo com as disposições do Código Tributário Municipal.

§ 2º A exigência de cadastro econômico municipal aplica-se as pessoas físicas e jurídicas que elaboram os projetos e executam obras e serviços no município.

Art. 7º A responsabilidade pelos projetos, cálculos e especificações apresentadas cabe aos respectivos autores e, pela execução das obras, aos profissionais que as realizarem.

Art. 8º A assinatura do profissional nos desenhos, projetos, cálculos ou memoriais, submetidos à aprovação do Município será acompanhada da indicação da função que no caso lhe couber, autor do projeto ou responsável técnico pela execução da obra, bem como, do título profissional e do número da carteira profissional.

Art. 9º Ficam dispensadas de alvará de construção as seguintes obras:

I - construções provisórias, destinadas à guarda ou ao depósito de materiais e ferramentas ou tapumes, durante a execução de obras ou serviços de demolição ou construção, com prazos pré-fixados para a sua conclusão;

II - obras de subdivisão e de decoração interna de ambientes, no interior de edificações, até dois pavimentos desde que, cumulativamente:

- a) garantam a aeração e a iluminação de todos os compartimentos de permanência prolongada dos usuários;
- b) não haja mudanças na edificação que impliquem em desconformidade com o projeto aprovado nos órgãos responsáveis.

III - obras de paisagismo e manutenção das vias públicas, desde que não interfiram nos sistemas de água, esgotos, escoamento pluvial, energia, iluminação pública, telecomunicações, coleta de lixo e circulação de pessoas e veículos;

IV - limpeza, pintura, remendos e substituição de revestimentos internos das edificações;

V - construção de calçadas no interior dos terrenos edificados;

VI - construção de muros com função estrutural menores do que 1,60m (um metro e sessenta) de altura;

VII - recuperação de telhados, desde que mantidos os caimentos da construção original;

VIII - substituição de esquadrias;

IX - substituição de pisos e forros internos;

X - impermeabilização de terraços e piscinas

Parágrafo único. As edificações acima de 2 (dois) pavimentos deverão apresentar ART/RRT.

Art. 10. Quando solicitada análise para ampliação de uma edificação. A parte existente deverá ser apresentada com planta baixa completa contendo a descrição do cômodo e suas esquadrias (em se tratando de vão de iluminação e ventilação).

Capítulo III PROJETOS E ALVARÁS

Seção I Das Edificações em Geral

Art. 11. Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a Consulta de Viabilidade Técnica através do preenchimento de formulário próprio cedido pela Municipalidade acompanhado de:

I- número da inscrição imobiliária do lote;

II- croqui de situação e localização.

§ 1º À Municipalidade cabem as indicações por escrito: das normas urbanísticas incidentes sobre o lote.

§ 2º A Consulta de Viabilidade Técnica deverá ser solicitada num prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes do protocolo da documentação completa.

§ 3º A Consulta de Viabilidade terá validade de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por igual período, por escrito, da parte interessada observando, sempre a legislação vigente na data da solicitação e acrescido de embasamento técnico.

Art. 12. Deverão constar do processo de aprovação do projeto três jogos completos do projeto arquitetônico, contendo os itens abaixo especificados:

I - requerimento solicitando a aprovação do projeto definitivo, assinado pelo proprietário ou representante legal. O Alvará de Construção (Licenciamento da Obra) poderá ser solicitado simultaneamente;

II - consulta prévia de viabilidade;

III- certidão atualizada do registro de imóveis que comprove o direito de propriedade ou posse legal do lote;

IV- licença ambiental, quando for o caso;

V- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica- RRT, do projeto arquitetônico, dos projetos complementares e dos projetos especiais. O projeto hidrossanitário deverá constar a ART ou RRT relativo ao sistema específico utilizado;

VI- termo de Ciência;

VII- projeto arquitetônico, contendo:

- a) planta de situação e localização;
- b) planta baixa de cada pavimento não repetido;
- c) planta de cobertura indicando os caimentos;
- d) elevação de pelo menos duas fachadas;
- e) mínimo de dois cortes, sendo que, em pelo menos um, conste o nível da rua, da calçada e dos pisos da edificação;
- f) indicação de áreas dos ambientes da edificação;
- g) representação gráfica das áreas que serão pavimentadas no terreno.

VIII- informações complementares, contendo:

- a) projeto hidrossanitário de detalhe de funcionamento da fossa séptica e do filtro, conforme exigido pelo art. 122.
- b) estudo de impacto de vizinhança, quando cabível;
- c) laudos técnicos necessários a viabilidade da obra.

§ 1º Um dos jogos completos de cópias, depois de visado, será arquivado e os outros, junto com o alvará de construção, serão devolvidos ao proprietário da obra.

§ 2º Deverão ser mantidos na obra um jogo de cópias aprovado e o alvará de construção, que serão apresentados sempre que forem solicitados pelo fiscal de obras ou outra autoridade competente do município.

§ 3º Deverão ser mantidos na obra um jogo de cópias aprovado e o alvará de construção, que serão apresentados sempre que forem solicitados pelo fiscal de obras ou outra autoridade competente.

§ 4º Os projetos de que trata o caput deverão ser apresentados em escala conforme a ABNT.

Art. 13. Qualquer rasura, emenda, escrita ou traço sobre cópias autenticadas e fornecidas pelo Município invalida a aprovação do projeto.

Art. 14. Somente serão autorizadas edificações em imóveis com parcelamento passível de registro no cartório de registro de imóveis e com infraestrutura implantada, respeitada a legislação vigente de parcelamento do solo.

Art. 15. O Município terá o prazo de até trinta dias úteis para a aprovação do projeto.

§ 1º Para os casos em que a documentação apresentada for incompleta ou constatada a necessidade de alteração ou complementação do projeto, será concedido o prazo de sessenta dias, para o requerente apresentar as informações ou alterações solicitadas, sob pena de indeferimento do processo.

§ 2º A aprovação do projeto será efetuada através de emissão de alvará de construção e constando em todas as vias do projeto os carimbos com as informações do processo, com a assinatura do responsável pela análise e do titular do Órgão Municipal Competente.

Art. 16. O requerente deverá retirar o projeto aprovado e o alvará de construção, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação.

Art. 17. Após a retirada do alvará de construção o requerente tem o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para início das obras, sob pena de nova análise e pagamento de nova taxa de licença para prorrogação do prazo.

§ 1º Caso a obra esteja paralisada, com características de abandono por mais de 3 (três) anos, deverá ser solicitada renovação de alvará para que se dê o prosseguimento da obra, devendo ser efetuado o pagamento de taxa de licença e mantido o projeto original.

§ 2º Caso haja alteração do projeto original, o requerente deve apresentar novos projetos e efetuar o pagamento de taxa de licença.

Art. 18. Após o protocolo do requerimento de alvará de construção poderão ser executados os tapumes e os barracões da obra.

Art. 19. A aprovação dos projetos perde sua validade caso o alvará de construção não seja retirado dentro do prazo de noventa dias, a contar da data da aprovação.

Art. 20. Toda construção em um mesmo imóvel terá alvará em nome do proprietário do terreno, vinculado ao cadastro imobiliário.

Art. 21. Serão toleradas guaritas no alinhamento de muro quando:

- I - não excedam 4,50cm (quatro metros e cinquenta centímetros quadrados);
- II - as coberturas sobre o portão de acesso possuam a profundidade máxima de 2,00m (dois metros);
- III - não haja elementos construtivos sobre o passeio.

Seção II Dos Terrenos

Art. 22. Nos terrenos acidentados, pantanosos ou alagadiços por lençol freático superficial, a aprovação de projetos e a concessão de alvará de construção dependerão do cumprimento, pela parte interessada, de exigências especiais, tais como, a construção de muros de arrimo e drenagem.

Parágrafo único. Deverão ser apresentados projetos pertinentes ao caso, e anotação de responsabilidade técnica de projeto e execução.

Capítulo IV DA EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 23. Somente após a retirada do alvará de construção poderá ser iniciada a obra.

§ 1º O alvará será retirado mediante o pagamento da parcela da taxa do alvará para construção e apresentação de documento comprobatório de responsabilidade técnica de execução de obra, RRT ou ART.

§ 2º Considerar-se-á iniciada a obra quando iniciada a execução das fundações.

§ 3º Para fins de documentação e fiscalização, os alvarás de alinhamento, nivelamento e licença para obras em geral, deverão permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 24. Deverão ser postas em prática todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários, do público, das benfeitorias dos logradouros e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas mesmas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza bem como evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela produção da poeira ou ruído excessivo.

Art. 25. É obrigatória a colocação de tapume de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

§ 1º Permite-se que o tapume avance até 1/3 (um terço) do passeio.

§ 2º Será excepcionalmente admitido o tapume além do limite estipulado no parágrafo anterior, pelo tempo estritamente necessário e quando for imperativo técnico, desde que a faixa livre para circulação de pedestres não seja inferior a 1,00m (um metro).

§ 3º Se houver árvores ou postes no passeio, a distância do parágrafo anterior será contada de sua face interna.

§ 4º Não será permitida, em nenhum caso, a ocupação de parte da via pública com materiais de construção, salvo em parte limitada pelo tapume.

Capítulo V DA CONCLUSÃO E ACEITAÇÃO DA OBRA: *HABITE-SE*

Art. 26. Após a conclusão da obra deverá ser requerido o *Habite-se* ao Município, acompanhado de documentos que comprovem:

- I- a aprovação de ligação de energia elétrica pela concessionária competente, quando for o caso;
- II- a aprovação pelo Corpo de Bombeiros, quando for o caso;
- III- a instalação dos elevadores, escadas-rolantes e monta-cargas com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica pela empresa instaladora, quando for o caso;
- IV- a execução da instalação sanitária, conforme exigência do Município.
- V- a respectiva certidão de vistoria sanitária.

Parágrafo único. A Municipalidade tem um prazo de trinta dias, para vistoriar a obra e para expedir o *habite-se*, juntamente com a numeração.

Art. 27. Considera-se concluída a obra, para efeito de *Habite-se*, quando comprovado, em vistoria local que a mesma está em conformidade com o projeto aprovado.

Art. 28. Além dos critérios estabelecidos no artigo 26, para expedição do *Habite-se* total, o mesmo fica vinculado a critérios específicos ao caráter da edificação, sendo a mesma residencial unifamiliar, residencial multifamiliar ou não residencial, de maneira que a edificação possa ser considerada concluída.

§ 1º A concessão do *Habite-se* total para as edificações residenciais unifamiliares fica sujeita a comprovação dos seguintes itens:

- I- estar conforme projeto aprovado;
- II- ter aplicado, no mínimo, uma demão de fundo externo;
- III- esquadrias instaladas;
- IV- no mínimo um sanitário em funcionamento;
- V- pintura interna completa;

- VI- revestimento de pisos aplicado;
- VII- laudo de regularidade hidro sanitária;
- VIII- reservatório de água em funcionamento;
- IX- guarda-corpo nas sacadas;

§ 2º A concessão do *Habite-se* total para as edificações residenciais multifamiliares fica sujeita a comprovação dos seguintes itens:

- I - laudo de vistoria e *Habite-se* do Corpo de Bombeiros;
- II - laudo de regularidade hidrossanitárias;
- III - projeto executado conforme aprovado;
- IV - revestimento externo concluído;
- V - elevador em funcionamento, para edifícios com mais de quatro pavimentos;
- VI - delimitação de vagas de garagem e estacionamento;
- VII - áreas de uso comum concluídas;
- VIII - instalações em geral, em funcionamento;
- IX - passeio pavimentado para lotes cuja testada se dá para ruas pavimentadas, conforme diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana.
- X - mureta ao longo da via;
- XI - caixa de correspondência;
- XII - local adequado para acondicionar lixo para a coleta;
- XIII - guarda-corpo nas sacadas e escadas.

§3º A concessão do *Habite-se* total para as edificações não-residenciais fica sujeita a comprovação dos seguintes itens:

- I- obedecer às vagas de estacionamento conforme o projeto;
- II- revestimento externo e interno executados;
- III- instalações em geral, em funcionamento;

- IV- obra executada conforme projeto aprovado;
- V- laudo de vistoria e *Habite-se* do Corpo de Bombeiros;
- VI- laudo de regularidade hidro-sanitária;
- VII- atendimento às condições de acessibilidade universal;
- VIII- parecer da Vigilância Sanitária, quando for o caso.

Art. 29. O Município poderá expedir *Habite-se* parcial, respeitado o número do processo de construção, quando:

- I- se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial, e se cada uma delas puder ser utilizada independentemente da outra;
- II- se tratar de mais de uma construção do mesmo lote;
- III- se tratar de construção em módulos ou etapas e se cada uma delas puder ser utilizada independentemente da outra.

Art. 30. Em condomínios horizontais, só será concedido o *Habite-se*, parcial ou total, quando concluídas todas as obras de uso comum, como as vias de circulação interna, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, rede elétrica e de iluminação.

Art. 31. O Município expedirá o *Habite-se* no prazo de trinta dias, a contar da data de entrega do requerimento, se cumpridos todos os requisitos necessários.

Art. 32. Não será concedido o *Habite-se* para as edificações executadas sem alvará de construção ou regularização.

Capítulo VI DAS DEMOLIÇÕES VOLUNTÁRIAS

Art. 33. Para executar qualquer demolição, total ou parcial, o interessado deverá requerer autorização do Município.

§1º A licença para demolição é necessária nos casos em que a construção estiver registrada no registro imobiliário, mesmo que tenha sido executada sem o alvará de construção.

§2º Construções dispensadas do alvará de construção podem ser demolidas sem a autorização do Município.

Art. 34. A licença para demolir deverá ser vinculada ao respectivo alvará de construção ou averbação junto ao registro imobiliário.

Art. 35. Em qualquer demolição devem ser observadas todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público, das benfeitorias dos logradouros públicos e das propriedades vizinhas, ficando assim determinado que:

I - tratando-se de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6,00 m (seis metros) ou mais de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

II - no caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

III - em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará a construção de tapumes e demais medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos proprietários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas.

Art. 36. O Município poderá, sempre que julgar necessário, estabelecer o horário em que a demolição será executada.

Art. 37. O material resultante da demolição deverá ser depositado em local autorizado pelo Município, às expensas do proprietário ou responsável.

Art. 38. Devem ser observadas as disposições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a respeito da classificação de resíduos oriundos da construção civil, assim como da resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e alterações, sobre a classificação e gestão dos resíduos mencionados.

Art. 39. Construções executadas sem alvará de construção podem ser retiradas do cadastro imobiliário mediante requerimento do proprietário e se comprovada a demolição através de laudo de vistoria emitido pelo órgão municipal competente.

Capítulo VII **COMPONENTES TÉCNICO-CONSTRUTIVOS DAS EDIFICAÇÕES**

Seção I **Das Fundações e Estruturas**

Art. 40. O projeto e a execução das fundações deverão ser feitas de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 41. Na execução de obras de preparo e escavações são obrigatórias as seguintes precauções:

I- impedir que o material escavado alcance o passeio e o leito dos logradouros;

II- adotar as providências que se façam necessárias para a proteção dos prédios vizinhos;

III- executar toda movimentação dos materiais e equipamentos necessários dentro do espaço delimitado pelas divisas do lote ou por tapume.

Seção II Das Paredes

Art. 42. As paredes de alvenaria que constituírem divisão entre unidades distintas ou paredes na divisa do lote deverão obedecer a espessura mínima descrita pela ABNT.

Art. 43. As paredes de sanitários, banheiros, cozinhas, vestiários e áreas de serviço deverão ser revestidas de material impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), no mínimo.

Art. 44. Todas as paredes externas das edificações deverão receber acabamento impermeável.

Art. 45. As paredes adjacentes às divisas do lote deverão ter fundações próprias e deverão impedir a ligação e continuidade dos elementos estruturais da cobertura com outras já existentes ou a serem construídas nos lotes vizinhos.

Art. 46. As edificações serão classificadas em função do material predominante.

§ 1º Se a edificação tiver mais de 70% (setenta por cento) da área construída em madeira, será classificada como de madeira;

§ 2º Quando todas as paredes externas forem de alvenaria, a edificação será considerada de alvenaria;

§ 3º Outros casos que tratem de edificações com alvenaria e madeira serão considerados edificações mistas.

Seção III Dos Pisos, Entrepisos e Mezaninos

Art. 47. Os pisos de banheiros, cozinhas, lavanderias, garagens, depósitos, despensas, áreas de serviço e sacadas deverão ser impermeáveis e laváveis.

Art. 48. Os pisos dos compartimentos assentados diretamente sobre o solo deverão ser impermeabilizados.

Art. 49. Os entrepisos das edificações serão incombustíveis, tolerando-se entrepisos de madeiras ou similar em edificações que constituam uma única unidade, exceto em compartimento cujos pisos devam ser impermeabilizados.

Art. 50. Não serão considerados no cálculo do número de pavimentos os mezaninos, desde que suas áreas não ultrapassem 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior.

Seção IV Das Fachadas

Art. 51. Não serão permitidos beirais, gárgulas, pingadeiras e quaisquer outros escoadouros de águas pluviais ou águas servidas, sobre os passeios dos logradouros e sobre as divisas laterais ou de fundos do lote, de maneira que as águas pluviais deságuem sobre os lotes vizinhos.

Seção V Das Coberturas

Art. 52. Será permitida a utilização do sótão desde que esteja totalmente contido no volume do telhado e caracterizado como aproveitamento deste espaço.

Parágrafo único. Caso a altura do sótão ultrapasse 2,20m (dois metros e vinte centímetros), na parte mais baixa, este será computado como área construída.

Art. 53. Terraços de cobertura deverão ter revestimento externo impermeável, com juntas de dilatação para grandes extensões e revestimentos superficiais rígidos.

Art. 54. As águas pluviais provenientes das coberturas e de aparelhos de ar-condicionado deverão ser esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes vizinhos ou diretamente sobre logradouros.

Parágrafo único. Os edifícios situados no alinhamento de muro deverão dispor de calhas e condutores e as águas deverão ser canalizadas por baixo do passeio até a boca de lobo.

Art. 55. As coberturas deverão ser completamente independentes das edificações vizinhas e sofrer interrupções na linha de divisa.

Art. 56. As coberturas de edificações agrupadas horizontalmente deverão:

I - ter estruturas independentes para cada unidade autônoma;

II - ter paredes divisórias até a altura da cobertura;

III - proporcionar a separação entre os forros e os demais elementos estruturais das unidades.

Parágrafo único. Nas edificações destinadas a locais de reuniões de público, as coberturas serão construídas em material incombustível.

Seção VI Das Chaminés

Art. 57. As chaminés de qualquer espécie serão executadas de maneira que o fumo, fuligem, odores ou resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos ou prejudiquem o meio ambiente, devendo ser equipadas de forma a evitar tais inconvenientes.

Parágrafo único. A qualquer momento o Município poderá determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos fumíferos ou outros dispositivos de controle da poluição atmosférica.

Art. 58. As chaminés de lareiras, churrasqueiras e coifas deverão ultrapassar a cobertura da edificação no mínimo 0,50m (cinquenta centímetros).

Art. 59. A altura das chaminés industriais não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros) do ponto mais alto das edificações num raio de 50,00m (cinquenta metros).

Art. 60. As chaminés industriais e torres de qualquer espécie deverão obedecer ao afastamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas, não podendo ser inferior a 1/5 (um quinto) de sua altura.

Seção VII Das Circulações em um Mesmo Nível

Art. 61. Nas edificações de caráter comercial, nos edifícios multifamiliares e locais de uso público em geral as saídas de emergência devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que trata de acessibilidade a edificações.

Seção VIII Das Circulações em Níveis Diferentes

Art. 62. As escadas e rampas de edificações de caráter comercial, edifícios multifamiliares e locais de uso público em geral devem obedecer as disposições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, principalmente no que trata de acessibilidade.

Art. 63. As rampas destinadas ao acesso de automóveis aos pavimentos de garagem deverão ter inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento) e largura mínima de 2,5m (dois metros e cinquenta centímetros) quando retas e 3,00m (três metros) quando curvas, tanto para entrada como para saída.

Parágrafo único. As rampas destinadas ao acesso de veículos de carga e ônibus deverão ter largura mínima de 3,00m (três metros) quando retas e 4,00m (quatro metros) quando curvas.

Art. 64. Todas as rampas com declividade superior a 6,0% (seis por cento) deverão ter piso antiderrapante.

Art. 65. As rampas de acesso de veículos devem estar totalmente contidas no interior do lote.

Art. 66. Os corrimãos deverão atender as exigências do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 67. Em prédios residenciais e comerciais com 5,0 (cinco) ou mais pavimentos, é obrigatória a instalação de elevadores, dimensionados conforme memorial do responsável técnico da obra.

Art. 68. As escadas rolantes e os elevadores deverão ser instalados conforme as normas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo da largura mínima das escadas fixas.

Art. 69. Além das exigências deste Código deverão ser respeitados o dimensionamento e as normas de segurança, prevenção e proteção contra incêndios estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros e normas que garantam a plena acessibilidade.

Art. 70. Não cabe a municipalidade à obrigatoriedade de fiscalização das medidas e normas, e sim recaiando a obrigatoriedade de respeitá-las ao técnico responsável, ao Corpo de Bombeiro fiscalizar.

Seção IX Dos Compartimentos

Art. 71. Os compartimentos, de acordo com sua utilização, classificam-se em compartimentos de permanência prolongada, compartimentos de permanência transitória e compartimentos de utilização especial.

Art. 72. São considerados compartimentos de permanência prolongada:

I - dormitórios;

II - salas em geral;

III - dependência de empregados e semelhantes;

IV - salas destinadas a comércio;

V - negócios e atividades profissionais;

VI - oficinas e indústrias;

VII - locais de reunião;

VIII - salas de leitura e bibliotecas;

IX - laboratórios;

X - enfermarias, ambulatórios e consultórios;

XI - locais fechados para prática de esportes, e outros semelhantes.

Art. 73. São considerados compartimentos de permanência transitória:

I - hall;

II - salas de entrada e espera;

III - circulação vertical e horizontal;

IV - cozinha;

V - rouparia;

VI - instalações sanitárias;

VII - arquivos;

VIII - depósitos;

IX - garagens e semelhantes.

Art. 74. São considerados compartimentos especiais aqueles que, por sua finalidade, dispensam abertura para o exterior como:

I - câmaras escuras;

II - *closets*;

III - frigorífico;

IV - adegas;

V - estúdios de gravação de rádio e televisão;

VI - laboratórios fotográficos;

VII - cinematográficos e de som;

VIII - salas de computadores;

IX - transformadores;

X - telefonia e demais ambientes semelhantes aos descritos.

Art. 75. Os compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na analogia com os usos listados, observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função ou atividade.

Parágrafo único. As portas dos banheiros, lavabos e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com cozinhas e copas.

Art. 76. Toda edificação de uso público, locais de reunião, edifícios multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais deverão seguir os preceitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a respeito da acessibilidade universal.

Art. 77. O pé-direito deverá ser medido do piso até a face inferior da laje.

Art. 78. As dimensões mínimas de cada tipo de compartimento estão relacionadas na tabela constante do Anexo I deste Código.

Art. 79. O ático e o sótão não serão considerados pavimento, desde que não ultrapassem 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior, até o limite de 70m² (setenta metros quadrados);

Parágrafo único. O jirau não será considerado como pavimento nem área computável e não será objeto de licenciamento por parte do Município.

Art. 80. Toda projeção de edificação, no interior do terreno, será computada como área construída, exceto beirais e marquises menores que 1,00m.

Seção X Da Iluminação e Ventilação

Art. 81. Todo compartimento, com exceção dos de utilização especial, deverá dispor de comunicação com o exterior, seja de forma direta através de vãos, seja de forma indireta através de dutos para fins de iluminação e ventilação.

Parágrafo único. Excetuam-se dessa obrigatoriedade os corredores internos até 10,00m (dez metros) de comprimento e as escadas em edificações unifamiliares.

Art. 82. Não poderá haver quaisquer aberturas em paredes levantadas sobre a divisa ou a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da mesma.

Parágrafo único. Excetuam-se dessa obrigatoriedade, as janelas cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, e manterem no mínimo 0,75m (setenta e cinco centímetros) da divisa.

Art. 83. Os vãos de iluminação, janelas e portas-janelas, deverão ter, para cada compartimento, a área mínima de 1/6 (um sexto) da área do compartimento, se este for de permanência prolongada, e área mínima de 1/8 (um oitavo) se este for de permanência transitória.

§ 1º Para o uso industrial de permanência prolongada, a área mínima de iluminação deve respeitar as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

§ 2º Para o uso residencial, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área de abertura da iluminação correspondente a cada ambiente deverá servir também para ventilação.

§ 3º Os valores do *caput* deste artigo serão acrescidos em 20% (vinte por cento) no caso de o compartimento abrir para áreas com 3,00m (três metros) ou mais de profundidade sem iluminação e ventilação direta.

§ 4º Não serão consideradas como aberturas para iluminação, as janelas que abrirem para compartimentos de permanência transitória, exceto para garagens abertas.

Art. 84. Nenhum compartimento será considerado iluminado quando a profundidade for maior que duas vezes e meia a sua largura.

Art. 85. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:

I - habitáveis:

- a) auditórios e centros de convenção;
- b) cinemas;
- c) teatros;
- d) salas de exposições;
- e) boates e salões de danças;
- f) bancos e lojas comerciais.

II - não habitáveis:

- a) circulações;
- b) banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
- c) salas de espera em geral;
- d) subsolos;
- e) adega.

Art. 86. A comunicação com o exterior dos compartimentos de permanência transitória poderá ser feita de forma direta ou indireta.

§ 1º Para a comunicação de forma direta o vão de iluminação e ventilação deverá ter, no mínimo, 1/8 (um oitavo) da área do compartimento; poderá abrir diretamente para o exterior ou para outro compartimento de permanência transitória.

§ 2° Para a comunicação de forma indireta o poço vertical de iluminação ou ventilação deverá ter área mínima de 1/8 (um oitavo) da área do maior compartimento por ele ventilado, para o primeiro pavimento, com acréscimo de área de 20% (vinte por cento) por pavimento, sendo que pelo menos uma face deverá ter 0,70m (setenta centímetros).

Art. 87. As instalações sanitárias, as circulações, os depósitos e as garagens poderão se comunicar com o exterior de forma indireta através de dutos com equipamentos mecânicos de renovação do ar, com capacidade suficiente para a renovação de ar do ambiente.

Art. 88. Nos sanitários das edificações comerciais deverá ser assegurada uma ventilação mecânica com área mínima equivalente a 0,10m (dez centímetros) de diâmetro para cada sanitário.

Art. 89. Nas instalações sanitárias a área mínima permitida para iluminação será de 0,25m (vinte e cinco centímetros quadrados).

Art. 90. Os prismas destinados à iluminação ou ventilação, terão seções horizontais mínimas de 1/5 (um quinto) da altura total da edificação em metros quadrados, com o menor lado de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 1° Os prismas deverão ter acesso de visita pela base.

§ 2° A altura total que trata o caput exclui as torres de caixa d'água.

Seção XI

Das Marquises, Beirais, Toldos e Balanços

Art. 91. A construção de marquises de proteção, beirais e a instalação de toldos nos prédios deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I- em locais que o passeio for igual ou maior a 1,50m (um metro e cinquenta) de largura, este poderá avançar até ½ (metade) do passeio.

II- em locais que o passeio for inferior a 1,50m (um metro e cinquenta) de largura, este poderá avançar até 1/3 (um terço) do passeio;

III- ter altura mínima de 3,00m (três metros) acima do nível mais alto do passeio, podendo a municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra.

Art. 92. As marquises serão consideradas como área construída no que exceder:

I - em edificações residenciais, comerciais e de serviços largura superior a 2,00m (dois metros);

II - nas edificações industriais largura superior a seis metros.

III - em edificações industriais largura superior a 6,00m (seis metros).

Art. 93. Os alpendres incidirão no cálculo da taxa de permeabilidade.

Art. 94. Os toldos e beirais não serão considerados como área construída.

Art. 95. Os balanços utilizáveis e as sacadas serão consideradas área construída.

Seção XII
Dos Muros, Gradis, Cercas e Portões

Art. 96. O muro situado no alinhamento do logradouro, construído com material que vede a visão, terá altura máxima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) em relação ao nível do passeio.

§ 1º O muro de arrimo poderá ter a altura necessária para sustentar o desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º Para atingir altura superior à estabelecida no *caput* deste artigo, poderá ser utilizado no alinhamento de muro material que não vede a visão, como gradil e semelhantes.

§ 3º Para muros com altura superior a 1,80m (um metro e oitenta centímetros) deverá ser apresentado projeto arquitetônico e ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica.

§ 4º Qualquer cerca ou muro com altura inferior a 1,60m (um metro e sessenta centímetros) não poderá ter acabamento superior cortante ou pontiagudo.

§ 5º O Município poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do terreno for superior ou inferior ao logradouro público.

Art. 97. O Município deverá exigir ainda do proprietário do terreno, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro público.

Art. 98. É proibida a instalação na macrozona urbana do Município, de cerca de arame farpado no alinhamento frontal, a menos de 2,00m (dois metros e vinte centímetros) de altura em referência ao nível do passeio.

Art. 99. Nas divisas dos lotes é obrigatória a execução dos acabamentos nas paredes das partes visíveis ao terreno vizinho.

Art. 100. Os terrenos edificados, devidamente ajardinados, poderão ser dispensados da construção da mureta no alinhamento.

Parágrafo único. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 101. Os terrenos não edificados localizados em ruas pavimentadas deverão ser fechados com muretas de alvenaria de no mínimo 0,30m (trinta centímetros).

Parágrafo único. Quando o muro de fechamento não for suficiente para a contenção da terra ou vegetação, deverá o proprietário construir mureta até a altura necessária para suprir tal fato.

Art. 102. Não serão permitidos portões que tenham seu sentido de abertura sobre o passeio.

Seção XIII Das Cercas Energizadas

Art. 103. As cercas energizadas deverão obedecer, na ausência de normas técnicas brasileiras, às normas técnicas sobre a matéria editadas pela *Internacional Electrotechnical Commission – IEC*.

Parágrafo único. A obediência às normas técnicas de que trata este artigo deverá ser objeto de declaração expressa do técnico responsável pela instalação e/ou manutenção, que responderá por eventuais informações inverídicas.

Art. 104. É proibida a instalação de cercas energizadas a uma distância vertical ou horizontal menor que 3,00m (três metros) dos recipientes de gás liquefeito de petróleo.

Art. 105. É obrigatória a instalação de placas de advertência a cada 5,00m (cinco metros) no lado da via pública e a cada 10,00m (dez metros) nos demais lados da cerca energizada.

Art. 106. Os arames utilizados para a condução da corrente elétrica na cerca energizada deverão ser do tipo liso, vedada a utilização de arames farpados ou similares.

Art. 107. Sempre que for instalada cerca energizada na parte superior de muros, grades, telas ou outras estruturas, a altura mínima do primeiro fio energizado deve ser de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao nível do solo.

§ 1º A cerca energizada instalada nas testadas para a via pública deve ter inclinação de 45º (quarenta e cinco graus) para dentro do perímetro do terreno.

§ 2º Na hipótese de haver recusa por parte dos proprietários dos imóveis vizinhos, para a instalação do sistema de cerca energizada em linha divisória, aquela só poderá ser instalada com ângulo de 45º (quarenta e cinco graus) de inclinação para dentro do imóvel do interessado.

Seção XIV Das Calçadas e Passeios

Art. 108. É obrigatória a construção e manutenção, pelos proprietários dos terrenos, edificadas ou não, dos passeios em toda a extensão das testadas nos logradouros pavimentados.

Parágrafo único. A reconstrução e reparos de calçadas danificadas por concessionárias do serviço público serão por estas realizadas dentro de 30 (trinta) dias a contar do término de seu respectivo trabalho, no padrão existente.

Art. 109. O Município determinará a padronização da pavimentação dos passeios, por razões de ordem técnica e estética, respeitadas as determinações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Parágrafo único. Todos os passeios públicos deverão apresentar projetos, detalhamento e ART/RRT do profissional habilitado.

Art. 110. Nas calçadas com largura superior a dois metros é imprescindível o plantio e cultivo de uma árvore a cada 10m (dez metros) ou fração pelo proprietário do imóvel.

§ 1º Deverá ser demonstrado em projeto no momento da apresentação a prefeitura a locação das árvores dos lotes lindeiros;

§ 2º Quando o plantio for projetado em faixa de serviço, a qual tem passagem de rede elétrica, o proprietário deverá requerer autorização da municipalidade, qual autorizará desde que esta se enquadre em porte e altura definidos em instrução normativa.

Seção XV Dos Depósitos de Lixo

Art. 111. As edificações residenciais unifamiliares deverão possuir local de dispensa do lixo dentro da linha de divisa de muro.

Art. 112. Nas edificações multifamiliares e comerciais deverão existir instalações de coleta de lixo em local fechado, dentro da linha de divisa de muro.

§ 1º É proibida a utilização de tubos de queda para eliminação do lixo nas edificações multifamiliares ou comerciais.

§ 2º O depósito coletor deverá ter área mínima de 0,15m³ (0,50 largura x 0,50 profundidade x 0,60 altura) por unidade habitacional.

Art. 113. Nos restaurantes, lanchonetes, hospitais, clínicas, casas de saúde, hotéis e motéis, tendo em vista o tipo especial de coleta, poderá ser exigido pelo órgão competente um tipo especial de instalações e equipamentos, ressalvado o disposto no Capítulo VIII deste Código.

Art. 114. O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua.

Art. 115. Os depósitos de lixo deverão ter pisos e paredes impermeáveis e laváveis, ser protegido contra a incursão de animais e de fácil acesso para a retirada do lixo.

Art. 116. Os espaços destinados a abrigo ou depósitos de lixo deverá ter pé direito máximo de 2,00m (dois metros) se não atrelados a edificação. Serão dotados de sistema de ventilação permanente com fechamento por tela ou portas ventiladas que obedecerão às medidas mínimas de 0,50 (largura) x 0,60 (altura) sendo que o seu sentido de abertura não poderá obstruir o passeio público.

Art. 117. Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

Art. 118. Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer às normas específicas estabelecidas pelo órgão competente para sua construção e operação.

Art. 119. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 120. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao acondicionamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

Seção XVI Das Instalações Hidráulicas e Sanitárias

Art. 121. É obrigatória a construção de tanque séptico e filtro anaeróbico e sumidouro dimensionados e executados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 1º Todas as edificações deverão ser apresentadas ao Município o projeto e o dimensionamento, conforme as normas citadas no *caput*.

§ 2º Deverá ser acompanhado dos projetos a RRT ou ART dos sistemas coletivos ou individuais.

Art. 122. O conjunto de tanque séptico e filtro anaeróbio deverá respeitar os afastamentos mencionados na norma técnica, estar situado em local de fácil acesso e com possibilidade de ligação ao coletor público (rede de drenagem pluvial ou rede de esgoto).

Art. 123. Antes de lacrar o sistema de tanque séptico e filtro anaeróbio para o uso, o proprietário deverá solicitar vistoria para emissão de laudo de regularidade hidrossanitária em formulário próprio fornecido pelo Município.

Art. 124. As edificações que não instalem o sistema de tanque séptico e filtro anaeróbio, não receberão a certidão de *Habite-se*.

Art. 125. Para as edificações situadas na área rural deve ser instalado o tanque séptico e filtro anaeróbio conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ligando-os a zona de raízes ou outra solução técnica conforme orientações da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A - EPAGRI.

Seção XVII
Piscinas e Reservatórios de Água

Art.126. As piscinas e reservatórios de água deverão ter estrutura resistente às pressões da água que incidirem sobre as paredes e fundo.

Art. 127. Toda edificação deverá possuir no mínimo um reservatório de água que deverão obedecer aos seguintes critérios:

I - edificações residenciais unifamiliares deverão ter reservatório com capacidade mínimo de 250 (duzentos e cinquenta) litros.

II - cobertura que não permita a poluição da água;

III - torneira bóia que regule automaticamente a entrada de água no reservatório;

IV - extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao tubo alimentador, com descarga em um ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira bóia;

V - canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

Art. 128. As novas construções, deverão, obrigatoriamente, possuir reservatório inferior (cisternas), para usos secundários.

Parágrafo único. As edificações deverão manter reservatórios condizentes com sua área construída, nas proporções:

I- edificações até 100m² deverão ter reservatório mínimo de 500 (quinhentos) litros;

II- edificações com área entre 101m² e 300m², deverão ter reservatório mínimo de 1000 (mil) litros; e

III- edificações com área superior a 301m², deverão ter reservatório mínimo de 2000 (dois mil) litros.

Art. 129. Quando instalados reservatórios inferior e superior, o volume de cada um será, respectivamente de 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento) do volume total calculado.

Art. 130. Os motores e/ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, populações vizinhas.

Parágrafo único. Nas edificações em mais de uma unidade independente que tiverem reservatórios de água comum, o acesso aos mesmos e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 131. Será adotado reservatório inferior quando as condições piezométricas da rede distribuidora forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior, e ainda em todas as edificações de 4,0(quatro) ou mais pavimentos.

Paragrafo único. As piscinas ou reservatórios de água enterrados deverão observar um afastamento mínimo de 0,50m (cinquenta centímetros) de todas as divisas do lote, mesmo nos locais não sujeitos a recuo obrigatório.

Art. 132. As edificações em locais sujeitos a inundações deverão ter a saída da cisterna, a cabine de transformadores e pelo menos uma unidade da central de gás 0,50m (cinquenta centímetros) acima do nível de piso do pavimento térreo.

Art. 133. Os reservatórios de água deverão ser dimensionados pela estimativa de consumo mínimo, conforme a utilização da edificação, de acordo com as normas da ABNT e as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 134. As piscinas deverão ter:

I - equipamento para recirculação e tratamento de água;

II - sistema para escoamento das águas de excesso diretamente para o esgoto, evitando seu refluxo a piscina;

III - chuveiros e lava-pés nos acessos e grades de proteção em todo seu entorno, quando de uso público ou coletivo;

IV - utilizar somente ralos anti-sucção; e

V - atender a NBR 10.339.

Seção XVIII

Escavações, movimentação de terra, arrimo e drenagens

Art. 135. Todo movimento de terra, tais como, cortes, escavações, aterros e terraplanagens, será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, devidamente cadastrado nos órgãos competentes constituído do seguinte:

I - planta de situação do terreno, indicando orientação, edificações, cursos d'água, árvores de grande porte, postes e demais elementos físicos no raio de 10,00m (dez metros) ao redor da área do movimento projetado na escala de 1/500 (um por quinhentos);

II - planta do terreno com altimetria indicando movimentos projetados na escala de 1/200 (um para duzentos);

III - perfil do terreno indicando os movimentos projetados na escala de 1/200 (um para duzentos);

IV - quadro com quantitativos em m³ (metros cúbicos) dos movimentos projetados;

V - ART ou RRT do profissional habilitado dos projetos específicos.

§ 1º O projeto do movimento de terra poderá integrar o projeto arquitetônico desde que sejam atendidas as determinações desta Seção.

§ 2º É expressamente vedado executar qualquer tipo de terraplanagem, sem o consentimento da Municipalidade sob pena de autuação e notificação do proprietário do imóvel e do responsável pelo equipamento.

Art. 136. Na execução do preparo do terreno e escavações, serão obrigatórias as seguintes precauções:

I - evitar que as terras ou outros materiais alcancem o passeio ou o leito do logradouro;

II - a disposição final dos materiais escavados deve ser realizado com destino a critério da Municipalidade, sem causar quaisquer prejuízos a terceiros e meio ambiente;

III - adoção de providências que se façam necessárias para a sustentação dos prédios vizinhos limítrofes.

Art. 137. Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouros públicos.

Art. 138. Os movimentos de terra observarão ainda o seguinte:

§ 1º Os cortes e aterros não terão altura contínua superior a 3,00m (três metros), em qualquer ponto, exceto quando necessariamente comprovados para execução de:

- a) garagens embutidas ou semi-embutidas;
- b) embasamento com pavimento exclusivamente destinado a estacionamento ou guarda de veículos;
- c) obras de contenção indispensáveis à segurança ou à regularização de encostas.

§ 2º Aos cortes corresponderão patamares horizontais na proporção de 2/1 (dois por um).

§ 3º Os cortes e aterros que resultarem inclinação de até 30% (trinta por cento) em relação a horizontal deverão ter contenção vegetal.

§ 4º Os cortes e aterros que resultarem inclinação superior a 30% (trinta por cento), serão objeto de contenção de engenharia com cortina de pedra, concreto armado ou gabião, sendo que sua execução deverá ser acompanhada por profissional competente da área.

§ 5º Em nenhum caso os cortes e aterros ficarão a descoberto.

Art. 139. Deverão ser observadas ainda a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo nos artigos que dispõe sobre o assunto e a instrução normativa de Movimentação de Terra, além da Legislação Estadual e Federal.

Art. 140. A Municipalidade deverá instituir multa e cassar o licenciamento da terraplanagem, bem como o da pessoa física ou jurídica que estiver realizando o serviço, quando este estiver em desacordo com a aprovação do projeto.

Art. 141. As pessoas físicas ou jurídicas, de que trata esta Seção, deverão ter licenciamento anual da Municipalidade para operarem no Município.

Art. 142. A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplanagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Parágrafo único. O projeto aprovado pela Municipalidade deverá obrigatoriamente ser seguido e mantido na obra.

Art. 143. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não autorizadas pela Municipalidade.

Capítulo VIII CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 144. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:

I - residenciais unifamiliares;

II - residenciais multifamiliares;

III - mistas;

IV - não residenciais.

Seção I Das Residências Unifamiliares

Art. 145. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial isolada;

Parágrafo Único: Considerar-se-á ainda, unifamiliar quando houver somente um módulo residencial sobreposto a um comercial.

Art. 146. Em lotes onde houver a presença de uma ou mais unidades habitacionais, sendo elas projetadas horizontalmente ou verticalmente será considerada multifamiliar devendo ser constituído condomínio e obedecer aos demais critérios exigidos.

Art. 147. Será permitida apenas um rebaixo no meio fio com dimensão máxima de 4,00m (quatro metros), viabilizando entrada e saída de veículos.

Art. 148. Toda unidade residencial unifamiliar será constituída de no mínimo um compartimento habitável, um banheiro e uma cozinha, perfazendo um total mínimo de trinta e três metros quadrados ou respeitando a área construída mínima exigida pela Lei do Uso e Ocupação do Solo.

Seção II Das Residências Multifamiliares

Art. 149. A edificação é classificada como multifamiliar quando existirem uma ou mais unidades residenciais, podendo estas ser geminadas ou estar dispostas verticalmente em edifícios de apartamentos.

§ 1º As edificações geminadas apresentam uma ou mais paredes contíguas às de outra edificação, agrupadas horizontalmente dentro do mesmo lote.

§ 2º Os edifícios de apartamentos que apresentem duas ou mais unidades residenciais agrupadas verticalmente dentro do mesmo lote.

§ 3º Será permitida apenas um rebaixo de 4,00m (quatro metros) no meio fio, viabilizando entrada e saída de veículos; excetos em lotes com acesso a duas vias públicas.

Art. 150. As edificações residenciais multifamiliares são de uso permanente e transitório, conforme o tempo de utilização de suas unidades.

§ 1º Consideram-se de uso permanente os edifícios de apartamentos e quitinetes e as edificações geminadas.

I - considera-se quitinete a unidade residencial com área útil privativa mínima de vinte metros quadrados e máxima de trinta e três metros quadrados.

§ 2º Consideram-se de uso transitório os hotéis, motéis, apart-hotéis e congêneres.

Art. 151. As edificações residenciais multifamiliares permanentes, independente do número de unidades, possuirão sempre:

I - portaria com caixa de distribuição de correspondência;

II - local para depósito de lixo coletivo com separação dos resíduos;

III - equipamentos de prevenção contra incêndio conforme normas do Corpo de Bombeiros e da ABNT. Excetuando-se os casos de residências isoladas no mesmo lote.

IV - reservatórios de água de acordo com as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e empresa encarregada do abastecimento;

V - sistema próprio de esgotamento sanitário, dimensionado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

VI - áreas de uso comum destinadas a jardins, arborização, acessos, equipamentos de lazer e recreação, na proporção mínima de 10% (dez por cento) da área do terreno.

Art. 152. O uso residencial multifamiliar com até 4,0 (quatro) unidades habitacionais fica dispensado da reserva de área de recreação.

Seção III Das Edificações Mistas

Art. 153. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 154. Nas edificações mistas onde houver uso residencial, serão obedecidas as seguintes condições:

I - no compartimento de acesso ao nível de cada piso, as circulações relativas a cada uso serão obrigatoriamente independentes entre si;

II - as vagas de estacionamento serão computadas separadamente conforme o uso.

Seção IV Dos Hotéis e Estabelecimentos de Hospedagem

Art. 155. Além de outras disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os hotéis e estabelecimentos de hospedagem deverão ter os seguintes compartimentos:

I- espaço de recepção com serviço de portaria e comunicação;

II- sala de estar;

III- copa;

IV - compartimento próprio para administração do estabelecimento;

V- compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

VI- entrada de serviço para carga e descarga independente do acesso principal;

- VII- instalações sanitárias para o pessoal de serviço independentes das destinadas aos hóspedes;
- VIII - reservatórios de água, de acordo com as exigências da ABNT e empresa encarregada do abastecimento;
- IX- uma vaga de garagem por quarto;
- X- no mínimo uma vaga para automóveis de visitantes;
- XI- instalações para coleta e remoção de lixo.

§ 1º Os hotéis e estabelecimentos destinados à hospedagem devem seguir as normas da ABNT, referentes à prevenção contra incêndio no que diz respeito às circulações e instalação de aparelhos.

§ 2º Devem ser atendidas as condições estabelecidas na normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em relação à acessibilidade universal aos ambientes.

Art. 156. Os dormitórios dos hotéis e estabelecimentos de hospedagem deverão ter:

- II - banheiro privativo ou sanitários coletivos em todos os andares na proporção de um vaso e um chuveiro, em compartimentos separados, para cada grupo de seis leitos;
- II - área mínima de doze metros quadrados, quando para dois leitos e de nove metros quadrados, quando para um leito.

Seção V Dos Ancionatos, Orfanatos, Casas de Repouso e Congêneres

Art. 157. Os ancionatos, orfanatos, casas de repouso e congêneres, além das determinações deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

- I - área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados) por leito;
- II - no máximo 10,0 (dez) leitos por alojamento;
- III - instalações sanitárias separadas para cada sexo, na proporção de um chuveiro, um vaso sanitário e um lavatório para cada 6,0 (seis) leitos;
- IV - instalações sanitárias independentes para os funcionários;
- V - sistema de prevenção e proteção contra incêndios;
- VI - reservatório de água de acordo com as determinações da ABNT e da empresa encarregada do abastecimento;
- VII - instalações para coleta e remoção de lixo.

Parágrafo único. Devem ser atendidas as condições à acessibilidade universal aos ambientes estabelecidas pela ABNT e pela legislação federal e estadual pertinente.

Seção VI Dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde

Art. 158. São considerados estabelecimentos de serviços de saúde os postos assistenciais, casas de saúde, clínicas, hospitais, laboratórios de análises, pesquisas e congêneres.

Art. 159. Além das normas federais, estaduais e das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, as edificações para atividades de saúde, destinadas à prestação de assistência médico-sanitária e odontológica, deverão ter locais para:

I - depósito dos recipientes de lixo comum conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

II - guarda de materiais e medicamentos;

III - atendimento e imunização;

IV - curativo e esterilização;

V - material de limpeza;

VI - sanitário público e de funcionários;

VII - locais e meios de disposição adequada dos resíduos de acordo com a Lei Municipal específica;

VIII - acessos para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público.

§ 1º Os hospitais deverão ter, ainda, instalações de emergência para o fornecimento de energia elétrica.

§ 2º As exigências relativas a instalações sanitária bem como as quantidades mínimas deverão obedecer aos critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Seção VII Das Edificações Destinadas às Atividades Comerciais e de Serviços

Art. 160. As unidades destinadas ao comércio e à prestação de serviços são as lojas, salas comerciais e escritórios.

Parágrafo único. As unidades destinadas ao comércio e prestação de serviço ao público, deve respeitar todas as normativas no que tange a acessibilidade.

Art. 161. As edificações destinadas a escritórios, consultórios, lojas, galerias e estúdios de caráter profissional, deverão:

I - ser dotadas de reservatórios de água de acordo com as determinações da ABNT e empresa encarregada do abastecimento;

II- não ter quaisquer divisões de madeira ou material combustível entre unidades autônomas.

Parágrafo único. As instalações sanitárias coletivas deverão ser separadas por sexo e calculadas na razão de um vaso sanitário, um mictório e um lavatório para cada trezentos metros quadrados de área construída, descontadas as áreas de estacionamento, sendo no mínimo uma instalação para cada sexo por pavimento, obedecendo ainda as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 162. Todas as unidades das edificações comerciais deverão dispor de instalações sanitárias nas seguintes quantidades mínimas:

I- para áreas construídas de até 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) será obrigatória a construção de, no mínimo, um sanitário (sendo um vaso sanitário e um lavatório);

II- para áreas construídas acima de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) será obrigatória a construção de, no mínimo, dois sanitários (sendo um vaso sanitário e um lavatório por sanitário), constituindo um de uso masculino e um de uso feminino;

III- quando se tratar de conjunto de lojas ou salas comerciais autônomas em um mesmo pavimento poderá ser feito um agrupamento das instalações sanitárias, observando a obrigatoriedade de no mínimo dois sanitários (sendo um vaso sanitário e um lavatório), constituindo um de uso masculino e um de uso feminino;

IV- nos casos de sanitários unissex, o mesmo será considerado somente uma unidade no cômputo das quantidades;

§ 1º Quando houverem oito salas comerciais ou 1.000m² (mil metros quadrados) será obrigatória a construção de, no mínimo um banheiro familiar destinado a crianças de até dez anos de idade acompanhadas do respectivo responsável, com uma antessala composta de no mínimo um fraldário com instalação especial destinada à troca de fraldas e à amamentação de crianças de até três anos de idade.

§ 2º As instalações sanitárias atenderão às condições relativas à acessibilidade universal e cumprirão as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, assim como deve ser atendida a legislação federal específica em vigor.

Seção VIII

Dos Supermercados e Centros Comerciais

Art. 163. As edificações destinadas a supermercados e centros comerciais deverão ter:

I- saídas de emergência e equipamentos de prevenção e proteção contra incêndios conforme as normas técnicas estabelecidas para este fim;

II - instalações sanitárias para o público, separadas por sexo, na razão de um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área construída, descontadas as áreas de estacionamento;

III - instalações sanitárias e vestiários para funcionários, separadas por sexo, na razão de um vaso sanitário, um lavatório e um mictório e um chuveiro para cada 500,00m² (quinhentos metros quadrados) de área construída, descontadas as áreas de estacionamento, sendo no mínimo uma instalação para cada sexo por pavimento;

IV - abastecimento de água totalmente independente da parte residencial, quando situados em edifícios desta natureza;

V - compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo, com capacidade para armazená-lo por no mínimo dois dias, localizado na parte de serviços, com acesso fácil e direto aos veículos de coleta pública;

VI - portas para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público.

Parágrafo único. As exigências relativas a instalações sanitária e vestiários acessíveis bem como as quantidades mínimas deverão obedecer aos critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Seção IX

Das Mercarias, Padarias, Açougues e Estabelecimentos Congêneres

Art. 164. As edificações destinadas as mercearias, padarias, açougues e estabelecimentos congêneres deverão respeitar:

I- as normas da Vigilância Sanitária;

II - instalações sanitárias mínimas com chuveiro, lavatório e vaso sanitário para uso dos funcionários, até a área de 300m² (trezentos metros quadrados) construída, descontadas as áreas de estacionamento, obedecendo as normas regulamentadores do Ministério do Trabalho;

III- para áreas superiores a 300m², acresce instalações sanitárias masculinos e femininos na razão de um vaso sanitário, um lavatório e um mictório (masculino) para cada 300,00m² (trezentos metros quadrados) de área construída, descontadas as áreas de estacionamento.

IV - portas para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público;

V - o código sanitário municipal.

Parágrafo único. As exigências relativas a instalações sanitária e vestiários bem como as quantidades mínimas deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente as que tratam sobre acessibilidade e legislação estadual e federal.

Seção X

Dos Bares, Churrascarias, Restaurantes e outros Estabelecimentos Congêneres

Art. 165. As edificações destinadas a bares, churrascarias, restaurantes e estabelecimentos congêneres deverão ter:

I - compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo, com capacidade para armazená-lo por no mínimo dois dias, localizado na parte de serviços, com acesso fácil e direto aos veículos de coleta pública;

II - porta para carga e descarga independentes dos acessos destinados ao público;

Art. 166. Os compartimentos destinados ao trabalho, fabricação, manipulação, cozinha, despensa ou depósito de alimentos deverão ter:

I - sistema de exaustão de ar para o exterior;

II - pisos, paredes e pilares revestidos com material impermeável;

III - janelas protegidas com telas milimétricas.

IV - instalações sanitárias para os funcionários, separadas por sexo, com no mínimo um chuveiro, um vaso sanitário, um lavatório e um mictório (masculino).

V - em edificações com área destinada ao preparo e manipulação de alimentos acima de 50,00m² (cinquenta metros quadrados) deverá conter vestiário para funcionários com área mínima de 3,00m² (três metros quadrados) com dimensão mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). Sendo que, para cada fração de área de 100,00m² (cem metros quadrados) será acrescentado uma área de 3,00m² (três metros quadrados) e dimensão mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 167. Os compartimentos destinados à permanência de público deverão:

I - não havendo aberturas externas, ter ventilação mecânica com uma tiragem mínima de volume de ar de quarenta e cinco metros cúbicos por hora e por pessoa;

II - ser dotados de instalações sanitárias para o público, separadas por sexo, na razão de um vaso sanitário, um lavatório e um mictório para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída, descontadas as áreas de estacionamento.

Parágrafo único. Todo compartimento destinado a passagem ou parada de público, deve respeitar todas as acessibilidade mínima.

Art. 168. As exigências relativas a instalações sanitária e vestiários bem como as quantidades mínimas deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente as que tratam sobre acessibilidade e legislação estadual e federal.

Seção XI Dos Locais de Reunião

Art. 169. São considerados locais de reunião os estádios, auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção, templos religiosos, cinemas, teatros, boates, salões de dança e congêneres, devendo ter:

I- instalações sanitárias separadas por sexo em cada pavimento para atendimento do público, considerando a lotação máxima do ambiente, em conformidade com o anexo II desta lei, independentemente daquelas destinadas aos funcionários;

II- locais de espera para o público, independentemente da circulação;

III - visibilidade do espetáculo de cada assento ou lugar, o que deverá ficar demonstrado através de projeto técnico, estando livre de obstáculos como pilares;

IV - ventilação mecânica com uma tiragem mínima de volume de ar de quarenta e cinco metros cúbicos por hora e por pessoa, quando não havendo aberturas externas;

§ 1º As folhas de portas de saída não poderão abrir diretamente sobre o passeio dos logradouros.

§ 2º As bilheterias não poderão ter seu balcão de venda e portas abrindo diretamente sobre o passeio do logradouro;

§ 3º Os camarins deverão ter instalações sanitárias privativas.

Art. 170. Os locais de reunião devem atender aos preceitos das normas da ABNT referentes às saídas de emergência e aparelhos de prevenção de incêndios e da norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que diz respeito à acessibilidade universal aos ambientes e número de sanitários.

Seção XII Dos Depósitos de Mercadorias, de Sucatas e Transportadoras

Art. 171. As edificações destinadas aos depósitos de mercadorias e de sucatas deverão ter, obrigatoriamente, os pisos pavimentados.

Art. 172. Quando se tratar de depósito de sucatas, que pela sua natureza possam ser conservados ao tempo, as áreas destinadas ao depósito dos mesmos deverão ter muros, com altura mínima de dois metros e vinte centímetros, acima do nível do logradouro público.

Art. 173. Na área rural, os depósitos de materiais que pela sua natureza podem ser conservados ao tempo deverão ser cercados com cerca ou gradil, e deverão estar em ambiência com o entorno.

§1° Deverá ser considerada a paisagem cultural rural e o impacto a ser causado.

§2° O município poderá solicitar estudo de impacto de vizinhança.

Art. 174. As transportadoras de mercadorias e empresas de transporte de passageiros deverão ter pátio de estacionamento e manobras compatível com o número de veículos.

Seção XIII

Dos Depósitos de Inflamáveis, Explosivos e Munições

Art. 175. As edificações para depósito de explosivos e munições observarão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

Seção XIV

Dos Depósitos de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP

Art. 176. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo - GLP deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros.

Seção XV

Do Uso Industrial e de Apoio Industrial

Art. 177. Os estabelecimentos industriais e de apoio industrial deverão ter:

I- as fontes de calor convenientemente dotadas de isolamento térmico e afastadas pelo menos cinquenta centímetros das paredes;

II - as fontes de calor convenientemente dotadas de isolamento térmico e afastadas pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros) das paredes;

III - os depósitos de combustíveis em locais adequadamente preparados;

IV - instalações e aparelhamento preventivo contra incêndio;

V - as paredes, quando junto às divisas, do tipo corta-fogo, duplas e elevadas no mínimo 1,00m (um metro) acima da calha ou teto;

VI - as escadas e os pisos de material incombustível.

Art. 178. Os compartimentos sanitários e demais instalações devem seguir as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Seção XVI
Dos Postos de Abastecimento

Art. 179. Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este Código, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis, bem como as disposições:

I- do Código Florestal Brasileiro;

II- das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

III- das portarias do Instituto do Meio Ambiente – IMA;

IV- dos regulamentos de despejos industriais e normas da Agência Nacional de Petróleo - ANP, no que forem cabíveis.

Art. 180. É proibido construir postos de abastecimentos de veículos abaixo da cota de enchente, ou em locais em que a cota de todas as ruas circundantes e limítrofes ao terreno em questão estejam abaixo da cota de enchente.

Art. 181. Os postos de abastecimento de veículos deverão ter instalações sanitárias franqueados ao público, na proporção definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 182. Para os postos de abastecimento de veículos instalados anteriormente à publicação deste Código, poderá o Município, sempre que houver constatação de contaminação do solo e do subsolo, exigir providências a fim de corrigir a causa.

Art. 183. Para fins de análise e aprovação do projeto de construção de postos de abastecimento de veículos e atividades afins, deverá o interessado apresentar ao Município o projeto de construção, acompanhado dos seguintes documentos:

I - licença ambiental prévia, instruída dos seguintes documentos:

- a) planta de detalhe e situação das instalações subterrâneas;
- b) planta de detalhe e situação dos sistemas de retenção de resíduos de óleo e graxas e de tratamento de águas residuárias;
- c) estudo geológico para implantação dos poços de monitoramento, consistindo de laudo técnico, contendo o perfil geológico do terreno com determinação da profundidade do lençol freático, planta de localização e perfil construtivo e geológico dos poços de monitoramento;
- d) identificação e avaliação dos impactos ambientais gerados pela operação da atividade;
- e) definição dos limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto.

§ 1º Deverão ser considerados, nos estudos, os planos e programas governamentais, propostos ou em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

§ 2º A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos deverão ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem, possuindo caixas de retenção de resíduos de areias, óleos e graxas, pelas quais deverão passar as águas de lavagem antes de serem lançadas à rede geral, conforme padrão estabelecido pelas normas da ABNT.

§ 3º Os pisos das áreas de abastecimento e troca de óleo deverão ter revestimento impermeável, com sistema de drenagem independente da drenagem pluvial e/ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, que deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede de águas pluviais.

§ 4º Para os postos de abastecimento e serviços instalados anteriormente à publicação deste Código, poderá o órgão municipal responsável pelo Meio Ambiente exigir a adequação das edificações sempre que houver a constatação de contaminação do solo e do subsolo.

§ 5º Todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da ABNT.

§ 6º Para todos os postos de abastecimento de veículos a serem construídos, será obrigatória a instalação de pelo menos 3,0 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático.

§ 7º Poderão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, quando assim convier ao órgão municipal ambiental.

Art. 184. As medidas de proteção ambiental para armazenagem subterrânea de combustíveis líquidos, estabelecidas neste Código, aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

Art. 185. Os tanques, conexões, tubulações e demais dispositivos utilizados para a armazenagem subterrânea de combustíveis líquidos, atenderão às disposições da ABNT.

Art. 186. Nos postos de abastecimento de veículos já instalados, quando da substituição de tanques obsoletos por tanques novos compostos de material reciclável, deverão ser removidos e desativados aqueles que estiverem fora das especificações deste Código.

Art. 187. As colunas para abastecimento deverão ficar recuadas, no mínimo, seis metros do alinhamento frontal e afastadas, no mínimo, sete metros e doze metros das divisas laterais e dos fundos, respectivamente.

Art. 188. As colunas para abastecimento deverão ficar recuadas, no mínimo, 6,00m (seis metros) do alinhamento frontal e afastadas, no mínimo, 7,00m (sete metros) e 12,00m (doze metros) das divisas laterais e dos fundos, respectivamente.

Art. 189. Distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas.

Art. 190. Só poderão ser construídos em terrenos com área não inferior a 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) e testada mínima de 50,00m (cinquenta metros).

Seção XVII

Das Oficinas, Borracharias, Latoarias, Lavação de Veículos, Comércio de Veículos e Congêneres

Art. 191. Para a aprovação de edificações destinadas a oficinas, borracharias, latoarias, lavação de veículos, será solicitado o licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais, e poderá ser solicitado o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, a critério do órgão municipal competente.

Art. 192. O pé-direito das instalações mencionadas nesta Seção deve ser de no mínimo 3,00m (três metros).

Art. 193. Todas as atividades de lavação de veículos, ainda que nos comércios de veículos, deverão ter escoamento para caixas de retenção de resíduos, de areias e óleos separados das águas pluviais e servidas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos em funcionamento em desacordo com os dispositivos deste Código deverão se adaptar ao mesmo no prazo de um ano.

Seção XVIII

Das Garagens, Acessos e Estacionamento

Art. 194. Em todas as edificações serão obrigatórias áreas de estacionamento interno para veículos, em quantidade calculada conforme exigências da Lei do Uso e Ocupação do Solo.

Art. 195. Quando houver mais de um pavimento de garagens, será obrigatória a separação de um acesso para pedestres isolado do acesso de veículos.

Art. 196. Para os estacionamentos residenciais deverá haver acesso privativo para todas as vagas, permitido o acesso comum apenas para vagas de uma mesma unidade.

Art. 197. Para as unidades não residenciais deverá haver acesso privativo para todas as vagas.

Art. 198. Considera-se edifício-garagem a edificação que possuir mais de um pavimento e ele tiver oitenta por cento ou mais de sua área destinada a estacionamento.

§ 1º As atividades de lavação de veículos e outras que gerem águas residuais, ainda que nos comércios de veículos, deverão ter escoamento para caixas de retenção de resíduos, de areias e óleos separados das águas pluviais e servidas.

§ 2º Todos os edifícios-garagem deverão ter instalações sanitária conforme, respeitadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 199. Todas as vagas de estacionamento devem ser demarcadas no projeto e *in loco*, praticáveis de acordo com o projeto estrutural.

Art. 200. Cada vaga para veículo terá as dimensões mínimas especificadas na tabela constante na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 201. As rampas de acesso deverão ser executadas a partir do interior do lote, deixando a calçada totalmente livre.

Art. 202. As circulações internas no imóvel para passagem de veículos deverão ter largura mínima para:

I - automóveis de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), quando construída em linha reta, e de 3,00m (três metros), quando em curva e altura de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);

II - veículos de carga e ônibus será de 3,00m (três metros), quando em linha reta, e de 4,00m (quatro metros), quando em curva e altura de 3,50m (três metros e cinquenta).

Art. 203. Os acessos de veículos aos lotes deverão ser feitos por meio de rebaixamento do meio fio, sendo que:

I - a largura do rebaixo deverá ser compatível com a largura do acesso e com o uso da edificação;

II - a largura máxima permitida é de 8,0m (oito metros) para acesso de veículos de carga maior que 4t (quatro toneladas) e ônibus;

III- a dimensão mínima do afastamento entre rebaixos deverá ser de 3,0m (três metros), exceto em casos especiais, com aprovação do órgão municipal competente;

IV- em terrenos de esquina, será considerada metade da dimensão do desenvolvimento da curva para o cálculo de proporcionalidade dos rebaixos;

V- nenhum acesso para veículos poderá estar localizado ao longo do desenvolvimento da curva de concordância das duas vias, procurando distanciar-se ao máximo do mesmo;

VI- o rebaixo e suas concordâncias não poderão ultrapassar a divisa do imóvel com o confrontante;

Art. 204. Todos os rebaixamentos de meio-fio devem ser demarcados e cotados no projeto.

Seção XIX Dos Edifícios Públicos

Art. 205. As obras de qualquer natureza a serem realizadas por instituições públicas, não poderão ser executadas sem os respectivos alvarás de construção expedidos pelo município, devendo ser obedecidas as determinações deste Código e das demais legislações aplicáveis.

Art. 206. Os projetos deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado e um responsável do órgão solicitante.

Art. 207. Aprovado o projeto, o alvará será gratuito.

Art. 208. O alvará com os documentos anexos serão entregues ao responsável do órgão permanecendo os demais junto ao processo para fins de fiscalização e arquivamento após a conclusão das obras.

Seção XX Dos Circos e Parques de Diversões

Art. 209. Por se tratar de locais de reunião de público, os circos e parques de diversão deverão seguir os critérios estabelecidos neste Código, além das exigências desta Seção.

Art. 210. A armação e montagem dos circos e parques de diversões deverão ser precedidas de alvará do Município, no qual deverá constar o prazo de sua permanência no local.

§ 1º Para solicitação de alvará deverá ser entregue laudo de responsabilidade técnica.

§ 2º Findo o prazo, deverá ser procedida a limpeza do imóvel, as expensas do proprietário.

§ 3º Na montagem e desmontagem dos circos e parques de diversões, não poderão ser utilizados os espaços dos logradouros públicos.

§ 4º A exigência de alvará pelo município não dispensa a vistoria e aprovação pelo corpo de bombeiros e da vigilância sanitária.

Art. 211. A lotação máxima de espectadores será proporcional a duas pessoas por metro quadrado dos locais destinados ao público, no caso dos circos, ou da área livre, no caso dos parques de diversões.

Art. 212. Os vãos de entrada e saída deverão ser proporcionais à lotação máxima do circo ou parque de diversões, devendo ter largura de 1,00m (um metro) para cada cem pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros).

Art. 213. As instalações sanitárias deverão ser independentes por sexo e dimensionadas pela capacidade máxima do circo ou parque de diversões, conforme o Anexo II deste código, sendo o interessado responsável pelo destino final dos dejetos.

Art. 214. As vagas de estacionamento deverão ser dimensionadas conforme a Lei do Uso e Ocupação do Solo.

Art. 215. Deverá ser acatado as orientações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT no que tange a acessibilidade.

Seção XXI

Torres de Transmissores de Rádio, Televisão, Telefonia, Telecomunicações em Geral e outros Sistemas Transmissores

Art. 216. Para a instalação de quaisquer sistemas transmissores, independentemente do material construtivo utilizado, será necessária a obtenção de alvará de construção, nos termos deste Código, respeitando a Lei Estadual nº 12.864 de 12 de janeiro de 2004, ou outra que a vier a substituir.

I- o pedido de alvará deverá ser instruído na forma deste Código, e ainda com os seguintes documentos:

- a) Documento de Responsabilidade Técnica do profissional habilitado;
- b) Licença Ambiental Prévia – LAP.

Art. 217. A obtenção do alvará de construção a que se refere o *caput* deste artigo não dará direito à operadora de colocar o sistema transmissor em funcionamento.

Art. 218. Deverá ser mantida, no imóvel onde estiver instalado o sistema transmissor, em local que permita a leitura natural a partir da rua, placa de identificação da antena e da torre de sustentação, com as seguintes informações:

I- nome da operadora, com seu endereço e telefone;

II- nome do responsável técnico.

Parágrafo único. Os sistemas já implantados terão o prazo de um ano para adequação às normas deste Código.

Art. 219. Para a instalação de antenas no topo de edifícios deverão ser respeitadas as normativas específicas, garantindo as condições de segurança para acesso ao topo do edifício, comprovado através de laudo técnico.

Seção XXII

Disposições Gerais a todas as Edificações

Art. 220. Nas edificações onde se desenvolva mais de uma atividade, de uma ou mais categorias funcionais, deverão ser satisfeitos os requisitos próprios de todas as atividades.

§1º As normas específicas aplicam-se à edificação no seu todo, quando de uso exclusivo para uma atividade, ou ainda, a cada uma de suas partes destinadas a atividades específicas.

§2º Nos empreendimentos que englobem atividades residenciais ou de hospedagem e outras quaisquer, as edificações destinadas à residência ou hospedagem deverão ter acesso próprio e independente das demais atividades.

Art. 221. Todas as instalações localizadas acima do último pavimento das edificações, incluindo caixa d'água, casa de máquinas, cumeeiras ou platibandas, não excederão a oito metros de altura.

Art. 222. Não serão permitidas edificações sobre faixas sanitárias.

Art. 223. Poderão ser construídas edificações abaixo do nível da rua, desde que seja solucionada a ligação de esgoto, ficando às expensas do proprietário a destinação dos resíduos sólidos e líquidos.

Art. 224. Nas edificações sob pilotis, toda a área coberta será considerada área construída quando apresentar pé direito de dois metros e vinte centímetros e apresentar características de compartimento de permanência prolongada, transitória ou especial.

§1º No projeto de construção apresentado, o proprietário poderá mencionar que a área sob os pilotis não será utilizada.

§2º Caso seja constatada a utilização da área declarada como não utilizável, o proprietário fica sujeito à regularização da referida área.

§3º Em caso de utilização da área sob pilotis como garagem, sem fechamento de nenhuma das laterais soma-se a área correspondente ao módulo de vaga.

Art. 225. Todas as edificações permanentes ou transitórias, inclusive contêiner, deverão obedecer este código e apresentar responsável técnico pelo projeto e execução.

§1º A responsabilidade sobre o cumprimento destas e outras normativas técnicas é de exclusividade do responsável técnico da obra;

§2º A análise do órgão municipal se limitará aos coeficientes urbanísticos e demais itens que interfiram no bem estar coletivo.

Art. 226. Todas as edificações, exceto as de uso unifamiliar, deverão obedecer as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Capítulo IX DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 227. Considera-se infração toda ação contrária às leis e seus regulamentos.

Art. 228. Todo aquele que infringir disposições deste Código sujeitar-se-á às penalidades nele estabelecidas.

Art. 229. A infração se prova com o auto respectivo, lavrado em flagrante ou não, por pessoa competente, no uso de suas atribuições legais.

Parágrafo único. Consideram-se competentes aqueles que a lei ou regulamento atribuem a função de atuar, em especial os servidores municipais em exercício.

Art. 230. As penas para infrações aos dispositivos deste Código são:

- I- notificação;
- II- embargo;
- III- multa;
- IV- interdição;
- V- demolição compulsória.

Seção I
Da Notificação

Art. 231. A notificação ao proprietário, deverá ser imposta pelo Município pelo prazo de três dias úteis, através de auto de notificação, quando:

- I- modificar o projeto aprovado;
- II- iniciar ou executar obras sem o alvará;
- III- falsear medidas;
- IV- omitir nos projetos a existência de cursos de água, naturais ou artificiais, ou de topografia acidentada que exija obra de contenção de terreno;
- V- dificultar ou impedir a fiscalização.

Art. 232. Após o prazo da notificação é compulsório o embargo.

Seção II
Do Embargo

Art. 233. Qualquer obra, parcial ou total, em execução ou concluída deverá ser embargada quando:

- I- estiver fora do alinhamento predial;
- II- for construída em loteamentos não aprovados;
- III- forem empregados materiais inadequados, resultando em perigo para a segurança da edificação, dos trabalhadores, dos usuários e dos transeuntes da via pública.

IV- o construtor ou proprietário se recusarem a receber qualquer intimação do Município referente ao cumprimento de dispositivos deste Código.

§1º O auto do embargo da obra poderá ser feito através de:

I- apresentação do termo de embargo à pessoa física ou jurídica, proprietária ou responsável pela execução da obra, e recolhimento de recibo;

II- correio;

III- edital, com prazo de cinco dias, publicado uma só vez no órgão oficial do Município.

§2º Para assegurar a paralisação de uma obra embargada, o Município poderá requisitar força policial.

Seção III Das Multas

Art. 234. As multas são aplicáveis pelo órgão municipal competente aos proprietários, nos seguintes valores:

I - vinte Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM's por inexistência, no local da obra, de cópia de projeto aprovado e do alvará de construção;

II - cem Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM's pelo não cumprimento de intimação em virtude de vistoria ou de determinação fixadas no laudo de vistoria;

III - duzentas Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM's por iniciar ou executar obras de qualquer tipo sem o alvará de construção, desrespeitar o embargo, em desacordo com o projeto aprovado ou qualquer dispositivo deste Código;

IV - duzentas Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM's por dificultar ou impedir a ação das autoridades competentes, em exercício legítimo de suas funções, ou procurar burlar diligências por elas efetuadas.

V - reincidência em dobro.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades previstas no art. 230 poderão ter lugar em qualquer época, durante, ou depois de constatada a infração.

Art. 235. Os infratores terão o prazo de trinta dias para o pagamento das multas, ou para apresentar sua defesa.

§ 1º As multas não pagas nos prazos legais serão inscritas em dívida ativa.

§ 2º A aplicação da multa não desobriga o infrator do cumprimento da exigência que a tiver determinado.

Seção IV Da Interdição

Art. 236. A obra, edificação, ou qualquer de suas dependências poderão ser interditadas pelo Município, provisória ou definitivamente, nos casos de:

- I- ameaça à segurança e estabilidade das construções próximas;
- II- risco para o público ou para o pessoal da obra.

§ 1º A interdição somente será ordenada mediante parecer da autoridade competente, e consistirá na lavratura de auto em duas vias, no qual se especificará as causas da medida e as exigências que devem ser observadas.

§ 2º Uma das vias deverá ser entregue ao responsável, proprietário do imóvel, obra ou construção interditada ou ao seu representante legal, sendo publicado no órgão oficial do município, se estes não forem encontrados.

Seção V Da Demolição Compulsória

Art. 237. A demolição compulsória, total ou parcial, de uma obra, seja ela de reforma ou construção, será aplicável após a execução da notificação, embargo e multa, pelo órgão municipal competente, nos casos de:

- I- execução da obra irregular em logradouros ou quaisquer terrenos de propriedade pública;
- II- execução da obra em área de preservação ambiental, assim definida na legislação federal, estadual ou municipal, sem licença prévia dos órgãos ambientais competentes;
- III- não atendidas a notificação, o embargo, a multa e a interdição;
- IV- execução de obras em propriedades particulares, não possuindo o executor da obra o alvará para edificar e estando a mesma em descumprimento dos preceitos deste Código.

Art. 238. Quando a obra estiver licenciada, a demolição compulsória dependerá da anulação, cassação ou revogação do alvará para construção.

Art. 239. O procedimento administrativo para demolição compulsória de uma obra, seja ela de reforma ou construção, dependerá de prévia notificação do proprietário da obra, ao qual será dada oportunidade de defesa no prazo de quinze dias.

Parágrafo único. A demolição compulsória será imediata se oferecer risco iminente a integridade física de pessoas, bens públicos ou ao meio ambiente.

Art. 240. É passível de demolição compulsória toda obra ou edificação que, pela deterioração natural do tempo, se apresentar ruínosa ou insegura para sua normal utilização, oferecendo risco aos seus ocupantes ou à coletividade.

Parágrafo único. Mediante vistoria, o órgão municipal competente emitirá notificação ao proprietário ou aos ocupantes da edificação e fixará prazo para início e conclusão dos reparos necessários, sob pena de demolição compulsória.

Art. 241. Não se aplicará pena de demolição compulsória no caso do imóvel ser tombado pelo Município, Estado ou União, cabendo ao proprietário a responsabilidade pela manutenção da edificação.

Art. 242. Não sendo atendida a intimação para demolição compulsória esta será efetuada pelo órgão municipal competente, que cobrará do proprietário as despesas dela decorrentes acrescidas de vinte por cento.

Capítulo X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 243. Os processos de consulta de Viabilidade aprovação de projetos, licenciamentos de obras, renovação de alvará, emissão de habite-se, protocolados até a entrada em vigor desta lei, serão analisados com base na legislação anterior.

Art. 244. Ressalvadas as obras já iniciadas o prazo de validade dos licenciamentos e aprovações expedidos anteriormente à vigência e em desconformidade com esta lei complementar pela Prefeitura Municipal de Tangará será de dois anos a partir entrada em vigor desta lei.

§ 1º O início da construção para o efeito da validade do licenciamento de conjunto de edificações num mesmo terreno será considerado separadamente para cada edificação.

§ 2º Em se tratando de loteamento, considera-se obra iniciada aquela cuja infraestrutura estiver sendo implantada de acordo com o cronograma aprovado no respectivo licenciamento.

§ 3º As modificações de projeto aprovados com base na legislação anterior e cujas obras foram iniciadas serão examinadas de acordo com a legislação em vigor na data de sua aprovação, sem causar qualquer prejuízo aos projetos aprovados, vedada as alterações de uso e ampliação de gabarito.

Art. 245. Salvo disposição em contrário, serão examinados de acordo com o regime urbanístico vigente à época de seu requerimento, os processos administrativos de:

I - licenciamento de construção de edificações, que ainda não haja sido concedido, desde que no prazo de doze meses seja licenciada a construção e iniciada a obra;

II - licenciamento de construção de edificações já concedido, desde que no prazo de seis meses seja iniciada a obra;

III – licenciamento de parcelamento do solo que ainda não haja sido concedido, desde que no prazo de doze meses seja promovido o seu registro ou averbação no registro de imóveis;

Art. 246. Obra iniciada é aquela cujas fundações estejam concluídas, desde que lançadas de forma tecnicamente adequada ao tipo de construção projetada.

Art. 247. As obras, cujo licenciamento de construção haja sido concedido anteriormente à data de vigência desta Lei Complementar, deverão ser iniciadas no prazo de validade do licenciamento, sob pena de caducidade, vedada a revalidação do licenciamento de construção ou de aprovação do projeto.

Art. 248. Nas edificações que já possuem alvará de construção e que não estejam de acordo com as exigências estabelecidas no presente código, somente serão permitidas obras que impliquem em aumento de sua capacidade de utilização quando as partes a ampliar não venham a agravar transgressões já existentes.

Art. 249. As edificações especiais não mencionadas neste Código deverão obedecer às legislações específicas de cada uso.

Art. 250. A construção de equipamentos de infraestrutura, como Estações de Tratamento de água, de Esgoto, elevatórias, subestações e similares, estão isentas de alvará de construção, sendo avaliadas pelos seus impactos por órgão municipal competente.

Art. 251. Os casos omissos no presente Código serão julgados pelo órgão municipal competente, atendendo às leis, decretos e regulamentos municipais, estaduais e federais.

Art. 252. O responsável técnico pela obra poderá propor soluções técnicas para casos omissos no presente Código.

Parágrafo único. O órgão municipal competente deliberará sobre o assunto.

Art. 253. As edificações irregulares existentes, poderão ser aprovadas no estado em que se encontram a requerimento do proprietário, acompanhada de laudo técnico que comprove a inexistência de ambientes insalubres e o atendimento das exigências da legislação em vigor da época da conclusão da edificação.

Parágrafo único. Para aprovação das referidas edificações deverá do selo do projeto constar explicitamente a expressão "Edificação existente - projeto para fins de regularização".

Capítulo XI

Das Disposições Gerais

Art. 254. A qualquer pessoa é lícito requerer uma vistoria relativa a uma obra ou instalação, que executada em flagrante desacordo ao que dispõe a legislação.

Art. 255. O órgão municipal competente fiscalizará as construções, de modo que elas sejam executadas de acordo com projeto devidamente aprovado.

Parágrafo único. Verificando o fiscal, que o projeto aprovado não está sendo respeitado, ou constatado a inexistência deste, fará a necessária intimação para legalização ou adequação da obra, impondo as exigências legais.

Art. 256. A aplicação das penas descritas neste Código se dará mediante regular procedimento administrativo, sendo garantida a ampla defesa do interessado por meio de recurso próprio, de caráter suspensivo, que será julgado pelo órgão municipal competente, cabendo ainda recurso à superior instância administrativa.

Art. 257. As penas deste Código podem ser aplicadas cumulativamente.

Art. 258. A aplicação das penas deste Código não exclui a responsabilidade civil ou criminal do infrator.

Art. 259. As disposições deste código não eximem o cumprimento da legislação federal, estadual e demais normas.

Art. 260. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei Complementar 46, de 27 de agosto de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I				
DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS				
COMPARTIMENTOS		ÁREA (m²)	LARGURA (m)	ALTURA (PÉ-DIREITO) (m)
UTILIZAÇÃO PROLONGADA ¹	DORMITÓRIO PRINCIPAL OU ÚNICO	9	2,2	2,6
	DEMAIS DORMITÓRIOS	7	2,2	2,6
	LOJAS, SOBRELOJAS, SALAS COMERCIAIS	25	-	3
		(INCL.I.S.)		
UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA ²	COZINHAS	4	1,5	2,4
	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (QUANDO ÚNICA) FOR	3	1,2	2,4
	ÁREAS DE SERVIÇO	-	1,5	2,5

¹ demais compartimentos de utilização prolongada – 2,60m para residencial, 3,00m para comercial, 3,50m para atividades industriais.

² demais compartimentos de utilização transitória – 2,40m.

ANEXO II				
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS EM LOCAIS DE REUNIÃO				
	VASOS SANITÁRIO		MICTÓRIOS	LAVATÓRIOS
PESSOAS	MASCULINO	FEMININO		
1 a 100	1	1	1	1 a 200 pessoas - 1
101 a 200	2	2	2	201 a 400 pessoas - 2
201 a 400	3	3	3	401 a 750 pessoas - 3

- Vasos e mictórios – acima de 400 pessoas, um adicional para cada grupo de 500 homens e um adicional para cada grupo de 300 mulheres.

- Lavatórios – acima de 750 pessoas, um adicional para cada grupo de 500 pessoas.

LEI N.º 2.494, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020. "AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO E CONCEDER PREMIAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO NO ANO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação N° 2380596

LEI N.º 2.494, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO E CONCEDER PREMIAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO NO ANO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a cobrar inscrição e conceder premiações aos participantes de campeonatos, torneios e demais eventos e competições esportivas promovidas pelo Município no ano de 2020, conforme estabelecido no Anexo I.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal providenciará as formas de cobrança, de modo que, ao final, todo o valor arrecadado seja depositado nos cofres da Municipalidade.

Art. 2º O Valor arrecadado com as inscrições deverão ser integralmente destinados aos eventos esportivos a que se refere esta lei.

Art. 3º Os regulamentos das competições serão elaborados pela Secretaria de Educação, Cultura, Juventude Esporte e Lazer e conterão disposições específicas sobre sua coordenação e seu desenvolvimento, mantidas as especificações determinadas nesta Lei.

Art. 5º Fica o Chefe do executivo Municipal autorizado a regulamentar por ato próprio, a premiação de cada uma das competições, observado o disposto nesta Lei.

Art. 6º As despesas correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CAMPEONATO MUNICIPAL DE TRUCO 2020	
Premiação da etapa classificatória	Premiação na grande final
Custo: R\$ 60,00 por dupla	Inscrições gratuitas, sendo as duplas que conseguiram índice nas etapas classificatórias
75% das Inscrições será dividida na premiação da etapa	
	1º Lugar: R\$ 4.000,00 e Troféus
1º Lugar: 40% das inscrições	2º Lugar: R\$ 2.500,00 e Troféus
2º Lugar: 30% das inscrições	3º Lugar: R\$ 2.000,00 e Troféus
3º Lugar: 20% das inscrições	4º Lugar: R\$ 1.500,00 e Troféus
4º Lugar: 10% das inscrições	5º Lugar: R\$ 500,00 e Troféus
	6º Lugar: R\$ 500,00 e Troféus
25% das inscrições será destinado para o aluguel da comunidade na etapa	7º Lugar: R\$ 500,00 e Troféus
	8º Lugar: R\$ 500,00 e Troféus
CAMPEONATO MUNICIPAL DE CAMPO 2020	
CATEGORIA LIVRE MASCULINO	
1º Lugar: Inscrição do time campeão na Copa dos Campeões de 2020, Troféus e Medalhas	
2º Lugar: Troféus e Medalhas	
3º Lugar: Troféus e Medalhas	
4º Lugar: Troféus e Medalhas	
CAMPEONATO REGIONAL DE FUTSAL 2020	
CATEGORIA LIVRE MASCULINO	
1º Lugar: R\$ 5.000,00, Troféus e Medalhas	
2º Lugar: R\$ 2.000,00, Troféus e Medalhas	
3º Lugar: R\$ 500,00, Troféus e Medalhas	
4º Lugar: R\$ 500,00, Troféus e Medalhas	
CATEGORIA VETERANO 35 E LIVRE FEMININO	
1º Lugar: 50% das inscrições, Troféus e Medalhas	
2º Lugar: 30% das inscrições, Troféus e Medalhas	
3º Lugar: 10% das inscrições, Troféus e Medalhas	
3º Lugar: 10% das inscrições, Troféus e Medalhas	

LEI Nº 2.495, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020. "DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."

Publicação Nº 2380602

LEI Nº 2.495, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.***"DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."***

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64; e de conformidade com a Lei nº 2.483/19; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a anulação no atual orçamento do Município de Tangará no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias.

03 – SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas.....R\$ 200.000,00

06 – SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas.....R\$ 100.000,00

Art. 2º. Com o produto das anulações acima fica autorizada à suplementação no atual orçamento do Fundo Municipal da Saúde no valor de R\$ 300.000,00 ((Trezentos mil reais) nas dotações abaixo especificadas.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0400 Aplicações Diretas.....R\$ 220.000,00

Atividade 2006

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0400 Aplicações Diretas.....R\$ 80.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2383885

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo de Estagiários a serem admitidos para atuação no Departamento de Esportes do Município de Tigrinhos - SC, conforme necessidade e interesse dessa, observada as normas e procedimentos deste Edital.

1. DA INSCRIÇÃO

Local: Prefeitura Municipal de Tigrinhos – SC

Avenida Felipe Baczinski, nº 479, centro do Município de Tigrinhos/SC.

CEP: 89.875-000.

No departamento de Recursos Humanos do Município de Tigrinhos.

Data: As inscrições dar-se-ão no período de 02 a 05 de Março de 2020, das 07h30min às 11h30min.

Carga Horária: A carga horária a que se refere o programa é de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais para estudantes de nível superior, conforme necessidade da unidade concedente.

Remuneração: A remuneração é de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para 20 (vinte) horas semanais e de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para 30 (trinta) horas semanais.

Requisitos:

- a- Ter 16 anos completos ou mais;
- b- Os candidatos deverão estar cursando o Ensino Superior;
- c- Somente poderão participar os alunos matriculados em instituições de ensino conveniadas ao CIEE/SC;

Documentação Necessária:

- a) Cópia do RG, CPF;
- b) Atestado de Frequência/Matricula escolar;
- c) Cópia do histórico escolar do curso em andamento. Estudantes de cursos superiores podem entregar a integralização das notas.
- d) Cópia do comprovante de residência;

2. DA SELEÇÃO

A seleção do candidato ao estágio levará em conta:

- a) Conferência da idade e escolaridade exigida;
- b) Média das notas do curso que esta sendo frequentado pelo candidato, acrescido de um décimo (0,10) por semestre cursado.
- c) Em caso de empate terá preferência o candidato com a maior carga horária de curso concluída, permanecendo o empate terá preferência o candidato mais velho.

Nota: Do total de vagas disponibilizadas pela prefeitura 10% serão destinadas a PCD (Pessoas Com Deficiência), para concorrer a estas vagas o candidato PCD deverá apresentar laudo médico comprovando.

3. DO PERÍODO DE ESTÁGIO

3.1. O período de estágio de que trata este edital será para um ano, podendo ser prorrogado por igual período. Este ainda pode ser rescindido a qualquer momento pela administração de acordo com conveniência ou inadaptação dos selecionados as atividades desenvolvidas.

3.2. As vagas serão preenchidas, obedecendo, rigorosamente a ordem de classificação dos estagiários, mediante a necessidade do Município de Tigrinhos/SC.

3.3. O candidato que não se apresentar ou não apresentar a documentação solicitada no dia, horário e local determinado, perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

3.4. Os candidatos serão chamados por meio de contato telefônico e/ou e-mail para tanto o candidato deverá, em caso de alteração de endereço eletrônico (e-mail) e/ou telefone, constantes na inscrição, encaminhar documento de atualização ao Setor de Recursos Humanos. É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado os seus dados. O município não assumirá qualquer responsabilidade decorrente da não localização de candidato que mudou-se e não promoveu sua atualização de endereço ou que não informou mudança de número de telefone, ou que não atendeu ao chamado para assumir a vaga de estágio.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Para inscrever-se, o candidato terá ficha em modelo próprio, à disposição no local de inscrição, a qual deverá ser anexada cópias dos documentos indicados neste edital;

3.2. A seleção de que trata este edital terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE;

3.4. Este edital entra em vigor na data de sua divulgação.

Tigrinhos/SC, 02 de Março de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004-2020 SAÚDE

Publicação N° 2361343

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde
Processo Licitatório nº. 001/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 004/2020 com a empresa ACADEMIA ZUMBA STUDIO PULSAR LIFE LTDA – CNPJ: 35.307.935/0001-08, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, para disponibilização de Educador Físico 20 horas semanais e fornecimento de materiais básicos/leves, de 02/03/2020 até 31/12/2020.

TIGRINHOS/SC, em 02 de março de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 005-2020 SAÚDE

Publicação N° 2365805

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde
Processo Licitatório nº. 002/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 005/2020 com a empresa LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA – CNPJ: 14.768.722/0001-03, no valor total de R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais) mensais, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria em saúde pública, pelo prazo de 10(dez) meses, sob o regime de menor lance.

TIGRINHOS/SC, em 02 de março de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 019-2020

Publicação N° 2368172

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Processo Licitatório nº. 006/2020
Tomada de Preços nº. 001/2020

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 019/2020 com a empresa CONSTRUFZ CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ: 31.875.137/0001-13, para Contratação de Empresa de Construção Civil para fornecimento de materiais e mão de obra para execução do projeto de Construção da Câmara Municipal de Vereadores e Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Tigrinhos/SC, com área total de 745,61m², no valor de R\$922.270,41, sob o regime de menor preço por empreitada global.

TIGRINHOS/SC, em 02 de março de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 106/2020

Publicação N° 2383889

PORTARIA N°. 106/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE POLÍTICO - SECRETARIO DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Municipal, Sr. JULIO DUARTE DE BORBA, portador do CPF nº. 558.802.159-20, do cargo de Agente Político - Secretário de Agricultura, cadastrado sob a matrícula nº. 561/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de Março de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de março de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 107/2020

Publicação Nº 2383892

PORTARIA Nº. 107/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE POLÍTICO - SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Municipal, Sr. JOSÉ NELSON ALVES DA SILVA, portador do CPF nº. 960.868.239-87, do cargo de Agente Político - Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços, cadastrado sob a matrícula nº. 562/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de Março de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de março de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 108/2020

Publicação Nº 2383894

PORTARIA Nº. 108/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. SIRLEI ANA SANDRI MUELLER, portadora do CPF nº. 828.991.859-34, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula nº. 341/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de Março de 2020 a 31 de Março de 2020, retornando as atividades normais em 01 de Abril de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de março de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 036/PMT/2020

Publicação Nº 2379723

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 036/PMT/2020

Objeto: Aquisição de Material de Pré-Hospitalar para o Corpo de Bombeiros da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por item

Data de Abertura: 13 de março de 2020, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 018/PMT/2020

Publicação Nº 2379986

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 018/PMT/2020

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº 033/PMT/20 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 018/PMT/2020, para readequação do referido edital.

CONVOCAÇÃO REUNIÃO CDURMA

Publicação Nº 2383883

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, RURAL E DO MEIO AMBIENTE DE TIJUCAS.

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano, Rural e do Meio Ambiente de Tijucas – CDURMA, de acordo com a Lei Complementar n.5/2010 e os arts. 11, I e 18, do Regimento Interno, convoca os membros do Conselho para REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no dia 31 (trinta e um) de março de 2020, terça feira, às 19 horas, em primeira convocação, nas dependências da Sede da OAB Vale do Rio Tijucas, na Rua Florianópolis, 70, centro, Tijucas, Santa Catarina, com a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Anterior;
2. Apresentação e apreciação de novas alterações do Plano Diretor encaminhadas pelo Poder Executivo

Tijucas, 28 de fevereiro de 2020.

Miguel Arcanjo de Azevedo
Presidente

EXTRATO ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DA PROPOSTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/PMT/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 001/PMT/2020

Publicação Nº 2379577

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/PMT/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 001/PMT/2020

ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DA PROPOSTA

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído a abertura e julgamento da Documentação e abertura da proposta do Processo Licitatório nº 003/PMT/2020 Tomada de Preço nº 001/PMT/2020, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA LOCALIZADA NA RUA BENÍCIO ERNESTO REIS, CENTRO, PRÓXIMO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, COM UMA ÁREA 4.303,44 M², COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, BDI, PROJETOS E TODAS AS ART'S (CREA) NECESSÁRIAS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Verificou-se que protocolou os envelopes da Documentação e Proposta a empresa CLARAIZA LTDA. Após rubrica e análise criteriosa por todos os presentes e o representante legal da empresa participante sobre a documentação, de acordo com a análise técnica, contábil e jurídica, a empresa CLARAIZA LTDA foi considerada habilitada. Passou-se a abertura do envelope proposta da empresa CLARAIZA LTDA o qual apresentou o valor global de R\$ 232.738,45 (Duzentos e trinta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos). Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "b" da Lei 8.666/93. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 031/PMT/2020

Publicação Nº 2379952

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 057/PMT/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/PMT/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Mão de Obras visando a Pavimentação em Lajotas Sextavadas e Colocação de Meio Fio, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas - SC. Empresa Vencedora do Processo: VITORIA ECCEL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, foi vencedora dos Itens: 01,02 e 03 – global, no valor de R\$ 269.500,00 (Duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos reais).
Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

-
-

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 039/PMT/2020

Publicação Nº 2379558

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 039/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/PMT/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS

CONTRATADA: TECNOPLACAS COMÉRCIO DE PLACAS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS INAUGURATIVAS PARA O CENTRO DE EVENTOS "JOAO BAYER NETO", DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC..

VALOR: R1.700 (Sete mil trezentos e trinta e dois reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso I e II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 094/2020/PGM.

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA SAMAE N. 04/2020

Publicação Nº 2382397



SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO

Rua: Carlos Savi, 365 – Centro – Fones: (048)536-1172 e 991270345

CGC: 83.820.076/0001-90 – I.E: Isenta – CEP. 88.940-000

E-mail: samaetsu@engeplus.com.br

TIMBÉ DO SUL - SANTA CATARINA

PORTARIA SAMAE N. 04/2020

28 de Fevereiro de 2020

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Subir o nível salarial, do servidor **AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE: NÍVEL 207 C4 PARA D4**, relativo ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 31.12.2019. Conforme determina o plano de cargos,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 28 de fevereiro de 2020.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

PORTARIA SAMAE N. 05/2020 - REAJUSTE DE TARIFAS

Publicação Nº 2383351

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO****Rua: Carlos Savi, 365 – Centro – Fone/Fax: (048)3536-1172**

CGC: 83.820.076/0001-90 – I.E: Isenta – CEP: 88.940-000

E-mail: samaetsu@engeplus.com.br

TIMBÉ DO SUL

- SANTA CATARINA

**PORTARIA SAMAE N. 5/2020
FEVEREIRO DE 2020.****05/2020 DE 28 DE**

Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições legais; Considerando os termos do Decreto Municipal n. 126 de 01 de novembro de 1995 nos seus Art. 77 e 78.

Considerando o que diz a Resolução do CISAM SUL, de nº 03/2020 e também o parecer técnico 02/2020/CISAM-SUL-REG, ambos emitidos no dia 27 de fevereiro de 2020 e publicados no DOM em 28/02/2020.

Considerando a necessidade de se [manter o equilíbrio econômico financeiro da Autarquia](#), com base nos dados apurados nas [planilhas de custo no decorrer dos últimos 24 meses](#).

RESOLVE:

Adequar a **Tabela de Tarifas e Serviços** praticados pelo SAMAE, com um reajuste de 8,40%, (Oito virgula quarenta por cento) conforme especifica os anexos I, II, III, IV e V, para as contas vencíveis a partir de 01 de abril de 2020.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

ANEXO I**SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC****ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N º 05/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.****LIGAÇÕES DE ÁGUA****ATÉ 25mm****Valores a ser praticado a partir de 28 de março de 2020.**

CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	433,60	433,60
	2 x 222,22	444,44
	3 x 150,67	452,01
	4 x 116,00	464,00
	5 x 94,30	471,50

OBS.:**1 .** Com diâmetro acima de 25mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.**LIGAÇÕES DE ESGOTO****ATÉ 100mm**

CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	"	"
02 pagtos	"	"
04 pagtos	"	"
05 pagtos	"	"
06 pagtos	"	"

Obs.:**1.** Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.**2. O PRIMEIRO PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA OCASIÃO DO PEDIDO DE LIGAÇÃO.****3 .** Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

ANEXO II**SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC****ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N ° 05/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.****TARIFAS DE ÁGUA****Valores a ser praticado a partir de 28 de março de 2020.****FAIXA DE CONSUMO****VALOR TARIFÁRIO****CATEGORIA ESPECIAL****Residencial Social**

Até 5 m ³	R\$ 12,85 +
6º m ³	R\$ 12,85 + R\$ 1,60
7º m ³	R\$ 14,45 + R\$ 1,64
8º m ³	R\$ 16,09 + R\$ 2,22
9º m ³	R\$ 18,31 + R\$ 2,92
10º m ³	R\$ 21,23 + R\$ 3,74
Acima De 10 m ³	R\$ 24,97 + R\$ 3,782 p/m ³ excedente de 10m ³ .

CATEGORIA "A".**Residencial sem limitador de Consumo**

Até 5 m ³	R\$ 25,70 +
6º m ³	R\$ 25,70 + R\$ 1,60
7º m ³	R\$ 27,30 + R\$ 1,64
8º m ³	R\$ 28,94 + R\$ 2,22
9º m ³	R\$ 31,16 + R\$ 2,92
10º m ³	R\$ 34,08 + R\$ 3,74
Acima De 10 m ³	R\$ 37,82 + R\$ 3,782 p/m ³ excedente de 10m ³ .

CATEGORIA "B".**Comercial, Poderes Públicos e Industrial**

Até 10 m ³	R\$ 37,82
Acima De 10 m ³	R\$ 37,82 + R\$ 3,782 p/m ³ excedente de 10m ³ .

OBSERVAÇÕES:

- 1 .** A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.
- 2 .** Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.
- 3 .** Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

Timbó**PREFEITURA****ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 05.2017 - PMT - TERRABASE**

Publicação Nº 2380527

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 05/2017 – PMT

INTERESSADA: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. EPP

Às oito horas do vigésimo oitavo dia, do mês de fevereiro de dois mil e vinte (28/02/2020), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Portaria nº. 1880, de 10 de fevereiro de 2020, para Julgamento dos documentos de Habilitação/Credenciamento no Processo Licitatório n.º 05/2017 – PMT.

Analisada a documentação juntada aos autos, aliada aos pareceres técnicos do Setor de Engenharia e do Analista Contábil, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decide-se pela habilitação da empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA. EPP. interessada no credenciamento para prestação de serviços de pavimentação das vias públicas, em conformidade com o Edital.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

DAVI BERRI Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	LOURDES MOSER Membro
--------------------------	----------------------------	-------------------------

AVISO CREDENCIAMENTO 12 2020 PMT

Publicação Nº 2380489

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 12 2020 PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC-200 E PC-160, ESTEIRA, MINI ESCAVADEIRA) E VEÍCULO (CAMINHÃO CAÇAMBA), COM OPERADOR/MOTORISTA, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CUSTOS DE COMBUSTÍVEIS E DEMAIS CUSTOS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

A entrega do envelope contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência (de 02/03/2020 até 01/03/2021).

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 28 de fevereiro de 2020
MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola
WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente SAMAE

AVISO CREDENCIAMENTO N.º 06 2020 FCT - FESTIVAL DE CUCAS

Publicação Nº 2380502

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2020 - FCT

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para comercialização de cucas e café colonial com intuito de formar o "4º Festival de Cucas de Timbó", junto à programação da Páscoa no Parque 2020, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, utensílios e demais objetos necessários para a comercialização e venda de tíquetes. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação até às 09h00min do dia 20 de março de 2020. ABERTURA: dia 20 de março de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 28/02/2020
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó

AVISO PP SRP 01 2020 FMS

Publicação Nº 2380509

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 1/2020 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE RAIOS X, ATRAVÉS DE IMAGEM DISPONIBILIZADA PELO SISTEMA PRÓPRIO DE TELEMEDICINA, PARA ATENDIMENTO DE TODA A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 12 de março de 2020. ABERTURA: dia 12 de março de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7000.

TIMBO (SC), 28/02/2020
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

AVISO PREGAO PRESENCIAL SRP Nº 10 2020 PMT

Publicação Nº 2380513

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 10/2020 PMT

OBJETO: prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munk, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 18 de março de 2020. ABERTURA: dia 18 de março de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br ou telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 28/02/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59.2019 PMT - 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2380522

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, 3A MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - EPP, CNPJ Nº 95.822.136/0001-93 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 59/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2020.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 28 de fevereiro de 2020.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUARTO E QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 134 2018 FUMTRAN

Publicação N° 2380524

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO QUARTO E QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 134/2018 FUMTRAN
DISPENSA N° 05/2018

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO EIRELI, CNPJ nº. 82.648.742/0001-92, a comparecer para assinatura dos respectivos termos aditivos, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/03/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 28 de fevereiro de 2020.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 2019.77 PMT

Publicação N° 2380770

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 2019/77

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

CONTRATADA: JOCIMAR FIGUEIREDO.

OBJETO: Rescisão do contrato que tem por objeto a execução do serviço de manutenção melhorias da iluminação pública nas praças, parques, canteiros centrais de avenidas e vias principais de acesso, pontes (inclusive pênsil), avenidas e ruas do Município de Timbó em todas as áreas de atuação da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, além de prestação de serviço para substituição de postes específicos para iluminação pública, em atendimento às necessidades da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola o município.

DATA DA RESCISÃO: 26/02/2020.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

PORTARIA N° FCT-58, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2380549

PORTARIA N° FCT-58, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Admite candidata para o exercício de emprego público, conforme Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379, de 22 de dezembro de 2009.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000 e alterações, e,

CONSIDERANDO-SE a criação do Quadro de Pessoal sob a forma de emprego público para atendimento de Programas Culturais no município de Timbó, pela Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379 de 22 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO-SE a classificação dos candidatos no Concurso para Emprego Público nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR a candidata abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público:

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE TIMBÓ				
Nome	CPF	Cargo Emprego Público	Referência Salarial	Jornada Semanal
Êmili Lemanski Dos Santos	023.217.900-08	Atendente do Arquivo Público	GA-39	35h

Art. 2º CONVOCAR a admitida para que no prazo máximo de 15 dias, apresente toda a documentação necessária à subscrição do contrato, dando início ao exercício das respectivas funções, nos termos do artigo 3º, §§'s 4º e 5º da Lei Complementar nº 356/2008, alterada pela Lei Complementar nº 379/2009, ressaltando que a inobservância do prazo estabelecido acarretará a nulidade da nomeação ora efetivada nos termos do §7º do mesmo dispositivo legal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação: 85º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE FCT

PORTARIA N° 1900, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2380540

PORTARIA N° 1900, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Nomeia Servidora Pública Municipal para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, a servidora abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 01/2018:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Cargo: Técnico em Enfermagem Ref.Salarial: SP-31		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Samara Julie Jeremias	092.358.399-80	30h

Art. 2º CONVOCAR a Servidora nomeada para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2018, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários à posse no cargo para o qual foi nomeada.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA N° 1901, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação N° 2380544

PORTARIA N° 1901, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Nomeia Servidoras Públicas Municipais para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 138, de 02/07/98 e alterações, as servidoras abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público nº 02/2018:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)	
Cargo: Educador Infantil Ref.Salarial: C-18 Jornada Semanal: 30h	

NOME	CPF
Dulcimara Siqueira Do Nascimento	181.924.198-00
Cristiana Raquel Paul Schon Giovanella	052.865.449-75
Zenir Rohling Bechtold	838.089.229-15

Art. 2º CONVOCAR as Servidoras nomeadas para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 02/2018, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários à posse no cargo para o qual foi nomeada.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº FME-33, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380547

PORTARIA Nº FME-33, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Fundação Municipal de Esportes-FME.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pelas Leis nº 2439, de 02/12/2009 e nº 2819, de 22/12/2015, e considerando que:

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
INESIO LEAL	4121619	0	31/07/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de fevereiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MÁRCIO ELISIO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2379686

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

APROVA O PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSITO DE TIMBÓ/SC REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019.

CONSIDERANDO:

Lei 2151, de 12 de dezembro de 2001;

Lei 3079, de 23 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Municipal de Transito de Timbó/SC, em reunião ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2020 aprova o parecer e relatório de gestão do Fundo Municipal de Transito referente ao exercício de 2019, depois de ter sido apresentado, apreciado e discutido com todos os conselheiros presentes.

Timbó, 26 de Fevereiro de 2020.

Bruna de Andrade
Secretária de Planejamento, Trânsito,
Meio Ambiente, Indústria,
Comércio e Serviços

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2380553

**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ**
ESTADO DE SANTA CATARINA**L 052****FI-053**

Ata da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Timbó, da Quarta Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura. Em onze de fevereiro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Timbó, tendo na Presidência o Vereador Douglas Emanuel Marchetti, e como Secretário o Vereador Rubens Borchardt. Com a presença ainda, dos Vereadores Adilson Mesch, Carlos Adriano Krüger, Fabricio Dalcastagné, Guilherme Voigt Júnior, Haroldo Fiebes, John Adriano Schwartz e Martinho de Souza Filho, conforme folha 03 do Livro de Presença. Constatado o número legal de Vereadores, após a leitura de passagem bíblica realizada pelo Vereador Carlos Adriano Krüger, o Presidente deu início a Sessão. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente informou que a Ata da Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa foi disponibilizada aos Senhores Vereadores, nos termos do §3º do art. 106 do Regimento Interno, não tendo sido feitas quaisquer impugnações ao documento, na forma preconizada no §4º do art. referido, o Presidente submeteu a Ata à deliberação, que restou aprovada por oito votos, sendo encaminhada para divulgação na forma regimental. Dando prosseguimento, o Presidente convidou o Secretário, Vereador Rubens Borchardt, para que realizasse a leitura da Pauta desta Sessão Ordinária, e, também, comunicou aos Vereadores que foram distribuídas cópias do expediente do dia. Requerimento. De: Guilherme Voigt Junior - Timbó/SC. Renunciando ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Timbó. Requerimento. De: Carlos Adriano Krüger - Timbó/SC. Apresentando chapa para concorrer a eleição ao cargo da Mesa Diretora. Inscrição de Chapa. De: Vereador Adilson Mesch. Apresentando chapa para concorrer a eleição ao cargo da Mesa Diretora. Requerimento. De: Martinho de Souza Filho - Timbó/SC. Apresentando chapa para concorrer a eleição da Mesa Diretora. INDICAÇÃO nº 84/2020. Pavimentação da Rua Campo Alegre, Bairro das Nações. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 91/2020. Que seja implantada a Marcação de Área de Conflito de trânsito na confluência da Rua Marechal Deodoro da Fonseca com a Rua Mônaco, Bairro das Nações. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0082/2020. Que seja feito o deslocamento de um poste de iluminação pública, instalado no final da Rua Augusto Maas, Bairro Vila Germer. (Fabricio Dalcastagné). INDICAÇÃO nº 79/2020. Que o Poder Executivo, através do setor competente, busque executar, pelo regime de mutirão, a pavimentação da rua Hermann Berndt, Bairro Fritz Lorenz. (Fabricio Dalcastagné). INDICAÇÃO nº 86/2020. Instalação da Praça da Saúde na Associação de Moradores do Bairro Vila Germer, ou alternativamente, na Rua Concórdia, em imóvel de propriedade do Município, Bairro Vila Germer. (Adilson Mesch). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0090/2020. Realizar o nivelamento na lateral da pista da Rua São Bento, Bairro Quintino (Rubens Borchardt). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0091/2020. Realizar a retirada da vegetação (bambu) existente no final da TBO 425, esquina com a Rua Egidio Mengarda, na localidade Travessão dos Tiroleses. (Rubens Borchardt). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0092/2020. Providenciar o reparo, com limpeza e manutenção da Rodovia SC 110, que liga Timbó a Rodeio (no trecho compreendido entre a rotatória de acesso à nova ponte e a Rua Bahia, Bairro Pe. Martinho Stein), da Rodovia SC 477, que liga Timbó a Benedito Novo (trecho compreendido entre a rotatória de acesso à nova ponte e o acesso à Rua Londrina, no Centro), e da Rodovia Tercílio Marchetti - Acesso Estadual Rio dos Cedros - Sul, que liga Timbó a Rio dos Cedros. (Rubens Borchardt). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0094/2020. Construir uma mureta ou instalar algum tipo de proteção, nos arredores do estacionamento da Unidade de Saúde do Bairro Pomeranos. (Rubens Borchardt). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0095/2020. Realizar a urgente instalação de pelo

Rua Honorato Tonolli s/n - Bairro das Nações - CEP: 89120-000 - Timbó-SC - CNPJ 83.497.594/0001-15
Fone: (47) 3382-2177 - www.camaratimbo.sc.gov.br - E-mail: camara@camaratimbo.sc.gov.br

Página 1



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ

ESTADO DE SANTA CATARINA

menos duas lixeiras comunitárias na localidade de Rio Fortuna, Travessão dos Tiroleses (Rubens Borchardt). INDICAÇÃO nº 85/2020. Pavimentação da Rua Palmitos, Bairro das Nações. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 1/2020. Incluir no Programa de Pavimentação de Vias, ainda que em sistema de mutirão, a Rua Canoinhas, Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0093/2020. Instalação de abrigo de ônibus na Rua Tiroleses. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 96/2020. Que seja incluída no Programa de Pavimentação de Vias, ainda que em sistema de mutirão, a Rua Helmuth Strey, Bairro Tiroleses. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 95/2020. Que seja incluída no Programa de Pavimentação de Vias, ainda que em sistema de mutirão, a Rua Marília, Bairro Tiroleses. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 94/2020. Inclusão no Programa de Pavimentação de Vias, ainda que em sistema de mutirão, a Rua Noruega, Bairro Nações. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 93/2020. Incluir no Programa de Pavimentação de Vias, a Rua Fritz Piske, Bairro Pomeranos. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 92/2020. Que seja incluída no Programa de Pavimentação de Vias, ainda que em sistema de mutirão, a Rua Itá, Bairro das Nações. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 90/2020. Que seja incluída no Programa de Pavimentação de Vias, ainda que em sistema de mutirão, a Rua Apiúna, Bairro das Nações. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 89/2020. Pavimentação da Rua Bélgica, no Bairro das Nações (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 87/2020. Pavimentação da Rua Dinamarca, Bairro das Nações. (Haroldo Fiebes). INDICAÇÃO nº 9/2020. Pavimentação da Rua Gentil Agostini, Bairro São Roque. (John Adriano Schwartz). OFÍCIO Nº 004/2020. (Douglas Emanuel Marchetti). INDICAÇÃO nº 80/2020. Ações de fiscalização de trânsito na Rua Osvaldo Cruz (Fabricio Dalcastagné). INDICAÇÃO nº 75/2020. Pavimentação da Rua Indonésia, Bairro das Nações. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0074/2020. Que sejam realizados os serviços de patrolamento e macadamização com mais frequência na Rua Tupi, Bairro Estados. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0073/2020. Realizar o serviço de irrigação na Rua Arturo Giotti, Bairro Araponguinhas. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0072/2020. Realizar serviços de patrolamento e macadamização no Beco Alvin Brandel, Bairro Araponguinhas (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0071/2020. Realizar serviços de patrolamento e macadamização na Rua Indonésia, Bairro das Nações. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0070/2020. Que o Poder Executivo, através do setor competente, providencie a troca das lâmpadas de iluminação pública que estão queimadas na Rua Birmânia, Bairro das Nações. Pede-se ainda, que assim que possível seja feita a troca da referida iluminação, por de maior potência, que ofereçam mais luminosidade. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0069/2020. Realizar roçadas nas laterais da via e alargamento de toda extensão da Tifa Sprung, Bairro Dona Clara. (Fabricio Dalcastagné). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0068/2020. Que sejam realizados os seguintes serviços na Tifa Uecker, Bairro das Nações: 1 - Patrolar, macadamizar e serviços de roçada na via em toda a sua extensão, até a divisa com o Município de Rio dos Cedros; 2 - Que seja feita a irrigação ao menos duas vezes ao dia. (Fabricio Dalcastagné). OFÍCIO Nº 003/2020. (Douglas Emanuel Marchetti). INDICAÇÃO nº 8/2020. Pavimentação da rua Friedrich Grether, Bairro Imigrantes. (John Adriano Schwartz). INDICAÇÃO nº 7/2020. Realizar a instalação de um hidrante, mais precisamente entres as Ruas Benjamin Constant e Pomeranos, no Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). INDICAÇÃO nº 6/2020. Pavimentação da rua Jaraguá, Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). INDICAÇÃO nº 5/2020. Pavimentação da rua Heinrich Lange, Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). INDICAÇÃO nº 4/2020. Pavimentação da rua Joinville,

Rua Honorato Tonolli s/n - Bairro das Nações - CEP: 89120-000 - Timbó-SC - CNPJ 83.497.594/0001-15

Fone: (47) 3382-2177 - www.camaratimbo.sc.gov.br - E-mail: camara@camaratimbo.sc.gov.br

Página 2



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). INDICAÇÃO n° 3/2020. Pavimentação da rua Guarimir, Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N° 0002/2020. Limpeza do Ribeirão Pomeranos. (John Adriano Schwartz). INDICAÇÃO n° 2/2020. Pavimentação da rua Benedito Novo, Bairro Pomeranos. (John Adriano Schwartz). PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N° 0001/2020. Substituição da tubulação na rua Erwin Haake, - (Tifa Nardelli), por tubos com diâmetro maior. (John Adriano Schwartz). Não havendo mais Expediente passamos para a Ordem do Dia: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 0001/2020. Altera o Valor do Prêmio Eficiência instituído pela Lei Complementar n° 397, de 17 de março de 2011. (Poder Executivo) - aprovado - Favoráveis (08) - Contrários (00) - Abstenções (00). Continuando com os trabalhos, o Presidente comunicou que foram protocolizados na Secretaria Legislativa desta Casa, os Pedidos de Providência de n.º 01 a 02; 68 a 74; 82 e 90 a 95/2020 e as Indicações de n.º 1 a 9; 79 a 80; 84 a 87 e 89 a 96/2020, sendo as referidas proposições publicadas na forma regimental constando no expediente do dia que foi distribuído anteriormente aos Senhores Vereadores, restando encaminhadas na forma solicitada. Passou-se ao Grande Expediente, quando o Secretário Vereador Rubens Borchardt procedeu com a chamada dos Vereadores inscritos nos Pronunciamentos Pessoais, Vereador Guilherme Voigt Júnior, que após os cumprimentos de praxe, comentou sobre as proposições de sua autoria, em especial, a que assinou juntamente com o Vereador Adilson Mesch. Foi aparteado pelo referido Vereador. Em seguida, fez a leitura de um documento de autoria do gabinete do Deputado Ismael dos Santos, no qual o mesmo repassa recursos para o Município de Timbó, destinados para a saúde. Por fim, comentou acerca da votação para eleger o novo Presidente desta Casa Legislativa, reiterando que irá cumprir o acordo feito anteriormente, pois não tem objeções contra qualquer um dos candidatos que colocaram seus nomes à disposição para concorrer ao referido cargo da Mesa Diretora, enfatizando que o povo deve ser respeitado. Ainda inscrito nos Pronunciamentos Pessoais, estava o Vereador John Adriano Schwartz, que após os cumprimentos, comentou sobre as proposições de sua autoria, explicando cada uma delas. Finalizando, em nome do Presidente da Associação do Bairro Mulde, mostrou imagens através de aparelho multimídia, do andamento das obras que estão sendo realizadas na estrutura da antiga escola do Bairro, na qual, futuramente, será um local para visita de turistas, ponto do cicloturismo e da comunidade em geral. Por fim, inscrito nos Pronunciamentos Pessoais, estava o Vereador Haroldo Fiebes, que após os cumprimentos, falou sobre proposições de sua autoria, em especial a que trata acerca da tubulação da Rua Mônaco. Adiante, comentou que fez um pedido para um repasse financeiro à Associação do Bairro dos Estado. Em seguida, reiterou que as faixas elevadas de pedestres são um mal necessário, sendo que infelizmente existem pessoas que não respeitam o limite de velocidade. Por fim, falou sobre a eleição para o cargo de Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, que irá ocorrer na Ordem do Dia, ressaltando não concordar totalmente com o prazo de dois anos para cada eleito. Enfatizou ainda, que gosta dos três candidatos que apresentaram chapa, porém, infelizmente será possível votar em somente um. Nos Pronunciamentos de Lideranças, estava inscrito o Líder do PSDB, Vereador Guilherme Voigt Júnior, que dispensando os cumprimentos, mencionou que colocou seu nome à disposição como pré-candidato a majoritária para concorrer às eleições, e convidou a todos que tiverem interesses a se filiar ao partido. Por fim, inscrito nos Pronunciamentos de Lideranças, estava inscrito o Líder de Governo, Vereador Martinho de Souza Filho, que após cumprimentar a todos, anunciou que estará deixando a liderança do atual Governo a partir desta data e agradeceu ao Prefeito Jorge pela retribuição e confiança. Em seguida, parabenizou o excelente trabalho realizado pelo Ex-Presidente desta Casa, Vereador Guilherme Voigt Júnior,

Rua Honorato Tonolli s/n - Bairro das Nações - CEP: 89120-000 - Timbó-SC - CNPJ 83.497.594/0001-15

Fone: (47) 3382-2177 - www.camaratimbo.sc.gov.br - E-mail: camara@camaratimbo.sc.gov.br

Página 3



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ESTADO DE SANTA CATARINA

reiterando que o mesmo cumpriu com sua palavra. Adiante, informou a todos sobre os recursos que buscou junto ao Deputado Estadual Laércio Schuster, destinados ao crescimento e desenvolvimento do Município de Timbó e para o bem de toda a população. Por fim, sobre a volta do Vereador Adilson Mesch a esta Casa, reiterou que o Prefeito Jorge acertou, pois disse que na Secretaria de Obras os trabalhos deixaram a desejar, com diversas obras feitas pela metade, o que prejudica muito a comunidade. Solicitou que a nova modalidade de atendimento nas Unidades de Saúde comece a funcionar de fato. Neste momento, o Vereador Adilson Mesch pediu um aparte por ter sido citado no pronunciamento anterior, porém foi negado pelo Presidente Douglas Emanuel Marchetti. Na Ordem do Dia, como discussão única, estava o Projeto de Lei Complementar nº 1/2020, que altera o valor do prêmio eficiência instituído pela Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011. Após ser levado à votação, o Projeto restou aprovado por oito votos sendo encaminhado para sanção. Também na Ordem do Dia, como discussão única, estava o Pedido de Informação Parlamentar nº 04/2020, sendo que o autor Vereador Rubens Borchardt, nos termos do Art. 141 inciso I do Regimento Interno desta Casa, solicitou a retirada da proposição, sendo o pedido deferido pelo Presidente. Por fim, na Ordem do Dia, ocorreu a eleição para preenchimento do cargo vago de Presidente da Mesa Diretora para o ano de 2020. Neste momento, pela ordem, o Vereador Martinho de Souza Filho solicitou a retirada de sua candidatura a Presidente da Mesa Diretora. Acatada a solicitação pelo Presidente, a Chapa de número três restou excluída da disputa, restando somente a Chapa de número 1, tendo como candidato o Vereador Carlos Adriano Krüger, e a Chapa de número 2, tendo como candidato o Vereador Adilson Mesch. Após a votação que ocorreu de forma nominal e aberta, restou vencedora com cinco votos a Chapa de número 2, sendo eleito Presidente da Mesa Diretora para o ano de 2020 o Vereador Adilson Mesch. Votaram na Chapa 1 os Vereadores Carlos Adriano Krüger, Douglas Emanuel Marchetti, Fabricio Dalcastagné e Martinho de Souza Filho. Já na Chapa 2, votaram os Vereadores Adilson Mesch, Guilherme Voigt Júnior, Haroldo Fiebes, John Adriano Schwartz e Rubens Borchardt. Ante o resultado anteriormente informado, o Presidente declarou automaticamente empossado o novo Presidente, Vereador Adilson Mesch, a partir do presente momento, e convidou-o a assumir seu lugar na Mesa Diretora. Antes de encerrar a presente Sessão, o Presidente eleito agradeceu pelos votos recebidos, bem como pela confiança depositada pelos colegas Vereadores, enfatizando que vivemos em uma democracia e que não houve qualquer tipo de negociação. Por fim, agradeceu a presença de todos e a comunidade em geral. Não havendo mais matérias a serem deliberadas na Ordem do Dia, o Presidente convocou os Senhores Vereadores para a Sessão Ordinária a ser realizada no próximo dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, às dezoito horas e declarou encerrada a presente Sessão.

Adilson Mesch Douglas Emanuel Marchetti
Presidente Vice-Presidente

Rubens Borchardt
Secretário

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 17/2020

Publicação Nº 2380360

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 17/2020 - Edital Pregão nº. 10/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851/2005, Decreto Municipal nº. 4721/2018 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 16 de março de 2020, Propostas para contratação de empresa especializada na execução de serviços de regularização fundiária urbana – Reurb-E e Reurb-S, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 16 de março de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2020

Publicação Nº 2380447

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2020.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2020.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 18 de março de 2020, a Documentação e Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.B.M. GUITA FEDERMANN, LOCALIZADA NA RUA DR. OSVALDO DE OLIVEIRA, Nº. 373, BAIRRO VILA NOVA, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC", com área total de 3.395,13 M², com fornecimento de todo material e mão de obra, em conformidade com a Pasta Técnica e disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 15 min. do dia 18 de março de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 28 de fevereiro de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treviso

PREFEITURA

CONVITE 01/2020

Publicação Nº 2379705

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE TREVISÓ/SC- FUNTREV
PROCESSO LICITATÓRIO 07/2020
CONVITE 01/2020

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE TREVISÓ/SC- FUNTREV, nos termos da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade CONVITE, do tipo menor preço GLOBAL, para realização de Diagnostico Socioambiental, numa área de aproximadamente 1,73km2, localizada dentro do perímetro urbano do município de Trevisó –SC. A abertura dos envelopes de documentação e proposta de preço será realizada no dia 10/03/2020 às 08h30min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Trevisó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Trevisó(SC), 28 de fevereiro de 2020.

Manlio João Pagani

Diretor Superintendente da FUNTREV

DECRETO Nº 135/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380005

DECRETO Nº 135/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, ANITA RUZZA, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007 e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que o Município de Trevisó realizou Processo Seletivo Simplificado para contratação de Agente Operacional de Serviços Diversos Internos (Processo Seletivo 001/2019);

CONSIDERANDO, que todos os candidatos classificados no Edital do Processo Seletivo 001/2019 foram convocados;

CONSIDERANDO, que a contratação do cargo de Agente Operacional de Serviços Diversos Internos é indispensável para execução de serviços essenciais de manutenção e limpeza dos ambientes pertencentes a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO, que há necessidade de contratação emergencial para exercer função de Agente Operacional de Serviços Diversos Internos;

CONSIDERANDO, que os candidatos desclassificados não preencheram os requisitos básicos para investidura em Cargo Público, previstos no Edital de Chamamento 001/2019, sendo que há necessidade de contratação de novos profissionais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada a partir de 03 de fevereiro de 2020, por tempo determinado, ANITA RUZZA, para exercer as funções do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS vinculada a Secretaria de Educação dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é necessária, pois o Município não dispõe de servidores aptos para o emprego em referência.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será até 11 de dezembro de 2020.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por este profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O salário base da empregada acima especificada será de acordo com os valores constantes do Anexo II – Quadro de Empregos Públicos Permanentes do Município constantes da Lei nº 468/07 de 18 de dezembro de 2007, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 03 de fevereiro de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 136/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380007

DECRETO Nº 136/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA GRAZIELA LUCIANO TORAZZI PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ESPECÍFICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 10 de fevereiro de 2020, GRAZIELA LUCIANO TORAZZI, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ESPECÍFICO, vinculada ao Departamento de Esporte da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo Único. A remuneração da servidora acima especificada será de acordo com os valores constantes na Lei nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007 e alterações posteriores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 03 de fevereiro de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de março de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS MÊS DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2379941

Extrato de Contratos - Mês de Janeiro de 2020.

Contrato Nº.: 27/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS

TAVARES LTDA

Valor : 139.328,00 (cento e trinta e nove mil trezentos e vinte e oito reais)

Assinatura.: 06/02/2020

Vigência : Início: 06/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020

Objeto : Aquisição parcelada de dentes e lâminas para retroescavadeiras e motoniveladoras.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 27/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: ALEX SANDER DA SILVA ALBINO

Valor : 26.735,50 (vinte e seis mil setecentos e trinta e cinco reais e cinq-enta centavos)

Assinatura.: 10/02/2020

Vigência : Início: 22/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade de atos legais/oficiais em jornais e divulgação de atos oficiais e informativos de interesse do município em rádio e carro de som.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 28/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: JORGE CRUZ PEREIRA ME

Valor : 16.200,00 (dezesesseis mil duzentos reais)

Assinatura.: 10/02/2020

Vigência : Início: 22/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade de atos legais/oficiais em jornais e divulgação de atos oficiais e informativos de interesse do município em rádio e carro de som.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 30/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: JULIANA LAURINDO MARCOLINO - ME

Valor : 33.066,00 (trinta e três mil e sessenta e seis reais)

Assinatura.: 10/02/2020

Vigência : Início: 22/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade de atos legais/oficiais em jornais e divulgação de atos oficiais e informativos de interesse do município em rádio e carro de som.

4º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 31/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA

Contratada.: SOCIEDADE RADIO TREZE DE MAIO LTDA

Valor : 33.712,00 (trinta e três mil setecentos e doze reais)

Assinatura.: 10/02/2020

Vigência : Início: 22/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade de atos legais/oficiais em jornais e divulgação de atos oficiais e informativos de interesse do município em rádio e carro de som.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 32/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: SOCIEDADE RADIO TUBA LTDA ME
Valor : 20.088,00 (vinte mil e oitenta e oito reais)
Assinatura...: 10/02/2020
Vigência : Início: 22/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade de atos legais/oficiais em jornais e divulgação de atos oficiais e informativos de interesse do município em rádio e carro de som.

Contrato Nº.: 28/2020
Contratante...: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: SETEP CONSTRUÇOES S.A.
Valor : 1.208.048,69 (um milhão duzentos e oito mil quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos)
Assinatura...: 13/02/2020
Vigência : Início: 13/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2020
Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas Ernesto Guarezi, João XXIII, Inácio Nandi, Presidente Costa e Silva e Thomaz Damian Preve.

Contrato Nº.: 29/2020
Contratante...: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: TINHO AUTO CENTER LTDA - ME
Valor : 35.457,39 (trinta e cinco mil quatrocentos e cinq-enta e sete reais e trinta e nove centavos)
Assinatura...: 13/02/2020
Vigência : Início: 13/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020
Objeto : Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica em veículos leves pertencentes ao patrimônio deste município.

Contrato Nº.: 30/2020
Contratante...: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: REGINALDO OLIVEIRA MARCELO
Valor : 50.160,00 (cinq-enta mil cento e sessenta reais)
Assinatura...: 13/02/2020
Vigência : Início: 13/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020
Objeto : Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica em veículos leves pertencentes ao patrimônio deste município.

Contrato Nº.: 31/2020
Contratante...: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: COMERCIO DE PECAS P/ TRATORES SAO MARTINHO LTDA E
Valor : 131.418,00 (cento e trinta e um mil quatrocentos e dezoito reais)
Assinatura...: 17/02/2020
Vigência : Início: 17/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2020
Objeto : Aquisição de peças para manutenção de máquinas rodoviárias da prefeitura (retroescavadeiras e motoniveladoras).

Contrato Nº.: 32/2020
Contratante...: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: ALEXANDRE RECHIA LIMA
Valor : 298.524,07 (duzentos e noventa e oito mil quinhentos e vinte e quatro reais e sete centavos)
Assinatura...: 18/02/2020
Vigência : Início: 18/02/2020 Término: 18/11/2020
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2020
Objeto : Contratação de empresa especializada em construção civil para construção de centro de convivência (a=285,20m²) na localidade de Boa Vista, neste município.

Contrato Nº.: 33/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: MARTINSMAQ COM. DE PECAS E MANUT. DE MAQ
AGRICOLAS
Valor : 118.950,00 (cento e dezoito mil novecentos e cinq-enta reais)
Assinatura...: 27/02/2020
Vigência : Início: 27/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2020
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de torno e solda e conserto de equipamentos e máquinas das secretarias municipais de obras e viação e agricultura.

Contrato Nº.: 34/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE TREZE DE MAIO - PREFEITURA
Contratada...: NATI PRE MOLDADOS LTDA
Valor : 78.987,50 (setenta e oito mil novecentos e oitenta e sete reais e cinq-enta centavos)
Assinatura...: 28/02/2020
Vigência : Início: 28/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2020
Objeto : Aquisição de tubos de concreto para a manutenção de estradas e rodovias.

Contrato Nº.: 6/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: SIDNEI LUIZ DE SOUZA
Valor : 17.307,50 (dezessete mil trezentos e sete reais e cinq-enta centavos)
Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020
Objeto : Execução de serviços técnicos nos sistemas de informação/informática do Ministério da Saúde/Atenção Básica (CNES, BPA, E_SUS, SAI, SISMOB, SISREG, entre outros) bem como nos sistemas da vigilância em saúde.

3º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 8/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE DE MAIO
Contratada...: CELK SISTEMAS LTDA EPP
Valor : 40.000,00 (quarenta mil reais)
Assinatura...: 17/02/2020
Vigência : Início: 09/03/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de gestão em saúde, 100% web em datacenter da licitante, incluindo serviços de suporte técnico, configuração, treinamento, instalação, implantação e customização para a Secretaria Municipal de Saúde.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2545

Publicação Nº 2379689

DECRETO Nº 2.545/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

RETIFICA O ARTIGO 6º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.420/2018 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. O art. 6º do Decreto Municipal nº. 2420/2018 de 25 de setembro de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. As áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato do seu registro são:

- Áreas de ruas compreendendo 6.611,14m²;
- Área Institucional compreendendo 2.400,64m²;
- Área Verde compreendendo 2.207,45m².

N.R.

Art. 6º. As áreas que passarão a integrar o domínio do município no ato do seu registro são:

- Áreas de ruas compreendendo 6.771,11m²;
- Área Institucional compreendendo 2.400,64m²;
- Área Verde compreendendo 2.207,45m².

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
28 de fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN

Chefe de Gabinete

Designado pela Portaria 193/2019

DECRETO 2546

Publicação Nº 2383352

DECRETO Nº 2.546/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.027/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 1.344.621,71 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um mil e setenta e um centavos), para reforçar as dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO 03– SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01– MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.420 – Contribuição a entidades municipalistas

(139) 3.3.50.00.00.00.00.0609 R\$ 12.500,00

ÓRGÃO 05– SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

2.214 – Revitalização de Ruas, Avenidas, Parques, Praças e Calçadas

(134) 4.4.90.00.00.00.00.00.0609 R\$ 1.000.000,00
 (135) 3.3.90.00.00.00.00.00.3050 R\$ 3.877,11

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – ENSINO INFANTIL

2.424 – Educação Infantil – Creche – Recursos próprios

(54) 4.4.90.00.00.00.00.00.0001 R\$ 15.000,00

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – ENSINO MÉDIO/SUPERIOR

2.013 – Manutenção do Polo Verdes Vales

(140) 3.3.90.00.00.00.00.00.0609 R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 09– SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – EXTENSÃO RURAL

2.017 – Manutenção da Agricultura e Promoção Rural

(136) 4.4.90.00.00.00.00.00.0609 R\$ 50.000,00

(137) 4.4.90.00.00.00.00.00.0024 R\$ 143.250,00

(138) 4.4.90.00.00.00.00.00.0625 R\$ 99.994,60

Art. 2º. Para fazer frente aos recursos do artigo anterior, serão utilizados o superávit dos recursos ordinários do exercício anterior no valor de R\$ 1.082.500,00, recursos de Convênio Federal no valor de R\$ 143.250,00, recursos de convênio do Estado no valor de R\$ 99.994,60 e anulados os recursos das dotações abaixo:

ÓRGÃO 05– SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

2.214 – Revitalização de Ruas, Avenidas, Parques, Praças e Calçadas

(135) 3.3.90.00.00.00.00.00.3050 R\$ 3.877,11

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – ENSINO INFANTIL

2.424 – Educação Infantil – Creche – Recursos próprios

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00.0001 R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
 aos 28 dias do mês de fevereiro de 2020

MAURO DRESCH
 Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
 Secretário de Administração e Finanças- designado

DECRETO 2547

Publicação Nº 2383353

DECRETO Nº 2.547/2020 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE POPULAR - FHS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social – FHS do Município de Treze Tílias/SC, de acordo com a Seção II, artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 1.638/2009 de 14/04/2009, fica assim constituído:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Titular: Gabriela Ruggere Jorge
 Suplente: Ivo Paulo Hartmann

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

Titular: Dirlei Barbieri Rofner
 Suplente: Renato De Bastini

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO POR DO SOL:

Titular: Deisy Karine Juchem
Suplente: Ademir Karloh

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES

Titular: Gilmar Pessin
Suplente: Dhiogo Juchen

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ

Titular: Diego Mergner
Suplente: Leonir Leite

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TREZE TÍLIAS

Titular: Luiz Hensel
Suplente: Nilcéia Neves de Brito

REPRESENTANTES DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TREZE TÍLIAS

Titular: André Cenci
Suplente: Evando Junges

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.464/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
28 de Fevereiro de 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe de Gabinete
Designado pela Portaria 193/2019

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 177/20

Publicação Nº 2379582

PORTARIA 177/20 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. RONALDO KRÜGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, matrícula 85, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/1997 a 01/02/2002, para o mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 178/20

Publicação Nº 2379586

PORTARIA 178/20 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. JUREMA APARECIDA DA SILVA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, matrícula 2010, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/10/2011 a 03/10/2016, para o mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 179/20

Publicação Nº 2380238

PORTARIA 179/20 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR e autorizar a abertura de conta corrente ao servidor público municipal Sr. RODRIGO RAFAEL RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Esportivo, matrícula 2487, a assinar e movimentar isoladamente a conta corrente da Prefeitura do Município de Trombudo Central, destinada a adiantamentos aos funcionários da Secretaria da Cultura e do Turismo e Departamento de Esportes, com o nome da conta: PMTC CULTURA – ADIANTAMENTOS, com as atribuições conforme abaixo relacionadas:

- Emitir cheques; Abrir contas de depósito; Autorizar cobrança, Utilizar crédito aberto na forma e condições; Receber, passar recibo e dar quitação; Solicitar saldos, extratos e comprovantes; Requisitar talonários de cheques; Retirar cheques devolvidos; Endossar cheques; Sustar/contrordenar cheques; Cancelar cheques; Baixar cheques; Efetuar resgates/aplicações financeiras; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Efetuar saques - conta corrente; Efetuar saques – poupança; Efetuar pagamentos por meio eletrônico; Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico; Consultar contas/aplic. Programas repasse de recursos; Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; Emitir comprovantes; Efetuar transferência para mesma titularidade – m; Consultar obrigações do débito direto e autorizar encerrar contas de depósito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria 165/20 de 20 de fevereiro de 2020, revogando-se demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 180/20

Publicação Nº 2380765

PORTARIA 180/20 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.
DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 52, inciso I da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. CLARISSE SCHLICKMANN PETRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, matrícula 2349, a responder como Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação Interina, a partir do mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. CLARICE SCHLICKMANN PETRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, Gratificação de 20% (vinte por cento), por acúmulo de atribuições diversas pertinentes ao seu cargo junto a Secretaria da Assistência Social e Habitação, a partir do mês de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 31/2020

Publicação Nº 2380571

CONTRATO nº 31/2020

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo vice-prefeito o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa BUSCHLE & LEPPER SA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 84.684.471/0006.60, estabelecida na OTR acesso Plino Arlindo de Nes, 1500-D, bairro Eldorado na cidade de Chapecó, neste ato representado pelo seu representante legal Sr. Marcelo César Alessio, portador da cédula de identidade nº 2.877.930 e CPF nº 854.081.669-53, doravante denominado CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 06/2020 e Pregão Presencial nº 04/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de Produtos Químicos utilizados no tratamento da água da Sede e Interior do Município, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	PROGRAMA DE TRABALHO			PREVISÃO DE CUSTOS	
	Descrição	Quant	Unid	Valor unitário	Valor Total
02	Ácido Fluossilícico, produto destinado para fluoretação da água, líquido com aparência incolor a amarelo, densidade mínima a 20°C de 1,8g/cm3, concentração mínima de 20% (com galão retornável)	kg	700	2,55	1.785,00
03	Policloreto de Alumínio em bombonas de 30Kg ou 50 Kg	kg	12.000	1,91	22.920,00
	Total Geral			R\$ 24.705,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 O Município pagará o valor de R\$ 24.705,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinco reais) será realizado em até 8(oito) dias após entrega dos produtos, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 Somente serão pagas as notas fiscais se a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CNPJ nº 78.486.198.0001-52 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório

2.4 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

2.5 Quando for emitido o documento fiscal, referente a mercadoria solicitada, a proponente vencedora deverá enviar FAX do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Tunápolis, aos cuidados do Setor de Compras (Fone/Fax: (049)36321122).

CLÁUSULA TERCEIRA- DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1. Os MATERIAIS/PRODUTOS deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município, na garagem, sito na Rua 25 de julho, nesta cidade, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. O Município requisitará os materiais conforme suas necessidades, tendo até o dia 31 de Dezembro de 2020, para a requisição total dos produtos. Todos os custos com transporte deverão estar inclusos no preço cotado.

4.2 Somente serão emitidas AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO se a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

4.3. A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem a aquisição deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante, devidamente assinada pelo servidor municipal que recebeu os produtos.

4.4. Os produtos licitados deverão ser entregues em bombonas de 50 kg, sendo que será efetuada a troca das mesmas em cada entrega, que será de acordo com a solicitação do município, conforme a necessidade sendo efetuada mês a mês.

4.5. Os produtos deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na garagem Municipal, situada na Rua 25 de Julho, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O Contratado obriga-se fornecer os Materiais/Produtos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 06/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3. A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas

5.4 Entregar os Materiais/Produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os Materiais/Produtos objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidades solicitadas na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os produtos acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 -Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2020, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma.
Tunápolis/SC, 24 de janeiro de 2020.

AQUILES BAMBERG
Prefeito municipal em exercício
CONTRATANTE

BUSCHLE E LEPPER SA
CONTRATADO
Marcelo César Alessio
CPF: 854.081.669-53

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Karine Epping
Coordenadora do SAMAE
CPF: 009.815.549-03
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

DECRETO Nº 2098/2020

Publicação Nº 2380047

Decreto nº 2098/2020, de 28 de Fevereiro de 2020.

Homologação do Resultado Preliminar (Antes dos recursos) referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 002/2020 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Homologação do Resultado Preliminar (Antes dos recursos) referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 002/2020 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

FARMACEUTICO BIOQUIMICO			
Insc.	Candidato	Nota	Classificação
002	NATÁLIA KONRAD	4,0	01º
001	DENISE ANGELA RIGON	3,0	02º
003	ANGELA BUCHE	3,0	03º
004	MAICON EDUARDO SIMAS	FALTANTE	

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 3,00 (três) pontos, da provas 1 (na soma da nota de Conhecimentos Específicos), conforme disposto em edital.

Art. 3º. Os candidatos terão o dia 02 de Março de 2020, para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta na sede da Administração da Prefeitura de Tunápolis/SC em horário de expediente.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o item "5", do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 28 de Fevereiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal
Este decreto foi publicado na
Presente data

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 095/2020

Publicação Nº 2383914

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 095/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 0095/2020 CONDER

O município de Tunápolis, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão Certidão de Conformidade Ambiental com prazo de validade de 30/04/2021, formulado pelo empreendedor Prefeitura Municipal, para a atividade de 03 Sistemas de Microgeração de Energia Elétrica por Conversão Fotovoltaica, que será exercida nos imóveis, Ginásio de Linha Fátima, Interior, Ginásio Amarelo no centro e no Ginásio Casildo Froelich no centro, todos no Município de Tunápolis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 0114/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 0114/2020 CONDER

O município de Tunápolis, CNPJ nº 78.486.198/0001-52, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão Certidão de Atividade Não Constante com prazo de validade de 30/04/2021, formulado pelo empreendedor Associação de Trilheiros Acelera Forte Tunápolis, CNPJ nº 19.254.753/0001-51, para a atividade de Realização de evento de trilha com motos e quadriciclos em estradas vicinais e de acesso interno a propriedades, locadas no interior do município de Tunápolis/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

PORTARIA Nº 5313/2020

Publicação Nº 2380050

PORTARIA Nº.5.313/2020
Em 28 de Fevereiro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o servidor (a) RICARDO PITOL, nomeado(a) pela portaria nº 3.701/2014, com o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo desta municipalidade.

Art. 2º. Esta exoneração dar-se a pedido e de livre e espontânea vontade do requerente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 28 de Fevereiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5314/2020

Publicação Nº 2380052

PORTARIA Nº.5.314/2020
Em 28 de Fevereiro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o servidor (a) FERNANDA SKIBA, nomeado(a) pela portaria nº 4.143/2016, com o cargo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social desta municipalidade.

Art. 2º. Esta exoneração dar-se a pedido e de livre e espontânea vontade do requerente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 28 de Fevereiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5315/2020

Publicação Nº 2380460

PORTARIA Nº.5.315/2020
Em 28 de Fevereiro de 2020
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, Lei Municipal nº. 797/2006;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, após indicação das entidades envolvidas, os seguintes Senhores e Senhoras para comporem o Conselho Municipal de Trânsito de Tunápolis.

1 – Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Aquiles Bamberg Suplente: Julinho Zinhani

2 – Representante do Setor Empresarial

Titular: Arlise Wagner Suplente: Lucieli Eidt

3 – Representante dos Trabalhadores Rurais de Tunápolis

Titular: Nestor Hammerschmitt Suplente: Paulo José Griebler

4 – Representante das Escolas Estabelecidas no Município

Titular: Cristiane Gretzler Suplente: Viane L. Hammerschmitt

5 – Representante da Polícia Militar

Titular: Sgto Elton Wirth Suplente: CB Jucione de Castro
6 – Representante da Associação de Motoristas de Tunápolis
Titular: Fernando Becker Suplente: Eunice Maria Eidt
7 – Um Representante do Poder Legislativo Municipal
Titular: Solange Beatris Melz Suplente: Madalena H. Baumgratz

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº. 4.388 de 05 de maio de 2017.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 28 de Fevereiro de 2020

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5316/2020

Publicação Nº 2383916

PORTARIA Nº. 5.316/2020
Em 02 de Março de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.006/2018 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JANETE MARIA ANDRES PAULI, com cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, cargo este de provimento EFETIVO, neste município, nível TSG1 – A-1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, baseado no Decreto 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2018, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 02 de Março de 2020

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5317/2020

Publicação Nº 2383918

PORTARIA Nº. 5.317/2020
Em 02 de Março de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.006/2018 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ODIRLEI RIGON, com cargo de MOTORISTA DE VEICULO PESADO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras

e Urbanismo, cargo este de provimento EFETIVO, neste município, nível TSG3 – A-4, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, baseado no Decreto 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2018, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Março de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA N°.: 34/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°: 24/2019 DATA EMISSÃO: 24/01/2020

Publicação N° 2383864

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra N°.: 34/2019

Pregão Presencial n°: 24/2019

Data Emissão: 24/01/2020

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por ITEM, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 12 de Março de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS FUMIGAÇÃO EM BOCAS DE LOBO, PONTES, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 14h do dia 12 de Março de 2020.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA N°.: 75/2020 PREGÃO PRESENCIAL N°: 42/2020 DATA EMISSÃO: 02/03/2020 FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE

Publicação N° 2383857

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/Departamento de Compras

Processo de Compra N°.: 75/2020

Pregão Presencial n°: 42/2020

Data Emissão: 02/03/2020

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por LOTE

- O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item conforme dispõe a Lei Federal

nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 10h do dia 12 de Março de 2020 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a LOCAÇÃO DE COBERTURAS E INFRAESTRUTURA, A SEREM INSTALADOS PELA PRÓPRIA CONTRATADA NO LOCAL DO EVENTO, COM AUXÍLIO DE PESSOAS PARA APOIO OPERACIONAL E MANUTENÇÃO, DESTINADAS A REALIZAÇÃO DA 14ª EFACITUS, conforme especificações, condições e anexos, partes integrantes do presente edital.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 10h do dia 12 de Março de 2020 Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 02/2019

Publicação Nº 2380840

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 02/2019

Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram, a Administração Municipal de Tunápolis Estado de Santa Catarina e a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis – AEST objetivando a operacionalização do fornecimento de Vale-Alimentação.

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua João Castilho, 111, inscrito na CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Renato Paulata portador da Carteira de Identidade nº1.857.045, inscrito no CPF sob nº605.081.919-04, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, de outro lado a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis – AEST, inscrita no CNPJ 07.591.888/0001-23, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Santa Cruz, neste Município, doravante denominado de CONVENIADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo de Convênio tem por objetivo alterar a Cláusula Nona – do Prazo de Vigência do Convênio 02/2019 de 31 de Dezembro de 2019, prorrogando o prazo de vigência do referido Convênio para 30 de Abril de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificando no todo ou em parte pelo presente Termo Aditivo.

Tunápolis SC, 28 de fevereiro de 2020.

RENATO PAULATA BRUNO SALDÍVIA
Prefeito Municipal Presidente do AEST
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
Controle Interno Compras e Licitações
CPF:918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

TERMO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO N.º 49/2020

Publicação Nº 2380842

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 02/2019

Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram, a Administração Municipal de Tunápolis Estado de Santa Catarina e a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis – AEST objetivando a operacionalização do fornecimento de Vale-Alimentação.

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua João Castilho, 111, inscrito na CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Renato Paulata portador da Carteira de Identidade nº1.857.045, inscrito no CPF sob nº605.081.919-04, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, de outro lado a Associação Empresarial de Santa Helena e Tunápolis – AEST, inscrita no CNPJ 07.591.888/0001-23, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Santa Cruz, neste Município, doravante denominado de CONVENIADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo de Convênio tem por objetivo alterar a Cláusula Nona – do Prazo de Vigência do Convênio 02/2019 de 31 de Dezembro de 2019, prorrogando o prazo de vigência do referido Convênio para 30 de Abril de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificando no todo ou em parte pelo presente Termo Aditivo.

Tunápolis SC, 28 de fevereiro de 2020.

RENATO PAULATA BRUNO SALDÍVIA
Prefeito Municipal Presidente do AEST
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff
Controle Interno
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
Compras e Licitações
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº14/2020

Publicação Nº 2380505

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020- DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Execução de base e pavimentação asfáltica, com fornecimento de materiais, na TVO 361 São Felipe, no município de Turvo/SC, com extensão de 12.750,00m².

Contratante: Município de Turvo com sede à Rua Nereu Ramos, 609, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA, Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 32.113.845/0001-80, com sede na Rua Nereu Ramos, 595 - Centro, no município de Turvo/SC.

Do valor e do pagamento: O valor total estimado para execução dos serviços é de R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), e será pago após o término da execução dos serviços.

Da base legal: Inciso III, § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007

Da justificativa: Justifica-se tal contratação por tratar-se de Consórcio Público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, formado pelos municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Turvo, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005.

Turvo/SC, 28 de fevereiro de 2020.

Priscila Tramontin Bianchini

Chefe do Departamento de Compras

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO

Publicação Nº 2380520

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Clube de Mães, inscrita no CNPJ sob o nº 07.645.979/0001-02, com sede na Rua Nereu Ramos, Turvo – SC, por meio da formalização de termo de fomento, para o exercício de 2020, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC) no valor de R\$ 162.735, 50, conforme condições estabelecidas no Termo de Parceria.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação de Clube de Mães.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil. É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Associação de Clube de Mães, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Nesta ótica a Associação de Clubes de Mães desenvolve há mais de 10 (dez) anos, atividades voltadas a serviços de assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor. Se observa ainda que a Associação de Clube de Mães trata-se associação civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas de assistência social, cultura, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, lazer, estudo, e outros, com duração indeterminada, e tem, por finalidade, dentre outras: - Promover ações assistenciais que busquem a qualidade de vida, através de implantação de atividades e programas que visem a proteção à família, à maternidade, à adolescência, à velhice, ou às pessoas portadoras de deficiência; - Promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos participantes, através de ações educativas junto aos grupos e comunidades; - Promoção do voluntário. Com isso, se observa que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação de Clube de Mães de Turvo – SC, ora avaliados, são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre os requisitos legais exigidos, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Se observa, pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. Para tanto, o compõe cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado. A Lei Municipal nº 2397/2020, reconheceu, inclusive, a entidade como Organização da Sociedade Civil, haja vista o notório interesse público verificado, autorizando a celebração da presente parceria. A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizar a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos, que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos. Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

Turvo – SC, 26 de Fevereiro de 2020.

Tiago Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA 054/2020

Publicação N° 2383869

PORTARIA N° 054/20, de 26 de Fevereiro de 2020.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 92, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade no período de 26 de Fevereiro de 2020 a 24 de Junho de 2020, a servidora GEISE BEL MARIANE CARDOSO BOLICO, CPF nº 106.251.639-74, matrícula nº 4711, exercendo o a Função Pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 26 de fevereiro de 2020.

TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco - Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

2 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 34/2019

Publicação Nº 2380347

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 34/2019

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 34/2019, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI inscrita no CNPJ Nº 09.544.243/0001-65, com sede na Conde D'Eu, nº.27, Centro, Quilombo – SC, por intermédio de seu representante legal Sr. FABIANO WINCK, CPF nº 026.254.649-33, denominada doravante simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula quinta do contrato principal e Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado para mais 30 dias, passando a vigor até 27 de março de 2020.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 34/2019 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, SC, 28 de fevereiro de 2020

CELSO MATIELLO WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI PREFEITO MUNICIPAL FABIANO WINCK

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Giane Smaniotto	Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 060.416.089-55	CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

CONTRATO ADM Nº 05/2020 - FMS

Publicação Nº 2380349

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 05/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ Nº 35.494.537/0001-30.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Gestor do FMS, Sr. LEODACIR PIANESOLA, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 35.494.537/0001-30, com sede na Rua XV de Novembro, 866, Bairro Laranjeiras, Modelo – SC, CEP: 89872-000, representada neste ato, pelo seu(ua) administrador, Senhor(a) PAULO SAMPAIO CAMARGO, inscrito(a) no CPF sob nº 001.210.820-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 02/2020 e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – CLÍNICO GERAL, 40 HORAS SEMANAIS, PARA TRABALHAR COM O PROGRAMA ESF (ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA), JUNTO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 02/2020, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – Os serviços objeto desta licitação deverá ser prestado junto a Secretaria de Saúde do Município de União do Oeste - SC, sito Rua Chapecó 531, Centro, sem custos adicionais;

2.1.1 Os serviços do objeto licitado consistirá na prestação de serviços médicos – clínico geral, 40 horas semanais, para trabalhar com o programa ESF (estratégia saúde da família), junto a Unidade Básica de Saúde do município de União do Oeste – SC, bem como consultas clínicas/emergências, pequenos procedimentos cirúrgicos, regulação programa SISREG, preenchimento de TFD e Laudos quando necessários, inter consultas com enfermeiros, além dos atendimentos de urgência/emergência, participar de atividades em grupos na unidade básica de saúde e quando indicado ou necessário no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outros) em conformidade com o PNAB, protocolos e diretrizes clínicas e terapêuticas, assim como outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores (Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal) observadas as disposições legais da profissão. Estando incluídos nos serviços, no mínimo 15 (quinze) consultas por turno se houver demanda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - A vigência do contrato decorrente desta licitação será a contar da data de 02 de março de 2020 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes, e de conformidade com o estabelecido no inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.

3.2. Em caso de prorrogação do contrato, após 12 meses de serviços, os preços poderão ser reajustados pelo IGPM – Índice Geral de preços de mercado.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor mensal de R\$ 16.900,00 (dezesesseis mil e novecentos reais), totalizando o valor de R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais).

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUTENÇÃO ATIV.DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.037 MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 16 - 3.3.90.00.00.00.00

4.3 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE através do Fundo Municipal de Saúde, se compromete a efetuar o pagamento mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a prestação dos serviços e apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor por ele designado.

5.2. Se o fornecedor não possuir conta bancária no Banco do Brasil, as despesas de DOC/TED serão por conta do fornecedor.

5.3. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através da Enfermeira Sra. SUSANA SERGILIO DE CARVALHO, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2 - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. Em caso de prorrogação do contrato, após 12 meses de serviços, os preços poderão ser reajustados pelo IGPM – Índice Geral de preços de mercado.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente responde civil e criminalmente, de forma exclusiva, isentando integralmente o Município de União do Oeste – SC e/ou o Fundo Municipal de Saúde, por eventuais danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE.

9.2 A CONTRATADA prestará os serviços ora contratados através do médico FÁBIO WESLEY MAGALHÃES DA SILVA.

9.3 O profissional médico prestador dos serviços registrará, o horário de entrada e de saída do local da prestação dos serviços, através de folha ponto, sob pena de rescisão contratual.

9.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento às recomendações profissionais, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de desconhecimento.

9.5. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.5.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.5.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.5.3. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.6. Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto deste Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

9.6.1. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.7. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.8. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.

9.9. São obrigações da CONTRATANTE:

9.9.1. Fornecer planilha contendo os dias, horários e locais de atendimento à população, por parte do profissional médico indicado pela CONTRATADA.

9.9.2. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.2 e 10.1.3 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação

não cumprida.

10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 28 de fevereiro de 2020.

LEODACIR PIANESOLA
GESTOR DO FMS

CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA
PAULO SAMPAIO CAMARGO

SUSANA SERGILIO DE CARVALHO
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____
Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

02. _____
Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4383 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2380736

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.383 de 28 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 002/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSONI MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o inciso II do Artigo Nº 11 da Lei Municipal Nº 957/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, o Contrato Administrativo de trabalho por prazo determinado nº 002/2020 do(a) servidor(a) JAQUELINE WERLANG, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal 4.367/2020 e Contrato Administrativo 002/2020.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de fevereiro de 2020.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 4380/2020

Publicação N° 2379752

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.380, de 28 de fevereiro de 2019.

Dispõe sobre constituição de Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis do Município de União do Oeste – SC.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., 107. e 113, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis pertencentes ao patrimônio público municipal, composta por servidores públicos municipais abaixo relacionados:

PEDRO TRENTIN - Presidente
EDNA CASSARO - Secretária
JOSÉ TESSARO - Membro
JOEL FERNANDO CAPELETO - Membro
TIAGO GIOVANNONI - Membro

Art. 2º Cabe a comissão ora nomeada a função de avaliar o estado de conservação e o valor em moeda corrente nacional, dos bens móveis a seguir relacionados:

I – Veículo Renault Master Bus 16 DCI, 2010/2011, Placa MHW 0616, CH: 93YCDDUH6BJ506278. N.º do Patrimônio 2677.

II – Ônibus urbano Iveco City Class 70C17, 2020/2013, Placa MKW 6036, CH: 93ZL70C01D8442360. N.º do Patrimônio 4515.

III – Trator de Pneus Valtra BL 88-4 4x4, série: BL88234606. N.º do Patrimônio 2265.

IV – Rolo Compactador Dynapac. N.º do Patrimônio 1811.

V – Distribuidor de Adubo Líquido Ipacol, capacidade de 5.000 lt. N.º do Patrimônio 3648.

VI – Sucata de Distribuidor de Adubo Líquido Ipacol, capacidade de 5.000 lt. N.º do Patrimônio 3649.

VII – Sucata de Distribuidor de Adubo Líquido Ipacol, capacidade de 5.000 lt. N.º do Patrimônio 3650.

VIII – Sucata de Distribuidor de Adubo e Calcário IAC, cor vermelha. N.º do Patrimônio 4456.

IX – Tanque de transporte de água, capacidade de 10.000 lt.

X – Sucatas de diversos materiais: móveis, cadeiras, carteiras, equipamentos médicos e odontológicos, bebedouros, cadeiras de rodas, compressor de ar, equipamentos de informática e outros. N.ºs do Patrimônio: 2942, 3748, 0683, 1439, 1080, 1019, 1327, 0965, 2712, 1071, 3698, 0844, 2962, 3613, 2801, 4251, 2887, 3166, 2691, 0964, 0201, 1455, 3419, 2848, 2824, 1000, 0996, 3131, 0443, 1437, 3208, 3203, 3216, 0864, 1462, 2873, 0472, 0621, 2978, 3162, 2700, 1467, 0962, 2944, 0577, 3278, 3207, 0586, 3219, 3328, 0471, 3224, 1445, 1949, 0421, 3309, 0627, 3168, 0581, 3272, 0653, 1250, 0604, 0393, 0644, 0593, 1546, 3027, 4133, 1302, 2698, 0888, 0430, 4217, 4220, 0603, 3753, 3751, 1961, 2934, 3145, 2017, 0775, 0776, 3119, 3022, 3112, 2943, 3121, 4219, 3750, 3749, 3077, 3102, 3147, 3149, 3085, 2880, 2966, 2077, 0810, 0811, 2886, 1542, 2384, 1405, 2851, 1585, 0648, 1189, 3311, 0397, 0678, 4198, 1221, 3487, 4020, 0578, 4070,

3298, 0467, 1210, 2010, 0651, 4207, 0595, 0415, 0458, 1259, 0642, 3241, 0637, 1281, 4301, 3700, 2931, 3349, 3166, 0450, 0590, 1969, 1968, 1971, 1939, 1972, 1931, 0323, 1925.

Art. 3º A comissão deverá fazer a avaliação pessoalmente, sendo o trabalho realizado em equipe, nunca de forma isolada ou individual, elaborando Laudo de Avaliação, contendo a descrição do estado de conservação dos bens e o valor de mercado em moeda corrente nacional.

Art. 4º Os trabalhos mencionados neste Decreto deverão estar concluídos até o dia 20 de março de 2019.

Art. 5º O serviço prestado para esta finalidade é de caráter de relevante, não comportando qualquer remuneração para tanto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de fevereiro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 4381/2020

Publicação Nº 2380466

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.381, de 28 de fevereiro de 2020.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, NILSIN PAVAN, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a serem gozadas no período de 11/03/2020 a 31/03/2020, relativas ao período aquisitivo de 04/05/2018 à 03/05/2019.

Art. 2º Converter 1/3 das férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento do servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de fevereiro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 4382/2020

Publicação Nº 2380473

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.382, de 28 de fevereiro de 2020.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, VALDEMIR ROSARIO, ocupante do cargo de Borracheiro,

Lubrificador e lavador, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a serem gozadas no período de 02/03/2020 a 21/03/2020, relativas ao período aquisitivo de 17/05/2018 à 16/05/2019.

Art. 2º Converter 1/3 das férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento do servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de fevereiro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2020

Publicação Nº 2380259

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Dispensa de licitação/Compra Direta nº 65/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Urubici. Contratada: Luiza Berenice Lopes Omizzolo-La. CNPJ: 10.282.023/0001-90 Objeto. Referente a serviço de confecção de vestidos e trajes de passeio para a Rainha e Princesas da XV Festa Nacional das Hortaliças. Data: 24/02/2020. Valor: R\$ 16.770,00 (dezesesseis mil setecentos e setenta reais).Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO N° 06/2020

Publicação N° 2380370

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE VARGEÃO

OBJETO: Repasse de recursos financeiros destinando-se ao pagamento do transporte dos estudantes que estejam matriculados em Instituições de Ensino Superior ou Cursos Técnicos e façam parte do quadro da Associação beneficiada.

VALOR: Até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais num total de 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas para o exercício 2020.

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.518/2013 e Convênio nº 06/2020.

Vargeão, SC, 21 de fevereiro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 019/2020

Publicação Nº 2380831

DECRETO Nº 019/2020, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

“PRORROGA A VIGÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL Nº 001/2019”.

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para provimento de vagas no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de preencher temporariamente vaga aberta, em função de servidores públicos estarem em auxílio doença e ou/ outros afastamentos, bem como, em virtude de decisão judicial em mandado de segurança que suspendeu contratação pública para elaboração de concurso público para provimento em caráter efetivo;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados para as vagas de Professor de Inglês e Professor de Educação Física, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a vigência do Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 001/2019 pelo prazo de 01 (um) ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 02 de Março de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

DECRETO Nº 020/2020

Publicação Nº 2380832

DECRETO Nº 020/2019, DE 02 DE MARÇO DE 2020.

“REGULAMENTA A ARRECADAÇÃO DOS VALORES RELATIVOS AO ALUGUEL DOS ESTANDES E ÁREAS EXTERNAS DA VII FEIRA DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL DE VARGEM BONITA –EXPOVAB, A SER REALIZADA DE 27 A 30 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o aluguel dos estandes e áreas externas da Feira de Exposições Municipal de Vargem Bonita – EXPOVAB, a ser realizada de 27 a 30 de março de 2020;

A necessidade de que os valores relativos ao aluguel dos estandes e áreas externas sejam recolhidos de forma oficial aos cofres do Município até o dia 24 de março de 2020;

A necessidade de tornar público a possibilidade de contratação para exploração de espaço físico para exercício de atividade comercial temporária por ocasião da EXPOVAB;

A necessidade de tornar público e por Ato Normativo os valores dos espaços físicos a serem explorados; e

A obrigatoriedade de que as receitas oriundas das cotas das explorações dos espaços físicos sejam recolhidas aos cofres do município, por meio de pagamento de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), emitido pelo Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita para que possam ser registrados os fatos e os atos contábeis que originarem as receitas,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam instituídos preços públicos e condições para que particulares possam locar estandes e áreas externas da VII Feira de

Exposições Municipal de Vargem Bonita – EXPOVAB, a ser realizada de 27 a 30 de março de 2020.

I – Estande de comércio local – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

II – Estande de comércio regional – R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Artigo 2º - As áreas disponíveis a serem comercializadas para a realização da feira serão divididas na área interna do Ginásio de Esportes Zafiro Roman e na área externa ocupando as Ruas centrais (Rua Coronel Vitório e Rua José de Alencar).

Parágrafo único – Os expositores da parte externa serão responsáveis pela estrutura que irão utilizar, devendo efetuar as instalações de acordo com as respectivas normativas.

Artigo 3º - A efetivação da locação do estande dar-se-á diante da quitação dos valores dentro do prazo de vencimento instituído, qual seja 24 de março de 2020.

Artigo 4º - O horário de funcionamento e a regulamentação da feira/exposição serão determinados pela Comissão Organizadora, através de informativo a ser entregue aos expositores na semana do evento.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 02 de Março de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM, em 02/03/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

PROCESSO 024/2020 PR 011/2020

Publicação Nº 2380102

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020

OBJETO: Locação, instalação e desmobilização de Estruturas e Equipamentos (Pavilhão, Tendas, Stands, Palco, Camarim, Sonorização, Iluminação, Grupo Gerador) para a 28ª. Festa do Município de Vargem Bonita - SC, que será realizada no centro da Cidade, ocupando as Ruas centrais (Rua Cel. Vitório e Rua José de Alencar), Praça dos Imigrantes (Centro), Ginásio de Esportes Zafiro Roman (Centro) e Centro de Convivência Elvira Cazella (centro), no período de 27 a 30 de Março de 2020, em conformidade com o Edital e seus Anexos.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Lote/Item.

Entrega dos Envelopes: Até às 14h00min do dia 17 de março de 2020.

Sessão de Processamento do Pregão: às 14h00min do dia 17 de março de 2020.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 28 de Fevereiro de 2020.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos**PREFEITURA****DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 04/2020**

Publicação Nº 2380616

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS
Processo Licitatório nº. 04/2020
Dispensa de Licitação nº. 01/2020

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos informa que o presente Processo de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição com instalação de ar condicionado na sala de Teste Rápido com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal Saúde de Vidal Ramos, solicita um ar condicionado, para uma sala de Teste Rápido, sendo de extrema urgência, pois percebe-se que o sol bate na parede onde tem uma janela e a sala fica muito quente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

DO PREÇO

O valor previsto para pagamento dos ar condicionados é de R\$ 1.498,00 (mil quatrocentos e noventa e oito reais) o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento e prestação dos serviços solicitados.

ITEM	QTDE	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	Aparelho de ar condicionado somente frio, classificação A 9000 Btus, com Instalação.	R\$ 1.498,00	R\$ 1.498,00
VALOR TOTAL			R\$ 1.498,00	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, como segue: 4.4.9.0.5.2.3.4.00.00.00.00. (45)

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

A entrega dos ar e instalação será executado mediante requisição prévia e após homologação.

DA DOCUMENTAÇÃO

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI, estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, nº. 882, centro, Vidal Ramos/Sc, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.515.579/0001-50

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exma. Sra. Secretária de Saúde, Raquel R. Kreusch, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 28 de fevereiro de 2020.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº 04/2020
Dispensa de Licitação nº. 01/2020

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição com instalação de ar condicionado na sala de Teste Rápido com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, valor será de R\$ 1.498,00 (mil quatrocentos e noventa e oito reais)

Empresa: COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI,
Avenida Jorge Lacerda, nº. 882, centro, Vidal Ramos/SC,
CEP 88443-000,
CNPJ: 02.515.579/0001-50

Vidal Ramos, 28 de fevereiro de 2020.
Eduardo Thehrin
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 04/2020
Dispensa de Licitação nº. 01/2020

RATIFICAÇÃO

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI, estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, nº. 882, centro, Vidal Ramos/Sc, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.515.579/0001-50, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no valor de R\$ 1.498,00 (mil quatrocentos e noventa e oito reais, em favor da empresa COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 28 de fevereiro de 2020

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 15/2020

Publicação Nº 2380195

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 28/2020
Dispensa de Licitação nº. 15/2020

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente Processo de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição com instalação de ar condicionado para o colégio João Alberto Schmidt e Creche Maria Ramos Will, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, solicita um ar condicionado, para uma sala de aula no Centro de Educação Maria Ramos Will e Colégio João Alberto Schmidt e não tem os aparelhos, sendo de extrema urgência, pois percebe-se que o sol bate na parede onde tem uma janela e a sala fica muito quente, deixando as crianças irritadas com o calor, baixando assim o rendimento das mesmas.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

DO PREÇO

O valor previsto para pagamento dos ar condicionados é de R\$ 8.992,00 (oito mil novecentos e noventa e dois mil reais) o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento e prestação dos serviços solicitados.

ITEM	QTDE	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	Aparelho de ar condicionado somente frio, classificação A 9000 Btus, com Instalação.	R\$ 1.498,00	R\$ 1.498,00
2	3	Aparelho de ar condicionado somente frio, classificação A 18000 Btus, com Instalação	R\$ 2.498,00	R\$ 7.494,00
VALOR TOTAL			R\$ 8.992,00	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, como segue:

4.4.9.0.5.2.3.4.00.00.00.00. (48)

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

A entrega dos ar e instalação será executado mediante requisição prévia e após homologação.

DA DOCUMENTAÇÃO

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI, estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, nº. 882, centro, Vidal Ramos/Sc, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.515.579/0001-50

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exma. Sra. Secretária de Educação e Cultura, Guisela Backes Burg, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 28 de fevereiro de 2020.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº 28/2020

Dispensa de Licitação nº. 15/2020

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição com instalação de ar condicionado para o colégio João Alberto Schmidt e Creche Maria Ramos Will, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/9, valor será de R\$ 8.992,00 (oito mil novecentos e noventa e dois mil reais)

Empresa: COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI,

Avenida Jorge Lacerda, nº. 882, centro, Vidal Ramos/SC,

CEP 88443-000,

CNPJ: 02.515.579/0001-50

Vidal Ramos, 28 de fevereiro de 2020.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 28/2020

Dispensa de Licitação nº. 15/2020

RATIFICAÇÃO

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI, estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, nº. 882, centro, Vidal Ramos/Sc, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 02.515.579/0001-50, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no valor de R\$ 8.992,00 (oito mil novecentos e noventa e dois mil reais), em favor da empresa COMÉRCIO DE MÓVEIS BARNI EIRELI, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 28 de fevereiro de 2020

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO N° 17.255/2020

Publicação N° 2379497

DECRETO N° 17.255/2020, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 ao servidor ANTÔNIO GIAZZONI, declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 009/2020:

DECRETA

Art.1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ANTONIO GIAZZONI, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no CPF sob nº 423.314.129-87, com RG nº 1.332.803 e PIS/PASEP nº 108.3754996-2, detentor do cargo efetivo de Torneiro Mecânico, com matrícula Funcional nº 2118, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, perfazendo a importância de R\$ 4.727,48 (Quatro mil, setecentos e vinte e sete reais e quarente e oito centavos, que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2020.

Videira, 26 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0183/2020

Publicação N° 2379489

PORTARIA nº 0183/2020

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 14022060.1.00022/20-8, nos assentos funcionais do servidor OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS, detentor da matrícula funcional nº 2160, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4551/2020,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, detentor da matrícula funcional nº 2160, do período de 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 7 (sete) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 14022060.1.00022/20-8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0184/2020

Publicação Nº 2379493

PORTARIA nº 0184/2020
Concede licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4803/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a SÔNIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 11 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de março de 2020.

Videira, 21 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PR 02/2020 - CMV

Publicação Nº 2381310

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 – CMV

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2020 - CMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, E MATERIAIS DE LIMPEZA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA E A ESCOLA DO LEGISLATIVO DE VIDEIRA. : a partir das 14:00 horas do dia 13 de março de 2020, na Câmara de Vereadores de Videira, na Avenida Manoel Roque, nº 99, térreo, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.camaravideira.sc.gov.br ou na Câmara Municipal de Vereadores, na Avenida Manoel Roque, nº 99, Videira/SC, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através do e-mail: assessoria@camaravideira.sc.gov.br. Videira/SC, 28 de fevereiro de 2020.

CARLOS DEMENEK - Presidente

INPREVID**REVOGAÇÃO DISPENSA N ° 04/2020**

Publicação N° 2380188

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE VIDEIRA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2020

O Presidente do INPREVID comunica aos interessados que a Dispensa de Licitação nº 04/2020, a qual tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas para seleção de candidatos para provimento de vaga em cargo de Nível Superior do INPREVID, foi REVOGADA.

Informações na Rua Fiorindo Pires, 15, fone (49)3566.6415

Videira, 27 de fevereiro de 2020.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 012/2020

Publicação Nº 2380554

DECRETO N. 012, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

"APROVA OS REGULAMENTOS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO DE VITOR MEIRELES RELATIVO AO ANO DE 2020".

IVANOR BOING, Prefeito em exercício do Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 109, inciso I, alínea "f":

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, em todos os seus termos, o Regulamento do Campeonato Municipal de Futebol de Campo de Vitor Meireles – 2020, os quais passam a integrar o presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 27 de fevereiro de 2020.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal em exercício

CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO 2020

REGULAMENTO

1. A organização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo – Edição 2020 é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, cultura e turismo.

2. Em nenhuma hipótese será aceito qualquer realização de partida com jogador irregular.

3. Será exigido dos atletas NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO cópia de um documento oficial com foto para cadastro no novo sistema.

4. O Campeonato será disputado por 9 equipes, na categoria titular sendo que os jogos serão realizados conforme tabela.

5. Classificam-se as 2 equipes por chave que obtiverem a melhor campanha no geral.

Para chave ouro e 3º e 4º colocada pra chave prata.

6. Critério de desempate:

a) Maior número de pontos ganhos

b) Número de vitórias;

c) Confronto direto somente entre duas equipes;

d) Menor número de Gols sofridos;

e) Maior número de Gols marcados;

f) Sorteio.

4. Classificados enfrentam-se em jogos eliminatórios ida e volta com saldo de gols. Se permanecer ao final dos dois jogos pontos e gols empatados cobrança de penalidades até a final.

Os jogos serão realizados nos campos das equipes de melhor campanha das chaves.

OURO

1º Colocado A x 2º Colocado B 1º Colocado B x 2º Colocado A

PRATA jogo único melhor 3º colocado.

3º Colocado A x 4º Colocado B 3º Colocado B x 4º Colocado A

5. Cada equipe poderá inscrever só atleta que mora ou trabalha no município de Vitor Meireles e ainda libera atletas que seu pai ou mãe residam no município. E cada equipe poderá inscrever até quatro atletas de outra cidade sem necessitar comprovante.

Se alguma equipe achar que outra equipe além dos atletas citados como de fora tiver mais, deverá fazer protesto até dia 05 de março a SECTUR que irá analisar a documentação complementar dos atletas citados aí será indeferido ou deferido até dia 14 de março. Após este prazo não cabe mais protesto sobre registro de atletas.

6. O Atleta que estiver inscrito em mais de uma equipe, deverá regularizar sua situação até a sexta-feira que antecede a primeira rodada até às 12 horas na SECTUR. Se não o fizer o atleta será suspenso da competição.

Obs: Poderá jogar atletas nascidos no ano de 2005 a baixo.

7. A Equipe mandatária deverá colocar dois seguranças na primeira fase da casa e na fase finais dois seguranças de empresa privada que deverão identificar-se antes do início da partida. Também fica a cargo da equipe mandatária oferecer material e local adequado à partida, como:

A) Campo devidamente demarcado com cal hidratado e rede bem fixada com ganchos;

B) Água para os árbitros e alimentação.

C) Segurança, para as duas partidas;

D) Chuveiros em perfeitas condições de uso.

E) Manter os portões de acesso ao campo fechado com cadeado.

F) Em igualdade nas cores de uniforme a equipe da esquerda da tabela terá de trocar o uniforme.

8. As partidas serão realizadas aos domingos, sendo que a primeira partida terá início às 10h30min, com 15 minutos de tolerância, segunda partida deverá iniciar às 13h30min com 15 minutos de tolerância e terceira partida 15h30min. No caso de não cumprimento dos horários cabe ao árbitro encerrar a partida, declarando a equipe que estiver no campo apta a iniciar a partida, vencedora por WO que valera como 3 x 0.

9. As partidas terão duração de dois tempos de 45 minutos com 5 minutos de intervalo.

10. Todos os atletas e Comissão Técnica deverão apresentar ao mesário um documento oficial com foto a primeira vez que jogar e a equipe uma relação dos jogadores, contendo o nome do jogador e o número da camisa, antes do início da partida.

11. Cartão Amarelo: a soma de 3(três) cartões amarelos o jogador cumprirá a punição de 1(uma) partida, automaticamente a partida posterior ao tomar o terceiro cartão.

Cartão Vermelho: ao tomar um cartão vermelho o jogador cumprirá 1 (uma) partida de punição, automaticamente na partida posterior ao tomar o cartão vermelho,

Parágrafo Primeiro: No caso de reincidência de cartão (2 vermelhos, duas partidas automáticas, 6 amarelos, duas partidas automáticas O clube que faltar em uma partida perde três pontos, que serão revertidos ao time prejudicado. Faltando em uma à equipe será eliminada.

12. A equipe terá de junta a inscrição depositar garantia no valor de R\$ 1,000. 00 que será cobrado em caso de agressão de jogador em qualquer membro da arbitragem e será eliminado do campeonato e julgado pelos artigos e leis oficiais. E se a equipe que o mesmo jogar se não efetuar o pagamento e depositar outra garantia será eliminada da competição e seus atletas suspenso por um ano da data do ato ocorrido. Garantia será revertida ao hospital municipal.

13. Cada atleta esta ciente deste regulamento, portanto é responsável pelos seus atos realizados durante a competição e terá de se responsabilizar por qualquer processo ou danos a sua pessoa eximindo a sua equipe e coordenação do campeonato.

14. A equipe que realizar WO será punida e julgada, salvo os atletas que comparecer em campo e for relatado pelo delegado da partida os demais serão suspenso de qualquer evento promovido pela SECTUR por um ano da data que foi o ocorrido.

15. Serão aceito em campo somente atletas uniformizados, o técnico, o massagista e um dirigente. Sendo que poderão ser feitas substituições livre com autorização do mesário.

16. No caso de desistência de uma equipe os jogos que faltam valerá o ponto para os adversários.

17. Todos os julgamentos serão baseados no relato do árbitro e mesário.

18. Atleta mesmo que não esteja jogando a partida em questão, durante o campeonato em local de jogo, se faltar com respeito a qualquer membro da organização ou arbitragem será punido pelas regras deste regulamento ou regras oficiais de punição.

19. Qualquer protesto deverá ser apresentado por escrito, assinado pelo presidente do clube, no prazo de 48 horas após o término da partida, entregue e protocolado junto a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

20. Serão premiados o Campeão, Vice-Campeão, Terceiro e Quarto lugar, artilheiro, goleiro menos vazado e equipe mais disciplinada:

CHAVE OURO

1º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 600,00

2º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 500,00

3º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 400,00

4º Lugar: Troféu - R\$ 300,00

CHAVE PRATA

1º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 300,00

2º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 200,00

3º Lugar: Troféu - R\$ 100,00

4º Lugar: Troféu R\$ 50,00

Na questão do nome como homenagem do campeonato, a empresa ou pessoa fica assim estabelecido: 50 % Patrocinador e 50 % SECTUR.

21. Não será aceito ou realizado qualquer tipo de transferência dos jogos sem a autorização da organização deste campeonato.

22. A Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Vitor Meireles, não se responsabiliza por danos físicos e morais, ocorridos no decorrer do campeonato, nos locais de jogos e locomoção.

23. Os casos omissos serão resolvidos pela junta disciplinar.

24. Os clubes estão de acordo com o regulamento, portanto não caberá recurso de qualquer item deste regulamento em outras instâncias.

25. Junta disciplinar um representante por equipe participante e CME.

Vitor Meireles, 19 de fevereiro de 2020.

Darci Moreira
Secretário

LEI COMPLEMENTAR Nº 119

Publicação Nº 2379600

LEI COMPLEMENTAR Nº 119, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

ACRESCENTA O INCISO V E O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 022, DE 18 DE JULHO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE PESSOAL PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Acrescenta-se o inciso V e o Parágrafo Único ao artigo 5º da Lei Complementar nº. 022, de 18 de julho de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

.....

V – Complemento salarial tendo por base a diferença entre o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e o valor fixado para o cargo, incluindo suas atualizações salariais.

Parágrafo Único – O complemento salarial que trata o inciso V será pago enquanto o valor do cargo for inferior ao piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 28 de fevereiro de 2020.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal em Exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 120

Publicação Nº 2379599

LEI COMPLEMENTAR Nº 120, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020.*CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE
SALARIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, de acordo com o índice econômico INPC (IBGE), acumulado no ano de 2019, o valor de 4,48% de revisão geral anual, nos termos do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal, sobre o salário do mês de março de 2020, aos servidores do Município de Vitor Meireles, dos Poderes Executivo e Legislativo, passando-se a aplicar os anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo Único – A reposição salarial que trata o caput tem como base a data base de reajuste do funcionalismo público, fixada pelo parágrafo 2º do art. 39 da Lei Complementar nº 007/2003.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, de acordo com o índice econômico INPC (IBGE), acumulado no ano de 2019, o valor de 4,48% de revisão ao subsídio de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais de Vitor Meireles, nos termos do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 3º - O menor piso salarial a ser pago a servidor com regime de 40 (quarenta) horas semanais será o salário mínimo nacional.

Art. 4º - O teto salarial a ser pago a servidor com regime de 40 (quarenta) horas semanais será o subsídio do Prefeito Municipal, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, conforme estabelecido no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o valor de 0,52% de reajuste salarial, aos servidores do Município de Vitor Meireles, dos Poderes Executivo e Legislativo, valor este somado ao índice do Art. 1º, da presente Lei Complementar, passando-se a aplicar os anexos desta Lei Complementar.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 28 de fevereiro de 2020.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO V – LC 049/2009**GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES, E NÍVEL DE VENCIMENTO****GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS
40 HORAS SEMANAIS**

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Farmacêutico	X-1	3.707,50	3.892,87
1	Advogado	X-1	3.707,50	3.892,87
2	Assistente Social	IX-1	3.122,24	3.278,35
1	Bioquímico	IX-1	3.122,24	3.278,35
1	Contador	XII-1	4.878,27	5.122,18
1	Controlador Interno	XI-1	4.292,86	4.507,50
3	Enfermeiro	X-1	3.707,50	3.892,87
2	Engenheiro Agrônomo	XI-1	4.292,86	4.507,50
1	Engenheiro Civil	XI-1	4.292,86	4.507,50
3	Médico Clínico Geral	XV-1	11.658,78	12.241,71
3	Médico da ESF	XVI-1	16.000,00	16.800,00
2	Médico Veterinário	XIII-1	5.756,37	6.044,18
1	Nutricionista	IX-1	3.122,24	3.278,35
4	Odontólogo	XIV-1	7.317,44	7.683,31
1	Engenheiro Florestal	XI-1	4.292,86	4.507,50
1	Fisioterapeuta	XI-1	4.292,86	4.507,50
2	Psicólogo	XI-1	4.292,86	4.507,50
1	Turismólogo	IX-1	3.122,24	3.278,35
2	Fiscal de Tributos	VIII-1	2.731,84	2.868,43
1	Fiscal de Obras e Posturas	VIII-1	2.731,84	2.868,43

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Técnico em Agropecuária	V-1	1.600,16	1.680,16
4	Técnico em Enfermagem	VI-1	1.912,27	2.007,88
2	Técnico em Contabilidade	VIII-1	2.731,84	2.868,43
1	Técnico em Defesa Ambiental	V-1	1.600,16	1.680,16
1	Técnico em Processamento de Dados	V-1	1.600,16	1.680,16
1	Topógrafo	VI-1	1.912,27	2.007,88
15	Agente Administrativo e Operacional	VII-1	2.204,95	2.315,19
1	Fiscal de Vigilância Epidemiológica	VI-1	1.912,27	2.007,88
1	Fiscal de Vigilância Sanitária	VI-1	1.912,27	2.007,88
2	Auxiliar de Consultório Odontológico	V-1	1.600,16	1.680,16

GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – AAU

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
23	Agente Comunitário de Saúde - ESF	II-1	1.039,06	1.091,01
10	Auxiliar de Enfermagem	V-1	1.600,16	1.680,16
2	Telefonista	IV-1	1.454,69	1.527,42
2	Auxiliar de Gabinete Odontológico	IV-1	1.454,69	1.527,42
1	Fiscal de Vigilância Sanitária Epidemiológica	VI-1	1.912,27	2.007,88

GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Almoxarife	IV-1	1.454,69	1.527,42
2	Instalador Hidráulico	IV-1	1.454,69	1.527,42
2	Mecânico	VI-1	1.912,27	2.007,88
25	Motorista	IV-1	1.454,69	1.527,42
15	Operador de Máquinas	V-1	1.600,16	1.680,16
22	Servente/Merendeira	II-1	1.039,06	1.091,01
10	Auxiliar de Manutenção e Conservação	II-1	1.039,06	1.091,01
15	Auxiliar de Serviços Gerais	II-1	1.039,06	1.091,01
1	Auxiliar de Mecânico	III-1	1.174,16	1.232,86
2	Guarda do Patrimônio Público	IV-1	1.454,69	1.527,42

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
1	Chefe de Gabinete	XI-1	4.292,86	4.507,50
3	Diretor Municipal	VIII-1	2.731,84	2.868,43

ANEXO VIII
TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	829,19	878,94	931,68	987,58	1.046,83	1.109,64	1.176,22	1.246,80	1.321,60	1.400,90	1.484,95	1.574,05	1.668,49	1.768,60	1.874,72	1.987,20
II	1.091,01	1.156,47	1.225,86	1.299,41	1.377,37	1.460,02	1.547,62	1.640,48	1.738,90	1.843,24	1.953,83	2.071,06	2.195,33	2.327,05	2.466,67	2.614,67
III	1.232,86	1.306,83	1.385,24	1.468,36	1.556,46	1.649,84	1.748,84	1.853,77	1.964,99	2.082,89	2.207,86	2.340,34	2.480,76	2.629,60	2.787,38	2.954,62
IV	1.527,42	1.619,07	1.716,21	1.819,18	1.928,33	2.044,03	2.166,67	2.296,67	2.434,48	2.580,54	2.735,38	2.899,50	3.073,47	3.257,88	3.453,35	3.660,55
V	1.680,16	1.780,97	1.887,83	2.001,10	2.121,16	2.248,43	2.383,34	2.526,34	2.677,92	2.838,59	3.008,91	3.189,45	3.380,81	3.583,66	3.798,68	4.026,60
VI	2.007,88	2.128,35	2.256,05	2.391,42	2.534,90	2.687,00	2.848,22	3.019,11	3.200,26	3.392,27	3.595,81	3.811,56	4.040,25	4.282,66	4.539,62	4.812,00
VII	2.315,19	2.454,10	2.601,35	2.757,43	2.922,87	3.098,25	3.284,14	3.481,19	3.690,06	3.911,46	4.146,15	4.394,92	4.658,62	4.938,13	5.234,42	5.548,49
VIII	2.868,43	3.040,54	3.222,97	3.416,35	3.621,33	3.838,61	4.068,92	4.313,06	4.571,84	4.846,15	5.136,92	5.445,14	5.771,84	6.118,16	6.485,24	6.874,36
IX	3.278,35	3.475,05	3.683,55	3.904,57	4.138,84	4.387,17	4.650,40	4.929,43	5.225,19	5.538,70	5.871,03	6.223,29	6.596,68	6.992,49	7.412,03	7.856,76
X	3.892,87	4.126,44	4.374,03	4.636,47	4.914,66	5.209,54	5.522,11	5.853,44	6.204,64	6.576,92	6.971,54	7.389,83	7.833,22	8.303,21	8.801,41	9.329,49
XI	4.507,50	4.777,95	5.064,63	5.368,50	5.690,61	6.032,05	6.393,97	6.777,61	7.184,27	7.615,33	8.072,25	8.556,58	9.069,98	9.614,17	10.191,02	10.802,49
XII	5.122,18	5.429,51	5.755,28	6.100,60	6.466,63	6.854,63	7.265,91	7.701,86	8.163,98	8.653,82	9.173,04	9.723,43	10.306,83	10.925,24	11.580,76	12.275,60
XIII	6.044,18	6.406,83	6.791,24	7.198,72	7.630,64	8.088,48	8.573,78	9.088,21	9.633,50	10.211,51	10.824,21	11.473,66	12.162,08	12.891,80	13.665,31	14.485,23
XIV	7.683,31	8.144,31	8.632,97	9.150,95	9.700,00	10.282,00	10.898,92	11.552,86	12.246,03	12.980,79	13.759,64	14.585,22	15.460,33	16.387,95	17.371,23	18.413,50
XV	12.241,71	12.976,21	13.754,79	14.580,07	15.454,88	16.382,17	17.365,10	18.407,01	19.511,43	20.682,11	21.923,04	23.238,42	24.632,73	26.110,69	27.677,33	29.337,97
XVI	16.800,00	17.808,00	18.876,48	20.009,07	21.209,61	22.482,19	23.831,12	25.260,99	26.776,65	28.383,25	30.086,24	31.891,42	33.804,90	35.833,19	37.983,19	40.262,18

ANEXO IV – LC 048/2009

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

TABELA DE VENCIMENTOS

20 HORAS SEMANAIS

NIVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	1.247,75	1.322,62	1.401,97	1.486,09	1.575,26	1.669,77	1.769,96	1.876,15	1.988,72	2.108,05	2.234,53	2.368,60	2.510,72	2.661,36	2.821,04	2.990,31
II	1.519,37	1.610,53	1.707,16	1.809,59	1.918,17	2.033,26	2.155,26	2.284,57	2.421,64	2.566,94	2.720,96	2.884,22	3.057,27	3.240,71	3.435,15	3.641,26
III	1.671,28	1.771,56	1.877,85	1.990,52	2.109,95	2.236,55	2.370,74	2.512,99	2.663,77	2.823,59	2.993,01	3.172,59	3.362,94	3.564,72	3.778,60	4.005,32
IV	1.804,92	1.913,22	2.028,01	2.149,69	2.278,67	2.415,39	2.560,31	2.713,93	2.876,77	3.049,37	3.232,34	3.426,28	3.631,85	3.849,76	4.080,75	4.325,60
V	1.893,16	2.006,75	2.127,15	2.254,78	2.390,07	2.533,48	2.685,48	2.846,61	3.017,41	3.198,45	3.390,36	3.593,78	3.809,41	4.037,97	4.280,25	4.537,07

Obs. As referências acima equivalem à carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Jornada maior ou menor implica diferenciação para mais ou para menos, no valor do vencimento, proporcionalmente.

ANEXO I – LC 022/2006**TABELA SALARIAL**

QUANT.	CARGO	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
3	Médico da ESF	11.658,78	12.241,71
3	Odontólogo da ESF	7.317,44	7.683,31
3	Enfermeiro da ESF	3.707,50	3.892,87
3	Técnico de Enfermagem da ESF	1.912,27	2.007,88
23	Agente Comunitário de Saúde da ESF	1.039,06	1.091,01

ANEXO I – LC 056/2010**ARTIGO 25, INCISO I****TABELA DOS CARGOS EM COMISSÃO COM A QUANTIDADE DE VAGAS,
CARGA HORÁRIA, NÍVEIS DE REFERÊNCIA E VENCIMENTO****GRUPO – DIREÇÃO SUPERIOR – DSU**

Quantidade	Cargo	Carga Horária	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Diretor Geral	20h	XI-1	4.292,86	4.507,50

ANEXO V**ARTIGO 25, INCISO V****GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS**

Quantidade	Cargo	Carga Horária	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Contador	20h	VIII-1	2.731,84	2.868,43

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – ATP

Quantidade	Cargo	Carga Horária	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Agente Legislativo	40h	X-1	3.707,50	3.892,87
1	Auxiliar Administrativo	40h	VI-1	1.912,27	2.007,88

GRUPO III – ATIVIDADES DE SERVIÇOS GERAIS – ASG

Quantidade	Cargo	Carga Horária	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Agente de Serviços Gerais	40h	V-1	1.600,16	1.680,16

PORTARIA Nº 069/2020

Publicação Nº 2379633

PORTARIANº. 069/2020

IVANOR BOING, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCELINO ALBERTON

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 30/01/2020 a 28/02/2020, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 30/11/2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de janeiro de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 070/2020

Publicação Nº 2379626

PORTARIANº 070/2020

IVANOR BOING, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JANAINA PRISCILA DAROLT FRANCISCO

Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 13 dias, pelo período de 27/02/2020 a 10/03/2020, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

REGULAMENTO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO 2020

Publicação Nº 2380615

CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO 2020

REGULAMENTO

1. A organização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo – Edição 2020 é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, cultura e turismo.
2. Em nenhuma hipótese será aceito qualquer realização de partida com jogador irregular.
3. Será exigido dos atletas NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO cópia de um documento oficial com foto para cadastro no novo sistema.
4. O Campeonato será disputado por 9 equipes, na categoria titular sendo que os jogos serão realizados conforme tabela.

5. Classificam-se as 2 equipes por chave que obtiverem a melhor campanha no geral.

Para chave ouro e 3º e 4º colocada pra chave prata.

6. Critério de desempate:

- a) Maior número de pontos ganhos
- b) Número de vitórias;
- c) Confronto direto somente entre duas equipes;
- d) Menor número de Gols sofridos;
- e) Maior número de Gols marcados;
- f) Sorteio.

4. Classificados enfrentam-se em jogos eliminatórios ida e volta com saldo de gols. Se permanecer ao final dos dois jogos pontos e gols empatados cobrança de penalidades até a final.

Os jogos serão realizados nos campos das equipes de melhor campanha das chaves.

OURO

1º Colocado A x 2º Colocado B 1º Colocado B x 2º Colocado A

PRATA jogo único melhor 3º colocado.

3º Colocado A x 4º Colocado B 3º Colocado B x 4º Colocado A

5. Cada equipe poderá inscrever só atleta que mora ou trabalha no município de Vitor Meireles e ainda libera atletas que seu pai ou mãe residam no município. E cada equipe poderá inscrever até quatro atletas de outra cidade sem necessitar comprovante.

Se alguma equipe achar que outra equipe além dos atletas citados como de fora tiver mais, devera fazer protesto até dia 05 de março a SECTUR que ira analisar a documentação complementar dos atletas citados ai será indeferido ou deferido até dia 14 de março. Após este prazo não cabe mais protesto sobre registro de atletas.

6. O Atleta que estiver inscrito em mais de uma equipe, deverá regularizar sua situação até a sexta feira que antecede a primeira rodada até às 12 horas na SECTUR. Se não o fizer o atleta será suspenso da competição.

Obs: Poderá jogar atletas nascidos no ano de 2005 a baixo.

7. A Equipe mandatária deverá colocar dois seguranças na primeira fase da casa e na fase finais dois segurança de empresa privada que deverão identificar-se antes do início da partida. Também fica a cargo da equipe mandatária oferecer material e local adequado à partida, como:

A) Campo devidamente demarcado com cal hidratado e rede bem fixada com ganchos;

B) Água para os árbitros e alimentação.

C) Segurança, para as duas partidas;

D) Chuveiros em perfeitas condições de uso.

E) Manter os portões de acesso ao campo fechado com cadeado.

F) Em igualdade nas cores de uniforme a equipe da esquerda da tabela terá de trocar o uniforme.

8. As partidas serão realizadas aos domingos, sendo que a primeira partida terá início às 10h30min, com 15 minutos de tolerância, segunda partida deverá iniciar às 13h30min com 15 minutos de tolerância e terceira partida 15h30min. No caso de não cumprimento dos horários cabe ao árbitro encerrar a partida, declarando a equipe que estiver no campo apta a iniciar a partida, vencedora por WO que valera como 3 x 0.

9. As partidas terão duração de dois tempos de 45 minutos com 5 minutos de intervalo.

10. Todos os atletas e Comissão Técnica deverão apresentar ao mesário um documento oficial com foto a primeira vez que jogar e a equipe uma relação dos jogadores, contendo o nome do jogador e o número da camisa, antes do início da partida.

11. Cartão Amarelo: a soma de 3(três) cartões amarelos o jogador cumprirá a punição de 1(uma) partida, automaticamente a partida posterior ao tomar o terceiro cartão.

Cartão Vermelho: ao tomar um cartão vermelho o jogador cumprirá 1 (uma) partida de punição, automaticamente na partida posterior ao tomar o cartão vermelho,

Parágrafo Primeiro: No caso de reincidência de cartão (2 vermelhos, duas partidas automáticas, 6 amarelos, duas partidas automáticas O clube que faltar em uma partida perde três pontos, que serão revertidos ao time prejudicado. Faltando em uma à equipe será eliminada.

12. A equipe terá de junta a inscrição depositar garantia no valor de R\$ 1,000. 00 que será cobrado em caso de agressão de jogador em qualquer membro da arbitragem e será eliminado do campeonato e julgado pelos artigos e leis oficiais. E se a equipe que o mesmo jogar se não efetuar o pagamento e depositar outra garantia será eliminada da competição e seus atletas suspenso por um ano da data do ato ocorrido. Garantia será revertida ao hospital municipal.

13. Cada atleta esta ciente deste regulamento, portanto é responsável pelos seus atos realizados durante a competição e terá de se responsabilizar por qualquer processo ou danos a sua pessoa eximindo a sua equipe e coordenação do campeonato.

14. A equipe que realizar WO será punida e julgada, salvo os atletas que comparecer em campo e for relatado pelo delegado da partida os demais serão suspenso de qualquer evento promovido pela SECTUR por um ano da data que foi o ocorrido.

15. Serão aceito em campo somente atletas uniformizados, o técnico, o massagista e um dirigente. Sendo que poderão ser feitas substituições livre com autorização do mesário.

16. No caso de desistência de uma equipe os jogos que faltam valerá o ponto para os adversários.

17. Todos os julgamentos serão baseados no relato do árbitro e mesário.

18. Atleta mesmo que não esteja jogando a partida em questão, durante o campeonato em local de jogo, se faltar com respeito a qualquer membro da organização ou arbitragem será punido pelas regras deste regulamento ou regras oficiais de punição.

19. Qualquer protesto deverá ser apresentado por escrito, assinado pelo presidente do clube, no prazo de 48 horas após o término da partida, entregue e protocolado junto a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

20. Serão premiados o Campeão, Vice-Campeão, Terceiro e Quarto lugar, artilheiro, goleiro menos vazado e equipe mais disciplinada:

CHAVE OURO

1º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 600,00

2º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 500,00

3º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 400,00

4º Lugar: Troféu - R\$ 300,00

CHAVE PRATA

1º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 300,00

2º Lugar: Troféu e Medalhas - R\$ 200,00

3º Lugar: Troféu - R\$ 100,00

4º Lugar: Troféu R\$ 50,00

Na questão do nome como homenagem do campeonato, a empresa ou pessoa fica assim estabelecido: 50 % Patrocinador e 50 % SECTUR.

21. Não será aceito ou realizado qualquer tipo de transferência dos jogos sem a autorização da organização deste campeonato.

22. A Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo de Vitor Meireles, não se responsabiliza por danos físicos e morais, ocorridos no decorrer do campeonato, nos locais de jogos e locomoção.

23. Os casos omissos serão resolvidos pela junta disciplinar.

24. Os clubes estão de acordo com o regulamento, portanto não caberá recurso de qualquer item deste regulamento em outras instâncias.

25. Junta disciplinar um representante por equipe participante e CME.

Vitor Meireles, 19 de fevereiro de 2020.

Darci Moreira
Secretário

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2020

Publicação Nº 2379525

Processo nº 0051/2020 – Dispensa de Licitação nº 0016/2020

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação do Serviço de assessoramento para construção do Plano Municipal de Turismo, de acordo com especificações em anexo, no valor Total de R\$ 25.950,00 (vinte e cinco mil e novecentos e cinquenta reais), com o fornecedor SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, CNPJ: 03.603.739/0002-67. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso XIII.

Xanxerê/SC, 28 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 050/2020

Publicação Nº 2379501

DECRETO Nº 050/2020

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador Geral de Gestão de Pessoal, Sr. FRANZ EDUARDO VASCONCELLOS ROHLFS, nomeado pelo Decreto nº 191/2019, de 08 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 191/2019, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 27 de fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO RP Nº 0006/2020

Publicação Nº 2379794

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0032/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA EPP

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 12.890,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0033/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 18.188,50

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0034/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 19.798,30
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0035/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.
Valor total: R\$ 19.941,40
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0036/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: SCS COMÉRCIO LTDA EPP
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.
Valor total: R\$ 18.966,70
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0037/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.
Valor total: R\$ 17.720,00
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0038/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: ECO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de limpeza e outros de consumo, para suprir as necessidades de diversos setores do Centro Administrativo e Secretarias, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.
Valor total: R\$ 31.309,70
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO RP Nº 0010/2020

Publicação Nº 2383893

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0039/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: GESUL COMERCIAL EIRELI
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Mobiliário e Bebedouros, para diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.
Valor total: R\$ 2.160,00
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 21 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0040/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: GIACOMELLI & PARIS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Mobiliário e Bebedouros, para diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.
Valor total: R\$ 18.400,00
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 21 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0041/2020
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Mobiliário e Bebedouros, para diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.
Valor total: R\$ 27.970,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 21 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0042/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Mobiliário e Bebedouros, para diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

Valor total: R\$ 4.752,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 21 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0043/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: MIGUEL JOÃO DE ALMEIDA LARA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Mobiliário e Bebedouros, para diversos setores da Prefeitura Municipal de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I.

Valor total: R\$ 1.784,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 21 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

APOSTILAMENTO 007/2020 PMXV

Publicação N° 2383368

GABINETE DO PREFEITO

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL 007/2019 PMXV

CONTRATO 015/2019 PMXV

Contratada: JULVANE ZANCO BIANCHIN 82783349949

APOSTILA N° 007/2020 PMXV

Como mera execução contratual, e em cumprimento ao contido no subitem 7.2, da cláusula sétima do Contrato Original, declaro que o Contrato 015/2019 PMXV a partir de 02/03/2020, terá os seus valores unitários reajustados em 4,48% (com base no INPC acumulado nos últimos 12 meses), passando os valores a vigorar mensalmente conforme quadro abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.
3	MES	Contratação de prestação de serviço de aulas de dança para faixa etária infantil, infante juvenil e juvenil. 30 horas mensais. Curso de dança Folclórica: Italiana, Alemã, Gaúcha. Curso de dança de Salão: Valsa, Rancheira, Thamamé, Xote, Bugio, Vanera e Milonga. Curso de: Jazz, Aeróbica e Localizada.	2.157,51
4	MES	Contratação de prestação de serviço de aulas de dança para faixa etária adulto, terceira idade e grupo de mulheres. 20 horas mensais. Curso de dança Folclórica: Italiana, Alemã, Gaúcha. Curso de dança de Salão: Valsa, Rancheira, Thamamé, Xote, Bugio, Vanera e Milonga. Curso de: Jazz, Aeróbica e Localizada.	1.452,27

Xavantina, 28 de fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

APOSTILAMENTO 008/2020 PMXV

Publicação N° 2383369

GABINETE DO PREFEITO

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL 007/2019 PMXV

CONTRATO 016/2019 PMXV

Contratada: FÁBIO JEAN D'ÁVILA DOS SANTOS 91505364949

APOSTILA N° 008/2020 PMXV

Como mera execução contratual, e em cumprimento ao contido no subitem 7.2, da cláusula sétima do Contrato Original, declaro que o Contrato 016/2019 PMXV a partir de 02/03/2020, terá os seus valores unitários reajustados em 4,48% (com base no INPC acumulado nos últimos 12 meses), passando os valores a vigorar mensalmente conforme quadro abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.
2	MES	Contratação de prestação de serviço para a regência do coral municipal "viva a voz". 16 horas mensais.	1.034,35

Xavantina, 28 de fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

APOSTILAMENTO 009/2020 PMXV

Publicação Nº 2383370

GABINETE DO PREFEITO

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL 007/2019 PMXV

CONTRATO 017/2019 PMXV

Contratada: JOARI LEMKE DE ALBURQUERQUE 03203415933

APOSTILA Nº 009/2020 PMXV

Como mera execução contratual, e em cumprimento ao contido no subitem 7.2, da cláusula sétima do Contrato Original, declaro que o Contrato 017/2019 PMXV a partir de 02/03/2020, terá os seus valores unitários reajustados em 4,48% (com base no INPC acumulado nos últimos 12 meses), passando os valores a vigorar mensalmente conforme quadro abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.
6	MES	Contratação de prestação de serviço de aulas de capoeira. 32 horas mensais.	1.431,38

Xavantina, 28 de fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

ATA PL 001/2020 FMSXV

Publicação Nº 2379857

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 001/2020 – Pregão Presencial nº 001/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível prestação de serviços para a confecção de Próteses Dentárias para atender as necessidades do Município de Xavantina, conforme especificações do Anexo "C" e "E" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/159086>

Xavantina, 28 de fevereiro de 2020.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: KEILA RENATA OLKOWSKI

JOSELINO LUIZ NAISSINGER

PORTARIA Nº 075/2020

Publicação Nº 2380768

PORTARIA Nº 075, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Interrompe parcialmente férias concedidas a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal e, considerando a necessidade do(s) profissional(is) para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal DIEGO FELIPE PINZETTA, ocupante do cargo efetivo de Diretor(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 26 de Fevereiro de 2020, sendo que os 14 (quatorze) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 26 de Fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N° 076/2020

Publicação N° 2380772

PORTARIA N° 076, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no disposto no Art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 002/2000 e, considerando requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal PATRICIA MOTERLE, ocupante do cargo efetivo de Professor(a) Educação Infantil 20h do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, 26 de Fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL

ADENDO N° 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2020

Publicação N° 2380274

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 003/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços especializados na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de similar tecnologia com senha, com a finalidade de ser utilizado pelos servidores públicos para uso do auxílio alimentação na modalidade vale-alimentação, conforme especificações constantes no Anexo "C" e "E" deste Edital.

ADENDO N° 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina, inscrita no CNPJ sob o nº 09.006.402/0001-78, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado neste ato por seu Presidente, Sr. NATALINO MOSCON, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 001/2020, na seguinte conformidade:

1. Em virtude de erro no Edital em relação à data do certame, onde o mesmo apresentava divergência entre a data apresentada no cabeçalho e a data apresentada no preâmbulo, motivo pelo qual decidiu-se pela escolha de outra data para evitar prejuízos aos participantes, ficam alterados a data e os horários para protocolo e abertura dos envelopes.

Onde se lê:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 02/03/2020 ÀS 14H00MIN

ABERTURA DOS ENVELOPES: 02/03/2020 ÀS 14H15MIN

Leia-se:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 23/03/2020 ÀS 14H00MIN

ABERTURA DOS ENVELOPES: 23/03/2020 ÀS 14H15MIN

Onde se lê:

1 - PREÂMBULO

1.2 - O recebimento do Credenciamento, dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 14h00 do dia 03 de março de 2020, na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 14h15 do dia 03 de março de 2020, em sessão pública, realizada na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina, situada no endereço citado no subitem 1.1.

Leia-se:

1 - PREÂMBULO

1.2 - O recebimento do Credenciamento, dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 14h00 do dia 23 de março de 2020, na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 14h15 do dia 23 de março de 2020, em sessão pública, realizada na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina, situada no endereço citado no subitem 1.1.

2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica ALTERADO para o dia 23/03/2020, até às 14H00MIN, o prazo de recebimento do Credenciamento, dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 14H15MIN da mesma data.

3. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

3.1. Ficam mantidas integrais as demais disposições do Edital.

Xavantina, 28 de fevereiro de 2020.

NATALINO MOSCON
Presidente

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGIR

Publicação Nº 2383837

CONVOCAÇÃO:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula 26 do Protocolo de Intenções da AGIR, CONVOCA todos consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 12 de março de 2020, às 15h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 15h30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, Rua Alberto Stein, 466 – Velha, Blumenau/SC – CEP: 89.036-200.

ORDEM DO DIA

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Apresentação novos servidores;
- 3 – Curso sobre gestão de sistemas de drenagem urbana;
- 4 – Revisão anual dos vencimentos dos servidores, auxílio alimentação, diárias e Jeton para 2020;
- 5 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 28 de fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Presidente da Diretoria Executiva.
(original assinado)

CINCATARINA

AC20CIN0005 - VIGA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2383315

TERMO ADITIVO AC20CIN0004

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME
OBJETO:	Fornecimento de licença de uso de SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, para utilização do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, dos fornecedores, dos órgãos e ou entidades dos entes da federação consorciados e ou cooperados.
PROCESSO:	PAL Nº 0027/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2018.
CONTRATO/ ADITIVOS:	CT18CIM0009 / AC18CIM0051 / AC19CIM0033 / AC19CIM0034 / AC19CIM0036 / AC19CIM0037 / AC19CIM0039 / AC19CIN0043 / AC19CIN0044 / AC19CIN0046 / AC19CIN0061 / AC20CIN0001
DATA:	24.09.2018
VIGÊNCIA:	01.10.2018 a 30.09.2020

Art. 1º - Em conformidade com o item 9.6 e 9.7 do Termo de Referência do edital, devido à inclusão do município de Ituporanga ao Programa de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA e utilização do sistema de Controle Processo Administrativo Licitatório, altera-se o percentual de utilização de 22,3811% para 22,8119%.

Art. 2º - Em conformidade com o a alínea “e” da cláusula quinta e tendo em vista a escala de contratação de 22,8119% fica concedido o desconto progressivo de 5%, conforme lista abaixo:

ORDEM	MUNICÍPIO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	VALOR (R\$)	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO (R\$)
1	Abdon Batista	0,2240%	325,94	309,64
2	Abelardo Luz	0,3963%	576,66	547,83
5	Água Doce	0,2584%	376,09	357,28
8	Águas Mornas	0,2240%	325,94	309,64
10	Alto Bela Vista	0,2240%	325,94	309,64
13	Anita Garibaldi	0,2584%	376,09	357,28
14	Anitápolis	0,2240%	325,94	309,64
15	Antônio Carlos	0,2584%	376,09	357,28
21	Arroio Trinta	0,2240%	325,94	309,64
42	Bom Jesus	0,2240%	325,94	309,64
49	Brunópolis	0,2240%	325,94	309,64
51	Caçador	0,7064%	1.027,97	976,57
53	Calmon	0,2240%	325,94	309,64
58	Campos Novos	0,4997%	727,10	690,74
62	Capinzal	0,4307%	626,81	595,47
64	Catanduvas	0,2929%	426,23	404,92
66	Celso Ramos	0,2240%	325,94	309,64
70	Cocal do Sul	0,3618%	526,52	500,19
74	Coronel Martins	0,2240%	325,94	309,64
80	Curitibanos	0,5341%	777,24	738,38
87	Erval Velho	0,2240%	325,94	309,64
88	Faxinal dos Guedes	0,2929%	426,23	404,92
93	Fraiburgo	0,4997%	727,10	690,74
94	Frei Rogério	0,2240%	325,94	309,64
107	Herval d'Oeste	0,3963%	576,66	547,83
108	Ibiam	0,2240%	325,94	309,64
109	Ibicaré	0,2240%	325,94	309,64
117	Iomerê	0,2240%	325,94	309,64
120	Ipuaçu	0,2584%	376,09	357,28
121	Ipumirim	0,2584%	376,09	357,28
123	Irani	0,2929%	426,23	404,92
125	Irineópolis	0,2929%	426,23	404,92
126	Itá	0,2584%	376,09	357,28
131	Itapoá	0,4307%	626,81	595,47
132	Ituporanga	0,4307%	626,81	595,47
133	Jaborá	0,2240%	325,94	309,64
138	Joaçaba	0,4652%	676,95	643,11
142	Lacerdópolis	0,2240%	325,94	309,64
145	Lajeado Grande	0,2240%	325,94	309,64
148	Lebon Régis	0,2929%	426,23	404,92
150	Lindóia do Sul	0,2240%	325,94	309,64
153	Luzerna	0,2240%	325,94	309,64
154	Macieira	0,2240%	325,94	309,64
160	Marema	0,2240%	325,94	309,64
162	Matos Costa	0,2240%	325,94	309,64
167	Monte Carlo	0,2584%	376,09	357,28
168	Monte Castelo	0,2584%	376,09	357,28
174	Nova Trento	0,3274%	476,38	452,56

179	Ouro	0,2240%	325,94	309,64
180	Ouro Verde	0,2240%	325,94	309,64
190	Passos Maia	0,2240%	325,94	309,64
191	Paulo Lopes	0,2240%	325,94	309,64
198	Pinheiro Preto	0,2240%	325,94	309,64
199	Piratuba	0,2584%	376,09	357,28
203	Ponte Alta do Norte	0,2240%	325,94	309,64
204	Ponte Serrada	0,2929%	426,23	404,92
209	Presidente Castello Branco	0,2240%	325,94	309,64
214	Rancho Queimado	0,2240%	325,94	309,64
215	Rio das Antas	0,2584%	376,09	357,28
221	Rio Negrinho	0,5341%	777,24	738,38
228	Salto Veloso	0,2240%	325,94	309,64
230	Santa Cecília	0,3274%	476,38	452,56
234	Santa Terezinha	0,2240%	325,94	309,64
240	São Bonifácio	0,2240%	325,94	309,64
243	São Domingos	0,2584%	376,09	357,28
253	São Lourenço do Oeste	0,4307%	626,81	595,47
258	São Pedro de Alcântara	0,2240%	325,94	309,64
267	Tangará	0,2584%	376,09	357,28
272	Timbó Grande	0,2240%	325,94	309,64
276	Treze Tílias	0,2584%	376,09	357,28
282	Urubici	0,2929%	426,23	404,92
285	Vargeão	0,2240%	325,94	309,64
286	Vargem	0,2240%	325,94	309,64
289	Videira	0,6375%	927,68	881,29
292	Xanxerê	0,5686%	827,39	786,02
293	Xavantina	0,2240%	325,94	309,64
294	Xaxim	0,4652%	676,95	643,11
295	Zortéa	0,2240%	325,94	309,64
TOTAL:		22,8119%	33.195,84	31.536,05

Art. 3º - Fica alterado o valor do item 2 da tabela da cláusula primeira conforme abaixo a partir do mês de janeiro de 2020 e considerando o desconto progressivo.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATADO R\$	VALOR ALTERADO R\$	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
2	Serv. Mensal	Licença de Uso do Software	32.569,03	33.195,84	31.536,05

Art. 4º - Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 4.763,76 (quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos) correspondentes à diferença entre o valor contratado anteriormente e o valor alterado aplicado aos meses de fevereiro a setembro de 2020, considerando o desconto progressivo.

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 31 de janeiro de 2020.

Revolucion Serviços de Informática Ltda – ME Roberto Pires Helt CONTRATADA	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönnau Diretor Executivo CONTRATANTE
--	---

TESTEMUNHAS:	
Nome: CPF nº	Nome: CPF nº

AC20CIN0008 - REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME

Publicação Nº 2383322

TERMO ADITIVO AC20CIN0008

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME
OBJETO:	Fornecimento de licença de uso de SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, para utilização do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, dos fornecedores, dos órgãos e ou entidades dos entes da federação consorciados e ou cooperados.
PROCESSO:	PAL Nº 0027/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2018.
CONTRATO/ ADITIVOS:	CT18CIM0009 / AC18CIM0051 / AC19CIM0033 / AC19CIM0034 / AC-19CIM0036 / AC19CIM0037 / AC19CIM0039 / AC19CIN0043 / AC-19CIN0044 / AC19CIN0046 / AC19CIN0061 / AC20CIN0001 / AC20CIN0004
DATA:	24.09.2018
VIGÊNCIA:	01.10.2018 a 30.09.2020

Art. 1º - Em conformidade com o item 9.6 e 9.7 do Termo de Referência do edital, devido à inclusão dos municípios de Ascurra e Palmeira ao Programa de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA e utilização do sistema de Controle Processo Administrativo Licitatório, altera-se o percentual de utilização de 22,8119% para 23,2598%.

Art. 2º - Em conformidade com o a alínea “e” da cláusula quinta e tendo em vista a escala de contratação de 23,2598% fica concedido o desconto progressivo de 5%, conforme lista abaixo:

ORDEM	MUNICÍPIO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	VALOR (R\$)	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO (R\$)
1	Abdon Batista	0,2240%	325,94	309,64
2	Abelardo Luz	0,3963%	576,66	547,83
5	Água Doce	0,2584%	376,09	357,28
8	Águas Mornas	0,2240%	325,94	309,64
10	Alto Bela Vista	0,2240%	325,94	309,64
13	Anita Garibaldi	0,2584%	376,09	357,28
14	Anitápolis	0,2240%	325,94	309,64
15	Antônio Carlos	0,2584%	376,09	357,28
21	Arroio Trinta	0,2240%	325,94	309,64
23	Ascurra	0,2240%	325,94	309,64
42	Bom Jesus	0,2240%	325,94	309,64
49	Brunópolis	0,2240%	325,94	309,64
51	Caçador	0,7064%	1.027,97	976,57
53	Calmon	0,2240%	325,94	309,64
58	Campos Novos	0,4997%	727,10	690,74
62	Capinzal	0,4307%	626,81	595,47
64	Catanduvas	0,2929%	426,23	404,92
66	Celso Ramos	0,2240%	325,94	309,64
70	Cocal do Sul	0,3618%	526,52	500,19
74	Coronel Martins	0,2240%	325,94	309,64
80	Curitibanos	0,5341%	777,24	738,38
87	Erval Velho	0,2240%	325,94	309,64
88	Faxinal dos Guedes	0,2929%	426,23	404,92

93	Fraiburgo	0,4997%	727,10	690,74
94	Frei Rogério	0,2240%	325,94	309,64
107	Herval d'Oeste	0,3963%	576,66	547,83
108	Ibiam	0,2240%	325,94	309,64
109	Ibicaré	0,2240%	325,94	309,64
117	Iomerê	0,2240%	325,94	309,64
120	Ipuacu	0,2584%	376,09	357,28
121	Ipumirim	0,2584%	376,09	357,28
123	Irani	0,2929%	426,23	404,92
125	Irineópolis	0,2929%	426,23	404,92
126	Itá	0,2584%	376,09	357,28
131	Itapoá	0,4307%	626,81	595,47
132	Ituporanga	0,4307%	626,81	595,47
133	Jaborá	0,2240%	325,94	309,64
138	Joaçaba	0,4652%	676,95	643,11
142	Lacerdópolis	0,2240%	325,94	309,64
145	Lajeado Grande	0,2240%	325,94	309,64
148	Lebon Régis	0,2929%	426,23	404,92
150	Lindóia do Sul	0,2240%	325,94	309,64
153	Luzerna	0,2240%	325,94	309,64
154	Macieira	0,2240%	325,94	309,64
160	Marema	0,2240%	325,94	309,64
162	Matos Costa	0,2240%	325,94	309,64
167	Monte Carlo	0,2584%	376,09	357,28
168	Monte Castelo	0,2584%	376,09	357,28
174	Nova Trento	0,3274%	476,38	452,56
179	Ouro	0,2240%	325,94	309,64
180	Ouro Verde	0,2240%	325,94	309,64
185	Palmeira	0,2240%	325,94	309,64
190	Passos Maia	0,2240%	325,94	309,64
191	Paulo Lopes	0,2240%	325,94	309,64
198	Pinheiro Preto	0,2240%	325,94	309,64
199	Piratuba	0,2584%	376,09	357,28
203	Ponte Alta do Norte	0,2240%	325,94	309,64
204	Ponte Serrada	0,2929%	426,23	404,92
209	Presidente Castello Branco	0,2240%	325,94	309,64
214	Rancho Queimado	0,2240%	325,94	309,64
215	Rio das Antas	0,2584%	376,09	357,28
221	Rio Negrinho	0,5341%	777,24	738,38
228	Salto Veloso	0,2240%	325,94	309,64
230	Santa Cecília	0,3274%	476,38	452,56
234	Santa Terezinha	0,2240%	325,94	309,64
240	São Bonifácio	0,2240%	325,94	309,64
243	São Domingos	0,2584%	376,09	357,28
253	São Lourenço do Oeste	0,4307%	626,81	595,47
258	São Pedro de Alcântara	0,2240%	325,94	309,64
267	Tangará	0,2584%	376,09	357,28
272	Timbó Grande	0,2240%	325,94	309,64
276	Treze Tílias	0,2584%	376,09	357,28
282	Urubici	0,2929%	426,23	404,92

285	Vargeão	0,2240%	325,94	309,64
286	Vargem	0,2240%	325,94	309,64
289	Videira	0,6375%	927,68	881,29
292	Xanxerê	0,5686%	827,39	786,02
293	Xavantina	0,2240%	325,94	309,64
294	Xaxim	0,4652%	676,95	643,11
295	Zortéa	0,2240%	325,94	309,64
TOTAL:		23,2598%	33.847,72	32.155,33

Art. 3º - Fica alterado o valor do item 2 da tabela da cláusula primeira conforme abaixo a partir do mês de março de 2020 e considerando o desconto progressivo.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATADO R\$	VALOR ALTERADO R\$	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
2	Serv. Mensal	Licença de Uso do Software	33.195,84	33.847,72	32.155,33

Art. 4º - Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 4.334,96 (quatro mil e trezentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) correspondentes à diferença entre o valor contratado anteriormente e o valor alterado aplicado aos meses de março a setembro de 2020, considerando o desconto progressivo.

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 28 de fevereiro de 2020.

Revolucion Serviços de Informática Ltda – ME Roberto Pires Helt CONTRATADA	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:	
Nome: CPF nº	Nome: CPF nº

AC20CIN006 - ORILDO GIARDINI ME

Publicação Nº 2383318

TERMO ADITIVO AC20CIN0006

SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	ORILDO GIARDINI ME
OBJETOS:	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ROTINEIRAS, incluindo, terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras complementares, materiais asfálticos e conservação rodoviária, em rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual nº 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar, instituído pelo Decreto Estadual nº 195, de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados no Edital.
PROCESSO:	Processo Administrativo Licitatório nº 0058/2019 – CINCATARINA, Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 0046/2019.
CONTRATO:	CT19CIN0038
ADITIVO:	AC19CIN0051
DATA:	29.10.2019
VIGÊNCIAS:	29.10.2019 a 28.10.2020

Art. 1º - Fica alterado o nome empresarial da contratada ORILDO GIARDINI ME, a partir desta data, para o nome empresarial RAI SERVIÇOS EIRELI.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Florianópolis (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Elói Rönna Diretor Executivo CINCATARINA	ORILDO GIARDINI ME Orildo Giardini Contratada
---	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

AC20CIN007 - ORILDO GIARDINI ME

Publicação Nº 2383320

TERMO ADITIVO AC20CIN0007

SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	ORILDO GIARDINI ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de LIM-PEZA DE PLATAFORMA em rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual n. 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual n. 195 de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados no Edital.
PROCESSO:	Processo Administrativo Licitatório nº 0057/2019 – CINCATARINA, Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 0045/2019
CONTRATO:	CT19CIN0036
ADITIVO:	AC19CIN0049
DATAS:	29.10.2019
VIGÊNCIAS:	29.10.2019 a 28.10.2020

Art. 1º - Fica alterado o nome empresarial da contratada ORILDO GIARDINI ME, a partir desta data, para o nome empresarial RAI SERVIÇOS EIRELI.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Florianópolis (SC), 14 de fevereiro de 2020.

Elói Rönna Diretor Executivo CINCATARINA	ORILDO GIARDINI ME Orildo Giardini Contratada
---	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

QUIRIRI**RESOLUÇÃO CIQ 070/2020**

Publicação Nº 2380368

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 070/2020****NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI**

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI – CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pelos demais Prefeitos consorciados,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Advogada **Cristiana Maria Demarchi Hastreiter**, para o cargo de Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal Quiriri.

Art. 2º - A Secretária Executiva perceberá a remuneração fixada para o emprego de confiança no Anexo 2 do protocolo de intenções.

Art. 3º - Fica facultado a Sra. Cristiana Maria Demarchi Hastreiter subscrever esta resolução como aceite do cargo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 5º - Fica revogada a resolução CIQ 069/2020 de 10/02/2020.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 14 de fevereiro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
Prefeito Municipal de Corupá
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

CRISTIANA MARIA DEMARCHI HASTREITER
Secretária Executiva do CIQ

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul